

Militarium Ordinum Analecta

FONTES PARA O ESTUDO DAS ORDENS RELIGIOSO-MILITARES

7

2006

Livro dos Copos

Vol. I



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Militarium Ordinum Analecta

FONTES PARA O ESTUDO DAS ORDENS RELIGIOSO-MILITARES

7

2006

Livro dos Copos

Vol. I

DIRECÇÃO:

Luís Adão da Fonseca



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Nota de Apresentação

Luís Adão da Fonseca

Coordenação do Projecto

Paula Pinto Costa

Introdução e Sumários

Paula Pinto Costa

Maria Cristina Pimenta

Isabel Morgado S. Silva

Transcrição dos documentos

Paula Pinto Costa

Joel Mata

Maria Cristina Pimenta

Isabel Morgado S. Silva

Correcção

Paula Pinto Costa

Isabel Morgado S. Silva

Revisão dos textos latinos

Manuel Ramos

*

Patrocínio

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Edição e ©

Fundação Eng. António de Almeida

Rua Tenente Valadim, 325

4100-479 Porto-Portugal

Tel. 226 067 418 - Fax 226 004 314

fundacao@feaa.pt

www.feaa.pt

*

ISBN: 978-972-8386-66-5

Depósito Legal: 118200/97

Impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

Dezembro de 2006

Tiragem: 1000 exemplares

SUMÁRIO

NOTA DE APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
NORMAS DE TRANSCRIÇÃO	13
TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL	
TABUADA	17
DOCUMENTOS.....	65
SUMÁRIOS	681
LISTAGEM CRONOLÓGICA DOS DOCUMENTOS.....	755

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Quando, há anos, se editou o primeiro número da revista *Militarium Ordinum Analecta*, esta publicação propunha-se constituir um órgão do “Seminário Internacional de Ordens Militares”, espaço de estudo e investigação sobre esta temática que funcionava na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste sentido, sob a forma de anuário, foram publicados 6 volumes, dedicados a diferentes aspectos: “As Ordens Militares no Reinado de D. João I” (vol. 1, 1997), “As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: a normativa” (vol. 2, 1998), “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade” (vol. 3-4, 1999-2000), “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge” (vol. 5, 2001), e “A Ordem de Cristo (1417-1521)” (vol. 6, 2002). Contudo, dificuldades várias não permitiram a regularidade da publicação, que foi suspensa.

No entanto, as circunstâncias alteraram-se com a constituição, em 2003, de uma unidade de investigação ligada à Universidade do Porto e apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o “Centro de Investigação Histórica”, que alberga no seu seio uma linha dedicada ao estudo das Ordens Militares.

Assim, porque se entendeu que alguns dos trabalhos realizados, nomeadamente em matéria de edição de fontes, merecem ser publicados, decidiu-se retomar o projecto antigo da *Militarium Ordinum Analecta*, que agora se apresenta como uma colecção de estudos autónomos. Como em 1997, também nesta segunda fase do projecto, a Fundação Eng. António de Almeida, do Porto, se disponibilizou para editar os volumes desta colecção. Não quero, por isso, deixar de testemunhar aqui os meus agradecimentos à referida Fundação, na pessoa do seu Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Aguiar-Branco.

Entre os diferentes projectos de edição de fontes que o “Centro de Investigação Histórica” tem entre mãos, ressalta como um dos mais significativos o *Livro dos privilégios, bulas, mercês e liberdades*, cartulário dos finais do século XV, vulgarmente conhecido como *Livro dos Copos*. Constituindo uma das fontes mais relevantes para o estudo da Ordem de Santiago, tem sido a sua importância repetidamente reconhecida pela bibliografia dedicada a esta temática. Neste sentido, não posso deixar de felicitar o grupo que, ao longo dos últimos anos, se empenhou na árdua tarefa de preparar esta edição.

Estando, neste momento, várias outras edições em fase de preparação mais ou menos adiantada, só me resta desejar que as respectivas publicações venham a ter lugar com a maior regularidade possível, concretizando desta forma o projecto que desde o início preside à publicação da *Militarium Ordinum Analecta*.

Porto, Dezembro de 2006

LUIs ADÃO DA FONSECA

INTRODUÇÃO

A publicação do “Livro dos Copos” integra-se no projecto de divulgação de fontes históricas relacionadas com as Ordens Militares presentes em Portugal, desenvolvido no âmbito do Centro de Investigação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este centro constitui uma Unidade de Investigação / I&D, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que se encontra em funcionamento desde 2003 e é coordenado pelo Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem. As actividades realizadas ao abrigo do sub-projecto de investigação sobre “Ordens Religiosas e Militares: perfil sócio-económico e relações de poder”, no último triénio, centraram-se, em particular, na transcrição paleográfica do “Livro dos Copos”, na elaboração dos sumários da documentação nele copiada e nos índices antroponímico e toponímico referentes à mesma.

O grupo de investigadores que participou neste trabalho de edição é constituído por Paula Pinto Costa, Isabel Morgado S. e Silva, Maria Cristina Pimenta e Joel Mata. Na fase final do trabalho, o Dr. Manuel Ramos, especialista em latim medieval, colaborou na revisão dos textos escritos em latim. Importa ainda registar a ajuda prestada por outros investigadores desta unidade, como foi o caso particular do Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem. De forma muito especial, queremos deixar expresso o nosso profundo reconhecimento ao Prof. Doutor José Marques, que, mais uma vez, aceitou esclarecer as dúvidas que lhe colocámos. Experiente na edição de fontes e conhecedor da matéria histórica que constitui o cerne do projecto, repetidamente reiterou o seu incentivo à equipa e discutiu a obra quando solicitado. Para além destas ajudas, agradecemos ainda à Prof.^a Doutora Maria José Azevedo Santos pelo esclarecimento paleográfico de algumas palavras.

O “Livro dos Copos” é um cartulário da Ordem Religiosa e Militar de Santiago, mandado fazer por D. João II, no ano de 1484, designação pela qual é conhecido. No entanto, o título exacto está indicado logo no início, onde se pode ler: *“Livro das bulas, graças e doações, mercês, privilégios e liberdades que os santos padres e os reys pasados de gloriosa memoria derão e concederão a Ordem da Cavalaria de Santiago da Espada nestes reinos de Portugal ho qual livro se chama vulgarmemente dos copos e foi mandado fazer por el rei Dom João o 2º que Deus them sendo guovernador e perpetuo administrador da dita Ordem. No ano de 1484 em Santarem”*¹. A interpretação desta designação poderá reunir explicações várias. Duas delas parecem-nos mais plausíveis. A primeira, e a mais sólida, remete-nos para o cargo de copeiro, ou

¹ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 1.

seja, o oficial que coopera no zelo das receitas e administração da casa real. Sugestivamente, o copo também pode ser um componente de uma rede de pesca, onde se captura e reserva o peixe, o que poderá ter uma eventual conotação com os direitos que a Ordem pretende arrecadar através destes documentos. A segunda prende-se com a sua associação à terminologia militar, sendo o copo uma das partes da espada. A este nível, porém, tenha-se presente que, na época de elaboração do códice, o termo copo não era corrente e a peça correspondente era conhecida por guarda.

Do ponto de vista arquivístico, a fonte que agora publicamos está conservada no IAN/TT, sob o n.º 272 da Ordem de Santiago / Convento de Palmela. Este códice foi integrado, há cerca de uma década, no amplo núcleo documental denominado de Mesa da Consciência e Ordens, sob o título de Mestrado da Ordem de Santiago, subtítulo Ordem de Santiago / Convento de Palmela, e é mencionado a par de outros fundos que integram bulas, privilégios, mercês, estatutos, ordenações, regimentos e regras da referida instituição².

A estrutura do “Livro dos Copos” é composta por 19 partes. De uma maneira muito geral, a primeira delas, e mais extensa, integra documentação de proveniência apostólica, a segunda tem documentação régia que concede ou confirma privilégios aos Santiaguistas, e a quase totalidade das restantes contém diplomas organizados por uma referência geográfica. Estas partes não apresentam sequência temporal interna, são muito desequilibradas no número de documentos que as integram e estão, devidamente, assinaladas pelos copistas, em 469 fólios, frente e verso, aos quais se seguem alguns outros em branco (até ao fl. 474), precedidas de uma nota de apresentação, um fólio de índice sem qualquer continuidade, uma lista dos Mestres, um elenco das festas religiosas observadas pelos freires, um prólogo e uma tabuada que, pontualmente, não permite estabelecer uma relação directa com os documentos apresentados no corpo do cartulário, tudo isto expandido ao longo de 27 fólios, frente e verso, não numerados e aos quais decidimos atribuir uma numeração, assinalada entre parêntesis rectos. Cronologicamente, a documentação aqui inserida situa-se entre os reinados de D. Afonso Henriques e D. João V. Após a primeira fase, ou seja, a que foi lavrada no reinado joanino na sequência da sua decisão de 1484 foram acrescentadas cópias de diversos outros documentos, sem, no entanto, serem integrados em qualquer apartado definido.

O códice é constituído por 574 documentos, dos quais 241 estão insertos em outros diplomas. Cerca de 30% deste acervo é escrito em latim. Do conjunto total dos documentos, 17 são do séc. XII, 98 do séc. XIII, 155 do séc. XIV, 110 do séc. XV, 143 do séc. XVI, 8 do séc. XVII, 12 do séc. XVIII, um de ano indeterminado e 30 não têm referência expressa à data. Assim sendo, e excluindo os 30 diplomas não datados, 375 dizem respeito a uma cronologia anterior à própria decisão da elaboração do livro e primeira fase do respectivo registo, isto é, o início da década de 90 do séc. XV. Do ponto de vista formal, o livro é escrito em papel, por várias mãos, em diferentes épocas e anotado com bastante frequência. É de sublinhar que é embelezado com iluminuras e miniaturas e, por vezes, tem títulos escritos com tinta vermelha e, muito provavelmente, para chamar a atenção do que está registado, é desenhada uma ou duas mãos, com o dedo indicador apontado para o texto³. É de registar, também, que a ornamentação do livro diminui substancialmente a partir do momento em que termina o seu núcleo inicial ou primitivo, elaborado sob a égide de D. João II.

² FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias e JARA, Anabela Azevedo – *Mesa da Consciência e Ordens*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1997, p. 305-311.

³ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 321v.

O conteúdo desta fonte escrita integra, sobretudo, documentação de proveniência régia e apostólica, a qual, na sua globalidade, define e confirma à Ordem de Santiago os seus direitos de carácter jurisdicional, na sua dupla vertente temporal e espiritual, bem como o amplo conjunto de privilégios e propriedades, sendo evidentes os conflitos centrados no exercício de diversas prerrogativas. A estes acrescem outros diplomas, em número mais reduzido, mas que, embora sejam provenientes da própria Ordem, respeitam os objectivos que acabamos de indicar, como forais concedidos por esta instituição, aforamentos e escambos de propriedades e excertos de textos normativos. Assim, este registo pode ser considerado como um dos elementos do processo de afirmação da Ordem, que reverte em benefício da monarquia, a qual faz um esforço por compilar os documentos que garantem o exercício do poder. De resto, o rendimento que estes bens proporcionam reverte em proveito da própria corte, atendendo a que D. João II é governador do Mestrado.

Identificar os objectivos que presidiram à elaboração desta obra joanina é um exercício muito interessante que nos conduz à esfera do poder e a um conjunto de intencionalidades de alcance político⁴. Sistematizemos, apenas, os mais pertinentes.

De acordo com expressões do próprio código, o mesmo inscrevia-se na “*guarda e segurança da dita Ordem*”⁵. Como já afirmámos, trata-se de um cartulário mandado fazer por D. João II, como governador da Ordem de Santiago, no ano de 1484, numa iniciativa que deve ser entendida como aproximação da instituição santiaguista à monarquia, no contexto dos conturbados acontecimentos que haviam conduzido à morte do Duque D. Diogo, governador de Cristo, isto é, uma Ordem Religioso-Militar que, desde a data da sua fundação, fora definida como uma instituição de perfil nacional.

Anos mais tarde, em 1490, altura em que o escrivão do cartório, Álvaro Dias de Frielas, dá por terminada a tarefa de copiar as escrituras que integram o “Livro dos Copos”, uma outra circunstância poderá ter reiterado a estratégia joanina, já que a morte do príncipe herdeiro, D. Afonso, no ano de 1491, colocaria o monarca perante um dilema, sobejamente conhecido e historiograficamente clarificado. Na impossibilidade de D. Jorge, filho bastardo de D. João II, assumir o governo do reino, o monarca solicita a Inocência VIII autorização para lhe entregar o governo das Ordens de Santiago e Avis. Com efeito, a 12 de Abril de 1492, no mosteiro de S. Domingos, em Lisboa, os cavaleiros santiaguistas fazem prova da sua obediência ao novo “Mestre”, o duque D. Jorge. Não terá sido, assim, por acaso, que assumindo um posicionamento semelhante ao de D. João II, também no ano de 1492, D. Manuel, como governador da Ordem de Cristo, tenha decidido mandar fazer um livro, em um volume, ordenado cronologicamente e por matérias, para onde fossem copiadas as escrituras da instituição – *Livro das Escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*⁶ – justificando, inclusive, essa decisão com argumentos semelhantes aos invocados outrora pelo monarca, como governador dos santiaguistas, nomeadamente a necessidade de preservar o cartório. Como muito bem anota Jacques Le Goff, a propósito da crítica histórica aplicada à desmontagem do “documento-monumento”, muitas são as dificuldades de, neste processo – e citamos – “explicar o significado de um documento-monumento como um cartulário”. E reforça: “um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. (...) Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo,

⁴ FONSECA, Luís Adão da – A memória das Ordens Militares: o Livro dos Copos da Ordem de Santiago, in *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, 1991, p. 15-22.

⁵ IAN/TT, OS/CP, Código n.º 272, fl. 380.

⁶ IAN/TT, OC/CT, Código n.º 234, fl. 3.

cria-o"⁷. Aplicando este raciocínio ao caso concreto que estudamos, afigura-se claro o reforço do poder destas instituições, que se pretendiam, não obstante a sua identidade, cada vez mais, na órbita do poder real. Dito por outras palavras, o que se procurava era definir de forma inequívoca o poder das Ordens e sustentar juridicamente o poder régio exercido no seu seio.

Deixando o paralelismo com a Ordem de Cristo, voltemos aos factos mais imediatos. A 9 de Junho de 1490, é afirmado que *"per as sobredictas letras fazem fim as scripturas da Ordem de Santiago, convém a saber, aquellas que por mandado da alteza d'el Rey nosso senhor como perpetuu administrador da dicta Ordem foram entregues a mym dicto scripvam da dicta Ordem e cartorio pello muito honrrado Fernam Rodriguiz de Lucena capellam do dicto senhor a que sua Real Senhoria desto encarregou e foram por mym acabadas d'escrerver e poer em este tonbo"*⁸. Por sua vez, em 1498, D. Manuel, constatando que o livro não tinha sido autenticado, autoriza que o mencionado Álvaro Dias de Frielas possa exercer a sua autoridade de tabelião público para *"acabar e actorizar o dicto livro como deve e pertence fazer e o assyne ao pee de cada lauda e ponha em elle seu pubrico sinal como ho acostumava fazer e os dictos seus trellados"*⁹.

A necessidade da definição institucionalizada do poder, pode mesmo presidir à continuidade que Álvaro Dias de Frielas dá a essa tarefa, acrescentando ao cartulário outros documentos. De resto, mais tarde *"por sua amtguidade e vilhice e amdarem algũas cousas mal tresladasas foi mandado reformar e fazer outro livro de novo por el rei Dom Anrique que samta gloria aja por Francisco Nunez de Pavia seu escrivão da camara como consta do alvara de Sua Alteza tresladado no dito livro novo"*¹⁰.

Independentemente da complexidade da decisão tomada por D. João II e pelos seus continuadores e da dificuldade em perceber os seus objectivos mais imediatos ou menos expressos, importa sublinhar a utilidade desse esforço também na óptica do historiador, pela razão óbvia que nos legou mais uma fonte escrita – o "Livro dos Copos". Uma introdução a um trabalho desta natureza é sempre bastante selectiva e não pode contemplar muitos dos aspectos que gostaríamos de sublinhar após uma leitura pormenorizada dos documentos ao longo de três anos de trabalho.

Neste sentido, resta-nos esclarecer alguns elementos relacionados com os critérios de edição desta fonte medieval. Apesar de as opções de edição serem múltiplas, a principal preocupação consistiu na fidelidade à fonte escrita, tornando-a acessível, recorrendo às normas reconhecidas pela comunidade científica e primando pela simplicidade da apresentação da fonte. Na transcrição, respeitámos a sequência dos documentos ao longo do códice e utilizamos as normas propostas pela Comissão Internacional de Diplomática, adaptadas para o caso português pelo Padre Avelino de Jesus da Costa¹¹. Cada documento é precedido de um número sequencial por nós atribuído, da sua datação, com os elementos cronológicos e tópicos, e da especificação aos documentos que nele estão insertos, nos casos que assim ocorra. Sempre que a documentação apostólica indica como referência cronológica a especificação do ano de um pon-

⁷ Le GOFF, Jacques – Documento-Monumento, in *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. *Memória – História*. Porto: I.N.-C.M., 1984, p. 104.

⁸ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 202

⁹ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 215.

¹⁰ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 1.

¹¹ COSTA, Padre Avelino de Jesus da – *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.ª edição (muito melhorada), Coimbra, 1993.

tificado, recorreremos à cronologia apresentada pelo Padre Manuel Oliveira¹². A edição que agora damos à estampa deparou-se com muitas dificuldades, algumas delas devido ao facto de, já na época em que o cartulário foi feito, os copistas terem sentido dúvidas várias, visíveis em diversos espaços em branco deixados nas cópias dos documentos¹³ e em muitas anotações feitas nas margens do livro, que corrigem o que consta no corpo do texto, incluindo datas, como por exemplo: “*Esta Era esta errada porque por ella ainda reinava Sancho 2º e esta carta he de Afonso 3 e deve ser o X [entenda-se, aspado] asim plicado porque asim vale 40*”¹⁴. Apesar de discutível, não fizemos a tradição documental, o que exigiria uma recolha sistemática dos documentos relativos à Ordem de Santiago. Ressalte-se, apenas, que todos os diplomas que constam do “Livro dos Copos” são cópias simples, notariais ou até públicas-formas, que há uma reduzida percentagem de documentos aqui copiados e publicados em colectâneas documentais, a par de textos que aparecem em outras fontes relacionadas com a Ordem de Santiago. A própria extensão da fonte que publicamos e a necessidade imperiosa de respeitarmos os prazos de execução deste projecto financiado pela FCT são os dois factores que mais podemos evocar em justificação da nossa opção. Assim, é nossa intenção publicar um segundo volume com os índices temático, toponímico e antroponímico, bem como com alguns estudos relacionados com temáticas abordadas no “Livro dos Copos” e elementos referentes à tradição documental, tendo por base textos manuscritos e publicados.

No final são apresentados os sumários de todos os diplomas, que integram a data cronológica e tópica, uma sùmula do conteúdo do documento e a indicação da fonte e do fòlio a que respeita o mesmo. Sempre que existem insertos foram assinalados e, igualmente, sumariados. A remissão entre o corpo do cartulário e os sumários é feita a partir do número que atribuímos a cada diploma. Por sua vez, a lista dos documentos ordenados cronologicamente tem a indicação do seu número, mencionado entre parêntesis recto, incluindo os insertos, aos quais foi atribuído o mesmo número, acrescido da menção à sua qualidade de inserto.

Os critérios da edição da documentação em latim são, no essencial, os que se aplicaram para os documentos escritos em português. Como critérios tipográficos mais relevantes, não fizemos a distinção entre “e” vogal e “e” ditongo (ae, oe), registando ambos por “e”, como é habitual no latim medieval. De igual forma, não restituímos o “t” antes de “i”, mas mantivemos a grafia com “ci”. Sempre que as geminadas “tt” surgem sob a forma de “ct” (sobretudo em *litterae* e no verbo *mictere* e seus compostos), mantivemo-las. Como é habitual no latim medieval, as semivogais “u” e “i” antes de vogal surgem sob a forma de consoantes “v” e “j”. Por vezes, em final de palavra, há a preferência por “d” em vez de “t” (p. ex. *velud, capud*) e nós mantivemo-las.

Na edição do texto latino, desenvolvemos as abreviaturas, dotámos o texto de uma pontuação mínima, a indispensável para a boa compreensão do mesmo. Em aparato registámos as intervenções, correcções e glosas que copistas ou leitores deixaram à margem, pois há a consciência de erros de transmissão. Raras vezes fizemos intervenções no corpo do texto, pois o nosso principal objectivo foi proceder à simples transcrição da fonte.

¹² OLIVEIRA, Padre Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Edição revista e actualizada. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 285-290.

¹³ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 20v, 24v, 49v e 50, constituem bons exemplos desta situação.

¹⁴ IAN/TT, OS/CP, Códice n.º 272, fl. 145, escrito por outra mão, na margem direita.

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

O fundo documental apresentado foi transcrito conforme as regras da Comissão Internacional de Diplomática, adaptadas para o caso português pelo Padre Avelino de Jesus da Costa – *Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.ª edição (muito melhorada), Coimbra, 1993.

Considerando os princípios base enunciados neste “guia normativo”, permitimo-nos relembrar, pontualmente, alguns dos mais pertinentes no caso em apreço:

1. Desdobraram-se todas as abreviaturas.
2. Actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas.
3. Actualizou-se, de igual modo, o uso da cedilha na consoante “c”.
4. Procedeu-se à separação ou à união de palavras que estavam indevidamente juntas ou divididas. As proclíticas e as aglutinadas foram divididas por apóstrofo, à excepção dos casos que permitiam considerá-las como um único vocábulo.
5. Respeitou-se a existência do til (~) em cima da letra “u”, nas diferentes grafias das palavras “hua(s)”, “algua(s)”, “nenhua(s)”, por consideração ao seu valor fonético.
6. Mantiveram-se as consoantes duplas no meio e no final das palavras e no início reduziram-se para uma só.
7. Mantiveram-se as vogais duplas no meio e no final das palavras e no início reduziram-se para uma só, excepto nos casos em que se tratava de uma vogal aberta.
8. Os erros existentes nas palavras que poderiam dificultar a compreensão do texto foram anotados com (*sic*).
9. As omissões ou reconstituições de texto foram assinaladas entre parêntesis rectos – [] – e com caracteres em itálico.
10. As dúvidas de leitura foram assinaladas por (?).
11. As letras ou palavras entrelinhadas no texto foram assinaladas com < >.
12. As expressões ou palavras latinas que constam dos textos redigidos em português medieval apresentaram-se com caracteres em itálico.
13. A numeração e/ou os elementos de referência cronológica respeitaram, na sua transcrição, a grafia dos diplomas (numeração romana, árabe e formas escritas por extenso). Também foi respeitada a utilização do “X” aspado (X^L) e do “R”, equivalentes ao valor 40.
14. A pontuação existente foi mantida e complementada, de forma reduzida, seguindo o sistema actual.

TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL



Livro dos Copos, [3]

Ordem de Santiago, Convento de Palmela, liv. 272

PT-TT-OSCP7A717272

Imagem cedida pelo IAN/TT

TABUADA

[fl. 1] Livro das bulas, graças e doações, merces, privilegios e liberdades que os santos padres e os reys pasados de gloriosa memoria derão e concederão a Ordem da Cavalaria de Santiago da Espada nestes reinos de Portugal ho qual livro se chama vulgarmemente dos copos e foi mandado fazer por el rei Dom João o 2º que Deus them semdo guovernador e perpetuo administrador da dita Ordem. No ano de 1484 em Santarem¹.

Item por sua amtguidade e vilhice e amdarem algũas cousas mal tresladadas foi mandado reformar e fazer outro livro de novo por el rei Dom Anrique que samta gloria aja por Francisco Nunez de Pavia seu escrivão da camara como consta do alvara de Sua Alteza tresladado no dito livro novo.

Item não faça duvida a folha que neste Livro dos Copos esta tresladada na ordenação e detreminação geral que ho mestre Dom Pedro Esquacho fez com ho comendador moor e mais cavaleiros e freires da Ordem por que ho dito Francisco Nunez de Pavia a escreveo na verdade por a dita folha que he a fl. C^{to} LXXX do dito livro estar rota e de todo gastada e por verdade fiz esta declaração e asinei de meu costumado sinal. Em Lixboa aos XXII de Janeiro do ano de mil quinhentos e oitenta e hum anos.

(Assinado): FRANCISCO NUNEZ DE PAVIA

[fl. 1v, em branco]

[fl. 2] Pasou sobre a recadação das remdas das comendas de Canha, Alcouchete, Aldeã Galega e Alhos Vedros que ho Samto Padre aplicou a sua instancia a Mesa Mestral e que as rendas das ditas comendas se despendesem por orden dos deputados da Mesa da Conciencia.

Item alvara que el rei Dom Anrique que samta gloria haja pasou sobre os desembargos, officos e cousas tocantes as comendas do Mestrado de Samtiaguio e Ordem per que devião correr e ser despachadas.

fl. 386

¹ A última frase está escrita por outra mão.

Item breve do Papa Gregório XIII dat Rome anno 1575 per que confirma todos os privilegios depois do Concilium vid (?) assim e da maneira que Pio 5º confirmou em Castella a Ordem de Santiago². fi. 387

[fl. 2v] Tavoada d'algũas cousas que estão tresladadas no livro novo que não estão neste livro velho o qual livro novo esta na Mesa da Comciencia e Ordeens.

Item alvara do Mestre Dom Jorge sobre as visitações das igrejas da Ordem de Santiago. fi. 83

Item alvara do cardeal Ifante em que manda aos seus visitadores que não visitem as igrejas da Ordem. fi. 83

Item detreminações dadas por el rei Dom Sebastião e dom prior e comendador moor e Trezes na difinção sobre o capitulo geral que Sua Alteza celebrou na cidade de Lixboa no ano de 1564.

Item alvara do Mestre Dom Jorge sobre as visitações das igrejas do Mestrado. fi. 255

Item carta do cardeal Ifante pera ho Mestre Dom Jorge sobre a paga dos priores e pessoas que insinão a doutrina christãa nas igrejas do Mestrado de Samtiagu. fi. 385

Item alvara que el rei Dom Sebastião que Deus them. fi. 385

[fl. 3]³ Tombo do cartorio da Ordem e Meestrado bem aventurado Apostollo Santiago em estes regnos de Portugall e do Algarve das muy santas bullas, privilegios e piedosas letrras concedidos e outorgados pellos Santos Paadres e Santa Igrreja Romana aa dita Ordem e muitas doaçoões que os reys da bem aventurada memoria fezerom aa dita Ordem de vilas, fortellezas, possissõoes, propriedades, rendas, padrroados das igrejas e muitos senhores e virtuosas donas que por serviço de Deus e bem de suas almas muito do seu aa dicta Ordem dotarom come adiante faz mençom e por booa guarda e reparaçom dellas por mandado d'el rey Dom Joham ho segundo nosso senhor foram dadas a este tomba e postas em estes vollumes como de todo no seguinte prollego adiamte⁴ titullado inteiramente faz mençom. Porem eu scripvam do dicto cartorio por principio desta obra faço primeiramente aqui memoria que em huum livro que grande parte reconta dos reys passados e de como gaançarom a terra aos infieis achey hũa estoria escripta cuja conclusam he: que el rey Dom Afonssso ho quarto teendo cerquada a cidade de Coimbra avendo muito que a nom podiia tomar hyndo huum diia do seu arrayal huum nobre homem que era enlecto bispo da dita cidade de Coinbra e era diia sancto como diz que estavam certas molheres aseentadas ao sol, *convém a saber*, em hũa aldea honde ho dito enlecto pousava e cantavam hũa cantiga dizendo a seu Apostollo Santiago cavalleiro muito honrrado antre os moouros muy esforçado. E diz que o dicto enlecto bispo ouvindo as cantar esta cantiga deteve ho cavalo em que hiia e escuytou a cantiga e começou de riir contra contra (*sic*) os seus escudeiros dizendo lhe nom olhaaes aquella cantiga que aquellas molheres cantom

² Este item foi escrito por outra mão.

³ Neste fólio, à esquerda, há uma miniatura de um prelado diocesano.

⁴ De outra mão e à margem: "Ano 1484". Escrito entre a linha que termina com a palavra "adiamte" e a seguinte.

Santiago nunca foy cavalleiro nem pellejou co os moouros ante era contemporativo que servia a Deus. E aquellas molheres cantom lhe cavaleiro muito honrado antre os moouros muy esforçado. Diz a estoria que este enllecto se foy assy riindo pera sua pousada. E que foy certa cousa que aquella noyte jazendo em sua cama, *convém a saber*, acordando do primeiro sono lhe apareceu o dicto Apostollo Santiago armado em cima de hum muy fremoso cavalo branco e com sua lança na mão co a bandeira de Christo e disse ao enleyto: dize porque escarnecias das molheres que me a cantiga cantavam. Como tirar me queres tu ho nome que me Jhesus Christo deu de seu cavalleiro contra os moouros tanto que for manhãa vay logo a el rey Dom Afonso e di lhe que tal diia venha com sua gente combater a cidade de Coimbra sobre que ha tanto que esta e de ho conbate por tal porta e eu a essas oras seer ally com elle da parte de dentro e lhe abrirey as portas e nos moouros faremos tal estrago que a cidade ficara por sua. E por te crreeer da lhe taaes sinaaes. E o dicto enleyto ao outro diia contou tudo ao dicto rey Dom Afonso e foy certo que asy aconteceo e dally endiante nas pellejas sempre chamarom por elle e aa sua vespora e ao seu diia o dicto bispo lhe fazia sempre sollenes festas e teve nelle toda sua vida muyto grande devoçom. Deo Gracias⁵.

[fl. 3v]⁶ Era de mil e duzentos e oyto anos foy levantada a Ordem do bem aventurado Apostollo Santiago.

O primeiro Meestre que levantou a Ordem foy Dom Pero Fernandez e foy IX anos Meestre e morreeo Meestre.

O segundo Meestre foy Dom Fernam Diaz e foy IIII^o anos Meestre e leixou o Meestrado.

O III^o Meestre foy Dom Sancho Fernandez de Lemos e foi VI anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O IIII^o Meestre foi Dom Gonçalo Ordenez e foy dezoito anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O V^o foi Dom Sueiro Rodriguiz e foi dous anos Meestrrre e morreeo Meestre.

O VI^o foi Dom Fernam Gonçalvez e foy XIII^o anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O VII^o foy Dom Paay Airas e foy IIII^o anos Meestre e morreeo Meestrrre.

O VIII^o foi Dom Garcia Rodriguiz d'Arençom e foi dous anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O IX^o foi Dom Magister Barregom e foi tres anos Meestre e matarom no os moouros.

O X^o foi Dom Garcia Gonçallvez de Mendamyo e foi dous anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O XI^o foi Dom Fernando Choca e foi dous anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O XII^o foi Dom Pero Gonçallvez e foy Meestre IIII^o anos e morreeo Meestre.

O XIII^o foi Dom Rodrigo Yenhegez e foi III^o anos Meestre e leixou ho Meestrado.

O XIII^o foi Dom Paay Periz e foy XXXIII^o anos Meestre e morreeo Meestre no mes meado de Fevereiro Era de mil e trezentos e quatorze annos.

O XV^o foi Dom Gonçalo Rodriguiz Girom foi Meestre V anos e III meses e matarom no os moouros.

O XVI^o foi Dom Pero Nunez e foi Meestre VII anos.

O XVII^o foi Dom Gonçalo Matel e foi Meestre VIII^o anos

⁵ Na margem inferior esquerda, de outra mão: "*Mente que este cazo foi no tempo de Fernando Magno de Hespanha na Era de 1045 muito antes de haver reys de Portugal por sinal que o tal bispo de que elle ignora o nome se chamava Stephano Vicente licenciado, Francisco Caro de Torres na historia das ordens militares. Livro 1, § 5, fl. 4*".

⁶ Este fólio tem no início a espada de Santiago desenhada. Na margem esquerda, de outra mão: "*1208 anos. He falso por que esta Ordem foi confirmada por bulla de Alexandre 3^o que esta neste livro a fl. 308 e foi no anno de 1175*". Segue-se, de outra mão: "*O senhor que fes esta letra asima não soube o que disse porque nisso mesmo confirmou o que este dis porque o an (sic) de 1175 [h]e o mesmo que Era de 1208*".

O XVIIIº foy Dom Pero Ferrnandez Matreya foi Meestre cinco anos e meio e morreeo Meestre.
 O XIXº foi Dom Joham Usorez foi Meestre XVIIIº anos e leixou ho Meestrado.
 O XXº foi Dom Diogo Moniz e foy Meestre oyto annos e morreeo Meestre.
 7º XXIº foi Dom Garcia Ferrnandez e cegou e este leixou ho Meestrado.
 O XXIIº foy Dom Vasco Rodriguiz e foy Meestre oyto annos e morreeo Meestre.

[fl. 4] Seguem se as festas que os freires sam obrigados guardarem de totalas obras em cada hum ano.

Item totalas dos Apostollos XII.

Item Circumcissio Domini.

Item Aparicio Domini.

Item Sam Vicemte.

Item Santa Maria de Fevereiro Candelarum.

Item Converssio Santi Paulli.

Item Cathedra Santi Petri.

Item Mathei Apostolly.

Item Santa Maria de Março.

Item a Sesta Feira Mayor.

Item a Pascoa da Ressorreição com III dias.

Item Mathey Evangellista.

Item Fellype et Jacobi.

Item Inucencio Sante Crucis.

Item Ascemcio Domini.

Item Pintecoste com IIIº dias.

Item Sam Joham Bautista.

Item Sam Pedro e Sam Paulo.

Item Santa Maria Magdanella.

Item a Festa de Santiago.

Item Vincula Santi Petri.

Item Sam Louremço.

Item Santa Maria d'Agosto.

Item Sam Bertollameu.

Item Santa Maria de Setembro.

Item Exaltacio Sancte Crucis.

Item Mathei Apostoli et Avangelista.

Item Simonis et Jude.

Item Omnium Sanctorum.

Item Sam Martinho.

Item Santo Andrre Apostollo.

Item Sam Nicolaa.

Item a Festa de Natal com III dias.

Item Sam Tomas bispo e Martel.

Item Trransladação de Santiago.

[fl. 4v, em branco]

⁷ Na margem direita: "Periz. Folha CLXIII, Era 138".

[fl. 5]⁸ O nome de Deos seja sempre louvado.

Principiasse ho prologo a de notar quem os seguintes vollumes mandou fazer e sobre que fundamento recebam os ouvintes e pello vii doiro tempo os possuidores façom como este senhor fez e como theudos som porque como quer que todollos fiees e christãaos tanto obrigados e theudos somos aa Santa Madre Igreja porem principalmente os reys e duques a que a defensam dela he encomendada lhe sam obrigados quanto mais em mayor graao se della temporalmente recebem e carreguo ou administraçom dela teem nos seus regnos e senhorios. E porem diz minha ciivel e rude pena de licença dos auctores e dignos dos graaos e merecimentos pera semelhante assoelhar. Primeiramente com a reverencia que devo a Alteza do Real estaado a principalmente com fiel amor e reverencial temor servir e obedecer devemos e assy aa graao e nobreza dos grandes senhores e deferença das pessoas e comunalmente a todo o numero vertuoso que o presente virem e leer ouvirem per qualquer modo e maneira que aa sua noticia e capacidade veer que ho muy alto e muy excellente e muito poderoso e escrarecido senhor Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e dos Alguarves d'Aaquem [fl. 5v] e d'Aalem mar em Afrrica senhor da Guinee perpetuu administrador da Ordem e Cavalariia do bem aventurado Apostollo Santiagou nos dictos regnos e etc. movido de santa e honeesta entemçam por serviço de Deus e do dito Apostollo e honrra e bem da dicta Ordem que tam muito virtuosamente Sua Alteza deseja de comservar e em todo correger e emmendar alguuns desfallecimentos que em ella per sua Real Senhoriiia sam percalçados o dito senhor por louvor de Deus e memorar aos que sam por viir que o ajam assy de fazer e avendo respeito como os virtuosos reys seus predecessores de louvada memoria a terra toda gaançaram aos imfyees vassalos de Mafamede e nossos averssairos e as tam milagrosas façanhas que em suas batalhas per vezes lhe acomteciam *que prolixo et super fruu (sic)* seria escrepver. Soomente dos nossos dias memorando o muy noble rey Dom Joham seu bisavoo que a cidade de Cepta nas partes d'Africa per força d'armas tomou aos moouros e a povoou de christãaos que pela bondade de Deus atee oje a seu despeito he sostehuda. E da qual em cada huum dia se faz muita guerra aos moouros e em que grandes acontecimentos ouveram os condes, fidalgos e senhores que a capitania da dicta cidade tenerom e teem de que assaz as crronicas recontam. Passemos assy e digamos tambem em soma algũa parte do ilostrissimo e vitorioso rey Dom Afomssso ho quinto que Deus aja padre do dicto rey Dom Joham nosso senhor de muy santa e honeesta rellegiam leyxando as suas sobre excellentes estorias que minha mão e rude pena mal titullar saberiia que aos crronicistas perteence e do qual essas crronicas grande memoria fazem soomente aqui apontemos que per vezes passou aas dictas partes d'Africa com famosas osteas (*sic*) e grandes frotas per mar que muyta terra aos ditos moouros destroyo tomando lhes per força d'armas as vilas d'Alquacer Ceguer e depois Arzilla as quaaes villas esses moouros muy nobrecidas e povoadas tiinham. E das quaaes esse feez e comarcas suas que Deus cedo aas nossas mãaos traga soyam de seer suportados e na tomada delas trazendo infiindos moouros aa espada que muy brabamente pellejavam e catyvando muy muytos (*sic*) delles e suas mulheres e filhos e avendo grandissimos despojos de que os nosos naturaes que ally eram ouveram⁹ muy grandes proveitos tam façanhosamente se avendo ho dicto rey Dom Afonssso na tomada dellas que logo em proviso os moouros da cidade de Tanger que tam fortellezados estavam seendo certificados como o dicto rey aos d'Arzila todos aa espada trouxera fोगirom e leixaram a dicta cidade de Tamger ao dicto rey com tal temor que que (*sic*) nenhuum nom ousou ally de o esperar. Em

⁸ Este fólio começa com uma miniatura do monarca D. João II.

⁹ Na margem direita: "eram".

as quaaes batalhas e outras muy arduas de soffrer o dicto rey Dom Joham nosso senhor por serviço de Deus e acrecentamento da Sancta Fe Catholica em ydade de XVI annos começou de soffrer seendo per sua real pessooa a todo e em todallas ditas cousas com o dicto senhor rey seu padre presentem e em essa de Çamora honde na tam brava pelleja e tam tempestadosa batalha assy esforçadamente se ouve e tal estraguo e desbarato fez na gente d'armas castelhana de que essa meesma Castella grande memoria faz ficando aquelle diia e a seguinte noyte ho campo por elle dito senhor e mostrando ally seu coração e grande esforço que ousadamente nom receamdo¹⁰ prasinadores em tam temrra ydade taaes e tamanhas [fl. 6] cousas lhe vymos depois soffrer e em suas mãaos padecer. E com tamanho conselho e tam maduro e repousado assesseguo sosteer que com verdade dizer podemos com Sallamom que o seu coração he na mão do Senhor e que tudo lhe he outorgado per elle Deus e nom gaançado per arteficio honde afirmar se pode que ho anymo de fidellissimo e cathollico christãao deste Senhor allomeado per divina providencia sayo vencedor nas batalhas das suas tempestades passando assy e viindo a nossa conclusam o dicto senhor rey Dom Joham veendo como nas batalhas pellejas, correduras e algaras que os senhores condes fidalguos e nobres cavalleiros que as capitaniias das dictas cidades, vilas e logares d'Africa ja dictos tiverom e teem assy nas ja passadas como naquelas que em cada huum fazem destroindo lhe muito mais suas terras e roubando lhe os campos e grandes e millagrosos feitos fazemdo e veencendo tamanhos poderes de moouros de que assaz honrradamente som titullados e como nom seria razom passar da lenbrança a sagrada bandeira de Christo da qual ho dicto bem aventurado Apostollo Santiago he nosso alfez que nos mayores trabalhos e perigosos contra os dictos infiees senpre vay na diamteira e ao encomtrar chamando pello dicto Apostollo como por principal capitom nosso e memoria fazemdo Sua Alteza das muy santas bulas privilegios grandes e favoravees outorgamentos pelos Santos Paadres piedosamente concedidos e outorgados aa dita Ordem, Meestre, priol moor e rellegiosos e nobre cavallaria do abito tam santo do dicto Apostollo Santiago que maltratados achou demenuydos e usurpados e etc. Nom podendo sua Real Senhoria este tal dano soffrer e querendo tudo emmendar e correger por seviço de Deus e do dicto Apostollo e bem da dita Ordem e honrra de todos aquelles que do abito sam e que tam muito elles e seus familiares menbros e servidores dos dictos privilegios guozam e em cada huum diia se ajudam. E porque a dicta Ordem sempre honrradamente os tenha Sua Alteza mandou a mym Alvaro Diaz de Freellas escudeiro da casa do Iffante Dom Fernando que Deus aja e ouvidor que fuy do seu ducado de Beja e senhorio de Serpa e Mooura e por ho dicto rey Dom Joham nosso senhor escripvam da vesitação e do cartorio e judicial da dicta Ordem e pubrico notairo per autoridades apostollica e real em estes vollumes treslladar as ditas <bulas> privilegios e santas letras per tal regimento ordem e regra titullados em este tombo que sempre a dicta Ordem os tenha e delles se aja de aproveitar quando e cada vez que necessario for cujos diias e real estado do dicto rey nosso senhor ho piedoso Deus per lomgos annos com grande acrecentamento de bem em melhor prospe a seu samto serviço como sua Real Senhoria deseja. Amem. Deo gracias.

[fl. 6v, em branco]

[fl. 7] ¹¹Estormento per que no cabiido geeral o dicto senhor rey como perpetuu administrador da dicta Ordem celledrou na sua vila de Santarem com os Treze e os mais cavalleiros da dicta

¹⁰ Na margem direita: "receando".

¹¹ O texto foi escrito a vermelho.

Ordem mandou a mym dicto escripvam e notairo apostolico trresladar em estes volumes o dicto cartorio.

Saibham¹² quantos este stormento de trreslado em puprica forma dado per autoridade apostolica e real virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e oyteenta e quatro annos¹³ aos XVIII dias do mes de Mayo em a nobre villa de Santarem dentro no moesteiro de Sam Francisquo da dicta villa seendo no presente ho muy alto e muy eccellente e muyto poderoso senhor Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves d'Aaquem e d'Aallem mar em Afrrica senhor da Guynee perpetuu administrador da Ordem e Cavallaria do Apostollo Santiagou nos dictos regnos e seendo aly presentes ho reverendo padre frrey Pero Diaz priol moor da dicta Ordem e os senhores Dom Pero de Noronha comendador moor da dicta Ordem e moordomo moor do dicto senhor rey e Antom de Fariia guarda roupa moor e do seu consselho e Dom Anrique fidalgo da casa do dicto senhor e seu pousentador moor e do seu consselho e Dom Goterre outrosy fidalgo da sua casa comendador de Sezinbra e do seu consselho e Airas da Silva fidalgo de sua casa seu camareiro moor do seu consselho comendador de Messejana e Fernam Martinz Mazcarenhas fidalgo de sua casa do seu consselho capitom da sua guarda e ginetes comendador d'Almodouvar e Duarte Furtado de Mendoça fidalgo da casa do dicto senhor e do seu consselho anadaal moor dos beesteiros comendador do Torrom e Gil Vaaz da Cunha fidalgo da casa do dicto senhor e do seu consselho e Ruy Tellez fidalgo da casa do dicto senhor do seu consselho comendador d'Ourique e Alvaro d'Almeyda fidalgo da casa do Duque de Beja e comendador das entradas e Fernam Mazcarenhas fidalgo da casa do dicto senhor rey e do seu consselho comendador d'Aljustrel e Joham Correea fidalgo da casa do dicto senhor duque comendador d'Aljezur e Joham de Sousa do consselho do dicto senhor rey comendador de Povooos e senhor de Coza, todos do conto dos Treze. E ho egresio doutor Pero de Lourenço procurador da dicta Ordem e muytos outros fidalgos cavalleiros comendadores da dicta Ordem e do abito todos ally chamados e juntos segundo a regrra com o dicto senhor rey pella provydençia¹⁴ de nosso senhor cellebrando cabidoo geeral e cabidoo fazendo em presença de mym notairo apostolico e das testemunhas adiante nomeadas o dicto senhor rey como administrador perpetuu disse que sua Real Senhoria esguardando algũuas cousas que ao serviço de Deus e ao bem da dicta Ordem perteeciam achara que o cartorio da meesma Ordem, *convém a saber*, as [fl. 7v] bulas, privilegios e letras pellos Santos Paadres concedidas e outorgadas aa dicta Ordem e as doações dos reys seus antecessores das villas e lugares, terras, possisões e fortellezas que a dicta Ordem tiinha por serem muy antigas se demenuyam e usurpavom e nom era duvida ao diante viinrem a mayor detriimento e caducando se verriam em algũua duvida as quaes com boom cuidado e santa consideraçom devyam trautar se como a dicta Ordem senpre as tevesse pera delas se aver d'ajudar. Porem que pera remediar se Sua Alteza determinava, mandava com o defeito logo com acordo do dicto priol moor e comendador moor e Treze determinou e mandou e ouve por bem que as dicta bulas, privilegios, letrras e doações, *convém a saber*, todo o dicto cartorio per pessooa pubrica fielmente *de verbo ad verbum* muy verdadeiramente cada hũa per sy e todas fosseem tresladadas e dadas a huum tonbo pella guisa que em ellas fazia mençom e como em tal cousa se requeria. E porque esto nom podesse viir em duvida e em todo tempo fezessem

¹² A primeira letra desta palavra é uma miniatura.

¹³ Na margem direita: "Era 1484".

¹⁴ Na margem esquerda: "providencia".

fe e firmeza o dicto senhor rey como administrador perpetuu da dicta Ordem antrepos logo pera esto sua actoridade real e pello meesmo modo os dictos priol moor comendador moor e Trreze mandando a mym Alvaro Diaz de Frreellas escripvam da vesitaçom e do cartorio e judicial da dicta Ordem e notairo per actoridades apostollica e real que a todo era presente que trresladasse o dicto cartorio dentro nos paaços do dicto senhor que estom na sua villa d'Almeirim afastando de mym toda outra ocupaçom e negocios e nom levantando mão d'elle e atte de todo seer acabado. O quall cartorio era em poder e sob chave do dicto Antom de Faria guardaroupa moor do dicto senhor e per ho muyto honrrado Fernam Rodriguiz de Lucena capellom do dicto senhor a que Sua Alteza tambem desto encarregou. Eu dicto notairo ho dicto cartorio receby e per hũa ordenança de primeira e segunda e terceira partes e etc. de partindo sobre sy cada hũas letras assy como ao caso faziam todo meudamente apontado pella dicta repartiçom em suas deferenças e sam estas que se seguem.

Sinal do tabelião

(Assinado): ALVARO FRREELLAS

¹⁵[fl. 8] Tavoia¹⁶ das escrituras do¹⁷ cartorio da Ordem de Santiago como no principio faz mençom declarando cada hũa bula, privilegios, doações e santas letras da callidade de que som e aas quantas folhas deste tonbo cada hũa se acham segumdo regimento e ordenamça do dicto senhor rey Dom Joham nosso senhor que no seguinte modo ho mandou fazer pera sem trabalho cada hũa seer per calçada cada vez que necessario for.

1º Privillegio de Allexandre Papa em puprica forma em que intitue a dicta Ordem de Santiago em Espanha que manda aos bispos honde estiverem freires e comendas da dicta Ordem que lhes dem o santo ollyo e crisma e lhes conssagem as igrejas e altares e vasos e ornamentos e dem ordeens aos freires. E nom querendo alguum dos bispos em cujas dioceses os freires morarem algũas das dictas cousas conprir que elles se socorram a quaesquer outros bispos aos quaes Sua Santidade mandar que o façom. Este privilegio foy conceso no ano de Jhesus Christo de mill e cento e sateenta e cinco anos. Esta na primeira folha dos privilegios.

Este privilegio esta na primeira folha.

2º Treslado d'outro privilegio de Alexandre Papa per que manda a todollos arcebispos, bispos e dinidades que se alguuns creligos ou leigos tomarem ou reteverem algũas cousas da Ordem e Cavallaria de Santiago ou aos seus freires que os escomunguem e nom lhe alleventem a escomunham atee fazerem digna satisfaçom e que assy o façom contra aquelles que iradamente poserem as mãaos em qualquer dos dictos freires.

Este privilegio esta aas trres folhas.

3º Privillegio do Papa Lucio IIIº per que confirma os privilegios e graças outorgadas pello Papa Allexandre aa dicta Ordem e lhe confirma todallas vilas, castelos, lugares e igrejas que a Ordem tiinha e ao diante gaanhar ou lhe derem reys, principes e quaesquer outros senhores dos quaes beens nomea muitos.

Este esta aas quatro folhas.

¹⁵ As anotações à margem da tabuada e os caldeirões, na maior parte das vezes, foram feitos com tinta vermelha.

¹⁶ A primeira letra desta palavra é uma miniatura.

¹⁷ O restante texto foi escrito a vermelho.

E mais manda que na dicta Ordem aja hum Meestre a que todos obedeçam. E que em cada hum ano façom cabidoo e que cad'ano vesitem e decrarem muitas cousas e como se a de governar a dicta Ordem e que as igrejas que forem feitas nos lugares que os cavaleiros da Ordem tomarem aos moouros sejam isentas que nom paguem nenhũa cousa aos prellados. E que nenhuum nom tenha poder de escomungar nenhũa pesoa da Ordem nem familiares dela tirando o legado que se chama *de latere*. E que os bispos consagraram igrejas, altares, hornamentos, vasos da dicta Ordem e darom ordeens aos creligos dela e ho olleo santo e crisma sem nenhuum dirreito. E nom o querendo os bispos fazer que vão ao da Ordem a qualquer outro prellado e roga lhe que cumpram. E diz mais que a dicta Ordem ha de dar aa See Apostolica em cada hum anno dez mallechinos. Outorgada no 4 ano do seu pontificado.

Este esta aas
cinquo folhas.

4º Letra do Papa Lucio IIIº per que manda ao bispo d'Evora e ao priol de Sam Vicente que nom consentam levar aos outros prellados dizima dos fruytos que os irmãaos da Ordem [fl. 8v] de Santiago per sy ou per suas despesas lavrarem e se alguuns crelligos atentarem de lhas levar que os privem dos officos e se forem leigos que os escomunguem a privaçom ou escomunham e lha nom allevantes ataa nom fazerem digna satisfaçom.

Este esta aas
seis folhas.

5º Do Papa Lucio IIIº per que manda aos prellados de toda a Espanha que nom leve os freires da Ordem de Santiago de suas igrejas como alguuns delles costumavam por nom poderem neelles poer sentença d'escomunham. E que se o diocesano lhes nom quiser dar olleo santo e crisma que o demande a outro qualquer bispo. O qual se tiver amor aa See Apostolica lho dara sem malicia graciosamente.

Este esta aas
seis folhas.

6º Letra do Papa Gregorio per que confirma todollos privilegios, graças, liberdades outorgadas pellos Papas passados aa dicta Ordem e confirma as liberdades, isenções outorgadas pelos reys, principes. Outorgada no IIIº ano do seu pontificado.

Este esta aas
seis folhas.

7º Letra do Papa Innocencio IIIº que outorga ao Mestre e aos freires que nom paguem dizimas dos seus beens. Foi concesa no IIIº ano do seu pontificado.

Dizimas nom
p[...].

Este esta aas
VI folhas.

8º Bula em linguagem do Papa Ynnocencio que defende que nehuum nom penhore ho Mestre nem os ffreires da dicta Ordem. Esta nom esta em puprica forma.

Penhorar.

Esta esta aas
seis folhas.

9º Letra do Papa Ynnocencio manda ao arcebispo de Brragaa que nom consenta fazer nehuum agravo aos ffreires da dicta Ordem e que evite o que alguuns crelligos per mandado de seus prellados fazem, *convém a saber*, quando alguus freires veem ouvir missa aas igrejas dos crelligos elles cessam dos officos divinos como se os dictos freires fossem escomungados e alguuns bispos porque os nom podem escomungar lhe nom querem dar o olleo santo nem crisma. Elle outorga que aa dicta Ordem que em tal caso vão a qualquer bispo e lhe manda

Este privilegio esta aas VII folhas.	que sem dinheirro lhe dem o santo olleo. Foi outorgada no terceiro anno do seu pontificado.	Penho[...].
Esta letra esta aas VII folhas.	10º Letra do Papa Innocencio ¹⁸ manda que nenhum nom seja tam ousado que s'entremeta per sua actoridade penhorar nem reteer nenhũa cousa da dicta Ordem. Foy outogada no oytavo anno do seu pontificado.	Tomar.
Esta letra esta aas VII folhas.	11º Letra do Papa Innocencio per que manda ao meestre escola de Lyom que nom consenta o que alguuns creligos e leygos fazem de sua puprica actoridade alegando maos costume<s> contra os freires da nossa Ordem. Ca lhes tomam bestas e outros beens a qual cousa nom leva nehuum estilo de dirreito. Outorgada no oytavo ano do seu pontificado.	[Mestre ...].
Este estormento esta aas VIIIº folhas.	12º Letra do Papa Nicollaaoo per que manda aos comendadores da nossa Ordem nos regno<s> de Portugal e do Algarve que enlejam nos dictos regnos Mestre Provincial. O qual tenha poder no spiritual e tenporal de governar a dicta Ordem. E porem ao Mestre de Castela fica lhe ¹⁹ [fl. 9] reservado de vesitar e cor-reger em algũas cousas nom enbargante quaesquer costumes da dita Ordem em contrairo ou instituções da See Apostolica. Foy dada no IIIº anno do seu pontificado. Cuido que foi este Nicollaaoo o quarto.	
Esta letra esta aas IX folhas.	13º Huum puprico estormento co o trellado d'hũa letra do Papa Nicollaaoo IIIIº que se contem que os comendadores da dicta Ordem nos regnos de Portugal e do Algarve posam fazer Mestre Provincial nos dictos regnos e Ordem.	
Esta letra esta aas X folhas.	14º Letra de Celestino Papa V que outorga aos comendadores da nossa Ordem nos regnos de Purtugal e do Algarve que façom e enlejam antre si huum Mestre pera os aver de reger e governar e pera proveer os grandes negocios que a dicta Ordem tem em castelos, villas e outros beens e despenssa co os sobredictos poderem isto fazer posto que vaa contra a sua regra ou outros quaesquer privilegios que emanassem da corte apostolica. Foy dada no primeiro anno do seu pontificado.	
Este estormento esta aas XI folhas.	15º Letra de Celestino Papa Vº que revoga quantas letras deu em contrairo de se aver de fazer Mestre Provincial nos regnos de Portugal e Algarve e torna a confirmar o privilegio que antes tiinha dado aa dicta Ordem nos dictos regnos e praz lhe que nunca seja nem per outra letra possa seer revogada esta graça salvante se dela em especial fezese expresa mençom com o trellado della. Foy dada no primeiro ano do seu pontificado.	
	16º Huum puprico estormento co o trellado d'hũa letra de Celestino Papa Vº que os comendadores da dicta Ordem nos regnos de Purtugal e Algarve possam fazer Mestre Provinciall nos dictos regnos e Ordem.	

¹⁸ A última sílaba desta palavra foi corrigida.

¹⁹ No final deste fólio, de outra mão: "Esta taboada esta mal encadernada e salta adiante quatro folhas".

- Este estormento esta aas XII folhas. 17º Huum puprico estormento per actoridade de justiça co o trelado d'hũa letra de Cellestino Papa Vº per que confirma aa Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve que façom Mestre Provincial.
- Este estormento esta aas XIII folhas. 18º Huum trellado em puprica forma d'hũa letra de Nicollao Papa IIIº e faz mençom d'hum privilegio que o Papa Gregorio decimo outorgou aa dicta Ordem que a dicta Ordem nom pague nas dizimas que veem de Roma nem ao diante veerem salvo fazendo expressa mençom do dicto privilegio e decrara mais que o Papa Innocencio Vº ao depois mandou tirar dizima em Castella pello bispo d'Ovedo o quall costringia a dicta Ordem que pagasse na dicta dizima e a dicta Ordem socorreo se ao dicto Papa Nicollao. O qual enviou esta bula recontando estas cousas a el Rey de Castella rogando lhe que tal dizima nom consentisse que a dicta Ordem pagasse. Outorgou esta letra no primeiro anno do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XIIIº folhas. 19º Letra do Papa Bonifacio VIIIº manda ao bispo d'Evora que amoeste e faça amoestar sob algum termo de tempo todos aqueles que indebitamente reteem dizimas, dirreitos, terras ou escripturas e outras quaesquer cousas que aa Ordem perteeçam nom as querendo elles tornar sob o termo que lhe o bispo asinar ponha em elles actoridade apostolica, sentença d'escomunham [fl. 9v] e que lha nom alevante ataa elles nom fazerem digna satisfaçom. Foy dada no Vº anno do seu pontificado.
- Este trasunto esta aas XIIIº folhas. 20º Trasunto em puprica forma que contem huum privilegio do Papa Bonifacio VIIIº per que outorga aa Ordem que husem dos privilegios e graças que ata ally foram concessas pola See Apostolica. Foy dado no quinto anno do seu pontificado.
- Este privilegio esta aas XVº folhas. 21º Privilegio do Papa Bonifacio VIIIº que confirma todollos privilegios e graças que pellos Papas seus antecessores foram outorgados aa Ordem e asi confirma as liberdades, exenções e privilegios que os reys, princepes passados outorgarom aa dicta Ordem e cavaleiros dela. Foy outorgado no quinto ano do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XV folhas. 22º Letra do papa Bonifacio VIIIº manda ao bispo d'Evora que nom consenta seer feito ao Mestre e cavalleiros da dicta Ordem injuria nem opressam e se algum quiser pesseverar em lha fazer que elle per censuras eclesiasticas sem delas averem apeaçom defenda a dicta Ordem. Foy outorgada no VIº ano do seu pontificado teve vigor tres anos.
- Esta letra esta aas XV folhas. 23º Letra do Papa Bonifacio VIIIº manda ao arcediagoo de Santarem que defenda ho Meestre e cavaleiros da dicta Ordem e lhe nom consenta fazer injuria nem opresam e contra os que tall fezerem proceda per censuras eclesiasticas sem dele poderem apellar. Tem vigor por tres anos. Foy dada no VIº anno do seu pontificado.

- Este estormento esta aas XVI folhas. 24º Huum puprico estormento que contem hũa letra do Papa Bonifacio que confirma todollos privilegios e graças outorgadas pellos Santos Padres dante ele aa Ordem e Cavalaria de Santiago.
- Esta esta aas XVI folhas. 25º Letra do Papa Joham a qual enviou a el rey Dom Dinis de Portugal e lhe reconta alguuns privilegios que forom concessos pelos Papas dant'elle aa Ordem e como ho Papa Cellestino outorgou aos cavalleiros da dicta Ordem nos regnos de Portugal e Algarve que escolhessem antre sy e fizessem Mestre Provincial e depois como outros Papas ho revogaram contando tudo largamente pello qual elle rogado d'el Rey de Castella e do Mestre da Ordem em Castella que lhes socorresse a isto com dirreito pede e roga e encomenda e per este apostolico scripto manda ao dicto Rey de Portugal que nom favoreça os comendadores de seu regno ante os faça viver todos sob a obediencia do Mestre de Castella e que as rendas que levou ho Mestre em Portugal indebitamente era feito que as torne a si que he obrigado. Foy dada no primeiro anno do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XVIIIº folhas. 26º Letra do Papa Joham XXIIº manda ao arcebispo de Santiago e ao arcebispo de Bragaa que vejam o feito que he antre ho Mestre de Santiago nos regnos de Portugal e ho Mestre de Castella reconta lhe como foi outorgado aos cavaleiros da dicta Ordem em Purtugal que fizessem Mestre Provincial nos dictos regnos pelos Papas Nicolao IIIº e Celestino Vº e como depois isto foi revogado pelo Papa Bonifacio VIIIº e que vejam quanto dano pode vir aa Ordem de Portugal e Algarve per nom teerem Provincial asinando muitas razões que lhes vejam tudo e que assy ho enformem porque de tam longe nom pode saber as particularidades deste caso. Que lhes façom saber o que lhes disse parecer. Dado no IIIº anno do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XX folhas. [fl. 10] 27º Letra do Papa Joham XXIIº manda ao arcediagoo de Cerveira e outros dous que vejam antre ho Mestre Provincial de Santiago nos regnos de Portugal e ho bispo de Lixboa sobre certas igrejas que logo nomea que o Mestre diz que perteecem aa sua dada e ho bispo lhas toma quando quer que vagam e as da a quem lhe praz enformando se sobr'ello e façom dirreito a quem ho tener e quem nom estiver per suas sentenças per censuras ecclesiasticas ho costringam. Foy dada no quarto anno do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XXI folhas. 28º Letra do Papa Joham XXIIº manda ao arcebispo de Santiago que se elle por seus negocios e necessidades nom poder seer presente ao feito do Mestre de Portugal que escolha hũa pessoa ydonea e pertencente que em seu nome de fim ao feito d'antre o dicto Mestre e o Provincial de Castella. Foy outorgada no quarto ano do seu pontificado.
- Esta esta aas XXI folhas. 29º Hũa do Papa Joham XXIIº que comete ao bispo do Algarve a causa d'antre os Meestres de Santiago de Portugal e Castella

em vez do arcebispo de Bragaa o qual nom pode neella entender por sua velhice e lhe da o poder que ao dicto arcebispo tiiha per outra letra dado e se ele for empedido que escolha outro²⁰ ou outros em seu lugar que sejam pesoas discretas os quaes com ho arcebispo de Santiago vejam este feito. Foy dada no VII ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas XXII folhas.

30º Letra do Papa Joham XXIIº escrepve ao bispo do Algarve que pois por sua velhice nom podia seer presente na inquiriçom e feito d'antrre os Meestres de Santiago de Portugal e Castella que elle cometesse suas vezes a algũas pesoas dignas pera com os dellegados do arcebispo de Santiago se desse fim ao dicto fecto. Foy dada no VIIº ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas XXII folhas.

31º Letra do Papa Urbano Vº outorga ao Mestre Gil Fernandez Provincial da dicta Ordem nos regnos de Portugal que escolha confessor ydonyo que o asolva aa ora da sua morte a culpa e pena. Foy dada no quarto ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas XXIII folhas.

32º Letra do Papa Urbano VIº confirma aa Ordem nos regnos de Portugal todolos privilegios e graças que os Papas seus antecessores outorgarom aa dicta Ordem e todas isenções, liberdades que os rex e principes e outros fiees christãaos derom aa dicta Ordem. Foy dada no decimo anno do seu pontificado.

Esta letra esta
as XXIII folhas.

33º Letra do Papa Bonifacio VIIIº que faz conservadores da dicta Ordem nos regnos de Portugal e Algarve ho bispo da Guarda e ho abade de Boiro e o priol de Santa Cruz de Coimbra pera nom consentirem que aa dicta Ordem tomem vilas nem castelos nem outros nenhuns beens nem consentam fazer injurias nem desaguisado aos freires da dicta Ordem dando lhes poder pera quem os premer (*sic*) os façom desestir com censuras ecclesiasticas. Foi outorgada no XIIº ano do seu pontificado.

Conservatoria.

Esta letra esta
aas XXIIIº folhas.

34º Letra do Papa Bonifácio VIIIº que asolve ho Mestre Mem Rodriguiz e os cavaleiros da Ordem de Santiago e os que com elles foram nas guerras de Castella dos omecidios e males que se na dicta guerra fizeram. Foy outorgada no duodecimo ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas XXV folhas.

35º Letra do Papa Bonifacio VIIIº que confirma aa Ordem nos regnos de Portugal e Algarve todollos castellos, vilas, lugares e terras que a dicta Ordem tem e ao diante [fl. 10v] lhe forem dadas per qualquer fiees christãaos e asy confirmou todolos privilegios, graças, liberdades e iseições que aa dicta Ordem foram outorgadas pelos Papas dantes dele e per todos preladados, reys e principes e que gozem e ajam todos privilegios, graças, honrras que sam outorgadas ao Mestre e cavaleiros de Castela da dicta Ordem. Foy dada no dozeno ano do seu pontificado.

²⁰ Esta palavra tem um "s" riscado.

- Este estormento esta aas XXV folhas. 36º Trrellado em puprica forma com hũa letra do Papa Bonifacio nono escrepviia a el rey Dom Joham que ouvesse Mem Rodriguiz de Vasconcelos por Mestre Provincial da dicta Ordem nos reynos de Portugal e Algarve e ho honrrasse e favorecesse.
- Este estormento esta aas XXVIº folhas. 37º Trrellado em puprica forma com hũa letra do Papa Bonifacio VIIIº manda a ho comendador moor e aos cavalleiros da dicta Ordem nos regnos de Portugal e do Algarve que obedeçam e ajam por seu Mestre Provincial Mem Rodriguiz de Vasconcelos.
- Este trasunto esta as XXVIIIº folhas. 38º Trrellado [e]m puprica forma com hũa letra do Papa Bonifacio VIIIº manda aos vassalos e a outras pessoas do dicto Meestrado nos regnos de Portugal e Algarve que obedeçam ao Mestre Dom Mem Rodriguiz com castelos, vilas e totalas cousas que ao dicto Meestrado perteecem.
- ²¹Este estormento esta as XXIX folhas. 39º Huum estormento puprico com hũa letra do Papa Bonifacio VIIIº que faz o bispo d'Evora conservador e defensor da dicta Ordem nos regnos de Portugal e Algarve.
- ²²Este trasunto esta as XXX folhas. 40º Transunto de hũa letra do Papa Martinho que recebe em sua guarda e da See apostolica a dicta Ordem com todos seus beens e cousas que a ella perteecem e quer que os Mestres e freires da dicta Ordem sejam isentos e ynmediatos a elle e aa See Apostolica. E quebranta todos los intreditos escmunhões que sobre elles e suas igrejas e moesteiros atee aly foram postos. Dada no onzeno ano do seu pontificado.
- Esta letra esta aas XXX folhas. 41º Letra do Papa Martinho Vº dirigida ao governador e comendadores da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve per que recebe a eles e a suas casas, igrejas e lugares em defensam e da See Apostolica e lhes confirma totalas graças, privilegios que os Papas dante elle outorgarom aa dicta Ordem e asi confirma as liberdades e isenções que pellos reys e principes foram outorgadas aa dicta Ordem. Dada no trezeno ano do seu pontificado.
- Este estormento se começa aas XXX folhas²³. 42º Trrellado per actoridade de justiça em que se contem muitos arrtigos e privilegios e modo<s> que na Ordem se am de teer asy do que pode seer antre a dicta Ordem e os prellados como do que ham de fazer os Mestres e cavalleiros dela. Os quaes capitullos mandou Dom Anrique Mestre de Santiago em Castela ao Ifante Dom Joham governador da dicta Ordem em Purtuga (sic) e Algarve.
- Esta letra esta as XXXII folhas. 43º Hũa letra do Papa Nicollao Vº que outorga ao Mestre e cavalleiros da dicta Ordem nos reynos de Portugal e Algarve aos que entom eram e agora som e ao depois [fl. 11] forem totalas graças, privilegios outorgadas pelos Papas a dicta Ordem, Mestre e cavalleiros em Castella. Foy dada no VIº ano do seu pontificado.

Exempção do Papa Martinho.

²¹ Na margem existem umas letras de impossível leitura.

²² Na margem existem umas letras de impossível leitura.

²³ Na margem, de outra mão: "*nelles dis que o Rei e o Mes[tre] castiga os freires clerigos*".

Esta letra esta as XXXIII folhas.	44º Letra do Papa Nicollao Vº que manda ao bispo de Cepta e ao abade d'Alquobaça e ao priol de Santa Cruz de Coinbra que ajam em sua guarda ho Mestre e governador e cavaleiros da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve e que nom consintam lhe serem tomados castellos nem lugares nem outras nenhūas cousas perteecentes aa dicta sua Ordem nem lhes seerem feitas nenhūas injurias nem agravos fazendo lhes guardar suas graças e liberdades que pellos Santos Padres ou per reys e principes lhe forom outorgadas com poder de pre-cederem contra os revees a este apostolico escripto com censuras eccresiasiticas ataa os fazerem obedeeecer. Foy dada no VIº anno do seu pontificado.	Conservatoria.
24Esta letra esta as XXXIIIº fo-lhas.	45º Letra do Papa Nicollao Vº pella qual recebe em sy e sob guarda da See Apostolica ao governador e comendadores e familiars da dicta Ordem nos regnos de Portugal e do Algarve e os isenta a elles e a suas casas e lugares, villas e castellos e igrejas e a todollos outros seus beens das jurdições eclesiasticas e secullares e soamente suas causas pendam a Roma e igreja aos seus legados <i>de latere</i> . Foy dada no VIº anno do seu pontificado.	Exenção [...] Nicolao Vº. Exençam.
Esta letra esta as XXXV folhas.	46º Letra do Papa Nicollao Vº per que confirma os privilegios que forom outorgados aa dicta Ordem pellos Papas Lucio IIIº e Martinho Vº os quaes privilegios estam insertos em este e con-tem se neelles a regra da dicta Ordem ou a mayor parte dela de como ho Mestre e cavaleiros ham de viver e o que ham de fazer confirmando lhes estes privilegios. Confirma todollos moes-teiros, igrejas que a dicta Ordem tem nos regnos de Portugal e do Algarve nomeando na dicta letra muitos castellos, villas e comendas. Foy dada no VIº anno do seu pontificado.	
Esta letra esta as XXXIX folhas.	47º Letra do Papa Nicollao Vº pella qual concede ao Iffante Dom Fernando governador do Meestrado de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve e os comendadores e freires dessa Ordem que possam escolher no artiigoo da morte huum crelligo que os asolva de quaesquer casos em que elles encorrerem por nom guardar a regra da dicta sua Ordem e lhes de as pen-denças como lhe parecer. Foy dada no VIº ano do seu pontifi-cado.	No artigo da mor[...] a regra.
Este estormento esta as XXXIX folhas.	48º Huum puprico estormento em que se contem hũa letra do Papa Nicollao pela qual da por conservador e defensor da Ordem de Santiago nos regnos de Purtugal e Algarve ho car-deal Jacobo de Sancta Maria Ynmollata.	Conservat[oria].
Esta letra esta aas R ^{ta} folhas.	49º Letra do Papa Callisto IIIº pela qual confirma todallas gra-ças que o Papa Nicolao Vº outorgou aa Ordem de Santiago dos regnos de Portugal e Algarve e isenta ho Mestre e cavalleiros da dicta Ordem de todallas jurdições e os toma em sua guarda	Exemp[çã]o do Papa Cal[isto].

²⁴ Na margem encontra-se uma mão desenhada.

- e que suas causas nom pendam senom em corte de Roma asy como o dicto Papa os isentou. Foy outorgada no primeiro anno do seu pontificado.
- Esta letra esta [fl. 11v] 50º Letra do Papa Calisto IIIº pela qual revoga esta
aas RI folhas. graça de cima poendo a logo de verbo a verbo e tanbem quaaesquer letras que contem este meesmo privilegio e que se tornem as causas aos ordynarios por quanto aos Meestres da dicta Ordem nom usavam bem do dicto privilegio nem como deviam. Foy dada no IIº ano de seu pontificado.
- Esta letra esta 51º Letra do Papa Piio IIº em a qual põe de verbo a verbo a
aas RIII folhas. confirmaçom primeira do Papa Callisto IIIº e depois faz mençom da sua revogaçom. E depois diz que de seu moto proprio outorga aa Ordem de Santiago nos reynos de Portugal e do Algarve ho privilegio que o dicto Papa Callisto outorgou e revogou. E confirma aa dicta Ordem todollos privilegios e graças que lhe forom dadas pellos Papas Lucio terceiro, Martinho quinto, Eugeny²⁵ Eugeny<o> IIIIº, Nycollao Vº, Callisto IIIº e outrros quaesquer privilegios que aa dicta Ordem forom outorgados asy como se neesta sua letra fossem *de verbo ad verbum* insertos. Foy dada no IIº anno de seu pontificado.
- Esta letra esta 52º Letra do Papa Clemente per que manda ao bispo de Lixboa
aas RVI folhas. que veja os beens da Ordem de Santiago que alguuns malliciosamente teendo os da dicta Ordem emprazados, *convém a saber*, casas, vinhas e outras possissões delles em suas vidas delles por anos certos se hyam a corte de Roma e confirmavam se nos dictos beens pola See Apostolica. E que quaesquer que asy tenerem seus beens que lhos faça entregar aa dicta Ordem procedendo com censuras eclesiasticas nom enbargante que sejam os dictos beens confirmados pola See Apostolica. Foy outorgada no seitymo ano de seu pontificado.
- Esta letra esta 43º (*sic*) Letra do Papa Clemente pela qual notefica ao bispo
aas RVII folhas. de Coynbra que alguuns creligos e leygos emlheavam alguuns beens da dicta Ordem tendo os em sy enprazados sonegavam as escripturas e os dirreitos que aa dicta Ordem aviam de dar em cada huum ano e faziam outras muitas cousas em perjuizo da dicta Ordem pela qual lhe mandaava que taaes beens lhes tirasse e os entregasse aa dicta Ordem nom enbargante que elles taaes beens tenham confirmados pella See Apostolica. E nom querendo elles taaes beens leixar proceda contra elles per censuras eclesiasticas. Outorgada no VIIº ano do seu pontificado.
- Esta letra esta 54º Letra do Papa Clemente Vº per que manda ao bispo d'Evora
aas RVII folhas. que quaaesquer beens da dicta Ordem que forem em alheados e sonegados que os faça tornar aa dicta Ordem posto que alguuns tenham algũa cousa da dicta Ordem confirmada pola See Apostolica. E se alguuns nom quizerem este mandado con-

²⁵ Esta palavra está sobrepontada.

prir os costranga per censuras eclesiasticas ataa tornarem os beens aa dicta Ordem. Dada no VIIº ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas RVII folhas.

55º Letra do Papa Urbano VIº per que comete ao adayam d'Evora que quaesquer beens que achar apartados e em alheados que perteeçam aa dicta Ordem em estes regnos de Portugal e do Algarve que lhos faça tornar e quem quer que o contradiser per censuras eclesiasticas o costranga sem delle aver mais apelaçom. Foy outorgada no Xº anno do seu pontificado.

Esta letra esta
aas RVIIIº fo-
lhas.

[fl. 12] 56º Letra do Papa Urbano VIº pela qual comete ao adayam de Coynbra que quaesquer beens que achar apartados ou em alheados que perteeçam aa Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve que lhos faça tornar. E os que tal contradiserem que os costranga per censuras eclesiasticas sem mais apellaçom ataa os dictos beens tornarem aa dicta Ordem. Foy outorgada no Xº ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas RVIIIº fo-
lhas.

57º Letra do Papa Urbano VIº per que notifica ao dayam de Silves que o Mestre Mem Rodriguiz Provyncial da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve lhe envyou dizer que os Meestres dante elle aforarom muitos beens da dicta Ordem fazendo e dando muitas cartas e estormentos e poendo neelles juramentos e penas. A qual cousa era em grande dano e perda da dicta Ordem pello qual o dicto Santo Padre manda ao dicto dayom que quaesquer beens que assy achar apartados e emalheados da dicta Ordem lhos faça logo tornar nom enbargante os dictos estormentos nem juramentos nem alguuns teerem taes beens confirmados per corte de Roma. E os que esto contradiserem que os costranga per censuras eclesiasticas sem mais de seu mandado aver apelaçom ou agravo. Dada no Xº anno do seu pontificado.

Esta letra esta
as RVIIIº folhas.

58º Letra do Papa Urbano VIº pela qual manda ao dayam de Lixboa que amoeste e faça amoestar quaesquer que tiverem furtivamente beens ou algũa cousa asi movel como raiz da dicta Ordem nos regnos de Santiago²⁶ (sic) de Portugal e que lhe ponha certo tempo pera as averem de tornar. E nom obedecendo elles lhes de outro tempo sob pena d'escomunham e nom lha allevante ataa nom fazerem dyna satisfaçom. Dada no Xº ano do seu pontificado.

Esta carta esta
as RVIIIº folhas.

59º Hũa carta de citaçom co o trelado de hum rescripto do adayam de Lixboa como juiz apostolico pera citarem todos aquelles que algũa cousa deverem aa dicta Ordem.

Esta letra esta
aas RIX folhas.

60º Letra do Papa Bonifacio VIIIº per que manda aos dayãaes de Lixboa e Evora e Silves que quaesquer bees que acharem apartados e em alheados que perteeçam aa dicta Ordem nos reynos de Portugal e do Algarve que lhos façom tornar nom enbargante teerem os posuyntes taes beens per cartas estor-

²⁶ As palavras "de Santiago" estão sobrepontadas.

mentos dos Mestres passados nem confirmados pella See Apostolica. E nom querendo os possuyntes a esto obedecer que os costringam per censuras eclesiasticas. Esta raso honde tem a dada.

Esta letra esta
aas L^{ta} folhas.

61^o Letra do Papa Bonifacio IX^o pela qual manda ao priol de Santa Crruz de Coymbra e aos dayâaes d'Evora e Viseu que façom chamar aqueles que virem que sam necesarios pera hũa demanda que he antre ho Meestre da dicta Ordem nos regnos de Portugal e Algarve e ho arcebispo de Lixboa sobre hũas rações que o dicto arcebispo deu que eram e perteeciam aa dicta Ordem segundo acharem per dirreito asy o julguem sem dele aver mais apelação e façom guardar seu juizo com censuras eclesiasticas. Dada no X^o ano do seu pontificado.

Esta letra esta
as L^{ta} folhas.

62^o Letra do Papa Bonifacio VIII^o per que asolve Mem Rodriguiz Mestre da dicta Ordem nos regnos de Portugal das escomunhões que lhe foram postas por ho arcebispo de Lixbooa e mais lhe outorga que possa escolher huum confessor pera o asolver de todollos casos cada vez que [fl. 12v] elle quiser. Foy dada no duodecimo anno do seu pontificado.

Esta letra esta
aas L^{ta} I folhas.

63^o Letra do Papa Bonifacio VIII^o pela qual outorga a Mem Rodriguiz Mestre da dicta Ordem nos regnos de Purtugal que possa alevantar altar honde quer que estiver pera se lhe dizer missa e se lhe convyer ouvir missa antes huum pouco da manhã que a digam. E se per ventura for a lugar onde ouver antredito que possa ouviir missa e divinos officios cantados e com as portas da igreja abertas lançados porem os antredictos e escomungados fora da igreja e isso meesmo possa mandar soterrar nom embargante ho antredito. Foy dada no XII^o anno do seu pontificado.

Este trelado esta
aas L^{ta} I folhas.

64^o Trrellado de hũa letra do Papa Calisto III^o pela qual manda ao arcebispo de Sevilha e ao bispo de Lyom que defendam e guardem o priol e freires do moesteiro de Sam Marcos que he da Ordem de Santiago nos regnos de Castella e lhe façam guardar seus privilegios e se for necessario que costringam per censuras eclesiasticas os que lhes quebrantarem seus privilegios. Dada no II^o ano do seu pontificado.

Esta letra esta
aas L^{ta} II fo-
lhas²⁷.

65^o Letra do Papa Pio II^o pela qual comete ao bispo da Guarda e ao abade d'Alquobaça e ao dayam de Lixboa que façom perante sy chamar aquellos que nom querem pagar aa Ordem a dizima dos pinhaaes que ha em Ribatejo e julguem antre elles e o Iffante Dom Fernando governador da dicta Ordem o que acharem por dirreito dem sentença sem delles aver mais apelação com poder de costringer per censuras eclesiasticas os que nom quiserem estar per sua sentença. Foy dada no II^o anno do seu pontificado.

²⁷ Na margem existem umas letras de impossível leitura e uma mão desenhada.

Estes C^o II artigos se começam aas L^{ta} III folhas e acabam se aas LXI folhas.

66^o Huum grande rollo de purgaminho que contem cento e dous artigos por parte dos cavalleiros da Ordem de Santiago dos regnos de Portugal os quaes artigos provar entendem contra ho Mestre Provincial da dicta Ordem em Castella e começam a dizer como os primeiros reys de Portugal ganharam aos mouros a mayor parte que a dicta Ordem nos dictos regnos tem e como derom muitas vilas e fortellezas aa dicta Ordem com tanto que o que he Mestre dela os amasse e lhe obedecesse e servisse com os dictos castellos e vilas. E que o Mestre de Castela pola multidooe dos beens que tem em Castela deixa perder os beens da Ordem que em Portugal tem dando e em alheando muitos beens, vilas e castellos que a dicta Ordem neestes regnos tem. E mais nom mantem spiritualidade nem faz esmolas nem agasalha o que elle era obrigado a fazer porque asi o conteem as doações dos beens que aa dicta Ordem forom dados e manda a sua regra. E mais como ho Papa Nicolao III^o ordenou que os cavalleiros da dicta Ordem em Portugal fezessem Mestre Provincial e o Papa Cellestino V^o ho confirmou. E mais que todolos paaços, casas e muitas fortellezas das quaes logo nomea algũas sam postas per terra e nunca repairadas. E como foy requerido por el rey Dom Dinis de Portugal e elle nunca quis a elo poer cobro e outras muitas cousas que se neelles conteem pello qual me faz presunçam que forom estes artigos dados na demanda que ouve antre os Meestres de Santiago de Castella e Portugal. Nom esta no rollo em que auto ou pera que foy fecto. Nom tem Era nem mes.

²⁸Começam se as escripturas da segunda parte

[fl. 13] 1^o Carta d'el rey Dom Afonso conde de Bollonha per que manda aas justiças de todolos lugares da frontaria e que estam nas fins (*sic*) de seus regnos asi cabo do mar como no sertãao que nom leixem levar pera fora do regno ouro nem prata nem cera nem panos de coor. E se acharem alguuns que tiram as dictas cousas que lhas tomem e que sejam duas partes pera el Rey e hũa pera quem as dictas cousas tomar

Esta carta esta aas L^{ta} XII folhas.

Pescarias.

2^o Hũa carta per que el rey Dom Afonso recebe em sua encomenda e guarda os comendadores de Santiago e todallas suas cousas.

Esta carta esta aas LXII folhas.

Pescarias.

3^o Carta d'el rey Dom Afonso conde de Bolonha per que da aa Ordem de Santiago todollos dirreitos dos pescadores vezinhos e moradores em Alquacer, Setuvaal, Cezinbra e Almadaa lugares da dicta Ordem. E senom forem ay moradores e veerem pes<c>ar de fora aos termos das dictas villas que pague el Rey por cada huum delles cada huum ano cem libras de portugue-

Esta esta tambem aas LXII folhas.

²⁸ Título escrito a vermelho.

	ses pera a dicta Ordem e os dirreitos dos que veerem de fora a pescar seram d'el Rey e seus socessores.	
Montado.	4º Carta d'el rey Dom Afonso per que manda ao seu almoxarife de Crasto Marim que os montados que tem levados aa Ordem de Santiago que lhos torne e dhy em dyante lhe nom leve nenhuum montado.	Esta carta esta aas LXIII folhas.
	5º Carta per que el rey Dom Dinis comfirma todollos privilegios da dicta Ordem.	LXIII folhas.
Aljustrel.	6ª Huum estormento per actoridade de justiça que contem trelhado de duas cartas d'el rey Dom Afomso conde de Bollonha. Na primeira manda aas suas justiças que nom façom mal nem agravo aos comendadores de Mertolla, Alquaçar, Aljustrell e nom entrem em seus lugares e termos. E na outra se contem a doaçom que o dicto rey fez aa Ordem de Santiago do castello e villa d'Aljustrel e em ela nomeea os termos que aa dicta villa perteecem.	Este estormento esta aas LXIII folhas.
	7ª Trrellado per actoridade de justiça d'hũa carta d'el rey Dom Dynys per que revoga todallas doaçoões e prestymos e prazos que os Meestres ata aquelle tempo derom sem outorga do cabidoo como se contem em seu privilegio. E logo o dicto rey nomeou muytos logares da Ordem de Santiago que estam Antrre Doiro e Minho.	Este trellado esta LXIIIº folhas.
Jurdiçam do ouvidor.	8º Carta d'el rey Dom Dinis per que manda que os agravos que se fazem na terra da Hordem de Santiago vãoao primeiro ao Meestre ou ao comendador moor da dicta Ordem que aa sua corte.	Esta carta esta LXVI folhas.
Corregedor do Mestre.	9ª Hũa sentença antrre partes na qual hũa das partes se nomeou por corregedor do Meestre de Santiago. Cuydo que se trouxe esta sentença ao cartorio por mostrar em que o Mestre da dicta Ordem teve ja coregador ²⁹ .	Esta sentença esta aas [...] começa se em hum [...] aas LXVI folhas.
Esta carta esta aas LXVII folhas.	[fl. 13v] 10ª Carta d'el rey Dom Pedro per que confirma todos privilegios e graças outorgados pellos reys passados aa dicta Ordem de Santiago.	
Este trellado esta aas LXVIIº folhas ³⁰ .	11ª Huum trellado per autoridade de justiça de hũa carta d'el rey Dom Fernando per que manda que os moradores da terra da Ordem de Santiago nom paguem os dinheirros em que forem condanados fora da terra da dicta Ordem. E se per degredo os mandarem servir nam seja senom nas terras da dicta Ordem.	
Esta carta esta aas LXVIIIº folhas. [...]m apostolicam.	12ª Carta d'el rey Dom Fernamdo per que da aa Ordem de Santiago a jurdiçam em suas terras e que dos feitos ciives nam vãoao apellaçoões nem agravos aa corte d'el Rey e que os corregedores nom vãoao fazer correiçom aas terras da dicta Ordem	

²⁹ No fim e a meio do fólio, por outra mão: "Esta melhor se mostra per hũa carta d'el rey Dom Yoham sendo guovernador e administrador da Ordem, fólio CXXXIIº. Incipit a parte ante. E melhor por outra d'el rei Dom Fernando que vai aas 68 folhas deste livro neste final + ".

³⁰ Na margem existem umas palavras de impossível leitura.

e que o Meestre confirme os taballyãaes e isto valledoiro pera senpre.

Esta carta esta as LXIX folhas.

13ª Carta d'el rey Dom Fernando per que confirma aa Ordem de Santiago a jurdiçam ciivel e crryme assy como ata ally della husara.

Esta carta esta as LXIX folhas.

14ª Carta d'el rey Dom Fernando per que outorga que os Meestres da Cavalaria de Santiago possam poer na terra da Ordem procuradores assy como ata ally estiverom em posse de os poer.

Procuradores.

Esta carta esta aas LXIX folhas.

15º Carta mesiva d'el rey Dom Joham per que manda aos comendadores da Cavallaria de Santiago que a guardem e obedeçam ao Meestre Dom Mem Rodriguiz Mestre da dicta Ordem nos regnos de Portugal e do Alguarve.

³¹Esta carta esta aas LXXI folhas. Foy por erro.

16ª Carta d'el rey Dom Joham per que manda que paguem portagem nas terras da Ordem de Santiago posto que elle as quite em seu regno nom quer que se entenda nas terras da dita Ordem.

Esta carta esta aas LXX folhas.

17ª Huum estormento em que se conteem tres rollos per autoridade de justiça. No primeiro se contem o trelado d'hũa carta d'el rey Dom Afonso pella qual confirma todollos privilegios e liberdades que os reys ante elle outorgarom aa dicta Ordem. E no segundo estormento se contem outra carta d'el rey Dom Pedro per que asy confirma os dictos privilegios. E no terceiro estormento se contem outra carta d'el rey Dom Joham per que isso meesmo confirma os dictos privilegios e liberdades aa dicta Ordem.

Este trelado esta as LXXI folhas.

18ª Huum trellado per autoridade de justiça de hũa carta d'el rey Dom Joham per que manda que dom priol e os freires d'Alquacer nom paguem em pedidos nem peitas.

Pedidos nem peitas.

Esta confirmação esta aas LXXII folhas.

19ª Hũa confirmação d'el rey Dom Duarte com seello de chunbo per que confirma todallas liberdades, privilegios e boons foros, usos e costumes da dicta Ordem.

Este alvara esta aas LXXII folhas.

20ª Huum alvara d'el Rey em papel per que manda ao chantre e cabidoo da See de Lixbooa que nom costringam os comendadores e priolles da Ordem de Santiago pagar na dizima que lhe a crezeziia entom outorgara por quanto a dicta Ordem per seus privilegiõs era delo escusa. Porem que se os prioles ou comendadores ouverom as rendas d'alguns raçoeiros por serem [fl. 14] ausentes quer que por elles paguem pois por eles levam quanto cada huum dos raçoeiros devya pagar.

Escusos da dizima.

Juizes e procuradores.

21ª Huum trellado per autoridade de justiça de hũa carta d'el rey Dom Fernando per que manda que o Mestre da Ordem de Santiago ponha juizes e procuradores nas terras da dicta Ordem.

Este trellado esta aas LXXII folhas.

Vinhos.

22ª Huum estormento co o trellado de trres cartas d'el rey Dom Dinis. Na primeira se contem que os de Palmela e Sezinbra e Azeitom tragam seus vinhos a vender a Setuval contra a ordeñação que elles em contrairo tiinham feito. E na segunda que

Este estormento fica aas LXV folhas onde diz foy por erro.

³¹ Na margem existem umas palavras de impossível leitura.

dos lugares da Ordem de Santiago posam ir a vender seus mantimentos honde lhes prouwer. E na terceira se contem que ha por muy bem que façom executar a dicta ordenaçom. E estas cartas estam per actoridade de justiça.

23ª Hũa carta d'el rey Dom Joham per que manda aas suas justiças que costringam quaesquer que ja forom recebedores ou escriptvãaes do dicto Meestrado que venham dar de sy conta ao Mestre Dom Mem Rodriguiz honde quer que elle estiver.

24ª Carta d'el rey Dom Joham per que manda aos juizes da terra da Ordem de Santiago que dem o trellado de todallas scripturas que conprirem ao Meestre Dom Mem Rodriguiz pera se delas ajudar.

25ª Carta d'el rey Dom Joham que defende que o Meestre de Santiago nom seja demandado por nenhũas armas nem bestas que tomasse na terra da dicta Ordem pera a guerra por quanto elle Rey ho mandara assy fazer.

Sesmarias.

26ª Carta d'el rey Dom Joham per que da actoridade que de as terras que estam em Ribatejo desaproveitadas de sesmaria.

27ª Carta d'el rey Dom Afonso ho quinto per que outorga aa Ordem de Santiago que em sua vida lhe praz nom pagar a dicta Ordem dizima posto que lha o Papa outorgue com tanto que lhe dem sete mil ducados que delles ha d'aver por lhos o Papa outorgar.

Esta carta esta esta (*sic*) aas LXXIII folhas.

Esta carta esta aas LXIII folhas.

Esta carta esta aas LXXIII folhas.

Esta carta esta aas LXXIIIº folhas.

Esta carta esta aas LXXIIIº folhas.

³²Assy he fim da segumda parte
Começam se as scripturas da 3ª parte

Tavira.

1ª Letra do Papa Innocencio IIIº pela qual confirma aa Ordem de Santiago ha villa de Tavilla da qual lhe faz doaçom el rey Dom Sancho IIº de Portugall e o dicto Papa fez escrepver na dicta letra de confirmaçom a doaçom que o dicto Rey fez aa dicta Ordem. Na qual doaçom se contem que elle dicto Rey da aa dicta Ordem a dicta vila pera todo senpre por amor de Deus e de sua alma com todollos dirreitos que a elle perteeçem e tanbem os padrroados das igrejas. Outorgada no IIIº ano do seu pontificado.

Esta letra esta aa[s] LXXV folhas.

Contrauto sobre Tavira.
Santa Maria de Faarão e Aveyras.

2ª Huum contrauto feito antre el rey Dom Afonso de Portugal e a Ordem de Santiago sobre Tavira e Quacela e Crasto Marym no qual definiram os juizes alvidros pera isso d'hũa parte e outra chamados. Que as vilas de Tavira, Quacela, Crasto Marym com seus termos e dirreitos tenporaes ficassem ao dicto Rey e a seus socessores e que [fl. 14v] os padrroados das igrejas das dictas villas ficassem aa dicta Ordem asy das que eram feitas como das que se depois fizessem tirando a igreja de Santiago

Este contrauto esta aas LXXV folhas.

³² Título escrito a vermelho.

de Tavira a qual ja el Rey tiinha dada ao bispo de Silves pola qual lhe deu el Rey o padroado da igreja de Santa Maria de Faarom. E mais da aa dicta Ordem Aaveiras com todas suas perteenças e com os padroados das igrejas.

Este carta esta
aas LXXVIIIº fo-
lhas.

3º Carta d'el rey Dom Afonso pela qual renuncia todollos dirreitos que elle tem em Aaveiras e os padroados das igrejas de Tavira, Quacella, Crasto Marim e de Santa Maria de Faarom asi como he contheudo no contrauto que he antre elle e a Ordem de Santiago pera a dicta Ordem aver a dicta villa d'Aveiras e os dictos padroados.

Este stormento
esta aas
LXXVIIIº folhas.

4ª Huum estormento em puprica forma de como o comendador moor da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve appellou do bispo de Silves pera a See Matripullitana por elle dicto bispo fazer hũa igreja na vila de Tavira a qual cousa era contra seu privilegio.

Este stormento
esta aas LXXIX
folhas.

5ª Estormento d'aforamento que Afonso Annes como procurador da Ordem de Santiago aforou huum chãao emfatyota que esta em Tavira a Estevam Andres e a sua molher Maria Dominguez os quaes daram aa dicta Ordem quareenta soldos de portugueses em cada huum ano. E neeste stormento esta o trelado da procuraçom.

Este estormento
esta as LXXX
folhas.

6ª Estormento per autoridade de justiça em que se conteem trelados de cartas d'el rey Dom Joham per que manda que em Tavira nom aja outra cadea senom a do alcaide moor e nom aja meirinho do almirante. E estas sam confirmadas por el rey Dom Eduarte.

33E assy fazem fim as scripturas da 3ª parte
E começam se as da quarta parte

Esta letra esta
aas LXXXI fo-
lhas.

1ª Letra do Papa Joham XXIIº pela qual manda ao bispo de Silves que quaesquer beens que andarem emalheados da igreja de Sam Cremenete de Loulle que lhos faça tornar nom embargente que os pusuyntes tenham cartas ou estormentos nem em elles juramentos nem penas e senom quiserem obedecer os que taaes beens tiverem que per censuras eclesiasticas os cos-trangam ataa fazerem dyna satisfaçom. Outorgada no quarto ano do seu pontificado.

Este stormento
esta aas LXXXII
folhas.

2ª Estormento que contem huum requerimento por parte da dicta Ordem ao bispo de Silves que confirma a igreja de Sam Cremenete de Loulle a huum freire o qual a dicta Ordem apresenta e pera isto foy necessario amostrarem se cartas e procurações que estam treladadas neeste estormento. E hũa das cartas he d'escaymbo que foy fecto antre el rey Dom Dinis e a dicta Ordem da vila d'Almadaa que era da Ordem por

Almadaa, Almo-
douvar, Ourique,
Marachique e
Aljezur.

33 Título escrito a vermelho.

Almodouvar e Ourique e os castelos de Marachique e de Aljezur com todos os padroados dos ditos lugares e mais ho padroado de Sam Cremente da vila de Loulle. E mais ficam aa Ordem as igrejas d'Almadaa. E a el Rey lhe fica Santa Maria do Outeiro que era da dicta Ordem.

Este estormento esta as LXXXIII^o folhas.

[fl. 15] 3^a Huum estormento per que o priol raçoeiro da igreja de Sam Cremente da vila de Loulle arrenunciou todo o dirreito que ouve contra ho Mestre, comendadores, freires, cabidoo da Ordem de Santiago e de lhes nom demandar nem procurar al senom dez soldos e meo por cada diia do priorado e pola raçom aas terças dos universsairos (*sic*) e as casas da dicta igreja e adegas e mais cem livras em dinheirro e XX libras de prestemo.

Esta carta esta as LXXXIII^o folhas.

4^a Carta d'enprazamento per que o Iffante Dom Joham como governador e procurador da dicta Ordem deu d'enprazamento huuns beens que estam em Loulle da dicta Ordem, *convém a saber*, hũa viinha e huum baceo e huum faregeal e duas corellas de vinhas e hũas casas com dez taalhas a Bertollameu Perestrello e a sua molher e a hũa pessoa qual a postumeira delles nomear. E elles se lhe obrigam de lhe dar em cada huum ano por foro triinta e cinco livras ou seu justo valor.

Loulee, beens d'emprazamento.

Esta carta esta as LXXXVI folhas.

5^a Carta d'enprazamento per que o Iffante Dom Joham como governador do Meestrado de Santiago e procurador dos Treze enprazou a Alvar'Eanes e a sua molher como a hũa pessoa e a duas depois delles huuns beens que estam na villa de Loulle, *convém a saber*, hũa vinha com seu farregeal e mais outra vinha e outro farregeal e mais du<a>s courelas de vinha e mais hũa cavallariça na ria de Palmeira e elles ham de dar d'enprazamento aa dicta Ordem pollos dictos beens em cada huum ano XXX libras da moeda antiiga ou seu justo vallor.

Em Loulee.

34 Acabam as scripturas da quarta parte
Começam se as da quynta parte

Esta doaçom esta LXXXVII folhas.

1^a Hũa doaçom que fez el rey Dom Afonso conde de Bollonha aa Hordem de Santiago do castello e vila de Mertola com seus termos nomeando logo por honde partem e dando lhe todos los dirreitos reaaes como a elle perteecem.

Mertola.

Esta carta esta as LXXXIX folhas. Pasou por erro.

2^a Hũa carta em papel d'el rey Dom Afonso conde de Bollonha pela qual da aa Ordem de Santiago ho castello de Mertolla com todos os seus termos e com o dirreito real.

Esta carta esta as LXXXVIII^o folhas.

3^a Carta d'el rey Dom Sancho o segundo pela qual faz doaçom aa Ordem de Santiago do castello de Mertola com todos os seus termos asinando logo por honde partem e de todo o dirreito real.

Mertola.

³⁴ Título escrito a vermelho.

Este estormento esta as LR ^{1a} folhas.	4 ^a Huum estormento que tem o foral de Mertola que sam ordenações que o Mestre e cabidoo da Ordem de Santiago derom aa dicta villa.	b[...].
Esta carta esta aas LR ^{II} folhas.	5 ^a Hũa carta d'el rey Dom Fernamdo per que quita aa Ordem quanto elle despeneo em reparar o castello de Mertolla e lhe da todo basicimento que el Rey seu padre e elle poseram no dito castello com tal condiçom que dhy em diante a dicta Ordem seja theuda o dito castello bastecer e correger.	Bastecer[...] llo de [...].
Esta sentença esta aas LR ^{II} folhas.	6 ^a Sentença per el rey Dom Joham per que asolve ho Mestre e a Ordem de Santiago de fazerem os muros de Mertolla.	Muros.
Esta quitaçom esta aas LR ^{III} folhas.	[fl. 15v] 7 ^a Hũa quitaçom polo recebedor do comendador moor da Ordem de Santiago do dizimo do que vay e vem pello rio de Oudyana ao qual comendador perteece tudo o que rende e o recebedor d'el Rey tiinha tudo em sy e per mandado d'el Rey deu a dizima ao procurador do dicto comendador moor e se pasou esta quitaçom em forma e ficou o trasunto pera se mostra[r] a posse.	

³⁵Acaban se as scripturas da 5^a parte
Começam se as da 6^a parte

Esta carta esta aas LRV folhas.	1 ^a Carta de venda da herdade que se chama da Fonte da Figueira a qual vendeo Ruy Lourenço como senhorio e procurador abastante que era de sua mulher segundo se contem na dicta carta a Estevom Periz. Nom diz quem he nem onde mora termo de Santiago de Quacem.
Este estormento esta aas LRV folhas. Santiago de Cacem, Panoyas.	2 ^a Huum estormento co o treslado de duas cartas d'enprazamento hũa de Santiago de Quacem e outra de Panoyas.

³⁶Acaban se as scripturas da 6^a parte
Começam se as da 7^a parte

Esta carta esta aas LRVII folhas e as LRVIII ^o folhas.	1 ^a Carta d' el rey Dom Sancho de Portugal per que faz doaçom aa Ordem de Santiago dos castellos d'Alquacer, Palmela, Almadaa e Arruda com todos seus termos velhos e novos e com todo o dirreito real. E na dicta carta estam abaixo duas cartas de confirmações dos dictos castelos, <i>convém a saber</i> , hũa por el rey Dom Afonso o segundo e a outra por el rey Dom Afonso conde de Bollonha.
Doaçãao d'Alcacer, Palmella, Almadaa, Arruda.	

³⁵ Título escrito a vermelho.

³⁶ Título escrito a vermelho.

- Esta carta esta aas LRVIII^o folhas. Idem. 2^a Carta d'el rey Dom Sancho de Portugal pela qual faz doaçom aa Ordem de Santiago dos castelos d'Alquacer, Palmela, Almadaa, Arruda com todos seus termos velhos e novos e com todo o dirreito real.
- Esta carta esta as LRIX folhas. Idem. 3^a Carta d'el rey Dom Sancho de Portugal pola qual faz doaçom aa Ordem de Santiago dos castellos e villas d'Alquacer, Palmela, Almadaa, Arruda com todos seus termos e com o dirreito real. Confirmada por el rey Dom Afonso II^o de Portugal.
- Esta carta esta as LRIX folhas. [Pa]droados d'Alcacer e Palmella. 4^a Hũa letra do Papa Gregorio VIII^o pela qual confirma aa Ordem de Santiago os padroados das igrejas de Santa Maria d'Alquacer e Santa Maria de Palmella com consentimento d'el rey Dom Sancho de Portugal cujas as igrejas eram. Foi outorgada no XI^o ano do seu pontificado.
- Esta carta esta as cem folhas. [...]dos. 5^a Carta d'el rey Dom Sancho II^o per que fez doaçom aa Ordem de Santiago dos padroados das igrejas d'Alquacer e Palmella.
- Esta carta esta as cem folhas tambem. Padroados. 6^a Carta d'el rey Dom Sancho II^o pella qual faz doaçom aa Ordem de Santiago de todollos padroados das igrejas d'Alquacer, Palmella e d'Almadaa com seus termos.
- Esta carta esta aas C^o I folhas. Idem. Termos de Alcacer declarados. 7^a Carta per que el rey Dom Afonso conde de Bollonha confirma a doaçom que el rey Dom Sancho seu avoo fez aa Ordem de Santiago dos castelos d'Alquacer, Palmella e Almadaa, Arruda com todos seus termos e dirreitos reaaes.
- [fl. 16] 8^a Carta d'el rey Dom Afonso conde de Bolonha per que confirma a doaçom que el rey Dom Sancho seu avoo fez a Ordem de Santiago dos castellos d'Alquacer, Palmela, Almadaa com todos seus termos e dirreitos reaes. E esta neesta a confirmaçom d'el rey Dom Afonso seu padre.
- 9^a Letra do Papa Joham que confirma Abril Martinz a igreja de Santa Maria d'Alquacer segundo o dicto Abril Martiinz emformara que era de padroado do Mestre de Santiago e mais hũa letra per que o dicto Mestre pedia que lha confirmassem. Dada no llll^o ano do seu pontificado.
- Ay anda nom esta asentado no cartorio. Muros d'Alquacer. 10^a Hum trellado d'hũa sentença d'el rey Dom Afonso per que manda que o muro d'Alquacer se faça a metade aa custa da Ordem e a meetade aa custa do concelho.
- 11^a Hum grande rolo em que se contem hũa demanda antre Maria Gonçalvez e Catarina moça menor de ydade e demandava lhe hũa vinha pella ley da avoenga. Esta vinha esta na Telhada termo d'Alquacer e deu a dicta Maria Gonçalvez por sua defesa que dera a dicta vinha a Lourenço Annes dom priol da dicta Ordem. A doaçom esta no dicto rollo e am lhe cada ano de dizimo VI missas rezadas pelas almas de seu pay e mãay. E esta no rollo hũa sentença per que o juix manda que metam a moça de posse da vinha e Maria Gonçalvez apelou e
- Estas cartas estam aas [...] e acabam se aas [...].
- Esta letra do Papa esta [...] e aas C^o III^o folhas.
- Este rollo esta aas [...] acaba se aas C^o X[...].

agravou nom lha receberom nom se mostra com quem ficou a dicta vinha.

Casas no castello d'Alcacer.	12 ^a Carta de venda d'hūas casas [que] estom no castelo d'Alquacer vendeo as Joham Rodriguiz Reymom a Maria Gonçalvez ama do priol d'Ourique por C ^{to} X libras de dinheiros portugueses.	Esta carta esta as C ^{to} X folhas.
Vinha.	13 ^a Estormento com carta do Ifante Dom Joham que metam de posse Gonçalo Annes filho de Joham Alvarez d'hūa vinha em termo d'Alquacer e que se obrigue pagar o quarto e dizimo do vinho a bica. E outra abaixo d'hum emprazamento que o dicto Ifante fez a Fernand'Afonso seu scripvam da puridade em III pessoas de todolos beens do priol do Torrom e avya de pagar cada ano aa Ordem duas mill libras por dia de Sam Joham Bautista.	Este estormento esta aas [...] e neelle ho emprazamento.
Casas.	14 ^a Estormento que Gonçalo Afonso procurador do conveento em nome do Mestre Dom Mem Rodriguiz tomou posse d'hūas casas que estam a porta de Santa Maria d'Alquacer que forom de dom priol.	Esta este estormento [as] C ^{to} XIII folhas.
Feiras em Alcacer.	15 ^a Estormento d'emprazamento em tres pessoas d'hūa vinha em Alquacer aas Fontaynhas por o quarto da novidade.	Esta as C ^{to} XIII ^o folhas.
Feiras em Alcacer.	16 ^a Carta d'el rey Duarte com seelo pendente per que outorga aa Ordem de Santiago que em Alquacer se faça hūa feira em Abril e dure XV dias. De todo o que se conprar e vender se pague mea sisa e mais nom salvo de carne e do vinho de que pagaram sisa em cheo. Nom tomarom bestas aas da (sic) fora.	Esta esta aas C ^{to} XV folhas.
Moynhos.	17 ^a Stormento per que o Mestre Dom Mem Rodriguiz da d'empreytada a Martim Annes que faça hum moyinho em Alquacer junto com outro da Ordem que ja hy estava e acabado que os tenha anbos por onze moyos de triigo por cada hum cada ano e que os leixe melhorados.	Este stormento esta a[s] C ^{to} e XVI folhas.
Chão em Alcacer.	18 ^a Estormento com carta de venda com outorgamento do conveento d'hum chão em Alquacer a Rodrigo Annes e a Maria Gonçalvez sua molher e pagam de foro cada ano aa Ordem VII libras e mea da moeda daquele tempo.	Este stormento esta [...] C ^{to} XVII folhas.

37Acabam as scripturas da 7^a parte
Começam se as da 8^a parte³⁸

Alcacer, foros e tributos.	Carta de doaçom que Afonso Periz e Marinha Annes sua molher moradores em Sitimos fezerom a Maria Gonçalvez filha de Gonçalo Minguez por muito serviço que lhe fezera todollos foros e tributos e dirreitos que elles ham em Alquacer e seu termo e som obrigados de pagar aa Ordem foros e trabutos (sic) certos cada ano.	Esta doaçom esta as C ^{to} XVIII ^o folhas.
----------------------------	--	--

³⁷ Título escrito a vermelho.

³⁸ A numeração das escrituras da oitava parte não se apresenta sequencial, faltando mesmo a numeração de algumas delas.

[...] carta se começa as C ^{to} XVIII ^o e acaba se aas C ^{to} XIX folhas. [...]rias.	[fl. 16v] Carta de concerto antre el rey Dom Afonso e a Ordem que totaldas cousas que entrarem pelo riio que vem d'Alquacer a foz de Palmela e Setuval e foz d'Alpena e do porto d'Almadaa. E sobre as pescarias aja el Rey a dizima e desta dizima aja a Ordem a dizima. E de totaldas cousas que sairem contra o mar pela foz do riio que vem d'Alquacer aja a Ordem todo e el Rey nada.	Pescarias, dizima.
[...] stormento esta aas cento e XX folhas. Visitação do prelado.	2 ^a Estormento per que Per'Esteveez almoxarife do Mestre de Santiago fez fronta em Setuval a Vasco de Frreitas chantre que nom vesitasse as igrejas da dicta vila e Mestrado ataa nom seer determinada em Roma a apelaçom que la era. E o dicto chantre respondeo que Dom Joham arcebispo de Lixboa o mandara visitar. Tomarom senhos stormentos nom se mostra o que mais passarom.	Visitar.
Esta carta esta aas C ^{to} XXI folhas.	3 ^a Carta de concerto antre el rey Dom Fernando e Dom Stevam Gonçalvez Mestre da Ordem de Santiago sobre o dito rio d'Alquacer e fozes e pescarias e dizima tal como a sobredicta d'el rey Dom Afonso.	Rio d'Alcacer, fozes, pescarias, dizimas.
Esta sentença esta aas cento e XXIII folhas.	4 ^a Sentença d'el rey Dom Dinis aa revelliia do Mestre de Santiago com que andava em demanda per que metam de posse d'hũa tenda em Setuval a Vicente Dominguez homem do dicto Rey.	
Esta carta se começa aas cento e XXIII folhas.	5 ^a Estormento d'enprazamento como Pero Fernandez procurador [de] Dom Joham Usorez enprazou a Dona Tareija em sua vida hũa vinha em termo de Setuval e dara aa Ordem cada ano hum almude de vinho.	Titulo pera a varzea de Dona Tareja em Palmela e Setuval.
Esta carta esta aas cento e XXIII ^o folhas.	6 ^a Carta d'el rey Dom Dinis que quebrou hũa postura ao concelho de Setuval que tiinhm posta que de Sezinbra e d'Azeitom nom trouessem vinho a vender aa dicta vila e mandou que o trouessem se ao Mestre prouvesse por quanto nom podiam poer postura em dano da Ordem sem outorgamento do Meestre ou do comendador.	Vinho de Sezinbra e etc. Postura em dano da Ordem.
Esta carta esta aas cento e XXIII ^o folhas.	7 ^a Estormento que contem como requeriam por parte do Meestre de Samtiago ao comcelho de Setuval que leixasse hir augua que vem da Fonte Nova pera a orta do Meestrr e alguuns outorgarom e outros nom. E os que outorgarom protestarom que o concelho nom pagasse perda nem dano que lhe sobr'este caso podesse viir porque esta augua pertecia ao Mestre.	Agoa ha orta do Meestrr.
[...] carta esta aas [C] ^{to} XXV folhas.	8 ^a Estormento de como os officaaes de Setuval nom quiserom consentir na dicta villa meirinho do almirante.	Meirinho em Setuval.
[Es]ta carta esta aas cento e XXVI folhas.	Enprazamento de hũas casas da dicta Ordem de Santiago que estam em Setuval ao pellourinho em vida do marido e da molher e mais nom. Enprazou as por mandado do Ifante Dom Joham seendo Mestre Stev'Eannes de Beja escola (<i>sic</i>) em <i>lex</i> a Alvaro Estevez ourivim e a Catarina Vaaz sua molher e hũa corooa de França de foro cada hum anno.	Setuval, casas ao pelourinho.

[...] carta se começa aas [...] VI folhas.

Estormento de requerimento por parte do Mestre por hũa barca que se perdiia por nom comprir o pregom que pello Meestrrre fora lamçado e sobrr'ello se tomou este estormento do auto que sobre todo se passara.

Dizima da fooz.

[fl. 17] 10^a Hũa sentença d'el rey Dom Joham per que manda <que> aa Ordem de Santiago seja tornada aa posse de aver a dizima do que sair polla foz de Setuval.

Esta sentença esta aas C^{to} XXVII [...] e aas C^{to} XXVIII^o folhas [...].

Pensõeess dos taballiaees.

11^a Huum trasunto em puprica forma per autoridade de justiça d'hũa carta d'el rey Dom Joham per que manda aas justiças de Setuval que façom pagar aos taballyãaes as pensõeos ao Meestre da Ordem de Santiago.

Esta carta esta aas C^{to}XXX folhas.

Setuval, privilegios aos moradores delle.

12^a Huum estormento per autoridade de justiça co o tresllado d'huum privilegio d'el rey Dom Joham per que da muytos privilegios aos moradores de Setuval com condiçom que elles estem prestes com cada huum seu remo e solhas e bacinete e espada e punhal pera quando se armarem seis gallees que na dicta vila ham d'estar pera se fazer algũa pescaria ou hirem apos alguum cossairo. E ally estam todallas condiçõeos que am de teer quando forem aa dicta guerra.

Este stormento se começa aas C^{to}XXX folhas e acaba se [...] cento e XXXII.

³⁹Acabaram as escripturas da 8^a parte e começan se as da 9^a parte

Igrejas antre Palmella e Almadaa.

1^a Carta per que el rey Dom Afonsoo o primeiro fez doaçom da[s] igrejas que estam antre Palmela e Almadaa a Bernaldo Meendez coonego de Lixbooa.

Esta carta esta aas C^{to} XX[...].

2^a Letra do Papa Urbano VI^o per que manda ao dayam de Lixboa que julgue hũa demanda que he antre ho Mestre de Santiago nos regnos de Portugal chamado Mem Rodriguiz e os concelhos de Palmela e Sezinbra. Os quaes em <dede[...]> da Ordem derribam as torres e forteleza<s> dos dictos lugares dando lhe poder pera neeste caso dar sentença definitiva sem delle aver mais apelaçom nem agravo. Outorgada no X^o ano do seu pontificado.

Esta letra esta aas C^{to} XXXIII folhas.

Palmella, lagar d'azeite.

3^a Carta em papel d'el rey Dom Joham per que manda ao <contador⁴⁰> que diga ao comendador de Palmella que correga huum lagar d'azeite que he derribado e nom o corregendo que nom consenta que os moradores da dicta vila sejam penhorados por hirem fazer seus azeytes honde lhe prouver.

Esta carta se começa aas C^{to} XXXIII folhas.

Palmella, lagares.

4^a Estormento per actoridade de justiça que contem huum trelhado d'hũa carta d'el rey Dom Joham per que manda que o comendador de Palmella faça os lagares do azeite senom que

Este stormento esta aas C^{to} XXXIII^o folhas.

³⁹ Título escrito a vermelho.

⁴⁰ Esta palavra foi escrita por outra mão e por baixo desta foi riscado: "corregedor".

	os moradores da dicta villa nom sejam penhorados por yrem fazer onde quiserem.	
Palmella, rendas.	5ª Estormento dos beens, foros e rendas que a Ordem de Santiago tem em Palmella. Dado per autoridade de justiça.	Este stormento esta aas CXXXV folhas.
<p>⁴¹Acabaram as escripturas da 9ª parte Começan se as da 10ª parte</p>		
Igrejas d'Almada.	1ª Huum puprico estormento de como confirmou o bispo de Lixboa e seu cabidoo o priol de Santa Maria d'Almadaa a apresentação do comendador moor que entom era nos regnos de Portugal e do Algarve.	Este stormento esta aas CXXXVIII folhas.
Prior d'Almadaa, confirmação.	2ª Hum puprico estormento de como foi confirmado o priol de Santiago d'Almadaa pello bispo de (sic) e cabidoo de Lixboa a apresentação do Mestre e comendadores da Ordem de Santiago [fl. 17v] cujo ho padroado he. E em ele esta outro stormento puprico que contem como ho dicto bispo e cabidoo confirmaram a igreja d'Alhos Vedros a apresentação do comendador moor da dicta Ordem de Santiago.	Este esta as C ^{lo} XXX [...] aas R ^{la} outro tal da i[...] de Sam Lourenço d'Alhos Vedros.
<p>⁴²Acabaram as scripturas da 10ª parte Começam se as da 11ª parte</p>		
Esta carta se começa aas CR ^{la} folhas e acaba as CRI folhas.	1ª Carta d'el rey Dom Afonso o quarto per honde se mostra escaymbo antre ele e a Ordem de Santiago a qual lhe deu a vila da Arruda pola villa d'Odemira e pela quintãa e ribeira da Anisa. E hũa parte e outra se outorgarom com quanto tiinhm nos dictos lugares. Porem reservou el Rey pera sy os montados e as barcas da dicta villa d'Odemira.	H o d e m i r a , scaymbado.
Esta letra se começa aas CRII folhas.	2ª Letra do Papa Urbano V ^o per que comete hũa causa que era antre o Mestre da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve e Gil Vaaz priol da igreja da Arruda sobre as dizimas da dicta villa ao adayam de Coynbra ao qual manda que faça citar as partes e como achar por dirreito de sentença sem dele aver apelação nem agravo. Outorgada no quarto ano do seu pontificado.	Arruda, dizimas.
Este stormento esta aas CRII folhas.	3ª Estormento per actoridade de justiça de huum escaymbo feito antre el rey Dom Afonso o quarto e a Ordem de Santiago da vila d'Odemira e quintãa e a ribeira da Anisa por Arruda a qual era da dicta Ordem.	Hodemira e rebeira daa Nisa.
Esta carta esta aas CRIII folhas.	4ª Carta d'el rey Dom Joham per que manda que os cavaleiros moradores na Arruda que se chamom de vara ou tarraçom ou de carneiro nom sejam escusos de pagar ho oytavo como os outros moradores salvo teendo armas e cavalos ou algũas aveenças factas.	Cavaleiros da Arruda, oytavo.

⁴¹ Título escrito a vermelho.

⁴² Título escrito a vermelho.

Esta carta esta aas CRIII folhas.	5ª Carta d'el rey Dom Joham per que manda que os moradores da Arruda paguem portagem a Ruy Freire cavaleiro da dicta Ordem cuja a renda he posto que a elle dicto Rey quitasse a portageem ou a parte delas por causa da guerra. Nom quer que se entenda nas terras da Ordem.	Arruda, portagem.
<p>⁴³Acabaram as scripturas da 11ª parte Começan se as da 12ª parte</p>		
Esta carta esta aas CRIIIº folhas.	1ª Carta d'el rey Dom Sancho pela qual fez doaçom aa Ordem de Santiago d'hūas casas em que esta hūa torre pellas quaes el Rey seu pay entrou Santarem e da herdade da Allagoa Negra.	Sanctarem, casas.
Esta carta esta aas CRV folhas ⁴⁴ .	2ª Carta d'el rey Dom Afonso pella qual confirma outra doaçom que el rey Dom Sancho seu pay fez aa Ordem de Santiago d'hūas casas em que se fez hūa torre per honde se tomou Santarem e da erdade que chamom Alagoa Negra e das vinhas que elle comprou a Eguas Paaez e da almoyinha da Çacaya e d'outra que jaz aa ponte d'Alquoça e de hum forno e de hum moynho.	Sanctarem, beens.
Esta carta esta aas CRVI folhas.	3ª Carta d'el rey Dom Afonso per que faz doaçom aa Ordem de Santiago d'hūas casas que estam na alcaceva de Santarem e nomea logo per honde partem.	Sanctarem, casas.
Esta carta esta tambem as CRVI folhas.	4ª Carta ⁴⁵ de Dona Estevaynha Ponce per que faz doaçom aa Ordem de Santiago de huuns beens que ela tiinha que se chamom Alagoa Alva em termo de Santarem.	Sanctarem, beens.
Esta doaçom esta aas CRVII folhas.	5ª Doaçom d'el rey Dom Dinis aa Ordem de Santiago da Orta Lagoa em termo de Santarem com todollos dirreitos e per-teenças como a elle Rey perteenciam.	Sanctarem, Orta Lagoa.
Sanctarem, XV estiins de terra.	[fl. 18] 6ª Carta per que Joham Symom e sua molher Maria Guilhelme derom aa dicta Ordem quinze estiins de terra os quaes estam em Monçom termo de Santarem.	Esta carta esta aas [...].
Sanctarem, dous casaees.	7ª Carta d'el rey Dom Joham o primeiro com seelo pendente de chunbo per que dessembarga aa dicta Ordem dous casaees que estam no reguengo da Tojosa e per doaçom d'el rey Dom Dinis eram dados aa comenda d'Orta Lagoa.	Esta carta [...].
Sanctarem, casas.	8ª Huum papel per que o lfante Dom Joham governador da Ordem de Santiago da de foro a Andre Gonçallvez selleiro em tres pessoas hūas casas da dicta Ordem em Santarem na Rua dos Mercadores. Ha de pagar em cada huum ano aa dicta Ordem cinquenta reais e hum par de frangoos.	Este aforamento [...] CRVIIIº folhas.
Outras casas.	9ª Estormento d'enprazamento de hūas casas em Santarem na Rua dos Mercadores e diz neeste estormento que as tiinha Lourenço Vaaz d'enprazamento da dicta Ordem e asy ⁴⁶ as trans-	Este emprazamento esta aas CRXX folhas.

⁴³ Título escrito a vermelho.

⁴⁴ Segue-se uma cruz e uma mão desenhadas.

⁴⁵ Segue-se riscado e sobrepontado: "d'el Rey".

⁴⁶ Seguem-se letras riscadas.

muda em Afonso Vaaz morador na dicta villa com outorga da dicta Ordem.

⁴⁷Acaban se as scripturas da 12ª parte
E começam se as da 13ª parte

Berengueira Afonso filha d'el Rei, doação ha Ordem. He neta.	1ª Carta de Dona Maria Afonso filha d'el rey Dom Afonso de Leom e de sua filha Dona Biringueira Afonso per que fazem doaçom aa dicta Ordem de Santiago de quantos beens e herdamentos tiinham e lhes podiam perteeencer nos regnos de Portugal, <i>convém a saber</i> , em Cerveira e em Zapiães e em Soverosa e em Natey e em Nabyntes e em Loordello e em Santarem e em seus termos e em Lixboa e seus termos e em Lousada e em Sousa e em Barroso e em Panoyas e em Coynbra com seus termos e em Elvas e seus termos e em ho Lomear com seus termos asy e polas maneiras que os ellas devam aver com montes e fontes.	Esta carta se começa as CRIX folhas.
Cerva e Atei e Çapaaees, aforamento.	2ª Carta d'enprazamento do Ifante Dom Joham governador da dicta Ordem per que empraza a Lopo Meendez todollos casaaes e herdades, foros, rendas e dirreitos e cabedaaes, quartos e teeygas do que a dicta Ordem tem em Cerva e Atey e Çapaaees.	Esta carta esta aas [...].

⁴⁸Acaban se as scripturas da 13ª parte
Começam as da 14ª parte

Obidos, courella.	1ª Carta d'escaynbo que a Ordem de Santiago fez com Fernam Gonçalvez e com sua molher de hũa courela por duas em termo d'Obidos.	Esta carta esta as C ^{to} L ^{ta} I [...].
Santos, doaçãao.	2ª Carta d'el rey Dom Sancho de Portugal pela qual faz doaçom aa Ordem de Santiago do moesteiro de Santos com total-las suas casas, terras, vinhas e outras perteeenças.	Esta carta esta as C ^{to} L ^{ta} II [...].
Santos, confir-maçãao.	3ª Letra do Papa Inocencio per que confirma aa Ordem de Santiago a igreja de Santos asy como a dicta Ordem justamente e pacifica a tem. Foi outorgada no ano X ^{mo} do seu pontificado.	Esta letra se começa e [...] aas CLII folhas.
Adiça.	4ª Carta d'el rey Dom Afonso pela qual faz doaçom aa dicta Ordem da dizima de tudo o que render a adiça e isto pera todo senpre.	Esta carta esta as C ^o LII folhas.
Alfajar da Pena.	5ª Carta d'el rey Dom Sancho II ^o de Portugal per que faz doaçom aa dicta Ordem do castello d'Alfajar da Pena com todollos seus termos novos e velhos e com todo ho dirreito real.	Esta carta esta as C ^o L II [...].
Esta carta esta as C ^o LIII fo-lhas.	[fl. 18v] 6ª Carta d'el rey Dom Afonso conde de Bolonha per que faz doaaçom aa Ordem de Santiago do castello e vila de Sezinbra com todollos seus termos velhos e novos e com todo o dirreito real como a elle dito Rey perteeecem.	Sezinbra, doaçãao.

⁴⁷ Título escrito a vermelho.

⁴⁸ Título escrito a vermelho.

[esta] carta esta as C ¹⁰ LIII ^o folhas.	7 ^a Carta d'el rey Dom Sancho II ^o de Portugal pela qual fez doaçom aa dicta Ordem do castello d'Ayamonte com seus termos os quaes logo nomea e de todo o dirreito real.	Ayamonte, doaçãoo.
Esta carta esta aas CLIII ^o folhas.	8 ^a Doaçom per que Diogo Lopez e sua molher dam aa dicta Ordem por suas mortes quantos erdamentos teem em Portugal os quaes som os que tiinham em Gestaço e fora tres casaaes e quanto tiinham na vila de Cellorico e Aaldea Rica e o Pereiro que he termo da Beira e a Codaseira que jaz em termo da Mata e quanto teem em Sabady e em seu termo e quanto teem em Quyntella de Monte Negro.	Doaçãoo de herdamentos.
Esta carta esta aas CLV folhas.	9 ^a Carta de concerto antre el rey Dom Afonso e a dicta Ordem sobre os moouros forros, <i>convém a saber</i> , que os moouros forros que moram na terra d'el Rey e que a Ordem os nom receba pera morarem em suas vilas e lugares e isso meesmo faça el Rey aos moouros das terras da dicta Ordem.	Mouros forros.
Esta carta esta aas [C]LV folhas.	10 ^a Carta de doaçom de Dona Estevaynha Ponce per que deu aa dicta Ordem de Santiago todo ho herdamento que ella conprou dos Marcaças e mais a meetade d'hūas casas e hum cidrral que foram de seu pay e maay. Nom diz honde he ⁴⁹ .	Doaçãoo de beens.
Este stormento esta as CLVI folhas.	11 ^a Huum estormento de posse pella dicta Ordem dos beens de Gestaço os quaes derom Dom Diego Lopez e Dona Orraca sua molher.	Posse em Gestaço.
Esta carta esta aas CLVI folhas.	12 ^a Carta d'escaynbo antre a dicta Ordem e Afonso Sanchez filho d'el rey Dom Dinis em que a dicta Ordem ouve a erança que elle tiinha em Beja e elle ouve a meetade da vila dos Germelos confirmada pello dicto rey Dom Dinis e seellada com seu seelo pendiente.	Beja, doaçãoo d'Afonso Sanchez filho d'el Rei.
Esta carta se começa as CLVI folhas.	13 ^a Carta d'el rey Dom Dinis com seello pendiente de chumbo per que da aa dicta Ordem a villa e o castello de Quacella com todos seus dirreitos e termos asi e pela guisa que a elle dicto Rey perteeicia.	Cacella.
Esta carta esta as CLVII folhas.	14 ^a Hūa (<i>sic</i>) d'el rey Dom Dinis per que faz doaçom aa Ordem de Santiago, de Sam Lourenço e Sam Pedro e Sam Joham e Sam Vicente, igrejas da vila de Portallegre e das capeellas que perteecem aas dictas igrejas ou ao depois perteeecerem.	Ygrejas de Portalegre.
Esta carta esta aas CLVII ^o folhas.	15 ^a Carta da raynha Dona Briatiz per que da aa dicta Ordem a sua quintãa da Ravaldeira com casas, montes e fontes asy como a ella tiinha contanto que a dicta Ordem ha nom possa dar nem escaynbar nem vender.	Revaldeira.
Esta carta esta aas CLVIII ^o folhas.	16 ^a Carta d'el rey Dom Dinis per que da aa dicta Ordem todollos padroados das igrejas que se fazerem em Alcoutim.	Alcoutim, igrejas.
Esta cartase começa aas CLVIII ^o folhas.	17 ^a Carta em puprica forma em que se contem outra d'escaynbo de beens que a Ordem de Santiago tiinha em Leiriia e outros lugares da Beira por Messejana.	Mesejana.

⁴⁹ Esta última anotação está sublinhada. Por baixo, escrito por outra mão: "em Santarem".

Esta carta esta aas CLIX folhas.	18ª Carta dos limites das igrejas fecho pelo bispo Dom Vaasco bispo da Guarda, <i>convém a saber</i> , das igrejas de Portallegre.	Limites das igrejas de Portallegre.
Almodouvar, igreja.	[fl. 19] 19ª Estormento com trellado da doaçom per el rey Dom Dinis da igreja d'Almodouvar ⁵⁰ .	Esta carta se começa as CLXI folhas.
Casevel.	20ª Carta d'escaynbo da comenda de Prada que a Ordem tiinha por a vila de Casevel e por a quyntãa d'Almollea.	Esta carta esta as CLXIII folhas.
Çamora Correa.	21ª Trreslado per autoridade de justiça d'hũa sentença de convença que el rey Dom Dinis deu antre ho Mestre de Santiago Dom Pedro Ezquacho e Dona Maria sobre Çamora Correya, <i>convém a saber</i> , que a dicta Dona Maria tenha o dicto logar e depois de sua morte se torne aa dicta Ordem e que ela leixe aa dicta Ordem beens em Santarem que rendam comunalmente cem libras de portugueses cada huun anno.	Este esta aas CLXIII folhas.
Coimbra, casas.	22ª Estormento de como Angello Periz como procurador de Dom Garcia Periz Mestre de Santiago tomou posse de hũas casas que estam no adro da igreja de Santiago da cidade de Coynbra as quaes perteeecem aa Ordem.	Este stormento esta aas CLXIIIª folhas.
Santos, casas em Lixboa.	23ª Estormento como Vasco Lourenço comendador e veador do moesteiro de Santos e Martym Leyte procurador do dicto moesteiro tomarom posse de hũas casas que estom a Santa Crruz de Lixboa. As quaes deziam que foram de Joham Vaaz comendador que fora do dycto moesteiro e que ora eram de Orraca Vaaz dona do dicto moesteiro.	Este stormento esta aas CLXV folhas.
Beens de Diogo Barreto aa Ordem.	24ª Carta d'el rey Dom Fernando per que faz mercee a Mem Rodriguiz Mestre de Santiago dos beens moves e de raiz que Diogo Barreto tiinha neeste reyno os quaes elle perdeo por fazer guerra a Portugall.	Esta carta esta aas CLXV folhas.
Ravaldeira.	25ª Carta per que o Ifante Dom Joham como governador e suficiente procurador dos Treze emprazou a quintãa da Ravaldeira em tres pessoas a Alvaro Borges. O qual nos primeiros IIIIª anos ha de pagar ao Mestre XXV coroas de França de boom ouro e dhy avante por cada hum anno XXVII coroas do dicto regno e ouro e boom peso.	Esta carta vay adiante aas CLXIX folhas.
Fonte Sancta, emprazamento.	26ª Carta d'enprazamento do Ifante Dom Joham a Pedro Fernandez castellãao em tres pessoas do seu lugar da Fonte Santa por duas coroas d'ouro ou seu justo valor cada ano.	Esta carta esta aas CLX [...].
Abul, emprazamento.	27ª Carta como o Ifante Dom Joham governador do dicto Mestrado como procurador dos Treze deu d'enprazamento toda a terra e asentamento da Abul a Symom Martinz e a sua molher em suas vidas e a outra pessoa. E am de dar aa dicta Ordem o sexto e o dizimo de todo o que Deus na dicta terra der e nom a lavrando bem que paguem aquelle meesmo dirreito estimando quanto a dicta terra poderia dar seendo bem lavrada.	Esta carta esta aas CLXV [...].

⁵⁰ Na margem inferior, de outra mão: "Limites das igrejas de Portallegre".

Rebeira da Ayam, herdade.	28ª Estormento como ho comendador de Sezinbra leixou a Dom Mem Rodriguiz Mestre da dicta Ordem hũa erdade que estava na ribeira da Ayam termo da dicta vila por estar em monte e desaproveitada. E o dicto Mestre a recebeo em sy com condiçom que as outras herdades que o dicto comendador tiinha na dicta ribeira o dicto Mestre lhas defenda e se de por autor em qualquer demanda que lhe sobr'ellas veer.	Este stormento esta as CLXVIIIº folhas.
Faarão, casas.	29ª Carta de venda com trellados de procurações como Mem Falleiro e sua molher e Gonçalo Estevez e sua molher vendiam a Dom Mem Rodriguiz Mestre de Santiago hũas casas de que elles sam verdadeiros herdeiros em Faarom forras e isentas.	Esta carta esta aas CLXI folhas.
Lixboa, casas.	30ª Carta d'el rey Dom Joham per que da a Ordem de Santiago hũas casas em que se ja fez moeda que estam aa porta da Cruz na cidade de Lixboa.	Esta carta esta aas CLXXIII fo-lhas.
Este stormento se começa as CLXXIII folhas.	[fl. 19v] 31ª Estormento como Fernand' Afomso sayo da quintãa de Parada e entrou neella Dom Dieguo e sua molher. Nom tem Era nem mes.	
<p>⁵¹Acaban se as scripturas da 14ª parte Começan se as da 15ª parte</p>		
Esta letra esta aas CLXXIIIº fo-lhas.	1ª Letra do recebedor da camara apostolica em que afirma receber o censo que perteecia pagar a Ordez (<i>sic</i>) de Santiago nos regnos de Portugal e Algarve ao Papa Gregorio X ^{mo} no IIIº anno do seu pontificado.	Censo pago.
Esta quitaçom esta as CLXXIIIº ⁵² fo-lhas.	2ª Quitaçom de Dom Joham Periz alcayde moor que foy da cidade de Lixboa de certas miil dobras que lhe a Ordem de Santiago deviia por que lhas enprestara.	
Esta carta esta aas CLXXV fo-lhas.	3ª Carta d'el rey Dom Dinis per que ha por quites ho Mestre e comendadores e frreires da Ordem de Santiago de certos mara-vidiis, ouro e prata que lhes o dicto Rey demandava.	
Este trelado esta as CLXXVI folhas.	4ª Trellado em puprica forma d'hũa carta d'el rey Dom Dinis per que da por quites e livres ho Mestre e comendadores de Santiago de certo dinheirro que lhe elle Rey demandava.	
Esta quitaçom esta as CLXXVI folhas.	5ª Quitaçom em que Pero Machado por seu procurador ha por quite Dom Pero Scacho Mestre de Santiago de quantos beens mandou tomar que ficarom per morte de Nicollao Martinz frreire da dicta Ordem do qual o dicto Pero Machado era testamen-teiro.	
Este stormento esta as CLXXVII folhas.	6ª Estormento em que se contem a paga que se fez em nome do Mestre de Santiago Gil Ferrnandez de tres mill libras que devya a el Rey as quaaes os seus almoxarifes receberam segundo se aqui mostra.	

⁵¹ Título escrito a vermelho.

⁵² Reescrito em cima do "V".

Esta carta esta as CLXXVII folhas. 7ª Carta d'el rey Dom Joham per que da por quites e livres ho Mestre e comendadores de Santiago porque recebeo delles a segunda vez ho ouro que lhe o Papa neeles outorga.

⁵³Acabaram as scripturas da 15ª parte
Começam se as da 16ª parte

Esta carta esta as CLXXVIIIº folhas. E logo a as C^{to}LXXIX folhas esta hum estormento como Rui Galvom raçoeiro da See de Lixboa mostrou uma carta do bispo da dicta cidade sobre as taxas que as ordens avyam de dar pera despensas do legado. 1ª Carta em que se contem hũa ordenação feita pello Mestre e todo cabidoo da Ordem de Santiago que da renda da dicta Ordem aja LXI comendadores afora frreires crrerigos e que o Mestre traga em sua casa seis frreires que nom tenham comendas aa sua custa com cavallos e armas e outros tantos estem no convento. E pera o Mestre manteer estes VI frreires retem pera sua mesa as rendas de Setuval tirando as igrejas e todallas rendas d'Alquaçar afora a renda das igrejas e o paaço da Ribeira e o batel da passagem e a Bemposta. E as rendas dos foros das casas dos moouros forros que sam pera mantiimento do conveento e retem tambem p[er]ja sy todallas rendas de Ferreira. E estabelecem as rendas das igrejas de Setuval e Alquaçar pera ho conveento. E o paaço da Ribeira e o barco da passagem e as rendas dos moouros forros e das casas que em Alquaçar som foreiras e a sesmaria e a Bemposta. Ordenação fecta pello Mestre e Cabidoo e etc.

Este livro esta as CLXXXº folhas. 2ª Huum livro que tem doze folhas de purgaminho em que se contem huum cabidoo que fez Dom Pero Ezquacho Mestre da Cavallaria de Santiago com todos os comendadores da dicta Ordem que neeste regno avya e no dicto cabidoo ordenarom e apartarom algũas cousas pera o Mestre e outras pera as comendas e o que cada huum comendador he obrigado⁵⁴. Mesa, comendas.

⁵⁵Acabam as scripturas da 16ª parte
[fl. 20] Começam se as da 17ª parte

[...]mpçãao. 3ª Estormento como Joham Periz frreire pareceo perante o bispo d'Evora a dar razom pelo dicto Mestre e comendadores os quaes eram chamados do dicto bispo e amostrou ao dicto bispo certas bulas e privilegios da dicta Ordem e que nom lhos amostrava como a juiz mas como a homem boom. Este stormento esta as CLXXXIII folhas.

[...]jas de [...]ejas. 4ª Estormento em que se conteem taxas d'algũas igrejas da Ordem de Santiago segundo esta no livro do collectoer do Papa. Este esta as CLXXXIIIº folhas.

[...]taçãao. 5ª Estormento de protestaçom que posto que o lfante Dom Joham consentisse que o bispo d'Evora apresentasse vigairos nos lugares da dicta Ordem que a todo tempo que se achar Este esta as CLXXXV.

⁵³ Título escrito a vermelho.

⁵⁴ Na parte inferior do fólio, à esquerda: "Mesa. Comendas".

⁵⁵ Título escrito a vermelho.

que a Ordem os ha de poer que o bispo os nom ponha mais.
E ao bispo aprouve dello.

⁵⁶Acaban se as scripturas da 17ª parte
Começam as da decima oytava

1ª Estormento de requerimento e protestaçon que Mestre Guylhelme procurador do Mestre do Mestre (*sic*) de Santiago requireo aos bulladores do Papa que lhe desse hũa bulla que tinham do dicto Mestre e protestava pella tardança nom perder ho Mestre seu dirreito.

Esta esta as
CLXXXVI.

[A]ppelaçam *ante omnia*.

2ª Estormento per que foy apresentado ao arcebispo de Sevilha por parte do Mestre de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve hũa apellaçon *ante omnia* temendo lhe ser feito algum agravo pelo Mestre Provincial de Castella ao arcebispo de Tolledo como juiz apostolico e por nom procederem contra elle per escomunhões. Da qual apelaçon pedia repostas se hy avya alguém que por parte do Mestre de Castella lha desse porque o Mestre de Portugal nom ousaria hir ante elle por suas cruezas. Das quaes muitas em sua apellaçon apontava.

Este estormento esta as
CLXXXVII fo-
lhas.

Visitar.

3ª Huum puprico instormento em que se contem hũa apelaçon que foy feyta por parte do Mestre e freires da dicta Ordem dos regnos de Portugal e do Algarve ao arcebispo de Santiago por visitar as igrejas da dicta Ordem.

Este esta aas
CLXXX [...].

4ª Estormento como o Mestre Dom Pero Scacho foy requerer o Mestre Reymondo⁵⁷ mesegeiro da camara apostolica per seu nuncio a repostas d'hũa apelaçon que ja delle *ante onya* apellara que vinha demandar dinheirros de beneficios que no Mestrado de Santiago vagarom.

Este stormento esta as
CLRI fo-
lhas.

5ª Estormento que por parte do Mestre Dom Pero Scacho foy requerido ao Mestre Reymondo mesegeiro da camara apostolica a repostas d'hũa apelaçon que ja o dicto Mestre delle *ante onya* apellara por certos dinheirros que lhe ho Mestre Reymondo demandava.

Este stormento esta as
CLRI fo-
lhas.

Procuraçam a Luis Gonçallvez.

6ª Hũa procuraçam em puprica forma pella qual o Ifante Dom Fernando faz seu procurador Luis Gonçallvez Mallafaya pera em corte de Roma procurar todos seus negocios e da Ordem.

Esta procuraçam esta aas
CLRI fo-
lhas.

⁵⁸Acaban se as scripturas da decima 8ª parte
Começam se as da decima nona

Composiçaõ an-
tre a Hordem [e]
o bispo de Silves.

1ª Hũa composiçaõ antre a Ordem e o bispo de Silves de con-
certo valledoria pera sempre.

Esta esta as
CLRIII [...].

⁵⁶ Título escrito a vermelho.

⁵⁷ Segue-se riscado: "per seu".

⁵⁸ Título escrito a vermelho.

Este stormento esta aas CLRIII ^o folhas.	[fl. 20v] 2 ^a Estormento como Joham Afonso almoxarife do Mestre de Santiago se obrigou a Airas Paez veedor da fazenda do dicto Mestrado que tornassem a empalhar as covas e se algum trigo sobejase do que lhe fosse lançado obrigava seus beens a o pagar. E que pera esto lhe nom vallesse a quitaçom que ja tiinha e asy a paga os mancebos que achassem que nom foram pagos.	Empalhar.
Esta esta as CLRIII ^o folhas.	3 ^a Carta de convença antre o bispo do Algarve e a Ordem de Santiago.	
Esta composiçom esta as ⁵⁹ CLRIV folhas.	4 ^a Carta de convença antre o bispo de Silves e o Mestre Dom Joham Usorez sobre demanda que traziam sobre as igrejas de Faarom, Tavyla e Quacella e Crasto Marym e veerom a composiçom que levasem a renda meo por meo e as raçoes apresentassem hũa vez o bispo e outra ho Mestre e outras cousas.	Igrejas de Faarom, Tavira, Caccella, Castro Marim.
Esta carta esta as CLRVII folhas.	5 ^a Carta pelo a.b.c. ao revés per que o comendador da Ordem de Santiago com ho convento derom em sua vyda a Pero Fernandez de Sandy quanto a Ordem tiinha no Lumear termo de Lixboa e hum casal em Arrifana e hũa adega em Sam Giãao e as casas da freguesiia de Sam Joham honde chamom o Furadoiro. E com condiçom que nos dicto paaços pousasse o Mestre, comendador moor e freires quando fossem aa dicta cidade.	A.B.C. ao revés.
Esta carta esta aas CRVIII ^o folhas.	6 ^a Estormento de como per parte da Ordem de Santiago se apelou do bispo de Silves pera a See Metropollytana por quanto o dicto bispo fazia hũa igreja em Tavyla em perjuizo da dicta Ordem.	Igreja em Tavira.
Este estormento esta as CLRIX folhas.	7 ^a Hum estormento puprico como foi apresentada em Roma hũa apellaçom por parte do Mestre e cavaleiros da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal a qual era apellar do bispo de Silves.	
Este stormento esta aas CLRIX folhas.	8 ^a Estormento como a Ordem de Santiago apella do bispo do Algarve por muitos agravos que nelle reconta pera ao Santo Paadre e vay em reposta do dicto bispo que nom queria dar os Apostollos.	
Este stormento esta as CC folhas.	9 ^a Estormento que o Mestre de Santiago Dom Lourenço Annes nos regnos de Portugal fez pobricar hum requerimento ao bispo de Silves e o dicto bispo deu hũa reposta a elle per que se yntymou hũa apellaçom.	

Per as sobredictas letras fazem fim as scripturas da Ordem de Santiago, *convém a saber*, aquellas que por mandado da Alteza d'el rey Dom Joham nosso senhor como perpetuo administrador da dicta Ordem foram entregues a mym dicto Alvaro Diaz de Frreellas scripvam do dicto cartorio pello muito honrrado e honeesto Fernam Rodriguiz de Lucena capellam do dicto senhor e chanttre de Santarem a que o dicto senhor desto encarregou. E foram per mym acabadas de

⁵⁹ Riscado: "CRV".

screpver e poer em este tonbo na sua villa d'Almeirim dentro nos paaços do dicto senhor aos IX dias do mes de Junho anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o LR^{ta} annos.

Deo Gracias

⁶⁰Seendo assi dadas a este tonbo as predictas scripturas outras mais que per mym dicto scrip-vam da dicta Ordem foram percalçadas e a minha mão cobradas que som da mesma Ordem por mandado da Alteza do dicto senhor Rey som aquy tanbem asseentadas e com sua actori-dade titulladas fielmente *de verbo ad verbum* e som estas que se seguem.

Estes artigos es-tam aas duzen-tas e tres folhas.	1 ^a Huuns artigos que el Rey manda que guardem todollos taballyãaes destes regnos.	
Esta carta esta as CCV folhas.	2 ^o Carta como Joham Martinz Folyngo e Costança Martinz sua molher vezinhos de Setuval venderom [fl. 21] a Dom Pedro Escacho Mestre de Santiago nos regnos de Portugal hũa casa no arravalde de Setuval.	Setuval, casas.
Setuval, forno.	3 ^a Carta d'enprazamento que Joham Birnaldez tabeliam de Setuval per mandado do Mestre de Santiago Dom Pedro Escacho enpraza a Afonso Dominguis Mozquacho e a Costança Garcia sua molher hũa casa que o dicto senhor Mestre conprou de João Martinz Follyno com condiçom que faça em ella hum forno ata dia de Sam Martinho a sua custa e que pague cada ano de foro aa dicta Ordem cem libras de Portugal.	Esta carta esta as CCV folhas.
Dizima do rio d'Alcacer.	4 ^a Carta per que se mostra hũa sentença d'el rey Dom Duarte que faz mençom que demanda era na sua corte afora ja antre el rey Dom Joham seu padre e o Mestre de Santiago sobre a dizima de totalas mercadarias que sayam pera fora pello rio d'Alquacer e leixando a redizima que ja a dicta Ordem avya. Determinarom que a Ordem ouvesse a dizima de toda a mer-cadaria catyva que for levada pello dicto ryo pera fora, <i>convém a saber</i> , pescado, madeira, vinho e ferro sem levar el Rey nada.	Esta carta esta as CCVI [...].
Alcoutim, lagar.	5 ^a Trasunto como o procurador de Joham Fernandez Rebotim comendador de Crasto Verde per sua procuraçom emprazou a Joham Salvadorez dicto Mayo e a sua molher Domingas Periz morador em Alcoutym o lugar em que elles ora moravam que era do dicto Joham Fernandez Rebotim com todos seus dirrei-tos e perteenças a avyam de pagar cada ano de foro por dia de Sam Joham Bautista oyto libras.	Este empraza-mento esta as CCVIII ^o [...].
	6 ^a Trrasunto co o theor d'hũa carta d'el rey Dom Joham per que o Mestre de Santiago Dom Mem Rodriguiz se agravava qu'os caballeiros da dicta Ordem lhe nom queriam obedeeer. Mandou o dicto Rey que lhe obedeeessem sob pena de sua merce e reconcilliarom se co o dicto Mestre.	Este esta as CCIX folhas.

⁶⁰ Texto escrito com tinta vermelha.

Composiçãoo sobre as igrejas de Sam Clemente de Loule, Sancta Maria de Farom, Sancta Maria de Tavira.	7ª Hũa conposiçom feita antrre a dicta Ordem de Santiago destes regnos de Portugal per Dom Frrey Pero Diaz priol moor da dicta Ordem e Gil Vaaz da Cunha fidalgo do conto dos Treze vesitando elles o dicto Meestrado co os poderes que levavom d'el rey Dom Joham o segundo como perpetuu admenistrador da dicta Ordem co o bispo e cabidoo de Silves na See vagante. E conformando se com tres compromissos que lhe o dicto cabidoo mostrou determinaram que as igrejas de Sam Cremente de Loule e de Santa Maria de Faarom e de Santa Maria de Tavilla que as rações que a Ordem pagar a Ordem as apresente quando vagarem e aquellas que o bispo e cabidoo pagarem essas apresentem. E por quanto na igreja de Faarom som duas rações aprestemadas acordaram que o Meestre e a Ordem apresentasse hũa, <i>convém a saber</i> , ha do prestimo de peyom e o bispo e cabidoo apresentasse a outro do prestimo de ludo e passaram se desto duas scripturas per mym scripvam da Ordem.	Esta composiçom se co[...] aas CCX folhas.
Postura em camara.	8ª Estormento co o theor d'hũa carta do Ifante Dom Fernando seendo Mestre em que fazia saber ao concelho d'Aljezur que todollos cavalleiros ⁶¹ e comendadores da dicta Ordem tinham privilegios do Santo Padre outorgados por el Rey e por elle dicto senhor Ifante que em nenhuum lugar que seja da dicta Ordem e que aja comendador senom possa fazer nenhũa postura nem costume novo nem taixa sem o comendador seer chamado aa vereaçom. E por elle o sentir asi por serviço de Deus mandava que assy se fizesse e husasse sob pena de mill reais por cada vez que o contrairo se fizesse.	Este stormento esta [...] CCXII folhas. Alias II ^C XI.
Esta carta esta as CCXIII folhas.	9ª Carta de venda que Isabela Francisquez vezinha de Setuval vendeo a Lourenço Francisquez seu irmãoo hũa casa na dicta villa que parte com Afonso Annes Neto e com Joham Martinz e com mestre Joane, çollorgiam (<i>sic</i>). [fl. 21v] 10ª Trasunto co o theor de hũa carta per que o Ifante Dom Fernando seendo Mestre mandou a Gil Martinz seu almojarife que enprazasse a erdade de Sam Martinho termo d'Alquacer a Afonso Martinz de quarto e dizimo e duas galinhas e hũa duzia de bollos. E foi lhe enprazada.	Esta carta esta aas CCXII folhas. Alias II ^C XI. Alcacer, herdade.
Esta carta esta as CCXIII ^o folhas.	12ª (<i>sic</i>) Carta per que Nuno Afonso ouvidor do Infante Dom Fernando enprazou a Vicente Gonçalvez e a Maria Anes sua molher moradores em Alquacer em tres pessoas duas courelas de mortorios de vinhas mortas que forom de João Figueira que estom em Telhada termo da dicta vila. Paga cada ano por diia de Sam Miguel vinte reais brancos e hũa galinha.	Alcacer, II courelas.
Este stormento esta aas CCXIII ^o folhas.	12ª Estormento co o theor d'huum mandado do Ifante Dom Fernando per que Martym Taavares escudeiro juiz em Portallegre meteo de posse Mem Gonçalvez priol de Sam Joham da dicta villa de huum oulyval de Sam Pedro que esta junto com a dicta igreja.	Portallegre, oival.

⁶¹ Segue-se riscado: "da dicta Ordem tinham".

Este stormento esta aas CCXV folhas. Correo que os visitantes ennovaram com elle.

13ª Estormento e carta d'aforamento que Pero Barreto comendador de Crasto Verde aforou ha Estev'Eanes Gago e a sua molher Catrina Diaz na dicta villa moradores hũa terra em que esta huum poço de nora que em memoria d'homeens nom sabiam aproveitada, *convém a saber*, que o fezesse em orta e pomar e deu lho enfitiota e paga cada ano aa dicta Ordem dez reais de prata ou seu justo preço por dia de Sam Miguel.

Castro Verde, orta e pomar.

⁶²[1]4ª Letra do Papa Julio segundo e hũa conservatoria per que manda a totalas pessoas ecclesiasticas que ho Mestre tomar por conservadores que nom consentam que aa dicta hordem tomem castelos, vilas nem lugares, nem beens, nem consentam fazeren se injuryas nem agravos nem desaguisado aas pessoas da dita Ordem. Dando lhe poder contra quem hos os (*sic*) oprimir que hos costringam com censuras ecclesiasticas. E foy concedida no ano segundo do seu pontificado. E estaa aas 228 folhas.

Os quatro registos sa[m risc]ados porque vam a[fr]ente per sua ordem.

⁶³16ª Letra do dito Papa Julio per que concede aa dita Hordem de Santiago totalas isenções, graças e privilegios que tem a Hordem de Santiago de Castella ha d'Alcantara e de Calatrava. E esta foy concedida no quarto anno do seu pontificado. E estaa aas 229 folhas.

17ª Outra do dito Julio segundo per que daa lugar ao dito Mestre que possa exercitar jurisdicçam em hos subditos sem apellaçam e agravo. E estaa aas 231 [folhas]. E foy concedida no anno terceyro do seu pontificado.

18ª Outra letra do dito Papa Julio e hum confessionaryo comcedido ao dito Mestre e aas pessoas e cavaleyros e freyres da dita Ordem pera que elejam confessores idoneos e possam fazer ho capitulo geral em qualquer lugar licito. E ho dom priol hos assolva de todos e quaesquer crimes e excessos e culpas e quebrantamentos de jejuuns e todas as outras coussas em que hos ditos cavaleyros e freyres ajam cometido. E estaa aas 232 folhas. E foy concedida no anno terceyro de seu pontificado.

[fl. 22] Carta d'el rei pera Alvaro Diaz de Freellas fazer pubrico neste tomo, aas

II^c XV folhas.

Os dese(?) declaração que os cavaleiros hão de ser julgados pellos Mestres e os clerigos pellos priores mores dos conventos, a fl. 216.

Apontamentos que el rey Dom Joam o 2º enviou preguntar ao Mestre de Castela da Ordem de Santiago per Luis Periz prior de Santiago e reposta do dicto Mestre, as

II^c XV folhas.

⁶² Os quatro registos que se seguem, numerados, respectivamente, 14ª, 16ª, 17ª e 18ª estão cortados, facto para o qual o próprio escriba alerta.

⁶³ O registo 15º não consta.

<p>Em que a exentou da jurdição ordinaria ho cometeo ao Mestre pera o castigar na temperação, a fl. 223.</p>	<p>Doaçam e escaynbo das buticas de Setuval por o julgado dos orfãos daquelles lugares que o regimento d'el rei he em comtrairo, as Trelado da carta d'el Rei per que manda que a remda da dizima do Mestre em Setuval se arrecade commo a sua e com aquelles privilegios e liberdades, as Trelado do estormento da poose de hūuas casas que estam em Beja e que ficaram per morte do prior de Tavira, aas</p>	<p>II^c XVII folhas. II^c XVIII^o folhas. II^c XIX folhas. II^c XXI folhas.</p>
<p>Sem licença do Mestre.</p>	<p>Trelado de hum alvara d'el rei Dom Manuel em que ha por bem que se nom façam camaras segundo regimentos novos senam segundo parecer bem ao Mestre e ysto em todas as suas terras, as Alvara d'el rei Dom Manuel em que manda ao almirante Dom Vasco da Gama que nom entre em Sines sob pena de quinhentos cruzados e mais sob a dita pena nom faça mais nas suas casas</p>	<p>II^c XXV folhas. II^c XXVI folhas. II^cXXVIII^o folhas.</p>
<p>Julio 2^o.</p>	<p>Conservatoria da Ordem de Santiago, as Bula em que o papa concede aa Ordem de Santiago de Purtugal todas as graças concedidas e por conceder aa Ordem de Santiago de Castella, as [fl. 22v] Bula de <i>apelatione remota</i>, as Confesional, aas</p>	<p>II^c XXIX folhas II^cXXXI folhas. II^cXXXI folhas.</p>
<p>[...] que da poder aos ouvidores que conheção das appellações e de auções novas ate cinco legoas e posam prender os que cometerem maleficios no Mestrado se fogi[rem] em dez legoas fora do Mestrado.</p>	<p>Trelado de hum desembargo da rolaçam do arcebispo de Lixboa em que aprova a conservatoria da Ordem, as Alvara da reposta ao ouviidor do Mestrado de certos apontamentos que lhe mandou el rei Dom Manuel o 1^o a Joam d'Elvas, as</p>	<p>II^cXXXIII folhas. II^cXXXIII folhas.</p>
	<p>Sentença que ouve Alvaro Mazcarenhas comendador de Çamora contra os oficiaaes desta vila de Setuval sobre se quererem entremeter em hūa obra que se dizia elle edificar no adro <de Santa Maria⁶⁴>, as Carta d'el Rei per que manda ao governador da casa do civel que remeta ao Mestre huns autos de certos crimes de hum Afonso Lopez cavaleiro da Ordem os</p>	<p>II^cXXXV folhas.</p>

⁶⁴ Escrito por outra mão.

He bello.

quaaes per ella foram logo remetidos sem embargo de ante de tomar o abito cometer o crime, as	II ^o XXXVII folhas.
Carta sobre Santa Barbora de Faarão do Ifante Dom Fernando, as	II ^o XXXVIII folhas.
Foral de Vila Nova de Canha treladado do proprio original per mandado e autoridade do Mestre nosso senhor, as	II ^o R folhas.
Trelado de hũa sentença per que o dinheiro das covas das igrejas he da fabrica e nam doutra nenhũa pessoa nas igrejas d'Almada, aas	II ^o RII folhas.
Conservatoria da Ordem d'Avis, aas	II ^o RV folhas.
Comfirmaçam apostolica do estatuto que fez o Mestre com os cavaleiros d'Avis per atestar, as	II ^o RVII folhas.
[fl. 23] Bula de despensaçam dos jujuuns e cirimonias da Ordem d'Avis, as	II ^o RVIII folhas.
Bula per que o Papa concede que seis capellães do senhor Mestre Dom Jorge levem o grosso de seus beneficios, as	II ^o RVIII folhas
Trellado da sentença que o Mestre noso senhor ouve dos pardieiros que estam junto dos paços da Ordem de Setuval, as	II ^o LI folhas.
Trelado do estormemto da poosse que estaa nas costas da sentença dos pardieiros de Setuval, as	II ^o LIII folhas.
Trelado de hũa sentença d'el rei Dom Joam sobre a fabrica das igrejas de Setuval, aas	II ^o LV folhas.
Trelado de hũa carta do Ifante Dom Joham sobre a fabrica per que o Mestre pode mandar tomar a conta, [as]	II ^o LVIII folhas.
Trelado de huum capitulo que estaa na sentença d'el rei Dom Afonso per que os pescadores som obrigados dar a pescado a Sam Giam, as	II ^o LX folhas.
Trelado de hũa sentença do Corpo Santo da precedencia das cruces, as	II ^o LXII folhas.
Doaçam das casas que Joham de Sousa comendador d'Alvalade tinha na dicta vila, as	II ^o LXVIII folhas.
Composições amtre o bispo e cabido d'Evora e a Ordem de Santiago sobre as igrejas do Campo d'Ourique, as	II ^o LXV folhas.
Conposiçam antre o bispo e cabido d'Evora e o Mestre da Ordem de Santiago que foy de Castella sobre as igrejas da Ordem no bispado d'Evora, as	II ^o LXVII folhas.
[fl. 23v] Trelado de huum alvara d'el Rei e de certidam de detreminaçam do cabido e Treze sobre as galinhas de Natal que o comendador d'Aljustre leva cada anno dos moradores do termo da dicta vila, as	II ^o LXIX folhas.
Trelado da certidam d'Alvaro Diaz de Freellas sobre as mesmas galinhas, as	II ^o LXX folhas.
Foral d'Aljustree, as	II ^o LXXI folhas.
Trelado de hũa carta em que se contem os termos de Crasto Verde tirado per mandado do Mestre noso senhor do proprio original o qual estava na dita vila, as	II ^o LXXIII folhas.
Preguntas de Fernam de Pina e repostas a ellas sobre os dereitos e cousas que a Ordem tem em Setuval, as	II ^o LXXV folhas.

<p>Na sentença dos visitadores esta a demarcação dos termos de Cabrella e Alcacere. A divisão e demarcação se contem na composição feita entre o arcebispo de Evora e a Ordem, a fl. 266⁶⁶.</p>	<p>Sentença do dizimo das ortas de Setuval, as Foral de Setuval dado pello Mestre Dom Payo Rodriguez⁶⁵ Correa em que se contem ser da Ordem os fornos, alfandegas e temdas e alcazarias e banhos, as Privilegio d'el Rei que os remdeiros e fiadores das remdas do Mestre sejam enxecutados como os d'el Rei, as Trelado de huum alvara do Ifante Dom Joam e doutro de Nuno Afonso ouvidor do Ifante Dom Fernando e de hũa sentença dos visitadores que tocam aas comendas de Canha e Cabrela, as</p>	<p>II^oLXXXII folhas. II^oLXXXV folhas. II^oLXXXVI folhas. II^oLXXXVII fo- lhas.</p>
	<p>[fl. 24] Bulla do Papa pera os priores e freires da Ordem de Santiago poderem testar, as Trelado da outra bula per que o Papa concede aos ditos priores e freires totalas graças concedidas aa Ordem Christus e aa Ordem d'Avis, as Reposta aas rebricas de Fernam de Pina sobre o foral de Setuval, as Composiçam amtre a Ordem d'Avis e Santiago sobre a comenda d'Orta Lagoa, as Da comenda de Sa'Miguel de Çoza a Joham de Sousa e a seus herdeiros, as Bula da fundaçam da Regra de Santiago, as Trelado de duas bulas de exemçam dos priores e clerigos do abito d'ambos os Meestrados que aos arcebispos e bispos nom sejam subditos em nenhuum caso nem por respeito dos beneficios, as <nem per razão da cura⁶⁷> Bula per que o Mestre nom seja obrigado a receber aa Ordem os que tomarem o abito de Roma salvo se quiser, as Trelado de hũa carta d'el Rei do II mil II^o LXVIII^o reais que el Rei deu aa Ordem de Santiago do tabaliam dos judeus e das livras dos mouros, as [fl. 24v] Foral do Mestre Dom Payo Correa de Mertolla, as</p>	<p>II^oLRI folhas. II^oLRIII folhas. II^oLRV folhas. II^oLRVX folhas. III^o folhas. III^o III^o folhas. III^oXX folhas. III^oXXVI folhas. III^oXXVIII folhas. III^oXXVIII^o fo- lhas.</p>
	<p>Trelado de hua sentença sobre a redizima que os pescadores levam pera a Comfraria do Corpo Samto, as Trelado de huum auto e detreminação dada pello Mestre noso senhor e definidores sobre as vezinhanças do Campo d'Ourique, as</p>	<p>III^oXXXII folhas. III^oXXXV folhas.</p>

⁶⁵ Na margem esquerda foi acrescentado por outra mão: "alias Peres".

⁶⁶ Tem desenhada uma mão com o dedo indicador apontando para o texto.

⁶⁷ Acrescentado por outra mão.

Alvara d'el Rei per que nenhuum nom he escuso das obras das igrejas por privilegio que tenha, as	III°XXXVII folhas.
Alvara d'el Rei sobre a eleiçam de Setuval, as	III°XXXVII folhas.
⁶⁸ Como Dom Garcia Perez deu termo a villa de Setuval, as Sentença de revogação de hũa letra do Papa Pio per que os cavaleiros das Ordeens não sejam obrigados a servir nos lugares d'Africa asi como a dita letra manda e foy revogada	III°LXXIII folhas.
Alvara d'el Rei que se prendam per recado do Mestre quaeesquer freyres dos abitós	III°XXXVIII.
Alvara d'el Rei que o Mestre possa mandar sayr dos lugares mancebas de clerigos do abito	III°RVIII.
[fl. 25] Alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre possa tirar as devassas sobre os juizes e officiaees em Setuval	III°R.
Alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre possa conhecer das causas da camara	III°R folhas.
Alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre onde quer que Sua Senhoria estiver tire devassa sobre os arroidos de route	III°L folhas.
Hũa carta d'el Rey que per recado do Mestre se embarguem as fazendas das pessoas do abito	III°L folhas.
Alvara d'el Rey sobre o dinheiro das terças	III°LI folhas.
Alvara d'el Rey sobre que os cavaleiros da Ordem de Sanctiago nom usem de cartas furtivas contra as sentenças do Mestre da Ordem ⁶⁹	III°LII folhas.
Trellado da sentença d'Abul	III°LV folhas.
Sentença sobre o dizimo douze dous da villa de Canha	III°LXII folhas.
[fl. 25v] Bulla do Papa Urbano III° sobre a fundaçam da Ordem de Sanctiago em a provincia d'Espanha a qual em tudo he semelhavel a outra do Papa Alexandre III que he neste livro na 1 fl.	III°LXX folhas.
Trellado da bulla pera os dom priores da Ordem de Sanctiago e d'Avis usarem das insignias pontificaes	III°LXXVI folhas.
Sentença que se ganhou contra Dom Pedro Mazcarenhas cavaleiro do abito de Christo por se alevantar com os dizimos da sua quintã de Palma por dizer que os não avia de pagar por ter o dito habito ⁷⁰	III°LXXX folhas.
Sentença dada na Rollação d'el Rey em que declara as dizimas dos pescados que matam os pescadores de Sezimbra como amde ser pagas ao comendador de Sezimbra e ao Mestre em Setuval ⁷¹	III°LXXXI folhas.
Dom Diogo Lobo, barão d'Alvito, autor, contra o juiz d'Alcasere.	III°LXXXVIII° folhas.

⁶⁸ Este resgisto e os seguintes são de outra mão.

⁶⁹ Segue-se um espaço em branco, após o qual se dá continuidade aos registos (dois).

⁷⁰ Por outra mão: "no ano de 1532".

⁷¹ Por outra mão: "no ano de 1520".

Trellado da protestação que se fez per parte da Ordem de Sanctiago e d'Avis de non perjudicarem a ellas as constituições feitas no sinodo	III ^o LRV folhas. CCCLXIII.
Sentença sobre dizemo da lenha em Ribatejo [fl. 26] Trellado puprico de hum estormento de obrigação que Pedro Figueira d'Alcacere feez sobre a logea dos azeites dos lugares da Ordem da dita villa Escriptura das casas da Ordem de Mesejana Estormento em pupriica forma da protestação ⁷² que se fez no sinodo de Lixboa que não prejudique aas Ordeens	III ^o LRVI folhas. III ^o LRVI. III ^o LXXXI.
Alvara do cardeal em que manda que os freires que o Mestre puser por ajudadores dos priores ajam carta de cura	III ^o LXXXI.
Bulla<a> pera que os dom priores do (sic) conventos de Palmella e Avis possam passar a dita de cura aos freires do abito	III ^o RII.
Sentença que ouve Beltesar Fernandez capellão de Cacella contra o bispo do Algarve por o não querer confirmar	III ^o RV.
Alvara d'el Rey sobre as capellas d'Alcouchete que o prior tem com o priorado que vagando ellas nom provera el Rey sem o Mestre ser ouvido	III ^o RIX.
[fl. 26v] Letra apostolica sobre hum partido que Fernão Mazquarenhas fez com o Mestre	CCCCL folhas.
Doação que fez el rey Dom Afonso do padroado de Soza aos erdeyros de João de Sousa	CCCCLIII folhas.
Breve apostolico per que o Santo Padre concedeo a Antonio Denis cavaleiro da Ordem de Santiago a administração das rendas da igreja de Santa Cruz termo d'Almodouvar	CCCCLIII folhas.
Bulla da anexação das igrejas de Portalegre ao convento de Palmella	CCCCLVIII ^o folhas ⁷³ .
Alvara do nuncio per que manda que os comendadores e cavaleiros não sejam obrigados a mostrar os titollos das comendas e igrejas que tiverem	CCCCLIX folhas.
Doaçam que o Mestre Dom Jorge fez das remdas de Cabrella ao convento pera sempre	CCCCLIX folhas.

Passou o Mestre Dom Jorge alvara que os priores mores deste convento e Ordem e recebedor da fabrica delle fossem administradores desta comenda e a arrendassem e que elles se faz. E como esta este alvara no cartorio.

⁷² Antes da última sílaba desta palavra está uma letra riscada.

⁷³ A numeração romana LVIII^o foi riscada e, em numeração árabe, foi escrito "36".

74Treslado d'hum alvara que passou el rei Dom Sebastião que aja gloria pera que os economos não levassem mais que a metade dos frutos dos beneficios que servissem, a folha	III ^o V.
[fl. 27] Treslado d'outro alvara que se passou na Mesa em confirmação do atraz scripto sobre os economos que servirem os beneficios das egrejas d'Almada, a folha	III ^o VI.
Treslado de hum alvara de Sua Majestade sobre os beneficios simplicies que senão de senão (<i>sic</i>) aos freires conventuais ou a quem o ouvesse sido, a folha	III ^o VII.
Treslado do alvara do prioeste de Cabrella em que declara que os officios da dita villa são de dotar dos priores mores deste convento, a folha	III ^o VI.
Rellação da entrada que o senhor rey Dom João o 5 ^o fez neste convento, folha	463.

[fls. 27v a 30v, em branco]

⁷⁴ Escrito por outra mão, em letra de época bastante posterior.

DOCUMENTOS

1

1396, Junho, 20 – Cuenca
Inserere: 1175, Julho, 3

(fl. 1) ¹In nomine Domini Amen. Saibham quantos este trasunto tornado em forma de estormento puprico virem que no ano da encarnação de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e trezentos e noventa e seis anos XX diias andados do mes de Junho na cidade de Concha perdante ho honrrado barom Dom Andre Ferrnandez arcediagoo do dicto logo e vigairo geeral nas cousas spirituaaes e tenporaaes do honrrado paadre em Jhesus Christo Dom Alvaro pela graça de Deus e da Santa Igreja de Roma bispo do dicto logo de Concha em presença de mym notairo puprico e das testemunhas asuso scriptas especialmente a esto chamadas e rogadas pareceo pessoalmente o dicto discreto barom Andre Ferrnandez d'Ocres perpetuu raçoeiro da dicta igreja de Concha. O qual mostrou deu e presentou per mym dicto notairo leer fez hũa letra apostolical (*sic*) de publico scripto em latym e em purgaminho de coiro bulado com huum seelo de chunbo em cordas de sirgo segundo o costume da corte de Roma synado e scripto e roborado de muitos e diverssos nomes o qual nom era viciado nem cancellado nem em nenhũa parte sospeito nem avia em el vicio nem sospeiçom nenhũa segundo parecia na primeira face do qual he ho theor este que se segue:

²Allexandre bispo servo dos servos de Deus aos muito amados filhos Pero Ferrnandez Mestre da Cavallaria de Santiago e frreires clerigos e leygos presentes e por viir som professos a vida comuum saude e beençom apostolical (*sic*). Beento seja Deus nas suas dooas e santo em todas suas obras o qual acrecenta senpre a sua Igreja per nova geeraçom e faz em ella levantar filhos em logo de padres em tal guisa que esparge de geeraçom em geeraçom a noticia do seu santo nome e a luz das almas dos christãaos e bem asi como as estrelas postas em sua firmidam seguem ho nascimento e o poymento do sol bem asy nos graos ecresiaesticos ho splendor e claridade do verdadeiro sol alo-

¹ O texto abre com uma miniatura composta por três figuras humanas e uma espada. Na margem direita, de outra mão: "Trelado da bulla do Papa Alexandre da confirmaçom da Regra. Vide infra as 304".

² Na margem direita e por outra mão: "Esta bulla esta adiante as CCCIII^o folhas tirada da camera appostolica".

mee as geerações dos justos e as nossas treevas e que lhe dem por senpre logar ante que venhom aquell diia grande e spantoso de Noso Senhor. E bem asi como mui<tos> muitas vezes pelo cabo do dragom som deitados e derribados em terra bem asy per filhamento do spiritu cada diia seja feita reparaçom dos perdidos e das abaixuras dos ynfernos demandando as cousas celestiaaes muitos sejam levantados e em tal guisa sejam os corpos na terra que bem como cidadãaos dos santos e criados da casa de Deus pera todo senpre morem e converssem no regno de Deus. E esto sem duvida nos praz de fazer no nosso tempo per graça divinall moormente nas partes d' Espanha na qual alguuns nobres barões em cadeas de pecado<s> enrredados pello engano da quall que chama as cousas que nom som sejam levantados. E elles asi feridos de dentro perdoom de coraçom de mui<tos> trespassamentos de mandamentos e preceptos fazendo peendenza dos pecados trespassados nom tam soomente as possissões terreaaes mas aynda os seus corpos a quaesquer perigoos por amor do Senhor desponham de vontade e esto em exenplo de Nosso Senhor Jhesus Christo que disse nom vim eu minha vontade cumprir mas a vontade de Meu Padre que me envyrou. E querendo nos temperar a Ordem dos sobredictos e o seu preposito os quaes escolherom viver e estabellecerom morar sob abyto e conversaçom e rellegiom e sob obediencia de hum Mestre. E porque aynda dos fyees he de partida per casados e contynentes e Nosso Senhor Jhesus Christo nom tam soomente polos homeens mas aynda pollas molheres quis nacer de molher e quis com os homeens conversar e os sobredictos se quiserem possam fazer vyda santa e salva e seguir ho consselho de Sam Paulo (fl. 1v) que diz amigos nom precepto nem mandamento per que ajades de seer birgeens mas dou vos comselho que o sejades e aynda que sejam elles aquelles que possam criar geeraçom segundo ho estabellecimento do Senhor. E que esquivem ho corrompimento da continencia husando de suas molheres e de suum (*sic*) com ellas se esforcem deste valle de lagrimas que he desta terra poder trespassar aa muy alta terra do regno celestial e sejam purgados per lagrimas e per obras de piedade e asy poderam edeficar sobr'ello seu fundamento que he Jhesus Christo morada de paaos e de ferro e de palha. E em como outros mais ricos edefiquem ouro, prata e pedras preciosas empero estes e os outros todos contendem per hum rey e sobre hum tal fundamento possam fazer morada celestial segundo disse ho salmista esforceade no Senhor o qual conforta os mas (*sic*) pequenos membros da Igreja e diz os teus olhos Senhor virom as minhas imperfeições e todos no teu livro serem escriptos. E porem em aqueste santo collegio dos fiees de Jhesus Christo eu muito amado filho em Deus Pero Fernandez recebeste sabedoria e meestradejo sobr'elos outros e tu com alguuns dos teus freires chegaste aa nossa presença com grande humildade asi como perteeicia e demandaste aa cadeira apostollical (*sic*) que vos tomasse por filhos herdeiros e em nossa defenssam e em propiedade e jurdiçom da Santa Igreja de Roma e recebessemos aynda ho loguo honde fosse feita a quabeceira da Hordem. E nos beendo a vossa boa devaçom e conssirando ho nosso Santo desejo no Senhor e per comuum consselho de nossos irmãos em especiaaes e proprios filhos da Santa Igreja de Roma bos recebemos e comfirmamos per autoridade apostollical (*sic*) a vossa Ordem e firmamo la deste presente privilegio mandando e estabellecendo que todallas possissões e beens que possuydes justamente e legitimamente no presente tempo e depois no futuro que per outorgamento de bispos ou outros prellados ou per³ esmolla de reys ou de principes ou

³ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] *mare bona posessa possidenda*”.

doutros quaesquer fyees per quaesquer justas maneiras que os vos possades alcançar que a vos e a vossos sobcessores fiquem firmes por sempre e nom corronpidos das quaes cousas nomeamos e feeis expressamente que se seguem por seus proprios vocabullos.

Primeiramente Lodyo e ho moesteiro com ho coouto e com todas suas perteenças; item burgo da Ponte de Minho escontra Lodio e com suas perteenças; item Crrecente com ho conto (*sic*) e suas perteenças; item quintella de Pero Herer com ho couto e suas perteenças; item os Barros com ho coouto e suas perteenças; item Lantanho com suas perteenças; item Sam Salvador de Lestunha com ho coouto e suas perteenças; item Moror com ho couto e suas perteenças; item Santa Maria de Pinhel com suas perteenças; Arfartella com suas perteenças; Orelha com suas perteenças; Amora com suas perteenças; Morancia com suas perteenças; a dizima da Baleiia e de Portalos com suas perteenças; Estremeira com suas perteenças; Alquaçar com suas perteenças; Almodouvar com suas perteenças; Arruda com suas perteenças; e a Zarca com suas perteenças. Outrosi estabellecemos e defendemos que nenhuum per ocasiom destreytura nem de antiiga cobiija vos possa tomar aquellas cousas que fora de memoria dos homeens som do tempo dos moouros e as outras cousas que per doaçom de principes ou per vosso escudo e trabalho avedes e possuydes e ao diante entendedes d'aver e possuir por todo sempre vos sejam firmes e estavees e nom he sem razom que em como a vos outros seja hũa entençom e pareça em vos singular cuidado de pugnar por ho nome da Christindade que nom tam soamente estas cousas mas aynda as vosas pessoas por tangimento dos frreires he bem de se poerem sem tardança nom seria proveitoso que a esto vos alguem ouvesse de poer embargo. E nom he razom que os vossos trabalhos e os vossos soldos que aproveitam em comuum ouvesem de seer desfeitos dos outros ouciosos (fl. 2) sem proveito os quaaes em seus trabalhos demandam aquellas cousas que som de Jhesus Christo mas as cousas que as suas vontades querem e que elles ouvessem de aver e de possuir as cousas dos nossos trabalhos. As quaaes por tantos e tam grandes trabalhos pera vossos husos e dos pobres de Jhesus Christo vos som outorgados segundo diz ho apostolo quem nom trabalha nom coyma. E depois desto moormente conssirando de vos mostrar aquellas cousas que na Ordem da vossa profissam som estabellecidas guardardes as quaaes som estas:

Primeiramente que vivades sob obediencia d'huum Meestre em toda humildade e em toda concordia sem propio seguindo ho caminho e enxemplo daquelles fiees que ouvindo a preegaçom dos apostollos tornaram se aa fe catholica e vendiam todallas cousas e puy-nham nas ante os pees dos Apostollos. E aquelles cujas ante foram as cousas nom deziam esta cousa he minha mas que eram a todos comunes e partyam nas per cada huum asi como lhes fazia mester. Item pera averdes de aver vossa geeraçom a qual aja d'estar criada em temor do Senhor e pera averdes remedio aa infirmdade humanal sob stabellecimento do Senhor e indulgencia do apostollo que disse boom he ao homem nom tamger a molher. Porem esquivando a fornigaçom cada huum de vos outros tenha sua molher. E cada hũa das molheres tenha seu marido. E o que nom quiser viver em continencia case se e guarde fieldade a sua molher. E a molher ao seu marido e em nenhũa guisa nom seja quebrantada a continencia do casamento. E se perversura os maridos morrerem ante e ficarem elas em sua Ordem que receberam e se depois quiserem casar façam no primeiramente saber ao Meestre ou ao comendador. E per mandado e conciencia del com quem ouver tallante se case segundo que diz ho Apostollo depois que o barom he morto logo a molher he solta da ley da maridança e casar se a com quem

quiser. A qual cousa se tanbem entende dos homeens e asi som theudos a esta ley como ellas. Hordenamos e estabellecemos que nenhum dos frreires nem das frreiras depois que receberem ho abito da Ordem e fizerem prometimento de obediencia que nom posam tornar ao segre nem receber outra Ordem sem licença de seu Meestre pois que em vosa Ordem ha logares estabellecidos honde cada huum aja de viver e discretamente husar. E qualquer que se da Ordem for nenhum nom lho encubra mas faça o todavia costringer que se aa Ordem aja de tornar. E porque todallas cousas na nossa Ordem se ajam de fazer com moor livramento stabellecido antre vos que huum logar seja ordenado no qual em cada huum anno por a festa de Todos os Santos façades cabidoo geeral no qual ha d'estar conveento de clerigos e priol que deles e dos outros que da vossa Ordem forem aja cuidado e que aja de proveer quando mester for aas almas dos frreires. Outrosy Trreze frreires ham de seer na Ordem os quaes ham de dar quando mester for conselho ao Meestre pera ordenar sua casa e ham d'aver cuidado de enllegger Meestre convinhavel quando mester for. E outrosy quando ho Meestre se partir desta vida e acabar seus diias ho priol dos crelligos ha d'aver cuidado da Ordem e de sua casa. Ao qual todos ham de seer obedientes ataa que pelo intindimento e sabedoria dos dictos Trreze seja feita a inllicam do Meestre. E este dicto priol como logo souber a prostumeira do Meestre e ouver dela conhecimento chamara e ajuntara os dictos Trreze sem nenhũa tardança. E se algum delles per infirmitade ou per outra algũa necessidade nom poder viir ataa quareenta diias aa enllicam o dito priol com conselho dos outrros estabellecera outro em seu logo daquel em tal guisa que per mingua d'alguum delles (fl. 2v) nom leixe de seer feita a inllicam do Meestrrre. E outrossi se o Meestre que for pello tempo nom for aquel que deve e for sem proveyto os dictos Trreze frreires com consselho do priol dos crelligos e dos mais velhos do cabidoo da moor casta averam poderiio pera o amoestar e correger. E se antre el e o cabidoo ouver algũa devisam ou alguum negocio elles ajam poder de o livrar e desenbargar e dem fim e cabo a ello em tal guisa que nom ande a Ordem nem as cousas dela per outros juizos alheeos. E por nenhũa desta<s> cousas nom se levantem os frreires em soberva mas todos sejam devotos e obedientes a seu Meestre. E se perventura alguum destes se for desta vida ou per sua culpa for enviado ho Meestre com conselho dos outros ou da moor parte estabelleçam e ponham outro em seu logo. Item do cabidoo que dissemos que se ha de fazer em cada huum anno estes ditos treze frreires e comedadores das casas ao logar vão sem tardança honde se ha de fazer salvo se os nom detever evidente necessidade e comuummente traitem e estabelleçam aquellas cousas que som prol da Ordem e saude das almas e sustiimento dos corpos de todos. E moormente os amoestem per a defensam da Christiindade e discretamente lhes mandem que vão contra os moouros nom por louvor do mundo nem por desejo de matar nem de feri los nem por cobiija de terras mas soamente que pello seu enpuxamento entendam os christãaos seer exalçados e levantados e os moouros sejam porem provocados aa fe dos christãaos. E no dito cabidoo ham de seer enllegidos vesitadores ydoneos que fielmente aos tempos do ano vesitem as casas dos freires e aquellas cousas que acharem de correger que ou as elles corregam ou as levem ao cabidoo geeral pera se hi averem de correger. Item os clerigos da vossa Ordem sejam pellas vilas e logares e obedeeçam ao priol que sobr'elles for estabellecido e ensinem os filhos dos freires que lhes encomendar ho Meestre em sciencia de letras e menistre os frreires tanbem na vida como na morte as cousas spirituaaes. E estes tragam sobrepelizas vestidas e teeram conveento e claustro sob poderiio de seu priol e homildosamente farom toda cousa que lhes per el for mandado. E os

frreires que estiverem pellos logares segundo que lhes pello Meestre for mandado nom estem ociosos mas sigam suas orações e as outras cousas spirituaaes e obras de piedade. Outrosi os frreires dos trabalhos e das outras cousas que lhes Deus der dem dizima aos seus clerigos donde ajam de fazer seus livros e ornamentos que lhes pertecerem em aquellas cousas que forem necessarias pera os seus corpos e ajam cuidado de os proveer. E se algũa cousa lhes sobejar segundo que o Meestre mandar dem no aos pobres. E porque a concordia e caridade seja antre vos guardada e que todos sejades guardados e arredados de pecado e do mal dizer e murmurar qualquer que em cada lugar for comendador todas aquelas cousas que som pera sua saude e lhe pertecerem em sua infirmitade logo que a cada hum for mester lhes ministrem e nom seja visto em dar esquasso nem na pallavra rispido nem amargoso. Outrosi devedes aver gram cuidado de albergar os ospedes e os pobres mesteirosos e ministra los daquelas cousas que tiverdes per vossas casas liberalmente. E dade honrra aos prellados das igrejas e reverença a todollos fiees de Jhesus Christo coonigos, monges, frreires do Tenple e do Spital e todos os que viverem sob regra de rellegiam. E daredes consselho e ajuda e rellevallos d'algũas minguas se tiverdes guisado. E esto porque Deus seja glorificado em vossas obras. E os outros que virem as vossas obras de caridade e humildade sejam porem provocados ao serviço de Deus. Item em adendo mais mandamos e estabellecemos que se algum logar no qual deva seer bispo veer ao vosso poderio que seja hy no dito logo bispo o qual com suas igrejas e com sua crelleziia ordenada tome e aja as possissões bispaaes e as outras cousas que de dirreito pertecem ao bispo e todallas outras (fl. 3) cousas sejam pera vos e sejam em bossa despossiçam e poderio sem contradizimento de nenhum que seja. Outrossi nas vossas igrrejas parrochiaaes que ouverdes nom queremos que os bispos percam seus dirreitos delas e se porventura em logares desertos ou em terras de moouros fezerdes novamente algũas igrejas sejam conpridas de todas liberdades e nom sejam agravados per bispo nem per outro nenhum que paguem dizima nem nenhum outro dirreito qualquer que seja mas convem a vos de as governar de creligos ydonyos e de companhas e nom possa poer hi bispo nenhum excomunham nem antredicto mas damos vos e outorgamos vos licença que tanbem na igreja mayor que for cabeça da vosa Ordem como nas outras igrejas lançados fora os escomungados e entreditos possades cellebrar e fazer celebrar vosso officio divinal. Outrosi depois desto porque nom ajades aazo ou cajom por alguuns costumes e husos d' omeens e coomas de vos arredar de defenssom dos christãaos mandamos e estabellecemos per auctoridade apostolical (*sic*) que nenhum prellado de qualquer estado que seja nom ponha nem possa poer sentenças d'escmunham nem de entredito sobre nenhũa das vossas pessoas salvo soo ho dellegado do lado do Papa estabellecido e ordenado pello Padre⁴ Sancto de Roma. E esto aynda entendemos em todos aquellos que som vossos familiaries e <vosos> servidores e que am vosso soldo salvo se for tal culpa que encorra em cousa eclesiastica. Outrosi crisma e ho olleo santo e as consagrações dos altares e das igrejas e das ordeens dos crelligos vossos que em ellas ouverem de seer promovidos todo esto receberedes do bispo do vosso bispado. E se ho bispo for catholico e fiel e ouver graça e comunham da cadeira apostolical (*sic*) de boa vontade e sem nenhũa outra maldade vos deve a dar todas estas cousas. E se per ventura vos nom ministrar estas cousas como conprir outorgamos vos que vaades a qualquer bispo que

⁴ Palavra corrigida.

quiserdes ao qual nos mandamos que sem nenhũa duvida per nossa auctoridade vos de todo aquello que lhe demandardes. Outrosi convem vos a vos que nos logares vossos honde estiverem quatro ou mais frreires que façades hi altares e oratorios nos quaes soo os freires e as vossas conpanhas possam ouvir <ho> officio divinal e possam hi aver sepultura de christãaos. E em tal guisa queremos perveer as vossas necessidades que porem as outras igrejas d'arredor nom recebam perjuizo nem injuria e quando for antredito geeral per toda a terra damos vos licença que digades voso officio divinal aas portas çarradas e lançados fora os antreditos e escomungados e nom tangades (*sic*) sinos nem canpãas. E outrosi que digades voso officio sob baixa voz. E outrosi se perventura alguum for contra as vossas frreiras iradamente com suas mãaos e a tanger que logo seja scomungado e esto medes seja guardado em vosa guarda de vos outros tanbem na culpa como na pena. A qual cousa Innocencio Papa nosso antecessor da bem aventurada memoria estabelleceo no concillio geeral por defendimento e segurança dos creligos. Item julgamos e mandamos que nenhum homem do mundo nom seja ousado de vos tomar sandiamente os vossos dirreitos e possissões nem trabalhos nem tomar vossos beens nem posto que os tome que os possa em si reteer nem deles miinguar nem per nenhũa guisa destruir mas todos vos sejam inteiros e sem corrupçom por governoamento dos quaes vos som outorgados e fora desto nom se entenda a cadeira apostolical (*sic*) ca per nenhum juizo nom se pode tirar a sua liberdade aa qual daredes e pagaredes em cada huum anno dez maravidis a nos e a nossos socessores. E se perventura daqui em diante algũa pessooa ecclesiastica ou sagral tentar sandiamente contra este nosso privilegio de hir ou proceder amoestando a segunda e terceira vez que corregua sua presunçam per digna satisfaçom seja privado da honrra e poderiio e dignidade que tener e seja culpado no juizo de Deus de tamanha maldade per el cometida e conheça se por culpado (fl. 3v) no juizo de Deus e no seu Sancto Corpo e Sangue de nosso remiidor Jhesus Christo e na sua morte seja julgado a seer sojeeto a discreta vingança a a todos aquelles que guardarem vossos dirreitos seja paz em Jhesus Christo e em esta vida receba fruito de boas obras *sancte omni* discreto juiz alcancem galardom de paz perduravel. Amen. Amen. Amen. Sam Pedro e Sam Paulo sejam em testemunho desto e meu Senhor Deus me amostre suas carreiras. Eu Allexandre bispo da Igreja Cathollica e eu Galtero bispo de Albania, eu Joham sacerdote cardeal de Sam Joham e de Sam Paulo e Pamachio, eu Joham sacerdote cardeal de Sancta Anastasia, eu Alberto sacerdote cardeal de Sam Lourenço em Lucia, eu Baso (*sic*) sacerdote cardeal de Santa Susana, eu Jacinto diagoo (*sic*) cardeal de Santa Maria Encomedia, eu Arelicio diagoo (*sic*) cardeal de Sam Tisodoro, eu Manfredo cardeal de Santa Cirila, eu Pedro sacerdote cardeal de Santa Susana, eu Canterio diagoo (*sic*) cardeal de Aam Adriam, eu Vitelo diagoo (*sic*) cardeal de Sam Sergio e Vacho, eu Lallora diagoo (*sic*) cardeal de Sancta Maria no Postigoo, eu Romeiro diagoo (*sic*) cardeal de Sam Jorge, eu Humiano diagoo (*sic*) cardeal de Sam Nichollaaoo. Dante e portada per mãoo de Greciano sodiagoo (*sic*) da Sancta Igreja de Roma e notairo. III dias de Julho judicione VIII no ano da encarnaçom de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill CLXXV anos aos dez e sex anos do pontificado de Allexandre Papa terceiro.

O qual privilegio antre ho dicto Senhor arcediagoo presentado e etc. todo esto se segue asi como na (*sic*) fim do outro privilegio.

1254, Abril, 2 – Viterbo

⁵Alexander episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis abbatibus, prioribus, deconis, archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint, salutem et apostolicam benedictionem pacii et quieti religiosorum virorum fratrum Ordinis Millicie Sancti Jacobi apostolica. Nos convenit sollicitudine providere et tam ipsos quam eorum bona tanto solicius ac maliciorum in ausibus et rapinis tenemur protegere quanto pro fidei christiani nominis se diuturnis ribus sponunt periculis et adversus pranos et ousteras vacaciones labores subveniunt graviores inde est quod tam fortes atheletas Christi in suo sancto proposito. Vollentes atencius confovere ad defenssionem sui solitudinem vestram duximus comovendam ut magis ac magis possint ad promovendum propositum quod superunt intendere cum fuerint sollicitudine prelatorum ecclesie amallinorum⁶ inquietatiens secure movemur. Itaque universitatem vestram adque principimus quatinus si quando clerici vel laici perrochani vestri in aliquum fratrum capiendo vel de suis equitaturis deiciendo aut alias in honeste tractando viollentas manus iresciunt huiusmodi presumptores sublato appellacionis obstando accenssis tandelis dileccione et occasione pospositis excommunicatos publice nuncietis et tandiu faciatis sicut excommunicatos arterrii evitari donec passo injuriam congrue satisfaciant et pro absolutionis beneficio inpetrando apostolico secum conspectui representent eos vero qui in predictos fratres manus non injece- rint violentas set equitaturas ac alia eorum bona viollenter diripiunt si a vobis comoniti ablata eis restituere noluerint et delactis injuriis satisfacionem congruam exhibere anatemate vinculo astringatis quo ipsos usque ad dignam satisfacionem teneatis astrictos. Datum Viterbii quarto nonas Aprilis. Pontificatus nostri anno quarto.

(fl. 4)

1184, Novembro, 17 – Verona

⁷Transunpto em raso do privilegio do Papa Lucio muy boom que esta emxertado na gram letra de Nicollaa.

⁸Lucius episcopus servus servorum Dei. Delectis filiis fratribus Millicie Beati Jacobi clericis et laicis tam presentibus quam futuris comunem vitam professis. Licet universsos religiosos viros paterna karitate diligere teneamur eos tamen unigniori nos convenit oculo intueri qui relictis carnalibus desideriis que militant adversus animam cultum religionis in Domino receperunt ut eo forcus in sui propositi observantia solidentur quo celerius se viderint a Sede Apostolica exaudiri ea propter dilecti in Domino fillii vestris justis postulationibus clementer annuimus et felicis recordacionibus Alexandri Pape predecesoris nostri vestigiis inherentes vos et domum vestram qui Beati Petri spirituali iuriis existit sub Beati Petri tutela et nostra proteccionem suscipimus et ordinem vestrem auctoritate apostolica confirmantes presentis privilegio comunimus, statuentes ut quascun-

⁵ Na margem esquerda e de outra mão: “[C]omo sam excomungados os que poserem as mãos violentas nos freires e cavaleiros da Ordem”.

⁶ Palavra corrigida que suscita dúvidas de leitura.

⁷ Título escrito a vermelho.

⁸ Na margem direita e de outra mão: “B. L. 3º. Confirmaçam da Ref...”.

que possessiones quecumque bona in presenciarum juste et legitime possidetis slut (*sic*)⁹ in futurum pontificum largionem regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis medis prestent Domino poteritis adipisci firma vobis vestrisque successoribus et illibata permaneant, in quibus hec propriis duximus exprimenda vocabulis: Lodium et monasterium cum cauto et pertinenciis suis, burgum de Ponte Minii contra lodium cum suis pertinenciis, Crecente cum cauto et pertinenciis suis, Quintanela de Petro Herem cum cauto et suis pertinenciis, Varia cum cauto et suis pertinenciis, Leutanio cum suis pertinenciis, Sanctum Salvatorem de Listriana cum cauto et suis pertinenciis, Moset cum cauto et suis pertinenciis, Penagosent cum suis pertinenciis, Sanctam Mariam de Pinel cum suis pertinenciis, Almadana cum suis pertinenciis, Velens cum suis pertinenciis, Alfarela cum suis pertinenciis, Orela cum suis pertinenciis, Mora cum suis pertinenciis, Moralleia cum suis pertinenciis, decime de Valera et de portadego cum suis pertinenciis, Aliasar cum suis pertinenciis, Larnila cum suis pertinenciis, Lacarca cum suis pertinenciis, terram et possessiones quas abetis agerant terra, furnum, domos et vineas, quas abetis apud Donfrou, terram et possessiones de Portagagel, domos et vineas a Iohane de Villa Nova vobis concessas, decimam quam abetis apud Montem Falconis, possessiones quas Hugue de Paceio vobis dedit, terram quam comissa¹⁰ de Belmonte et comes vobis dederunt apud Beregneius, Vila Nova cum suis pertinenciis ab illustri Phillippo Francorum rege vobis concessam, decimam mollendinorum foletet de castro Landones et de Scampis, doma apud castrum Laudonis, vioginti marcas argenti in Anglia singulis annis vobis redendas abhinc illustri Angelorum rege vobis concessas et domum ospitalis apud Tenomavint cum suis pertinenciis, terram quam Petrus de Margro vobis dedit, velas villas et chaloncum pertinenciis pro qua centum marcas dedit, terram et possessiones quas Albertus Marchio de Ancisa vobis dedit apud Carentin. Sanctimus preterea ne occasione antiquae detencionis sine scripture quisquam vobis possit auferre qua ultra memoriam hominum sub atracenorum detenta sunt potestate aut de munificencia principum seu nostra studio et labore aut iam obtenta sunt aut in futuram auxiliiter. Autem Domino poteritis obtinere cum enim unica sit vobis intencio et singularis cura inim[*in*]jeat pro defensione christiani nomine decertare non solum res set et personas ipsas protuicione fratrum meu tamter exponere plurimum posset hoc pium opus et laudabilie studium impedire si labores et stipendia vestra que in comuni proficiunt preserventur ab aliis et occiosi ac desides ac in laboribus suis non que Jhesu Christi sed que sua sunt requirentes emolumenta illam percipuerunt qua pro tantis laboribus nobis et pauperum Christi usibus sunt provisa dicente apostolo: qui non laborat non manducet in terra. Sane qui in professionis vestre Ordinem statum est observari primum est ut sub unius Magistri obediencia in huiusmodi humillitate atque concordia sine proprio (fl. 4v) vivere debeatis illorum fidellium exemplum habentes qui ad fidem christianam apostolorum predicacione converssi vendebant omnia et ponebant precium ad pedes illorum dividebanturque singulis prout cuiuscunque opus erat nec alliquis eorum qui possiderat quicquam suum duclut (*sic*) esse sed erant eis omnia comunia ad suscipiendam quoque prolem qui in timore Domini nutriantur et infirmitatis humane remedium juxta institutione Domini et indulgencium apostoli qui ait: Bonum est homini mulierem non tangere propter fornicacionem unusquisque uxorem suam habeat et similiter mulier virum suum qui continere nequiverit conjugium forciatur et sernet inviolatam fidem uxori et uxor viro nec thori conjugalis continencia moletur. Si autem viri pre mortui et relicte ipsorum qui Ordine susceperunt nubere voluerint, denucietur hoc Magistro sive comendatori ut cum illius collinencia cui[*u*]s mulier ipsi vult nubat. Secundum verbum apostoli Pauli dicentis martuo viro soluta est mulier a lege viri cui vult nubat tantum in Domino quod ecciam de viris inteligitur observandum una etenim utique

⁹ Na margem direita por outra mão: "Confirmar bona [...] possessa et possidenda".

¹⁰ Palavra corrigida.

lege tenentur. Statuimus quoque ut nullum fratrum sive sororem post suscepcionem Ordinis vestri et promissam obedienciam vel redire ad seculum vel ad alium ordinem sive Magistri licencia audeat se transferre cum sint in Ordine vestro loco statuta ubi quisque distrincius valeat conversari di<s>cedentem vero nullus audeat retinere sed ad Ordinem suum per censuram ecclesiasticam qui disceserit reddere cogatur. Ut autem in Ordine vestro cum maiori omnia deliberacione tractentur. Statutum est inter vos ut locus aliquis ordinetur in quo per singulos annos in sollempnitate Omnium Sanctorum generale capitulum teneatur; sit sic clericorum ibi conventus et prior qui eorum et aliorum clericorum qui de Ordine vestro fuerint curam possit habere ac fratrum cum necesse fuerit provideat animabus. Sint autem et tredecim in Ordine fratres qui Magistro cum fuerit in consillio et disposicionem domnus asistant et eligendi Magistri curam habeant competentem. Prior siquidem clericorum cum Magister de hac luce migraverit de domo et Ordine solitudinis gereant cui sicut Magistro omnis obedientes existant donec <per> providenciam tredecim predictorum fratrum magistri elecio celebretur is cum transitus Magistri fuit auditus et cognitus tredecim illos fratres. Sine dilacione aliqua convocabit et si quisquam eorum infirmitate vel alia ex causa infra quinquaginta dies adee nequiverit cum aliorum consillio qui presentes fuerint allium ausentes loco constituet ut Magistri elleccio ex aliquorum absentia minime diferatur. Illi vero tredecim fratres si Magister qui pro tempore fuerit perniciosus aut inutilis apparuerit cum consillio prioris clericorum et saniores partis capituli maioris domus corrigendi aut ecciam amovendi eum habeant potestatem. Et si inter eum et capitulum aliquid emergerit questionis debitum eis finem imponant ne per aliena iudicia vel dilabatur ordo vel temporalis sustancia disipetur. In nulam aut ex hoc fratres illi superbiam eleventur sed¹¹ Magistro suo devoti et obedientes existant quod siquis eorum ex hac vita transierit vel pro culpa seu alia quacunq; fuerit occasione mutandus Magister cum consillio relicorum aut maioris partis alium eius loco substituatur in capitulo aut quod anuis singulis diximus celebrandum tredecim isti fratres et comendatores domorum nisi evidens et magna eos necessitas detinuerit; at statutum locum incutant, ocurant et comuniter tractent que ad profectum Ordinis animarum salutem et sustentacionem corporum fuerint statuenda ubi pricipue ad defensionem christianorum intendere moveantur; et distincte precipiatur ut in sarracenos non mundane laudis amare non desiderio sanguinis efudendi non terrenarum iterum cupiditate crasentur set id tantum in pugna sua intedant ut vel christianos ab eorum tueantur incursu vel ipsos ad culturam possent christiane fidei provocare. Eligantur et tunc visitatores idonei qui domos fratrum per anui circulum fideliter vissent et qui ibi digna correccionem invenerint aut ipsi corrigant aud (*sic*) ad generale capitulum corrigenda; clerici preterea vestri Ordinis per villas et oppida simul maneant. Et priori qui super eos fuerit ordinatus obedientes existant et fillios fratrum qui eis a Magistro comissi fuerint instruant sciencia licterarum e[t] fratribus tan in vita quam in morte seu alia subministrent. Induentur autem (fl. 5) super pelliciis et conventum et claustrum sub priori suo tenebunt et humilliter facient quod ab ipso illis secundum domni fuerit inperatu. Ubi fratres quoque de quibus Magistro vissum fuerit conversentur¹² sivi occiosi sed vacent oracioni et aliis operibus pietatis. Clerici vero de laboribus et aliis bonis a Deo prestitis decime reddantur a fratribus unde libros et congrua eclesiarum faciant ornamenta et in necessitatibus corporis convenient sive provideant et si aliquis superfuerit secundum providenciam Magistri in usus per pauperum erogetur. Ut autem concordia inter vos caritasque servetur et a peccato deturbacionis et murmuracionis cuncti debeant abstineri qui comendator in quolibet loco fuerit institutus pro facultate domus in sanitate et egreditudine quodcuque opus fuerit cum ea solitudine ac benivolencia subministret ut nequis in substancia parcitatem nec in verbo amaritudinem gerere videatur.

¹¹ Palavra corrigida.

¹² Segue-se um espaço em branco.

Si vobis pricipue cura ospitum et indulgencium et necessaria illis pro facultate domus liberaliter conferantur, exhibeatur perlatis ecclesiarum honor et reverencia subministrentur cunctis fidelibus canonicis, monachis, Tenplariis, Hospitalariis aliisque in sancte religionis observancia positis consillium et auxillium quorumlibet ecciam indigencium; si facultas fuerit, sublevetur ut et Deus in vestris glorificetur operibus et alii qui viderint humilitatis et karitatis vestre provocetur adorem. Ac hec adiciendum devenimus ut si locus aliquis in quo episcopus esse debeat in vestram venerit potestatem sit ibi episcopus qui cum clericis et clero suo designatos sibi redditus possessiones et episcopalia jura precipiat. Reliqua vero cedant in usos vestros et in via dispoissione sive cuicunque contradicione prosistant profecto in parochialibus ecclesiis quas habebitis, volumus episcopos suo jure fraudari. Si autem in lociis desertis aut ipsis terris sarracenorum de novo ecclesias construxeritis ecclicalle (*sic*) plena gaudeant libertate nec aliqua per episcopos decimarum aut alterius rey exacione gravetur. Liceatque vobi<s> per clericos vestros idoneos easdem ecclesias cum plebibus gubernare nec interdicto per episcopos vel excomunicacioni subdantur sed fas sit vobis tam in maiori ecclesia que fuerit capud Ordinis quam in illum ecciam excomunicatis et interdictis ex clausis divina senper officia celebrare. Preterea ne humanis vexacionibus et calupniis defensione christianorum retrahi veleatis appostolica auctoritate decernimus ne personas vestras preter legatum Appostolice Sedis a latere romani pontificis destinatum interdiceret quisquam aut excomunicare presumat quod ecciam de famulis et servientibus vestris statuimus qui stipendia vestra precipiunt donec justiciam parati fuerint exhibere nisi forte talis fuerit culpa ex qua ipso facto ecclesiasticam censuram¹³. Crisma vero oleum sanctum, consecraciones altarium seu basilarum ordinationes clericorum vestrorum qui ad sacros ordines fuerit promovendi a diocesano suscipiet episcopo; siquidem catholicus fuerit et gratiam atque comunem Appostolice Sedis habuerit et ea grantis et ausque pranitate aliqua nobis voluerit enibere alioquin liceat vobis quem malverit catholicum adire antistiitem qui nimitim (*sic*) nostra fultus ex caritate quod postulat indulgeat. Liceat vobis preterea in locis vestris a quatuor vel plures fratres oratoria constituere in quibus fratres et familie vestre tantum divinum audire officium et christianam habere valeant sepulturam. Ita enim volumus necessitati vestre consulere ut non debeant ex hoc adjacentes ecclesiam injuram sustinere. Cum autem generale interdictum terre fuerit, liceat vobis clausis januis exclusis, excomunicatis et interdictis non pulsatis canpanis pressa voce divina officia celebrare. Presenti nichilominus decreto sanctimus ut siquis in aliquen vestrum fratrum videlicet vel sororum violentas manus mitterit excomunicacionis sententia sit astractus. Et illud idem pro tutela vestra tam in sententia quam in pena servetur quod suis felicis memorie Pape Inocencio predecessore nostro de tuicione clericorum in generali concillio noscitur investitutum. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat jura vel possessiones vestras temere perturbare aut vestra bona auferre vel ablata retinere, minuere seu quibuslibet vexacionibus fatigare sed illibata omnia et integra conservetur eorum pro quorum gubernacione et sustentacione concessa sunt usibus omnimodis pro futura salva Sedis Appostolice auctoritate. Ad indicium autem huius a Sede Appostolica percepte libertate decem malechinos nobis nostrisque suscessoribus annis singulis per solvetis. Siqua igitur in futuram ecclesiastica seculari sue persona hanc nostre constitucionis paginam sciens contra eam temere, venire temptaverit secundo tercione comonita nisi reatum suum digna satisfacione correxerit honorisque sui careat dignitate reamque (*sic*) se divino iudicio existere de perpe-(fl. 5v)trata iniquitate conoscat et a santissimo corpore ac sanguine Dei et Domni Redemptoris nostri Jhesu Christi aliena fiat atque in extremo examine divinulcionis subja-ceat. Cunctis autem eidem loco sua iura servantibus. Sit pax Domni Nostri Jhesu Christi. Quatinus et hic fructum bone actionis percipiant et apud districtam premia eterne pacis inveniant amem.

¹³ Segue-se um espaço em branco.

[1ª coluna de subscrições]

Johanes¹⁴ Marci Sancti Marci cardinalis
Ego laborans presbiter cardinalis transtiberi¹⁵ Calixti
Ego humiliter presbiter cardinalis item Sancti Laurenti in Damaso
Ego Pandulltus presbiter cardinalis idem basilica XII apostolorum

[2ª coluna de subscrições]

Ego Lucius catholice ecclesie episcopus
Ego Hontal Sabinensis episcopus
Ego Theodinus prior Tuensis et Sancte Rufine sedis episcopus
Ego Henrricus Albanensis episcopus
Ego Theobaldus Valetrensis episcopus
(Rota)

[3ª coluna de subscrições]

Ego Ardicio diaconus cardinalis Sancti Theodori
Ego Gracianus Sanctorum Cosme et Damiani diaconus cardinalis
Ego Sofred Sancte Marie in Via Lata diaconus cardinalis
Ego Albinus diaconus cardinalis Sancte Marie Nove
Datum Verone per manum Hugonis sancte romane ecclesie notarii XV kalendas Decembri indictione IIIª incarnatione Dominice anno MºCLXXXIIIº. Pontificatus vero domni Lucii Pape III, anno IIIº.

4

[1181-1185], Outubro, 11 – *Vellerem (sic)*

¹⁶Letra de Lucio Papa per que os freires da Ordem de Santiago dem as dizimas das herdades que elles lavrarem ou dem a lavar aos seus clerigos e nom aos bispos nem aos outros clerigos seculares.

Lucius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Columbriense et Elborensis episcopis et dilecto filio priori Sancti Vincencii salutem et apostolicam benedictionem. Si velletis sollicita meditatione pensare quanta sit utilitas que per dilectos filios nostros Magistrorum et fratres Millicie Sancti Jacobi Christianitati acedit non solum privilegia que illis Apostolica Sedes indulisit, custodiret et illesa sed de facultatibus vestris eorum necessitatibus subsidia grata illariter tribuentes ad subventionem illorum exemplo nostro subjectos vobis populos traheret. Ceterum audivimus et audientes nequivimus non mirari quod privatum comodum, honestati et justicie preferentes quidam vestrum privilegium quod similiter decims (*sic*) fratres ac Romanam ecclesia est adepti violare presumunt. Sane cum in eorum privilegio habeatur, ecclesie vestri Ordinis de laboribus et alliis bonis a Deo prestit decime redantur a fratribus vestri libros et congrua ecclesiarum

¹⁴ Segue-se a letra "u" assinalada pelo próprio, como lapso.

¹⁵ Segue-se a letra "u" assinalada pelo próprio, como lapso.

¹⁶ Título escrito a vermelho.

faciant ornamenta et idem necessitatibus corporum convenienter sibi valleant providere. Quidam vestrum de novallibus tam intelligendum afirnant sinistra interpretacione supra scriptum capitulum pervertentes. Quoniam si Appostolica Sedes de novallibus tamen intelligi volluisset nom utique dixisset de laboralibus sed de plano de novallibus sicut in quibusdam privilegiis aponitu alliorum vestri quamque felicis recordacionis Allexander Papa predecessor noster deprovida fratrum consideracione constituit et per privilegium confirmavit. Nos quoque illius vestigiis inerentes scripti nostri munimine roboravimus, non patimur imitari discrecioni vestre per appostolica scripta precipiendo mandamus quatinus decimas tam de terris culte et hereditatibus omnibus quas fratres propriis manibus vel suscipientibus collunt quam etiam de novalibus eorum ecclesie sine diminutione persolvi contradicione posposita permitatur et suditur vestrum discripte vetetur ne a modo ulla eis molestiam similiter hoc irrogare presumant. (fl. 6) Siqui autem proibicionis nostre fuerint contraptores clericos omni gracia et timore postposito nullius apellacione ostendat ab officio suspendatur. Laicos vero excomunione vinculo innodetur et tam suspensionis quam excomunione sententiam facantur firmiter usque ad satisfacionem congruam obssevari. Datum Vellerem, quinto idus Octobrum.

5

[1181-1185], Outubro, 11 – *Vellete (sic)*

¹⁷Privilegio do Papa Lucio que nom devem negar ordeens nem olleo os bispos aos freires da Ordem de Santiago nem scomunga los.

Lucius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis per Haspaniam constitutis, salutem et apostolicam benedicionem. Cum dilectos filios nostros Magistrum et fratres Millicie Sancti Jacobi consideracione laboris quem ad conspescendam sarracenorum perfidiam patuentur honorare propensius debeatis et hilarunt eorum necessitatibus subvenire mirabile gerimus et indignum quod sicut accepimus <qui>dam vestrum eos irrationabiliter persequentes quia illorum personas excommunicare non posunt ecclesias in quas id audundum divina conveniunt, subjeiunt interdicto pretente quod mirabillius est si forte quandoque cum divina cellebratur officia fratres ecclesias parrochiales intraverint clerici pontificali visione commissi donec exiverint fratres officia intermictunt. Quoniam igitur tantam illorum injuriam sustinere volumus incorrer et valde contenpratur Apostolica Sedis auctoritas si illi quelibet tanquam specialibus filiis ipsam communicat sic excommunicandi <ab> aliis evitemur inimunitas vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus quas¹⁸ si verum est¹⁹ verum et subjectorum vestrorum excenssum celeriter corrigantur a predicta fratrum molestia desistatis et facians aliem abstinere ad hea quam questione vestre aliquem episcoporum et fratres subjecti eis crisma et oleum subtrahere et consequent allii denegant amore illius presentium auctoritate precipimus ut si diocesanus episcopus crisma, oleum sanctum et cetera gracis et absque pravitate noluerit exhibere, catholicus quem fratres adierint occasione et excusacione cessante auctoritate apostolica largiatur. Servidentis autem ut taliter que scribimus ira pleatis quod qaerela (*sic*) ad Sedem Apostolicam denuo non

¹⁷ Título escrito a vermelho.

¹⁸ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹ Segue-se um espaço em branco.

feratur nec vos negligencia pontificalis officii vel apostolica dissimulacione mandatem iram Deum et indignacionem Romane ecclesie debeatis merito formidare. Datum Vellete quinto idus October.

6

1229, Julho, 23 – Lugo

²⁰Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi, salutem et apostolicam benedictione. Solet annuere Sedes Apostolica piis vons (*sic*) et honestis petentium desideriiis favorem benivolum impertiri. Eapropeter dilecti in Domino fillii vestris justis postulacionibus grato concurrentes assensu omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris Romanis Pontificibus sive per privilegia seu alias indulgencias vobis et Ordini vestro concessas necnon libertates et exemptiones secularium exactionum a regibus et principibus ac aliis Christi fidelibus inonabiliter vobis indultas sicut eas juste pacifice obtinetis vobis et per vos Ordini profato auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nuli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hec attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lugdun X kalendas Augusti. Pontificatus nostri anno tercio.

(fl. 6v)

7

1245, Setembro, 12 – Lugo

²¹Inocencius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi, salutem et apostolicam benedictione. Vestris justis precibus inclinati devocioni tue ut nomini decimas de bonis vestris contra tenorem privilegiorum Apostolice Sedis exoluere teneamur auctoritate presentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lugdun II idus Septembris. Pontificatus nostri anno tercio.

8

1250, Setembro, 24 – Lugo

²²Innocencio bispo servo dos servos de Deus. Aos muito amados filhos Meestre e freires da Ordem da Cavalariia de Sanctiaguo salutem et apostolicam benedictiones²³. Perdante nos da vossa parte foi preposto que alguuns clerigos e leigos afirmantes contra vos aas vegadas aver

²⁰ Na margem direita, de outra mão: "*Confirmar alia privile[...]*". E mais abaixo: "*Confirmar*".

²¹ Na margem esquerda, de outra mão: "*Fratres nom teneantur [...]*vere decimas".

²² Na margem esquerda, de outra mão: "*Que nom molestem nem injuriem os freires. Adiante vai em latim*".

²³ Palavra corrigida.

algũa cousa de demanda e vossos freires e converssos e a certas bestas e gaados e outros beens de vossas casas per hu samto duum maaõ custume sandiamente em penhorar e roubar e deteer ousam ata que a elles segundo a sa vontade lhes seja satisfeito desta demanda pero jurisdicio a vos enviada ou ordenaria nom ajam per que esto fazer possam. Por ende como asi seja a força do dereito en meyo estabellecido que nenhuum per si ou se a tomar vingança e per esta cousa esta assi como per nenhuum dereyto e forçado seja aas vegadas de sofrer nos queremos aa vossa folgança consellar. E aas maldades dos davanditos contradizer pela autoridade apostollica (*sic*) das presentes cousas estreitamente defendemos que nemguum (*sic*) per razom do sobredito costume a vos de e faça as emjurias sobredictas ou quaesquer beens das vossas casas sem ordem de dirreito embargar ou penhorar ou per qualquer maneira ou se a de teer. Porem de todo en todo a nenhuum dos homens convenha aquesta carta do nosso definimento a britar ou a ela per sandeu ou samento contrair. Que se algum ousar attemptar a maldiçom de Deus poderoso e dos bem aventurados Sam Pedro e Sam Paullo aja. Dante en Lugduno VIII kalendas Otocbris (*sic*) pontificatus nostri anno octavo.

1246, Setembro, 19 – Lugo

²⁴Inocencius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Bracarensi et sufraganeis eius, salutem et apostolicam benedictione. Cum dilectos filios Magistrum et fratres Millicie Sancti Jacobi consideratione laboris quem ad compescendum sarracenorum perfidiam patuimus²⁵ honorare propensius debeatis et hilariter eorum necessitatibus subvenire mirabile gerimus et indignum quod sicut accepimus quidam vestrum eos irrationabiliter presequentes quia illorum personas excommunicare non possunt ecclesias in quas ad audiendum divina conveniunt, subiciunt interdicto. Preterea quod mirabilius est si fortes quandoque cum divina celebramus officia, fratres ecclesias parrochiales vacaverint clerici pontificali visione compulsi donec exiverint fratres officia intermittunt. Quoniam igitur tantam illorum injuriam sustinere nolumus incorectam (fl. 7) et valde contempnitur Apostolice Sedes auctoritas si illi quibus tamquam specialibus filiis ipsa communicat sicut excommunicati ab aliis evitentur ad insitar felicis recordacionis Lucius Pape predecessoris nostri universitati vestre per apostolica scripta precipiendo, mandamus quatinus si verum est quod asseritur verum et subjectorum vestrorum excessum celeriter corrigentes a predicta fratrum molestia desistatis et faciatis alios abstinere, ad hec quoniam questione inter aliquem episcoporum et fratres suborca eis crisma et oleum subtrahit et consequenter alii denegant anore illius et eiusdem predecessoris vestigiis inherentes presentium auctoritate precipimus ut si diocesanus episcopus crisma, oleum sancti et cetera gratis et absque pravitate noluerit exhibere catholicus quem fratres adierint occasione et excusacione cessante auctoritate apostolica largiatur. Provideatis autem ut taliter que scribimus impleatis quod querela ad Sedem Apostolicam denuo non feratur²⁶ nec vos negligencia pontificalis officii vel apostolica dissimulatione mandati iram Dei et indignacionem romanam ecclesie debeatis merito formidare. Datum Lugdum XIII kalendas Octobrum. Pontificatus nostri anno (*sic*).

²⁴ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] *nom molestem nem injuriam os freires*”.

²⁵ Na margem esquerda, por outra mão: “*pattiuntur, in originali*”.

²⁶ As últimas três palavras foram escritas por outra mão.

1251, Setembro, 24 – Lugo

²⁷Innocencius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi, salutem et apostolicam benedictionem. Ex parte vestra fuit propositum coram nobis quod nonnulli clerici et laici asserentes contra vos aliquid questionis habere aliquando fratres interdum conversos et nonnumquam animalia et alia bona domorum vestrarum pretertis²⁸ cuiusdam prave consuetudinis propria temeritate vadiare, invadere ac detinere presumunt donec sit eis ab huiusmodi questionibus vita²⁹ ipsorum beneplacitum satisfactum quamvis jurisdictionem in vos delegatam vel ordinariam non habeant qua hoc possint. Cum itaque judicialis viget³⁰ ideo sit in medio constitutus ut nemo sibi presumere audeat ultione et ob hoc id tamquam nullo subnixum sit aliquatenus tolerandum. Nos volentes quieti vestro consulere ac predictorum malitiis obrivare³¹ auctoritate presentium districtuis inhibemus nequis obcasione predicte consuetudinis vobis memoratas irrogare molestias aut querumque bona domorum vestrarum absque juris Ordine occupare, vadiare seu quolibet modo detinere presumat. Nulli ergo omnino liceat hanc paginam nostre inhibitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lugdum VIII kalendas Octobrum. Pontificatus nostri anno octavo.

1251, Setembro, 24 – Lugo

³²Innocencius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio magistro scolarum Legionensi, salutem et apostolicam benedictionem. Ex parte dilectorum filiorum Magistri et fratrum Ordinis Milicie Sancti Jacobi fuit propositum coram nobis quod nonnulli clerici et laici asserentes contra ipsos aliquid questionis habere aliquando fratres interdum conversos nonnumquam animalia et alia bona domorum ipsorum pretextu (fl. 7v) cuiusdam prave consuetudinis propria temeritate vadiare, muadere ac detinere presumunt donec sit eis ab huiusmodi questionibus justa ipsorum beneplacitum satisfactum quatinus³³ jurisdictionem in eos delegatam vel ordinariam non habeant qua hoc possint. Cum itaque judicialis vigor ideo sit in medio constitutus ut nemo sibi presumere audeat ultionem et ob hoc id tamquam nullo jure subnycum sit aliquatenus tolerandum. Nos volentes eorum quieti consulere ac predictorum malitiis obviare auctoritate literarum nostrorum duximus districtuis inhibendum nequis occasione predicte consuetudinis eis memoratas irrogare molestias aut quecumque bona domorum ipsorum absque juris Ordine occupare, vadiare seu quolibet modo detinere presumat. Quocirca discrecioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus non permittas ipsos contra inhibitionis nostre tenorem super hiis ab aliquibus indebite molestari molestatores huius-

²⁷ Na margem direita, de outra mão: *“Das lutosas”*. E ainda: *“Que nom molestem nem injuriam as pessoas da Ordem”*.

²⁸ Palavra corrigida na margem direita, por outra mão: *“pertextu, in originali”*.

²⁹ Palavra corrigida.

³⁰ Na margem direita, por outra mão: *“vigor, in originali”*.

³¹ Palavra corrigida.

³² Na margem direita, de outra mão: *“Este he ho mesmo privilegio supra proximo”*.

³³ Na margem esquerda, por outra mão: *“quanvis, no original”*.

modi per censuram ecclesiasticam appellacione postposita compescendo. Datum Lugdum VIII kalendas Octobrum. Pontificatus nostri anno octavo.

12

1291, Maio, 15 – Roma

³⁴Nicollaus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis universis commendatoribus et fratribus domus Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedicionem. Pastoralis officii debitum exequentes ad procurandum religiosorum quorumlibet statum tranquillum et prosperum libenter studium efficax prout expedire perpendimus adhibemus. Ad nostrum siquidem pervenit auditum quod cum Magister vestri Ordinis ob multa et ardua que sibi ratione commissi sibi officii frequentius imminent exequenda reddatur qua plurimum occupatus ipsamque propter multitudinem locorum eiusdem Ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt oporteat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supradictis prefatus Ordo in regnis ipsis non modicum in spiritualibus et temporalibus sustinetur detrimentum cum occasione huiusmodi castra, possessiones et bona mobilia et immobilia Ordinis memorati adeo destructa et dissipata noscantur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque remedium obvietur verendum occurrit prout iam lucidis inno<te>scit inditiis ne totalis destructio subsequatur. Nos igitur intendentes prout ad nostrum spectat officium oportuno super hoc adhibere remedium et eiusdem Ordinis statui ac indemnitati eius salubriter providere statuimus auctoritate apostolica et eciam ordinamus ut ex nunc aliquem ex vobis ydoneum ad tanti oneris sarcinam perferendam de prefatis Portugalie et Algarbii regnis precipue seu eciam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provinciam in eiusdem regnis magistrum assumere licite valeatis qui prefati Ordinis et personarum ac bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem libere in Portugalie et Algarbii regnis habeat et exerecit supradictis Magistro eiusdem Ordinis visitatione ac correctione dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Non obstantibus quibuscumque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis juramento con-(fl. 8)firmacione Sedis Apostolice vel alia quavis firmitate valleatis et qualibet alia prefata sedis indulgencia generali vel speciali per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam efectus earum impediri valeat quomodolibet vel disferri. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri statuti et ordinationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationis omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctam Mariam Maiorem idus Maii. Pontificatus nostri anno tercio.

13

1383, Novembro, 26 – Lisboa

Insere: 1190, Maio, 15 – Roma

³⁵In nomine Domini amem. Presentis scripti sive instrumenti publici serie cunctis appareat evidenter quod anno a nativitate eiusdem millesimo tercentesimo octuogesimo tercio die vero vice-

³⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Nicolao IIIº. Prima [...] que creantur in [...] regnis ma[...] Jacobe".

³⁵ Na margem direita, de outra mão: "Estromento com ho trelado [...] privilegio que fiqua atras do Papa Nicolao que se elega (sic) Mestre em Portugal".

sima sexta mensis Novenbris super claustro cathedralis ecclesie civitatis Ulixbonensis coram venerabili ac discreto viro domno Pelagio Nicolai in iure canonico bachalario et reverendi in Christo Patris et domni domni Martini Dei et Apostolice Sedis gracia Ulixbonensis episcopi generali vicario sedent pro tribunali in dicto loco me Johane Rodirici publico tabelione in dicta civitate Ulixbonensi auctoritate domne nostre domne Leonorum regine regentis ac gubernantes regna Portugalie et Algarbii presente una cum testibus infra scriptis conperuit discretus vir Johannes Rodirici milles Ordinis Millicie Sancti Jacobi in dictis regnis fulgentis et nomine venerabilis et religiosi domni Fernandi Alfonsi Magistri dicti Ordinis in dictis regnis ac ipsius Ordinis et oscondit, exhibuit ac presentavit quasdam litteras bone memorie domni Nicolai Pape quinti scriptas in pergameno et vera bulla plumbea ipsius domni Pape cum sillis, seritis croceisque rubeis bullatas non abollitas non cancelatas nec in aliqua sui parte suspectas sed prorsus omni vicio ac suspicione prout in eis prima facie apperebat carentes tenorem qui sequitur continentes:

Nicolaus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis universsis commendatoribus et fratribus domus Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Pastoralis officii debitum exequentes ad procurandum religiosorum quorumlibet statum tranquilum et prosperum libenter studium efficac prout expedire perpendimus adhibemus. Ad nostrum siquidem pervenit auditum quod cum Magister vestri Ordinis ob multa et ardua que sibi ratione commissi sibi officii frequentius imminet exequenda reddatur quam plurimum occupatus ipsamque propter multitudinem locorum eiusdem Ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt, oporteat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supradictis prefatus Ordo in regnis ipsis non modicum in spiritualibus et temporalibus sustinet detrimentum cum occasione huiusmodi castra³⁶, possessiones <et> bona mobilia et immobilia Ordinis memorati adeo destructa et dissipata noscantur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque remedium obvietur verendum occurrit prout iam lucidis inotescit judiciis ne totalis destructio subsequatur. Nos igitur intendentes prout ad vestrum spectatis officium oportunum super hoc adhibere remedium et eiusdem Ordinis statim ac indepenitati eius salubriter providere statui-(fl. 8v)mus auctoritate apostolica et eciam ordinamus ut ex nunc aliquem ex vobis ydoneum ad tanti oneris sarcinam preferendam de prefatis Portugalie et Algarbii regnis precipue seu eciam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provincialem in eisdem regnis magistrum assumere licite valeatis qui prefati Ordinis et personarum ac bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem libere in Portugalie et Algarbii regnis habeat et exerceat supradictis Magistro eiusdem Ordinis visitatione ac correctione dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Non obstantibus quibuscunque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis iuramento confirmatione Sedis Apostolice vel alia quavis firmitate valeatis et qualibet alia prefate sedis indulgencia generali vel speciali per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam efectus earum inpediri valeat quomodolibet vel disferri. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri statuti et ordinationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignatione omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctam Mariam Maiorem idus Maii. Pontificatus nostri anno tercio.

Quibus quidem literis sic ostenssis exhibitis ac presentatis prefatus Johannes Roderici quo supra nomine dixit prefatum domnum Magistrum et dictam Ordinem timere dictas litteras amittere aqua,

³⁶ Segue-se uma letra riscada.

ignis incendio, distancia itinerum seu viarum discrimina, rasura camum aut murium vel aliquo alio casu fortuito cum sint plura pericla que miniari non possunt. Ideo cum instantia requisunt dictas literas transcribi et in formam publicam redigi cum prefati diu vicari auctoritate ordinaria et interpositione decreti ut ipsi transcripto fides in iudicio et extra in in (*sic*) omnibus habeatur. Quia tunc prefatus dom[us] vicarius visis et examinatis dictis litteris ipsisque diligenter inscriptis per veris premitus reputatis peticioni prefati militis quo supra nomine anuens mandavit dictas literas transcribi et in formam publicam per me supra et infra scriptum tabellionem redigi ad hoc suam interponens et interposuit auctoritatem ordinariam et decretum decernens et decernit huiusmodi transcripto de inopes in iudicio et extra tanquam originalibus litteris predictis fidem esse in omnibus adhibendam. Acta fuerunt hec loco, anno, die, mense quibus supra presentibus discretis viris Cristoforo Johanis, Vincencio Laurencii procuratoribus Johane de Vimarans, Petro Stephane tabellionibus in audientia prefati domni episcopi et aliis testibus.

Et me Johane Roderici tabelione prenominato qui de mandato auctoritate et decreto predicti domini vicarii et ad instantiam et petitionem dicti miliceis nomine quo supra dictas literas in hanc publicam formam nichil addens vel minuens quod senssum mutet vel variet intellectum redegem et examini de predictis omnibus et singulis hoc [o]pus publicum instrumentum manu propria scripsit sinoque m[e]o solito una cum appensione sigilli curie episcopalis Ulixbonensis in testimonium premisorum signavi.

(fl. 9)

14

1294, Setembro, 17 – Águila

³⁷Letra de Celestino Papa que em Portugal possamos emleger Meestre Provincial.

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis universis comendatoribus et fratribus domus Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Pastoralis officii debitum exequentes ad procurandum religiosorum quorumlibet statum tranquillum et prosperum libenter studium efficaciter prout expedire perpendimus. Ad nostrum siquidem pervenit auditum quod cum Magister vestri Ordinis ob multa et ardua que sibi ratione commissi sibi officii frequentius imminent exequenda reddantur quam plurimum occupatus ipsamque propter multitudinem locorum eiusdem Ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt, oporteat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supradictis prefatus Ordo in regnis ipsis non modicum in spiritualibus et temporalibus sustinet detrimentum cum occasione huiusmodi, castra, possessiones et bona mobilia et immobilia Ordinis memorati adeo destructa et dissipata noscantur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque remedium obvietur verendum occurrit prout iam lucidis innotescit indicis ne totales destructio subsequatur. Nos igitur intendentes prout ad vestrum expectat officium opportunum super hec adhibere remedium et eiusdem Ordinis statui ac indemnitati eius salubriter providere ad instar felicis recordacionis Nicolai Pape III predecessoris nostri statuimus auctoritate apostolica et etiam ordinamus ut ex nunc aliquem ex vobis idoneum ad tanti oneris sarcinam perferendam de prefatis Portugalie et Algarbii regna precipue seu

³⁷ Título escrito a vermelho.

etiam de³⁸ alis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provincialem in eisdem regnis magistrum assumere licito valeatis qui prefati Ordinis et personarum ac bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem libere in Portugalie et Algarbii regnis valeat et exerceat supradictis Magistro eiusdem Ordinis visitatione ac correctione dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Non obstantibus quibuscumque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis juramento confirmatione Sedis Apostolice vel alia quavis firmitate valleatis et qualibet alia prefata sedis indulgentia generali vel speciali per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differri. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri statuti et ordinationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Aquile XV kalendas October. Pontificatus nostri anno primo.

15

1294, Novembro, 22 – Nápoles

³⁹Comfirmaçom de Celestino do privilegio de Nicollao que possamos fazer Mestre em Portugal
salva correctione et visitatione maioris magistry.

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis Magistro Provinciali ac universis comendatoribus et fratribus domus Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Diligentes justiciam et odio abentes in qua siquando mente nostra variis distracta laboribus et animo pluralitatis curarum undique nobis ingruentium multipliciter occupato per inopportunitatem petentium vel alias capciosas petitiones que interdum superfficientenus pretendentes justiciam discusse⁴⁰ postmodum injuriam continent non concedenda (fl. 9v) aliquibus concedamus, gaudemus illa corrigere ne huiusmodi surreptores de sua possint gloriari malicia immo potuis mala seperato ad inventionum suarum comodo defraudentur. Sane peticio vestra bonis exhibita continebat quod ad felicitis recordacionis Nicollai Pape quarti predecesoris nostri preveniente notitiam quod propter occupationes quam plurimas Magistro vestri Ordinis imminentes ob multa et ardua que sibi exequenda racione comissi officii incurrebant eoque quod eundem Magistrum propter multitudinem locorum eiusdem Ordinis extra Portugalie et Algarbii regna consistentem oportebat persepe discurrere et ipsis regnis dimissis in locis morari prefatis; idem ordo in dictis regnis decrimentum non modicum in spiritualibus et tenporalibus substinebant cum ea occasione castra, possessiones et bona mobilia et immobilia ipsius destructa et desipata adeo noscerentur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque obviaretur remedium verendum erat prout iam lucidis inotescebat in dictis ne totalis dissipacio sequeretur idem predecessor prout ad suam spectabat officium oportunum super hoc remedium adhibens et eiusdem Ordinis statui et indempnitati salubriter providens auctoritate apostolica statuit et eciam ordinavit ut ex tunc aliquem ex vobis ydoneum ad tanti oneris sarcinam perferendam de prefatis Portugalie et Algarbii regnis precipue seu eciam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provincialem in

³⁸ Seguem-se umas letras riscadas.

³⁹ Título escrito a vermelho.

⁴⁰ Palavra corrigida.

eisdem regnis Magistrum assumere valeretur qui prefati Ordinis et personarum ac bonarum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem libere haberet et exerceret in regnis eisdem Magistro eiusdem Ordinis visitacione ac correccionem dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Vos autem comandatores et fratres innitentes huiusmodi salubri ordinationi predecessoris eiusdem provincialem Magistrum ipso predecessore vivente vobis virum ydoneum asumpstis seu etiam elegistis qui ab electionis seu assumptionis sue tempore in predictis regnis gessit et gerit curam Ordinis memorati. Cumque sicut vobis asseretur fore relatum aut ad dicti Magistri tocius Ordinis aut aliorum procuracionem de quo vel quibus pro certo nescitis licere a nobis emanaverint revocatoris vel alias in derogacionem prerudicum diminucionem seu detrimentum ordinationis eiusdem vobis ad id irrequisitis omnino super hoc per nos provideri vobis humilliter supplicastis. Nos itaque dubitantes ne forsitan aliquorum captione importunitate vel procacia suggerente alique tales licere super hiis de nostra curia emanarint quas supradictis intellectis plenius et audictis millacenus dedissemus cum quod a dicto predecessore tam examinate tam provide factum extitit de facili presertim irrequisitis vobis revocandum non fuerit vel ei aliquatenus derogandum ac prepterea ut qualibet in hac parte de cetera dubitacione cessante dicti predecessoris ordinacio firma et illibata permaneat nobis de oportuno remedio providere volentes omnes liciteris que a nobis emanarant ad revocacionem vel alias in derogacionem diminucione vel ditrimentum aut quodcunque prejudicium ordinationis eiusdem et efectum earum ac omnia et singula in ipsos contenta literis et quicquid est ipsarum auctoritate sequitam ex certa sciencia⁴¹ auctoritate apostolica tenore presentium revocamus et ea iuribus vacuantes nullius esse decernimus firmitatis (fl. 10) ac ordinationem prefatam et electionem seu assumptionem tui Provincialis Magistri eius auctoritate secutam ex certa sciencia confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus et nichilominus vobis comandatoribus et fratribus eadem auctoritate de novo concedimus quod perpetuis temporibus successive in vestrum et dicti Ordinis in eisdem regnis Portugalie et Algarbii Provincialem Magistrum virum ydoneum ad supportandum officii tanti pondus assumere licite ac libere valeatis qui prefati Ordinis perssonarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam administrationem et sollicitudinem libere in Portugalie et Algarbii regnis gerat, habeat et exerceat supradictis⁴² ac tamtu (*sic*) Provincialis Magister quam successores tui per eosdem comandatores et fratres ad idem officium successive processu temporum assumendi cetera facere valeati<s> que ad predictum noscuntur officium pertinere Magistro eiusdem Ordinis visitacione ac correccionem dumtaxat legitimis per eum faciendis ea cum modo reservatis non obstantibus quibuscunque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis iuramento confirmacione apostolica vel quacumque allia firmitate valleatis aut si in prefatis liciteris revocatis a nobis forsitan sit adjectum quod per licteras apostolicas eis derogari non valeat aut quibuscumque firmitatibus tenoribus modis verbis vel clausulis seu quolibet alio in liciteris adjectis eisdem de quibus specialem determinatam et expressam oporteat in presentibus fieri mencionem aut qualibet alia ipsius sedis indulgencia generali vel speciali cui<u>scunque tenoris existat per eas presentibus non expressa vel totaliter non inserta efectus earum impedi quomodolibet valeat vel differri. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre revocacionis constitutionis confirmacionis et concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Neapoli X kalendas Decembrium. Pontificatus nostri anno primo.

⁴¹ As últimas três palavras estão subpontadas.

⁴² Na margem direita, de outra mão: "*Jurisdictio Magister in temporalibus et spiritualibus*".

1295, Fevereiro, 2 – Lisboa

Inserere: 1294, Novembro, 22 – Aquila

⁴³Revocação do Papa por que foy feito Mestre contra a Regra e confirmou outro que foy fecto segundo a Regra⁴⁴.

⁴⁵In Dei nomine amem. Noverint universsi presentis instrumenti feriem anspeturi (*sic*) quod sub E^a M^a CCC tricesima tertia secunda die Februarii apud Ulixbonem civitatem quod atrio ecclesie cathedralis ubi ubi (*sic*) publice predicabatur serenissimo Beate Marie Virginis presente magnifico principe domno D. Dei gracia rege Portugalie et Algarbii illustri ac presentibus reverendo patre ac domno P. episcopo Elborensi venerabilibus viris Magistro Stephano magistro scholarum vicario et capitulo Ulixbonensi rellegiosis viris fratre Gonsalvo Onerici priori monasterii fratrum predicatorum fratre Dominico Laurencii guardiano monasterii fratrum minorum Ulixbonensis et Vicencio Dominicii priore monasterii Sancti Vincencii de Foris in presencia mei Alfonssus Petri publici tabelionis Ulixbonensis civitatis et testium infra scriptorum (fl. 10v) ad hoc specialiter vactatorum et rogatorum Petrus Laurencii comendator de Belmonte, miles Valascus Petri comendator Almadane et Menemudus Fernandi frater Ordinis Millicie Sancti Jacobi suo et Magistri Provincialis ac aliorum comendatorum et fratrum domus Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii nomine ostenderunt et publice legi fecerunt per discretum virum donnum Johanem Sugerii dictum Alanum quasdam patentes licteras vera et consueta bulla papali in filiis scriptis bulatis que litere non erant rase non cancelata non interlineate non viciate non abolite nec in aliqua parte sui suspecte sed omni suspeccione carabant quarum licterarum tenor in omnibus et per omnia talis est:

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis Magistro Provinciali ac universsis comendatoribus et fratribus domus Millicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedicionem. Diligentes justiciam et odio habentes iniqua, siquando mente nostra variis distracta laboribus et animo pluralitere curarum undique nobis ingruencium multipliciter occupato per inoportunitatem petemcium vel alias capciosas petitiones que interdum superficietenus pretendentes justiciam discusse postmodum injuriam continent non concedenda aliquibus concedamus, gaudemus illa corrigere ne huiusmodi surreptores de sua possint gloriari malicia nomino pocius male sperato adinvencionum suarum comodo defraudentur. Sane peticio vestra nobis exhibita continebat quod ad felicio recordacionis Nicollay Pape quarti predecesoris nostri preveniente noticiam quod propter occupaciones quam plurimas Magistro vestri Ordinis imminentes ob multa et ardua que sibi exequenda racione commissi officii incurrabant eoque quod eundem Magistrum propter multitudinem locorum eiusdem Ordinis extra Portugalie et Algarbii regna consistentium oportebat persepe discurrere et ipsis regnis dimissis in locis morari prefatis idem ordo in dictis regnis detrimentum non modicum in spiritualibus et temporalibus sustinebant cum ea occasione castra, possessiones et bona mobillia et immobillia ipsius distracta et dissipata adeo noscerentur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque obivaretur reme-

⁴³ Título escrito a vermelho.

⁴⁴ Segue-se, de outra mão: “*Não ha tal*”.

⁴⁵ Na margem direita, de outra mão: “*Quinimo confirma[...] sui primi privile[...] non obstanti 2^a re[...]tiones*”.

dium verendum erat prout iam lucidis innotescebat iudiciis ne totalis dissipacio sequentur idem predecessor prout ad suum spectabat officium oportunum super hoc remedium adhibens et eiusdem Ordinis statuti et indemnitati salubriter providens auctoritate apostolica statuit; et eciam ordinavit ut ex tunc aliquem ex vobis idoneum ad tanti oneris saranam perferendam de prefatis Portugallie et Algarbii regnis precipue seu eciam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provincialem in eisdem regnis Magistrum assumere valeretis qui prefati Ordinis et personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem libere haberet et exercere in regnis eisdem Magistro eiusdem Ordinis visitacione ac correccionem dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Vos autem comendatores et fratres inientes huiusmodi salubri ordinationi predecessoris eiusdem Provincielem Magistrum ipso predecessore vivente vobis virum idoneum assumssistis seu eciam elegistis qui ab eleicionis seu asumpcionis sue tempore in predictis regnis gessit et gerit curam Ordinis memorati. Cumque sicut vobis asseritis fore relatam aut ad dicti Magistri totius Ordinis aut aliorum procuracionem de quo vel quibus pro certo nescitis licere a nobis emanaverint revocatorie vel alias inderogacionem prejudicum dimucionem seu detrimentum ordinationis eiusdem vobis ad id irre-(fl. 11)quisitis omnino super hoc per nos providerii vobis humilliter subplicastis. Nos itaque dubitantes ne forsitam aliquarum capcione inopportunitate vel procacia suggerent alique tales licere super hiis de nostra curia emanarint quas supra dictis intellectis plenius audictis nulatenus dedisemus cum quod a dicto predecessore tam examinare tam provide factum extitit de facili peeseram irequisitis vobis revocandum nom fuerit vel ei ab quatenus derogandum; ac propterea ut quilibet in ac parte decetero dubitacione cesante dicti predecessoris ordinario firma et illibata permaneat vobis de obportuno remedio providere vollentes omnes licteras que a nobis emanarunt ad revocacionem vel alias inderogacionem, deminucionem vel ditrimtum⁴⁶ aut quodcunque prejudicium ordinationis eiusdem et efectum earum ac omnia et singula in ipsis contemta licteris et quicquid est ipsarum auctoritate secutam ex certa sciencia confirmamus auctoritate apostolica tenere presentium revocamus et ea viribus vacuantes nullius esse decernimus firmitatis ac ordinationem prefactam et eleccionem seu asumpcionem tui Provincialis Magistri eius actoritate secutam ex certa sciencia confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus et nichilominus vobis comendatoribus et fratribus; eadem auctoritate de novo concedimus quod perpetuis temporibus succesive in vestrum et dicti Ordinis in eisdem regnis Portugallie et Algarbii Provincielem Magistrum virum idoneum ad supportandum officii cantu pondus assumere licite ac libere valeatis qui prefati Ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam administrationem et sollicitudinem libere in Portugallie et Algarbii regnis gerat, habeat et exerceat supradictis; ac tam tu Provincialis Magister quam successores tui per eosdem comendatores et fratres ad idem officium successive procesu temporum asumendi cetera facere valeatis que ad predictum noscuntur officium pertinere; Magistro eiusdem Ordinis visitacione ac correccionem dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis non obstantibus quibuscunque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis juramento confirmacione apostolica vel quacunque allia firmitate valeatis aut si in prefatis licteris revocatis a nobis forsitam sit adicetum quod per licteras apostolicas eis derogarii non valeat aut quibuscunque firmitatibus, temporibus, modis verbis vel clausulis seu quolibet alia in licteris a dictis eisdem de quibus specialem determina-

⁴⁶ Seguem-se umas letras riscadas.

tam et expresam oporteat in presentibus fieri mencionem aut qualibet aliis ipsius sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscunque tenoris existat per que presentibus non expressa vel totaliter non inserta efectus earum inpediri quomodolibet valeat vel differri. Nuli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre revocacionis constitutionis confirmacionis et concesionis infringere vel ei asu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Neapoli X^o kalendas December. Pontificatus nostri anno primo.

Quibus licteris ostensis perlatis ac eciam publicatis Petrus Laurencii et Valascus Petri comendatores predicti et dictus fratre Menendus Fernandi suplicaverunt cum instanciam prefato domno regi ac capitulo et vicario Ulixbonensibus predictis quod eum (fl. 11v) huiusmodi litere haberent in aliis partibus pro utilitate negotii legi ac publicari ut provideretur circa mundaciones et alya iteneris pericula que de facili possent contingere quo prefatas apostolicam licteras per me supradictum tabellionem facerent publicari ac manu mea in publicam formam redigi et exemplari de ipsorum et quibuslibet eorum actoritate et mandato prout de jure melius posset valere insuper rogaverunt predictum domnum episcopum Elborensem vicarium et capitulum Ulixbonensem et supradictos guardianum et priores monasteriorum ut huic interessent publicacioni ac instrumento huiusmodi sigilla sua ducerent apponenda; et tunc prefatus domnus rex predicti vicarius et capitulum Ulixbonensem examinatis prefatis literis apostolicis dilligenter ac eciam aliis consideratis circa hoc circumstancis opportuniis quare invenerunt omnia rite concurrere volentes ad predictorum comendatorum instanciam circa prefata pericula providere. Presertim cum maxima aquarum inundacio tunc vigeret, voluerunt, consensserunt, approbaverunt et mandaverunt quod prefata lictere ad perpetuam rey memoriam per me dictum tabellionem publicarentur, exenplarentur et de eorum expressa actoritate et speciali mandato in publicam formam redigerentur. Preterea omnis et singuli supradicti ut sigilla sua huic instrumento apponerent rogati consensserunt et volluerunt sigilla sua apponi huiusmodi instrumento. Actum Era mense die et loco positis in principio instrumenti presentibus testibus venerabilibus donno Martino Jhoannis, et donno Petro Jhoannis, donno Johane de Alpram cancellario, donno Stephano de Ratis clerico, et donno Jhoannis Simeonis maiordomo domni regis, donno Petro Remigi cantore, donno Fernando Menendi, donno Gonsalvo Fernandi, Martini Jhoanis, et Martino Mathei canonicis Ulixbonensis et alisquam pluribus qui tunc temporibus inter erant. Ego vero Alfonsus Petri publicis tabelliano Ulixbonensis civitatis ad instanciam et rogatum dictorum comendatorum et dicti fratris et de mandato cum actoritate expressa et speciali dicti domni regis vicarii et capituli predictorum et cuiuslibet eorum predictas apostolicas licteras de verbo ad verbum nichil addicto nichilque remoto quod sensum mutet vel viciat millitum in hanc publicam formam redegere et exinde hoc instrumentum propria manu conscripsi et signum meum apposui in eodem in testimonium veritatis easdem apostolicas licteras actoritate et mandato predictorum et eorum cuiuslibet ut premittitur exemplando et eciam publicando.

Et ego prefatus D. Dei gracia rex Purtugalie et Algarbii premissis intrefui et publicacioni et exempla teni huiusmodi actoritate mea prestiti et per Johanem de Alprom cancellarum meum subscribi feci et sigillum meum apponi mandavi; et nos P. episcopus Elborensis premissis omnibus interfuimus et manu propria subscripsimus et sigillum nostrum apponi fecimus; et ego frater Vicencius Laurencii guardianus Ulixbonensis premissis interfui et manu propria subscripsimus et sigillum meum apposui; et ego frater Gonsalvus Honorici prior fratrum prediccatorum Ulixbonensis premissi quibus intrefui et manu mea propria scripsimus et sigillum meum apposui; et ego Vicencius

Dominici prior monasteri Sancti Vicencis premissis omnibus intrefui et manu propria subscripsi et sigillum meum apposui; et nos capitulum Ulixbonense premissis omnibus interfuimus ac exemplacioni et publicacioni huiusmodi actoritatem nostram prestitimus et per donnum Petrum Remigi cantorem nostrum subscripsi et sigillum nostrum apponi mandavimus; et ego magister Stephanus magister scollarum predictus vicarius reverendi patris domni Johanis Dei gracia Ulixbonensis episcopi premissis omnibus intrefui ac exemplacioni et publicacioni huius actoritate prestiti et manu propria subscripsi et sigillum meum aposui.

In nomine Domni amem⁴⁷.

(fl. 12)

17

1383, Novembro, 26 – Lisboa

Inserere: 1294, Setembro, 17 – Águila

⁴⁸Estormento puprico do traslado da letra do Papa per que outorgou seer Meestre em Portugal e que aja cura e correçam a Ordem.

In nomine Domini amem. Presente publici instrumenti tenore cunctis sit notum et etiam appareat evidenter quod anno a nativitate eiusdem millesimo trecentesimo octuagesimo tercio die vero vicessima sexta mense Novembris super claustro cathedrallis ecclesie civitatis Ulixbonensis coram venerabili ac discreto viro domno Palagio Nicolai in iure canonico bachalarario et reverendi in Christo Patris et domni domni Martini Dei et Apostolice Sedis gracia Ulixbonensis episcopi generali vicario sedent per tribunali in dicto loco me Johane Rodirici publico tabelliono in dicta civitate Ulixbonensi auctoritate domne me domne Leonor regine et regente ac gubernantes regna Portugalie et Algarbii presente una cum testibus infra scriptis conpervit discretus Johannes Roderici miles Ordinis Milicie Santi Jacobi in predictis regnis fulminante et nomine venerabili et religioso domini Fernandi Alfonsi Magistri dicti Ordinis in dictis regnis⁴⁹ ac ipsius Ordinis nomine ostendit, exhibuit ac presentavit quasdem literas recolende memorie domni Celestini Pape quinti scriptas in pergameno at vera bulla plumbbea ipsius domini Pape in pendente cum filis sericis, croceis et rubeis bullatas non abolicas non cancellatas nec in aliqua sui parte subscritas sed prorsus ut in eis prima facie videbitur omni vicio ac suspicione carentes tenore qui sequitur continentes:

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis universsis comendatoribus et fratribus domus Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Pastoralis officii debitum exequentes ad procurandum religiosorum quorumlibet statum tranquilum et prosperum libenter studium efficax prout expedire perpendimus adhibemos. Ad nostrum siquidem pervenit auditum quod cum Magister vestri Ordinis ob multa et ardua que sibi racione comissi sibi officii frequencius imineve execuenda reddatur quam plurimum occupatus ipsamque propter multitudinem locorum eisudem Ordinis que

⁴⁷ Este documento não tem continuidade e, no fôlio seguinte, volta a ser reiniciado, apesar do título indicativo do seu conteúdo.

⁴⁸ Título escrito a vermelho.

⁴⁹ Na margem direita, de outra mão: "D. Fernando Affonço de Albuquerque Mestre da Ordem no ano de 1383".

extra Portugalie et Algarbii regna consistunt oporteat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supra dictis prefatus ordo in regnis ipsis non modicum in spiritualibus et temporalibus sustinet detrimentum cum occasione huiusmodi castra, possessiones et bona mobilia et immobilia Ordinis memorati adeo destructa et dissipata noscantur quod nisi per Apostolice Sedis salubre celereque remedium obvietur verendum occurrit prout iam lucidis innotescit iudiciis ne totalis destructio subsequatur. Nos igitur intendentes prout ad nostrum spectat officium opportunum super hoc adhibere remedium et eiusdem Ordinis statui ac imdeputati eius salubriter providere adinstar felicis recordacionis Nicolai Pape IIII predecessoris nostri statuimus auctoritate apostolica et eciam ordinamus ut ex nunc aliquem ex vobis ydoneum ad tanti oneris sarcinam perferendum de prefatis Portugalie et Algarbii regnis precipue seu eciam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti Ordinis provinciale in eisdem regnis Magistrum assumere licite valentis qui prefati Ordinis et personarum ac bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administracionem libere in Portugalie et Algarbii regnis habeat et exerceat supra dictis Magistro eiusdem Ordinis visitacione ac correccionem dumtaxat legitimis per eum faciendis tantummodo reservatis. Non obstantibus cuibuscunque contrariis eiusdem Ordinis consuetudinibus vel statutis juramento confirmacione Sedis Apostolice vel alia quavis firmitate valleatis et qualibet alia prefate sedis indulgencia generali vel speciale per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus earum impedire valeat quomodolibet vel deferri. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam (fl. 12v) nostri statuti et ordinacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Aquile XV kalendas October. Pontificatus nostri anno primo.

Quibus quidem literis sic ostensis exhibitis et putatis prefatus Johannis Roderici quo supra nomine dixit prefatum domnum Magistrum ac dictam Ordinem timere dictas literas, amictere aqua, ignis incendio, distancia itinerum seu viarum discrimina, rasura canium aut murium vel aliquo alio casu ferente cum sive plura periculi que numerari non possunt. Ideo cum instantia requisivit dictas literas transcribi et in formam publicam redigi cum prefati domni vicarii auctoritate ordinaria et interposicione decreti ut ipsi transcripto in iudicio et extra fides in omnibus habeatur. Et tunc prefatus domnus vicarius visis et examinatis predictis licteris ipsisque diligenter inspectis et proveris premitus reputaris petitione prefati millites quo supra nomine annuens ut pote rationi consent. Mandavit dictas licteras transcribi et in formam publicam per me tabellionem supra et infrascriptum redigi ad hoc suam interponens et interposuit auctoritatem ordinariam et decretum decernens et decrevit huiusmodi transcripto deinceps in iudicio et extra tamquam predictis originalibus licteris fidem esse in omnibus adhibendam. Acta fuerunt hec loco anno die mense quibus supra presentibus discriptis viris Cristoforo Johannis, Vincencio Laurencii procuratoribus Johane de Vimarani, Petro Stephani tabellionibus in audiencia prefati domni episcopi et aliis testibus.

Et me Johane Roderici tabellione prenorato (*sic*) qui premissis omnibus et singulis dum supra fierent et agerentur una cum dictis testibus presentibus fui et mandato auctoritate et decreto interponitur per dictum domnum vicarium dictas licteras transcripsi et in hanc formam publicam redigi et ex inde publicum instrumentum fabricavi ac feci seu scripssi ad instantiam prefati militis nomine quo supra manu propria et ubi legitur scritis interliniavi signoque meo solito una cum appensione sigilli curie episcopalis Ulixbonensis in testimonium premissorum signavi.

1396, Junho, 22 – Cuenca

Insere: 1278, Outubro, 7 – Viterbo

⁵⁰Per que ho Papa encomenda a el Rey de Castella que nom costranga ho Meestre e cavaleiros e frreires da nossa Ordem que paguem as dizimas do Papa que pera elle rey eram atribuidas porque a dita Ordem he disse isenta, *convém a saber*, trasunto em linguagem.

In nomine Domini amen. Saibham quantos este transumpto tornado em forma de estormento pupriico birem que no anno da encarnaçom de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e trezentos e noventa e seis anos viinte e dous dias andados do mes de Junho na cidade de Conqua perdante ho honrrado barom Dom Andre Fernamdez arcediagoo do dito logo e vigairo geeral nas cousas temporaaes e sprituaaes do honrrado padre em Jhesus Christo Dom Alvaro pella graça de Deus e da Sancta Igreja de Roma bispo do dicto logo de Conca e em presença de mym notairo pupriico e das testemunhas adiante scriptas specialmente a esto chamadas e rogadas pareceo pessoalmente ho honrrado e discreto barom Afonso Fernandez d'Ucres raçoeiro perpetuu da dita igreja de Conca. O qual mostrou e deu e apresentou e per mym dito notairo leer fez hũa letra apostollica de privilegio scripta em latim e em purgaminho de coiro da qual ho theor he este que se segue:

Nicollasso bispo servo dos servos de Deus ao nosso (fl. 13) filho muyto amado em Jhesus Christo e nobre Rey de Castela e de Lion saude e beençom apostolical (*sic*). Para aty nosso filho avermos de demostrar em que guisa os amados filhos Meestre e fraires (*sic*) da Ordem da Cavalaria de Santiago proves nos teus regnos e provincias e terras ao teu poderio sogetos vivem nas frontarias dos moouros d'África nom he necessario prolonga lo per muitas palavras em como ja esto a tua real sabedoria entenda e em outro tempo asi como apalpadamente desta cousa aja conhecimento assy he que de todo em todo acordando nos do bem aventurado nembramento, *convém a saber*, que Gregorio Papa decimo nosso antecessor comssirando com deligencia as⁵¹ fortunas e perigoos as quaes o dicto Meestre e fraires (*sic*) por defenssam da fe dos christãaos padecem. E querendo lhes porem fazer graça special per letras e privilegios apostollicaaes outorgou lhes aos sobredictos que de todollos fruytos e percalços que ouverem nom sejam theudos a pagar dizima que foy stabelecida pela cadeira apostollical (*sic*) no concillio de Lyon de sobr'ello Rodon pera defendimento da Terra Santa e que pera esto per nenhũuas letras e privilegios apostollicaaes nom sejam costrangidos e que nenhũas sentenças d' escmunham, nem de suspenssom, nem de entredicto que por esto sejam dadas contra elles ou algum delles ou igrejas ou cousas delles nom sejam firmes nem valledeiras. E mandou aos delegados da cadeira apostollical (*sic*) e a todollos collectores da dicta dizima per outras suas letras que dos sobredictos Meestre e fraires (*sic*) e das suas igrejas e casas per sy nem per outrem, nem per outros nom demandassem dizima nenhũa nom enbargando quaesquer letras que em contrairo desto aos dictos delegados e colectores ou a cada hum delles so qualquer forma ou de crramento de palavras lhes fossem outorgadas aynda que em ellas fosse contheudo que ora fossem isentos ora nom isentos de qualquer ordem

⁵⁰ Título escrito a vermelho.

⁵¹ No início desta palavra foi riscada uma letra.

ou condiçom que lhes demandassem a dicta dizima e que dhy em diante lhes fosse demandada salvo se nas dictas letras fizesse mençom nomeadamente da dicta Ordem e do seu privilegio de verbo a verbo. E em todo todo em todo (*sic*) se entenderia as sobreditas sentenças e privilegios dados e outorgados pello nosso antecessor nom firmes e sem proveito depois desto estemedes nosso antecessor ouvindo que os moouros sobredictos como inimigos quebrantaram e trespassaram os teus regnos e terras e consirando por certas razõoes que o empugnamento contra os dictos moouros dava gram logar e grande defendimento aa sobredicta Terra Sancta que porem te outorgava a dita dizima de todollos frruitos e percaños eclesiasticos dos teus regnos e terras assy como aa dita Santa Terra fora outorgada. E depois pello processo do tempo ho Papa Inocencio quinto nosso antecessor querendo que esto que te assy fora outorgado desta dizima e mais nom vallesse outorgou ao bispo d'Ovedo nosso irmãoo per autoridade de letras apostolicaaes a colheyta da dicta dizima nos teus regnos e terras mandando lhe pelas dictas letras que demandasse a dicta dizima per sy ou per outrem ou per outros tanbem dos isentos como dos nom isentos pella guisa que mais compridamente todas estas cousas nas letras dos nossos antecessores som contheudas. E em como este sobredicto bispo pello outorgamento contheudo nas dictas letras que (fl. 13v) lhe sobr'isto foram dadas demandasse e fizesse demandar a dicta dizima do dicto Meestre e fraires (*sic*) dos regnos e terras sobredictas e das suas casas e igrejas e da parte dos sobredictos ante ho bispo fosse proposto e alegado que a elles assy como dito he foy outorgado pela cadeira apostollical (*sic*) que nom fossem theudos a pagar a dicta dizima. E dizendo que pellas letras apostollicaaes que el tragiia de verbo a verbo nom fazia mençom da sua Ordem e que eram prestes pera lhe demonstrar esto no dicto privilegio. E que o dicto bispo delles nem das suas casas nem da saa Ordem nem igrejas nom avya de demandar dizima nem a fazer demandar segundo que era contheudo nas letras sobredictas nas quaaes da sua Ordem nem do seu privilegio dela nom fazia nenhũa mençom. E que portanto nom podiia nem deviia demandar a dicta dizima de dirreito. E por quanto o dito bispo nom hos quis sobr'isto ouvir recorrerom se a nos humildosamente soplicando que sobr'esto lhes ouvesses remedium com cuidado paternal. E nos veendo que era bem e cousa razoavel que ho dicto Meestre e fraires (*sic*) dos teus regnos sobredictos e terras em esta parte nom sofram nem padeçam nojo nem perjuizo nenhum. Os quaaes pellos seus merecimentos e necessidades e perdas e danos som afligidos repunamdo e contradizendo aos dictos moouros pellas quaes cousas devem de seer ajudados pella cadeira apostollical (*sic*) de graças perteecentes e liberdade real. Porem rogamos temperadamente aa tua nobreza que moormente conspires a familiaridade benigna dos dictos Meestre e fraires (*sic*) dos teus sobdictos regnos e terras. E por reverença da cadeira apostollical (*sic*) e pella nossa consiraçom e de tantos e tam boons servos de Deus que nom leixes demandar nem tomar dos dictos Meestre e freires nem de suas casas e igrejas nenhũa dizima nem lhes fazer nenhũas injurias nem dar contra elles nenhũas sentenças. Mas se algũa cousa por ello lhe som tomadas fazee lhas tornar e se algũas injurias ou sentenças som dadas contra elles fazee as revogar. E sobr'esto compriras ho nosso rogo em tal guisa que alegrando se elles do seu proveito desejado pello nosso roguo nom tam soamente elles mas per exemplo delles outros muitos sejam esforçados pera soportar os dictos trabalhos. E nos de todo em todo por esta cousa aa tua real mesura daremos muitas graças speciaaes. E daqui em diante qualquer cousa que sobr'esto que dicto he a tua pessoa real virem que he bem de se fazer com prestes devaçom mo enviees dizer. Dante em Biterbio VII dias d'Outubro no primeiro anno do nosso pontificado.

A qual letra e privilegio ante ho dicto vigairo geeral apresentada, dada e demostrada e leuda e pobricada ho sobredicto Afonso Fernandez raçoeiro em nome do nobre e poderoso barom Dom Lourenço Soarez de Figueiroa Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago e em nome dos seus frreires, priores e comendadores da dita Ordem disse e declarou que em como o dito Meestre e frreires, priores e comendadores e todollos outros crreligos e leigos da dicta Ordem se entendam ajudar da dita letra e privilegio apostolical (*sic*) por guarda e defenssom de seu dirreito e da sobredicta Ordem e queriia a dicta letra apostolical (*sic*) enviar a algũas partes ou trage la consigo a algũas cidades, villas e lugares do dito regno de Castella (fl. 14) fora del. E temendo se que a dicta letra se poderia perder per augua ou per fogo ou per furto ou roubo ou per outro alguum aqueecimento porem pedio e requereo e com grande aficamento demandou a dicta letra em horiginal per mandado do dicto senhor vigairo e de sua licença e autoridade per mym dicto notairo foy trelladada, publicada, exenprada a dicta letra. E de como foi publicada e do trasumpto dela fez fazer huum stormento puprico pera desta cousa aver memoria perduravel. A quall letra assi vista e consirada reputando o dicto vigairo a dicta petiçom d'Afonso Fernandez por booa e convinhavel e vista mandou a mym notairo juso (*sic*) scripto que trelladasse ho original da dicta letra de verbo a verbo em publica forma e que fezesse assi dello huum stormento e que o signasse com meu sinal porque mais compridamente fosse crreudo em todallas cousas tanbem em juizo como fora de juizo honde quer que o dicto original da dicta letra for portado em maneira de forma de trasunto d'estormento puprico e o dito vigairo deu a ello sua autoridade e ordenario poderiio. E de todas estas dictas cousas e de cada hũa delas ho dicto Afonso Fernandez em nome dos sobreditos pedio huum stormento dous e tres e muitos publicos stormentos. Presentes os honrrados e distintos barões Miguel Sanchez bispo de Conca e Pero Sanchez Dopta (*sic*) notairo puprico e Rodrigo criado do dicto senhor vigairo. Eu Martim Sanchez de Salmeirom crelligo⁵² do bispado de Concha puprico notairo per autoridade apostolical (*sic*).

19

1299⁵³, Dezembro, 30 – Latrão

⁵⁴Letra de Bonifacio pera o bispo d'Evora que escomungue todollos que tiverem beens da Ordem forçados ou em alheados e scripturas e outras quaesquer cousas.

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Elborensi, salutem et apostolicam benedictionem. Significarunt nobis dilecti fillii Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi in Ispania quod nonnulli iniquitatis fillii quos prorsus ignorant decimas redditus censsus legata, terras, prata, vineas, domos, possessiones, instrumenta publica et quedam alia bona ad Ordinem ipsam spectancia temere ac maliciose occultare ac occulte donacre presummunt non curantes ea ipsis Magistro et fratribus exhibere in animarum suarum periculum eorumdem Magistri et fratrum ac Ordinis non modicum detrimentum super quo iidem Magister et fratres Apostolice Sedis remedium implorarunt. Quocirca⁵⁵ fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus omnes huiusmodi detentores occultos decimarum reddituum et aliorum predictorum bonorum

⁵² A segunda letra desta palavra foi reescrita em cima de um "r".

⁵³ Assumimos como início de contagem do pontificado a data da posse e não a da eleição, ou seja, 23 de Janeiro de 1295.

⁵⁴ Título escrito a vermelho.

⁵⁵ Palavra corrigida, por outra mão, na margem direita.

ex parte nostra publice in ecclesiis coram populo per te vel per alium venias⁵⁶ ne infra competentem terminum quem eis prefixeris ea predictis Magistro et fratribus a se debita restituant et revelent ac de ipsis plenam et debitam eis satisfacionem impendant; et si id non impleverint infra alium terminum competentem quem eis ad hoc duxeris prefigendum extunc in eos generalem excommunicationis sententiam proferas et eam ubi quando expedire videris facias usque ad satisfacionem condignam solenniter publicari. Datum Lateram III kalendas Januarum. Pontificatus nostri anno quinto.

(fl. 14v)

20

1398, Dezembro, 13 – Lisboa

Insero: 1300, Fevereiro, 13 – Latrão

⁵⁷In nomine Domini amen. Presentis exempli seu instrumenti publici tenore cunctis sit notum quod anno Nativitatis eiusdem millesimo trecentesimo nonagesimo octavo die vero decima tertia mense Decembris in claustro cathedrallis ecclesie nobilissime et legalis civitatis Ulixbonensis coram venerabili discreto viro domno Cristeforo Johanis in decreto vacallario et reverendi in Christo Patris et domni domni Johanis Dei et Apostolice Sedis gratia dicte civitatis Ulixbonensis archiepiscopi generali vicario sedente pro tribunali in dicto loco, me Johane Roderici publico regali auctoritate in dicti civitate Ulixbonensi tabellione presente una cum testibus infra scriptis conceperint honorabilis et religiosus vir domnus Gunsalvus Menendi da Oliveira miles Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugallie et Algarbii ac provisor conventus dicti Ordinis et ostendit ac presentavit quasdam literas recollende memorie domni Bonifacii Pape VIII scriptis in pergamento ac in cordula canapis vera bulla plumbea ipsius domini Pape more Romane curie bullatas, sanas, integras omnique vicio ac suspesione prout in eis prima facie apperebat carentes tenore qui sequitur continentes:

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Elborensi, salutem et apostolicam benedictionem. Et si quibuslibet ecclesiis et personis ecclesiasticis ex invicte nobis servitutis officio asistere defensionis presidio teneamur illis tamen et efficacius adesse nos convenit qui non solum sua verum etiam semet ipsos salubriter obligantes contra inimicos crucis Christi pro fidei defensione pugnando se morti exponere non formidat. Cum itaque sunt accepimus dilecti filii Magister et fratres Ordinis Millicie Sancti Jacobi a nonnullis qui nomine Domini recipe in natuum non formidat diversis injuriis et mollestiis affligantur. Nos eorundem Magistri et fratrum providere quieti et malignorum conatibus obviare videntes fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatius eisdem Magistro et fratribus pro nostro et Apostolice Sedis reverencia efficaci presidio defensionis assistens non permictas eos contra indulta privilegiorum sedis eiusdem ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam appellacione postposita compescendo, attentius provisuris ne de hiis super quibus lis est iam mota vel que cause cognicionem exigunt. Et que indulta huiusmodi non contingunt te aliquatenus intromictas nec in episcopos aliosve superiores prelatos excommunicationis vel suspenssionis aut in universsitate aliquam vel collegium aliquod interdicti sententias promulgare presumas.

⁵⁶ Na margem direita, por outra mão: "*moneas in est, in originali*".

⁵⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "[T]elado deste privilegio [s]upra proximo que fica [a]tras.

Nos enim si secus presumpseris tam presentes literas quam eciam processum quem per te illorum auctoritate haberi contingerit omnino carere iuribus ac ullius fore decernimus firmitatis, huiusmodi orgo mandatum nostrum sic sapienter et fideliter exequeris ut eius sines quomolibet non excedas. Presentibus post triennuum numere valituris. Datum Lateran idus Februarum. Pontificatus nostri anno sexto.

(fl. 15)

21

1299, Fevereiro, 3 – Latrão

⁵⁸Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi salutem et apostolicam benedictionem. Solet annuere Sedes Apostolica piis vocis et honestiis petentium desideriis favorem benivolum impertiri. Eapropter dilecti in domino fillii vestris Justis postulacionibus grato concurrentes assensu omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris Romanis pontificibus sive per privilegia seu indulgencias vobis vel Ordini vestro concessas necnom libertates et exemptiones secularium exactionum a rogibus et principibus ac aliis Christi fidelibus racionabilliter nobis indultas sicut eas juste ac pacifice obtinentis vobis et per vos eidem Ordini auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis hoc atemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostollorum eius se noverit incursum. Datum Lateran III nonyas Februarum. Pontificatus nostri anno quinto.

22

1300, Fevereiro, 13 – Latrão

⁵⁹Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Elborensi, salutem et apostolicam benedictionem. Et si quibuslibet ecclesiis et personis ecclesiasticis ex invincte nobis servitutis officio asistere defensionis presidio teneamur illis tamen specialius et efficacius adesse nos convenit qui non solum sua verum eciam semetipsos salubrien ab negantes contra inimicos crucis Christi pro fidei defenssione pugnando se mori exponere non formidant. Cum itaque sicut accepimus dilecti fillii Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi a nonnullis qui nomen domni recipere in vacuum non formidant diversis injuris et molestis afligantur. Nos eorundem Magister et fratrum providere quieti et malignorum conatibus obviare vollentes fraternent tue per apostolica scripta mandamus quatinus eisdem Magistro et fratribus pro nostra et Apostolica Sedis reverencia efficaci presidio defensionis asistes non premictas eos contra indulta privilegiorum sedis eiusdem ab aliquibus indebite molestari molestaciones huiusmodi per censuram ecclesiasticam appellacione postposita conpescendo attentius provisuris ne de hiis super quibus lis est forte iam mota vel que cause cognicionem exigunt et que indulta huiusmodi non contingunt te aliquatenus intromictas nec in episcopos aliosve supiores prelatos excomunicacionis vel suspenssionis/ aut

⁵⁸ Na margem direita, de outra mão: *"Confirmar privilegia"*.

⁵⁹ Na margem direita, por outra mão: *"Contra os que tiverem os bens da Ordem ja fiqua treladado atr[as] fl. supra proximo"*.

in universitatem (fl. 15v) aliquam vel collegium aliquod interdicti sententias promulgare presumas. Nos enim si serus presumpseris tam presentes licteras quam eciam processum quem per te illarum auctoritate haberi contingerit omnino carere iuribus ac nullius fore decernimus firmitatis huiusmodi ergo mandatum tam sic sapienter et fideliter exequaris ut eius fines quomodolibet non excedas. Presentibus post trienium minime valituris. Datum Lateran idus Februarum. Pontificatus nostri anno sexto.

23

1300, Fevereiro, 13 – Latrão

⁶⁰Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio archidiacono Branccarensi in ecclesia Ulixbonensi, salutem et apostolicam benedictionem. Et si quibuslibet ecclesiis et personis ecclesiasticis ex invicte nobis servitutis officio assistere defensionis presidio teneamur illis tamen specialius et efficacius adesse nos convenit qui non solum sua verum eciam semetipsos salubriter abnegantes contra inimicos crucis Christi pro fidei defensione pugnamdo se morti exponere non formidant. Cum itaque sicut accepimus dilecti filii Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi a nonnullis qui nomen domini recepere in vacuum non formidant diversis injuriis et molestiis affligantur. Nos eorum Magistri et fratrum providere quieti et malignorum conatibus obviare volentes discrecioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus eisdem Magister et fratribus pro nostra et Apostolice Sedis reverencia efficaci presidio defensionis assistens non permittas eos contra indulta privilegiorum sedis eiusdem ab aliquibus indebite molestari molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam appellacione postposita compescendo attentius provisurias ne de hiis super quibus lis est force iam mota vel que cause cognicionem exigunt et que indulta huiusmodi non contingunt te aliquatenus intromittas; nec in episcopos aliosve superiores prelatos excommunicationis vel suspensionis au<t> in universitatem aliquam seu collegium aliquod interdicti sententias promulgare presumas. Nos enim si secus presumpseris tam presentes literas quam eciam processum quem per te illarum auctoritate haberi contingerit omnino carere iuribus ac nullius fore decernimus firmitatis huiusmodi ergo mandatum nostrum sic sapienter et fideliter exequaris ut eius fines quomodolibet non excedas. Presentibus post trienium minime valituri. Datum Lateran idus Februarum. Pontificatus nostri anno sexto.

(fl. 16)

24

1296 (sic)⁶¹, Junho, 28 – Lisboa

Inserere: 1299, Janeiro, 5 – Latrão

⁶²In nomine Domini amen. Noverint universi presentis instrumenti publici inspecturi quod sub Era millesima trecentessima tricesima quarta iudelicet (sic) vicessima octava die Junii apud civi-

⁶⁰ Na margem esquerda, por outra mão: “*Contra molestatores*”.

⁶¹ Este documento não pode ser de 1296, uma vez que insere uma bula de Bonifácio VIII de 5 de Janeiro de 1299. Garcia Rodrigues está identificado como comendador-mor entre 5 de Junho de 1299 e 15 de Fevereiro de 1301 (Cfr. CUNHA, Mário R. de Sousa – *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: edição policopiada da Tese de Mestrado, 1991, p. 205).

⁶² Na margem direita, de outra mão: “*Estromento com ho trelado de hum privilegio de Bonifatio per que confirmou os privilegios da Ordem*”.

tatem Ulixbonensem coram venabili viro domno Petro Remigii cantore et vicario Ulixbonensis in presencia mei Vincencii Alfonssi publici tabellionis civitatis predicte ac testium infra scriptori ad hoc specialiter vocatorum e rogatorum domnus Garsias Roderici comendator maior de illo quod Ordo Millicie Sancti Jacobi habet in regnis Portugalie et Algarbii ostendit, presentavit et per me dictum tabellionem publicari et legi fecit quoddam privilegium dicto Ordini concessum a domno Bonifacio Pape octavo vera bulla cum fillis sericis croceis et rubeis ad modum romane curie bullatum nom rasum non cancellatum nec viciatum nec in aliqua sui parte abolitum set omni suspicione carebat cuius tenor dignoscitur esse tallis:

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dillectus filliis Magistro ac fratribus Ordinis Millicie Sancti Jacobi, salutem et apostolicam benedictionem. Cum sicut ex parte vestra fuit propositum coram nobis, vos et predecessores vestri qui fuerint pro tempore quibusdam privilegiis et indulgenciis a predecessoribus nostris romanis pontificibus vobis et Ordini vestro concessis propter simplicitatem et viris ignoranciam usi non fueritis temporibus retroactis vos vestris supplicacionibus inclinati idempnitati eiusdem Ordinis vollentes in posterum precavere utendi de cetero eisdem privilegiis et indulgenciis dum modo non sit eis per prescripcionem vel alias legitime derogatum auctoritate vel presencium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei asu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Lateran nonas Janinuarrii. Pontificatus nostri anno quinto.

Quo ostenso presentato publicato et perfecto prefatus comendator peciit instanter a dicto vicario quod prestaret michi dicto tabellioni auctoritatem ordinariam redigendi tenorem sive trausumptum privilegii supradicti in publicam formam. Et dictus vicarius mandavit mihi dicto tabellioni ut auctoritate ordinaria transumptum seu tenorem dicti privilegii in publicam formam redigerem et exinde conficerem publicum instrumentum. Presentibus Dominico Guillelmii, Petro Johanis Tratao, Petro Johanis priore Sancti Johanis de Parcia, Alfonso Nunii porcionario ecclesie de Azanbuja, Alfonso Roderici canonico Silvensi, Stephano Martini et Laurencio Petri. Ego vero tabellio supradictus ad instanciam dicti comendatoris et de mandato dicti vicarii tenorem sane transuptum dicti privilegii nil addens vel minuens quod sensum mutet vel auciet intellectum auctoritate ordinaria in hanc publicam formam redegii hoc instrumentum propria manu exinde concripsi meoque signo solito conssignavit.

25

1317, Abril, 17 – Avinhão

⁶³Johannes episcopus servus servorum Dei. Carissimo in Christo fillio Dionisio regi Portugalie illustri salutem et apostolicam benedictionem. Inter cetera inherentia menti nostre illud precipue votis nostris ingeritur ad illud intentis desideris vigilamus ut inter fideles singullos (fl. 16v) et eos maxime qui ad dimicandum contra ostes fidei vigiter sunt intenti unitas vigeat ad sic concordia et pax regnet et ut adversus dictos hostes in unanimitate spiritus milicia christiana proficiat fiat eis virium unione validior et nullo animorum dissidio tenuetur. Sane charissimi in Christo fillii nos-

⁶³ Na margem direita, de outra mão: "*Bulla per que ho Papa mandava ha el Rei Dom Dinis que nom consentisse eleger se Mestre em Portugal*".

tri Alfonso regis Castellae et dilecti filii et Magistri Generalis Ordinis Milicie Sancti Jacobi ad Romanam Ecclesiam nullo medio pertinentis transmissa nobis insinuatio patefecit quod ordo ipse qui abolim viros sancte vite producens cultores catholice fidei et ipsius assiduos defensores divina sibi dextera suffragante virtutibus personis et fama sucerevit funiculos suos in diversis partibus propagacione laudabili et facultatum habundancia dilatando invidente forsitan illi satore discordis qui semper invigilat ut officiat et causas pariat scandalorum cepit de novo per detestabilis quorundam presuntionis⁶⁴ audaciam divisionis sentire discrimina ex quibus potest de ipsius subverssione tum cum nisi per Apostolice Sedis providenciam super hoc⁶⁵ eidem de oportuno et celeri remedio succurratur. Dum comendatores et fratres in regnis Portugalie et Algarbii consistentes materiam dissencionis iam dudum emortuam moluntur reddere denuo redivivam. Nam dudum suggestio felicis recordationis Nicolao Papa III^o predecessori nostro quod dictus Magister ob multa et ardua que ratione commissi sibi exequenda inunebant officii redderetur quam plurimum occupatus ipsamque propter institucionem locorum prefati Ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt oportebat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supradictos sicque prefatus ordo in regnis ipsis non modicum sustinebat in spiritualibus et temporalibus detrimentum et quod occasione huiusmodi castra possessionis et bona mobilia et immobilia eiusdem ordinis dissipata erant adeo et destructa quod nisi celeriter per sedem eandem huiusmodi dicti Ordinis periculis obviaretur et scandalis verendum erat ne totalis ipsius Ordinis destructio sequeretur idem predecessor ad suggestionem huiusmodi quantum id veritate minime fulciretur per suas literas dicitur statuisse et etiam ordinasse ut universi comendatores et fratres predictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliquem ex eis ydoneum de regnis eiusdem precipue seu etiam de aliis partibus oriundum in eorum et dicti Ordinis in eiusdem regnis Provinciale Magistram assumere possent qui prefati Ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret Magistro predicto maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reservatis sicque postmodum fratribus dicti Ordinis in regnis consistentibus easdem huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris pretextu in regnis ipsis quondam Johannem Fernand⁶⁶ in Magistram Provinciale dicti Ordinis eligentibus seque una cum electo huiusmodi a subiectione et obedientia eiusdem maioris seu generalis Magistri preterquam in dictis visitatione et correctione temere subtrahentibus magna fuit tam in eisdem et in Castelle ac Legionis regnis quam etiam in ipso Ordine scissure ac turbacionis materia suscitata; quibus eidem predecessori et fratribus suis expositis dictus predecessor priusquam super hoc revocando quod fecerat remedium per seipsum apponeret fuit de hac luce subtractus eique pie memorie Celestino Papa V predecessore nostro in huiusmodi apelatus officio surrogato cum idem Celestinus quod (fl. 17) per eundem Nicolaum factum extiterat approbasse ac statuta constituc[i]ones et ordinamenta et nonnulla alia etiam per ipsum Magistram Provinciale et fratres dicti Ordinis sibi adherentes facta per suas confirmasse licteras diceretur tandem Celestinus ipse considerans quod approbatio et confirmacio huiusmodi fortassis per occupationem vel veri suppressionem aliquam emanassent predictas confirmacionis et approbacionis sue literas quatenus de facto processisse aut emanasse dicebantur cuiuscunque tenoris existerent ac earum beneficium et quidquid ex eis vel ob ipsis secutum extiterat et imposterum sequi posset omnino revocavit, cassavit et irritavit et revocata, cassa et irrita nuntiavit ac nullius decrevit existere firmitatis prout in ipsius Celestini licteris super hoc confecti<s> plenius continetur mandans nichilominus venerabilibus fratribus nostris Astoricensibus et Tuden-

⁶⁴ Palavra corrigida.

⁶⁵ Segue-se uma palavra riscada.

⁶⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "D. João Fernandes foi o 1^o Mestre que ellegeram em Portugal".

sibus episcopis ac dilecto filio cantori ecclesie Gennensibus ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium aut alios revocationem, cassacionem et irritationem huiusmodi in locis in quibus expedire viderent, solenniter publicarent et facerent etiam publicari ac subsequenter felicis recordacionis Bonifacio Papa VIII predecesori nostro premissis etiam pacefactis eiusque super hoc remedio unplorato (*sic*) idem Bonifacius attendens quod huiusmodi statutum et ordinatio predicti predecessoris Nicollai per quod generalis unitas et universali<s> massa roboris memorati Ordinis in particularis divisionis quinimmo desolacionis particulas rumpebatur; nedum ipsi Ordini destructionis incommoda sed etiam aliis Ordinibus necnon secularibus regnis et populis exempli mali perniciem ministrabat cum capud nequeat sine doloris immensitate persistere cui membra corporis suetiduntur quodque simile in minorum et predicatorum ac hospitaliariorum et nonnullis aliis Ordinibus processu temporis posset contingere diversa insuper ut gravia in diversis regnis et partibus ex hiis secutura pericula pertunescentes ac vollens propterea tunc instantibus malis occurrere ac futuris obviare salubriter cum fratribus suis super hiis tractatu et deliberacione prehabita diligenti huiusmodi statutum et ordinationem ac licteras prelibati predecessoris Nicollai cuiuscunque forme vel tenoris existerent eorumque beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum extiterat vel imposterum sequeretur vel sequi posset ac etiam siquid idem antecessor Celestinus per aliquam confirmationem seu approbacionem vel alias in favorem dictorum statuti et ordinationis seu Provincialis Magistri quomodolibet innovasset, concessisset vel fecisset de ipsorum fratrum consilio et assensu et apostolice plenitudine potestatis revocavit, cassavit, annullavit et irritavit omnino ac revocata, cassa, nulla et irrita nunciavit et nullius decrevit existere roboris vel momenti dictumque Ordinem Milicie Sancti Jacobi ad pristinum statum reduxit in quo erat antequam prefata eiusdem predecessoris Nicolai statutum et ordinatio seu ipsius super hoc prefate confecte lictere processissent. Statuens ac districtius inungens ut ordo ipse ac universi fratres eiusdem Ordinis extunc morarentur sub unius Magistri subiectione et obedientia sicut prius ac si statutum et ordinatio huiusmodi dicti predecessoris Nicolai nullatenus emanassent dictusque Celestinus super hoc confirmationem aliquam ut predicatur non fecisset nichilque innovasset vel comodolibet concessisset ac nichilominus venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Toleranensi et episcopo Salamantin ac dilecto filio decano ecclesie Auriensis suis dedit licteras in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios universos et singulos eorundem Portugalie et Algarbii regnorum comendatores et fratres prelibati Ordinis Milicie Sancti Jacobi monere et inducere procurarent ut quondam fratri (fl. 17v) Johanni tunc Magistro Generali dicti Ordinis suisque in huiusmodo Magistratus officio successoribus iuxta premissorum reductionis, statuti, ordinationis et precepti eiusdem predecessoris Bonifacii tenorem et institutionem Ordinis memorati devote ac humilliter subessent, intenderent ac etiam obedirent revocationem, cassacionem, annullacionem, irritationem, nunciacionem, decretum, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari. Contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo et licet dicti comendatores et fratres in predictis regnis Portugallie et Algarbii consistentes iuxta statutum et mandatum eiusdem predecessoris Bonifacii extunc sub unius Generalis Magistri obedientia et subiectione fuerint; ac si statutum et ordinatio dicti predecessoris Nicollai nullatenus emanassent ac in huiusmodi obedientia et subiectione eiusdem Generalis Magistri usque ad pauca proximo retroacta tempora perseveraverint humilliter et devote tamen tempore proxime preterite vacationis sedis eiusdem sperantes ipsius sedis diuturniorem vacationem ex longo tractu temporis a futuram ac credentes propter hoc impune se ab ipsius Generalis Magistri obedientia et subiectione subtrahere ac compage unia corporis eiusdem Ordinis seggregare dum dicta vacat[ur]one durante non esset qui ipsorum errata ad relicitudinis bonam et deduceret et transgressionis et inobedientie culpas salubri censura iusticia castigaret quasi redeuntes ad vomitum et conantes radicem preterite machinationis mortuam novo molimine suscitare comendatorem maiorem dicti Ordinis in Magistrum Provinciale

sibi eligere presumpserunt reductionem, statutum, ordinationem et preceptum eiusdem predecesoris Bonifacii et institutionem Ordinis memorata ac processus auctoritate licterarum eiusdem Bonifacii⁶⁷ habitus adversus contradictores quoslibet et rebelles spirituales penas et sententias continentes in suarum animarum perniciem contempnendo dictusque comendator pro Provinciali Magistro in dictis regnis Portugalie et Algarbii gerere se presumpsit in contemptum sedis eiusdem et ipsius Generalis Magistri dictique Ordinis immo eiusdem regis omniumque magnatum regni Castelle magnum scandalum non modicum preiudicium ac evidens detrimentum. Quare pro parte dictorum regis Castelle et Magistri fuit nobis humiliter supplicatum ut super premissis providere de oportuno remedio dignaremur. Nos igitur attendentes quod dictus Ordo Sancti Jacobi sicut hunc usque dextera sibi assistente divina in unitate profecit ita si quod absit in ipso unionis solvatur integritas et sectio inducatur in eo dissoluta compage membrorum gravibus pro dolor periculis subjacebit ac volentes propterea huiusmodi periculis salubriter obviare considerantes quoque quod tibi plurimum erit meritorium⁶⁸ apud Deum multumque tibi honoris et glorie augebis titulos atque famam si transgressioni et presumptioni huiusmodi omne ad tue salutis cedit augmentum si per regalis magnificentie studium dictorum comendatorum et fratrum in dictis regnis Portugalie et Algarbii consistentium presumptuosis insolentis resistatur quodque ad [...]ui procul (fl. 18) dubio redundaret diminutionem honoris si eorundem in premissis su-trahendo favorem ipsos prout ad sublimitatem tuam pertinet solerter inducas ut eidem Generali Magistro tanquam unico eorum capiti efficaciter pareant et intendant nullum in Provincialelem Magistrum sibi eligere presumentes nec eidem si forsitan de facto elegissent eundem aliquam subjectionem vel obedientiam exhibentes et quod de fructibus seu redditibus a tempore quo dictum generalem comendatorem in Provincialelem Magistrum eligere seu assumere presumpserunt eidem Generali Magistro subtractis sibi que medio tempore non solutis plene et integre satisfaciant ut tenentur. Ita quod per regie circumspeditionis industriam in premissis votis apostolicis satisfiat in dicto Ordine restauretur integritas, unitas vigeat et pax inviolabilis perseveret nec expediat super hoc contra transgressionis huiusmodi presumptores per sedem eandem de alio celeri et oportuno remedio provideri. Datum Avinione, XV kalendas Maii. Pontificatus nostri anno primo.

1319, Julho, 1 – Avinhão

⁶⁹Johannes episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Compostellanensibus et B<r>acharensibus archiepiscopis salutem et apostolicam benedictionem. Tunc digne sumini speculatoris officium et debitum agimus apostolice servitutis cum condicionibus locorum et temporum provida consideracione pensatis causas precipimus ex quibus possunt oriri discordie et tam quieti quam securitati fidelium et maxime regnancium et regnorum studemus salubriter providere. Sane sicut habet fidedigna relacio olim clare memorie Portugalie et Algarbii rex zelo fidei et devotionis accensus Magistri et fratrum Ordinis Millicie Sancti Iacobi qui tunc erant stremutatem atten-

⁶⁷ Seguem-se duas palavras riscadas.

⁶⁸ Palavra corrigida.

⁶⁹ Na margem direita, de outra mão: *"Bulla per que ho Papa manda aos arcebispos de Braga e Compostela que se emformem se he necesario Mestre em Portugal"*.

dens et quod propter vicinitatem quam habeat cum sarracenis fidei catholice inimicis pro dictorum regnorum tutela et impugnacione hostium fidei hominibus stremus et pro fide zelantibus plurimum indegebat possessiones, fortellicia, loca et castra quamplura in regnis predictis et presertim in frontariis dictorum sarracenorum consistencia concessit Magistro et fratribus supradictis ac successive nonnulli alii reges Portugallie dictis Magistro et fratribus possessiones, loca, fortellicia et castra similiter concesserunt et quod fere omnia que dictus Ordo tenet in regnis predictis ex liberalitate regum Portugallie qui fuerunt pro tempore et a domo regia ad ipsam Ordinem pervererunt ex quibus fortelliciis atque castris nonnulla existunt in dictis frontariis et aliqua ex ipsis fortissima regnorum Castelle et Legionis finibus sunt conjuncta quodque ad concessionem huiusmodi reges predicti inducti fuerunt illa precipue ratione ut Magister et fratres ipsius Ordinis qui erant et essent pro tempore in defensione dictorum regnorum Portugallie et Algarbii tam contra dictos ostes fidei quam contra alios regna eadem impugnare vollentes viriliter et potenter assisterent regibus memoratis eisque fideles essent et pro viribus iuvarent eosdem et in dictis regnis Portugallie et Algarbii hospitalitatem tenerent et (*sic*) exercerent alia opera pietatis post quas quidem concessionem in (fl. 18v) magna multitudine fratres dicti Ordinis in regnis predictis pro tutela ipsorum tanquam eorundem regum fideles antiquitus consueverant innunorati et de fructibus possessionum locorum et castrorum predictorum et de hiis que ab ipsis regnorum Portugallie et Algarbii incolis legabantur eisdem vivebant dictisque regibus in guerris tam contra dictos sarracenos quam contra alios quocines expediebat cum equis et armis fideliter et utiliter serviebant verum tempore procedente in eisdem regnis Castelle et Legionis eidem Ordini amplis latis et diffusis possessionibus, locis, fortelliciis atque castris quamplurimis pia fidelium liberalitate collatis propter illa salubriter gubernanda et custodienda ab incursibus malignorum ac propter multa magna et ardua que Magistro Generali dicti Ordinis ratione commissi sibi exequenda officii inuebant idem Magister reddebatur quamplurimum occupatus. Adeo quod propter occupationes huiusmodi et discursus quos eum persepe facere oportebat per loca dicti Ordinis que extra dicta Portugallie et Algarbii regna consistunt ac moram quam contrahebat in eis non poterat ut debeat intendere neque intendebat cure et sollicitudini fortelliciorum et castrorum eiusdem Ordinis consistentium in Portugallie et Algarbii regnis predictis; propterque dictus Ordo qui plurimum vetustis temporibus in grandi fratrum multitudine strenuorum et observancia regulari et militari sollicitudine contra hostes et erga pauperes in operibus pietatis in eisdem Portugallie et Algarbii regnis consueverat reflorere eiusdem Magistri presencia et consequenter correctionis ipsius debita disciplina cessantibus cepit in premissis deficere et multipliciter deformari. Itaque in eis cultu divino non modicum diminuto possessiones, loca, fortellicia et castra predicta carebant culture studio et custodia oportunis et ex eis plurima in ruine et desolationis obprobrium labebantur et ob hoc consueta servicia non exhibebantur nec exhiberi poterant regibus memoratis nec anniversaria ratione legatorum relictorum eisdem debita iidem fratres prout tenebantur persolvebant nec hospitalitatem vel alia pietatis opera sicut consueverant, exercebant in eorundem regum prejudicium et grave scandalum incolarum regnorum Portugallie et Algarbii predictorum quibus premissis et nonnullis aliis causis ad notitiam felicis recordationis Nicolai Pape IIII predecessoris nostri deductis idem predecessor volens super hiis de oportuno remedio providere per suas licteras dicitur statuisset et ecciam ordinasse ut universi commendatores et fratres dictorum regnorum Portugallie et Algarbii aliquem ex eis idoneum de regnis eisdem precipue seu etiam de aliis partibus in eorum et dicti Ordinis in eisdem regnis Portugallie et Algarbii Provinciale Magistram assumere possent qui prefati Ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret predicto Magistro maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reservatis. Deinde vero dicto Nicolao predecessore nature debitum per solvente ac sancte memorie Celestino papa VI^o ei in apostolatus officio subrogato; idem Celestinus primo quod per eundem Nicolaum factum extiterat approbasse

dicitur ac ecciam confirmasse ac demum eidem Celestino suggesto quod fratres dicti Ordinis in regnis consistentes eisdem huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris Nicolai pretextu quendam Magistrum Provinciale dicti Ordinis (fl. 19) in regnis ipsis Portugalie et Algarbii duxerant eligendum se una cum huiusmodi electo a subiectione et obediencia eiusdem Generallis Magistri preterquam in dictis visitatione et correctione temere subtrahendo et quod propter hec magna fuerat iam in eisdem Portugallie et Algarbii et in Castelle et Legionis regnis quam ectiam in dicto Ordine scissure ac turbationem materia suscitata quodque huiusmodi approbatio et confirmabo per eum facte per occupationem vel veri suppressionem aliquam emanarunt licteras suas super huiusmodi approbatione et ordinatione confectas quatenus de facto processisse et emanasse dicebantur cuiuscunque tenoris existerent earunque beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum extiterat et manea sequi posset omnino sicut dicitur revocavit ac revocationem huiusmodi in locis in quibus foret expediens mandavit solenniter publicari prout in ipsius Celestini licteris asseritur plenius contineri; ac deinde bone memorie Bonifacio Papa VIII predecessori nostro premissis ectiam patefactis eiusque super hoc remedio implorato idem Bonifacius huiusmodi statutum et ordinationem ac licteras prelibati predecessoris Nicolai cuiuscunque forme vel tenoris existerent earunque beneficium et quidquid ex eis vel ob ipsas secutum existeret et ex tunc inantea sequeretur vel sequi posset; ac ectiam siquid idem antecessori Celestinus per aliquam confirmationem seu approbationem vel alias in favorem dictorum statuti et ordinationis seu Provincialis Magistri quomodolibet innovasset, concessisset vel fecisset de suorum fratrum consillio et assensu et apostolice plenitudine potestatis revocasse, cassasse et anulasse omnino dicitur; ac ectiam irritate dictumque Ordinem Sancti Jacobi ad illum statum pristinum reduxisse in quo erat antequam prefata eiusdem predecessoris Nicolai statutum et ordinatio seu ipsius super hoc confecte lictere processissent vel si dictus Celestinus approbatione vel confirmatione aliquam ut predictur non fecisset nichilque innovasset vel quomodolibet concessisset statuens ac districtius imungens ut ordo ipse ac universsi fratres eiusdem Ordinis extunc morarentur sub unius Magistri subiectione et obediencia sicut prius; ac nichilominus archiepiscopo Toletam et episcopo Salamantin qui tunc erant et Vetano ecclesie Auriensis spas (*sic*) dedit licteras in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios universsos et singulos eorundem Portugalie et Algarbii regnorum comendatores et fratres prelibati Ordinis Milicie Sancti Jacobi monere et inducere procurarent ut quondam fratri Johanni tunc Magistro Generali dicti Ordinis suisque in huiusmodi Magistratus officio successoribus iuxta premissorum reductionis statuti ordinationis et precepti suorum tenorem et institutionem Ordinis memorati devote hac humilliter subessent, intenderent et ectiam obedirent revocationem, ordinationem, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita conspescendo. Cum itaque frequens quamplurium gravium personarum insinuatio ad audientiam nostram deduxerit quod statutum et ordinatio super (fl. 19v) premissis per eundem predecessorem Nicolaum habita necnon confirmatio et approbatio eiusdem Celestini postmodum subsecuta per circumventionem et falsi suggestionem in regnum et regnorum Portugalie et Algarbii revocationes cassationes et irritationes ac statutum et decretum predicta ac processus quilibet tam per Celestinum quam Bonifacium predecessores predictos in contrarium postmodum subsecuta per circumventionem et falsi suggestionem in regnum et regnorum Portugalie et Algarbii grave prejudicium emanarunt. Nos prout ad debitum pastoralis spectat officii cupientes de premissis omnibus et singulis plenarie informari ac attendentes quod in tanta distancia plurimum difilice redditur non habita plena cognicione locorum posse discernere quid pro salubriori statu tranquillitate et pare regnorum et Ordinis predictorum fecimus et utillius sit agendum utrumve magis expediat quod statutum et ordinatio eiusdem predecessoris Nicolai circa electionem eiusdem Provincialis Magistri quam ea postmodum in contrarium sunt statuta et ectiam ordinata debeant observari fraternitati vestre de qua plenam in domino fidutiam gerimus

per apostolica scripta in virtute obediencie districte precipiendo mandamus quatinus in <a>liquo⁷⁰ seu aliquibus locis dictorum Portugalie et Algarbii seu Castelle et Legionis regnorum que semel et quociens expedire videntis duxeritis eligenda continentes ac coram vobis vocatis quos videntis evocandos et habentes pre oculis solum Deum tam premissis causis superius enarratis quam aliis coram nobis ab eis quorum interest proponendis ac omnibus et singulis premissa contingentibus et circumstantiis universsis que propter condiciones dictorum regnorum et Ordinis fuerint attendenda tam per consideracionem vestram quam a prelati, religiosi et personis aliis maturis et gravibus illarum partium que super hiis zellum divinum habeant et publicum bonum attendant informacionem et instructionem summarie et de plano sine strepitu iudicii et figura recipere studeatis an videlicet magis expediat pro favore fidei roboreque fidelium regis Portugalie et Algarbii qui est et successorum suorum regum qui erant pro tempore et dictorum regnorum tutela dicti Ordinis profectibus cultusque divini et hospitalitatis augmento statutum et ordinationem eiusdem predecessoris Nicolai in premissis habita in pristinum statum reduci et etiam observari an ea que postmodum circa revocationem et cassationem illorum ut premititur in contrarium sunt secuta in sua remanere debeant firmitate quecunque super premissis inveneritis quoque nobis ecciam in hac parte per nos tenenda, statuenda et etiam ordinanda salubrius indebuntur cum causis, condicionibus, rationibus et circumstantiis universsis per quas possimus super premissis plenius informari et secura consciencia procedere in eisdem nobis per vestras licteras harum seriem continentes sub sigillis vestris intimare curetis; sic vos de omnibus que in tante negocio attendenda (fl. 20) sunt plene et dilucide informantes quod super hiis omni circumscriptione cesante que accepta sint Deo, predictis regi regnis et Ordini pro futura fideique ac fidelium favorum respiciant et grave scandalum non inducant ad Dei laudem et gloriam statuere et ordinare tam provide quam salubriter valeamus prefigendo nichilominus eis quorum interent certum peremptorum terminum competentem de quo per vestras nos certeficare licteras studeatis infra quem apostolico se conspe<c>tui represent ordinationem provisionem et voluntatem vestris super predictis omnibus auditori. Contradictores per censuram ecclesiasticam apelatione postposita conpescendo. Non obstantibus processibus quibuscumque eorundem Nicolai, Celestini et Bonifacii licterarum auctoritate per executores super hoc deputatos ab eis vel subdelegatos ipsorum et pluribus ab ipsis seu occasione ipsorum interjectis et quibuslibet aliis commensionibus et processibus per dictos predecessores vel executores super hoc ab eis deputatos vel subdelegatos quoscunque ipsorum objectibus et ellegacionibus appellacionibus non solum interpositis sed ecciam interponendis quorum pretextu huiusmodi commissionis inquisitionis et potestatis processum impediri volumus vel diferri seu quibuscumque licteriis movitoriis inductoris et ex hortatoris vel alterius cuiuscumque teneoris per vos super hiis prefato regi vel aliis quibuscumque directis et quibuscumque processibus habitis per easdem seu eiusdem Bonifacii predecessoris qua cavetur ne aliquis extra suam civitatem et diocesem nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a suis sue diocesis ad iudicium evocetur seu ne iudices a sede deputati predicta extra civitatem et diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscumque procedere <a> ut aliquos ultra unam dietam a fine sue diocesis trahere presumant et tam de duabus dietis in Concilio Generali sive ne aliqui ultra certum numerum vel de uno regno vel provincia ad regnum aliud vel provinciam evocentur quam aliis quibuscumque constitutionibus a predecessoribus vestris romanis pontificibus editis que vestre possent in hac parte commissioni iurisdictioni aut potestati eiusque libero exercicio quomodolibet objurare; seu si aliquibus communiter vel divisum a Sede Apostolica sit indultum quod interdicti, suspendi vel excommunicari seu extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per licteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto

⁷⁰ Palavra corrigida.

huiusmodi et eorum personis, locis, ordinibus et nominibus propriis mencionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscumque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non viserum huiusmodi commissionis et potestatis explicatio valeat quomodolibet impediri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in vestris litteris mencio specialis. Datum Avinion kalendas Julii. Pontificatus nostri anno tercio.

(fl. 20v)

27

1320, Março, 1 – Avinhão

Breve do Papa pera certos juizes apostolicos conhecerem de hũa duvida entre ho Mestre e o bispo de Lixboa sobre as igrejas de Setuval e de Almada e de Alhos Vedros e Alcouchete e Aldea Galega.

⁷¹Johannes episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis archidiacono de Cervaria in ecclesia Tudensi et cantori ecclesie Tudensis ac priori fratrum ordinis predicatorum Tudensium salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis dilecti fillii Petrus Magister Generalis Ordinis Millicie Sancti Jacobi⁷² in regnis Portugalie et Algarbii ac Sancti Juliani et Sancte Marie de Setuval ac Sancti Jacobi et Sancte Marie de Almadana necnon Sancte Marie de Canha, Sancti Laurencii de Alhos Veteros, Sancte Marie de Sabonha et Sancte Marie de Silubria ecclesiarum rectores⁷³ Ulixbonensis diocesis ad Ordinem ipsam immediate spectantium petitione monstrarunt quod collocacio perputuarum portionum quas in ecclesiis ipsis pro tempore vacare contigint ad eosdem Magistrum com rectores⁷⁴ comuniter de antiqua⁷⁵ et approbata et hac tamen pacifice ab servata consuetudine dinoscitur pertinere et tam iidem Magister et rectores⁷⁶ quam predecessores eorum qui fuerint pro tempore in pacifica possessione vel quasi iuris conferendi porciones ipsas cum portiones ipse inibi pro tempore vacaverunt fuerunt a tempore cuius contrarii memoria non existit. Nuper vero venerabilis frater noster episcopus Ulixbonensis contra consuetudinem huiusmodi pro sue veniens arbitrio voluntatis nedum dictos Magistrum ac rectores⁷⁷ quonunus porciones ipsas cum vacant prout ad eos pertinet libere personis ydoneis conferre valeant contra justiciam impedire presumit immo de ipsis disponit et ordinat pro sue libito voluntatis in ipsorum Magistri et rectorum⁷⁸ prejudicium non modicum et gravamen propter quod ex parte ipsorum sentenciium exinde indebite se gravari ad sedem extitit apostolicam appellatum. Quocirca discrecioni vestre de utriusque partis procuratorum assensu per apostolica scripta mandamus quatinus vocatis qui fuerint evocandi et audientis hinc inde propositis quod justum fuerit appellacione remota decernatis facientes quod decreveritis per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia odio vel timore sub traxerint censura simili appellacione cessante rogatis veritati testimonium perhibere. Non obstante indulgentia qua filii prior Ordini me a

⁷¹ Na margem esquerda, de outra mão: “[Pro]vissam pera certos juizes [a]postolicos conhecerem de hũa duvida entre ho Mestre [e o] bispo de Lixboa”.

⁷² Na margem esquerda, de outra mão: “D. Pedro Escacho Mestre da Ordem no anno de (sic)”.

⁷³ Espaço em branco.

⁷⁴ Espaço em branco.

⁷⁵ Palavra corrigida.

⁷⁶ Espaço em branco.

⁷⁷ Espaço em branco.

⁷⁸ Espaço em branco.

Sede Apostolica dicitur esse concessum quod ipsius Ordinis fratres non teneantur se intromittere de quibuscumque negociis que ipsis per ipsius sedis licteras committuntur nisi in eis de concessione huiusmodi plena et expressa mentio habeatur quod si non omnes hiis exequendis poteritis interesse Domino Nostrum ea nichilominus exquantur. Datum Avinion kalendas Marcii. Pontificatus nostri anno quarto.

(fl. 21)

28

1320, Junho, 1 – Avinhão

⁷⁹Johannes episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri archiepiscopo Compostellanensi salutem et apostolicam benedictionem. Datum est nobis intelligi quod tu magnis et necessariis ecclesie tu negociis occupatus executioni negocii tibi et venerabili fratri nostro archiepiscopo Bracharensi commisi super facto Magistri Provincialis Ordinis Millicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinando et inquisitionis circumstantiarum super hiis faciente nobisque referende super quibus per litteras nostras circa hec predecessorum nostrorum Romanum pontificum processus et ordinationes habitos et deliberationis nostre propositum continentes plene te et dictum archiepiscopum curavimus informare non potes comodem intendere per te ipsum. Ne igitur quod absit propter hoc prefatum negocium impediri vel nimium retardari contingat fraternitati tue per apostolica scripta districte precipiendo mandamus quatinus si personaliter ut premittitur executioni huiusmodi nequiveris interesse alii seu aliis viris gravibus fidelibus et discretis committere super hiis studens vices tuas qui una cum dicto archiepiscopo in negotio prelibato procedat seu procedant justa priorum nostrarum tibi et dicto archiepiscopo directarum continentiam licterarum. Datum Avinion X Kalendas Junii. Pontificatus nostri anno quarto.

29

1323, Maio, 21 – Avinhão

⁸⁰Johanes episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Silvensi, salutem et apostolicam benedictionem. Dudum ad apostolatus nostri deducto notitiam quod venerabilis frater noster archiepiscopus Bracharensis erat adeo servo⁸¹ et corporis imbecillitate confractus quod de ipsius vicina morte verissimilliter timebatur propter quod executioni negocii sibi et venerabili fratri nostro archiepiscopo Compostellano literarum nostrarum auctoritate commisi super facto Magistri Provincialis (fl. 21v) Ordinis Militie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinandi et inquisitionis circumstantiarum super hiis faciente nobisque referende postmodum super quibus per easdem litteras circa hec predecessorum nostrorum romanorum pontificum processus et ordinationes habitos hac deliberationis nostre propositum continentes prefatos archiepiscopos plene duximus informandos non poterat intendere per seipsum commode. Nos te in omnibus que in litteris commissionis huiusmodi continentur per alias nostras litteras duximus subrogandum. Verum quia fidedigna relatione percepimus quod tu pretextu supradicti negotii volens nostris parere man-

⁷⁹ Na margem direita, de outra mão: *"Per que soroga outr[o] em lugar do arcebispo de Compostela"*.

⁸⁰ Na margem direita, de outra mão: *"Soroga ho bispo do Alg[ar]ve em lugar do ar[ce]bispo de Braga"*.

⁸¹ Na margem esquerda, de outra mão: *"senio"*.

datis retroact[is] temporibus diu te in remotis partibus a tua ecclesia et diocese absentasti et ex hoc eadem ecclesia in spiritualibus et temporalibus incurrisse dicatur non modicam lesionem et ledi amplius imposterum verissimilliter formidetur nos volentes ut taliter circa executionem intendatur predicti negotii quod per hoc eadem ecclesia non ledatur fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus si personaliter huiusmodi executioni intendere forte nequiveris alii seu aliis gravibus fidelibus et discretis viris qui una cum dicto archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis ipsius in negotio executionis predictae procedat iusta priorum nostrarum eisdem Compostellano et Bracharensi archiepiscopis directarum continentiam litterarum super hiis committere studeas vices tuas. Vollumus autem quod si vices huiusmodi pluribus committere te contingat ipsorum cuilibet vices ipsas in solidum committere studeas ita quod unus sine alio exequi libere valeat quod super hoc eis duxeris committendum. Nos autem illi vel illis cui vel quibus super huiusmodi executione committes forsitam ut predicatur vices tuas et cuilibet eorum in solidum procedendi cum archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis predictis in negotio memorato iuxta dictarum priorum nostrarum continentiam litterarum prefatis Compostellano et Bracharensi archiepiscopis ut predicatur directarum auctoritate presentium plenam concedimus facultatem. Datum Avinione XII kalendas Junii pontificatus nostri anno septimo⁸².

(fl. 22)

30

1322, Novembro, 5 – Avinhão

⁸³Johannes episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Silvensi, salutem et apostolicam benedictionem. Dudum ad apostolatus nostri deducto noticiam quod venerabilis frater noster archiepiscopus Bracharensis erat adeo servo et corporis imbecillitate confractus quod de ipsius vicina morte verissimilliter timebatur propter quod executioni negotii sibi et venerabili fratri nostro archiepiscopo Compostellano litterarum nostrarum auctoritate comissi super facto Magistri Provincialis Ordinis Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinandi et inquisitioni circumstanciarum super hiis faciende nobisque referende postmodum super quibus per easdem litteras circa hec predecessorum nostrorum romanorum pontificum processus et ordinationes habitos ac deliberationis nostre propositum continentes prefatos archiepiscopos plene duximus informandos non poterat intendere per seipsum commode nos te in omnibus que in litteris commissionis huiusmodi continentur per alias nostras litteras duximus subrogandum. Cum autem tu sicut nuper fuit propositum coram nobis simili senio et imbertissitate laborans executioni commissionis huiusmodi nequeas intendere per teipsum, nos nolentes quod executio ipsa propterea retardetur fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus si personaliter huiusmodi executioni intendere forte nequiveris alii seu aliis gravibus fidelibus ac discretis viris qui una cum dicto archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis ipsius in negotio executionis predictae procedant iusta priorum nostrarum eisdem Compostellano et Bracharensi archiepiscopis directarum continentiam litterarum super hiis committere studeas vices tuas. Vollumus autem quod si vices huiusmodi pluribus committere te contingat ipsorum cuilibet vices ipsas in solidum committere studeas ita quod unus sine alio exequi libere valeat quod super hoc eis duxeris committendum. Nos autem illi vel illis cui vel quibus super huiusmodi executione committes forsitam ut predicatur vices tuas et cuilibet eorum in solidum procedendi cum archiepiscopo Compostellano vel

⁸² Na margem inferior: "*Johannes episcopus*".

⁸³ Na margem direita, de outra mão: "*Suroga outro [...] do bispo do Algarve*".

subdelegato seu subdelegatis predictis in negocio memorato iusta dictarum priorum nostrarum continentium litterarum prefatis Compostellano vel sub⁸⁴ et Bracharensi archiepiscopis ut predicatur directarum auctoritate presentium plenam concedimus facultatem. Datum Avinione nonis Novembris pontificatus nostri anno septimo.

(fl. 22v)

31

1366, Janeiro, 17 – Avinhão

⁸⁵Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Egidio Fernamdi Magistro Ordinis Milicie Sancti Jacobi in regno Portugalie, salutem et apostolicam benedictionem. Provenit ex tue devotionis affectu quod nos et Ronanam ecclesiam revereris ut petitiones tuas illas presertim que anime tue salutem respiciunt ad exanditionis gratiam admittamus huic est quod nos tuis supplicationibus inclinati ut confessor tuus quem duxeris eligendum omnium peccatorum tuorum de quibus corde contritus et ore confessus fueris semel tantum in mortis articulo plenam remissionem tibi in sinceritate, fidei, initate sancte Romane ecclesie ac obediencia et devotione vestra vel successorum nostrorum romanorum pontificum canonicè intrancium persistenti et in etate sexaginta annorum constituto auctoritate apostolica concedere valeat devocioni tue tenore presentium indulgemus, sic tamen quod idem confessor de hiis de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda eam tibi per te si supervixeris vel per alios et si tunc forte transieris faciendam injungat quam tu vel illi facere teneamini ut prefetur et ne quod absit propter huiusmodi gratiam reddaris pioclinior (sic) ad illicita imposterum committenda, vuolumus quod si ex confidemcia remissionis huiusmodi aliqua forte committeres quo ad illa predicta remissio tibi nullatenus sufragetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam vestre concessionis et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit in cusurum. Datum Avinon XVI kalendas Februarii. Pontificatus nostri anno quarto.

(fl. 23)

32

1388, Janeiro, 23 – Perugia

⁸⁶Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis fillis Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie, salutem et apostolicam benedictionem. Solet anuere Sedes Apostolica piis votis et honestis justa petentium precibus favorem benivolum impartur ea propter dilecti in domino filii vestris justis postulationibus grato concurrentes assensu omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris romanis pontifitibus nobis et Ordini vestre indulta necnon omnes libertates et exeptiones secularium exactionum a regibus et principibus vel aliis Christi fidelibus ratiobabiliter vobis et ipsi Ordini concessas sicut eas juste et pacifice obtinetis vobis et per nos eidem Ordini auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri confirmationis infringere vel

⁸⁴ As duas últimas palavras estão sobrepontadas.

⁸⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "[...]fessionario particular [...] hum Mestre da Ordem". Segue-se, mais abaixo, por outra mão: "D. Gil Fernandes Mestre da Ordem no anno de 1367".

⁸⁶ Na margem direita, de outra mão: "Confirmar privilegio".

ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Perusii X kalendas Februarii. Pontificatus nostri anno decimo.

33

1401, Outubro, 7 – Roma

⁸⁷Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Egitanensi et dilectis filliis abbati de Boiro Bracharensis diocesis at priori Sancte Crucis Colimbiensis per priorem soliti gubernari nonasteriorum, salutem et apostolicam benedictionem. Militanti ecclesie licet immeriti disponente domino presidentes circa cura ecclesiarum et religionum, locorum ac personarum omnium solercia reddimur indefessa ut juxta debitum pastoralis officii eorum occurramus dispendiis et profectibus divina cooperante clemencia salubiter intemdamus. Sane dilecti filii Magistri Generalis Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis conquestione percipimus quod nonnulli archiepiscopi episcopi aliique ecclesiarum prelati, clerici ac ecclesiastica perssone tam religiose quam seculares necnon duces, marchiones, comites, barones, milites, nobiles, communia, civitatum universsitates, opidorum, castrorum, vilarum et aliorum locorum et alie singulares persone civitatum et diocesum ac aliarum partum diversarum occuparunt et occupari fecerunt castra, vilas (fl. 23v) et alia loca, terras, domos, possessiones et alia jura jurisdictiones necnon fructus censsum, redditus et proventus ac alia bona mobilia et immobilia, espiritualia et temporalia ad ipsum Magistrum et Ordinem suum spectancia et ea detinent indebite occupata seu ea detinentibus prestant consillium auxilium et favorem. Nonnulli ectiam civitatum et diocesum et aliarum partium predictarum qui nomen domini invanum recipere non formidant eidem Magistro super predictis castris, villis et aliis locis, terris, domibus, juribus et jurisdictionibus, fructibus, censsibus, redditibus et proventibus eorundem possessionibus, bonis movilibus et immobilibus spiritualibus de temporalibus ac aliis rebus ad ipsum Magistrum et Ordinem suum spectantibus multiplices molestias inferunt et jacturas. Quare dictus Magister nobis humilliter supplicavit ut cum sibi valde reddatur difilice pro singulis querelis ad Sedem Apostolicam habere recursum sibi providere super hoc paterna diligencia curaremus. Nos igitur adverssus occupatores, detentores, presumptores, molestatores et injuriatores huiusmodi illo vollentes eidem Magistro et Ordini suo remedio subvenire per quod eorum compescatur temeritas et aliis addictus committendi similia precludatur discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo autem unus vestrum per vos vel alium seu alios etiam si sint extra loca in quibus deputati estis, conservatores, iudices prefato Magistro efficacis defensionis presidio asistatis nec permittatis eundem super hiis et quibuslibet aliis bonis et juribus communiter vel divisim ad ipsum Magistrum et Ordinem suum predictos spectantibus ab eisdem vel quibusvis aliis indebite molestari vel ei gravamina seu damna vel injurias irrogari facaturi dicto Magistro cum ab eo vel procuratoribus suis ab⁸⁸ eorum aliquo fueritis requisiti de predictis et aliis personis quibuslibet super restitutione huiusmodi castrorum vilarum terrarum et aliorum locorum, terrarum, domuum et aliorum jurium et jurisdictionum, proventum, censuum, reddituum ac fructuum et aliorum quoruncunque bonorum mobilium et immobilium, spiritualium et temporalium necnon de quibuslibet molestiis,

⁸⁷ Na margem direita, por outra mão: “*Conservatoria da Ordem*”.

⁸⁸ Palavra corrigida.

injuriis atque damnis presentibus et futuris in illis, videlicet, que judicialem requirunt indaginem summarie ac de plano ac sine strepitu et figura iudicii in aliis vero prout qualitas negociorum exegerit iusticie complementum occupatores, detentores, presumptores, molestatores et injuriatores huiusmodi necnon contradictores quoslibet et rebeles cuiuscumque dignitatis Ordinis vel conditionis extiterint quandocumque et quocienscumque expedierit auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam appellatione postposita conpescendo invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachi secularis. Non obstantibus tam felicitis recordationis Bonifacii Papa VIII predecessoris nostri in quibus cavetur ne aliquis extra suam civitatem et diocesem in quibus deputati fuerunt⁸⁹ nisi in certis casibus exceptis et in illis ultra unam dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur seu ne iudices et conservatores a sede deputati predicta extra civitatem et diocesem in quibus deputati fuerunt contra quoscumque (fl. 24) procedere sive alii vel aliis vices suas committere aut aliquos ultra unam dietam a fine diocesis eorumdem trahere presumant dummodo ultra duas dietas aliquis auctoritate presentium non trahatur seu quod tam de aliis quam de manifestis injuriis et violentiis atque dampnis que judicialiter indaginem exigunt penis in eis si secus egerint et in id procurantes adjectis conservatores se nullatenus intromictant quam aliis quibuscumque constitutionibus a predecessoribus nostris romanis pontificibus tam de iudiciis, delegatis et conservatoribus quam personis ultra certum numerum adiudicium non vocandis aut aliis editis que me possent in hac parte iurisdictioni et potestati eiusque libero exercicio quomodolibet obvviare, seu si aliquibus communiter vel divisim a prefata sit ad iudicium non vocandis aut aliis editis⁹⁰ sed indutum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eorum personis, locis, ordinibus, nominibus propriis mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscumque tenoris extitit per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam vestre iurisdictionis explicacio in ac parte valeat quomodolibet impediri et de qua cuiusque toto tenore de verbo ad verbum in nostris litteris habenda sit mentio speciali. Ceterum que volumus et apostolica auctoritate decernimus quod quilibet vestrum prosequi valeat articulum etiam per alium inchoatum quamvis iste inchoans nullo fuerit impedimento legitimo prepeditus quodque adat presentium sit vobis et cuilibet vestrum in premissis omnibus et eorum singulis ceptis et non ceptis presentibus et futuris perpetuata potestas et iurisdicio attributa ut eo vigore eaque firmitate possitis in premissis omnibus ceptis et non ceptis presentibus et futuris et pro predictis procedere ac si omnia et singula predicta coram nobis cepta fuissent et iurisdicio vestra et cuiuslibet vestrum in predictis omnibus et singulis per citationem vel modum alium perpetuata legitimum extitisset constitutione predicta super conservatoribus et alia qualibet in contrarium edita non obstante presentibus post quinquenium minime valituris. Datum Rome apud Sanctum Petrum nonas Octobrum. Pontificatus nostri anno duodecimo.

(fl. 24v)

34

1401, Junho, 1 – Roma

⁹¹Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Menendo Roderici Magistro Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem.

⁸⁹ As palavras: "in quibus deputati fuerunt" estão sobrepontadas.

⁹⁰ As palavras: "ad iudicium non vocandis aut aliis editis" estão sobrepontadas.

⁹¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[...]ada absolver ho [M]estre e cavaleiros [...] Ordem".

Devotionis tue probata sinceritas qua nos et Romanam revereris ecclesiam merito promeretur ut votis tuis illis presertim per que tu et tibi subditorum animarum saluti consulitur favorabiliter anuamus exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua peticio continebat quod tam propter guerras que in illis partibus diutius inguerunt quam propter alias malas dispositiones partium earundem retroactis temporibus acadit te et nonnullos fratres ac alias perssonas Ordinis Sancti Jacobi ac alios tibi subjectos et amicos tibi adherentes et faventes in diversis quam plurimis exercitibus, cavalgatis et aliis ac tibus bellicis in quibus homicidia membrorum, mutilaciones nec publica tucendia rapine, molencie et alia diversa enormia contra diversos clericos et laicos ac personas ecclesiasticas necnon ecclesias⁹², monasteria et alia pia loca comissa et perpetrata existunt qua pluries interfuisse propter que dubitos te fratres ac amicos et adherentes⁹³ servitores huiusmodi diversas excomumcacionis, suspensionis et interdicti ac alias sentencias in tales a jure siue ab homine pro muli⁹⁴ pro parte ea nobis fuit humiliter supplicatum ut super hiis misericorditer agere ac de oportuno remedio providere de muata si⁹⁵. Igitur qui salutem animarum querimus singulorum huiusmodi suplicacionibus inclinati <te> ac fratres et perssonas⁹⁶ favores huiusmodi et quemlibet eorum ab omnibus excomunicationibus et aliis sentenciis huiusmodi auctoritate apostolica quas⁹⁷ absolvimus et interdicta huiusmodi relaxamus et super irregularitate si quam huiusmodi sentenciis ligati celebrando divina aut ipsis vos in iscrudo non tamen in contemptum clavium incurristis eadem auctoritate dispensamus et nichilominus omnem inhabillitationis et in⁹⁸ sive notam per vos predictorum occasione contractum penitus abolemus ac vos et quemlibet vestrum ad statum et honores pristi⁹⁹ predicta reponimus et restituimus per presentes constitutionibus apostolicis et aliis in contrarium edictis non obstantibus quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis relaxacionis dispensationis abolicionis reposicionis et restitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostollorum eius se noverit in curssurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum Kalendas Junii. Pontificatus nostri anno duodecimo.

(fl. 25)

35

1401, Outubro, 1 – Roma

¹⁰⁰Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dillectis filiis Magistro et universsis fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Exposcit vestre devocionis sinceritas et religionis promeretur honestas ut tam vos quam Ordinem vestram favoribus apostolicis et graciis prosequamur huic est quod nos vestris devotis

⁹² As palavras "non ecclesias" foram acrescentadas, posteriormente, por outra mão. E na margem esquerda: "que aqui acrescento ainda o pude (sic) ler no original que esta e o pus no masso 7 das Bullas n^o".

⁹³ Espaço em branco.

⁹⁴ Espaço em branco.

⁹⁵ Espaço em branco.

⁹⁶ Espaço em branco.

⁹⁷ Espaço em branco.

⁹⁸ Espaço em branco.

⁹⁹ Segue-se riscado e sobrepondado: "et restetuimu"; e depois, um espaço em branco.

¹⁰⁰ Na margem direita, por outra mão: "Confirmar privilegij[...] et bona ordini [...] conc[...] et concedenda". Segue-se, mais abaixo: "Concede os privilegios de Castella".

supplicationibus inclinati ut ecclesie, capelle, castra, ville et alia loca necnon terre, domus, possessiones, jura, jurisdictiones, fructus, census, redditus et proventus ac alia bona mobilia et immobilia, spiritualia et temporalia quocunque nomine censeantur que ad vos et vestrum Ordinem de presenti juste et legitime pertinent seu possidetis et que in futurum concessione pontificum largitione regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis modis prestant domino potentis adipisci necnon privilegia, libertates, immunitates exemptionis et gratias vobis et eidem Ordini per Sedem Apostolicam seu alias per quoscunque prelatos seu principes hactenus concessa vel in futurum concedenda vobis et subcessoribus vestris ac dicto Ordini firma et illibata permaneant ea nobis et subcessoribus et Ordini eisdem tenore presentium auctoritate apostolica ex certa scientia innovamus, confirmamus et presentis scripti patrocinio comunimus suppletes etiam omnes defectus siqui forsam intervenerint in eisdem et nichilominus vobis de uberioris dono gratie concedentes¹⁰¹ ut etiam omnibus et singulis privilegiis, libertatibus, immunitatibus, exemptionibus et gratiis quibus Magister et fratres dicti Ordinis in Castelle et Legionis regnis quomodolibet potuntur libere et licite uti possitis et gaudere constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre movacionis confirmationis comunicacionis supplecionis et concessionis infringere vel ei asu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit in cursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum kalendas Octobrorum. Pontificatus nostri anno duodecimo.

36

1391, Julho, 10 – Lisboa

Insere: 1390, Novembro, 9¹⁰²

¹⁰³In nomine Deus amen. Presentis publici instrumenti tenore omnibus patefiat quod anno a natiuitate eiusdem millesimo trecentesimo nonagesimo primo die vero decima mense Julii in claustru cathedralis ecclesie noblissime et legalliis civitatis Ulixbonensis coram venerabili ac discreto viro domno Cristoforo Johannis in iure (fl. 25v) canonico bacallario et reverendi in Christo Patris ac domni, domni Johannis Dei et Apostolica Sedis gracia dicte civitatis Ulixbonensis episcopi generali vicario sedente pro tribunali in dicto loco, me Johane Roderici publico regali auctoritate in dicta civitate Ulixbonensi tabellione presente una cum testibus infra scriptis compervit venerabilis et rellegiosus vir Johanes Stephani comendator de Elbis procuratorque ac procuratorie nomine venerabilis et religioſi viri domni Menendi Roderici de Vasconcellis Dei et Apostolice Sedis gracia Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in regnis Portugalie et Algarbii Generalis Magistri et ostendit, presentavit quasdam literas Santissimi in Christo Patris et domni nostri domni Bonifacii divina providencia Pape VIII scriptas in pergameno veraque bula plumbea ipsius domno Pape in cordula canapis more Romane curie bulatas ac ut prima facie apparebat omni vicio ac suspicone carentes tenorem qui sequitur atinentes:

¹⁰¹ Na margem direita, por outra mão: "*Concede privilegios de Castilla*".

¹⁰² Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do ano primeiro do seu pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

¹⁰³ Na margem direita, de outra mão: "*Estromento com o trelhado de hũa bulla per que ho Papa emcomenda ho Mestre a el Rei*".

¹⁰⁴Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Carissimo in Christo filio Johani Portugalie et Algarbii regi illustri, salutem et apostolicam benedictionem. Gracie divine primum et humane laudis preconium acquiritur si per seculares principes personis ecclesiasticis et presertim ecclesiarum et monasteriorum regimini presidentibus apportuni favore presidium et honor debitus impendatur. Dudum siquidem dilecto filio Stephano fratre tunc Magistro Generali Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis tuis regimini ipsius Ordinis in eisdem regnis presidente felicis recordationis Urbanus Papa VI predecessor noster cupiens Magistro eiusdem Ordinis in eisdem regnis cum illud vacare contingere per Apostolice Sedis providencia utilem ydoneam per esse personam privisionem ipsius Magisterii ordinationi et dispositioni sue duxit ei vice specialiter reservandam de terra extunc¹⁰⁵ eman<e>sisens super hiis per quoscunque quavis tute scienter vel igitur¹⁰⁶ attemptari postmodum vero predicto Magisterio ex eo vacante quod dictus Stephanus eidem Magisterio in manibus dilectorum filiorum tredecim ex fratribus eiusdem Ordinis extra Romana curiam spente et libere cessit iidemque tredecim ad quos admissio cessionis dicti Magisterii et electio Magister Generalis eiusdem Ordinis in predictis regnis ex institutis ipsius Ordinis predictam sedem ut assericui approbatis pertinet cessione huiusmodi extra dictam curiam¹⁰⁷ per eos admissa et reservacionis et dicti predictorum forsam ignari dilectum filium Menendum Magistrum Generalem dicti Ordinis in regnis ipsis tunc fratrem eiusdem Ordinis ordinem ipsum expresse professum in eorum et dicti Ordinis Magistrum Generalem in eisdem regnis concorditer elegerunt licet de facto dictumque Menendum Magister reservacionis et decreti predictorum similiter justius eleccioni huiusmodi illius sibi presentato decreto ecciam de facto consensit et demum reservacione et decreto predictis ad ipsius Menendi Magistri deductis noticiam huiusmodi electionis negocium coram dicto predecessore idem Menendus Magister provi fecit idemque predecessor electionem huiusmodi et quecunque inde secuta ut pote post et contra reservacionem et decretum predicta de facto ut prem<e>tur actemptata irrita prout erant et mania reputans et ad provisionem ipsius Magisterii celerem et felicem de qua nullos prter (*sic*) eundem predecessorem ea vice se imtromictere potuerat neque poterat reservacione et decreto obstantibus super dictis ne Magisterium ipsum longe vacacionis exponeretur incomodis paternus et sollicitis studiis intendens qua super hiis intra se habuit diligentem demum ad (fl. 26) eundem Menendum Magistrum cui de relegionis zelo vite mudacia honestate morum spiritualium providencia et temporalium circumspeccione aliisque multiplicium virtutum donis apud eundem predecessorem fidedigna testimonia peribebantur, direxit oculos sue mentis quibus omnibus necnon dictorum tredecim ipsum Menendum Magistrum eligentium concordi voluntate actenta meditacione penssatis ipse predecessor de perssona eiusdem Menendi Magistri ob dictorum suorum exigenciam meritorum sibi acceptam eidem Ordini in dictis regnis, videlicet, XIII Kalendas Marcii. Pontificatus sui anno decimo. Auctoritate apostolica providit ipsamque illi prefecit in Magistrum curam et administracionem ipsius Ordinis in dictis regnis dicto Menendo Magistro in spiritualibus et temporalibus planarie

¹⁰⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "Bonifácio 9º confirma a eleição de D. Mem Rodrigues de Vasconcelos no ano de 1391". E ainda: "Esta mesma bulla de Bonifacio 9 esta incerta nos dous documentos seguintes. Nele se le melhor e he a mesma".

¹⁰⁵ Espaço em branco.

¹⁰⁶ Espaço em branco.

¹⁰⁷ Palavra corrigida.

com<e>tendo; verum que postmodum dictus predecessor licteris apostolicis super huiusmodi provisione et perfectione non confectis sicut domino placuit debitum natine personit. Nos qui divina favente clemencia fuimus ad apicem summi apelatus assumpti volentes quod premissa debitum serciantur efectum et apostolica auctoritate decernentes quod provisio et prefectio predictae perinde a dicta die, videlicet, XIII Kalendas Marcii valeant et plenam obtineant reboris firmitatem ac si super eis sub ipsius diei date lictere apostolice confecte fuissent prout superius enorratur quodque presentes litere ad probandum plene provisionem et perfectionem easdem ubique sufficiat ne ad id probacionis alterius adminiculum requiratur ac in eo qui dat gracias et largitur premia confidente quod dirigente domno actus suos prefatus ordo in eisdem regnis per ipsius Menendi cirunspeccionis industriam et studium fructuosum regetur utilitate et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet inclementa. Cum itaque filii carissime sit virtutis opus Dei nostros (*sic*) benigno favore prosequi ac eos verbis et operibus pro regis eterni gloria venerari serenitatem regiam rogamus et hortamur actente quantum eundem Magistrum e prefatum Ordinem sue cure commissum habens pro nostra et Apostolice Sedis reverencia propensius comendatos ipsos benigni favoris auxillio prosequaris; ita quod idem Magister tunc celsitudinis fultus presidio in comisso sibi predicti Ordinis regimine possit Deo propicio prosperari ac tibi exinde a de per honinis vite premium et a nobis condigna provejant accio graciaram. Datum Rome apud Sanctum Petrum V idus Novembris. Pontificatus nostri anno primo.

Quibus quidem licteris sit ostensis et presentatis ut premittitur prefatus Johanes Stephani dixit prefatum domnum suum Magistrum timere dictas literas amittere aqua, ignis incendio distancia itinerum seu viarum distrinue rasura canium aut murium vel aliquo alio casu fortuite cum sint plura pericula que numerari non possunt. Ideo cum instantia requisivit dictas literas transcribi et in formam publicam ipsum earum transcriptum redigi cum prefati domni vicarii auctoritate ordinaria et interposicione decreti ut ipsi transcripto fides in orba habeatur. Et tunc prefatus domnus vicarius visis et examinatis predictis literis ipisque diligenter inscriptis et proveris premitus reputatis petitioni dicti procuratoris¹⁰⁸ congrue mandavit dictas literas transcribi et in formam publicam earum transcriptum pro me tabelionem supra et infra scriptum redigi ad hoc suam interponens et interposuit auctoritate ordinaria et decretum decernens et decrevit huiusmodi transcripto sive transumpto deinceps in iudicio et extra tamquam originali predicto fidem esse in omnibus (fl. 26v) adhibendam inquirum omnium testimonium prefatus domnus vicarius mandavit prefato procuratori nomine quo supra fieri et dari publicum et puprica instrumenta a me firmato tabelione et sub curie prefati domni episcopi sigillo. Actum finuerit hoc loco anno die mense quibus supra. Presente discreto viro Stephano Johanis in decreto bachallario procuratore Petro Stephani, Johane de Vimarani tabellionibus, Gunsalvo Stephani, Johane Martinii scribis in audientia prefati domni Ulixbonensis episcopi et aliis testibus. Post deliberacionem.

Et me Johane Roderici tabellione prenorato qui mandato auctoritate et derecto predictis predictas literas transcripsi et earum transcriptum in hanc formam publicam redigi et scripsi et verbo¹⁰⁹ ad signum tale otto et posita in media post testes supra dictos ubi legitur post deliberacionem, hic approbavi signoque meo solito in testimonium premissorum signavi.

¹⁰⁸ Espaço em branco.

¹⁰⁹ Espaço em branco.

1391, Julho, 10 – Lisboa

Inserere: 1390, Novembro, 9¹¹⁰ – Roma

¹¹¹In nomine Domini amen. Presentis publici instrumenti tenore omnibus pafeiat quo anno a Nativitate eiusdem millessimo trecentessimo nonagessimio primo die vero decima mense Julii in claustru cathedralis ecclesie nobilissime et legalis civitatis Ulixbonensis coram venerabili ac discreto viro domno Cristoforo Johanis iure canonico bacallario et reverendi in Christo Patris et domni Domini Johanis Dei et apostolice sedis gracia diocesis civitatis Ulixbonensis episcopi generali vicario sedente pro tribunali in dicto loco, me Johane Roderici publico regali auctoritate in dicta civitate Ulixbonensi tabelione presente unus cum testibus infra scriptis comperuit venerabilis et relligiosus vir Johanis Stephani comendator de Elbis procuratorque ac procuratorio nomine venerabilis et relligiosi viri domni Menendi Roderici de Vasconcelis Dei et apostolice sedis gracia Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in regnis Portugalie et Algarbii Generalis Magistri et ostendit presentavit quasdam literas sanctissimi in Christo Patris et domni nostri Bonifacii divina providencia Pape VIII scriptas in pergamento veraque bulla plubia (*sic*) ipsius domni Pape in cordula canapis more Romane Curie bullatas ac ut prima facie aparebat omni vivio ac suspeccione carentes tenorem qui sequitur continetes:

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis comendatori maiori et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis, salutem et apostolicam benedictionem. Rationi congruit et convenit honestati ut ea que de Romani pontificis gracia processerunt licet litere apostolice super illis confecte non fuerint suum consequantur efectum. Dudum siquidem dilecto filio Stephano fratre tunc Magistro Generali Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis regimini ipsius Ordinis in eisdem regnis (fl. 27) presdente felicis recordacionis Urbanus Papa VI predecesor nostro cupiens magistrilo (*sic*) eiusdem Ordinis in eisdem regnis cum illud vacare contingeret per Apostolice Sedis providencia utilem et ydoneam prece personam provisionem ipsius Magistri ordinacioni et disposiconi sue duxit ea vice reservandam decer¹¹² super hiis per¹¹³ auctoritate et sciencia vel ignorant, contingeret attemptari post modum vero predicto magisterio ex eo vacante que dictus Stephanus eidem magisterio in manibus dilectorum filliorum Tredecim ex fratribus eiusdem Ordinis extra Romanam curiam sponte et libere cessit iidemque Tredecim ad quos admissio cessionis dicti magisterii et electio Magistri Generalis eiusdem Ordinis in predictis regnis ex institutis ipsius Ordinis per dictam Sedem ut asseritur approbatis pertinet cessione huiusmodi extra dictam curiam per eos admissa et reservationis et decreti predictorum forsam ignari dilectum fillium Menendum Magistrum Generalem dicti Ordinis in regnis ipsius tunc fratrem eiusdem Ordinis ordinem ipsam

¹¹⁰ Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do ano primeiro do seu pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

¹¹¹ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]*ellado da confirmaçam da [e]ljeiçam do Mestre D. Mem Rodriguiz*”. Logo de seguida, por outra mão: “*Adiante esta este proprio melhor tresladado*” e ainda: “*Adiante esta este proprio melhor tresladado*”. Mais abaixo e por outra mão: “*Rezignação do Mestrado por D. Estevão Gonçalves e elleição de D. Mem Rodriguiz de Vasconcelos*”.

¹¹² Segue-se um espaço em branco.

¹¹³ Segue-se um espaço em branco.

expresse professum in eorum et dicti Ordinis Magistrum Generalem in eisdem regnis concorditer elegerunt licet de facto dictusque Menendus reservacionis et decreti predictorum similiter iustius eleccioni huiusmodi illius sibi presentato decreto et de facto consensit et demum reservacione et decreto predictis ad ipsius Menendi deductis noticiam huiusmodi eleccionis negocium coram dicto predecessore idem Menendus proponi fecit idemque predecessor eleccionem huiusmodi et quecumque inde secuta ut pote post et contra reservacionem et decretum predicta de facto ut premittitur acceptata irrita pro ut erant et inania¹¹⁴ reputans et ad provisionem ipsius magisterii celerem et felicem de qua nulus preter eundem predecessorem ea vice se intromittere potuerat nec poterat reservacione et decreto obsistentibus supradictis ne magisterium ipsum longe vacacionis exponeretur incommodis paternis et sollicitis studiis intendes post deliberacionem qua super hiis intra se habuit deligentem demum ad eundem Menendum tui de religionis zelo, vite mundicia, honestate morum spiritualium providencia et temporalium circumspectione aliisque multiplicium virtutum donis apud eundem predecessorem fidedigna perhibebantur, direxit oculos sue mentis quibus omnibus necnon dictorum Tredecim ipsum Menendum eligencium concordi voluntate accepta meditatione pensatis ipse predecessor de perssona eiusdem Menendi sibi ob dictorum suorum exigenciam meritorum acceptam eidem Ordini in dictis regnis, videlicet, ¹¹⁵XIII kalendas Marcii. Pontificatus sui anno decimo.

Auctoritate apostolica providit ipsamque illi prefecit in magistrum curam et administracionem ipsius Ordinis in dictis regnis dicto Menendo Magistro in spiritualibus et temporalibus plenarie comittendo verum quia postmodum dictus predecessor licteris apostolicis super huiusmodi provisione et perfectione non confectis sicut domno placuit debit nature persolvit. Nos qui divina favente clemencia fuimus ad apicem summi apelatus assumpti volentes quod premissa debitum sorcianatur effectum et apostolica auctoritate decernentes quod provisio et prefectio predictae perinde a dicta die videlicet XIII (fl. 27v) Kalendas Marcii valeant et plenam obtineant roboris firmitatem ac si super eis sub ipsius diei date lictere apostolice confectae fuissent prout superius enarratur quodque presentes littere ad probandum plene provisionem et perfectionem easdem ubique sufficiant ne ad id probacionis alterius adminiculum requiratur ac in eo qui dat gracias et largitur prima confidentes quod dirigente domno actus suos prefatus ordi in eisdem regnis per ipsius Menendi Magistri circumspecionis industriam et studium fructuosum regetur utiliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet inclementa. Discrecioni vestre per apostolica scripta mandamus quater eundem Menendum Magistrum pro nostra et Apostolice Sedis reverencia benigne recipientes et honorifice pertractantes exhibeatis eidem Menendo Magistro obedienciam et reverenciam debitas et devotas eius salubria monita et mandata suscipiendo humiliter et efficacit adimplendo alioquin sentenciam quam idem Magister rute tulerit in rebelles ratam habebimus et faciemus actore¹¹⁶ domno usque ad satisfacionem condignam inviolabiliter observari. Datum Rome apud Sanctum Petrum V idus November. Pontificatus nostri anno primo.

Quibus quidem literis sit ostensis et presentatis ut premittitur prefatus Johanes Staphani dixit perfatum domnum suum Magistrum timere dictas licteras amictere aqua, ignis incendio, distancia itinerum seu viarum, discrimine, rasura canium aut murium vel aliquo alio casu fortuite cum sint

¹¹⁴ Palavra corrigida.

¹¹⁵ Na margem direita, por outra mão: "Urbano 6º em 17 de Fevereiro. Pontificatus sui anno 10º".

¹¹⁶ Esta palavra tem uma letra inicial que se encontra riscada.

plura pericla que numerari non possunt. Ideo cum instantia requisivit dictas licteras transcribi et in formam publicam ipsam earum transcriptum redigi cum perfati domni vicarii auctoritate, autoritate ordinaria et interposicione decreti ut ipsi transcripto filici in omnibus heantur. Et tunc prefatus domnus vicarius visis et examinatis predictis lictis ipsisque diligenter inspectis et proveris premitus reputatis petitioni dicti procuratoris rationi congrue mandavit dictas lictis transcribi et in formam publicam earum transcriptum per me tabelionem et in suscriptum redigi ad hoc suam interponens et interposuit actoritate ordinaria et decretum decernens et decrevit huiusmodi transcripto sive transupto deinceps in iudicio et extra tanquam originali predicto fidem et in omnibus ad hibendam in quorum omnium testionem prefatus domnus vicarius mandavit dicto procuratore nomine quo supra fieri et dari publicum et publica instrumenta a me prenominate tabellione et sub curie perfati domni episcopi sigillo. Actum fuerit hec loco anno die mense quibus supra presente discreto viro Stephano Johannis in decretis bacallario procuratore Petro Stephani, Johane de Vimarans tabellionibus, Gunsalvo Stephani, Johane Martinii scribis in audientia prefati domni episcopi et aliis testibus. Testimonia.

Et me lohane Roderici tabellione pronominato qui mandato actoritate et decreto predictis predictas licteras transcripsi et earum transcriptum in hanc formam publici instrumenti redigi et scripsi et verbum omissum ad signum tale (...) et positum immediate post testes supradictos ubi dicitur testimonia hic aprobavi signoque meo solito in testimonium premissorum signavi.

(fl. 28)

38

1391, Julho, 10 – Lisboa

Insero: 1390, Novembro, 9¹¹⁷ – Roma

¹¹⁸In nomine Domini amen. Presentis publici in[s]trumenti tenore omnibus patefiat quod anno a nativitate eiusdem millesimo trecentesimo nonagesimo primo die vero decima mense Julii in claustrum cathedralis ecclesie nobilissime et legalis civitatis Ulixbonensis coram venerabili ac discreto viro domno Cristoforo Johannis in iure canonico bachallario et reverendi in Christo patris ac domni, domni Johannis Dei et Apostolice Sedis gratia dicte civitatis Ulixbonensis episcopi generali vicario sedente pro tribunali in dicto loco, me Johanne Roderici publico regali actoritate in dicta civitate Ulixbonensi tabellione presente una cum testibus infra scriptis, comparavit venerabilis et religiosus vir Johannes Stephani comendator de Elbis procuratorque ac procuratorie nomine venerabilis et rellegiosi viri domni Menendi Roderici de Vasconcellis Dei et Apostolice Sedis gratia Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in regnis Portugallie et Algarbii Generalis Magistri et ostendit, presentavit quasdam litteras Sanctissimi in Christo patris et domni nostri domini Bonifacii divina providencia Pape VIII (*sic*) scriptas in pergamento veraque bulla pubea ipsius domni Pape in cordula canapis more romane curie bulatas ac ut prima facie apparebat omni vicio ac suspectione carentes tenorem qui sequitur continentes:

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis universsis vassallis Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedictio-

¹¹⁷ Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do ano primeiro do seu pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

¹¹⁸ Na margem direita, de outra mão: "*Confirmação da eleição do mestre Dom Mem Rodriguez*".

nem. Racioni congruit et convenit honestati ut ea que de Romane Pontificis gratia processerunt licet lictere apostolice super illis confecte non fuerint suum consequantur effectum. Dudum siquidem dilecto filio Stephano fratre tunc Magistro Generali Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugallie et Algarbii regnis regimini ipsius Ordinis in eisdem regnis presidente felicis recordationis Urbanus Papa VI predecessor nostro cupiens magisterio eiusdem Ordinis in eisdem Ordinis cum illud vacare continget per Apostolice Sedis providenciam utillem et ydoneam preesse personam provisionem ipsius magisterii ordinationi et dispositioni sue duxit ea vite specialiter reservandam decernem extunc irritum et mane si secus super hiis per quoscumque quavis auctoritate scienter vel ignoranter contingerit atemptari postmodum vero predicto magisterio ex eo vacante quod dictus Stephanus¹¹⁹ eidem magisterio in manibus dilectorum filliorum. Tredecim ex fratribus eiusdem Ordinis extra romanam curiam sponte et libere cessit iidem Tre-(fl. 28v)decim ad quos admissio cessionis dicti magisterii et electio Magistri Generalis eiusdem Ordinis predictis regnis ex institutis ipsius Ordinis predictam sedem ut aseritur approbatis pertinet cessione huiusmodi extra dictam curiam per eos admissa et reservacionis et decreti predictorum forsam ignari dilectam Menendum Magistrum Generalem dicti Ordinis in regnis ipsis tunc fratrem eiusdem Ordinis ordinem ipsam expresse professum in eorum et dicti Ordinis Magistrum Generalem in eisdem regnis concorditer elegerunt licet de facto datusque Menendus Magister reservacionis et decreti predictorum similiter iustius electioni huiusmodi illius sib[?] presentato decreto etiam de facto consensit et domum reservacione et decreto predictis ad ipsius Menendi Magistri deductus noticiam huiusmodi electionis negotium coram dicto predecessore idem Menendus Magister proponi fecit idemque predecessor electionem huiusmodi et quecumque inde secuta ut pote post et contra reservacionem et decretum predicta de facto ut premittitur atemptata irrita prout erint et mania reputans et ad provisionem ipsius Magistrii celerem et felicem de qua nullus preter eundem predecessorem ea vite se intromittere poternat nec poterat reservacionem et decretum predicta de facto obsistentibus supradictis ne magisterium ipsum longe vacacionis ex poneretur incommodis paternis et sollicitis studiis intendens post deliberacionem qua super hiis intra se habuit diligentem demum ad eundem Menendum Magistrum cui de religionis zelo, vite mundicia honestate morum spiritualium providencia et temporalium circumspectione aliisque multiplicium virtutum donis apud eundem predecessorem fidedigna testimonia perhibebantur, direxit oculus sue mentis quibus om[ni]bus necnon dictorum Tredecim ipsum Menendum Magistrum eligentium concordi voluntate attenta meditatione pensatis ipse predecessor de persona eiusdem Menendi Magistri sibi ob dictorum suorum exigenciam accepta eidem Ordini in dictis regnis, videlicet, XIII kalendas Marcii. Pontificatus sui anno decimo. Auctoritate apostolica providit ipsumque illi prefecit in Magistrum curam et administrationem ipsius Ordinis in dictis regnis discreto Menendo Magistro in spirituallibus et temporalibus plenarie committendo verum quia postmodum dictus predecessor licteris apostolicis super huiusmodi provisione et perfectione non confectis sicut domno placuit debitum nature persolvit. Nos quia divina favente clementia fuimus ad apicem summi apelatus assumpti vollentes quod premissa debitum forciantur effectum et apostolica auctoritate decrenentes quod provisio et prefectio predictae perinde a dictam die, videlicet, XIII kalendas Marcii. Valeant et plenam obtineant roboris firmitatem ac si super eis sub ipsius dici. Date

¹¹⁹ Na margem direita e por outra mão: "D. Estevão Gonçalves renunciou o Mestrado nas mãos dos Treze que lhe aceitarão a declaração e ellegerão a D. Mem Rodriguiz de Vasconcellos ao qual confirmou o Papa Bonifacio 9º, em 9 de Novembro no 1º anno de seo pontificado". Ao lado esquerdo desta nota o escriba repetiu: "Bonifacio 9º".

lictere apostolice confecte fuissent prout superius enarratur quodque presentes lictere ad probandum plene provisionem et perfectionem eisdem ubique sufficient nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur ac in eo qui dat gracias et largitur premia confidentes quod dirigente domno actus suos prefatus ordo in eisdem regnis per ipsius Menendi Magistri circumspecionis industriam et studium fructuosum regeretur utilliter et prospere dirigetur ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementi universsitati vestre per apostolica scripta mandamus quater eundem Menendum Magistrum (fl. 29) Generale suscipientes devote et debita honorificencia prosequentes et fidelitatem solitam necnom consueta servicia et iura sibi a nobis debita exhibere integre studeatis. Alioquin sentenciam sive penam quam idem Magistro recte tulerit seu statuerit in rebolles ratam habebimus et faciemus actore domno usque ad satisfacionem condignam inviolabiliter observari. Datum Rome apud Sanctum Petrum V idus Novembris. Pontificatus nostri anno primo.

Quibus quidem licteris sit ostensis et presentatis ut premittitur prefactus Johanes Stephani¹²⁰ dixit prefatum domnum suum Magistrum timere dictas licteras amittere aqua, ignis incendio, distancia itinerum seu viarum ascrimine rasura canium aut murum vel aliquo alio casu fortuito cum sint plura pericula que numerari non possunt. Ideo cum instanciam requisivit dictas literas transcribi et in formam publicam ipsam earum transcriptum redios cum prefati domini vicarii actoritate ordinaria et interpositione decreti ut ipsi transcripto fides in omnibus habeatur. Et tunc prefatus domnus vicarius Visensis et exami[n]atis predictis literis ipsisque diligenter inspectis et pro veris primitus reputatis peticioni dicti procuratoris racioni congrue mandavit dictas transcripi et in formam publicam earum transcriptum per me tabellionem supra et infra scriptum redigi ad hoc suam interponens et interposuit auctoritatem ordinariam et decretum decernens et decrevit huiusmodi transcripto sive transumpto deinceps¹²¹ in iudicio et extra tanquam originali predicto fidem esse in omnibus adhibendam. In quorum omnium testimonium prefatus domnus vicarius mandavit prefato procuratori nomine quo supra fieri et dari publicum et publica instrumenta a me prenominate tabellione et sub curie prefati domni episcopi sigillo. Actum fuerit hec loco anno die mense quibus supra presente discreto viro Stephano Johanis in decreto bachallario procuratoris Petro Stephani, Johanne de Vimarani tabellionibus, Gunsalvo Stephani, Johane Martinii scripbis in audiancia prefati domni Ulixbonensis episcopi et aliis testibus.

Et me Johane Roderici tabellione prenominate qui mandato actoritate et decreto predictis predictas transcripi et in hanc formam publici instrumenti earum transcriptum redegere ac scripsi signoque meo solito in testimonium premissorum signavi verbaque superscripta ubi legere tunc fratrem eiusdem subpresentavi.

1445, Dezembro, 1 – Alcácer do Sal

Inserere: 1401, Outubro, 1 – Roma

Saibham os que este storumto dado per autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o e quareenta e cinco annos primeiro dia do mes

¹²⁰ Palavra corrigida.

¹²¹ Palavra corrigida.

de Dezenbro em (fl. 29v) Alquacer no adro da igreja de Santa Maria do Castello, seendo hy Joham Vaaz escudeiro, juiz ordinairo em a dicta villa pareceo hi Rodrigo Amado priol moor do conuento e Hordem de Santiago¹²² e mostrou huum privilegio de purgaminho scripto em latim e assellado com seello de chunbo pendente do qual ho theor tal he:

Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dillectis filliis Magistro et universsis fratribus Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in Portugallie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedictionem. Exposciit vestre devocionis sinceritas et rellegionis promoveatur honestas ut tam vos quam Ordines¹²³ vestrum favoribus apostolicis et graciis prosequamur hinc est quod nos vestris devotis suplicacionibus inclinati ut ecclesie, capelle, castra, ville et allia loca necnom terre, domus, possessiones, jura, jurisdictionis, fructus, census, redditus etiam proventus ac allia bona mobillia et inmobillia spiritualia et temporallia quocunq[ue] nomine censseantur quem ad vos et vestrum Ordinem de presenti juste et legitime pertinent seu possidetis et in futurum comcessione pontificum largicione regum vel principum oblacione fidellium seu aliis justis modis prestante domino poteritis adipisci necnom privilegia, libertates, minumitates, exempciones et gratias vobis et eidem Ordini per Sedem Apostolicam seu alies perquoscunq[ue] prellatos seu principes hactenus concessa vel in futurum concedenda ubi et sucessoribus vestris ac dicto Ordini firma et illibata permaneant ea ubi et sucessoribus et Ordini eisdem tenore presencium actoritate apostolica ex certa sciencia inovamus, confirmamus et presentis scripti patrocinio comunimus supplentes eciam omnes defectus si qui forssam intervenerint in eisdem. Et nichilominus ubi¹²⁴ de uberioris dono gracie concedentes ut ecciam omnibus et singulis privilegiis, libertatibus, immunitatibus, exempcionibus et graciis quibus Magister et fratres dicti Ordinis in Castellee et Legionis regnis quomodolibet potuntur libere et licite uti possitis et gaudere constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscumq[ue]. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre inovacionis confirmacionis conjuncionis supplecionis et comcessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem atemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Paulli apostolorum eius se noverit in curssurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum kalendas Octubris. Pontificatus nostri anno XII^o.

O qual asi mostrado o dicto priol disse que se entendiia d'ajudar do trelado delle que pedia ao dicto juiz que lho mandasse dar em puprica forma. E o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas Ruy Lopez Darmez e Nuno d'Evora tabeliam e Alvaro Pirez bigairo e outros. E eu Luis Gomçalvez bassallo d'el Rey e seu tabeliam que este estormento em testemunho de verdade screpvi e meu sinal fiz que tal he.

(fl. 30)

¹²² Na margem esquerda, de outra mão: "*Rodrigo Amado prior mor da Ordem no anno 1445, 1º de Dezembro. Convento em Alcacere*". Ainda por outra mão: "[...]firmar privilegio et bona [...]dini concessa. Atras fiq[ue]. [...] tresladada".

¹²³ Palavra corrigida.

¹²⁴ Segue-se uma palavra sobrepontada.

1428, Julho, 30 – Paestrum

Treslada se no Livro da Regra.

¹²⁵Martinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filliis Magistro et fratribus Ordinis Sancti Jacobi de Spata, salutem et apostolicam benedicionem gloriosa. Religionis vestre Millicie qua ad verssus Christi nominis emullos certando vos et vestram expositis intrepide curis in defenssis sincereque devocionis affectus que ad vos et Romnam ecclesiam egeritis conprobamini merentur non indigne ut ea vobis favorabiliter concedamus per que singulis opressionibus abiectis corde tranquillo huiusmodi certamine fervencius et quietius possitis altissimo millitare. Nos igitur exprimer et certis aliis causis animum nostrum moventibus felicis recordacionis Lucii Pape tercii predecessoris nostri vestigiis inherentes vestris etciam in hac parte suplicacionibus inclinati vos vestrique Ordinis professores conventus monasteria et loca cum omnibus perssonis menbris rebus, bonis, iuribus et pertinenciis suis et que vos et quibus vestrum in presenciarum possidetis et possidet necnon que dante domno in futurum poteritis ac poterit adidisti ob omni iurisdicione, dominio, potestate, visitacione, corepcione et superioritate ordinariorum, iudicium et superiorum aliorum tan secularium quam regularium corunque usque ad Appostolice Sedis beneplacitum autoritate apostolica tenore presencium prosiqui eximimus ac ecciam plenarie liberamus vosque et illa sub Beati Petri et sedis predictae proteccionem suscipimus atque nostra ac¹²⁶ exemptos esse volumus et excepta nobisque et idem sedis inme<di>ate¹²⁷ subesse itaque huiusmodi durant beneplacito ordinari iudices et superiores predicti etciam racionem dilecti seu contratus aut rei de qua agetur vel ubicunque comitantur dilectum iniatur contratus aut res ipsa consistat nulla in vos vel alique vestrum ac conventus monasteria loca personas, menbra, res et bona supradicta possitis iurisdicionem potestatem dominium correccionem, visitacionem seu superioritatem comobet exercere sed duntaxat coram nobis et assede predicta delegatis teneami et teneantur de justicia respondere bone memorie Inocencii Pape quarti et predecessoris nostri et qualibet alia constitucione appostolica in contrarium a dicta non obstantibus decernentes ex mutu omnes et singulos procesos¹²⁸ ac excomunicacionum suspensionum et interdicti sentencias quos et quas contra vos conventus, monasteria, loca, perssonas et menbra huiusmodi haberi contingerit seu etciam promulgari irritos et irritas pariter et inanes. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre exempcionis liberaris suscepcionis voluntatis et constitucionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc atemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incurssurum. Datum Genasani Penestrum diocese tercio kalendas Agusti. Pontificatus nostri anno undecimo aug. c. a. fidelis garveri R^a de Monte Pollitano.

(fl. 30v)

¹²⁵ Na margem direita, de outra mão: *"Breve do Papa da exemption das pessoas e cousas da Ordem"*.

¹²⁶ Palavra corrigida.

¹²⁷ Palavra corrigida.

¹²⁸ Na margem direita, de outra mão: *"Que se nom possa poer excomunhão nem interdito em algũas pesoas nem cousas da Ordem"*.

1430, Julho, 13 – Roma

¹²⁹Martinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Johanni administratori perpetuo per Sedem Apostolicam deputato et fratribus Millicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie¹³⁰, salutem et apostolicam benedictionem. Dum a nobis petitur quod iustum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo¹³¹ exigit rationis ut id per sollicitudinem officii nostri ad debitum perducat effectum, ea propter dilecti in domino filii vestris iustis postulacionibus grato conturentes assensu perssonas vostras et loca in quibus divino estis obsequio mancipati cum omnibus bonis que impresenciarum racionabiliter possidentis aut in futurum iustis modis prestante domino poteritis adipisci sub Beati Petri protectione suscipimus atque nostra specialiter auctoritate castra, opida, villas, possessiones et alia bona vestra omnesque libertates et immunitates a predecesoribus nostris Romanis Pontificibus sive per privilegia vel alias indulgencias vobis et Millitie prelate concessas necnon libertates et exempciones secularium exaccionum a regibus et principibus ac aliis Christi fidelibus racionabiliter vobis et dicte Milicie indultas sicut ea iuste et pacifice possidetis vobis et per vos eidem Milicie actoritate apostolica confirmamus et presentis scapti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmacionis et communicationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc atemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noveriti incursum. Datum Rome apud Sanctos Apostolos III idus Julii. Pontificatus nostri anno tercio decimo.

1433, Julho, 27 – Lisboa

Inserere: s/d.; s/d.; s/d.

¹³²In nomine Domini amem. Saibham quantos este presente puprico stormento de trausumpto per autoridade ordenaria em forma puprica reduzido virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e trinta a trres annos viinte e sete dias do mes de Julho na muy nobre cidade de Lixboa dentro nas casas da morada do honrrado Luis Gonçalvez cavaleiro e comendador da Cavallaria e Hordem de Santiagou dos regnos de Portugal e do Algarve as quaes som em Val Verde aalem do rossiio. Perante ho honrrado Jacome Reymom juiz dos feitos crimes em a dicta cidade estando no dicto logo persoalmente ouvir as cousas (fl. 31) seguintes. Estando hi outrosi o dicto Luis Gonçalvez em presemeça de mym Joham Gonçalvez taballiom per autoridade real en essa meesma e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo Vaasco Gil priol seu reitor da igreja de Povoos e confessor do senhor ifante Dom Joham regedor e governador da dicta Cavallaria e sua Ordem de Santiagou e apresentou huum caderno a modo de livro scripto em papel no qual eram scriptas hūas ordenações de suas regras que deziam seer da Cavallaria e Ordem de Santiagou de Castella assinados em fundo per testemunhas que a ello forom presentes e seelladas de huum seello de cera vermelha a modo de scriptura autemtica das quaes ho theor tal he:

¹²⁹ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]firmar privilegia et [...]na ordini concessa et [c]oncedenda”.

¹³⁰ Segue-se um espaço em branco.

¹³¹ Esta palavra tem uma letra final riscada.

¹³² Na margem esquerda, de outra mão: “Trellado de certos capitulos da Regra”.

A Ordem de Santiago foy aprovada em na primeira fundaçom per ho Papa Alexandre tercio.¹³³ Os vesitadores da Ordem que o Meestre em cabidoo faça ham poder de vesitar a Hordem e cavalleiros e priolles e igrejas e vassallos assy em no spiritual como no temporal pero ho bispo ha de dar oleo e crisma e ordenar crelligos e beenzer e consagrar quallezes, aras e vasos. E estas cousas nom caaem em outra pessoa. E arcebispo nem ho bispo nom tem em ello outro que veer nem vesitar. E em nas igrejas da Ordem que foram dos moouros e que a Ordem povoou de novo ou em que o Meestre ou seu priol ha costume ou he theudo de poer crelliguo de sua Ordem e sosteer e reparar as igrejas. Em estas igrejas caso que os arcebispos ou bispos ham algũa parte dos dizimos nom ham dirreito nenhuum de vesitaçom nem podem fazer quollaçom de nenhuum beneficio. E ao Meestre presenta creriguo de sua Ordem ao bispo fazendo lhe mercee da governaçom e rendas. E o bispo nom tem outro poder salvo conceder a cura das almas e este cleriguo nom he theudo aa obediencia do bispo salvo aa reverencia. E se o Meestre quisesse presentar por governador d'algũa igreja algum crelliguo da Ordem de Sam Pedro pode o fazer e este tal crelligo he theudo aa obediencia e reverencia ao bispo. E se errasse ho clerigo do abito ho bispo nom tem sobre elle jurdiçam e correge lo e castiga lo a seu priol da Ordem que pello Meestre he ordenado. E se erra ho crelligo da Ordem de Sam Pedro castiga lo a seu bispo. Os cavalleiros e frreires da Ordem sam isentos da jurdiçam dos arcebispos e bispos em todo caso e seguintes os privilegios que a Ordem tem. Nem outrossy os podem escomungar, nem suspender, nem interdizer. Se pella ventura os arcebispos e bispos se entremetem a dar cartas d'escomunham contra os cavalleiros e frreires e os atam ou se entremetem a demandar alguuns dizimos ou outros dirreitos ou agravar a Ordem ho procurador da Ordem recorresse a seu conservador e da (*sic*) cartas ho conservador contra os arcebispos e bispos e d'escomunga os e retracta os processos que fazem contra os dictos cavalleiros e freires e dirreitos da Ordem. Em as igrejas da Ordem donde o Meestre presenta crelliguo que ha de governar se ha hy outros capellãaes e querem estar em taaes igrejas a os ajudar a servir nom os acolha¹³⁴ ho vigairo que a igreja governa sem licença do Meestre nem lhe consseta tomar ornamentos nem cellebrar, nem ouvir dependentas. E ho bispo, nem arcebispo nom se pode tremeter destas cousas por as igrejas seerem da Ordem. Ante ho conservador ou seu dellegado o qual ho Meestre tem gaanhado do Papa se demanda os dirreitos da Ordem pois os devedores som vassallos da Ordem e ho Meestre ou seus juizes livram todas estas cousas. E o priol mayor da Ordem que he ordenado do Meestre nom ha outra confirmaçom e arcebispo, nem bispo nom tem em (fl. 31v) esto que veer. E ho Meestre ha poder sobre os freires cavalleiros e sobre os freires crelligos e ho dicto priol pello Meestre ordenado e nom outro juiz algum. Dos abitos e rezar e das roupas devesse guardar a regra. Outrosy os prellados nom podem poer antredicto nas igrejas da Ordem, nem na igreja donde he a quabeça da Ordem a aimda lançados os scomungados e antredictos podem dizer oras aas portas çarradas e nom tangendo canpãas a voz baixa. E o Meestre e os comendadores som theudos a dar os dizimos aos crelligos de sua Ordem e ao priol em seu nome pera seus mantiimentos e vistaiaras e ornamentos e pera reparar as igrejas e se algũa cousa sobejar ham no de dar aos pobres por Deus segundo ha providencia do Meestre. E esto damos por resposta aos capitollos que Lourenço Gill familiar do iffante Dom Joham de Portugal meu muito caro e muito amado

¹³³ Na margem direita, de outra mão: "*De potestate visitoris*".

¹³⁴ Esta palavra tem uma letra final riscada.

irmãao nos disse da sua parte per vertude d'hũa sua carta de crreença escripta em Elvas viinte e tres diias d'Outubro. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e trinta annos e etc.

Item apresentou mais hum livro de ordenações e regras da dicta Ordem escripto em purgaminho e assinado em cada lauda per Gil Esteveez tabeliam de Setuval segundo em elle parecia. No qual esta hũa rubrica tal:

Aqui se começa a regra da muy nobre Cavallaria da Ordem de Santiagou confirmada do Papa Alexandre tercio e do Senhor Papa Lucio terceiro e do Papa Nicollao terceiro e do Papa Inocencio e d'outros muitos bispos. No qual livro som scriptas muitas regras e ordenamentos da dicta Ordem ante as quaes som estas seguintes:

Si autem in locis desertis aut ipsis sarracenorum de novo ecclesias castraveritis ecclesie ille plena gaudeant libertate nec aliqua per episcopos decimarum aut alterius rei exactione graventur liceatque bebis (*sic*) per clericos vestros ydoneos ecclesias easdem cum suis plebibus gubernare nec interdicto per episcopos nec excommunicationi subdantur sed faz sit vobis tam in maiori ecclesia que capud fuerit Ordinis quam in illis ecclesiam excumunicatis et intredictis exclusis divina semper officia celerare; preterea u<t> humanis vexacionibus et calumpniis a defensione christianorum retrahi nam valeatis apostolica actoritate decernimus ne personas vestras preter legatum Apostolice Sedis an latere romani pontificis destinatum interdiceret quisquam aut excumunicare presumat. Quod ecciam de fanulis et servientibus vestris statuimus qui stipendia vestra percipiunt donec justiciam parati querint exhibere nisi forte talis fuerit culpa ex qua ipso facto ecclesiasticam censuram incurrant. Crisma vero oleum sanctum, consecraciones altarium seu basilicarum, ordinaciones clericorum vestrorum qui ad sacras ordines fuerint promovendi a diocesano suscipietis episcopo, siquidem catholicus fuerit et gratiam ac communionem Apostolice Sedis abuerit et ea gratis et absque ulla prantate vobis voluerit exhibere alioquin liceat vobis quem malueritis adire¹³⁵ (fl. 32) antistitem que nostra fultus actoritate quod pestulatur indulgeat.

Os creligos assy nos castellos como nas villas da Ordem vivam em hum soo priol que sobre elles for ordenado do Meestre. E estes creligos provejam as igrejas e amostrem por sciencia de letras aos filhos dos freires que lhes ho Meestre encomendar. Dhy em diante por reformar sempre em melhor ho estaado da Hordem ho Meestre stabelleça honde tenham cabido geeral ho domingo de *Letare Jherusalem* em Quaresma e os Treze freires e comendadores de toda a Ordem venham hi senom for por grande necessidade e logo no conveento a regra seja leuda por saude de suas almas e das cousas temporaes penssar. E os vesitadores sejam emlegidos que por ho anno fielmente vesitem as cousas de todollos freires e venham a cabido pera amostrar ao Meestre e ao cabido a manteença e as culpas e os boons costumes sejam estabellecidos. Sejam vesitados os priollados e as comendas moores e todallas outras comendas que os freires teem. E os moesteiros donde som os conveentos das donas. E os vesitadores devem ser feitos em cabidoo geeral em esta maneira devem tomar dous freires cavalleiros de boa fama a

¹³⁵ Na margem inferior do fólio: "antistitem".

taaes que sejam adiantadores e aproveitadores de toda a Ordem e nom de gastadores de maa maneira mas aproveitadores de todallas cousas que acharem mal repairadas em as acrecentar com Deus e com a Ordem e castigar todollos comendadores e freires e freiras e devem aver tal mandamento e tal poderiio do Meestre e de toda a Ordem per cabidoo geeral. E estes cavalleiros devem seer huum do regno de Castella e outro do regno de Lyom e huum freire crelligo com elles que seja dado pello cabidoo geeral. E estes dictos vesitadores possam tirar avitos a todollos que forem em culpa e fazer toda graça aos comendadores e freires ou comendadeiras e freiras e dar abitos se mester for. Primeiramente quando chegarem a cada hũa das comendas devem entrar em na igreja se a em a casa ouver e de sy veer ho comendador e seus freires e salva los. ¹³⁶Em os moesteiros das donas devem saber quantas donas som e devem saber se ha hi enfermariia se nom façam lha dar aa comendadeira. E dem lhe suas sangrias que som doze no anno se as quiserem e façam lhe poer hũa lanpada no dormitorio das donas. E se virem que lhe as rendas nom avondam podem defender e mandar que nom metam hi mais donas nem dem abito a freiras salvo se for mester pera serviço dellas que vejam as casas e os labores e que lavrem elles meesmos. Quanto he a arar e podar ou estar em tempo d'Agosto em no restolho e na eira. E quando vindimarem todavia que estes nom sejam filhos d'algo e entende se como serventes assy como os ham em outra Hordem dando elles algos aa Ordem e aas donas. E que ajam hũa quozinheira e hũa lavandeira e hũa manceba que faça os leytos e hũa resertureira. E as comendadeiras que ajam raçom pera duas moças e mais nom. E que vesitem as igrejas de todolos ornamentos se som compridos se nom façam nos comprar. E esso meesmo dos capellãaes se os nom ha hi façam lhos comprar porque ho serviço de Deus nom seja minguido. (fl. 32v) E que os vesitadores em cada huum dos regnos tanbem no spiritual como no temporal e todallas cousas que acharem que as emmendem e etc..

As quaes ordenações e regras assi apresentadas como dicto he ho dicto Luis Gomçalvez em nome do dicto ifante e senhor Dom Joham governador e regedor do dicto Meestrado e sua (*sic*) disse que lhe compria e era necessario aver ho trelhado das dictas ordenações e regras em puprica forma em huum puprico estormento fecto e assinado per mym dicto tabeliam. E pedio ao dicto juiz que por sua auctoridade ordenaria lho mandasse dar por guarda e conservaçom do dicto senhor ifante e governador. E o dicto juiz fez pergunta ao dicto Vasco Gil apresentante se avia alguuns embargos a nom seer dado ho trelhado ao dicto senhor ifante como pedido era. E elle disse que nom os aviia e que lhe praziia de o aver.

E visto todo pello dicto juiz antrepos a ello sua auctoridade ordinaria e conssemtimento de degredo e mandou dar ao dicto senhor ifante Dom Joham governador ho trelhado das dictas ordenações e regras veendo como lhe compriam e perteeciam em puprica forma em huum puprico stormento fecto e assynado per mym dicto tabeliam. E mandou que valha e faça fe em juizo e fora d'elle e honde quer que apresentado for assi como os originaaes. Fecto foy no anno dia e mes e logo suso dictos. Testemunhas Joham Rodriguiz, Vaasco Martinz, Gil Martiinz, taballiãaes que screpvem perante elle e outros. E eu sobre dicto Joham Gonçalvez taballiom que a esto todo com as dictas testemunhas presente fuy e este stormento per mandado e auctoridade do dicto juiz e a requerimento do dicto Luis Gonçalvez pera o dicto senhor iffante em puprica forma screpvi e aqui meu sinal acostumado fige que tal he.

¹³⁶ Na margem direita, de outra mão: "A comendadeira e donas de Santos".

1452, Junho, 17 – Roma

¹³⁷Nicolaus episcopus servus servorum Dei ad perpetuam ream memoriam. Ex Apostolice Sedis in qua licet insufficientibus meritis divina disponente clemencia constituti sumus benignitate procedit ut super eis que personis sub regulari habitu Deo in terris militantibus per eiusdem sedis providenciam circumspectam concessa conspiciamus an ad alias eiusdem professionis extendantur personas pro tempore exortos ambiguitatis serupulos decidamus necnon ea que pro stabilimento et conservacione quorum vis regularium ordinum presertim militie titulis insignitorum et ad Christi emulorum expugnatione fidei quoque orthodoxe ampliacionem et conservacionem provide institutorum rite concessa comperimus cum a nobis petitur apostolice confirmacionis munimine roboremus. Sane sicut pro parte dilecti filii nobilis viri Domni Fernamdi principis regni Portugalie Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in eodem regno perpetui gubernatoris per organum dilecti filii nobilis viri domni baronis militis (fl. 33) dicte milicie carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regis illustris, consiliarii et ambasciatoris ad nos destinati nobis nuper exhibite petitionis series continebat cum multa et diverssa privilegia, exemptiones et prerogative aliaque concessionones et indulta dilectis filiis Magistro conventui militibus et fratribus dicte militie in regno Castelle constitutis a felicis recordacionis Sumis Pontificibus predecessoribus nostris concessa sint apud nonnullos in dubium revocatur an privilegia, prerogative, concessionones et indulta huiusmodi ad Magistrum conventum, milites, fratres, ecclesias et personas dicte milicie in dicto regno Portugalie constitutas censeantur extendi pro parte eiusdem Fernamdi gubernatoris nobis fuit humilliter suplicatum quatinus sibi suisque successoribus, magistris et gubernatoribus seu administratoribus conventui, magistratui, militibus et fratribus in dicto regno Portugalie constitutis super hiis oportune providere dictisque privilegiis, exemptionibus, concessionibus et indultis ut illibata persistant apostolice confirmaciones robor adicere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur singulos in subsidium christiane fidei institutos et voto religionis astrictos Christo viriliter militantes viscerali favore prosequi volentes per nostre provisionis ministerium omnis ambiguitatis scrupulum amovemus illaque patrocinio apostolico communimus que in eorundem militiam tui favore quo maiori libertate suffulti liberius sue consequantur militaris operationis efectum concessa noscuntur huiusmodi supplicationibus inclinati prefato Fernamdo gubernatori suisque successoribus magistris et gubernatoribus seu administratoribus conventui, magistratui, militibus et fratribus in dicto regno Portugalie constitutis presentibus et futuris quod ipse et eorum singuli necnon persone, loca et ecclesie dicte militie in eodem regno Portugalie constituta omnibus et singulis privilegiis exemptionibus¹³⁸ prerogativis, concessionibus et indultis magistris, conventui, militibus et fratribus dicte milicie in prefato regno Castelle constitutis quomodolibet concessis et quibus illi gaudent et utuntur etiam uti et gaudere perpetuis futuris temporibus possint et valeant auctoritate apostolica tenore presentium de specialis dono gracie indulgemus necnon omnia et singula privilegia, exemptiones, prerogativas, concessionones et indulta quecumque quotamque et qualiacumque fuerint a predecessoribus nostris Romanis Pontificibus necnon de Papatu contententibus prefato Ordini concessa quorum tenores presentibus haberi volumus pro expressis eadem auctoritate confirmamus et approbamus ac presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino

¹³⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “[Q]ue gozem dos privilegios concedidos ha Ordem de Santiago em Castella”. Segue-se de outra mão: “Instancia do Infante Dom Fernando”. E ainda, por outra mão: “Esta bulla tras Lourenço Pires de Carveiro toda 1ª p. pag. 293”.

¹³⁸ Na margem direita, de outra mão: “que gaudeamus privilegiis caff[...]”.

hominum liceat hanc paginam vestre concessionis confirmacionis approbacionis et communicacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum (fl. 33v). Datum Rome apud Sanctum Petrum. Anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, quinto decimo kalendas Julii. Pontificatus nostri anno sexto.

1452, Junho, 17 – Roma

¹³⁹Nicolaus episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Ceptensi et dilectis filiis abbati de Alcobaça Ulixbonensi diocese ac priori Sancte Crucis extra muros Colimbrien (*sic*) per priorem soliti gubernari monasteriorum, salutem et apostolicam benedictionem. Et si quibuslibet religiosis personis et locis ex iniuncte nobis apostolice servitutis officio assistere defensionis presidio teneamur illis tamen specialius et efficacius adesse nos convenit qui pro orthodoxe fidei ampliacione ad Christi nominis emulus nullis rerum seu corporum formidatis periculis indefessis juribus vigiter expugnandum instituti ac sub Apostolice Sedis protectione repositi fore noscuntur privilegia quoque et indulta illis a dicta Sede concessa ab omni volumus violacione tueri. Sane dilectorum filiorum nobilis viri Domni Fernandi principis regni Portugalie ordinis militie Santi Jacobi de Spata in eodem regno perpetui gubernatoris necnon conventus militum et fratrum dicte militie in eodem regno constitutorum per organum dilecti filii nobilis viri Ludovici Gundisalvi baronis militis dicte milicie carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regis illustris consilarii et ambasciatoris ad nos destinati conquestione percepimus quod nonnulli archiepiscopi, episcopi, abbatis, priores necnon ordinarii iudices, correctores ac alii superiores tam regulares quam seculares alieque persone tam clerici quam laici eosdem magistrum seu gubernatorem pro tempore existentem conventum magistratum, milites et fratres illorumque servitores contra exemptiones, privilegia ac alia indulta esse tam a diversis predecessoribus nostris Romanis Pontificibus quam a nobis concessa turbare, inquietare et molestare iurisdictiones quoque et iura domos, possessiones aliasque res et bona tam mobilia quam immobilia, spiritualia et temporalia ad eosdem magistrum, gubernatorem, conventum, magistratum, milites et fratres ac ordine eorumque monasteria preceptorias ac dominia pertinencia usurpare, occupare et detinere ac alias indebite impedire illosque tam coram ecclesiasticis quam temporalibus iudicibus contra et preter eorundem exemptionum, privilegiorum et indultorum tenorem et formam in vis vocari et diversis gravaminibus esse vexare ipsa que exemptiones, privilegia et indulta contra iusticiam multipliciter violare permoliti sunt prout moliuntur in dies aliasque graves injurias illis dinoscuntur irrogasse in non modicum exemptionum et privilegiorum huiusmodi enervatione ipsorumque magistri seu gubernatoris (fl. 34) conventus, magistratus, militum et fratrum prejudicium et gravamen dictique ordinis libertatis extinctionem ac scandalum plurimorum¹⁴⁰. Quare gubernator conventus, milites et fratres predicti per organum eiusdem Ludovici nobis humiliter supplicaverunt ut cum eisdem valde redditur difficile pro singulis eorum querelis ad Apostolicam Sedem habere recursum providere ipsis super hoc paterna diligencia curarem. Nos igitur adversus turbatores, inquietatores, molestatores, usurpatores, occupatores, impeditores, vexatores, violatores ac injuriatores huiusmodi illo

¹³⁹ Na margem esquerda, de outra mão: *“Instancia do Ifante Dom Fernando”*. Mais abaixo, de outra mão: *“Conservatores”*.

¹⁴⁰ À margem direita, de outra mão: *“Conservatoria”*.

volentes eisdem magistro seu gubernatori, conventui, magistratui, militibus et fratribus remedio subvenire per quod eorum compescatur temeritas et aliis aditus committendi similia precludatur discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios etiam si sint extra loca in quibus deputati estis conservatores et iudices prefatis magistro seu gubernatori conventui, magistratui, militibus et fratribus illorumque servitoribus efficacis defensionis presidio assistentes non premittatis eosdem super exemptionibus privilegiis et indultis huiusmodi ac super premissis ac quibusvis aliis rebus bonis et viribus ad magistrum seu gubernatorem conventum, magistratum, milites et fratres personas et ordinem prefatos spectantibus ab eisdem archiepiscopis, episcopis, abbatibus, prioribus, ordinariis iudicibus, correctoribus, superioribus aliisque regularibus et secularibus personis, clericis et laicis contra et preter tenorem exemptionum, privilegiorum huiusmodi indebite molestari vel eis gravamina seu damna vel injurias irrogari facturi dictis magistro, gubernatori conventui magistratui, militibus (*sic*) et fratribus eorumque servitoribus et personis cum ab eis vel procuratoribus suis ab eorum aliquo fueritis requisiti de predictis et aliis personis quibuslibet super restitutionis domorum, possessionum, jurisdictionum, jurium aliarumque rerum et bonorum huiusmodi necnom de quibuscunque molestiis injuriis atque damnis presentibus et futuris contra et preter exemptionum, privilegiorum et indultorum huiusmodi tenores et formas illis illatis vel inferendis in illis videlicet que judicialem requirunt indaginem summarie de plano sine scerpitu et figura iudicii; in aliis vero prout qualitas eorum exegerit justicie complementum¹⁴¹ facientes exemptiones, privilegia et indulta huiusmodi salva et libera inviolabiliter observari occupatores, usurpatores, detentores, molestatores, turbatores, violatores et injuriatores huiusmodi necnom contraditores quoslibet et rebelles cuiuscunque dignitatis status, gradus ordinis vel conditionis extiterint quandocunque et quocienscumque expedierit auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam appellatione posposita compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Non obstantibus tam felicis recordationis Bonifacii Pape VIII predecessoris nostri in quibus cavetur ne aliquis extra suam civitatem et diocesem nisi in certis exemptis casibus et in illi ultra unam dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur; seu ne iudices et conservatores a sede deputati prediasta (*sic*) extra civitatem et (fl. 34v) diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscumque procedere sive alii vel allis vices suas committere aut aliquos ultra unam dietam a fine diocesis eorundem trahere presumant dummodo ultra duas dietas aliquis auctoritate presentium non trahatur; seu quod de aliis quam de manifestis injuriis et violentiis ac aliis que judicialem requirunt indaginem penis in eos si secus egerint et in id procurantes adjectis conservatores se nullatenus intromittant quam aliis quibuscunque constitutionibus a predecessoribus nostris Romanis Pontificibus tam de iudicibus delegatis et conservatoribus quam personis ultra certum numerum ad iudicium non vocandis ac aliis editis que vestre possent in hac parte jurisdictioni aut potestati eiusque libero exercicio quomodolibet obviare; seu si aliquibus communiter vel divisim a predicta sit sede indultum quod excommunicari, suspendi vel interdicti seu extra vel ultra certa loca quod iudicium evocari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eorum personis, locis, ordinibus et nominibus propriis mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscunque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam vestre jurisdictionis explicacio in hac parte valeat quomodolibet impediri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Ceterum volumus et apostolica auctoritate decernimus quod quilibet vestrum prosequi valeat articulum etiam per alium inchoatum quamvis idem inchoans nullo fuerit impedimento canonico prepeditus quodque adat presetui sit vobis et anicuique vestrum in premissis omnibus et eorum singulis ceptis et non

¹⁴¹ Palavra corrigida.

ceptis presentibus et futuris perpetuata potestas et iurisdicio attributa ut eo vigore eaque firmitate possitis in premissis omnibus ceptis et non ceptis presentibus et futuris et per predicta procedere ac si predicta omnia et singula coram vobis cepta fuissent et iurisditio vestra et cuiuslibet vestram inpredictis omnibus et singulis per citatione vel modum alium perpetuata legitime extitissent constitutione predictam super conservatoribus et alia quilibet in contrarium edita non obstantibus quibuscunque presentibus post viginti annos minime valituris. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, quinto decimo kalendas Julii. Pontificatus nostri anno sexto.

45

1452, Junho, 17 – Roma

¹⁴²Nicolaus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro seu gubernatori ac militibus et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie constitutis, salutem et apostolicam benedictionem. Ut si Romanus Pontifex relegias ac sanctimonie vite deditas personas aliarunq[ue] ordines ex sue benivolentie m[agn]itudine privilegiis aliorumq[ue] favorum gratiis vigiter prosequatur ad illos precipue munificentiam sue liberalitatis exuberantius extendit quid (fl. 35) ¹⁴³Christi nominis emulos pro orthodoxe fidei ampliacione in defessis viribus promptisque pre cordis tam corporum quam rerum periculis minime recusatis constanter cernuntur expugnare quosque suos predecessores Romani Pontifices similibus percipit gratiis et favoribus prosecutos extitisse. Nos igitur dilecti filii nobilis viri Ludovici Gundisalvi baronis milites dicte Milicie Sancte Jacobi de Spata carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regis ilustris consilarii ac ambasciatoris ad nos destinati ex parte dilecti filii nobilis viri Domni Fernandi principis Portugalie perpetui gubernatoris dicti ordinis nobis nuper propositis supplicationibus inclinati sincereq[ue] devotionis affectu quem ad nos et romanam ecclesiam gerere comprobaminiam diligenter attento ea per que, singulis oppressionibus seclusis, operosius valeatis ad Dei laudem in huiusmodi pugna perseverare vobis favorabiliter concedere volentes necnon felicitis recordationis Lucii III et Martini V Romanorum Pontificum predecessorum nostrorum vestigiis inherentes vos vestrique ordinis professores, magistratus, conventus, monasteria et loca in dicto regno Portugalie constituta cum omnibus et singulis personis ac servitoribus, membris, rebus, bonis, viribus et pertinentiis suis que vos et quilibet vestrum ac personarum et servitorum predictorum impresenciarum possidetis et possidet necnon que dante domino in futurum poteritis ac poterit adipisci ab omni iurisdictione domino potestate, visitacione, correctione et superioritate ordinariorum, iudicium, correctorum et superiorum aliorum tam temporalium quam ecclesiasticorum, secularium et regularium quoruncunq[ue] usque ad Apostolice Sedis beneplacitum auctoritate apostolica tenore presentium prorsus eximimus ac etiam plenarie liberamus vosque et illa sub Beati Petri et sedis predicte protectione suscipimus atq[ue] vestra ac exemptos esse volumus et exempta nobisque et eidem sedi immediate subesse. Ita quod huiusmodi durante beneplacito ordinarii iudices correctores et superiores predicti etiam ratione debiti seu contractus aut rei de qua agetur vel ubicunq[ue] comittatur delictum iniatur contractus aut res ipsa consistat nullam in vos aut aliquem vestrum magistratus ac conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona supradicta possint iurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitacionem seu superioritatem

¹⁴² Na margem esquerda, de outra mão: "A instancia do Ifante Dom Fernando guovernador perpetuo da Ordem".

¹⁴³ Na margem direita, de outra mão: "exençam".

quomodolibet exercere sed duntaxat coram vobis et a sede predicta delegatis teneamini et teneantur de justicia respondere bone memorie Innocencii Pape III etiam predecessoris nostri et qualibet alia constitutione apostolica in contrarium edicta non obstante decernentes ex nunc omnes et singulos processus ac excommunicationum suspensionum et interdicti sententias quos et quas contra vos conventus, monasteria, loca, personae, servitores et membra huiusmodi haberi seu etiam promulgari et quicquid contra exemptionis liberationis et susceptionis nostrarum huiusmodi tenorem atque formam a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter attemptari contingerit irrita et inania nulliusque fore roboris vel momenti. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre exemptionis libera-(fl. 35v)cionis susceptionis voluntatis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, quinto decimo kalendas Julii. Pontificatus nostri anno sexto.

46

1452, Junho, 17 – Roma

Inserere: 1428, Agosto, 1 – Veneza; [1184, Novembro, 17 – Verona]¹⁴⁴

¹⁴⁵Nicolaus episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam Rei memoriam ad ea concedenda promptos nos reddimus que nostros predecessores Romani Pontifices presertim sub regulari habitu contra perfidos Christi nominis emulos fortibus animis certantibus viris concessisse comperimus et que proinde per eosdem predecessores concessa noscuntur ut robore solidiori firmentur nostre libenter adiungimus confirmationis ministerium ac alia ad que propter eorum non expressio-nem concessionem pridem facte extendi forsitan ambigerentur in nostras litteras exprimi volumus concessionem quosque huiusmodi ad illa extendimus prout rerum et temporum qualitatibus debite pensatis id conspicimus in domino salubriter expedire. Sane dudum felicis recordationis Lucius Papa III predecessor noster fratres Milicie Sancti Jacobi de Spata clericos et laicos tunc existentes et futuros ac ipsorum domum sub Beati Petri tutela et sua protectione suscepit ordinem-que ipsam auctoritate apostolica confirmans sui scripti patrocinio comunivit statuens ut quecun-que bona et possessiones que tunc juste et legitime possidebant aut in futurum concessione pontificum largitione regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis modis prestante domino possent adipisci firma eis suisque successoribus et illibata permanerent de quibus nonnulla idem predecessor propriis duxit in suis litteris exprimenda vocabulis. Decrevit etiam prefatus predeces-sor ne antique detentionis seu prescriptionis pretextu quisquam eis posset auferre que ultra memo-riam hominum sub sarracenorum detenta sunt potestate et de munificencia principum seu ipso-rum studio et labore tunc obtenta erant aut imposterum auxiliante Domino possent obtinere prout hec et alia in dicti predecessoris litteris plenius continentur et deinde pie memorie Martinus Papa V etiam predecessor noster ipsius Lucii literas diverssa alia in se immutatas privilegia, conces-siones et gratias continentes Magistro fratribus et Ordini predictis eorumque monasteriis, domi-bus et locis concessas cum inciperent vetustate consumi signis et caracteribus cum subscriptio-nibus cardinalium ac nonnullis nominibus possessionem dicto privilegio contentis qui propter

¹⁴⁴ Vide documento 3.

¹⁴⁵ Na margem esquerda, por outra mão: “[...]firmar regu[...] et bona ordi[...] concessa et concedenda”. Mais abaixo e por outra mão: “Instancia do ifante Dom Fernando governador perpetuo da Ordem”. E, ainda, por outra mão: “Esta bulla prout jacet tras Lourenço Pereira de Carvalho, v.g.(?) en nucleat 3 comprabat 6, pag. 566 the 573”.

vetustatem huiusmodi legi non poterant omissis¹⁴⁶ auctoritate apostolica innovavit et sui scripti patrocinio communit prout hec et alia in ipsius Martini licteris in quibus dicti Lucii littere inserte fuerunt quasque diligenter inspici et presentibus inseri fecimus plenius continentur quarunque Martini litterarum huiusmodi tenor sequitur et est talis:

Martinus episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam memoriam ex Apostolice Sedis providencia et personarum (fl. 36) ecclesiasticarum presertim sub religionis habitu contra perfidos Christi nominis emulos intrepide militantium devotione provenire dinoscitur ut Romanus Pontifex predecessor suorum gestaque pro pressonarum earum statu prospere et feliciter dirigendo proinde emanasse conperit et temporis diuturnitate pretereunt innovet et restauret innovata hic est quod nos dilectorum filliorum Magistri et fratrum Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata devotis suplicationibus inclinati litteras felicitis recordationis Lucii Pape III predecessoris nostri diversa in se immunitates, privilegia, concessionones et gratias continentes Magistro fratribus et Ordini predictis eorunque monasteriis, domibus et locis concessis cum incipiant vetustati consumi signis et caracteribus cum subscriptionibus Cardinalium ac nonnullis aliis nominibus possessionum in dicto privilegio contentis que propter vetustatem huiusmodi legi non poterant omissis auctoritate apostolica innovamus et presentis scripti patrocinio communitus. Per hoc autem nullum vis eisdem Magistro et fratribus de novo acquiri volumus sed antiquum si quod habeant tantummodo conservari. Tenor autem dictarum litterarum sequitur est talis:

Lucius Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis fratribus Militie Beati Jacobi clericis et laicis tam presentibus quam futuris comunem vitam professis in presenti. Licet universsos religiosos viros paterna caritate diligere teneamur eos tamen benigniori nos convenit oculo intueri qui relictis carnalibus desideriis que militant adversus animam religioni cultum in Domino receperunt ut eo fortius in sui propositi observantia solidantur quo celerius se viderint a Sede Apostolica exaudiri ea propter dilecti in domino filii vestris justis postulationibus clementer annuimus et felicitis recordationis Alexandri Pape predecessoris nostri vestigiis inherentes vos et domum vestram que Beati Petri specialiter viris existit sub Beati Petri tutela et nostra protectione suscipimus et ordinem vestram auctoritate apostolica confirmantes presentis scripti privilegio comunimus statuantes ut quoscunque possessiones quecunque bona impresentiarum juste et legitime possidetis aut in futurum concessione pontificum largione regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis modis prestante domino poteris adipisci firma vobis vestrisque successoribus et illibata permaneant in quibus hec propriis duximus exprimenda vocabulis: Lodium et monasterium cum cauto et pertinenciis suis, burgum de Ponte Minii contra Lodium cum suis pertinenciis Crescentem cum cauto et pertinenciis suis, Quintanela de Petro Erez cum cauto et suis pertinenciis, Baria cum cauto et suis pertinenciis, Leutueno cum suis pertinentiis, Sanctum Salvatorem de Listriana cum cauto et suis pertinentiis, Mozot cum cauto et suis pertinenciis, Penagose cum suis pertinenciis, Orella cum suis pertinentiis, Mora cum suis pertinenciis, Moroneia cum suis pertinenciis, decime de Valera et de Portaego cum suis pertinenciis, Almandana cum suis pertinentiis, Larvida cum suis pertinentiis, Lacaiza cum suis pertinenciis, terram et possessiones quas habetis apud Agriant, terram, furnum, domos et vineas

¹⁴⁶ Palavra corrigida.

quas habetis apud Doufront, terram et possessiones de Portu-(fl. 36v)gazel, domos et vineas a Joanne de Vilanova vobis concessas, decimam quam habetis apud Montem Falconis, possessiones quas Hugo de Pascio vobis dedit, terram quam comitissa de Bellomonte et comes vobis dederunt apud Berigneium, Villam Novam cum suis pertinenciis, ab illustri Philippo francorum rege vobis concessam, decima mollendinorum foleret de Castro Landium et de Stampis, domum apud castrum Landium, viginti marchas argenti in Anglia singulis annis vobis tradendas ab Henrico illustri anglorum rege vobis concessas et domum ospitale apud Cenomanum cum suis pertinenciis, terram quam Petrus de Marzeio vobis dedit inter Bellam Villam et Chalon cum suis pertinenciis pro qua centum marchas dedit, terram et possessiones quas Albertus Marchio de Ancisa vobis dedit apud Carentim. Sancimus preterea ne occasione antique detentionis sive scripture quisquam vobis possit auferre que ultra memoriam hominum sub sarracenorum detenta sunt potestate et de municencia principum seu vestro studio et labore aut iam obtenta sunt aut in futuram auxiliante Domino poteritis obtinere cum erant victa sit vobis intentio et singularis cura semper immuneat pro defensione christiani nominis de certare non solum res sed et personas ipsas protuitione fratrum incuntanter exponere plurimum posset hoc pium opus et laudabile studium inpediri si labores et stupendia vestra que in comune proficiunt percipiantur ab aliis et non ac desides ac in laboribus suis non que Jhesu Christi sed que suam sunt requirentes emolumenta illa perciperent que pro tantis laboribus vobis et pauperum Christi usibus sunt provesa dicente apostolo “qui non laborat non manducet in terra”. Sane que in professionis vestre Ordine statutum est obersavari primum est ut sub uno Magistri obedientia in omni humilitate atque concordia sine proprio vivere habeatis ilorum fidelium exemplum habentes qui ad fidem christianam apostorum predicatione converssi vendebant omnia et ponebant pretium ad pedes ilorum dividebaturque singulis prout cuiusque opus opus (*sic*) erat nec aliquis eorum que possederat quicquam suum esse dicebat sed erant eis omnia comunia ad suscipiendam quoque prolem que in timore Domini nutriatur et in firmitatis humane remedium justa institutionem Domini et indulgentis apostoli qui ait “bonum est homini mulierem none tangere propter fornicationem, autem unusquisque uxorem suam habeat et similiter mulier virum suum que continere nequiverit conjugium sortiatur et servet inviolatam fidem uxori et uxor viro nec thori conjugalitatis continentia violetur”. Si autem viri pre mortui fuerint et relicte ipsorum que ordinem susceperunt nubere voluerint denunciatur hoc Magistro sive comendatori ut cum illius conscientia cui mulier ipsa vult nubat secundum verbum apostoli Pauli dicentis: mortuo viro soluta est mulier a lege viri cui vult nubat tamen in Domino quod etiam de viris intelligitur observandum unam et enim utriusque lege tenentur. Statuimus quoque ut nullus fratrum seu sororum post susceptionem Ordinis vestri et promissam obedientiam vel redire ad seculum vel ad alium Ordinem sive Magistri licentia audeant se transferre cum (fl. 37) sint in Ordine vestro loca statuta ubi quisque districtius valeat conservari discedentem vero nulus audeat retinere sed ad ordinem suum per censuram ecclesiasticam qui discesserit redire cogatur. Ut autem in Ordine vestro cum maiori omnia deliberatione tractentur statutum est inter vos ut locus aliquis ordinetur in quo per singulos annos in sollempnitate omnium sanctorum generale capitulum teneatur et sit ibi clericorum conventus et prior qui eorum et aliorum clericorum qui de Ordine vestro fuerint curam possit habere hac fratrum cum necesse fuerit provideat animabus. Sint autem et Tredecim in Ordine fratres qui Magistro cum opus fuerit in consilio et disposi-

tione domus asistant et eligendi Magistri curam habeant competentem prior siquidem clericorum cum Magister de hac luce migraverit de domo et Ordine solitudinem gerat cui sicut Magistro omnes obedientes existant donec per providentiam. Tredecim predictorum fratrum Magistri electio celebratur is cum transitus Magistri fuerit auditus et cognitus Tredecim illos fratres sine dilatione alica (*sic*) convocabit et si quisquam eorum infirmitate vel ex aliqua causa infra. Quinquaginta dies adesse nequiverit cum aliorum consilio qui presentes fuerint alium absentis loco constituet ut Magistri electio ex aliquorum ausencia minime diferatur. Illi vero Tredecim fratres si Magistri qui tempore fuerit perniciosus aut inutilis apparverit cum consilio prioris clericorum et sanioris partis capituli maioris domus corrigendi aut etiam amovendi eum habeant potestam; et si inter eum et capitulum aliquid emerit questionis debitum eis finem imponant ne per aliena iudicia vel dilabatur ordo vel episcopalis substantia dissipetur. In nulam autem ex hoc fratres illi superbiam elevantur set Magistro suo devoti et obedientes existant quod siquis eorum ex ac vita transierit vel pro culpa seu alia quacunque fuerit occasio ne mutandus Magister cum consilio reliquorum aut maioris partis alium eius loco substituant. In capitulo autem quod annus singulis duximus celebrandum Tredecim isti fratres et commendatores domorum nisi evidens et magna eos necessitas detinuerit ad statuendum locum incuntanter occurrant et communiter tractent que ad profectum Ordinis animarum salutem et sustentat[i]onem corporum fuerint statuenda ubi precipue ad defemssionem christianorum intendere mooveantur et districte precipiatur ut in saracenos non mundane laudis amore non desiderio sanguinis efundendi non terrenarum rerum cupiditate crassentur sed ad id tantum in pugna sua intendant ut vel christianos ab eorum tueantur incursum vel ipsos ad culturam possint christiane fidei pio vocare eligentur <et> tunc visitatores idonei qui domos statum per anni circulum fideliter visitent et que nubi digna correccionem invenerint aut ipsi corrigant aut ad Generali Capitulum defuissent corrigenda; clerici preterea militer facient quod ab ipso illis secundum Deum fuerit imperatum fratres quoque de quibus Magistro visum fuerit conversentur et non sint ociosi sed vacent orationi et aliis operibus pietatis. Clericis vero delaboribus et aliis bonis a Deo prestictis decime redantur a fratribus unde libros et congrua ecclesiasticorum faciant ornamenta et in necessitatibus corporum¹⁴⁷ vestri Ordinis per villas et opida simul maneant et priori qui super eos fuerit ordinatus obedientes existant et filios fratrum qui eis (fl. 37v) a Magistro commissi fuerint instruant sententia licterarum et fratribus tam in vita quam in morte spiritualia subministrent. Induantur autem super peliciis et conventum et claustrum sub priore suo tenebunt et humiliter facient quod ab ipso illis secundum Deum fuerit imperatum ubi¹⁴⁸ fratres quoque de quibus Magistro visum fuerit conversentur et non sint ociosi sed vacent orationi et aliis operibus pietatis. Clericis vero de laboribus et aliis bonis a Deo prestictis decime reddantur a fratribus unde libros et congrua ecclesiasticorum faciant ornamenta et in necessitatibus corporum convenienter sibi provideant et si aliquid super fuerit secundum providentiam Magistri in

¹⁴⁷ O texto "militer facient quod ab ipso illis secundum Deum fuerit imperatum fratres quoque de quibus Magistro visum fuerit conversentur et non sint ociosi sed vacent orationi et aliis operibus pietatis. Clericis vero delaboribus et aliis bonis a Deo prestictis decime redantur a fratribus unde libros et congrua ecclesiasticorum faciant ornamenta et in necessitatibus corporum" encontra-se sobrepostado.

¹⁴⁸ Palavra corrigida.

usus pauperum erogetur. Ut autem concordia inter vos caritasque servetur et a peccato detractio et murmuris cuncti debeant abstinere qui comendator in quolibet loco fuerit institutus pro facultate domus in sanitate et egritudine quodcumque opus fuerit cum ea sollicitudine et benivolentia subministret ut neque in substantia partitatem nec in verbo amaritudinem gerere vidatur. Sit vobis precipua cura hospitium et indigentium et necessaria illis pro facultate domus liberaliter conferantur. Exhibeatur prelatis ecclesiarum et reverentia subministretur cunctis Christi fidelibus canonicis monachis celariis hospitalariis aliisque in sancte religionis observantia positus consilium et auxilium quorumlibet etiam indigentia si facultas fuerit subleuetur ut et Deus in vestris glorificetur operibus et alii qui viderint humilitatis et caritatis vestre provocentur odore ac adiciendum decrevimus ut si locus aliquis in quo episcopus esse debeat in vestram venerit potestatem sit ibi episcopus qui cum ecclesiis et clero suo designatos sibi redditus et possessiones et episcopalia iura percipiat reliqua vero cedant in usus vestros et in vestri dispositione sine cuiusquam contradictione persistent. Profecto in parochialibus ecclesiis quas habetis volumus episcopos suo iure fraudari. Si autem in locis desertis aut ipsis terris sarracenorum de novo ecclesias construxeritis ecclesie ille plena gaudeant libertate nec aliqua per episcopos decimarum aut alterius rei exactione graventur liceatque vobis per clericos vestros idoneos easdem ecclesias cum suis plebibus gubernare nec interdicto per episcopos vel excommunicationi subdantur set fas sit vobis tam in maiori ecclesia que caput fuerit ordinis quam in illis etiam excommunicatis et interdictis exclusis divina semper officia celebrare. Preterea ne humanis vexationibus et calumniis a defensione christianorum retrahi valeatis apostolica auctoritate decernimus ne personas vestras preter legatum Apostolice Sedis a latere Romani Pontificis destinatum interdicere quisquam aut excommunicare presumat. Quod etiam de familiis et servientibus vestris statuimus qui stipendia vestra percipiunt donec iusticiam parati fuerint exhibere nisi talis forte fuerit culpa ex qua in ipso facto ecclesiasticas censuras incurrant. Crisma vero, oleum sanctum consecrationes ecclesiarum seu basilicarum ordinationes clericorum vestrorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a diocesano suscipietis, episcopo siquidem catholicus fuerit et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerit et ea gratis et absque provitate aliqua vobis voluerit (fl. 38) exhibere alioquin liceat vobis quem malueritis catholicum adire antistitem qui in nimirum nostri fultus auctoritate que postulati indulgeat. Liceat nobis preterea in locis vestris ubi quatuor vel plures fratres oratoria construere in quibus fratres et familie vestre tantum et divinum audire officium et christianam habere valeant sepulturam. Ita enim volumus necessitati vestre consulere ut non debeant ex hoc adjacentes ecclesie injuriam sustinere. Cum autem generale interdictum terre fuerit liceat vobis clausis ianuis exclusis excommunicatis et interdictis non pulsatis campanis suppressa voce divina officia celebrare present nichilominus decreta sancimus ut siquis in aliquem fratrum ipsa, videlicet, vel sororum violentas manus nuberit excommunicationis sententia sit astrictiss (*sic*) et ilud idem pro tutela vestra tam in sententia quam in pena servetur quod sub felicis memorie Papa Innocentio predecessore nostro d. tutione clericorum in generali concilio noscitur institutum. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat iura vel possessiones temere perturbare aut vestra bona auferis vel ablata retinere minuire seu quibuslibet vexationibus fatigare sed illibata omnia et integra conserventur eis pro quorum gubernatione ac sustentatione concessa sunt usibus omnimodis pro futura salva Sedis Apostolice auctoritate ad iudicium autem huius a Sede

Apostolica percepte libertatis decem malachinos nobis nostrisque successoribus annis singulis persolvatis. Siqua igitur in futurum ecclesiastica seculari sue persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire temptaverit. Secundo, tercioue communita nisi reatum suum digna satisfactione correxerit potestatis honorisque sui careat dignitate reamque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore et sanguine Dei et Domini Redemptoris Domini Nostri Jhesu Christi aliena fiat atque in extremo examine divine ultioni subiaceat. Cunctis autem eidem loco sua jura servantibus sit pax Domini Nostri Jhesu Christi quatinus et hic fructum bone vite actionis percipiant et apud distructum iudicem premia eterne pacis inveniant. Amen. Amen. Amen.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre innovationis communicationis et volumptatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Venezam Penestrensem diocesem kalendas Augusti. Pontificatus nostri anno undecimo.

Cum autem sicut dilectis filius nobili vir Ludovicus Gundisalvi baron milles dicte Milicie carissimi in Christo filii Alfonsi Portugalie et Algarbii regis illustris consiliarius ac anbasciator ad nos destinatus pro parte delecti filii nobilis viri domni Fernandi principis regni Portugalie gubernatoris dicti Ordinis nobis nuper exponere curavit Magistri seu gubernatores ac milites et fratres dicti Ordinis in regno prefato cons[ti]tuti desiderent predictas Lucii et Martini prefatorum confirmatorias, exemptorias ac innovatorias litteras gratias, imunitates, privilegia ac alias concessiones et omnia in eis contenta auctoritate apostolica approbantes et confirmantes nostrique¹⁴⁹ (fl. 38v) in se continentes ac omnia in eis contenta ad Magistrum gubernatorum milites et fratres necnon preceptorias monasteria, prioratus, villas, loca, possessiones, redditus aliaque bona in regno huiusmodi consistencia cum illorum expresione extendi illaque ac alia quecunque preceptorias ecclesias, domina, villas, opida, ceteraque domus, possessiones, res et bona que Magistrum seu gubernatorem, milites et fratres huiusmodi forsan habere contingerit ad dictum Ordinem pertinere debere declarari por parte (sic) Magistri seu gubernatoris, militum et fratrum huiusmodi in regno prefato constitutorum nobis fuit humiliter supplicatum qua tinus ipsis et statui eorum in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur singulorum Christi fidelium presertim sub regulari habitu altissimo pro Christi fide militantium indemnitate iugiter providentes huiusmodi quoque supplicationibus inclinati Lucii et Martini predictorum confirmatorias exemptorias et innovatorias litteras, gratias, imunitates, privilegia ac alias concessiones et omnia in eis contenta auctoritate apostolica approbantes et confirmantes nostrique scripti patrocínio comunientes illa ad Magistrum seu gubernatorem, milites et fratres dicti Ordinis necnon monasteria, preceptorias, prioratus, villas, loca, possessiones, redditus aliaque bona in regno huiusmodi consistencia auctoritate apostolica tenore presentium extendimus quodque illa de quibus hec propriis volumus exprimi vocabulis preceptorias maior sub vocabulo de Mertola, Fereira, Messegena, Garvom, Panoyas, Aljustre, Alvalade, os Collos, Almodouvar, Caseval, Ourique, Hotorom, Aljazur, Castro Verde, as Entradas, Belmonte; preceptorias de Represa, Cabrella, Alquacer; preceptorias de Spata in villa de Elbis Elborensi diocese, certi redditus quos prefatus Ordo in sarracendaria in villa de Loule, Silvensi diocese habere dinoscitur, vila de Setuval, Sezinbra, Palmella, Alcouchete; preceptorias de Alma-

¹⁴⁹ As palavras "et omnia in eis contenta auctoritate apostolica approbantes et confirmantes nostrique" encontram-se sobrepostadas.

daa, Aldea Gallegua, Alhos Vedros, o Lavradio, Canha, Ortalagoa, Chamalaria, Marecos, Mouguelas, a Arrabida Hulixbonensi diocese et quecunque alia monasteria, preceptorie, prioratus, ville, opida, castra, possessiones, domus, redditus, loca alium bona et res ecclesiastica et temporalia quocunque nomine ceseantur et in quibusdam regnis domino¹⁵⁰, provinciis, civitatibus et diocesibus consistant que ipse Magistro seu gubernator, milites et fratres huiusmodi habent vel eos seu quemlibet eorum imposterum forsan habere contingerit ad dictum Ordinem pertinere debeant prout alia bona in premsertis (*sic*) litteris expressa ad ipsam Ordinem pertinere dinoscuntur in omnibus et per omnia ac si in prefatis Lucii litteris expressa fuissent eadem auctoritate declaramus. Statuentes similiter ne occasione antique detentionis seu prescriptionis quisquam eidem Magistro seu gubernatori, militibus et fratribus dicti Ordinis in prefato regno constitutis possit auferre ea qua ultra memoriam hominum sub sarracenorum detenta sunt potestate et demunificentia principum seu Magistri vel gubernatoris, militum ac fratrum predictorum studio vel labore obtenta sunt aut in futurum auxiliante domino poterunt obtinere ac decernentes ex nunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam quavis (fl. 39) accortitate scienter vel ignoranter contingerit attemptari. Non obstantibus statutis, constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre approbationis, confirmationis, communitiois, extensionis, declarationis, statuti et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presum[er]it indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, quintodecimo kalendas Julii. Pontificatus nostri anno sexto.

47

1452, Julho, 23 – Roma

¹⁵¹Nicolaus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro militibus et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata impresenciarum existentibus salutem et apostolicam benedictionem. Romanus Pontifex humane nature cuius particeps fore dignoscitur fragilitatem considerans ad ea libenter intendit ut Christi fidelium omnium presertim sub regulari habitu Christi Militie astrictorum vota illa presertim que conscientiarum pacem et animarum salutem respiciunt benivolo favore prosequatur. Sane sicut pro parte dilecti filii nobilis viri domni Fernandi principis regni Portugalie Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in e[od]dem regno perpetui gubernatoris nobis nuper exhibite petitionis series continebat licet justa statuta et ordinationes vos ac alie persone eiusdem Ordinis certis diebus jejunare nonnullasque singulis diebus, horas seu oraciones dicere ac apropiarium conjugum conjunctione abstinere teneamini tamen humane nature fragilitate causante vos seu nonnulli ex vobis ac alie ipsius Ordinis persone premissa non adimplenistis nec illi adimpleverunt aliqui etiam ex vobis et dictis personis regulam prefati Ordinis minime observarunt quinymo multipliciter transgressi fuerunt. Quare pro parte dicti Fernandi gubernatoris nobis fuit humiliter supplicatum quatinus vobis et personis predictis super hiis pro conscientiarum serenatione oportune providere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur qui singulorum salutem libenter exquirimus huiusmodi supplicacionibus inclinati ut vos ac vestrum et personarum

¹⁵⁰ As palavras “in quibusdam regnis domino” foram escritas por outra mão.

¹⁵¹ Na margem direita, de outra mão: “Que posam eleger confesor que os absolva de seus pecados circa omisionem regulle”. E continua: “A instancia do Ifante Dom Fernando”. E mais abaixo: “Quod possimus eligere confessionem”.

predictarum quilibet aliquem ydoneum et discretum presbiterum in vestrum possitis et vestrum ac personarum huiusmodi quilibet in suum possit eligere confessorem qui confessionibus tam vestrum quam personarum predictarum quemlibet ab omnium et singulorum horarum seu orationum et jejuniorum omissione statutorumque et ordinationum dicti Ordinis transgressione per vos ac vestrum et personarum earundem quemlibet hactenus factis omnibusque et singulis exco-(fl. 39v)municationis suspensionis et interdicti sententiis aliisque censuris et penis ecclesiasticis contra vos seu vestrum et personarum ipsarum quemlibet quomodolibet latis ac simonie labe similiter per vos aut personas easdem quomodolibet contracta in forma ecclesie consueta hac vice duntaxat absolvere et <pro> commissis penitentiam salutarem injungere et nichilominus vobiscum ac vestrum et personarum predictarum quolibet super irregularitate siquam excommunicationis sententia ligati divina celebrando vel se illis muscendo non tamen in contemptum clavium forsitan incurreritis vel aliquis vestrum seu personarum huiusmodi incurrerit dispensare omnemque inhabilitatis et infamie maculum sive notam per vos seu vestrum et personarum predictorum quemlibet occasione premissorum quomodo libet contractam penitus abolere, libere et licite possit et valeat tam dicti domni Fernandi gubernatoris quam vestris devotionibus auctoritate apostolica tenore presentium de specialis dono gratie indulgimus. Nuli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo, decimo kalendas Augusti. Pontificatus nostri anno sexto.

1316, Setembro, 5 – Lisboa

Inserere: 1313, Janeiro, 7 – Calindoria; 1292, Maio, 7 – Cidade Velha

¹⁵²In nomine Domini amen. Noverint universsi quod sub Era millesima trecentesima quinquagesima quarta, videlicet, vicesima quinta die mensis Septembris in civitatem Ulixbonensem caram (*sic*) reverendo patre ac domno domno (*sic*) fratre Stephano miseratos diacono episcopo Ulixbonensi in presencia¹⁵³, regali publici tabellionis civitatis predictae et testium infrascriptorum ad hoc specialiter vacatorum et rogatorum venerabi¹⁵⁴ cancellarius illustrissimi principis ac domni Domini Dionisii dei gratia regis Portugalie Algarbii nomine predicti domni regis¹⁵⁵ fecit quoddam publicum instrumentum confectum per manum Micaelis Laurencii tabellionis civitatis Colimbrie et eius signo consignatum¹⁵⁶ facie apparebat tenorem huiusmodi continentem:

¹⁵⁷In nomine Domini amen. Noverint universsi quod ego Michael Laurencii publicus tabellio civitatem Colimbriensem auctoritate regali cum testibus infra scriptis vidi legi et fideliter inspexi quoddam rescriptum apostolicum cum vera bulla filo canapis bulatum non rasum non viciatum nec in aliqua sui parte suspectum et tenorem huiusmodi continentem:

¹⁵² Na margem esquerda, por outra mão: “*Conservatoria*”.

¹⁵³ Segue-se um espaço em branco.

¹⁵⁴ Segue-se um espaço em branco.

¹⁵⁵ Segue-se um espaço em branco.

¹⁵⁶ Segue-se um espaço em branco.

¹⁵⁷ Na margem esquerda, por outra mão: “[*B*]ulla per que ho Papa de[*p*]utou hum cardeal [*p*]or reitor da [*O*]rdem”.

Nicollaus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Jacobo Sancte Marie inviolata diacono cardenali, salutem et apostolicam benedictionem. Inter teram sollicitudinum studia que nobis ex officii debito pastoralis incumbunt illud depotissimum et speciale fore dignoscuntur ut circa religiosorum statum sedule consideracionis intuitum dirigentes opere impendamus et operam ut repressis ausibus malignorum dicti religiosi sub utilis protectionis auxilio et providi defensoris presidio constituti liberius et comodius divinis obsequios immorentur. Sane dilecti filii Magister provincialis et comendatores ac fratres Ordinis (fl. 40) Milicie Sancti Jacobi in Portugalie et Alguarbii regnis nobis humiliter supplicaverunt ut eos et ipsorum Ordinem favore benigno pro sequentes intendentes benignius circa sriptum eorum salubriter conservandum eis aliquem ex fratribus nostris sacrosante romane ecclesie cardinalibus in suum eiusdem Ordinis patronum, protectorem et defensorem de speciali gracia concedere dignaremur. Nos igitur ad personam tuam cuius merita grandia et virtutes multiplices nobis magistra rerum experientia vota¹⁵⁸ fecit mentis aciem extendentes et sperantes firmiter quod circa eaque in hac parte tibi committimus solercis vigilantie studium adhibebis volentes quoque statui et tranquillitati Magister comendatorum fratrum et ordis eorundem paterne solitudinis studia providere ipsorum devotis supplicationibus inclinati tibi proteccionem et defensionem eorum apostolica auctoritate comittimus per te vel alium aut alias excedas. Datum apud Urbem Veterem nonis Maii. Pontificatus nostri anno quarto.

Et ego predictus tabellio ad instantiam et rogatum venerabili viro domno Alfonso Martini vice cancellarii domni regis, predictum rescriptum in publicam formam reddigi et inde hoc publicum instrumentum manu propria conscripsi et eidem hoc signum meum apposui in testimonium veritatis omnium premissorum. Actum fuit hoc Calimtorie VII die mensis Januari Era M^a CCCLI^a. Presentibus Dominico Petri tabellio Colimbrie, Alfonso Martini rectore ecclesie de Guoa, Francisquo Johanis prior de Aljazur canonico Silvensi, Petro Martini civitatis Ulixbonensis, Bartholomeo Petri scribano, Dominico Petri portario domni regis Portugalie et Algarbii testibus.

Quo instrumento perlecto et publicato perfatus Alfonsus Martini nomine quod supra petivit a predicto domno episcopo Ulixbonensi quod daret michi Laurentio Johanis tabellionem predicto suam auctoritatem ordinariam quod copiam sive transumptum per que instrumenti darem eidem Alfonsus Martini in publicam formam. Qui quidem domnus Ulixbonensis episcopus michi Laurencio Johanis tabellioni predicto suam auctoritatem ordinariam prestitit et assensum reddigendi predictum instrumentum in publicam formam et quod cum tenore eiusdem darem predicto Alfonso Martini quoddam publicum instrumentum. Actum Ulixbone Era, mensse et die superius in prima lineam nominatis. Presentibus Johanne Vicentii procuratore Alfonsus Roderici, Garcia Petri clericis, Petro Stephani, Petro de Portu camarariis predicti episcopi Ulixbonensis et aliis. Ego Martinus Dominici scriptor juratus de mandato Lanrenci Johanis taballion prefati hoc instrumentum cum tenore predicti intrumenti scripsi. Et ego Laurencius Johanis publicus tabellione Ulixbonensis prenomminatus, rogatus a dicto Alfonso Martini de mandato auctoritate ordinaria mihi concessa per dictum clericum Ulixbonensem episcopum hoc instrumentum de publicatione predicta, cum tenore predicti inscribi feci per manum Martini Dominici scriptoris jurati et signum meum apposui quid talle.

(fl. 40v)

¹⁵⁸ Na margem esquerda, por outra mão: "*nota fecit, in originali*".

1455, Março, 23 – Roma

¹⁵⁹Calistus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro sive gubernatori militibus et fratribus Ordinis Militie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie constitutis salutem et apostolicam benedictionem. Preter comune debitum quod ex apelatus officio ceteris fidelibus debitores existimus, vos et Milicie vostre Ordinem eo spicialius paterna dilectione completimur ac predecessorum nostrorum gesta vestrum potissime et ipsius Milicie favore et commodum concernencia nostri etiam muniminis robore solidamus quo pro tuitione catholice fidei eiusque propagatione atque presidio contra christiani nominis inimicos cum proprii efuxione cruoris viteque periculo continuo decertatis. Dudum siquidem felicis recordationis Nicolaus Papa V predecessor noster vos ac ipsam Ordinem vestram favoribus prosequens oportunis adinstar pie memorie Lucii III et Martini V romanorum pontificum etiam predecessorum nostrorum eorundem inherendo vestiguiis inter alia vos vestrique Ordinis professores, magistratus, conventus, monasteria et loca in dicto regno Portugalie constituta cum omnibus et singulis perssonis et servitoribus, membris, rebus, bonis, iuribus et pertineniciis suis que vos et quilibet vestrum ac personarum et servitorum predictorum tunc possidebatis et possiderent necnon que dante dominio in futurum possetis adipisci ab omni jurisdictione, domino, potestate, visitatione, correctione et superioritate ordinariorum, iudicum, correctorum et superiorum aliorum tam temporalium quam ecclesiasticorum secularium et regularium quorumcunque usque ad Apostolice Sedis beneplacitum prorsus exemit ac plenarie liberavit nosque et illa sub Beati Petri et Sedis Apostolice atque sua protectione suscepit ac exemptos esse voluit et exempta sibi que et eidem sedi immediate subesse ita quod huiusmodi durante beneplacito ordinarii iudices correctores et superiores predicti etiam rationem delicti seu contractus aut rei de qua ageretur ubicunque committeretur delictum iniretur contractus aut res ipsa¹⁶⁰ consisteret nullam in vos aut aliquem vestrum magistratus ac conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona supradicta possent jurisdictionem potestatem dominum correctionem visitacionem vel superioritatem quomodolibet exercere¹⁶¹ sed duntaxat coram ipso predecessore et a sede predicta delegatis tenerentur de justicia respondere decernens extunc omnes et singulos processus ac excommunicationum, suspensionum et interdicti sentencias quos et quas contra vos conventus, monasteria, loca, personas, servitores et membra huiusmodi haberi seu etiam promulgare et quicquid contra exemptionis liberationis et susceptionis earundem tenorem atque formam a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter attemptari contingeret irrita et inania nulliusque fore roboris vel inomenti prout in ipsius predecessoris litteris plenius continetur. Cum autem sicut exhibita nobis nuper pro parte vestra peticio continebat tam dilectus filius nobilis vir Fernandus Infans Portugalie gubernator perpetuus dicti Ordinis necnon carissimi in Christo filii nostri (fl. 41) Alfonsi regnorum Portugalie et Algarbi regis illustris germanus quam ordo prefatus quasi possessionem exemptionis et libertatis vigore licterarum earundem adepti fueritis cupiatisque ea omnia et singula etiam nostro minime roborarii et pariter approbari pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro ac prefati Ordinis illiusque militium confratrum et personarum statui quieti et indemnitati prospicere necnon omnes et singulas lites et causas premisorum occasione exortas coram quibuscunque ordinariis sive delegatis iudicibus quomodolibet

¹⁵⁹ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] privilegio de exençam e visitaçam”. Segue-se: “A Instancia do Ifante Dom Fernando governador perpetuo da Ordem”.

¹⁶⁰ Palavra repetida na margem esquerda, por outra mão.

¹⁶¹ Esta palavra tem uma letra riscada no final.

pendentes ad nos ex certa sciencia advocare illasque et litas¹⁶² huiusmodi penitus extinguere ac alias vestre et Ordinis antedicti tranquillitati oportune providere de benignitate apostolica dignemur. Nos itaque attenta meditatione pensantes quantum hactenus Christi fidelibus et fidei nostre ordo prefatus utilitatis attulerit valeatque annuente domino indies afferre piis huiusmodi postulationibus annuentes ac omnes et singulas lites et causas huiusmodi quorum quibusvis ordinariis sive delegatis iudicibus et ubicunque pendentes quarum status presentibus haberi volumus pro expressis ad nos harum serie advocantes et lites huiusmodi penitus extinguentes eisdemque litigatoribus super hiis perpetuum silentium imponentes exemptionem liberationem susceptionem ac litteras Nicolai predecessoris prefati omniaque et singula in eis contenta auctoritate apostolica ex certa sciencia ratificamus approbamus et confirmamus eisque nostri muniminis robor firmitatemque adiicimus ita quod de cetero nullatenus aliquorum impugnationi subjaceant nec possint quomodolibet de surreptione notari et nichilominus propociori cautela vos professores, magistrus, conventus, monasteria et loca predicta cum personis, servitoribus, membris, rebus, bonis, juribus et pertinenciis suis ab omni iurisdictione, domini, potestate, visitatione, correctione et superioritate ordinariorum iudicium correctorum et superiorum aliorum ut prefertur usque ad beneplacitum antedictum de novo prorsus eximimus et totaliter liberamus exemptosque et liberos esse volumus et eidem sedi dumtaxat immediate subesse statuentes; quod de cetero ordinarii, iudices, correctores et superiores predicti etiam si ad eos vel ipsorum aliquorum rectorum ecclesiarum vestrum seu vicariorum earundem institutio dictarumque ecclesiarum seu beneficiorum ecclesiasticorum collatio, provisio, presentatio seu quevis alia dispositio de jure vel consuetudine quoquomodo pertineant ultra institutionem seu collationem, provisionem vel presentationem huiusmodi ac alia jura episcopalia eis debita nullam in vos aut aliquem vestrum magistratus, conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona predicta iurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodolibet valeat exercere sed coram nobis et sede ac delegatis predictis ut prefertur de justicia respondere inantea teneamini. Vollumus autem quod dilectis filiis¹⁶³ prior maior dicti Ordinis pro tempore existens quociens tempus visitacionis ingruerit aut alias sibi videbitur oportunum personas ecclesiasticas, vicarios, videlicet, et rectores ecclesiarum huiusmodi visitare ac illorum excessus quociens (fl. 41v) opus fuerit corrigere libere et licite valeat juxta canonicas sanctiones contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo, non obstantibus felicis recordationes Bonifacii Pape VIII etiam predecessoris nostri que incipit cum personis ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que predecessores prefati in suis litteris voluerunt non obstare ceterisque contrariis quibuscunque seu quod dudum inter gubernatorem milites et confratres dicti Ordinis ac locorum ordinariorum quedam super vicariorum predictorum visitatione et correctione conventionis et pacta sub certis modo et forma tunc expressis prout in publicis documentis quorum omnium tenores etiam presentibus habere volumus pro expressis plenius continetur vuta¹⁶⁴ et firmata fuisse perhibentur quibus quoad visitacionem, correctionem et alia premissa dumtaxat derogari volumus et sciencia simili expresse derogamus ipsis alias in suo robore permansuris. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum advocacionis, extinctionis, inpositionis, ratificationis, approbationis, confirmationis, adjectionis exemptionis liberationis statuti voluntatis et derogationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignatio nem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursuum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto decimo kalendas Aprilis. Pontificatus nostri anno primo.

¹⁶² Na margem direita, por outra mão: "lites".

¹⁶³ Na margem direita, de outra mão: "dilectus filius".

¹⁶⁴ Na margem direita, por outra mão: "irrita".

1456, Janeiro, 28 – Roma

Inserere: 1455, Março, 23 – Roma

¹⁶⁵Calistus episcopus servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam pastoralis officii debitum quo ecclesiarum et militarium omnium regimini presidemus nos excitat et inducit et ipse etiam ordo rationis exposcit ut ea que a nobis minus debite processerunt et in aliquorum cedunt injuriam ne graviorem tendant in noxam per nostre providencie ministerium celeriter revocentur. Dudum siquidem preter et contra mentem nostram littere a nobis extorte fuerunt tenoris subsequens:

Calistus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro sive gubernatori, militibus et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie constituti, salutem et apostolicam benedictionem. Preter commune debitum quo ex apelatus officio ceteris fidelibus debitores existimus vos et Militie vestre Ordinem eo spicialius paterna dilectione complectimur ac predecessorum nostrorum gesta vestrum potissime et ipsius Milicie favorem et commodum concernentia nostri etiam muniminis robore solidamus quo pro tuitione catholice fidei cuiusque propagatione atque presidio contra christiani nominis inimicos cum proprii efusione cruoris viteque periculo continuo de certatis. Dudum siquidem recordationis Nicolaus Papa V predecessor nostri vos ac ipsam Ordinem vestrum favoribus prosequens oportunis adinstar pie memorie Lucii III et (fl. 42) Martini V romanorum pontificum etiam predecessorum nostrorum eorundem inherendo vestigiis inter alia vos vestrique Ordinis professores, magistratus, conventus, monasteria et loca in dicto regno Portugalie constituta cum omnibus et singulis personis et servitoribus membris, rebus, bonis, juribus et pertinentiis suis que vos et quilibet vestrum ac personarum et servitorum predictorum tunc possidebatis et possiderent necnon que dante domino in futurum possetis adipisci ab omni jurisdictione, dominio, potestate, visitatione, correctione et superioritate ordinariarum, iudicium, correctorum et superiorum aliorum tam temporalium quam ecclesiasticorum secularium vel regularium quorumcumque usque ad Apostolice Sedis beneplacitum prorsus exemite ac plenarie liberavit vosque et illa sub Beati Petri et Sedis Apostolice atque sua protectione suscepit ac exemptos esse voluit et exempta sibi et eidem sedi immediate subesse. Ita quod huiusmodi durante beneplacito ordinarii iudices coretores et superiores predicti etiam ratione delicti seu contractus aut rei de qua ageretur ubicunque committeretur delictum iniretur contractus aut res ipsa consisteret in vos aut aliquem vestrum magistratus ac conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona supradicta possent jurisdictionem (*sic*), potestatem, dominium, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodolibet exercere sed duntaxat coram ipso predecessore vel a sede predicta delegato de justicia tenerentur respondere, decernentes tunc omnes et singulos processus ac excommunicationum, suspensionum et interdicti sententias quos et quas contra vos conventus, monasteria, loca, personas, servitores et membra huiusmodi haberi seu etiam promulgari et quicquid contra exemptionis, liberationis et susceptionis earundem tenorem atque formam a quoquam quavis auctoritate scienter Portugalie gubernator per-

¹⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Revoga este seu privilegio que fica atras e porem ho Papa Pio ho tornou a confirmar sem embargo desta revogaçam ut pater infra as 43 fl. Na volta".

petuus dicti Ordinis necnon carissimi in Christo fillii nostri Alfonsi Regnorum Portugalie et Algarbii regis illustris germanus quam ordo prefatus quasi possessionem exemptionis et liberationis vigore litterarum eorundem adepti fueritis cupiatisque¹⁶⁶ vel ignoranter attemp-tari contingerit irrita et inania nulliusque fore roboris vel momenti prout in ipsis predeces-soris litteris plenius continetur. Cum autem sicut exhibita nobis nuper pro parte vestra peti-cio continebat tam dilectus fillius nobilis vir Fernandus Infans Portugalie gubernator perpetuus dicti Ordinis necnon carissimi in Christo filii nostri Alfonsi regnorum Portugalie et Algarbii regis illustris germanus quam ordo prefatus quasi possessionem exemptionis et liberationis vigore litterarum earundem adepti fueritis cupiatisque omnia ea et singula etiam nostro munimine roborari et pariter approbari pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro et prefati Ordinis illiusque militum confratrum et personarum statui quieti et imdemnitati prospicere necnon omnes et singulas lites et causas premissorum occasione exortas coram quibuscunque ordinariis sive delegatis iudicibus quomodolibet pendentes ad (fl. 42v) nos ex certa sciencia advocare illasque et lites huiusmodi penitus extinguere ac alias vestre et dicti Ordinis tranquillitati oportune providere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur attenta meditatione pensantus quantum hatenus Christi fidelibus et fidei nostre ordo prefatus utilitatis attulerit valeatque annuente domino in dies afferre piis huiusmodi postulacionibus annuentes omnes et singulas lites et causas huius-modi coram quibusvis ordinariis sive delegatis iudicibus et ubicunque pendentes quarum status presentibus haberi volumus pro expressis ad nos harum serie advocantes et lites huiusmodi penitus extinguentes eisdemque litigatoribus super hiis perpetuum silencium imponentes exemptionem liberationem et susceptionem ac litteras Nicollai predecessoris prefati omniaque et singula in eis contenta auctoritate apostolica ex certa sciencia ratifi-camus approbamus et confirmamus eisque nostri muniminis robor firmitatemque adiicimus ita quod de cetero nullatenus aliquorum impugnationi subiaceant nec possunt quomodoli-bet de surrepcione notari et nihilominus pro potiori cautela vos professores, magistratus, conventus, monasteria et loca predicta cum personis, servitoribus, menbris, rebus, bonis, iuribus et pertinentiis suis ab omni iurisdictione, dominio, potestate, visitatione et superiori-tate ordinariorum, iudicum, correctorum et superiorum aliorum ut prefertur usque ad bene-placitum antedictum de novo prorsus eximimus et totaliter liberamus exemptosque et libe-ros esse volumus et eidem sedi duntaxat immediate subesse statuantes quod de cetero ordinarii iudices correctores et superiores predicti etiam si ad eos vel ipsorum rectorum ecclesiarum vestrarum seu vicariorum eorum de institutio dictarun-que ecclesiarum seu beneficiorum ecclesiasticorum collatio provisio presentatio seu quevis alia dispositio de jure vel de consuetudine quoquomodo pertineant ultra institutionem seu collationem provisio-nem vel presentationem huiusmodi ac alia jura episcopalia eis debita nullam in vos aut aliquem vestrum magistratus, conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona predicta iurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitacionem vel superioritatem quomodolibet valeant exercere sed coram nobis et sede ac delegatis pre-dictis ut prefertur de justicia respondere inantea teneamini. Volumus autem quod dilectus fillius maior prior dicti Ordinis pro tempore existens quotiens tempus visitationis ingruerit aut alias sibi videbitur oportunum personas ecclesiasticas, vicarios, videlicet, et rectores

¹⁶⁶ As últimas quatro linhas do documento, a partir da palavra "*Portugaliae*" estão sobrepontadas. E à margem direita, de outra mão: "*Hoc totum sic punctum atum superst!*".

ecclesiarum huiusmodi visitare ac illorum excessus quociens opus fuerit corrigere libere et licite valeat juxta canonicas sanctiones contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita conpescendo. Non obstantibus fellices recordationis Bonifacii Pape VIII etiam predecessoris nostri que incipit cum personis ac aliis constitutionibus et ordinationibus (fl. 43) apostolicis necnon omnibus aliis que predecessores prefati in suis litteris voluerint non obstare ceterisque contrariis quibuscunque; seu quod dudum inter gubernatorem milites et fratres dicti Ordinis ac locorum ordinarios quedam super vicariorum predictorum visitatione et correctione conventiones et pacta sub certis modo et forma tunc expressis prout in publicis documentis quorum omnium tenores etiam presentibus haberi volumus pro expressis plenius continetur inita et firmata fuisse perhibentur, quibus quoad visitationem correctionem et alia premissa duntaxat derogari volumus et sciencia simili expresse derogamus ipsis alias in suo robore permansuris. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum advocationis, extinctionis, impositiones, ratificationis, approbationis, confirmationis, adjectionis, exemptionis, liberationis, statuti voluntatis et derogationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, decimo kalendas Aprilis. Pontificatus nostri anno primo.

Cum autem sicut accepimus occasione exemptionis huiusmodi coram diversis iudicibus ordinariis sive delegatis tempore datarum litterarum predictarum lites indecisse pendere et etiam super visitatione vicariorum predictorum certa conventiones et pacta inter Magistrum, commendatores, milites et fratres dicti Ordinis ac locorum ordinarios inita et firmata fuisse dicantur et propterea littere predictae in maximum dictorum ordinariorum et quamplicamorum (*sic*) aliorum redant detrimentum. Nos qui unicuique et precipue locorum ordinariis iura jurisdictionem et auctoritatem illa preservare intendimus de premissis omnibus plenarie informati motu proprio et ex certa sciencia advocationem, extinctionem, impositionem silentii, ratificationem, approbationem, confirmationem, adjectionem, exemptionem, liberationem, statutum, voluntatem, derogationem ac nostras litteras predictas cum omnibus in eis contentis clausulis et inde secuta quecunque auctoritate apostolica tenore presentium revocamus, cassamus et annullamus ac nullius roboris vel momenti fuisse et esse eisque in iudicio et extra nullam prorsus fidem adhibendam fore vel adhiberi debere decernimus. Omnes vero et singulas causas predictas necnon ordinarios et quoscunque alios litigantes ac etiam conventiones et pacta huiusmodi in pristinum et in eum statutum in quo ante datum litterarum predictarum ac advocationem, extinctionem, derogationem, impositionem silentii ac alia premissa quomodolibet existebant motu auctoritate et sciencia similibus restituimus pariter et reponimus decernentes irritum et inane si secus super hiis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter (fl. 43v) contingerit attemptari. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon privilegiis Ordini et Militie predictis per Sedem Apostolicam vel alias in genere vel in specie sub quacunque verborum forma concessis que Magistro gubernatori militibus et fratribus predictis quoad premissa volumus aliquatenus suffragari ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre revocationis, cassationis, annulationis, constitutionis, restitutionis, repositionis et decreti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo sexto, quinto kalendas Februarum. Pontificatus nostri anno secundo.

1459, Dezembro, 31 – Mântua

Insero: 1455, Março, 23 – Roma

¹⁶⁷Pius episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam quanuis ex debito ministerii pastoralis nobis nobis (*sic*) licet immeritis superna dispositione¹⁶⁸ commissi qualitates temporum et merita debeamus attendere singulorum ut credite nobis dispensacionis auctoritas in omnes fideles provide sua dona diffundat et quantum honestatis jura permittunt quisque poscentum sui voti compos existat sui que juris integritate letetur nonnunquam, tamen prout personarum merita locorumque et temporum qualitates exigunt non indigne rigorem mansuetudine temperantes in favorem christiane fidei illius quoque pugilum et defensorum etiam predecessorum nostrorum inherendo vestigiis ea de gracia concedimus que ipsos ad maiora redant certamina promptiores et a litibus ac aliis que eos ab exercitiis militaribus eiusdem quoque fidei defensione retrahere possent immunes efficiant et que eis ac eorum ecclesiis et locis atilia¹⁶⁹ ac necessaria cognoscimus pariter¹⁷⁰ pariter et pro futura. Dudum siquidem felicis recordationis Calistus Papa III predecessor noster litteris concessit tenoris subsequens:

Calistus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro sive gubernatori, militibus et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie constitutis salutem et apostolicam benedictionem. Preter commune debitum quo ex apelatus officio ceteris fidelibus debitores existimus vos et Milicie vestre Ordinem eo specialius paterna dilectione completimur (fl. 44) ac predecessorum nostrorum gesta vestrum potissime et ipsius Milicie favorem et commodum concernentia nostri etiam muniminis robore solidamus quo protuitione catholice fidei eiusque propagatione atque presidio contra christiani nominis inimicos cum proprii efusione cruoris viteque periculo continue de certatis. Dudum siquidem felicis recordationis Nicolaus Papa V predecessor noster vos ac ipsum Ordinem vestrum favoribus prosequens oportunis adinstar pie memorie Lucii Pape III et Martini V romanorum pontificum etiam predecessorum nostrorum eorundem inherendo vestigiis inter alia vos vestrique Ordinis professores, magistratus, conventus, monasteria et loca in dicto regno Portugalie constituta cum omnibus et singulis personis, servitoribus, membris, rebus, bonis, juribus et pertinentiis suis que vos et quilibet vestrum ac personarum et servitorum predictorum tunc possidebatis et possederant necnon que dante domino in futurum possesetis adipisci ab omni jurisdictione, dominio, potestate, visitatione, correctione et superioritate ordinariorum, iudicium, correctorum et superiorum aliorum tam temporalium quam ecclesiasticorum secularium vel regularium quorumcunque usque ad Apostolice Sedis beneplacitum prorsus exemit atque plenarie liberavit vosque et illa sub Beati Petri et Sedis Apostolice atque sua protectione suscepit atque exemptos esse voluit et exempta sibique et eidem sedi immediate subesse itaquod huiusmodi durante beneplacito ordinarii iudices correctores et superiores predicti etiam ratione delicti seu contractus aut rei de qua ageretur ubi-

¹⁶⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]ua ho privilegio do Papa Calisto que fica atras as 40 fl. Na [v]olta sem embargo da [s]upra proxima revo[ga]çam”.

¹⁶⁸ Esta palavra tem um “m” riscado no fim.

¹⁶⁹ Na margem esquerda, de outra mão: “Ullia”.

¹⁷⁰ Segue-se riscado: “et”.

cunque committeretur delictum iniretur contractus aut res ipsa consisteret¹⁷¹ in vos aut aliquem vestrum magistratus ac conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona supradicta possint jurisdictionem, dominium, potestatem, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodolibet exercere sed duntaxat coram ipso predecessore vel a sede predicta delegatis de iusticia tenerentur respondere decernens ex tunc omnes et singulos processus ac excommunicationum suspensionum et interdicti sententias quos et quas contra vos conventus, monasteria, loca, personas, servitores et membra huiusmodi haberi seu etiam promulgari et quicquid contra exemptionis, liberationis et susceptionis eorundem tenorem et formam a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter attemptari contigerit irrita et inania nulliusque fore roboris vel momenti prout in ipsis predecessoris litteris plenius continentur. Cum autem sicut exhibita nobis nuper pro parte vestra peticio continebat tam dillectus fillius nobillis vir Fernandus Infans Portugalie gubernator perpetuus dicti Ordinis necnom carissimi in Christo filii nostri Alfonsi regnorum Portugalie Algarbique regis germanus quam ordo prefatus quasi possessionem exemptionis et liberationis vigore litterarum earundem adepti fueritis cupiatisque omnia et singula nostro munimine roborari pariter et approbari pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro et prefati Ordinis illiusque militum confratrum et personarum statui quieti et indemnitati prospicere necnom omnes et singulas lites et causas premissorum occasione exortas coram quibuscunque ordinariis sive delegatis iudicibus quomodolibet pendentes ad nos ex certa sciencia advocare illasque et lites huiusmodi penitus extinguere ac alias vestre et dicti (fl. 44v) Ordinis tranquillitati oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur attenta meditatione pensantes quantum hactenus Christi fidelibus et fidei nostre ordo prefatus utilitatis attulerit valeatque annuente domino in dies afferre piis huiusmodi supplicationibus annuentes omnes et singulas lites et causas huiusmodi coram quibusvis ordinariis sive delegatis iudicibus et ubicunque pendentes quarum status presentibus haberi volumus pro expressis ad nos harum serie advocantes et lites huiusmodi penitus extinguentes eisdemque litigatoribus super hiis perpetuum silentium imponentes exemptionem liberationem et susceptionem atque litteras Nicolai predecessoris prefati omniaque et singula in eis contenta auctoritate apostolica ex certa sciencia ratificamus, approbamus et confirmamus eisque nostri muniminis robor firmitatemque adiicimus ita quod de cetero nullatenus aliquorum impugnationi¹⁷² subiaceant nec possint quomodolibet de surreptione notari et nichilominis propotiori cautela vos professores, magistratus, conventus, monasteria, et loca predicta cum personis, servitoribus, membris, rebus, bonis, juribus et pertinentiis suis ab omni jurisdictione, dominio, potestate, visitatione et superioritate ordinariorum iudicum correctorum et superiorum aliorum ut prefertur usque ad beneplacitum antedictum de novo prorsus exhimimus et totaliter liberamus exemptosque et liberos esse volumus et eidem sedi duntaxat immediate subesse statuentes quod de cetero ordinarii iudices correctores et superiores predicti etiam si ad eos vel ipsorum aliquem rectorum ecclesiarum vestrarum seu vicariorum eorundem institutio dictarumque ecclesiarum seu beneficiorum ecclesiasticorum collatio, provisio, presentatio seu quevis alia dispositio de iure vel consuetudine quoquomodo pertineant ultra institutionem seu collationem provisionem vel presentationem huiusmodi ac alia jura episcopalia eis debita nullam in vos vel aliquem vestrum magistratus, conventus, monasteria et loca personas, servitores, membra, res et bona

¹⁷¹ Na margem esquerda, de outra mão: "consisteret".

¹⁷² Segue-se um "s" riscado.

predicta jurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodo libet valeant exercere sed coram nobis et sede ac delegatis predictis ut preferatur de justicia respondere inantea teneamini. Volumus autem quod dilectus filius maior prior dicte Ordinis pro tempore existens quociens tempus visitationis ingruerit aut alias sibi videbitur oportunum personas ecclesiasticas, vicarios, videlicet, et rectores ecclesiarum huiusmodi visitare ac illorum excessus quotiens opus fuerit corrigere, libere et licite valeat iuxta canonicas sanctiones contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo; non obstantibus felicitis recordationis Bonifacii Pape VIII predecessoris nostri que incipit cum persone ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que predecessores prefati in suis litteris voluerint non abstande ceterisque contrariis quibuscunque seu quod dudum inter gubernatorem milites et fratres dicti Ordinis ac locorum ordinarios quedam super vicariorum predictorum visitatione et correctione conventiones et pacta sub certis modo et forma tunc expressis prout in publicis documentis quorum omnia (fl. 45) tenores etiam presentibus haberi volumus pro expressis plenius continetur inita et firmata fuisse perhibentur quibus quo ad visitationem correctionem et alia premissa duntaxat derogari volumus et scientia simili expresse derogamus ipsis alias in suo robore permansuris. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum advocacionis, extincionis, impositionis, ratificationis, approbationis, confirmationis, adjectionis, exemptionis, liberationis, statuti, voluntatis et derogationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, decimo kalendas Aprilis. Pontificatus nostri anno primo.

Postmodum vero per eundem predecessorem accepto quod occasione exemptionis huiusmodi coram diversis iudicibus ordinariis sive delegatis tempore datarum litterarum predictarum lites indecise pendere et etiam super visitatione vicariorum predictorum certe conventiones et pacta inter Magistrum commendatores, milites et fratres dicti Ordinis ac locorum ordinarios inita et firmata fuisse dicebantur et propterea littere predictae in maximum dictorum ordinariorum et quam plurimum aliorum cedebant detrimentum idem predecessor asserens se de premissis plenarie informatum motu proprio et ex certa scientia advocacionem, extincionem, inpositionem, silentii, ratificationem, approbationem, confirmacionem, adjectionem, exemptionem, liberationem, statutum, voluntatem, derogationem ac insertas litteras predictas cum omnibus in eis contentis clausulis et inde secuta quecunque per alias suas litteras ex certa scientia casavit revocavit et annullavit ac nullius roboris vel momenti fuisse et esse eisque in iudicio et extra nullam prorsus fidem adhibendam fore decrevit necnon omnes et singulas causas predictas ac ordinarios et quoscunque alios litigantes ac etiam conventiones et pacta predicta in pristinum statutum motu ut dicebat proprio et scientia simili destituit et reposuit decernens irritum et inane si secus super illis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contingeret attemptari prout in posterioribus litteris predictis quarum tenores ac si de verbo ad verbum insererentur haberi volumus pro expresso plenius continentur. Cum autem sicut carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regis illustris necnon aliorum etiam fidedignorum relatione nobis innotuit propter visitationem ecclesiarum et domorum sive preceptoriarum dicti Ordinis necnon correctione rectorum et vicariorum earundem ecclesiarum quas Magister et fratres prefati privilegiorum Ordini et Militie prefatis per Sedem Apostolicam concessorum vigore; ordinarii vero conventionum et pactorum eorundem pretextu ad se de jure spectare pretendunt dissensionem et scandala litiumque dispendia sepius oriantur et maiora (fl. 45v) nisi de oportuno succurreatur remedio suscitari formidentur in dies. Nos qui pacem

et tranquillitatem omnium presertim ecclesiasticarum et sub rellegionis habitu altissimo famulantium personarum tota mente appetimus et scandalis atque dissidiis quantum nobis ex alto permittitur obviamus tam ordinariorum eorundem preeminencia jurisdictionem potestatem pariter et honorem tueri et quantum equitas ac presentis temporis qualitas exigit in eo quod sine scandalo possumus conservare quam ut ipsorum Magistri seu gubernatoris, fratrum millicia in regnis Portugalie et Algarbii ad tam preclarum et proficuum opus christiane scilicet fidei defensionem et conservationem salubriter instituta ut in suo statu perduret et continua auctore domino suscipere valeat incrementa ipsique milites eo magis ad protectionem fidelium humiliationem quoque et contricionem emulorum crucis salutifere animentur providere cupientes motu proprio non ad ipsorum Magistri seu gubernatoris, fratrum et militum nobis super hoc oblate petitionis instancia sed de nostra mera deliberatione et voluntate pro ipsorum quiete et ne litibus implicati a premissis et aliis pietatis officiis retrahantur auctoritate apostolica tenore¹⁷³ presentui declaramus et decernimus per posteriores litteras predictas nisi quo ad parochianorum ecclesiarum in quibus ordinarii instituunt et destituunt rectores in hiis que forum conscientie, videlicet, instructionem, confirmationem ordinum quoque et sacramentorum collatione exhibitionem concernunt et quo ad omnia et singula jura ordinariorum que ad ipsos eorunque vicarios et officialles salva volumus permanere prioribus licteris predictis non fuisse nec esse in aliquo prejudicatum ipsasque posteriores litteras in quantum per illas impositio silentii, ratificatio, approbatio, confirmatio, adjectio, exemptio, liberatio, satutum, voluntas, derogacio et priores littere predictae revocantur casantur et annullantur ac eis in iudicio et extra nullam fidem adhibendam fore decernitur nullius fuisse et esse roboris vel momenti easque et alias quascunque a nobis vel ipso Calisto predecessore contra dictos priores litteras forsan etiam motu simili et ex certa scientia emanatas litteras quarum omnium tenores ac si de verbo ad verbum insecerentur presentibus haberi vel unius¹⁷⁴ pre expressis necnon processus habitos per easdem et inde secuta quecunque etiam si ad illarum vel illorum derogationem faciendam individua oporteret facere mentionem salvis ordinariorum iuribus cassamus, recitamus¹⁷⁵ et annullamus ac ubicunque repperiantur cassari et penitus deleri volumus atque mandamus decernentes illis in iudicio et extra nullam prorsus fidem adhibenda fore vel adhiberi debere. Inpositionem vero silentii, ratificationem, approbationem, confirmationem, adjectionem, exemptionem, liberationem, statutum, voluntatem, derogationem et priores litteras Calisti predecessoris huiusmodi cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis ac omnis alia et singula privilegia, libertates, gratias, concessionones, exemptiones, libertates, conservatorias et litteras super hiis confectas necnon¹⁷⁶ processus habitos per easdem et inde secuta quecunque in predictorum Magistri seu gubernatoris et fratrum dicte Militie dictorum regnorum atque ordinis et ecclesiarum, preceptoriorum, domorum, membrorum (fl. 46), servitorum, honorem, utilitatem et favorem tam per nos quam felicis recordationis Lucium III Martinum V Eugenium IIII Nicolaum V Calistum III et alios quoscunque predecessores nostros Romanos Pontifices et Sedem Apostolicam concessa salvis eisdem ordinariorum iuribus innovamus, ratificamus, approbamus plenunque firmitatis robur obtinere decernimus ipsisque Magistro, militibus, fratribus, ecclesiis preceptoribus et servitoribus in dictis Portugalie et Algarbii regnis sub hac forma de novo concedimus illorum teno-

¹⁷³ Na margem esquerda, por outra mão, mas riscado: "*Melius dicere nisi quo ad parochianos etc. et ita repario scriptum in alis codicibus*".

¹⁷⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "*volumus*".

¹⁷⁵ À margem esquerda, de outra mão "*irritamus*".

¹⁷⁶ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

res atque formas ac si de verbo ad verbum exprimentur¹⁷⁷ pro expressis habendo declarantes non fuisse nec esse intentionis aut voluntatis nostre per has nostras declarationem et limitationem predictis privilegiis libertatibus, exemptionibus seu aliorum iuribus derogare sive prejudicare sed omnia salva, integra et illesa, remansisse et remanere et illa firmiter servari debere etiam si illis in totum vel in partem contrarientur vel eis derogent ac supplentes omnes defectus siqui forsitan intervenerint in eisdem ipsasque priores litteras sub <h>ac forma revalidamus ac validas et efficaces reddimus easque in pristinum et eum statum in quo ante quam revocarentur quomodolibet erant auctoritate prefata reponimus, restituimus et etiam instauramus salvis limitationibus premissis. Preterea ut ecclesie domus preceptorie et alia loca dicte Militie¹⁷⁸ eorumque rectores, vicarii et preceptores ac servitores etiam in quibus ordinarii ipsi instituere consueverunt in spiritualibus et temporalibus feliciter gubernentur priori maiori vel illis qui per magistrum vel gubernatorem et priorem maiorem dicte Militie in capitulo fuerint deputati preceptorias domos loca preceptores rectores et vicarios huiusmodi visitandi et dictas personas juxta criminum et excessuum exigentiam corrigendi et puniendi ac omnia alia et singula que circa¹⁷⁹ oportunitatem seu necessitatem preceptoriarum domorum et locorum huiusmodi expedire viderint faciendi et disponendi necnon contradictores quoslibet et rebelles per censuram ecclesiasticam sublato cuiusvis appellationis obstaculo apostolica auctoritate conpescendi plenam et liberam tenore presentium concedimus facultatem limitatione prefata nichilominus firma remanente¹⁸⁰ volentes motuque et scientia similibus decernentes quod eisdem insertis litteris in iudicio et extra ac ubicunque fuerint exhibite vel producte stetur in omnibus et per omnia ac per quoscunque ordinarios seu delegatos iudices secundum earum licterarum continentiam iudicari eisque fides in dubia adhiberi debeat ac si revocatio, cassatio, annullatio et posteriores ipsius predecessoris vel alie revocatorie lictere etiam a nobis vel ipso Calisto predecessore subquacunque verborum forma nullatenus emanassent. Non obstantibus premissis necnon constitutionibus apostolicis ac omnibus illis que dictus predecessor in ipsis prioribus litteris voluit non obstare ceterisque contrariis quibuscunque et insuper ex nunc omnes et singulos, processus, sententias cencuras et penas quos et quas contra tenores priorum et aliarum litterarum Magistro et fratribus dicte Milicie concessarum forsitan habitos et habendos ac promulgatas et preferendas ac quos et quas haberi vel promulgari necnon quicquid secus super hiis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter forsitan attemptatum est vel in posterum atemptari (fl. 46v) contingerit irrita et inania nulliusque existere firmitatis decernimus pariter et declaramus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum declarationis, constitutionis, volluntatis, cassationis, irritationis, annulationis, mandati, decreti, innovationis, ratificationis, approbationis, comcessionis, stippletionis¹⁸¹, revalidationis, redditionis, repositionis, restitutionis et instaurationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc atemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Mantue anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo nono, pridie kalendas Januas (*sic*). Pontificatus nostri anno secundo.

¹⁷⁷ Na margem direita, de outra mão: "*exprimerentur*".

¹⁷⁸ Na margem direita, por outra mão: "*Visitadores em capitulos ordenados pelo Mestre ou Governador e Prior Moor*". Segue-se, de outra mão: "*Et sic restringit potestatem Priori Maiori per Calistum supra concessam quod visitationem*".

¹⁷⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "*circa*".

¹⁸⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "*aprobat limitationem de qua supra*".

¹⁸¹ À margem esquerda, de outra mão: "*supplectionis*".

1312, Dezembro, 20 – Viena

¹⁸²Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Ulixbonensi salutem et apostolicam benedictionem. Ad audientiam nostram pervenit quod tam dilecti filii Magister et fratres domus de Ucles Ordinis Milicie Sancti Jacobi Conchensi diocese quam predecessores eorum decimas, terras, domos, vineas, prata, pascua, nemora, molendina, redditus, jura, jurisdictiones et qu[e]dam alia bona ipsius domus datis super hoc litteris confectis exinde publicis instrumentis interpositis juramentis factis renuntiationibus et penis adjectis in gravem eiusdem domus lesionem nonnullis clericis et laicis aliquibus eorum ad vitam quibusdam neco ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub censu annuo concesserunt quorum aliqui super hiis confirmationis litteras in forma communi a Sede Apostolica impetrasse dicuntur. Quia vero nostra interest super hoc de oportuno remedio providere fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus ea que de bonis ipsius domus per concessionem huiusmodi alienata inveniens illicite vel distracta non obstantibus litteris instrumentis juramentis renuntiationibus penis et confirmationibus supradictis ad ius et proprietatem eiusdem domus legitime revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita conpescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gratia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione censante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Vienne XIII kalendarum Januariarum. Pontificatus nostri anno septimo.

(fl. 47)

1312, Dezembro, 20 – Viena

¹⁸³Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Colinbriensis salutem et apostolicam benedictionem. Ad audienciam nostram pervenit quod tam dilecti filii Magister et fratres domus de Ucles Ordinis Milicie Sancti Jacobi Conchensi diocese quam predecessores eorum decimas, terras, domos, vineas, prata, pascua, nemora, molendina, redditus, jura, jurisdictiones et quedam alia bona ipsius domos datis super hoc litteras confectis exinde publicis instrumentis interpositis juramentis factis renuntiationibus et penis adjectis in graven eiusdem domus lesionem nonnullis clericis et laicis aliquibus eorum ad vitam quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub censu animo concesserunt quorum aliqui super hiis confirmationis litteras in forma communi a Sede Apostolica impetrasse dicuntur. Quia vero nostra interest super hoc de oportuno remedio providere fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quantinus ea que de bonis ipsius domus per concessionem huiusmodi alienata inveniens illicite vel distracta. Non obstantibus litteris, instrumentis, juramentis, renuntiationibus, penis et confirmationibus supradictis ad jus et proprietatem eiusdem domus legitime revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cesante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Vienne XIII kalendarum Januariarum. Pontificatus nostri anno septimo.

(fl. 47v)

¹⁸² Na margem esquerda, de outra mão: "[...] comissam que vulgariter [...] cupatur ea que de bonis". Mais abaixo, por outra mão: "Vide que folio 81 ex Joanne Papa".

¹⁸³ Na margem direita, de outra mão: "Comissam ea que de bonis".

1312, Dezembro, 20 – Viena

¹⁸⁴Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Elborensi salutem et apostolicam benedictionem. Ad audientiam nostram pervenit quod tam dilecti filii Magister et fratres domus de Ucles Ordinis Milicie Sancti Jacobi Conchensi diocese quam predecessores eorum decimas, terras, domos, vineas, prata, pascua, nemora, molendina, redditu[s], jura, jurisdictiones et quedam alia bona ipsius domus datis super hoc litteris confectis exinde publicis instrumentis interpositis juramentis factis renuntiationibus et penis adietis in gravem eiusdem domus lesionem nonnullis clericis et laicis aliquibus eorum ad vitam quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub censu animo concesserunt quorum aliqui super hiis confirmationis litteras in forma communi a Sede Apostolica impetrasse dicuntur. Quia vero nostra interest super hoc de oportuno remedio providere fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quantum ea que de bonis ipsius domus per concessionem huiusmodi alienata invenitis illicite vel distracta. Non obstantibus litteris, instrumentis, juramentis, renuntiationibus, penis et confirmationibus supradictis ad jus et proprietatem eiusdem domus legitime revocare procurem contraditores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gratia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Vienne XIII kalendarum Januariarum. Pontificatus nostri anno septimo.

1388, Janeiro, 28 – Perugia

¹⁸⁵Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio decano ecclesie Elborensis salutem et apostolicam benedictionem. Dilectorum filiorum Menendi Roderici Magistri et fratrum Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalia precibus inclinati presentium tibi auctoritate mandamus quantum ea que de bonis ipsius Ordinis alienata inveneris illicite vel distracta ad jus et proprietatem eiusdem Ordinis legitime revocare procurem contraditores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gratia, odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Perusii V kalendarum Februariarum. Pontificatus nostri anno decimo.

(fl. 48)

1388, Janeiro, 28 – Perugia

¹⁸⁶Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio decano ecclesie Colimbriensis, salutem et apostolicam benedictionem. Dilectorum filiorum Menendi Roderici Magistri et fratrum Ordinis

¹⁸⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "[Co]missam ea que de bonis".

¹⁸⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "ea que de bonis".

¹⁸⁶ Na margem direita, por outra mão: "ea que de bonis".

Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalia precibus inclinati presentium tibi auctoritate mandamus quatinus ea que de bonis ipsius Ordinis alienata inveneris illicite vel distracta ad jus et proprietatem eiusdem Ordinis legitime revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Perusii V kalendarum Februariarum. Pontificatus nostri anno decimo.

57

1388, Janeiro, 30 – Perugia

¹⁸⁷Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio decano ecclesie Silvensis salutem et apostolicam benedictionem. Ad audiantiam nostram prevenit quod tam dilecti filii Menendus Roderici Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugaliae quam predecesores eorum decimas, primitias, ecclesias, census, redditus, terras, vineas, possessiones, domos, casalia, prata, pascua, grangias, nemora, molendina, piscarias, jura, jurisdictiones et quedam alia bona ad ordinem ipsam spectantia datis super hoc licteris confectis exinde publicis instrumentis interpositis juramentis factis renuntiationibus et penis adiectis in gravem ipsorum Ordinis Magistri et fratrum lesionem nonnullis clericis et laicis secularibus et regularibus aliquibus eorum ad vitam quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub censu annuo concesserunt quorum aliqui dicuntur super hiis confirmationis litteras in forma communi a Sede Apostolica impetrasse. Quia vero nostra interest super hoc de remedio oportuno providere distretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus ea que de bonis ipsius Ordinis per concessionem huiusmodi alienata inveneris illicite vel distracta non obstantibus litteris, instrumentis, juramentis, renuntiationibus, penis et confirmationibus supradictis ad jus et proprietatem eiusdem Ordinis legitime revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gratia odio vel timore subtraxerint censuram simili appellatione cessante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Perusii III kalendarum Februariarum. Pontificatus nostri anno decimo.

(fl. 48v)

58

1388, Janeiro, 30 – Perugia

¹⁸⁸Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio decano ecclesie Ulixbonensis, salutem et apostolicam benedictionem. Significarunt nobis dilecti filii Menendus Roderici Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalia quod nonnulli iniquitatis filii quos pu[r]sus ignorant decimas, primicias, redditus, censsus, terras, legata, domos, prata, pascua, nemora, vineas, possessiones, jura, jurisdictiones, bladi et vini quantitatis instrumenta publica litteras autenticas sanctorum reliquias, libros, ecclesiasticos, cruces, calices argenteas, ornamenta ecclesiastica, vasa aurea et argentea, domorum utensilia, equos, boves, vaccas, oves, porcos, pecuniarum summas et nonnulla alia bona ad dictos Ordinem Magistrum et fratres spectantia temere et

¹⁸⁷ Na margem direita, por outra mão: "ea que de bonis".

¹⁸⁸ Na margem esquerda, por outra mão: "monitoria contra detentores".

malitiose occultare et occulte detinere presumunt non curantes ea prefatis Magistro et fratribus exhibere in animarum suarum periculum et dictorum Ordinis Magistri et fratrum non modicum detrimentum super quo dicti Magister et fratres Apostolice Sedis remedium implorarunt. Quocirca discretioni tue per apostolica scripta mandamus omnes huiusmodi occultos detentores decimarum, legatorum, reddituum, censuum et aliorum bonorum predictorum ex parte nostra publice in ecclesiis coram populo per te vel alium moneas ut infra competentem quem eis prefixeris ea prefatis Magistro et fratribus a se debita restituant et revelent et de ipsis plenam et debitam satisfactionem impendant et si id non adimpleverint infra alium terminum competentem quem eis ad hoc peremptorie duxeris prefigendum extunc in eos generalem excommunicationis sententiam proferas et eam facias ubi et quando expedire videris usque ad satisfactionem condignam soleniter publicari. Datum Perusii III kalendarum Februariarum. Pontificatus nostri anno decimo.

59

1393, Setembro, 30 – Lisboa

Inserere: 1388, Janeiro, 30 – Perugia

¹⁸⁹Dom Domingos Periz dayam e coonigo da igreja cathedral da muy noble cidade de Lixboa juiz commissairo per letteras apostolicas adiamte scriptas de nosso senhor Urbano Papa VI ao Meestre de Sanctiago seus freires em razom d'alguuns seus dividores e obrigados em algũas cousas e outras que lhe foram leixadas aa dicta Ordem e seus freires segundo se perdante nos mostram per seu certo procurador lhas nom quem dar nem pagar como devem e som theudos. E outros que em seus scriptos sam contheudos fazemos saber que da parte do dicto Meestre e seu conveento per Apariço Vicente cavaleiro da dicta Ordem comendador d'Aljazur procurador da dicta Ordem nos foy apresentadas as dictas letras apostolicas da qual ho theor tal he:

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecto filliio decano ecclesie Ulixbonensis, salutem et apostolicam (fl. 49) benedictionem. Ad audientiam nostram pervenit quod tam dilecti filii Menendus Roderici Magister et fratres Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalia quam predecessores eorum decimas, primicias, ecclesias, census, redditus, terras, vineas, possessiones, domos, casalia, prata, pascua, grangias, nemora, molendina, piscarias, jura, jurisdictiones et quedam alia bona ad Ordinem ipsum spectantia dans super hoc licteris confectis exinde publicis instrumentis interpositis factis renunciacionibus et penis adiectis in gravem ipsorum Ordinis Magistri et fratrum lesionem nonnullis clerecis et laicis secularibus et regularibus aliquibus eorum ad vitam quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub censu animo concesserunt quarum aliqui dicuntur super hiis confirmacionis litteras in forma commune a Sede Apostolica impetrasse. Quia vero nostra in interest super hoc de oportuno remedio providere discretioni tue per appellationem scripta mandamus quatinus ea que de bonis ipisius Ordinis per concessiones huiusmodi alienata in veneris illicite vel distracta non obstantibus licteris, instrumentis, juramentis, renunciacionibus, penis et confirmacionibus supradictis ad jus et proprietatem eiusdem Ordinis legitime revocare procure contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita conpescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia, odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante conpellas veritati testimonium perhibere. Datum Perusi III kalendarum Februariarum. Pontificatus anno decimo.

¹⁸⁹ Na margem esquerda, por outra mão: "monitoria per vertude do breve supra proximo".

A qual clerigo ou rellegioso de qualquer condiçam a que esta carta for mostrada saude em Jhesu Christo. Mandamos vos em vertude d'obediencia e sob pena d'escomunham a qual quero que vos encorrades per esse medes feito se nom fezerdes esto que eu mando amoestando vos ante em forma da Santa Igreja que citedes da nosa parte e do dicto Mestre freires todos aqueles e aquelas que vos o portador desta carta diser que sejam obrigados aa dicta Ordem per razom de foros dirreitos dinheiros que nom querem pagar aa dicta Ordem e por outras cousas que som theudos a dar de dirreito os quaes nos citamos per esta nosa presente carta que depois que lhe esta nosa carta for leuda e publicada os de fora do bispado a quinze dias e os do dicto bispado a seis dias primeiros seguintes pareçam perante nos em Lixboa a fazer compromisso de dirreito ao dicto Mestre conveento ou a seu direito procurador pera o que dicto he. E esse que os citar screva ho diia e as testemunhas perante que os citar. E se o diia d'aparecer for feriado pareçam no seguinte dia que o nom for. Dante em Lisboa sob ho nosso seello da nosa audiancia postumeiro dia de Setembro. Vicente Esteveez a fez. Era de mil e IIII^c e triinta e hum annos.

(fl. 49v)

60

[1389-1404] – Roma

¹⁹⁰Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Ulixbonensis et Elborensis ac Silvensis ecclesiarum decanis, salutem et apostolicam benedictionem. Tunc debitum injun[*g*]et¹⁹¹ a domino servitutis¹⁹² apostolice servitutis officium diligenter exequimur cum levis monasteriis et aliis piis locis ne collabantur et ledantur enormiter oportunos et promptis remediis subveniunt¹⁹³ super siquidem ad audiantiam nostri apelatus fidedigna relacione pervenit quod a nonnullis retroa<c>tis temporibus tam dilectus filius Menendus Rodericus et predecessores sui Magistri Generalis Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis quam etiam nonnule alie persone decimas, terras, domos, vineas, possessiones et nonnula alia bona mobilia et immobilia ad Magistratum ac ad conventus tam fratrum quam sororum dicti Ordinis communiter et divisum pertinentia per eorum patentes litteras suis sigilatus sigilis scriptas¹⁹⁴ publica aut per alios modos juramentis interpositis factis renunciacionibus et penis adiectis pluribus et diversis personis tam clericis quam laicis aliquibus eorum ad¹⁹⁵ quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo ad firmam vel sub animo censu quorum aliqui dicuntur super hiis confirmationis litteras a Sede Apostolica sub diverssis¹⁹⁶ formis donarunt concesserunt seu verius alienaverunt in gravem Magistratus et conventus predictorum lesionem. Quia igitur nostra intererat super hiis de oportuno remedio providere ac volentes propterea indempnitati Magistratus et conventus predictorum apostolici favoris presidio subvenire motu proprio non ad alienus nobis super hoc oblate¹⁹⁷ instantiam sed de nostra mera liberalitate omnes et singulas donationes, concessiones et etiam alienationes quorumcunque bonorum mobilium et immobilium ad dictos Magistratum et conventus

¹⁹⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "*revoga as alienações dos bens da Ordem feitas pelos Mestres pasados*".

¹⁹¹ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹² Palavra sobrepontada.

¹⁹³ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹⁴ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹⁵ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹⁶ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹⁷ Segue-se um espaço em branco.

communiter vel divisum pertinentium sub quacunquē etiam forma quibuscunquē personis clericis sive laicis seu etiam¹⁹⁸ tam apostolice quam alias quascunquē litteras et instrumenta publica ac renunciaciones et penas occasione donationum et concessionum huiusmodi¹⁹⁹ earum²⁰⁰ extunc auctoritate apostolica penitus revocavimus eaque irritas prorsus decrevimus et nullius existere firmitatis²⁰¹ in vestre²⁰² mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios renuntiationem et decretum huiusmodi²⁰³ quando²⁰⁴ auctoritate nostra solempniter publicantes omnia et singula bona huiusmodi ad jus et proprietatem Magistratus²⁰⁵ auctoritate nostra re²⁰⁶ inducentes Magistrum qui nunc est et conventus predictos in corporalem possessionem bonorum eorum²⁰⁷ gaudere. Non obstantibus constitutionibus apostolicis ac de una et duabus dictis ac aliis contrariis ubicunquē seu si aliquam²⁰⁸ divisam²⁰⁹ sit indultum quod (fl. 50) interdicti suspendi vel excommunicari aut extra vel ultra certa loca ad iudicium²¹⁰ plenam et extra²¹¹ de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali²¹² nostris licetis²¹³ vel totaliter non insertam effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto te²¹⁴ mentio spec²¹⁵ contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Datum Rome apud Sanctum Petrum XIII kalendas²¹⁶. Pontificatus²¹⁷ nostri²¹⁸ anno (*sic*).

61

1401, Outubro, 7 – Roma

²¹⁹Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis priori P. monasterii Sancte Crucis Colimbrisensis per priorem soliti gubernari et Visensis ac Elborensis ecclesiarum decanis, salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis dilecti filii Menendus Roderici Magister Generalis Ordinis Milicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii ac ecclesiarum rectores ad ordinem ipsum inmediate spectantium petitione monstrarunt quod colatio perpetuarum porcionum quas in

¹⁹⁸ Segue-se um espaço em branco.

¹⁹⁹ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁰ Segue-se um espaço em branco.

²⁰¹ Segue-se um espaço em branco.

²⁰² Segue-se um espaço em branco.

²⁰³ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁴ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁵ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁶ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁷ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁸ Segue-se um espaço em branco.

²⁰⁹ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁰ Segue-se um espaço em branco.

²¹¹ Segue-se um espaço em branco.

²¹² Segue-se um espaço em branco.

²¹³ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁴ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁵ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁶ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁷ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁸ Segue-se um espaço em branco.

²¹⁹ Na margem direita, de outra mão: "Comissam pera conhecerem de hũa causa antre ho Mestre e ho arcebispo de Lixboa".

ecclesiis ipsis pro tempore vacare contingit ad eosdem Magistrum et rectores communiter de antiqua et approbata et hactenus pacifice observata consuetudine dinoscitur pertinere et tam idem Magister et rectores quam predecessores eorum qui fuerunt pro tempore in pacifica possessione vel quasi juris conferendi porciones ipsas seu presentadi personas ydoneas ad easdem fuerunt cuius contrarii memoria non existit. Dudum vero cum nonnullis secularibus et collegiatis ac etiam parochialibus ecclesiis civitatis et diocesis Ulixbonensis nonnullae perpetuae porciones sine cura clericis secularibus assignari consuete fore noscerentur prout adhuc fore noscuntur. Nos venerabilis fratris mei Johannis archiepiscopi tunc episcopi Ulixbonense supplicationibus inclinati reservandi auctoritate nostra ea vice duntaxat donationi suae in singulis ecclesiis predictis singulas porciones huiusmodi pro triginta familiaribus suis quos ad hoc duceret eligendos eidem Johanni tunc episcopo plenam et liberam per nostras litteras concessimus facultatem quarum quidem litterarum vigore prefatus archiepiscopus pretendens se forsam ad hoc suffultum nonnullas perpetuas porciones tunc successive vacantes et presertim unam in Sancte Marie de Setuval parochiali ecclesia predictae diocesis ad eosdem Magistrum et rectores de antiqua et approbata et hactenus pacifice observata consuetudine pertinente seu pertinentes certis personis earundem litterarum pretextu dicitur contulisse et de eis etiam providisse in ipsorum Magistri et rectorum prejudicium non modicum et gravamen propter quod ex parte ipsorum sentientium exinde se indebite gravari ad Sedem Apostolicam extitit appellatum. Quocirca discretioni nostrae per apostolica scripta mandamus quatinus vocatis qui fuerint evocandi et auditis huiusmodi propositis quod justum fuerit appellatione remota decernatis facientes quod decreveritis per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati se se gracia, odio vel timore subtraxerint censura (fl. 50v) simili appellatione cessante compellatis veritati testimonium perhibere quod si non omnes hiis exequendis poteritis interesse duo seu unus vestrum ea nichilominus exquantur. Datum Rome apud Sanctum Petrum, nonas Octubrum. Pontificatus nostri anno duodecimo.

1401, Maio, 27 – Roma

²²⁰Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Menendo Roderici Magistro Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedictionem. Sincere devotionis affectus quem ad nos et Romana gens ecclesiam promeretur ut te specialibus favoribus prosequamur. Cum autem sicut accepimus venerabilis frater noster Johannes archiepiscopus Ulixbonensis vigore quarundam litterarum apostolicarum sibi de certo numero beneficiorum per eum conferendorum a Sede Apostolica concessarum in te et dilectos filios Gomecium Johannis et Ludovicum de Rosa presbiteros et nonnullos alios tibi faventes et adherentes occasione cuiusdam seu quorum beneficii seu beneficiorum per eundem archiepiscopum dictarum litterarum vigore ut asseritur collati seu collatorum excommunicationis interdicti et alias sententias in quibusdam processibus dictarum litterarum vigore habitis dicitur fulminasse et promulgasse. Nos volentes tibi ac statui tuo super hoc motu proprio non ad tuam vel alterius pro te super hoc nobis oblate petitionis instantiam sed de nostra mera liberalitate providere te ac presbiteros necnon faventes et adherentes huiusmodi ab omnibus et singulis excommunicationis interdicti et aliis sententiis per eundem archiepiscopum ut premittitur sive apostolica vel alias ordinaria auctoritate quomodo libet latis absolvimus ac interdicta queamque premissorum occasione per eundem

²²⁰ Na margem esquerda, por outra mão: “[...] a absolver ao Mestre [...] Mem Rodriguiz”.

archiepiscopum in perfatas personas aut quecunque loca seu ecclesias posita relaxamus et super irregularitate siquam forsam tu aut presbiteri vel fauentes seu adherentes predicti huiusmodi sententiis ligati divina celebrando vel miniscendo vos illis non tamen in contentum clavium incurristis eadem auctoritate dispensamus et nichilominus tibi indulgemus ut ydoneum et discretum presbiterum in tuum possis eligere confessorem qua tociens quociens tibi videbitur et fuerit oportunum omnium peccatorum tuorum de quibus corde constrictus et ore confessus fueris plenam remissionem tibi in sinceritate fidei et unitate Sancte Romane Ecclesie ac obediencia et devocione nostra et successorum nostrorum Romanorum Pontificum canonice intrancium persistenti auctoritate apostolica concedere valeat et injungat²²¹ penitentiam salutarem teque ab omnibus excommunicationibus²²² suspensionis et interdicti sententiis si quas a jure vel ab homine incurristi absolvat vota vero peregrinationis et abstinencie et alia quecunque per te emissa que comode adimplere non poteris semel et pluries in alia (fl. 51) tibi comutet opera pietatis et huiusmodi interdictum relaxet ac te supper in regularitatibus quibuscunque siquas contraxisti divinis te miniscendo non tamen in contentum clavium eadem auctoritate dispensset et a perjuriarum reatibus absolvat in forma ecclesie consueta et nichilominus omnem inhabilitacionis et infamie maculam sive notam per te quomodo libet contractum penitus aboleat et abstergat ac te ad statum et honores pristinorum auctoritate predicta restituat et reponat per presentes; etiam si super premissis omnibus et singulis huiusmodi remissionem concessione²²³, absolute, comutatione, relaxatione, dispensatione, abolicione, abstersione et restitutione e[st]se ipsa Sedes Apostolica merito consulenda. Voluimus tamen quod idem confessor de hiis de quibus fuerit alteri satisfacio impendenda eam tibi faciendam injungat quam tu qua primum commode poteris facere tenearis constitutionibus apostolicis et tui Ordinis statutis et aliis in contrarium editis nos obstantibus quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis, relaxationis, dispensationis, concessionis, comutationis, relaxationis, debolitionis, abstersionis et restitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptari presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum VI kalendas Junii. Pontificatus nostri anno duodecimo.

63

1401, Julho, 20 – Roma

²²⁴Bonifacius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Menendo Roderici Masgistro Generali Ordinis Milicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalie et Algarbii regnis salutem et apostolicam benedictionem. Sincere devocionis affectus quem ad nos et Romani generis ecclesiam non indigne me²²⁵ ut peticionibus tuis illis presertim quas ex devotionis fervore prodire conspicimus quantum cum Deo possimus favorabiliter anuamus hinc es²²⁶ nos tuis devotis supplicacionibus inclinati ut liceat tibi imperpetuum habere altare portalibe cum debita reverentia et honore super quo in locis ad hoc congruentibus et honestis possis missam etiam ante quam illucescat dies circa tamen

²²¹ Palavra corrigida.

²²² Palavra corrigida.

²²³ Esta palavra tem um "m" final sobrepontado.

²²⁴ Na margem direita, por outra mão: "Confesionario concedido ao Mestre Dom Mem Rodriguez"

²²⁵ Segue-se um espaço em branco.

²²⁶ Segue-se um espaço em branco.

divinam lucem cum calitas negotiorum pro tempore ingruentium id exigerit per proprium vel alium sacerdotem ydoneum ac alia divina officia facere celebrari itaque id nec tibi nec sacerdoti taliter celebranti ad culpam valeat imputari devocioni tue tenore presentium indulgemus tibi de uberioris dono (fl. 51v) gracie concedentes ut si forsam ad loca ecclesiastico interdicto supposita te contingerit declinare liceat tibi in illis etiam publice et cum cantu apertis januis et pulsatis campanis excommunicatis tamen et interdictis exclusis in tua et tuorum familiarum domesticorum presencia similiter missam et alia divina officia etiam per proprium vel alium sacerdotem ydoneum facere celebrari necnon mortuos siqui tunc tumulandi fuerint facere tumulari dummodo tu seu familiares huiusmodi causam non dederitis interdicto nec id tibi vel illis contingerit specialiter interdicti constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus dicti Ordinis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei a[u]su temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum XIII kalendas Augusti (*sic*). Pontificatus nostri anno duodecimo.

1456, Setembro, 23 – Roma

²²⁷ Calistus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Spalensi et Salamanensi ac Legionis episcopis salutem et apostolicam benedictionem. Militanti ecclesie licet in meriti disponenti domino presidente circa curam ecclesiarum et monasteriorum omnium solertia redimur indefessa solliciti ut justa debitum pastoralis officii eorum occurramus dispendis et profectibus divina cooperante clementia salubriter intendamus. Sane dilectorum filiorum prioris et fratrum domus Santi Marci extra muros Legionis Milicie Sancti Jacobi de Spata conquestionem percepimus quod nonnulli archiepiscopi, episcopi aliique ecclesiarum perlati et clerici ac ecclesiastice persone tam religiose quam seculares necnon duces, marchiones, comites, barones, nobiles, milites et laici comunia civitatum, universitates oppidorum, castrorum, vilarum et aliorum locorum et alie singulares persone civitatum et diocesum et aliorum partium diversarum occuparunt et occupati fecerunt castra, villas et alia loca, terras, domos, possessiones, jura, jurisdictiones necnon fructus, census, redditus et proventus dicte domus et nonnulla alia bona mobilia et immobilia spiritualia et temporalia ad priorem et fratres ac domu[m] predictos expectantes et ea detinentes indebite occupata seu ea detinentibus pereant auxiliam, consilium vel favorem. Nonnulli etiam civitatum diocesum et percium predictarum qui nomen domini in vacuum recipere non formidant eisdem priori et fratribus super predictis castris, vilis et locis aliis terris, domibus, possessionibus, juribus et jurisdictionibus fructibus, censibus, redditibus et proventibus eorundem et quibuscunque aliis bonis movilibus et immobilibus, spiritualibus et temporalibus ac aliis rebus ad eosdem priorem et fratres ac domum expectantibus multiplices molestias²²⁸ (fl. 52) et injurias inferunt et jacturas. Quare dicto prior et fratres nobis humiliter supplicarunt ut cum eisdem valde reddatur difficile pro singulis querellis ad Apostolicam Sedem hec habere recursum providere ipsis super hoc paterna diligencia curaremus. Nos igitur adversus occupatores detentores presumptores molestatores et injuriatores huiusmodi illo volentes eisdem priori et fratribus remedio subvenire per quod ipsorum conpestatu temeritas et aliis aditus comitendi similia precludatur fraterni-

²²⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "Conservatoria".

²²⁸ As palavras "et injurias" estão escritas no canto inferior direito e são as primeiras do fôlio seguinte.

tati vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo a ut unus vestrum per vos vel per alium seu alios etiam si sint extra loca in quibus deputati estis conservatores et iudices prefactis priori et fratribus efficacis deffensionis presidio assistentes non permitatis eosdem super hiis et quibus²²⁹ aliis bonis et iuribus ad priorem et fratres ac domum predictos expectantes ab eisdem vel quibus jus aliis indebite molestarii vel eis gravamina seu dapna vel injurias irrogari factari dictis priori et fratribus cum ab eis vel procuratoribus suis aut eorum aliquo fuerit requisiti de predictis et aliis personis quibuslibet super restitutionem huiusmodi castrorum villarum terrarum et aliorum locorum jurisdictionum iurium et bonorum mobilium et immobilium reddituum quoque et proventuum ac aliorum cunctorumque bonorum necnon de quibuslibet²³⁰ molestiis injuriis ac dapnis presentibus et futuris in illis, videlicet, que iudicalem requirunt indaginem summarie et de plano sine strepitu et figura iudicii in aliis utro prout calitas eorum exegerit iusticie complementum occupatores seu detentores, presumptores, molestatores et injuriatores huiusmodi necnon contradictores et rebeles quoslibet cuiuscunque dignitatis status gradus ordinis condicionis extiteret quandocunque et quocienscunque expedierit auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam appellacionem postposita concipiendo invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis non obstante tam felicis recordationis Bonifacii Pape octavii predecesoris nostri in quibus cavetur ne aliquis extra suam civitatem et diocesem in incertis exaptis causibus et in illis ultra unam die tam a fine sue diocesis ad iudicium enocetur seu ne iudices et conservatores a sede deputati predicta extra civitatem et diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscunque procedere sine alii vel aliis vices suas comitere aut aliquos ultra unam dictam a fine diocesis eorudem trahere presumant dum modo ultra duas dietas aliquis auctoritate presentium non trahatur seuquod de aliis quam de manifestis injuriis et violentiis et aliis que iudicalem requirunt indaginem penis in eos si secus egerint et in id procurantes adjectores conservatores se nullathe[r]us intromittantes quam aliis quibuscunque constitutionibus a predecesoribus nostris Romanis Pontificibus tam de iudicibus delegatis et conservatoribus quam personis ultra certum inane ad iudicium non vocandis aut aliis edictis que vestre possent in hac parte iuditioni aut presentati eiusque libero exercicio quomodolibet obviare. Seu si aliquibus comuniter vel divisim a predicta sit sede indultumquod excommunicari suspendi vel interdicti seu extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per literas (fl. 52v) apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eorum personis, locis, ordinibus et nominibus propriis mencionem; et qualibet alia indulgentia dicte sedis generali vel speciali cuiuscunque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam vestre jurisdictionis explicatio in hac parte valeat quomodolibet impediri et decacunque tenore todo de verbo ad verbum in vestris literis habita sit mentio spiritualis. Ceterum volumus et apostolica auctoritate decernimus quod quilibet vestrum prosequi valeat articulum etiam per alium inchoatum quanvis idem inchoans nullo fuerit inpedimento canonico prepedatus. Quodque a date presentium sit nobis et unicuique vestrum in premissis omnibus et eorum singulis ceptis et non ceptis presentibus et futuris perpetuata praedictas et interdictio atributa ut eo vigore eaque firmitate positis in premissis omnibus ceptis et non ceptis presentibus et futuris et pro predictis procedere ac supredicta omnia et singula quoram nobis cepta fuisent in interdictio vestra cuiuslibet vestrum in predictis omnibus et singulis per citationem vel modum alium perpetuata legitimam extetisset constitutione predicta super conservatoribus et alia qualibet in contrariam edicta non obstante presentibus post viginti annos minime valituris. Datum Rome apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo sexto, nono kalendas Octubris. Pontificatus nostri anno secundo.

²²⁹ Palavra corrigida.

²³⁰ Palavra corrigida.

1459, Dezembro, 12 – Mântua

²³¹Pius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri Johanni episcopo Egitiensi in civitate Ulixbonensi residenti et dilectis filiis abbati monasterii Beate Marie de Alcobatia Ulixbonensi diocese ac decano ecclesie Ulixbonensis, salutem et apostolicam benedictionem. Querelam dilecti filii nobili viri Fernandi infantis Portugalie perpetui administratoris Magistratus Millicie Sancti Jacobi de Spata accepimus continentem quod licet per tertio decimarum provenientium extemtorio sive districtu loci de Ribatejo Ulixbonensi diocese ad Magistro pro tempore existentem et fratres dicte Millicie de antiqua et aprobata ac hactenus pacifice observata consuetudine pertineat fuissentque olim Magistri qui erant pro tempore et fratres dicte Millicie in pacifica possessione vel quasi juris percipiendi decimas huiusmodi etiam a tanto tempore cuius contrarii memoria non habetur. Tamen universi incole et habitatores loci ac illius tertitorii sive districtus huiusmodi quasdam decimas pinorum et aliarum arborum in dictis tertitorio et districtu excesserunt²³² ipsis ut asserunt de vite debitas eisdem administratori et fratribus solvere in debite contradicunt in animarum (fl. 53) suarum periculum dictorumque administratoris et fratrum grave prejudicium atque damnum. Quare pro parte eorundem administratoris et fratrum nobis fuit humiliter supplicatum ut super hiis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vocatis qui fuerint evocandi et auditis hinc inde propositis quod iustum fuerit appellatione remota decernatis facientes quod decreveritis per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testis autem qui fuerint nominati si se gratia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante compellatis veritati testimonium perhibere. Quod si non omnes hiis exequendis potueritis interesse duo aut unus vestrum ea nichilominus exequantur. Datum Mantue anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo nono, pridie idus Januarum. Pontificatus nostri anno secundo.

S/d.

Rollo de pergaminho²³³

¹⁴⁵⁹ Ponunt et probare intendunt procuratores religiosorum virorum domni fratris Petri Scacho et conventus de Alcaçar videlicet fratrum Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii consistentium quo olim clare memorie dominus Alfonsus primus rex Portugalie qui in manu potenti contendo sarracenorum barbaricam feritatem in campo de Ourique a suis nobilibus et aliis communitatibus in regem assumptus est pro exaltatione fidei orthodoxe sui que regni tutela eosdem sarracenos fidei catholice inimicos et regni sui limitibus convicinos pro viribus impugnatur²³⁴.

¹⁴⁶⁰ Item ponunt et probare intendunt quod predictus dominus rex debellando et expugnando infidelles predictos castra fortelicia pluresque terras alias invasit et obtinuit ab eisdem.

²³¹ Na margem esquerda, por outra mão: "Provissam pera certos juizes".

²³² Palavra corrigida.

²³³ Na margem direita, com caligrafia actual: "Encontra-se o original na Col. Especial, cx. 83, m.1º doc.1º".

²³⁴ Na margem direita, por outra mão: "Estes sam huns artigos que se fizeram pera provarem que era necesario aver Mestre em Portugal in pater ex tenore illorum".

III^{us} Item ponunt et probare intendunt quod idem domnus rex zelo fidei et devocionis accensus Magistri et fratrum Ordinis Milicie Sancti Jacobi qui tunc erant strenitatem attendentes et quare strenuis pro fide zelantibus propter vicinitatem quam habebat cum sarracenis predictis pro defensione patrie et in pugnationem predictorum hostium indigebat possessiones fortelicia loca et castra quam plurima in regnis suis et presertim in frontariis ditorum sarracenorum consistencia concessit Magistro et fratribus supra dictis.

(fl. 53v) IIII^{us} Item ponunt et probare intendunt quod nonnulli alii reges Portugalie et Algarbii successive dictis Magistro et fratribus possessiones loca et castra similiter concesserunt.

V^{us} Item ponunt et probare intendunt quod fere omnia que dictus Ordo tenet in regnis predictis ex liberalitate regum Portugalie et Algarbii qui fuerunt pro tempore et a domo regia ad ipsum Ordinem pervenerunt²³⁵ ut inferius suis distinctis articulis declaratur.

VI^{us} Item ponunt et probare intendunt quod ex forteliciis atque castris predictis sibi aprenomina-tis regibus concessis nonnulli²³⁶ in dictis frontariis et aliqua ex ipsis fortissima regnorum Castelle et Legionis finibus sunt conjuncta.

VII^{us} Item ponunt et probare intendunt quod reges predictas inducti fuerunt ad concessiones huius-modi illa precipue ratione ut Magister et fratres ipsius Ordinis qui erunt et essent pro tempore in defensione regnorum suorum tam contra dictos hostes fidei quam contra alios regna eadem impugnare volentes viriliter assisterent regibus memoratis eis que fideles essent et pro iuribus jurent eosdem et in dictis regnis suis hospitalitatem tenerent et exercerent alia opera pietatis.

Inciunt declarari donationes in specie.

²³⁷VIII^{us} Item ponunt et probare intendunt quod domnus Alfonsus prefatus rex concessit villam de Arruta Ulixbonensi diocese dicte Ordini Sancti Jacobi cum iuribus et partinenciis suis ductus ex eisdem modis et causis.

²³⁸IX^{us} Item ponunt et probare intendunt quod dominus Sancius rex Portugalie concessit dicto Ordini castra, videlicet, de Alcaçar, Elborensi diocese, de Palmela, de Almadana et de Arruta, diocese Ulixbonensi, tali videlicet condicione seu modo ut eidem regi suisque successoribus et filiis obedirent et cum eisdem castris servirent. Quam concessionem ut facta carta est de castris predictis domnus Alfonsus filius et successor suus necnon domnus Alfonsus sucessor et nepos suus successive regis Portugalie approbarunt seu et confirmarunt.

²³⁹X^{us} Item quod in terminis dicti castri de Alcaçar fuit edificata seu constructa villa cum suo fortelicio qua appellatur Sanctos Jacobus de Cacem cuius reddituum extimatio equipollet modernis temporibus seu equipollere potest annuatim quatuor millibus librarum portugalie monete et amplius.

(fl. 54) ²⁴⁰XI^{us} Item quod in prefatis terminis seu territorio de Alcaçar fuit constructa seu edificata villa de Torrom cum suo fortelicio cuius reddituum extimatio equipollet modernis temporibus seu equipollere potest annuatim mille et octingentis prefate monete.

²³⁵ Palavra corrigida.

²³⁶ Palavra corrigida, seguindo-se um espaço em branco.

²³⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "Arruda".

²³⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "Sancius 1^{us} pater Alfonci 2ⁱ et avus Alfonsi tertii"; e, ainda: "Alcacer, Almada, Palmela, Arruda".

²³⁹ Na margem esquerda, por outra mão: "Alcacer e de seus termos" e "Sanctiaguo de Cacem".

²⁴⁰ Na margem direita, por outra mão: "Torram".

²⁴¹XII^{us} Item quod in dictis terminis seu teritorio de Alcaçar fuit constructa seu edeficata villa de Alvallade cuius redituum extimacio equipollet potest annuatim²⁴² modernis temporibus seu equipollere potest annuatim quadringentis libris et anplius.

²⁴³XIII^{us} Item quod in prefatis teris seu teritorio de Alcaçar fuit constructa seu edeficata villa de Cabrella cum suo fortellitio cuius reddituus valent seu valere posunt annuatim quingentas libras pefate monete et anplius.

²⁴⁴XIII^{us} Item quod in terminis seu teritorio de Palmela est situata seu constructa villa cum suo fortellitio que vulgariter appellatur Setuval cuius reddictuum extimatio equipollet modernis temporibus seu equipollere potest annuatim novem millibus librarum predicte monete vel circa.

²⁴⁵XV^{us} Item quod in terminis seu teritorio de Palmela fuerunt edeficata seu constructa fortelitium quod vocatur vulgariter Belmonte et villa qui vulgariter appellatur Çamora Correya et allia villa qui vulgariter vocatur Canha alliaque municipia consistentia in loco seu tereram que dicitur Ripa Tagi quorum locorum reddituus et fructus vallent seu vallere possunt quolibet anno quatuor millia librarum dicte monete et anplius.

²⁴⁶XVI^{us} Item ponunt et probare intendunt quod dictus Alfonsus rex Portugalie et Algarbii pater domni Dionisii regis qui nunc est concessit dicto Ordini jura patronatus Santarum de Alcaçar, de Palmela et de Almadana quorum fructus seu redditus ex vinone seu anexione facta in usus suos convertunt et valent quolibet anno tria millia trecentus libras.

²⁴⁷XVII^{us} Item ponunt et probare intendunt quod idem rex domnus Santius ductus ex eisdem causis et modis concessit dicto Ordini fortellitium cum turre et domibus alcaceve veteris castrri Santarem per quem locum idem castrum fuit recuperatum a sarracenis et unum furnum in castro Santarem et locum qui consuevit nuncupare Lacus Niger et modo vocatur Lacus Albus et vineas que fuerunt domni Egee Pelagii er ortum de Açacayam que est prope vineas domni regis et alterum ortum qui jacet sub monte qui dicitur Montiraz et unum mollendinum quem dictus Ordo habet in teritorio Santarem. Et eandem concessionem approbavit fillius suus et successor dictus Alfonsus rex illustris.

(fl. 54v) ²⁴⁸XVIII^{us} Item quod dictus Alfonsus rex Portugalie avus domni Dionisii regis qui nunc est concessit dicto Ordini decimam de adiça.

²⁴⁹XIX^{us} Item quod dominus II^{us} Sancius rex Portugalie concessit Ordini supradicto castrum de Aljustre Elborensi diocese cum terminis iuribus et pertinenciis suis exceptis Adiça et Baleatione²⁵⁰ in quibus idem domnus rex concessit decimam Ordini supradicto de hiis que exinde percipet in futurum. Quam concessionem domnus Alfonsus rex sucessor suus postea approbavit.

²⁵¹XX^{us} Item quod in term[in]is seu teritorio dicti castrri de Aljustre fuit edifica[ta] seu constructa villa que appellatur Ferreyra cum suo fortellitio cuius redditus vallet seu valere posunt annuatim mille et sexcentas libras Portugalie monete et anplius.

²⁴¹ Na margem direita, por outra mão: "Alvallade".

²⁴² As palavras: "potest annuatim" estão sobrepostadas.

²⁴³ Na margem direita, por outra mão: "Cabrella".

²⁴⁴ Na margem direita, por outra mão: "Palmela e de seus termos; Setuval".

²⁴⁵ Na margem direita, por outra mão: "Çamora Correia, Canha e lugares de Riba Tejo".

²⁴⁶ Na margem direita, por outra mão: "Direito dos padroados".

²⁴⁷ Na margem direita, por outra mão: "Lagoa Alva".

²⁴⁸ Na margem esquerda, por outra mão: "Dizima d'adissa".

²⁴⁹ Na margem esquerda, por outra mão: "Aljustre e de seus termos".

²⁵⁰ Palavra escrita por outra mão.

²⁵¹ Na margem esquerda, por outra mão: "Ferreira".

²⁵²XXI^{us} Item quod in eiusdem castri de Aljustre term[in]is seu territorio fuit populata seu edificata villa fortellicium de Messejena cuius redditus valent seu valere posunt annuatim mille libras prefate monete et amplius.

²⁵³XXII^{us} Item quod in prefatis terris castri de Aljustre fuit populata seu edificata villa que vocatur Castrum Viride cuius redditus valent seu valere possunt annuatim mille libras dicte monete et amplius.

²⁵⁴XXIII^{us} Item quod in memoratis terminis Castri de Aljustre fuit constructa seu populata villa que vulgariter appellatur Garvam cuius redditus valent seu valere possunt annuatim mille libras predictae monete et amplius.

²⁵⁵XXIII^{us} Item quod dominus II^{us} Sancius rex prefatus concessit Ordini supradicto castrum de Mertolla diocesi Elborensis cum terris et omnibus iuribus et pertinenciis suis sub condicione seu modo videlicet ut fratres eiusdem Ordinis ad defensionem et tuitionem regni Portugalie necnon ad acquirendum eidem regno terras alias in augmentum conventum tenerent ibidem et ut procurarent bonum eiusdem regis eique servirent tamquam domno naturali. Quam concessionem dictus Alfonsus successor suus post inde approbavit.

²⁵⁶XXV^{us} Item quod dominus Alfonsus rex Portugalie et Algarbii pater domni Dionisii regis qui nunc est concessit dicto Ordini castra videlicet de Caçella Silvensi diocese et de Ayamonte que sunt in limitibus regni Algarbii versus frontariam seus limites domni regis Castelle cum terris et omnibus iuribus et pertinenciis suis sub condicione seu modo quod ipsum diligenter et sibi acquirerent seu procurarent bonum sicut domno naturali.

XXVI^{us} Item quod idem castrum de Caçala cuius domnium idem rex post inde ex causis licitis acquisivit dominus Dionisius rex qui nunc est donavit seu et concessit Ordini supradicto.

(fl. 55) ²⁵⁷XXVII^{us} Item quod idem dictus Alfonsus rex Portugalie concessit dicto Ordini castrum villam et jus patronatus ecclesie de Sisinbri Ulixbonensis diocesis.

XXVIII^{us} Item quod dictus Alfonsus rex prefatus concessit dicto Ordini jus decimarum in piscariis de Sisinbra eidem compentes regi in acquisitis per commorantes ibidem hoc idem in acquisitis per vicinos et moradores de Almadana et de Setuval et de Alcaçar et ceterum decimam decime regi competentis in acquisitis per extraneos et alienigenas piscatores in locis predictis ad piscandi officium accedentes idem rex donavit et concessit ordini supradicto.

²⁵⁸XXIX^{us} Item quod dominus Alfonsus rex pre habitus attendens servicia que recepit a fratribus eiusdem Ordinis et recipere posset in posterum concessit dicto Ordini jus patronatus ecclesie Sancte Marie²⁵⁹ de Outeyro civitate Ulixbonensi.

²⁶⁰XXX^{us} Item quod dominus Alfonsus pater domni Dionisii regis qui nunc est concessit dicto Ordini castrum de Alfajar de Pena quod erat in frontaria, videlicet, in confinibus regni Algarbii versus limites domni regis Castelle cum suis terris et cum omnibus iuribus et pertenciis suis.

²⁶¹XXXI^{us} Item quod dominus Dionisius Portugalie et Algarbii rex attendens servicia que recepit a fratribus eiusdem Ordinis et posset recipere in futurum concessit dicto Ordini jus patronatus ecclesie Sancti Ildefonssi de Almaduvar diocese Elborensi.

²⁵² Na margem esquerda, por outra mão: "Messejana".

²⁵³ Na margem esquerda, por outra mão: "Castro Verde".

²⁵⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "Garvam".

²⁵⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "Mertola".

²⁵⁶ Na margem esquerda, por outra mão: "Caçella, Ayamonte".

²⁵⁷ Na margem direita, por outra mão: "Sisimbra".

²⁵⁸ Na margem direita, por outra mão: "Santa Maria do Outeiro de Lixboa".

²⁵⁹ Palavra corrigida.

²⁶⁰ Na margem direita, por outra mão: "Alfajar de Pena".

²⁶¹ Na margem direita, por outra mão: "Almodouvar".

²⁶²XXXII^{us} Item ponunt et probare intendunt quod post concessiones predictas fratres dicti Ordinis in regnis predictis pro tutela ipsorum tamquam eorundem fideles in magna multitudine antiquitus consueverat inmorari de fructibus possessionum locorum et clastorum²⁶³ predictorum ducentis honestam et honorabilem victam suam.

XXXIII^{us} Item quod idem fratres dictis regibus in guerris iam contra dictos sarracenos quam contra alios quociens expediebat cum equinus et armis virilliter assistentes eisdem regibus fideliter et utiliter serviebant.

XXXIII^{us} Item quod de omnibus et singulis supradictis est communis opinio et vox et fama puprica in regnis predictis.

XXXV^{us} Item quod sit creditur comuniter et habetur. Et non obligatur et cetera.

²⁶⁴XXXVI^{us} Item ponunt et probare intendunt quod super excrecentibus tempore procedente in regnis Castelle et Legionis anplii et difusiis possessionibus lociis fortelliciis atque castris quam plurimus piia fidellium liberillitate collatis Ordini supradicto et allis (fl. 55v) per eosdem fratres ab infidelium manibus atquisitis propter illa salubriter gubernada et custadienda ab incurssibus malignorum ac propter multa magna et ardua que Magistro Generalii dicti Ordinis ratione comissi sibi exequenda officii iminebant idem Magister reddebatur quam plurimum occupatus.

XXXVII^{us} Item quod propter occupations huiusmodi et discursus quos eum per sepe facere oportebat per loca dicti Ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt ac moram quam traherat in eis nom poterat ut debebat intendere nec intendeat cure et sollicitudini castrorum, fortelliciorum, municipiorum aliorumque eiusdem Ordinis consistencium in Portugalie et Algarbii regnis predictis et castra, fortellicia, municipia aliaque loca predicta de regnis Portugalie et Algarbii consistencia, deserta, desolata et indefemssa²⁶⁵.

XXXVIII^{us} Item quod propter inpotencias et occupationes huiusmodi predictus Ordo qui plurimum vetustis temporibus ingrandi fratrum multitudine strenuorum et observancia regulari millitari sollicitudinem contra ostes et erga pauperes in operibus pietatis in eisdem Portugalie et Algarbii regnis conseruat reflorescere eiusdem Magistri presencia consequenter correctionis ipsius debita disciplina cessantibus cepit in premissis deficere et multipliciter deformari.

XXXIX^{us} Item quod ex predictis tultus nom medicum diminuebatur divinus possessiones, loca, fortellicia et castra predicta carebant cultem studio et custodia oppostunis et ex hiis plurima in ruine et dessolacionis obprobrium labebantur.

R^{ia} ^{us} (sic) Item quod propter inpotenciam et ocupaciones predictas anniversaria ratione legatorum relictorum eisdem debita iidem fratres pro ut tenebantur minime persolvebant nec ospitalitatem et alia pietatis opera sint consueverant exercebant debitaque et consueta servicia propter inpotenciam et impedimenta predicta non exhibebantur plene nec exhiberi poterant regibus memoratis in grave scandalum incolarum regnorum Portugalie et Algarbii predictorum eorumque regum prejudicium sueque iurisdictionis regie maximam lesionem.

R^{ia} ^I^{us} Item ponunt et probare intendunt quod felicitatis recordationis domnus Nicollaus Papa III^{us} ex premissis et nonnullis aliis causis ductus volensque superbiis de opportuno remedio providere per suas literas statuit et ordinavit ut universsi comendatores et fratres dictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliaque ex eis ydoneum de regnis eisdem precipue seu et de aliis partibus in eorum et in dicti Ordinis in eisdem regnis Portugalie et Algarbii provinciale Magistram asu-

²⁶² Na margem esquerda: "castrorum".

²⁶³ Na margem esquerda corrigido para: "castrorum".

²⁶⁴ Na margem esquerda: "[II^a] parte".

²⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "redabant = proutest, in originali".

mere possent qui prefati Ordinis personarum et locorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret predicto Magistro maiori visitacione et correccionem duntaxat limine per eum faciendis tantummodo reservatis.

(fl. 56) XLII Item quod sancte memorie Celestinus Papa successor domini Nicollay Pape predicto aprobamdo ac confirmando statutum et ordinacionem per eumdem Nicollaum (...) ut premictitur de Magistro provincialli in regnis Portugalie et Algarbii assumendo idem statuit et ordinavit.

Secuntur delapidaciones et primo de alienacionibus.

XLIII Item ponunt et probare intemdunt quod castra ville, possessiones et loca predicta fuerunt et sunt in totum vel in parte per magistros de generalles eiusdem Ordinis vel eorum oficiales preceptores aliosque quibus loca predicta comendator²⁶⁶ fuerunt seu concessa allienata, dillapidata ac dissipata et ut inferius in unoquoque capitulo destrubitur sigillatim.

²⁶⁷XLIII Item ponunt ergo et probare intemdunt quod castra predicta de Ayamonte et de Alfajar de Pena que erant et sunt frontaria dividencia regnorum limites ut premictitur fuerunt translata et alienata per Magistrum Generalem de Ordinis²⁶⁸ supradicti qui erat pro tempore a dominio et iurisdicione regis Portugalie et Algarbii in iurisdictionem domnium regis Castelle pro quibus sub natura concambii seu permutacionis idem Magister castra quorum unum dicitur de Regina et Aluver Estepa vulgariter nucupatur intus in dominio regis Castelle consistencia ab eodem rege Castelle recepit in magnum prejudicium regnum Portugalie et Algarbii sueque iurisdictionis regie enervacionem non modicam ac regnorum suorum maximum detrimentum.

XLV Item quod dominus Didacus Muniz Magister Generalis de Ucles Ordinis supradicti concessit seu dedit illustri domne Vatace ad vitam suam villam et fortaliticium Sancti Jacobi de Cacem necnon²⁶⁹ villas qui vulgariter dicuntur Panoeas et Torredanos quorum redditus valent seu valere possunt ut supra dictum est quatuor millie librarum et quingentas ultra pro quibus sub natura concambii vel quia recepit idem Magister a dicta domna Vataça villam que vulgariter dicitur Vilala que est in dominio et iurisdictione seu districtu regis Castelle cuius redituus²⁷⁰ non attingunt mille libras Portugalie monete.

XLVI Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore concessit seu dedit illustri infanti domno Alfonso fratre serenissimi domni Dionisii villam de Terrom in vitam eiusdem domni infantis cuius redditus equipolentes mille octogentas librarum; idem domnus infans nec dato seu prestito nec promisso sub nomine concambii vel alitrius per XXXIII^a annos habuit et percepit.

XLVII Item quod dominus Johannis Osoriz Magister Generalis dedit seu concessit Johani Simeonis castrum et villam de Sisinbria in vitam suam cuius castrum et ville redditus qui valent seu valere possunt anno quolibet mille libras viginti annis percepit pro quibus prefatus Magister habuit a dicto Johane Simeonis termini duo millia et quingentas libras.

XLVIII Item quod Magister predictus comcessit seu dedit pro duo millibus librarum termini prefato Johani Simeonis et uxori sue domne Marie ad vitam ipsorum villam que vulgariter dicitur Çamora Correya diocese Ulixbonensi cuius redditus equipollentes anno quolibet quadringentis libras prefatus Johannis Simeonis (fl. 56v) et uxor sua dicte Annis et ultra perceperunt et eandem villam prefata domna Maria superstes virtute dicte²⁷¹ concessionis habet et detinet in presenti.

²⁶⁶ Na margem direita, por outra mão, corrigido para: "*comendata i[n] original*".

²⁶⁷ Na margem direita, por outra mão: "*Como a Ordem alienou os castellos d'Ayamonte e d'Alfarjar de Pena*".

²⁶⁸ Na margem direita, por outra mão: "*de Ucles in original*".

²⁶⁹ Palavra repetida na margem direita, por outra mão.

²⁷⁰ Segue-se riscado: "a".

²⁷¹ Na margem esquerda, por outra mão: "*decem in original*".

XLIX Item quod Magistri Generales qui fuerunt pro tempore dederunt seu comcesserunt nobilli varoni domno Martino Egidii et uxorii sue domne Millie ad vitam utriusque villam que vulgariter dicitur Canha cuius redditus equipollentes anno quolibet quadringentis libras; prefati domnus Martinus et uxor sua et fillius suus domnus Martinus quondam comes de Barcelis in Portugalia perceperunt XXX^{ta} annis et ultra.

L Item quod Magister Generalis qui dicitur de Ucles, videlicet, domnus Didacus Muniz dedit seu concessit postea pro mille libras termini dictam villam de Canha Gunsalvo Menendi scutifo Ulixbonensi commoranti ad vitam suam cuius redditus idem Gunsalvus Menendi habuit et percepit per IX annos et ultra et ad huc habet et retinet virtute concessionis predictae.

²⁷²LI Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore concessit seu dedit bona dicti Ordini qui sunt in Monte Maiori Novo Elborensi diocese et in terminis suis Menendo Roderici Rebotim quorum bonorum redictus valentes anno quolibet quadringentas libras; idem Menendus cum uxore sua perceperunt per XXV^o annos et ultra.

LII Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore dedit seu concessit nobilli viro Petro Alfonso Ribeiro ad vitam suam locum cum suo forteliço qui vulgariter dicitur Belmonte cuius redditus valentes anno quolibet ducentas libras vel circa; idem Petrus Ribeiro per vinti annos percepit.

LIII Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore scilicet domnus Johanis Osoriz dedit seu concessit Johani Dominici quondam thesaurario domni regis villam de Aaveiras cum suis iuribus et pertinenciis et locum de Ortalagoa juxta Santarena Ulixbonensis diocesis quorum redditus valentes anno quolibet quingentas libras et ultra; idem Johanis Dominici per XV^{ti} annos percepit et adhuc percipit in presenti.

LIIII Item quod Magister Generalis excepto loco de Ortalagoa qui erat pro tempore scilicet domnus Johanis Osoriz dedit et concessit bona que dictus Ordo habet in Castro Santaran et in terminis suis²⁷³ pro tribus millibus librarum etiam Laurencio Scola ad vitam suam et filii sui quorum redditus valentes anno quolibet duo millia librarum; idem Laurencius Scola in vita sua et postea Johanis Scola fillius suus qui nunc bona predicta tenet et possidet perceperunt per XXX^a annos et ultra.

²⁷⁴LV Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore dedit seu concessit fortellicium in villam de Arruta cum iuribus et pertenenciis suis clarissime domne Beatrici quondam regine Portugalie et Algarbii illustri ad vitam suam cuius redditus valentes anno quolibet tria millia libras; eadem domna reginam per XX^{ti} annos et ultra percepit.

(fl. 57) ²⁷⁵LVI Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore scilicet Magister Pelagius Correya dedit seu concessit omnia bona que dictus Ordo habebat inter Dorium et Minium aliaque bona que dictus Ordo habebat in locis seu terris de Beira et reliquas que sunt in terris civitatis Colinbriensis, videlicet, domos vineas ortos et alia Gunsalvo Johanis Correya et aliis millitibus que bona alienata sunt penitus et irrecuperabiliter amissa.

LVII Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore dedit seu concessit nobilli viro Fernando Gunsalvi Chancinho milliti ad vitam suam et fillii sui Gunsalvi Fernamdi casallia et possessiones et alia bona que dictus Ordo habebat in terra quod vulgariter dicitur de Santa Maria Portucalensi;²⁷⁶ diocese quorum redditus valentes anno quolibet quingentas libras; idem Fernandus Gunsalvi in vita sua et postea fillius suus qui nunc ea tenet et possidet percipunt per XXX^a annos et ultra.

²⁷² Na margem esquerda: "*Represa*".

²⁷³ Na margem esquerda, por outra mão: "*esta errado, vide original*".

²⁷⁴ Na margem esquerda: "*Arruda*".

²⁷⁵ Na margem direita, por outra mão: "*Beens da Beira, Coimbra e Entre Douro e Minho perdidos*".

²⁷⁶ Palavra rasurada.

²⁷⁷LVIII Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore donavit et titulo alienaciones perpetuo concessit villam Casevel Elborensi diocese cum omnibus juribus et pertinenciis suis domno Petro Caseval ita quod per huiusmodi alienacionem eiusdem ville domnium a temporibus domni Pilagii Correya quondam Magistri Generalis fuit alienatum et perditum usque ad mediana tempora quibus domnus Petrus Scacho nunc magister in regnis Portugalie et Algarbii de novo recuperavit ac etiam acquiesivit cuius redditus valentes anno quolibet centum libras sunt tempore dicte alienacionis que duravit per XL^a annos et ultra amissi.

LIX Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore Magister domnus Pelagius Correya dedit seu concedit²⁷⁸ Dominico Martini de Mouguelas cum vitam suam et cuiusdam nepotis sue quondam vineas et oliveta existencia in terminis castri de Palmela in loco qui vulgariter dicitur as Cimas da Varzea de Galvam quorum reddictus valentes quolibet anno centum libras; idem Dominicus Martini et neptis sua predicta perceperunt per XL^o annos et ultra.

²⁷⁹LX Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore dedit seu concessit Petro Salgado quondam thesaurario domni regis ad vitam suam fortellium et locum de Mouguelas Ulixbonensis diocese cum omnibus juribus et pertinenciis suis cuius redditus valentes anno quolibet quadringentas libras; idem Petrus Salgado percepit per XX annos et ultra.

²⁸⁰LXI Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore idem Pelagius Correya perpetuo dedit seu concessit domno Johani Petri Correya fratre suo locum qui dicitur Messejana Elborensi diocese abdicando a se et ab Ordine supradicto si facere potuit proprietatem et omne jus quod dicitur Ordo habebat et habere debebat in eodem loco de Messejana cuius loci redditus in proventus valentes anno quolibet mille libras vel circa dictos domnus Johannis Petri Correya et subcessores sui perceperunt per XL anos et ultra.

²⁸¹LXII Item quod Magister Generalis qui dicitur de Ucles qui erat pro tempore dedit seu concessit villam que dicitur Garvam diocese Elborensi Fernamdo Johannis militi ad vitam suam cuius redditus valentes (fl. 57v) quolibet anno mille libras; idem Fernandus percepit per XX^{ti} annos et ultra.

LXIII Item quod post mortem dicti Fernamdi Johannis villa predicta de Garvam ad jus et possessione Ordinis reddeunte et in ea pluribus istis melioracionibus per strenuum virum domnum Johanem Fernandi quondam Magistrum provincialem dicti Ordinis in regnis Portugalie et Algarbii eoque postmodo a moto ab officio Magistratus. Magister Generalis domnus Johannis Osoriz qui tunc erat in regnis Castelle et Legionis dictam villam de Garvam cum suis melioracionibus juribus et pertinenciis in nobilem virum Gonsalvum Correya alienavit transtulit seu concessit cuius redditus valentes quolibet anno mille libras; idem Gonsalvus Correya et fillius suus percipiunt per XV^{ti} annos et ultra.

²⁸²LXVIII Item quod²⁸³ domnus Martinus Gascom maior comendador in regnis Portugalie et Algarbii constitutus seu datus per Magistrum Generalem regni Castelle et Legionis qui tunc erat dedit seu concessit Marie Martini que dicitur Anavarra; eodem Magistro sciente et approbante aldeolam que vocatur Bemposta in terris castri de Alcaçar cuius redditus valentes quolibet anno centum libras, dictam Maria Martini percepit per decem annos et ultra, quam aldeolam eadem Maria Martini adhuc tenet et possidet.

²⁷⁷ Na margem direita, por outra mão: "Casevel".

²⁷⁸ Na margem direita, por outra mão: "concessit in originali".

²⁷⁹ Na margem direita, por outra mão: "Mouguelas".

²⁸⁰ Na margem direita, por outra mão e rasurado: "Messejana".

²⁸¹ Na margem direita, por outra mão: "Garvão".

²⁸² Na margem esquerda, por outra mão: "a Bemposta termo d'Alcacere".

²⁸³ Palavra acrescentada posteriormente.

LXV Item quod Magister Generalis qui dicitur de Ucles qui erat pro tempore dedit seu concessit nobili et strenuo baroni domno Didaco Lupi de Bayam ad vitam suam castrum et villam de Cabrreela Elborensi diocese cuius redditus valentes quingentas libras quolibet anno; dictus dominus Didacus Lupi percepit per XV^{ti} annos et ultra.

²⁸⁴LXVI Item quod Magister Generalis qui dicitur de Ucles qui erat pro tempore dedit seu concessit Martini Fernamdi milliti et uxori sue Marie Gunssalvy²⁸⁵ ad vitam ipsorum locum qui dicitur Cercal in terris Sancti Iacobi de Cacem cuius redditus valentes quolibet anno ducentas libras; idem Martinus Fernamdi et uxor²⁸⁶ sua perceperunt per XXX^{ta} annos et ultra et ad huc tenet et percipit Maria Gunssalvi predicta.

LXVII Item quod Magister de Ucles Generalis qui dicitur qui erat pro tempore dedit seu concessit nobili viro Sugerio Mundi Petite ad vitam suam quasdam possessiones et terras arabiles que sunt in loco qui vulgariter appellatur Chacoteca quorum redditus et proventus valentes anno quolibet quingentas libras; idem Sugerius Mundi percepit per decem annos et ultra.

²⁸⁷LXVIII Item quod Magister Generalis qui erat pro tempore et dicitur de Ucles decimas dicto Ordini debitas ad obitus infirmarie ratione loci qui dicitur de Palma aliorumque jurium ad eundem locum spectantium valentes anno quolibet communi extimacione ducentas libras; nobilli viro Nuno Fernamdi Cugominho cuius erat dominum dicti loci sub titulo convencionis per XXX^{ta} libras remisit quas XXX^{ta} libras nomine decimarum debitas Ordo predictis propter potentem malivolum debitorem eiusque successores usque ad haec tempora non percepit.

LXIX Item quod super revocandis omnibus bonis predictis sic datis concessis seu alienatis et ad jus proprietatem ac possessionem dicti Ordinis reducendis; lictere aperte fuerunt opetente juxta; quarum licterarum naturam et formam Magister de Ucles qui tunc erat pro tempore, scilicet, Johanis Osoriz aliisque successores sui impetendis et recuperandis bonis predictis abstinent et²⁸⁸ cessaverunt (fl. 58) a recuperacione predictorum bonorum et sic bona sic alienata predicta detinent extra jus et dominium dicti Ordinis in eius Ordinis grave prejudicium et non modicam lesionem.

LXX Item quod dictis premissis et omnibus et singulis est causis opinio et vox et fama publica in partibus illis et sic creditur, tenetur, canitur et habetur.

Secuntur destrucciones et deterioraciones rerum et bonorum dicti Ordinis.

LXXI Item ponunt et probare intendunt procuratores predicti quod temporibus quibus fratres dicti Ordinis in regnis Portugalie et Algarbii existentes bonaque eiusdem Ordinis universsa erant sub omni monda juridicione Magister Generalis regni Castelle et Legionis bona eiusdem Ordinis existencia Sanctaren, videlicet, domus cum turri et suo fortellicio eiusque protectis vinee et furnus alieque possessiones per defectum regim[*in*]is Magistrorum Generalium sunt a longis temporibus destructa dissipata et adeo diminuta quod quanquam Johanis Scola qui dicta bona nunc tenet et possidet compulsus per Magistrum provinciale in regnis Portugalie et Algarbii, muros dicti fortelicii restauravit in presenti vix tamen bona predicta per mille libras possunt in pristinum statum reduci nec etiam reparari.

LXXII Item quod easdem temporibus palacia et domus que dictus Ordo habebat in civitate Ulixbonensi propter defencionem regnis predictorum Magistrorum Generalium sunt a longis tempori-

²⁸⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "Cercal termo de Santiago de Cacem".

²⁸⁵ Palavra rasurada.

²⁸⁶ Palavra rasurada.

²⁸⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "Decimas de Palma".

²⁸⁸ Seguem-se duas palavras sobrepontadas e riscadas.

bus destructa dissipata et adeo diminuta quod quamquam per provinciales Magistros, scilicet, domnum Johanem Fernandi et domnum Laurencium Johannis in parte fuerunt reperata cuius reparationis expensarum extimacio attingit seu attingere potest quingentas libras, vix tamen per trecentas libras in presenti posunt in prestinum statum reduci nec etiam reparari.

LXXIII Item quod eisdem temporibus monasterium domnarum seu monialium de Sanctis eiusdem Ordinis iuxta civitatem Ulixbonensem existentes fuit et est per defectum regm[in]is Magistrorum Generalium in claustro muro quo a parte maris; idem monasterium circumdatur torcularibus et aliis pertenenciis eiusdem monasterii adeo dissipatum deterioratum ac etiam diminutum quod quavis nunc per Magistros provinciales in domibus vineis et quibus aliis rebus eiusdem monasterii meliorantes fuerunt facte quarum expensse possunt attingere usque ad quadringentas libras, vix tamen prefatum monasterium in predictis ruinis et deterioracionibus per sex milia librarum potuerit reparari nec in primitivum statum reduci.

LXXIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regm[in]is Magistrorum Generalium predictorum dicitur Almadana Ulixbonensi diocese fuit ruinis et deformacionibus est adeo diminutum et dissipatum quod murus eiusdem castri ex utroque latere, scilicet, a parte maris et a parte ville non possent per decem milia librarum in statum primitivum reduci nec etiam reparari.

LXXV Item quod eisdem temporibus per defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum quedam turris et domus dicti Ordinis que erant in loco que dicitur Couna Ulixbonensi diocese que vix per mille libras sub forma similli reedificari possent in totum ruinis et desolacionibus perierunt (fl. 58v) in quo tamen loco de Couna per provinciales Magistros regnorum Portugalie et Algarbii seu eorum comandatores vel ministros melioraciones in dominus et vineis usque ad valorem ducentarum quindecim librarum in redditibus postea iste fuerunt et in presenti existunt.

LXXVI Item quod eisdem temporibus per defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa de Sisimbria Ulixbonensi diocese in turribus, muris, cisternis, apotetis aliisque domibus, vineis et teris arabilibus et aliis pertinenciis et rebus in eiusdem terris existentibus necnon ecclesia ibidem existens fuerint adeo dissipata ac etiam diminuta quod quamquam melioraciones alique per Magistros provinciales vel eorum loca tenentes facte fuerint in facta prelibata et alter, vix tamen predicta bona sic dissipata et destructa per tria milia librarum reparari poterunt in presenti nec in primitivum statum reduci.

LXXVII Item quod eisdem temporibus per defectum regim[in]is Magistrorum Generalium predictorum castrum et villam de Palmela diocese Ulixbonensi in turribus muris et protectis cisternis aliisque ad fortelicia dicti castri et ville necessariis (*sic*) riunam et diminucionem passa sunt et in aliis bonis universsis ad eandem villam et castrum spectantibus necdum in ecclesiis sed etiam apotetis, torcularibus, furnis, domibus, vineis aliisque terris et pertinenciis suis deteriorata fuerunt et sunt et adeo dissipata quod quamquam postinde per Magistros provinciales regnorum Portugalie et Algarbii facte fuerunt ibidem melioraciones alique ad valorem in redditibus cuiuslibet anni quingentarum librarum sic tamen dissipata et distructa castrum et villa predicta vix per quinque milia librarum hodie potuerunt reformari.

LXXVIII Item quod eisdem temporibus per defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum villia et et (*sic*) fortellicium de Setuval Ulixbonensi diocese turribus muriis et aliisque necessariis ad fortellicium supradictam riunam et deterioracionem passa sunt et in domibus aliisque bonis temporalibus ecclesia diminuta quod quamquam per Magistros provinciales seu eorum loca tenentes in quibusdam melioraciones facte fuerint in quibus expense facere attingunt seu attingere possunt mille et quingentas libras, vix tamen predicta sic dissipata ut premictitur et diminuta possunt adhuc per mille libras in statum pristinum reformari.

LXXIX Idem quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum locus seu domus qui dicitur de Mouguelas Ulixbonensi diocese suumque fortellicium in turri domibus vineis bobus pecoribus aliisque rebus ad agriculturam necessariis et utilibus predicta

deteriorata fuerunt et diminucionem passa, quod vix per trecentas libras possent, tutis temporis reformari que omnia per provinciales Magistros regnorum Portugallie et Algarbii seu eorum ibidem loca tenentes fuerunt pro maiori parte postinde restaurata.

LXXX Idem quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa de Alquaçar Elborensi diocese ubi capud eiusdem Ordinis consistet et generalis conventus habetur in turribus et muris fortissimus quibus erant inexpugnabilia circumdata (fl. 59) in eisdem muris et turribus exquibus plures in totum pluresque perierunt in parte et signantur ex parte illa ubi dicta villa per infideles ortodoxe fidei inimicos fuit antiquitus expugnata ruinas et deformationes irrestaurabiles vel quia passus sunt et in domibus soliis et protectis et aliisque bonis temporalibus ecclesia diminucta ac etiam dissipata quod quamquam per Magistros provinciales regni Portugalie et Algarbii, videlicet, domnum Laurencium Johanis et domnum Petrum Scacho qui nunc est facte fuerint inibi melioraciones quarum in parte reddictus atingere possunt anno quolibet quingentas libras et ultra; vix tamen prefatum castrum et villa in ruinis deformationibus et diminucionibus predictis possunt hodie per XXX^{la} millia librarum in statum pristinum reformari.

LXXXI Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa Sancti Jacobi de Cacem Elborensi diocese in turribus, muris, soliis et protectis, furnis, stabulis, cortularibus, ortis, domibus aliisque robus et bonis ibidem et in terminis suis existentibus riunas, deformationes, deterioraciones multipliciter passa sunt plurimisque diminucionibus dissipata quod quavis per domnum Johanem Fernamdi provinciale Magistrum facte fuerint melioraciones nedum in muris et turribus etiam fabricandis per XX^{la} librarum millia consequi nullatenus possent sed etiam in aliis quarum redditus valent seu valere possunt anno quolibet quingentas libras et ultra, vix tamen ruine diminuiciones et dessipaciones predictae possunt in presenti per quinque milia librarum in statum pristinum reformari.

²⁸⁹LXXXII Item de consimili defectum regnnis possunt notari Magistri Generalis predicti quod ipsorum temporibus in fortelicio et villa de Sines que sunt in terminis dicti castri Sancti Jacobi de Cacem per provinciales Magistros et quosdam alios fuerunt alique municiones incohate alieque melioraciones facte que numquam per eosdem generales seu ipsorum loca tenentes fuerunt ad effectum debitum deducte nec etiam consumate imo verius pro parte in aliquibus diminute.

LXXXIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis possunt notari²⁹⁰ Magistrorum Generalium predictorum in villa de Alvaladi Elborensi diocese ecclesia eiusdem ville in parietibus, imaginibus, ornamentis et aliis ruinam et diminucionem passa est; adeo quod in totum deponi oportuit et dissolvi et de novo reedificari seu construi in qua reedificacione et constructione ecclesie supra dicte facta per domnum Petrum Scacho qui nunc est Magister provincialis expensa posita atingere potest quadringentas libras et ultra.

²⁹¹LXXXIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum ville de Panoyas et de Torredanes Elborensi diocese in ecclesiis ornamentis et officiis divinis a quibus per multa tempora cessaverunt in ortis in vineis in domibus et parietibus earum passe sunt deterioracionem et diminucionem in tantum quod cessacione divini cultus postposita, vix tamen in aliis sit dessipata diminuta et destructa possunt per quingentas libras in statum pristinum reformari.

LXXXV Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Messejena cum juribus et pertinenciis suis in ecclesia et ornamentis eiusdem molen-

²⁸⁹ Na margem direita, por outra mão: "*Sines em termo de Santiago de Cacem*".

²⁹⁰ As palavras "*possunt notarii*" estão sobrepontadas.

²⁹¹ Na margem direita, por outra mão: "*Panoias*".

dinis, vineis, domibus, apotetis lesionem et diminucionem passa est quod quamque per Magistrum provincialem est seu inibi eius locum tenentem in quibusdam aliq̄ue melioraciones facte sint in quibus expensse facte atingunt (fl. 59v) vel atingere possunt mille libras, vix tamen predicta sic dessipata et ut primictitur diminuta posunt adhuc per trecentas libras in statum pristinum reformari.

LXXXVI Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Garvam Elborensi diocese in ecclesia libris ceterisque ornamentis eiusdem vineis apotetis, teris, domibus ac aliis diminucionem et deterioracionem eadem villa passa est in tantum quod quamquam per Magistrum provincialem qui nunc est vel eius locum tenente melioraciones aliq̄ue fecte sint in quibus expense sic facte atingunt vel atingere possunt ducentas libras, vix tamen predicta sit dissipata et ut primictitur diminuta possunt adhuc per quingentas libras in statum pristinum reformari.

²⁹²LXXXVII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Ourique Elborensi diocese in ecclesiis libris et aliis ornamentis earum terris, domibus, vineis, apotetis, diminucionem, deterioracionem tam in temporalibus quam in spiritualibus passa est in tantum quod quamquam per Magistrum provincialem qui nunc est seu eius locum tenentem in quibusdam melioraciones aliq̄ue facta sint in quibus expensse sit fecte et melioraciones atingunt vel atingere possunt tria millia librarum, vix tamen predicta sit dissipata et ut primictitur diminuta possunt ad huc per ducentas libras in statum debitum reformari.

²⁹³LXXXVIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Almodouvar diocese Elborensi cum suo fortelicio in ecclesia, fortelicio, muris, domibus aliisque rebus et dapnum detrimentum et diminucionem tam in temporalibus quam in spiritualibus passa est in tantum quod quamquam per Magistrum Provincialem qui nunc vel eius locum tenentem inibi aliq̄ue melioraciones et emptiones facte sint que aliter fieri seu habere non possent pro trecentis libris, vix tamen predicta villa in fortelicio, muris, domibus, terris, vineis ceterisque rebus ad ipsam spectantibus sic deformatis et diminutis posset per quingentas libras in statum pristinum reformari.

²⁹⁴LXXXIX Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum villa et fortelicium qui vulgariter dicitur os Padrrões est adeo depauperata diminuta et in fortelicio ecclesia aliisque domibus dissipata quod quamquam per Magistros provinciales vel eorum inibi locum tenentes melioraciones valentes in redditibus anno quolibet ducentas libras et ultra modernis temporibus fecte sint, vix tamen fortelicium et villa predicta in diminucionibus ruinis aliisque dissipacionibus per quinque milia librarum potuerunt reformari non pretermictendo quod eadem villa erat antiquitus adeo populata quod quadriginta ad minus equites bene parati cum armis et equis erant ibidem continuo ad servicium domni regis et ordinis supradicti et de quibus hodie nulus existit.

XC Item quod eisdem temporibus propter defectum regnnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa de Mertolla que in limitibus regni Portugalie consistunt que in sui fortitudine secundum et loci naturam ac muris et turribus inexpugnabilibus castra alia universsa seu quia excedunt sunt deterioracionibus ruinis detrimentis necnon in temporalibus et in spiritualibus passa diminucionem lesionem maximam et aliter multipliciter dissipata quod quamquam in muris, turribus, fortelliciis ac aliis supradictis expensse melioracionis facte sint per Magistros Provinciales que attingunt quadragintam quinque millia librarum et ultra, vix tamen predicta in ruinis (fl. 60) dete-

²⁹² Na margem esquerda, por outra mão: "Ourique".

²⁹³ Na margem esquerda, por outra mão: "Almoduvar".

²⁹⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "Os Padres".

rioracionibus ac diminucionibus supradictis possunt per XXX^{la} millia librarum in statum prestinum reformari.

XCI Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Castro Verde in ecclesia et ornamentis ipsius domibus, vineis, ortis ac rebus aliis dampnum detrimentum et diminucionem tam in temporalibus quam spiritualibus passa este in tantum quod quamquam per Magistrum provincialem qui nunc est seu per eius locum tenentem inibi alique melioraciones facte sint, vix tamen predicta possunt per centum libras in statum pristinum reformari.

²⁹⁵XCII Item quod eisdem temporibus defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum bona que dictus Ordo habet in Begia diocese Elborensi et in teris suis fuerunt et sunt in domibus²⁹⁶, toccularibus, apotetis, furnis, terris, vineis ac aliis diminuta dissipata destructa in tantum quod quamquam per Magistros Provinciales seu eorum locum tenentes alique melioraciones facta sint, vix tamen predicta bona in diminucionibus, dissipacionibus, destruccionibus predictis possunt per mille libras in statum prestinum reformari.

²⁹⁷XCIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum villa de Aljezur cum fortelicio suo adeo est destructa diminuta in dicto fortelico, forno, domibus, terris ac rebus aliis quod quamquam per Magistros Provinciales vel eorum inibi locum tenentes alique melioraciones facte sint, vix tamen fortelicium et alia bona eiusdem ville possunt per quingentas libras in statum pristinum reformari.

XCIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa de Aljustre quamquam predictum castrum et villa predicta provisione speciali custodia ac municionibus indigerent nedum racione conventus quem fratres parati cum equis et armis ad defensionem patrie ibidem continuo exertabant sed etiam quia in tali situ consistant ex quo illis temporibus expugnabantur infideles orthodoxe fidei inimici qui in locis circum morabantur vicinis, videlicet, in castris consistentibus in campo qui dicitur Ourique²⁹⁸ et durat per XV^{ti} leucas et ultra et in castris regni Algarbii circum adiecentibus dicto castro de Aljustre virtute cuius castris et ibidem commorancium predicti indifeles fuerunt expulsi eorumque castra ab ipsorum manibus sunt redempta vel nominus tamen ut primictitur per defectum regnis dictorum tantum detrimentum diminucionem et tot ruinas dictum castrum et villa in muris et forteliciis galeis, clipeis, loricis ac aliis armis pluribus que ibidem ad expugnacionem infidelium et defensionem patrie servabantur passa sunt, quod vix per XV^{ti} milia librarum in statum pristinum potuerunt reformari non pretermisso quod alique melioraciones atangentas duentas libras in ecclesia et ornamentis eiusdem facte fuerunt per Provinciales Magistros vel eorum locum tenentes ibidem.

XCV Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum predictorum generalium villa de Ferreira diocese Elborensi in ecclesia et ornamentis ipsius in domibus, terris, vineis, ortis in fortelicio in turri et muris ipsius fortelicii ac rebus aliis ruinam dampnum detrimentum et diminucionem passa est in tantum quod quamquam per Magistros Provinciales seu per eorum in ibi locum (fl. 60v) tenentes in fortelicio municiones alique et alie melioraciones facte sint, vix tamen predicta possunt per decem millia librarum in statum debitum restaurari.

XCVI Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum eosdem Magistros villa de Torrom Elborensi diocese cum fortelicio suo fuit commendata in domibus, furnis, vineis, terris, rectoribus, molendinis, fortelicio et turri ipsius fortelicii ac rebus

²⁹⁵ Na margem direita, de outra mão: "*beens de Begia*".

²⁹⁶ Segue-se uma palavra riscada e sobrepontada.

²⁹⁷ Na margem direita, de outra mão: "*Aljezur*".

²⁹⁸ Na margem direita, de outra mão: "*et in castro de Mertola est in originali*".

aliis ruinam dampnum detrimentum et diminucionem passa est in tantum quod quamquod per Magistros Provinciales seu per eorum locum tenentes in predictis aliq[ue] melioraciones facte sint que aliter haberi nom possent per duo milia librarum et ultra, vix tamen predicta possunt per mille libras in statum pristinum restaurari.

²⁹⁹XCVII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum bona que dictus Ordo habet in castro de Elbis Elborensi diocese et in terminis suis dictus Ordo passus est magnum dampnum et detrimentum in quodam fortelicio quod idem Ordo habet in territorio dicti castri de Elbis necnon in domibus torcularibus vineis molendinis ac rebus aliis in tantum quodlibet aliq[ue] emptiones et melioraciones per Magistros Provinciales seu per eorum locum tenentes facte sunt ibidem, vix tamen predicta per mille libras possunt in statum pristinum restaurari.

XCVIII Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum aldeola que dicitur Bemposta Elborensi diocese aliaque bona que dictus Ordo habebat perierunt in totum, adeo quod predicta sit destructa et dissipata non possunt per duo millia librarum in statum pristinum restaurari.

XCIX Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum castrum et villa de Cabreela Elborensi diocese sunt adeo in muris et fortelicio domibus pecoribus terris ac aliis iuribus et pertenenciis suis destructa diminuta et depauperata quod quamquam per Magistros Provinciales seu eorum inibi locum tenentes aliq[ue] melioraciones facte sint, vix tamen predicta in diminucionibus, dissipacionibus et ruinis per quinque millia librarum potuerunt reformari.

CXC (*sic*) Item ponunt et probare intendunt procuratores predicti quod super dictis deterioracionibus, dissipacionibus, deformacionibus et ruinis reficiendis ac etiam restaurandis prefati Generales Magistri qui erant pro tempore eorumque oficiales et preceptores seu alii quibus castra, ville et loca predicta in regnis Portugalie et Algarbii existencia commendata fuerunt seu concessa per serenissimos reges Portugalie et Algarbii et signantur per magnificum principem domnum Dionisium regem illustrem fuerunt moniti ac etiam requisiti que per eosdem generales seu eorundem loca tenentes nullatenus fuerunt ut apparet ex superioribus reformata et in posterum constare poterit legitimis documentis imo etiam in modum depredacionis quo quomodo per fas vel nefas per eos congregata pecunia et armis et equis pluribusque aliis et ut a barbaris argentum et aurum subtiliter extorquendo ad dominium et jurisdictionem regis Castelle extra Portugalie et Algarbii predicta omnia afferebant asserbant in eorum tamen regum et regnorum suorum magnum detrimentum et non modicum prejudicium ac totius sue rei publice maximam lesionem cum prefata omnia indefensionem regnorum (fl. 61) Portugallie et Algarbii eorumque regum servicium et protectum a quorum teritorio et jurisdictione trahebantur predicta ac municiones seu restaraciones castrorum et locorum predictorum iam dicti Ordinis juste et racionabiliter debuissent expendi et non ad alienas provincias aportari.

CXI (*sic*) Item ponunt et probare intendunt quod temporibus illis quibus fratres eiusdem Ordinis regnorum Portugalie et Algarbii necnon castra, ville, municipia aliaque loca et bona erant sub gubernacione precepto et iurisdictione Magistri Generali regnorum Castelle et Legionis plura fuerunt necdum per aliquos ex preceptoribus oficialibus aliisque quibus loca et bona predicta per dictos Generales Magistros commendata fuerunt seu concessa eorumque fa[m]iliares et domesticos sed etiam per alios municipales et incolas dictorum locorum comissa flagicia, videlicet, homicidia cedes et vulnera, strupra, incestus et adulteria, furta, violencie et rapine et atroces injurie pluraque alia crimina et excessus que per dolum culpam seu negligenciam preceptorum et

²⁹⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "Spada d'Elvas".

officialium predictorum eorumque iudicum seu justiciariorum remanserunt inulta et penitus impunita in juris offensam magnum detrimentum dicti Ordinis et rei publice non modicam lesionem. Quamvis enim rigor justicie ubi justiciarii justiciam celere pretermictum quomodo in quam in pios punire petitur qui in pietatem exercet aut qualiter quieto corde res publica sustinere valebit ubi justicia per juris executores corrumpitur dum cedendo ceditur dum etiam solicitando pudicicie probitatem et alienas interpellando nuncios aliosque in honestos actos et improbabilles ut premititur exercendo rigor et equitas totaliter depravatur huiusmodi enim non atuentes quod lege cavetur, scilicet, ne inde nascantur injurie inde jura nascuntur se in probis et in honestis actibus polluentes quedam extraordinaria fabricando terram depredando et aliter indebita ledendo³⁰⁰ subjectus insenatus consultam linbonianum legem corneliam in cuius supplementum introductum est legemque juliam repetundarum peculatus et de sacrilegiis et residuis crimenque concussionis et de recep-toribus edictum pluraque ordinaria et extraordinaria crimina diversis contenta legibus inciderunt ut in castris et villis de Alcaçar, de Setuval, de Palmela, de Sisinbria, de Castro Verde, de Mertolla et aliis castris et locis eiusdem Ordinis regnorum Portugalie et Algarbii fidedignorum testimonio constare potuerit evidenter.

CII Item quod de omnibus predictis et singulis communis³⁰¹ est opinio vox et fama publica et in regnis Portugalie et Algarbii et pricipue in prefatis castris, villis, municipiis et locis Ordinis supradicti regnis eiusdem.

CIII Item quod sit creditur tenetur communiter et habetur.

Et nom obligant se et cetera.

(fl. 61v) Começam as escreturas da segunda parte.
Alfonssus.

(fl. 62)

67

1272 (?), Dezembro, 6 – Santarém

³⁰²Alfonssus Dei gracia rex Portugalie et comes Bolonie universis pretoribus, comendatoribus, alvazilbus³⁰³ iudicibus, alcaldibus, amoxyarifes et scribanis et illis qui loco eorum sunt ab Ulixbona usque ad Almadanam et de Almadana usque ad Sisinbriam et de Sisinbria usque ad Palmelam et de Palmela usque ad Satuval et de Satuval usque ad Alcacer et de Alcaçar usque ad Sactum Jacobum de Cacem et de Sacto Jacobo de Cacem usque ad Aljazur e de Aljazur usque ad Lagus et de Lagus usque ad Silvi et de Silvi usque ad Porches et de Porches usque ad Albofariam et de Albofaria usque ad Sanctam Mariam de Faaron et de Santa Maria de Faaro usque ad Tavillam et de Tavilla usque ad Cacellam e de Cacula usque ad Ayamontem et de Ayamonte usque ad Mertollam e de Mertolla usque ad Serpam e de Serpa usque ad Moouram e de Moura usque ad Arouchy e de Arouchy usque ad Aracenam et generaliter ad omnes fron-

³⁰⁰ Segue-se uma palavra riscada e sobrepontada.

³⁰¹ Segue-se uma palavra riscada e sobrepontada.

³⁰² Na margem direita, de outra mão: "Carta d'el rei Dom Afonso per que prohibe tirarem mercadarias pera fora do reino e da a terça parte aos possuidores dos lugares por onde sairem".

³⁰³ Na margem superior corrigido para "alvazilbus".

tarias berias et pereatus³⁰⁴ tam per mare quam per terram qui in isto medio consistant salutem et gratiam. Mando vobis firmiter defendo sub pena de quanto habetis in regno meo quod non leixetis sacare platam et³⁰⁵ argentum in massa nec in moneta de regno meo nec in vasis et scutellis et noquaribus et quod sit talis persona cui conveniat habere tales perfias in domo sua et non leixetis sacare pannos de colore de regno meo nec leixestes sacare per terram ceram nec corios nec conilium nec mel nisi per illos portus per quos veniunt panni de Francia. Et quicumque contra istam meam defensionem venerit vel illis quibus carregas vel argentum vel istas supradictas merchadias quas ego defendo quod nom exeant de regno et ilas eis inveneritas³⁰⁶ saquare vel levare; mando quod filictis ei vel eis pro ad me quantum habere saquavint vel levarint. Et mando que nostri ricomines³⁰⁷ vel prestamari quid me tenent terras in ipsis frontariis vel ipsis portubus habeant de isto decreto terciam partem pro ad se ubi melius gardent vias et portus et stidas et semedareos. Et vos iudices vel justiciarii de ipsis terris vel portubus gardetis dues partes pro ad me salius riquim (*sic*) ominibus³⁰⁸ vel prestamariis et concilliis suis portagiis et suiis directis³⁰⁹ in illiis locis in quibus debent ea habere. Et mando quod omnia supradicta sint gradata et levata sin forcia et sin torto et sin apustilia. Et si forte aliquis inventus fuit in isto errore contra defensionem meam mando quod sit ei probatum per testimonium bonorum hominum coram iudicibus locorum ubi inventi fuerint isti errores. Et mando quod ille qui in isto errore inventus fuerit non perdat aliquis de suo donec probatum sibi fuerit et iudicatum unde aliud non faciatis³¹⁰ alias ego calumpniarer vobis in corporibus et in habere et insuper remeneretis pro meis inimicis. Datum in Santaren VI^a die Decembre. Rege mandante per cancellarium³¹¹. E^a M^a CC^a LX^a prima³¹². Dominicus Vicencii scr[.]psit. Johanes Fernandi de Alcazar notavit.

(fl. 62v)

68

1217, Janeiro, 27 – Santarém

³¹³Alfonsus Dei gracia Portugalie rex. Universis de regno suo ad quos lictere iste pervenerint salutem. Vos scitis quantum debitum fratres Palmele habuerunt cum avo meo et cum patre meo et quod mecum habent et quantum ipsos amaverunt et totas res suas amparaverunt unde sciat is quod ego recipio ipsos in mea comenda cum quanto habent in toto meo regno. Et mando firmiter ut nullus sit in toto meo regno qui audeat male facere eis nec ad suos homines neque in suis hereditatibus neque in omnibus aliis rebus suis. Et qui cumque eis ibi malefecerit pecta-

³⁰⁴ Na margem esquerda, de outra mão: “portus”.

³⁰⁵ Na margem esquerda, de outra mão: “nec”.

³⁰⁶ Na margem direita e de outra mão: “inveneritis”.

³⁰⁷ Palavra corrigida e repetida na margem esquerda.

³⁰⁸ As duas últimas palavras estão repetidas, por outra mão, na margem esquerda.

³⁰⁹ Palavra corrigida, por outra mão, na margem esquerda.

³¹⁰ Palavra repetida, na margem direita, por outra mão.

³¹¹ Palavra corrigida e repetida, por outra mão, na margem direita.

³¹² Na margem direita, por outra mão: “Esta Era esta errada porque ainda emtão nem era nascido o conde de Bolonha e deve ser 1310 pela Era de Cezar”.

³¹³ Na margem esquerda, por outra mão: “A. Universis. D’el reii Dom Afonso per que recebe [...] sua guarda e encomenda a Ordem e suas pessoas e cousas”. Seguem-se umas palavras riscadas. E ainda: “Não tem porque o “L” vale 50 e he 1255”.

bit mihi mill morabitanos et eis emendabit ad plenum dampnum quod illis fecerit et insuper habebitur pro meo inimico. Et propter hoc do eis istam meam cartam apertam meo sigillo plumbeo sigillatam ut per illam defendant se et quantum habent in meo regno et fuit facta apud Santarem VI^o kalendas Februarii per mandatum meum. Era M^a CC^a L^a V^a.

1255, Março, 18 – Santarém

³¹⁴In nomine Patris et Fillii et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus presentes licteras inspecturis quod ego Alfonssus Dei gracia rex Portugalie et comes Bolonie una cum uxore mea regina Domna Beatrice fillia illustris regis Castelle et Legionis facio cartam donationis et perpetue firmitudinis vo<s> Domno Pelagio Petri Corrigia Magistro Milicie Sancti Jacobi et vobis Domno Gunsalvo Petri comendatori eiusdem Ordinis in regno Portugalie et toti conventui eiusdem Ordinis super foro et consuetudine de piscaria de Sisinbria ut vos et omnis subcessores vestri possitis de cetero recipere totum directum piscacturis in vestris piscatoribus qui fuerint vicini et moratores de Sisinbria et de Almadana et de Setuval et de Alcaçar. De supervenientibus vero piscatoribus alumde qui non sint vicini nec moratores de supradictis vestris villis si ibidem piscati fuerunt doo vobis centum libras in quolibet anno Portugalense monete et non magis solvendas vobis et succesoribus vestris in prima die Septenbris per homnes meos qui ibi collegerint de illis supervenientibus piscatoribus partem meam in eadem piscaria de Sisinbria si ibi venerit tantum de supervenientibus piscatoribus per quod positis eas habere et si ibi no sufecerit. Ego et subcessores meis nom teneamus vobis dare nec subcessoribus vestris nichil quantum ibi habundaverit usque ad centum libras et totum aliud directum debet mihi et meis subcessoribus in salvo de supervenientibus piscatoribus remanere. Et piscatores supervenientes habeant vendam et comparam et aquam et ligna et exidam pro ad salgandum et siccandum suum piscatum et pro ad faciendum cabanis terra si ne<c>cesse fuerit et pro ad resiciendum retia sua in termino de Sisinbria et si super venientes piscatores aliquid fecerint correpcione dignum corrigant illud sedem forum et consuetudine ipsius terre. Et nullius faciat eis super hoc malum nec forciam nec tortum. Ut autem hec mea donatio ma (sic) (fl. 63) raboris³¹⁵ obtineat firmitatem feci vobis in presentem cartam fieri et mei sigilli munimine roborari. Que fuit facta apud Scatenam (sic). Rege mandante. XV^o kalendas Aprillis. Era millessima ducentessima nonagessima tercia.

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus³¹⁶ Johanis Alfonssi signifer curie conf.

Domnus Egidius Martini maiordomus curie conf.

Domnus Menendus Garsie tenens terram de Panoyas conf.

Domnus Gunsalvus Garsie tenens teram (sic) de Nevia conf.

Domnus Fernandus Lupis tenens teram (sic) de Bragancia conf.

Domnus Alfonssus Lupiz tenens teram (sic) de Sausa conf.

Domnus Didacus Lupii tenes teram (sic) de Lameco conf.

Domnus Petrus Poncii tenes teram (sic) de Terram Seram conf.

³¹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Doaçam d'el rei Dom Afonso conde de Bolonha da piscaria de Zizimbra, Almada, Setuval, Alcaçer".

³¹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "magis raboris".

³¹⁶ O escriba, por lapso, escreve sempre "Donnus".

[2ª coluna de subscrições:]

Domnus Johanis Archiepiscopus Bracarensis conf.
 Domnus Julianus Episcopus Portucalensis conf.
 Domnus Egeas Episcopus Columbriensis conf.
 Domnus Arias Episcopus Ulixbonensis conf.
 Domnus Martinus Episcopus Elborensis conf.
 Domnus Egeas Episcopus Lamacensis conf.
 Domnus Rodericus Episcopus Egitanensis conf.
 Domnus Matheus ecclesiasticus Visensis conf.

[3ª coluna de subscrições:]

Johanis d'Avoyno sub signuus curie ts.
 Menemodus Suerii de Meloo ts.
 Johanis Suerii Conelium ts.
 Egeas Laurencii de Cunia ts.

[4ª coluna de subscrições:]

Stephanus Spinel ts.
 Fernandus Fernandi Cogomino ts.
 Petrus Martini Peturino ts.
 Rodericus Petri super judex ts.

Domnus Stephanus Johannis cancellarius curie.
 Dominicus Vincencii notarius curie notavit.

70

1274, Fevereiro, 5 – Santarém

³¹⁷Dom Afonso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos meu almoraxarife e ho meu escripva de Castro Marym saude. Sabede que Dom Paay Periz Meestre da Cavalaria da Ordem de Santiago me disse que vos lhe filhastes e filhades montado dos seus gaados dasas (*sic*) casas onde vos mando que se he ende algũa cousa filhastes per razom de montado dos gaados seus dassas (*sic*) casas que lho entreguedes todo. E daqui adiante nom lhes filhades montado dos gaados seus. Honde al nom façades. E se nom averey de vos queixume. E mando que esse Meestre ou outrem por elle tenha ende esta carta. Dada em Santarem V³¹⁸ dias de Fevereiro. El Rey ho mandou per Dom Joham d'Avoym seu moordomo. Joham Periz a fez. Era M CCC^c XII³¹⁹.

(fl. 63v)

³¹⁷ Na margem direita, de outra mão: "Carta d'el rei dom Afonso 4º ho seu almoraxarife [...] Castro Marim que nom levem montado dos ga[dos] da Ordem". Mais abaixo, por outra mão: "Esta era sim, que esta certa e como podia ser rey nesta de 1312 e na outra de 1210".

³¹⁸ Sobre esta numeração romana encontra-se a letra "c".

³¹⁹ Sobre esta numeração romana encontra-se a letra "c".

1285, Maio, 30 – Lisboa

³²⁰Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos aquelles que esta carta birem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Ogres em meu regno outorguo a essa Ordem seus boons privilegios e seus boons usos. Em testemunho desta cousa dey a essa Ordem esta carta aberta seellada do meu seello do chunbo. Dada em Lixbooa XXX³²¹ dias de Mayo. El Rey ho mandou. Francisqu'Eannes a fez. Era M^a CCC XXIII^a.

1310, Dezembro, 7 – Lisboa

Inserere: 1262, Março, 11 – Locrenam (*sic*); 1255, Fevereiro, 16 – Santarém

³²²Saibham todos que na Era de mil e trezentos e quarenta e oyto annos feria segunda VII diias do mes de Dezenbro na cidade de Lixbooa perante ho honrrado Pedro de Fumam coonigo vigairo de Lixbooa seendo em audiancia julgando os preitos e ouvindo em presença de mym Joham Periz puprico tabeliam da dicta cidade de Lixbooa e das testemunhas que adiante som scriptas Miguel Pirez alcaide e procurador nos regnos de Portugal e do Algarve na terra da Ordem da Cavallariia de Santiago por Dom Dieguo Moniz Meestre da dicta Ordem mostrou leer e pobricar fez hũa carta aberta do muyto alto e muy nobre senhor Dom Afomssso em outro tempo rey de Portugal e conde de Bellonha e seelada de seu verdadeiro e entrego seello pendente em cera vermelha e com corda negra de seda retros da qual carta ho teor de verbo a verbo tal he:

³²³Alfonssus Dei gracia rex Portugallie et comes Bellonye vobis pretori et alvazilibus et almoxarife et scribano et concillio de Begia salutem. Mando et defemdo vos que nom faciatis malum neque gravamentum comendatori de Mertolla et de Alquaçar et de Aljustre in suis terminis et nom³²⁴ in suos terminos pro ad faciendum ibi malum nec forciam nec tortum unde aliud nom faciatis. Et dictos comendator teneat istam meam cartam apertam in testimonyum. Datum apud Locrenam (*sic*). Rege mandante per donum E.³²⁵ Martini mayordomum curie. XI^a diee Marcii. Johanis Suerii fecit. E^a M^a CC^a LXII^a.

A qual carta mostrada como dicto he o dicto procurador logo mostrou outra aberta do dicto senhor rey Dom Afonssso seellada do dicto seu seello pendente em cera vermelha e com fiios de seda retros vermelhos e amarelos da qual carta ho theor de verbo a verbo tal he:

³²⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "[Con]firmaçam que el rei [...]ma os [pri]vilegios [...]ssos da [Ord]em".

³²¹ Sobre esta numeração romana encontra-se a letra "c".

³²² Na margem esquerda, de outra mão: "[Doa]çam d'Alvister com seus [te]rmos e hũa carta de [...] comenda d'el rei Dom [...] conde de Bolonha".

³²³ Na margem esquerda, de outra mão: "Nos termos d'Alenquer antigos estam estes lugares: Ferreira, Mesejana, as Emtradas, Montel, Castro Verde, Panoias, Torredãaos, Garvam, Odemira, Caseval".

³²⁴ Segue-se riscada uma palavra, que depois foi escrita na margem direita: "intretis".

³²⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "vale Egidius".

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quoniam acta omnium quandoque a memoria eorum labuntur nisi scriptura confirmetur idcirco ego Alfonsus Dei gracia rex Portugalie et comes Bellonie una cum uxore mea regina Dona Beatrix filia illustris regis Castelle et Legionis et de meo beneplacito et de consensu curie mee facio cartam donacionis et perpetue firmitudinis Ordini Milicie Santi Jacobi (fl. 64) et vobis Domno Pelagio Petri Corrigha Magistro et Domno Gunsalvo Petri comendatori eiusdem Ordinis in Portugallie et totui conventui eiusdem Ordinis de ipso meo castello de Aljustre cum istis terminis, scilicet, in primo per focem de rivulo de Colubris ubi entrat in tereis. Et deinde per ipsum fluvium de rivulo de Colubris usque ad suas cimalias. Et de ipsis cimaliis de rivulo de Colubris quomodo vadit directe ad cerrum ubi dicuntur aque ad Oeiras et ad Torredanos. Et exinde quomodo vadit directe ad Alcariam de Alpertinas. Et de ipsa Alcaria de Alpertinas sicut vadit directe ad Alcariam de Vovibus. Et de Alcaria de Bovius quomodo vadit directe ad cimalias de Amexéal. Et de cimaliis de Amexéal quomodo vadit directe ad cimalias de Benalgaz. Et ex inde ad açougues de Benaceval. Et exinde per capium de Torgala. Et deinde ad sterium comendatoris quomodo intrat in Oudemira. Et per mediam de Oudemira quomodo intrat in mare. Et contra Elboram per medium de Udivelas quod est super arrancadam Domni Henrici. Et de Aljustre usque ad predictum monasterium de Udivelas inde ad predictam focem de rivulo de Colubris sicut potest esse via directa. Et super ipsam viam verssus Begiam extendantur per unam leguam termini predicti castelii. Et termini predicti castelii de Aljustre junct se de predicto monasterio de Udivelas usque ad mare cum terminis de Alcaçar. Do et concedo vobis et subcessoribus vestris supradictum castellum de Aljustre cum ipsis terminis supradictis cum montibus et fontibus et pascuis et ferrariis et pescariis et cum ingressibus et hegressibus suis et cum omni iure regali quod do in hero et here debeo jure hereditario in eternum exceptis adicia et baleacione et de ipsis adicia et baleacione. Do vobis decimam eorum omnium que de ipsis adicia et baleacione habuero. Et hoc facio pro remedio anime mee patris, mei et matris mee et parentum meorum et pro multo bono servicio quo michi et regno fecistis et facitis. Qui hoc factum meum quod bene et misericorditer factum est observaverit sit beneditus. Et si forte quod absit aliquis contra istud factum meum venire presumpserit non sit ei licitum sed pro solla temptatione sit maleditus a Deo et cum pro Uda (*sic*)³²⁶ traditore in inferno dapnatus et a Deo separatus, amen. Et ut hoc factum meum manus robur optineat hanc cartam sigillo meo proprio feci communiri et meis manibus roboravi. Que fuit facta in Santarena XVI^a die Februarii. Era millessima ducentessima nonagessima tertia. Domnus Stephanus Johannis chancelarius curie, Dominicus Vincentii notarii curie notavit, domnus Johannes Alfonsii signifer curie conf., domnus Egidius Martini mordomus curie conf., domnus Menendus Garsie tenens terram de Panoyas conf., domnus Gunsalvus Garsie tenens terram de Neiva conf., domnus Fernandus Lupi tenens terram de Bragancia conf., domnus Alfonsus Lupi tenens terram de Sausa conf., domnus Didacus Lupi tenens terram de Lameco conf., domnus Petrus Poncii tenens Transseram conf., domnus Johannes Archiepiscopus Bracarensis conf., domnus Jullianus Episcopus Portucalensis conf., domnus Egeas Episcopus Columbriensis conf., domnus Arias Episcopus Ulixbonensis conf., domnus Martinus Episcopus Elborensis conf., domnus Egeas Episcopus Lamacensis conf., domnus Matheus electus Visensis conf., domnus Rodericus Episcopus Egitanensis conf., domnus Johannes de Avoino subsiniffer curie ts., Johannis

³²⁶ Na margem direita, de outra mão: "Juda".

Suerii Conelio ts., Egeas (fl. 64v) Laurencii de Cuya ts., Menendus Suerii de Mello ts., Stephanus Spinel ts., Fernandus Fernamdi Cogomino ts., Petrus Martini Peterino ts., Rodericus Petri super iudex ts.

As quais cartas sobre dictas mostradas ao dicto vigairo como dicto he o dicto procurador pedio ao dicto bigairo que desse a mym dicto tabeliam sa auctoridade ordinaria que as dictas cartas de verbo a verbo em publica forma tornasse e lhe desse ende huum stormento puprico. E o dicto vigairo a rogo e a petiçam do dicto procurador deu a mym dicto tabeliam sa auctoridade ordinaria que tornasse as dictas cartas em puprica forma e fizesse ende stormento ou stormentos quantos ende o dicto procurador quisesse. E eu dicto tabeliam per mandado e auctoridade ordenaria que a mym o dicto vigairo deu e a rogo do dicto procurador as dictas cartas de verbo a verbo em puprica forma nenhũa sem da sustancia dellas a duda³²⁷ nem minguada em puprica forma torney. E este puprico stormento ende feito com minha mão screpvi e em elle meu sinal pugi em testemunho de verdade que tal he. Testemunhas Afonso Nuniz, meestre Dino vogados na audiancia de Lixboa. Martim Vicente, Ruy Vicente, Lourenço Pirez, Pero Dominguez procuradores na dicta audiancia, Joham d'Alenquer, Silvestre Paaez e Gil Vicente scripvãaes e outros muitos.

73

1315, Junho, 11

Inserere: 1315, Junho, 4 – Lisboa

³²⁸Saibham todos que na Era de mill e trezentos e cinquenta e III annos onze dias andados de Juynho em presença de mym Afonso Periz puprico taballiom d'Almadaa, Lourenc'Eannes Meestre da Cavalaria de Santiago mostrou e fez leer per mym sobre dicto tabeliam hũa carta de nosso senhor el Rey e seellada do seu verdadeiro seelo vermelho pendente da qual carta ho theor de verbo a verbo tal he:

Dom Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Lourenço Martiinz de Jalla meu porteiro saude. Sabede que eu entendendo e beendo em como a Ordem de Santiago era minguada em nos meus regnos de como devia seer segundo as villas e os castellos e as herdades e as outras possiões que lhe foram dadas pellos reys honde venho e per mym em guisa que quando a mym conpriaa serviço dos freires como elles som theudos de fazer que nom aviam a mester nem os freires em³²⁹ que servir Deus e mym como deviam. E entendendo que hũa das cousas porque era minguada como quer que o fosse per muitas maos paramentos que ataa aquy hy ouve que o era asinadamente por muitos prestimos e teenças e doações que os meestres davam sem cabidoo que nom era proveito da Ordem. E avendo vontade de correger ho estaado da Ordem tive por bem de revogar todollos prestimos e teenças que alguuns tiinham do que a Hordem ha nos meus regnos que lhes fossem dadas pellos meestres ou pellos comendadores ou pellos seus procuradores sem outorgamento do cabidoo. E porem mando a

³²⁷ Segue-se riscada a palavra: "nem".

³²⁸ Na margem esquerda e de outra mão: "Carta d'el rei Dom Dinis per que manda tornar ha Ordem tudo aquillo que os Mestres tinham dado sem licença do C^{do}".

³²⁹ Na margem esquerda foi corrigido para "com o Mestre".

vos meu porteiro que façades logo entrega ao Meestre de Santiago nos meus regnos pera a dicta Ordem, *convém a saber*, do que a Ordem ha Alem Doiro en Ceru<h>a (?) e em Aatey e em Lousada e em Saverosa e em Caphaes com todas sas perteenças que tem Dona Vataça. E outrosy a comenda de Panoyas (fl. 65) e de Torredãaos com sas perteenças que tem ella Dona Vataça. E outrosy lh'entregade Freixeiro e Travancos³³⁰ que som Aalem Doiro que tem Joham Simhom. E outrosy Çamora Correa que tem esse Joham Chimhom (*sic*). E outrosi lhe entregade todo o que a Ordem ha em Obidos e casas e vinhas e herdades que lhe leixou Dom Johane e Dona Maria sa molher e o que hy avia a Ordem que dizem que trage agora Afonso Dinis porque me dizem que estes logares sobredictos tragem esses sem mandamto³³¹ do cabidoo. E aquelles³³² logares herdades e possissões da Ordem que alguuns tenham pellos meestres ou prioles³³³ comendadores ou pessoas³³⁴ procuradores sem outorgamento do cabidoo outrosi lhos fazede entregar. E mando a todollos meus meirinhos e a todallas outras minhas justças que vos ajudem a fazer estas entregas como eu mando. E que nom consentam a neguum (*sic*) que vos sobr'esto façom mal nem força nem embargo. E mando aos taballiãaes que se cheguem hy pera beerem como fazedes essas entregas e que dem en testemunhos de como as fezerdes sob pena dos meus encooutos. Em testemunho desto mandey a Dom Lourenço Annes Meestre de Sanctiago nos meus regnos esta minha carta. Dada em Lixboa quatro dias de Junho. El Rey ho mandou pello bispo de Lixboa e seello³³⁵ bispo d'Evora. Joham Dominguez a fez. Era de mil e trezentos e cinquenta e tres annos.

Nos frey S. bispo de Lixboa a vimos. G. episcopus Elborensis dicta per leuda. O dicto Dom Lourenço Eannes pedio a mym sobredicto tabeliam que lhe desse ho theor da dicta carta e eu dey lho escripto com minha mão e com meu sinal que tal he.

1286, Março, 5 – Lisboa

³³⁶Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos aqueles que esta carta birem faço a saber que como Dom Pero Nuniz Meestre da Ordem da Cavalaria de Sanctiago se me queixasse perante minha corte que eu nom leixava os homeens da terra dessa Ordem agravar pera el nem pera o comendador mayor em meu reyno e que faziia biinr a mym as alçadas que deviam hir a elles primeiramente segundo a postura que fora feita antre meu padre e a Ordem. E eu querendo fazer a ell e a Ordem graça e mercee e guardar lhe a dicta postura mando e outorgo que aquelles que se agravar quizerem em na terra dessa Ordem que se agravem primeiramente ao Meestre se em no meu regno for e do Meestre que se possam agravar pera mym. E se o Meestre em meu regno nom for mando e outorgo que se agravem primeiramente pera o comendador mayor em meu reyno se hy for ou pera aq[ue]lle que ficar em meu

³³⁰ Na margem esquerda e de outra mão: "*Travaços*".

³³¹ Esta palavra está sublinhada; na margem direita, de outra mão: "*Outorgamento*".

³³² Estas palavras estão sublinhadas e, por outra mão, na margem direita: "*E todolos outros. Diz o pergaminho*".

³³³ Esta palavra encontra-se sublinhada e sobrepontada e na margem direita, por outra mão: "*Ou podos [riscado] ou pellos. Diz o pergaminho*".

³³⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "*por seus*".

³³⁵ Estas palavras estão sublinhadas e corrigidas na margem direita por outra mão: "*E pello. Diz o pergaminho*".

³³⁶ Na margem direita, de outra mão: "*Carta d'el rei Dom Dinis que das teras da Ordem agravem pera ho Mestre*".

regno em seu logar. E de cada huum delles que se possam alçar a mym. E se per ventura ho Meestre ou o comendador mayor nom leixarem alguem em seu logar em meu regno mando que se (fl. 65v) agravem das justiças dessa terra da Ordem³³⁷ que logo <que> se agravam pera mym diretamente ca nom he razom andarem as gentes fora de meu regno fazendo custas e recebendo afam de seus corpos. E mando a todallas justiças dessa terra da Ordem que assy ho husem e façam husar des aquy adiante. E em testemunho da qual cousa dey ende a essa Ordem e Meestre esta minha carta asseellada do meu seello. Dada em Lixbooa cinco diias de Março. El Rey ho mandou. Duram Periz a fez E^a M^a CCC^a 338 XXIII^a 339.

1410, Fevereiro, 27 – Sesimbra

Insero: 1310, Julho, 13 – Lisboa; 1310, Setembro, 4 – Lisboa; [1310], Setembro, 20 – Lisboa.

Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos e quareenta e oyto annos XXVII diias de Fevereiro em Sezinbra nas casas de Manuel Eannes juiz ordenairo da dicta billa sendo hy o dicto juiz em presença de mym Joham Afomso tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som escriptas pareceo hi Fernam Gomez almoxarife que foy do Meestre de Santiago na dicta billa e mostrou ao dicto juiz e per mym sobredicto tabeliam leer fez huum stormento puprico feito e asynado per Lourenço Periz tabeliam que foy de Setuval segundo parecia. O qual estormento contava que fora facto no dicto logo de Setuval no adrho de Santa Maria sete diias d'Agosto Era de mil e quatrocentos e huum anos. No qual estormento andava ho trelado de hũa carta d'el rey Dom Dinis da qual ho theor tal he:

³⁴⁰Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos comcelho de Setuval saude. Sabede que Dom Dieguo Muniz Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago me disse que vos posestes vossa postura que o vinho de Sezinbra e d'Azeitom que o nom trouxessem³⁴¹ a vender hy a Setuval se nom aq[ue]lles que o hy trouxessem per mar. E que desto nos dey minha carta per que vos outorgava a dicta postura e pediu me por mercee que esto que o nom sofresse pois vos seus vassallos erades de poerdes posturas sem seu outorgamento. Mayormente esto que era a dano dos seus vassallos de Sezinbra e d'Azeitom. E eu beendo esto e em como sodes seus³⁴² e porque entendo que vos nom podeades poer postura que seja a dano³⁴³ da Ordem sem outorgamento do Meestre ou do comendador moor tenho por bem que a dicta postura³⁴⁴ que posestes sobre esto que nom valha se ao Meestre nom prouger e que os de Sezinbra

³³⁷ As duas últimas palavras estão subpontadas e na margem esquerda, de outra mão: "Agravem das justiças dessa terra que logo que se agravar para mym diretamente. Diz o original em porgaminho".

³³⁸ Segue-se uma letra riscada.

³³⁹ Na margem direita, de outra mão: "XXIII^o".

³⁴⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "[Ca]rta d'el rei Dom Dinis que [...] nom posa fazer postura [s]em consentimento do Mestre".

³⁴¹ Esta palavra está sublinhada e à margem direita, de outra mão: "trouxessem".

³⁴² Esta frase está sublinhada e à margem direita, de outra mão: "Vassallos, os moradores dos lugares do Meestrado".

³⁴³ As duas últimas palavras estão sublinhadas e na margem esquerda, por outra mão: "a dapno".

³⁴⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Posturas".

e d'Azeitom tragam hy a vender seus vinhos per terra como senpre trouxerom. E em testemunho desto lhe dey esta minha carta ao dicto Meestre. Dante (fl. 66) em Lixboa XIII diias de Julho. El Rey ho mandou. Lourenço Estevez da Guarda a fez. Era de mill e trrezentos e quareenta e oyto annos.

Outrossy andavam no dicto stormento ho trellado doutra carta d'el rey Dom Dinis segundo parecia da qual ho theor tal he:

³⁴⁵Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todollos alcaides, juizes e concelhos da terra da Ordem de Santiago que esta carta virdes saude. Sabede que Miguel Pirez alcaide e procurador nos meus regnos por Dom Dieguo Muniz Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago me disse que vos poedes posturas antre vos que os³⁴⁶ viandas nom se vendam senom em vossos lugares nem os ora (?) levem de hũa villa a outra. E esto nom tenho eu por bem se assy he. Porque vos mando que a todos aquelles que os³⁴⁷ viandas quiserem bender que os leixedes vender hu elles quiserem e os³⁴⁸ leixedes levar de hũa villa a outra a quem quer que os³⁴⁹ queira levar per meus regnos e nom pera fora delles e que lhos nom embarguedes e que nom leixedes esto de fazer por nenhũas posturas que antre vos aja feitas nem façades des aquy em diante. Honde (*sic*) al nom façades se nom a vos me tornariia eu porem e peitaredes os meus encooutos. E o dicto Miguel Piriz ou alguem por elle tenha esta carta. Dante em Lixbooa quatro dias de Setembro. El Rey ho mandou pello dayam de Bragaa. Afonso Periz a fez. Era de mil e trezentos e quareenta e oyto annos.

Outrosy se mostrou pello dicto estormento que andava em elle ho trellado doutra carta d'el rey Dom Dinis segundo parecia da qual ho theor tal he:

³⁵⁰Dom Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Miguel Periz alcaide procurador nos meus regnos da terra da Ordem por Dom Diego Muniz Meestre da Cavallariia de Santiago saude. Vy vossa carta em que me enviastes dizer que os de Sezinbra aviam contenda com os de Setuval per razom que os de Setuval lhes nom leixavam hy meter os seus vinhos nem as outras viandas. E que vos porque acharades que eu mandava per todollos meus regnos que as viandas levassem dhũa villa a outra e as vendessem hu quisessem. Que vos mandarades aos de Sezinbra que levassem seus vinhos e as outras viandas a Setuval e aos outros lugares dos meus regnos e hu tevessem por bem e os vendessem assy como eu mandava e que desto lhes derades vossa carta fezestello muy bem. E eu asy ho tenho por bem que como se senpre³⁵¹ que asy se use. Dante em Lixbooa XX dias de Setenbro. El Rei o mandou. Afonso Periz a fez.

As quaes cartas asy mostradas, leudas o dicto Fernam Gomez dise ao dicto juiz que ao dicto senhor Mestre pertencia ho trellado das dictas cartas em puprica forma porque se entendia

³⁴⁵ Na margem direita: "Carta d'el rei Dom Dinis acerca das posturas".

³⁴⁶ As duas últimas palavras estão sublinhadas e corrigidas à margem direita para "que as".

³⁴⁷ As duas últimas palavras estão sublinhadas e corrigidas à margem direita para "que as".

³⁴⁸ As duas últimas palavras estão sublinhadas e corrigidas à margem direita para "as".

³⁴⁹ As duas últimas palavras estão sublinhadas e corrigidas à margem direita para "que as".

³⁵⁰ Na margem direita: "que possam levar as viandas de hũas teras pera outras".

³⁵¹ No texto aparece uma marca para assinalar que neste local há alguma palavra em falta. Na margem esquerda, de outra mão: "usou".

dellas d'ajudar e pediio ao dicto juiz que lhe mandasse dar o trellado dellas em puprica forma e sob o sinal de mym dicto tabeliam. E o dicto juiz visto seu dizer e razoar e vistas as dictas cartas mandou a mym sobredicto tabeliam que lhi desse o trellado das dictas cartas suso escriptas pois que se o dicto senhor Mestre entendiia dellas d'ajudar. Das quaes cousas o dicto Fernam Gomez pediio asy este estormento com ho theor dellas. Testemunhas Afomso Meendez tabeliam e Joham Vicente escola (*sic*) e Diogo Afonso tabeliam e Ruy Vicente scripvam e outros. E eu sobredito tabeliam que ho trellado das dictas cartas d'el rey Dom Diniz em este stormento per mandado e autoridade do dicto juiz screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

(fl. 66v)

76

1356, Janeiro, 4 – Évora

³⁵²Gil Eannes <scolar> teente vezes de Pero Annes priol da igreja de Sam Berthollameu de Lixboa bigairo geeral do honrrado padre e senhor Dom Johanne per mercee de Deus e da Santa Igreja de Roma bispo d'Evora e juiz especialmente per comissam do dicto Pero Annes em feito que era perante mym antre Stevam Dominguez morador em Odemira corregedor do Meestre de Santiago dhũa parte e Maria Martiinz morador (*sic*) no dicto logo d'Odemira filha de Martim Periz Exario da outra a quantos esta carta virem faço saber que da parte do dicto Stevam Dominguez foy posto libello contra a dicta Maria Martiinz em que deziia que elle dicto Stevam Dominguez recebera a dicta Maria Martiinz por booa molher lydima. E outrosi a dicta Maria Martinz recebera el por boom marido lidimo per palavras de presente asi como manda a Santa Igreja de Roma. E que novamente sabiia e era certo que vivia com a dicta Maria Martiinz em pecado mortal porque a dicta Maria Martiinz era cunhada a fundo do quarto graao do dicto Stevam Dominguez porque o dicto Stevam Dominguez ante que casasse com a dicta Maria Martiinz ouvera copula carnalmente com Tareija Martinz e a tevera publicamente por barregãa huum ano e dous e mais dormindo o dicto Stevam Dominguez e a dicta Tareija Martinz anbos em hũa cama e juntando se carnalmente. A qual Tareija Martinz deziia o dicto Stevam Dominguez que era parenta no terceiro graao da dicta Maria Martiinz filhos de segundos cooirmãaos, *convém a saber*, que Lourenço Periz era bisavoo da dicta Tareija Martinz e que Martim Periz era bisavvo da dicta Maria Martinz. Os quaes Lourenço Periz e Martim Periz eram irmãaos. E que o dicto Lourenço Periz ouvera por filho Stevam Lourenço e que o dicto Martim Pirez ouvera por filha Mariia Martinz Franca. E que asy os dictos Stevam Lourenço e Maria Martiinz Franca eram primos cooirmãaos filhos d'irmãaos. E que outrosy o dicto Stevam Lourenço ouvera por filha Mariota. E Maria Martinz Franca ouvera por filho o dicto Martim Pirez Exario. E que asy a dicta Mariota e Martim Periz Exario eram segundos cooirmãaos. E que outrosy a dicta Mariota ouvera por filha a dicta Tareija Martinz. E o dicto Martim Periz Exario ouvera por filha a dicta³⁵³ Maria Martinz. E que asi a dicta Tareija Martinz e Maria Martinz eram parentas no terceiro graao filhas de segundos cooirmãaos e eram parentas a fundo do quarto graao. E deziia que por ende as palavras do presente que ouvera antre el e a dicta Maria Martinz sa cunhada de feito deviam seer nenhũas per dirreito. E pediio me que por sentença da Santa Igreja assy o julgasse e os partisse e desse a el licença pera casar alhur com quem fosse mercee de Deus. O qual libello

³⁵² Na margem esquerda, de outra mão: "*Sentença de divorcio entre marido e molher*".

³⁵³ Segue-se riscado: "*a dicta*".

eu julguei que procediia. E a dicta Maria Martinz contestando o dicto libello confessou que o dicto Stevam Dominguz era seu marido e ella outrosy sa molher. E que a dicta Tareija Martiinz era sa parenta. E o al do dicto libello contestou per nem sey nem crreyo. E o dicto Stevam Dominguz se obrigou a o provar e veo com (fl. 67) seus artiigoos per os quaaes foy filha da inquirçam. A qual inquirçam acabada e aberta e publicada e concluso sobr'ela presente o dicto Stevam Dominguz per sy e a dicta Maria Martinz per Rodrigo Airas seu procurador eu dicto Gil Eannes pronunciey hũa sentença que tal he:

³⁵⁴Viiso libelo et litis contestacione et articulis et visa probacione super eisdem recepta interloquendo pronuncio predictum³⁵⁵ Stephanum Dominicii contra dicta Mariam Martini in cantum probasse quod sufficiat ad victoriam sue cause. Igitur propter affinitatem que precessit matrimonium posmodum contratum inter predictos Stephanum Dominicii et Mariam Martini per difinitivam sententiam in hiis criptis³⁵⁶ pronuncio verba de presenti inter predictos Stephanum Dominicii et Mariam Martini pro lata esse nulla cum de facto tent³⁵⁷ et de iure propter afinitatem precedentem esse nom possent et sic et per consequens pronuncio matrimonium inter predictos contractum esse nullius³⁵⁸ et predictos quod alter alterium super predicto matrimonio non inpetrat <impe-
>³⁵⁹ nec molestet perpetuum sillencium inpono eis cui³⁶⁰ contrahere voluerint licenciam concedo.

Em testemunho desto mandei dar ao dicto Stevam Dominguez esta carta de sentença sob scripta per minha mão seellada do seello pendente da audiancia do dicto senhor bispo. Dante em Evora quatro diias de Janeiro. Era de mill CCC^a e LR^{ta} IIIII^o annos.

1358, Abril, 25 – Samouco

³⁶¹Dom Pedro pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago nos meus reynos outorgo lhi³⁶² e confirmo todallas cartas e privilegios que ha das graças mercees e liberdades e bemfeitorias que lhi fezerom os reis que dante mym foram. E mando que lhi sejam compridas e aguardadas³⁶³ em todo asy como em ellas he contheudo e que nenhum nom lhi vaa contra ellas sob pena dos meus encoutos. E em testemunho desto lhi³⁶⁴ dei esta minha carta seellada do meu seello do chunbo. Dante no Samoouco biinte e cinco diias d'Abrril. El Rey ho mandou Baasqu'Eanes a fez. Era de mill e CCC^a e noveenta e seis annos³⁶⁵.

³⁵⁴ Na margem direita, de outra mão: "*Ibi erat consuetudo in ecclesiasti et [...] nunc vero est alia consuetudo*".

³⁵⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*predictum*".

³⁵⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "*scriptis*".

³⁵⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "*essent*".

³⁵⁸ Na margem direita, de outra mão: "*nullum*".

³⁵⁹ Esta palavra está escrita com letra diferente.

³⁶⁰ Esta última palavra tem um "s" riscado e à margem esquerda: "*inpons eis cui*".

³⁶¹ Na margem direita, de outra mão: "*Confirmaçam dos privilégios e doações*"; e, mais abaixo, "*confirmaçom*".

³⁶² A última letra foi corrigida.

³⁶³ Palavra corrigida no início.

³⁶⁴ A última letra foi corrigida a partir de um "e".

³⁶⁵ Em baixo e com letra diferente: "*el Reii a viu*".

1367, Setembro, 25 – Torres Vedras

³⁶⁶Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a vos meus ouvidores e sobrejuizes da minha Casa do Ciivel saude. Sabede que Dom Gil Fernamdez Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago me disse que vos mandades algũas pessoas que sam da<s> terras da dicta sua Ordem que som (fl. 67v)³⁶⁷ condanados em penas de dinheiros que paguem esses dinheiros em alguuns logares do meu senhorio seendo esses dinheiros muy compridoiros nos logares das terras da dicta sua Ordem hu elles sam moradores per razom do tremor da terra que foy. E que outrosy mandades que alguuns moradores das terras da dicta suo (*sic*) Ordem vão servir ao Alguarve nas terras que dessa Ordem nom som seendo muy compridoiros de servirem nas terras que a dicta Ordem ha no dicto regno do Algarve no que a dicta Ordem recebe agravamento pella qual razom elle ouve carta d'el Rey meu padre a que Deus perdooe em que mandava aos seus ouvidores e sobrejuizes que aquelles que fossem das terras da dicta Ordem e fossem condanados em algũuas penas de dinheiros que mandavam que pagassem esses dinheiros nos logares hu fossem moradores ou em aquelles em que esse Meestre da dicta Ordem mandasse que fossem pagados que elle entendesse que fossem compridoiros de assy pagarem. E que outrosi aquelles que ouvessem de servir no dicto regno do Algarve servissem nas terras da dicta sua Ordem que hy ouvesse em que o dicto Meestre mandasse que servissem e que desto lhe outorgava enquanto em essas terras da dicta Ordem ouvesse de reffazer e correger os lavores que se aviam de fazer e correger do tremor da terra de que ficarom danadas. E porque lhe ora nom queredes guardar a dicta carta pediio me sobre ello mercee. E eu veendo o que me pediia querendo lhe fazer graça e mercee tenho por bem e mandamos que aquelles que forem das terras da dicta Ordem e em ellas forem condanados em algũas penas de dinheiros que mandedes que sejam pagados esses dinheiros nos lugares hu forem moradores e em aquelles em que esse Meestre³⁶⁸ da dicta Ordem mandar que sejam pagados em elle entender que forem conpridoiros de se pagarem. E que outrosy daquelles que mandades que vão servir ao dicto regno do Algarve que per vos forem degradados per sentença mando que servam (*sic*) nas terras da dicta Ordem que hy ouver em que o dicto Meestre mandar que servam (*sic*). Esto lhe outorgo e na parte das penas dos dinheiros emquanto em essas terras da dicta Ordem ouver de fazer e refazer e correger os lavores que se am de fazer e correger do tremor da terra de que ficarom danados. Honde (*sic*) al nom façades. E em testemunho desto lhe mandei dar esta minha carta. Dada em Torres Vedrras viinte e cinco diias de Setembro. El Rey ho mandou per Fernam Martinz seu vassallo. Domingos Fernandes a fez. Era de mill e CCCC^a e cinco annos.

(fl. 68)

³⁶⁶ Na margem direita, de outra mão: “*que as penas pecunias se apriquem pera as ter[ras] da Ordem que estavam [dani]ficadas do tremor da terra*”. Também, por outra mão: “*Dom Gil Fernandes Mestre da Ordem no anno de 1367*”.

³⁶⁷ Na margem esquerda: “*terremotum*”.

³⁶⁸ Segue-se riscado: “*mandar*”.

1373, Abril, 30 – Lisboa

Insero: 1373, Março, 11 – Santarém

³⁶⁹Dom Fernando pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem fazemos saber que Gonçallo Pirez bacharel em degrataaes³⁷⁰ (*sic*) em lex ouvidor de Dom Stevam Gonçalvez Mestre da Ordem da Cavallariia de Santiago nos nossos regnos mostrou perante nos hũa nossa carta de privilegio que no outro diia por algũas aguisadas razões que nos a esso moveram demos ao dicto Meestre e sa Ordem scripta em purgaminho aberta³⁷¹ e seelada do nosso seello pendente e sobscripta per nossa mão nom rasa nem borrada nem antrelinhada nem cancellada nem em nenhũa parte de sy sospeita da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Dom Fernando pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem fazemos saber que nos veendo e comssirando muitos serviços que recebemos de Dom Stevam Gonçalvez freire e Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago em³⁷² muitos logares dos dictos nossos reynos em no senhorio de Castella e em outros logares desvairados em tempo de guerra aficada e contenda que ouvemos e avemos com el Rey de Castella e de Leom³⁷³ em que nos servio³⁷⁴ e serve aas suas propias despesas e dos beens da dicta sua Ordem. E como bista³⁷⁵ razom e digna cousa seja que os leaaes vassallos e bem merecentes recebam boom gallardom e mercees dos senhores que servem mayormente em tempo tam arduu de tanta necessidade como el a nos servio³⁷⁶ e serve e que lhe seja per nos remunerado. E aos outros meestres da cavallariia e cavalleiros e fidalgos e vassallos seja exemplo incentivo de lealmente servirem a nos e aos outros reis que depois nos beerem. Porem nos da nossa livre bontade e mera liberdade e de nosso poderiio absoluto e proprio movimento sem outro requerimento e enduzimento que nos fosse feito nem pedido per nenhũa pessar (*sic*) fazemos mera e pura e livre doaçom ao dicto Meestre e aa sua Ordem pera todo sempre asi como antre os bivos per razom devida de toda a jurdiçam onymodo e mero e misto inperio³⁷⁷ que nos avemos e de dirreito³⁷⁸ podemos aver tambem no ciivel como no crime em nas vilas de Setuval e d'Alquacer e de Palmela e de Sezinbra e em todos termos das dictas vilas e em todallas outras villas e lugares da dicta Ordem em que aja jurdiçam³⁷⁹ a dicta

³⁶⁹ Na margem direita, de outra mão: "*Privilegio em que el r[ei Dom] Fernando concede a Ord[em e] Mestre de Santiago [...] (?) em todo Ribat[ejo]*".

³⁷⁰ As duas últimas palavras estão sobrepontadas.

³⁷¹ Palavra sublinhada e repetida à margem direita.

³⁷² As palavras "*de Dom Stevam Gonçalvez freire e Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago em*" estão sublinhadas e à margem direita, de outra mão: "*Mestre em Portugal D. Estevão Gonçalvez no anno de 1373*". Mais abaixo: "*Deve nottar se esta doaçom toda*".

³⁷³ Segue-se riscado: "*em que nos*".

³⁷⁴ Palavra sublinhada e à margem esquerda, de outra mão "*servirom*".

³⁷⁵ Palavra sublinhada e à margem esquerda, de outra mão "*justa*".

³⁷⁶ Palavra sublinhada e à margem esquerda, de outra mão "*servirom*".

³⁷⁷ As palavras "*e mero e misto inperio*" estão sublinhadas.

³⁷⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "*devemos*".

³⁷⁹ Palavra sublinhada e repetida à margem direita, de outra mão: "*jurdiçom*".

Ordem, *convém a saber*, e nas quaaes sobredictas billas e logares o dicto Meestre <e> Hordem ha jurdiçam e correiçom. E das sentenças dos juizes e justiças das dictas billas e logares apellam e agravom pera o dicto Meestre e sua Ordem. E das sentenças do dicto Meestre e do seu ouvidor ou corregedor apellam pera nos tanbem nos³⁸⁰ ciivis como nos criminaaes. E outrosi os tabaliãaes das dictas billas e logares apresentam a elles o dicto Meestre (*sic*) Ordem. E elles dictos taballiãaes juram a nos e nos confirmamo los e chamam se nossos taballiãaes e per nossas cartas som dados. Outrosi os nossos corregedores que per noso mandado corregem nos dictos nossos regnos entram e corregem nos sobredictos logares da dicta Ordem em que asi a dicta Ordem a jurdiçom como dicto he. E asi se usou e costumou atees ora. E nos querendo conhecer e remunerar os dictos serviços que nos o dicto Meestre e sua Ordem fez e faz como dicto he comprindo e decrarando a sobredicta mera e pura doaçom damos e outorgamos aa dicta Ordem toda onymoda e jurdiçam e senhorio e mero e misto inperio que avemos e de dirreito devemos d'aver em todas as sobredictas billas e logares (fl. 68v)³⁸¹ e em seus termos tanbem em nas pessoas como em nas terras e tanbem em no civil como em no crime com esta modificação que se seguem, convem a saber, que os dictos taballiãaes sejam confirmados e jurados e dados des aquy em diante per o dicto Meestre e sua Ordem tam solamente e per suas cartas e nom per nos. E que dos feitos crimes³⁸² sejam apellados das sentenças dos juizes e justiças e das dictas billas e logares pera o dicto Meestre tam soamente³⁸³ e das sentenças que asi forem dadas per o dicto Meestre ou per seus ouvidores nos dictos feitos ciivis nom³⁸⁴ ser apelado pera nos. Mais das sentenças que forem dadas per o sobredicto Meestre ou seus ouvidores ou corregedores nos feitos criminaaes seja apellado pera nos como se senpre usou. E que os sobredictos corregedores nossos nom entrem nem corregam em nas dictas billas e logares da dicta Ordem pera a dicta correiçom geeral que assi de nos ouverom salvo se ao dicto Meestre ou seu ouvidor ou corregedor forem dadas denunciações ou querellas d'alguãs pessoas d'alguuns maleficios e os nom quiserem correr e fazer dirreito e justiça o dicto Meestre ou seus ouvidores <e> corregedores que entom entre ho corregedor nosso e correga em nos dictos logares e faça dirreito e justiça aos dictos querellossos e doutra guisa nom. E queremos e outorgamos que o dicto Meestre e sua Ordem ajam pera <todo> sempre a dicta onymoda³⁸⁵ e mero e misto imperio como dicto he e que nos nem outros reis que depois nos veerem nunca possamos revogar esta doaçom e se a revogarmos que nom valha e oera esto seer firme poems e dimitimos e damos toda a jurdiçam sobredita <e> senhorio e o dicto mero e misto inperio e todo outro nosso dirreito na dicta Ordem eximindo e tirnado de nos e poendo na dicta Ordem segundo dicto he. E mandamos a todallas justiças dos nossos regnos que lhii³⁸⁶ nom ponham embargo nenhum nas dictas jurdições <dos> sobredictos logares e de cada huum delles. Mais que leixem usar e possuir o dicto Meestre <e seus> sobcessores e sua Hordem pera

³⁸⁰ Na margem direita, de outra mão: "feitos, tem o original". Com outra tinta e de mão diferente: "não ha tal".

³⁸¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Moradores das terras da [Or]dem vasalos da Ordem em [...]ta Ordem senhorio delles".

³⁸² Na margem superior, de outra mão: "deve ser civeis e não crimes".

³⁸³ Na margem direita, de outra mão: "solamente".

³⁸⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "seer".

³⁸⁵ Na margem esquerda: "jurdiçam". E de outra mão: "Não tem o original".

³⁸⁶ Palavra corrigida.

senpre pella guisa que dicto he. Em testemunho desto mandamos dar ao dicto Meestre e aa dicta sua Ordem esta nossa carta. Dante em Santarem onze diias de Março. El Rey ho mandou. Johan'Eannes a fez. Era de mill e quatrocentos e onze annos.

A qual carta asy mostrada o dicto Gonçallo Periz em nome do dicto Meestre e per mandado especial que deziiia que del traziiia³⁸⁷ sobr'esto avya disse que o dicto Meestre e sa Ordem se entendiam de ajudar da dicta carta de privilegio em nossa corte e em outros alguuns desvairados logares hu entendiia essa carta de privilegio mostrar pera usarem del e refertarem a lhis ser per nos e per nossas justiças guardado. E pedio nos presente Joham Vicente procurador dos nossos feitos em a nossa corte que lhii mandassemos³⁸⁸ ho trellado del sob nosso seello e lhis mandasemos ende fazer hũa, duas ou tres cartas ou mais se comprisse e dessemos a ello nossa auctotidade mandando que façam fe em juizo e fora del asi como se fosse o reginal (*sic*) proprio. E que hu tal trellado fosse mostrado em nossa carta sob nosso seello não fosse mais necessidade de seer mostrado o dicto original pera fazer prova. E nos fizemos pergunta ao dicto Joham Vivente nosso procurador se avia algũa razom por nos a se nom fazer o que per o dicto Gonçalo periz em nome do dicto Meestre e sa Ordem era pedido. E o dicto Joham Vicente nosso procurador disse que porque ell nom avia enformaçom de tal feito se nom per a dicta carta (fl. 69) de privilegio que el queria aver comsselho com os da nossa mercee se avyam algum nosso recado em contrairo desto per que a dicta carta e trellado dela fosse embargada a lhis nom dever seer dado. E logo requereo que fosse levada a dicta carta perante os sobreditos do nosso consselho, *convém a saber*, perante Meestre Johane das Leis e Afonso Dominguez e Fernam Martinz e Rodrigo Estevez e Stevam Felliipe nossos vassallos e Gonçalo Migueenz nosso ouvidor. O qual Joham Vicente nosso procurador requereo os sobredictos sobre a dicta razom. Os quaes vista per elles a dicta carta de privilegio disserom que outro mandado nosso em contrairo dela nom aviam. E o dicto nosso procurador bisto como era dito per elles que nom abiam outro recado nosso sobr'esta razom disse que nom enbargava que nom fosse dado o dicto trellado per a guisa que per o dicto Gonçalo Perez era pedido com protestaçom que ficasse aguardado a nos todo o nosso dirreito em caso que fosse achado que nos depois da dita doaçom arrevogassemos em todo ou em parte della ou reservassemos pera nos algũas das juridições contheudas na dicta carta ou toda<s>.

E nos visto esto todo e o que nos da parte do dicto Meestre e sa Ordem per o dicto Gonçalo Perez era pedido bista per nos primeiro e examinada a dicta carta de privilegio e o seello nosso della e sobescripçom por que achamos que em ella nom avia bicio nem erro nem cancelladura nem sospeyta nenhũa mandamos ao dicto Meestre e sa Ordem dar o dicto trellado assy e pella guisa como suso pello dicto Gonçalo Perez era pedido. E demos a esto nossa auctoridade ordinaria mandando que esse trellado ou trellados sob nosso seello façam fe em juizo e fora del assi como se fosse oreginal propio. E que hu esse trellado ou trellados forem mostrados nom seja³⁸⁹ mais de necessidade seer mostrado o dicto original³⁹⁰. Dante em na cidade de Lixboa prestumeiro diia d'Abrill. El Rey ho mandou per Gonçalo Migueenz bacharel em degrataes seu vassallo e ouvidor nom seendo hy Joham Airas seu companhom. Gil Gonçalvez a fez. Era de mill e quatrocentos e onze annos.

³⁸⁷ Palavra riscada e sobrepontada.

³⁸⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "*dar, diz o original*".

³⁸⁹ Segue-se riscado: "*mester*".

³⁹⁰ Segue-se riscado: "*pera fazer prova*" e, em ambas as margens, de outra mão: "*abundar in original*".

1381, Outubro, 8 – Lisboa

³⁹¹Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a todollos juizes e justicas dos nossos regnos a que esta carta for mostrada e aos homeens boons e concelhos das villas e lugares da terra da Ordem da Cavallaria de Santiago dos dictos nossos regnos saude. Sabede que Dom Fernand'Afonso d'Albuquerque Meestre da Ordem da Cavallaria suso³⁹² dicta nos disse que Dom Stevam Gonçalvez e outros meestres que ante el foram ouverom e aviam nas dictas villas terras e lugares da dicta Ordem jurdiçam e correiçom crime e civell e usavam della e pedio nos por mercee que lhe mandassemos dar nossa carta per que el ouvesse a dicta jurdiçam e correiçom. E nos beendo o que nos pediia teemos por bem (fl. 69v) e mandamos que el aja a dicta jurdiçam e correiçam e huse della pella guisa que a abiiia o dicto Dom Stevam Gonçalvez e outros meestres que ante el foram. E mandamos a todos que lhe nom pnhades sobr'ello nenhuum embargo e ho leixedes dello husar conpridamente como deve nom embargando artigos nem outro qualquer mandado nossos que sobr'esto ajades. Honde (*sic*) al nom façades. Dante em Lixboa oyto dias d'Outubro. El Rey o mandou per Joham Gonçalvez seu bassallo e chanceller dos seelloos da sua poridade. Gonçallo Lourenço a fez. Era de mill e CCCC^a e XIX annos.

1383, Junho, 20 – Almada

³⁹³Dom Fernando pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem fazemos saber que Dom Fernando Afonso d'Albuquerque Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago³⁹⁴ nos disse que de senpre foy de costume que os Meestres da dicta Ordem per inlliçam dos concelhos poynhem nas villas e lugares da terra da dicta Ordem juizes e procuradores que vogassem e procurassem os feitos e que agora he per nos mandado que nom aja hy procuradores e que porem el os nom ousa poer. E que nos pediia por mercee que a esto lhe ouvessemos remedio. E nos veendo o que nos pediia teemos por bem e mandamos que el ponha e possa poer os dictos procuradores nas villas e lugares da dicta Ordem asi e pella guisa como os sempre poserom os outros meestres que ant'el foram nom embargando a defesa que per nos sobr'ello he posta. Dante em Almadaam viinte diias de Junho. El Rey ho mandou per Joham Gonçalvez d'Atayde³⁹⁵ seu vassallo e chanceller da sua puridade. Gonçallo Lourenço a fez. Era de mill e CCCC^a e XX^{te} I annos.

³⁹¹ Na margem direita: "Confirma o privilegio supra proximo".

³⁹² As palavras "Dom Fernand'Afonso d'Albuquerque Meestre da Ordem da Cavallaria suso" estão sublinhadas e, na margem direita, de outra mão: "D. Fernando Affonço de Albuquerque Mestre da Ordem no anno de 1381". Mais abaixo: "D. Estevão Gonçalvez seo antecessor".

³⁹³ Na margem esquerda, de outra mão: "que posam fazer procuradores e juizes".

³⁹⁴ As palavras "Dom Fernando Afonso d'Albuquerque Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago" estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: "D. Fernando Affonço de Albuquerque Mestre da Ordem no anno de 1383".

³⁹⁵ Palavra corrigida e repetida, por outra mão, na margem esquerda.

1387, Fevereiro, 3 – Porto

³⁹⁶Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todollos cavalleiros e frreires da Ordem de Santiago saude. Sabede que Dom Mem Rodriguiz Meestre da dicta Ordem³⁹⁷ nos enviou dizer que voz lhe nom queredes obedecer nem aguardar sua bandeira per que bos requerio e requiere o que nos nom avemos por bem feito. Porem vos mandamos so pena de nossa mercee que lhe obedeçades e a seus mandados quando per el fordes requeridos e guardedes sua bandeira per a guisa que o senppre fizeram os outros cavalleiros (fl. 70) e frreires aos outros meestres que dante el foram. E se por ventura vos el a vos outros agrava em algũa cousa ou vos lhe nom fazedes o que deveades segundo sodes theudos e dirreito de vossa Ordem vos viinde a nos e nos o livraremos como for dirreito. Honde (*sic*) al nom façades. Dante na cidade do Porto III dias de Fevereiro. El Rey ho mandou. Lançarote a fez. Era de mill e CCCC^a e XXV annos.

1389, Abril, 8 – Lisboa

Inserere: 1331, Junho, 1 – Santarém

³⁹⁸Saibham todos que na Era de mil e CCCC^a e XXVII annos oyto diias do mes d'Abrrill na muy noble leal cidade de Lixbooa ante a porta da cathedrral estando no dicto logo Alvaro Gonçalvez Machado vassallo de nosso senhor el Rey juiz por el na dicta cidade em presença de mym Lorenço Migueenz tabeliam do dicto senhor Rey em essa meesma e das testemunhas que adiante som escriptas pareceo Afonso Vaaz homem d'Afonso Vaazquez comendador d'Orta Lagooa e amostrou hũa carta d'el rey Dom Afonso assinada pello dicto senhor e seellada do seello do chunbo posto em cordon de seda da qual ho theor tal he:

³⁹⁹Dom Afonso pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago nos meus regnos outorgo lhe e confirmo todallas cartas privilegios que ha das graças e mercees e liberdades e benfeytorias que lhe fizeram os reis que ante mym foram. E mando que lhe sejam conpridas e guardadas em todo assi como em ellas he contheudo e que nenhuum nom lhe vaa contra ellas sob pena dos meus encoutos. Em testemunho desto lhe dei esta minha carta seellada do meu seello do chunbo. Dante em Santarem primeiro dia de Junho. El Rey ho mandou. Martim Steveez a fez. Era de mill e ttrecentos e sas-seenta e nove annos.

E mostrada a dicta carta o dicto Afonso Vaaz pedio ao dicto juiz <que> per sua auctoridade mandasse ser facto ho trelhado della em puprica forma. E o dicto juiz mandou a mym tabeliam

³⁹⁶ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] cavaleiros da Ordem [...]deçam ha bandeira da [Ord]em”.

³⁹⁷ As palavras “Dom Mem Rodriguiz Meestre da dicta Ordem” estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: “D. Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1387”.

³⁹⁸ Na margem direita e de outra mão: “Afonso 4”. Esta anotação reporta-se ao documento inserto.

³⁹⁹ Na margem direita, de outra mão: “Confirma os privilegios e doações”.

e deu sua autoridade que a tornasse em puprica forma com meu sinal. Testemunhas Joham Esteveez cavaleiro da dicta Ordem e Alvaro Vicente e Joham Ferrnandez beedor do bizcoyto e outros. E eu sobredicto tabeliam que este estormento screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

(fl. 70v)

84

1389, Abril, 8 – Lisboa

Inserere: 1358, Abril, 28 – Samouco

Saibham todos que na Era de mill CCCC^a XXVII annos oyto dias d'Abrrill na muy noble cidade de Lixboa ante a porta cathedral estando no dicto logo Alvaro Gonçalvez Machado bassallo d'el Rey juiz por el na dicta cidade em presença de mym Lourenço Miguez tabeliam d'el Rey em essa meesma e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo Afonso Vaaz homem d'Afonso Vaasquez comendador d'Ortalagoa e mostrou hũa carta d'el rey Dom Pedro escrita em purgaminho asinada pello dicto senhor Rey seellada do seello do chunbo posto em cordon de sirgo da qual o theor tal he:

Dom Pedro pella graça de Deus⁴⁰⁰ rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago nos meus regnos outorgo lhe e comfirmo todallas cartas privilegios que ha das graças e mercees liberdades e benfeitorrias que lhe fezerom os reis que ante mym foram. E mando que lhe sejam conpridas e guardadas em todo asi como em ellas he contheudo e que nenhuum nom lhe vaa contra ellas sob pena dos meus encooutos. Em testemunho desto lhe dey esta minha carta seellada do meu seello do chunbo. Dante no Samouco biinte e oyto dias d'Abrril. El Rey ho mandou Vaasqu'Eannes a fez. Era de mil e CCC^a LR^{ia} VI annos.

E mostrada a dicta carta o dicto Afonso Vaaz pediio ao dicto juiz que per sua autoridade mandasse seer facto ho trellado della em puprica forma. E o dicto juiz mandou a mym tabeliam e deu sua auctoridade que lha desse em puprica forma com meu sinal. Testemunhas Johane Estevez cavalleiro da dicta Ordem e Alvaro Bicente e Joham Fernandez beedor do bizcoyto e outros. E eu sobredicto tabeliam que este stormento screpvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

85

1389, Abril, 8 – Lisboa

Inserere: 1387, Agosto, 19 – Coimbra

Saibham todos que na Era de mil e CCCC^a e XXVII annos oyto diias do mes d'Abrrill na muy noble leal cidade de Lixboa ante a porta cathedral estando no dicto logo Alvaro Gonçalvez Machado bassallo d'el Rey juiz por el na dicta cidade em presença de mym Lourenço Miguez tabeliam d'el Rey em essa meesma e das testemunhas que aodiante som scriptas pareceo Afonso Vaaz homem d'Afonso Vaasquez comendador d'Ortalagoa e mostrou hũa carta de nosso

⁴⁰⁰ Segue-se riscado: "rey".

senhor el rey Dom Joham scripta em purgaminho e asinada per sua mão e seellada do seu seello pendente de cera posto em cerua (*sic*) amarella da quall ho theor tal he:

⁴⁰¹Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da⁴⁰² Cavallaria da Ordem de Santiago teemos por bem e confirmamos a el e aa dicta Ordem todollos privilegios liberdades que ham e lhe foram dadas e outorgadas pellos reis que ante nos foram e de que husou (fl. 71) ataa ho tempo da morte d'el rey Dom Fernamdo nosso irmão a que Deus perdooe. E porem mandamos que husem dos dictos privilegios e liberdades e os ajam e lhe sejam conpridos e guardados pella guisa e condiçom que os aviam e lhes guardados eram em tempo dos outros reys que ante nos foram como dicto he e lhe nom vãao contra elles em nenhũa guisa que seja. E em testemunho disto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade de Coimbra XIX dias d'Agosto. El Rey ho mandou. Martim Gonçallvez a fez. Era de mill e CCCC^a XXV annos.

E mostrada a dicta carta o dicto Afonso Vaaz pediio ao dicto juiz que per sua autoridade mandasse seer feito o trelado dela em puprica forma. E o dicto juiz mandou a mym tabeliam e deu sua autoridade que lha desse em puprica forma com meu sinal. Testemunhas Joham Esteveez cavaleiro da dicta Ordem e Alvaro Bicente e Joham Fernandez veedor do bizcoito e outros. E eu sobredicto tabeliam que este estormento screpvy e aqui meu sinal fiz que tal he.

86

1388, Setembro, 19 – Campo Maior

⁴⁰³Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Alguarve a vos juizes da Arruda e a todallas outras nossa<s> justiças e a outros quaaesquer que esto ouverem de veer a que esta carta for mostrada saude. Sabede que Ruy Freire cavaleiro da Ordem de Santiago nos disse que el tem esse lugar da Arruda que he da dicta Ordem com todas suas rendas e dirreitos e que nos depois que se esta guerra começou quitamos alguuns (*sic*) portageens e outros dirreitos que abiam de dar aa dicta Ordem. E que porem lhes embargam de pagar. E que nos pediia por mercee que a esto lhe ouvessemos remedio e lhe mandassemos dar nossa carta per que lhe pagassem todallas rendas e dirreitos que perteecem aa dicta Ordem nom embargando ho dicto quitamento. E no<s> beendo o que nos pediam e por quanto nos nom podiamos fazer quitamento em perjuizo da dicta Ordem teemos por bem e mandamos vos que lhe façades responder com todallas rendas e dirreitos do dicto lugar que aa dicta Ordem perteecem nom embargando quaaesquer cartas nem alvaraees per que nos dessemos ou quitassemos algũa cousa das dictas remdas a quaaesquer pessoas. Ca nosa mercee e vontade he que elle aja total-las rendas e dirreitos que perteecem aa dicta (fl. 71v) Ordem bem compridamente e que lhe nom mingue nenhũa per aquella guisa que os ouverom os outros que ante el foram ante que

⁴⁰¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Confirma os privilegios e doações".

⁴⁰² As palavras "Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da" estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: "D. Mem Rodrigues de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1387".

⁴⁰³ Na margem direita, de outra mão: "Que acudam com todollos dirreitos ao comendador d'Arruda".

nos dessemos as dictas⁴⁰⁴ cartas e alvaraaes de quitamento. He (*sic*) al nom façades. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante no arrayal de sobre Campo Mayor dezanove diias de Setembro. El Rey ho mandou. Alvaro Gomçalvez a fez. Era de mill e CCCC^a e viinte e seis⁴⁰⁵ annos.

1392, Abril, 26 – Alcácer do Sal

Insere: 1392, Abril, 12 – Tentúgal

Saibham todos como viinte <e VI> diias d'Abril era de mil e quatrocentos e trimta annos em Alquacer no paaço do concelho perante Lopo Diaz escudeiro juiz em logo de Joham Dominguez Carvalho juiz pello Meestre de Santiago no dicto logo em presença de mym Fernand'Eannes tabeliam d'el Rey na dicta villa e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo hy Mem Rodriguiz freire da Ordem de Santiago provedor do conuento da dicta Ordem em Alquacer e mostrou ao dicto juiz e per mym dicto tabeliam leer fez hũa carta de nosso senhor el Rey scripta em papel e aberta e seelada nas costas de seu seello redondo segundo em ella pareciia da qual carta o theor tal he:

⁴⁰⁶Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Martym de Santarem taixador e contiador por nos em Alquacer e a quaesquer outros que esto ouverem de veer e desto ajam conhecimento saude. Sabede que Dom Meem Rodriguiz Meestre da⁴⁰⁷ Ordem da Cavallaria de Santiago nos enviou dizer que vos <que> chegastes ao dicto logo d'Alquacer e acontiad⁴⁰⁸ e taxades os freires que estam no conuento e o priol moor e que os costrangedes que paguem em pedidos e em peitas e fiintas e talhas seendo elles dello escusados. E que em esto a dicta Ordem recebem (*sic*) agravamento e enviou nos pedir por mercee que lhes ouvessemos sobr'ello remedio. E nos beendo o que⁴⁰⁹ (fl. 72) nos enviou dizer teemos por bem⁴¹⁰ e mandamos vos que vos escusedes desto e que lhes nom ataixedes nem avaliedes nem mandedes taixar seus beens nem os costrangedes nem mandades costranger que elles paguem em pedidos nem em peitas nem em fiintas nem em talhas porque nossa mercee he que sejam dello scusados. E que se lhe ja seus beens por ello foram filhados ou enbargados que lhos entreguedes logo ou façades entregar. Honde (*sic*) al nom façades. Dante

⁴⁰⁴ Segue-se sobrepontado: "terras".

⁴⁰⁵ As palavras "de mill e CCCC^a e viinte e seis" estão sublinhadas e por cima da palavra "viinte" foi escrita uma outra que depois foi riscada. À margem esquerda, de outra mão: "mil e quatrocentos e vinte (segue-se riscado "e quatro") e seis, diz o pergaminho original". Por baixo e com letra diferente: "Não pode ser senão 26, porque então he que estava no arrayal de Campo Maior. Vide outra fl. 142".

⁴⁰⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "[Q]ue os da Ordem nom pagem [...] peitas nem em fintas nem [...]m pedido algum".

⁴⁰⁷ As palavras "Dom Meem Rodriguiz Meestre da" estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: "D. Mem Roiz (*sic*) de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1392. Prior mor Lourenço Annes estando em conuento em Alcacere".

⁴⁰⁸ As palavras "e acontiad^{es} e taxades" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "e que taixades acontiad^{es}".

⁴⁰⁹ No canto inferior direito deste fólio: "nos enviou dizer".

⁴¹⁰ As duas últimas palavras estão sublinhadas e, na margem esquerda, de outra mão: "pos".

em Tentugal XII dias d'Abril. El Rey ho mandou por Ruy Lourenço dayam de Coinbra lecenciado em degredos e per Joham Afonso escollar em lex dos seus desembargos. Vaasco Afonso a fez. Era de mil e quatrocentos e triinta annos.

E mostrada a dicta carta e leuda como dito he loguo Lourenc'Eannes priol mor⁴¹¹ da dicta Ordem que hy presente siia e pedio ao dicto juiz que per sua auctoridade ordynaria lhe mandasse dar ho trellado da dicta carta em puprica forma sob sinal de mym sobredicto tabeliam porque deziia que lhe perteenciia como freire e priol moor que era da dicta Ordem. E o dicto juiz mandou a mym dicto tabeliam e deu sua auctoridade per que lho desse e eu dei lho em esto estormento. Testemunhas Vaasco Periz tabeliam e Martim Gonçalvez e Alvar'Eannes e Stevam Lourenço d'Arrefolles e outros. E eu sobredicto tabeliam que por mandado e auctoridade do dicto juiz ho theor da dicta carta aquy screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he

88

1433, Novembro, 23 – Santarém

⁴¹²Dom Eduarte pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a quantos esta carta birem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago em nossoa regnos teemos por bem e confirmamos lhe todollos foros, graças, privilegios e mercees que lhe forom dadas e outorgadas e confirmadas pellos reys que ante nos forom e seus boons husos e costumes que senpre ouverom e de que senpre husarom ata a morte do muy vitorioso e de grandes vertudes el Rey meu senhor e padre cuja alma Deus aja. E mandamos que asi lhe sejam guardados e husem delles como sempre husarom ataa o dicto tempo. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta signada per nos e seellada do nosso seello do chunbo. Dante em a nossa villa de Santarem XXIII dias de Novembro. Lopo Afonso a fez. Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill CCCC^a XXXIII annos.

(fl. 72v)

89

1435, Agosto, 10 – Alenquer

⁴¹³Nos el Rei mandamos a vos chantre e cabidoo da Se da nossa muy nobre e leal cidade de Lixboa e a outros quaesquer que esto ouverem de veer que nom costringaaes nem mandees costringer os cavaleiros da Ordem de Santiago e a comendadeira de Santos que de suas comendas nos paguem em esta dizima que nos ora foy outorgada pellos prellados e crelleziia de nosso regnos pera mantiimento dos enbaxadores que ora enviamos ao Padrrre Sancto e ao con-

⁴¹¹ As palavras "Lourenc'Eannes priol mor" estão sublinhadas e, à margem direita, por outra mão: "No ano de 1430 estava o convento em [...] e era prior mor Francisco Anes". E de outra mão, segue-se, ainda: "He falço que não era nem podia ser ano senão Era de Cezar e pello anno fica no de 1392".

⁴¹² Na margem direita, de outra mão: "Confirmaçam dos privileg[os], doações, ussos e costumes". Ainda, por outra mão: "D'el rey Dom Duarte". E mais abaixo "Confirmaçam".

⁴¹³ Na margem esquerda, por outra mão: "Nom pagem pera hũa dizima [que] ho Padre Santo concedeo [a] el Rei". E, ainda, com letra diferente: "D'el rei D. Duarte"; "subsídios".

cilio⁴¹⁴ jeerall por quanto pellos privilegios da dicta Ordem som dello escusados. Pero se esses comendadores ou outras pessoas ouveram as rendas por alguuns raçoeiros ou vigairos ou priolles que nom servirom e forom ausentes que eram theudos de pagar queremos que paguem por elles. Porem vos mandamos que assy ho conpraaes. E al nom façades. Feito em Alanquer X dias d'Agosto. Paay Rodriguiz o fez. Era do nascimento de nosso Senhor Jhesus Christo de mill CCCC^a XXXV annos.

90

1401, Março, 22 – Setúbal

Insero: 1383, Junho, 20 – Almada

⁴¹⁵Saibham todos que na Era de mill e CCCC^a e XXXIX anos XXII diias de Março em Setuval nos paaços da Ordem seendo no dicto logo Gomes Airas juiz ordenairo da dicta billa em presemça de mym Gonçallo Estevez tabeliam d'el Rey na dicta billa e testemunhas adiante scriptas pareceo hy Andre Fernamdez comendador da Arrabida e mostrou e per mym dicto tabeliam leer fez hũa carta d'el rey Dom Fernamdo que Deus perdooe seellada do seello pendiente segundo parecia da quall ho theor tal he:

⁴¹⁶Dom Fernando pella graça de Deus rey de Portual (*sic*) e do Alguarve a quantos esta carta virem fazemos saber que Dom Fernand'Afomso d'Albuquerque Meestre da Cavallariia da⁴¹⁷ Ordem de Santiago nos disse que de sempre foy de costume que os Meestres da dicta Ordem per imliçam dos comcelhos puunham nas villas e logares da <terra da> dicta Ordem juizes e procuradores que vogassem e procurassem os feitos e que agora he per nos mandado que nom aja hy procuradores e que porem elle os nom ousa <poer>. E que nos pidiia (fl. 73) por mercee que a esto lhe ouvessemos remedio. E nos beendo o que nos pidiia teemos por bem e mandamos que el ponha e possa poer os dictos procuradores nas villas e lugares da dicta Ordem asy e pella guisa como os sempre poserom os outros meestres que ante forom nom embargando a defesa que per nos sobr'ello he posta. Dante em Almadaam XX dias de Junho. El Rey ho mandou per Joham Gonçalvez d'Atayde seu bassallo e chancellor da sua puridade. Gonçalo Lourenço a fez. Era de mill e CCCC^a XXI annos.

E mostrada a dicta carta o dicto comendador disse que o Meestre Dom Mem Rodriguiz da dicta Ordem compria de aver o trellado da dicta carta por el requerer prol e honrra da sua Ordem. E porquanto a dicta carta se podiia perder por augua ou por outra razom que o dicto juiz desse a mym dicto tabeliam sua autoridade que lhe desse o trellado da dicta carta em puprica forma. E o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas Afonssso Martiinz tabeliam e Joham Estevez e outros. E eu sobredicto tabeliam que este estormento com o theor da dicta carta em puprica forma per mandado e auctoridade do dicto juiz escrepvy e meu synal fiz que tal he.

⁴¹⁴ A partir da abreviatura "Cço".

⁴¹⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "O proprio esta lançado neste livro as fl. LXIX".

⁴¹⁶ Na margem esquerda, por outra mão: "[...] posam poer nas teras [d]a Ordem procuradores e [ju]izes". Segue-se: "[...] João Mestre em Portugal".

⁴¹⁷ Estas palavras estão sublinhadas: "Com Fernand'Afomso d'Albuquerque Meestre da Cavallariia da" e, à margem esquerda, de outra mão: "Mestre em Portugal"; "D. Fernando Afonço de Albuquerque Mestre da Ordem no anno de 1383".

1409, Maio, 6 – Alcácer do Sal

⁴¹⁸Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todollos juizes e justiças dos nossos regnos e a outros quaesquer que esto ouverem de veer a que esta carta for mostrada saude. Sabede que Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago⁴¹⁹ nos enviou dizer que pellas comarcas de nossos regnos honde a dicta Ordem tem suas rendas⁴²⁰ e dirreitos ha alguuns homeens que foram almoxarifes e escriptvãaes e recebedores e moordomos das rendas do dicto meestrado. E que ora pero os elle manda requerer e chamar que lhe venham dar conta e recadaçom do que asy receberom das dictas suas rendas que elles o nom querem fazer nem vos justiças os nom queredes pera ello costranger. E que nos pediia por mercee que lhe ouvessemos a ello remedio. E nos veendo o que nos pediia e querendo lhe fazer graça e mercee teemos por bem e mandamos vos que se elle dicto Meestre mandar chamar e requerer aquelles que assy foram e som seus almoxarifes e escriptvãaes e recebedores e moordomos que lhe vão dello dar conta e recadaçom e elles o nom quiserem fazer que vos os costrangades que logo sem mais trespasso nem delonga lha vão dar honde elle estiver estando o dicto Meestre em algũas das terras da dicta sua Ordem e nom fora delas e sobr'esto lhe nom ponham⁴²¹ outro nenhuum embargo em nenhũa maneira. Lhe (*sic*) al nom (fl. 73v) façades. Dante em Alquacer VI diias de Mayo. El Rey ho mandou per o doutor Gil Martiinz seu vassallo e do seu desembargo. Pero Vaaz da Beira a fez. Era de mill e quatrocentos e quareenta e sete annos.

1410, Janeiro, 15 – Viseu

⁴²²Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todollos juizes e justiças das terras da Ordem de Santiago e a outros quaesquer a que desto conhecimento perteeceer a que esta carta for mostrada saude. Sabede que Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallaria⁴²³ da Ordem de Santiago nos enviou dizer que alguuns concelhos e taballyãaes da sua terra teem cartas e escreturas que perteeceem a elle e aas dictas suas terras e jurdições dellas e que lhe conpre ho trelado dellas em publica forma pera saber alguuns dirreitos que a el e aos dictos concelhos perteeceem e saber como em elles ha de viver. E ora diz que nom embargando todo esto que se teme de lho nom quererem dar nem mandar dar o dicto trelado posto que o aja mester no que diz que lhe seria fecto grande agravo e sem razom. E que nos enviava pedir por mercee que lhe ouvessemos sobr'ello algum remedio com dirreito e lhe dessemos nossa carta per que lhe dessem o trelado das dictas cartas e scripturas. E nos

⁴¹⁸ Na margem direita e por outra mão: "Que os almoxarifes es[cri]vães e recebedores vam dar conta ao Mestre".

⁴¹⁹ As palavras "Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "D. Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1409".

⁴²⁰ Segue-se riscado: "do dicto meestrado".

⁴²¹ Esta palavra está subpontada e à margem direita, de outra mão: "ponhades. Diz o original".

⁴²² Na margem esquerda, de outra mão: "[...]os conselhos dem ho trelado [d]as escrituras que pertencerem a Ordem".

⁴²³ As palavras "que Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallaria" estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: "D. Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1410".

veendo o que nos asi dizer e pedir enviou teemos por bem e mandamos vos que presentes os procuradores desses concelhos a que perteeecer façades buscar as dictas scripturas e que das escripturas que a el perteeecerem lhe façades dar ho trelhado em puprica forma e sobr'esto lhe nom ponhades outro nenhuum embargo em nenhũa guisa que seja salvo se da parte dos dictos concelhos for mostrada razom com dirreito per que o nom devades fazer. Honde (*sic*) al nom façades. Dante em ha cidade de Viseu XV diias do mes de Janeiro. El Rey ho mandou per Vasco Gil de Pedroso lecenciado em lex seu vassallo e do seu desenbargo. Joham Eannes a fez. Era de mill e CCCC^a RVIII^o annos.

93

1410, Setembro, 9 – Lisboa

⁴²⁴Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem fazemos saber quo o Meestre de Santiago nos disse que em esta guerra passada da hida que fomos pera Alcantara (fl. 74) el tomou por nosso mamdado alguuns moradores da terra da dicta sua Ordem que nom forom em a dicta⁴²⁵ yda d'Alcantara algũas bestas e armas e as deu a outros que com el forom servir em a dicta ida. E que ora aquelles a que assy mandou tomar as dictas bestas e armas o querem por ellas demandar que lhas pague e que nos pediia por mercee que a esto lhe ouvessemos alguum remedio e mandassemos que pois elle tomara as dictas bestas e armas per nosso mandado e pera nosso serviço que nom fosse por tal cousa demandado. E que por quanto ja alguuns por esta cousa o demandarom e tiinham sentença contra elle per que lhes pagasse bestas e armas que lhe assy mandara tomar que mandassemos que nom fosse feita obra pellas dictas sentenças. E nos beendo o que nos assy deziia e pediia e porque assy he que nos mandamos ao dicto Meestre tomar as dictas bestas e armas aos que ficavam na terra da Ordem e as dar aos que nos com el foram servir em a dicta ida teemos por bem e mandamos a todollos juizes e justiças dos nossos regnos e a outros quaesquer que esto ouvereem de veer a que esta carta for mostrada que nom consentam aos moradores da terra da dicta Ordem que citem nem demandem o dicto Meestre pollas bestas e armas que assy tomou e mandou tomar aos que ficavam pera as dar aos que nos com el foram servir em a dicta ida d'Alcantara ca nossa mercee he de nom seer por ello demandado. E que esso meesmo nom façom obra nenhũa per algũas sentenças se ja som dadas contra o dicto Meestre sobre o que dicto he. E al nom façades. Dante em Lixbooa IX dias de Setembro. El Rey ho mandou per ho doutor Gil Martiinz seu vassallo e do seu desenbargo. Rodrigo Afonso a fez. Era de mill e CCCC^a RVIII^o annos.

94

1422, Junho, 16 – Asseiceira

⁴²⁶Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Alguarve e senhor de Cepta a quantos esta carta virem fazemos saber que o lffante Dom Joham meu filho regedor e governador

⁴²⁴ Na margem esquerda, por outra mão: “[...] nom demandem ao Mestre [...]llas armas que tomou”.

⁴²⁵ Segue-se riscado: “sua”.

⁴²⁶ Na margem direita, de outra mão: “Que ho Mestre podesse d[ar] as teras de Riba Tejo de sesmaria”.

da Ordem⁴²⁷ do Meestrado de Santiago nos disse que algũuas pessooas teem em Ribatejo terra da dicta sua Ordem muitas quintãas e vinhas e herdades os quaes as nom querem adubar nem aproveitar e as leixam asy jazer em mortorio e que per o el requiere e manda requerer aaquelles cujos os dictos herdamentos som que os adubem e aproveitem que o nom querem fazer. Da qual cousa diz que a dicta terra de Ribatejo se vay de todo a perder e que el e a dicta Ordem recebem em ello gram perda. E que nos (fl. 74v) pediia por mercee que lhe dessemos lugar e poder que el podesse dar as dictas herdades de sesmariia. E nos veendo o que nos asi pediia e por quanto nom avemos por bem feito de se a <dicta> terra assi hir a perder teemos por bem e mandamos que o dicto lffante Dom Joham mande poer edito de huum anno que aquellas pessoas que as dictas herdades teem que as aproveitem per sy ou per outrem. E nom o querendo elles fazer ataa o dicto tempo damos lhe lugar e poder que elle ou per outrem⁴²⁸ em seu nome de e possa dar todallas dictas herdades e beens de sesmariia a quem el quiser e por bem tever. E porem mandamos a todollos corregedores juizes e justiças e aos nossos almoxarifes e officiaes e a outros quaaesquer que esto ouverem de veer per qualquer guisa a que esta carta for mostrada que asi lhe leixem esto fazer pella guisa suso dicta e lhe nom ponham nem consentam sobr'ello poer embargo nenhuum em nenhũa maneira. Lhe (*sic*) al nom façades. Dante em Asseira XVI diias de Junho. El Rey ho mandou. Pero Annes a fez. Era de mil CCCC^a e LX annos.

1474, Agosto, 30 – Lisboa

⁴²⁹Dom Afonso per graça de Deus rey de Portugal e dos Alguarves d'Aquem e d'Aalem mar em Affrica a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee aos governadores ou mestres e assy aos cavalleiros comendadores que ora som e ao diamte forem da Ordem da Cavallaria do Meestrado de Santiago de nossos regnos e aas comendadeiras e donas do moesteiro de Santos por os muitos serviços que dos ditos governadores e cavalleiros teemos recebidos a nos praz e queremos que daquy em diante em nossa vida elles nem ellas nem suas rendas nom paguem em nenhũuas dizimas que pellos Santos Padres sejam ou forem lançadas que nos ajamos d'aver tirando a paga dos sete mil ducados que ora avemos d'aver delles. E dos outros cavalleiros e meestrados de Christus e d'Avis e da clerezia de nossos regnos que nos foram outorgados pello Santo Padre. E prometemos de nunca em nenhuum tempo comssentir que os dictos governadores ou mestres e cavalleiros comendadores da dicta Ordem de Samtiago e comendadeiras e donas do dicto moesteiro de Santos paguem em nenhũas dizimas que os Sanctos Pdrres tenham lançadas ou lançarem daquy em diante em nossa vida que nos ajamos d'aver. Porque em espical nos praz que nom sejam pera ellas costringidos nem costringidas e os avemos dellas por escusados e relevados como dicto he. E por suas guardas e nossa lembrança lhe damos por presentem per nos siinada e seellada do

⁴²⁷ As palavras "o lffante Dom Joham meu filho regedor e governador da Ordem" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "O Infante D. João governador da Ordem no anno de 1422 + 38 = 1460". Esta operação foi anotada na vertical.

⁴²⁸ As palavras "ou per outrem" estão subpontadas e, à margem esquerda, de outra mão: "por sy ou. Diz o original".

⁴²⁹ Na margem esquerda, por outra mão: "[...] nom pagem em dizima [...] ho Santo Padre conceder a el rei Dom Afonso".

nosso seello pendiente. Dada em a cidade de Lixboa a XXX diias (fl. 75) d'Agosto. Antom Gonçalves a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e sateemta e quatro.

Começam as escreturas da terceira parte.

96

1244, Agosto, 28 – Lugo

Insero: 1244, Janeiro, 9 – Coimbra

⁴³⁰Innocencius episcopus servus servorum Dei. Dilectis fili Magistro et fratribus Ordinis Milicie Sancti Jacobi, salutem et apostolicam benedictionem. Illius Ordinem vestrum prosequimur prerogativa favoris ut ipsam urter alios honorare specialis privilegio gracie proponentes et sua vita sibi apostolice protectionis conservare munimine ac ipsius tam in spiritualibus quam temporalibus merementum procurare sollicito cupiamus. Hinc est quod sicut intimantibus vobis accepimus clare memorie Sancius rex Portugalie provide pensans labores multiplices graves que sumptus quos pro tuenda fide catholica et cultu ampliando divino continue sustinetis Ordini vestro villam de Alguarve que dicitur Tavira pia libertate duxeret contedendam prout in licteris confectis exinde plenius continetur. Nos vestris supplicacionibus inclinati concessionem huiusmodi sicut pie ac provide facta est auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus tenorem licterarum ipsarum de verbo ad verbum presentibus inferi facientes qui talis est:

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amem. Notum sit omnibus hac licteras inspec-turis quod ego Sancius secundus Dei Portugalensis rex de mea spontanea et libera voluntate et de assensu meorum ricorum hominum amore Dei et Beate Virginis gloriose et apostollorum Petri et Pauli et omnium Sanctorum et pro remedio animme mee et patris et matris mee e[st] pro amore donni P<e>lagii Petri Corrigia Magistri Ordinis Milicie Sancti Jacobi et pro multo bono servicio quod ipse Magister et predictus Ordo michi fecerunt et facient, do et concedo prionominatis Magistro et Ordini Milicie Sancti Jacobi (fl. 75v) ut me diligan[st] et faciant sicut domino naturali illam villam de Algarbe que dicitur Tavira cum omni jure regali quod ibi habeo et habere debeo et cum toto jure patronatus ecclesiarum et cum omnibus terminis suis et ingressibus et egressibus suis tam per mare quam per terram ut ipsi habeant et omnis posteretas eorum et possideant illam in pace et quiete jure hereditario in eternum. Si quis autem tam de propinquis meis quam de extraneis venerit qui hoc factum meum attentare vel irrumpere voluerit ei nullatenus concedatur, set pro sola temptacione ira et maledictio omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritus Sancti et gloriose Virginis Marie veniant super ipsum et eam Juda traditore sepultus jaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est observaverit et fecerit observare omnipotentis Dei et Beate Marie Virginis benedictionibus repleatur et cum Sanctis et electis Dei in regno Dei accipiat porcionem et ut istud statum meum et donatio mea maioris roboris obtineant firmitatem et non possint in dubium revocari istam meam cartam feci inde fieri et meo sigillo proprio sigillari quam meis manibus roboravi. Actum Colinbrie VIII^o die Januarii. E^a M^a CC^a LXXXII^a.

⁴³⁰ Na margem direita, de outra mão: "Comfirmaçam apostolica da doaçam de Tavilla".

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presun[er]it indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Lugdum V kallas Septenbri. Pontificatus nostri anno tercio.

97

[1272, Janeiro, 4 – Lisboa]

Inserere: 1271, Dezembro, 30 – Lisboa; 1271, Novembro, 3 – Mérida; 1272, Janeiro, [4 – Lisboa]

⁴³¹In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus presens scriptum inspecturis quod cum in nos Magistrum Gomecium canonicum Zamoremsem fratrem Geraldum Dominici doctorem fratrum predicatorum Ulixbonensem et Dominicum Johannis canonicum Elborensem per illustrem domnum Alfonsi Dei gracia regem Portugalie et Algarbii et domnum Pelagium Petri eiusdem Magistrum Ordinis Millicie Sancti (fl. 76) Jacobi et Joh[ann]em Reymondi comendatorem Sancti Jacobi de Cacem procuratorem tredecim et capituli generalis predicti Ordinis extiverit promissum prout compromisso inde confecto a sigilato plenius continetur cuius tenor talis est :

Noverint universsi presens compromissum inspecturi quod cum inter nos domnum Alfonsum Dei gracia regem Portugalie et Algarbii ex una parte et domnum Pelagium Petri eadem Magistrum Milicie Sancti Jacobi et Johanem Reymondi comendatorem Sancti Jacobi de Cacem procuratorem capitulum eiusdem Ordinis ex altera controversie canonice et questiones verterentur supra Tavira et terminis suis Caçala cum terminis suis et Castro Marym⁴³² quod est in termino de Caçala ut dicitur et super juribus eorundem et super Aaveiras cum terminis suis et super juribus patronatus ipsius loci et omnium predictorum locorum ecclesiarum factarum et faciendarum et super pane, vino et quibusdam aliis que sunt ad comendum vel bibendum que per mare portantur ad Mertolam per focem de Udyana a moratoribus de Mertolla de nostra communi voluntate simpliciter et de plano in viros providos et discretos domnum Gomecium domnum legum canonicum Zamoremsem religiosum virum fratrem Geraldum Dominici doctorem fratrem predicatorum Ulixbonensem et Dominicum Johannis canonicum Elborensem presentes et recipientes in se hoc compromissum a nobis communiter electos super omnibus predictis et singulis promissorum apromittimus sub hac forma quod quicquid ipsi arbitri arbitrati fuerit, statuerint, difunderint, sinaverint, laudaverint, madaverint, disposuerint, ordinaverint super omnibus predictis et ipsorum quolibet inter nos lite contestata et non contestata, diebus feriatis et non feriatis stando, procedendo sive sedendo in scriptis et sine scriptis semel vel pluries una die sive diversis temporibus, presentibus partibus sive ausentibus sive alta partium presente sive absente causa instructa et non instructa, vocatis partibus et non vocatis, de die vel de nocte, omnii loco juris ordine servato et nom servato, nos predictae partes adimpleremus et observaremus promictentes nos predicti Rex et Magister et ego predictus procurator

⁴³¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Compromiso sobre Tavila, Cacela e Castro Marim".

⁴³² Na margem direita, está repetido, por outra mão: "Castro Marim".

nomine ipsius Ordi[n]s cuius sum procurator ad iuicem bona fide contra arbitrium, difinitionem suam, laudum, mandatum, dispositionem seu ordinationem predictorum arbitrorum sub pena dicte milium marcarum puri et examinati argenti aliquatenus non venire. Et ego predictus Rex ad hoc per memoratam penam sub ypoteca rerum mearum me astringo et nos Magister et procurator sepe dicti per eadem penam sub ypoteca rerum nostrarum et nostri Ordinis nos et nostrum Ordinem astringimus, promictimus et per stipulationem sollempnem nos predictae partes quod quociens alter nostrum venerit de jure vel de facto contra omnia vel singula que ipsi arbitri, arbitratores vel amicabilem opositores arbitrati fuerint, statuerint, difinierint, servaverint, disposerint seu ordinaverint in predictis et quolibet predictorum parti alteri arbitrio statuta difinitioni sine laudo, mandato, dispositioni seu ordinationi parenti totiens solvat penam superius memoratam eisdem arbitrio, statuto, difinitione, sententia, lauda, mandato, dispositione seu ordinatione in suo robore incommutabiliter duraturis. Addicimus insuper quod alter nostrum dolum non comictat in compromisso nec dolo (fl. 76v) faciat vel procetur quominus compromissum et singula in eo contenta robur obtineant firmitatis. Item addicimus quod in continenti lata sententia nos predictae partes eam confirmemus et emologemus. Item addicimus quod alter nostrum non petat recurri ad arbitrium boni viri. Item addicimus quod alter nostrum racione rerum de quibus compromivimus vel racione personarum compromittencium vel earum in quas compromittamus nichil opponat nec dicat de facto vel de jure ab inicio vel expresso facto contra dictum compromissum nec contra alica in eo contenta nec contra mandata, sententiam, difinitionem, arbitrium, laudum, statutum, dispositionem seu ordinationem dictorum arbitrorum. Item abrenunciamus super omnibus predictis beneficio restitutionis in integrum et omni juris auxilio. Et hec omnia supradicta et singula bona fide et sub pena superius memorata nos predictae partes promictimus prout jacent perpetuo servaturos. Et ut hec non possint in dubium venire nos predicti domnus Rex et Magister presens compromissum facimus sigillorum nostrorum munimine [c]omuniri. Et ego Johannes Reymondy predictus procurator sigillo nostri capituli cuius sum procurator presens compromissum facio sigillari. Actum fuit hoc apud Ulixbonam III^o kalendas Januarii. E^a M^a CCC^a IX^a.

Tenor autem procurationis talis est:

Noverint universi presentem licteram inspecturi quod nos Tredecim in capitulum generale Ordinis Milicie Sancti Jacobi de consensu domni Pelagii Dei gracia Magistri nostri Ordinis constituimus ordinamus sive facimus domnum Johanem Reymondi fratrem nostrum comendatorem Sancti Jacobi de Cacem procuratorem nostrum sindicum vel actorem in causa sive causis que inter nos et predictum Magistrum nostrum nomine nostri Ordinis ex una parte et domnum Alfonsum Dei gracia illustrem regem Portugalie et Algarbii ex altera vertuntur vel verti sperantur super Tavira cum terminis suis juribus patronatus eorundem locorum Caçala cum terminis suis et Castro Marym quod dicimus esse in terminis ipsius Cabelle et juribus patronatus ipsorum locorum ad agendum super premissis et respondendum coram quocunque iudice ecclesiastico sive mundano jurandum in animabus nostris de quolibet genere sacramenti componendum et compromittendum in arbitros vel amicabilem compositores et ad penam in compromisso apponendam iux⁴³³ ipsius procuratoris arbitrium nos et Ordinem nostrum obligandum prout ei placuerit et visum fuerit expedire

⁴³³ Na margem esquerda, de outra mão: "juxta".

ratum et firmum nos promitamus habituros quicquid actum fuerit per predictum procuratorum per viam iudicii sive compromissi in omnibus premissis in ipsorum quolibet sub ypoteca rerum nostrarum relevando ipsum de iudicato solvendo in cuius rey testimonium hanc procuracionem facimus nostri sigilli munimine consignari. Datum yn (*sic*) Merida, tercio nonas November, Era Millesima CCC^a nona.

Nos memorati arbitri pro bono pacis et concordie et pro tranquillitate et utilitate utriusque partis cognita veritate de omnibus supradictis et concorditer et de communi nostro assensu expectate⁴³⁴ nobis data a partibus in predictis taliter laudamus, mandamus, iudicamus, arbitramur, difinimus et ordinamus quod Tavira cum terminis suis pascuis, montibus, fontibus, ingressibus et egressibus, rivulis, iuribus et omnibus pertinenciis suis remaneat predicto domno regi et successoribus suis quoad omnia temporalia et eam habeant teneant et possideant jure hereditario in perpetuum jura⁴³⁵ patronatus eiusdem ville terminorum suorum ecclesiarum factarum faciendarum remaneant dictis Magistro et Ordini et hanc teneant et possideant (fl. 77) ea in perpetuum et sint sua excepto jure patronatus ecclesie Santi Jacobi de Tavira. Item predictus Rex et successores sui hanc teneant et possideant jure hereditario in perpetuum quoad omnia temporalia Caçala cum terminis suis ingressibus et egressibus, pascuis, montibus, fontibus, rivulis et cum omnibus iuribus et pertinenciis suis et Castrum Marim quod jacet in termino da Cacula ut dicitur cum omnibus iuribus et pertinenciis suis. Jura vero patronatus⁴³⁶ ecclesiarum factarum et faciendarum istorum duorum locorum et terminorum suorum remaneant Magistro et Ordini et hanc teneant et possideant ea in perpetuum et sint sua prout meo termini predictorum locorum jacent. Et si dictus Magister et Ordo voluerint fundare seu de novo struere aliquas ecclesias in predictis duobus locis et terminis suis dictus Rex det eis locum competentem ad ipsas ecclesias edificandas et ad cimiterium earundem. Det etiam eis dictus domnus Rex domos quas noster domnus Rex habet de morada in Tavira que fuerunt de Abenfalira que dividuntur cum domibus Silvensis episcopi et det eis illas ut eas habet in de jure debet habere. Et Magister et Ordo habeant teneant et possideant eas jure hereditario in perpetuum et sint sue. Item remaneat dictis Magistro et Ordini a Gomeira⁴³⁷ cum tota hereditate que fuit Pelagii Suerii cum iuribus et pertinenciis suis. Et det domnus Rex Magistro et Ordini in illo termino quem dederit Castro Marim quatuor jugarias hereditatis que sunt due ad anum et ad vicem ; det et eis domnus Rex locum ad vinhariam et ad casariam. Item mandamus adjudicamus et laudamus quod si moratores de Mertola⁴³⁸ asportaverint per mare ad Mertolam panem vel vinum vel alias res ad comedendum vel bibendum et intraverint per focem de Udiana et non asportaverint eas ad vendendum nec ad regatandum et non aportarem in loco alico regis et recta via merint aportar ad Mertolam non dent domno regi decimam nec costumagem et se aportarem in alico loco regis dent suum directum secundum consuetudinem ipsius loci. Item mandamus, adjudicamus et laudamus quod domnus Rex det Magistro et Ordini Aveiras⁴³⁹ cum terminis suis pascuis, montibus, fontibus, ingressibus, egressibus, rivulis, iuribus et omnibus pertinenciis suis que ibi habet vel habere debet et cum jure patronatus quod ibi habet. Et quia domnus Rex jus patronatus ecclesie Sancti Jacobi de Tavira contulit episcopo et ecclesie Silvensi pro remedio anime sue cum contra donacionem suam venire non debeat

⁴³⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "*expeditio*".

⁴³⁵ Seguem-se umas letras riscadas. E na margem esquerda, por outra mão: "*ius patronatus oppidi de Tavira*".

⁴³⁶ Na margem direita, de outra mão: "*ius patronatus ecclesiarum oppidorum de Cacula e Castro Marim*".

⁴³⁷ Na margem direita, de outra mão: "*ha Gomeira*".

⁴³⁸ Na margem direita, de outra mão: "*habitatores de Mertola non solvant jura regalia in certo casu*".

⁴³⁹ Na margem direita, de outra mão: "*Aveiras*".

in reconpensacione juris patronatus predictae ecclesie de communi voluntate regis Magistri et predicti procuratoris dat domnus Rex Magistro et Ordini jus patronatus ville Sancte Marie de Faarom⁴⁴⁰ et terminorum suorum tam ecclesie ibi facte quam ecclesiarum ibi faciendarum. Et mandamus et adjudicamus quod Magister et predictus procurator nomine suo Ordinis et procuratorio renuncient donacionibus factis Magistro et Ordini de villa de Tavira et de Caçalla cum terminis suis quod ad temporalia a domno Alfonso rege Portugallie et Algarbii et a bone memorie domno Sancio secundo illustri rege Portugallie et omnibus confirmationibus supradictis locis habitis et obtentis quod ad temporalia et omni alii juri accioni sive donacioni super predictis locis sibi competentibus et dent inde domno regi litras (*sic*) donacionis et privilegium domni Pape qui (fl. 77v) habent super predictis locis. Retento tamen Magistro et Ordini plene et integre jure patronatus de Tavira et de suis terminis excepto jure patronatus ecclesie Sancti Jacobi eiusdem ville sicut superius est apressum. Ex mandamus, adjudicamus quod domnus Rex renunciet omni juri et accioni sibi competenti in vila et terminis de Aveira et in jure patronatus eiusdem loci et in jure patronatus de Tavira et de Caçala et de Castro Marim et de Sancta Maria de Faarom et terminorum suorum tam in ecclesiis factis quam faciendis excepto jure patronatus ecclesie Sancti Jacobi de Tavira et tunc ut ipse habet concedit Magistro et Ordini superdictis. Et mandamus, laudamus, judicamus, arbitramus, diffinimus et ordinamus sub memorata pena quod omnia supradicta et quolibet predictorum compleantur, rectificentur et emolgentur effectu et cantur per domnum regem Magistrum et Ordinem supradictos prout in compromisso inde confecto plenius continetur. Et ut hoc non possit alicui in dubium devenire mandamus inde fieri duas patentes licteras consimiles quarum una ne apud domnum Rege et alias penes Magistrum et Ordinem superdictos. Et mandamus quod in isto arbitrio, mandato, iudicio seu laudo predicti Rex et Magister apponant sua sigilla et quod predictos procurator ponat ibi periculi Ordinis supradicti. Et ego predictus⁴⁴¹ Rex nomine meo, et nos Magister et procurator nomine nostro et Ordinis omnia supradicta et singula rata et firma habentes ea approbamus, confirmamus et emologamus et su pena in compromisso et Ordinem promittimus perpetuo servaturos in quarum rerum testimonio has cartas nos predicti Rex Magister nostris sigillis. Et ego predictus procurator sigillo predicti capitulli facimus communiri. Acta sunt hec apud⁴⁴² Januarii. Era Millesima CCC^a decima.

Et ego supradictus Rex cum volluntate et expresso assensu uxoris mee regine domne Beatricis⁴⁴³ nostrum fillie et filliorum nostrorum infantum domni Dionisii, domni Alfonso, domne Blance et domne Sancie et curie mee omnia supradicta et singula feci, approbavi, confirmavi et emollogavi sub pena in compromisso posita prout superius esse expressum. Et ego supradicta Regina domna Beatrix, domnus Dionisius, domnus Alfonso, domna Blanca et dona Sancia omnia supradicta⁴⁴⁴. Acta sunt hec apud Ulixbonam die hora et Era supradictis. Rege Magistro et procuratore supradictis mandantibus per domnum Johanem de Avoyno suum maiordomum⁴⁴⁵, et per Johanem Suerii Conelium et per Fernandum Fernamdi Cogomino et per Martinum Johanis de Vinali et per Petrum Alfonso de Çamora et per Petrum⁴⁴⁶ Çamorenses et per fratrem Geraldum Dominic

⁴⁴⁰ Na margem direita, de outra mão: "Sancte Marie de Farão".

⁴⁴¹ Esta palavra tem um "s" final riscado.

⁴⁴² No espaço em branco existente, escrito de outra mão: "d Ulixbo", pelo que a letra "d" se reporta à anterior palavra, ou seja, "apud". E na margem esquerda: "apud Ulixbonam 4ª die".

⁴⁴³ Segue-se um espaço em branco.

⁴⁴⁴ Segue-se um espaço em branco.

⁴⁴⁵ No espaço em branco existente, por outra mão: "maior domum". E na margem esquerda: "maior domum".

⁴⁴⁶ Segue-se um espaço em branco e, na margem esquerda, de outra mão: "et per Magistrum Gomecium canonicum Çamor".

doctore fratrem predicatorum Ulixbonensem et per Dominicum Johanis canonicum Elborensem arbitros supradictos. Jacobus.

(fl. 78)

98

1272, Janeiro, 6 – Lisboa

⁴⁴⁷Noverint universsi presentes cartam inspecturi quod ego Alfonsus Dei gracia rex Portugalie et Algarbii renuncio omnibus juribus que ego habeo et habere debeo in Aaveiras et in terminis suis. Item renuncio juri patronatus ecclesiarum de Tavira excepto jure patronatus ecclesie Sancti Jacobi eiusdem ville quod iam contuli episcopo et ecclesie Silvensis. Et renuncio juri patronatus ecclesiarum de Sancta Maria de Faarom et de Caçala et de Castro Marim et de Aaveiras et terminorum predictorum locorum tam factarum quam faciendarum et promicto sub pena de cem⁴⁴⁸ millium marcarum puri et examinati argenti prout in sentemcia lata per viros providos et discretos domnum Gomecium domnum Legum canonicum Zamorensem rellegiosum virum fratrem Geraldum doctorem fratrem predicatorum Ulixbonensem et Dominicum Johanis canonicum Elborensem plenius continetur me non venire contra dictam renunciacionem nec contra sententiam nec contra aliquem articulum de hiis que in dicta sententia continetur in cuius Rey testimonium dedi Magistro et Ordini supradictis istam cartam meo sigillo sigillatam. Datum Ulixbona VI^a die Januarii. Rege mandante per domnum Johanem de Avoyno suum maiordomum, et per Rodericum Garsie de Pavya et per Johanem Suerii Conelium et per Fernandum Fernandi Cogomino et per Martinum Johanis de Vinali et per Petrum Alfonssi de Çamora et per Petrum Martini Caseval et per fratrem Geraldum Dominici doctorem fratrem predictorum Ulixbonensem et per Dominicum Johanis canonicum Elborensem. Jacobus Johanis notuit. E^a M^a CCC^a X^a.

99

1303, Agosto, 5

⁴⁴⁹In Dei nomine amen. Noverint unyverssi que in Era millesima trecentessima cadragesima prima, ferie VI^a, videlicet, nona dia Augusty⁴⁵⁰ in dicta publica coram venarabili viro domno Martino Johanis thesaurario Elborensi canonico et vicarius Ulixbonensis in presencia mei Vicencii Alfonsi publici tabellionis civitatis predictae ac castrum infra scriptorum ad hec vocatorum et specialiter rogatorum venerabilis vir ac relligiosus domnus Martinus Gasco comendator maior Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii appellavit in scriptis faciendo per mei dictum tabellionem legi et publicari quandam appellacionis cedula[m] sub forma qua sequitur continentam (fl. 78v) cum Ordo Millicie Sancti Jacobi habeat jus patronatus et medietatem decimarum in eccle-

⁴⁴⁷ Na margem direita, de outra mão: *"Donatio regea de Aveiras cum jure patronatus oppidis de Tavila, Cacela e Castro Mar[im]"*.

⁴⁴⁸ Palavra corrigida, por outra mão, na margem esquerda.

⁴⁴⁹ Na margem direita, de outra mão: *"Appelatio facta in scriptis a maiore preceptore Ordinis supra quadam ecclesia construenda in oppido de Tavilla"*. Segue-se, ainda, por outra mão: *"As fl. 197 esta a mesma ja lançada apresentação en corte de Roma"*.

⁴⁵⁰ Palavra corrigida.

sia Sancte Maria de Tavira Silvensi diocese et sit in possessione seu quasi tam jur presentandi clericum ad dictam ecclesiam quam percipiendi in ea medietatem predictarum decimarum et nunc ad me Martinum Gasconem maiorem comendatorem dicti Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii de novo provenerit quod episcopus Silvensis et capitulum eiusdem volunt noverit edificare ecclesiam in dicta villa de Tavira propter muros eiusdem ubi nunquam alias fuit hedificata et accendens quod huiusmodi hedificacio, si fieret, esset in maximum dapnum et perjudicium Ordinis nostri et dicte ecclesie nostre et privilegiorum nostrorum Ordini nostro a Sede Apostolica indultorum cum per hoc dicta ecclesia nostra posset in posterin quam plurimum dampnificari et deffraudari in predictarum decimarum percepcione et in multas aliis obvencionibus de quibus habere debet medietatem et maxime quia dicta ecclesia nostra non deficit parrochianis suis in sacramentis et divinis officiis nec subest aliqua justa ynertia causa propter quam de jure ibi de novo hedificari debeat ecclesia et persertim quia redditus et proventus dicte ecclesie quam de novo dictus episcopus et capitulum volunt hedificare in usus suos proprios incendunt convertere et sibi applicare in nostri Ordinis et dicte ecclesie nostre non modicum perjudicium et gravamen et in diminuicione jurium eiusdem. Idcirco ne talis hedificacio fiat sine cause cognicione et jur Ordine in tali casu pretermisso et ne dictus episcopus et capitulum contra nos fratres et homines nostros et nostri Ordinis et alios nobis in hac parte adherentes et contra dictam ecclesiam nostram clericos et parrochianos eiusdem de facto cum de jure non posint ad excommunicationis suspenssionis interditi sentencias vel ad alias quascunque penas per se vel per alios procedant in hiis scriptis sedem metropolitam nomine meo et dicti Ordinis. Ego supra dictus comendator provoco seu appellacio et appellaciones semel, secundo et tercio instanter instancius et instancissime peto secundum quomodo huiusmodi appellacionis exigit et requirit. Pro omnes me et dictus Ordinem et dictam ecclesiam, clericos et parrochianos eidem et omnes nobis adherentes, faventes consillium vel auxillium palam vel oculte⁴⁵¹ impendentes et omnia bona nostra sub propeccione dicte sedis. Et rogo te Vincencium Alfonssi publicum tabellionem Ulixbonensm quod de hac appellacione mea mihi conficies⁴⁵² et des quoddam publicum instrumentum. Actum Ulixbone presentibus Magistro Martino, Egidio Dominici portionario⁴⁵³, Steve M^e Maudalene, Gunsalvo Petri millite de Vermelha, Johane Laurencii millite, Geraldo Martini consuprino, Roderici de Lemos, Stephano Dominici rectore ecclesie de Fuerelis, Petro Pelagii portionario Sancti Jacobi et aliis quam plurimis in audiam existentibus. Ego vero tabellio memoratus lecioni et publicacioni dicte appellacionis interfui rogatus et predictam appellacionem in publicam formam redegei et inde hec instrumentum conscripsi meoque signo solitus consignavi quod taleo est in.

100

1390, Março, 28 – Tavira

Insero: 1356, Julho, 26 – Tavira; 1356, Julho, 12 – Lisboa

(fl. 79) ⁴⁵⁴Saibham todos que na Era de mil CCCC^a annos viinte e oyto diias do mes de Março no paaço do concelho de Tavira⁴⁵⁵ perante Afonso Martiinz alvazil geeral em a dicta villa pare-

⁴⁵¹ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

⁴⁵² Palavra rasurada.

⁴⁵³ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

⁴⁵⁴ Na margem direita, por outra mão: "*Contratus emphatiotiens supra quadam porva tera de Tavila*".

⁴⁵⁵ As palavras "*de Tavira*" foram escritas por outra mão.

ceo Estevam Lourenço mercador desse logo e mostrou e per mym Pero Afonso taballyom em a dicta vila presente testemunhas leer fez hum stormento facta e asinado per Joham Dominguez que foi tabaliam da dicta vila segundo em elle parecia do qual o theor tal he:

Saibham todos como eu Afonss'Eannes priol de Sam Cremente de Loulle procurador que som de Dom Gil Fernandez Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago dos regnos de Portugal e do Algarve assy como he⁴⁵⁶ contheudo em hũa procuraçom scripta em papel e seellada nas costas de hum seello grande feito como escudo e tinha em sy fegurada hũa luua e hũa estrela e em outra parte hũa espada de longo do dicto seello com dous escudos com quinas dos rex de senhas partes da qual procuraçom ho theor tal he:

Dom Gil Fernandez pella graça de Deus Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que nos fazemos ordenamos estabelleecemos por nosso certo procurador lidimo avondosso suficiente asy como el melhor e mais compridamente pode e deve seer e mais valler a Afonss'Eannes nosso freire priol de Loulle que elle por nos e em nosso nome e da nossa Ordem possa procurar e recadar e arrendar e demandar e receber todallas rendas dirreitos e parte delas que nos e a nossa Ordem avemos e de dirreito devemos d'aver no reyno do Algarve e em Almodouvar ou em quaaesquer lugares que os nos devemos e deviamos aver de dirreito per qualquer guisa que seja e pera dar estormento ou estormentos de quitaçom daquello que assi arrendar e receber aaquelles que as dictas rendas e dirreitos pagassem e de que os el receber tambem dos annos da Era de mil e trezentos e noventa e dous annos e que se acabou na Era de mil e III^o LR III como da Era de mil e III^o LR III ataa Sam Joham Bautista Era de mil e III^o LR III^o annos como des aqui em diante. E renunciamos todos outros procuradores que avemos feitos nos dictos logares per razom dos dictos dirreitos salvo o dicto Afonso Annes ao qual nos mandamos que procure e obre do officio de procuraçom e recade e receba daqui em diante por nos e pola nossa Ordem como de suso dicto he. E outrosi lhe damos conprido poder que possa aforar dous pedaços de chãao que nos avemos em termo de Tavila caminho de Faarom a qualquer pessoa ou pessoas que os quiser aforar e que mais serviço e prol da Ordem for pera hũa pessoa ou duas ou pera mais e que lhe possa mandar fazer carta ou stormento do dicto aforamento. Outrosi lhe damos poder pera sobestabellecer outro ou outros procurador ou procuradores cada que lhe comprir e fezer mester e depois revogar. E depois da revogaçom ho officio da procuraçom em si filha e pera entra (*sic*) a preitos e demandas com quaaesquer pessoa ou pessoas (fl. 79v) que nos devam e ajam de dar alguuns dirreitos e rendas e de dirreito devam a dar por qualquer guisa que seja perante qualquer juiz ou juizes asi ecclesiasticos como sagraes que dos dictos feitos de dirreito devam de conhecer e pera apelar se mester for apelaçom seguir de quaaesquer pessoa ou pessoas de que nos ou a nossa Ordem ou ho nosso procurador receb[e]r agravo per qualquer guisa que seja e pera poer e meter thesoureiros nas nossas igrejas do Alguarve e em

⁴⁵⁶ As palavras "de Dom Gil Fernandez Meestre da Cavallariia da Ordem de Santiago dos regnos de Portugal e do Algarve assy como he" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "D. Gil Fernandes Mestre da Ordem no anno de 1362".

Almodouvar pera as dictas igrejas serem servidas. E nos avemos e prometemos aver por firme e estavel todo aquello que pello dicto nosso procurador ou por seus sobestabellecidos for feito dito e procurado. E em todallas cousas suso dictas e em cada hũa dellas sob obrigamento dos beens da nossa Ordem que a esto obrigamos. E rellevamos o dicto nosso procurador e os sobestabellecidos de todo encargo de satisdaçom (*sic*). E se algũa razom ou crasulla ou crasulas ou letera ou verbo fallece em esta procuraçom nos a avemos hi por posta pera seer perfeita em todo e qual deve. E em testemunho desto mandamos fazer esta carta de procuraçom e seellar do nosso seello. Dante em Lixboa doze diias de Julho ho Meestre ho mandou. Joham da Varzea a fez. Era de mil e trezentos e noventa e quatro annos.

A qual procuraçom per leuda eu dicto Afonss'Eannes per poder da dicta procuraçom conheço e confesso que dou de foro a vos Stevam Annes e a vossa molher Mariia Dominguez hum pedaço de chãao que o dicto Meestre e Ordem ha em termo de Tavira caminho de Faarom asi como parte dhum cabo com Joham Ramos janrro (*sic*) de Maria Rica e doutros cabos convosco Stev'Eannes e com caminho de Faarom. E dou a foro a vos o dicto chãao deste diia pera todo senpre e a todos vossos soccessores que depois vos veerem. E dedes ao dicto Meestre ou a seu certo procurador e aa dicta Ordem qua-reenta soldos e poortugueses em Tavira pera todo senpre em cada hum anno. E deve-des começar de fazer o dicto foro deste diia de Santa Eirriia primeira que vem a hum anno e dhy em diante pello dicto diia pera todo senpre. E vos nom deveades de vender o dicto chãao a rey nem a seu filho nem a ric'omem nem a rica dona nem a homem poderoso nem a outra pessoa de rellegiam. E se o ouverdes de vender deve de lo fazer saber ao dicto Meestre e Ordem se o quer tanto por tanto. E se o el nom quiser deve de lo a vender a tal pessoa que faça ao dicto Meestre e Ordem o dicto foro. E eu me obrigo per poder da dicta procuraçom a vos defender o dicto chãao de quem quer que vo lo enbargar quiser pellos beens do dicto Meestre e Ordem que vos eu pera esto obrigo. E eu Stev'Eannes e Maria Dominguez sa molher nos obrigamos a comprir e a pagar o dicto foro ao dicto Meestre e Ordem como de suso dicto he pera todo senpre. Fecta carta e theor em Tavila XXVI dias de Julho. Era de mil e III^c LR^{ta} IIII^o annos. Testemunhas Stevom Lourenço mercador e Afonso Martiinz tabaliam e Martim Annes de Ferreira e outros. E eu Joham Dominguez puprico tabaliam de Tavira que per outorgamento das dictas partes dous stormentos semelhavees dhuum theor screpvi e em cada hum delles meu sinal fiz que tal he.

O qual stormento asy mostrado Stevam Airas procurador de numero na dicta vila que presente siia como procurador que se deziia da dicta Hordem (fl. 80) e segundo fez certo que Vicent'Eannes tabaliam desse logo em nome da dicta Ordem pedio ao dicto Alvazil que lhe mandasse dar ho theor da dicta carta em puprica forma e sinal de mym sobredicto tabaliam. E o dicto Alvazil bisto o que lhe era dicto pelo dicto Stevam Airas porque hi nos pos enbargo o dicto Stevam Lourenço per sa autoridade ordinaria mandou a mym Pero Afonso sobredicto tabaliam que desse ao dicto Stevam Airas ho theor do dicto estormento em puprica forma sob meu sinal e sa autoridade ordenaria ao⁴⁵⁷ dicto Stevam Airas. E eu dei lhe este stormento em o dicto logo diia mes e Era sobredicta. Testemunhas Vicent'Eannes, Afonso Martinz tabalyãaes e Airas

⁴⁵⁷ Palavra corrigida de "do".

Vaaz procurador e Afonso Periz filho de Afonso Periz scripvam. E eu Pero Afonso tabaliam na dicta villa que o screpvy sob meu sinal que tal he.

101

1434, Março, 3 – Alcácer do Sal

Inser: 1425, Junho, 16 – Lisboa; 1425, Junho, 25 – Lisboa; 1434, Fevereiro, 15 – Tavira; 1433, Dezembro, 10 – Almeirim

⁴⁵⁸Saibham os que este estormento d'authoridade virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e XXXIII^o anos tres diias do mes de Março em Alquacer nos paaços do mui<to> alto senhor Iffante Dom Joham regedor e governador da Cavallariia da Ordem⁴⁵⁹ de Santiago estando hy Gomez Eannes Toscano escudeiro juiz orde-nairo em a dicta villa pareceo hy Fernam Gonçalvez da Arca cavaleiro e mostrou presente o dicto senhor e presente o dicto juiz tres cartas, *convém a saber*, duas d'el rey Dom Joham cuja alma Deus aja hũa scripta em purgaminho e asynada per o dicto senhor Rey e asseellada do seu seelo pendente e outra scripta em papel asinada per o dicto senhor Rey e asseellada do seu seello redondo nas costas della e a outra de confirmaçom das dictas cartas d'el rey Dom Eduarte scripta em purgaminho assinada pello dicto senhor Rey e asseellada do seu seello redondo nas costas della. Das quaes ho theor da primeira he este que se segue:

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a vos Martym Meendez corregedor que ora sooes no nosso regno do Algarve e a Garcia Muniz requeredor da nossa fazenda no dicto regno e ao meirinho do almirante que ora sooes e aos que depois de vos veerem e a outros quaesquer officiaes e pessoas que esto ouverem de veer per qualquer guisa a que esta carta for mostrada saude. (fl. 80v) Sabede que Fernam Gonçalvez da Arca⁴⁶⁰ e alcaide do nosso castello de Tavira nos enviou dizer que vos outros mandavees per vezes prender algũas pessoas as quaes asi presos delles levam aa cadeea do almirante e delles a alfandega e delles ao dicto castello. Em a qual cousa elle recebia agravo seer elle nosso alcaide e levarem nenhuns presos a outra prisom senom ao dicto castello. E que porem nos pediia de mercee que lhe proveese-mos sobr'ello de remedio. E porque nossa mercee he que todollos presos vãao ao dicto castello e nom aa dicta alfandega nem aa dicta cadeea do almirante nem a utra (*sic*) nenhũa parte teemos por bem e mandamos vos que façades em tal guisa que quaes-quer presos que forem per vosso mandado ou dos juizes ora sejam per nossa divida ora por outras quaesquer cousas que seja asi homeens do mar como da terra que os nom mandees a nenhũa prisom salvo aa prisom do dicto <nosso> castello porque nossa mer-cee he seer asi e nom doutra nenhũa guisa sem outro nenhum embargo. E esto fazee em tal guisa que elle dicto Fernam Gonçalvez nom se enviie a nos mais por esto agravar. Dante em Lixboa⁴⁶¹ XVI dias de Junho. Lopo Afonso a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e⁴⁶² XXV annos.

⁴⁵⁸ Na margem direita, de outra mão: "Estormento com ho trelado de tres cartas sobre ho castelo de Tavila".

⁴⁵⁹ As palavras "senhor Iffante Dom Joham regedor e governador da Cavallariia da Ordem" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "O Infante D. João governador da Ordem no anno de 1434".

⁴⁶⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "nosso criado".

⁴⁶¹ Segue-se, de outra mão: "X".

⁴⁶² Na margem esquerda, de outra mão: "CCCC".

E outrossi o theor da dicta carta de papel he este que se segue:

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a vos Martim Meendez nosso corregedor no regno do Algarve e aos juis (*sic*) de Tavira que ora sooes e aos que despois de vos veerem e a totalas outras nosas justiças e a outros quaesquer officiaes e pessoas que esto ouverem de veer a que esta presente for mostrada saude. Sabede que Fernam Gonçalvez da Arca nosso criado e alcaide do nosso castello de Tavira nos enviou dizer que o meirinho do almirante coouta armas algũas pessoas e as leva todas pera sy sem dar a el a meetade dellas que diz que som suas de dirreito. E pedio nos de mercee que lhe proveessemos sobr'esto com dirreito. E porque ho almirante nom ha de teer nenhũa cadeea nem meirinho teemos por bem e mandamos vos que vos nom conssentades que hy aja cadeea nem meirinho do dicto almirante nem que nenhum com coute as armas salvo ho nosso alcaide ou aquelles que por elle tal lugar teverem. Ca nossa mercee he seer assy sem embargo do dicto almirante ataa ora teer cadeea e alcaide. E sobr'esto nom conssentaaes que se faça ho contrario. Se nom seede certos que a vos nos tornaremos por ello. Honde (*sic*) al nom façades. Dante em Lixbooa XXV dias de Junho. Lopo Afomso a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c XXV anos.

E outrosi ho theor da dicta confirmaçom das cartas susodictas he este que se segue:

Dom Eduarte per praça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a quantos esta carta virem fazemos saber que Fernam Gonçalvez da Arca cavaleiro nosso vassallo nos mostrou duas cartas do muy vitorioso e de grandes vertudes el Rey meu senhor e padre cuja alma Deus aja hũa fala do fecto dos presos que ham dhir aa prisom do nosso castello de Tavira de que elle he nosso alcayde feita em Lixbooa per Lopo Afomso⁴⁶³ XVI dias de Junho de mil e IIII^c XXV anos e asynada per o dicto senhor Rey e asseellada do seu seello pendente e outra em papel asinada pello dicto (fl. 81) senhor Rey e asseellada nas costas do seu seelo redondo feita na dicta cidade per o dicto Lopo Afonso XXV dias do dicto mes de Junho da Era sobredicta pela qual manda que o almirante nom tenha cadeea nem meirinho nem cooute outrem as armas salvo ho alcaide do dicto senhor Rey segundo mais compridamente he contheudo e declarado em as dictas cartas. E pedii (*sic*) nos o dicto Fernam Gonçalvez que lhas confirmasemos. E nos visto seu requerimento e as muitas razões que teemos pera o fazer e querendo lhe fazer graça e mercee teemos por bem e confirmamos lhe as dictas cartas. E porem mandamos ao nosso corregedor e juizes que ora som do dicto regno do Algarve e a todollos outros corregedores e juizes e justiças e officiaes que esto per qualquer guisa ouverem de veer que vejam as dictas duas cartas e lhas conpram e guardem e façom conprir e guardar em todo per a guisa que em ellas he contheudo e nom conssentam que algum lhe contra ello vaa em nenhũa maneira. Honde (*sic*) al nom façades. Dante em os nossos paaços d'Almeirim dez dias de Dezenbrro. Lopo Afomso a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c e XXXIII.

E outrosi andava nas costas da dicta confirmaçom huum estormento puprico feito e assinado per Pero Gonçalvez tabeliam em Tavila do qual ho theor tal he:

⁴⁶³ Segue-se de outra mão: "X". E à margem esquerda: "Vid".

Saibham quantos este stormento virem que na Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o e XXX e quatro annos XV dias do mes de Fevereiro em Tavila ante a porta do castello da menagem que esta contra a praça estando hy Lopo Afonso escudeiro juiz ordenairo em a dicta villa presente elle pareceo Fernam Gonçalvez da Arca cavalleiro e alcaide moor do castello da dicta vila e pobricou ao dicto juiz e leer fez per mym tabeliam esta carta desta outra parte scripta e outras duas d'el rey Dom Joham cuja alma Deus aja hũa scripta em purgaminho de seello pendente e outra scripta em papel asseellada nas costas do seu seello redondo das quaaes esta carta de confirmaçom desta outra parte scripta faz mençom.

As quaas (*sic*) vistas pello dicto juiz o dicto alcaide lhe requereo da parte de nosso senhor el Rey que lhas comprisse segundo em ellas he contheudo. E o dicto juiz vistas as dictas cartas com esta confirmaçom mandou que se comprissem e guardassem em todo e per todo segundo em ellas he contheudo. E os dictos senhores⁴⁶⁴ rex pellas mandam⁴⁶⁵ e mandou a mym tabeliam que o screpvesse assi. E o dicto Fernam Gonçalvez alcaide pediio este estormento e o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas Luis Gonçalvez creligo e Joham Fernandez da Arca e Sallamom Gaguim judeu e outros. E eu Pero Gonçalvez vassallo d'el Rey e tabeliam pello dicto senhor Rey em a dicta vila que o screpvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

As quaes asi mostradas como dicto he o dicto senhor Ifante disse que por quanto se entendia d'ajudar do trellado das dictas cartas e stormento que porem deziia e pediia ao dicto juiz que lho mandasse dar em puprica forma. E o dicto juiz visto ho dizer e pedir do dicto senhor Ifante disse que dava a ello sua autoridade judicial e viia ordenariia e mandou a mym tabeliam adiante que do theor das dictas cartas lhe (fl. 81v) desse ho trellado segundo pelo dicto senhor era pedido em huum stormento em puprica forma sob meu sinal. Testemunhas Ruy Vaaz cavaleiro e Gonçalo Meendez scudeiro criados do dicto senhor e outros. E eu Luis Gonçalvez vassallo d'el Rey e tabeliam puprico pelo dicto senhor Ifante na dicta billa d'Alquacer que este estormento per mandado e autoridade do dicto juiz pera o dicto senhor Ifante em testemunho de verdade screpvi e meu sinal fiz que tal he.

Começam se as escreturas da quarta parte.

102

1413, Julho, 1 – Avinhão

⁴⁶⁶Johanes episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Silvensi, salutem et apostolicam benedicionem. Ad audienciam nostram pervenit quod tam dilectus fillius rector ecclesie Sancti Crementis de Loulle Silvensi diocese quam predecessores sui eiusdem ecclesie rectores qui fuerunt pro tempore decimas reddictus, terras, vineas, possessiones, domos, casalia, prata,

⁴⁶⁴ Esta palavra, por lapso, foi esquecida e escrita depois.

⁴⁶⁵ Na margem direita, de outra mão: "*senhores reis per elles he mandado*".

⁴⁶⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "*Commisio in forma supra rebus [...]jalle alianatis ecclesie [...] oppidi de Loule*".

pascua, nemora, mollendina, jura, jurisdicciones et quedam allia bona ipsius ecclesie datis super hoc licteris confectis exinde publicis instrumentis interpositis, juramentis factis, renunciacionibus et penis adjectis in gravem ipsius ecclesie lesionem nonnullis clericis et laicis alioquibus eorum ad vitam quibusdam vero ad non modicum tempus et aliis perpetuo adfirmam vel sub censu anno concesserunt quorum aliqui super hiis confirmacionis licteras in forma communi a Sede Apostolica impetrasse dicuntur. Quia vero nostra interest⁴⁶⁷ (fl. 82) super hoc de oportuno remedio providere fraternitati (*sic*)⁴⁶⁸ per apostolica scripta mandamus quatinus ea que de bonis ipsius ecclesie per concessiones huiusmodi alienata inveneris illicite vel distraucta non obstantibus licteris, instrumentis, iuramentis, renunciacionibus, penis et confirmacionibus supradictis ad ius et proprietatem eiusdem ecclesie legitime revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellacionem postposita compescendo. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia, odio vel temore subtraxerint censura similli appellacione cessante compellas veritati testimonium prehibere. Datum Avinion kalendas Jullii. Pontificatus nostri anno quarto.

1304, Janeiro, 22 – Montemor-o-Novo

Inserer: 1304, Janeiro, 15 – Alcácer do Sal; 1304, Janeiro, 2 – Alcácer do Sal; 1303, Dezembro, 11; 1298, Dezembro, 4 – Santarém

⁴⁶⁹Saibhah (*sic*) quantos este stormento virem e leer ouvirem como em presença de mym Joham Vixaez publico tabeliam de Montemoor e das testemunhas adiante scriptas perdante ho muito honrrado Dom Johane pella mercee de Deus bispo de Silve (*sic*) seendo na igreja de Santa Maria do Açougue de Montemoor ho Novo Dom Stevam Reymondo comendador de Palmela e de Setval (*sic*) disse senhor foi mercee de nosso senhor el Rey d'escaynbar com ho Meestre e com a Ordem de Santiago e deu lhes Almodouvar e Santa Maria d'Ourique e Aaljazar e Sam Cremente Loulle por Almadaam e por Santa Maria⁴⁷⁰ do Outeiro ho temporal polo temporal e ho spiritual pello spiritual. E porque este escaynbo asi foy fecto el Rey deu ho dirreito que avia nos dictos lugares aa Ordem assi como dicto he asi como el Rey poderiia apresentar qualquer pessoa que clerigo fosse relegioso ou segral. E o bispo de Silve era theudo de o confirmar e ho asi confirmou cada que mester fez. Porem digo a vos senhor que pois a Ordem ha ho dirreito que el Rey aviiia em na igreja de Sam Cremente de Loulle. Por ende vos apresento aqui Stev'Eanes freire da dicta Ordem que he homem filho d'algo e boom e entendido e com boo recado e letrado e lidimo e convinhavel a todo. E peço vos por mercee que o comfirmedes e protesto perdante vos senhor que se este Stev'Eannes nom he convinhavel per algũa razom ho que eu nom crreeo que eu som aparelhado a apresentar outro rellegioso convinhavel. E se per algũuas⁴⁷¹ (fl. 82v) razom (*sic*) presentar nom posso relligo⁴⁷² (*sic*) o que eu nom creoo protesto outrossy que som aparelhado a apresentar creligo sagral. E peço a este tabeliam que me

⁴⁶⁷ Na margem inferior, de outra mão: "Vide supra folio 46".

⁴⁶⁸ Segue-se um espaço em branco.

⁴⁶⁹ Na margem direita, de outra mão: "Hũa apresentaçam da Ho[r]dem] ha igreja de Loule com [ho] trellado do escaimbo que [se] fez da villa d'Almada per Almodouvar, Ourique e [Al]jazur". No canto inferior direito do fólio, de outra mão: "Livro dos Privilegios a fl. 10 no segundo num.".

⁴⁷⁰ Esta palavra está sublinhada e repetida na margem direita.

⁴⁷¹ No canto inferior direito do fólio, de outra mão: "Livro dos privilegios a f. 10 no segundo num."

⁴⁷² À margem esquerda, de outra mão: "religioso".

de huum storumto de qualquer⁴⁷³ pessoa a que presento e das protestaçoões que faço. Entom o dicto bispo disse perdante mym tabeliam sobredicto dai lhe ho estorumto com esto que eu digo. Digo lhe que me mostre ho poder que ha d'apresentar e o poder que ha sobre a igreja se he sua a apresentaçom ou como he sua. E logo de presente o dicto comendador pobricou⁴⁷⁴ cartas perdante o dicto bispo e pedio lhe por mercee que as visse o (sic) elle tragiia procuraçoões e cartas pera fazer e dizer todallas cousas que perdante el deziia. Entom o bispo disse dade me ho trellado desas cartas e dessas procuraçoões que tragedes com sinal deste tabeliam e eu vee las hey livrarey sobr'ellas e dar vos ei ende recado e reposta com dirreito. E o dicto Stevam Reymondo lhe disse que lhe asinasse diia a que lhe desse a⁴⁷⁵ reposta. E o bispo disse dade me vos o trellado das cartas com ho sinal do tabeliam e hide a mym en outro diia do diia d'Entruydo e sera diia de Siinza e entom dar vos ey a reposta com dirreito. Entom o dicto comendador disse⁴⁷⁶ que lho dariia e mostrou a mym tabeliam sobredicto hũa procuraçom e huum trellado de hũa carta de Dom Martym. E o theor primeiramente da procuraçom:

Sai[b]ham quantos esta procuraçom virem e leer ouvirem que nos Dom Martim Gascom comendador moor de Mertolla e do que a Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve em preyto que he ou espera de seer antre nos d'hũa parte e Dom Joane bispo do Algarve⁴⁷⁷ e o cabidoo da See da outra sobre a igreja de Sam Cremente de Loulle e sobre o priorado del e sobre todollos dirreitos que a essa igreja perteencem e dela som e devem a seer per qualquer maneira nos em nosso nome e da dicta⁴⁷⁸ Ordem e sobre todallas cousas dela fazemos e estabelecemos e ordenamos nosso procurador lydimio e avondoso Stevom Reymondo freires da nossa Ordem e comendador de Palmela e de Setuval portador desta presente procuraçom que el possa fazer aveença ou aveenças postas ou posta firmidões ou firmes de qualquer maneira com hos sobredictos bispo e cabidoo de Silve sobre a dicta igreja de Loulle e sobre o priolado dela e sobre todollos dirreitos e cousas que dela som e a ella perteecem e de dirreito devem a perteencer e sobre cada hũa delas. E prometemos per nos e per nossa Ordem a aver firme e stavel pera todo sempre quanto for factio procurado ordenado pello dicto nosso procurador em todas cousas sobredictas e em cada hũa delas sob obrigamento dos beens da dicta nossa Ordem asi como se nos per nossa pessoa presente fossemos em todas estas cousas. Em testemunho destas cousas fezemos ende seer feita esta procuraçom per mão de Andre Fernamdez tabeliam d'Alquacer. Eu Andre Fernamdez tabeliam sobredicto a roguo do dicto comendador mayor a este ordinamento e outorgamento presente fui e esta procuraçom com minha mão ende screpvi e meu sinal hy pugi que tal he. Feita foi em Alquacer XV dias de Janeiro. Era de mil e trezentos e quarenta e dous anos.⁴⁷⁹ (fl. 83) Os que presentes foram Afonso Martiinz freire priol de Faarom, Afonso Paaez freire priol d'Alquacer, Fernam Gastom frreire e Vasco Periz chanceler janrro de Stevam Bernaldez e Ruy Piirez (?) cavaleiro e outros.

Mostrou hũa carta aberta com huum seelo nas costas que parecia que tragiia hũa espada e dous martellos e duas vieiras da qual tal he o theor:

⁴⁷³ As palavras "de qualquer" estão sublinhadas e, à margem direita, de outra mão: "de qual".

⁴⁷⁴ A palavra "pobricou" está sublinhada e, à margem direita, por outra mão: "por reges".

⁴⁷⁵ Esta letra foi acrescentada posteriormente.

⁴⁷⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "Aqui estaa no original hũa grande janella gastada".

⁴⁷⁷ As palavras "do Algarve" estão sublinhadas e, à margem esquerda, de outra mão: "de Silve".

⁴⁷⁸ Na margem direita, de outra mão: "nosa".

⁴⁷⁹ Na margem superior: "Almodouvar, Ourique, Aljazur".

Aos honrrados e honeestos e saves⁴⁸⁰ Dom Joham Soarez pella mercee de Deus bispo de Silve e ao cabidoo desse logar. Eu M. Gastom comendador moor de Mertolla e do que aa Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve m'encomendo em vossa graça asi como a aquelles que de boamente serviriam em todolas cousas que mandesedes e per bem tevededes sabede que enviamos a la Stevam Reymondo que meta em Sam Cremente de Loulle huum priol nosso freire porque vos pedimos por mercee que vos que o confirmedes por priol aa dicta igreja e nos vo lo serviremos e o Meestre vo lo agradecera. Outrosi vos peço por mercee que creades Stevam Reymondo do que vos diser da minha parte. Dada em Alquacer II^{os} diias andados de Janeiro. Era de mil e CCC^aXLII^{os} annos.

E mostrou huum stormento do qual tal he o theor:

Saibham quantos este trelado virem e leer ouvirem que em na Era de mil e CCC^a e quarenta e huum ano XI dias do mes de Dezembro eu Andreu Fernandez, publico tabelliam d'Alquacer vy e lii hũa carta seellada do seello do chunbo pendente por fiios de seda brancos e vermelhos do muito alto e mui nobre senhor Dom Dinis pella graça de Deos rey de Portugal e do Algarve nom rasa, nem borrada, nem antrellinhada, nem cancellada, nem em nenhũa parte de si danada, da qual carta ho theor dela de verbo a verbo tal he:

⁴⁸¹Em nome de Deus Amem. Saibham todos aquelles que esta carta biirem que eu Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve emsenbra com minha molher a raynha Dona Isabel e Dom Afonso meu filho primeiro herdeiro entendendo a fazer bem e mercee a vos Dom Joham Ossorez Meestre da Ordem da Cavallariia de Santiago e a essa Ordem faço tal scaynbo convosco e com essa Ordem, *convém a saber*, que eu dou a vos as minhas villas de Almodouvar e de Ourique e os castellos de Marechique (*sic*) e de Aljezur com todos seus termos asi como os ora tragem e hu sam e segundo como os ham pellas minhas cartas e de meu padre e com todas sas perteenças e com todos seus dirreitos e com todo ho jur real que eu hy ey e de dirreito devo a aver⁴⁸² salvo ho montado que retenho pera mym. E com todallas igrejas dos logares sobredictos feitas e por fazer e os padroados dellas. E outrosi vos dou o padrroado da igreja de Sam Cremente do Loulle e todo o dirreito que ey em essa igreja e de dirreito devo a aver e vos e a vossa Ordem vededes a fazer e a guardar a mym e a todos meus sobcessores nos castelos e nas villas sobre dictas ho senhorio que a mym essa Ordem aguarda e deve de fazer (fl. 83v) e guardar aos outros castellos e villas que essa Ordem ha no meu senhorio e eu asi o retenho pera mym. E todas estas villas e castellos e igrejas e padroados e logares sobredictos vos dou por todo senpre em scaynbo pela villa d'Almadã⁴⁸³ que vos a mym dades e seus termos

⁴⁸⁰ Palavra corrigida.

⁴⁸¹ Na margem direita e de outra mão: "O livro dos privilegios he o mesmo em tudo". E segue-se: "Doaçam e escaimbo d'el rei D[om] Dinis de Almodouvar, Our[ique], Marachique, Aljazur por [A]l[m]adã com os padroados e igrejas das dictas vilas e da igreja de Loule".

⁴⁸² Na margem direita, por outra mão: "Cetepto montatico que retineo pro mei com(?) dictus forallem".

⁴⁸³ Na margem esquerda, de outra mão: "[Pad]rroado das igrejas [d'Al]madã feitas e por [fa]zer".

e com todas sas perteenças e com todollos dirreitos que essa Ordem y ha e de dirreito deve a aver salvo os padrroados e as igrejas dessa villa feitas e por fazer que vos reteendes pera vos e deve de las a aver asi como as ata aquy ouvestes. Outrosi pello padrroado de Santa Maria⁴⁸⁴ do Outeiro da cidade de Lixboa que vos dades a mym e a todos meus soccessores com todo o dirreito que a Ordem hy ha e ouve ata aquy e de dirreito deve a aver. E este scaynbo e esta melho-riia que hy ha vos dou por mui<to> serviço que a dicta Ordem a mym fez e aaquelles ond'eu venho juntando⁴⁸⁵ hy o temporal com o spiritual ma<i>s dou a vos o tenporal pollo temporal e ho spiritual polo spiritual. E por esta seer mais firme e mais stavel e que nom possa viir em duvida dou ende a vos sobredicto Meestre e aa dicta bossa Ordem esta minha carta seellada do meu seello do chunbo. Dada em Santarem quatro dias de Dezembro el Rey ho mandou. Domingo Periz a fez Era de mil CCCª XXX e VI anos.

[1ª coluna de subscrições:]

Iffante Dom Afomso primeiro filho herdeiro, conf.
 Licenciado Dom Joham Affomsso, conf.
 Dom Mem Gil alfeerez, conf.
 Dom Joham Rodriguiz de Breteiros, conf.
 Dom Pero Anes Portel, conf.
 Dom Fernan Periz de Barvosa, conf.
 Dom Lourenço Soares Valladarez
 Mestre Afomso
 Joham Ferrnandez de Limha

[2ª coluna de subscrições:]

Steva[m] Eanes chanceler, ts.
 Joham Simhom, ts.
 Ruy Paez Bugalho, ts.
 Petru Afomso Ribeiro, ts.
 Silvestre Martiinz, ts.
 Gonçallo Fernandez, ts.
 Stevam de Rates, ts.
 Joham da C. (?), ts.

[3ª coluna de subscrições:]

Dom Martinho arcebispo de Brragaa, conf.
 Dom Joane bispo de Lixboa, conf.
 Dom Petro bispo de Coimbra, conf.
 Dom Sancho bispo do Porto, conf.
 Dom Fernando bispo de Évora, conf.
 Dom Frrey Joham bispo da Guarda, conf.
 Dom Egas bispo de Biseu, conf.
 Dom Vasco bispo de Lamego, conf.
 Dom Joaane bispo de Silve, conf.

⁴⁸⁴ Na margem esquerda, por outra mão, repete-se: "Maria".

⁴⁸⁵ Na margem direita, de outra mão: "nom juntado".

Eu Andreu Fernamdez tabeliam sobredicto a rogo e a pitiçam de Afomso Fernandez (fl. 84) em ese tempo soz (*sic*) comendador d'Alquacer este tralado da dicta carta com minha mão propria primeira escrepvi e este meu sinal y pugi que tal he. Fecta foy sob a Era no mes e no diia de suso nomeados. Testemunhas que a esto forom presentes Dom M. Gascom comendador mayor, Andreu Fernamdez juiz d'Alcacer, Ruy Periz clerigo, Vasco Vivas, Lourenço Rodriguiz scripvam, Joham Fiiz (*sic*) e outros. E eu Joham Vixaez puprico tabeliam de Montemoor ho Novo de suso nomeado e a estas cousas presente fui e lii e esguardei estas cartas davamditas e ellas neesta puprica forma tornei scriptas por minha mão e este meu sinal aqui pugi em testemunho de verdade que tal he. Fecto XXII dias de Janeiro Era de mil e CCC^a e quareenta e dous annos. Testemunhas Vicent'Eannes. Petro Gonçalvez tabelliões, Petro Migueiz e Vasco Dominguez raçoeiros de Sancta Maria, Vicente Periz e Joham Fernamdez e outros muitos creligos e leigos. E eu Pero Gomçalvez puprico tabeliam de Montemayor o Novo a estas cousas presente fuy e meu sinal aquy pugi que tal he em testemunho de verdade.

104

1321, Abril, 4 – Alcácer do Sal

⁴⁸⁶Era de mil e trezentos e cinquenta e nove annos quatro <dias>⁴⁸⁷ d'Abril em⁴⁸⁸ na meysom dentro em presença de mym Domingos Periz tabeliam d'Alquacer em logo de Domingos Dominguez e das testemunhas adiante scriptas Afonso Annes freire da Ordem da Cavallaria de Santiago priol e raçoeiro da igreja de Sam Cremente de Loulle de sa livre vontade⁴⁸⁹ e sem prema e sem condiçom nenhũa renunciou todollos dirreitos que ouvera e avia e entendiia d'aver contra ho Meestre e freires e cabidoo da dicta Ordem de Santiago sobre os frutos, rendas e perteenças da dicta igreja per razom do priorado e raçom sobredicta. E que nom possa pedir nem demandar em juizo nem fora de juizo per si nem per outrem aos sobredictos Meestre e cabidoo e freires nem a⁴⁹⁰ outrem quem a dicta igreja aja de proveer ou procurar e de menistrar fruytos ou rendas da dicta igreja nem parte delles. Salvo a sa certa provisom que deve aver como a senpre ouve, *convém a saber*, dez soldos e meyo cada diia pollo priorado e pola raçom e terças dos aniverssairos tregessimos, missas presentes e as casas da morada da dicta igreja e adegas e cem libras em dinheiros e viinte libras de prestimo segundo e contheudo em hūas cartas do dicto Meestre e cabidoo factas domingo de *Letare Jherusalem* da dicta Era. E todo o outro dirreito renuncion como dicto he e se alguuns privilegios, cartas ou outras firmidões ou trasuntos delles avia ou fossem achados per que entemdesse a aver dirreitos sob ellos dictos fruytos ouve os por nenhuuns e renunciou todo dirreito que per elles poderiia aver. E prometeo (fl. 84v) aa boa fe que nunca contra as sobredictas cousas e cada hūa delas veesse per si nem per outrem. E ficou esguadado ao dicto priol pera costringer pellos dirreitos da dicta igreja pera a Ordem come priol. Das quaes cousas o dicto Afonss'Eannes rogou e mandou a mym tabeliam sobredicto que desse ende hum stormento a Dom Pero Eschacho (*sic*) Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve. E eu a rogo e per mandado do dicto Afonss'Eannes e aa pitiçam do dicto Meestre dei lho com meu sinal que tal

⁴⁸⁶ Na margem direita, de outra mão: "*Renunciaçam e declaraçam do que ha d'aver ho priol de Loule*". E mais abaixo: "*Estormento que se pague o priol e não a cotta do fructo*".

⁴⁸⁷ Esta palavra foi escrita por outra mão.

⁴⁸⁸ Na margem direita, de outra mão: "*Alcacere*".

⁴⁸⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "*ledamente*".

⁴⁹⁰ Letra acrescentada de outra mão.

he. Testemunhas Afonso Esteveez juiz d'Alquacer, Afonso Periz comendador d'Ourique, Afonso Esteveez comendador d'Elvas, Duram Martiinz escudeiro, Martim Fernandez vogado d'Alquacer, Pero Costa, Stev'Eannes vezinhos de Santiago de Quacem, Lourenço Callado, Joham Martiinz scripvam do Meestre, Joham Ronbo tabeliam de Ferreira e outros muitos. E eu Lourenço Gonçalvez puprico tabeliam d'Alquacer a rogo do dicto Afonso Annes a estas cousas de suso dictas presente fuy e em este estormento meu sinal pugi que tal he.

105

1427, Fevereiro, 15 – Serpa

⁴⁹¹Saibham os que esta carta d'emprazamento birem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e XXVII annos quinze diias de Fevereiro em Serpa nas pousadas do muito nobre Iffamte Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago estando hi o dicto senhor em presemça de mym Lourenço Martiinz tabeliam d'el Rey na dicta villa e das testemunhas adiante scriptas pareceo hũa carta d'emprazamento de certos beens que o dicto senhor emprazou a Fernam d'Afonso scripvam da sua puridade. Na qual carta faziaa mençom de certas crausulas de hũa procuraçom que os treze cavalleiros e comendadores da dicta Ordem fizeram ao dicto senhor Iffamte feita per Joham Centeeo tabeliam d'Alquacer aos XXVIII^o dias de Janeiro da Era de Cesar de quatrocentos e saseenta anos. Testemunhas em ella contheudas Fernand'Afomso scripvam da puridade e Estev'Eanes de Beja ouvidor, como Dieguo Pereira comendador moor da dicta Ordem em seu nome e de Lourenço Martiinz comendador d'Alvallade per poder de hũa procuraçom e Luis da Rosa priol moor da dicta Ordem em nome d'Afonso Vaaz da Costa por quanto fora chamado e nom veera ao termo que lhe fora asinado e Fernam Martiinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Sezinbra e d'Ourique e Gonçalo Meendes de Vasconcellos comendador de Montel e Martim Gonçalvez de Vasconcellos co-(fl. 85) comendador d'Ortalagoa e Rodrigu'Eannes Frandino comendador d'Aljustrel em nome d'Alvaro Fernandez Churrullão comendador de Canha e de Cabrela e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçalo de Freitas comendador d'Aljazur e Diego Borjas comendador do Torrom e Gonçalo Ribeiro comendador de Çamora Correya e Joham Lourenço proveedor em nome do conveento da dicta Ordem regedentes ao dicto tempo. E seendo todos juntos per canpã tangida segundo costume da dicta Ordem fazendo cabidoo geral os sobredictos cavaleiros comendadores em hũa voz e nenhum a nom contradizendo fizeram constituicão e ordenaram por seu certo procurador avondoso perfeito em todo e nuncio spicial asy como milhor e mais compridamente podesse e devesse seer e de dirreito mais valler o dicto senhor Iffante portador da dicta procuraçom. Ao qual derom e outorgaram todos seus compridos e livres poderes e special mandado que por elles e por a dicta Ordem e em seu nome geral e special podesse aver e cobrar todollos beens e eranças tambem moviis como de raiz e dinheiros e avences que a dicta Ordem ha ou entende a aver ao diante per qualquer guisa e razom que seja de que a dicta Ordem nom tenha posse ou nom tevesse ao diante nos regnos de Portugal e do Algarve e em qualquer lugar dos dictos regnos em que elles podessem seer achados ou a dicta Ordem podesse aver per qualquer guisa que sejam pera entrar a preytos e a demandas por os dictos beens e rendas delles e os asinar e acabar e pera arrendar e enprezar e aforar pera senpre ou por certos tempos todollos dictos

⁴⁹¹ Na margem, de outra mão: " *Escritura d'aforamento de certos bens da Ordem em Loule*". Segue-se, de outra mão: " *O Infante D. João governandor da Ordem no anno de 1427*".

beens ou parte delles e pera mandar fazer carta ou cartas ou stormento ou stormentos de todolos dictos beens ou parte delles tanbem de partições ou de contrauctos e d'arremdamentos e d'emprazamentos e d'aforamentos e de quitações e de recebimentos per mão de qualquer tabeliam ou taballiães que a dicta procuraçom visse. Ao quall elles rogavam e mandavam que os façam com quantas comdições e obrigações que as o dicto senhor lffante seu procurador fosse feito e dicto e outorgado no que na dicto (*sic*) procuraçom era contheudo sob obrigaçom dos beens da dicta Ordem que pera esto obrigavom segumdo nas dictas pro⁴⁹² crausullas da dicta procuraçom mais compridamente he contheudo. Porem o dicto senhor lffante em seu nome e da dicta Ordem e per poder da dicta procuraçom emprazou e deu d'emprazamento a Bertollameu Pallestrello seu scudeiro que presente stava e a Briatiz Furtada sua molher moradores na cidade de Lixboa e a outra pessoa qual a postumeira delles nomear ao tempo da sua morte de guisa que sejam tres pessoas e mais nom certos beens de raiz que forom de Gonçalo Rodriguiz almoxarife que foy do dicto senhor lffante em Loulle os quaes som no dicto logoo e em seu termo, *convém a saber*, hũa vinha na quabeça do Car-(fl. 85v)valhal e huum bacelo que he na orta dos Alemos e huum farregeal ao porto da Quarença e duas courellas de vinhas em Sam Domingos e hũas casas com dez taalhas. Com tal preto e condiçom que os dictos (*sic*) pessoas lhes dessem e pagassem de foro em cada huum anno pellos dictos beens triinta e cinco libras de booa moeda antiiga ou o seu verdadeiro vallor que el Rey por ellas mandar pagar ao tempo da paga. As quaes paguem em duas pagas a meetade por diia de Sam Joham Bautista primeiro seguinte que vem e a outra meetade por diia de Natal outrosi seguinte e assi em cada huum anno pellos dictos diias ataa fim e acabamentoo do dicto emprazamento. E que os sobredictos ajam os dictos bens d'enprazamento como dicto he e frutos e novos e dirreitos delles com todas suas entradas, saydas, dirreitos e perteenças. E com condiçom que elles sobredictas pessoas adubem e repairem todollos dictos bens em cada huum ano de todolos adubios que lhes conprirem e fezerem mester de guisam que senpre sejam melhorados e nom peiorados. E que os sobredictos Bertollameu Palestrelo e sua molher e pessoa derradeira que os dictos beens se tornem <per suas mortes>⁴⁹³ aa dicta Ordem com total-las benfeitorias, melhoramentos que em elles forem factos sem outro nehuum embargo. E o dicto senhor lffante se obrigou a lhos defender e enparar os dictos bens de quem quer que lhos embargar queira pellos bens da dicta Ordem que pera ello obrigou. E o dicto Bertollameu Palestrello por si e por a dicta sua molher e pessoa postumeira tomou e recebeo em si os dictos bens d'enprazamento sob as crausullas e condições e penas, obrigações suso dictas e decraradas. As quaes e cada hũa dellas se obrigou de cumprir teer e manter em todo e per todo e de pagar em cada huum ano e pellos dictos diias o dicto foro segundo decrarado he e nom o pagando mandou e outorgou que o dicto senhor lffante ou os que depos elle veerem que a dicta Ordem socederem os posam por ello mandar penhorar per seus homens e vender e rematar o penhor sem coyma nenhũa e sem outro poder nem mandado de justiça e que sejam crreudos per seus dizeres e palavras senpre e pera esto cumprir obrigou seus bens e da dicta sua molher e postumeira pessoa. Em testemunho desto os dictos pedirom senhas cartas d'emprazamento e esta he a do dicto Palestrello e sua molher. Fecta em Serpa diia e mes e Era logo suso dicto. Testemunhas Rodrigo Airas comendador, Fernand'Afonso scripvam da poridade do dicto senhor e Martym Lourenço tabeliam e Alvaro Fernandez scudeiro do dicto senhor e Meend'Afonso juiz por el Rey em Serpa e outros. E eu sobredicto Lourenço Martinz tabaliam d'el Rey na dicta bila que esta carta de outorgamento a mandado dos sobredictos screpvii e em ella meu sinal fiz que tal he.

⁴⁹² Ao "p" entrançado equivalente a "pro", foi acrescentado, por outra mão: "ro".

⁴⁹³ Também de outra mão, na margem esquerda, repete: " per suas mortes".

(fl. 86)

106

1429, Fevereiro, 22 – Alcácer do Sal

⁴⁹⁴Em nome de Deus amem. Saibham os que esta carta d'emprazamento birem que no ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e III^c XXIX annos XXII dias do mes de Fevereiro em Alquacer nos paaços do muito alto e prezado senhor Iffante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago o dicto senhor que hi no presente siia per poder de hũa procuraçom dos Treze cavalleiros comendadores da dicta Ordem facta por Joham Centeeo tabeliam da dicta bila. Da quall eu tabeliam adiante scripto tenho registado em meu livro as forças della. A qual conta que foi facta na dicta billa nos paaços do dicto senhor aos XXIII^o dias do mes de Janeiro da Era de mil e III^c e e (*sic*) saseenta anos e andavam em ella nomeados por testemunhas Fernand'Afonso scripvam da puridade do dicto senhor e Estev'Eannes de Beja seu ouvidor. Em a qual procuraçom seguinte antre as outras cousas que Diego Pereira comendador moor da dicta Ordem em seu nome e de Lourenço Martiinz comendador d'Alvallade per poder d'hũa procuraçom e Luis da Rosa priol moor da dicta Ordem em seu nome e d'Afonso Vaaz da Costa por quanto foi chamado e nom veeo ao termo que lhe foi asinado e Fernam Martinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Sezinbra e d'Ourique e Gonçalo Meendez de Vasconcellos comendador de Montel e Martim Gonçallvez de Vasconcellos d'Almadãa e Lopo Mee[n]dez de Vasconcellos comendador d'Ortalagoa e Rodrigo Annes Frandyno comendador d'Aljustre em nome d'Alvaro Fernandez Churrichãao comendador de Canha e de Cabreella e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçalo de Frreitas comendador d'Aljazur e Diego Borjas comendador do Torrom e Gonçalo Ribeiro comendador de Çamora Correa e Joham Lourenço procurador em nome do convento da dicta Ordem regedentes a este tenpo seendo todos juntos per canpãa tangida segundo costume da dicta Ordem fazendo cabidoo geeral os sobredictos cavaleiros comendadores todos em hũa voz e con-(fl. 86v)cordia fezerom, constituïrom, hordenarom por seu certo procurador avondo (*sic*) perfeito em todo e nuncio spicial asi como el melhor e mais compridamente pode e deve seer e de dirreito mais valler o dicto senhor Iffante ao qual derom e outorgarom todos seus conpridos e livres poderes que por elles e por a dicta Ordem e em su nome geeral e special podesse aver e cobrar todollos beens e eranças tambem moviis como de raiz e dirreitos e auções que a dicta Ordem ha e entende d'aver ao diante per qualquer guisa e razom que seja de que a dicta Ordem nom tiinha posse ou nom tevesse ao diante nos regnos de Portugal e do Algarve e em qualquer lugar dos dictos regnos em que podessem seer achados ou a dicta Ordem podesse aver por qualquer guisa que seja e pera entrar a preitos e demandas pellos dicos beens e rendas delles e os aferiir e acabar e pera arendar e enprazar e aforar pera sempre ou per certos tempos todollos dictos beens ou parte deles e para mandar fazer carta ou cartas e stormento ou stormentos de todollos dictos beens ou de parte delles tanbem de partições como de contrautos e d'arrendamentos e d'aforamentos e de quitações e de recebimentos per mão de qualquer tabaliam ou tabaliãaes que a dicta procuraçom virem. Ao qual elles rogavom e mandavom que as fezessem com quantas crausullas e condições que as o dicto senhor Ifante seu procurador mandasse fazer. E que elles aviam e prometiam a aver

⁴⁹⁴ Na margem direita, de outra mão: "Aforamento de certos bens da Ordem em Loule". Segue-se, de outra mão: "O Infante D. João, governandor da Ordem no ano de 1429".

por firme e stavel pera sempre todo quanto pello dicto senhor Ifante seu procurador fosse fecto e dicto e outorgado no que dicto he e no que mais na dicta procuraçom era contheudo sob obrigamento dos beens da dicta Ordem que pera esto obrigarom segundo todo esto e outras cousas millhor e mais compridamente em a dicta procuraçom eram contheudas. Porem o dicto senhor Ifante por poder da dicta procuraçom e em seu nome e da dicta Ordem enprazou e deu d'emprazamento a Alvar'Eannes scudeiro e a Lianor d'Atayde sua mulher moradores em Loulle lugar do regno do Algarve e a duas pessoas qual a postumeira deles nomear ao tempo de sua morte, *convém a saber*, contando elles anbos por hũa pessooa e a postumeira deles nomear a segunda e a segunda nomear a terceira de guisa que sejam tres pessoas e mais nom contando elles anbos por hũa como dicto he, *convém a saber*, hũa vinha com seu figueiral que he ao pee da quabeça de Camar que he termo do dicto logo de Loulle, como parte com caminho puprico que vay para o pee da dicta quabeça da hũa parte e da outra com outro caminho puprico que vay pello ribeiro a fundo pera Quarteira e com outros. Item mais outra vinha que he aa fonte dos Alemos termo do dicto logo como parte com oulival de Gomez Esteves tabeliam e com caminho puprico que vay pera a Campyna e com outros. Item mais huum farregeal que he no porto de Querença termo do dicto logo de Loulle que parte com oulival de Joham Periz e com azynhagaa. Item mais duas courellas de vinha que som a Sam Domingos que partem com Catellina Quabeça e com Afonso Vicente e com azinhagaa de servidam. (fl. 87) Item mais hũa cavaliariça que he na Rua da Palmeira que foy d'Afomso Vaaz Mazcorro. A qual diz que a tiinha apenhada ha Gonçalo Rodriguiz almoxarife que foy do dicto senhor por mil e trezentos reais e pagando os dictos dinheiros ao dicto senhor que a dicta casa lhe seja entregue e fique fora deste enprazamento. Os quaes bens suso devisados lhe o dicto senhor Iffante enprazou e deu d'emprazamento como dicto he, com tal preyto e condiçam que elles adubem e repairem os dictos beens de todollos adobiios aos tempos e sazões que lhe mester fezerem de guisa que sempre sejam proveytados e nom daneficados. E com tal condiçom que este enprazamento se entenda deste Sam Joham Bautista primeiro que vem em diante. E que dem d'enprazamento dos beens ao dicto senhor Ifante e aos que depos elles veerem que aa dicta Ordem socederem em trinta libras da moeda antiiga ou aquello que el Rey por ellas mandar pagar aos tenpos das pagas, *convém a saber*, a primeira paga por diia de Sam Joham que sera começo do dicto enprazamento e a outra per Pascoa logo seguinte e asi dhi em diante em duas pagas pellos dictos diias como dicto he atee a fim e acabamento do dicto emprazamento. E com tal comdiçom mais que mortos elles todos tres pessoas que os dictos beens se tornem ao dicto senhor Ifante ou aa aquelles que depos elle veerem que a dicta Ordem socederem com todollos adubiios e bemeitoriiis e melhoramentos que em elles forem feitos sem poendo hy nenhuum embargo. E nom comprindo elles todo esto que suso dicto he que corregram ao dicto senhor Ifante e a Ordem todas custas e perdas e danos que por ello fezerem e receberem. E o dicto senhor Ifante por sy e em nome da dicta Ordem por poder da dicta procuraçom se obrigou de lhe defender e emparar todollos dictos bens suso devisados em todo tempo de todo preito e embargo que lhes sobr'ello for posto per os bens da dicta Ordem que pera esto obrigou. E o dicto Alvaro Annes que a esto presente era por si e por a dicta sua mulher e pessoas postumeiras tomou e recebeo em si os dictos bens d'enprazamento com todas crausullas e condições suso dictas e decraradas as quaes e cada hũa dellas se obrigou de conprir e teer e manteer em todo e per todo e de fazer as dictas pagas das dictas triinta livras da booa moeda aos tempos suso devisado<s> pella guisa e modo suso dicto per todos seus bens e da dicta sua mulher e pessoas postumeiras avudos e por aver que para esto obrigou. E em testemunho desto pedio asi hũa carta e o dicto senhor Ifante lha mandou dar e pedio outro em nome da dicta Ordem. Testemunhas Rodrigo Airas veedor da casa do dicto senhor Ifante e Fernand'Afomso scripvam da sua puridade e Ruy Gonçalvez veedor da Ifante sua mulher

todos cavalleiros comendadores da dicta Ordem e outros. E eu Luis Gonçalvez tabaliam puprico pello dicto senhor Ifante na dicta vila d'Alquacer que esta carta pera o dicto senhor Ifante e Hordem e outra tal para o dicto Alvaro Annes duas de huum theor em testemunho de verdade escrepy e meu sinal fiz que tal he.

(fl. 87v)

Começam se as escreturas da quinta parte.

107

1255, Fevereiro, 14 – Santarém

⁴⁹⁵In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amem. Notum sit omnibus has licteras inspecturis quod ego Alfonssus Dei gracia rex Portugalie et comes Bollonie una cum uxore mea regina Donna Beatrice fillia ilustris Regis Castelle et Legionis de mea bona et libera voluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnarum (*sic*) et pro multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigia Magister Ordinis Milicie Sancti Jacobi et domnus Gonsalvus Petri comendator eiusdem Ordinis in Portugalia et fratres eiusdem Ordinis et pro remedio anime mee et patris et matris mee et preddecesorum meorum do et concedo eisdem Magistro et comendatori et Ordini et fratribus Milicie Sancti Jacobi Castellum meum de Mertolla cum omnibus terminis suis: in primo per flumen de Vascon ubi intrat in Odianam et per ipsum flumen de Vascon usque ad suas cimalias et de ipsis cimalias de Vascon sicut post venire via directa ad mediam matam de Almodouvar et per mediam matham de Almodouvar sicut potest venire directe ad primam Alanzadoriam de rivulo de Colubris et de Alanzadoria de rivulo de Colubris sicut venit aqua de rivulo de Colubris usque ad locum ubi intrat in Terges; deinde per mediam venam de Terges usque ad locum ubi intrat in Odianam contra Serpam et Alfajar de Pena et (fl. 88)⁴⁹⁶ Ayamontem due partes de termino sint de Mertolla et tertia pars sit de predictis castris. Do et concedo eis predictum castellum cum istis terminis supradictis et cum omnibus suis pertinenciis et cum omni jure regali quod ibi habeo et abere debeo et ipsi debent ibi tenere conventum suum proad defensionem et tuicionem et adquisicionem regni mei et querere mihi bonum sicut domino naturali⁴⁹⁷. Mando igitur et concedo ut habeant ipsum castellum cum omnibus terminis et pertinenciis suis jure hereditario in eternum pacificet et quiete. Siquis autem tam de propinquis meis quam de extraneis hoc factum meum fringere vel irrumpere voluerit et nullatenus concedatur sed pro sola temptacione ira et maledicio omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritus Sancti et Beate Marie virginis gloriose et omnium sanctorum veniat super ipsum et cum Juda Tradictore sepultus jaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est observare fecerit et voluerit observare omnipotentis Dei et Beate Marie virginis gloriose benedictionibus repleatur et cum sanctis et electis Dei in regno celesti accipiat portionem et ut hoc factum meum maioris roboris obtineat firmitatem istam cartam donacionis et perpetua firmitudinis meo sigillo feci sigillari et meis manibus propriis roboravi. Datum apud Santarenam, Rege mandante XIII die Februarii, Era millesima ducesima nonagesima tertia.

⁴⁹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*Mertola. Doaçam de Mertola d'el rei Dom Afonso Conde de Bolonha*". E ainda, de outra mão: "*Ja lançada*".

⁴⁹⁶ Na margem superior, centrado: "*Neste termo de Mertola estaa Alcaria Ruiva*".

⁴⁹⁷ Na margem direita, por outra mão: "*Convento em Mertola no anno de (sic)*".

[1ª coluna de subscrições:]

Domnus Alfonssi signifer curie conf.
Domnus Egidius Martinii maiordomus curie conf.
Domnus Menendus Garsie tenens Panoyas conf.
Domnus Gonssaluus Garsie tenens terram de Nevia conf.
Domnus Fernandus Lupi tenens terram de Bragantia conf.
Domnus Alfonsus Lupi tenens terram de Sausa conf.
Domnus Didacus Lupi tenens terram de Lameco conf.
Domnus Petrus Poncii tenens Trans Serram conf.
Johanes Avoyno subsignifer curie ts.
Menendus Sueri de Merloo ts.
Johanes Suerii Conelio ts.
Egeas Laurencii de Cunia ts.

[2ª coluna de subscrições:]

Domnus Johanes archiepiscopus Bracarensis conf.
Domnus Julianus episcopus Portugalensis conf.
Domnus⁴⁹⁸ Episcopus Columbriensis conf.
Domnus Arias episcopus Ulixbonensis conf.
Domnus Martinus episcopus Elborensis conf.
Domnus Egeas episcopus Lamecensis conf.
Domnus Rodericus episcopus Egitanensis conf.
Domnus Matheus electus Visensis conf.
Stephanus Spinel ts.
Fernandus Fernamdi Cogomino ts.
Petrus Martini Petarino ts.
Rodericus Petri superjudex ts.

Donnus St[e]phanus Johannis cancellarius curie
Johanis Suerii notarius curie notavit.

(fl. 88v)

108

[1239], Janeiro, 16 – Lisboa

⁴⁹⁹In nomine Patris et Fillii et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus has literas inspecturis quod ego Sancius secundus Dei gracia Portugalie rex de mea bona e libera voluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnatum et pro multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigia comendator de Alcazar et fratres eiusdem castri Ordinis Milicie Sancti Jacobi et pro remedio anime mee et patris mei e matris mee et predecessorum meorum do et concedo eis et Ordini Milicie Sancti Jacobi castellum meum de Mertolla cum omni-

⁴⁹⁸ Na margem direita, por outra mão: "Egeas, in originali".

⁴⁹⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "Doaçam de Mertola d'el rei Dom Sancho".

bus terminis suis: in primo per frummo (*sic*)⁵⁰⁰ de Vascon ubi intrat in Odiana et per ipsum frumem de Vascom usque suas cimalias et de ipsis cimaliis⁵⁰¹ de Vascom sicut pero (*sic*)⁵⁰² venire via directa ad mediam matam de Almodouvar et per mediam matam de Almodouvar sicut potest venire directe ad primam Alanzadoriam de rivulo de Colubris et de Alanzadoria de rivulo de Colubris sicut venit aqua de rivulo de Colubris usque ad locum ubi intrat in Terges de inde per mediam venam de Terges usque ad locum ubi intrat in Oudiana contra Serpam et Alfagiar de Penam et Ayamonte. Due⁵⁰³ partes determino sint de Mertolla et tertia parte⁵⁰⁴ sit de predictis castris. Do et concedo eis predictum castellum cum istis terminis supradictis et cum omnibus suis pertinenciis et cum omni jure regali quod ibi habeo et habere debeo et ipsi debent ibi tenere conventum suum pro ad defensionem et tuicionem et quisionem regni mei⁵⁰⁵ et querere mihi bonum sicut domno naturali. Mando igitur et concedo ut habeant ipsum castellum cum omnibus terminis et pertinenciis suis jure hereditario in eternum pacifice et quiete. Siquis autem tam de propinquis meis quam de extraneis hoc factum meum frangere vel irrumpere voluerit ei nullatenus concedatur sed pro sola temptatione ira maledicio omnipotentis Dei Patris et Fillii et Spiritus Sancti et Beate Marie virginis gloriose et omnium sanctorum veniat super ipsum et cum Juda Tradictore sepultus jaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est observare fecerit et voluerit observare, omnipotentis Dei et Beate Marie virginis gloriose benedictionibus repleatur et cum sanctis et electis Dei in regno celesti accipiat portionem et ut hoc factum meum maioris roboris obtineat firmitatem istam kartam donacionis et perpetue firmitudinis meo sigillo⁵⁰⁶ sigillari et meis manibus propriis roboravi. (fl. 89) Autem⁵⁰⁷ Ulixbone X^o VI^o die Januarii, E^a M^a CC^a 3^{ma} VI⁵⁰⁸. Qui presentes fuerunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Ego domnus Martinus Iohannis signifer curie conf.

Ego domnus Rodericus Sancii conf.

Ego domnus Egidius Valasci conf.

Ego domnus Martinus Egidii conf.

Ego domnus April Petri conf.

Ego domnus Menendus Garsie conf.

Ego domnus Johanes Garsie conf.

Ego domnus Johanes Martini conf.

Domnus Stephanus Suerii ts.

Domnus Johanes Petri Rotundus ts.

Domnus Petrus Johannis de Portocareiro ts.

⁵⁰⁰ Em ambas as margens, de outra mão: "flumen".

⁵⁰¹ Palavra corrigida.

⁵⁰² Na margem direita, de outra mão: "potest".

⁵⁰³ Palavra corrigida.

⁵⁰⁴ Na margem direita e de outra mão: "pars".

⁵⁰⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Convento em Mertola no anno de (*sic*). Não ha tal que nem estava nem podia esta porque por esta doação he que deram aquelle lugar e como podia ja la estar nesta Era de 1277 se quando seu irmão o Conde de Bolonha a deu pella doação antecedente 16 annos depois, porque foi na Era de 1293 ainda dis que ja se havia fazer convento".

⁵⁰⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "feci".

⁵⁰⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "dant".

⁵⁰⁸ Na margem direita: "MCCLXXVII".

[2ª coluna de subscrições:]

Ego domnus archiepiscopus Bracarensis conf.

Ego Petrus Portugalensis episcopus conf.

Ego Pelagius Lamecensis episcopus conf.

Ego Egidius Visemsis episcopus conf.

Ego Vincencius EgitaMensis episcopus conf.

Ego Tiburcius Colinbriensis episcopus conf.

Suerius Gunsalvi superjudex curie ts.

Vincencius Didaci ts.

Alfomssus Martini ts.

(*Rota*)

Ego domnus Durandus Froyaz cancellarius curie

Ego Dominicus Jullianii scriptor curie notavit.

109

1255, Fevereiro, 14 – Santarém

⁵⁰⁹In nomine Patris et Fillii et Spiritus Sancti amem. Notum sit omnibus has licteras inspecturis quod ego Alfonsus Dei gracia rex Portugallie et comes Bollonye una cum uxore mea regina Donna B<e>atrice fillia illustris Regis Castelle et Legionis de mea bona et libera volluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnatum et pro multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigia Magister Ordinis Millicie (fl. 89v)⁵¹⁰ Sancti Jacobi et domnus Gunsalvus Petri comendator eiusdem Ordinis in Portugalia et fratres eiusdem Ordinis et pro remedio anime mee et patris et matris mee et predecessorum meorum, do et concedo eisdem Magistro et comendatori et Ordini et fratribus Millicie Sancti Jacobi Castellum meum de Mertholla cum omnibus terminis suis: in primo per flumen de Vascon⁵¹¹ ubi intrat in Oudianam et per ipsum flumen de Vascon usque ad suas cimalias et de ipsis cimaliis⁵¹² de Vascon sicut potest venire via directa ad mediam matham de Almodouvar et per mediam matham de Almodouvar sicut potest venire directe ad primam Alanzadoriam de rivulo de Colubris et de Alanzadoria de rivulo de Colubris sicut venit aqua de rivulo de Colubris usque ad locum ubi intrat in Terges; de inde per mediam venam de Terges usque ad locum ubi intrat in Odianam contra Serpam et Alfajar de Pena et Ayamontem. Due partes determino sint de Mertolla et tercia pars sit de predictis casttris. Do et concedo eis predictum castellum cum istis terminis supradictis et cum omnibus suis pertinenciis et cum omni jure regali quod ibi habeo et abere debeo et ipsi debent ibi tenere conventum suum proad defensionem et tuicionem et acquisitionem regni mei et querere mihi bonum sicut domino naturali. Mando igitur et concedo ut habeant ipsum castellum cum omnibus termi-

⁵⁰⁹ Na margem esquerda, por outra mão: "Ja fica atras lançada fl. 87 na volta". E na margem direita: "Doação de Mertola d'el rei Dom Afonso Comde de Bolonha. Ja fica atras fl. 87 lançada".

⁵¹⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "Doaçam de Mertola d'el rei Dom Afonso Conde de Bolonha". E mais abaixo, por outra mão: "Convento em Mertola no anno de (sic)".

⁵¹¹ Segue-se sobrepondo: "sicut potest".

⁵¹² Palavra corrigida.

nis et pertinenciis suis jure hereditario in eternum pacifice et quiete. Siquis autem <tam>⁵¹³ de propinquis meis quam de extraneis hoc factum meum frangere vel irrunpere voluerit ei nulate-nus concedatur sed pro sola temptacione ira et maledicio omnipotentis Dei Patris et Fillii et Spiritus Sancti et Beate Marie virginis gloriose et omnium sanctorum veniat super ipsum et cum Juda Traditore sepultus jaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et mise-ricorditer factum est observare fecerit et voluerit observare omnipotentis Dei et Beate Marie Virginis gloriose benedictionibus repleatur et cum santis et electis Dei in regno celesti accipiat porcionem et ut hoc factum meum maioris roboris obtineat firmitatem istam cartam donacionis et perpetue firmitudinis meo sigilo feci sigilari et meis manibus propriis roboravi. Datum apud Santarenam. Rege mandante. XIII^o die Februarii. Era millesima ducesesima nonagesima tertia.

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus Johanis Alfonssi signifer curie conf.
 Domnus Egidius Martini maiordomus curie conf.
 Domnus Menendus Garsie tenens Panoyas conf.
 Domnus Gunssaluus Garsie tenens terram de Nevia conf.
 Domnus Fernandus Lupi tenens terram de Bragancia conf.
 Domnus Alfonsus Lupi tenens terram de Sausa conf.
 Domnus Didacus Lupi tenens terram de Lameco conf.
 Domnus Petrus Poncii tenens Trans Serram conf.

[2^a coluna de subscrições:]

Domnus Johannes archiepiscopus Bracarensis conf.
 Domnus Julianus episcopus Portugalensis conf.
 Domnus Egeas episcopus Columbriensis conf.
 Domnus Arias episcopus Ulixbonensis conf.
 Domnus Martinus episcopus Elborensis conf.
 Domnus Egeas episcopus Lamecensis conf.
 Domnus Rodericus episcopus Egitanensis conf.
 Domnus Matheus electus Visensis conf.
 Stephanus Spinel ts.
 Fernandus Fernamdi Cogomino ts.

(fl. 90)

[3^a coluna de subscrições:]

Johanes de Avoyno subsignifer curie ts.
 Menendus Suerii de Merloo ts.
 Johannes Suerii Conelii ts.
 Egeas Laurencii de Cuniia ts.

[4^a coluna de subscrições:]

Petrus Martini Petarino ts.
 Rodericus Petri superjudex ts.

⁵¹³ Acrescentado por outra mão.

Donnus Stephanus Johanis cancelarius curie
Johanes Suerii notarius curie notavit.

110

1362, Maio, 4 – Mértola

Inserere: [1290], Dezembro

⁵¹⁴Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos annos quatro diias do mes de Mayo em Mertolla ante Santi[a]go perante Lourenço Annes juiz geeral na dicta villa em presença de mym Afonso Gonçalvez tabaliam d'el Rey em essa meesma e presentes as testemunhas adiante scriptas perante o dicto juiz pareceo huum foral escripto em purgaminho e asseellado de trres seellos pendentes. Os quaes era huum com feigura de hũa vieira e outro de feigura dhũa espada e vieira e outro de feigura dhũa spada e vieira e crruz do qual ho theor de verbo a verbo tal he:

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Fillii et Spiritus Sancti amen. Esta he a carta de foro qual encomendamos a fazer eu Dom Paay Periz pela graça de Deus Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago em sembra⁵¹⁵ Dom Gonçallo <Perez> comendador de Mertola e com ho conveento desse meesmo logo⁵¹⁶ a vos pobradores de Mertola assi aos presentes como aos que ham de viir damos a vos foro e costume d'Evora pro terra e de Lixboa pelo riio e pello mar. Foro d'Evora a tal em (*sic*), *convém a saber*, que as duas partes dos cavalleiros vãao in fosado e a terça parte premeescam (*sic*) na villa e hũa vez façom fossado no ano. E quem nom for no fossado peitem por fora cinco soldos por fossadeira. E por homeziio peite cem soldos a paaço e por casa derrota com armas, scudos e spadas peite trezentos soldos e seitima a paaço. E quem furta⁵¹⁷ peite por huum nove⁵¹⁸ e haja o ententor dous quinhões e as sete partes ao paço quem molher for-(fl. 90v)çar et illa chamando disser que aquel he o forçador e el negar det illa outorguamento de tres homens taes qual el for e el jure com doze e se nom houver outorguamento jure elle soo e se nom poder jurar peite ad illam III^o soldos e sete a paço. Testemunha mentirosa e fiel mentiroso peite LX soldos e sete a paço e dubre o haver. E quem em concelho ou em mercado ou em igreja ferir peite LX soldos os medios ao paço e medios a concelho e dos medios do concelho sete al palácio. Et qui in villa pignos aflando e fiador e ao monte for penhorar dubre a penhora e peite LX soldos et sete al palácio. E quem nom for a sinal do juiz e penhores sacudir ao saiiam peite hum soldo ao juiz. E quem nom for a apellido cavaleiros e peões extre aquelles que seem in servicio alieno o cavaleiro peite dez soldos co peon cinco soldos ad vicinos. E quem houver aldea e hum jugo de boys e des ouvelhas e hum asno e dous leitons compre cavallo. E quem quebrantar sinal com sua molher peite hum soldo ao juiz e molher que leixar seu marido de bençom peite III^o soldos e sete a paço. E quem leixar sua molher peite

⁵¹⁴ Na margem direita, de outra mão: "*Começo de hũa carta de foral da villa de Mertolla*". Segue-se, de outra mão: "*Ja esta acabado conforme ao proprio. Lançado*".

⁵¹⁵ A palavra "*com*" foi escrita na margem direita em substituição da palavra "*eu*" que, originalmente, se encontrava no texto.

⁵¹⁶ Na margem direita, de outra mão: "*Convento em Mertola no anno de [segue-se uma data riscada] 1254*".

⁵¹⁷ Palavra corrigida.

⁵¹⁸ A partir daqui o texto foi escrito de outra mão.

hum dinheiro ao juiz compre cavalo alieno cavalguar por hum dia peite hum terno e se mais peite as sangeiras por hum dia seis dinheiros e por hũa noyte hum soldo. E quem ferir de lança ou d'espada pella entrada peite dez soldos e se passar da outra parte peite vinte soldos ao quereloso. E quem quebrantar olho ou braço ou dente por cada hum membro peite cem soldos ao leidado e el dee as sete a paço. E quem molher alhea ante ser marido ferir peite XXX soldos e sete a paço. E quem mojom alieno in suo erro mudar peite cinco soldos e sete a paço. E quem linde alieno quebrantar peite cinco soldos e sete a paço. E quem com adjutorio alieno matar seu amo colha o homizio e dee as sete a paço. Outrosy de seu ortolam e de seu quarteiro e de seu molineiro e de seu solarenguo quem houver vasalos em solar ou em sua herdade nom sirva a outro homem d'exada sua fazenda. Ventas e moinhos e fornos de homens de Mertola sejam livres de foro. Cavaleiros de Mertola sejam em juizo por podestades e infanções de Portugal clerici vero habeant mores militum pedanos sint in judicio por cavaleiros villãos doutra terra quem vier vozeiro a seu vizinho por homem de fora da villa peite dez soldos e sete a paço. E homem que for gentile aut erodero non seat meirino. Gado de Mertola nom seat montado em nenhũa terra. E o homem a que se anaufragar seu adestrado quamuis haja outro e seja escuzado ata a cabeça do anno. Mancebo que matar homem fora da villa e fugir seu amo nom peite homizio por todas quellas (*sic*) de paço o juiz seja vozeiro. E quem em villa penhorar com saiom e sacudirem a el os penhores (fl. 90A⁵¹⁹) outrougel sayon e prenda in concilio de tres collações e penhore peite LX soldos medios ao concelho e medios seam rencuroso. Varões de Mertolla nom seam em prestimo dados e se homens de Mertolla houverem juizo com homens de outra terra nom corra antre elles firma, mas corra por inquisa aut repto. E todos aquellos qui quizerem pousar com seu gado em termo de Mertolla pendant de illis montadigo degrege das ouve-lhas quatro carneiros e do busto das varas hũa vaca e est montadiguo tercia parte de concelho e duas partes de heramen. E todos os cavaleiros que forem in fossado ou em guarda todos os cavalos que se perderem em algara ou em lide primis erectis e os sini quinta et postea det nobis quintam directam. Todo homem de Mertolla que achar homens doutras cidades em seus terminos talhando ou levando madeira de montes pendant totam quam in venerint sine calumpnia de azarias e guardas quintam partem mos dade sem nenhũa affeição. Quem quer que gado casendeiro penhorar vel rapere fecerit peite LX soldos a paço e dubre o gado a seu dono. Testamus vero et perheniter firmamus ut quisquis mercatores vel viatores christianos, iudeos sive mauros penhorar se nom for fiador ou devedor quem quer que o faça peite LX soldos ao paço e duple a ganança quem perdidit ad suo domino et in super peite centum morabitanos pro couto que britou a Ordem habeat midietatem et concilium medietatem. Siquis ad vestram villam venerit per uim cibos aut aliquas res accipere et ibi mortuus vel percussus fuerit nom peite pro eo aliqua calumpnia nec fuorum parentum homicide habeantur et si tunc querimonia de ipso ad Magistrum vel ad comendatarium venit peite centum marabitanos medietatem ad Ordinem et medietatem ad concilium. Mandamus et outorgamus quod si aliquis fuerit latro et siam per unum annum vel duos furare vel rapere dimisit si pro aliqua re repetitus fuerit quam comisit saluet se tamquam latro et si latro est et latro fuerit omnino pereat et subeat pena latronis et si aliquis reperitur ser fur et nom est latro nec fuit respondeat ad suos foros. Si <ali>quis homo filiam alienam rapere extra suam voluntatem det illam ad suos parentes

⁵¹⁹ Este fólio não está numerado, uma vez que foi acrescentado para que pudessem continuar a copiar o foral de Mértola que havia ficado truncado.

et peite ad illos III^c marabitanos e sete a paço et insuper sedeat homicida. De portagem de trouxel de cavalo de panos de lam ou de lino hum soldo, do trouxel da lam hum soldo, de trouxel de fustões cinco soldos, de trouxel de pano de coor cinco soldos, de carregua de pescado hum soldo, de carregua de asno hum soldo, de carregua de christianos de conelios cinco soldos, de carregua de mouros de conelios hum marabitano, de portagem de cavalo que venderem em açouge hum soldo, de mulo hum soldo, de asno seis dinheiros, de boy seis dinheiros, de carneiro tres medaculas, de porco dous dinheiros, de forrom dous dinheiros, de carregua de pam e vinho tres mealhas, de carregua (fl. 90Av) de peom hum dinheiro, de mouro que venderem em mercado hum soldo, de mouro que se remir a dizima, de mouro qui taliat com seu dono a dizima, de coiro de vaca e de zevra dous dinheiros, de coiro de cervo e de gamo tres mealhas, da carregua de cera cinco soldos, de carregua de azeite cinco soldos. Esta portagem est de homens de fora da villa a tercia parte de seu hospede e duas partes da Ordem. Aqueste he o costume e foro d'Evora.⁵²⁰ Agora se conta o foro e costume do mar e do rio o foro e costume de Lisboa e taal assy per mar como pello rio, *convém a saber*, todo vizinho de Mertola ou de fora parte de toda aquella cousa que aduser pella foz a daar dizima se nom a que quiser aduzir o vizinho da villa pera saa casa e nom pera vender nom daar ende a dizima, e aquelle que dizimar sacar ende outro tanto empreguado e nom fazer ende foro nem da saida nem hum vizinho nem de fora parte se mais empregar caa aquelle que aduzir da trintena do que quer que sace de Mertola ou de seu termo pello rio. Todo homem que aduser madeira pera vender pello rio dee a dizima e se a quiser pera saa casa e nom pera vender nom fazem foro nenhum. Todo vizinho de Mertolla que aduser pam pello rio assy o vizinho como de fora parte pera vender de dous alqueires dee medio e se for vizinho e o aduser pera saa casa e nom pera vender nom faça foro nenhum. Todo homem que aduser vinho pello rio det do medio uno almude. Todo pescador dee a dizima de foro. Della ponte a suso quem ahy quiser pescar avenhasse com o comendador do lugar. De carvam e de alhos e de cebollas e de junça e de cortiças e de junco que venha pello rio se o vender dara dizima e se o aduser pera saa casa e nom pera vender nom faça foro nenhum. E quem comprar pescado e a sacar pello rio quer da villa quer de fora det dizima. E todo pescador que matar pescado e o aduser aa villa vender ataa ora de terça ao concelho e de suso de terça vender a quem quiser. E o pescador nom venda por almotaçaria. E reguateira de pescado venda por almotaçaria e a que for de fora parte e que o comprar ante da terça peite cinco soldos ao concelho. E toda mandeira lavrada assy louve a como outra qualquer venha aa villa daar a dizima. E este foro que ham de fazer pello rio e pello mar aa Ordem. Facta carta mense Decembri. Sub Era mil e duzentos e sesenta e dous⁵²¹. De toda mercadoria que aduserem navios ou outras barcas pello maar ou pello rio daram a nos o direito como o dam a el Rey em Lisboa.

A qual assy mostrada Estevam Domingues de Crasto Verde que hy de presente estava pedio ao dicto juiz que per sua autoridade ordenaria lhe mandasse daar o theor del in publica forma e o dicto juiz lho mandou daar. Testemunhas Vasco Periz e Bertolameu Alvarez e Vicente⁵²²

⁵²⁰ Na margem esquerda: "Dizima do pescado de Mertolla do foro. E asii o de Lisboa".

⁵²¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Não pode ser 1262 porque ainda então não era Mestre e foi porque quem tresludou achado o seu LXII entendeo que o X^L asim valia 10 e elle asim vale 40, era a ser 1290, e então ja era Mestre Payo Peres".

⁵²² Na margem inferior, está escrito: "Dom Fernando pela graça de Deus".

(fl. 91) Domingues e Vasco Domingues e outros. E eu dicto tabaliom que por mandado e autoridade do dito juiz esta carta escrevi e nella meu sinal fiz que taal he.

Este se soprio do proprio de que no principio se começou trasladar per mamdado de S. R. de que no fim deste livro se pora per instrumento nihil ominus vaii outro traslado deste foral vitiolum tamen infra folhas CCCXXIX.

111

1367, Novembro, 7 – Lisboa

⁵²³Dom Fernando pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee a Dom Gil Fernamdez Meestre da Cavalaria⁵²⁴ da Ordem de Santiago nos meus regnos e a essa Ordem como procurador que el he que tolhees todollos dinheiros que custarom a fazer as obras e labores que foram feitas no castello de Mertolla da qual Ordem essa villa he per mandado d'el Rey meu padre e de meu avoo a que Deus perdooe. E essas despesas em melhoramento e em reparamento e em fortellegamento desse castello outrosy lhes dou e doou (?) todalas cousas que el Rey meu padre a que Deus perdooe e eu mandamos poer no dicto castello para açalmamento e bastimento del. As quaaes lhe ja eu mandey entregar per minha carta com condiçom que o dicto Meestre e sa Ordem e os que depos el veerem façam e refaçam e reparem e adubem e enderecem daqui em diante pera todo senpre esse castello de todas aquelas cousas que lhe forem compridoiras e que ponham em el sustiimento e açalmamento daquy adiante pera senpre de todas⁵²⁵ que pera ello forem mester. E em testemunho desto lhe mandei dar esta minha carta e fiz entregar perante mym ao dicto Meestre e mando ao meu escripvam da miinha chancellaria que a registre no livro dessa miinha chancellaria. Honde al nom façades. Dante em Lixbooa sete dias de Novembrro. El Rey ho mandou per Joham Gonçalvez e Alvaro Paaez seus vassalos Vicente Lourenço a fez. Era de mil e quatrocentos e cinco anos.

[Assinaturas:] JOHAM GOMÇALVEZ, ALVARUS PELLAGII.

(fl. 91v)

112

1404, Abril, 4 – Lisboa

⁵²⁶Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todollos juizes corregedores e justiças dos nossos regnos a que esta carta de sentença for mostrada saude. Sabede que dante Vaasquo Esteveez chanceler na nossa casa do civil e dante Joham Afonso Fuseiro corregedor por nos na cidade de Lixbooa a que nos este feito que se adiante segue cometemos veeo perante nos e os do nosso desenbargo per agravo este feito o qual era antre o concelho

⁵²³ Na margem direita, de outra mão: "João Mestre em Portugal". E ainda, por outra mão: "Quita tamque [...] debit [...] as despesas que a Ordem [...] nos muros de Mertola [...] obstanti os mo[...] a villa da Ordem e [...] della [...]".

⁵²⁴ Na margem direita, de outra mão: "D. Gil Fernandes Mestre da Ordem no anno de 1367".

⁵²⁵ Na margem direita, de outra mão: "aquellas cousas".

⁵²⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "Sentença in casu da villa de Mertolla per que o Mestre e Ordem he livre [de] reparar e refazer os [cas]tellos e muros dos lu[g]uares doados a Ordem. [...] desta e de [...] seer [...] reis e do rei nosso [...]".

e moradores de Mertolla autor per seu procurador Gomez Estevez da hũa parte e o Meestre de Santiago Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos reeo da outra per razom de demanda que lhe o dicto concelho e moradores de Mertolla faziam perante Johane Meendez corregedor na nossa corte dizendo antre as outras cousas contra o dicto Meestre e sua Ordem que em tempo d'el rey Dom Afonso rey que foy destes reynos de Portugal e do Algarve avya o dicto Rey muito dirreitos em no dicto regno do Alguarve os quaes eram reaaes e perteenciam aa corooa do reyno. E que avendo asi os dictos dirreitos e rendas como dicto he que veeo a fazer tal conpossiçam com cada hum dos meestres que em aquel tempo eram que o dicto senhor Rey lhe desse gram parte das dictas rendas e dirreitos que no dicto regno aviaa pera reparamento do muro da dicta vila de Mertolla. E diziam que a aveença fora facta antre a dicta Ordem e Meestre e o dicto senhor Rey outorgada e firmada e que o dicto Meestre se obrigara a fazer e reparar por si e seus sobcessores os muros da dicta villa. E que por bem da dicta conposiçam o dicto Meestre que pollo dicto tempo era e sua Ordem cobrou e ouve em sy gram parte dos dirreitos e rendas que o dicto senhor Rey aviaa os quaes aynda oje ha e posuye a dicta Ordem e el dicto senhor Meestre que ora he. E que por bem da dicta conposiçam os dictos Meestres que foram e a dicta Ordem foram e som obrigados per as rendas da dicta Ordem repararem e fazerem os dictos muros e os repararem ao depois. E deziam mais que antre os Meestres que guardaram a dicta conposiçam facta antre o dicto o dicto (*sic*) Meestre e o dicto senhor Rey assi foy Dom Gil Fernandez Meestre que foi da dicta Ordem em tempo d'el rey Dom Pedro rey que foy destes (fl. 92) regnos. E que outrosi o dicto Meestre aas suas proprias despesas sem o dicto concelho lhe dar outra ajuda nem a dua mandou reparar os dictos muros da dicta vila e logar de Mertola per Stevam do Azinhal que entom era seu almoxarife em Beja aa custa do Meestre e dos dinheiros e que o Meestre e a Ordem aviaam. E que outrosi antre o dicto senhor Rey dom Afonso e a Ordem e Meestre que entom eram seendo feita a dicta conposiçam como dicto he que foy posta em publica autentica escriptura e que des entom ataa ora foy sempre aguardada antre a dicta Ordem e Meestre dela. E que per bem das dictas rendas que asi ouverom os dictos Meestres repararam os dictos muros e castelo e cerqua da dicta vila aas suas proprias despesas. E que avendo asi as dictas scripturas e privilegios da dicta conpossiçam e seemdo postas na arca do concelho de Mertola as quaaes eram feitas como dicto he antre os dictos reis e Meestres e a Ordem em favor do dicto concelho que foy revolta guerra antre estes regnos e os de Castela e que no dicto tempo da dicta guerra a dicta vila de Mertola foy entrada per castellãaos e metuda a roubo e que no dicto tempo os livros e privilegios que a dicta vila avia foram todos ou a mayor parte perdudos e que antre os livros e privilegios e scripturas que asi foram perdudas asi foy a dicta conposiçam facta e cellebrada antre a dicta Ordem e Meestres⁵²⁷. Elles seerem exento<s> de adua e doutra ajuda darem pera reparamento e refazimento da dicta vila e os dictos Meestres obrigados ao refazimento como dicto he. E deziam que o dicto concelho per bem do que dicto he era em posse e os moradores d'el de sogeiçom de seerem exentos e livres do encarrego de repararem os dictos muros per viinte e triinta e quareenta e cinquenta anos e mais per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em comtrairo. E que outrosi os reparamentos dos dictos muros per bem do que dicto he sempre foram feitos pellos dictos Meestres e Ordem de Santiago e que elles os repararam pellos dictos anos e tempos e que desto era puprica voz e fama e crreença nos dictos regnos de Portugal e do Algarve. Porem pediia o dicto concelho e moradores de Mertola ao dicto corregedor que per sua sentença defenetiva julgando pronunciasse o dicto Mestre e Ordem

⁵²⁷ Segue-se um traço por toda a linha, ligando à palavra “eles”. E, na margem direita, de outra mão: “*Roto no original*”.

de Santiago serem theudos ao dicto reparamento e construçom e serem theudos a repairarem os dictos muros e cerqua da dicta vila aas suas propias despesas e que per essa me des sentença a solvesse o dicto concelho e mandasse nom seer theudo a dar ajuda nem adua pera os dictos muros e cerqua e que davam este libello e arrtigos del o dicto concelho com protestaçom de seu dirreito segumdo esto mais compridamente nos dictos artiigos e composiçom era contheudo. A qual petiçam foy julgada que tragia dirreito e os arrtigos dela por perteecentes. E foy contestada da parte do dicto Meestre Dom Mem Rodriguiz dela per confissom e dela por negaçom e foy julgado que contestava que avondava. E da parte do dicto Meestre foram dados arrtigos contrairos em nos quaaes deziia antre as outras cousas que a dicta Ordem de Santiago e elle em seu nome ante os outros Meestres (fl. 92v) que ante ele foram ouveram e ham muytos beens e rendas deles no regno do Algarve e que todollos beens ou a mayor parte delles e rendas delles que a dicta Ordem e seus Meestres no dicto regno ham toda a mayor parte deles foram dados e dotados aa dita Ordem e Meestres dela per aqueles que a dicta Ordem fundarom de começo e dotarom e constituïrom sem nenhuum encarrego. E que todollos beens e rendas que a dicta Ordem ha e el Meestre em seu nome no dicto regno que senpre foram eixentos e forros da dita Ordem e⁵²⁸ dela obrigados e aos Meestres que da dicta Ordem pellos tenpos foram de cento e duzentos anos a ca e de tanto tempo que a memoria dos homeens nom he em contraïro e a outro nenhuum nom. E que outrosi os reys que foram em Portugal, *convém a saber*, Dom Afonssso e Dom Pedro e Dom Fernando seendo vivos que ora nos senpre fezerom e mandarom fazer e repairar aas suas despesas propias e dos moradores da dicta villa e per aduas que tomavam e mandavam tomar do dito concelho os muros e cerqua da dicta villa de Mertolla e do castelle (*sic*) della. E que outrosi todollos beens que a dita Ordem e el em seu nome ham e em Mertolla e em todo ho regno do Algarve senpre de cento anos a ca e mais de tanto tempo que a memoria dos homeens nom he em contraïro foram como senpre som propios e eixentos e forros da dicta Ordem e Meestres que della foram rendando os e levando a dita Ordem e Meestres dela os fruytos e novos e rendas delles e apropiando as soamente assy e despendendo os no que lhe conpria e fazia mester soo em serviço da dicta Ordem segundo mais conpridamente nos dictos artigos era contheudo. Os quaaes artigos vistos pello corregedor julgou que eram de receber e que os recebia ao dicto Meestre e que nomeasse a elles testemunhas pera os provar e foram filhadas inquiriçoões da hua e da outra parte e dadas escripturas em ajuda de suas provas. E estando ho feito em este ponto e visto pello dicto Vaasco Esteveez e Joham Afomso a que ho nos cometeramos julgarom que sem embargo das escripturas dadas por parte do Meestre que aviam as inquiriçoões por abertas e publicadas e que ho Meestre mostrasse as doaçoões que tiinha de Mertolla e dos outros beens e terras e rendas que elle e sua Ordem aviam no regno do Algarve. O qual veeo com escripturas das dictas doaçoões. E visto o feito pello dito Vaasco Esteveez e Joham Afonso julgarom que ho concelho e moradores de Mertolla provavam em tanto que sam e devyam seer exentos e escusados de fazerem repairar os ditos muros e que o dito Meestre e sua Ordem erom a ello theudos. Visto como nom provava sua contrariedade e se ho Meestre avia razõoes a enbargar a defenitiva que veesse com ellas. O qual veeo com razõoes dizendo em suas razõoes antre as outras cousas que el queria fazer certo que nos abendo certa enformaçom em como ho repairamento dos dictos muros a nos perteeciam pois eram da coroa do regno que a nos praziia de os repairar aa nossa custa e do regno assi como ja defeito repairaramos e mandaramos repairar e esto pera senpre livrando do dicto repairamento o dicto Meestre e sua Ordem. E que nunca jamais ho Meestre e sua Ordem podessem seer demandados (fl. 93) per razom do dicto repairamento e

⁵²⁸ Na margem direita, de outra mão: "e a ella".

pois el nom era theudo ja a reipairallos nom deviia seer condanado ao dito reipairamento segundo mais conpridamente nas dictas razões era contheudo. Das quaaes lhe os dictos Vasco Fernandez⁵²⁹ e Joham Afonso conhecerom e foi termo assignado ao dicto Meestre que fezesse dello certo. E visto o fecto pellos ditos Vasco Fernandez e Joham Afonso e o que se pello feito mostrava e a antrelucatoria em que era pronunciado que ho concelho provava em como o dicto Meestre e sua Ordem nom provavam as razões a que foram recebidos dando a defenitiva declarando⁵³⁰ o dicto concelho de Mertolla e moradores della serem esentos e escusados de fazer e reipairar os dictos muros aa sua custa e per essa sentença condanarom o dicto Meestre e sua Ordem que fezessem e reipairassem os ditos muros aas suas despesas quando conprir e mester fosse servindo em ello os moradores da dicta villa por seus jornaes se conprisse e que fosse sem custas. Bisto como o dicto Meestre avya justa razom de se defender. Da qual sentença o dicto Meestre per seu procurador pera nos agravou e pagou os dinheiros na nossa chancellaria pera lhe conhecerem do agravo segundo se mostra pella auta do feito. E nos visto o dicto feito d'agravo em rollaçom com os nosso desembargo presente o dicto Meestre de Santiago e o dicto procurador do dicto concelho de Mertolla julgamos que o Meestre e a sua Ordem eram agravados pella sentença daquelles a que este feito foy cometido e corregendo assolvemos o dicto Meestre e sua Ordem daquello que contra elles he pedido bistas as escripturas perante nos mostradas e o que se pello feito mostra e seja sem custas. Porem mandamos a vos juizes corregedores e justiças dos nossos regnos que façades conprir e guardar o dicto nosso juizo pella guisa que per nos he julgado. Honde al nom façades dante em a cidade de Lixboa quatro diias do mês d'Abril. El Rey ho mandou per Lourenço Annes doutor em lex e per Gonçallo Esteveez seus vassallos anbos do seu desembargo. Rodrigo Alvarez a fez. Era de mil e IIII^c e quareenta e dous annos.

1410, Outubro, 8 – Mértola

⁵³¹Saibham todos como eu Isaque Abrãao judeu morador em Mertolla almoxarife e moordomo de Dom Martim Gomez comendador moor da Ordem de Santiago conheço e confesso que eu estive a conto com Afonso de Crasto (fl. 93v) morador no dicto logo recebedor que ora foy dos dirreitos que o dicto comendador ha e de dirreito ha d'aver do que vem e vay per este rio de Oudiana. O qual Afonso de Crasto foi posto por recebedor do dicto dirreito o gano per ho almoxarife d'el Rey em Beja e ora o dito senhor Rey desenbargou os dictos dirreitos ao dicto comendador e per sua carta pella qual carta e mandado do dito senhor Rey me o dicto Afonso de Crasto deu conta com entrega que nenhũa cousa nom ficou por pagar de quanto el recebeu quanto pertecia ao dito comendador que lhe o dicto senhor Rey desenbargou. Porem ho dou por quite e livre deste diia pera todo sempre que eu nem outrem por mym nunca lhe mais possa demandar nenhũa cosua de quanto assi recebeo dos dictos dirreitos que ditos som em juizo nem fora delle. E posto que lho demande que nom valha por quanto me deu de todo conta com paga como suso dicto he e outorgou ho ao nom contradizer. Em testemunho desto lhe mandou ser fecto huum estormento fecto em Mertolla na Rua da Praça oyto diias d'Outubro. Era de mil e IIII^c e quareenta e oyto annos. Testemunhas Lourenço Louçãao e Lopo Esteveez

⁵²⁹ Na margem direita, de outra mão, corrigido para: "Esteves".

⁵³⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "declararam".

⁵³¹ Na margem direita, de outra mão: "Quitaçam que se deu ha hum recebedor de Mertolla".

e Gonçall'Eannes da Romeira e Pero Esteveez irmão de Catellina Amada e outros. E eu Vaasco Afomsso tabaliam d'el Rey na dicta villa que este estormento escrepvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

Começam se as escreturas da sexta parte.

(fl. 94)

114

1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal

Inserere: 1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal

⁵³²In Deo nomini amem. Esta he a carta de bendiam (*sic*) e de perduravel⁵³³ firmidam a quale (*sic*) eu mandey fazer. Eu Ruy Lourenço vezinho d'Alquacer por mym e por minha molher Maria Pirez cujo procurador eu som (*sic*) por huua procuraçom de que ho theor he adiante scripto a vos Estevam Pirez de huum herdamento que nos avemos em termo de Santiago de Quacem em logo que he dito a Fonte da Figueira do qual estes som seus termos. A ouriente per cima do cume do carrascal de si adiante como bay ferir aa portella da Fonte da Figueira. E a ouciente assi como parte pella augua da Fonte da Figueira asy como he contheudo nas cartas do Meestre per que a el foi dada e augua viinha da Ordem assi como vay ferir aa portella da⁵³⁴ na Fonte dos Cavallos. Esta herdade vos vendo⁵³⁵ e outorgo por preço que de vos recebi duzentos maravediis ca tanto prouge a mym e a vos e do preço nom ficarem por dar ajades vos esta herdade por vosso herdamento pera todo sempre vos e todos vossos sobcessores. E se pela ventura alguem veer da nossa parte ou da estranha que este nosso feito quiser quebrantar ou tentar nom lhe seja outorgado. E soo pella tentaçom peyte ao senhor da terra cem mariviidiis. Ou se a em concelho outorgar nom quiser ou nom poder outro tanto e eu sobre nomeado que esta carta encomendey a fazer a revore per dante estes homeens boons que o virom e ouvirom. Pero Sarado e Miguel Pirez mercador e Afonssso Pirez çapateiro e Pero Jhesus (?) de Torres e Per'Estevaiz do Paaço e Estevam Periz da Fronteira. E eu Fernam Soarez publico tabaliam de Santiago a rogo e a mandado dos davam ditos esta carta com minha propia mão screpvy e meu synal hy pugi em testimonio que tal he⁵³⁶.

Saibham quantos esta procuraçom virem e leer ouvirem como eu Maria Periz molher de Ruy Lourenço portador desta procuraçom faço estabellerço meu certo meu certo lidimo procurador o dicto meu marido pera vender hum erdamento que nos avemos em termo de Santiago de Quacem <pera> e receber ho preço <pera> e fazer <ende> carta ou cartas de pura vendiçam por tabaliam da terra e de revorar ela ou elas em meu nome e no seu e rogo ao tabaliam de Santiago que faça qual carta ou cartas o dicto meu marido e procurador mandar fazer de venda do dicto herdamento em meu nome e no seu e que registe ela ou elas em seu registro e prometo aver firme e stavel pera todo senpre a venda <qual>quer seja feita do dicto herdamento ou de parte delle pello dicto meu marido

⁵³² Na margem direita, de outra mão: "*Carta de venda de certos beens no termo de Santiago de Cacem*".

⁵³³ Esta palavra foi corrigida.

⁵³⁴ Estas três últimas palavras estão sobrepontadas.

⁵³⁵ Estas duas palavras foram escritas, por outra mão, na margem direita.

⁵³⁶ Na margem direita, de outra mão: "*Feita a carta sete [...] andados de Fevereiro [...] M CCC XXI*".

e procurador. Em testemunho desta cousa roguey Andreu Fernamdez puprico⁵³⁷ tabaliam que fezesse esta minha procuraçom. E eu tabaliam de suso dicto a rogo da dicta Maria Periz a esta outorgaçom presente fuy e esta procuraçom com minha mão screpvy e em ella o meu sinal puge. Feita foy em Alquacer III dias andados de Fevereiro Era M^a CCC^a XXI. Testemunhas Pay Periz irmão da dicta Maria Periz e Estevam Lourenço e outros⁵³⁸.

(fl. 94v)⁵³⁹

115

1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal

Inserere: 1288, Novembro, 2 – Leão; 1311, Novembro, 2 – Mérida

⁵⁴⁰Em nome de Deus amem. Saibham quantos este estormento birem como terça feira dez diias do mes de Fevereiro Era de mil e trezentos e sateenta e seis annos na igreja de Santa Mariia d'Alquacer perante Ruy Martiiz escudeiro juiz d'Alquacer seendo em concelho em presença de mym Domyngo Pirez tabaliam d'el Rey em Alquaçar e das testemunhas adiante escriptas Ruy Paaez testamenteiro de Dona Vataça mostrou e leer fez per mym dicto tabaliam hũa carta de Dom Pero Fernandez Meestre que foy da Ordem de Santiago seellada de dous seellos pendenttes huum seello parecia seu e outro do cabidoo da dita Ordem segundo parecia da qual ho theor tal he:

In Dei nomine amem. Saibham quantos esta birem e ouvirem que nos Dom Pero Fernandez pella graça de Deus Meestre da Ordem de la Cavallaria de Santiago em senbra com nosso cabidoo geeral que fue fecho em la villa de Leom por fiesta de Omnium Sanctorum em la Era que scripta es adelante e com outorgamento de los treze esguardando prouecho de nostra Orden enprezamos y damos e otorgamos a Dom Martim Yanes e a su muger Dona Vetaça em todollos dia<s> de su vida a anbos em senbra e a cada uno delhos por si los herdamentos que nos avemos e de dirreito devemos a aver los quales forom de filhos e filhas de Dona Thareija Gil que foi filha de Dom Gil Vaasquez com todallas honrras e maladiias e servicios e com todas sus pertenencias e sus derechos. Assi como los mas conpridamente ouverom a que lhos honde los avemos e ouve-mos e devemos aver, *convém a saber*, quanto herdamento em Loordello de Proanoios e em sus termos e em Cervea e em sus termos e en Achei e em sus terminos e em na comuna de Basto e em sus termos e em na ribera de Frrixeiro e en Orilli de Basto e em sus termos e en Çapãaes e em sus termos e en Lousada e em sus termos e em Soveirosa e en sus termos. E tod'esto le damos e enprazamos e outorgamos por quatro casaaes que elhos a nos dieron, *convém a saber*, dous casaaes que elhos aviam em Orgim e outro casal que aviam en Thorelli e otro casal que avian que chamam da Lagea de los quales ja nos somos entregues. E esto les damos e les enprazamos por boa paraçam que nos fezierom destes herdamentos a la dita Orden de Ocles por ajuda e defendimento que fezerom aquelles honde elles veem a la dita Ordem. E prometemos e outorga-

⁵³⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "d'Alcacere".

⁵³⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "e Sueiros Esteveis".

⁵³⁹ No canto direito da margem superior e prolongando-se para o canto esquerdo da margem superior do fólio seguinte (entenda-se, fl. 95), de outra mão: "Titulos per que se mostra haver a Ordem herdamentos em muitos lugares aqui declarados".

⁵⁴⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "[...] çam que ha Ordem fez [Do]na Betaça de certos [he]rdamentos".

mos a buena fe de nunca venir contra este fecho em nenguna manera nem de fecho nem de derecho e renunciarnos a toda defension e derecho que avemos e poderiamos aver de venir contra esto. E porque esto sea firme e mais stable damos les esta carta abierta selhada com nuestros seellos pendientes el uno nuestro y el outro del cabildo que tenga en testimonio. Dante en Leon dos dias andados de Novembre. Era M^a CCC^a XX^a VI.

E o dicto Ruy Paaez mostrou e leer fez per mym dito taballion hua carta do Meestre Dom Diego Moniz seellada do seu seello e do seello do cabidoo da dicta Ordem de Santiago segundo parecia em seellos pendientes da qual ho theor tal he:

⁵⁴¹Sepam quantos esta carta virem como nos Dom Diego Moniz pella graça de Dios Meestre de la Cavallaria de Santiago e el cabildo de la meesma Ordem lhamado e ayuntado en Merida avido lheneramente nuestro acuerdo e viendo manifestamente que es provechamento de la nuestra Orden non tam sollamente por el logar de Viilalar que vos Dona Ventaça fila de la muy noble Dona Lascara infante de Grecia dades a nos e a nuestra Orden e por los viiente mil llll que nos diestes en dineros pera mantii (fl. 95) tiimento de la guerra que el Rey nuestro senhor avya com los moros mas por muchos bienes e muchas ayudas que nos e nuestra Orden de vos recebimos e recibiremos cabo adelante damos a vos la dicha Dona Ventaça el lugar que nos e nuestra Orden avemos que es lhamado Santiago de Quacem vilha y castilho que es em Portugal pera em todos vuestros dias com todos sus terminos y com todollos pobladores que hy son y seran daquy adelante com todollos provechos y derechos que la Orden hy ha e aver deve com montes y rios y fuentes y pastos y con entradas y salidas y con todas sus pertenencias y con todo el senhorio assy como nos lo avemos antre aquellos marcos y majones que Don Lourenc'lanes la avya y la tenya quando era comendador dende em tal manera que despues de nuestros⁵⁴² dias que el dicho castilho y vilha com todos sus derechos assy como dicho es fique a nos e a nuestra Orden libre y quitto. E nos el dicho Maestre y cabildo prometemos a vos la dicha Dona Ventaça por nos y por nuestros subcessores en buena fe sin mal enganho de nunca venir contra esta donacion e de vos guardar e <de vos> mantener esto que sobredicho es en todollos⁵⁴³ de nuestra⁵⁴⁴ vida y que nos nunca vernemos contra esto nos nym otre por nos nim ganaremos rescripto del Papa nin pediremos beneficio de restitucion nim entrega nym nos lhamaremos enganhados y se lo feziermos que nos nom valla. E quanto a esto renunciarnos todo el derecho general y especial que nos nym otre digamos por nos que a nos ny a nuestra Orden pueda aprovechar nym a vos Dona Vantaça pueda empeezer que nos nom valha. E porque esto sea firme y nom venga en dubda damos vos esta nuestra carta seellhada con nuestros seellos del Maestre e del cabildo. Fecha dos dias de Novembre Era de mil e trezientos y quareenta y nueve anhos e etc.⁵⁴⁵

E de como as dictas cartas forom leudas e publicadas Pero Gonçallvez freire da Ordem de Santiago e comendador da Arrabida em nome do Meestre Dom Garcia Pirez⁵⁴⁶ pedio ao dito

⁵⁴¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[...]çam que ha Ordem fez [Do]na Bataça de Santi[ago] de Cacem".

⁵⁴² Na margem esquerda, de outra mão: "vuestros".

⁵⁴³ Na margem direita, de outra mão: "dias".

⁵⁴⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "vuestra, diz o pergaminho".

⁵⁴⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "alias Martim Perez qual per o nome do escrivão".

⁵⁴⁶ Na margem direita, de outra mão: "D. Garcia Pires Mestre da Ordem no anno de 1338".

juiz que sua auctoridade mandasse a mym taballiom y de suso dito que lhe desse em ho theor e o dito juiz mandou e deu a mym dicto tabaliom poder e auctoridade que lhe desse ende ho theor. Testemunhas que presentes foram Domingos Fernamdez taballyom, Afonso Lyas e Joham Lyas, Gonçalo Lourenço, Afonso Gomez, Joham Martinz mercador, Vaasco Periz scripvam e outros muytos. E eu Domyngo Periz taballiom de suso dicto que a esto fuy presente e estes theores de cartas com autoridade do dicto juiz screpvy e tralladey e aquy meu sinal pugy que tal he.

116

1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal
 Insere: 1314, Maio, 25

⁵⁴⁷Em nome de Deus amem. Saibham (fl. 95v) quantos estormento birem como terça feira dez dias andados do mes de Fevereiro Era de mil e trezentos e sateenta e seis annos na igreja de Santa Maria d'Alqualcer perante Ruy Martiinz escudeiro juiz d'Alquacer seendo em concelho em presença de mym Domingo Pirez taballiom d'el Rey em Alquacer e das testemunhas adiante scriptas Ruy Paaez testamenteiro de Dona Vataça mostrou e leer fez per mym dicto tabaliam hua carta de Dom Pero Gomes comendador mayor de Monte Molim e do que a Ordem de Santiago em terra de Leom per mandado do Meestre Dom Diego Moniz e asseellada do seu seello pendiente segundo parecia e feita e assinada per Joham Monteiro tabaliam de Ferreira segundo parecia da qual ho theor tal he:

Saibham quantos esta carta virem como nos Dom Pero Gomez comendador mayor de Monte Mollym e do que a Hordem de Santiago em terra de Leom per mandado do Meestre Dom Diego Moniz com consselho e com outorgamento de los freires que som connosco e porque entendemos que era prol de la Ordem e pello poder que nos do Meestre tenemos e per hũa sa carta de procuraçom damos a vos la muy noble Dona Vetaça filha da muy noble Dona Lascara ifante que foy de Grecia a nossa comenda de Panoyas⁵⁴⁸ que he no canpo d'Ourique com corredãos com todos seus termos⁵⁴⁹ e com todollos seus dirreitos por em toda vossa vida damos vo la com ho senhorio e com a justiça e com ho temporal e com ho espiritual e com ho taballiado e com todollos outros dirreitos e rendas que a nos e aa nossa Ordem perteencem e perteencer devem per qualquer razom e vos que mantenhades o priol segundo a Ordem mantiinha agora. E esto vos damos per razom que vos a dita dona Bentaça dades a nos e aa nossa Ordem e entregades logo ho castello e a vila de Vilalar o qual he nosso pera depois de vossos dias por Santiago de Quacem que vos⁵⁵⁰ nos⁵⁵¹ demos por em nossa vida. La qual villa e castello de Vilalar vos a dicta Dona Vetaça aviades de carta em nossa bida. O qual nos logo entregades com ho senhorio e com todallas outras cousas segundo que esto es mais contheudo em nas cartas de doaçom que nos de vos teemos pero que fica a vos Dona Betaça as casas e vinhas e ho herdamento e as outras cousas que foram

⁵⁴⁷ Na margem direita, de outra mão: "*Doaçom de Panoias a Dona Bataça*".

⁵⁴⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "*A Dona Betaça doaçom de Panoyas*".

⁵⁴⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "*no original tem vizinho; não ha tal, diz termos*".

⁵⁵⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "*nos*".

⁵⁵¹ Na margem esquerda, de outra mão: "*vos*".

d'Afonso Pirez de Leiria vosso moordomo que foi em Vilalar ataa que cobredes del o pam e os dinheiros e as outras cousas que vos acalçastes per conta ou acalçaram ou acalçarem aquelles que per vos ouverom de recadar ou ouverem daquy adiante. E prometemos vos que sabida e contada a renda de Vilalar e desto que vos⁵⁵² nos damos se mais for ho de Vilalar que quanto de mais for que vos demos outro tanto em remdas certas pera em vossa vida em Setuval ou em outro lugar da Ordem certa de Santiago de Quacem hu ho vos ajades bem parado e vos ao tempo de vosso finamento que o leixedes aa dicta Ordem com os bois do lavrar e com os melhoramentos que hy fezerdes nos herdamentos e nas vinhas e em lavrar e em fazimento das (fl. 96) casas. E prometemos vos de vos dar cartas do Meestre e do cabidoo d'outorgamento e de confirmamento desto que vos nos damos ao primeiro cabidoo e cabidoo geeral que a Ordem faça. E outrossi em como ho Meestre e a Ordem sam entreguees e pagados do castello e da vylla de Villalar seendo a Ordem entregado ou quem ho ouvesse de veer per seu mandado do dito lugar de Villalar. E por esto seer firme e nom viir em duvida mandamos a Joham Monteiro tabaliom de Ferreira que lhe desse esta carta com seu sinal e por seer mais firme mandey a seellar com nosso seello pendente. Eu Joham Monteiro taballiom de Ferreira sobredito a rogo e a mandado dos sobreditos dei lho com meu sinal que tal he. Testemunhas Dom Frrey Rodriguez comendador de Leirena e de Medyna e Garcia Lopez comendador d' Alquacer e Miguel Pirez comendador d'Ourique e de Cabreella e Pero Gonçalvez e Estevam Reymondo e Joham Eanes priol de Panoyas e outros muitos. Feita viinte e cinco dias de Mayo. Era de mil e trezentos e cinquenta e dous annos.

A qual carta leuda e pobricada Pero Gonçalvez freire comendador da Arrabida em nome do Meestre Dom Garcia Peris pedio ao dito juiz que desse a mym dito taballiom poder e autoridade pera lhe dar ende ho theor. E o dito juiz mandou e deu a mym dito taballiom auctoridade que lho desse. Testemunhas que presentes foram Afonso Fernamdez de Santiago de Quacem, Afonso Lyas, Afonso Gomez, Gonçallo Lourenço, procuradores e Vaasco Martiinz cavalleiro, Domingos Fernamdez taballiom e outros muitos. E eu Domingo Pirez taballiam de suso dito que a esto fuy presentem e este theor com auctoridade do dicto juiz fiz e trelledey com minha mão e aquy meu sinal pugi que tal he.

Acaban se as scripturas da 6ª parte começam as da 7ª.

1186, Outubro, 28

⁵⁵³In Dei nomine. Quoniam morum assiduitate et legis sancione didicimus quod acta virorum bonorum scripto comendari debant ut comendata ab hominum memoria non decidant <et> omnibus preterita presencialiter consistant iccirco, ego Sancius Dei gracia Portugalensis rex magni regis domini Alfonssi et regine domne Mahalde fillius una cum uxore mea regina domna

⁵⁵² Na margem direita, por outra mão: "nos; vos".

⁵⁵³ Na margem direita, por outra mão: "Doaçam d'el rei Dom Sancho de Alcacer, Palmella, Almada, Aruda".

(fl. 96v)⁵⁵⁴ Dulcia et filio meo rege domno Alfonso et fillibus meis regina domna Tharasia et regina dona Sancia facio cartam donacionis et firmitudinis perpetue vobis domno Sancio Fernamdi Dei gracia Millicie Sancti Jacobi Magistro et fratribus vestris presentibus et futuris de illis meis castellis, scilicet (*sic*), Alcaçar, Palmela, Almadana e Arruda. Damus itaque vobis atque concedimus prenominata castella cum omnibus suis terminis novis et veteribus in honore Dei et Beati Jacobi apostolici ut vos et omnes vestri Ordinis successores ea et quicquid in eis ad jus regalle pertinet jure hereditario habeatis et perpetuo possideatis tali, videlicet, condicione ut mihi et filiis meis et nostris successoribus cum eis obediendo serviatis. Quicumque igitur hoc nostrum factum roboravit et roboratum conservaverit sit benedictus a Deo amem. Et quicumque illud frerit vel frangere voluerit quicquid ipse fecerit a filiis et a successoribus eius in irritum ducatur. Facta carta V^o kalendas Novembris sub Era millesima ducentesima vicesima quarta. Nos supra nominati qui hanc cartam iussimus facere manibus propriis roboramus. Qui presentes fuerunt Godinus Bracarensis archiepiscopus conf., Martinus Collumbriensis episcopus conf., Martinus Portucalensis episcopus conf., Johannis Visensis episcopus conf., Godinus Lamacensis episcopus conf., Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Pelagius Elborensis episcopus conf., Menendus Gonsalvi maiordomus curie conf., Petrus Alfonso regis signifer conf., Suarius Egee conf., Petrus Fernamdi conf., Johannes Fernamdi regis dapifer ts., Egeas Pelagii ts., Martinus Merlim ts., Reymundus Johannis ts., Julianus curie notarius.

1218, Janeiro, 26 – Santarém

⁵⁵⁵Ego Alfonso II Dei gracia Portugalensis rex desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina domna Urraca et filiis nostris infantibus domno Sancio et domno Alfonso et domna Alionor presenti pagina cartam illam quam pater meus rex donnus Sancius inclite memorie de castris illis, videlicet, Alquazar, Palmella, Almadana et Arruda fecit domno Sancio Fernamdi Magistro Millicie Sancti Jacobi suisque successoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donationem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promitto ut autem confirmato mea majus robur obtineat. Hanc cartam feci meo sigillo plumbeo communiri que fuit facta apud Sanctarenam VII^o kalendas Februari in Era millesima ducentesima quinquagesima sexta. Nos supranominati qui eam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa apponi fecimus +++++. Qui afuerunt: donnus Martinus Johannis signifer donni Regis conf., donnus Petrus Johannis maiordomus curie conf., donnus Laurencius Suarii conf., donnus Gil Vallasquiz conf., donnus Gomecius Suarii conf., donnus Johannes Fernamdi conf., donnus Fernandus Fernamdis conf., donnus Rodericus Menendiz conf., donnus Poncius Alfonso conf., donnus Lopus Alfonso conf., donnus Stephanus Bracarensis archiepiscopus, donnus Martinus Portucalensis episcopus, donnus Petrus Columbricensis episcopus, donnus Suarius Ulixbonensis episcopus, donnus Suarius Elborensis episcopus, donnus (fl. 97) Pelagius

⁵⁵⁴ Na margem superior, por outra mão: "*Palmela, Alcaçar, Almada e Arruda*". Na margem esquerda, por outra mão: "*No termo antigo d'Alcaçar se contem estes lugares: [S]antiago de Cacem, ho Terram, Alvalade, Cabrella, Grandola. E nos termos antigos de Santiago se contem estes: [S]ines, Collos, Milfontes que se acha [...].mana Cercal. No termo de Palmella se contem estes: Setuval, Belmonte, Çamora Correya, Canha, hos lugares de Ribatejo, ha fortaleza de Mouguellas e sua comenda, Arrabida, Alcochete, Aldeia Galega, Alhos Vedros [segue-se uma palavra riscada], Barreiro*".

⁵⁵⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "*Confirmaçam d'el rei Dom [Afonso] da doaçam d'el rei dom Sancho dos lugares d'Alcacere, Palmella, Almada e Aruda*".

Lamacensis episcopus, donnus Bartollomeus Visensis episcopus, donnus Martinus Egitanensis episcopus, magister Pellagius cantor Portucalensis ts., Petrus Garsie ts., Petrus Petri ts., Vincencius Menendi ts., Martinus Petri ts., Johanis Petri ts., Gunsalvus Menendi cancellarius curie, Fernandus Suarii scripsi.

119

1255, Fevereiro, 24 – Santarém

⁵⁵⁶Ego Alfonsus Dei gracia rex Portugallie et comes Bollonie desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina Donna Beatrice fillia illustris Regis Castelle et Legionis presenti pagina cartam illam quam avus meus rex donnus Sancius et pater meus rex donnus Alfonssus inclite memorie de castris illis, videlicet, Alcaçar, Palmela, Almadana et Aarruda fecerant donno Sancio Fernamdi Magistro Ordinis Milicie Sancti Jacobi siusque successoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donacionem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promicto ut autem hec confirmacio mea majus robur obtineat. Hanc cartam feci meo sigilo sigillari. Que fuit facta apud Santarenam VI^o kalendas Marcii. Era millesima ducentesima nonagesima tertia.

[1^a coluna de subscrições:]

Donnus Johannes Alfonsi signifer curie conf.
 Donnus Egidius Martini maiordomus curie conf.
 Donnus Menendus Garsie tenens terram de Panoyas conf.
 Donnus Gunsalvus Garsie tenens terram de Nevia conf.
 Donnus Fernandus Lupiz tenens terram de Bragancia conf.
 Donnus Alfonssus Lupiz tenens terram de Sausa conf.
 Donnus Didacus Lupiz tenens terram de Lameco conf.
 Donnus Petrus Poncii tenens terram de Trans Serram conf.
 Johanis de Avoyno subsignifer curie ts.
 Menendus Suarii de Merloo ts.
 Johanis Suarii Conelio ts.
 Egeas Laurencii de Cunia ts.

[2^a coluna de subscrições:]

Donnus Johanis archiepiscopus Bracarensis conf.
 Donnus Julianus episcopus Portucalensis conf.
 Donus Egeas episcopus Colinbriensis conf.
 Donus Arias episcopus Ulixbonensis conf.
 Donus Martinus episcopus Elborensis conf.
 Donus Egeas episcopus Lamecensis conf.
 Donnus Rodericus episcopus Egitanensis conf.
 Donnus Mateus electus Visensis conf.
 Stephanus Petri Spinell ts.
 Fernandus Fernandi Cogomio ts.
 Petrus Martini Petario ts.
 Rodericus Petri superjudez ts.

⁵⁵⁶ Na margem direita, por outra mão: "Confirmaçam d'el rei Dom Afonso conde de Bolonha dos sobredictos lugares".

Donnus Stephanus Johanis cancelarius curie
 Dominicus Vicencii notarius curie notavit.

(fl. 97v)

120

1186, Outubro, 28

⁵⁵⁷In Dei nomine. Quoniam morum assidutate et legis sancctione didicimus quod acta virorum bonorum scripto comendari debeant ut comendata ab hominum memoria non decendant et omnibus preterita presencialiter consistat, iccirco, ego Sancius Dei gracia Portugalensium rex magni regis Domni Alfonssi et regine Domne Mahalde fillius una cum uxore mea regina Domna Dulcia et fillio meo rege Domno Alfonso et filliabus meis regina Domina Tarasia et regina Domna Sancia facio cartam donacionis et firmitudinis perpetue vobis Domno Sanctio Fernamdi Dei gracia Millicie Santi Jacobi Magistro et fratribus vestris presentibus et futuris de illis meis castellis, scilicet, Alcazar, Palmela, Almadana e Arruda. Damus itaque vobis atque concedimus prenominata castella cum omnibus suis terminis novis et veteri[bus] in honore Dei et Beati Jacobi apostolli, ut vos et omnes vestri Ordinis successores ea et quicquid in eis ad jus regale pertinet jure hereditario habeatis et perpetuo possideatis tali, videlicet, condicione ut michi et filliis meis et nostris successoribus cum eis obediendo serviatis. Quicumque igitur hoc nostrum factum roboraverit et roboratum conservaverit sit benedictus a Deo amem. Et quicumque illud frerit vel frangere voluerit quicquid ipse fecerit a filliis et a successoribus eius in irritum ducatur. Facta carta V kalendas Novembris sub E^a M^a CC^a XX^a IIII^a. Nos supra nominati qui hanc cartam iussimus facere manibus propriis roboravimus. Qui presentes fuerunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Godinus Bracarensis archiepiscopus conf.
 Martinus Colinbrisensis episcopus conf.
 Martinus Portugalensis episcopus conf.
 Johannes Visensis episcopus
 Godinus Lamacensis episcopus
 Suarius Ulixbonensis episcopus
 Pelagius Elborensis episcopus

[2^a coluna de subscrições:]

Menendus Gunsalvi maiordomus curie conf.
 Petrus Alfonssi regis signifer conf.
 Suarius Egee conf.
 Petrus Fernamdi conf.
 Johannes Fernamdi regis dapifer ts.
 Egas Pelagii ts.
 Martinus Martini ts.
 Reimundus ts.
 (Rota)

Julianus curie notari.

⁵⁵⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "[...] *fiqa atras. Fl. 96. [Do]jaçam d'el rei Dom Sancho [d'A]cacere, Palmella, Al[m]jada, Aruda*".

(fl. 98)

121

1186, Outubro, 28

⁵⁵⁸In Dei nomine amem. Morum assiduitate et legis sancione didicimus quod acta virorum bonorum scripto comandari debeant ut comandata ab hominum memoria non decident et omnibus preterita presencialiter consistant, iccirco, ego Sancius Dei gracia Portugalensium rex magni regis Domini Alfonssi et regine Domne Mahalde filius una cum uxore mea regina Domina Dulcia et filio meo rege Domino Alfonsso et filliabus meis regina Domina Tharasia et regina Domina Sancia facio cartam donacionis et firmitudinis perpetue vobis Domno Sancio Fernamdi Dei gracia Millicie Santi Jacobi Magistro et fratribus vestris presentibus et futuris de illis meis castellis, scilicet, Alcazar, Palmela, Almadana, Aarruda. Damus itaque vobis atque concedimus prenomina castella cum omnibus suis terminis novis et veteribus in honore Dei et Beati Jacobi apostoli ut vos et omnes vestri Ordinis successores ea et quicquid in eis ad jus regale pertinet jure hereditario habeatis et perpetuo possideatis tali, videlicet, condicione ut mihi et filliis meis et nostris subcessoribus cum eis obediendo serviatis. Quicumque igitur⁵⁵⁹ hoc nostrum factum roboraverit et roboratum conservaverit sit benedictus a Deo amem. Et quicumque illud frerit vel frangere voluerit quicquid ipse fecerit a filliis et a successoribus eius in irritum ducatur. Facta carta V kalendas Novenbris sub E^a M^a CC^a XXIII^a. Nos supra nominati qui hanc cartam iussimus facere manibus propriis roboramus. Qui presentes fuerunt Godinus Bracarensis archiepiscopus conf., Martinus Colunbrisensis episcopus conf., Martinus Portucalensis episcopus conf., Johanis Visensis episcopus conf., Godinus Lamacensis episcopus conf., Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Pelagius Elborensis episcopus conf., Menendus Gunsalvi maiordomus curie conf., Petrus Alfonssi regis signifer conf., Suarius Egee conf., Petrus Fernamdi conf., Johanes Fernamdi regis dapifer ts., Egeas Pelagii ts., Martinus Merlim ts., Reymundus Johanis ts., Julianus curie notarius.

122

1218, Janeiro, 26 – Santarém

⁵⁶⁰Ego Alfonssus II^{us} Dei gracia Portugalensium rex desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina Domna Urraca et filiis nostris infantibus Domno Sancio et Domno Alfonso et Domna Ellionor presenti pagina cartam illam quam patri meis (*sic*) rex Domnus Sancius inclite memorie de castris illis, videlicet, Alcazar, Palmela, Almadana et Aarruda fecit domno Sancio Fernamdi Magistro Millicie Sancti Jacobi suisque successoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donationem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promicto ut autem confirmato mea majus robur obtineat. Hanc cartam feci meo sigillo plumbeo communiri que fuit facta apud Sanctaren VII^o Februarii in E^a M^a (fl. 98v) CC^a L^a VI^a. Nos supranominati qui eam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa apponi fecimus +++++. Qui afuerunt:

⁵⁵⁸ Na margem direita, por outra mão: "Q^{ta}. Ja fiqva duas vezes trelladada atras. Doaçam dos sobreditos lugares".

⁵⁵⁹ Palavra escrita por outra mão.

⁵⁶⁰ Na margem direita, por outra mão: "fl. 96. Ja fiqva atras lançada. Confirmaçam d'el rei Dom Afonso dos lugares d'Alcacere, Palmela, Almada, Aruda".

[1ª coluna de subscrições:]

Donnus Martinus Johanis signifer donni Regis conf.
 Donnus Petrus Johanis mayordomus curie conf.
 Donnus Laurencius Suari conf.
 Donnus Gil Valasquiz conf.
 Donnus Gomecius Suari conf.
 Donus Johanes Fernamdi conf.
 Donus Fernamdus Fernamdis conf.
 Donus Rodericus Menendii conf.
 Donus Poncius Alfonssi conf.
 Donus Lopus Alfonssi conf.
 Vincencius Menendii ts.
 Martinus Petri ts.
 Johanis Petrii ts.

[2ª coluna de subscrições:]

Donus Stephanus Bracarensis archiepiscopus
 Donus Martinus Portugalensis episcopus
 Donus Petrus Columbriensis episcopus
 Donus Suarius Ulixbonensis episcopus
 Donus Suarius Elborensis episcopus
 Donus Pelagius Lamecensis episcopus
 Donus Bartolomeus Visensis episcopus
 Donus Martinus Egitanensis episcopus
 Magister Pelagius cantor Portugalensis ts.
 Petrus Garsie ts.
 Petrus Petrii ts.

Gunsalvus Menendi cancellarius curie
 Fernamdus Suarii scripsit.

123

1237, Agosto, 12 – Viterbo

⁵⁶¹Gregorius episcopus <servus> servorum Dei. Dilectis filiis Magistrum et fratribus Milicie Sancti Jacobi salutem et apostolicam benedictionem. Justis petentium desideriis dignum est nos facilem probere consenssum et vota que a rationis tramite nom discordant efectu in prosequente complere. Ea propter dilecti in domino filii vestris justis postulacionibus grato concurrentes assensu jus patronatus Sancte Marie de Alquazar et Sancte Marie de Palmela ecclesiarum Ulixbonensis et Elborensis diocesis quod vobis prout asseritis carissimus in Christo fillius noster Sancius Portugalie rex ilustris prout spectabat ad eum de pia liberalitate concessit sicut illud juste ac pacifice obtinetis (fl. 99) vobis et per nos donni vestre autctoritate apostolica confirmamus et pre-

⁵⁶¹ Na margem esquerda, por mãos diferentes: “[Con]firmaçam apostolica da [do]açam dos padroados [de] Alcacere e Palmela”; “[po]r[]diante se seguem”; “[Con]firmaçam dos padroados”; “vid. 1132”; “[p]ode in folio 132 vid. quodam (?)”.

sentis scriptis patrocinio communimus. Nuli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Viterbii II idus Augusti. Pontificatus nostri anno undecimo.

124

[1237], Novembro, 4 – Santarém

⁵⁶²In Dei nomine. Ego donnus Sancius II secundus Dei gracia Portugalensium rex facio cartam donationis et perpetue firmitudinis vobis Pelagio Petri Correia comendatori de Alcazar et conventui eiusdem loci et Ordini Milicie Sancti Jacobi et successoribus vestris de toto jure patronatus quod ego habeo et mihi competit sive de jure sive de facto in ecclesiis de Alcazar et Palmela et de Almadana et de terminis earumdem jure perpetuo habendum et possidendum et hanc donationem facio vobis pro remedio anime mee et in remissione peccatorum meorum. Habeatis nos igitur ab hac die in antea et omnes successores vestri prefatum jus patronatus ad servicium Dei et predicti Ordinis utilitatem liberum in perpetuum. Et quicumque hoc meum factum et hanc donationem bene et integre observavit habeat benedictionem Dei patris omnipotentis et meam. Facta carta in Santaren III^o die Novembris sub E^a M^a CC^a LXX^a⁵⁶³. Qui presentes fuerunt et viderint et audierunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus Martinus Johanis signifer curie
 Domnus Martinus Egidii ts.
 Domnus Stephanus Suarii ts.
 Suerius Petri Carnes ts.
 Petrus Johanis de Portucarreiro ts.
 Alfonssus Martini de Colinbria ts.
 Suerius Gonsalvi superjudez domni Regis ts.

[2^a coluna de subscrições:]

Infans Domnus Fernandus ts.
 Domnus Suerius Gomecii comendator Templi in Portugalia ts.
 Johanis Menendi frater Hospital comendator de Crate ts.
 Egidius Roderici archidiaconus Santaren ts.
 Magister Dominicus Moniz prior Sancte Marie de Alanquer ts.
 Domnus Simeon Menendi frater Templi comendator in⁵⁶⁴ ts.
 Magister Dominicus fisicus domni Regis ts.

⁵⁶² Na margem direita, por outra mão: “Doaçam d’el rei Dom San[cho] do padroado d’Alcace[r], Palmella e Almada”. E ainda: “Padroados das igrejas dados a Ordem no anno de 1237”.

⁵⁶³ Segue-se riscado: “V^o o”. E na margem direita, por outra mão, dando continuidade à informação que consta na nota anterior: “Isto he pellos annos de Christo que pela Era de Cezar e como estava aqui e foi pavoisse emenda lo, porque deve ser como esta – (seguem-se umas letras riscadas) – MCCLXXV, mas estes bachareis tudo querem emendar”.

⁵⁶⁴ Segue-se riscado: “Sanctaren”.

(fl. 99v)

125

1236, Outubro, 1 – Coimbra

⁵⁶⁵In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Fillii et Spiritus Sancti amem. Hec est donacionis et perpetue firmitudinis quam ego Sancius secundus Dei gracia Portugalensium rex filii⁵⁶⁶ Aldefonsi ilustris regis Portugalensium et nepos illustrissimorum regum Aldefonssi regis Castelle <et> primi Sancii regis portugalensium de consensu tocius curie mee feci Ordini Milicie Santi Jacobi <et> vobis domnus⁵⁶⁷ Pelagio Per (*sic*)⁵⁶⁸ comendatori de Alcazari totique conventui eiusdem loci ad honorem Dei et Beatissime Virginis Marie de omni jure patronatus quod habeo et possideo vel casi⁵⁶⁹ possideo in ecclesiis de Palmela et de Alcazar, scilicet, dedi vobis plene et integre totum illud jus sicut ego illud habebam et possidebam vel casi⁵⁷⁰ possidebam pro salute anime mee et servicio Dei; quod facitis ut vos et omnes subcessores vestri illud perpetuo habeatis et possideatis vel quasi possideatis. Qui vero hoc factum meum integrum et illesum observaverit sit a Deo benedictus. Qui vero aliter fecerit quod ab sit, non sit ei licitum sed pro sola temptatione sit maledictus et cum Juda Traditore in inferno dampnatus. Et donatio mea integra et in sui robore existat et ut hoc factum meum manibus robur obtineat et firmum et stabile perpetuo habeatur hanc cartam feci meo sigilo proprio communiri. Que fuit facta apud Colimbriam, kalendas October sub E^a M^a CC LXX IIIII^a. Qui presentes fuerunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Ego domnus Martinus Jhoanis signifer curie conf.
 Ego domnus Rodericus Sancii tenens Elboram conf.
 Ego domnus Gunsalvus Menendi tenens Lamecum conf.
 Ego domnus Egidius Velasci tenens Sausam conf.
 Ego domnus Martinus Egidii tenens Ripam Mirai (*sic*) conf.
 Ego domnus Petrus Jhoanis tenens Strematuram conf.
 Ego domnus Velascus Menendi tenens Bragaciam conf.
 Ego domnus Menendus Garsie tenens Transseram conf.
 Ego Petrus Laurencii maior meyrinus conf.
 Ego Petrus Martini superjudez tocius regni conf.

[2^a coluna de subscrições:]

Ego Silvester Archiepiscopus Bracarensis conf.
 Ego magister Vicencius Egitanensis episcopus cancelarius curie conf.
 Ego Pelagius Lamecensis episcopus conf.
 Ego Egidius Visensis episcopus conf.
 Ego Fernandus Elborensis episcopus conf.

⁵⁶⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "Doaçam d'el rey Dom Sancho segundo dos padroados das igrejas de Alcacere e Palmela". E ainda: "Padroados das igrejas".

⁵⁶⁶ Segue-se a palavra "secundum", acrescentada por outra mão.

⁵⁶⁷ Na margem direita, de outra mão: "anno".

⁵⁶⁸ Na margem direita, de outra mão: "Petri".

⁵⁶⁹ Na margem direita corrigido, por outra mão, para: "quasi".

⁵⁷⁰ Na margem esquerda corrigido, por outra mão, para: "quasi".

Ego magister Tiburcius electus Colinbrien conf.

Ego Stephanus magister Templi conf.

Ego Rodericus prior Hospitalis conf.

(Rota)

Henricus notarius curie scripsit.

(fl. 100)

126

1255, Maio, 5 – Lisboa

Inserere: 1186, Outubro, 28; 1218, Janeiro, 26 – Santarém

⁵⁷¹Confirmaçam d'el rey Dom Afonso que foy conde de Bolonha da doação⁵⁷² d'el rey Dom Sancho o primeiro e d'el rey Dom Afonso segundo que contem os termos velhos d'Alcacere e de Palmella.

In Christi nomine et eius gracia. Notum sit omnibus presentes literas inspecturis quod ego Alfonssus Dei gracia rex Portugalensium et comes Bolonie vidi cartam Domni Alfonssi felicis recordacionis patris mei et inclite recordacionis Domni Sancii avi mei cuius carte talis est tenor:

In Dei nomini. Quoniam morum assiduitate et legis sancione didicimus quod acta viro-
rum bonorum scripto comendari debeant ut comendata ab hominum memoria non deci-
dant et omnibus preterita presencialiter consistant, iccirco, ego Sancius Dei gracia
Portugalensium rex magnus regis Domini Alfonssi et regine Domne Mahalde fillius una
cum uxore mea regina Domna Dulcia et fillio meo rege Domno Alfonsso et filliabus meis
regina Domna Tharasia et regina Domna Sancia facio cartam donationis et firmitudinis
perpetue vobis Domno Sancio Fernamdi Dei gracia Milicie Sancti Jacobi Magistro et fra-
tribus vestris presentibus et futuris de illis meis castellis, scilicet, Alcazar, Palmela,
Almadana. Damus itaque vobis atque concedimus prenominata castela cum terminis et
divisionibus⁵⁷³ in primo per lonbum de serra de Alcazovis quomodo ferret in Exarramam
et ultra Exarramam per lonbum quomodo vadat ad capita de Severena et de ipsis capi-
tibus quomodo ferret charncha (*sic*) in monasterium quo jacet in ripa de Odivelis et ultra
Odivelas sicut vadit directe ad forçadas de Alfondom et de ipsis forçadas quomodo vadit
directe ad Alvalladi et de Alvalladi quomodo vadit lonbum inter Coronam et Benetollat
usque ad cerrum de Momonte Acuto et per aquam que descendit de Monte Acuto usque
ad mare. Et de predictis Alcazovis sicut vade directe ad fontem de Thiriana et inde sicut
vade directe ad Serram de Arloch et sicut vade de ipsa serra ad Rengiam et de Rengia
ad cimalias de Campo Maiori et inde quomodo ferret cerrum in Caniam et ultra Caniam
dividet cum Culuchi. Et termini de Palmela⁵⁷⁴ dividant cum eam Culuchi per venam de
Caniam de Thago usque ad fontem⁵⁷⁵ de Lavar et termini de Palmela juncent⁵⁷⁶ se cum

⁵⁷¹ Este texto foi escrito por outra mão e no início tem a palavra “de” riscada.

⁵⁷² Palavra corrigida.

⁵⁷³ Na margem direita, de outra mão: “Termini de Alcaç[ar]”.

⁵⁷⁴ Na margem direita, por outra mão: “Termini de Palmela”.

⁵⁷⁵ Na margem esquerda, por outra mão, corrigido para: “focem”.

⁵⁷⁶ Na margem esquerda, por outra mão, corrigido para: “juncent”.

terminis de Alcazar et de Almadana termini et divisiones de Palmela et de Almadana sicut per Tagum de fonte de Alpena usque ad fontem de Cania⁵⁷⁷ et <ex> alia parte usque ad mare. Damus vobis atque concedimus prenominata castella cum istis terminis supradictis et divisionibus in honore Dei et gloriose <Virginis> Marie et Beati Jacobi apostoli, ut vos et omnes vestri Ordinis subcessores ea et quicquid in eis at jus regale pertinet jure hereditario habeatis et perpetuo possideatis pacifice (fl. 100v) et quite. Quicunque igitur hoc factum nostrum roboraverit et roboratum conservaverit sit benedictus a Deo amem. Et quicunque illud fregerit vel frangere voluerit sit maledictus a Deo amen. Et quicquid ipse fecerit a filliis et a sucessoribus eius in irritum ducatur. Facta carta V^o kalendas Novembris sub E^a M^a CC^a XX^a III^a. Nos supra nominati qui hanc cartam iussimus facere manibus propriis roboramus. Qui presentes fuerunt: Godinus Bracarensis archiepiscopus conf., Martinus Colimbriensis episcopus conf., Martinus Portucalensis episcopus conf., Johannis Visensis episcopus conf., Godinus Lamesensis episcopus conf., Suarius Ulixbonensis episcopus confirmavit, Pelagius Elborensis episcopus conf., Menendus Gonsalvi maiordomus curie conf., Petrus Alfonssi Regis signifer conf., Suerius Egee conf., Petrus Fernandi conf., Johannes Fernandi Regis dapifer ts., Egeas Pelagii ts., Martinus Merlim ts., Reimundus Johannis ts., Julianus curie notarius.

⁵⁷⁸Ego Alfonsus Dei gracia Portugalensium rex desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina Domna Urracha et filliis meis infantibus Domno Sancio et Domno Alfonsso et Domna Alionor presenti pagina cartam illam quam pater meus rex domnus Sancius inclite memorie de castris illis, videlicet, Alcazar, Palmela, Almadana fecit Domno Sancio Fernandi Magistro Milicie Sancti Jacobi suisque subcessoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donacionem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promicto ut autem confirmacio mea majus robur obtineat. Ha[n]c cartam feci meo sigilo plumbeo communiri. Que fuit facta apud Sanctaren VII^o kalendas Februarii in E^a M^a CC^a L^a VI^a ⁵⁷⁹. Nos supra nominati qui eam fieri percepimus coram scriptis eam roboravimus et in ea hec signa apponi fecimus ++++++ [sinal de robora]⁵⁸⁰. Qui afuerunt Domnus Martinus Johannis signifer Domni Regis conf., Domnus Petrus Johannis maiordomus curie conf., Domnus Laurencius Suarii conf., Domnus Gil Valasquid (*sic*) conf., Domnus Gomecius Suarii conf., Domnus Johannes Fernandi conf., Domnus Fernandus Fernandi conf., Domnus Rodericus Menendi conf., Domnus Poncius Alfonssi conf., Domnus Lopus Alfonssi conf., Vincencius Menendi ts., Martinus Petri ts., Johannes Petri ts., Domnus Stephanus Bracharans archiepiscopus conf., Domnus Martinus Portugalensis episcopus, Domnus Petrus Colimbriensis (*sic*) episcopus conf., Domnus Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Domnus Suarius Elborensis episcopus conf., Domnus Pelagius Lamescensis (*sic*) episcopus conf., Domnus Bartholomeus Visensis episcopus conf., Domnus Martinus Egitanensis episcopus conf., magister Pelagius cantor Portucalensis ts., Petrus Garsie ts., Petrus Petri ts., Gonsalvus Menendi cancelarius curie ts., Johannes Dominici scripsit.

⁵⁷⁷ As palavras: "sicut per Tagum de fonte de Alpena usque ad fontem de Cania" estão sublinhadas e corrigidas à margem esquerda, por outra mão: "sunt per Tagum de focem de Alpena usque ad focem de Cania".

⁵⁷⁸ Na margem esquerda, por outra mão: "Ja esta lançada".

⁵⁷⁹ Na margem direita, de outra mão: "MCCXXVI, alias mil duzentos e sincoenta e seis".

⁵⁸⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "Alias sic. +++++. [...] quod erant persone regis et regine et filio [...]um tot erant crucis [...]ma huiusmodi aposita".

⁵⁸¹Ego Alfomssus Dei gracia rex Portugalie et comes Bolonie supra nominatus una cum uxore mea Regina Domna Beatrice illustris regis Castelle et Legionis fillia presenti pasina cartam illam quam avus meus rex domnus Sancius dedit Domno Sancio Fernamdi Magistro Ordini Millicie Santi Jacobi et eius subcessoribus eiusdem Ordinis (fl. 101) et quam pater meus rex Donnus Alfomssus eidem Ordini confirmavit de castris illis, videlicet, Alcazar, Palmela, Almadana cum supradictis terminis vobis Domno Pelagio Petri dicto Corregie Magistro Ordini Millicie Sancti Jacobi et Gunsalvo Petri comendatori eiusdem Ordini in regno Portugalie suisque subcessoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donacione[m] illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promito ut autem ista mea confirmacio majus robur obtineat hanc cartam eisdem sub meo sigillo feci communiri. Que fuit facta apud Ulixbonna V^a die Madii E^a M^a CC^a LIII^a (sic) III^a. Domnus Iohanes Alfonssi signifer curie conf., Domnus Egidius Matini maiordomus curie conf., Domnus Menendus Garsie conf., Domnus Gunsalvus Garsie conf., Domnus Fernandus Lupi conf., Domnus Alfonsus Lupi conf., Domnus Didacus Lupi conf., Domnus Petrus Poncii conf., Domnus Johanis archiepiscopus Bracharensis conf., Domnus Arias Ulixbonensis episcopus conf., Domnus Egeas Colinbriensis episcopus conf., Domnus Martinus Elborensis episcopus conf., Domnus Rodericus Egitaniensis episcopus conf., Domnus Jullianus episcopus Portugalensis conf., Domnus Egeas Lamescensis (sic) episcopus conf., Domnus Matheus Visensis electus conf.,⁵⁸² Johanis de Avoim subsignifer Regis ts., Johanis Suerii ts., Menendus Suerii ts., Egeas Laurencii ts., Vincencius Didaci ts. et superjudices Pelagius Plagii superjudice ts., domnus Stephanus Johanis cancelarius⁵⁸³.

127

[1255]⁵⁸⁴, Maio, 5 – Lisboa

Inserere: 1186, Outubro, 28; 1218, Janeiro, 26 – Santarém

⁵⁸⁵In Christi nomine et eius gracia. Notum sit omnibus presentes literas inspecturis quod ego Alfomssus Dei gracia rex Portugalie et comes Bolonie vidi cartam Domini Alfonssi fellicis recordacionis patris mei et inclite recordacionis domni Sancii avi mei cuius carte talis est tenor⁵⁸⁶:

⁵⁸⁷In Dei nomine. Quoniam morum assiduitateque (sic) legis sancctione didicimus quod acta virorum bonorum scripto comendari debeant⁵⁸⁸ ut comendata ab hominum memoria non docidant (sic) et omnibus preterita presencialiter consistant, iccirco, ego Sancius Dei gracia Portugalie rex magni regis Domini Alfonssique (sic) regine Domine Mahalde fillius una cum uxore mea regina Domna Dulcia et filio meo rege Domino Alfonsso et filliabus meis regina Domina Tharasia et regina domina Sancia facio cartam donacionis et firmitudinis perpetue vobis Donno Sancio Fernandi Dei gracia Millicie Sancti Jacobi Magistro et

⁵⁸¹ Na margem esquerda, por outra mão: “Ja fica atras lançada”.

⁵⁸² Segue-se riscado: “domnus”.

⁵⁸³ Na margem direita, por outra mão: “Dominicus Petri notarius Regis scripsit”.

⁵⁸⁴ Na verdade, este documento refere-se ao ano de 1255, embora registe a data de 1252 (vide documento 126).

⁵⁸⁵ Na margem direita, de outra mão: “Outra do mesmo teor. II^a”. Segue-se, ainda: “Ja esta lançada”.

⁵⁸⁶ Palavra escrita por outra mão.

⁵⁸⁷ O copista deste texto teve muita dificuldade em entender a nota tironiana. Neste sentido, transcreveu-a, pontual e erradamente, para “que” e, na maior parte das vezes, deixou um espaço em branco, que viria a ser preenchido por outra mão com a palavra correcta, ou seja, “et”.

⁵⁸⁸ Palavra escrita por outra mão e seguida de um espaço no texto, que foi traçado.

fratribus vestris presentibus et futuris de illis meis castellis, scilicet, Alcazar, Palmella, (fl. 101v) Almadana. Damus itaque⁵⁸⁹ vobis atque concedimus prenominata castella cum terminis et divisionibus in primo per lonbum de serra de Alcacovis quomodo ferret in Exarramam et ultra Exarramam per lonbum quomodo vadit ad capita de Severena et de ipsis capitibus quomodo ferret charnecha in monasterium quod jacet in ripa de Odivelis et ultra Odivelas sicut vadit directe ad forcadas de Alfondom⁵⁹⁰ et de ipsis forcadis quomodo vadit directe ad Alvaladi et de Alvalladi quomodo vadit lonbum inter Coronam et Benetolat usque ad cerrum de Monte Acuto et per aquam que decendit de Monte Acuto usque ad mare. Et de predictis Alcazovis sicut vade directe ad fontem de Thiriana que inde sicut vade⁵⁹¹ directe ad Serram de Arloch et sicut vade de ipsa serra ad Rengiam et de Rengia ad cimalias de Canpo Maiori et de inde⁵⁹² quomodo ferret cerrum in Caniam et ultra Caniam dividet cum Culuchi. Et termini de Palmela dividant cum eam Culuchi per venam de Caniam de Tago usque ad focem de Lavar. Et termini de Palmela juntent se cum terminis de Alcaçar et de Almadana termini et divisiones de Palmela et de Almadan sicut per Tagum de foce de Alpena usque ad focem de Cania et ex alia parte usque ad mare⁵⁹³. Damus vobis atque concedimus prenominata castela cum istis terminis supradictis et de visionibus in honore Deique gloriose Virginis Marie et Beati Jacobi apostolli ut vos et omnes vestri Ordinis subcessores ea et quicquid in eis ad jus regale pertinet jure hereditario habeatisque (*sic*) perpetuo possideatis paacificae et quiete. Quicumque igitur hoc factum nostrum roboraveritque (*sic*) roboratum conservaverit sit benedictus a Deo amem. Et quicumque illud fregerit vel frangere voluerit sit maledictus a Deo amem. Et quicumque ipse fecerit a filliis et a subcessoribus eius in irritum ducatur. Facta carta V kalendas Novembris sub E^a M^a CC^a XX^a IIII^a. Nos supra nominati qui hanc cartam iusimus facere manibus propriis roboramus. Qui presentes fuerunt Godinus Bracharensis archiepiscopus conf., Martinus Colinbriensis episcopus conf., Martinus Portucalensis episcopus conf., Johannis Visensis episcopus conf., Godinus Lamescensis (*sic*) episcopus conf., Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Pelagius Elborensis episcopus conf., Menendus Gunsalvi maiordomus curie conf., Petrus Alfonssi Regis signifer conf., Suarius⁵⁹⁴ Egee conf., Petrus Fernandi conf., Johannes Fernandi⁵⁹⁵ Regis dapifer ts., Egeas Pelagii ts., Martinus Merlim ts., Reimundus Johannis ts., Julianus curie notarius.

⁵⁹⁶Ego Alfonso Dei gracia Portugalensis rex desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina Domna Urracha et filliis meis infantibus Domno Sancio et Donno Alfonso et Dona Alionor presenti pagina cartam illam quam pater meus rex Donnus Sancius inclite memorie de castris (fl. 102) illis, videlicet, Alcaçar, Palmela, Almadana fecit Domno Sancio Fernandi Magistro Millicie Sancti Jacobi suisque subcessoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donacionem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promicto ut autem confirmacio mea

⁵⁸⁹ Palavra escrita por outra mão.

⁵⁹⁰ Palavra escrita por outra mão.

⁵⁹¹ Corrigido na margem direita, por outra mão: "*et de inde sicut*".

⁵⁹² Acrescentado por outra mão.

⁵⁹³ Na margem direita, por outra mão: "*na qual demarcação esta Setuval*".

⁵⁹⁴ Segue-se um espaço em branco, que foi traçado.

⁵⁹⁵ Segue-se um espaço em branco, que resultou da raspagem da palavra "*conf.*".

⁵⁹⁶ Na margem direita, por outra mão: "[*J*]a fica atrás as fl. 100". Por vezes, a nota tironiana, correspondente à palavra "et" foi escrita por outro amanuense.

majus robur obtineat, hanc cartam feci me sigillo plumbeo communiri, que fuit facta apud Sanctaren VII^o kalendas Februarii in E^a M^a CC^a L^a VI^a. Nos supra nominati qui eam⁵⁹⁷ fieri precepimus coram scriptis eam roboravimus et in ea hec signa appony fecimus +++++. Qui afuerunt domnus Martinus Johanis signifer domni Regis conf., Donnus Petrus Johanis maiordomus curie conf., Domnus Laurencius Suarii conf., Domnus Gil Valasquid (*sic*) conf., Domnus Gomecius Suarii conf., Domnus Johanis Fernamdi conf., Domnus Fernamds Fernamdi conf., Domnus Rodericus Menendi conf., Donnus Poncius Alfonssi conf., Domnus Lopus Alfonssi conf., Vincencius Menendi ts., Martinus Petri ts., Johannes Petri ts., Domnus⁵⁹⁸ Stephanus Bracharensis archiepiscopus conf., Domnus Martinus Portugalensis episcopus, Domnus Petrus Colinbriensis episcopus conf., Domnus Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Donnus Suarius Elborensis episcopus conf., Domnus Pellagius Lamescensis (*sic*) episcopus conf., Donnus Bertollomeus Visensis episcopus conf., Donnus Martinus Egitaniensis episcopus conf., magister Pelagius cantor Portugalensis ts., Petrus Garsie ts., Petrus Petri ts., Gonsalvus Menendi cancellarius curie ts., Johannes Dominici scripsit⁵⁹⁹.

⁶⁰⁰Ego Alfonssus Dei gracia rex Portugalie et commes Bolonie supra nominatus una cum uxore mea regina Donna Beatrice illustris Regis Castelle et Legeonis fillia presentis pasina cartam illam quam⁶⁰¹ avus meus rex Domnus Sancius dedit Dono Sancio Fernandi Magistro Ordini<s> Milicie Sancti Jacobi et eius successoribus eiusdem Ordinis et quam⁶⁰² pater meus rex donnus Alfonssus eidem Ordini confirmavit de castris illis, videlicet, Alcaçar, Palmela, Almadana cum supradictis terminis vobis Donno Pelagio Petri dito Corrige Magistro Ordini<s> Milicie Sancti Jacobi et Gunsalvo Petri comendatori eiu[s]dem Ordini<s> in regno Portugalie suisque subcessoribus in perpetuum. Roboro et confirmo et donacionem illam cartam⁶⁰³ et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observaturum promicto ut autem ista mea confirmacio majus robur obtineat. Hanc cartam eis de sub meo sigillo feci comuner. Que fuit facta apud Ulixbonam V die Madii E^a M^a CC^a L XXXX^a (*sic*). Donnus Johanis Alfonsi signifer curie conf., Domnus Egidius Martini maiordomus curie conf., Domnus Menendo Garsie conf., Domnus Gunsalvus Garsie conf., Domnus Fernandus Lupi conf., Domnus Alfonssus Lupi conf., Donnus Didacus Lupi conf., Donnus Petrus Poncii conf., (fl. 102v) Donnus Johanis archiepiscopus Bracharensis conf., Donnus Arias <Ulixbonen>⁶⁰⁴ episcopus conf., Donnus Egeas Colinbriens episcopus conf., Donnus Martinus Elborensis episcopus conf., Domnus Rodericus Egitaniensis episcopus conf., Donnus Julianus episcopus Portugalensis conf., Donnus Egeas Lamescensis (*sic*) episcopus conf., Donnus Mateus Visensis electus conf.,⁶⁰⁵ Johanis de Avoim subsignifer Regis ts., Joh[an]es Suerii ts., Menendus Suerii ts., Egeas Laurencii ts., Vicencius Didaci ts., et superjudices Pelagius Pelagii superjudice ts., Domnus Stephanus Johannis cancellarius ts., Dominicus Petri notarius Regis scripsit.

⁵⁹⁷ Palavra escrita por outra mão.

⁵⁹⁸ Palavra acrescentada na margem esquerda, por outra mão.

⁵⁹⁹ As últimas três palavras foram acrescentadas na margem direita, por outra mão.

⁶⁰⁰ Na margem direita, de outra mão: "Ja fica atras as fl. 100 na volta". Por vezes, a nota tironiana, correspondente à palavra "et" foi escrita por outro amanuence.

⁶⁰¹ Palavras acrescentada por outra mão.

⁶⁰² Palavras acrescentada por outra mão.

⁶⁰³ Na margem esquerda, de outra mão: "ratam".

⁶⁰⁴ Palavra acrescentada por outra mão.

⁶⁰⁵ Segue-se um espaço em branco.

1320, Fevereiro, 24 – Avinhão

⁶⁰⁶Johanes episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Aprilli Martini rectori ecclesie Sancte Marie Martirum de Alcazar Elborensi diocese, salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod justum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per sollicitudinem officii nostri ad debitum perducatur efectum. Sane peticio tua nobis exhibita continebat quod Magister Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugallie et Algarbii ecclesiam Sancte Marie de Alcazar Elborensi diocese tunc vacantem et a suam colacionem spectantem consuevit clericis secularibus assignari nulli alii de jure debitam tibi duxit canonice conferenda prout in patentibus licteris inde confectas ipsius Magistri sigillo munitis plenius dicitur contineri. Nos itaque tuis precibus inclinati quod super hoc ab eodem Magistro provide factum est ratum et gratum habentes de auctoritate apostolica confirmamus et presentis scriptis patrocínio communivimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmacionis infringere vel ei a<u>su temerario contraire. Siquis autem hoc atemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Avnyon VI kalendas Marcii. Pontificatus nostri anno quarto.

(fl. 103)

1320, Julho, 16

Insere: 1320, Fevereiro, 24 – Avinhão

⁶⁰⁷In nomine Domini amem. Noverint universsi pro sul (*sic*) E^a M^a trecentessima quinquagesima octava, videlicet, feria quarta, decima sexta die menssis Julii in presencia mihi Alfonsis Johanis publici tabelionis actoritate regali civitatis Elborensis et testium subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum coram venerabili ac discrepto viro Stephano Johanis canonico Elborensi ac vicario reverendi patris et domni domni Geraldo Dei gracia eiusdem episcopi sedente pro tribunali in atrio ecclesie cathedralis religiosus vir Aprilis Martini rector ecclesie Sancte Marie Martirum de Alcaçar Elborensi diocese ostendit et per me jam dictum tabelionem legi et publicari fecit quasdam patentes lictras sanctissimi patris domni domni Johannes Papa XXII con sua vera bula plumbea bullatas prout in prima facie apparebat sillis serias rubea<s> et traceas appensas non rasas nec cancellatas nec in aliqua sui partis suspe<c>ta<s> sed omni vicio et suspicione carentes tenorem qui sequitur continentes:

Johannes episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Aprilli Martini rector ecclesie Sancte Marie Martirum de Alcaçar Elborensi diocese, salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petutur quod justum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per sollicitudinem officii nostri ad debitum perducatur efectum. Sane peticio tua nobis exhibita continebat quod Magister Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie Algarbii ecclesiam Sancte Marie de Alcaçar Elborensi diocese tunc vacantem et ad suam

⁶⁰⁶ Na margem esquerda, por outra mão: “[Co]nfirmaçam apostolica de hũa [do]açam que ho Mestre [f]ez de Santa Maria de [A]lcacere”.

⁶⁰⁷ Na margem direita, por outra mão: “Estromento com ho trellado da confirmaçam apostolica supra proxima”.

colacionem spectantem consuetam clericis scularibus assignari nuli alii de jure debitam tibi duxit canonicè conferendam prout in precibus licteris inde confectis ipsius Magistri sigillo munitis plenius dicitur contineri. Nos itaque tuis precibus inclinati quod super hec ab eidem Magistro providet factum est ractum et gratum habentes id auctoritate apostolica confirmamus et presentes scripti patrociniis communimus. Nuli ergo onnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hec atemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius (fl. 103v) se noverit incurssurum. Datum Avinion VI kalendas Marci. Pontificatus nostri anno quarto.

Quibus literis publicatis et perlectis predictis Aprilis Martini petiit a me jam dicto tabelione quod de leccione, publicacione ac rerum notificacione sibi fieri et concedi (?) publicum instrumentum. Testes qui presentes fuerunt: Stephanus Johannis canonicus Elborensis, supradictes, Rodericus Johannis, Paulus Pelagii aduccati in curia supradicta, Petrus Andrea et Martinus Joh[a]nis, Franciscus Dominici, Stephanus Alfonsi, Petrus Johannis, Vincencius Martini procuratores in predicta curia, Gunsalvus Martini canonicus eiusdem civitatis et Odarcinus Johannis presbiter et alii plures. Actum fuit hoc die loco mense et Era superius annotatis. Et ego Dero (*sic*) Alfonssus Johannis tabellio prenominatus qui premisis omnibus singulis una cum dictis testibus presens fui et exinde hoc publicum instrumentum manu propria conscripsi et predicto Aprili Martini traddidi et signum meum solitum im (*sic*) eodem apposui in testimonium premissorum quod tale est.

(fl. 104, em branco)

(fl. 104v)

130

1395, Novembro, 6 – Alcácer do Sal / 1397, Janeiro, 5 – Alcácer do Sal

⁶⁰⁸Saibaham todos como na Era de mil e quatrocentos e trinta e tres annos, seis dias de Novembro em Alquaçar aa porta principal da igreja de Santa Maria do Castello seendo hi Stevam Lourenço Devesoles juiz ordenairo da dicta billa em presença de mym Stevam Rodriguiz tabeliam d'el Rey na dicta vila e das testemunhas adiante escriptas pareceo hi Alvar'Eannes procurador do numero da dicta villa e disse ao dito juiz que Afonso Fernandez bateleiro morador na dita bila vendera hũa binha ha Maria Gonçalvez Fuumcha ama de Lourenço Annes priol moor da Ordem de Santiago e que ora a queria tirar pola avoenga Catellina moça menor de ydade filha do dito Afonso Ferrnandez e pedia ao dito juiz que lho desse procurador e o dicto juiz disse que o dava procurador aa dicta moça ho dito Alvar'Eannes. Ao qual deu logo juramento nos Santos Avangelhos que bem e dirreitamente ponha polla dita moça todo seu dirreito em juizo e fora delle e elle jurou e disse pello dito juramento que assi ho fariia. E logo o dicto Alvar'Eannes disse e frontou aa dita Maria Gonçalvez ama do dicto priol que ela comprara hũa binha que he na Telhada termo da dita billa por saseenta libras desta moeda que ora corre do dito Afonso Ferrnandez padre da dita moça e que lhe deziia e frontava que recebesse seus dinheiros e que lhe leixasse a dita binha. E logo o dito Alvar'Eannes hi mostrou dinheiros em

⁶⁰⁸ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]Jeça hum largo pro[...] sobre hũa vinha [... Al]çacere que Catarina moça [...]Jou pela avoenga”. Mais abaixo, de outra mão: “Prior mor Lourenço Annes no anno de 1365. Vide infra fl. 106”.

hũa escudela presente mym taballiom e testemunhas adiante scriptas os quaaes dinheiros nom foram contados se avya hi a dita contiia e de como o dicto Alvar'Eanes os dava e frontava disse a mym dicto tabeliam que lhe desse assy huum estormento. E a dita Maria Gonçalvez deu em reposta que a sua afronta que a comtradezia. Testemunhas Gonçal'Eannes e Fernand'Eannes taballiãaes lixxudes (*sic*) e Lourenço Annes creligo e outros e eu dito tabaliom que o escrepvi.

(fl. 105) ⁶⁰⁹Item depois desto biinte dias do dito mes de Novembro Era suso dita no paaço do concelho da dita villa seendo hi o dito Stevam Lourenço juiz ouvindo feitos parecerom partes, *convém a saber*, o dito Alvar'Eannes curador da dita Caterina e a dita Catelina Meãa e da outra Gomez Annes procurador que se dezia da dita Maria Gonçalvez e logo o dito Alvaro Annes em nome da dita moça que hi presente estava disse ao dito Gomez Eannes que se dezia procurador da dita Maria Gonçalves que tomasse seus dinheiros porque a dita vinha fora bendida e que lhe leixasse e desemparasse a dita binha que fora de Domingos Afonso avoo da dita moça e que recebesse logo os dinheiros. Os quaes logo hi mostron (*sic*) em cima de huum poyal. E o dito juiz deu juramento nos Santos Avangelhos a Domingos Afonso avoo da dita moça que se os ditos dinheiros eram da dita moça e elle disse pello dicto juramento que seus e que elle os dera aa dita moça patirar (*sic*) a dita binha e que lhe daria aynda mais se mais ouvesse mester. E o dito Gomez Annes se calou e nom disse nenhũa cousa. Testemunhas Martim Annes e Fernand'Eannes tabaliãaes e outros e eu sobredicto tabeliam que esto screpvi.

⁶¹⁰E logo pello dito Alvar'Eannes foi posta hũa pitiçam contra a dicta Maria Gonçalvez em pessoa do dito Gomez Eannes que se diz seu procurador que tal he:

Perante vos juiz ordenairo d'Alquacer diz Cathellina moça meor de hidade que he lidima herdeira d'Afonso Fernamdez batelleiro e de Branca Diaz sua molher e neta que he de Domingos Afonso padre da dita sua madre e bisneta que he de Afonso Vaasquez alfayate ja passado todos moradores e bezinhos da dicta billa e Alvar'Eannes seu ajudador dado pela justiça contra a dita Maria Fimcha ama de Lourenç'Eannes clerigo de missa priol moor da Ordem de Santiago que no anno da Era de mil e llll^c XXV annos ou XXVI os dictos seus padre e madre anbos em senbra benderam hũa sua courela de vinha que os ditos seu padre e madre da dicta moça aviam em logo que chamom Telhada termo da dita billa que parte da hũa parte com outra courela de binha que foi de Lourenço Afonso ja passado irmãao que foi do dicto Domingos Afonso seu avoo e agora he da dicta Maria Fuuncha e da outra parte com vinha d'Estevam Dominguis tabeliam e da outra com azinhagaa que esta antre a dita courela e hũa binha que he de Martim Periz filho de Pedro Afonso e vay per as binhas que foram de Afonso Esteveez Tenreiro e per a binha d'Alvar'Annes procurador do numero do dito logo. A qual courela de vinha assi devisada pellas dictas devisões e que assi os ditos seu padre e madre Benderam aa sobredita Maria Fuuncha no sobredito anno e por que dito he foi o dicto (fl. 105v) Domingos Afonso avoo da dita meeor e d'Afonso Vaaz seu bisavoo. A qual courella assi o dicto seu padre e madre venderom aa dita Maria Fuuncha que dita he por sasseenta livras desta moeda que ora corre em estes regnos diz que no dicto ano e porque assi a dicta vinha foi vendida aa sobre dita como dicto he a dita Cathelina era ja nada e que nom passava nem passa aynda da ydade que a ley da avoenga outorga aos menores a que possam demandar e cobrar quan-

⁶⁰⁹ Na margem direita, de outra mão: "*Termo da afronta que se fez ao comprador q[ue] recebesse ho dinheiro*".

⁶¹⁰ Na margem direita, por outra mão: "*Pitiçam da moça sobr[e] ha vinha*".

tos herdamentos foram dessa avoenga dotando portanto diz que a dita ley da avoenga dotando portanto outorga que seo padre ou madre d'alguum menyyno ou menyyna ou anbos em senbra venderem alguum herdamento ou casa ou vinha que seja da sua avoenga e o dicto menino ou menyyna for nado e nom passam de revora que a dicta ley outorga em tal caso, *convém a saber*, seendo o dito menino de quatorze annos e a menyyna de doze dan lhe tanto por tanto ho herdamento e cada huum destes desta ydade possam demandar e cobrar e aver tanto por tanto esse herdamento ou casa ou vinha que assi foi vendida que seja da sua avoenga. Honde diz a dita Caterina pello dito seu curador dado pela justiça que porque e como a dita moça no tempo que a dita binha foy vençida era ja nada e era de ydade de tres ou quatro anos e mais nom e ora he de idade de onze annos e mais nom assy que nom passa aynda da revora que a dita ley outorga em tal caso. Porem pede ora o dito curador em nome da dicta moça e por elle a vos juizes que per bem e virtude da sobredita ley da avoenga do tanto por tanto julgando mandedes aa dicta Maria Funcha que receba da dicta moça as ditas saseenta livras que assy deu pella dita binha de conpra e lhe leixe e desempare a dicta binha. E esto diz e pede a vos juizes com protestaçom de todo outro seu dirreito. E dada a dita pitiçam o dicto Gomez Eannes pedio o trelhado e o dito juiz lho mandou dar e que aa primeira audiancia venha responder ou poer seu dirreito. E eu Stevam Dominguiz tabeliam que esto escrepvy.

⁶¹¹Item depois desto dez dias do dito mes Era suso dita no paaço do concelho perante o dito Stevam Lourenço juiz seendo em audiancia ouvindo os feitos parecerom as ditas partes em juizo, *convém a saber*, a dita Catellina moça por o dicto Alvar'Eannes seu ajudador da hũa parte e Gomez Eanes que se diz procurador da dicta Maria Fuuncha da outra. E logo per Gomez Annes procurador da dicta Maria Fuuncha foy dito que lhe desse mostra daquela binha que ora assi lhe demandava pella dita Catellyna. E o dito juiz lhe deu vara⁶¹² ataa segunda feira seguinte perantoriamente que fossem fazer mostra da dicta binha. (fl. 106) E as partes protestarom das custas e per todo seu dirreito. E eu Afonso Lourenço tabeliam geeral d'el Rey na correição d'Antre Tejo e Oudiana que esto screpvy porque nom era aquy Estevam Dominguiz tabeliam que tiinha o dicto feito.

⁶¹³Saibham quantos esta procuraçom birem como eu Maria Fuuncha ama de Lourenço Rodriguiz priol moor da Ordem de Santiago morador (*sic*) e vezinha d'Alquacer faço meu procurador avondoso assi como el melhor e mais compridamente poder e deve seer e de direito mais valler Gomez Eannes procurador do numero da dita villa e lhe dou todo o meu comprido poder que elle por mym e em meu nome possa poer todo meu dirreito em huum feito que ora ey com Afonso Fernamdez e com sua molher moradores na dicta billa por razom d'hũa vinha que me ora demandam pella avoenga com sua filha Catellina perante os juizes da dita villa ou perante outros quaesquer juizes e justiça que per dirreito do dicto feito e demanda devam e ajam a conhecer e que do dicto feito nacer e decender com poder de citar e demandar defender negar conhecer a viir con (*sic*) quem prometer exceiçõoes poer libellos dar lides comtestar arrtigos posseguir testemunhas e escripturas e outras quaasquer provas dar em juizo e fora delle sentença ouvir assi por mym como contra mym e delas apellar e agravar e seguir jurar em minha alma qualquer

⁶¹¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[Pe]diram licença pera hir ha vinha".

⁶¹² Palavra subpontada.

⁶¹³ Na margem direita, por outra mão: "Procuraçam da re sobre [...] vinha". Logo de seguida e, também, de outra mão: "Lourenço Rodrigues prior mor da Ordem de Santiago no anoo de 1366. Vide supra fl. 104v".

juramento que lhe com dirreito for demandado e leixa lo nas outras partes averssas se cumprir e pera fazer e dizer no dito feito todo aquello que eu fariia. Dirriia se a todo presente fosse posto que sejam taaes cousas que lhe requeiram mandado especial e eu ey e prometo d'aver por firme e por estavel deste dia pera todo sempre todo aquello que pello dicto meu procurador for feito e dito e procurado no dito feito sobre o que dicto he sob obrigaçom de todos meus beens que eu pera esto obrigo e rellevo o dito meu procurador de todo encargo de satisfaçom como o dirreito outorga. Feita a procuraçom em Alquacer nas casas honde mora a dita Maria Fuuncha, seis dias de Novembro. Era de mil e IIII^o XXX IIII^o annos. Testemunhas Fernand'Afonso Palma e Diego Lourenço e outros e eu Afonso Lourenço tabeliam geeral d'el Rey na correiaçom d'Antre Tejo e Oudiana que per mandado e outorgamento da dita Maria Gonçalvez Fuuncha esta procuraçom screpvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

Item depois desto treze dias do dito mes era suso dita no paaço do comcelho perante o dicto Stevam Lourenço juiz seendo em audiancia ouvindo feitos parecerom as dictas partes per os ditos seus procuradores. E logo per a dita Maria Gonçalvez Fuuncha per o dicto Gomez Eannes seu procurador (fl. 106v)⁶¹⁴ foram dadas hūuas razões em scripto contra os dictos Afonso Estevez e sua molher das quaaes ho theor dellas tal he:

Diz a dita Maria Gonçalvez Fuuncha que de tal binha de qual lhe ora he fecta a dicta mostra e feita a dita demanda pello dicto curador em nome da dicta Catellina. Diz que em como quer que em algum tempo fosse theedor della que agora vay em nove annos que nom he theedor dela nem he sua nem he em seu poder. E porem nom he theuda de responder pella cousa alhea e que sua nom he nem he em seu poder. E dadas as dictas razões o dicto Alvar'Eannes curador da dicta Catellina pedio dellas ho trellado e ho dito juiz lho mandou dar. E que aa primeira audiancia veesse dizer de seu dirreito. E eu dicto tabeliam que esto screpvy.

⁶¹⁵E depois desto XV dias do dito mes era suso scripta no paaço do comcelho per dante o dicto Stevam Lourenço juiz seendo em audiancia ouvindo feitos parecerom as dictas partes per os dictos seus procuradores. E logo a dicta Catellina pello dicto Alvar'Eannes seu procurador dado pela justiça foram dadas razões em escripto contra a dicta Maria Fuuncha que taaes som: diz a dita meeor com guarda de seu dirreito per Alvaro Annes seu procurador assy allegadas da parte da dicta Maria Gonçalvez contra ella em que diz e pōoe que ella nom he ora theedor (*sic*) da dicta binha que lhe ora a dicta moça demanda nom he em seu poder de nove anos e mais e que por esto nom he theuda de responder aa demanda que lhe ora sobr'ella he feita da parte da dita moça. A esto diz ora a dita meor pello dito seu curador que taaes razões nom tragem dirreito nem embargom ao que ora postas sam em tanto que porem a dicta Maria Gonçalvez leixe de responder ao dito feito e contestar a açam que a parte, *convém a saber*, a dicta meor contra ella posta tem. E aa razom porque diz que he dirreito em na terceira partida e no titulo dos emprazamentos ley que se começa hum dos avisos do mundo (?) em que diz que se algum homem suspeitando que algum outro o queriia emprazar per razom d'algũa cousa de que era theedor ou em alheasse ante que fosse emprazado sobr'ella enganosamente a outro que fosse mais poderoso de sy ou doutro senhoriio ou homem que fosse mais escatimoso ou revoltoso mais que el por razom que ao outro fosse mais embargado o seu dirreito aguisando lhe que ouvesse averssairo mais forte que assi. Em tal caso o que tal engano fezer

⁶¹⁴ Na margem esquerda: "[Re]zões da Re sobre ha vinha".

⁶¹⁵ Na margem esquerda: "[R]ezões do Autor sobre ha vinha".

que nom valha e que seja em escolhença do demandador pera poder demandar a el aquella cousa bem assy como se fosse em seu poder ou ao outro a que fosse em alheada e que esta demanda pode fazer com todollos danos e mazcabos que fezerem por esta razom. Honde diz ora a dicta meor pelo (fl. 107) dito seu curador que como esto seja dirreito e diz porque como logo no principio do tempo que pello dicto seu padre e madre da dita moça a dicta vinha foi vendida aa dicta Maria Gonçallvez. Logo Branca Dominguis madre da dicta moça em avendo braados e arroido com a dicta Maria Gonçallvez per razom da venda da dicta vinha a dicta Lianor Dominguis madre que assi he da dicta moça disse per muita<s> vezes aa dicta Maria Gonçallvez que ella a poucos dias faria muito por lhe tirar a dita vinha polla ley da avoenga com a dita sua filha. Polla qual razom a dicta Maria Gonçalvez com tal sabedoria sospeitamdo que a dita Branca Dominguis lhe demandaria com a dicta sua filha a dicta vinha assi como dezia avendo com tal sabedoria em alheou com Lourenço Annes crelligo de missa com o qual a dicta Maria Gonçalvez dorme e vive em hũa casa o qual he mais forte aversairo que a dicta Maria Gonçalvez he que assi emalheou como dito he. Porem a dicta meor diz que pollo dirreito suso allegado que assi outra vez as razões assy alegadas da parte da dita Maria Gonçalvez nom tragem dirreito nem embargom ao que som postas em tanto que porem leixe de responder ao dicto feito e contestar a pitiçam que assi contra ella he posta da parte da dita meor e esto diz com protestaçom de todo seu dirreito. E dadas assy as dictas razões o dicto Gomez Eannes procurador da dicta Maria Gonçalvez pedio o trellado e o dito juiz lho mandou dar e que aa primeira audiancia venha responder. E eu Stevam Dominguis taballiom que esto screpvi.

⁶¹⁶Item depois desto XVII dias do dito mes de Novembro era suso dicta no paaço do comcelho perante Stevam Lourenço juiz seendo em audiancia ouvindo feitos parecerom as dictas partes, *convém a saber*, a dicta Catelina per si e pello dicto Alvar'Eanes seu curador dado pela justiça. E da outra o dicto Gomez Eannes procurador da dicta Maria Gonçalvez. E logo da parte da dita Maria Gonçalvez pello dito seu procurador foram dadas hũuas razões que taaes som: Diz a dicta Maria Gonçalvez que taaes razões quaaes ora sam alegadas da parte do dito curador em nome da dita menor nom ham logar nem embargom em tanto que a dita ree porem defenda nem responda pello que seu nom he. Ca regra he de dirreito que aquelle que nom ha prol da cousa que nom terra dello encarrego honde seriia contra dirreito responder a dicta ree pella cousa que sua nom he que regra he dirreito que aquel que nom ha prol da cousa que nom aja dello encarrego honde seriia contra dirreito responder a dicta ree pella cousa que sua nom he em que nom ha nenhũa teença (fl. 107v) nem senhoriio. Porem a dicta razom nom he de receber.

⁶¹⁷Item diz respondendo aa razom allegada da parte do dicto curador em que alega ley escripta em dirreito daquelles que emalheam a cousa quando lhe he demandada ou lha querem demandar diz a dita ree que aquelle que tal dirreito alegou nam lhe filhou bem ho intyndimento porende nom deve de seer ouvido porque ho intindimento de tal ley se entenda se o reeo emalheou a cousa que lhe querem demandar e depois que lhe he feita a citaçom sobre a cousa ou sabendo que lha querem demandar. E tal sabedoria nom pertence se nom a Deus e razom divina que pertence a segredo divinal e nom aos homeens saberem o que cada hum tem em seu coraçom muito mais diz a dicta ree em seu razoar que vay em nove anos que nom he teedor (*sic*) da dita vinha nem he sua nem he em seu poder o que esta bem a presunçam do dirreito da

⁶¹⁶ Na margem direita. "Rezões da Re sobre ha vinha".

⁶¹⁷ Na margem esquerda: "[Re]zões da Re sobre ha vinha".

dicta ree que per tamanho tenpo a dicta ree nom husaria de tal sabedoria nem he sospeiçam pois que tamanho tempo ha que ella nom he theedor (*sic*) da dicta vinha. E porem diz que sem embargo das dictas razões alegadas pello dicto curador deveades d'assolver a dicta ree da dicta auçom que contra ella assi he posta e mandardes ao dicto curador que faça a dicta demanda a outra pessoa qual quiser ca ella nom he teedor (*sic*) da dicta cousa e esto diz com guarda e protestaçom de todo seu dirreito. E dadas as ditas razões o dito Alvaro Annes pedio o trelhado e o dito juiz lho mandou dar e que aa primeira audiancia venha responder e o dito Gomez Annes disse que ençarrava da sua parte. E eu dito Stevam Dominguz tabeliam que esto screpvi.

⁶¹⁸Item depois desto primeiro dia de Dezenbro era suso dita no paaço do comcelho per dante Stevam Lourenço juiz ordenairo da dita billa seendo em audiancia parecerom partes, *convém a saber*, a dita Catellyna menor per si e pello dito seu curador e da outra a dita Maria Gonçallvez pello dito Gomez Eanes seu procurador. E logo da parte da dita menor pello dicto seu curador foram dadas hūas razões que que taaes som:

Diz a dita meor que taaes razões quaaes ora assi allegadas som da parte da dita Maria Gonçallvez contra ella nom tragem dirreito nem embargom ao que postas som em tanto que porem a dita Maria Gonçallvez leixe de responder ao dito feito e contestar a auçom que da parte da dita meor contra ella posta he. A qual he tal que traz dirreito e merece de o seer pello que dicto he e esto diz com protestaçom de todo seu dirreito e dadas (fl. 108) as dictas razões o dicto Gomez Eannes pedio o trelhado e o dicto juiz disse que nom embargando o trelhado que queria veer o feito e fazer o que for dirreito. E logo da parte da dita meor pello dicto Alvar'Eannes foram dadas outras razões que taaes som ⁶¹⁹: diz Catellina moça meor de ydade per Alvar'Eannes seu procurador e curador dado pella justiça que vos Estevam Dominguz tabeliam nom deveades ora teer huum seu feito que ora he antre ella e Maria Gonçallvez ama de Lourenço Annes crerigo de missa priol moor da Ordem de Santiago per razom de hūa vinha que lhe a dicta meor demanda pela ley da avoenga de tanto por tanto nem deveades em elle screver cousa e o por que diz que vos Estevam Dominguz sodes aa dicta meor muy sospeito no dito feito e o por que diz que nos Stevam Dominguz e o dicto Lourenço Annes crrelligo de missa com que assi a dita Maria Gonçallvez vive sodes anbos collaços de leyte e seendo vos Stevam Dominguz criado de Maria Vicente madre do dicto priol dando vos per muitas bezes a mamar e criando vos nas suas mammas enquanto vos fostes pequeno bem ataa que vos leixastes de mamar. E esto meesmo fez Branca Annes madre de vos Stevam Dominguz ao dicto priol e o criou outrosi aas suas mammas emquanto assi foi de mama bem ataa que leixou outrosi de mamar pela qual criaçom e collacia que assi he e foi vos Stevam Dominguz fazedes toda cousa que fosse em prol e honrra e ajuda do dicto priol e da dicta Maria Gonçallvez sua ama e em dano e perjuizo da dicta moça e assi diz a dita meor que por esta razom bos Stevam Dominguz sodes a ella muy sospeito no dito feito e nom deveades de teer o dito feito nem screpver em elle nenhūa cousa pello que dicto he.

Item depois desto XX dias de Dezembro Era suso dicta no paço do comcelho perante Stevam Lourenço juiz ordenairo seendo ouvindo fectos parecerom partes, *convém a saber*, a dicta Catellina per si e pello dicto seu curador e da outra a dicta Maria Gonçalvez pello dicto seu procurador e logo o dicto juiz pobricou esta sentença adiante scripta:

⁶¹⁸ Na margem esquerda: "Rezões da Autora sobre ha vinha".

⁶¹⁹ Na margem direita: "Suspeiçam posta ao escri[vão]".

Antes que se em este feito al faça porque a dicta Maria Gonçalvez trage em sua defenssam que a dicta binha sobre que lhe fazem a demanda ja em outro tempo foy sua e que vay em nove annos que ja ha nam he nem he ora em seu poder faço lhe pergunta pergunta (*sic*) pois em cujo poder he ou em que atras mudou ella porque ora assi nom he sua pois ante sua era e a-(fl. 108v)sy fara dirreito e pobricada a dicta sentença. A dita Maria Gonçalvez pello dicto seu procurador apellou e o dicto juiz lha nom deu e elle opos por agravo e pedio assi huum estormento d'agravo e o dito juiz lho mandou dar. Testemunhas Rodrigo Annes Carvalho e Martim Annes e Fernand'Eannes tabeliães e outros e eu Stevam Dominguez tabeliam que esto screpvy.

E o dicto Alvar'Eannes curador da dita Catellina moça menor de ydade protestou das custas e de todo outro seu direito. E logo da parte da dita Maria Gonçalvez pello dicto seu procurador foy allegado que a dita vinha era de Loureç'Eannes priol moor da Ordem de Santiago e que lha dera em doaçom por seis missas que lhe avya de cantar pella alma de seu padre e madre da dicta Maria Gonçalvez. E logo pelo dicto Gomez Eannes foi dado huum estormento escripto em purgaminho fecto e assinado per Gonçal'Eannes tabeliam da dicta vila do qual o theor tal he:

⁶²⁰Saibham todos como eu Maria Gonçalvez ama de Lourenç'Eannes priol d'Ourique morador e vezinha d'Alquacer de meu prazer e de minha livre vontade sem outra prema nenhũa dou em doaçom pera todo senpre a vos dicto Lourenço Annes priol do dicto logo d'Ourique outrosi morador no dito logo hũa minha vinha que eu ey em Telhada termo da dita villa que parte com Joham Castellãoo da hũa parte e da outra com Afonso Esteveez tripeiro e com quem de dirreito deve de partir e pellas ditas devisões com todas suas entradas e saydas, dirreitos e perteenças vos dou e faço pura doaçom come antre bivos pera sempre pera vos e pera todos vossos herdeiros que de vos veerem e façades della e em ella o que vos prouver como de vossa cousa propia possissom e que ajades a dicta vinha pera sempre como dicto he e renuncio todo dirreito, posse, senhorio e propriedade que eu em ella ey e todo o ponho em vos dicto Lourenç'Eannes como dicto he e per poder desta carta e estormento vos meto em posse corporal possissam da dita binha. Esta doaçom vos faço por boas obras e mecimentos (*sic*) que de vos recebi e por cantardes em cada huum anno pella alma de meu padre e madre seis missas caladas por suas almas e daquelles que sam theudos. E porque he minha vontade de a averdes vos pera sempre como dito he. Em testemunho desto vos mando seer feito este estormento. Feito em Alquacer biinte dias de Julho era de mill e quatrocentos e XXV anos. Testemunhas Gomçallo Affonso (fl. 109) proveedor e Pedro Afonso Palma e Stevam Gonçalvez Fuuncho e outros e eu Gonçalo Annes tabeliam d'el Rey na dicta billa que este stormento screpvy e aqui meu sinal fiz que tal.

E dado o dicto estormento o dicto Alvar'Eannes pedio o trelado e o dito juiz lho mandou dar. E logo o dito juiz fez pergunta ao dicto Alvaro Annes se queria elle aver a dicta demanda com a dicta Maria Gonçalvez ou com o dicto priol. E o dicto Alvar'Eannes disse que com a dicta Maria Gonçalvez. E o dicto juiz bisto o dizer do dicto Alvar'Eannes julgou que a pitiçam posto pello dicto Alvar'Eanes pella dicta meeor tragia dirreito e mandou aa dicta Maria Gonçalvez que a contestasse aa primeira audiancia. E o dicto Gomez Eannes apellou e o dicto juiz lha nom deu e elle opos por agravo e o dicto Alvar'Eanes protestou das custas e de todo outro seu direito. E eu Stevam Dominguz tabeliam que esto screpvi.

⁶²⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "*Stormento de doaçom da vinha da contenda*".

⁶²¹Item depois desto biinte dias do dicto mes Era suso dicta no paaço do concelho per dante Stevam Lourenço juiz ordenairo seendo ouvindo feitos parecerom partes, *convém a saber*, o dicto Alvar'Eannes curador da dita pella justiça e da outra a dicta Maria Gonçallvez per o dicto Gomez Eannes seu procurador. E logo pello dicto Alvar'Eannes foi dito que aa dita Maria Gonçalvez fora mandado que contestasse e pedia ao dicto juiz que lhe mandasse que contes-tasse. E o dicto Gomez Eannes deu logo hūuas razões que taaes som. Diz a dicta Maria Gonçallvez com guarda e protestaçom de seu dirreito nam renunciando ho agravo que de vos juiz ha recebido em este feito em mandardes que ella conteste e responda sobre cousa que sua nom he nem lhe perteece nem esta dela de posse o qual agravo e todos outros que ella em este feito recebeo protesta lhe serem corregidos e emmendados pelo moor juiz da alçada de Sentam sob a dicta protestaçom. Que se per vos juiz bem visto for tal mandado qual mandastes acharees que he chamado em dirreito sentemça antre lugitaria que quer tanto dizer como juizo nom afindo. E porque aquelle he sures (*sic*) o que primeiro correge em sy que o outrem corregea. Porem diz a dicta ree que a vos juiz he outorgado em dirreito que tal sentença deve-des correger e emmendar quando quiserdes e por bem teverdes ante do juizo afiindo e que esto seja verdade que tal sentença deve-des correger diz que he caso de ley estrreyta em dir-reito na terceira parada titulo segundo ley que se começa teença e senhorio. Querendo algum demandar e (...) a qual ley contem que se algum quer demandar aquelle que for teedor dela ou doutra guisa (fl. 109v) seguramente nom pode seer demandada segundo todo esto e outra cousas na dita ley mais compridamente sam contheudas honde como esto seja verdade a dicta Maria Gonçalvez no principio deste feito dissesse e diga que em como quer que ella em algum tempo fosse teedor (*sic*) da dita vinha por sua que ella por remiir seus pecados e emmenda a Deus delles e por alguuns encarregos que tiinha de seu padre e de sua madre e por obra spiritual e de piedade que avya ora ha nove annos que se fezera pura doaçom antre vivos da dicta vinha ha Lourenço Annes priol de Santa Maria d'Alquacer apretuada que pellos novos da dicta vinha e dirreito proveitoso dela lhe dissesse em cada hum ano seis missas pelas almas de seu padre e sua madre e daquelles que era theuda pella qual doaçom logo a dicta ree revogou todo dirreito, auçam, propiedade e senhorio que ella avya na dita vinha e o pos todo na dita capeela e obra spiritual segundo todo esto he contheudo em escritura prupica da qual vos juiz sodes bem certo honde e como esto seja verdade que a dicta vinha assi nom seja sua porem dela nom perteença de dirreito filhar encarrego nem responder pello que seu nom he. E aynda diz que per outra razom deve-des mandar correger vosso mandado e a dicta sentença antrellucatoria porque diz que a dicta binha e novos della foi assi dado pera missas e obras spirituaaes pella guisa que dicto he. E vos julgador sodes da jurdiçam leyga e vossa jurdiçam nom perteece conhecimento das cousas spirituaaes das quaes o juiz leigo nom he juiz nem lhe perteece e que vos julgador queirades filhar enformaçom pello dirreito alegado da parte do curador em que diz e traz em seu razoar que a dicta ree em alheou a dicta vinha per sabe-doria tal razom pera boom julgador nom he de o olhar ca nom vyo bem ho intindimento da ley que alegou que o dirreito nom falla de tal sabedoria em alheamento se nom tam soamente quando ho reeo em alheea a cousa depois que he citado ou que sabe que lha querem deman-dar. A qual sabedoria nom poderia seer de nove anos. E porem diz comcluindo que nom he theudo de responder nem dizer mais no dicto fecto emçarra. E dadas as dictas razões o dicto Alvaro Annes disse ao dicto juiz que taaes razões nom embargavam que porem leixe de con-estar. E o dicto juiz disse ao dicto Gomes Eannes que contestasse. E o dicto Gomez Eannes nom quis fallar. E o dicto juiz visto como nom queria fallar ouve o por revel presente e aa sua

⁶²¹ Na margem direita: "Rezões da re sobre ha vinha".

revellia disse que queria veer o feito e fazer o que for dirreito. E eu dicto Stevam Dominguz tabeliam que esto screpvy.

Item depois desto cinco dias do dicto mes de Janeiro Era de mill e quatrocentos e XXXV anos no paaço do concelho perante Stevam Lourenço juiz ordenairo da dita billa em audiancia parecerom partes, *convém a saber*, o dicto Alvaro Annes (fl. 110) curador da dicta meeor e a dicta meeor. E da outra o dicto Gomez Annes pela dicta Maria Gonçalves. E logo o dicto juiz pobricou esta sentença adiante escripta: sem embargo das razões dadas da parte da dicta Maria Gonçalves o juiz manda que todavya conteste ho libello dado pella meeor e satisfaça a minha sentença.

A qual sentença assi pobricada o dicto Gomez Eannes apellou e o dicto juiz lha nom deu e elle opos por agravo e o dicto juiz mandou que contestasse e que satisfizesse aa dicta sua sentença. E o dicto Gomez Eannes callou e nom quis fallar. E o dicto juiz bisto como nom queria fallar nem comtestar julgou que a dicta Catelyna meeor que seja metida em posse da dicta binha como pella guisa que em seu libello he pedido e o dicto Alvar'Eannes pedio assi hũa sentença. E o dicto Gomez Eannes disse que tal sentença nom vallya porque a dicta moça nom nom mostrava dinheirros nenhuuns e a dicta moça mestrou logo hi dinheiros presentemte o dicto juiz e mym tabeliam e o dicto Gomez Eannes apellou e o dicto juiz lha nom deu e elle opos por agravo e pedio assi huum estormento com o theor de todo o feito e o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas Fernand'Eannes e Gonçalo Annes e Afonso Lourenço tabaliãaes e outros e eu sobredicto tabeliam que esto escrepvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

131

1387, Abril, 25 – Alcácer do Sal

⁶²²Saibam todos como eu Joham Dominguz Beirão morador em Alquacer bendo a vos Maria Gonçalves ama do priol d'Ourique morador na dicta billa hũa casa que eu ey na cerqua do castello da dicta billa como parte com Afonso Soarez e com Lourenço Gomez crelligo e com o filho de Gonçallo Estevez carpinteiro e com rua publica. A qual casa bos vendo e outorgo deste dia pera todo senpre pera vos e todos os que depos vos beerem com todas suas entradas, saydas, dirreitos e perteenças que façades dela e em ella o que vos prouguer como de vossa cousa propia possissam por preço certo nomeado que eu de vos contey e recebi o preço da dicta casa, *convém a saber*, cento e dez livras de dinheiros portugueses com sua revora caa tanto a mym e a vos aprouve. O qual preço e revora som bem entregue (*sic*) bem pagado (*sic*) que nenhũa cousa nom ficou por pagar. E porem eu renuncio todo dirreito e me desemparo de

⁶²² Na margem direita, de outra mão: "Escritura de venda d[e] hũas casas na cerca do cast[e]llo d'Alcacere. E a posse de como por morte [do] dito priol foy tomada pella Ordem, he esta. Saibam todos como dez d[í]as de Novembro Era de mil e quatrocentos e vinte seis annos [em] Alcacere nas casas que for[am] do priol que sam na cerca da villa Aquem da igreja de [...] Maria em presença de mim Estev[...] Dominguez tabeliam d'el Rei na villa e das testemunhas que adiante [...] escriptas Gonçalo Afonso procurador do c[on]vento da Ordem de Santiago em nome de Mem Rodriguiz Mestre da dicta Ordem tomou posse das dictas casas atras p[er] madeira e per telhas e por portas çarradas e por paredes e de como tomava a dicta posse em nome do dicto senhor disse a mim tabeliam que lhe desse assi hum estormento. Testemunhas João Fernandez da Botelha e Gomez Eanes procurador do numero e outros e eu sobre dicto tabeliam que a esto presente fuy e que meu sinal fiz que taal he. Ut que ex[...]".

toda posse (fl. 110v) e senhoriio que eu ey na dicta casa e todo o ponho em vos per bem da dicta compra e venda e per esta carta vos meto de posse corporal possissam e obrigo todos meus beens avudos e por aver a volla defender e enparar de todos enbargos senom que vos correga todas perdas danos que vos por esta razom receberdes e o dicto preço em dobro com a melhoria que hi for. Feita em Alquacer, XV dias d'Abriil. Era de mil e IIII^c e XXV anos. Testemunhas Lopo Diaz e Vaasco Vicente carpinteiro e outros e eu Martim Annes tabeliam d'el Rey na dita billa que esta carta screpvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

132

1425, Dezembro, 2 – Alcácer do Sal

Insere: 1425, Novembro, 27 – Setúbal

⁶²³Saibham os que este estormento birem que em presença de mym Luis Gonçalvez tabeliam puprico pello senhor Iffante Dom Joham em Alquacer e das testemunhas que adiante som escriptas aos dous dias de Dezenbro anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c e XXV annos na dicta billa na casa honde escrepvem os taballiãaes das notas estando hi Rui Lourenço escudeiro juiz ordenairo da dicta billa logo hi pareceo Gonçall'Eannes filho de Joham Martinz o portageiro morador que foi na dita billa ja finado e apresentou e per mym tabeliam leer e pobricar fez hũa carta escripta em papel e assinada pello dicto senhor Iffante e assellada do seu seello de hũa cera vermelha segundo se pella parecia e fazia mençam de verbo a verbo o theor tal he:

Eu o Ifante Dom Joham faço saber a vos juizes da minha billa a'Alquacer que eu mandei per minha carta a Alvaro Gil meu almoxeriffe em essa billa que metesse de posse d'hũa binha minha Gonçall'Eannes porque minha mercee era de a elle teer ao quarto e dizimo segundo a trazia Joham Martiinz seu padre e segundo by per huum estormento puprico nom o quis fazer nem comprir meu mandado o que nom ey por bem feito. E porem bos mando logo metaaes de posse da dicta binha o dicto Gonçall'Eannes obrigandosse elle a me pagar o dicto quarto e dizimo em cada huum ano segundo mo pagava o dicto seu padre. E por quanto assi nom quis comprir meu mandado como dicto he mando vos que per seus beens⁶²⁴ moviis façades logo pagar ao dicto Gomez Eannes as custas que sobre esto fez sem embargo nenhum e al nom façades. Dante em Setuval XXVII dias de Novembro Stevam Martinz a fez Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c XXV annos (fl. 111) e apresentada e leuda assy a dicta carta perante o dicto juiz como dito he logo o dicto Gonçall'Eannes requereo ao dicto juiz que lha comprisse pella guisa que em ella era contheudo e ho mandasse meter de posse da dicta binha como pello dicto senhor era mandado e na dicta carta contheudo e que elle se obrigava e obrigou logo a pagar ao dicto senhor Iffante ou a seu certo recado <ho quarto> e dizimo de todo o vinho que Deus em a dita binha der em cada huum anno em paz em salvo aa bica do lagar segundo o pagava o dicto seu padre per seus bens moviis e de raiz que pera esto obrigou. E o dicto juiz em conprimento da dicta carta e mandado

⁶²³ Na margem esquerda, de outra mão: "*Estormento de pose de hũa vynha da Ordem na Telhada, termo d'Alcacer*". Segue-se, de outra mão: "*O infante D. João governador da Ordem no anno de 1425*".

⁶²⁴ Seguem-se duas letras corrigidas e subpontadas, de leitura duvidosa.

do dicto senhor mandou a mym tabeliam que o metesse de posse da dicta binha per bem e virtude da dicta carta e mandado do dicto senhor pois que se ja o dicto Gonçall'Eannes obrigara ao que na dicta carta era contheudo. O qual dicto Gonçall'Eannes despois desto foi metido de posse da dicta binha presente mym tabeliam e testemunhas adiante scriptas.

E em testemunho desto o dicto Gonçalo Annes pedio assi hum estormento e o dito juiz outro tal pella parte do dicto senhor. Testemunhas Gil Eannes Serrãoo escudeiro e Joham de Linhares e Joham Gonçalvez Trangola e outros e eu Luis Gonçalvez sobredito tabeliam que este estormento pera o dicto senhor lffante e outro tal dous de hum theor em testemunho de verdade screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

133

1426, Abril, 15 – Alcácer do Sal

⁶²⁵Saibham os que esta carta d'enprazamento birem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o XXVI annos aos XV dias do mes d'Abril em Alquacer nos paaços do muy nobre senhor lffante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago estando hi o dicto senhor em presença de mym Luis Gonçallvez tabeliam prupico pello dito senhor lffante na dicta billa e das testemunhas que adiante som scriptas per mym sobredito tabeliam foi apresentado per dante o dicto senhor hum estormento d'enprazamento escripto em purgaminho que o dicto senhor fezera a Alvaro Borjas de hũa quintãa da Ravaldeira feito e assinado per Joham Centeeo tabaliam da dicta billa em o qual estormento andava scripta e encorporada hũa procuraçom que os Treze cavaleiros comendadores da dicta Ordem fizeram ao dito senhor lffante feita per o dicto Joham Centeeo e contava que fora feita nos dictos paaços do dicto senhor aos (fl. 111v) biinte e quatro do mes de Janeiro da Era de mil e IIII^o LX annos e andavão em ella nomeados por testemunhas Fernand'Afonsoo escriptavam da puridade do dicto senhor e Estev'Eannes de Beja ouvidor do dicto senhor em a qual era contheudo ante as outras cousas que Diego Pereira comendador moor da dicta Ordem em seu nome e Lourenço Martinz comendor d'Alvallade por poder d'hũa procuraçom e Luis da Rosa priol moor da dicta Ordem em nome d'Afonsoo Vasquez da Costa por quanto foi chamado e nom veeo ao termo que lhe foi assinado e Fernam Martinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Sezinbra e d'Ourique e Gonçalo Meendez de Vasconcellos comendador de Montel e Martim Gonçalvez de Vasconcellos comendador d'Almadaa e Lopo Meendez de Vasconcellos comendador d'Ortalagoa e Rodrigo Annes Frandyno comendador d'Aljustrel em nome d'Alvaro Fernamdez Churichãao comendador de Canha e de Cabreella e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçalo de Frreitas comendador d'Aljazur e Diego Borjas comendador do Torrom e Gonçallo Ribeiro comendador de Çamora Correea e Joham Lourenço proveedor em nome do conveento da dita Ordem regedentes a este tenpo seendo todos juntos per canpaa tangida segundo costume da dicta Ordem fazendo cabidoo geeral e que os sobredictos cavaleiros comendadores todos em hũa voz e nenhuum o nom contradisse faziam, constituïrom, ordenarom por seu certo procurador avondosso perfeito em todo em nuncio especial assi como elle melhor e mais conpridamente podesse e devesse

⁶²⁵ Na margem direita, de outra mão: "*Emprazamento de certos b[ens] que estam no Toram*". Segue-se, de outra mão: "*O Infante D. João governador da Ordem no ano de 1426*".

seer e de dirreito mais valler o dicto senhor Iffante portador desta presente procuraçom. Ao qual derom e outorgarom todos seus compridos poderes livres e special mandado que por eles e por a dicta Ordem e em seu nome geeral e special podesse aver e cobrar todollos beens e eranças tanbem moviis como de raiz e dirreitos e auções que a dicta Ordem ha ou entende a aver ao diante per qualquer guisa e razom que seja do que a dicta Ordem nom tiinha posse ou nom tevesse ao diante nos regnos de Purtugal e do Algarve e em qualquer lugar dos dictos regnos em que elles podessem seer achados ou a dicta Ordem podesse aver per qualquer guisa que seja. E pera entrar a preytos e a demandas por os dictos beens e rendas delles e os aferir e acabar e pera arrendar e enprazar e aforar pera sempre ou por certos tenpos todollos dictos beens ou parte delles e pera mandar fazer carta delles, carta, estormento e estormentos de todollos dictos beens ou parte delles tanbem de partições como de contractos e d'arrendamentos e aforamentos e d'enprazamentos e de quitações e de recebimentos per mãaos de qualquer tabeliam ou tabaliães que a dicta procuraçom bissem aos quaaes elles rogavam e mandavam que os faça com (fl. 112) quantas condições, obrigações os dito senhor Iffante mandasse fazer e que elles aviam e prometiam a aver por firme estavel pera senpre todo quanto per o dicto senhor Iffante seu procurador fosse feito e dicto outorgado no que na dicta procuraçom era contheudo sob obrigaçom dos beens da dicta Ordem que pera esto obrigarom segundo todo esto suso dicto e outras muitas cousas na dicta procuraçom som contheudas. A qual procuraçom assi apresentada o dicto senhor Iffante pello poder que lhe em ella he dado e outorgado em seu nome e da dita Ordem disse que era verdade que podia aver cinco ou seis anos pouco mais ou menos que elle enprazara e dera d'enprazamento e Fernand'Afom (*sic*) escripavam da sua puridade que presente siia todollos beens de raiz que Luis Acenço priol que foy do Torrom avya no dito logo do Torrom e em seu termo assi casas de morad<a> como lagar como vinhas como herdades de pom como outros quaesquer beens de raiz que no dicto logo do Torrom e seu termo ficarom per morte do dicto priol pellos quaes beens o dicto senhor Iffante lançara mão e ouvera delles a posse por quanto dezia que per morte do dicto priol pertenciam aa Hordem de dirreito. Os quaes beens o dicto senhor deziia que enprazara no dicto tempo ao dicto Fernand'Afonso, *convém a saber*, que lhe ouvesse de dar em cada huum ano de foro dos dictos beens por dia de Sam Joham Bautista duas mil livras destas ora correntes ou aquello que el Rey por a dicta moeda mandasse pagar aos tenpos das pagas. Dos quaes annos trespassados o dicto senhor Iffante dezia que era pagado e entregue des o dicto tempo que lhos elle assi enprazou ataa o dia de Sam Joham Bautista que viinra na sobredicta Era de quatrocentos e viinte e sete annos. E dezia que por quanto no dicto tempo nom fezera carta de firmidam dos dictos beens e ficara de lha fazer que porem ora novamente lha fazia e mandava e outorgava por poder da dicta procuraçom que daquy em diante o dicto Fernand'Afonso e Isabel Velha sua molher e outra pessoa qual a postumeira deles nomear ao tempo de sua morte de guisa que sejam tres e mais nom ouvesse e ajam os dictos beens d'enprazamento pella guisa que dicto he com todas suas entradas e saidas dirreitos e pertenças com tal preyto e condiçam que eles dem de foro ao dicto senhor Iffante aa dicta Ordem em cada huum ano as dictas duas mill livras desta corrente moeda ou o que el Rey por a dicta moeda mandar pagar aos tenpos das pagas. E façom a dita paga das dictas duas mill livras pello dicto dia de Sam Joham que viinra no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e viinte e sete annos pella guisa que dicto he dhi em diante atee fim e acabamento do dicto enprazamento e com tal condiçam mais que elles adubem e repairem todos os dictos beens em cada huum ano de todo boons adubios que lhe conprirem (fl. 112v) e fezerem mester de guisa que senpre sejam adubados e reparados e melhorados e nom pejorados e mortos os dictos Fernand'Afomso e sua molher e pessoa derradeira que os dictos beens se tornem aa dicta Ordem com todallas bemfeitorias e melhoramentos que em elles tiverem e forem feitos sem

outro nenhuum embargo. E o dicto senhor Iffante se obrigou a lhes defender e emparar os dictos beens de quem quer que lhos embargar queira per os beens da dicta Ordem que pera esto o obrigou. E o dicto Fernand'Afonosso a esto presente por si e por a dicta sua mulher e pessoa postumeira tomou e recebeo em sy os dictos beens d'enprazamento como os ja recebido avya pella guisa que dicto he sobre as crausullas e condiçoes e penas e obrigaçoes suso dictas e declaradas. As quaes e cada hũa delas se obrigou de conprir teer e manteer em todo e per todo e de pagar em cada huum ano e pollo dicto dia de Sam Joham o dicto foro segundo he declarado e nom o pagando mandou e outorgou que o dicto senhor Ifante ou os que depos elle beerem que a dicta Ordem socederem posam por ello mandar⁶²⁶ penhorar per seus homeens e vender e rematar o penhor sem cooyma e sem outro poder nem actoridade de justiça e que sjiam creudos per seus dizeres e palavras sinprezes. E pera esto conprir obrigou seus beens e da dicta sua mulher e pessoa postumeira. E em testemunho desto pediram senhas cartas de huum teor. Testemunhas a esto presentes Joham Periz contador do dicto senhor e Rodrigo Airas comendador d'Alvallade e Diego Gil scripvam da sua camara e outros. E eu Luis Gonçalvez sobredicto tabeliam que esta carta pera o dicto senhor Iffante e outra tal duas de huum theor e testemunho de verdades screpvy e aquí meu sinal fiz que tal he.

134

1388, Novembro, 10 – Alcácer do Sal

⁶²⁷Saibham todos como dez diias de Novembro Era de mill e quatrocentos e viinte e seis annos em Alquacer nas casas que foram do priol que som na cerqua da dicta billa a par da igreja de Santa Maria em presença de mym Stevam Dominguiz tabeliam d'el Rey na dicta billa a das testemunhas que adiante sam escriptas Gonçalo Afonso proveedor do conveento da Ordem de Santiago em nome de Mem Rodriguiz Meestre da dicta Ordem tomou posse das dictas casas per pedra per madeira per telhas per portas çarradas per paredes e de como tomou a dicta posse em nome do dicto senhor Meestre disse (fl. 113) a mym tabeliam que lhe desse assy huum estormento. Testemunhas Joham Fernandez da Botelha e Gomez Eannes procurador do numero e outros e eu sobredicto tabeliam que a esto presente fuy e aquy meu sinal fiz que tal he.

135

1428, Outubro, 15

⁶²⁸Saibham os que esta carta de enprazamento birem que aos XV dias do mes d'Outubro anno do nascimento de Nossso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c XXVIII^o annos nos paaços do muito alto e preçado senhor Iffante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago o

⁶²⁶ Na margem esquerda foi acrescentada esta palavra, com a devida chamada no texto.

⁶²⁷ Na margem esquerda, por outra mão: “[Es]tumento de pose das casas do priol d'Alcacere”. Segue-se, também, de outra mão: “[...]ja fica lamçada atras fl. 110”. E ainda “Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1388”.

⁶²⁸ Na margem direita, de outra mão: “Emprazamento de hũa vinha que esta em termo de Al[ca]cere que conta ficar aa Ordem per falicimento de Joane Men[...] freire della”. Segue-se, de outra mão: “O Infante D. João governador da Ordem no ano de 1428”.

dicto senhor Iffante que hi no presente siia per poder d'hũa procuraçom dos Treze cavalleiros comendadores da dicta Ordem feita por Joham Centeeo tabeliam da dicta billa da qual eu tabeliam adiante scripto tenho registado em meu livro as forças della. A qual conta que foi feita na dicta billa nos paaços do dicto senhor aos XXIII^o dias do mes de Janeiro da Era de mil e IIII^o LX annos e andam em ella nomeados por testemunhas Fernamdo Afonso scripvam da puridade do dicto senhor e Estev'Eannes de Beja seu ouvidor. Em a qual procuraçom se contiinha antre as outras cousas que Diego Pereira comendador moor da dicta Ordem em seu nome e de Lourenço Martinz comendador d'Alvallade por poder d'hũa procuraçom e Luis da Rosa priol moor da dicta Ordem em nome d'Afonssso Vaasquez da Costa por quanto foi chamado e nom veeo ao tempo que lhe foi asinado e Fernam Martinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Sezinbra e d'Ourique e Gonçallo Meendez de Vasconcellos comendador de Montel e Martym Gonçalvez de Vasconcellos comendador d'Almadaa e Lopo Meendez de Vasconcellos comendador d'Ortalagoa e Rodrigo Annes Frandino comendador d'Aljustrel em nome d'Alvaro Fernandez Churichãao comendador de Canha e de Cabreela e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçalo de Freitas comendador d'Aljazur e Diego Borjas comendador do Torrom e Gonçalo Ribeiro comendador de Çamora Correea e Joham Lourenço proveedor em nome do conveento da dicta Ordem regedentes a este tempo seendo todos juntos per canpaa tangida segumdo costume da dicta (fl. 113v) Ordem fazendo cabidoo geeral os sobredictos cavalleiros comendadores todos em hũa voz fezerom, constituïrom, ordenarom por seu certo procurador avondoso perfeito em todo e nuncio special assi como elle milhor e mais compridamente podesse e devesse de seer e de direito mais valler o dicto senhor Iffante ao qual derom e outorgarom todos seus conpridos e livres poderes que por elles e por a dicta Ordem e em seu nome geeral e especial o podesse aver e cobrar todollos beens e eranças tanbem moviis como de raiz e direitos e auçõoes que a dicta Ordem ha e entende d'aver ao diante per qualquer guisa e razom que seja de que a dicta Ordem nom tiinha posse ou nom tevesse ao diamte nos regnos de Portugal e do Algarve e em qualquer lugar dos dictos regnos em que podessem seer achados ou a dita Ordem podesse aver per qualquer guisa que seja. E pera entrar a preitos e demandas por os dictos beens e rendas delles e os aferir e acabar e pera arrendar e enprazar e aforar pera sempre ou por certos tenpos todollos ditos beens ou parte delles. E pera mandar fazer carta ou cartas estormento ou estormentos de todollos dictos beens ou de parte delles tanbem de partiçõoes como de contrautos e d'arrendamentos e d'aforamentos e de quitaçõoes e de recebimentos per mão de quaaesquer taballiãaes ou tabeliam que a dicta procuraçom visse. Ao qual elles rogavam e mandavom que as fizesse com quamtas crasullas e condiçõoes qua as o dicto senhor Iffante mandasse fazer. E que elles avyam e prometiam a aver por firme e estavel pera sempre todo quanto pello dicto senhor Iffante seu procurador fosse feito dito e outorgado no que dicto he e no que mais na dicta procuraçom era comtheudo sob obrigamento dos beens da dicta Ordem que pera esto obrigarom segundo todo esto e outras cousas melhor e mais compridamente em a dita procuraçom eram contheudas. Porem o dicto senhor por poder da dicta procuraçom e em seu nome e da dicta Ordem enprazou e deu d'enprazamento a Catallyna Afonso molher que foy de Joana (*sic*) Meendez freire e a duas pessoas quaaes ella nomear, *convém a saber*, que ella nomee a segunda e a segunda a terceira de guisa que sejam tres e mais nom hũa vinha que ora aa dita Ordem ficou per morte do dicto Joana (*sic*) Meendez freire que he nas Fontaynhas termo desta vylla como parte com Afomssso Fernamdez e com Lourenç'Eannes amo de Dieguo Pereira e com Gil Eannes argueiro e com caminho publico do comcelho e com outros com tal preito e condiçam que elles (fl. 114) e aproveitem a dicta binha em cada huum anno bem e fielmente de todollos boons adubiios segundo custume aos tempos e sazõoes que se devem fazer e que

dem d'enprazamento ao dicto senhor Ifante e aa Ordem em cada huum anno ho quarto e dizimo de todo o vinho que lhe Deus em ella der em paz e em salvo aa bica do lagar e assi em cada huum anno ataa fim e acabamento do dicto emprazamento. E com tal condiçam mais que morta ella e as ditas pessooas que a dicta vinha se torne aa dicta Ordem com todallas bemfeitorias e melhoramento que em ella forem feitos sem poerem hi nenhuum embargo e nom o comprindo elles assy que corregam ao dicto senhor Ifante e a dicta Ordem todas custas e perdas e danos que por esto receber. E o dicto senhor Ifante por sy e em nome da dicta Ordem se obrigou de lha defender e enparar em todo tempo de todo preyto e embargo que lhe sobre ella for posto per os beens da dicta Ordem que pera esto obrigou. E a dicta Catellina Afonso que presente era por sy e por as dictas duas pessooas tomou e recebeo em sy a dicta binha d'enprazamento como dicto he com todallas crausullas e condições suso ditas e decraradas. As quaes e cada hũa dellas se obrigou de conprir e teer e manteer em todo e per todo así e pela guisa que dito he per todos seus beens avudos e por aver e das ditas duas pessoas que pera esto obrigou. Em testemunho desto pedirom assy senhas cartas. Testemunhas Fernand'Afonso escrip-vam da poridade do dicto senhor e Estevam Rodriguiz scrip-vam da sua camara e Alvaro Borges thesoureiro do dicto senhor e Tristam do Valle e outros. E eu Luis Gonçallvez sobredicto tabeliam que esta carta pera o dicto senhor Ifante em testemunho de verdade screpvy e meu sinal fiz qua tal he.

136

1433, Novembro, 26 – Santarém

⁶²⁹Dom Eduarte pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve senhor de Cepta a quantos esta carta birem fazemos saber que nos avendo por nosso serviço e bem da nossa terra damos poder e lugar e licemça ao Iffante Dom Joham meu muyto preçado e amado irmãoo (fl. 114v) regedor e administrador da Ordem da Cavallaria de Santiago que elle mande fazer e faça daquy em diante em cada huum ano em a sua billa d'Alquacer hũa feira franqueada a qual se comece a XIII dias d'Abril e dure ataa XXVIII^o dias do dito mes. E queremos que todos aquelles que aa dicta feira beerem conprir ou venderem quaesquer cousas que sejam os que as hi trouverem a vender e se hi venderem assy os que as cousas venderem como os que as comprarem nom paguem mais que a meetade da sisa posto que os que as dictas cousas comprarem ou venderem sejam moradores na dicta billa d'Alquacer ou em seu termo ou em outras quaaesquer partes que seja e esto senom entenda em vinhos que se venderem atavernados nem em carne que se venda a talho que mandamos que destas duas cousas se pague sisa em cheeo. Outrossi mandamos que os que aas dictas feiras veerem que lhe nom sejam tomadas suas bestas de sella nem d'albarda pera nenhũas carregas que sejam nem elles nom sejam costringidos pera nenhũa servidõoe enquanto aa dicta feira beerem e andarem <em ella> e pera suas casas tornarem. Outrosi mandamos que nenhuuns dos que aa dicta feira veerem nom sejam presos, nem acusados, nem demandados por nenhuuns malleficios em que sejam culpados se esses malleficios forem daquelles que nos mandamos que se aguardem nos cooutos do moesteiro salvo se esses malleficios forem feitos no dito lugar ou termo ou feitos novamente na dicta feira e que por taaes malleficios como estes mandamos que sejam presos e se livrem por

⁶²⁹ Na margem direita, de outra mão: "Carta d'el rei Dom Dua[rte] per que concedeo ao Iffante [...] Johão hũa feira fr[an]qua em Alcacere". Segue-se, ainda, de outra mão: "O Infante D. João governador da Ordem no anno de 1433".

seu dirreito. Outrosi mandamos que os que aa dicta feira veerem nom sejam citados nem demandados por nenhūas dividas que devam nem por eranças nem por outras nenhūas cousas a que sejam theudo<s> e obrigados salvo se forem dividas que deverem de cousas que hi comprarem ou venderem na dicta feira. Outrosi mandamos que os que aa dita feira veerem enquanto ella durar elles possam trazer suas armas enquanto na dicta feira andarem. Outrosi possam andar em a dicta feira em quaesquer bestas que lhes prouwer nom embargando a nossa defesa e ordenaçom que em contraio desto he feit<a>. Outrosi mamdamos e defendemos aos nossos corregedores e meirinhos assi da nossa corte como dos nossos regnos que nom vão aa dicta feira por fazerem correioçom nem a façom em ella e se alo quiserem hir vão comprar ou vender se lhes prouwer e nom por outra nenhūa cousa. E em testemunho desto mandamos dello seer feita esta carta assinada per nos e seellada do nosso seello. Dante em a nossa billa de Santarem, XXVI dias de Novembro, Lopo Afonso a fez. Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil IIII^c XXXIII annos.

(fl. 115)

137

1413, Novembro, 26 – Setúbal

⁶³⁰Saibham todos que na Era de mil e IIII^c e cincoenta e hum annos XXVI dias do mes de Novembro em Setuval nos paaços da Ordem seendo no dito logo Dom Mem Rodriguis de Vasconcellos Meestre da Cavalaria da Ordem de Santiago em presença de mym Afonso Martiinz tabeliam d'el Rey na dicta vila e das testemunhas que adiante som scriptas o dicto senhor Meestre disse que elle dava a fazer d'enpreitada a Martim Annes molinheiro morador em Alquaçar que presente estava hum moynho de hũa augua que saae do moynho da Ordem que esta na Augua Cova termo da dicta billa d'Alquaçar. A qual augua ha deferir a ferida dela em dirreito da Çaiceira a sob o dicto moynho que ora esta feito e que o dicto Martim Annes tem arrendado do dicto senhor com condiçam que ho moynho e augua lhe nom faça perjuizo que veer ao outro. Item hindo a augua aa ferida do dito moynho por seu cursso dirreito fazendo o dicto Martim Annes quanto poder fazer aas suas despesas por fazer hir a dicta augua aa dicta ferida honde se ha d'asseentar o dicto moynho e nom podendo hir a dicta augua que o dicto Martim Annes nom fique obrigado nem o dicto senhor Meestre lhe nom seja theudo de lhe dar nenhũa cousa de dinheiros. E que o outro moynho fique em oyto moyos de triigo a pagar. E hindo a dita augua aa dita ferida comunalmente que o dicto Martim Annes fique obrigado a fazer o dito moynho segundo suso dicto he ataa o dicto tempo e nom o fazendo que pague ao dito senhor Meestre triinta mil livras e pera esto lhe ha de dar o dicto senhor Meestre os paaos de pinho em Melides ou onde quer que forem achados mais preto (*sic*) pera o cubo do dicto moynho. O qual moynho o dicto Martim Annes há de fazer da feitura do moynho da Nysa que chamom moynho da gayta ou melhor que o dito Martim Annes poder fazer. O qual moynho seja feito e nom faça perjuizo ao outro moynho velho de cima donde a dictra (*sic*) augua vem pello qual moynho que assy ho dicto Martim Annes ha de fazer lhe o dicto senhor Mestre ha de dar XXV mil⁶³¹ livras desta corrente moeda de reaaes de tres livras e mea, *convém a saber*, XII mil⁶³²

⁶³⁰ Na margem direita, de outra mão: "Arrendamento de hum moynho de Alcacere". De seguida, de outra mão: "D. Mem Rodriguis Vasconcellos Mestre da Ordem no anno de 1413".

⁶³¹ A indicação de "XXV" tem um traço horizontal por cima, equivalente à sua multiplicação por mil.

⁶³² A indicação de "XII" tem um traço horizontal por cima, equivalente à sua multiplicação por mil.

V^o primeiro dia (fl. 115v) de Março que vem e as outras doze mil e quinhentas primeiro diia de Junho seguinte e nom lhe dando o dito senhor Meestre os ditos dinheiros segundo suso dicto he e os paaos pera o cubo aos ditos tempos e dias que lhe nom seja theudo o dicto Martim Annes ao dito senhor Meestre a fazer o dicto moinho. E dando lhe o dicto senhor Meestre os dictos dinheiros e paaos e nom o fazendo que o dicto Martim Anes seja theudo aa pena suso dicta. O qual moinho há de seer feito ataa primeiro dia de Junho que vem da Era de mill e IIII^o LII anos e da lo o dicto Martim Annes feito de todo aa sua custa de todallas cousas que lhe conprir corrente e moente ataa o dito diia. E acabado o dicto moinho pollo dicto diia o dicto senhor Mestre lhos da anbos de dous de renda dy endiamte por dous anos compridos, *convém a saber*, por onze moyos de triigo cada huum anno ao dicto senhor Meestre ou a seu certo recado vem[d]o(?) e recebondo do que os ditos moinhos gaançarem e fazer as pagas em cada huum mes segundo montar em cada huum anno. E posto que mingue em huum mes que se refaça no outro e asi em cada huum dos dictos meses per guisa que acabado o dicto ano seja acabada a dicta renda dos ditos onze moyos de pom. E que acabada a dicta renda dos dictos moinhos que leixe os dictos moinhos moentes e correntes melhorados e nom peiorados e nom o fazendo assi o dicto Martim Annes que correga ao dicto senhor Meestre todallas perdas e danos que o dicto senhor Meestre por esta razom fezer e receber e de mais com mil livras em cada huum dia de pena e em nome d'intarresse. E logo o dicto Martim Annes disse que feito o dicto moinho que elle ha de fazer que recebia em si os dictos moinhos pello dicto arrendamento e crasullas e condições sobreditas e se obrigou per todos seus beens moviis e de raiz em cada huum anno pella guisa que dito he e sob as penas suso dictas a lhe dar elle dicto Martim Annes pera esto boons fiadores e fiança asi nos dictos dinheiros como aa dicta obra que assi há de fazer do dicto moinho. E em testemunho desto e de verdade mandarom seer fetos dous estormentos anbos de huum theor dos quaes este he do dicto senhor Meestre. Fecto no dicto logo Era diia mes suso scriptos. Testemunhas Joham Afonso scripvam da puridade do dicto senhor Meestre e Lourenço Annes Negro e Estevam Gonçalvez scripvam do dicto senhor e Andre Fernandez e Martim Lopez e outros e eu sobredicto tabeliam que por mandado e outorgamento das dictas partes este estormento e outro tal screpvy e aqui meu sinal fiz que tal he.

(fl. 116)

138

1422, Março, 1 – Alcácer do Sal

Insero: 1407, Dezembro, 11 – Alcácer do Sal

⁶³³Saibham quantos este estormento virem como primeiro dia do mes de Março Era de mil e IIII^o LX annos em Alquacer na Ribeira da dita billa estamdo Gomez Eannes Toscano escudeiro e juiz ordenairo em a dita billa perante elle pareceo Rodrigo Annes de Setuval escudeiro morador no dito logo e amostrou e per mym Joham Centeeo taballiom d'el Rey em essa meesma leer fez hūua carta d'aforamento scripta em purgaminho feita e assinada per Afonso Lourenço tabeliam em a dicta billa sêgundo em ella parecia e fazia mençam da qual carta o theor tal he:

Saibham todos como onze dias do mes de Dezembro Era de mil e quatrocentos e quarenta e cinco anos em Alquacer ante as casas de Lourenço Esteveez em presença de

⁶³³ Na margem direita, de outra mão: "*Escritura de venda de hum pardieiro d'Alcacere*".

mym Afonso Lourenço tabeliam d'el Rey em a dita billa e das testemunhas adiante escrip-tas por o dicto Lourenço Estevez foy mostrado huum estormento feito e assinado per mym Afonso Lourenço tabeliam do qual o theor tal he:

⁶³⁴Saibham todos como onze dias de Dezenbro Era de mill e quatrocentos e qua-reenta e cinco annos em Alquacer dentro no conveento da Ordem de Santiago estamdo hi Joham Lourenço proveedor do conveento da dita Ordem em presença de mym Afonso Lourenço tabeliam d'el Rey em a dicta billa e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo hi Lourenço Estevez morador na dicta billa e disse ao dicto proveedor que elle tragia aforado do dicto conveento huum chãao que he no arravalde da dicta billa no cabo da billa contra Setuval que parte com casas de Maria Freira da hũa parte e com faregeal d'Estevam Dominguz filho de Domingos Martiinz carpinteiro e com chãao que foi d'Afonso Fernandez e com quem de dirreito deve de partir. Em no qual aforamento do dicto chãao he contheudo que querendo elle vender o dicto chãao que o faça saber ao senhorio se o quiserem tanto por tanto segundo mais compridamente no dicto contrauto do aforamento mais compridamente he contheudo. E dizia que elle queriia ora bender o dicto chãao como toda sua bemfeitoria e que lhe dam por elle seiscentos reais de tres livras e meea com o seu encarrego e que el frontava ao dito Joham Lourenço proveedor se o queriia tanto por tanto. E logo o dicto Joham Lourenço proveedor disse que elle nom queriia o dicto chãao e que el outorgava que o vendesse a quem quisesse e por bem tevesse comtanto que nom fosse das pessoas que no dicto contrauto som contheudas. E logo o dicto Lourenço Periz disse que o queria bender a Rodrigo Annes morador na dicta billa que hi presente estava. E o dicto proveedor disse que lhe prazia de o vender ao dicto Rodrigo Annes e que assi ho outorgava porque entendia que era homem que o dicto con-vento averia bem o seu foro. E o dicto Lourenço Estevez pedio asi huum estormento. Testemunhas Stevam Dominguz filho de Domingos⁶³⁵ Martinz e Vasco Periz passareiro do Meestre e outros. E eu Afonso Lourenço tabeliam d'el Rey na dicta Billa que este estormento screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

E amostrado asi o dicto estormento o dicto Lourenço Stevez e Maria Fernandez sua mulher moradores e vezinh<os> (fl. 116v) d'Alquaçar benderom e outorgarom deste dia em diante pera todo senpre a Rodrigo Annes e a Maria Gonçalvez sua mulher moradores na dita billa que hi presentes siam huum pardieiro que elles aviam na dita villa ao cabo da vila contra Setuval como parte com casas de Maria Freira da hũa parte e da outra com farregeal d'Estevom Dominguz filho de Domingos Martiinz e da outra com chãao que foy d'Afonso Fernandez comendador de Garvom e com rua puprica e com quem de dirreito deve de partir com seu encarrego ao conveento da Ordem de Santiago de sete livras e mea desta moeda como he contheudo na carta do foro que lhes logo entregarom. O qual pardieiro lhe venderom e outorgarom com o dicto encarrego com todas suas perteenças deste dia em diante pera todo senpre com todas suas entrada<s> e saydas, dirreitos e perteenças em jur e herdamento pera elles e pera todos seus herdeiros que depos elles veerem que ajam o dicto pardieiro sem outro embargo nenhum

⁶³⁴ Na margem direita, de outra mão: "Convento em Alcacer no anno de 1407".

⁶³⁵ Segue-se riscado e subpontado: "Estevez".

por preço certo e nomeado que nos dictos bendedores contamos e recebemos por bem da sobredicta compra e venda do dicto pardieiro, *convém a saber*, seiscentos reais de tres livras e meea desta moeda com sua revora do qual preço e revora a nos aprouve que nenhũa cousa nom ficou por pagar. Porem ajades vos e todos nossos herdeiros que depos vos veerem o dicto pardieiro com seu encarrego ao dicto convento como dito he que façades delle e em elle o que vos aprouver como de vossa cousa propria possissom. E renunciámos todo dirreito e auçom e posse e propriedade e senhorio com todo o dirreito proveitoso que nos avemos no dicto pardieiro ata aqui e todo o poemas em vos dictos compradores e em todos vossos herdeiros que depos vos veerem que ajades o dicto pardieiro sem outro embargo nenhum. E por esta carta de compra e venda vos metemos de posse e corporal possissom do dicto pardieiro e obrigamos todos nossos beens moviis e raizes avudos e por aver a vos defender e enparar o dicto pardieiro com o seu encarrego de quem quer que vos sobr'elle poser embargo e nom vollo defendendo e nom podendo defender que vollo corregamos com todallas perdas e danos que vos polla dicta razom fezerdes e receberdes com dinheiros d'antaresse (*sic*) e com quanto no dicto pardieiro for fecto melhorado e com outro tanto ao senhorio da terra. E mandamos e outorgamos que vos por vos sem outro juizo nem fequra delle possades tomar e tomedes posse do dicto chãao por vosso e como vosso. Testemunhas Stevam Dominguez e Joham Graviel e Gonçalo Annes e Vasco Annes e seus e Pedro Afonso Canhesteiro, o Velho e outros. E eu Afonso Lourenço sobredicto tabeliam que por mandado e outorgamento dos sobredictos esta carta de pura benda escrepvy e meu sinal fiz que tal he.

E apresentado assi o dicto estormento como dito he logo o dicto Rodrigo Annes pedio ao dito juiz que lhe mandasse dar o trellado da dicta carta em puprica forma sob meu sinal porque deziia que se entendiia d'ajudar dela. E o dicto (fl. 117) juiz bisto seu dizer pergunta a Alvaro Gil almoxarife do Iffante Dom Joham a que perteecia o dicto foro se avia embargo algum a lhe nom seer dado. E o dicto almoxarife disse que nom lhe avia embargo. E o dicto juiz visto seu dizer mandou e deu sua autoridade a mym dicto tabeliam que lhe desse o trellado do dicto estormento em puprica forma. E eu tabeliam por seu mandado o dey por a guisa que dicto he. Testemunhas Vasco Annes e Joham Eannes dito Ifante e Joham Ramos e outros. E eu Joham Centeeo tabeliam d'el Rey na dicta villa que esto estormento screpvy e meu sinal pus em el que tal he.

Acabam as escripturas da 7ª parte começam as da 8ª.

139

1363, Abril, 30 – Alcácer do Sal

⁶³⁶Saibham todos como triinta diias d'Abril Era de mil e quatrocentos e huum annos em Alquacer quantos esta carta de doaçom birem e de perduravel firmidam como em presença de mym Joham Lourenço tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som escriptas Afonso Periz⁶³⁷ e Marinha Annes sua molher moradores e vezinhos de Satimos termo da dicta

⁶³⁶ Na margem direita, de outra mão: "Doaçam per que constam alguns foros e bees da Ord[em] em Alcacere". E de seguida: "Afonso Migeens".

⁶³⁷ Na margem direita, de outra mão: "Afonso Migeens".

vila derom e outorgarom em doaçom deste dia pera todo sempre a Martiim⁶³⁸ Gonçalvez filho de Gonçallo Miguenz irmão do dito Afonso Migueenz morador e vezinho da dicta billa d'Alquacer esta dicta doaçom lhe damos por muito e boom serviço que nos elle fez e faz e porque ha conosco divedo. Porem mandamos e outorgamos em elle e todos aquelles e aquellas pera todos seus sobcessores que depos el veerem aos seus beens d'erdar ou da Ordem todollos foros e dirreitos e trabuto<s> que elles ham e de dirreito e defeito devem d'aver em Alquacer e seus termos tambem de casas como de pardieiros como de chãaos como de curraes e faregeaaes e de todollos outros logares de que os elles de dirreito devem d'aver pellos quaaes elles som obrigados aa Ordem de Santiago a pagar foros e trabutos certos em cada huum anno e a outras pessoas que som obrigadas a ellos a lhe pagar outrosi dirreitos e foros e trabutos certos em cada huum anno. Os quaaes elles assy derom e outorgarom ao dito Martim Gonçalvez na dita doaçom como dicto he por que he sobrinho do dito Afonso Migueenz e por muyto serviço e boas obras que lhes fez como dicto he assy como os elles senpre ouverom e lograrom e possuirom e ham e de dirreito e defeito devem d'aver (fl. 117v) com todollos, encarregos e crausullas e condições aquelles som obrigados e theudos aa dicta Ordem e que se algũas dividas ha que elle pellos ditos foros e dirreitos e tributos aja de pagar aa dicta Ordem que elle pague todo tambem dos tempos que som passados como dos tempos que som por viir e derom lhe e outorgam lhe todo seu conprido poder que ell possa pedir e demandar e recadar e receber e aver pera sy por seus todollos dirreitos e foros e tributos de quaaesquer pessoas de que os elles de dirreito devem d'aver tambem dos tempos passados como dos tempos que som por viir. E pera dar por quites e livres todos aquelles de que as receber e pera fazer e dizer e outorgar todallas cousas cada hũa dellas que elles por sy podiam fazer e dizer e outorgar. E demais renunciaram e poserom em el todo dirreito e auçom que elles aviiam e ham e podem aver nos dictos foros e dirreitos e tributos ataa este diia em diante pera todo senpre que nunca os possam aver nem chamar por seus. E o dicto Martim Gonçalvez consentyo na dicta doaçom e prouve lhe com ella e recebeo⁶³⁹ a em sy e ouve a por sua propiamente e de mais obrigou todos seus beens moviis e raizes avudos e por aver a pagar e a manteer e comprir todo esto de suso scripto assi como aqui he contheudo. Em testemunho desto o dicto Afonso Migueenz e a dicta sua molher mandaram a mym Joham Lourenço tabelliom que lhe desse senhas cartas anbas de huum theor. E esta he a do dicto Martim Gonçalvez. Feita esta carta de doaçom diia mes e Era logo sobredictos. Testemunhas Domingos Martinz Marujo⁶⁴⁰ e Diego Lourenço filho de Lourenço Martinz dos Arneiros e Martim Annes janrro de Joham Fernamdez da Lagia e Joham Dominguez filho de Domingueannes d'Abadainho e outros. E eu sobredicto tabeliam que a esto presente fuy e esta carta e outra tal screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

140

1279, Fevereiro, 3 – Santarém

⁶⁴¹Conhecida cousa seja a quantos esta carta virem como sobre contenda que era antre nos Dom Afonso pella graça de Deus Rey de Purtugal e do Alguarve d'hũa parte e nos Dom Paay

⁶³⁸ As vogais "ii" foram corrigidas.

⁶³⁹ Inicialmente o escrivão escreveu a letra "b", emendando-a, de seguida, colocando-lhe uma cedilha, pelo que o seu valor é "c".

⁶⁴⁰ Esta palavra foi sublinhada e encontra-se novamente reproduzida na margem esquerda, de outra mão: "majuro".

⁶⁴¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[...] de composiçam entre el Rey e a Ordem sobre os direitos da saida da foz d'Alcacere e Setuval e pescarias dos lugares da Ordem".

Periz per essa meesma graça Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago em nome de nos e de nossa Ordem da outra parte sobre razom do riio que vem d'Alquaçar (fl. 118) aa foz de Palmella e de Setuval e sobre a foz d'Alpena e do porto d'Almadaa e sobre as pescarias d'Almadaa e de Sezinbra e de Palmella e de Setuval e d'Alquacer. Eu rey Dom Afonso sobre-dicto com outorgamento de minha molher a raynh<a> Dona Briatiz filha do nobre Rey de Castella e de Leom e de meus filhos e de minha<s> filhas Dom Dinis e Dom Afonso, Dona Branca e Dona Sancha. E nos Dom Paay Periz Meestre sobredicto com outorgamento de nosso cabidoo geeral fazemos tal preito e tal aveença de nossa boaa vontade por prol de nosso reyno e de nossa ordem e daquelles que depos nos binram⁶⁴² que todas as barcas que entrarem pella foz do riio d'Alquacer quer venham⁶⁴³ com panos, como com ferro, como com cobre, como com madeira, como com metaaes, como com coiros, como com cera, como todas as cousas que per hy entrarem que aja ende el Rey a dizima. E desta dizima que ende el Rey ouver que aja ende a Ordem a dizima. Outrosi de todas as cousas que sairem contra ho mar pella foz do riio que veem d'Alquacer que aja ende a Ordem seu dirreito ou como se aveer com aquelles cujas forem as cousas e que nom aja ende el Rey nada salvo ende que o homem que estiver em Setuval pello almoxarife de Lixbooa que filhe fiadores por aquellas cousas de que el Rey deve aver dizima que as⁶⁴⁴ aa terra segundo como se usa em Lixbooa. E outrossy todos aquelles que entrarem pella foz que trouxerem cousas de que el Rey deve aver seu dirreito nom portem alhur senom em Setuval nem se partam ende ataa que el Rey aja ende seu direito. E se alguuns contra esto forem em entra<r> ou em sair filhem nos por descarreirados. Outrosi de todallas barcas que veerem do reyno de Portugal e das outras terras pescar a Sezinbra ou a Setuval que nom sejam da terra da Ordem que aja ende el Rey a dizima e daquela dizima que ende el Rey ouver que aja ende a Ordem a dizima. Outrossi de todas as barcas d'Almadaa e de Sezinbra e de Palmella e de Setuval e d'Alquacer que forem pescar que dem a dizima aa Ordem ellas e os que andarem em ellas. Outrosi outorgamos que este huom homem e huom scripvam do almoxarife de Lixboa em Setuval que recadem estes dirreitos d'el Rey e se per ventura algum delles ou anbos chagarem ou matarem ou ferirem alguem ou alguem matar ou chagar ou ferir a elles ou alguem delles ou fezerem outras cousas que devam correger que o corre-gam elles e que o corre-gam a elles pello foro de Setuval e a voz e a comha⁶⁴⁵ que se hi fezer que aja a Ordem assi como a ham⁶⁴⁶ dos outros vezinhos de Setuval e que el Rey nom aja hi d'aveer nada em razom destes homeens senom como he de suso dito. E se por ventura ho Meestre e a Ordem se querellarem dos homeens ou d'algum delles que estiverem em Setuval pello almoxarife de Lixboa que o almoxarife los tire logo ende sem outro alongamento nenhum e se o comendador ou aquelle que estiver em seu logo polla Ordem e o almoxarife de Lixboa acharem razom per que os devem ende tirar e que meta hi outros (fl. 118v) em seu logar per estas comdições. E se por ventura alguuns portos ou algũas pescarias daquy adiante forem feytas ou feytos em terra da Ordem que el Rey e a Ordem husem em esta meesma guisa segundo como he de suso dicto. E se per ventura algũua balleea ou balleato ou seream ou foca ou roaz ou musarana ou outro pescado grande que semelhe algum destes morrer em Sezinbra ou em Sines ou nos outros logares da Ordem que el Rey aja ende seu dirreito e de

⁶⁴² É feita uma chamada para a margem direita, onde está escrito, por outra mão: *"veeram que de todas"*.

⁶⁴³ É feita uma chamada para a margem esquerda, onde está escrito, de outra mão: *"tambem"*.

⁶⁴⁴ Na margem esquerda foi acrescentado, de outra mão: *"tornem"*.

⁶⁴⁵ Esta palavra, a que atribuímos o significado de coíma, é precedida, no início, por uma letra de interpretação inconclusiva. Na margem direita, de outra mão, a mesma é repetida: *"coomha"*.

⁶⁴⁶ Estas duas últimas palavras foram escritas por outra mão.

aas igrejas da Ordem a dizima daquél dirreito que hi ouver el Rey aly hu os pescados sobre-dictos matarem. E por esta dizima quito eu Meestre a el Rey aquellas cem libras que delle tiinha a Ordem cada ano polla pescariia de Sezinbra. Outrosy nos avemos⁶⁴⁷ do d'Almadaa em esta guisa que de todallas cousas que entrarem e sairem d'Almadaa e em Almadaa e em seu termo per terra todos os dirreitos que os aja a Ordem per razom da terra que he sua salvo da adiça que este assi como he posto⁶⁴⁸ e de todallas cousas que entrarem e sairem pela foz de Tejo e d'Alpena que aja ende el Rey seu dirreito e a Ordem nom aja hi nada salvo das barcas e dos pescadores d'Almadaa que pesquem e seja ho dirreito da Ordem segundo como he de suso dicto. E estas cousas de suso dictas nos rey Dom Afonso e ho Meestre e a Ordem sobreditos prometemos aa booa fe a teer e a guardar estas cousas e cada hũa dellas por nos e por nossos sobcessores pera senpre. <E> outorgamos que nom possamos viir contra estas cousas nem contra cada hũa delas nos nem nossos sobcessores em nenhuum tempo por nenhũa ocaçyon, nem razom de dirreito nem defeito mais sempre sejam firmes e estavees⁶⁴⁹ jamais e se algũa cousa contra estas cousas quisermos dizer ou fazer ou razoar ou gaanhar per privilegios ou em outra maneira nos ou nossos sobcessores que quem quer que hi façamos ou gaanhemos nom valha mas todavya esta conpossiçam seja estavel e firme asi como de suso dito. E renunciámos a todo outro dirreito e a toda demanda que nos avemos ou poderiamos aver daqui adiante sobre estas fozes e sobre estas pescariias e que nom possamos demandar restituçam (*sic*) nos nem nossos sobcessores em nossos nomes nem do reyno nem da Ordem e que esto seja firme e estavel e nom venham em duvida. Eu Dom Afonso rey de suso dito com outorgamento de minha molher e de meus filhos de suso dictos e de minha corte. E nos Dom Paay Periz Meestre de suso dito e ho nosso cabidoo geeral mandamos fazer duas cartas semelhavees desta aveença das quaes eu rey Dom Afonso tenho hũa e nos Meestre e nossa Ordem a outra. E posemos em estas cartas nossos seellos. E em testemunho de verdade dada foi esta carta em Santarem tres dias andados de Fevereiro el Rey ho mandou per Dom Joham d'Avoim seu moordomo moor e per Dom Martim Afonso e per Dom Afonso Lopez e per Dom Diego Lopez e per Dom Meem Rodriguiz e per Dom Pedro Annes e per Dom Pero Ponce e per Lourenço Soarez de Valladares e per Ruy Garcia de Pavya e per Joham Soarez Tello e per frey Afonso Periz Faria e per Martim Annes do Vinal e per Pero Afonso de Çamora e per Martim Dade alcaide de Santarem e per Mestre Estevam arcidiagoo de Bragaa e per frey Giraldo da Ordem dos Preegadores e per Fernam Fernandez coonigo e per Domingos Eannes seu clerigo e pellos outros do seu consselho. Joham Periz notario da corte a fez na Era de mil e III^o XII annos.

(fl. 119)

141

1394, Junho, 18 – Setúbal / 1394, Junho, 19 – Setúbal

⁶⁵⁰Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos e triinta e dous annos XVIII^o dias de Junho em Setuval dentro na igreja de Sam Giãao estando no dito logo Vaasco de Frreitas chantre na

⁶⁴⁷ Na margem direita, de outra mão: *“nos a vimos”*.

⁶⁴⁸ Na margem esquerda, de outra mão: *“Convém a saber, infra fólio 151”*.

⁶⁴⁹ Na margem direita, de outra mão: *“pera sempre”*.

⁶⁵⁰ A primeira letra capitular está ornamentada com um dragão com uma espada na boca. Na margem direita, de outra mão: *“Estromento que hum almoxarife tirou de hum visitador que vinha visitar as igrejas desta villa de Setuval”*.

See da cidade de Lixboa em presemça de mym Joham Afonso tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo hi Per'Esteveez almoxarife do Meestre da Santiago e disse e requereo a mym dicto tabeliam que lhe desse huum estormento d'afronta que elle fazia em nome do dito senhor Meestre ao dicto chantre dizemdo que o dicto chantre chegara aa dicta igreja pera aver de visitar o que era contra serviço do dicto senhor Meestre e sobre a dicta razom foram dictas mui<tas> pallavras da parte do dito almoxarife. E eu dicto tabeliam disse ao dicto almoxarife que porque as ditas pallavras eram muitas e per desvairadas guisas e as eu nom podia reterer que por esta razom lhe deziia que mas desse por escripto. E o dicto almoxarife disse que lhe praziia. E o dicto chantre disse e requereo a mym tabeliam que lhe desse o trellado daquello que me fosse dado em escripto pello dicto Pero Esteveez pera elle reponder per escripto. E logo no dicto diia o dicto almoxarife deu a mym dicto tabeliam hūas razões scriptas em papel que tal he:

Tabam (*sic*) do que eu Per'Esteveez almoxarife do Meestre de Santiago ora diser presente Vasco de Freitas chantre e coonego de Lixboa vos me darees e dous estormentos em como a mym seja dito que elle veeo e vem a esta villa pera fazer besitaações em estas igrejas e em outros lugares de sua terra. O qual dizem que vem por mandado do arcebispo da dicta cidade por fazer ao dito senhor injuria e em seu desprazimento nom avendo os dictos senhores antre sy boom amor nem boom desejo ante som bem contrairos ataa que Deus antre elles ponha outra concordeança seendo antre elles começado e ordenado feito gramde sobre esto e sobre outras cousas mayores e o feito posto antre elles por apellaçom em corte de Roma perante ho Paadrre Santo e o feito nom aynda fiindo nem determinado per sentença pela qual razom o dicto senhor arcebispo e todos seus coonegos e chantres e meestre escolla e dayam e todollos outros sergentes sogeitos a el som muy (fl. 119v) sospeitos ao dicto senhor Mestre e a todas suas cousas. E per direito cousa que contra elle nem contra suas cousas faça nom deve valler. E que pois assi o dicto feito antre os dictos senhores pende e aynda nom he fiindo, nem desenbargado per Nosso Senhor o Papa que porem elle dicto chantre nom deve visitar as dictas igrejas da dicta sua villa nem dos outros logares que som da Ordem nem fazer em elles nenhūa cousa ataa que o dicto feito seja fiindo e desenbargado antre elles nem se ponha antre os ditos senhores mais scandallo e odio daquello que ha e que se vaa muito (*sic*) era booa da terra da Ordem pero se em ella quiser estar que por elle seer boom e honrrado nom fazendo ao dicto senhor Meestre injuria nem outro nojo que elle do do (*sic*) Meestre lhe dara pom e vinho, pescado e carne pera elle e pera seus homeens e cevada pera suas bestas porque el sabe bem e he certo que prazera ao dicto senhor Meestre de o elle assi fazer por sua honrra. E que em caso que o dicto chantre esto nom queira fazer que elle em nome do dicto senhor Meestre protesta a lhe nom fazer perjuizo cousa que el hi faça nem consente e contradiz toda cousa que per el for feito, dito em parte e em todo. A qual fronta per escripto dada pello dicto Per' Esteveez eu dito tabeliam dei trellado dela ao dicto chantre em no dito dia ja bem tarde e o dicto chantre me disse que porque era ja muy tarde e tam toste nom poderiia responder que bem pella manhaa me daria sua reposta per escripto.

E eu sobredito tabeliam esto escrepvi e depois desto em outro diia pella manhaa que som XIX dias do dicto mes de Junho em Setuval antre as casas em que mora Joham Simam creligo vigairo da dicta villa seendo presente o dicto chantre e presente my Joham Afonso tabeliam sobredito e testemunhas adiante scriptas o dicto chantre deu a mym dicto tabeliam hūa reposta aa dicta fronta do dicto almoxarife per scripto que tal he:

El dicto Vaasco de Freitas chantere disse e deu em reposta que ho honrrado padre senhor Dom Joham per merce de Deus e da Santa Igreja de Roma arcebispo de Lixbooa seu senhor a cujo officio pastoral pertence per dirreito comuum vegitar todas as igrejas setuadas no lemite do seu arcebispado em cujo lemite som as igrejas que el manda vesitar mandou a el chantere como homem que era beneficiado na See de Lixbooa que veesse por elle e em seu nome vesitar as igrejas de Sezinbra e de Setuval e de Palmella e d'Alhos Vedrrros e d'Alcouchete e de Çamora Correea e de Canha e pera esto lhe deu seu comprido poder per sa carta porque era acupado (*sic*) o dicto senhor arcebispo em outros negocios alguuns. O qual poder lhe era outorgado per o Papa pera poder besitar per sustunado (*sic*) per o qual poder el dicto chantere vesitara a igreja de Sezinbra que he na terra da Ordem. E que ora por vesitar estas outras igrejas que nom faz por ello injuria nem perjuizo ao sobredicto senhor Meestre a faz o que deve ca ao dicto senhor arcebispo perteece vesitar per si e per outrem as igrejas de todo seu arcebispado de moormente honde assaz conpre vesitaçom e correiçom assi como em as igrejas que som na terra (fl. 120) da Ordem de Santiago setuadas no lemite do dicto arcebispado nas quaes nom dizem missas, nem rezam oras, nem dam sacramentos aos fregueuses como devem e morrem as crianças sem bautismo e homeens sem serem comungados. E dirreito scripto he que honde for o moor perigoo hi deve seer primeiro socorrido com remedio e o dicto senhor arcebispo e seus antecessores senpre vesitarom as ditas igrejas como deviam de certo na dicta terra do Meestrado sem contradizimento nenhuum e esta dello de posse e porem nom faz, nem entende fazer injuria, nem perjuizo ao dicto senhor Meestre nem veeo por <t>al cousa aa terra da Ordem mas por vesitar as ditas igrejas como lhe era mandado e encomendado per seu senhor ho arcebispo.

⁶⁵¹Ao que diz que antre ho arcebispo e ho Meestre ha desconcordia e desamor e odio e que som contrairos. A esto diz que seu senhor ho arcebispo que nom defama ho dito senhor Meestre nem lhe ha odio nem mal querença mas ama o e quer lhe bem e prazer lhe ia muito seer o dicto Meestre reduzido a nom usurpar em gram perigoo de sua alma os dirreitos da igreja e fazer bem reger as igrejas no spiritual e temporal de que tem encarrego que nom padeçam tanto desfallecimento como padecem.

Ao que diz que antre elles arcebispo e Meestre he feito começado e pende per apellaçom em corte de Roma nom he sobr'este caso ca el senhor Meestre nunca do dicto senhor arcebispo apellou sobre as vesitações ante consentyo senpre que vesitasse e nunca embargou elle nem seus stabellecidos por estas cousas sobredictas, cousa que ora diga e faça o dicto alomoxarife nem protestaçom que faça nom pode enbargar nem obriga de dirreito o dicto Vaasco de Freitas chantere nem seus mandados que por tal protestaçom leixe seer dadas a execuçam.

E desto pede huum estormento e dous e mais se lhe conpirem este stormento he o do alomoxarife. Testemunhas que a todo esto presentes forom Stevam Triigo vereador e Gil Farinha criado do Meestre e Lourenço Vaaz creligo e Vasco Periz procurador do concelho e Lourenço Estevez creligo. Estas testemunhas forom ao que se passou na igreja e a como ho alomoxarife ficou pera escrepver e o chantere dar sua reposta outrosi as testemunhas da reposta do dicto chantere segundo de suso scripto he Joam Martiinz Quadrado e Vasco Vicente Rico e Vasco Afonso vassallo d'el Rey e seu beesteiro de cavallo e Rui Gonçallvez mercador e Joham Eannes da Madanella e Stevam Steveez, o Moço e outros e eu sobredito tabeliam que a esto presente com as testemunhas presente fuy e este stormento screpvi e aqui meu sinal fiz que tal he.

⁶⁵¹ Segue-se riscado: "*que som contrairos*".

(fl. 120v)

142

1375, Julho, 19 – Santarém

Insere: 1274, Fevereiro, 3 – Santarém

⁶⁵²Dom Fernando pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem fazemos saber que Dom Stevam Gonçalves⁶⁵³ Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago dos nossos regnos mostrou perante nos huum privilegio scripto em purgaminho seelado de tres seellos pendentes, *convém a saber*, o primeiro d'el rey Dom Afonso a que Deus perdooe e o segundo do Meestre Dom Paay Periz que foi da dicta Ordem e o terceiro do convento da dicta Ordem. Os quaaes seellos eram pendentes em cordões vermelhos do qual o theor delle se adiante segue que tal he:

Conhecida cousa seja ha quantos esta carta virem como sobre contenda que era antre nos Dom Afonso pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve da hũa parte e nos Dom Paay Periz per essa meesma graça Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago em nome de nos e da nossa Ordem da outra parte sobre razom do rio que vem d'Alquaçar aa foz de Palmella e de Setuval e sobre a foz d'Alpena e do porto d'Almadaa e sobre as pescarias d'Almadaa e de Sezinbra e de Palmella e de Setuval e d'Alquacer. Eu rey Dom Afonso sobredicto com outorgamento de minha mulher a raynha Dona Briatiz filha do nobre Rey de Castella e de Leom e de meus filhos e de minhas filhas Dom Dinis, Dom Afonso, Dona Branca, Dona Sancha e nos Dom Paay Peris Meestre sobredicto com outorgamento de nosso cabidoo geeral fazemos tal preyto e tal aveença da nossa booa vontade por prol do nosso reyno e da nossa Ordem e daquelles que depos nos veerem que de todas as barcas que entrassem pella foz do rio d'Alquacer tambem com panos, como com ferros, como com cobre, como com madeira, como com metaaes como com coiros, como com cera, como com todas as cousas que per hi entrarem que aja ende el Rey a dizima e desta dizima que ende el Rey ouver que aja ende a Ordem a dizima. Outrossi de todallas cousas que sairem contra ho mar pella foz do rio que vem d'Alquaçar que aja ende a Ordem seu dirreito ou como se aveer com aquelles cujas forem as cousas e que nom aja ende el Rey nada salvo ende que o homem que estiver em Setuval pello almoxarife de Lixbooa que filhe fiadores por aquellas cousas de que el Rey deve d'aver dizima que as torne aa terra segundo como se husa em Lixbooa. E outrosy todos aquelles que entrarem pella foz que trouverem cousas de que el Rey deve a aveer seu dirreito nom portem alhur senom em Setuval nem se partom ende ataa que el Rey aja o seu dirreito. E se alguuns contra esto forem em entrar ou em sair filhem nos por descarreirados. Outrossi de todallas barcas que veerem do regno de Portugal e das outras terras pescar (fl. 121) a Sezinbra ou a Setuval que nom sejam da terra da Ordem que aja ende el Rey a dizima e daquela dizima que ende el Rey ouver que aja ende a Ordem a dizima. Outrossy de todas as barcas d'Almadaa e de Sezinbra e de Palmella e de Setuval e d'Alquacer que forem pescar que dem a dizima aa Ordem ellas e os que andarem em ellas. Outrosi outorgamos que este huum homem e huum scrip-

⁶⁵² Na margem esquerda, de outra mão: "*Confirmaçam d'el rei Dom Fernando da composiçam que se fez entre o rei Dom Afonso e a Ordem sobre as pescarias*". De seguida por outra mão: "*D. Estevão Gonçalves Meestre em Portugal no anno de 1375*". Na margem inferior do fólio: "*a Sezinbra ou*".

⁶⁵³ Na margem direita, por outra mão: "*6 Mestre*".

vam do almoxarife de Lixboa em Setuval que recadem estes dirreitos d'el Rey. E se per ventura alguum delles ou anbos chagarem ou matarem ou ferirem alguem ou alguem matar ou chagar ou ferir elles ou alguum delles ou fezerem outrras cousas que devam corregar que o corregam elles e que o corregam a elles pello foro de Setuval e a voz e a cooyma que se hi fezer que a aja a Ordem assy como ham dos outros vezinhos de Setuval e que el Rey nom aja hi d'aveer nada em razom destes homeens senom como he de suso dicto. E se per ventura ho Meestre e ha Ordem se querelarem dos homeens ou de cada huum delles que estiverem em Setuval pello almoxarife de Lixboa os tire logo sem outro alongamento nenhuum e se o comendador ou aquelle que estiver em seu logo polla Ordem e almoxarife de Lixboa acharem razom per que os deve ende tirar e que meta hi outros em seu logar per estas condiçõoes. E se por ventura alguuns portos ou algũas pescarias⁶⁵⁴ daquy adiante forem feitas ou feitos em terra da Ordem que el Rey e a Ordem husem em esta meesma guisa segundo como he de suso dicto. E se per ventura algũua ballea ou balleato ou sereea ou coca ou roaz ou musaranha ou outro pescado grande que semelhe alguum destes morrer em Sezinbra ou em Synes ou em outros logares da Ordem que el Rey aja ende seu dirreito e de aas igrejas da Ordem a dizima daquel dirreito que hi ouver el Rey aly hu os pescados sobredictos matarem. E por esta dizima quyto eu Meestre e el Rey aquellas cem livras que delle tiinha a Ordem cada ano polla pescaria de Sezinbra. Outrosi vos avyamos do d'Almadaa em esta guisa que de todallas cousas que entrarem e sairem d'Almadaa e em Almadaa e em seu termo per terra todos os dirreitos que os aja a Ordem per razom da terra que he sua salvo da adiça que este asi como he posto. E de todallas cousas que entrarem e sairem pella foz de Tegio e d'Alpena que aja ende el Rey seu dirreito e a Ordem nom aja hy nada salvo das barcas e dos pescadores d'Almadaa que pesquem e seja ho dirreito da Ordem segundo como he de suso dito. E destas cousas de suso dictas nos rey Dom Afonso e ho Meestre e a Ordem sobredictas prometemos aa booa fe a teer e guardar estas cousas e cada hũa dellas por nos e por nossos sobcessores pera sempre e outorgamos que nom possamos viir contra estas cousas nem contra cada hũa dellas nos nem nossos socessores (fl. 121v) em nenhuum tenpo por ocasiom nem razom de dirreito nem defeito mas senpre sejam firmes e estaviis pera sempre jamais. E se algũa cousa contra estas cousas quesermos dizer ou fazer ou razoar ou gaanhar privilegios ou per outra maneira nos ou nossos socessores que quem quer que hi façamos ou gaanhemos nom balha mas todaviia esta conposiçom seja estavel e firme asi como he de suso dicto. E renunciemos a todo outro dirreito e a toda demanda que nos avemos ou poderiamos aver daqui em diante sobre estas fozes e sobre estas pescarias e que nom possamos demandar restetuçam nos nem nossos socessores em nossos nomes nem do regno nem da Ordem e que esto seja firme e stavel e nom venha em duvida. Eu Dom Afonso rey de suso dito com outorgamento de minha molher e de meus filhos de suso dictos e de minha corte e nos Dom Paay Periz Meestre de suso dicto e o nosso cabidoo jeeral mandamos fazer duas cartas semelhaves desta aveença das quaes eu rey Dom Afonso tenho hũa e nos Meestre e nosso cabidoo e Ordem a outra e posemos em estas cartas nossos seellos em testemunho de verdade. Dada foy esta carta em Santarem tres dias andados de Fevereiro. El Rey ho mandou per Dom Joham d'Avoym seu moordomo mayor e per Dom Martim Afonso e per Dom Afonso Lopez e per Dom Diego Lopez e per Dom Mem Rodriguiz e per Dom Pero Annes e per Dom Pero Ponço

⁶⁵⁴ Na margem direita e na direcção desta linha: "hir".

e per Lourenço Soarez de Valladares e per Ruy Garcia de Pavia e per Joham Soarez Coelho e per frrey Afonso Periz Fariam e per Martim Annes do Vinal e per Pero Afonso de Çamora e per Martim Dade alcaide de Santarem e per Meestre Stevam arceidiago de Braga e per frrey Giraldo da Ordem dos Pregadores e per Fernam Fernamdez Cogominho e per Domingos Johanis seu clerigo e pellos outros de seu conselho Joham Periz notairo da corte a fez em na Era de mil e trezentos e XII annos.

A qual carta e composiçam⁶⁵⁵ assi mostrada pello sobredito Meestre pedyo nos por mercee que lhe mandassemos dar nossa carta de confirmaçom e outorgamento da sobredicta composiçam em que a ouvessemos por firme e outorgada e valliosa pella guisa que em ella era contheudo. E no<s> beendo o que nos pediia e vista a dicta carta e examinada per nos e querendo fazer graça e mercee ao dicto Dom Stevam Rodriguiz Meestre da dicta Ordem de Santiago e outrosi aa dicta Ordem de nossa certa sciencia e poder absolluto outorgamos e avemos a dicta carta e composiçam por examynada per nos e por booa e firme e estavel pera senpre. E mandamos e outorgamos que seja senpre firme e stavel e valiosa e que sejam compridas e guardadas e se conpram e guardem e façom pella cousa e condiçam que na dicta carta e composiçam he contheudo. E mandamos e defendemos a quantos a dicta carta e composiçam for mostrada que nom vão contra ella em parte nem em todo e prometemos e outorgamos de nunca vir conta ella nem contra parte ella per nos nem per outrem em nenhum tempo. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta de confirmaçom. Dante em Santarem dezanove dias de Julho. El Rey ho mandou per Johan'Eannes e Gomez Martinz seus vassallos veedores de sua fazenda. Joham Annes a fez. Era de mil e quatrocentos e treze ano<s>⁶⁵⁶.

(fl. 122)

143

1303, Agosto, 25 – Setúbal

Inser: 1303, Agosto, 14 – Lisboa

⁶⁵⁷Sabham todos que eu Fernam Fernandez tabeliam de Setuval vy a leer hũa carta de nosso senhor el Rey da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Pero Dendo meu porteiro saude. Sabede que sobre contenda que era perante Afonso Annes meu creligo ouvidor dos meus feitos antre mym per Stevam Steveez e Gil Periz meus procuradores da hũa parte e a Ordem Santiago per Mestre Nunez Freire e Suar'Eannes seus procuradores avondosos da outra sobre hũa tenda que he em Setuval da qual os meus procuradores deziam que eu estava em posse per anno e diia de dous e tres e cinco e dez e muyto mais. E que estando em posse que a dicta Ordem me deitara ende ho meu homem que hi estava por my e em meu logo vendendo o sal que traziam d'Alquacer e ho azeite e os adivaaes e as outras cousas que hi aduziam. E pedia ho meu procurador que pois eu assy estava em posse e me ende deitarom per sa autoridade que me tornassem a meu estado como ante estava e me tevessem a ley dos meus reynos que

⁶⁵⁵ Na margem esquerda e na direcção desta linha: "hir".

⁶⁵⁶ Na margem inferior e de outra mão: "El Rei. Joham Anes. Gomecium legum baccalaris".

⁶⁵⁷ Na margem direita, de outra mão: "Sentença dada sobre ha po[...]. de hũa tenda de Set[u]val". Segue-se, de outra mão: "Comtra a Ordem".

sobre esto era feita geeral. E os ditos procuradores da dicta Ordem deziam que tiinham compassisam e dirreitos que por si aviam per que eu nom podiia aver a dicta tenda. E os meus procuradores deziam que esto tangia propriedade que em seu tempo e em seu logo responderiam aa dita conpossiçam depois que eu fosse tornado a minha posse mais que pois em posse eu estava e me deitara a dita Ordem ho meu homem per sa autordade e me esbulharam da possissam como dito he que me deviam ante a tornar a meu estaado. E pediam aynda os ditos meus procuradores que pois eu estava em posse como dicto he que confessassem ou⁶⁵⁸ negassem se me (fl. 122v) deitaram ende ho meu homem estando em posse dela. E muitas razõoes sobre esto razoados da hũa perarte (*sic*) e da outra o dicto ouvidor julgou que os dictos procuradores da dicta Ordem conhecessem ou negassem asi como alegavam os ditos meos procuradores do qual juizo os procuradores da dicta Ordem apellarom pera minha corte e minha corte confirmou o juizo que o dicto ouvidor meu deu. Entom o dicto ouvidor disse aos dictos procuradores da Ordem que comprissem o dicto juizo e que fossem adiante per seu preyto e elles dise-rom que nom queriom. E entom o dicto ouvidor atende os per tres dias assi como he huso e custume da minha corte. E porque nom quiserom a nenhũa guisa responder nem defender a dicta posse ou dizer dirreito se o por si aviam julgou a dicta Ordem por revel e em logo de revelliia mandou mym meter em posse da dicta temda e que huse das dictas cousas assi como ante husava porque vos mando que vaades a essa temda e que a entreguedes pera mym e em meu nome a Vicente Dominguez meu homem e huse della e das ditas cousas asi como ante usava em logo de revelliia. Em (*sic*) al nom façades senom a vos me tornaria eu porem. Dante em Lixbooa XIII^o dias d'Agosto el Rey ho mandou per Afonso Annes seu creliguo, Mestre Lourenço a fez. Era de mil e trezen-
tos e quareenta e huum anno. Afonso Johanis vidit.

Feito o trellado em Setuval XXV dias d'Agosto Era sobredicta. Testemunhas Stevam Cremente, Mestre Zarco, Joham Eannes, Joham Soares e eu F. taballiom sobredicto esta carta trelladey e sobre todo meu sinal pugi que tal he.

1305, Junho, 26 – Setúbal

⁶⁵⁹In Dei nomine amem. Saibham quantos este estormento virem que eu Pero Fernamdez Mecia chantre de Mondinhedo e procurador de Dom Joham Usurez Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago. Em nome do dicto Meestre e da dicta Ordem dou a vos Dona Tareija mulher que fostes de Dom Domingos Martinz Mouguelas vezinha de Setuval hũa vinha a qual eu de vos recebi em nome da dita Ordem segumdo he contheudo em duas cartas partidas per A. B. C. de composisam das quaes vos teendes a hũa e a dicta Ordem a outra a qual binha devedes teer e lograr em vossa vida e adubar e levar della todoo novo que Deus hi der. Este come os eu dita Dona Tereija devo dar aa dicta Ordem em cada huum ano de foro e por conheçença huum almude de vinho em paz e em salvo e aa minha morte ficar a dicta vinha com as outras cousas que na dicta composiçam (fl. 123) sam nomeadas a dicta Ordem como na dita compo-

⁶⁵⁸ Segue-se riscado: "g".

⁶⁵⁹ Na margen esquerda, de outra mão: "Titulo pera a varzea de [Do]na Tareija e como veo ser [...] Ordem e a Ordem lha lei[x]jou de foro. Esta traz ora [o] filho de Pero Machado em Se[te]u[va]l".

siçam conta em paz e em salvo sem nenhũa contemda. Em testemunho desta cousa fizemos seer feitos dous estormentos partidos per A. B. C. feitos em Setuval viinte e seis dias de Junho. Era de mil e trezentos e quareenta e tres annos. Testemunhas Stevom Clemente e Joham Martinz do Castello juiz em este tempo dos avençaaes e Joham Airas e Joham Bernaldez tabeliam e Lazaro Martinz. E eu Fernam Fernamdez puprico tabeliam de Setuval a rogo dos sobreditos dous stormentos partidos per A. B. C. scripvi meu sinal em cada huum delles pugi que tal he.

145

1310, Julho, 13 – Lisboa

⁶⁶⁰Dom Dinis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos concelho de Setuval saude. Sabede que Dom Diego Moniz Meestre da Cavallaria da Ordem de Saantiago me disse que nos posestes vossa postura que o vinho de Sezinbra e d'Azeitom que o nom trouvessem a vender hi a Setuval se nom aquelles que hi trouvessem per mar e que desto vos dei eu minha carta per que vos outorgava a dita postura. E pedio me por mercee que esto que o nom soffresse pois vos sooes «seus» vassallos⁶⁶¹ errades de poerdes postura sem seu outorgamento mayormente este que era a dano dos seus vassallos de Sezinbra e d'Azeitom. E eu veendo esto e como vos sodes seus e porque entendo que vos nom podedes poer postura que seja a dano da Ordem sem outorgamento do Meestre ou do comendador «moor» tenho por bem que a dicta postura que posestes sobre esto que nom valha se ao Meestre nom prouver e que os de Sezinbra e d'Azeitom tragam hi todos os seus vinhos a vender per terra como sempre trouverom. E em testemunho desto da lhe esta minha carta ao dicto Mestre. Dante em Lixboa XIII dias de Julho el Rey ho mandou Lourenço Steveez da Guarda a fez. Era de mill e trezentos e quareenta e oyto annos. El Rey a viio.

146

1368, Agosto, 11 – Setúbal

Insere: 1368, Agosto, 10 – Setúbal

⁶⁶²Saibham todos que na Era (fl. 123v) de mil e trezentos⁶⁶³ e seis annos onze dias d'Agosto em Setuval ante as casas que forom d'Amor⁶⁶⁴ Eannes per dante Domingu' Eannes juiz ordenairo do dicto logo em presença de mym Lourenço Periz tabeliam d'el Rey na dita billa e das testemunhas que adiante som scriptas per dante o dicto juiz foy mostrada e leuda hũa escriptura scripta per mym dicto tabeliam da qual o theor tal he:

⁶⁶⁰ Na margem direita, de outra mão: “*Que as posturas se ham de poer na camara de Set[u]val com licença do Mestre*”. Segue-se, mais abaixo, de outra mão: “*Posturas em ca[...] – [com um traço horizontal em cima, equivalente a mil] 211*”.

⁶⁶¹ Na margem esquerda, de outra mão: “*seus vasalos. Et supra fl. 68 [...]*”.

⁶⁶² Na margem direita e de outra mão: “*Estromento da agoa que ho Me[stre] pidia a camara da vi[lla] de Setuval pera ha sua [...]*”.

⁶⁶³ Na margem esquerda, de outra mão: “*de quatrocentos*”.

⁶⁶⁴ Na margem esquerda, de outra mão: “*d'Amador*”.

Era de mil e quatrocentos e seis annos dez dias d'Agosto em Setuval no adro da igreja de Sam Giãao em presença de mym Lourenço Periz tabeliam d'el Rey na dita billa e das testemunhas que ao diante som scriptas. Seendo no dicto logo Domingu'Eannes juiz ordenairo do dicto loguo Giral'd'Eannes e Martim Afonso Neto e Joham Briços bereadores e Airas⁶⁶⁵ Gomez procurador do concelho e Joham Martinz e Afonso Martiinz genro de Giral'd'Eannes e Domingos Nicolas e Fernam d'Alvarez e Joham Diiáz da Faneca e Joham Fernandez Metreo e Ficalim Periz e Joham Migueenz tabeliam e Estev'Eannes tabeliam e Lourenço Steveez Neto e Joham Casado e Martim Vaqueiro e outros muitos homeens boons da dicta billa juntos per concelho apregoado segundo derom em fe Domingos Fernamdez e Fernam Gallego porteiros do concelho. Pareceo o dicto Airas Gomez procurador do concelho da dicta billa e disse ao dicto juiz e vereadores e homeens boons que o Meestre de Santiago lhe mandara hum scripto pera lhe darem reposta e que pois estavam juntos per concelho apregoado que tevessem por bem e lhe dessem reposta do qual escripto do dicto senhor Mestre ho theor tal he:

Juizes, procurador, vereadores, concelho e homens boons de Setuval nos Meestre de Santiago vos fazemos saber que teemos por bem sabees⁶⁶⁶ como esta orta nossa que foi de Fernand'Anriquez nosso freire aviiã servidam d'augua de hũa fonte de que vos fezestes chafariz da qual augua se a dicta nossa orta regava e se mantiinha e era aproveitada e ora vos novamente vos apoderastes da dicta augua e fezestes chafariz em tal logar que nossa orta nom he mantheuda da dicta augua e perdesse per hi e vos mandastes que [a] augua que saay do chafariz lançar contra ho mar e [a] augua nom presta a vos e a nos em peece (*sic*) rogamos vos que vos prazia de nos nom poerdes embargo sobre a augua que saae do chafariz e nos leixedes husar dela como senpre husarom os outros que esta orta ouverom e agardecer volloemos muito. Ca teemos que quanto mais ortas e mais pomares ouverem em esta villa quanto mais honrra e mais prol sera do logar e de vos outros que em elle vivedes e se por ventura vos desto nom praz nom nos culpedes de demandar e defender ho nosso dirreito e Deus sabe que ante nos queriamos vos fazer defendimento e bem ca de andar niisto em demanda o que nom podemos escusar se a vos desto nom praz e da reposta que hi derdes pedimos a este tabeliam hum estormento ou dous ou mais se mester for.

E mostrado e leudo o dicto scripto o dicto Aires Gomez procurador disse que ho Meestre era ho senhor e que este concelho recebera senpre d'el muitas mercees e que as receberiam d' el mais daqui em diante. Outrosi que antre o dicto senhor Meestre e ho concelho podia receber grande preyto e contemda e grande despesa sobre cousa que ao concelho nom fariia prol. E que por esta razom (fl. 124) era bem e outorgava que o dicto concelho mandasse fazer hum chafariz de lavatorio junto com ho chafariz das bestas no qual nom fosse lavado (*sic*) roupa d'enfondaça, nem de cenrrada. E que a augua que sobejasse do dicto chafariz do lavatorio que saysse per hũa bica contra a orta do dicto senhor Mestre e que o dicto senhor Mestre ouvesse a dicta augua pera a dita orta sem embargo nenhum. E que este outorgava por tirar preyto e demanda d'antre o dicto concelho e ho dicto senhor Mestre. E porque lhe parece mais aguisado d'aver o dicto senhor

⁶⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Aires".

⁶⁶⁶ Na margem direita, de outra mão: "que teremos por bem saberdes".

Meestre a dicta augua pera a dicta orta e fazer se dela prol mais que se perder a dicta augua e hir se pera o mar asi como vay e demais tomar ho concelho demanda sobre cousa que nom presta. E logo o dicto Domingu'Eannes juiz e Joham Marquez e Lourenço Periz tabeliam e Joham Migueenz e Stev'Eannes taballiãaes e Fernam d'Alvarez disserom que era bem o que o dicto Airas Gomez deziia que assi ho outorgavam. Outrosi Girald'Eannes e Martym Afonso Neto e Joham Briços vereadores disserom que perguntassem os do concelho que estavam muitos per concelho apergoado e como ho outorgassem que assi dariam sua repostas. E logo todollos outros do dicto concelho que hy estavam juntos per concelho apergoado em grandes braados disserom que nom outorgavam daquello nenhũa cousa e que nom outorgariam que o Meestre ouvesse a dicta augua que era do concelho que ante fosse pera o mar porque a dicta augua era do concelho e que fariia dela sa prol. E que contestasse o feito quanto quisesse e ho concelho asegueria. E o dito juiz e o dito Airas Gomez procurador e Joham Martiinz e Lourenço Periz tabeliam e Stev'Eannes tabeliam e Joham Migueenz tabeliam e os outros que outorgavam protestarom que se se ao concelho seguisse algũa custa deste feito ou perda ou dano que o pagassem aquelles que esto nom outorgavam e nom o dicto concelho. E eu Lourenço Periz tabeliam esto screpvi.

E mostrada e leuda a dicta escriptura pareceo Gonçalo Esteveez almozarife do dicto senhor Meestre e pedio ao dicto juiz que mandasse a mym dicto tabeliam que lhe desse o trellado da dicta escriptura em forma puprica sob meu sinal pera o dicto senhor Meestre pera veer a repostas que lhe dava o dicto concelho. E o dicto juiz visto o que lhe pediia mandou a mym dito tabeliam e de sua autoridade que lhe desse o trellado da dicta escriptura em forma puprica assi como pediia. Testemunhas Stev'Eannes tabeliam e o dicto Airas Gomez e Joham Vicente Serrão e Vasco Pirez e Miguel Penssado e outros. e eu Lourenço Periz tabeliam sobredicto que o trellado da dicta escriptura por mandado e auctoridade do dicto juiz em esta puprica forma screpvi e aqui meu sinal fiz que tal he.

(fl. 124v)

147

1369, Janeiro, 28 – Setúbal

⁶⁶⁷Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos e sete annos domingo XXVIII^o dias de Janeiro em Setuval no adro da igreja de Santa Maria estando hi Martim Afonso e Domingu'Eannes juizes ordenairos da dicta billa e Girald'Eannes e Afonso Romeu vereadores e Gonçalo Estevez almozarife do Meestre de Santiago no dito logo em presença de mym Stevam Vicente tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som scriptas pareceo hi Lourenço Estevez alcayde do mar na dicta billa e mostrou e per mym dicto tabeliam leer fez huem estormento escripto em purgaminho feito e asinado per mão de Joham Migueenz tabeliam da dicta villa segundo parecia no qual erom contheudos theores de cartas d'el rey Dom Dinis a que Deus perdooe de graças e mercees que fez a Mice Manuel que foi almirante de Portugal e aos seus sobcessores que depos el veessem em razom de como ouvessem a jurdiçam segundo nas dictas cartas mais compridamente he contheudo. E mostrado e leudo o dicto estormento o dicto Lourenço Esteveez disse aos dictos juzes que lhe comprissem e guardassem

⁶⁶⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “[Stro]mento sobre ho [alc]aide do mar”.

as dictas cartas d'el Rey como em ellas he contheudo e que leixassem husar de seu officio Vasco Mateus que presente estava meirinho do almirante na dicta billa. E os dictos juizes fezerom pergunta ao dicto Vaasco Mateus se era el meirinho do almirante e el disse que el he meirinho do almirante na dicta billa pera prender os alcaides e arraezes e petintaaes per mandado do almirante ou do seu alcaide do mar e os ditos juizes disserom que elles guardariam e compririam as dictas cartas d'el Rey como em ellas he comtheudo e for dirreito mais que nas dictas cartas nom he contheudo que o almirante possa poer na dicta billa meirinho. E que se lhes mostrar carta d'el Rey em que lhe de poder pera poer meirinho que elles a guardarem de muy boamente. E os dictos Girald'Eannes e Afonso Romeu vereadores disserom que na dicta vila de gram tempo a ca se husara e costumara que nunca hi ouvera meirinho do almirante nem prendiia outrem senom ho alcaide e seus homens aquelles que os juizes mandavom prender e que outros soltavom per mandado dos ditos juizes aquelles que deviam seer soltos. E que tal he o privilegio do concelho e que outro meirinho do almirante nom avera prisom nem ouve na dicta billa e que esto que se ora faz que he em perjuizo do concelho e que lhe defendessem que o nom fizessem. Outrosi o dicto Gonçalo Estevez almoxarife dise aos ditos juizes que defendessem ao dicto meirinho que nom obrasse do dicto officio ca esto era contra a jurdiçam do dicto senhor Meestre ca nunca na dicta bila ouvera outra prisom senom do Meestre nem prendia nenhum senom ho alcaide e seus homeens per mandado dos juizes. E logo o dito almoxarife disse ao dicto Basco Mateus que guardasse hũa espada que tragia e a possesse em casa senom que lha filharia pera o Meestre e os dictos juizes defenderom ao dicto Lourenço Estevees e ao dicto Vasco Mateus que nom prendam nem mandem prender nenhum e que se entenderem que alguuns merecerem de seer presos (fl. 125) que lho digam e que elles os mandarom prender pera se delles fazer dirreito e justiça ou que se el tem carta d'el Rey per que o possa fazer que lha mostre e guardar lha an. Das quaaes cousas o dicto Lourenço Steveez e o dicto almoxarife pedirom senhos estormentos. Testemunhas Afonso Lourenço e Gil Vicente Serrão e Vicente Annes Roxo e Gomez Beiçudo, Stev'Eannes filho de Joham d'Evora e Domingos Nicollas e outros. E eu sobredicto tabeliam que este stormento e outro tal escrepvy e este he do dicto almoxarife e aqui meu sinal fiz que tal he.

1422, Dezembro, 2 – Setúbal

⁶⁶⁸Em nome de Deus. Amem. Saibham quantos esta carta de foro virem que Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e viinte e dous dias do mes de Dezembro em Setuval nas casas da morada de Martim Anes, o Velho, nas quaaes casas pousa Stev'Eanes de Beja escollar em lex ouvidor do Iffante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago estando no dito logo o dicto ouvidor em presença de mym Gil Esteveez tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som escriptas. E logo pello dicto ouvidor foi dicto que a elle era mandado pello dicto senhor Iffante que fizesse fazer hũa carta de foro a Alvaro Esteveez Ourivim e a Catellina Baasquez sua mulher moradores que ora som na dicta billa que outrosi nom presente estavam de hũa casa com sua camara que a Ordem do dicto Meestrado na dita billa na Rua do Pellourinho. A qual lhe o dicto senhor dissera que aforasse

⁶⁶⁸ Na margem direita, de outra mão: "Aforamento de hũa casa na villa de Setuval". Segue-se, de outra mão: "Do Infante D. João governador da Ordem no anno de 1422".

ao dicto Alvaro Esteveez e lhe fizesse <d>a dicta casa escriptura do dicto aforamento segundo lhe pello dicto senhor Iffante era mandado e que porem elle dicto Stev'Eannes per mandado do dicto senhor e em nome da dicta Ordem dava a foro ao dicto⁶⁶⁹ Esteveez e aa dicta sua mulher a dicta casa com sua camara que a dicta Ordem ha na dicta billa na dicta rua do Pellourinho assy como parte ao poyante com rua publica e a aguyan com casa foreira aa dicta Ordem e a abrrago com outra casa foreira aa dicta Ordem e com outras devisões com que a dicta casa e camara de dirreito deve de partir. A qual casa assi devisada pellas ditas devisões com com todas suas entradas e saydas e dirreitos e perteenças e esto em vida do dicto Alvaro Estevez (fl. 125v) e sua mulher e mais nom. E com esta comdição que o dicto Alvaro Esteveez more na dicta billa e partindo se della morar a outra parte que o dicto aforamento seja nenhuum a tal preito e sob tal condição que o dicto Alvaro Esteveez e sua mulher adubem a dicta casa e camara dos adobiios que mester ouverem per tal guisa que seja melhorada e nom peiorada. E que dem e paguem aa dicta Ordem em cada huum anno por diia de Sam Joham Bautista de foro da dicta casa e camara hũa coroa de boom ouro e justo peso do cunho e moeda d'el Rey de França. E que comecem de pagar o dicto foro e fazer a primeira paga por diia de Sam Joham Bautista primeiro⁶⁷⁰ e dhi em diamte em cada huum anno e pello dicto diia de Sam Joham. E que o dicto foro nom possa seer partido nem vendido a outra nenhũa pessooa e posto que o seja que nom valha salvo avello o dicto Alvaro Esteveez e sua mulher em dias de sua vida emquanto viverem na dicta billa como dicto he. E que obrigava os beens da dicta Ordem avudos e por aver a lhe enparar e defender a dicta casa e camara a todo tempo emquanto assi tenerem sob pena de lho conpoerem com todas perdas e danos que o dicto Alvaro Esteveez e sua mulher por esta razom receberem segundo ho dirreito outorga e em tal caso he huso e costume do reyno. E o dicto Alvaro Esteveez e sua mulher a esto presentes diserom que elles tomavam a dicta casa e camara a foro da dicta Ordem com todallas crasul-las e condições suso dictas e se obrigavam per todos seus beens moviis e raizes avudos e por aver a lhe pagar a dicta corooa em cada huum ano pello dicto diia sob pena de a dar e pagar d'hi em diamte com as custas e despesas que a dicta Ordem por esta razom fezer e com dez reaaes brancos desta moeda que ora corre em cada huum diia de pena e mais cor-reger ho dapnificamento que for feito. E em testemunho desto as dictas partes outorgarom o que dicto he e o dicto ouvidor em nome da dicta Ordem pedio hũa carta e o dicto Alvaro Esteveez outra tal anbas de huum theor. Esta he da dicta Ordem. Testemunhas Alvaro Diaz mer-cador e Lourenço Annes d'Auçores escudeiro e eu dicto tabeliam que esta carta e outra tal anbas de huum theor screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

1407, Maio, 2 – Setúbal

Sabham todos que na Era (fl. 126)⁶⁷¹ de mil e quatrocentos e quareenta e cinco annos dous dias de Mayo em Setuval de fora da cerqua junto com o postigoo do muro que chamom ho de Joham de Deus estando no dicto logo Joham Gonçalvez beedor da fazenda do Meestre e seu contador moor em presença de mym Joham Afonso tabeliam d'el Rey na dicta villa e das tes-

⁶⁶⁹ Na margem esquerda e de outra mão: "Alvoro".

⁶⁷⁰ Na margem direita, de outra mão: "que vem".

⁶⁷¹ Na margem direita, de outra mão: "Estromento de como se tom[...] hũa caravella de hum [pes]cador desta villa por [...]da pera ho Mestre".

temunhas que adiante som escriptas o qual Joham Gonçalvez requereo a mym dicto tabeliam da parte d'el Rey que chegasse ao dicto logo pera lhe dar este estormento adiante scripto. E logo pello dicto Joham Gonçalvez foi dito que verdade era que o dito senhor Meestre mandara apregoar per esta villa e praças della que nom fosse nenhuum senhor de barca ou arraez della de qualquer mester que fosse de pescar que aportasse com as dictas barcas quando veessem do mar com os pescados que trouvessem salvo aa porta da Praça da Ribeira honde era costume de descarregarem os pescados que trouvessem e que aly os vendessem ou em cima na praça honde os sooem de vender <e do>⁶⁷² senpre se venderom ou aportassem na praya em dirreito da dicta porta e ally se vendessem ou em na dicta praça da dicta Ribeira pera se averem de screpver os ditos pescados e de poer em recadaçom pellos scripvãaes do dicto senhor Mestre. E que qualquer que alhur aportasse e descarregasse os dictos pescados que perdesse as dictas barcas e mais os ditos pescados e que o dicto senhor Mestre todo esto fazia por el aver os seus dirreitos das dizimas delles. E que depois do dicto pregom hũa barca da pexoteira que he d'Afonosso Gomez filho de Gomez Lourenço fora ao mar aas peixotas e que o arraez della com os pescados que trazia nom curara do dicto pregom nem mandado do dicto senhor Mestre nem fora aportar hu lhe assi era mandado e que fora aportar em outro lugar que era defeso e que alla descarregara e vendera os dictos pescados e nom foram postos em recadaçom nem escriptos pellos dictos scripvãaes do dicto senhor pella qual razom o dicto senhor Meestre perdeo a sua dizima dos ditos pescados. E que teendo o dicto Afonso Gomez a dicta sua barca em seco em dirreito da porta do sol que a dicta barca pela parte do dicto senhor fora tomada por perdida per seu porteiro e scripta per seu scripvam asi como o dicto senhor Mestre e a sua Ordem esta de posse e que o dicto Afonso Gomez nom embargando esto tomou a dicta barca e a trouxe ao gaanho assi do sal como de outras cousas. E que por mais abundança e assi seer verdade que a dicta barca era hũa que estava na praya em dirreito do dicto postigoo masteada e que ora el protestava em nome do dicto senhor Meestre a tomar a dicta barca por perdida e outrosi aver as gaanças que ata aqui tem gaanhadas e gaanhar daquy em diante. E que se por ventura a dicta barca se perdesse que o dicto Afonso Gomez fosse theudo a pagar pollos seus beens ao dicto senhor Meestre e outrosi as dictas gaanças e que do dicto requerimento que ora el assi fazia pediia a mym dicto tabeliam este estormento. Testemunhas Stevam Lourenço Cordovil e Joham Dominguez Bicoque e Joham Afonso Mergulhom e Vicente Annes tonoeiro janrro de Stev'Eannes çapateiro e outros e eu sobre dicto tabeliam que este estormento escrepyv e aquy meu sinal fiz que tal he.

(fl. 126v)

150

1407, Julho, 12 – Santarém

⁶⁷³Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Gomez Lourenço juiz ordenairo em Setuval saude. Sabede que dante Nicollaaoo Dominguez ouvidor do Meestre de Santiago aa nosa corte beeo huum feito por apellaçom o qual feito a el foi dante vos por apellaçom que era antre Mousem Namorado morador na dicta billa autor da hũa parte e Acenço Eannes morador em essa meesma reeo da outra dizendo o dicto autor em seu libello contra o

⁶⁷² Segue-se riscado: "de".

⁶⁷³ Este documento tem a representação figurada do monarca inserida na letra "D". Na margem esquerda, de outra mão: "Sentença per que se paga ha Ordem ho dizimo de tudo que se leva pela foz fora desta villa de Setuval".

dito reeo que no anno da Era de mill e quatrocentos e trinta e sete anos ou XXXVIIIº quall beesse em verdade el tiinha triinta e cinco potes de mel puro boom e nobre bastardo carra-gados em na barca de Lourenço Casado pera hir como mercador a Mallega terra de moouros pera gaanhar de comer e teendo ja a verga alçada pera seguir sua viagem que chegara ao dito navio o dicto Acenc'Eannes e lhe tomara per força tres potes e mееo do dicto mel por quanto era dezimeiro e deziia que avya d'aver a dizima do dicto mel frontando lhe el que lhe nom tomasse o seu per força ca el nom avia d'aver dizima de mel nem de aver de peso que nenhuum carregasse e assi era huso e costume julgado e aprovado e confirmado e deziia que pero lhe per muitas bezes requerera que lhe desse e tornasse o dicto mel que lhe assi tomara que o nom quisera nem queriia fazer. E que porem pediia contra el que per sentença fosse costranigido que lhe desse e tornasse o dicto mel que lhe assi per força tomara ou lhe pagasse por cada huum pote mil livras segundo em seu libello mais compridamente era contheudo. O qual foi julgado que procediia e foi contestado pello dito reeo delle per confissom delle per negaçom e foi julgado que contestava que avondava. E da parte do dicto autor foram dados arrtigos os quaes foram julgados por perteecentes e da parte do dicto reo foy dado huum arrtigo contrairo dizendo que per maneira de contrariedade elle entendiia de provar que aviiia triinta e quareenta e cinquenta e cento anos e mais per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrairo que todos os mercadores ou outras pessoas que carregassem mercadorias assi pescados e mel e outras mercadorias⁶⁷⁴ em a dicta villa de Setuval e saissent pella foz em fora pagassem as dizima<s> dellas aa Ordem e ao Mestre de Santiago cujas senpre foram. O qual arrtigo foy julgado por perteecente e contrairo e foi mandado que se soubesse a verdade per elle e pellos artiigoos do principal e foram per elles tiradas inquiriçōes e da parte do dicto Acenc'Eannes em ajuda de sua prova foi dado o trellado de huum privilegio (fl. 127) em que fazia mençom que era contenda antre el rey Dom Afonso e Dom Paay Periz que foi Mestre da dicta Ordem de Santiago e que veerom a tal aveença que todallas cousas que saissent contra o mar pella foz do riio que viinha d'Alquacer que a dicta Ordem ouvesse seu dirreito ou como se aveesse com aquelles cujas fossem segundo em o dicto privilegio mais conpridamente era contheudo. E acabadas as inquiriçōes e abertas e pobricadas e bistas per vos⁶⁷⁵ com o dicto feito e bisto como ho dito Acenc'Eannes confessava que filhara a dizima do dicto mel ao dicto autor e como se provava que nunca se husara nem acostumara de pagar dizima de mel que se carregava e saae pella foz em fora senom tam soamente portagem como quer que se provava por algũas testemunhas da contrariedade que deziam que a birom ja levar e pagar de taees mercadorias. E visto todo per vos julgastes que o dicto autor provava melhor sua auçom que o dito reeo sua contrariedade e dando a definitiva julgastes que o dito reeo desse e entregasse tres potes e mееo de mel ao dicto autor ou por elles mill livras. Da qual sentença o dicto reeo apellou e vos lhe recebestes a apellaçom e a seguyo perante o dicto ouvidor. E visto o dicto feito per elle dicto ouvydor e visto o foral feito antre nos e a dicta Ordem asolveo o dicto reeo da dicta demanda. Da qual sentença o dicto autor pera nos apellou e foi lhe recebida apellaçom. A qual bista per nos presente o dicto reeo aa revelliia do dicto autor e visto o que se pello dicto feito mostrava e como ho Meestre estava em posse de levar dizima⁶⁷⁶ de taees cousas julgamos que o ouvidor julgou bem e condanamos a parte nas custas. Porem mandamos a vos e a todallas outras nossas justiças que conprades e façades conprir e guardar a dicta sentença como per o dicto ouvidor he julgado e per nos confirmado e fazede logo vender

⁶⁷⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "mercadores e pessoas".

⁶⁷⁵ Na margem direita e de outra mão: "nos".

⁶⁷⁶ Na margem direita, de outra mão: "decima".

e rematar tantos dos beens moviis ante apregoados per tres nove dias do dicto judeu autor per que o dicto reeo aja setecentas e tres livras e mea de custas em que o⁶⁷⁷ condanamos de scitura feita em a nossa corte diias da prova, viinda, hida, estada pregõoes, feitura desta carta, seello della. As quaes forom contadas singellas per Lourenço Esteveez contador dellas em a nossa corte presente o dicto Acenc'Eannes e aa revelliia do dicto judeu e se o movel nom avondar fazede lhe vender a raiz como he contheudo na nossa ordenaçom. E quanto he pollas custas a elle feitas na carta fazede lhe contar as direitas (*sic*) e vender e rematar por ellas como dicto he. E al nom façades. Dante em Santarem XII dias de Julho. El Rey o mandou per Gomez Martinz doutor em lex do seu desenbargo e juiz dos seus feitos. Joham de Lixbooa a fez. Era de mil e quatrocentos e X^{ta} ⁶⁷⁸ cinco annos.

(fl. 127v)

151

1410, Novembro, 12 – Setúbal

Inserere: 1410 – Lisboa

Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos e X^{ta} ⁶⁷⁹ VIII^o annos doze dias de Novembro em Setuval nos paaços do concelho estamdo hi Pero Fernamdez escudeiro e Joham Vaaz juizes ordenairos da dita villa em audiancia ouvindo feitos em presença de mym Per'Esteveez tabeliam d'el Rey na dicta villa e das testemunhas adiante scriptas perante os dictos juizes pareceo Vaasco Afonso Salgueiro como procurador do Meestre de Santiago e per mym dicto tabeliam leer e pobricar fez hũa carta de sentença d'el Rey seellada do seu seello pendente da qual carta ho theor tal he:

⁶⁸⁰Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Alguarve a vos juizes de Setuval e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada saude. Sabede que preito e demanda era em a nossa corte p[er]ante nos e Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallaria da Ordem de Saantiago autor da hũa parte e Bertollameu Dominguez nosso procurador em nosso nome reeo da outra dizendo o dito Meestre em seu libello que em outro tenpo fora contenda antre el Rey Dom Afonso e Dom Paay Pirez Meestre que foy da dicta Ordem de Santiago per razom do riio que viinha d'Alquacer aa foz de Palmella e de Setuval sobre os dirreitos das cousas que entram e sayam em naviios pella dicta foz. E por partirem a dicta contenda beerom a aveença e composiçam firmada pello dito rey Dom Afonso per consentimento de sua molher e de seus filhos por sy e por todos aquelles que depos elles veessem. E por o dicto Dom Paay Pirez com ho convento da dicta Ordem por sy e por todos aquelles que depos elle veessem, *convém a saber*, que todallas barcas que entrassem pela foz do riio d'Alquacer com panos ou com ferro ou com cera e madeiras e coiros e com todallas outras cousas que o dicto Rey e aquelles que despos el veessem ouvessem a dizima e da dicta dizima ouvesse a dicta Ordem a dizima. E todallas cousas que sais-

⁶⁷⁷ Na margem direita, de outra mão: "nos".

⁶⁷⁸ Entenda-se quarenta, porque se trata de um "XL".

⁶⁷⁹ Entenda-se quarenta, porque se trata de um "XL".

⁶⁸⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "Sentença per que ha Ordem pertence levar ho dizimo de tudo o que sair pela foz da villa de Setuval". Segue-se, ainda, de outra mão: "D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre em Portugal no anno de 1420".

sem contra ho mar pella foz do dicto rio que viinham a Alquacer que a dicta Ordem ouvesse o seu dirreito ou como se aveessem com aquelles cujas as dictas cousas fossem e que o dicto Rey nom ouvesse ende nada salvo que o homem que hi estevesse em Setuval pello almozarife de Lixbooa perfilhasse fiadores daquellas cousas que nos aviamos d'aver a dizima que as tornasse aa terra segundo husavam em Lixbooa segundo mais compridamente era contheudo na dicta aveença e composiçom. E dezia que a dicta aveença e composiçam fora sempre guardada e mantheuda pello dicto rey Dom Affonso (fl. 128) e per todollos Rex que depos el forem e per o dito Dom Pay Periz e per todollos Meestres que depos el veerem e el dito Dom Mem Rodriguiz e a dicta Ordem de posse senpre de levarem os dirreitos de todallas cousas que sairem pella foz do dicto rio d'Alquacer e de Setuval. O qual dirreito era a dizima ou se a venham <com> os dictos Meestres ou com aqueles que pella dicta Ordem ajam⁶⁸¹ d'arrecadar os dictos dirreitos na dicta Billa de Setuval sem contradizendo a dicta aveença e composiçom sobre a dicta dizima. E que estando el dicto autor e a dicta sua Ordem por bem da dicta aveença e composiçam em posse⁶⁸² de levar os dirreitos das ditas cousas que sayam pella dicta foz contra o mar e nos nom avermos da dicta sayda nada salvo que o dicto homem que hi estava que tomasse os fiadores das dictas cousas de que nos avyamos d'aver a dizima que os trouxessem aa terra e mais nom. E que Joham Afonso veedor da nossa fazenda no mes d'Abril desta Era presentem de mil e III^c X^{ta} ⁶⁸³ e VIII^o anos ou qual mes veesse em verdade em nosso nome forçara a el dicto autor e aa sua Ordem da dicta posse seu crair (*sic*)⁶⁸⁴ em que a si estava desenbargando e fazemdo desembargar navios e urcas e cucas (*sic*)⁶⁸⁵ que veerom da outra terra carregar de sal no dito rio d'Alquacer nom tragendo ao reyno mercadorias nenhūas de que pagassem dizima nenhūa e mandara ao nosso almozarife que desenbargasse os dictos navios que assi carregaram no dito rio d'Alquacer do Sal e que nom fossem costringidos pellos dirreitos d'el dicto Meestre e da sua Ordem que senpre acostumarom de levar que era a dizima do que assi levasssem ou como se aveessem com el dicto Meestre e sua Ordem. E que porem pediia que por sentença julgassemos que elle e a dicta sua Ordem fossem restetuidos aa sua posse ou seu querer de que assy estavam per bem da dicta composiçom de levarem o seu dirreito que era a dizima ou como se⁶⁸⁶ com os senhores das cousas que sayam⁶⁸⁷ pela foz do dicto rio contra ho mar pella guisa que ata aquy estiverom segundo em seu libello mais conpridamente era contheudo. O qual foy julgado que procediia e foi contestado pello nosso procurador pella crasulla geeral o que avia razom de saber negou. E o al que nom sabiia nem criia e foi julgado que contestava quanto avondava e da parte do dicto autor foram dados artiigoos os quaaes foram julgados por pertencentes. E logo da parte do dito Meestre e da sua Ordem foram dados em ajuda da sua prova hūas scripturas ante as quaaes foi dado hum estormento publico em o qual era contheudo ho trellado de hūa carta d'el rey Dom Afonso em a qual fazia mençom que Dom Garcia Periz que foi Meestre da dicta Ordem de Santiago lhe disera que a dicta sua Ordem

681 Na margem esquerda, de outra mão: "aviam".

682 Na margem direita e por outra mão: "certa".

683 Entenda-se quarenta, porque se trata de um "XL".

684 À margem esquerda, por outra mão: "direito".

685 À margem direita e de outra mão: "carracas".

686 Na margem esquerda, por outra mão: "a veessem".

687 Depois da letra "y" foi riscado a letra "s".

recebia muitos agravos d'aquelles que por el os seus dirreitos avyam de recadar⁶⁸⁸ e receber em Lixboa e em Setuval dizendo que seendo el (fl. 128v) e a dicta sua Ordem em posse de aver o seu dirreito de todallas cousas que tiralom pella foz do dicto rio que viinham d'Alquacer contra ho mar ou se avinham com aquelles cujas essas cousas eram segundo era contheudo na aveença que era feita antre el rey Dom Afonso seu avoo e a dicta Ordem que avendo elle e a dicta sua Ordem ho dirreito do sal que no dicto logo d'Alquacer e de Setuval carregasse e tiravam pella dita foz que lho mandava filhar e poer em socresto. E que outrosi estava de posse que de todallas barcas que entrassem pella foz do dicto rio com quaaesquer mercadarias que o dicto Rey avya a dizima e da dicta dizima avia o dicto Meestre e a sua Ordem⁶⁸⁹ e que aquelles que pello dicto rey Dom Afonso tiravam os seus dirreitos lhe puynham sobr'ello embargo e nom achavom o seu almoxarife nem aquelles que pella Ordem aviam os seus dirreitos e outros muitos agravamentos contheudos na dicta carta. E que o dicto rey Dom Afonso bista a dicta aveença e hũa deçaração que sobre elo foi feita per el rey Dom Dinis bistos os agravamentos que o dicto Meestre deziia que el e a dicta sua Ordem recebiam e avendo sobre todo acordo com os do seu consselho e querendo aa dicta Ordem guardar o seu dirreito e fazer mercee a ella e ao dicto Mestre mandou que todallas barcas que entrarem em Setuval e em Alquacer e sairem pela foz do dicto rio contra o mar que a dicta Ordem ouvesse o seu dirreito das cousas que em ellas levassem ou como se aveessem com aquelles cujas as dictas cousas fossem e nas dictas barcas levassem segundo era contheudo na dicta aveença feita antre o dicto rey Dom Afonso seu avoo e a dita Ordem. Outrosi na deçaração que sobre elo fezera el rey Dom Dinis seu padre mandava aos que por ele avyam de veer e partir e receber os seus dirreitos que o dirreito do sal⁶⁹⁰ que saysse pella foz que o dicto Meestre e Ordem soyam de receber que el mandara poer em socresto que o entregassem logo ao dicto Meestre e a sua Ordem ou a seu certo recado e dhy em diante lhe nom posessem sobre elle nem sobre o dirreito que saysse pella dicta foz embargo nenhum. Ca pella dicta deçaração nom se tolhiia que a dicta Ordem nom ouvesse ho dirreito do dicto sal e de aver cativo segundo mais compridamente era contheudo na dicta aveença. E mandava que quando algũa cousa beesse aa dicta billa de Setuval de que el ouvesse d'aver a dicta dizima que o dissesse ao almoxarife da dicta Ordem ou aaquelles que por el aviam de receber os seus dirreitos que o diia que ouvessem de dizimar pera logo a dicta Ordem aver o seu dirreito como davia segundo esto e outras cousas na dicta carta era contheudo. E foi sobre todo razoado de hũa parte e da outra e concluso o dicto feito. E visto per nos em Rollaçom co os do nosso desembargo presente ho Meestre e ho nosso procurador e vistas as escripturas todas da parte do dicto Meestre acordarom que ho Meestre fosse tornado aa posse de receber a dicta dizima assy como estava e que lhe entregassem os dirreitos que lhe erom embargados ficando a nos a garda do nosso dirreito sobre a propiedade seo nos entendermos d'aver contra o dicto Meestre (fl. 129) porem nos mandamos que façades comprir e guardar a dicta sentença como per nos he acordado com acordo dos do nosso desembargo he outorgado. E al nom façades. Dada na cidade de Lixboa. El Rey ho mandou per Gomez Martiinz doutor em lex seu vassallo e juiz dos seus feitos Joham de Lixboa a fez Era de mil e III^c e X^{ta} ⁶⁹¹ e VIII^o annos.

⁶⁸⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "tirar".

⁶⁸⁹ Na margem direita, de outra mão: "a dizima".

⁶⁹⁰ Repete na margem direita: "sal".

⁶⁹¹ Entenda-se quarenta, porque se trata de um "XL".

A qual sentença asi leuda e pobricada perante os dictos juizes o dicto Vaasco Afonso Salgueiro procurador do dicto senhor Meestre disse aos ditos juizes que por quanto a dicta sentença compria seer na arca do conto⁶⁹² e nom conpria d'andar de mão em mão que se podia muito asinha perder que porem deziia e requeriia nos dictos juizes que lhe mandassem dar ho trelado da dicta sentença em pubrica forma per a teer aquy o seu almoxarife e pera per ella aver de desembargar quando algũa duvida sobre a dicta razom recrer. E os dictos Pedro Frooze e Joham Vaasquez juizes derom a mym Per'Esteveez tabeliam sua auctoridade que desse ho trelado da dicta sentença ao dicto senhor Meestre em puprica forma sob meu sinal. Testemunhas Afonso Martinz e Bras Lourenço e Gil Eannes taballyãaes e Estev'Eanes Escolar e Vicente Afonso procuradores do numero e outros. E eu Pero Esteveez tabeliam d'el Rey sobredicto na dicta villa que este stormento de trelado da dicta sentença per mandado e autoridade dos dictos juizes dei e escrepvy e meu sinal fiz qua tal he.

152

1412, Dezembro, 11 – Setúbal

Insero: 1390, Maio, 15 – Coimbra

⁶⁹³Saibham todos que na Era de mil e quatrocentos e cinquenta annos onze dias do mes de Dezenbro em Setuval no adro da igreja de sam Gião seendo no dicto logo ho honrrado religioso Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago outrosi seendo hi Gomez Eannes de Monte Mayor juiz ordenairo na dicta vyla em presemça de mym Afonso Martinz tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som escriptas pareceo hi Afonso Martinz camareiro do dicto denhor Meestre e veedor da sua camara e seu chancellor e mostrou e leer fez per mym dicto tabeliam hũa⁶⁹⁴ de nosso senhor el Rey escripta em papel aberta e asseellada na costas do seello redondo segundo parecia da qual ho theor he este que se adiante se que:

Dom Joham pella graça de Deus rey de Purtugal e do Algarve a nos juizes de Setuval saude. Sabede que Dom Mem Rodriguiz Meestre de Santiago nos enviou dizer que hi ha taballyãaes (fl. 129v) que pagom em cada hum anno certas pensões dos dictos officios e que os tabalyãaes geeraaes chegam na dicta billa e se asseentam hy demorada e escrepvem nos ditos officios per tal guisa que lhes tiram as scripturas e prooes que ham d'aver dos dictos officios em que o dicto Meestre e elles dizem que recebem grande agravamento pagarem elles as dictas pensões em cada hum anno e nom as pagarem os dictos tabalyães geeraaes e aver em elles prol das dictas scripturas. E pedindo nos⁶⁹⁵ o dicto Mestre sobreello mercee. E nos veendo o que nos pediia teemos por bem se asi he e mandamos⁶⁹⁶ que quando esses taballyãaes geeraaes chegar em a essa villa e he quiserem estar e screpver que lhes assinedes tempo certo de cada

⁶⁹² Na margem direita, por outra mão: "convento".

⁶⁹³ Na margem direita e de outra mão: "Carta d'el rei Dom Joh[am] que os tabeliães ge[...] nom posam estar na villa] de Setuval se nam cer[to] tempo".

⁶⁹⁴ Na margem direita, por outra mão: "carta".

⁶⁹⁵ Na margem direita, de outra mão: "e pedia nos".

⁶⁹⁶ Na margem direita, de outra mão: "e mandamos vos".

huum ano⁶⁹⁷ que hi ajam d'estar e husar desse officio aguisadamente segundo os logares da comarca de que he tabeliam e de guisa que todo ho anno seja repartido de todos os ditos logares em que he tabeliam. E acabado esse tenpo que lhe assi per vos for assinado como dicto he vão andar pella comarca de que som tabeliãaes. E se hi mais estiverem e screpverem nos dictos officios mandamos ao alomoxarife e escripvam do dicto Meestre que os costringam que paguem as dictas pensões dos ditos officios ao dicto Meestre pella guisa que os pagom os tabalyãaes dessa villa. Honde al nom façades. Dada em na cidade de Coynbra XV dias de Mayo. El Rey ho mandou per Lourenç'Eannes Fogaça seu vasallo e chancellor Afomso Antom a fez. Era de mil e III^c e viinte e oyto annos.

E mostrada a dicta carta⁶⁹⁸ ao ho dicto Afonssó Martinz disse que por quanto era scripta em papel e se podia ronper ou se perder per augua ou per fogo ou per outro alguum perigoo ou cajom e se o dicto senhor Meestre dela se entendiia d'ajudar que lhe mandasse dar ho trellado em pubrica forma sob sinal de taballyom per sua auctoridade. E o dicto juiz vista a dicta carta e como era saam e sem riscadura⁶⁹⁹ mandou a mym sobredicto tabeliam e deu sua auctoridade que lhe desse ho trellado em pubrica forma sob meu sinal. Testemunhas Joham Afonso, o Velho, e Afonso Annes taballiãaes e Pero Annes tosador e Lourenço Annes Magro e outros. E eu Afonso Martiinz sobredicto tabeliam que por mandado e auctoridade do dicto juiz este estormento de trellado da dicta carta d'el Rey screpvy e aquy meu signal fiz que tal he.

153

1415, Janeiro, 2 – Setúbal

Inserere: 1397, Fevereiro, 11 – Évora

Saibham todos que na Era (fl. 130) de mil e quatrocentos e cinquenta e tres anos dous dias do mes de Janeiro em Setuval sob ho alpendere dos paaços do concelho seendo no dicto logo Pero Froeez escudeiro juiz ordenairo da dicta billa em presença de mym Afomso Martiinz tabeliam d'el Rey na dicta billa e das testemunhas que adiante som escriptas parecerom hy no dicto logo Martim Diaz e Lourenço Vaaz procuradores e moordomos do Esprital do Corpo Santo que he edificado na dicta villa e amostrarom e leer fezerom per mym dicto tabeliam perante o dicto juiz hũa carta d'el Rey escripta em purgaminho e seellada do seello pendiente pindurado em hũa fita estreyta biada de vias brancas e pretas segundo parecia em a qual carta som escriptas em capitullos privilegios que el carta som escriptas em capitullos privilegios que el Rey deu aos homeens mareantes dos quaaes privilegios ho theor he este que se adiante segue:

⁷⁰⁰Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta de contrauto e privilegio birem ou ho trellado della em pubrica forma facta per auctoridade de justiça saude. Sabede que nos enteendo por nosso serviço e por prol e bem e

⁶⁹⁷ Na margem direita, de outra mão: "no anno".

⁶⁹⁸ Segue-se riscado: "ao".

⁶⁹⁹ Na margem direita, por outra mão: "respansadura".

⁷⁰⁰ Na margem direita, por outra mão: "Privilegio concedido a[os] arazes das gales moradores em Setuval".

melhor defenssom da nossa terra de teermos maneira pera se poderem armar tostemente sem outra de longa nem prema cinco ou seis gallees quando conpridoiro for fazemos este contrauto com os alcaydes e marinheiros e arraezes e pretintaees e galiotes que pera esto forem escolheitos de Setuval e de seu termo por nos e por nossos socessores e os sobreditos por sy e por seus sobcessores segundo se adiante segue: El Rey lhe<s> outorga e da privilegio que por guerra que ajam com nenhuuns seus ynmiigos os nom mandem chamar que servam (*sic*) por mar nem por terra salvo quando fezer armada que passe de cinco gallees acima. Outrossi os privilegia que nom pousem com elles em suas pousadas de morada, nem adegas, nem cavallariças posto que el e a Raynha e os lffantes seiam nos lugares honde elles morarem nem lhe tomem seu pom nem binho, nem palha, nem lenha, nem roupas, nem bestas, nem gaados, nem barcas, nem outra nenhũa cousa do seu contra sua vontade. Item que nom vão com presos, nem com dinheiros, nem sejam tetores, nem curadores de nenhũas pessoas salvo dos filhos de cada huum delles ou delles meemos. E que outrosi lhes nom seja posta almo-taçariia sobre s cousas que elles queiram bender. Item os escusa que nom paguem em fiintas nem talhas que pera os encarregos dos concelhos sejam lançados nem servam (*sic*) com elles salvo quando forem lançados per mandado especial do dicto senhor Rey e que entam sejam a ello chamados dous delles quaaes elles scolherem cada huuns em seu logar pera veerem como sam lançados essas fiintas e talhas e pera saberem se som ygualdados co os outros moradores dos logares. Item que o dito senhor Rey quando aquaecer que os sobreditos ou cada huum delles forem servir per mar per mandado do dicto senhor Rey que em quanto allo andarem em seu serviço nom paguem em fiintas, nem talhas, nem em pedidos, nem em outros nenhuuns encarregos que pello dicto senhor Rey, nem pellos concelhos sejam lançados. Item outrosi lhe nom sejam tomados contra suas vontades seus filhos nem filhas nem mancebos nem mancebas que com elles quiserem biver de seu prazimento pera serem dados nem julgados a outras s pessoas que sejam pera biverem nem morarem com elles. E por estes privilegios (fl. 130v) que lhes o dicto senhor Rey outorga elles se obrigam que quando o dicto senhor Rey ou seus sobcessores quiserem mandar fazer algũa penhora ou mandarem apos alguuns cossairos que venham roubar a sua terra que pera esto elles sejam logo prestes pera entrarem nas gallees cada huum na que lhe for devisado e hirem apos os sobredictos e fazerem as dictas penhoras. E pera elles estarem melhor prestes cada huum delles teera seu remo certo na pousada ou na taraçana hu cada huum antes quiser. E pera esto el Rey lhes dara aa aquelles que quiserem teer a cada huum suas solhas e gorjanil e bacinetes que tenham em sua pousadas pera as teerem melhor concertadas pera quando comprir de hirem a seu serviço nas dictas galles e cada huum delles teera sua espada e cuitello punhal ou daga e os levarom aa dicta gallee quando em ella ouverem d'entrar. E hindo elles assi a seu serviço em cada huum dos casos sobreditos el Rey lhes dara seu soldo acostumado de dar aos outros galiotes nos dictos regnos de Portugal e do Algarve como se costuma dar nas galles deste regno. E outrosi lhes outorga o dicto senhor Rey per sy e seus socessores por privilegio que em caso que elles ou parte delles per seu mandado ou d'aquel que pera ello seu poder ouver bãao contra algum cossairo ou cossairos ou contra algũas gallees ou navios que venham fazer guerra aa sua terra como suso dicto he que de totalas gaanças que elles fezerem tanbem em mar como em terra asi de prisoneiros como doutros averes ajam e possam aver pera sy os alcaldes e galyotes e pytyntees e marinheiros e araezes que hi forem a terça parte de todo aquello que assy gaançarem e as dictas partes sejam pera o dicto senhor Rey tirando de todo manente primeiro ho dirreito que o almirante ou capitom que com

elles⁷⁰¹ ha d'aver. E do que assy ficar partido o dicto almirante ou capitom aja o dicto senhor Rey as duas partes e elles sobreditos hũa terça. E esto senom entenda nos cascos dos navyos e seus aparelhos que ham de seer todos do dicto senhor Rey. Nem outrossi em prisoneiros que possa pagar por sy cinco mil livras porque em este caso quer o dicto senhor Rey que o dicto prisoneiro ou prisoneiros que chegarem aa dicta contiia de cinco de mil livras sejam seus e el seja theudo de pagar por elles os dictos cinco mil de livras⁷⁰² aos sobreditos. E destas cinco mil de livras⁷⁰³ aver el as dictas suas duas partes pella guisa que suso dito he das outras cousas. E elles a outra terça parte. Item por quanto na partilha das dictas gaanças podiam recrecer grandes discordias e arroydos o que ao dito senhor Rey seria pouco serviço, manda o dicto senhor Rey que se faça desta guisa que se segue, *convém a saber*, que quamdo se tomar algũa fusta ou navii em cada huum dos casos suso dictos que todallas cousas e cada hũa dellas que cada huum dos dictos alcaides e galiotes, bintaneiros e arraezes e pintintaaes, marinheiros gaançarem das cousas que som sobre tilha afora os prisoneiros sobredictos e aparelhos dos naviios que assy forem tomados que cada huum aja e possa aver pera sy todo o que gaançar e dello nom seja theudo dar parte ao dicto senhor Rey nem a almirante, nem capitom, nem a alcaide, nem a outra pessooa que seja. Item dos prisoneiros e dos outros averes e mercadoriias que veerem sob tylha manda el Rey que se faça em esta guisa que da terça parte que elles ham d'aver seendo primeiro pagado do seu dirreito ho almirante ou capitom que com elles for ho al que ficar se partira em esta maneira: huum galyote avera tanto como outro. E cada huum dos (fl. 131) alcaides levara parte por quatro galiotes e vintaneiros e arraezes dous delles averam parte por seis gallyotes e o pya mar aja tanto como huum galyote e huum marinheiro da vantagem outra tanto como huum alcaide. E cada huum dos outros marinheiros autram tanto como os beesteiros e arraezes, *convém a saber*, os marinheiros por seis galyotes. E pera esto se poeram quadrilheiros quaaes elles ordenarem com acordo de seus alcaides. Item quando acontecer que o dicto senhor Rey mande fazer algũas penhoras e forem per elles ou parte delles tomados alguns navyos ou fustas pellos dictos penhores quer el Rey que se faça per esta guisa: que os ditos galyotes e vyntaneiros e alcaides e arraezes e pyntentaaes e marinheiros averem outrossy a terça parte daquella contiia per que el Rey asy mandar prender balendo tanta contiia aquellas cousas em que assy prenderem quanto he o por que el Rey mandar prender. E vallendo mais aquello que asy prenderem nom ajam mais que o terço daquella contiia por que he feita a dicta prenda. E valendo menos o que assy prenderem que aquella⁷⁰⁴ contiia por que prenderem ajam ho terço daquello que tomarem. E que elles nom possam em este caso tomar nem roubar outra nenhũa cousa por quanto conviiriia ao dicto senhor Rey a pagar despois o que elles assi roubarem. E partasse o que assy ouverem d'aver como suso dicto he. Item se obrigam que armando o dicto senhor Rey mayor parte de cinco galles que os dictos gallyotes e vintaneiros, alcaides e arraezes e pyntentaaes e marinheiros sejam prestes pera o servirem na dicta armada. Cada huum e sua gallee que lhes for devisada pagando lhe el Rey seu soldo como aos outros que na dicta armada forem. E que yndo elles na dicta armada averam cada huum o que gançar sobre tylha a terça parte daquello todo

701 À margem esquerda e de outra mão: "forem".

702 Na margem esquerda e de outra mão: "dobras".

703 À margem direita e de outra mão: "dobras".

704 Segue-se uma letra riscada.

que veer sob tyha e se partira polla guisa que suso dicto he. Outrossy que sayndo em terra de seus ynmiigos e roubando algũas cousas quaaesquer que cada huum aja e possa aver aquello que gaançar tirando billa ou castello que ha de seer d'el Rey ou prisioneiros de que se faça pella guisa que he contheudo nos capitullos suso escriptos. Outrossy os sobreditos se obrigarom que chagando algũuas gallees de inmiigos do dicto senhor Rey e de seus sobcessores a fazer alguuns malles ou danos supitanyamente em seus regnos ou estando os dictos navyos em logar tal que o dicto senhor Rey podesse aver e percalçar e nom teendo el Rey a esse tempo frota armada ou a teendo em tal logar que nom podesse assy taste a ello acorrer como a seu serviço comprisse que em este caso elles sejam logo prestes pera⁷⁰⁵ entrar cada huum em gallee ou gallees em que for ordenado que cad huum aja de servir e hir a serviço do dicto senhor Rey contra as dictas gallees ou navios que assy veerem fazer dano ou guerra em sua terra ou assy estiverem em logar que possam percalçar com tanto que nom sejam theudos de hir mais longe que quanto tange as costeiras de Portugal e do Alguarve (fl. 131v) percalçando os que possam aver seu terço que percalçarem das cousas que percalçarem como suso dicto he. E nom as percalçando que entom se possam tornar livremente desarmar ha gallee ou gallees em que assy forem. Item outorga lhes o dicto senhor Rey que se alguum ou alguuns de qualquer estaado e condiçam que sejam contra estes privilegios ou cada huum d'elles forem em parte ou em todo que manda aos seus corregedores e juizes e justiças que lhe nom conssentam e lhes alcem delles força. E nom lha alçando seendo requeridos per os sobredictos ou cada huum delles que sejam citados que per pessoa pareçam perante o dicto senhor Rey a dizer qual he a razom por que lhes nom fezerom comprir e guardar. E porem mandamos a todollos juizes e justiças dos nossos regnos que esta carta de privilegio birem que a compram e guardem e façom comprir e guardar pella guisa que em ella he contheudo. E nom consentam que nenhum contra ello vaa. E nom o querendo assy fazer mandamos a qualquer tabeliam que enpraze essas justiças que do diia que os assy enprazem ha XV diias primeiros seguintes pareçam a ca perante nos hu quer que formos a dizer e mostrar qual he a razom por que nom fazem assy comprir e guardar os dictos nossos privilegios pera o nos veermos e lho estranharmos como for nossa merce e honde huuns e os outros. Al nom façades. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dada na cidade d'Evora, onze dias de Fevereiro. El Rey ho mandou. Vaasqu'Eannes a fez. Era de mil e IIII^o e XXXV annos.

E mostrada a dicta carta o dicto Martim Dominguz per sy e em nome dos outros homeens boons mareantes da dicta billa pediãao ao dicto juiz que lhe comprisse e guardasse os dictos privilegios na dicta carta contheudos como o dicto senhor Rey manda. E o dicto juiz vista a dicta carta e ho requerimento que lhe era feito pello dicto Martim Dominguz disse que elle obedecendo ao mando⁷⁰⁶ de seu senhor el Rey que mandava que se guardassem e comprissem aos dictos mareantes e pessoas na dicta carta contheudas os dictos privilegios como el Rey manda. E o dicto Martim Dominguez pediu assy huum estormento com ho theor dos dictos privilegios e o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas Afonso Annes e Martym Annes e Vasco Gonçallvez e Joham Martinz e outros. E eu sobredicto Afonso Martiinz tabeliam que por mandado do dicto juiz este estormento escrepvy do theor dos dictos privilegios na dicta carta contheudos e aquy meu synal fiz que tal he.

⁷⁰⁵ À margem esquerda e de outra mão: "de".

⁷⁰⁶ Na margem esquerda e de outra mão: "mandado".

(fl. 132) Acabam as escripturas da 8ª parte começam as da 9ª parte.

154

1184, Novembro

⁷⁰⁷In Nomine Patris et Fillii et Spiritus Santi amen. Quoniam antiqua temporis institutione iuris debito racionabilis consuetudo penes omnes emergerit ut factorum series successuum numerus fortunarum eventus scripto comendentur, comdata ab hominum nedecidant vel omnibus preterita presencialiter consistant. Iccirco ego Alfonsus Dei gracia Portugalensium rex, Alfonsi magni regis Yspanie nepos comitis Enrice et regine Tarasie fillius, simul cum fillio meo eadem gracia Portugalensium rege Domino Sancio et uxore eius regina Domna Dulcia, facio cartam donacionis et perpetue firmitudinis tibi Bernaldo Menendi canonico Ulixbonenssis ecclesie Sante Marie de illis ecclesiis que sunt in castello Caune inter Palmellam et Almadanam. Do tibi prefacta<s> ecclesia<s> cum omnibus que ad ius meum pertinent, videlicet, ut habeas eas jure hereditario in perpetuum stique (*sic*) tibi potestas donandi eas cuicumque voluens qui promoveri valleat ad celebrandum meis divina officia. Siquis vero contra hoc nostrum factum ire <ire> (*sic*) presumpserit sit maledictus et excommunicatus. Facta carta donacionis et firmitudinis mensse⁷⁰⁸ Novembri. Era M^oCC^oXX^oII^o. Ego rex Alfonsus cum filio meo rege Sancius et uxore eius regina Donna Dulcia hanc kartam confirmo tibi Bernaldo de prefatis ecclesiis quas tibi dedi p<o>polatione⁷⁰⁹ predicti castri quam mihi fecisti in quibus ecclesiis tibi in perpetuum ius fundi concedo.

[1ª coluna de subscrições:]

Godinus Braccarensis archiepiscopus conf.
 Martinus Columbriensis episcopus conf.
 Johanis Visensis episcopus conf.
 Menendus Gonsalvi conf.
 Reimondus Pelagii conf.

[2ª coluna de subscrições:]

Petrus Salvadoriz ts.
 Nunius Gutieris ts.
 Gonsalvus Fernandez ts.
 Petrus Pelagii ts.

(Rota)

Julianus cancellarius regis notuit.

⁷⁰⁷ A primeira letra capitular está ornamentada com uma espada. Na margem direita, de outra mão: "Doaçam d'el rei Dom Afonso Anri[ques] das igrejas de Couna a Bernal[...] Mendez conego de Lixboa que a [...] Mestre povoou. Per que consta direito dos padroados das igrejas que [...]tencer aos reis deste reino [...] ganharam dos mouros. Supra sentença (?) Gregorius VIIIº folio [...] et tabeliam (?) folio 99 [...] Sancius secundi". Segue-se, ainda, de outra mão: "Doação da igreja de Couna por el rei D. Affonço Henriques na Era [seguem-se umas letras riscadas] de 1222. Assim he mas não a Ordem e o ann (sic) esta errado que he no de 1184. Porem sendo Era não errou".

⁷⁰⁸ Palavra repetida, na margem esquerda, por outra mão.

⁷⁰⁹ Palavra corrigida.

(fl. 132v)

155

1388, Janeiro, 18 – Perugia

⁷¹⁰Urbanus Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio decano ecclesie Ulixbonensis salutem et apostolicam benedictionem. Conquesti sunt nobis dilecti filii Menendus Roderici Magister et fratres Ordinis Millicie Sancti Jacobi de Spata in Portugalia quod universitates hominum de Sesinbra et de Palmela castrorum Ulixbonense diocese ad dictum Ordinem pertinentium arces et fortalicia ipsorum castrorum temeritate propria destruxerunt penitus ac prostraverunt ad teream in deducus ipsius Ordinis ac lesionem non modicam et gravamem. Ideoque discrecione tue per apostolicam scripta mandamus quatinus partibus convocatis audias causam et appellatione remota debito fine decidas faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari proviso ne aliqua et singularis persona dictarum universitatum ad indicium evocetur. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia, odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cesante compellas veritati testimonium perhibere. Datum Perusii XV kalendas Februarum. Pontificatus nostri anno decimo.

156

1385, Outubro, 3 – Porto

Dom Joham pela graça de (fl. 133)⁷¹¹ Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Vaasco Gil nosso corregedor nas terras da Ordem de Santiago saude. Sabede que o concelho e homens boons de Palmela nos enviaram dizer que elle senpre costumaram fazer seus azeites em dous lagares que sam na dicta vila hum delles e outro em Alferrara seu termo e hum dos dictos lagares caira em terra. E que depois que caira elles vão fazer a Setuval suas azeitonas e que ora ho comendador dessa vila e seu moordomos os nam leixam hir fazer seus azeites a dicta billa e que se os alo vão fazer que os penhoram porende e lhes fazem outras sem razões no que dizem que recebem grande agravo e pediro nos por mercee que lhe ouvessemos sobre llo alguum remedio com dirreito. E nos veendo o que nos dizer e pedir enviaram teemos por bem e mandamos vos que presente partes se achardes que assy he como elles dizem que asinedes diia certo a esse comendador da dicta villa que faça esse lagar que ora he derribado e se o nom quiser fazer ao dito dia mandade a esses homeens desse concelho que façom seus azeites no dito logo de Setuval ou honde elles por bem tenerem e que lhe nom levem nem sejam theudos de lhe levar a dicta cooyma que lhe assy põoe. E se os por esta razom penhorarem ou costrangerem vos desenbargade lhe logo seos penhores salvo seu os da outra parte for mostrada razom direita per que o nom devades fazer. E al nom façades. Dada na cidade do Porto, tres dias d'Outubro. El Rey ho mandou per Joham Afonssso bacharel em degredos e per Joham Afonssso escollar em lex seus vassallos e do seu desembargo. Afonssso Lopez a fez Era de mil llll^c XXlll anos.

⁷¹⁰ Na margem esquerda e de outra mão: “[...]jissam e breve apostolico do re[...] ao adaiam de Lixboa pera [co]nhec- cer de hua certa causa”.

⁷¹¹ Na margem direita, de outra mão: “Carta de comissam per que se manda coreger hum lagar d’azeite de Palmella”.

1433, Outubro, 8 – Coina

Insero: 1385, Outubro, 3 – Porto

⁷¹²Saibham quantos este estormento de trrellado per autoridade de justiça virem que na Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o XXXIII^o annos oytto dias do mes d'Outubro em Coouna ante as casas da morada de Joham Vaasquez estando hi Joham Bernaldez e Gonçallo Gil juizes ordenairos em a dicta villa em presença de mym Gil Meendez tabeliam pollo Iffamte Dom Joham em essa meesma e testemunhas adiante escriptas pareceo Estevam Rodriguez contador das terras do dicto senhor (fl. 133v) e mostrou hũa carta d'el rey Dom Joham que Deus aja em sua gloria asynada per Joham Afonssso bacharel em degredos e per Joham Afonssso escollar em lex seus vassallos e do seu desembargo segundo em ella parecia da qual ho theor tal he:

Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Lourenço⁷¹³ Gil nosso corregedor nas terras da Ordem de Santiago saude. Sabede que o concelho e homens boons de Palmela nos enviaram dizer que elles de sempre costumaram de fazer seos azeites em dous lagares que som na dicta villa hum delles e outro em Alferrara seu termo e que hum dos lagares caira em terra e que depois que caira elles vão fazer a Setuval suas azeitonas e que ora ho comendador dessa vila e seus moordomos os nam leixam hir fazer seus azeites aa dicta vila e que se os alo vão fazer que os penhoram porende e lhe fazem outros sem razões no que dizem que recebem grande agravo e pediram nos por mercee que lhe ouvessemos sobreello algum remedio com dirreito. E nos veendo o que nos dizer e pedir enviaram teemos por bem e mandamos vos que presente partes se achardes que assi he como <elles> dizem que asinedes dia certo a esse comendador da dicta villa que faça esse lagar que ora he derribado e senom quiser fazer ao dito dia mandade a esses homeens desse concelho que façom seus azeites no dicto logo de Setuval ou honde eles por bem tenerem e que lhe nom levem nem sejam theudos de lhe levar a dicta cooyma que lhe asy põoe e se os pela dicta razom penhorarem ou costringerem vos desenbargay lhes logo seos penhores salvo se vos da outra parte for mostrada razom dirreita per que o nom devades fazer. E al nom façades. Dante na cidade do Porto tres dias d'Outubro. El Rey o mandou per Joham Afonssso bacharel em degredos e per Joham Afomso escollar em lex seus vassallos e do seu desenbargo Afonssso Lopez a fez. Era de mil IIII^o XXIII annos.

A qual carta asi mostrada como dicto he ho dicto Stevam Rodriguez em nome do senhor Ifante disse que por quanto a dicta carta era de longo tempo feita e em papel e podiasse por ventura ronper e o dicto senhõr per esse azo perder seu dirreito que requeriia aos dictos juizes que dessem sua autoridade ordenaria a mym sobredicto tabeliam porque lhe desse hum estormento com o theor dela em publica forma de verbo a verbo e os dictos juizes por quanto pedia dirreito lho mandarom dar asi como dicto he. Testemunhas Nuno Fernandez e Fernand'Alvarez e Gomez Lourenço meirinho e eu sobredicto tabeliam que per autoridade dos dictos juizes este estormento dei e escrepvi em que meu sinal fiz que tal he.

⁷¹² Na margem direita, de outra mão: *"Ha sobre dicta carta tr[...]. dada em publica forma"*. Ainda de outra mão: *"Ja lançada"*.

⁷¹³ Na margem direita, de outra mão: *"Vasco"*.

(fl. 134)

158

1414, Janeiro, 27 – Palmela

⁷¹⁴Em nome de Deus Amem. Saibham quantos este stormento de tonbo biremo em como na Era de mil e III^o L^{ta} II annos XXVII dias do mes de Janeiro em Palmela no postigoo da dicta vila que he de tras ho castello da menagem estando hi Afonso Gonçalvez juiz ordenairo na dicta bila presente Pero Vaaz procurador do concelho da dicta bila em presença de mym Joham Feeo tabeliam d'el Rey em a dicta billa pareceo hi Uda (*sic*) Negro beedor da fazenda de Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Ordem e Cavallaria⁷¹⁵ de Santiago e disse e fez requerimento ao dicto juiz em nome do dicto senhor Meestre dizendo que assy era verdade que a Ordem avia em termo da dicta billa herdamentos que partiam com alguuns ereeos e que estes ereeos com que assi partiam se metiam em posse delles por muitos logares e arrancavam os marcos delles. E outrosi alguuns que tragiam algũas herdades aforadas e sonegavam os foros por tal guisa que a hordem nom avia dello nehũua cousa e era desapoderada do seu dirreito. E que porem requeria e frontava ao dicto juiz que por inquiriçom soubesse quaes eram os que assy tomavam os dictos herdamentos e herdades e as fezesse demarcar e poer os marcos honde antiigamente soyam d'estar. E outrosi soubessem os que tragiam os dictos foros sonegados por tal guisa que a dicta Ordem ouvesse o seu direito e nom ho querendo fazer ou seendo a ello negrigente que protestava aver a dicta Ordem todo pellos beens do dicto juiz e nomeou logo pera esto provar estas testemunhas que se adiante seguem: Item Afonss'Eannes do Barril e Joham Aucovynho. Aos quaaes o dicto juiz deu juramento aos Santos Avangelhos que elles bem e dirreitamente sem malicia nem bandoriia nehũa demarcassem e destremenhassem as herdades da hordem e como e per que guisa se avya dellas e cada hũua delas pagar ho dirreito aa Ordem por tal guisa que sem nenhuum engano nem malicia a Ordem ouvesse seu dirreito e ho pouco que os dictos herdamentos tragiam o seu per guisa que todo fosse feito aa booa fe e dirreitamente. E elles diserom que assy o fariam e prometiam de fazer. E eu Joham Feeo esto escrepvy. As (*sic*) quaaes herdamentos de Palmela e de seu termo foram decrarados e devisados pellos dictos homeens boons que eram da dicta Ordem per esta guisa que se adiante segue:

Primeiramente. Item hũua herdade de pom no Figueiredo do qual esta Ordem em posse e a da Alavrades parte ao levante com caminho puprico de longo de hum cabo a outro e ao abrego com Afonso Carvalho e ao ponente com Baasco Martiinz Quadrrado e com Meestre Dieguo e com vinha de Martim Gonçalvez e de si com caminho do concelho que vem da Pipa (fl. 134v)⁷¹⁶pera Setuvaal e com Diego Afonso criado do Meestre e com herdamento que foy do Bezcardo e aguiam com hereeos de Joham do Barril de Setuval e com hereeos de Pero Martiinz e com vinha de Fernam Dominguez Galego e levava hum moyo de pam de sementeada a qual nom se aproveita salvo a varzea do triigo.

Titulo das herdades da Aciada.

Primeiramente hũa courella de herdade de pom que traz Afonso Gomez Fauyno a qual parte ao levante com Fernam Dominguez Gallego e ao abrego com o dicto Afonso Gomez e ao

⁷¹⁴ Na margem direita, de outra mão: "Tombo dos foros de Palmella".

⁷¹⁵ As palavras "de Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Meestre da Ordem e Cavalla" estão sublinhadas e na margem direita, de outra mão: "D. Mem Rodrigues de Vasconcellos Mestre em Portugal no anno de 1414".

⁷¹⁶ À margem esquerda, de outra mão: "criado".

poente com Fernam Dominguz levara de sementeira dous alqueires paga quarto e dizimo aproveitada.

Item outra herdade, *convém a saber*, courela de Joham Giraldez no dicto logo parte ao levante com Vicente Annes Cebolleiro e ao ponente com Fernam Dominguz Gallego levara de sementeira dous alqueires paga ho quarto e dizimo aproveitada.

Item tem outra courela de Gil Eannes ho Moço que parte ao levante com Johan'Eannes e ao poente com Afonso Gomez leva de sementeira dous alqueires paga o quarto e dizimo aproveitada.

Item outra herdade e vinha que traz Afonso Cabaços parte ao levante com caminho puprico do concelho e ao poente com Joham Eannes leva de sementeira hum alqueire e meio paga de pom e vinho aproveitada.

Item dous carteiros de herdade de pam de Joham Annes que parte ao levante com ho sobredito Joham Eannes e com hum carteirom que foy da Gaga e ao poente com vinha do sobredito e aguyam com carteirom de Costança Gomez e outro parte com caminho do concelho ao levante e ao ponente com o sobredito carteirom de herdade isentos dos quaaes carteiros de herdades anbos paga aa Ordem sete alqueires de pam meado quando tiverem pom aproveitada.

Item tras o sobredito no dicto logo da dicta Ordem hũa binha que parte ao levante com totalas outros (*sic*) devisões com o sobredito Joham Eannes paga cada hum ano quinze almu-des de vinho aproveitada.

Titulo das herdades da Fonte do Sol.

Primeiramente hũa herdade no Daaroal que foi de Joham Bicente da Ribeira trage a aguora Joham Eannes de Louro parte ao levante com Stev'Eannes Gorelho e ao poente com herdeiros de Andre Quachados leva de sementeira dez alqueires de pom ha cinco anos que nom foi lavrada paga d'onze dous. Item outra no dicto logo que traz Joham Giraldez morador em Coouna parte ao levante com herdeiros de Andre Quachados e ao poente so meesmo leva oyto alqueires de sementeira ha oyto annos que nom foi aproveitada paga d'oyto hum.

Item no Barril que som de foro de pam hũa herdade que foy de Gomez Eannes Ratinho e trouve a Joham Esteveez dizimeiro e agora a traz novamente Lourenço Annes carneceiro que diz que foi da avoo de sua molher parte ao levante com Bertollameu Vaaz e ao poente com hereeos de Andre Quachados leva de sementeira viinte alqueires de pom e ha XV anos que nom foi lavrada paga de onze dous.

Item dous carteiros que forom do Carrulho que parte hum deles do levante com herdeiros de Vicent' Eannes (fl. 135) da Serra e a ponente mata do concelho e outro parte ao levante com Bertollameu Vasquez e ao ponente com Lourenço Annes carneceiro levam de sementeira cinco alqueires pagom de onze dous nom sam aproveitados nem ha hi herdeiros.

Item hum carteirom que foi de Gomez Vicente esta de posse Costança Gomez sua filha parte ao levante com hum carteirom que foi de Vicente Annes da Serra e abrego com Afonso Lourenço Mozquacho leva de sementeira dous alqueires de pom paga de onze dous nom he aproveitada.

Item outro carteirom de Afonso Lourenço ho Bello com oliveiras que parte ao levante com herdeiros de Vicent'Eannes da Serra e ao abrego com ribeiro de Cordova leva de sementeira dous alqueires de pom paga d'onze dous nom he aproveitada ha XV annos.

Item outro carteirom que foi de Vicent'Eannes da Serra traze o Joham Esteveez filho do priol parte ao levante com herdeiros de Domingos Dominguez de Canha e ao poente com Afonso Lourenço e com Gomez Vicente leva de sementeira dous alqueires paga de onze dous nom he aproveitada.

Item outra herdade de Lourenço Dominguez lavrador que parte ao levante com Rodrigo Giella e ao poente com Fernam Bello leva de sementeira hum carteirom de pom foi dela semeada ha huuns cinco anos tem oliveiras.

Item outra que traz Rodrigo Giella que parte ao levante com herdade da Ordem leva de sementeira viinte alqueires paga de onze dous aproveitada salvo hum anno.

Item hũa courela de Joham Fianco janrro de Joham Sobrado parte do levante com Rodrigo Gula e ao ponente com herdeiros de Martim Chainho leva de sementeira dous alqueires de pom paga de onze dous ha dous annos que nom foi aproveitada.

Item outra courela que foi de Martim Lourenço Chainho com tres oliveiras trage a Lianor Dominguez parte ao levante com Joham Franco e ao poente com Rodrigo Giella leva de sementeira dous alqueires ha dous anos que nom foi aproveitada paga de onze dous.

Item mais hũa herdade que jaz junto com as canaveas na Pipa parte ao levante com caminho do concelho e ao poente com ribeiro de Cordova leva de sementeira tres⁷¹⁷ alqueires de pom esta de posse a Ordem.

Item outra courela de herdade que ha em Feeixe d'Achas com suas oliveiras parte ao levante com mato do concelho e a poente com Diego Afonso esta traz a Ordem leva de sementeira seis alqueires de pom.

Item as herdades do Barril estas traz a Ordem de sua mão partem do poente com Pedr'Afonso d'Alferrara leva com ha do concelho em sementeira seys moyos de pom e ao levante parte com caminho de Cauna (*sic*) e a aguyam de longo da serra do Barril.

Item na fonte de beber hum farregeal que parte ao levante co o rossiio do concelho e ao poente com ribeiro d'augua corrente e ao abrego com Afonso Annes ourivez esta a hordem de posse com suas oliveiras leva de sementeira viinte e oyto alqueires de pom.

Item hum carteirom de almoinha no çarrado que foi de Motafe com hũa lorangeira e parte ao levante com Joham Rodriguiz e a aguiam com barroca de Santa Ana esta a hordem de posse.

Item hũa herdade no Chanarco que parte ao levante com (fl. 135v) caminho do concelho e a poente com herdeiros de Fernam Baaz com suas oliveiras e trage a a ordem de sua mão.

Item a varzea da ordem em ha varzea da Freira parte ao levante com caminho puprico do concelho e ao poente com ho janrro d'Afonso Baxo leva de sementeira oyto moyos de pam.

Item mais a varzea de Dona Tareija que parte ao levante com caminho puprico do concelho e ao poente com Joham Dominguez dos Altos levara de sementeira triinta alqueires de pam.

Item nas Gralheiras tres casaaes que traz Afonso Dominguez Galego e outro traz Luis Eannes e outro traz Afonso Vicente Piom e jazem todos em hum rego e partem ao levante com Joham Afonso d'Alanquer e ao poente com Joham Dominguez neto de Martim Gil levarom de sementeira tres moyos de pom paga o terço aa ordem.

Titulo das herdades de Val de Grou que pagom dinheiros.

Item hũa binha no dicto loo que traz Joham Dominguez janrro do Bexigoso que parte ao levante com Joham de Beja e ao poente com ereeos do (*sic*) M<a>rouço e ao abrego com Costamça Annes Fremosinha levara de cavadura dous homens paga de foro em cada hum ano tres livras da moeda antiiga a fora ho dizimo.

Item outra herdade e⁷¹⁸ vinha no dicto logo que trazem os netos do Maroço partem ao levante com ereeos do Bexigoso e ao poente com Martim Vicente e ao agiam com caminho puprico do concelho levara tres alqueires de pam em sementeira e a vinha parte ao abrego com amolher

⁷¹⁷ Palavra corrigida.

⁷¹⁸ Palavra corrigida.

d'Airas Eanes ao aguyam com Martim Vicente e paga dos dictos beens quatro livras da moeda antiiga por foro e dizimo ha erdade de pom jaz em mato.

Item mais no dicto logo hũa courela de vinha que traz Costamça Annes Fremosinha parte do levante com Giral Afomso Mofino e ao poente com ereeos do Maroço e mais huum carteirom de herdade no dicto logo que parte ao levante com ereeos do Maroço e ao poente com Martim Vicente e pagom de foro e dizimo em cada huum anno quatro livras da moeda antiiga.

Item mais no dicto logo hũa binha que traz a molher d'Airas Annes que parte ao levante com Giral d'Afonso e o poente com Joham de Beja e leva de cavadura⁷¹⁹ quatro homeens paga de foro e dizimo em cada huum anno tres livras da moeda antiiga.

Item mais hũa vinha que jaz junto com a varzea da Hordem que foi de Pero Afomso tecelam parte ao levante com a varzea da ordem e ao poente com caminho d'ereeos e paga de foro e dizimo quatro livras da moeda antiiga.

Item mais hũa binha que chamom ha de Giral Tronbeiro que traz agora Joham Gonçalvez Neto a qual parte ao levante com caminho puprico do concelho e ao poente e aguyom e abrego com a ordem jaz por adubar paga de foro e dizimo quareenta soldos da moeda antiiga levar de cavadura oyto homeens.

Item na Pipa pomares e vinha e olyvaees e canaveaes parte ao levante (fl. 136) caminho puprico do concelho e a poente ribeiro de Cordova e abrego com ho Mafario e aguyom com Afonso Esteveez Anrique com seus assentamentos levam as vinhas de cavadura vinnte e cinco homeens trage esto Estevam Rodriguiz paga de foro sem dizimo viinte e cinco livras da moeda antiiga adubada paga dizimo.

Item hũa vinha que foi de Lourenço Romeu que traz Joham Rodriguiz e Lourenço Annes casou com a molher que foy de Joham Romeu que he em Cordova parte ao levante com Ribeiro de Cordova ao poente com os dictos foreiros que sam isentos levava de cavadura cinco homeens paga de foro em cada hum anno foro e dizimo seis livras da moeda antiiga.

Item no Barril hũa herdade de Fernam Bello parte ao levante com Lourenço Dominguez jaz em mato paga quatro livras da moeda antiiga.

Item huum carteirom de Costança Domingez ama que foy do priol que jaz tras as Cosas parte com Bernal Periz paga de foro cinco soldos da moeda antiiga. Item Moor Vaaz de huum carteirom d'orta e quintaal que esta tras a casa parte ao levante com Bernal Periz e abrego com Joham Esteveez Ruço paga de foro e dizimo viinte e cinco soldos.

Item Gonçallo Martiinz hũa orta em Santa Ana que parte ao levante com caminho puprico e ao abrego com herdeiros de Mateus Mendez e aguyom com ribeiro d'augua paga de foro sete livras da moeda antiiga.

Item Giral Vaaz de huum chãao que esta tras as casas parte ao levante com Bernal Periz e aguyom com Moor Vaaz este traz Joham Estevez Ruço paga de foro cinco soldos da moeda antiiga.

Item Afonso Vicente Pom e Augua de hũa orta no Carvalho que parte ao levante com herdeiros do vigairo e a poente com Afonso Esteveez Anrique esta traz Gonçalo Periz briano paga de foro e dizimo doze soldos da moeda antiiga.

Item Rodrigo Vicente Galego hũa courela de vinha na de Baselga parte ao levante com Margarida Gil e a poente com herdeiros de Reymom paga por foro e dizimo treze soldos da moeda antiiga.

Item Afonso Dominguiz filho de Domingos Vaaz de hũa orta na do Cardeal parte ao levante com caminho do concelho e abrego com orta de Pero Cabaços paga de foro e dizimo dez soldos da moeda antiiga.

⁷¹⁹ Palavra corrigida com dois "s" cortados no início.

Item Afonso Esteveez Anrique de hũa orta que he na Isenta parte ao levante com Gonçalo Periz Bryano e a poente com Domingos Branco paga de foro e dizimo oyto soldos da moeda antiiga. Item Afonso Estevez Anrique de hũa orta que he na Isenta⁷²⁰.

Item Martim Lourenço Chaynho de hũas vinhas na serra e hũa delas traz Afonso Annes do Barril e parte o que traz Afonso Annes com herdade da Ordem e a poente com Stev'Eannes neto do priol e a outra parte ao levante com o dicto Afonso Annes e ao poente com Joham Franco e pagam por foro e dizimo dezassete soldos da moeda antiiga.

Item Joana Lourenço Marceira esta traz hum chãao de hũa casa que jaz no Canello que parte ao levante com rua puprica do concelho e a poente (fl. 136v) com Afonso Dominguez Cabellos esta pagava viinte soldos da moeda antiiga. Esta Joana Lourenço ha dez annos que he finada e nom lhe achom beens nenhuuns esta ho chãao pella Ordem.

Item Joham Velho hũa courella de mato no Barril e parte ao levante com herdade que foi de Pom e Augua e a poente com Bertolameu Vaaz paga de foro e dizimo viinte soldos da moeda antiiga esta traz Pero Farto e Afonso Velho seus herdeiros.

Item em Honena traz hũa herdade e vinha que foi de Martim Cide traze a agora Afonso Annes Gansso seu janrro parte o levante a herdade com caminho puprico do concelho e ao poente com herdade de Vasco Annes do Viso e a vinha parte ao levante com Joham Afonso da Nogueira e aguyom com caminho puprico do cocelho paga de foro e dizimo dez livras da moeda antiiga. Item A molher que foi de Joham do Barril de hũa vinha que esta na serra parte ao levante com Gonçalo Gomez e a poente com herdeiros de Martim Lourenço e paga de foro e dizimo onze soldos da moeda antiiga.

Item Branca Annes hũa orta no Cardal que parte ao levante com Gonçalo Annes Quolaço e a poente com herdade da Ordem e traze a agora Gonçalo Annes Quolaço paga foro e por dizimo tres soldos e meo da moeda antiiga.

Item Margarida Gil hũa courela de vinha na serra parte ao levante com Stev'Eannes e a poente com Joham Lourenço janrro de Reymam paga foro e dizimo treze soldos da moeda antiiga.

Item Rodrigo Bicente Motaffe de hũa orta que he a fonte de beber parte ao levante com com (sic) caminho do concelho e a abrego com herdade da Ordem traz a metade dela Joham Rodriguiz seu filho e a outra meetade traz Joham Botam pagom de foro e dizimo tres da moeda antiiga.

Item hũa vinha de Reymam na serra parte ao levante com Margarida Gil e a poente com Afonso Esteveez Anrique traze a agora Joham Lourenço filho de Lourenço Giraldez tabeliam paga por foro e dizimo XVII soldos da moeda antiiga.

Item Bertollameu Vaaz de hum mato com herdade no Barril que parte ao levante com herdeiros de Pom e Augua e a poente com herdeiros de Gomez Eannes Ratinho paga de foro e dizimo viinte soldos da moeda antiiga.

Item Francisquo Gonçalvez de hũa courela de mato na Baril (sic) nom sabem dela devisões paga Sorllento (?) Pinto judeu de foro da dicta herdade XX soldos da moeda antiiga.

Item Vaasco Gil de Sam Giãao hum carteirom de mato no Barril que parte ao levante com Fernam Bello e a poente com herdeiros de Pom e Augua esta traz Andr'Eannes Çoudo paga de foro e dizimo viinte soldos da moeda antiiga.

Item Estevom Façaldo d'hũa almoynha que jaz isenta parte ao levante com herdeiros do Migairo e a poente com Lourenço Fernamdez e traze a Santo Eloy e paga por foro e dizimo viinte e oyto soldos da moeda antiiga.

⁷²⁰ A informação constante deste item está subpontada, assinalando um engano, uma vez que repete o início do item anterior.

Item hũa casa que foi do Estorninho que parte ao levante com Martim Annes e a poente com Rodrigo Esteveez filho do Migairo e taze a agora Vaasco Lourenço de Mora seu pocesor paga de foro trinta soldos da moeda antiiga.

Item hũa casa que traz Martim Annes priol parte ao levante com rua do concelho e ao poente com Vaasco Lourenço paga de foro trinta soldos da moeda antiiga.

Item hũa casa de Joham Crememte que ora traz Martim Dominguez Pom Triigo a qual parte ao levante com rua puprica do concelho e a aguyam com Marinha Afonssso Coelheira pagua (fl. 137) foro tres livras da moeda antiiga.

Item Alvaro Furtado de hũa almoynha que esta na Isenta parte ao levante com oulival do vigairo e a ponente com Lourenço Fernamdez esta traz sua molher paga de foro e dizimo treze soldos da moeda antiiga.

Item Johan'Eannes Peixe Carne de hum mato no Barril este morreo nom lhe achom nenhuuns beens ha dez anos que nom paga nenhũa cousa.

Item Lourenço Martinz e Joham Gonçalvez da Maa de hũa marinha em Aldea Galega pagam de foro da dicta marinha dez livras da moeda antiiga.

Item Joham Sobrado de hũa vinha que jaz no Enxertal parte ao levante com Gonçalo Rodriguiz e a poente com o sobredicto trage a Joham Franco seu janrro paga foro e dizimo cinco soldos da moeda antiiga.

Item Gonçalo Rodriguez Grella hum carteirom de vinha no Enxertal parte ao levante com caminho puprico do concelho e a poente com Joham Franco paga de foro e dizimo cinco soldos da moeda antiiga.

Item Mateus Mendez de hum carteirom de herdade jaz em Santa Ana parte ao levante com caminho do concelho e a poente com o dicto Mateus Mendez esta paga de foro e dizimo XXX soldos da moeda antiiga.

Item hũa almoynha no Enxertal que foy de Vaasco Lourenço e trage a Joham Fidalgo seu janrro parte ao levante com oulival do bigairo e a poente com Domingos Branco pagua de foro e dizimo XXX soldos da moeda antiiga.

Item Andre Joanes de hum mato que jaz no Barril parte ao levante com herdeiros de Pom e Auga e a poente com herdeiros de Joham Velho paga de foro e dizimo seis soldos e quatro dinheiros.

Item Lourenço Gonçalvez Peixe Carne de hũa binha na Corredoira que parte ao levante com Gonçalo Annes Colaço e a poente com herdeiros de Martim Chaynho paga de foro e dizimo cinco soldos da moeda antiiga.

Item Maria Abril morador (*sic*) em Setuval de hũa vinha do Canaveal parte ao levante com herdade da Ordem e ao poente com ribeiro d'augua corrente e hũa herdade de pom que jaz em Honena parte ao levante com caminho do concelho e mais hum carteirom de Val de Grou que parte ao levante com hereeos do Bexigoso e a poente com ereeos do Maroço traze as agora Estev'Eannes Mangulom paga foro e per dizimo XIII livras da moeda antiiga.

Item Gonçalo Garcia de hũa vinha que jaz em Onena a qual parte ao aguyom com caminho puprico do concelho paga de foro e dizimo cinco soldos da moeda antiiga.

E devisadas assy as dictas herdades presente mym sobredicto tabeliam Diego Afonso almoxarife do dicto Senhor Mestre pedio hum estormento. Testemunhas Joham Eannes scripvam do dicto Senhor Mestre e Joham Antonyo e o dicto Afonss'Eannes e outros e eu sobredicto tabeliam que a esto todo presente com os dictos homens boons estive e este estormento escrepvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

(fl. 137v) Acabam se as scripturas da nona parte. Começam se as da decima *sequitur*.

159

1299, Junho, 26 – Lisboa

Insero: 1299, Junho, 5 – Vide

⁷²¹In nomine Domini amen. Noverint universsi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub E^a M^a CCC^a XXXVII^a feria VI^a XXVI^a die Junii. In presencia mihi Vincenci Martini publici tabelionis civitate Ulixbonense ac testium infra scriptorum ad susequencia videnda ac audienda specialiter vocatorum et perrogatorum Petrus Egee frater Ordinis Millicie Sancti Jacobi i[u]ntus in capitulo Ulixbonensis ecclesie et coram capitulo ostendat et legi fecit quasdam literas reverendi in Christo patris domni Johannis Dei gracia Ulixbonensis episcopi tenorem huiusmodi continentes:

Johannis miseracione divina Ulixbonensis episcopus. Dilecto suo domne Petri Remigii cant-hori eiusdem salutem et benedicionem. Cum relligiosus vir domnus Garsias Roderici frater Ordinis Millicie Sancti Jacobi et comendator maior totius ordinis in regno Portugalense ad ecclesiam Sancte Marie de Almadana Petrum Egee fratrem dicti Ordinis presentaverit vobis vices nostras commictimus mandates quod ipsum nomine nostro in capitulo et cum capitulo prout moris et consuetud[*i*]nis est nostre Ulixbonensis ecclesie in rectorem dicte ecclesie instatuatis. Idem vero rector ad Sancta Dei Evangelia prestabit corporaliter juramentum quod nobis et subcessoribus nostris canonice intrantibus fidelitatem obedienciam et reverenciam exhibebit vocatus et per literas nostras seu per nostrum nuncium specialem ad nos veniat et nostris jusionibus omnino parebit et quod sentencias vestras et vicariorum nostrorum et estatuta sinodalia observabit; et quod nobis et ecclesie nostre Ulixbonensi persolvat integre jura nostra et quod in dicta ecclesia residenciam faciat personalem nisi de licencia vel sucessorum nostrorum aliquando fuerit excusatus et quod bona ipsius ecclesie fideliter conservabit et ipsa non alienabit nec alicui prestimonium asignabit et de institucione et de juramento ab ipso exacto et de aliis conceptis in hac nostra litera faciatis feri duo publica instrumenta quorum unum in capitulo et aliud penes eundem rectorem volumus remanere. Datum apud locum de Vite V^e die Junii E^a M^a CCC^a XXXVII^a.

Quibus literis ostensis et lectis dictus Petrus Egee frater supradictus humilliter et instanter a dicto canthore prenominato petiit quod ad presentationem prefati comendatoris et de mandato iam dicti domni episcopi in capitulo et cum capitulo predicto ipsum dicta ecclesia institueret in rectorem. Et tunc predictus cantor requisitis illis de capitulo qui erant in capitulo erant presentes et ipsorum habita actoritate et voluntate predictum Petrum Egee ad presentationem prefati comendatoris et de mandato speciali domni episcopi predicti ut premittitur in dicta ecclesia Sancte Marie in capitulo et cum (fl. 138) capitulo iam dicto instituit in rectorem mandas clericis dicte ecclesie Sancte Marie et parrochianis que dicto Petro Egee tanquam rectori suo obediant et jura ipsius ecclesie persolvant promitendo sentencias quas idem rector pro juribus dicte ecclesie ritulerit in rebelles actore domno usque ad condignam satisfacionem facere observari. Et tunc idem rector corporale prestetit juramentum secundum consuetudinem ecclesie Ulixbonensis que fidelis et

⁷²¹ A primeira letra capitular integra o desenho de uma espada. Na margem esquerda, de outra mão: “[Com]firmacão de hũa apresen[ta]ção feita pelo Mestre ha igreja de Santa Maria da villa d’Almada”.

obediens erit predicto Domno J. episcopo et eius subcessoribus canonice intransibus et quod jura sua eidem Domno episcopo et ecclesie Ulixbonensis terciariis seu procuratoribus suis de dicta ecclesia integre soluet et quod sentencias dicti domni episcopi et vicariorum eius ritelatas de statuta sinodalia Ulixbonense ecclesie firmiter observabit et canonicam faciet in dicta ecclesia residenciam nihi de licencia predicti domni episcopi vel sucessorum eius ipsum ad tempus ex tam rationabilis ab eem contigerit et quod bonam ipsius ecclesie non alienabit in causa a jure prohibito et male alienata ab ipsa ecclesia pro juribus reposcet. Ego vero predictus tabellio hiis⁷²² omnibus premisis interfui et de mandato dicti canthoris unum exinde instrumentum publicum ad reponendum in thesauro Ulixbonensis ecclesie propria manu confeci et aliud exinde scripsy similiter mea propria manu confectum ad instanciam dicti rectoris in testimonium primissorum in quo signum meum apposui quod tale est. Datum fuit hoc intus in capitulo ecclesie cathedralis feria VI^a XXVI^a die Junii de E^a M^a CCC^a XXX^a VII^a. Presentibus venerabilibus viris Domno Egea Laurenci decano, Domno Dominico Gunsalvi archidiacono Ulixbonensi, magistro Stephano magistro scolarum, Martino Johannis Barvuto, magistro Petro Johanne Sue, Nicolhac (*sic*) Dominici, Martino Johannis Elborensis canonicis ecclesie Ulixbonensis et aliis clericis porcionariis et capitularis ipsius ecclesie Ulixbonensis.

160

1299, Julho, 1 – Lisboa

Inserere: 1299, Junho, 15 – Vide

⁷²³In nomine Domini amen. Noverint universsi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub E^a M^a CCC^a tricesima septima prima die Julii in presencia mihi Vicencii Martinii publici tabellionis civitate Ulixbonense ac testium infra scriptorum ad susequencia videnda et audienda specialiter vocatorum et rogatorum Fernandus Martini frater Ordinis Millicie Sancti Jacobi inter in capitulo Ulixbonensis ecclesie et coram capitulo ostendit et legi fecit quasdam literas reverendi in Christo Patris Domni Johannis Dei gracia Ulixbonensis episcopi⁷²⁴ continentis:

Johannis miseracione divina Ulixbonensis episcopus, dilecto suo domno Petro Remigii cantori eiusdem salutem et benedicionem. Cum relligiosus vir domnus Garsias Roderici de Ordine Sancti Jacobi comendator maior tocius dicti Ordinis in regnis Portugalie et Algarbii ad ecclesiam Sancti Jacobi de Almadana (fl. 138v) noster diocese fratrem Fernandum Martini eiusdem ordinis presentaverit vobis vices nostras comunicamus mandantes: quod ipsi nomine nostro in capitulo et cum capitulo prout moris et consuetudinis est nostre Ulixbonensis ecclesie in rectorem dicte ecclesie institutis. Idem vero rector vobis ad Sancta Dei Evangelia prestabit corporaliter juramentum quod nobis et subcessoribus nostris canonice intransibus fidelitatem obedienciam et reverenciam exhibebit vocatus et per nostras literas seu per nostrum nuncium specialem ad nos veniet et nostris iussiomnibus omnino parebit et quod sentencias vestras et vicariorum nostrorum et statuta sinodalia observabit. Et quod nobis [et] ecclesie nostre Ulixbonensi persolvat integre jura nostra et quod in dicta ecclesia residentiam faciet personalem nisi delicencia nostra vel sucessorum nostrorum aliquam fuerit excusatus et quod bona ipsius ecclesie fideliter conservabit

⁷²² Segue-se uma palavra riscada e sobrepontada.

⁷²³ Na margem direita, de outra mão: “Confirmaçam de hũa apre[sen]taçam feita pelo Mestre [a] igreja de Santiago d’Al[ma]da”.

⁷²⁴ Na margem esquerda, de outra mão: “huiusmodi”.

et ipsa non alienabit et alienata pro iuribus⁷²⁵ deposcet et si per se non poterit nobis dicet nec sine mandato nostro aliquid deditis bonis inperlazabit (*sic*) nec alicui prestimum assignabit et de institucione et de juramento ab ipso exapto edealiis conceptis in hac nostra litera conceptis in hac nostra litera faciatis fieri duo publica instrumenta quorum unum in capitulo et aliud penes eumdem rectorem volumus remanere. Datum apud locum de Vite XV die Junii E^a M^a CCC^a XXXVII^a.

Quibus literis ostensis et lectis dictus Fernandus Martini frater supradictus humiliter et instanter a dicto cantore prenominato petiit quod ad presentationem prefati comendatoris et de mandato iam dicti domni episcopi in capitulo et cum capitulo predicto ipsum in dicta ecclesia institueret in rectorem et tunc predictus cantor requisitis illis de capitulo qui erant in capitulo presentes et ipsorum habita actoritate et voluntate predictum Fernandum Martini ad presentationem prefati comendatoris et de mandato speciali Domni episcopi predicti ut premittitur in dicta ecclesia Santi Jacobi in capitulo et cum capitulo iam dicto instituit in rectorem mandans clericis dicti Sancti Jacobi et parochianis quod dicto Fernando Martini tanquam rectori suo obediant et jura ipsius ecclesie persalvant promittendo sententias⁷²⁶ quas idem rector pro viribus dicte ecclesie rictetulit in rebelles actore domno usque ad condignam satisfacionem facere observari. Et tunc idem rector corporale prestetit juramentum secundum consuetudinem ecclesie Ulixbonensis quod fidelis et obediens erit predicto Domno Johannis episcopo et eius subcessoribus canonicis intrantibus et quod jura sua eidem Domno episcopo et ecclesie Ulixbonensis terciariis seu procuratoribus suis de dicta ecclesia integre soluet et quod sentencias dicte domni episcopi et vicariorum eius rite latas et statuta sinodalia Ulixbonensis ecclesie firmiter observabit et canonica faciet in dicta ecclesia residenciam nisi delicenciam predicti domni episcopi vel subcessorum eius ipsum ad tempus ex tam rationabilii abesse contigerit et quod bonam ipsius ecclesie non alienabit in causa a jure prohibito et male alienata ab ipsa ecclesia pro viribus reposcet. Ego vero predictus tabellio hiis omnibus premissis interfui et de mandato dicti cantoris unum exinde instrumentum publicum ad reponendum in thesauro Ulixbonensis ecclesie propria manu confeci et aliud exinde strumentum similiter mea propria manu confectum ad instanciam dicti rectoris in testimonium premissorum in quo signum meum aposui quod tale est. Ate fuit hoc intus in capitulo ecclesie cathedral mense die et Era positus in principio strumenti. Presentibus venerabilibus viris Domno Egeea Laurentii decano, Domno Dominico Gunsalvi archidiacono, Domno magistro Stephano magistro scholarum, magistro Johannis dicto Babuto, Martino Johannis Elborensis, Nicolao Dominici, Johanne Fuet, Martino Dade, magistro Petrus phisico, Johanne Petri, Martino Mathei canonicis Ulixbonensis et Gonsalo Roderici canonico eiusdem et aliis clericis et laicii.

(fl. 139)

161

1299, Julho, 3 – Lisboa

Insere: 1299, Junho, 27 – Castelo de Vide

⁷²⁷In nomine Domini amen. Noverint universsi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub E^a M^a CCC^a XXXVII^a III^a die Jullii in presencia mihi Vicencii Martini publici tabellionis civitate

⁷²⁵ Palavra corrigida.

⁷²⁶ Palavra corrigida e repetida, por outra mão, na margem esquerda.

⁷²⁷ Na margem direita, de outra mão: “Confirmaçam de hũa apres[en]taçam feita pelo Mestre h[a] igreja d’Alhos Vedros”.

Ulixbonense ac testium sub scriptorum ad susequencia⁷²⁸ videnda et audienda specialiter vocatorum et rogatorum frater Johannes frater Ordinis Millicie Sancti Jacobi intus in capitulo Ulixbonensis ecclesie et coram capitulo ostendit et legi fecit quasdam literas reverendi in Christo Patris Domni Johannis Dei gracia Ulixbonensis episcopi tenore huiusmodi continentes:

Johannis miseracione divina Ulixbonensis episcopus. Dillecto suo domno Petro Remigii cantori eiusdem salutem et benedicionem. Cum relligiosus vir domnus Garsias Roderici Ordinis Millicie Sancti Jacobi comendator maior totius dicti ordinis in regnis Portugalie et Algarbii ad ecclesias Sancti Laurencii de Alhos Vedrros nostre diocesis fratrem Johannem Johannis dicti ordinis latorem presencium presentaverit vobis vices nostras comictimus mandantes quatius ipsum nomine nostro in capitulo et cum capitulo prout moris et consuetudinis nostre Ulixbonensis ecclesie in rectorem dicte ecclesie instituatis. Dum vero aliquod canonicum non abstat. Datum apud Castrum de Vite XVII die Junii. E^a M^a CCC^a XXXVII^a.

Quibus literis ostensis et lectis dictus Johannes Johannes frater supradictus humiliter instanter a dicto cantore prenominato petiit quod ad presentacionem prefati comendatoris et de mandato iam dicti domni episcopi in capitulo et cum capitulo predicto ipsum in dicta ecclesia institueret in rectorem. Et tunc predictus cantor requisitis illis de capitulo qui presentes erant in capitulo et ipsorum habita actoritate et voluntate predictum fratrem Johannem Johannis ad presentacionem prefati comendatoris et de mandato speciali domni episcopi predicti ut premittitur in dicta ecclesia Sancti Laurencii in capitulo et cum capitulo iam dicto instituit in rectorem mandans clericis dicte ecclesie Sancti Laurencii et parochianis quod dicto rectori tanquam rectori suo obediant et jura ipsius ecclesie persolvant promittendo sentencias quas idem rector pro juribus dicte ecclesie rite tulerit in rebelles actore domno usque ad condignam satisfactionem facere observari (*sic*). Et tunc idem rector corporale prestetit juramentum secundum consuetudinem ecclesie Ulixbonensis quod fidelis et obediens erit predicto domno Johanne episcopo et eius subcessoribus canonicis intrantibus et quod jura sua eidem domno episcopo et ecclesie Ulixbonensis terciariis seu procuratoribus suis de dicta ecclesia integre soluet et quod sentencias dicti domni episcopi et vicariorum eius rite latas et statuta sinodalia Ulixbonensis ecclesie firmiter observabit et canonica faciet in dicta ecclesia residenciam nisi delicenciam predicti domni episcopi vel eius sucessorum ipsum ad tempus ex tam racionabilis abesse contingerit et quod bona ipsius ecclesie non alienabit in causa a jure prohibito et male allienata ab ipsa ecclesia pro viribus reposcet. Et ego vero predictus tabellio hiis omnibus premisis interfui et de mandato dicti cantoris unum exinde instrumentum publicum ad reponendum in thesauro Ulixbonensis ecclesie propria manu confeci et aliud exinde instrumentum similiter mea propria manu confectum ad instanciam dicti rectoris in testimonium premissorum in quo signum meum apposui quod tale est. Datum fuit hoc intus in capitulo ecclesie cathedralis mense die et Era positis in principio instrumenti. Presentibus venerabilibus viris Domdo (*sic*) Egea Laurencii decano Ulixbonensis, Domno Dominico Gonsalvi archidiaconus, Domno magistro Stephano magistro scholarum, Martino Johannis dicto Barbuto, Martino Johannis Elborensis, Nycollao Dominici, Johanne Sue, Martino Dade, magistro Petro phisico, Johanne Petri, Martino Martini, Gonsalvo Roderici canonicis Ulixbonensis <et aliis> clericis et laiciis.

⁷²⁸ Palavra repetida, na margem esquerda, por outra mão.

(fl. 139v) Acaban se as scripturas da 10ª parte. Começam as da 11ª parte.

162

1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal

⁷²⁹Em nome de Deus amem. Saibham quantos esta carta birem e leer ouvirem como nos Dom Afonso ho quarto pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e Dom Pero Scacho⁷³⁰ Mestre Provincial da Ordem da Cavallaria de Santiago nos nossos regnos e ho convento dessa Ordem comssirando como a dicta Ordem de Santiago ja ha e possue todollos castellos e villas e lugares que nos e os reys dante nos aviamos no Campo d'Ourique salvo o castello e a villa de Odemira e seu termo e a quintãa e a ribeira daa Nisa e comssirando como os dictos castello e villa e ho dicto logar daa Nisa aa dicta Ordem sam proveitosos por de gram renda que som e porque sam no dicto Campo d'Ourique hu a dicta Ordem ha a mayor parte do que ha. E porque outrosy som logares novos em que se pode aver muita benfeitoria e consirando como a vila da Arruda a preto (*sic*) d'Alenquer he alongada da sobredicta terra da dicta Ordem e outrosi como quer que a dicta Ordem⁷³¹ seja como a Ordem nom ha nem ouve gram tempo ha dela os fruitos nem a trage a sa mãoa nem a sa posse vehemos por prol da Hordem sobredicta e da coroa do regno a fazer escaynbo dos sobredictos castello e villas e logares em na maneira que se adiante segue. Que ho castello e vila de Odemira com seus termos, montes, fontes, rios e portos, herdamentos, moynhos, acenhas e com todollos outros dirreitos que hi nos Rey avemos assy no tenporal como no spiritual <e> com igrejarías⁷³² e com toda jurdiçam seja da Ordem de Santiago asy compridamente⁷³³ como era ante deste escaynbo era nossa e do regno salvo que tam sollamente que reteemos pera nos e pera a corooa do regno ho dirreito de qualquer barca ou barcas do nosso senhoriiu ou de fora delle que aportarem ou entrarem no porto de Odemira ou a seu termo veerem per qualquer outra maneira com aver ou averes de fora do nosso senhoriiu. E outrossy reteemos pera nos e pera a corooa do regno ho montado desse termo assy como ora avemos e de todallas outras barcas e de totalas outras cousas e aja a dicta Ordem ho dirreito bem e compridamente assy como o nos ataa que ouvemos e de dirreito deviamos aver. E outrosi a quintãa e a ribeira daa (fl. 140) Nisa com todollos outros logares e dirreitos que nos hi avemos per conpra ou per qualquer outra maneira seja daquy adiante da dicta Ordem de Santiago. E o sobredito castello e vila de Odemira⁷³⁴ <e> a quintãa e rybeira daa Nisa com todas sas perteenças e rendas e fruitos e novos dirreitos jurdições como dicto he damos logo e doamos e outorgamos e confirmamos pera todo sempre ao dicto Mestre Dom Pero Escacho e conveento da dicta da Ordem de Santiago por escaynbo da sobredicta billa da Arruda. E damos nosso comprido poder a Johana (*sic*) Meendez nosso clelligo abbade de Concieiro que logo vaa ou mande meter em posse de todallas sobreditas cousas o dicto Mestre conveento ou algum outro em seu nome qual eles mandarem pera esto. E a nos

⁷²⁹ A primeira letra capital está ornamentada com uma bandeira com as quinas de Portugal. Na margem esquerda e de outra mão: "[...]jaibo emtre el rei Dom Afonso 4º ha Ordem do castello do de [...]jira e ha quinta e ribei[ra] de Nissa pela villa d'A[rr]uda".

⁷³⁰ As palavras "Dom Pero Scacho" estão sublinhadas e, na margem esquerda, por outra mão: "D. Pedro Escacho Mestre em Portugal". E ainda: "[...] por estormento [...] ex 1ª".

⁷³¹ Segue-se subpontado e riscado: "e como ha Ordem".

⁷³² Na margem esquerda, de outra mão: "egrarisos". E, ainda, de outra mão: "com igrejarías".

⁷³³ Esta palavra repete-se, na margem direita, de outra mão.

⁷³⁴ Segue-se riscado "com".

sobredicto Meestre e conuento praz de avermos e recebermos o dicto castello <e> villa de Odemira como dicto he e quintãa e a ribeira daa Nisa outrosi como dicto he por escaynbo da sobredicta nossa vila da Arruda que a nos devya ficar per morte da raynha Dona Isabel. E damos e doamos e outorgamos a vos nosso senhor el rey Dom Afomsso sobredicto e aa corooa do reyno que ajades pera sempre assi como a nos averiamos e de dirreito aver deviamos depos morte da raynha Dona Isabel nossa madre. E damos conprido poder a Joham Vaasquez nosso frreire que meta ou mande meter em posse da sobredicta billa da Arruda vos ou outro qualquer que vos mandardes pera esto e pedimos a vos senhor que do vosso conprido poder que avedes de rey e como senhor e principe que confirmedes e ajades por firme e por estavel este escaynbo. E nos sobredito rey Dom Afonsso enssinuamo<s> e comfirmamos e avemos por firme e por estavel este escaynbo e do nosso absulluto e conprido poder se em este contrauto d'escaynbo alguua cousa de sollenidade de dirreito ou do feito fallece. Nos do poder sobredicto que avemos ho comprimimos e ho avemos por conprido e nom queremos que aja embargo por se expressamente nom poer. Em testemunho de todallas sobreditas cousas mandamos nos sobredito rey Dom Afonsso ende fazer duas cartas de huum theor e sobsinamo las de nosso nome com nossa m̃ao e fezemo las seellar do nosso seello de chumbo. E nos Meestre e conuento as mandamos outrosy seellar dos nossos seellos pendentos como aquy he comtheudo. Damte em Alquacer oyto dias de Mayo. Era de mil e trezentos e saseenta e sete annos⁷³⁵.

(fl. 140v)

163

1366, Novembro, 3 – Avinhão

⁷³⁶Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dillecto filio decano ecclesie Colinbriensis salutem et apostolicam benedictionem. Suo vobis dillecti fillii Egidius Fernamdi Magister et fratres Millicie Sancti Jacobi in regno Portugalie in diocese Elborensis comorantes petitione monstrarunt quod licet perceptio omnium decimorum proventium et⁷³⁷ fructibus excrescentibus infra limites parrochie ecclesie de Arruca Ulixbonense diocese ad dictos Magistrum et fratres petineret et tam idem Magister et fratres quam predecessores eorum fuissent in pacifica possessione vel quasi iuris percipiendi huiusmodi decimas a tempore cuius contrarii memoria non existit quia tamen Egidius Valaci rector prior nuncupatus et universi perpetui portionarii dicte parrochialis ecclesie nupediabant iniuste quominans idem Magister et fratres certam partem dictarum decimarum percipere possent prefati Magister et fratres eosdem rectorem et porcionarios super hoc petendo ipsis super nupedimentis huiusmodi perpetuum sillencium nuponi coram Stephano Stephani perpetuo porcionario ecclesie Ulixbonensis vicario generali bone memorie Laurencii episcopi Ulixbonensis non ex delegacione apostolica fecerunt cointer ad iudicium evocari et tandem coram Alfonso rey rectore parrochialis ecclesie de Castelaos Colimbriense diocese locumtenente Alfonso Petri archidiaconis de Guarda in ecclesia Egitaniese vicarii generalis venerabilis fratris nostri Petri episcopi Ulixbonensis de cuius perssona ecclesie Ulixbonensis dicto Laurencio vita finitum provisum fuerat de mandato eiusdem Petri episcopi tunc absentis lite in huiusmodi causa legitime contestata ac pro parte ipsorum Magistrum et fratrum formatis et traditis quibusdam posicionibus et arti-

⁷³⁵ Na margem direita, de outra mão: *"Eu el rey Dom Afonso a vy". "Diz o pergaminho".*

⁷³⁶ Na margem esquerda, de outra mão: *"[...]issam apostolica de hũa causa [...]re ha Ordem e beneficiados [...] igreja d'Arruda".*

⁷³⁷ Esta palavra tem uma letra riscada.

culis pertinentibus et ad causam huiusmodi facientibus et qui de iure erant admittendi et per quos iidem Magister et fratres intencione suam super principali probare poterat et volebant quia tamen prefectus locumtenens huiusmodi positiones et articulos admittere contra iusticiam recusavit humilliter requisitus prefati Magister et fratres sentientes exinde indebite se gravari ad Sedem Apostolicam appellarunt. Quocirca discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus vocatis qui fuerint evocandi et auditis hinc inde propositis quod canonicum fuerit appellatione remota decernas faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati si se gracia odio vel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante compellas veritati testimonium peribere. Datum Avinion III mense Novembrum. Pontificatus nostri anno quarto.

(fl. 141)

164

1352, Outubro, 8 – Lisboa

Inser: 1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal

⁷³⁸Saibham todos que na Era de mill e trezemtos e noventa annos, *convém a saber*, oyto dias d'Outubro na cidade de Lixboa dentro na crrasta da See peramte Dom Oustrago d'Albimacho bigairo geeral na dicta cidade e no arcediagado dela pello honrrado Dom Theobaldo bispo dessa meesma cidade seendo em audiancia no dicto logo ouvindo os feitos em presença de mym Lourenço Migueenz puprico tabeliam d'el Rey em essa meesma cidade e das testemunha<s> que adiamte som escriptas Gonçallo Lopez freire da Ordem de Santiago mostrou perante o dicto vigairo hũa carta scripta em purgaminho de coiro aberta e seelada de trres sellos pendentes os dous em cera vermelha e em fita verde e hum de chunbo em linhas vermelhas e amarelas que pareciam de seda dos quaes da cera vermelha hum delles tiinha no meogoom⁷³⁹ hũa feigura d'hũa espada e no meogeom da dicta espada hũa feigura de vieira e a par da dicta espada duas feiguras d'escudos e hũa d'estrella e a outra de luua e houtro da dicta cera vermelha tii[nha] no megoom hũa cruz. Os quaaes sellos deziam que eram do Meestre e conveento da dicta Ordem de Santiago. E ho outro seello de chunbo deziam que era do dicto senhor Rey e tiinha no meogoom d'hũa parte e da outra quinhas (*sic*) e d'arredor das dictas quynas feigura de castellos segundo em elles em todo parecia da qual carta ho theor de verbo a verbo tal he:

⁷⁴⁰Em nome de Deus Amem. Saibham quantos esta virem e ler ouvirem como nos Dom Afonso o quarto pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e Dom Pero Escacho Meestre Provincial da Ordem da Cavallaria de Santiago nos nossos reg<n>os e ho conveento dessa Ordem comssirando como a dicta Ordem de Santiago ja ha e possuue todollos castellos e villas e logares que nos e os reys d'ante nos avyamos no Canpo d'Ourique salvo ho castello e villa de Odemira e seu termo e a quintãa e a ribeira daa Nisa e conssirando como os dictos castellos e villa e ho dicto logar daa Nisa aa dita Ordem som proveitosos por de gram renda que ussom e porque som no dicto Canpo

⁷³⁸ Na margem direita e de outra mão: “Estromento com ho trelado do escaimbo que se fez em[tre] el rei Dom Afonso ho 4º [...] villa e castelo do [...]mira e da quinta [...]beira de Nisa pela [...] d'Aruda”. Segue-se, ainda, de outra mão: “Ja fica atras o prof[...] fl. 139 na v[...] lança[...]”.

⁷³⁹ Palavra sublinhada.

⁷⁴⁰ Na margem direita, de outra mão: “Esta carta original fica supra folhas CXXXIX verso”.

d'Ourique hu a dicta Ordem ha a mayor parte do que ha. E porque outrosi sam logares novos em que pode aver muyta bemeitoria consirando como (fl. 141v) a vila da Arruda a preto (*sic*) d'Alanquer he allongada da sobredicta terra da dicta Ordem outrosi como quer que da dicta Ordem seja como a Ordem nom ha nem ouve gram tempo ha della os frutos nem a trage a sa mão nem a sa posse beemos por prol da Ordem sobredicta e da coroa do regno a fazer escaynbo dos sobredictos castello e villas e logares em na maneira que se adiante segue.⁷⁴¹Que o castello e vila d'Odemira com seus termos, montes, fontes, rios e portos herdamentos, moynhos, acenhas e con todollos outros dirreitos que hi nos rey avemos assy no temporal como no spiritual com egraauisios⁷⁴² e com toda jurdiçam seja da Ordem de Santiago asi compridamente como era ante deste escaynbo era nossa e do regno salvo tam soamente que reteemos pera nos e pera a coroa do regno ho dirreito de qualquer barca ou barcas do nosso senhoriio ou de fora del que aportarem ou entrarem no porto de Odemira ou a seu termo veerem per qualquer outra maneira com aver ou averes de fora do nosso senhoriio. Outrosi reteemos pera nos e pera a coroa do regno ho montado desse termo asi como ora avemos e de todallas outras barcas e de todallas outras cousas e aja a dicta Ordem ho dirreito bem e compridamente asi como nos ata aquy ouvemos e de dirreito deviamos aver. E outrosi a quyntãa e a ribeira daa Nisa⁷⁴³ com todollos outros logares e dirreitos que nos hi avemos per compra ou per qualquer outra maneira seja daqui adiante da dicta Ordem de Santiago e o sobredicto castello e billa de Odemira e a quintãa e a ribeira daa Nisa com todas sas pertençaçs e rendas e fruytos e novos dirreitos e jurdições como dicto he damos logo e doamos e confirmamos pera todo sempre a ho dicto Meestre Dom Pero Scacho e conveento da dicta Ordem de Santiago por escaynbo da sobredicta billa da Arruda e damos nosso comprido poder a Johane Meendez nosso creligo abade de Concieiro que logo vaa ou mande meter em posse de totalas sobredictas cousas o sobredicto Meestre e conveento ou alguum outro em seu nome qual elles mandarem pera esto. E a nos sobredicto Meestre e conveento praz de avermos e recebermos o dicto castello⁷⁴⁴ de Odemira como dicto he e a quintãa e a ribeira daa Nisa assi como dicto he por escaynbo da sobredicta nossa billa da Aruda que a nos devya ficar per morte da raynha Dona Isabel e damos e doamo<s> e a outorgamos a vos nosso senhor el rey Dom Afonso sobredicto e aa coroa do regno que a ajades pera sempre asi como a nos averiamos e de dirreito aver deviamos depos de morte da raynha Dona Isabel nossa madre e damos conprido poder a Joham Vaaz nosso ffreire que meta ou mande meter em posse da sobredicta villa da Arruda vos ou outro qualquer que vos mandardes pera esto. E pedymos a vos senhor que do nosso comprido poder que avedes de rey e como senhor e principe que confirmedes e ajades por firme e por estavel este escaynbo. E nos sobredicto rey Dom Afonso enssynuamos e confirmamos e avemos por firme e estavel⁷⁴⁵ este escaynbo e do nosso absolluto e conprido poder se em este contrauto de escaynbo algua cousa de sollenidade de dirreito ou de facto fallecer nos do poder sobredicto que avemos ho comprimos e avemos por comprido e nom queremos (fl. 142) que aja embargo por se expresamente nom poer em testemunho de totalas sobredictas cou-

⁷⁴¹ Na margem esquerda, de outra mão: "O castelo e villa d'Odemira com seus termos".

⁷⁴² Palavra sublinhada e corrigida à margem esquerda, por outra mão: "egremisos".

⁷⁴³ Na margem esquerda, de outra mão: "[H]a quinta e ribeira de Nisa".

⁷⁴⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "e villa".

⁷⁴⁵ Na margem direita, por outra mão: "e por estavel".

sas mandamos nos sobredicto rey Dom Afonso ende fazer duas cartas dhuum theor e sobescrepvemo las do nosso nome com nossa mão e fezemo las seellar do nosso seello do chunbo. E nos Meestre e conveento as mandamos outrosi seellar dos nossos sellos pependentes como aqui he contheudo. Dante em Alquacer oyto dias de Mayo. Era de mil e CCC⁸ e saseenta e sete annos. Eu el rey Dom Afonso a vy.

A qual carta asi mostrada peramte o dicto vigairo como sobredicto he o dicto Gonçalo Lopez freire em nome de⁷⁴⁶ Dom Gil Fernandez Meestre da dicta Ordem de Samtiago pedio ao vigairo que per sua autoridade ordenaria lhe mandasse per mym sobredicto tabeliam dar o trelhado da dicta carta em puprica forma sob meu sinal por que dezia que o dito Meestre se entemdiia ajudar della. E outrossy porque dezia que se temiia de se lhe romper ou danar ou perder per fogo ou per augua⁷⁴⁷ ou per maneira algũa outra⁷⁴⁸ e o dito bigairo bista a dicta carta e pedir do sobredicto Gonçalo Lopez de sua actoridade ordenaria mandou a mym sobredicto tabeliam e deu sua autoridade ordenaria que lhe desse ho trelhado da dicta carta em forma puprica sob meu sinal e eu dei lho. Feito foy na dicta cidade no sobredicto logo dia e mes e Era sobredicta. Testemunhas que foram presentes Joham de Santarem taballiom e Pero Annes priol de Sam Bertollameu da dicta cidade e Estevam Vaaz<quez>⁷⁴⁹ priol de Sam Joham da praça da dicta cidade e Ruy Fernadez escripvam dante os vigairos e Afonso Vicemte de Ouidivellas e Gonçalo Fernandez alfayate de coor e outros. E eu Lourenço Migueenz puprico tabeliam sobredicto que este estormento com o theor da dicta carta per mandado e autoridade do dicto bigairo⁷⁵⁰ com a jurdiçom do dicto Gonçalo Lopez aquy escrepvy e meu sinal fiz que tal he.

1424, Novembro, 11 – Coimbra

⁷⁵¹Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a quantos esta carta virem fazemos saber que o lffante Dom Joham meu filho nos disse que os moradores da sua villa da Arruda lhe som obrrigados de pagar oytavo e que muitos dos ditos moradores por se fazerem cavalleiros de vara ou de carneiro ou de tarraço ou per outro custume foram ata aqui escusados de pagar oytavo e que nos pedia de mercee que lhe proveessemos a esto de (fl. 142v) remedio em tal guisa que por taaes cavallarias como estas el nom perdesse seu dirreito. E nos veendo em como ja per nos foi delivrado per poder de hũa ordenaçom que el rey Dom Afonso nosso avoo fez em que mandou que por taaes cavallarias como estas os seus dirreitos das jugadas e oytavos e d'outros quaesquer que fosse nom as escusassem e aquelles que as escusar quisessem per cavallaria que tevessem taaes cavallos que podessem com elles servir el Rey em guerra assy como servem os seus fidalgos e vassallos e d'outra guisa nom fossem escusados. E por que nos assy foy livrado como dito he⁷⁵² quiremos e mandamos que assy se faça d'aqui em diante na dicta villa da Arruda salvo se elles teem feitas

⁷⁴⁶ Esta palavra foi corrigida e segue-se riscada e subpontada: "dicto".

⁷⁴⁷ Na margem direita, de outra mão: "ou por outra algũa raz[om] que fosse".

⁷⁴⁸ As palavras "ou per maneira algũa outra" estão sublinhadas.

⁷⁴⁹ A sílaba entrelinhada é de outra mão.

⁷⁵⁰ À margem direita, de outra mão: "e a pediram do dito g[...]".

⁷⁵¹ Na margem direita, de outra mão: "Carta d'el rei Dom João que manda pagar ho oit[...] na vila d'Arruda".

⁷⁵² Palavra corrigida e repetida na entrelinha, de outra mão.

algũas conveenças ou pauto<s> (*sic*) alguuns per que elles dello sejam escusados em tal caso como este praz nos que a cada huum seja guardado seu dirreito e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade de Coimbra, onze dias de Novembro el Rey ho mandou Gonçalo Caldeira a fez. Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e CCCCª XXIIIª anos.

166

1388, Novembro, 18 – Campo Maior

⁷⁵³Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos juizes da Arruda saúde. Sabede que Ruy Frreire cavalleiro da Ordem de Santiago nos disse que depois que el ora ouvera esse logo el se querellara a nos do agravo que recebia per razom d'algũas cartas que deramos alguuns logares destes reynos e os moradores delles que nom pagassem portageens e outros dirreitos lhes quitamos e que por as dictas cartas que lhes assi demos e por o dicto quitamento que lhes assi fizemos das dictas portageens e dirreitos quando aqueece que chegam a esse loguo compram hi e em seu termo algũas cousas que enbargam per as dictas cartas e privilegios que ham de nos de nom pagarem as dictas portageens e dirreitos o que era grande agravo e perjuizo a el e aa dicta Ordem em a privarmos do seu dirreito que senpre ouverom em tempo dos outros reis que ante nos forom e que nos lhe mandamos dar nossa carta per que lhe fezessedes responder com todallas rendas e dirreitos desse logo que aa dicta Ordem perteeem nom enbargando quaesquer cartas e alvaraaes per que nos dessemos ou quitassemos algũa cousa das dictas rendas a quaesquer pessooas segundo dezia que mais compridamente era contheudo na dicta nossa carta que lhe asi sobre ello demos a qual diz que el fez mostrar perante vos per seu procurador e vos pedio que lha (fl. 143) comprissedes e per sentença julgassedes que Joham Afonso e Pero Escudeiro moradores na cidade de Lixboa que presentes estavam pagassem a el portagem de triinta coiros crruus bacariis que lhe compram⁷⁵⁴ segundo se senpre pagara⁷⁵⁵ em esse logo e que elles derom em sua reposta que nom erom theudos de a pagar por que eram vezinhos e moradores da cidade de Lixbooa e que nos fezermos graça e mercee aos moradores da dicta cidade que nom paguem por todo nosso senhorio portagem nem husagem nem costumagem nem outro nenhuum trebuto de todallas mercadorias que levassem pera cada huum dos logares dos dictos nossos reynos per aquela guisa que as ouverom os de Guimarãaes segundo de todo fizeram certo per estormentos publicos feitos per taballiãaes publicos que perante vos mostraram assi das cartas que nos demos sobr'ello aa dicta cidade como dos privilegios que sobr'ello teem os do dicto logo de Guimarãaes. Os quaaes vistos per vos nom enbargamdo a dicta carta que assi demos ao dicto Ruy Freire julgastes que se comprissem e guardassem em todo as dictas cartas e privilegios que sobre esto a dicta cidade tiinha como em ellas era contheudo por quanto na dicta carta que assi demos ao dicto Ruy Frreire nom fazia mençom das cartas e privilegios que dados aviamos aa dicta cidade. Da qual sentemça o dicto seu procurador pera nos agravou segundo nos de todo esto mais compridamente fez certo per huum estormento feito e asynado per Afonso Dominguez tabeliam desse logo que perante nos mostrou. E pediamos nos por mercee que lhe ouvesse-

⁷⁵³ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]çam d’el rey Dom Johão que mandou pagar ha [por]tagem e outros direitos a Ordem na villa d’Aruda”.

⁷⁵⁴ As palavras “que lhe compraram” estão sublinhadas e na margem esquerda, de outra mão: “que hy compraram”.

⁷⁵⁵ Esta palavra está sublinhada e na margem direita, de outra mão: “pagou”.

mos a ello remedio. E nos veendo o dicto stormento e o que nos pedia por quanto achamos que era agravado teemos por bem e mandamos vos a vos e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada⁷⁵⁶ que lhe comprades e façades cumprir ao dicto Ruy Frreire a dicta carta que lhe asi demos em todo como em ella he comtheudo e lhe nom vaades comtra ella em nenhũa guisa que seja e lhe façades pagar e entregar a dicta portagem dos dictos coiros e lhe façades responder e acudir com todollos dirreitos e rendas que hi de dirreito deve d'aver e per aquella guisa e comdiçom que a de senpre ouve a dicta Ordem de Santiago e os que esse logo por ella tiverom e ouverom de veer nom embargando as dictas cartas e privilegios que assy avemos dados aa dicta cidade nem outro nenhuum por quanto nossa tençom nom foi quando lhas demos nem he seer per ellas feito perjuizo aa dicta Ordem nem aos que esse logo teem e o por ella ham d'aver nem os podiamos privar do seu dirreito em tal guisa o fazee de que a dicta Ordem nem o dicto Ruy Frreire se nom agravem a nos mais por ello senom vos seede certos que se o contrairo desto fezerdes que per vossos beens vo lo faremos pagar todas perdas e danos que elles por a dicta razom receberem e a dicta Ordem. E al nom façades. Dante no nosso arrayal de sobre Campo Mayor XVIIIº de Novembro, el Rey ho mandou, Stevam Dominguez a fez. Era de mill e quatrocentos e viinte e seis annos.

(fl. 143v)

Acaban se as cartas da undecima parte e começam se as da duodecima.

167

1193, Maio, 1 – Óbidos

⁷⁵⁷In Dei nomine amen. Consuetudine que pro lege suscipitur et legis actoritate didicimus quod facta regum et principum⁷⁵⁸ scripto comendari debent ut comendata ab hominum memoria nom decidant et omnibus preterita presencialiter consistant. Idcirco ego Sancius Dei gratia Portugalensis rex una cum uxore mea regina domna Dulcia et filliis et fillibus meis facio cartam donacionis et perpetue firmitudinis vobis domno Suario Roderici comendatori Millicie Sancti Jacobi et fratribus vestris presentibus et futurubis de illis nostris domibus in quibus facta est turris per quam pater meus rex domnus Alfonsus felicitis memorie Sanctaren⁷⁵⁹ furtive intravit et de hereditate illa quam habuimus in loco qui vocatur Lacuna Nigra⁷⁶⁰ et de vineis illis quas Egeas Pellagii pro meis morabitinis vobis comparavit et de almuina de Azzacaya que iacet circa vineas meas et de allia que jacet ad pontem de Alcoza ad partem Montisiraz et de uno forno et de uno molendino. Omnia ista damus vobis pro amore Dei et Beate Virginis Marie et pro remissione peccatorum nostrorum et pro bono servicio quod nobis fecistis et facietis et pro amore amici nostri Magistri domni Sancii. Et concedimus vobis et omnibus subcessoribus vestris ut ea habeatis jure hereditario in perpetuum. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis et cunctis⁷⁶¹ subcessoribus vestris inte-

⁷⁵⁶ Na margem direita, de outra mão: “*dasio (?)*”.

⁷⁵⁷ A primeira letra capital é encimada com o desenho de uma cruz. Na margem esquerda, por outra mão: “[...]*Jaçam que fez el rei [...] Sancho ha Ordem [...] hũas casas e tore [...] Santarem e de outros [be]ns e propiades*”. Segue-se, ainda, de outra mão: “*Esta torre parece que he a que se chama da Atamarna*”. E na margem direita: “*quoniam*”.

⁷⁵⁸ Esta palavra tem um “s” final riscado.

⁷⁵⁹ Palavra corrigida na margem direita, por outra mão.

⁷⁶⁰ Na margem direita, por outra mão: “*Esta Lagoa Negra se chama ora Lagoa Alva e he o titulo della. Ut supra folio LIIIº onde se declara que estas almuinas sam ortas*”.

⁷⁶¹ Palavra repetida na margem direita, por outra mão.

grum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero <aliter> fecerit maledictus sit ab eo qui cuncta ex nichilo creavit. Facta carta donationis et perpetue firmitudinis apud Obidos in E^a M^a CC^a XXX^a 1^a kalendas Maii. Nos supra nominati Reges qui hanc cartam fieri mandavimus coram testibus subscriptis eam roboravimus et hec signa manibus nostris fecimus. Qui fuerunt: Gunsalvus Menendi maiordomus curie conf.

(fl. 144)

[1^a coluna de subscrições:]

Petrus Alfonssi conf.

Gunsalvus Gunsalvi conf.

Rodericus Menendi conf.

Martinus Lopiz conf.

Martinus Valasquiz signifer regis conf.

Johanis Fernamdi dapifer regis conf.

Martinus Fernamdi conf.

Egeas Pelagii ts.

Dominicus Osorens ts.

[2^a coluna de subscrições:]

Martinus Bracarensis archiepiscopus conf.

Martinus Portugalensis episcopus conf.

Petrus Colinbriensis episcopus conf.

Johanis Lamecensis episcopus conf.

Nicolaus Visiensis episcopus conf.

Suarius Ulixbonensis episcopus conf.

Pelagius Elborensis episcopus conf.

Martinus Nuni ts.

Suarius Suari ts.

Giraldus Pellagii ts.

(Rota)

Julianus notarius curie scripsit.

1218, Janeiro, 26 – Santarém

Insero: 1193, Maio, 1 – Óbidos

⁷⁶²In Dei Nomine. Quoniam consuetudine que pro lege suscipitur et legis actoritate didicimus quod facta regum et principum scripto comendari debeant ut comendata⁷⁶³ ab hominum memoria non decendant et omnibus preterita presencialiter consistant iccirco: ego Sancius Dei gratia Portugalensis rex una cum uxore mea regina domna Dulcia et filliis et filliabus meis facio car-

⁷⁶² A primeira letra capital está ornamentada com uma bandeira. Na margem direita, por outra mão: “Ha mesma doaçam supra proxima per confirmaçam d’el rei Dom Afonso seu filho”.

⁷⁶³ Palavra corrigida.

tam donacionis et perpetue firmitudinis vobis domnum⁷⁶⁴ Suario Roderici comendatori Millicie Sancti Jacobi et fratribus vestris presentibus et futuribus de illis nostris domnibus in quibus facta est turris per quam pater meus rex domnus Alfonso felix memorie Sanctaren furtive intravit et de hereditate illa quam habuimus in loco qui vocatur Lacuna Nigra et de vineis illis quas Egeas Pellagii pro meis morabitinis vobis conparavit et de almuina de Azacaya que iacet circa vineas meas et de allia que jacet ad pontem de Alcoza ad partem Montisiraz et de uno forno et de uno molendino. Omnia ista damus vobis pro amore Dei et Beate Virginis Marie et pro remissione peccatorum nostrorum et pro bono servicio quod nobis fecistis et facietis et pro amore amici nostri Magistri domni Sancii. Et concedimus vobis et omnibus subcessoribus vestris ut ea habeatis jure hereditario in perpetuum. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis et cunctis subcessoribus vestris integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero aliter fecerit maledictus sit ab eo qui cuncta ex nichilo creavit. (fl. 144v) Facta carta donacionis et perpetue firmitudinis apud Obedos in E^a M^a CC^a XXX^a I kalendas Maii. Nos supra nominati Reges qui hanc cartam fieri mandavimus coram testibus subscriptis eam roboravimus et hec signa manibus nostris fecimus ++++++. Qui afuerunt: Martinus Bracarensis archiepiscopus conf., Martinus Portugalensis episcopus conf., Petrus Colinbriensis episcopus conf., Johannis Lamecensis episcopus conf., Nicolaaus Visiensis episcopus conf., Suarius Ulixbonensis episcopus conf., Pelagius Elborensis episcopus conf., Martinus Nuni ts., Suarius Suari ts., Geraldus Pelagii ts., Gunsalvus Menendi maiordomus curie conf., Petrus Alfonso conf., Gunsalvus Gunsalvi conf., Rodericus Menendi conf., Martinus Lopiz conf., Martinus Valasquiz signifer regis conf., Johannis Fernamdi dapifer regis conf., Martinus Fernamdi conf., Egeas Pelagii ts., Domnus Osereus ts., Jullianus notarius curie scripsit.

Ego Alfonso 2^{us} Dei gracia Portugalensis rex desiderans justiciam et cupiens unicuique jura sua integre observare una cum uxore mea regina domna Urraca et filliis nostris infantibus domno Sancio et domno Alfonso et domna Alionor presenti pagina cartam illam quam inter meos rex domnus Sancius inclite memorie de domibus, hereditate, vineis, almuinis, forno et de molendino suprascriptis fecit domno Sancio⁷⁶⁵ Roderici comendatori Millicie Sancti Jacobi suisque successoribus presentibus et futuris. Roboro et confirmo et donacionem illam ratam et firmam habeo et me ipsam in perpetuum observatum promitto ut autem confirmacio mea manibus robor obtineat hanc cartam feci meo plumbeo sigillo comuniri que fuit facta apud Sanctaren VII kalendas Februarii in E^a M^a CC^a L^a VI^a. Nos supra nominati qui eam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus +++++. Qui⁷⁶⁶ fuerunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus Martinus Johannis signifer regis conf.
 Domnus Petri Johannis maiordomus curie conf.
 Domnus Laurencius Suari conf.
 Domnus Gil Valasquii conf.
 Domnus Gomecius Suari conf.
 Domnus Johannis Fernandii conf.
 Domnus Fernandus Fernandii conf.
 Domnus Rodericus Menendii conf.

⁷⁶⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "domno".

⁷⁶⁵ Na margem direita, de outra mão: "Soario".

⁷⁶⁶ Segue-se uma letra riscada.

Domnus Poncius Alfonsi conf.
 Domnus Lopus Alfonsi conf.
 Vincencius Menendii ts.
 Martinus Petri ts.
 Petrus Petri ts.

[2ª coluna de subscrições:]

Domnus Stephanus Bracarensis archiepiscopus conf.
 Domnus Martinus Portugalensis episcopus conf.
 Domnus Petris Colimbriensis episcopus conf.
 Domnus Suarius Ulixbonensis episcopus conf.
 Domnus Suarius Elborensis episcopus conf.
 Domnus Pelagius Lamacensis episcopus conf.
 Domnus Bartollomeus Visiensis episcopus conf.
 Domnus Martinus Egítaniensis episcopus conf.
 Magister Pelagius cantor Portucalensis ts.
 Petris Garsie ts.
 Johanis Petri ts.

Gunsalvus Menendi cancellarius curie
 Fernamdus Suarii scripsit.

(fl. 145)

169

[1260]⁷⁶⁷, Fevereiro, 20 – Santarém

⁷⁶⁸In Dei nomine. Notum sit omnibus presentes licteras inspecturis quod ego Alfonsus Dei gracia rex Portugalie una cum uxore mea regina donna Beatrice illustris⁷⁶⁹ regis Castelle et Legionis fillia do et concedo vobis donno Pelagio petri Magistro Ordinis Milicie Santi Jacobi et Ordini vestro pro vero amore meas casas de Sanctarena que sunt in alcazova veteri propter domos vestras in parrochia Sancte Marie de Alcazova quarum casarum isti sunt termini: ad aquilonem jacent domus vestre, ad <a>fricum⁷⁷⁰ jacent domus que fuerunt domni Egidii Valasquiz, ad orientem est murus de alcazova, ad occidentem jacet unus vester paradenarius. Do inquam et concedo vobis et Ordini vestro supradictas casas in perpetuum possidendas cum omnibus ingressibus et egressibus suis et cum omnibus juribus et pertinenciis suis que vos et ordo vester habeatis et possideatis eas pacificet et quiete in cunctis temporibus seculorum. Siquis vero tan ex mea progenie qua ex alia venerit qui istam meam donacionem infringere attemptaverit non sit ei licitum sed pro sola temptacione iram Dei omnipotentis vobis incurrat et maledictionem meam habeat internum

⁷⁶⁷ Tal como foi anotado no próprio códice, a datação inscrita remete para o ano de 1230. No entanto, atendendo a que o "X" poderá ser aspado, o ano será o de 1260, integrando-se, assim, no período de governo de D. Afonso III.

⁷⁶⁸ Na margem direita, por outra mão: "*Doaçam que fez el Rei de hũas casas que tinha [...] Alcanena de Santarem [...] Hordem*".

⁷⁶⁹ Segue-se uma palavra riscada.

⁷⁷⁰ Na margem direita, de outra mão: "*Africum, in originali*".

et insuper quantum que fieri tantum vobis in duplum conponat donacione ista nichilominus in suo robore in perpetuum valitura et ut hec mea donacio non possit in dubium revocari et maioris roboris optineat firmitatem presentem cartam vobis precepi fieri et mei sigilli munimine communiri in testimonium huius rei. Datum in Sanctarena, Rege mandante X^o kalendas Marcii. Johannis Sueri fecit. E^a M^a CC^a LXVIII^a 771. Qui presentes fuerunt:

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus Gunsalvus Garsie signifer curie
 Domnus Egidius Martini maiordomus curie
 Stephanus⁷⁷² Johannis cancellarius
 Johannis Petri de Avoyno
 Menendus Sueri de Merloo

[2^a coluna de subscrições:]

Egeas Laurencii de Cunia
 Johannis Suerii Conelio
 Fernandus Fernandii Gogominus
 Petrus Martinii Perarinus
 Alfonsus Martinii superjudex

(fl. 145v)

170

1275, Agosto, 9 – Santarém

⁷⁷³In Dei Nomine Amen. Notun sit omnibus presentibus et futuribus quod ego donna Stephania Ponça de mea spontanea et libera voluntate do et concedo Ordini Uclensi Millicie Santi Jacobi duo mea hereditamenta que ego habeo in termino Sactaranen in loco qui dicitur Lagoa Alva, scilicet⁷⁷⁴, unum quondam dos Marcarços et aliud quondam domni Alvito quondam açorari domni Regis pro multo adjutorio et pro multo servicio quod ego recepi de ipso Ordine et pro fructibus et reddictibus quos ego recepi et habui de Basilia Sanctaranen et de Basillia de Canha de ipso Ordine termini totius hereditamenti quondam de Martarços isti sunt: in ouriente sicut dividit cum Maiore Gomecii et cum Menendo Johanis, in occidente sicut dividit cum Alpearça, in aquilone sicut dividit cum Lagoa Alva, in africo sicut dividit cum fratribus Ospitalis et cum Pelegri; termini alterius hereditamenti quondam domni Alvyto isti sunt: in oriente et in occidente et in aquilone sicut dividit cum hereditate Ordinis Ublensis (*sic*)⁷⁷⁵. Do et concedo dicto Ordini predita hereditamenta prout superius est scriptum cum montibus, fontibus, pascuis et cum ingressibus et egressibus et omnibus juribus et pertinenciis jure hereditario in perpetuum et mando et concedo quod ipse Ordo faciat et disponat de ipsis hereditamentis quicquid sibi placuerit proad senper. Siquis

⁷⁷¹ Na margem direita, de outra mão: “Esta Era esta errada porque por ella ainda reinava Sancho 2^o e esta carta he de Afonso 3 e deve ser o X^L asim plicado porque asim vale 40 ”.

⁷⁷² Palavra corrigida.

⁷⁷³ Na margem esquerda, por outra mão: “[...]çam feita ha Ordem [...] duas herdades onde [cha]mam a Lagoa Alva [...] Sanctarem”.

⁷⁷⁴ Palavra corrigida na margem direita, por outra mão.

⁷⁷⁵ Na margem direita corrigido para “Uclensis”.

vero tam de meis propinquis quam etiam de extraneis contra hoc factum⁷⁷⁶ meum venire pre-
sumpserit nom sit ei licitum set pro sola temptatione pectet dicto Ordini tres mil libras nomine
penne vel cui dederit vocem suam. Et domno⁷⁷⁷ ipse aliud tantum et insuper iram et maledi-
cione Domni et Beatissime Virginis Marie et meam habeat pro ad senper et facto isto nominus
in suo robore perheniter valituro. Et ut hoc factum meum maiorem obtinea firmitatem presentem
cartam sicut feci per manum Johannis Pelagii publici tabelionis Sanctaran. Actum fuit hoc Sancta-
ran, IX die Augusti. E^a M^a CCC^a XIII^a presentibus Petro Menendi et Martino Martini canonicis
ecclesie Sancte Marie de Alcaçova. Et ego Johannis Pelagii publicus tabellio Sanctaren rogatus
a predita donna Stephania hiis omnibus interfui et hanc cartam scripsi et in ea signum meum
apposui.

(fl. 146)

171

1300, Outubro, 13 – Torres Vedras

⁷⁷⁸Dom Dinis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço
saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordem da Cavallaria de Santiago com outor-
gamento da raynha Dona Isabel e do Infante Dom Afonso meu filho moor e herdeiro faço doa-
çom pera todo sempre a essa Ordem da minha quintãa que chamam Ortalagoa que he em
termo de Santarem com todos seus dirreitos e com todas sas perteenças. E mando e outorgo
que a dita Ordem aja e posuya a dicta quintãa pera todo sempre e faça dela todallas cousas
que lhi prouver assi como de seu aver proprio. E esta doaçom lhe faço eu em remissam de
meus pecados e pello logar que chamom a Arruda que a dita Ordem deu a raynha Donna Isabel.
O qual logar ela deve teer delles e ho possuir em todos seus dias. E quem quer que contra
esta minha doaçom veer aja a maldiçam de Deus e a minha e ha doaçom seja firme e esta-
vel pera todo senpre. Em testemunho desto dey aa dita Ordem esta minha carta seellada do
meu seello do chunbo. Dante em Torres Vedras, XIII dias de Outubro, el Rey ho mandou, Stevam
da Guarda a fez. Era de miil e III^c XXX oyto annos.

(fl. 146v)

172

1315, Dezembro, 13 – Santarém

⁷⁷⁹Saibam quantos este estormento virem e leer ouvirem que nos Joham Symam e Maria
Guilherme sa molher da nossa livre vontade damos e fazemos doaçom valedoira pera todo sem-
pre a vos Dom Lourenc'Eannes Maestre da Ordem da⁷⁸⁰ Cavallaria de Santiago nos regnos de
Portugal e do Algarve em nome da dicta Ordem quinze astiis de herdade que nos avemos em
termo de Santarem em loge que chamom Monçom a qual herdade a nos aquaeceo per morte

⁷⁷⁶ Palavra corrigida na margem esquerda.

⁷⁷⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "domno terre".

⁷⁷⁸ Na margem direita, de outra mão: "Doaçom d'el rei Dom Din[is] da Ortalagoa que he termo de Santarem".

⁷⁷⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "[...] de quinze estiis [...] de Santarem onde [...] Monçom".

⁷⁸⁰ As palavras "Dom Lourenç' Eannes Maestre da Ordem da" estão sublinhadas e na margem esquerda, de outra
mão: "D. Lourenço Annes Mestre em Portugal no anno do Senhor de 1373".

de Dom Phellipe padre de mym sobredicta Maria Guilhelme e mandamos e outorgamos que daquy adiante a dicta Ordem faça e desponha da dicta herdade o que tiver por bem pera todo sempre como de sa propia possissom avedoira e possuidoira. E esta doaçom fazemos aa dicta Ordem por aquello que a dicta Ordem ha em Leypa (*sic*) e em seu termo e em na Chouparia e em Alvayazer e em seu termo e em Chãao de Couce e em Penella e em seu termo e em Miranda e em seu termo e em Coybra e em Palha Cana e em Sousel e as quintãas de Travaços e em no Freixieiro e em seus termos que nos de vos teeremos em vida de mym sobredicto Joham Simom asi como he contheudo em hũa carta de Dom Johane Osoriz em outro tenpo Mestre da dicta Ordem e do cabidoo seellada dos seus seellos pendentes que ende nos teemos. E prometemos que nunca venhamos comtra esta doaçom per nos nem per outrem em parte nem em todo. E se contra ella veermos mandamos e outorgamos que nom valha. Em testemunho destas cousas rogamos a Afonso Dominguez tabeliam de Santarem que fezesse ende este estormento aa dicta Ordem. Feito foi esto em Santarem, XIII dias de Dezenbro. Era de mill e trezentos e cinquonta e tres anos. Os que presentes forom Diogo Johanes tabeliam, Goncallo Esteveez d'Avoym e Joham Veegas cavaleiiros, Airas Rodriguez escudeiro, Pero Valença, Martim Vaaz, Afonso Annes e Pero Fernamdez escudeiros do dicto Joham Simom e outros. E eu Afonso Dominguez publico tabeliam de Santarem a estas cousas presente fuy e a rogo dos dictos Joham Simom e Maria Guilhelme sa molher este estormento desta doaçom minha mãoo escrepy em el este meu sinal pugi quental he em testemunho de verdade.

(fl. 147)

173

1424, Maio, 16 – Torres Novas

⁷⁸¹Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta a quantos esta carta birem fazemos saber que o Iffante Dom Joham meu filho nos disse que per os nossos almoxarifes de Santarem fora per nosso mandado tomada posse de dous casaaes que a Ordem de Santiago tiinha e avya dentro em ho nosso regueengo que chamom da Tojosa que he em termo dessa villa honde chamom Vyana. Os quaaes casaaes perteeçiam e eram apropiados aa quintãa d' Ortagoa que he dentro no dicto reguengo. A qual quitãa he forra e isenta da dita Ordem segundo mais compridamente logo fez certo per hũa carta de doaçom que della foy feita aa dita Ordem per el rey Dom Dinis nosso visavoo cuja alma Deus aja e outorgada per a raynha Donna Isabel sua molher e per o Iffante Dom Afonso seu filho primeiro e herdeiro. A qual carta faz mençom seer dada em Torres Vedrras, XIII dias d'Outubro. Era de mil e trezentos e XXXVIII^o anos. Em a qual carta antre as outras cousas faz mençom que o dicto senhor rey Dom Dinis fez doaçom da dita quintãa pera sempre aa dicta Ordem com todos seus dirreitos e perteenças segundo os el dicto senhor melhor e mais compridamente avya e de dirreito devya d'aver. E por a nossa parte foi dicto per os dictos nossos amoxarifes que lhe puy-nham embargo na dicta quintãa e casaaes dela por quanto a dicta Ordem os nom podia teer nem aver dentro no dicto regueengo per bem da ordenaçom e ley posta pello dicto senhor rey Dom Dinis que defenfe que nehũa igreja nem Ordem nem mosteiro nem dona nem filhos d'algo nom possam cobrar nenhũas possissooens em nossos regueengos e se as cobrarem que as percam. E que posto que a dita Ordem tal doaçom mostrasse que os dictos dous casaaes de

⁷⁸¹ Na margem direita, de outra mão: "Sentença d'el rei Dom João que os casaes de Viana [...] julgados por perteenças [...] quinta da Orta Lagoa".

Vyana nom se mostravom serem da dicta quintãa e perteenças della. E nos vista a dicta carta de doaçom e razom alegada da nossa parte per os dictos nossos almoxarifes mandamos sobr'ello tirar inquiriçam per testemunhas antiigas se sabiam sempre seer os ditos dous casaaes das perteenças da dicta quintãa ou se os cobrara a dicta Ordem per outra algũa maneira contra a dicta nossa ley e defesa depois que a dicta quintãa passara ao senhorio da dicta Ordem. E que do que em ello dissessem que nos fosse mostrado pera nos todo veermos e darmos livramento ao dicto Ifante Dom Joham em razom dos dictos dous casaaes sobre que era esta duvida e contenda. A quall inquiriçom foi vysta presente nos e presente ho Iffante Eduarte meu filho primogenito e herdeiro pella qual inquiriçom se mostrou que os dictos dous casaaes de Vyana sempre andarom com a dicta quintãa d'Ortalagoa des tanto tempo aca que a memoia dos homeens nom he em contrario. E porem vista per nos a dicta carta de doaçom que da dicta quintãa foy feita aa dicta Ordem com todos seus dirreitos e perteenças e herdamentos e em como se mostra per a dicta inquiriçam seerem sempre os dictos dous casaaes das perteenças da dicta quintãa posto que expresamente (fl. 147v) na dita doaçom nom sejam nomeados que ao dicto tempo da dicta doaçom eram e perteeçiam aa dicta quintãa nos os avemos em ella expressamente por nomeados e queremos e mandamos de nossa certa ciência e poder absulluto que ora e daquy adiante deste dia pera todo sempre a dicta Ordem aja os sobredictos dous casaaes de Vyana com a dicta quintãa assi e pella guisa que os ataa ora ouve a dicta Ordem e milhor se os melhor poder aver sem embargo da dicta ley e ordenaçom que diz que nehũa Ordem nom possa cobrar nem aver beens em nosso regueengos por quanto nossa mercee e vontade he de lhe nom serem embargados ora nem daquy adiante pera todo sempre. E per esta carta mandamos aos nossos almoxarifes de Santarem e a outros quaaesquer que ao diante forem nossos almoxarifes ou outros quaesquer que desto perteeçer aver alguum conhecimento que lhe nom ponham nem mandem poer embargo nos dcitos casaaes e se lhe teem alguuns penhores ou pam socrestado ou tomado que lho façom e mandem logo entregar sem outro embargo que lhe sobre ello ponham por quanto nossa mercee he de lhe os dictos casaaes de todo serem livres e isentos pella guisa que o sempre foram. E em testemunho desto mandamos dar esta nossa carta ao dicto Iffante Dom Joham signada per nossa mão e seellada do nosso seello do chunbo. Dante em Torres Novas, XVI dias de Mayo, el Rey ho mandou, Joham Rodriguez a fez anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e XXIII^o annos.

1440, Agosto, 17 – Santarém

⁷⁸²Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e quareenta anos XVII dias d'Agosto em Santarem nas casas honde pousa o Senhor Ifante Dom Joham estando Andrrre Gonçalves selleiro morador no dito logar o dito senhor deu de foro ao dito Andre Gonçalvez hũas casas com sua perteenças e com seu quintaal de tras que a Ordem ha em a dita villa na rua de Manços que partem com rua publica e com travessa dam mam cavalam e com quintaal que traz Pero Luis que he da dicta Ordem. A qual casa e quintaal lhe da de foro em tres pessoas por cinquenta reais brancos em cada huum ano e huum par de frangoos ou dez reais por elles com condiçom que faça a paga do dito foro por dia de Santa Maria d'Agosto.

⁷⁸² Na margem esquerda, de outra mão: “[A]foramento de hũas casas em [Sa]ntarem”. Igualmente de outra mão: “O Infante Dom João governador da Ordem no anno de 1440”.

O qual foro o dicto Andrrre Gonçalvez tomou e recebeo em sy e se obrigou per sy e seus beens a o pagar em cada huum ano e de correger e aproveitar a dicta casa e quintaal (fl. 148) de guisa que seja melhorada e nom pejoarada. E por seer certo asinou aquy por sua maa. Testemunhas Alvaro Borges almoxarife d'el Rey na alfandega de Lixboa e Joham Barreto criado d'el Rey e Garcia Borges e eu Joham Alvarez escripvam da camara do dicto senhor Ifante que esto escrepvy.

175

1410, Junho, 26 – Santarém

⁷⁸³Saibam todos os que este estormento virem como biinte e seis dias do mes de Junho Era de mil e quatrocentos e quareenta e oyto anos em Santarem em a rua dos Mercadores em nas pousadas da morada de Gonçall'Eannes mercador filho de Joham Annes que foi mercador em presença de mym Alvaro Afonso tabeliam d'el Rey em a dita vila e das testemunhas que adiante som escriptas Lourenço Vaaz faanqueiro morador em a dicta villa que hi estava disse que elle tragia hūuas casas enprazadas em vida sua e de sua molher e de hūua pessoa despos elles da Ordem de Santiago que lhe forom emprazadas per a dita Ordem de Santiago que erom em a dicta vila de Santarem em na rua dos Mercadores que partiam com casas que forom de Vaasqu'Eannes e com casas que forom de Joham Afonso janrro do Calvo. As quaes casas deziia que lhe forom enprazadas que as adubassem e repairassem e fezessem de paredes e de madeiras de telhado e de pregadura e de todollos outros adobiios que lhe mester fezerem e que desse de renda dellas ao dicto senhor Mestre e aa Ordem em cada huum ano em paz e em salvo em a dicta villa hūa dobra e mea d'ouro ou ho valor que valer por dia de Sam Joham Bautista segundo deziia que mais conpridamente era contheudo em ho estormento do enprazamento. E logo ho dicto Lourenço Vaaz pos o dicto enprazamento das dictas casas em Afonso Vaaz do Crrato escudeiro morador em a dita villa que hy estava assi e pella guisa e condiçom que em o dicto enprazamento he contheudo com todallas crasullas e condiçoes em o dicto prazo contheudas e que ho dicto Afonso Vaasquez comprisse e pagasse o dicto prazo como em elle era contheudo e obrigado de o fazer e comprir e nom o fazendo que elle fosse a ello theudo e obrigado e prometeo o dicto Lourenço Vaasquez a lhe esto nom contradizer e entregou lhe logo o dicto emprazamento ao dicto Afonso Vaasquez presente mym tabeliam e testemunhas adiante escriptas. E o dicto Afonso Vaasquez consentiio em o dicto emprazamento e obrigou todos seus beens moviis e raiz a tudo comprir e manteer (fl. 148v) aa fazer o dicto Lourenço Vaaz e sua molher livres e quites do dicto enprazamento sem sua perda e dano sob pena de lhes pagar todas perdas e danos e custas e despesas que sobre esta razom fezesse e demais com dez livras em cada huum diia de pena. E o dicto Lourenço Vaaz pedio este estormento e o dicto Afonso Vaaz outro que forom feitos em o dicto logo diia e mes e era sobre-dicto. Testemunhas que presente forom Gonçalo Dominguez que foi mercador e Diego Fernamdez, Dieguo Lourenço, Lopo Afonso mercadores moradores em a dicta billa e outros e eu Alvaro Afonso sobredicto tabeliam que este estormento pera o dicto Lourenço Vaasquez escrepvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

Acabam se as cartas da duodecima parte começam se as da tredecima.

⁷⁸³ Na margem direita e de outra mão: "*Trespasamento de hum foro [...] hūas casas na villa d[e] Santarem em outra pes[...]*".

1270, Setembro, 23 – Castrotrafe

A. B. C. ⁷⁸⁴In Dei Nomine Amem. Saibham elos que som assi como elos que am de seer como yo Dona Maria Alfonso fija d'el rey Dom Afonso de Leom em seenbra com mym fija Donna Beringuella Alfonso fija d'el rey Dom Afonso de Castella e de Leom e yo Donna Beringuella Alfonso em senbra com mya madre Donna Marya Alfonso damos e atorgamos a vos Dom Pelai Periz⁷⁸⁵ pela graça de Deus Maestre de la Ordem de la Cavallaria de Santiago e a la nossa Ordem de sa meesma cavallaria a los que agora som e a los que depois vernam pera sempre perduravelmente quantos herdamentos avemos e devemos aver em no reyno de Portugal, *convém a saber*, em Ceruja et em Çapianes et em Soverosa et em Atey [ef] en Avintes et em Loordelo et em Lausada et em Sousa et Barroso et em Panoas et Sanctarem con sos terminos et em Lixbona con sos terminos et em Coinbrya con sos terminos et em Elves com sos terminos et em no Lumiar⁷⁸⁶ et em todos elos lugares que nos avemos e devemos aver et em todo el reyno de Portugal por qual raçom qui[*t*]ar que sea al tempo dela era que esta carta foy feita assy em villas como em aldeas como em hermos como em pobrrados como em leygaryos como em egrejariios (fl. 149) como em padrrona de gul com montes e com fomes e com entradas e com sallidas e com pastos e com rios e com todollos aquellos dirreitos que nos hy avemos e devemos aver. Et esto vos damos por nostras almas e de nossos padrrres e de nossas madrres e de nossos parentes. Et nos Dom Pelaio Periz pella graça de Deus Maestro dela Ordem de la Cavallaria de Santiago com comseio⁷⁸⁷ e com outorgamento de nosso cabidoo general damos e outorgamos a vos Dona Maria Alfonso e a nossa fija Donna Biringuella Alfonso quanto avemos e devemos aver em na nossa comenda de Sam Martino de Benavente e com na nossa pobra de Sam Martino. Et quanta herdade nos avemos e devemos aver em Benavente et em todo sou termyno e quanto avemos em Villanaçar et em Arcos et em Vemelas et em todos elos otros lugares que nos avemos e devemos aver que pertencem a esta comenda de Benavente. Et damos vos quanto avemos e devemos aver em Toouro e em Poç'Antigu e Ves de Marvam⁷⁸⁸ e em Malva e em todos elos otros lugares que pertencem a la comenda de Toouro e de Poç'Antigo et damos vos ela pobra que dicem de Dom Falcom em Guadaxira et estas balliias sobredictas vos damos fora ende aquello que avemos dado ante dela era desta carta que tenne per privilegio del cabildo general. Et se algunas cosas daqu'esto que nos daemos a vagar que perteençam a estas comendas que vos que lo ajades et esto vos damos com todas aquellas perteneencias⁷⁸⁹ e com todos aquellos dirreitos que hi avemos e devemos aver. Tanbiam em nas villas como em aldeas com em hermos como em pobrados com entradas e com salidas e com igrisarius e com padrronadigos com montes com fontes e com rios e com pascos e com todos elos otros dirreitos que nos hi avemos e devemos aver et damos uo lo e otorgamos lo⁷⁹⁰ que lo tengades vos Dona Maria Alfonso e vossa fija Donna Biringuella Alfonso em todos vossos dias de anbas e duas et que fagades delos fruchos voso pracer et nom aja-

⁷⁸⁴ A primeira letra capital está ornamentada com uma cruz. Na margem esquerda, de outra mão: "*Escaimbo que ho Mestre [...] Ordem em Castella fez [...] certos beens*".

⁷⁸⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*Pelaio Periz*".

⁷⁸⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "*Limiar*".

⁷⁸⁷ Na margem esquerda, de outra mão, repete: "*comseio*".

⁷⁸⁸ Na margem direita, de outra mão: "*Veze de Marvam*".

⁷⁸⁹ Na margem direita, de outra mão: "*perteneencias*".

⁷⁹⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "*e otorgamos vo lo*".

des poderiio de vender nem de mal meter nem delo en alenar nem de dar prestamo et estos herdamentos sobredictos per os⁷⁹¹ a vosa morte e de vossa fyja ficar livres e quitos a la Ordem et yo Donna Maria Afonso et yo Donna Berynguela Alfonso prometemos de guardar e de defender e de acrentar e de levar adelante aqu'estas baylias de suso ditas segundo nosso poder et pois a nossa morte leyxar vo las de suso dictas segundo nosso poder et pois a nossa morte leyxar vo las e que las recibades asi como las achardes com todo mejoramento e com todo acrecentamento pero de nossa placa e de nossa bestias o de todas elas otras nossas cousas que alas balyas nom pertencerem fazemos delas toda noss voluntade e prometemos de amar a la Ordem e dela ajudar et u virmos eia sua que proy⁷⁹² que la acheguemos e vivirmos sou dano que alonguemos e de darmos el decemo a los clerigos de Sam Marcos assi como lo solyan aver em tempo de la Ordem et prometemos a tener un freyre em na baylia de Benavente e otro em la de Poç' Antigu et este preyto e esta conueença deve fielmente seer dela una parte (fl. 149v) e dela outra guardada e se alguno por la ventura contra este nosso techo por algum osiio venir quiser o em alguna parte lo quebrantar peche a la voz d'El Rey cinco mil maravedis y a la otra parte cinco mil maravedis e de mas el danho dobrado e el preyto em sua firmedumbre remaneciendo e por tal que este perynto⁷⁹³ (*sic*) sea firme y estabre fazemos duas cartas partidas por A. B. C. selladas de nuestros selhos. Feyta la carta y en Castrotoraffe XXIII dias andados de Setembro. Era de mill e trezentos e oyto annos con otorgamento do cabidoo general que foi asenbrado em Merida em la Era de mil e III^o VII anhos.

1435, Janeiro, 18 – Setúbal

⁷⁹⁴Em nome de Deus Amem. Saibham quantos este contrauto d'enprazamento virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e cinco annos XVIII^o dias do mes de Janeiro em a villa de Setuval nos paaços do muyto honrrado e prazado senhor Iffante Dom Joham⁷⁹⁵ regedor e governador da Ordem de Santiago seendo no dicto logo esse senhor em presença de mym Gil Esteveez seu puprico tabeliam na dita villa e geeral nos termos de Palmella e Sezinbra e testemunhas que adiante sam scriptas o dicto senhor em nome da dicta Ordem deu e outorgou d'emprazamento ha Lopo Meendez de Vaasconcellos, filho de Martim Gonçalves que foi comendador d'Almadaa. O qual Lopo Mendez outrosy no presente estava todollos casaaes e herdades e foros e rendas e dirreitos e cabedaaes e quartos e teeygas com todas suas entradas e saydas e dirreitos e perteenças que a dicta Ordem ha em Cerva (?) tra[z] Atey e Çapaaes⁷⁹⁶ a tal preyto e condiçam que o dicto Lopo Meendez faça e refaça nas dictas herdades e rendas e casaaes quanta bemfeitoriaa pode fazer per guisa que seja todo melhorado e nom peorado e que de e pague de foro aa dicta Ordem em cada huum anno por primeiro dia de Janeiro cinquenta reais brancos desta moeda que ora corre reaaes de XXXV livras cada huum real começando de fazer o dicto foro e pagar a primeira paga por primero dia

⁷⁹¹ Na margem esquerda, de outra mão: "pojis".

⁷⁹² Na margem esquerda, de outra mão: "proi".

⁷⁹³ Na margem direita, de outra mão: "preito".

⁷⁹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "[...]ramento de cervata ate [...]pães".

⁷⁹⁵ As palavras "Senhor Iffante Dom Joham" estão sublinhadas e na margem esquerda, de outra mão: "O Infante D. João governador da Ordem no anno de 1435".

⁷⁹⁶ Na margem esquerda, por outra mão: "[...]va ate Çapães".

do dicto mes que viinra Era triinta e seis annos e dhi em dyante em cada huum ano pera senpre seendo ho dicto Lopo Meendez a primeira pessoa e depois de seu finamento que os dictos casaaes fiquem aa dicta Ordem com todallas bemfeitorias e que o dicto Lopo Meendez (fl. 150) nom possa vender nem dar nem doar nem per outros nenhuuns titulllos trasmodar os dictos casaaes e herdades nem parte delles. E obrigou o dicto senhor os beens da dicta Ordem asi moviis como de raiiz a lhe enparar e defender os dictos casaaes e herdades e possisões delles de quaesquer pessoas que lhos demandem ou embarguem sob pena de lho compoerem segundo ho dirreito em tal caso outorga. E o dicto Lopo Meendez a esto presente per sy soo assy tomou as dictas herdades e casaaes d'enprazamento da dicta Ordem com todallas crasullas e condições suso dictas e se obrigou de as comprir e pagar o dicto foro em cada hum ano sob pena das custas e despesas que a dicta Ordem por esta rezom fezer e demais com cinco reais brancos da dicta moeda em cada huum dia de pena e mais correger ho daneficamento que for feito. E per esta carta o dicto senhor outorgou que o dicto Lopo Meendez possa aver e receber daquy em diante todallas rendas e foros e fruytos e rações e dirreitos dos dictos casaaes e herdades e mandava aas pessoas a que perteence que lhe acudam com elas sem outro enbargo e aas justiças que asi lho façom comprir. E em testemunho e por noteficaçom da verdade o dicto senhor em nome da dicta Ordem como procurador dos Trreze e o dicto Lopo Meendez outorgarom o que o dicto he e mandarom seer feitas duas cartas de huum theor e esta he do dicto Lopo Meendez a qual lhe eu dicto tabeliam dey por quanto perdeo outra que lhe ja dera e esto per alvara demandado do dicto senhor do qual ho theor tal he:

Eu o Iffante Dom Joham faço saber a vos Gil Esteveez tabeliam em a minha villa de Setuval que Lopo Meendez cavaleiro de minha casa me disse que perdera a escriptura que lhe per meu mandado fezeistes dos casaaes de Cerva e Atey e Çapãaes de que lhe tenho feita mercee e porque diz que lhe he compridoiro d'aver outra tal como a que tiinha mando vos que lha dees pella nota. Feito em Alcouchete, XXVI dias d'Agosto 1439. O qual alvara a mym tabeliam foi dado aos XXVII dias do dicto mes d'Agosto, Era do dicto alvará. Testemunhas que presentes foram do dicto contrauto Fernand' Afonso scripavam da puridade do dicto senhor e Joham Alvarez seu escripavam da camara e Nuno Afomso outrosi seu scripavam. E eu Gil Estevez dicto tabeliam que esta carta e outra tal pera o dicto Lopo Meendez screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

Acaban se as cartas da terdecima parte e começam se as da quatuordecima.

(fl. 150v)

178

1225, Maio, 1

⁷⁹⁷In Dei nomine amem. Sciant omnes tam presentes quam futuri qui hanc cartam legere viderent aut a[u]dierent quod ego Fernando Gonsalvi pretor de Azanbugia et uxor mea donnam Tocina⁷⁹⁸ facimus ei domno Pelagio Petri Magistro <Militie> Ordinis Santi Jacobi et ei dom

⁷⁹⁷ A primeira letra capital está decorada com um chapéu. Na margem esquerda, de outra mão: "*[Esc]aimbo de hũa tera em Obidos*".

⁷⁹⁸ Na margem direita, de outra mão: "*Goncina*".

Gonsalvo Petri comendatore eiusdem Ordinis Portugallie simul ei conventu Mertole cambium, videlicet, damus⁷⁹⁹ eis unam coreliam quam habemus in termino de Obidos in loco qui dicitur Varzena do Vidigal sicut vadit de una charneca ad aliam pro Il corelis quas de ipsis recepimus; scilicet sicut in termino de Obidos in loco qui dicitur Zorrera que fuerunt de Menendo Menendi⁸⁰⁰ et uxoris sue Marie Menendi qui fuerunt ipsius Ordinis, sicut jacent ex una parte et alia eius hereditate, Petri Menendi fillio⁸⁰¹ predictorum fratrum quomodo veniunt ad meam vineam et passant rilum⁸⁰² et vadunt ad charnecam que est contra o Cadaval. Et si nos venerimus vel nostri propinqui venerint et hoc factum nostrum frangere voluerimus non sit nobis licitum sed pectemus iam dicto Ordini C morabitanos; et domino terre aliud tamen⁸⁰³, et ut hoc factum nostrum Magis firmum sit isti carte meum sigilum in ipso⁸⁰⁴ et quod uxor mea donna Goncina non habeat proprium sigilum concillii Ulixbone sigilum huic carte fecimus inponi. Kalendas Maii sub E^a M^a CC^a LX^a III^a.

(fl. 151)

179

1194, Fevereiro, 1 – Lisboa

⁸⁰⁵In Dei nomine. Quoniam consuetudine que pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod facta regum et principum scripto comendari debant ut comendata ab hominum memoria non deciderent⁸⁰⁶ preterita presencialiter consistent. Iccirco ego Sancius Dei gracia Portugalensis rex una cum uxore mea regina domna Dulcia et filliis et filliabus meis facio carta donacionis et perpetue firmitudinis vobis domno Sancio Fernamdi Magistro Milicie Sancti Jacobi et domno Suerio Roderici comendatori de Palmela et domno Christoforo priorii et fratribus vestris presentibus et futuris de illa nostra hereditate et de illa nostra domo que dicitur Sanctos quam pater meus rex domnus⁸⁰⁷ felicis memorie edificari fecit ad honorem Sanctorum Martirum Verissimi Maxime et Jullie quorum corpora ibi requiescunt. Damus vobis pro amore Dei et Beate Virginis Marie et pro remissione peccatorum nostrorum⁸⁰⁸ et pro bono servicio quod nobis fecistis et facietis et pro amore amissi nostri Magistri domni Sancii supradictum locum cum omnibus terminis suis, videlicet, cum vineis et ortis et salinis et fontibus et pascuis cum omnibus hereditibus suis ad edificandum ibi monasterium ubi sit conventus clericorum vestri Ordinis et ad sepulturam vestram unde magnum defectum habebatis maxime faciendam. Et concedimus vobis <et> omnibus successoribus vestris ut ea habeatis jure hereditario in perpetuum. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis et cunctis successoribus integrum observaverit sit benedictus a Deo, amem. Qui vero

⁷⁹⁹ As palavras “*en conventu Mertole cambium videlicet damus*” estão sublinhadas e na margem esquerda, de outra mão: “*Convento em Mertola no primeiro de Mayo da Era de 1263 e anno do Senhor de 1225*”.

⁸⁰⁰ Na margem direita, de outra mão: “*Vermudi*”.

⁸⁰¹ Na margem direita, de outra mão: “*filio*”.

⁸⁰² Na margem direita, de outra mão: “*riuum*”.

⁸⁰³ Na margem direita, de outra mão: “*tam (?)*”.

⁸⁰⁴ Na margem direita, de outra mão: “*impom (?)*”.

⁸⁰⁵ Na margem direita, de outra mão: “*Doaçam que fez el rei Dom Sancho ha Ordem do m[oj]esteiro de Santos com suas vinhas e ortas*”. Mais abaixo e, ainda, de outra mão: “*Alias. Doação da igreja e caza edificada por el rei D. Afonso Henriques a honra dos Santos Martires Lisbonence, feita por el rei D. Sancho o 1º com todas as per-tenças da dita caza pera nella se edificar convento pera freyres da nossa Ordem*”.

⁸⁰⁶ Na margem esquerda, de outra mão: “*et omnibus*”.

⁸⁰⁷ Na margem direita, de outra mão: “*Alfonsus*”.

⁸⁰⁸ Palavra corrigida.

aliter fecerit maledictus sit ab eo qui cuncta ex nichilo extrahit⁸⁰⁹ (?). Facta carta donacionis et perpetue firmitudinis apud Ulixbonam in E^a M^a CC^a XXXII kalendas Februarii. Nos supranominati reges qui hanc cartam fieri mandavimus coram testibus subscriptis eam roboravimus et hec signa manibus nostris fecimus ++++++. Qui afuerunt⁸¹⁰:

[1^a coluna de subscrições:]

Gosalvus maiordomus curie conf.
 Petrus Alfonssi conf.
 Gonsalvus Gonsalbi conf.
 Rodericus Menendi conf.
 Martinus Valasquis signifer regis conf.
 Johanis Fernandi dapifer regis conf.
 Martinus Fernandi conf.
 Rodericus Fernandi pretor Ulixbonensis conf.
 Suerius Petri conf.
 Gonsalbus Froihaz conf.

[2^a coluna de subscrições:]

Martinus Bracharensis archiepiscopus conf.
 Martinus Portugalensis episcopus conf.
 Petrus Colinbriensis episcopus conf.
 Johanis Lamecensis episcopus conf.
 Nicolaus Visensis episcopus conf.
 Suarius Ulixbonensis episcopus conf.
 Pelagius Elborensis episcopus conf.
 Suarius Suarii ts.
 Patrus Suarii ts.
 Giraldus Pelagii ts.

(Rota)

Julianus notarius curie scripsit.

(fl. 151v)

180

1207, Abril, 26 – Latrão

⁸¹¹Innocencius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Magistro et fratribus Milicie Sancti Jacobi salutem et apostolicam benedictionem. Solet annuere Sedes Apostolica piis votis et honestis petentium precibus favorem benivolum impertiri ea propter dilecti in domino filii vestris iustis postulacionibus grato concurrentes a sensu ecclesiam de sanctis sicut eam juste ac pacifice possidetis. Auctoritate vobis apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli

⁸⁰⁹ Palavra corrigida.

⁸¹⁰ Estas duas palavras foram escritas por outra mão.

⁸¹¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[Com]firmaçam apostolica da [so]breditta doaçam do [m]oesteiro de Santos ho [...].elho deve ser".

ergo omnino hominum liceat hanc pagina nostre confirmacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incurssurum. Datum Lateram VI kalendas Maii. Pontificatus nostri anno decimo.

181

1218, Janeiro, 27 – Santarém

A.

⁸¹²Alfonsus Dei gracia Portugalensis rex. Universsis presentem paginam inscripturi, salutem noveneritis quare pro amore Dei et Beate Virginis Marie et pro rogatu domni Martini Pelagii comendatoris de Alcazar et Gunsalvi Menendi cancelarii mei do et concedo eidem comendatori et capitulo de Alcazar decimam eorum omnium que de Adiça habuero. Et concedo eis ut ipsi et cuncti successores eorum eam habeant atque possideant jure hereditario in perpetuum. Quicumque igitur hoc factum meum eis et cunctis successoribus eorum integrum observaverit sit benedictus a Deo amem. Qui vero contra illud venire presumpserit iram Dei omnipotentis incurrat et quicquid fecerit ipse successor eius et cum inirritum ducat. Ut autem factum meum maioris roboris in posterum obtineat firmitatem hanc cartam feci meo plumbeo sigilo communiri que quidem facta fuit apud Sanctarem VI kalendas Februarii in Era M^a CC^a L^a VI^a. Ego regina domna Urraca hanc cartam roboro et confirmo. Ego infans domnus Sancius hanc cartam roboro et confirmo. Ego infans domna Alionor hanc cartam roboro et confirmo. Ego Martinus Johannis domni regis signifer eam confirmo. Et Petrus Johannis maiordiomus curie confirmo. Ego Johannis Fernandi confirmo. Ego magister Pelagius cantor Portugalensis afui. Ego Johannis Pelagii cantor Bracarensis afui. Petrus Garsie et domnum Cancius Menendi testis. Johannis testis. Martinus Petri testis. Rodericus Nunii testis. Ego Fernando⁸¹³ Suarii scripsit.

(fl. 152)

182

1239, Janeiro, 16 – Lisboa

⁸¹⁴In nomine Patris et Filiis et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus has literas inspecturis quod ego Sancius secundus Dei gracia Portugalensis rex de mea bona et libera voluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnatum et pro multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigha comendator de Alcazar et fratres eiusdem castri Ordinis Milicie santi Jacobi et pro remedio anime mee et patris mei et matris mee et predecessorum meorum, do eis et Ordini Milicie Sancti Jacobi castelum meum de Alfajar de Pena cum omnibus terminis suis novis et antiquis et cum omnibus suis pertinentiis et cum omni jure regali quod ibi habeo et habere debeo et quod ipsi me diligant et querant mihi bene sunt debent querere domno naturali et concedo quod habeant ipsum castelum pacifice et quiete et possideant ilud jure hereditario in eternum. Siquis autem tam de propinquis meis quam de extraneis venerit qui hoc factum meum atentare vel irrumpere voluerit ei nullatenus concedatur sed pro sola atentacione ira

⁸¹² Na margem esquerda, de outra mão: “[Doa]çam do dizimo d’adiça”.

⁸¹³ Palavra corrigida.

⁸¹⁴ Na margem direita, de outra mão: “[Doa]çam d’el rei Dom Sancho do castelo de Alfajar de P[ena]”.

omnipotentis Dei Patris et Fillii et Spirictus Sancti et gloriose Virginis Marie et maledicto venient super ipsum et cum Juda tradictore sepultus jaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est observare fecerit et voluerit observare omnipotentis Dei et Beate gloriose Virginis Marie benedictionibus repleatur et cum sanctis et electis Dei in regno Dei accipiat porcionem. Et ut hoc factum meum maioris roboris obtineat firmitatem istam kartam donacionis et perpetur firmitudinis meo sigilo feci sigilari et meis manibus propriis roboravi. Auctum Ulixbonensis (*sic*)⁸¹⁵ Xº VIº die Januarii Eª Mª CCª LXXª VIIª. Qui presentes fuerunt:

[1ª coluna de subscrições:]

Ego domnus Martinus Johanis sinifer curie conf.
 Domnus Rodericus Sancii conf.
 Domnus Martinus Egidii conf.
 Domnus April Petri conf.
 Domnus Egidius Valascii conf.
 Domnus Menendus Garsiie conf.
 Domnus Johanus Garsie conf.
 Domnus Johanus Martini conf.
 Domnus Johanus Petri Rotundus ts.
 Domnus Petrus Johanis de Portucarreiro ts.
 Suerius Gunsalvi superjudex curie ts.
 Domnus Stephanus Sueri ts.

[2ª coluna de subscrições:]

Ego Silvestre archiepiscopus Bracarensis conf.
 Ego Petrus Portugalensis episcopus conf.
 Ego Pelagius Lamecensis episcopus conf.
 Ego Egidius Visensis episcopus conf.
 Ego Vincencius Egitanensis episcopus conf.
 Ego Tiburcius Colinbriensis episcopus conf.
 Ego Duranus Froyaz cancelarius curie conf.
 Ego Dominicus Juliani scriptor curie notavi
 Vicencius Didaci ts.
 Alffonssus Martini ts.

(fl. 152v)⁸¹⁶

183

1255, Fevereiro, 20 – Santarém

⁸¹⁷In Nomine Patris et Fillii et Spiritus Sancti amen. Hec est carta donacionis et perpetue firmitudinis quam ego Alffonssus Dei gracia rex Portugalensis et comes Bolonie una cum uxore mea

⁸¹⁵ Na margem direita, de outra mão: “Data Ullisbone”.

⁸¹⁶ Na margem superior: “Cezimbra”.

⁸¹⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “[Doa]çam d’el rei Dom Afonso conde Bolonha do castello [da] villa de Sisinbra”. E continua de outra mão: “Ho termo de Cezimbra entra [... A]zeitão, Couna a Velha e [...] Nova e todas aquelas aldeas que ha entre aquela serra e [...] Arrabeda”.

regina domna Briatice fillia illustris regis Castelle et Legionis jussi fieri vobis domno Pelagio Petri Corrigha Magistro Ordinis Millicie Sancti Jacobi et domno Gunsalvo Petri comendatori eiusdem Ordinis in regno Portugalie et fratribus eiusdem Ordinis Millicie Sancti Jacobi tam presentibus quam futuris de illo meo castello et vila de Sisinbria, do vobis et omnibus subcessoribus vestris predictam vilam et castrum cum omnibus suis terminis noveri et antiquis et cum ingressibus et egressibus et cum quanto ibi habeo et habere debeo et cum omni jure regali, excepto illo quod in aliis vestris castelis de ultra Tagum regibus reservatur ut eam iure⁸¹⁸ hereditario habeatis et perpetuo possideatis et faciatis de ea quicquid vobis placuerit. Et hoc facio pro salute anime mee et pro remedio peccatorum meorum et ut in oracionibus vestris, quas Deo funditis, particeps efficiar. Quicumque igitur hoc factum meum integrum et illesum observaverit a Deo sit benedictus. Qui aliter atemptari voluerit non sit ei licitum sed pro sola temptacione sit maledictus et cum Juda traditore in inferno dampnatus. Donacione autem in sui robore permanente et ut hec donacio mea in dubium non veniat, feci hanc cartam mei sigilli munimine communiri. Que fuit facta apud Sanctarenam XX^a die Februarii E^a M^a ducentessima nonagessima tertia.

[1^a coluna de subscrições:]

Domnus Johanus Alfonssi signifer curie conf.
 Domnus Egidius Martini maiordomus curie conf.
 Domnus Menendus Garsie tenes terram de Panoyas conf.
 Domnus Gunsalvus Garsie tenes terram de Nevia conf.
 Domnus Fernandus Lupiz tenes terram de Bragancia conf.
 Domnus Alfonsus Lupiz tenes terram de Sousa conf.
 Domnus Didicus Lupiz tenes terram de Lameco conf.
 Domnus Petrus Ponci tenes Transerram conf.
 Johanus de Avoyno subsignifer curie ts.
 Menendus Suari de Merloo ts.
 Johanus Suerii Conelio ts.
 Egeas Laurencii de Cunia ts.

[2^a coluna de subscrições:]

Domnus Johanus archiepiscopus Bracarensis conf.
 Domnus Julianus episcopus Portugalensis conf.
 Domnus Egeas episcopus Colinbriensis conf.
 Domnus Arias episcopus Ulixbonensis conf.
 Domnus Martinus episcopus Elborensis conf.
 Domnus Egeas episcopus Lamecensis conf.
 Domnus Rodericus episcopus Egítaniensis conf.
 Domnus Matheus electus Visensis conf.
 Stephanus Petri Spinel ts.
 Fernandus Fernandi Cogomino ts.
 Petrus Martini Petarino ts.
 Rodericus Petri superjudex ts.

⁸¹⁸ Palavra escrita por outra mão.

Domnus Stephanus Johanis cancellarius curie
Domenicus Vincentii notarius curie notavit.

(fl. 153)⁸¹⁹

184

1240, Maio, 2 – Coimbra

⁸²⁰ In Nomine Patris et Fillii et Spiritus Sancti amem. Notum sit omnibus [h]as licteras inscripturis quod ego Sancius secundus Dei gracia Portugalensis rex de mea bona et libera voluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnatum pro multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Corrigia comendator de Alcazar et fratres eiusdem Ordinis Millicie Santi Jacobi et pro remedio anime mee et patris mei et matris mee et predecessorum meorum, do et concedo eis et Ordini Millicie Santi Jacobi omnibusque successoribus eorum in perpetuum castelum meum de Ayamonte cum istis terminis, videlicet, quod termini predicti castely juntent secum terminis de Mertolla et de Cazala et contra Gevolaleyom et contra Olvam et contra Saltes dividantur termini predicti casteli per Odiel et cum omnibus suis pertinenciis et cum ingressibus et egressibus suis tam per mare quam per terram et cum omni iure regali quod ibi habeo et habere debeo⁸²¹. Ut dicti comendator et fratres me diligant et querant mihi bene sicut domno naturali et habeant ipsum castelum pacifice et quiete et possideant ilud jure hereditario in eternum. Siquis autem tam de propinquis meis quam de extraneis venerit qui hoc factum meum attemptare vel irrumpere voluerit ei nulatenus concedatur, sed pro sola atemptacione ira omnipotentis Dei Patris et Fillii et Spiritus Sancti et gloriose Virginis Marie et maledicto veniat super ipsum et cum Juda traditore sepultus jaceat in inferno. Quicunque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est observaverit et observare fecerit et voluerit observare, omnipotentis Dei et Beate gloriose Virginis Marie benedictionibus repleatur et cum sanctis et dilectis Dei in regno Dei accipiat porcionem. Et ut hoc factum meum maioris roboris obtinet firmitatem istam captam donacionis et perpetue firmitudinis meo sigilo feci sigilari et meis manibus propriis roboravi. Auctum Colinbrie 2º die Madii Eª Mª CCª LXXª VIIIª. Qui presentes fuerunt:

[1ª coluna de subscrições:]

Domnus Martinus Johanis signifer curie conf.

Domnus Aprilis Petri conf.

Domnus Johanis Martini conf.

Domnus Johanis Petri Rotundus conf.

Domnus Stephanus Suari de Belnur (?) conf.

Suerius Gunsalvi superjudex conf.

Martinus Martini comparius ts.

Laurencius Martini miles ts.

Martinus Gunsalvi miles ts.

⁸¹⁹ Na margem superior: "Ayamonte".

⁸²⁰ Na margem direita, de outra mão: "Doaçam d'el rei Dom San[cho] ha Ordem do castello[de] Aiamonte com seu ter[m]o". E do lado esquerdo: "Castela de Ayamonte". E ainda: "Inspecturis". Mais abaixo, de outra mão: "Cacela he oje em dia da Ordem posto que Ayam[onte] depois fose de Castela com[o] a]gora he".

⁸²¹ As palavras "ibi habeo et habere debeo" estão sublinhadas e repetidas na margem direita, por outra mão.

[2ª coluna de subscrições:]

Domnus Rodericus Sancii conf.

Domnus Menendus Garsia conf.

Domnus Suerius Gomecii conf.

Domnus Egidius Valasquiz conf.

Domnus Johanus Garsia conf.

Domnus Duranus Froiaz cancelarius curie conf.

[3ª coluna de subscrições:]

Domnus Silvestre archiepiscopus Bracarensis conf.

Domnus Petri Portugalensis episcopus conf.

Domnus Pelagius Lamecensis episcopus conf.

Domnus Egidius Visensis episcopus conf.

Domnus Vincencius Egitanensis episcopus conf.

Domnus Tiburcius electus Colibriensis conf.

Domnus Fernandus Elborensis episcopus conf.

Petrus Johanis de Portucarrario ts.

Gunsalvus Johanis de Portucarario ts.

Fernandus Roderici ts.

(Rota)

Dominicus (sic) Julliani scriptor curie notarius.

(fl. 153v)

A. B. C. D. E. F. G. H.

185

1270, Novembro, 22 – Almada

⁸²²In nomine amem (sic). Conhecida cousa seja a todos presentes que esta carta virem e ouvirem asi os que som come os que ham de viir como eu Dom Diago (sic) Lopez em senbra com ma molier Donna Orracha Afonso damos e outorgamos a vos Dom Paay Pirez pela graça de Deus Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago e aa vosa Ordem de sa meesma cavalaria tambem aos que ora som como aos que am de viir por senpre perduravelmente quantos herdamentos avemos e devemos a aver em no reyno de Portugal, *convém a saber*, em aquelles logares primeiramente quantos avemos em Geestaço e salvamos ende tres casaaes dous em Loinos e huum em Pepin e quanto avemos na vila de Celorico e Aldeya Rica que jaz em termo de Celorico e o Pereiro que he em termo de Bica (sic)⁸²³ e a Codesseira que jaz em termo da Mata e quanto avemos em Sambady e em seu termo e quanto avemos em Quinteela de Montenegro e devemos a aver e quanto podermos aver e gaançar e aver e acrecentar em todos estes logares sobredictos por qualquer razom que seja a tempo da Era desta carta em que foi feita asi e per vilas come em aldeas como em naturas como em comendas como em egrigay-

⁸²² Na margem esquerda e de outra mão: “[Doa]çam de certos beens da [Or]dem”.

⁸²³ Na margem direita e de outra mão: “da Beira”.

ros como em leigaes como em padroadegos como em hermos com montes e com fontes e com entradas e com saydas e com pascos e com riiros e com todos aquellos beens e com todos aquellos dirreitos que nos avemos e devemos aver em esses logares sobredictos. E nos Dom Paay Periz pela graça de Deus Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago recebemos estes logares sobredictos em conto de duzentas livras e por esta bemfeitoria que fazedes aa Ordem damos vos nos que vallia trestanto em herdamento e em dinheirros, *convém a saber*, hu damos vos a nossa vila de Cabreela com quantos dirreitos e com quantos beens nos hi avemos e devemos aver em preço de quinhentas livras e peraynos⁸²⁴ vos cem livras em na renda da nossa villa de Setuval e tanbem o que vos nos damos como ho que de vos recebemos mandamos e outorgamos que o tenhades em vossa vida d'ambos e despos vossa morte d'ambos teerdes tudo huum ano vos ou quem vos mandarde<s> e sea este ano dante dito quiser aver a Ordem dar tantos dinheirros a vos ou a voso mandado per que possam seer conpridos esses fruitos desses herdamentos segundo a valia desse tenpo pera fazerem delles nosso mandado. E mandamos que estas cem livras que vos paramos na renda de Setuval que as ajades per huum ano despos nossa morte⁸²⁵ com totalas profeitações dos herdamentos sobredictos asi como dito he de suso. E nos Dom Paay Pirez pela graça de Deus Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago damos a vos Dom Diago (*sic*) e a vossa mulher Dona Horraca Afonso estes herdamentos sobredictos e tanbem os que de vos reteemos⁸²⁶ como os que vos nos damos so tal preyto que vos nom ajades poder de os vender nem de os apenhar nem de as enalhear nem de os dardes em prestamo perduravelmente e nos Dom Diago (*sic*) Lopez e⁸²⁷ Dona Horraca Afonso prometemos de guardar e defender e d'acrecentar e de levar adiante (fl. 154) a qu'estes herdamentos sobreditos segundo nosso poder e pois a nosso passamento d'ambos leixarmo los a vos e que od recebades assi como os achardes com todo melhoramento e com todo acrecentamento que nos hi possamos fazer e prometemos d'amar a Ordem e de a ajudar e hu virmos a sa proe que a ajudemos e a endeantemos e hu virmos o seu dano que o desfaçamos e de o alograrmos e prometemos <a> teer y huum freyre da Ordem em cada huum destes logare<s> sobreditos qual virmos que est (*sic*) nossa proe e esta conveença e este preyto que em sembrra fazemos deve seer dhuua parte e da otra guardado bem e firmemente. E se alguém pela ventura contra este nosso feito viir quiser ou per algua parte ho britar quiser peyte ao⁸²⁸ juiz d'el Rey V mil libras e de mais ho dano dobrado o preyto em sa firmidõe remacenda e porque este preyto seja firme e estavel fazemos duas cartas partidas per A. B. C. seelladas de nossos seellos. Feyta a carta em Almadaa, XXII andados do mes de Novembro. Era M^oCCC^oVIII^a.

1272, Janeiro, 5 – Lisboa

⁸²⁹Alfonsus Dei gracia rex Portugalie et Algarbii universis presentem (*sic*) cartam inscripturis notum facio quod domnus Pelagius Magister Ordinis Milicie Sancti Jacobi nomini suo et sui Ordinis quynxavit (*sic*) se de me curie mee quod ego faciebam sibi forciam super mauris forris vel qui

⁸²⁴ Na margem direita e de outra mão: "*paramos vos*".

⁸²⁵ Na margem direita e de outra mão: "*vossa morte d'ambos*".

⁸²⁶ Na margem direita, por outra mão: "*recemos*".

⁸²⁷ Segue-se riscado: "*eu*".

⁸²⁸ Na margem direita e de outra mão: "*a voz*".

⁸²⁹ Na margem direita e de outra mão: "*Carta d'el Rei que os m[ou]ros nom vivessem n[as] teras da Ordem*".

se forrabant de regno Portugalie et Algarbii. Et curia mea auditis racionibus utriusque partis mandavit ad meum placitum et ipsius Magistri et Ordinis quod mauri forri vel qui se foorarent de regno Portugalie et Algarbii quod Magister nom recipiat illos in villis ipsius Ordinis pro ad morandum ibi nec pro ad aliam causam quam se posset tornare ad dapnis meum. Similiter mandavit mea curia quod mauri qui morant in villis ipsius Ordinis qui fuerint de perplantia terre vel qui se forraverint aut forraverint in dictas villiis vel alii qui non sint de regno Portugalie et Algarbii qui voluerint morari in villis ipsius Ordinis. Ego non debeo eos sibi enbargare dum voluerint ibi morari. Et ut istud postea in dubium non vertatur, mea curia mandavit ad meum placitum et ipsius Magistri et Ordinis me fieri duas cartas sigillatas mei sigilli et sigilli dicti Magistri et sigilli capituli ipsius Ordinis quarum dicta curie mea dedit mihi unam et aliam consimilem eisdem Magistro et Ordini in testimonium huius rey. Datum Ulixbonem (*sic*) quinque die Januarii rege mandante per dominum Johanem de Avoyno maiordomum suum et per dominum Stephanum Johanis cancellarium (fl. 154v) et per Rodericum Garsie de Pavya et per Fernandus Fernamdi Cogominum et per Johanem Suerii Conelium et per fratrem Geraldum doctorem fratrum predicatorum Ulixbonensis. Petrus Pelagii notavit. E^a M^a CCC^a.

187

1275, Setembro, 16 – Santarém

⁸³⁰In nomine Domni amen. Noverint universsi presentem cartam inspecturi quod ego domna Stephania Poncii de mea spontanea et libera voluntate si mea salute constituta, do et concedo Ordini Sancti Jacobi in regno Portugallie totum herdamentum quod ego emi dos⁸³¹, videlicet, domni Andree et dominici Martini et Alviti Johanis et medietatem domorum et medietatem cidralis que vel quod fuerunt parentum meorum. Do ecciam et concedo dicto Ordini et omnibus subcessoribus suis omnia dicta de bona cum ingressibus et egressibus et omnibus juribus et pertenciis suis jure hereditario habenda et in perpetuum possidenda. Salvo quod frater Thomas eiusdem Ordinis debet stare per unum anum et diem omnia dicta bona ex parte Ordinis possidendo et post anum supradictum et diem. Ego supradicta dona Stephania Poncii debeo habere toto tempore vite mee omnia dicta bona possidere pacifice et quiete. Et post mortem meam omnia dicta bona cum omni suo melioratu dicto Ordini debet remanere sine ullo ipse di[...]to libera et franquita. Donacione ista nichilominus in suo robore aut in suo tenore perpetuo valitura et ut hoc factum meum maiorem in perpetuam obtineat firmitatem et non possit apud quem quam imposterum revocari presentem donacionem omnium supradictorum bonorum dicto Ordini Sancti Jacobi sci (*sic*)⁸³² feci per manum dominicii Martini publici tabellionis Sanctaren. Et ego supradictus tabellio Sanctaren adhibitus et pogatus (*sic*)⁸³³ a supradicta dona Stephania Poncii hiis omnibus interfui et ad instancia eiusdem presentem kartam istius donnacionis manu propria notavi et ex ea hoc publicum instrumentum meum confeci et signum meum apposui in testimonium premissorum. Actum fuit⁸³⁴ hoc Sanctaren X^a VI die Septembris E^a M^a CCC^a XIII^a. Presentibus domno Martino Dade pretore Sanctarense, domno Johane Petri eius geno (*sic*), Valasco Petri,

⁸³⁰ Na margem esquerda, de outra mão: “[D]oaçam feita ha Ordem de certos bens que estam em Portugal. na villa de Santarem”.

⁸³¹ Segue-se uma palavra riscada. E na margem direita, de outra mão: “Macarcos”.

⁸³² Na margem esquerda, por outra mão: “sic”.

⁸³³ Na margem direita, por outra mão: “rogatus”.

⁸³⁴ Seguem-se duas letras riscadas.

Phiplipo (*sic*) Villelmi tu[n]c temporis (...)uamlibus, Roderico Petri vice pretore, Egea Laurencii d'Alvares, Martino Stephani, Johane Stephani fratribus dictis Voellos da Maya militibus, Martino Petri fratre Ordinis supradicti, Johane freire de Sisirico, Johane Johanis dicto Gato et aliis multis.

(fl. 155)

188

1283, Setembro, 27 – Gestaçõ

⁸³⁵Saibam todos quantos este stormento virem e leer ouvirem que em presença de mym Martim Pirez taballyom de Bayam e de Penaguyam e das testemunha<s> que adiante sam scriptas Martim Pirez dicto Barueca freire da Ordem de Santiago mostrou e per mym de suso dicto taballiam fez leer em Geestaço no paaço que foi de Dom Dyago (*sic*) huua carta de procuraçom seelada do seelo de Lourenço Esteveez comendador de Mertola e do que aa Ordem de Santiago em no regno de Portugal. Na qual procuraçom era contheudo que el fez seu procurador abas-toso o dicto Martim Pirez Barueca sobre todas aquellas cousas que Dom Diago Lupiz (*sic*) e Donna Orraca sa molher derom ao Meestre Dom Payo e aa Ordem da Cavalaria de Santiago pera receber elas e o dicto Martim Pirez Barueca ja dicto procurador chamou homeens boons em esse paaço de Dom Diago (*sic*) de Gestaaço e disse eu filho e recebo estas casas com todas sas perteenças e todollos herdamentos e possissõoes que Dom Dyago (*sic*) aqui avya e devya a aver e todo eu filho e recebo pera a Ordem da Cavallaria de Santiago⁸³⁶. Isso foy em Geestaço XXVII dias andados de Setembro Era M^aCCC^aXXI^a que presentes foram Martim Travaços, Martim Dominguez, Fernam Gonçalvez cleligo, Pero Triigo homem do dicto Lourenço Soarez e outros. E eu de suso dicto tabalyom a esta cousa presente fui a rogo desse Martim Periz dicto Barueca este estormento screpy e meu sinal y pugi que he tal.

189

1295, Fevereiro, 20 – Lisboa

⁸³⁷Saibham quantos esta carta virem que eu Petrus Afonso Ribeiro tutor de Afonso Sanchez filho do muy nobre Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve per outorgamento e per conssentimento do dicto Rey esguardando a prol que he desse Afonso Sanchez e que se adiante pode seguir escaymbo e dou os herdamentos que Afonso Sanchez avya e ha em Beja e em seus termos e de dirreito devia aver. Os quaaes herdamentos foram de Petrus Cochom quanto o quinhom entrego que a Petrus Cochom ficou a sa morte ao Maestre e ao comendador mayor e aa Ordem da Cavallaria de Santiago e nos regnos (fl. 155v) de Portugal e do Alguarve pola meyade⁸³⁸ da vila dos Germeelos a qual meyade essa Ordem avya e ha entreguemente e por todo senhoriio e termos e dirreitos e por todallas perteenças que essa

⁸³⁵ Na margem direita, de outra mão: "Estromento de pose de certos [...] que Dom Diogo Lopez deixou ha [...]".

⁸³⁶ Na margem esquerda de outra mão: "Assi como he conteudo na carta que Dom Diogo e Dona Orraca haviam com a Ordem de Santiago".

⁸³⁷ Na margem direita e de outra mão: "Escaimbo de certos beens que estavam em Beja".

⁸³⁸ Na margem esquerda e de outra mão: "no original = meyadade".

Ordem avya e ha e de dirreito deviia a aver per rezom da meyadade dessa villa e dos termos dela assy como a essa Ordem milhor e mais livremente avyia e ouverom e possoirom aquelles honde a a (*sic*) Ordem ouve. E prometo por mym e por esse Afonso Sanchez nom viir contra este escaynbo em nenhuua maneira de dirreito nem defeito e a defendelo a todo tempo. E se pola ventura eu ou Afonso Sanchez ou outro em nosso nome de feito ou de dirreito contra este escaynbo quisessesmos viir ou a nos⁸³⁹ quisessesmos defender eu Petrus Afonso em nome de Afonso Sanchez obrigo me a pagar a essa Ordem duzentos marcos de prata⁸⁴⁰ de pena e ho escaynbo seer valioso e eu Petrus Afonso por seer este feito mais firme pedy a el Rey por mercee que mandasse seellar do seu seello esta carta deste escaynbo que eu faço em nome de Afonso Sanchez como de suso dicto he. E eu dicto⁸⁴¹ (*sic*) Dinis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve esguardando que este escaynbo se faziia per prazimento e comssentimento d'anballas partes e que era a prol dellas outorgo e comssento este escaynbo e mando que valha pera todo sempre e mandey fazer ende esta carta e seellar do meu seello que tenha essa Ordem em testemunho. Dante em Lixbooa, XX dias de Fevereiro, el Rey ho mandou, Afonso Martiinz a fez. Era de mil e trezentos e triinta e tres annos.

190

1297, Abril, 22 – Santarém

⁸⁴²Em nome de Deus amem. Conhoçuda cousa seja a quantos esta carta virem que eu Don Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve em senbra com minha molher rayna Donna Hellisabth (*sic*) e com nossos filhos infantes Dom Afonso e Donna Costamça querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago nos nossos regnos e a vos Dom Joham Fernamdez Meestre da dicta Ordem e aos vossos freires damos vos e outorgamos vos em doaçom pera todo sempre ho nosso castello e villa de Quacela com todollos termos que ha e de dirreito deve a aver (fl. 156) e com seus regueengos e com todo o iur real e com todollos dirreitos e perteenças que nos hi avemos e de dirreito devemos a aver assy no tenporal come no spiritual damos a vos e outorgamos pera todo sempre o dicto castello e villa asi como de suso dicto he com sas entradas e saydas e com todas sas perteenças por dirreito herdamento e esta doaçom vos fazemos em remiimento de nossos pecados e que ajamos sempre parte em todollos beens que na dicta Ordem se fizeram. E todos aquelles que este nosso feito entregamente aguardarem sejam beentos de Deus e os enderecem em seu serviço Amem. E aquelles que ho attempteram pera brita lo ajam a maldiçom de Deus e a nossa pera todo senpre. E que esta nossa doaçom seja mais firme e mais estavel e que nom venha pois em duvida damos aa dicta Ordem e a vos sobredicto Mestre e aos vossos freires esta nossa carta seellada do seello do chunbo. Feita a carta em Santarem, viinte e dous dias de Abril, el Rey ho mandou. Era de mil e trezentos e triinta e cinco annos.

[1ª coluna de subscrições:]

Iffamte Dom Afonso

Dom João Afonso moordomo moor

⁸³⁹ Na margem esquerda e de outra mão: “a nom”.⁸⁴⁰ Segue-se riscado: “e”.⁸⁴¹ Na margem direita e de outra mão: “dom”.⁸⁴² Na margem esquerda, por outra mão: “Doaçom d’el rei Dom Dinis feita ha Hordem do castelo e villa de Cacela”.

Dom Martim Gil alfeerez
Dom João Rodriguiz de Briteiros
Dom Fernam Periz de Barbosa
Dom Lourenço Soarez de Valladares
Dom Pero Annes Portel
Joham Fernandez de Limea
João Mendez de Briteiros
João Symhom
Mem Rodriguiz que he em logo de moordomo

[2ª coluna de subscrições:]

Dom Martinho arcebispo de Bragaa
Dom Oane (*sic*) bispo de Lixbooa
Dom Sancho bispo do Porto
Dom Vaasco bispo de Lamego
Dom Egas bispo de Viseu
Dom Pero bispo de Coimbra
Conf. a igreja d'Evora vaga
Dom frey João bispo da Guarda
A igreja de Silve vaga

[3ª coluna de subscrições:]

Stevam Periz de Ratis
João Soariz Alãao, ouvidores em logo da corte⁸⁴³
Silvestre Migueenz sobrejuiz, ts.
Paay Dominguiz dayam d'Evora, ts.
Conf. Giral Dominguiz dayam de Bragaa, ts.
Joham d'Alpram dayam de Viseu
Gonçalo Fernamdez, clerigos d'el Rey⁸⁴⁴

Stev'Eannes arcedyagoo de Santarem e chanceler d'el Rey
Framcisqu'Eannes escripvam da corte a fez, ts.

191

1299, Novembro, 22 – Portalegre

⁸⁴⁵Em nome de Deus amem. Saibham quantos esta carta virem que eu Dom Dinis pela graça de Deus rey de Portugal e do Alguarve em senbra com a senhora Donna Isabel minha molher e com o Ifante Dom Afonso nosso filho primeiro herdeiro esguardando ho serviço que me Dom Garcia Rodriguiz comendador mayor de Mertola e do que aa Ordem de Santiago nos meus⁸⁴⁶

⁸⁴³ Reportando-se aos dois últimos.

⁸⁴⁴ Reportando-se aos quatro últimos.

⁸⁴⁵ Na margem direita, de outra mão: "Doaçam que fez el Rei Dom Dinis ha Ordem dos padr[os]ados das igrejas de Por[ta]legre".

⁸⁴⁶ Segue-se riscado e sobpontado: "senhoriios e".

reynos e a sa Ordem fizeram em Portalegre e nos outros logares cada que me compriu e os ouve mester e agram custa (fl. 156v) e o grande Afom (*sic*) que hi prendeo o dicto comendador e Ordem em meu serviço hi e cada hu os ouve mester. Eu querendo porem fazer ao dicto comendador e a sa Ordem graça e mercee e em remiimento de meus pecados e por minha alma e em galardom do serviço que me fez dou lhi pera too senpre compridamente que nunca se possa revogar todo ho padroado e o dirreito d'apresentar que eu ey e de dirreito devo aver na minha igreja de Sam Lourenço de Portalegre da qual igreja ora o prior Stevam Martinz e na minha igreja de Sam Pedro dessa vila de que ora he prior Domingos Lourenço e na minha igreja de Sannhoane dessa villa que ora tem Francisqu'Eannes e na minha igreja de Sam Vicente dessa villa que ora tem Joham criado⁸⁴⁷ e nas capeelas e nos logares que perteencem e sam sojeitos aas dictas igrejas ou perteencerem e devem perteecer ou seer sojeitos a ellas. Outrosi dou e outorgo aynda ao dicto Dom Garciaa Rodriguiz e a sa Ordem eses padroado<s> todos e os dirreitos delles e a possissam d'apresentar com todos seus dirreitos e sas perteenças que perteecem aos padroados das dictas igrejas que eles ho ajam pera todo sempre o mais compridamente e ho melhor que os eu ey e de dirreito os poderia aver e dou lhes aynda compridamente poder que a morte dos dictos priores que ora som ou per outra maneira qualquer que sejam vagas as igrejas desses priores possam elles presentar logo que tiverem por bem. E eu querendo fazer graça ao dicto comendador e da Ordem meto logo o dicto comendador e sa Ordem corporalmente naquel iur e naquela posse que eu ey e devo aver no jur e na posse dos dictos padroados e mando e outorgo que nenhuum que de mym decenda nem de minha linhagem possa revogar esta doaçom nem viir contra ella em nenhuua maneira de dirreito nem de feito e aquelle que contra este feito quizer viir aja a ira e a maldiçom de Deus e a minha e ainda que o queira fazer nom possa nem lhe valha. Em testemunh<o> da qual cousa dei ao dicto comendador e Ordem esta carta aberta e seellada do meu seello do chunbo. Dada em Portalegre, XXII dias de Novembro, el Rey ho mandou, Domingos Johanes a fez. Era de mil e trezentos e triinta e VII anos.

[1ª coluna de subscrições:]

Iffante Dom Afonso filho primeiro herdeiro
 O Conde Dom Johane Afonsso
 Dom Martim Gil alfeerez
 Dom Joham Rodriguiz de Biteiros
 Dom Mem Rodriguiz Briteiros
 Dom Pero Annes Portel
 Dom Fernam Periz de Barvosa
 Joane Meendez de Briteiros
 Martim Afonsso
 Joham Fernandez de Limha

[2ª coluna de subscrições:]

Dom Martinho arcebispo de Bragaa
 Dom Joham bispo de Lixbooa
 Dom Pero bispo de Coinbra
 Dom Sancho bispo do Porto
 Dom Fernando bispo d'Evora

⁸⁴⁷ Na margem esquerda e de outra mão: "tirado".

Dom Symom Joane bispo da Guarda
 Dom Egas bispo de Viseu
 Dom Vaasco bispo de Lamego
 Dom Johane bispo de Silves

[3ª coluna de subscrições:]

Stev'Eannes, chanceler
 João Simhom
 Ruy Paaez Bugalho
 Pero Afonso Ribeiro
 Mestre Juyãao
 Gonçalo Fernandez
 Joham da Crree

(fl. 157)

192

1300, Junho, 14 – Torres Vedras

⁸⁴⁸Saibam quantos esta carta virem que eu Donna Briatiz pella graça de Deus raynha de Portugal e do Algarve de minha booa e livre vontade e por minha alma e em remiimento de meus peccados com todo meu siso conprido e em toda minha memoria dou aa Ordem de Santiago a minha quintãa da Rabaldeira com todollos seus casaaes e com todos seus dirreitos e perteenças tambem casas come vinhas, herdades, montes, fontes, ressiios, apastoamentos, arrotos e por arronper com todas sas entradas e saydas assy como eu a dicta quintãa melhor hey e de deryto devo aver. A qual quintãa eu dou aa sobredicta Ordem por minha alma e em remiimento de meus⁸⁴⁹ e por muyto serviço que da dicta Ordem receby e per razom da Arruda que da dicta Ordem tyve e tenho e de que ouve e ey as rendas passa per gram tempo porem des este diia adeante aja a dicta Ordem a sobredicta quintãa livremente pera todo sempree e faça dela e em ella assy como de seu aver propio a tal preyto e sob tal comdiçam que a dicta Ordem aja e possua a dicta quintãa pera todo senpre. E que a dicta Ordem a nom possa vender nem dar nem a penhorar nem escaynbar nem enprazar nem em alhear em nenhua guisa. E tanto que alguum Meestre ou comendador ou alguum outro poderoso da dicta Ordem quiser a dicta quintãa ou parte della em alguua guisa em alhear mando que nom valha e a dicta doaçom nom lhe seja outorgada e rogo qualquer que for rey em Portugal que faça que essa quintãa que serva aa dicta Ordem por minha alma assy como de suso dicto he. E se a dicta Ordem hi al quiser fazer rogo a qualquer que for rey em Portugal que el a possa dar por minha alma em outro logar aly hu el por bem tener e se a dicta Ordem quiser manteer a dicta quintãa asy como eu mando seja tudo firme. E todos aquellos que contra esta minha doaçom veerem ajam a maldiçam de Deus e de Santa Maria sa madre e a minha. E aquellos que a manterem assi com de suso dito he ajam a beençam de Deus e a de Santa Maria sa madre e esto outorgo assi pera todo senpre e mando e outorgo que todos aqueles assi dos meus propincos como

⁸⁴⁸ Na margem direita e de outra mão: *"Doaçom que fez a rainha Do[na] Briatiz ha Ordem da Rabal[deira] com todollos seus casaaes".*

⁸⁴⁹ Na margem esquerda e por outra mão: *"peccados".*

dos estranhos que contra esta minha doaçom veerem que quanto demandarem que tanto aa dicta Ordem em dobro conponham e demais todo aquello que se poder saber que eu das rendas daa renda ouve em quanto a eu tive. E por esta doaçom seer mais firme e mais estavil mando em ella poer este meu seello pendente e mando a vos Gil Martiinz meu tabelliom que dedes ende aa dicta Ordem huum estormento da entrega da dicta doaçom e que lhe metades hy ho teor da carta d'el Rey meu filho e da Iffante Donna Branca minha filha e o teor desta minha carta da doaçom. Em testemunho desta cousa e mando a Joham Martiinz tabellyom que ponha hy o seu synal em testemunho desta cousa dou aa dicta Ordem esta minha carta com meu (fl. 157v) seello pendente. Feita foy esta carta em Torres Vedrras, ferya tercia, quatorze dias do mes de Junho. Era de mil e trezentos e triinta e oyto anos. Eu Christovam Eannes a escrepvy per mandado da Raynha. E eu Joham Martinz publico tabeliam de Torres Vedrras a rogo e mandado da muy nobre senhora a raynha Donna Brriatiz em esta carta meu sinal pugi em testemunho de verdade. E eu Gil Martinz publico tabeliam de Torres Vedrras a rogo e mandado da muy nobre senhora a raynha Dona Briatiz em esta carta meu sinal pugi em testemunho de verdade.

193

1310, Maio, 2 – Beja

⁸⁵⁰Saibam quantos esta carta virem que eu Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algave em senbra com a raynha Donna Isabel minha molher e com o Ifante Dom Afonso nosso filho primeiro e herdeiro querendo fazer graça e mercee a vos Dom Joham Ossorez Maestre da Cavallaria da Ordem de Santiago e aa vossa Hordem dou e outorgo a vos Dom Joham Ossorez e ha essa vossa Ordem pera todo o sempre ho dirreito e o padrradoo que eu hey e de dirreito devo a aver nas igrejas que se fezerom em Alcoutim e em seu termo que he sobre Oudiana. O qual lugar eu ora mando povoar. E em testemunho desto dey a vos esta minha carta seellada do meu seello do chunbo. Dante em Beja, dous dias de Mayo, el Rey ho mandou, Lourenço Esteveez da Guarda a fez. Era de mill e CCC R^{ta} anos.

194

1318, Setembro, 30 – Lisboa

Insero: 1302, Março, 17 – Mérida

In nomine Domini amem⁸⁵¹. Saibam quantos esta carta virem e leer ouvirem que em na Era de mil e trezentos e cinquenta e seis annos sabado postumeiro dia de Setembro em a cidade de Lixbooa no adrro de Santa +⁸⁵² da dicta cidade em presença de mym Joham Gonçalvez puprico tabeliam da dicta cidade e das testemunhas que adiante som scriptas Afonso Correya escudeiro que presente sii fez leer e per mym sobredicto (fl. 158) taballiom hũa carta de Dom Joham Ossorez em outro tempo Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago e seellada do seu seello

⁸⁵⁰ Na margem esquerda e de outra mão: “[Doa]çam d'el rei Dom Dinis do [segue-se riscada a letra “s”] [pa]droado das igrejas d’Al[c]outim”.

⁸⁵¹ A invocação encontra-se inclusa na primeira letra capital da palavra seguinte “S”.

⁸⁵² Por “cruz”.

e do cabidoo da dicta Ordem pendentes segundo em esses seellos parecia da qual carta ho theor tal he:

⁸⁵³In nomine Domini amem. Conhecida cousa seja a quantos esta carta virem e leer ouvirẽ tambem aos que ora sam presentes como aos que ham de viir como nos Dom Joham Ossoriz pela graça de Deus Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago em senbra e no cabidoo geeral e cabidoo fazendo damos e outorgamos a vos Gonçalo Annes filho de Gonçal'Eanes Correya tres casaaes que avemos em Vila de Valdevez e no seu julgado com entradas e com saydas e logramentos e com todollos dirreitos que hy avemos e de dirreito hi aver e todo o herdamento que avemos em D'Anhãaos de Susãaos e em Bacelal e dous casaaes que avemos em termo de Valarinho que som no julgado d'Aguiar e de Pena com entradas e com saydas e com todolos dirreitos que hy avemos e de dirreito que hi devemos aver e quanto avemos e de dirreito devemos aver em Monte Negro e quanto avemos em Val Mayor e quanto avemos na serra d'Usela e em termo dela e Derra (*sic*) e quanto avemos em Sam Bade e quanto avemos em Mor⁸⁵⁴ e o que avemos em Parada⁸⁵⁵ da Ançar que he no julgado de Cellorico de Basto. E estes herdamentos vos damos com entradas e com saydas e com todollos dirreitos que nos avemos e de dirreito devemos aver. E outrosi vos damos quanto avemos em Leiriã⁸⁵⁶ e em seu termo com entradas e com saydas asy como as nos avemos e de dirreito devemos a aver e com todollos herdamentos de suso ditos damos a vos e a todos vossos socesores e outorgamos com todos seus dirreitos que a nos e a nossa Ordem⁸⁵⁷ hy avemos e de dirreito devemos a aver. E esto vos damos e outorgamos por dirreito jur e herdamento que o ajades e possuades por senpre vos e vossos filhos e vossos netos e todos vossos sobcessores pera dar e pera doar e pera canbhar⁸⁵⁸ e pera vender e pera fazer toda vossa vontade como fariades da cousa vosa mais quyte e mais livre que avedes. E estes herdamentos vos damos pella aveença que comvosco fizemos sobrela vossa⁸⁵⁹ villa de Messegena e obrigamos nos nos e a nossa Ordem e todos nossos sobcessores a defendermos vos esta doaçom contra todo homem e nos ou outrem quem quer que seja da nossa Ordem que venha contra este feito peyte a vos ou a cada huum dos vossos sobcessores ou a quem vos vossa voz derdes cem marcos de booa prata cada que contra el veer e todavia este feito seja firme e estavel pera todo senpre. E prometemos aa booa fe por nos e por todos nossos sobcessores a aguardar este feito e nunca contra elle vir em nenhuua cousa. E por que esta cousa seja mais firme e nom venha em duvida damos a vos esta nossa carta aberta e seellada com nossos seellos pendentes com outorgamento dos Treze e de todollos outros nossos freires. A qual foy feita e outorgada em Merida no cabidoo geeral que foy feito em diã *letare Jerhusalem* XVII dias andados de Março na Era de mil e trecentos e quarenta⁸⁶⁰ e huum anos. A qual carta

⁸⁵³ Na margem direita, de outra mão: "*Carta de scainbo e alheça que [...] Mestre Dom João Osorez fez dos bens d[e] Vaaldevez e d'Anhaos e Bacelal de Valarinho e Montenegro e [...] Maior e Fraduzela e Dedra e Sabade polla villa de Mesejana q[ue] o Mestre Dom Paio Pirez Correa emalhe[ou]*".

⁸⁵⁴ Segue-se um espaço em branco.

⁸⁵⁵ Na margem direita e de outra mão: "*e de Parada*".

⁸⁵⁶ Na margem direita e de outra mão: "*e de Leiria*".

⁸⁵⁷ Segue-se riscado: "*Ordem*".

⁸⁵⁸ Esta palavra foi escrita por outra mão.

⁸⁵⁹ Palavra corrigida e à margem esquerda, por outra mão: "*vossa, diz o pergaminho*".

⁸⁶⁰ As duas últimas palavras foram escritas por outra mão.

leuda e pobricada por mym sobredito tabeliam (fl. 158v) Dom Stevam Reymondo comendador moor da Ordem de Santiago em nos regnos de Portugal e do Algarve pediram a Fernam Rodriguiz Bugalho alcayde de Lixboa que lhes el Rey dera por juiz que desse a mym sobredito tabeliam sa auctoridade ordinaria de tornar a dicta carta em forma publica e lhes desse ende huum estormento com meu sinal. Esto foi na cidade de Lixboa no diia e Era e logo e na Era de suso dictos e entom o dicto Fernam Rodriguiz deu e outorgou a mym sobredito tabeliam sa autoridade que lhe tralladasse a dicta carta e tornasse em forma⁸⁶¹ com meu sinal e testemunhas que presentes foram Pero Paez e Lourenço Annes tabeliãaes de Lixbo<a> e Joham Meendez e Joham Palmeiro, Lourenço Zarco comendador d'Ourique e outros muitos.

Item⁸⁶² eu Joham Gonçalvez tabeliam sobredito per mandado e per autoridade ordenaria que a mym deu e outorgou o dicto Fernam Rodriguiz alcayde juiz deste feito segundo el dezia a dicta carta de verbo a verbo aqui trelladey e com minha maa ende este estormento screpvy e meu sinal y pugi em testemunho de verdade que tal he.

195

1304, Fevereiro, 1 – Portalegre

⁸⁶³In nomine Domini amen. Cum episcoporum eix (*sic*) officio suo de jure interfici terras suarum diocese ecclesiarum parrochias prout Togriium fuerit limictare hinc est quod cum nos Velascus divina miseratione episcopus Egitanensis nuper visitavimus ecclesias ville de Portalegre nostre diocese et invenimus quod parrochie dictarum ecclesiarum non erant limitate et pro consecutioni didiscimus quod ob hoc parrochiani ipsarum ecclesiarum non solvebant integre prout debebant eisdem ecclesiis decimas primicias et alia jura ad eas spectancia in periculum animarum suarum et dictarum ecclesiarum non modicam lesionem. De quod si aliquis prior volebat compellere aliquem parrochianum pro juribus ecclesie seu pro aliquo excessu in continenti idem parrochianus eligabat aliam et ecclesiam cuius parrochianus ecclesie et nec uni nec alteri ecclesie solvebat integre jura et decimas supradictas nec corregebat se a predicto excessu aliam⁸⁶⁴ plures monitus fuiset et propter hoc aliqui rectores dictarum ecclesiarum erant et sunt⁸⁶⁵ pa<u>peres quod non possunt manutenere ipsas ecclesias nec iutam ducere prout debent. Unde etiam nos secundum statutum quem tenemus non possimus nec debeamus tot pericula animarum sub dissimulatione salva consencia preterire de assensu capituli nostri vocantis qui fuerunt evocandi habito et deliberato consillio cum pluribus bonis hominibus antiqui omnibus et fidedigneribus dicte ville curavimus dictam villam de Portalegre predictis ecclesiis limitare. Primo limitavimus et dedimus pro limite et parrochia ecclesie Sancte Marie de Portalegre qui ecclesia dicitur de Castello totam plateam que dicitur de Elvas cum loco qui dicitur de Rechouso sicut vadit ad tendam anguli seu canti (fl. 159) alteri tande Johannis Martini que fuit Michaelis Petri et sicut vadit ad

⁸⁶¹ Na margem direita e de outra mão: “publica”.

⁸⁶² Palavra escrita de outra mão.

⁸⁶³ Na margem esquerda e de outra mão: “[...]mite e parrochias das [i]grejas de Portalegre e vio [... pa]droado he da Ordem”.

⁸⁶⁴ Palavra corrigida.

⁸⁶⁵ Na margem direita, de outra mão: “adeo”.

alium angulum seu cantum domorum Valasci Galego que modo sunt Johannis Sine Vino sicut vadit per mediam plateam seu vicum usque ad angulum domorum que fuerunt Petri Redondo et sicut vadit ad alium angulum domorum Johannis de Elvas per totam plateam ex utraque parte et inde sicut vadit per meadetatem plateam cerdonum seu çapatanorum usque ad angulum domorum domne Columbe et ex alia parte per totam plateam ubi tenet Dominicus Johannis Bofam appotetam sic vadit tota plateam ad furnum Vicenti Alvari sicut tenet cum domibus Sancieri Ramiri que fuerunt Martini Egidii et ex alia parte ab angulo ubi moratur Florentia et Gontina Reymodi inferius et ab angulo tende Alfonssi Munionis et a domo que fuit Petri de Alegrete superius et a domo Dominici Salvatoris et ab albergaria Sancti Vicencii per totam plateam superius sicut vadit ad postitum Sancti Vincencii. Item limitavimus et dedimus pro limitem et parrochia in eadem vila ecclesie Sancte Marie a Grande atenda anguli que fuit Michaelis Petri que modo est Johannis Sine Vino sicut vadit ad angulum ubi moratur Martinus Delgado sicut et vadit per totam eandem plateam balactorum et putea Sancti Martini das Lamas usque ad domos que fuerunt Martini Johannis mercatoris et sicut revertent ad plateam totam ubi moratur Johannis Martini de Caya sicut vadit et ad chouso ubi moratur Dominicus Pousinho et inde sicut vadit ab angulo Martini Delgado per cafarigium per totam plateam de Baesteiros usque ad portam Alcaceve et totam arravalde a Turri de Persicario sicut vadit a postico Sancti Jacobi ad plateam recte perferiam. Item dedimus et assignavimus ecclesie Sancte Marie Magdalene pro parrochia et limite suo a domibus Michaelis Didaci usque ad angulum ubi moratur Dominicus Menendi Cerdo et a domibus Michaelis Didaci sicut vadit ad meadetatem plateam dos Çapateiros seu cerdonum usque ad domos Egidii Gonsalvi prope Rodericum dictum Caim et inde sicut⁸⁶⁶ a puteo Petri de Rigo ad angulum eppeocte (*sic*) Johannis Gonsalvi sicut vadit per totam plateam ubi moratur Martinus Johannis judex deinde sicut vadit per⁸⁶⁷ vicum a platea dos Çapateiros usque ad fontem novum et inde sicut vadit per totam plateam ad angulum domorum ubi moratur Petrus Vincencii et inde sicut vadit ad plateam dos Pisões usque ad cartavam de Alcaceva et sicut revertur ad plateam dos Baesteiros. Item limitavimus et pro parrochia et limite assignavimus ecclesie Sancti Jacobi eiusdem loci a domibus Johannis Vilarino totam plateam de Retayxo usque ad Carcavam de Castello et a domibus que fuerunt Petri Payol et ab angulo domorum Andree Solteyro totam plateam sicut vadit usque ad posticum Sancti Jacobi deinde sicut vadit per plateam de Picho totam plateam sicut vadit Azinhaga recta ad Turrim de Ponbal et sicut per totam plateam ad Palacia que fuerunt domne Violant deinde sicut vadit in arravalde per totam plateam ad Fontem de Cortiço et ad angulum domorum Dominicii de Serra et inde sicut vadit a postico Sancti Jacobi per plateam dos Caldeireiro<s> usque ad angulum Stephani Neves sicut dividetur per planum Sancte Crucis. Item assignavimus ecclesie Sancti Petri pro parrochia et limite totam plateam de Gaya et totam (fl. 159v) plateam de Devesa sicut vadit cum suo arravalde a portam de Elvas exceptis heremitagis que limitanda in posterum reservamus. Item dedimus et assignavimus pro parrochia et limite ecclesie Sancti Vicencii ab angulo Fernandi Laurencii et al (*sic*) angulo domorum de Salgueira totam plateam sicut vadit ad regum et sicut vadit ad angulum domorum Michaelis Cesteiro et inde sicut vadit ad Portellos et sicut revertitur ab albergaria Sancti Vicencii et a domibus hospitallis usque ad angulum tenda Alfonssi Munionis. Item ecclesie Sancti Johannis pro parrochia et limite assignavimus ab angulo domorum domne Columbe et ab angulo domorum que fuerunt Dominicii Pelagii mal clerigo totam plateam inferius sicut vadit usque ad angulum tendarum Sancte Crucis que sunt prope rigum et ab angulo domorum Stephani Petri usque

⁸⁶⁶ Na margem direita, por outra mão: "*vadit, in originali*".

⁸⁶⁷ Seguem-se umas letras riscadas.

ad <a>⁸⁶⁸ que fuit Silvester de Alcoba et ab angulis ambobus domorum que fuerunt Johannis de Rigo totam ipsam plateam ubi moratur Johannis Gallego usque ad Portellos et inde sicut vadit tota platea de Cuytelheiros usque ad angulum Florencie et a loco ubi moratur Gontina Reymondi et inde sicut vadit ab angulo domorum que fuerunt Dominici de Marvam usque ad furnum Vicencii Alvarei. Item ecclesie Sancti Martini eiusdem loci pro parochia assignamus ab angulo domorum Martini Salvatoris medietatem platee ubi moratur Fernandus Michaelis usque ad angulum domus domni Andree et sicut vadit per plateam ubi moratur Petrus Solteiro et totam plateam albergarie Sancti Martini sicut vadit usque ad angulum domorum Petri Stephani et ad alium angulum domorum Alfonssi Gordo et totam plateam ubi moratur Martinus Salvatoris usque ad portam de Devesa et totam plateam de Cadafas usque ad Poombal et inde sicut revertitur ad arravalde per crucem ubi moratur Onega ad angulum domorum Salvatoris Ovelheiro et a domo ubi moratur⁸⁶⁹ totam⁸⁷⁰ superius sicut venit recte ad Carcavam. Item assignamus ecclesie Sancti Laurentii pro parochia et limite sicut dividitur cum parochiis et limitibus ecclesiarum Sancti Petri Sancti Martini et Sancti Jacobi per divisiones superius nominatas et mandamus quod quilibet prior qui pro tempore fuerit in qualibet predictarum ecclesiarum habeat perpetuo⁸⁷¹ omnes oblationes et decimas personales omnium parrochiarum⁸⁷² in suo limite seu parochia commorantium excepta nostra tercia pontificali dictarum decimarum et in ipsis parrochianis jurisdictionem et correctionem in spiritualibus habeat et omnis⁸⁷³ administret ecclesiastica sacramenta. Item mandamus et concedimus quod predicta ecclesia Sancte Marie Magdalene habeat perpetuo integre omnes oblationes decimas prediales et personales omnium parrochianorum in sua parochia seu limite comorantium excepta dicta nostra⁸⁷⁴ pontificali. Item concedimus et mandamus quod omnes decime prediales parrochianorum omnium aliarum ecclesiarum dicte ville de Portalegre excepta dicta ecclesia Sancte Marie Magdalene (*sic*) et omnia offertoria oblationes redditus et proventus (fl. 160) omnium heremitagiorum dicte ville de Portalegre et termini sui cogregentur insimul per terciarios qui positi fuerunt pro tempore per prioris dictarum ecclesiarum de mandato nostro seu successorum nostrorum et utiant ad unum montem seu tumulum que decime prediales offertona oblationes fructus et proventus dictorum heremitagiorum volumus concedimus et mandamus quod hoc modo perpetuo dividantur, videlicet, quod dividantur in quatuor partes de quibus quatuor partibus ecclesia Sancte Marie de Castello habeat perpetuo unam quartam partem. Et ecclesia Sancte Marie a Grande habeat aliam quartam partem et predictae ecclesie Sancti Martini et Sancti Jacobi habeant per medium aliam quartam partem, altera et quarta parte que remanet inter predictas ecclesias Sancti Vicencii, Sancti Johannis, Sancti Laurentii et Sancti Petri communiter dividatur. Legata vero et mortuaria habeat ecclesia cui legata fuerit excepto si fuerit legata racione decimarum predialium⁸⁷⁵ et tunc debent dividi inter dictas ecclesias de Portalegre sicut decime prediales prout superius est expressum. Si vero aliquis parrochianus⁸⁷⁶ ecclesie elegerit sepulturam in alia ecclesia vel ibi aliquid legaverit et non racione decimarum predialium, ecclesia cuius parrochianus fuerit habeat⁸⁷⁷ dictorum legatorum et ecclesia in qua elegerit sepulturam seu cui

⁸⁶⁸ Segue-se uma palavra riscada que foi corrigida, na margem esquerda, por outra mão: "*appotecham*".

⁸⁶⁹ Seguem-se duas palavras riscadas e na margem direita, por outra mão: "*gener de Onega*".

⁸⁷⁰ Seguem-se duas palavras riscadas e na margem esquerda, por outra mão: "*ipsam plateam*".

⁸⁷¹ Esta palavra tem um "s" final riscado.

⁸⁷² Antes da abreviatura de "*rum*" está um "o" riscado.

⁸⁷³ Palavra corrigida.

⁸⁷⁴ Segue-se riscada uma palavra e, na margem direita, por outra mão: "*tercia*".

⁸⁷⁵ Segue-se uma palavra riscada e corrigida, na margem direita, por outra mão para: "*subcitarum*".

⁸⁷⁶ Na margem direita, por outra mão: "alicuius".

⁸⁷⁷ Segue-se uma palavra riscada e corrigida, na margem esquerda, por outra mão, para: "*medietatem*".

aliquid legaverit aliam⁸⁷⁸ excepta omni in predictis decimis legatis mormeriis offertoriis oblacionibus fructibus et proventibus dictorum heremitagiorum nostra tertia pontificali quam pro nobis et subcessoribus nostris perpetuo retinemus. Si enim super divisione predictarum decimarum legatorum et heremitagiorum⁸⁷⁹ aliquid dubium seu questio evenerit, salvum sit nobis interpretari et prout melius et utraque parte utilius viderimus expedire in quorum rei testimonii nos dictus episcopus presentem litteram fecimus sigilli nostri munimine communiri. Datum apud dictam villam de Portalegre kalendas Februarii. E^a M^a CCC^a quadragesima secunda.

196

1351, Setembro, 3 – Alcácer do Sal

Insere: 1299, Abril, 23 – Santarém

⁸⁸⁰Saibham todos como tres dias de Setembro Era de mil e trezentos e oyteent<a> e nove annos em Alquacer na camara da dicta villa do Meestre da Ordem de Santiago seendo hi ho honrrado Dom Gil Fernandez⁸⁸¹ Meestre da dicta Ordem Stevam Dominguez Perdigom juiz da dicta vila em presença mym Pero Andres tabeliom na dicta vila e das testemunhas que adiante sam escriptas o dicto senhor Meestre hũa carta em purgaminho seellada com (fl. 160v) huum seello pendente de chunbo com fios de seda vermelhos, brancos e amarellos da qual carta ho theor tal he:

Em nome de Deus amem. Conhecida cousa seja a quantos esta carta virem que eu Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve em senbra com minha molher raynha Dona Hellisabel e com nossos filhos e filhas⁸⁸² Dom Afonso e Dona Costança querendo fazer graça e mercee aa Ordem de Santiago nos nossos regnos e a vos Dom Joham Fernandez Meestre da dicta Ordem e a vossos freires damos e outorgamos uos em doaçom pera todo sempre todo ho dirreito do padrroado da nossa igreja de Santo Yldefonso de Almodouvar com todos seus dirreitos e com todas sas perteenças asy como a nos avyamos e milhor e mais compridamente avemos e de dirreito devemos aver. E esto vos fazemos em remimento de nossos pecados e que ajamos senpre parte em todollos beens que na dicta Ordem se fezerem. E que esta nossa doaçom seja mais firme e mais estavel rogamos ao bispo d'Evora que a esto que nos a essa Ordem fazemos de seu outorgamento e sa autoridade e todos aquelles que este noso feito inteiramente guardarem ajam a beençam de Deus e a nossa e sejam endereçados em seu serviço Amem. E aquelles que o atentarem pera brita lo ajam a maldiçom de Deus e a nossa pera sempre. E em testemunho desta cousa damos aa dicta Ordem e a vos sobre-dicto Meestr[e] e aos vossos freires esta nossa carta seellada do seello de chunbo. Feita carta em Santarem, XXIII dias de Abrill, el Rey ho mandou. Era de mil e trezentos e XXXV annos.

⁸⁷⁸ Segue-se uma palavra riscada e corrigida, na margem esquerda, por outra mão, para: “*medietatem*”.

⁸⁷⁹ Seguem-se umas palavras riscadas.

⁸⁸⁰ Na margem direita e de outra mão: “*Doaçom d'el rei Dom Dinis feita ha Ordem do padroado de Santil Afonso d'Almodouvar e todos seus direitos e pertenças*”.

⁸⁸¹ As palavras “*Dom Gil Fernandez*” estão sublinhadas e na margem direita, por outra mão: “*D. Gil Fernandes Mestre em Portugal no anno do Senhor de 1351*”. E do lado esquerdo, de outra mão: “*5º Mestre em Portugal*”.

⁸⁸² Na margem direita, de outra mão: “*Infantes*”.

E em fundo da dicta carta jaziam estes nomes: Iffante Dom Afonso, Dom Joham Afonso moordomo moor, Dom Martim Gil alfeerez, Dom Joham Rodriguiz de Briteiros, Dom Fernam Periz de Barvosa, Dom Lourenço Soarez de Valhadole (*sic*), Dom Pero Annes Portel, Joham Fernandez de Lynha⁸⁸³, Joana (*sic*) Meendez de Briteiros, Joham Sobrinho⁸⁸⁴, Mem Rodriguiz que he em logo de moordomo, Dom Martim arcebispo de Bragaa, Dom Oane (*sic*) bispo de Lixboa, Dom Sancho bispo do Porto, Dom Vasco bispo de Lamego, Dom Egas bispo de Viseu, Dom Pero bispo de Coimbra, a igreja d'Evora vaga, dom Frrey Joham bispo da Guarda, a igreja de Silve vaga, Martim Periz de Ratis, Joham Soriz⁸⁸⁵ ouvidores em logo da corte, Silvestre Martinz sobrejuiz, Pay Domiguiz dayam d'Evora testemunha conf., Giral Dominguiz dayam de Bragaa testemunha, Joham d'Alprom dayam de Viseu d'el Rey Gomez Fernandez⁸⁸⁶ Stev'Eannes⁸⁸⁷ arcediagoo de Santarem e chanceler d'el Rey, Francisqu'Eannes scripvam da corte.

A qual carta asi mostrada o dicto senhor pedio ao dicto juiz que per sua autoridade lhe mandasse dar o trellado⁸⁸⁸ e o dicto juiz lha mandou dar em puprica forma ao dicto Mestre e eu dicto tabeliam per autoridade do dicto juiz lha dey em este estormento com meu sinal. Testemunhas que presentes foram o dicto juiz Alvaro Fernandez freire, Joham Periz⁸⁸⁹, Stevam Vasquez, Fernam Periz tabeliam, Gil Estevez. E eu sobredicto tabeliam que por actoridade do dicto juiz este estormento com o trellado da dicta carta escrepvy e aquy meu synal fiz que tal he em testemunho de verdade.

Saibam quantos esta carta d'escaymbo (*sic*).

(fl. 161)

197

[1319-1329]

⁸⁹⁰Saibham quantos esta carta d'escaynbo virem que nos Dom Pero Scacho Mestrre da Cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve em sembra e com outorgamento de Dom Stevam Reymondo comendador moor da nossa Ordem e do nosso conveento esguardando ho serviço de Deus e honrra e prol nossa e da nossa Ordem e conssirando como a nossa comenda de Parada Riba de Doiro esta muyto alongada dos nossos beens que nos e a

⁸⁸³ Na margem esquerda, de outra mão: "de Limha".

⁸⁸⁴ Na margem direita, de outra mão: "Simhom".

⁸⁸⁵ Na margem direita, de outra mão: "Joham Soarez al[...]".

⁸⁸⁶ Na margem direita, de outra mão: "Gonçalo Fernandes".

⁸⁸⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "Martim Annes".

⁸⁸⁸ Na margem direita, de outra mão: "da dita carta em hum estormento pubrico com sinal de mim tabaliam ca diziam que se queriam ajudar della e o dito juiz deu poder e authoridade a mim sobre dito tabaliom que desse o tralado da dicta carta em publica forma e eu sobredicto tabaliam per poder e mandado do dito juiz e authoridade dei lhe o tralado da dicta carta em este estormento e meu sinal feito [...] Era logo susodito. Testemunhas que presentes estavam [continua na margem esquerda] Domingues dayam d'Evora, Giral Domingues dayam de Braga, Joham d'Alpram dayam de Viseu cleriguos d'el Rey".

⁸⁸⁹ Na margem esquerda e de outra mão: "da dita Ordem".

⁸⁹⁰ Na margem direita e de outra mão: "Escainbo que ha Ordem fe[...] da comenda de Parada pela villa de Casavel[...] quinta de Almoleia".

nossa Ordem avemos e per esta razom nos foi senpre em alhe<a>da tragendo a ricos homeens e ricas donas em prestamo de si e por muyto mal e dano que alguuns cavalleiros e outros filhos d'algo que moram hy a preto (*sic*) faziam em ella nom avendo nos razom de tornar hy receando homeziios e eicessos e danos e perdas que se nos ende podiam seguir. E outrosi veendo em como gram parte dos beens que nos e a nossa Ordem avemos som no Campo d'Ourique e andom⁸⁹¹ a villa e o termo de villa Caseval e a quintãa da Almoleya que agora Joham Afonso de Sousa ha em esse Campo d'Ourique som juntamente com aquello que nos e a dicta nossa Ordem avemos em esse Campo d'Ourique e que se essas villa e quintãa fossem nossas e da dicta nossa Ordem seriam melhores e mais proveitosas e nos renderia mais que a dicta nossa comenda de Parada. Porem nos e em nosso nome e da dicta nossa Ordem e per ella querendo fazer escaynbo com o dicto Joham Afonso de Sousa menino sem revora filho d'Afonso Sanchez senhor d'Albuquerque e de Medelym e moordomo mayor d'el Rey de Portugal da dicta nossa comenda de Parada pollas dictas villa de Caseval e quintãa da Almoleya do dicto Joham Afonso assi como se segue adiante e avudo sobr'esto falla e trautado como ho dirreito quer e manda com o dicto Afonso Sanchez totor do dicto Joham Afonso seu filho por huua carta d'el Rey de tetoriia da qual o theor adiante he scripto esscaynbamos e outorgamos e em nome d'escaynbo damos a vos Afonso Sanchez em nome do dicto vosso filho e pera elle pollas dictas villa de Caseval e quintãa d'Almoleya que nos dades a nossa comenda de Parada de Riba de Doiro que he nossa e da dicta nossa Ordem com todollos casaaes e herdades e quintãas e possisões e dirreitos e rendas e perteenças asi tenporaaes como sprituaaes e [?]grejairos (fl. 161v) e padrroados e todallas outras cousas que perteezem aa dicta comenda assy como nos e a dicta nossa Ordem sempre ouvemos e de dirreito melhor podemos e devemos a a ver e tolhemos de nos e renunciemos todo o senhoriio e propiedade e posse e todo outro dirreito que nos hy avemos e de dirreito podemos e devemos a aver e poemo lo em vos em nome do dicto Joham Afonso vosso filho e pera elle. E queremos e mandamos e outorgamos que daquy adiante que elle e todos seus sobcessores ajam e logrem e possuam pera todo senpre as dictas cousas e façam em ellas e dellas toda sa vontade como de sa propia herdade. E outrosi queremos e mandamos que o dicto Afonso Sanchez pollo dicto Joham Afonso seu filho e em seu nome per sy ou per outrem possa filhar, entrar e aver a posse da dicta comenda e de todollos dirreitos que a ella perteezem e de dirreito podem e devem perteezer. E mandamos a todollos vezinhos e moradores da dicta comenda e das sas perteenças que obedeeçam ao dicto Joham Afonso e a todollos seus sobcessores e ao dicto seu totor e a todollos outros que essa comenda por o dicto Joham Afonso tenerem come a nos obedeceriam tanbem em senhoriio como em todallas outras cousas. E outrosi renunciemos todollos dirreitos e lex e posturas e huso e costume tanbem dos Rex come da Ordem come da terra que seja ou possam seer contra o dicto Joham Afonso per que nos podessemos dizer que o dicto escaynbo com as dictas cousas sobredictas nom valliam nem tiinha. E queremos e mandamos e outorgamos que o dicto escaynbo valha e tenha e seja pera sempre guardado e que nom possamos hir contra elle per feito nem per dito abertamente nem escondidamente em juizo nem fora de juizo. E eu Afonso Sanchez tetor sobredicto come tetor em nome do dicto Joham Afonso meu filho e por elle dou e outorgo a vos Dom Pero Esquacho Maestre e comendador mayor e conveento e aa dicta vossa Ordem em nome d'escaynbo e por escaynbo as dictas villa de Caseval e quintãa da Almoleya com todas sas herdades, rendas, dirreitos, perteenças asi temporaaes como espirituais e igrejaias, padrroados e todallas outras cousas que perteezem aa dicta villa e quintãa asi

⁸⁹¹ Na margem direita, de outra mão: "E como, in originali". Segue-se, ainda, de outra mão: "Diz o pergaminho".

como a Joham Afonso agora e de dirreito pode e deve aver. E tolho de mym e em nome do dicto João Afonso meu filho e renuço (*sic*) todo senhorio e propiedade e posse e todo outro dirreito que hi o dicto Joham Afonso ha e de dirreito deve aver e ponho <o> em vos Meestre e comendador e conveento e na dicta vossa Ordem. E quero e mando e outorgo em nome do dicto meu filho que daquy adiante vos e todos vossos socessores ajades e logredes e possua-des pera todo senpre as dictas villa e quintãa e façades em ellas e dellas toda vossa vontade como de vossa propia herdade. E outrosi quero e mando e em nome do dicto meu filho que vos Meestre e comendador e conveento per vos ou per outrem possades filhar e entrar e aver a posse das dictas villa e quintãa e de todollos dirreitos que a ellas perteecem e de (fl. 162) dirreito pode e deve perteencer. E mando a todollos vezinhos e moradores das dictas villa de Caseval e quintãa d'Almoleia em nome do dicto meu filho que vos obedeçam a vos e a todos vossos sobcessores e quem vos mandardes tanbem como ao dicto meu filho obedeceriam tanbem em senhorio como em todallas outras cousas. E outrosi renuncio em nome do dicto meu filho todollos dirreitos e posturas e huso e costumes tanbem dos Rex como da terra que sejam ou possam seer contra vos Meestre e comendador mayor e conveento per que eu e o dicto meu filho poderiamos dizer que o dicto escaynbo com as cousas sobredictas nom vallia nem tiinha. E quero e mando e outorgo em nome do dicto meu filho que o dicto escaynbo valha e tenha e seja pera senpre guardado e que nom possa hir contra elle per feito nem per dito aber-tamente nem ascondidamente em juizo nem fora de juizo. E por esto ser certo e depois nom viir em duvida nos sobredictos Meestre e comendador mayor e Afonso Sanchez mandamos e outorgamos que qualquer das partes que contra esto for per sy ou per outrem que peyte aa outra parte que o conprir e guardar em nome de pena quinhentos marcos de prata e todavia este escaynbo ser firme e estavel pera senpre. Em testemunho de todas estas cousas manda-mos ende fazer duas cartas do dicto escaynbo anbas d'huum theor e semelhavel huua aa outra e por mayor firmidam fazemo las seellar dos nossos seelos e do seello do dicto Joham Afonso de Sousa⁸⁹².

1322, Agosto, 3 – Alcácer do Sal

Insero: 1319, Setembro, 25 – Lisboa

⁸⁹³Saibham todos que feria terça tres dias d'Agosto Era de mil e trezentos e sasseenta anos no adro de Samta Maria d'Alquacer perante Gomez Airas juiz da dicta villa em presença de mym Domingos Periz tabeliam d'Alquacer em logo de Domingo Stevez e das testemunhas adiante scriptas foi mostrada e leuda hũa carta de nosso senhor el Rey seellada do seu seello pen-dente em cera vermelha metudo em corda amarela. A qual carta nom era rasa⁸⁹⁴ nem antreli-nhada nem per nehuum logar sospeita segundo em ella parecia da qual ho theor tal he:

⁸⁹² Na margem direita, de outra mão: *"E o teor da carta d'el rey per que eu Afonso Sanches seu tutor do dito meu filho he este que se adiante segue o que vaii no original que no fim estaa roto achar se a per n° destas folhas CLXI com que esta vista"*.

⁸⁹³ Na margem direita, de outra mão: *"Transauçam e sentença da aprazimento de partes sobre a villa de Çam[ora] Coreá"*.

⁸⁹⁴ Na margem direita, de outra mão: *"nem borrada"*.

Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta birem façõ saber que sobre contenda e demanda que era perante (fl. 162v)⁸⁹⁵ a minha corte antre Dom Pero Escacho Meestre da Cavalariia da Ordem de Santiago nos meus regnos de Portugal⁸⁹⁶ per si dhũa parte e Dona Maria molher que foi em outro tempo de Dom Joham Symhom ja passado per Vicente Louvado seu procurador avondoso da outra per razom da villa de Çamora Correya e do senhorio e dos novos e dos fruytos dela os quaaes o dicto Mestre dezia que a dicta Dona Maria tevera e ouvera e recadara e recebia e retiinha da dicta Ordem sem dirreito e sem razom e como nom deviia. E porem pediia a mym o dicto Meestre que costringesse a dicta Dona Maria que lhe leixasse a dicta villa de Çamora Correya e ho senhorio dela ou que lhe mostrasse algum dirreito per que a ouvesse de teer e protestava dos fruytos e novos e danos e das perdas que per esta razom recebera. E a dicta Dona Maria deziia pello dicto seu procurador que ella tiinha a dicta villa de Çamora Correea e ho senhorio della pella dicta Ordem e em nome dela em sa vida e que fora da dicta⁸⁹⁷ vila e ho senhorio dela e outorgada ao dicto Dom Joham Symom seu marido e a ella em vida d'anbos per Dom Diego Moniz em outro tempo Mestre da Ordem de Ocres por muy<ta> ajuda e serviço e defendimento que o dicto Dom Joham Symom fezeraa aa dicta Ordem e por gramdalgo que lhe dera⁸⁹⁸ do seu e estremadamente por duas mil livras que dera ao dicto Meestre d'Ocres pera mantiimento dos catellos da fronteira e demais por hũa gram peça de dinheiros que deziia que metera e despendera em proveito da dicta Ordem de Santiago. E desto mostrava o dicto Vicente Louvado cartas seelladas do seello do dicto Dom Diego Moniz e asy deziia o dicto procurador em nome da dicta Dona Maria que ela tiinha e possuaya bem como devya a dicta villa de Çamora Correya e ho senhorio della. E de mais dezia o dicto procurador que morto Dom Joham Symom que Dom Lourenço Annes Mestre da Cavallaria da Ordem de Santiago em outro tempo e ho conveento da dicta Ordem demandaram em juizo per dante a minha corte aa dicta Dona Maria a dicta villa de Çamora Correya e ho senhorio dela dizendo que a tiinha como nom deviia e que a deviia leixar ou que deviia mostrar dirreito algum se o avya por sy per que a devya reteer. E que pendendo assy feyto e ditas muitas cousas da parte da dicta Ordem e da parte da dicta Dona Marya que foi julgado contra a dicta Ordem e pella dicta Dona Maria que ella ouvesse e tevesse e pussuysse em todo tempo de sa vyda a dicta villa de Çamora Correya e ho senhorio e ouvesse e recebesse os fruytos e os novos e rendas della compridamente asi como na carta do dicto Meestre Dom Diogo Moniz era contheudo em que recontava que o dicto Meestre dera comprido poder a Miguel Pirez seu alcayde e seu procurador que podesse enprazar a dicta billa de Çamora Correya ao dicto Dom Joham Simom e aa dicta Dona Maria. O qual lha enprazou pello poder que pella dicta carta do dicto Mestre avya das quaes cousas fazia certo perdante mym e per minha carta e assy deziia que nom avya porque leixar a dicta villa nem o senhorio della e que os deviia reteer em todo tempo de sa vida asi como dito he. E o dito Mestre dezia que aquelas cousas que foram feitas pellos dictos Meestres (fl. 163) Dom Diego Moniz e per Dom Lourenço Annes e de seu mandado que nom foram feitas per dirreito nem como deviam e esto dezia per mul-

⁸⁹⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "D. Pedro Escacho Mestre em Portugal no anno do Senhor de 1322. Não tem no original. Vide."

⁸⁹⁶ As duas últimas palavras estão riscadas.

⁸⁹⁷ Na margem direita, de outra mão: "dada a dita".

⁸⁹⁸ Segue-se riscado: "s".

tas maneiras, *convém a saber*, per razom que deziia que nom foram feitas, nem outorgadas, nem dadas as cartas do dicto Dom Diego Moniz em cabido como ho dirreito quer nem como manda a sa regra nem como hi ser costume dessa Ordem. E asi dezia que as cartas que mostrava do dicto Dom Diego Moniz que no eram nenhūuas. E outrosi dezia o dicto Mestre por si e polla dicta Ordem que a sentença que a dicta Dona Maria allegava por si que fora dada antre ella e Dom Lourenço Annes que foy Meestre per Martim Gil e Afonso Periz Zarco dizendo que era procurador do Meestre e da Ordem e que provava per a minha carta que mostravam perdante mym e o dicto Meestre deziia por si e polla dicta Ordem que a sentença que alegava per a minha carta que nom era nenhūua nem se podia a dicta Dona Maria dela ajudar per razom que dezia o dicto Mestre que os dictos Martim Gil e Afonso Periz nom eram procuradores do dicto Dom Lourenço Annes Mestre nem da Ordem nem avyam tal poder que esto podesse fazer. E demais deziia que em todo ho tempo de Dom Lourenço Annes nom ouve a Ordem procurador nenhum e que assi ho faria certo como o dirreito quer senom que Martim Gil avya poder per mandado d'el Rey pera correger em nome do Meestre na terra da Ordem a justiça e as malfeitorias e o al que hi ouvesse pera correger e que pera esto lhe fora dado ho seello do Meestre. E asi deziia o dicto Dom Pero Escacho Meestre que a sentença que tiinha a dicta Maria que era de dirreito nenhūua moormente que dezia que a minha carta que ella mostrava e fora dada per Lourenço Periz seu sobrinho da dicta Dona Maria filho dessa irmãa a qual nom faria fe contra el. E asi dezia que nom vallya nem tiinha cousa que per el passasse. E sobre esto muitas razoens ditas e razoadas per dante a minha corte pelo dicto Meestre e pello dicto Vicente Louvado em nome da dicta Dona Maria acima veerom a tal amigavel compossição entendendo que era seu proveito que a dicta Dona Maria aja e tenha e posuya e logre e receba em todo tempo dessa vida a dicta villa de Çamora Correya e o senhorio della e fruitos e novos e rendas della asi spirituaes como temporaes com todollos outros dirreitos que a dicta villa ha e melhor pode e deve aver. E a dicta Dona Maria pello dicto seu procurador e o dicto seu procurador em nome della avendo pera esto poder e especial mandado prometeo a dar aa dicta Ordem depos sa morte na villa de Santarem ou em seu termo possissom ou possissões que comunalmente valham em cada huum ano pera todo senpre cem livras de Portuga⁸⁹⁹ de renda em paz e em salvo. E para esto comprir e teer e guardar o dicto procurador em nome da dicta Doma (*sic*) Maria obrigou todos seus beens della avidos e por aver e outrosi o dicto Mestre obrigou se e a dicta Ordem a conprir e a guardar as cousas de suso dictas por moor avondamento se obrigou que el com o didto cabidoo façam carta aa dicta Dona Maria no primeiro cabidoo que fezerem per que possa em todo tempo de sa vida aver e reteer a dicta (fl. 163v) bila e ho senhorio dela e receber e aver os fruytos e os novos della como dicto he. E morta a dicta Doma (*sic*) Maria a dicta villa de Çamora Correya e o senhorio della com toda sa benfeitoria e como melhor for achada deve a ficar aa dicta Ordem sem contenda nenhūua as quaes cousas e cada huūua dellas os sobredictos Meestre per sy e Vicente Louvado pella dicta Dona Maria cujo procurador era avondoso pera as cousas de suso dictas e Stevam Reymondo comendador moor e Martim Gil de Villella comendador de Sezinbra e Gonçallo Fernandez comendador de Quacella e Pero Afonso Correya comendador d'Alvallade e Afonso Periz Zarco comendador d'Aljustrel e Martim Coutado comendador de Santos freires da dicta

⁸⁹⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "de portugueses".

Ordem que a esto presentes foram. Louvarom e outorgarom as sobredictas cousas e cada hũa dellas e prometerom que elles com o dicto Mestre as compram e guardem como em esta carta he contheudo sob pena de mil livras de parte a parte e todavya caber. E pedirom a mym por mercee que todas cousas sobredictas e cada hũa dellas que assi as julgasse e desse por sentença e eu esguardando proveito da hũa e da outra parte e nom querendo que sobre esto andassem em outra demanda estragando se do que ham em perlongadas demandas assy ho julguey e julgo e dey e dou de prazer das partes por sentença e mandey lhes ende dar senhas minhas cartas anbas dhuum theor. Em testemunho desto dey ende esta miha carta ao dicto Mestre. Dante em Lixbooa, XXV diias de Setembro, el Rey ho mandou pello priol da Alquaceva e Ruy Gonçalvez seus crelligos ouvidores deste feito. Martim Fernandez a fez. Era de mill⁹⁰⁰ e trezentos e cinquenta e sete annos. Prior de Alcaçova *vidit*. *Rodericus Gonçalvi vidit*.

A qual carta leuda e pobricada Fernam Fernandez tabeliam de Setuval em nome do dicto Mestre pedio a mym tabeliam sobredicto ho theor. E eu tabeliam sobredicto per mandado e autoridade do dicto juiz dei lho com meu sinal que tal he. Testemunhas o dicto juiz Vic. Dac. (*sic*). ovi-dor do Meestre Gomez Periz escudeiro, Airas Pirez tabeliam de Setuval, Lourenço Annes dessa villa, Lourenço Callado, Lourenço Tellez Vergadas e outros muitos.

1346, Junho, 21 – Coimbra

⁹⁰¹Saibham quantos este estormento virem que na Era de mill e trezemos e oyteenta e quatro annos XXI dias de Junho em a cidade de Coimbra no adro da igreja de Santiago em presença de mym Afonso Martiinz⁹⁰² tabeliam d'el Rey em na dicta cidade presentes as testemunhas (fl. 164) adiante scriptas Angello Periz mercador morador⁹⁰³ na dicta cidade procurador de Dom Garcia Pirez Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago de Portugal⁹⁰⁴ em seu nome como eu procurador tomo posse d'hũas casas que estom no adro da dicta igreja as quaaes eram casa torre e outras sobradadas junto⁹⁰⁵ com ellas com seus sotoons e outras casas pequenas sobradadas qe estavam juntas com estas em nas quaaes morava Maria Francisca molher de Joham Martiinz dicto Loordello. As quaaes casas dezioa que foram de Joham Ferrnandez Rebotim cavalleiro freire da dicta Ordem a qual posse das dictas casas filhou per chãaos⁹⁰⁶ e por telha dellas e por portas çarradas sobressy estando assi em posse delas como dito he disse que el nom tomava a posse dellas por fazer força nem per juizo a nenhũa pessoa nem por lhes tolher dirreito algum seo em nas dictas casas aviam mais pera o dicto senhor Mestre e a sa Ordem

⁹⁰⁰ Segue-se riscado: "e".

⁹⁰¹ Na margem esquerda, por outra mão: "[Est]ormento de pose de hũas [ca]sas da Ordem que estam em Coimbra que consta ficarem [a] Ordem por falecimento de hum [...]jeire della".

⁹⁰² Na margem esquerda, por outra mão: "pubrico".

⁹⁰³ Na margem direita, por outra mão: "e vizinho".

⁹⁰⁴ As palavras "de Dom Garcia Pirez Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago de Portugal" estão sublinhadas e na margem direita, de outra mão "D. Garcia Pires Mestre em Portugal no anno do Senhor de 1346". E, na outra margem: "4º Mestre em Portugal".

⁹⁰⁵ Na margem direita, por outra mão: "juntas".

⁹⁰⁶ As duas últimas palavras estão sublinhadas e na margem esquerda, por outra mão: "per chaves".

aver e cobrar o seu dirreito dellas. E logo o dito Angelo Periz entregou as chaves em nome do dicto senhor Meestre e da sa Ordem aa dicta Maria Francisca das dictas casas em que morava a qual Maria Francisca ficou theuda ha responder por ellas e por os alugueres dellas ao dicto Mestre e a sa Ordem e a seu certo recado e a el dicto Angelo Periz. E das outras casa torre e das sobradadas junto com ellas entregou as chaves dellas em nome do dicto senhor Mestre a Martim Esteveez tabeliam da dicta cidade o qual Martim Estevez ficou obrigado pera as dar ao dicto senhor Mestre ou a seu certo recado ou a el dicto Angelo Perizz a responder dellas cada que lhas demandassem. Das quaaes cousas todas e cada hũa dellas o dicto Angelo Periz em nome do dicto Mestre e da sa Ordem e como seu procurador pedio desto a mym tabeliam que lhe desse estormento. E eu dicto tabeliam a seu rogo e em testemunho das dictas cousas lho dey com meu sinal que tal he. Esto foi feito no logo, diia, mes e Era sobredictas. Testemunhas Afonso Fernandez⁹⁰⁷ mercador e Martim Estevez tabeliam e Nuno Esteveez neto de Reymond'Eannes de Bragaa e Martym⁹⁰⁸ homem do dicto Martim Esteveez e Afonso filho de Francisqu'Eannes⁹⁰⁹ e outros.

(fl. 164v)

200

1355, Julho, 2 – Lisboa

⁹¹⁰Saibam todos que na Era de mil e III^c e noveenta e tres annos dous dias de Julho na cidade de Lixbooa aa Cruz em presença de mym Joham de Languo tabeliam d'el Rey na dita cidade e das testemunhas adiante scriptas Vaasco Lourenço comendador e vesitador que se chamava do moesteiro de Santos a par de Lixbooa e Martim Vicente procurador do dicto moesteiro os quaaes estavam presentes filharom posse de hum sotom de hũas casas que estam em Lixboa a Santa Cruz. As quaaes deziã que forom de Joham Vaaz comendador que foi do dicto moesteiro e que ora eram de Orraca Vaaz dona que fora do dicto moesteiro, as quaaes casas deziã que eram obrigadas ao dicto moesteiro pera aver cada ano pellas dictas casas hũa soma de dinheiros e filharom os sobredictos posse do dicto sootom per portas e per chave per ferrolio e diserom que per ally filhavam posse de todallas cousas que perteeciam ao dicto sootom. As quaaes forom do dicto comendador e que ora eram da dicta Orraca Vaaz e que eram obrigadas ao dicto moesteiro como dicto he e lançarom logo fora do dicto sootom hũa molher que chamavam Maria Duraaez e loguo lhe entregaram a chave que dezia que era do dicto sootom e que estevesse em posse delle em nome do dicto moesteiro e que rendessem⁹¹¹ e respondessem daqui em diante pellos alugueres do dicto sootom ao dicto moesteiro ou a seu procurador e a dicta Maria Duraaez disse que assy ho fariã das quaaes cousas o dicto procurador pedio hum estormento. Testemunhas Joham Fernandez crrelligo da Atougia e Afonso Martinz morador aa Cruz e Joham Diaz morador no dicto logo. E eu Joham de Longo tabeliam d'el Rey d'el Rey (*sic*) na dicta cidade que a esto com as dictas testemunhas presente fuy e este estormento per mandado dos sobredictos screpvy e meu sinal em elle fiz que tal he.

⁹⁰⁷ Na margem esquerda e por outra mão: "Rodríguez".

⁹⁰⁸ Na margem direita, de outra mão: "Perez".

⁹⁰⁹ Na margem direita, de outra mão: "o amo".

⁹¹⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "[...]mento de pose de hũas <casas> da [...] que estam em Lixboa a [San]ta Cruz".

⁹¹¹ Na margem esquerda, por outra mão: "Não tem no original".

1381, Outubro, 18 – Lisboa

⁹¹²Dom Fernando per a graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que nos olhando ao muito serviço que ata aquy recebemos de Meem Rodriguiz de Vasconcellos nosso vassallo e outrosi de seu padre e dos do seu (*sic*) linhagem e delle entendemos de receber ao adiamte (fl. 165) e querendo lho nos gallardoar com mercee como cada huum rey he theudo de fazer aaquelles que o servem. Porem querendo nos fazer graça e mercee ao dicto Mem Rodriguiz de nossa livre vontade certa sciencia lhe damos e lhe fazemos pura doaçom antre vivos valledoira pera sempre de todollos beens moviis e de raiz que Diego Barreto avya nos nossos regnos ao tempo da sua morte os quaaes a nos sam devidos de dirreito porque seendo elle nosso vassallo e natural nos viinha fazer guerra em companhia d'el Rei de Castella e morreo em nosso deserviço e mandamos que faça delles e em elles o que lhe prouver e por bem tener asi como de sua cousa propia. Porem mandamos a todallas justiças dos nossos regnos a que esta carta for mostrada que lhe enteguem e façom entregar os ditos beens assy moviis como de raiz honde quer que forem achados e que nom conssentam a nenhũa pessoaa que seja que lhe sobrelles ponha enbargo e lhos leixem aver e lograr e posuir e fazer delles e em elles o que lhe prouguer e por bem tener como dito he. Hu (*sic*) al nom façam. Em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta assynada per nossa mão e seellada do nosso seello do chunbo. Dante em Lixboa, XVIII^o dias d'Outubro, el Rey ho mandou, Joham Estevez a fez. Era de mill e quatrocentos e dezanove annos⁹¹³.

1428, Outubro, 16

⁹¹⁴Sabham os que esta carta d'enprazamento virem que aos XVI dias do mes d'Outubro ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e llll^cXXVIII^o anos nos paaços do muy alto e prezado senhor Iffante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago⁹¹⁵ o dicto denhor lfante que hi no presente siia per poder de hũa procuraçom dos Treze cavalleiros comendadores da dicta Ordem feita per Joham Centeo tabeliam da dicta villa da qual eu tabeliam adiante scripto tenho registado em meu livro as forças dela. A qual conta que foy facta na dicta villa nos paaços do dicto senhor aos XXIII^o dias do mes de Janeiro da Era de mill e llll^cLX anos e erom em ella nomeados por testemunhas Fernand'Afonso escrivvam da puridade do dicto senhor e Estev'Eannes de Beja seu ouvidor em a qual procuraçom se contem (fl. 165v) antre as outras cousas que Diego Pereira comendador da dicta Ordem em seu nome e de Lourenço Martiinz comendador d'Alvallade per poder de hũa procuraçom e Luis da Rosa priol moor da dicta Ordem em nome d'Afonso Vaaz da Costa porquanto foi chamado e nom veeo

⁹¹² Na margem esquerda, por outra mão: “[Doa]çam feita per el rei Dom [Fe]rmando ha Mem Rodriguiz de [V]asconcellos dos bens que foram de Diogo Bareto”.

⁹¹³ Na margem direita, de outra mão: “Erro, porque ainda não reinava D.Fernando”. De outra mão: “Não foi erro, porque ainda então se contavam os annos pella Era de Cezar e vem a cair esta no anno do Senhor de 1381; tempo em que reinava el rei D. Fernando”.

⁹¹⁴ Na margem direita, de outra mão: “Aforamento da Fonte Santa em Alcacer”.

⁹¹⁵ Na margem direita, por outra mão: “O Infante D. João governandor da Ordem no anno do Senhor de 1428”.

ao termo que lhe for[a] assinado e Fernam Martinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Montel e Martim Gonçalves de Vasconcellos comendador d'Almadaa e Lopo Meendez de Vasconcellos comendador d'Ortalagoa e Rodrigo Annes Frandino comendador d'Aljustrel em nome d'Alvaro Fernandez Churrichão comendador de Canha e de Cabreella e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçallo de Freitas comendador d'Aljazur e Diego Borges comendador do Torrom e Gonçallo Ribeiro comendador de Çamora Correa e Joham Lourenço proveedor em nome do conveento da dicta Ordem regedentes a este tempo seendo todos juntos per canpãa tangida segundo custume da dicta Ordem fazendo cabidoo geeral os sobredictos cavalleiros comendadores todos em hũa voz fezerom e constituïrom ordenarom por seu certo procurador avondosso e nuncio perfeito em todo o spritual asi como el melhor e mais conpridamente podesse e devesse seer e de dirreito mais valler. O dicto senhor Iffante ao qual derom e outorgarom todos seus livres conpridos poderes que por elles e polla dicta Ordem <e> em seu nome geeral especial podesse cobrrar e aver todollos beens e eranças tanbem moviis como de raiz e dirreitos e auçdoes que a dicta Ordem ha e entende a aver ao diante per qualquer guisa que seja de que a dicta Ordem nom tem posse ou nom tevesse ao diante nos regnos de Portugal e do Algarve e em qualquer lugar dos dictos regnos em que podessem ser achados e pera entrar a preytos e demandas pollos dictos beens e remdas delles e as aferiir e acabar e pera arrendar ou emprazar ou aforrar todollos dictos bens ou parte delles pera senpre ou por certos anos e pera mandar fazer carta ou cartas e estormento ou estormentos de todollos dictos beens ou parte delles tanbem de partiçõoes como de contrautos e d'arrendamentos e d'aforamentos e de quitaçõoes e recebimentos per mão de qualquer tabeliam ou tabeliãaes que a dicta procuraçom vissem ao qual elles rogavam e mandavam que as fizessem com todallas clausullas e condiçõoes que as o dicto senhor mandasse fazer e elles avyam e prometiam a aver por firme e stavel pera sempre todo quanto pello dicto senhor Ifante ser procurador fosse feito e dicto e outorgado no que dito he e no mais que na dicta procuraçom era comtheudo sob obrigamento dos beens da dicta Ordem que pera esto obrigarom segundo todo esto e outras cousas milhor e mais conpridamente na dicta procuraçom eram contheudas. Porem o dicto senhor Ifante per poder da dicta procuraçom em seu nome e da dicta Ordem enprazou e deu de emprazamento a Pero Fernandez castellão e a duas pessoas quaes elle quiser (fl. 166) de guisa que sejam tres e mais nom, *convém a saber*, elle nomee a segunda e a segumda a terceira todo o seu lugar e aseentamento da Fonte Santa assy como a el e a dicta Ordem de dirreito perteence assi como senpre andou com tal preyto e comdiçam que elles adubem e repairem e aproveitem o dicto lugar de todollos boons adubiiis e proveitos que se deve de fazer aos tempos e sazõoes que conpre e sam necesarios de se fazerem em cada huum ano de guisa que o dicto lugar seja sempre aproveitado e melhorado e nom peorado e ajam pera sy todallas prooes e gaanhos que em cada huum anno delle poderem aver com tal preyto e condiçom que elles dem de enprazamento ao dicto senhor Ifante e Ordem por diia de Janeiro duas coroas de boom ouro e justo peso ou aquello que el Rey per a dicta moeda mandar pagar aos tempos das pagas e mais duas boas galinhas recebondas e assy em cada huum anno pello dicto diia atee fim e acabamento do dicto enprazamento e com tal condiçam mais que mortos elles todas tres pessoas que ho dito lugar e aseentamento se torne logo ao dicto senhor Ifante e Ordem com todallas bemfeitorias e melhoramentos sem poendo hi nenhuum embargo. E nom ho comprindo elles assi que corregam ao dicto senhor Ifante e Ordem todas custas e perdas e danos que por esto fezer e receber e mais passado o dicto diia e nom pagando como dito he com cinco reais brancos em cada huum dia de pena e em nome d'yntaresse ao dicto senhor Ifante e em nome da dicta Ordem por bem da dicta procuraçom se obrigou de lhe defender e enparar o dicto lugar e aseentamento delle em durando o dicto enprazamento de quem quer que lho embar-

gar queira sob pena da pena suso dicta e obrigação dos beens da dita Ordem que pera esto obrigou. E o dicto Pero Fernandez que presente siia per sy e per as dictas duas pessoas, *convém a saber*, segunda e terceira tomou e recebeo em sy o dicto lugar e aseentamento d'enprazamento como dicto he com todas crausullas e condições e penas e obrigações suso dictas e decraradas as quaes e cada hũa delas se obrigou de comprir e teer e manter em todo e per todo asi e pella guisa que dicto he sob obrigação de todos seus beens moviis e de raiz avudos e por aver e das dictas pessoas que pera esto obrigou. E em testemunho desto pediro senhas cartas e com tal condição mais que elles ponham em cada huum ano em o dicto l[u]gar e aseentamento cinco arvores de boom fruto e que comece de fazer a primeira paga das dictas duas corooas e galinhas logo por este primeiro diia de Janeiro que ora vem e dhi em diamte atee acabamento do dicto enprazamento. As quaes cousas todas suso dictas o dicto senhor Ifante e o dicto Pero Fernandez outorgaram. (fl. 166v) Testemunhas Fernand'Afonsso escripvam da puridade do dicto senhor e Stevam Rodriguiz scripvam da sua camara e Afonsso Fernandez scripvam dos contos d'el Rey e outros. E eu Luis Gonçallvez tabeliam puprico pello dicto senhor Ifante na dicta villa que esta carta pera o dicto senhor em testemunho de verdade screpvy e meu sinal fiz que tal he.

203

1426, Julho, 17 – Alcácer do Sal

⁹¹⁶Sabham os que esta carta d'enprazamento virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e XXVI annos aos XVII dias do mes de Julho em Alquacer nos paaços do nobre senhor Ifante Dom Joham regedor e governador do Meestrado da Ordem de Santiago e procurador dos Treze cavalleiros comendadores da dicta Ordem per hũa procuraçom feita per Joham Centeo tabeliam da dicta villa da qual eu tabeliam adiante scripto tenho registado em meu livro as forças dela em a qual he contheudo antre as outras cousas que os Treze cavalleiros comendadores da dicta Ordem fizeram seu procurador o dicto senhor Ifante e lhe davam per ella seu conprido poder que por elles e em seus nomes e da dicta Ordem podesse cobrar e aver aa sua mão e posse todollos beens e eranças que aa dicta Ordem perteciam e de dirreito deviam d'aver em quaesquer lugares dos regnos de Portugal e do Algarve e os podesse arrendar e enprazar e aforar a quem elle quisesse e por bem tevesse e por quantos anos e tenpos por bem ouvesse e com quaesquer clausullas e condições e penas e obrigações que lhe demandadas e requeridas fossem e as elle por bem ouvesse e mandar dello fazer e firmar quaesquer scripturas que lhe demandadas e requeridas fossem e obrigar em ellas os beens da dicta Ordem segundo todo esto e outras cousas milhor e mais compridamente na dicta procuraçom sam contheudas. E estando nos dictos seus paaços o dicto senhor em presença de mym Luis Gonçallvez tabeliam puprico pello dicto senhor Ifante na dicta villa e das testemunhas que ao diante som escriptas loguo pello dicto senhor foi dicto que elle por poder da dicta procuraçom e poder que lhe em ella he dado e outorgado e em seu nome e da dicta Ordem emprazava e dava de emprazamento em vida de Simom Martiinz que presente siia (fl. 167) e em vida de Isabel Afonsso sua molher e doutra pessoa qual a postumeira delles

⁹¹⁶ À margem esquerda e de outra mão: "Emprazamento do asentamento da [...]bul que esta no termo d'Alcacere". E ainda de outra mão: "[...] governador da Ordem depois do Mestre Dom Mem Rodriguiz de Vasconcelos". Segue-se, por outra mão: "O Infante D. João no anno do Senhor de 1426".

nomear ao tempo da sua morte toda a sua terra e aseentamento diabol (*sic*) que he em termo da dicta villa como parte com coutada d'Alvaro Barreto e com cobiiça e como se vay ao mar e com outros com que de dirreito deva deve de partir. A qual terra e aseentamento della com todos seus logradouroiros e pacigoos lhe deu d'enprazamento como dicto he com tal preyto e condiçom que elles lavrem e semeem a dicta terra ano e vez e em cada huum ano e a aproveitem e defruytem de todos boons adubios e proveitos que lhe mester for bem e dirreitamente de guisa que sempre seja melhorada e nom pejorada. E que de todo o pom e bem e melhor que lhe Deus em a dicta terra e aseentamento der em cada huum ano dem ao dicto senhor Ifante e Ordem a sextema e dizima em paz e em salvo na eira e que comecem de fazer a primeira paga logo esta novidade primeira seguinte que viinra na sobredicta Era do nacimiento de III^o e XXVII annos e assy em cada huum ano atee a fim e acabamento deste enprazamento. E nom a lavrando elles e semeando em cada huum ano e aproveitando bem e dirreitamente pella guisa que dito he que o corregam ao dicto senhor e Ordem todas custas e perdas e danos que por ello receber e mais que em ho ano que assy nom lavrarem e semearer como dicto he o dicto aseentamento e terra delle paguem ao dicto senhor a sextima e dizima dela asy como bem lavrada e semeada fosse viindo em estimo de dous homeens boons quanto proveito dela poderia aver seendo bem lavrada e semeada e que a dicta terra seja senpre cooutada e guardada como senpre foy e que os encooutos sejam das meuças renda do dicto senhor nom se entendendo esto no lavrador. E mortos elles e a dicta pessoa postumeira que entom se torne o dicto aseentamento ao dicto senhor Ifante ou aaquelles que despos elles veerem que a dicta Ordem e terra della sobcederem com todallas bemfeitorias e melhoramentos que em ella forem feitos sem poendo hi nenhuum embargo. E o dicto senhor Ifante por bem e virtude deste contrato os pos logo de posse do dicto aseentamento e se obrigou de lho defender e enparar de quem quer que lhe embargo queira poer pellos beens da dicta Ordem que pera esto obrigou. E o dicto Simom Martinz que presente siia per sy e em seu nome e da dicta sua molher e pessoa tomou e recebeo em sy a dicta terra e aseentamento della d'enprazamento como dicto he sob as crausulas e condiçoes e penas e obrigaçoes sobredictas e cada hũa dellas. As quaes se obrigou de conprir e teer e manteer e de pagar em cada huum ano ha sextima e dizima segundo deccrarado he e nom ho pagando que o dicto senhor Ifante ho possa por ello mandar penhorar e vender e rematar ho penhor sem cooyma nenhũa e sem outro poder nem autoridade de nenhũa justiça e pera esto conprir obrigou todos seus beens e da dicta sua molher (fl. 167v) e pessoa derradeira. E em testemunho desto pedirom senhas cartas de huum theor. Testemunhas Rodrigo Airas cavaleiro comendador d'Alvallade e Estevam Martiinz e Diego Gil scripvãaes do dicto senhor e outros. E eu Luis Gonçalvez sobredicto tabeliam que esta carta pera o dicto senhor Ifante e outra tal pera o dicto Symam Martinz duas de huum theor e em testemunho de verdade screpvi e em ella meu sinal fiz que tal he.

1392, Outubro, 3 – Sesimbra

⁹¹⁷Saibham todos que na Era de mill e III^o XXX annos tres dias d'Outubro em Sezinbra nas casas de Joham Afonso pescador seendo hi ho muy honeesto⁹¹⁸ rellegioso Dom Mem Rodriguiz

⁹¹⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "*Como ho comendador de [Se]zinbra a largou ha Ordem a ribeira da Jana*".

⁹¹⁸ Na margem direita, de outra mão, corrigido para "*honrado*".

de Vasconcellos⁹¹⁹ per graça de Deus Mestre da Cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve outrosi seendo hi Dieg'Alvarez comedador da dicta villa o dicto senhor Mestre disse ao dicto comendador que a ribeira da Ayana que he da dicta Ordem em termo da dicta villa que jazia deslapidada e perdida em bravio e que nom era adubada nem a Ordem nom avya della prol que ouvesse por bem de a adubar e aproveitar per tal guisa que a dicta Ordem aja prol. E o dicto comendador disse que a dicta ribeira avya gram tempo que nom podia ser aproveitada porque jazia em braviio e que a nom quisera⁹²⁰ lavar. E o dicto senhor Mestre disse que el dicto comendador lhe leixasse a dicta ribeira e que el a aproveitaria e fariia aproveitar per tal guisa que a dicta Ordem ouvesse prol. E o dicto comendador disse que lhe prazia de lhe leixar a dicta herdade da dicta ribeira aquella que jaz em braviio e que a que he adubada e lavrada e tras a de meas della que fique a el dicto comendador pera aver o seu dirreito dellas. E que outrosy se os herdeiros da dicta ribeira e herdades della quiserem demandar o dicto comendador que lhas defendesse e emparasse que o dicto senhor Mestre seja a tudo autor e enpare e defenda o dicto comendador. E o dicto senhor Mestre disse que lhe prazia. E logo o dicto comendador disse que leixava a dicta herdade aquella que nom he aproveitada e jazia em braviio ao dicto senhor Meestre pera a dicta Ordem que a faça adubar e reparar pera a dicta Ordem e que possa della e em ella fazer o que sua mercee for e prol da dicta Ordem. E o dicto senhor Mestre tomou em sy a dicta herdade pera a dicta Ordem e se obrigou a defender e enparar o dicto comendador de quem quer que o demandar per razom da dicta ribeira. E as dictas partes a esto presentes louvarom e (fl. 168) outorgarom as ditas cousas e cada hũa dellas e pedirom senhos estormentos e este he do dicto senhor Meestre. Testemunhas Joham Estevez comendador d'Elvas e Pero Vicente scripvam da puridade do dito senhor Mestre e Afonso Fernandez priol da igreja da dicta villa e outros. E eu Afonso Meendez tabeliam d'el Rey em a dicta villa que este stormento screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

205

1423, Março, 24 – Alcácer do Sal

Insero: 1422, Janeiro, 24 – Alcácer do Sal

⁹²¹Em nome de Deus amem. Saibham quantos este estormento de enprazamento virem como aos XXIII^o ⁹²²dias do mes de Março Era do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e III^o XXIII annos em Alquacer nos paaços do muy nobre senhor Ifante Dom Joham regedor e governador do Meestrado de Santiago⁹²³ estando hi o dicto senhor Ifante foi apresentado per mym Joham Tome tabeliam d'el Rey em a dicta villa hũa procuraçom notada em meu livro asinada por os cavalleiros em ella nomeados da qual procuraçom ho theor tal he:

Saibham quantos esta presente procuraçom virem como aos XXIII^o dias do mes de Janeiro Era de mil e III^oLX anos em Alquacer dentro nos paaços da Ordem de Santiago estando <hi> ho muyto alto senhor Ifante Dom Joham pella graça de Deus regedor e

⁹¹⁹ As palavras “*Dom Mem Rodriguez de Vasconcellos*” estão sublinhadas e na margem esquerda, de outra mão: “*D. Mem Rodriguez de Vasconcellos no anno do Senhor de 1392*”.

⁹²⁰ Na margem direita, por outra mão, corrigido para: “*queriam*”.

⁹²¹ Na margem direita, de outra mão: “*Aforamento da Rebaldeira*”.

⁹²² Na margem esquerda, por outra mão: “*Esta se achava nos originaes nº CXXXVI*”.

⁹²³ Na margem direita, por outra mão: “*O Infante D. João governandor da Ordem no anno de 1423*”.

governador⁹²⁴ da dicta Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve e Dom Diego Pereira comendador moor da dicta Ordem em seu nome e por Lourenço Martiinz comendador d'Alvallade por poder de hũa procuraçom que logo mostrou feita por Alvaro Ferrnandez tabeliam d'Alvallade a qual he pera esto abastante e Luis da Rosa priol moor⁹²⁵ da dicta Ordem em nome d'Afonso Vaaz da Costa por quanto foi chamado e nom veo ao termo que lhe foi asinado e Fernam Martiinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Diego Meendez de Vasconcellos comendador de Sezinbra e d'Ourique e Gonçalo Meendez de Vasconcellos comendador de Montel e Martim Gonçallvez de Vasconcellos comendador d'Almadaa e Lopo Meendez de Vasconcellos comendador d'Ortalagoa e Rodrigo Annes Frandino comendador d'Aljustre[] em nome d'Alvaro Ferrnandez Churrichãao comendador de Canha e de Cabrella e Diego Meendez de Vasconcellos comendador d'Elvas e Gonçalo de Freitas comendador d'Aljazur e Diego Borges comendador do Torrom e Gonçalo Ribeiro comendador de Çamora Correa e Joham <Lourenço> proveedor em nome do conveento da dicta Ordem regidentes a este tempo e todos juntos per canpãa tangida segundo costume da dicta Ordem fazendo cabidoo geeral em presença de mym Joham Centeeo taballiam d'el Rey em a dicta villa e das testemunhas adiante escriptas os sobredictos (fl. 168v) cavalleiros comendadores todos em hũa voz e concordia e nenhũa o nom contradisse fizeram e constituïrom, ordenarom, sobestabellecerom por seu certo procurador perfeito avondoso em todo e nuncio special assi como el melhor e mais compridamente pode e deve seer e de dirreito mais valler. O dicto senhor lfante portador desta presente procuraçom ao qual derom todo seu comprido poder e especial mandado que por elles e por a dicta Ordem e em seu nome geeral e especial possa aver e cobrar todolos beens e eranças tambem moviis come de raiz e dirreitos e auçõoes que a dicta Ordem ha ou entende a aver ao diante e por qualquer guisa e razom que seja de que ora a dicta Ordem nom tem posse ou nom tener ao diante nos regnos de Portugal e do Algarve e em qualquer outro regno ou reynos de Portugal e do Algarve⁹²⁶ e em qualquer lugar ou lugares em que elles possam seer achados e que possa entrar a preito e a demanda sobre todallas dividas que aa dicta Ordem devam ou sejam devidas ou a dicta Ordem entenda a aver per qualquer cousa e guisa que seja ou que a dicta Ordem a algũa pessoa ou pessoas deva e pera seguir e finir (*sic*) e acabar huum preyto e demanda que foy concertado antre el rey Dom Joham nosso senhor e a dicta Ordem e o Meestre Dom Mem Rodriguiz cuja alma Deus aja por razom da sayda da foz da villa de Setuval e pera contradizer sentença ou sentenças asi interllucatorias como defenetivas se contra a dicta Ordem por esto ou por outras cousas forem dadas e pera poder pedir em nome seu e nosso e da dicta Ordem restituïçam integram se comprir e pera sobre todallas demandas ou demanda que a dicta Ordem ha ou entende de aver a tambem movidas como por mover e tambem as que a dicta Ordem fezer ou entender de fazer por qualquer guisa e razom e sobre qualquer cousa que seja coomo aas que a dicta Ordem fizeram ou façom. E pera poder demandar e defender e dizer e razoar todo ho dirreito da dicta Ordem em as dictas cousas e sobre todallas citaçõoes ou citaçom que aa dicta Ordem façom ou fezer ou entender a fazer como aas que aa dicta Ordem façom per qualquer guisa e razom e sobre qualquer razom que seja

⁹²⁴ Na margem direita, por outra mão: “da cavalaria”.

⁹²⁵ As palavras “e Luis da Rosa priol moor” estão sublinhadas e na margem direita, por outra mão: “Luiz da Roza prior mor”.

⁹²⁶ As palavras “de Portugal e do Algarve” estão sub e sobrepontadas.

e sobre todallas partições que a dicta Ordem faça ou entende a fazer com qualquer pessoa ou pessoas, villa ou cidade, concelho, senhorio e comonidade que seja por qualquer cousa ou razom que seja e pera partir e demandar marcos per sortes deitar, escolher e escolhas dar e receber em os dictos beens ou parte delles e pera entrar em posse delles ou parte delles per autoridade apostolica ou per outra qualquer guisa que seja pera receber os fruitos e novos e rendas e dirreitos delles e pera os arrendar todos ou parte delles tanbem os da Mesa do dicto senhor regedor da cavallaria da dicta Ordem como os da sua capella de Santa Maria das Marteres e pera arrendar e enprazar e aforrar pera senpre ou por certos tempos todollos dictos beens ou parte delles e pera mandar fazer carta ou cartas e estormento ou estormentos de todollos dictos beens ou parte delles e cada huum delles tanbem de partições como de contrauto e d'escolha e de entrega e de arrendamentos e de emprazamentos e de aforamentos e de quitações e de recebimentos per mãaos de quaesquer tabeliães ou tabeliam que esta procuraçom vir. Ao qual elles rogam e mandam que os façom com quantas (fl. 169) condições e obrigações os el mandar fazer e se per ventura algũa demanda ou demandas⁹²⁷ ou duvidas, questom ou questões alguuns recrecerem ou nacerem sobre as dictas cousas ou parte dellas ou fezer o dicto senhor lfante seu procurador contra qualquer pessoa ou pessoas teente ou teentes ou embargante ou embargantes ou querentes enbargar as dictas cousas todas ou parte dellas ou as outrem fizer ao dicto senhor lfante perante as justiças dos dictos regnos ou perante nosso senhor el Rey ou perante a sua corte ou perante outro ou outros quaesquer ou qualquer juiz ou juizes ou justiças asi ecclesiasticas como sagraaes ordenairos ou legados alvidros ou comissairos que dos dictos feitos e quitações e emprazamentos devam e ajam de ouvir e conhecer nos lhe damos e outorgamos nosso conprido poder e special mandado pera entrar a preytos e demandas com qualquer pessoa ou pessoas que os enbargar e pera citar, dizer e responder aviir e reconviir conpoer e demandar defender e pedir e trasações fazer e danos e interesses e entrega inteiramente pedir e receber e pera outros procurador ou procuradores em seu nome e da dicta Ordem e nosso restetuir e receber e revogar se cumprir e depois da revogaçom ho officio da procuraçom em sy filhar eixeições poer e aprovar em nossas almas juramento de callunia e outro qualquer juramento de dirreito jurar libellos dar lides contestar poer articular e aas posições e arrtigos de poer e declarar termos dillações gaançar testemunhas letras estormentos e outras quaesquer provas dar testemhas das partes averssas veer jurar em ditas⁹²⁸ e pessoas reprovar contradizer despesas danos intaresses e beneficio de restetuiçam integram asulluções de revellias e de quaesquer sentenças d'escomunham e suspenssam interdiçom e doutra qualquer maneira que seja sinprezmente e aa cautella por nos e em nosso nome e da dicta Ordem pedir e receber purgar concluir sentenças quaesquer ouvir e dellas apellar ou em ellas consentir apostollos pedir receber apellações sopricações agravos intimar publicar seguir ou a elles renunciar se cumprir e geeralmente possa no que dicto he fazem dizer e procurar todallas outras cousas necessarias e compridoiras que nos fariamos e fazer e dizer poderiamos se a todo presentes fossemos. Contanto que as dictas cousas sejam em proveito da Ordem e nom em seu perjuizo nem dano posto que taaes cousas a venham que requeiram e ajam mester mais special mandado. E nos avemos e prometemos d'aver por firme e stavel deste diia pera todo senpre todo aquello que pello dicto

⁹²⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "ou duvida".

⁹²⁸ Na margem direita, por outra mão: "em pagar, in original".

nosso procurador e seus sobestabellecidos e por cada huum delles no que dito he for feito e dito e procurado sob obrigação de todos seus beens da dita Ordem que pera esto obrigaram rellevando os de todo encargo de satisfação como ho dirreito outorga. Feita e outorgada a dita procuraçom em ho dicto logo, Era e dia e mes suso scripta. Testemunhas a esto presentes Fernand' Afonso scripvam da puridade do dito senhor e Estev' Eannes de Beja ouvidor do dicto senhor e outros (fl. 169v) e eu Joham Centeo tabeliam d'el Rey na dicta villa que esto screpvy.

E apresentada assi a dita procuraçom o dicto senhor lfante per poder que lhe em ella he dado em seu nome e da dita Ordem como procurador dos Treze e em nome delles enprazou e deu d'enprazamento a Alvaro Borges escudeiro hũa quintãa que he na Revaldeira termo de Torres Vedras como parte com quintãa que foy de Gonçalo Gonçalvez Borges e com herdades de hũa capeella que traz Gonçalo Annes criado do Meestre de Christo e com outros com que de dirreito deve de partir com todas suas casas e adega e lagar e vinhas e pomares e terras de pom e logramentos e foros e dirreitos e perteenças que a dicta quintãa ha e de dirreito deve de aver e com huum casal que he em termo da Aruda que chamom Moynho do Vento que parte com casal de Gonçallo Gonçalvez Borges e com outros ho qual casal senpre andou com a dicta quintãa da Revaldeira que he da dicta Ordem e porem lhe enprazou a dicta quintãa e deu d'enprazamento ao dicto Alvaro Borges e a duas pessoas despois del nomeando as, *convém a saber*, nomeando el a segunda pessoa e a segunda nomeando a terceira em tal guisa que sejam as tres pessoas e mais nom. A qual⁹²⁹ d'enprazamento deste diia de Sam Joham Bautista que vem em diante de tal preto e condiçom que o dicto Alvaro Borges e as dictas duas pessoas adubem a dicta quintãa e casas e vinhas e lagar e adega e paredes dela de todollos adubios que lhe comprir e fazer mester per esta guisa que as dictas casas lagar e adega da dita quintãa que em terra jazem sejam feitas e refeitas e alçadas e corregidas e acabadas de paredes e telhados e portas em tal guisa que sejam todas corregidas e acabadas como antigamente soyam d'estar e as que levantadas estam sejam outrosi coregidas e acabadas e refeitas de paredes e de todolos adubios. E esto faça e acabe des o dicto dia de Sam Joham Bautista que vem atee quatro anos compridos. E que outrosi o dicto Alvaro Borges adube as vinhas e pomares e olivaaes e terras de pom que co o corpo da dicta quintãa andam em cada huum ano de todo ho adubio que lhe comprir, *convém a saber*, d'escavar e podar e amergulhar e tanchar⁹³⁰ e cavar e arrendar e empaar e de todollos mais adubios que lhe comprirem⁹³¹ em tal guisa que as vinhas sejam vinhas feitas⁹³² e durando os dictos quatro anos sejam tan-

⁹²⁹ Na margem direita, por outra mão: "lhe deu".

⁹³⁰ Na margem direita, por outra mão: "e retanchar".

⁹³¹ Na margem direita, por outra mão: "e fezerem mester".

⁹³² Na margem esquerda, por outra mão: "[...] e sejam melhoradas e nom pejo[rad]as em tal guisa que as ditas [...]hos sejam em os ditos quatro [...]os todas tanchadas e retan[cha]das e amergulhadas e sejam [...]tas em vinhas e em todolos annos [...] dito emprazamento que o dito [...] Borges e as ditas duas pessoas despos el forem nomeadas ao [...] emprazamento que a dita quin[ta] e casas e vinhas e olivaaes [...]rras de pam tiverem adubem [...]parem as ditas casas e vinhas [...] erdades de todolos ditos adu[...] e que outrosy aproveitem [...] terras do pam e olivaaes que o dito corpo da dita quintam andam e as façam lavrar e esmoutar [...]aal guisa que sejam todas aproveitadas como soiam de ser e se nom [...]lham a mato nem se danificarem e sejam melhoradas e nom pejoradas [...] as terras do pam e vinhas e olivaaes e pomares da dicta quintam que com o corpo da dicta quintam nom andam [...] dados a foro ou emprazamento ou a renda que o dito Alvaro Borges e as ditas pessoas que despos el forem nomeadas façam todas adubar e reparar costrangendo pera ello todos os foreiros que as aforadas e emprazadas [...]endadas trazem que as façam correger de todollos adubios que sejam todas melhoradas e nom pejora[das] e como beens vinhas e pomares e herdades e olivaaes corregidas e aproveitadas devem ser".

chadas e os anos que o dicto Alvaro Borges e as dictas duas pessoas que depos elle forem nomeadas ao dicto enprazamento todo seja melhorado e nom peorado e sejam todas como ante soyam e senom acolham a mato e todallas dictas eranças que com o corpo da dicta quintaam nom andom e sam dadas a foro ou a emprazamento ou a renda que o dicto Alvaro Borges e pessoas que depos el forem nomeadas façom tudo adubar de todolos adubios que sejam todas melhoradas⁹³³. E que o dicto Alvaro Borges de ao dicto senhor Ifante e aa dicta Ordem estes primeiros quatro anos em cada huum ano de penssam da dicta quintaam e perteenças dela viinte e cinco coroas de boom ouro e justo peso do cunho de França pesadas pello peso velho ou o seu verdadeiro valor qual o dicto senhor e a dicta Ordem ante quiser começando de fazer as dictas pagas per diia de Sam Joham Bautista que viinra do ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo (fl. 170) de mil e quatrocentos e viinte e quatro anos e assy em cada huum ano e pelo dicto dia em paz e em salvo na camara do dicto senhor Ifante hu quer que elle estiver⁹³⁴. E acabados os dictos quatro anos que o dicto Alvaro Borges e as dictas duas pessoas que depos elle veerem dem de penssam em cada huum ano ao dicto senhor Ifante e aa dicta Ordem e aos que depos elles veerem que sejam regedores e governadores ou meestres da dicta Ordem de penssam em cada huum ano viinte e sete coroas d'ouro da booa moeda de França do dicto justo peso velho ou ho seu verdadeiro vallor qual ante o dicto senhor ou os que depos elles veerem por regedores ou meestres⁹³⁵ ante quiserem pagando as em cada huum ano pelo dicto dia de Sam Joham Bautista como dicto he. E com <esta> condiçam que o dicto Alvaro Borges nem as dictas duas pessoas nom possam vender nem dar nem doar nem escaynbar o dicto enprazamento e quintaam a cavaleiro nem a dona nem a moouro nem judeu nem a nenhñas pessoas defesas em dirreito e querendo a vender ou trocar ou escaynbar que o façom primeiramente saber ao dicto senhor Ifante ou aos seus sobcesores que depos el veerem e nom a querendo elles tanto por tanto que emtam a possam vender e trocar e escainbar a tal pessoa que nom seja defesa em dirreito e que paguem a dicta penssam e conpram as condições suso dictas. E acabadas as dictas tres pessoas que a dicta quintaam com todallas suas casas e lagar e adegua e vinhas e pumares e olivaaes e terras de pom e com todos seus logramentos e dirreitos e perteenças e com o dicto casal fiquem ao dicto senhor Ifante e aa dicta Ordem e aos que depois elles veerem livremente e com condiçam que nom adubando e corregendo e aproveitando o dicto Alvaro Borges e as dictas duas pessoas a dicta quintaam e casas e vinhas e lagar e pomar e oullivaaes e herdades como dicto he ou nom pagando a dicta penssam em cada huum ano e pelo dicto diia como dicto he que o dicto Alvaro Borges e as duas pessoas percam ho dirreito que na dicta quintaam tiveram e as beme-feitorias que em ellas fizeram e paguem ao dicto senhor Ifante e aa dicta Ordem e aos que depos elle veerem toda perda e dano que receberem com todallas custas e despesas que por a dicta razom fizeram e lhes paguem mais em cada huum dia de pena e em nome de pena e de intresse hũa corooa de boom ouro e dicto peso. E o dicto senhor Ifante obrigou os beens da sua camara a defender e enparar a dicta quintaam e casas e vinhas e lagar e pomar e herdades e terras de pom ao dicto Alvaro Borges e aas dictas pessoas de quem quer que lhas enbargar sob pena das custas e despesas que por a dicta razom fazer e receber e com hũa corooa d'ouro do dicto cunho e peso em cada huum dia de pena. E o dicto Alvaro Borges a esto presente por sy e por as dictas duas pessoas tomou ao dicto senhor Ifante e da dicta

⁹³³ Na margem direita, por outra mão, reportando-se às condições expressas anteriormente o escriba anotou: “estas seis regras no original estam como esta per cotta”.

⁹³⁴ Na margem direita, por outra mão: “e for”.

⁹³⁵ Na margem esquerda, de outra mão: “da dicta Ordem”.

Ordem a dicta quintaam⁹³⁶ com todo o que dicto he d'enprazamento com todallas crausullas e condições suso dictas e se obrigou por si e por as dictas duas pessoas a as conprir e manter e a pagar a dicta pensam em cada huum ano aos tempos⁹³⁷ e pella guisa que dicto he e sob a dicta pena (fl. 170v) por seus beens e das dictas pessoas⁹³⁸ que pera ello ouve logo por obrigados e seer citado e responder e pagar perante ho ouvidor do dicto senhor Ifante ou da dicta Ordem renunciando pera ello todallas lex e dirreitos e privilegios, graças e mercees, liberdades e cartas d'espaaços avudos e por aver e que se nom possam a ellas chamar⁹³⁹ posto que as alleguem em seu favor senom todaviia seer citado e responder e fazer pago pella guisa que dicto he. Outrosi que o dicto Alvaro Borges nem as dictas pessoas nom possam per sy nem per outrem pedir que lhe quitem as dictas pensões nem cada hũa dellas e se o pedir per sy ou per outrem que perca a dicta quintaam e toda bemfeitoria della e fique livremente ao dicto senhor Ifante ou aa dicta Ordem sem embargo do dicto enprazamento e possa o dicto senhor Ifante ou o que depos elle veer tomar a posse della per sy ou per outro que elle mandar. E o dicto senhor Ifante por ho poder desta presentemte scriptura deu poder e auctoridade ao dicto Alvaro Borges que possa tomar e tome a posse e corporal possissam da dicta quintaam e casal e casas e lagar e vinhas e oulivaes e pomares e terras de pom e foros e perteenças da dicta quintaam. E as partes assy ho outorgaram e pediom senhos estormentos. E este he do dicto senhor Ifante. Feito Era e diia e mes e loguo suso dicto. Testemunhas a esto presentes Dom Diego Pereira comendador moor e Fernam Martiinz Mazcarenhas comendador da Represa e de Garvom e Fernand'Afomso scripvam da puridade do dicto senhor e Estev'Eannes de Beja ouvidor do dicto senhor e outros. E eu Joham Centeeo tabeliam d'el Rey na dicta villa que a esto presente fuy e este estormento pera o dicto Alvaro Borges screpvy e meu sinal pus em elle que tal he.

206

1399, Setembro, 3 – Faro

Insere: 1399, Agosto, 18 – Beja; 1399, Agosto, 18 – Beja

⁹⁴⁰Em nome de Deus Amen. Saibam os que esta carta de venda virem que no ano da Era⁹⁴¹ de mil e III^c XXXVII annos tres dias do mes de Setembro em Faaro per Mem Falleiro vezinho e morador em Beja sobcesor de Gonçal'Eannes janrro que foi de Martim Rodriguiz que desta villa foi almoxarife cujas casas adiante scriptas foram foy mostrada hũa procuraçom que lhe fez Moor Eannes sua mulher molher (*sic*) que foi do dicto Gonçal'Eannes da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Saibham os que esta procuraçom virem como Moor Eannes molher de Mem Falleiro morador e vezinha de Beja (fl. 171) faço e ordeno e stabelleço por meu certo procurador

⁹³⁶ Na margem direita, de outra mão: “e casas vinhas e lagar e [...]mares e olivae e terra de p[...] e casal com todas suas pert[...]ças”.

⁹³⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “e com o luguar”.

⁹³⁸ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] obrigaçam de todos seus [b]jeens e das dictas duas pessoas que [...] esto obrigou e se obrigou [...] e per as dictas duas pessoas [...] todas estas cousas e cada [...]dellas a ser”.

⁹³⁹ Na margem direita, de outra mão: “nem dellas ouvir”.

⁹⁴⁰ Na margem esquerda, de outra mão: “Estormento de huas casas que ho Mestre comprou na villa de Farão”.

⁹⁴¹ Segue-se riscado: “do nascimento”. E na margem direita, por outra mão: “Esta se achava nos originaes nº CXXXVI[...]”.

lidimo, avondosso, soficiente asi como el melhor e mais compridamente pode e deve de seer e de dirreito mais valer o dicto Mem Falleiro meu marido e portador desta presente procuraçom. Ao qual meu procurador dou e outorgo todo meu conprido poder em que elle por mym e em meu nome e no seu possa vender e venda e aforar e arrendar e enpenhar e alugar todollos beens moviis e raizes que el e eu avemos em Faarom e em Loulle e em seus termos regno do Algarve e em outros quaesquer lugares destes regnos asi erdades de pom como figueiraaes e casas e vinhas como todalas outras cousas que nos avemos no dicto logo de Faarom e de Loulle e em seus termos que a nos ficaram per morte de Gonçall'Eannes que foi meu marido antecessor do dicto meu marido a quem elle quiser e por bem tever e por quantos tempos e preços por bem ouver e pera receber os preços porque os assi vender e aforar e arrendar e alugar e enpenhar e dar por quites e por livres as pessoas de que os assy receber e pera lhes mandar fazer cartas e estormentos das dictas vendas e aforamentos e arrendamentos e enpenhoramentos e alugamentos e de quitaçoes per mão de qualquer tabeliam que esta procuraçom vir segundo mais compridamente na dicta procuraçom era contheudo⁹⁴². Feita em Beja dentro nas casas do dicto Mem Faleiro, XVIII^o dias do mes d'Agosto. Era de mil e quatrocentos e triinta e sete anos. Testemunhas Gonçallo Estevez creligo e Gonçalo Estevez filho de Joham Estevez do Azynhal e Luis Gonçalvez filho de Gonçal'Eanes Cota e outros. E eu Luis Vasquez tabeliam d' el Rey na dita villa que esto scripvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

Outrosy per Gonçallo Esteveez janrro do dicto Gonçalo Annes morador no dito logo de Beja foy mostrada outra procuraçom da qual ho theor tal he:

Saibham todos como eu Isabela Gonçalvez molher de Gonçalo Esteveez escudeiro filho de Joham Esteveez do Azynhal morador e vezinha em Beja faço saber e hordeno e estabelleço por meu certo procurador lidimo avondoso e soficiente asi como elle milhor e mais compridamente deve seer e de dirreito mais valer o dicto Gonçalo Estevez meu marido portador desta presente procuraçom. Ao qual dou e outorgo todo meu conprido poder que elle por mym e em meu nome e no seu possa vender e aforar e arrendar e enpenhar e alugar e trocar e escaynbar todollos beens moviis e raizes que nos avemos em Faarom e em Loulle e em seus termos regno do Algarve asi herdades de pom como figueiraaes e casas e vinhas como todallas outras cousas que nos avemos no dicto logo de Faarom e de Loulle e em seus termos e em outros quaesquer lugares deste regno que nos ficaram per morte de Gonçall'Eannes nosso padre. E outrosi dou conprido poder ao dicto Gonçallo Estevez meu marido que outrosi possa vender e venda toda a terça que ho dicto Gonçall'Eannes meu padre tomou pera se dar por sua alma de que eu sam (*sic*) testamenteira a quem elle quiser e por bem tever e por quantos tempos e preços por bem tever e pera receber os preços porque os assi vender e aforar e arrendar e enpenhar e dar por quites (fl. 171v) e por livres as pessoas de que os asi receber e pera lher (*sic*) mandar fazer cartas e estormentos das dictas vendas e aforamentos e arrendamentos e empenhamentos e dar quitaçoes per mão de qualquer tabeliam que esta procuraçom vir⁹⁴³ e pera entrar a preytos e demandas com os teentes e enbargan-

⁹⁴² Na margem direita, de outra mão: "Esta procuraçom no original donde se este traslado tirou estaa extensa per muitas mais palavras".

⁹⁴³ Na margem direita e por outra mão: "ao qual eu rogo e mando que lhas faça e quantas e quaes lhe o dito meu procurador mandar fazer e pera se comprir entrar a preytos".

tes⁹⁴⁴ os dictos beens perante os juizes de Faaro <e de Loule> e perante outras quaesquer justiças asi eclisiasticas como sagraes⁹⁴⁵ segundo mais compridamente na dicta procuraçom era contheudo prometendo tudo aver por firme deste dia pera todo senpre. Feita procuraçom em Beja dentro nas casas do dicto Gonçalo Estevez XVIII^o dias d'Agosto. Era de mil e IIII^o XXXVII anos. Testemunhas Mem Falleiro e Gonçalo Esteveez e Afonso Dominguez e outros. E eu Luis Vaasquez tabeliam d'el Rey na dicta villa que esto escrepvy e aqui meu sinal fiz que tal he.

Per poder das quaes procuraçõoes o dicto Mem Falleiro por si e por a dicta sua molher e o dicto Gonçalo Estevez por si e por a dicta sua molher e como procurador que he da dicta sua molher testamenteira do dicto Gonçalo Anes seu padre venderom de suas livres vontades deste dia pera todo senpre a Dom Mem Rodriguiz de Vasconcelos Meestre da cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve hũuas suas casas livres e isentas que elles ora aviam dentro na cerqua desta villa as quaes elles ouverom e cobrarom per direita erança per morte de Gonçalo Annes cujas as dictas casas foram, *convém a saber*, o dicto Mem Falleiro a meetade que a dicta sua molher herdou per morte do dicto Gonçalo Annes que foi seu marido e o dicto Gonçalo Estevez a outra meetade que a dicta sua molher herdou per morte do dicto Gonçalo Annes seu padrrre⁹⁴⁶. As quaes casas partem com ereos de Joham Rodriguiz alcaide e com Joham Duraaes que foi almoxarife e com Alvaro Rodriguiz castelãao e com rua pruprica do adro de Santa Maria. A qual venda lhe fezerom pera elle e pera todos seus herdeiros que depois delle veerem que aja o dicto senhor Meestre e seus herdeiros as dictas casas e sejam poderosos de as aver pera fazer dellas e em ellas o que lhe prouver como de sua cousa propia com todas suas entradas e saidas e com todos seus dirreitos e perteenças⁹⁴⁷, *convém a saber*, por preço certo de quinze mill livras desta moeda de Portugal ora corrente que os dictos vendedores conhecerom e outorgarom que do dicto Meestre⁹⁴⁸ receberom per Pero Lourenço seu criado e procurador. O qual preço lhe foi pagado presente mym tabeliam e testemunhas adiante scriptas e outorgarom os ditos vendedores que o dicto preço que assy receberom por compra das dictas casas he justo e dirreito e que tanto valliam ora e mais nom e que foram e som do dicto preço bem pagados⁹⁴⁹. Outrosi outorgarom e conherom que per razom da propriedade nem da possissom das dictas casas de que fezerom a dicta venda⁹⁵⁰ elles nem seos herdeiros nom possam ao dicto Meestre nem a seus herdeiros⁹⁵¹ mover preito nem contenda nem outro alguum embargo em juizo nem fora delle⁹⁵² ante se obrigarom a lhe fazer as dictas

⁹⁴⁴ Na margem esquerda, por outra mão: “ou querentes embargar os dictos bees ou parte dellas”.

⁹⁴⁵ Na margem esquerda, por outra mão: “Esta procuraçom no original donde se este traslado tirou estaa por muito mais palavras extensa”.

⁹⁴⁶ Na margem direita, por outra mão: “como sua her[deira] e testamenteira”.

⁹⁴⁷ Na margem direita, por outra mão: “e usos q[ue] [...] ditas casa[...].]tencem de [...] de feito”.

⁹⁴⁸ Na margem direita, por outra mão: “contarom e”.

⁹⁴⁹ Na margem esquerda, por outra mão: “[...]nenhua cousa desto ficou [...] pagar”.

⁹⁵⁰ Na margem direita, por outra mão: “nem per razom [...] uso nem do[...] nenhum direito [...] lhe pertenc[...].”.

⁹⁵¹ Na margem esquerda, por outra mão: “[...] por elles nem por cada hum [de]lles”.

⁹⁵² Na margem inferior, por outra mão: “Nenhum tempo antes se obrigarom a lhes defender as suas proprias custas e misões em juizo e fora del de qual ou quaesquer pessoas ou [...] quiserem embargar ou aliqua parte dellas e conheceram que das dictas casas nem de parte dellas nom haviam feita ou [...] ante desta nem apenhoamento nem outro nenhum emalheamento a outra nenhuma pessoa nem lugar antes se obrigarom [...] fazer as dictas casas sãs e de paz na maneira que dicto he e todas estas cousas e cada hua dellas os dictos vendedores outorgarom [...] dicto comprador por elles e por seus herdeiros de comprar e guardar verdadeiramente e a boa fee sem engano e de nom fazerem [...]nem por outrem em nenhum tempo nem em nehua outra maneira contra o que suso dito he e a refazer e pagar ao dito m[...].”.

casas de paz o que todo outorgaram ao dicto comprador por eles e por seus herdeiros de todo conprir aa boa fe e sem engano e de nom fazerem por sy nem por outrem em nenhuum tempo⁹⁵³ sob pena de lhe pagarem em dobro o dicto preço com toda a benfeitoria que nas dictas casas for facta <e melhorado> e ao senhor da terra outro tanto. A qual (fl. 172) venda⁹⁵⁴ seja e fique sempre firme e valiosa⁹⁵⁵ e em seu nome e do dito finado obrigaram todos seus beens asi os que ora aviam como os que ouverem daqui em diante e renunciaram e quitaron se de todo ho dirreito e de toda ley ou foro ou costume asi eclesiastico como sagral de que se possam ajudar⁹⁵⁶. Outrosy os dictos vendedores conhecerom e outorgaram que aynda que ora as ditas casas mais valham que o dicto preço o que elles criam que nom valem que do que mais vallem lhe fazem livre e pura doaçom sem nenhũa maa condiçam de boa vontade ao dicto senhor Mestre e pera elle e seus herdeiros⁹⁵⁷ que todo ajam pera todo senpre. A qual doaçom lhe fizeram per muitas mercees e ajudas que senpre do dito Meestre receberom e entendem de receber e prometerom de aver <e houverom> por firme deste dia pera senpre esta doaçom e de nunca contra ella hirem⁹⁵⁸ com viinte mil libras de pena e a dicta pena pagada ou nom a dicta doaçom seja senpre e fique firme e valiosa⁹⁵⁹. E outorgaram ao dicto comprador livre poder pera entrar e tomar a teença e posse das ditas casas per sy sem outorgamento e mandado do juiz nem doutra nenhũa pessoa e nom se poderem por ello chamar forçados. E por esta carta ouverom o dicto Mestre por metido em posse das dictas casas e renunciaram todo ho dirreito que em ellas aviam e leixarom no ao dito Mestre cujas dictas casas ja erom⁹⁶⁰ e mandarom dar ao dicto Mestre hũa carta <deste>⁹⁶¹ theor e mais se lhe comprissem. Testemunhas a esto presentes Martim Gomez e Afonso Estevez e Martim Vaaz e Alvaro Esteveez tabeliam e outros. E eu Fernamd'Esteveez tabeliam geral no regno do Algarve que a screpvy e aquy em testemunho de verdade meu sinal fiz <que> tal he.

⁹⁵³ O amanuense inseriu aqui uma chamada com o objectivo de acrescentar alguma informação à margem, a qual, de facto, não viria a registar.

⁹⁵⁴ Na margem esquerda, de outra mão: *“penna tantas vezes possa o dito comprador ou seus herdeiros ou outrem por eles demandar e levar quantas vezes os dictos vendedores ou outrem por elles forem contra algumas destas cousas susoditas e pena pagada ou nom e dita venda seja”*.

⁹⁵⁵ Na margem direita, de outra mão: *“e porque todas estas cousas e ca[...] dellas assy como dito he sejam g[...]das os dictos vendedores por sy e [...] molheres e por o dicto finado e por[...] herdeiros”*.

⁹⁵⁶ Na margem direita, por outra mão: *“contra o dito comprador ou contra [...] herdeiros per razon da dicta venda [...]gua das cousas que suso dito he as[...]mente da pena que lhes nom no h[...]”*.

⁹⁵⁷ Na margem direita, por outra mão: *“sem nenhua pena que o mais [...] haver e teer pera sempre e fazer [...] e em ello o que lhe prouger assy [...] de sua cousa propria possissam todos os direitos e pertenças que lhe do[...]tencem”*.

⁹⁵⁸ Na margem direita, por outra mão: *“nem a revogarem nem dizerem que [...] nom agradecerom e que lhe foram [...] conhecidos o dito Mestre e seus h[...] ou fizeram contra elles algu[...]sas que dizem as leis per que [...]dem ser revogadas as doações [...]meteram por sy e por seus her[...] de emparar e defender todo [...] de que faziam doaçom de tudo [...] que sobre ello poser algum embar[...] e a manter e comprir e que [...]das as cousas e cada hua dellas [...]do nom ir contra ello em nenhum [...] sob obriguamento de todos seus be[...] de seus herdeiros que pera esto obrigarom”*.

⁹⁵⁹ Na margem esquerda, por outra mão: *“que pagem ao dicto Mestre todolos dannos e custos que por esta razon forem feitas e renunciaram e quitarom se o (sic) sobre ditos vendedores de toda ley e foro e costume e gra[...] de que se possam ajudar pera desfazer ou yr contra o que dicto he e que lhes nom valha”*.

⁹⁶⁰ Na margem esquerda, de outra mão: *“E todo esto assy outorgaram”*.

⁹⁶¹ Acrescentado por outra mão e riscado: *“do dicto”*.

1393, Fevereiro, 23 – Lisboa

⁹⁶²Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que nos veendo e conssirando os muitos e estremados serviços que nos e estes regnos e os reys dante nos recebemos e entendemos de receber de Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos⁹⁶³ Meestre da cavallaria da Ordem de Santiago e outrosi da dicta Ordem e querendo nos conhecer e renunciar com (fl. 172v) mercees o que cada huum rey he theudo de fazer aaquelles que o bem e lealmente servem e querendo lhe nos fazer graça e mercee teemos por bem e de nossa livre vontade certa cicencia (*sic*) poder ausoluto⁹⁶⁴ <lhe> damos e damos a el dicto Mestre pera sy e pera a dicta sua Ordem e lhe fazemos livre e pura doaçom antre os vivos valledoira deste dia pera todo sempre de guisa que nom possa seer revogada das nossas casas que chamom da Moeda Velha que som na nossa muy noble leal cidade de Lixboa junto com a porta da Cruz em que soyan d'estar as scollas assi como partem com rua pruprica e com a porta da Cruz e com ho muro ataa ho mar e com casas do moesteiro de Chellas e com casas de Lopo Dominguez Cayeiro e per os outros lugares e devisões com que de dirreito devem de partir com todas suas casariias e terrantorias⁹⁶⁵ das quaes lhe fazemos doaçom pera em ellas fazer huuns paaços pera el e os meestres que depos el veerem podem em elles pousar quamdo veerem aa dicta cidade de Lixbooa. E porem mandamos que o dicto Meestre per sy ou per outrem quem lhe prouver tome e posa tomar a posse das dictas casas e que el e a dicta sua Ordem façom dellas e em ellas o que lhe prouver sem embargo nenhuum que lhe sobr'ello seja posto nom enbargando quaaesquer lex costumes e dirreitos façanhas nem grosas⁹⁶⁶ nem openyões de doutores nem outras quaesquer cousas que sejam contra esta doaçom ou a contradigam em parte ou em todo. Ca nos queremos e mandamos que nom ajam em ello lugar nem lhe possam empeceer mas que esta doaçom seja firme e valledoira pera todo sempre e prometemos de a nom revogar nem hir contra ella e rogamos aos reys que depos nos veerem que lha nom contradigam e lha façom guardar ca nossa mercee e vontade he de lhe fazermos doaçom das sobredictas casas pella guisa suso escripta⁹⁶⁷. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante na cidade de Lixbooa, XXV dias de Fevereiro. El Rey ho mandou. Gonçallo Caldeira a fez. Era de mill <CCCC> e XXXI anos. E esta doaçom lhe fazemos pella guisa suso dicta se as dictas casas a outrem nom som dadas per nossa carta.

⁹⁶² Na margem direita, por outra mão: "*Doaçom que fez el rei D[...] João há Ordem das te[r]cenas ques estam na cida[de] de Lixboa*". E ainda de outra mão: "*Caza da Moeda Velha às portas da Cruz ate o mar*".

⁹⁶³ As palavras "*Rodriguiz de Vasconcellos*" estão sublinhadas e na margem direita, por outra mão: "*8º Mestre em Portugal*". E ainda: "*D. Mem Rodriguiz de Vasconcellos no anno do Senhor de 1393*".

⁹⁶⁴ Riscado: "*lhe man*".

⁹⁶⁵ Na margem direita, de outra mão: "*terrancenias*".

⁹⁶⁶ Na margem direita, de outra mão: "*grosas*".

⁹⁶⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "*[...] que a outrem jaa som dadas [...] nossa carta*".

S/d.

Notum sit omnibus tam (fl. 173) ⁹⁶⁸presentis quam futuris de testimoniis quando Fernandus Alfonsy de Parada exivit se de ipsa quintana et integravit in domum⁹⁶⁹ Didacum⁹⁷⁰ et uxorem suam domna Orraca Alfonsi, videlicet, de ipsa supra dicta quintana cum omnibus suis pertinentiis nova et vetera exceptis hereditatibus monasteriorum et casal de Crasois. Qui presentes fuerunt et viderunt et audierunt quando istud factum fuit Martinus Coregia, Petrus Gomescii, Germanum habatis Polumbarii, Martinus Ermigii, Petrus Cabreira, Egidius Stephani, Martinus Petri de cum (*sic*) Michelle, Laurencius Suarii de Borba, Didacus Forcado, Laurencius Martinii Marzelo, Laurencius Stephani de Molnes, Petrus Roderici, Fernandus Menendi, Martinus Benedicti presbiter, Dominicus Martini presbiter, Martinus Petri iudex de Mansione Frigida, Menendus Petri de Manssione Frigida, Johannis Petri Ayamiger, Valasqus Petri Ayaniger, Valascus Rodericii, Johannes Martini Margelo, Martinus Petri taballionis de Bayam et de Penaguyam notuit et hoc signum meum posui.

Acaban se as cartas da quatuordecima parte e começan se as da quindecima.

1274, Julho, 19 – Lugo

⁹⁷¹Universsis presentis literas inspecturis Guilles de Sancto Laurencio domni Papa camerarius salutem (fl. 173v)⁹⁷² in Domino. Universitari nostri tenore presencium inotescat quod cam (*sic*) magister Adegenus de Parma domni Papa scriptor canonicus Parmensis nuntius domni Papa ad colligendum censum romane ecclesie in Ispania et Guasconia ab ipso domno Papa specialiter constitutus quandam summam aureorum et alienus pecunie quantitatem, videlicet, undecim marcas et dex uncias auri de Paliola Portugalensi et duas marcas et quinque uncias in centum et quinqueginta octo bonis marcaburcinis auri de curie portugalensi ponderatas et triginta sex maraburcinos de curie portugalensis ac quinqueginta de parte maraburcinos anfrasinus numeratos quas per dicte marcas et alias monetas aureas idem magister Adegenus collegerat receperatur exogatur a quibusdam monasteriis ecclesis aliisque diversis personis de censibus supradictis cum quatuor licteris sigillis pendentibus pro qualibet sigillati<s> religioso viro dompno Pelagio Petri Corigie Magistro Ordinis Millicie Sancti Jacobi generali nomine domni Papa et Romanan Ecclesie assignavit eidem domno Papa vel ei camerario dandam in Romana Curia et integraliter assignandam unam idem dompnus Pelagius Magister tocius ordinis supradicti prefeitas pecunie quantitates nobis camerario recipienti vice et nomine predicti domni Papa et Romanan Ecclesie ac camere eiusdem domni per manus dompni Fernamdi preceptoris in Portugalia Ordinis Milicie Sancti Jacobi fecit fideliter asignari et nos pro eodem domno Papa et eius camera ab eodem dompno Pelagio per manus ipsius dompni Stephani easdem cantitates recepisse integraliter pro-

⁹⁶⁸ Na margem direita, de outra mão: “*Estromento da quinta de Parada*”.

⁹⁶⁹ Palavra corrigida.

⁹⁷⁰ Palavra corrigida.

⁹⁷¹ A primeira letra capitular está ornamentada com uma mitra.

⁹⁷² Na margem esquerda, de outra mão: “[...]romento da pensam que pagou ao Papa”.

fite modo sicut de summis ipsius in quandan strumento confecto manu Carneriarii Mediolanis diocesis publici notari sigillato tribus sigillis corcis pro expesimus contineri. Preterea prefatus magister Adegerius consibus debitis domno Papa et ecclesia romanam in Ispania et Gasconia quos idem magistro ceperant coegerat et exegerat ab iusti rege Portugalie seu a Petro Johannis eisdem regis repositario et nuncio speciali discreto viro Rodegerio Lupi frater de Ordine Milicie Sancti Jacobi certo nuncio et procuratori predicti dompni Pelagi Magistri eiusdem ordinis ab eodem magistro plenum et speciale mandatum habenti quiquaginta duas marcas boni auri, videlicet, triginta sex marcas et dimidia in bonis duplis marocinis et aliquibus de Almelrinis et duodecim marcas et dimidiam in bono auro de Paliolo portugalensi et unam marcam et quinque uncias de florinis et de parte marcas in auro baccato in foliis et quatuor uncias et sedecim decem aureis regis Francie et quatuor gratas de Paliola et octo duplis marceinis et dimidia bone et justo pondere ponderatas ut dare ad legitimum marcum Portugalie tradidit et concessit sicut in strumento confecto manu⁹⁷³ predicti Caraerarii notari sigillum quatuor tercis communito vidimus contineri quod aurum post modum fuerit sigillis religiosi viri Gordiani fratris onnorum de Salamantica et predicti magistri Adegerii in bursa una de cerio sigillata a dicto tercio sigillo dompni Pelagii Magistri Ordinis Milicie Sancti Jacobi quam bursam sicut predictis tribus sigillis munita cum auro predicto intus in misso per manus predicti fratris Roderici Lupi nomine predicti magistri Pelagii nobis came-rario recipienti pro domno Papa et ecclesie (fl. 174) Romana exiit fideliter sine suspesione aliqua assignata quam bursam cum dano predicto ab eodem Rodogero dare et assignare predicti dompni Pelagii Magistri Milicie Sancti Jacobi et eiusdem ordinis nomine recepisse sententiam in huius rei testimonium presentes licteras nostro sigillo munitas sibi duximus concedendas. Datum Lugdum, anno Domini millesimo ducentesimo septuagessimo quarto, XIII^o kalendas Augusti indictionem secunda. Pontificatus vero domni Gregorii Papa decimi anno tercio.

1285, Maio, 4 – Lisboa

⁹⁷⁴Noverint universsi quod ego domnus Johannes Petri quondam alvazillis Ulixbonensis remito Ordini Milicie Sancti Jacobi mille sempcentas et quinquaginta libras portugalensis monete quas dedi domno Petro Nuni Magistro ipsius ordinis quam ipse magister mihi dedit dominium et omnia⁹⁷⁵ alia jura que habebant in Almadana et in suo termino sub ista condicione quod ipse magister et ordo facerent inde⁹⁷⁶ mihi integrare et me vite gratum in eis defendere sine aliquo impedimento omnis redditus de Almadana et de suo termino cum dominio mansionis quod plene mihi non extitit observatum eo quod domnis rex occasione ipsorum ocupavit aliqua ex predictis et sic michi tenebantur ad solucione pecunie memorate quase non observavint pactum inter me et ipsos⁹⁷⁷ quibusdam licteraris inter me et ipsos exinde confectis plenius continetur (*sic*). Item renucto dictis magistro et ordini tres mille et quingentas libras predictae monete quas ego debueram habere in denariis et in pane per reditas de Arruta⁹⁷⁸ quos redditus ego amissi occasionem

⁹⁷³ Palavra corrigida.

⁹⁷⁴ Na margem direita, por outra mão: "*Quitaçam de certo dinheirro que ha Ordem divia*".

⁹⁷⁵ Palavra corrigida, na margem esquerda, por outra mão.

⁹⁷⁶ Palavra corrigida, na margem esquerda, por outra mão.

⁹⁷⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "*innitum prout in*".

⁹⁷⁸ Palavra corrigida, na margem esquerda, por outra mão.

donacionis quam dictis ordo fecit domne Regine quam ei dedit dictam Arrutam prout exinde plenius continetur in quibusdam licteris inde confectis quas totas predictas libras eis remicto pro multa gratia et pro multo bono et adjutorio quod ab eis recepi et in eis inveni tamen tali conditione apposita, videlicet, quod Magister dicti ordinis nec ipse ordo nec aliquis alius de ordine ipso non venient nec veniat facere ullam demandam contra heredes meos nec contra executores meos quod si facere noluerint, mando et concedo quod dicti heredes et executores meis requirant eis totas predictas libras et quod absolucio ista nichil valeat. Actum fuit Ulixbonen IIII die Madii. Era M^a CCC^a XXIII^a. Presentibus ad hoc adhibitis (fl. 174v) et rogatis Dominico de Crispis tabbellione Ulixbonensi, domno Stephano Johannis archidiacono Sanctarensis⁹⁷⁹, fratre Martino Johannis doctore fratrum minorum Ulixbonensis, fratre Dominico de Sacavem de ordinum minorum et Petro Johannis Caramares. Et ego Dominicus Sueri publicum tabbellio Ulixbonensis de mandato et de rogatu domni Johannis Petri predicti his omnibus intrefui et exinde hoc instrumentum manu propria confeci et in eo signum meum in testimonium apposui quod tale est.

211

1286, Março, 5 – Lisboa

⁹⁸⁰Dom Dinis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos quantos esta carta virem faço saber que como contenda fosse antre mym da hũa parte e Dom Pero Nunez Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago e os freires dessa meesma Ordem da outra per razom de dividas que lhes eu demandava d'ouro de prata de maravedis e de dinheiros portugueses e doutras moedas e de pam e sobre hũa carta a qual elles de mym tinham porque diziam que eram quites de todo. A qual carta eu dizia que nom devia a valer por ende que fora dada em tempo que nom devia acima eu per avença que com elles fiz dey e dou essa Ordem e o dicto Mestre e freires por quites de todas aquellas dividas que lhes eu demandava per razom dos meestres e dos comendadores que forom ata aqui hi sam e per razom dos freires e da Ordem e mandei britar as cartas e os scriptos per que las demandava e mandei poor em nos registros todo por pagado e mando e outorguo que se algũa carta ou algum escripto parecer d'algũa divida ou condessilho que me devam ata aqui que nom valha. Em testemunho da qual cousa dei ao dicto Mestre e aos freires sobredictos esta carta sellada do meu seello. Dada em Lixboa, cinco dias de Março. El Rey ho mandou. Duram Piriz a fez. Era M^a CCC^a XXIII^o.

(fl. 175)

212

1308, Julho, 6

Insere: 1286, Março, 5 – Lisboa

⁹⁸¹Sabham todos que eu Lourenço Piriz pruprico taballiom d'Alquaçar vy e lii hũa carta de nosso senhor el Rey e seellada do seu seello pendiente segundo em ella parecia a qual nom

⁹⁷⁹ As duas últimas palavras foram corrigidas, na margem esquerda, de outra mão.

⁹⁸⁰ Na margem esquerda, de outra mão: “[...]taçam de certo dinheiro que [...] Ordem divia”.

⁹⁸¹ Na margem direita, por outra mão: “Quitaçam de certo dinheiro que ha Ordem divia”. E continua de outra mão: “He esta mesma atras d’el rei Dom Dinis. Ja esta lançada”.

era rasa nem borrada nem encancellada nem per nenhum corronpida da qual carta ho theor de verbo a verbo tal he:

Dom Dinis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos quantos esta carta virem faço saber que como contenda fosse antre mym da hũa parte e Dom Pero Nuniz Meestre da Ordem e da Cavallaria de Santiago e os freires dessa meesma Ordem da outra per razom de dividas que lhe eu demandava d'ouro e de prata e de maravediis e de dinheiros portugueses e doutras moedas e de pam e sobre hũa carta a quall elles de mym tiñham porque deziam que eram quites de todo. A qual carta eu dezia que nom devia avaler por ende que fora dada em tempo que nom devia acima eu per avença que com elles fiz dey e dou essa Ordem e o dicto Mestre e freires por quites de todas aquellas dividas que lhes eu demandava per razom dos Meestres e dos comendadores que foram ata aqui e que hy som e per razom dos freires e da Ordem e mandey britar as cartas e os scriptos per que las demandava e mandey poor em nos registos todo por pagado. E mando e outorgo que se algũa carta ou escripto aparecer d'algũa divida ou condesilho que me devam ata aquy que nom valham. Em testemunho da quall cousa dey ao Mestre e aos freires sobreditos esta minha carta seellada do meu seello. Dada em Lixboa, cinco dias de Março. El Rey ho mandou. Duram Piriz a fez. Era de mil e CCC^o e XXIII^o.

A qual carta per leuda Ruy Pirez freire comendador d'Alvallade e procurador do Meestre Dom Joham Osorez pedio a mym tabeliam sobredicto que lhe desse ende ho trellado. Feito foy este trellado VI dias de Julho. Era de mill e CCC^o e quareenta e sex anos. Testemunhas Joham Fernandiz tabeliam e Petro Fernandez cavaleiro vezinho d'Evora, Joham Periz dicto da Tya, Petro Martinz procurador, Stevam Lourenço escudeiro e outros. E eu Lourenço Calado scripvam jurado pera est'screpver em logo do dicto Lourenço Periz e perdant'el estel (*sic*) trellado escrepvy. E eu Lourenço Periz tabeliam de suso dicto ho theor desta carta perdante mym a Lourenço Callado escripvam jurado pera escrepver por mym e em meu logo per mercee que me nosso senhor el Rey fez fiz (*sic*) escrepver e o meu sinal hi puge que tal he.

(fl. 175v)

213

1319, Setembro, 19 – Lisboa

Insero: 1319, Setembro, 1 – Lisboa

⁹⁸²Saibam todos que eu Vasco Martiinz da Arruda procurador de Pero Machado mercador de Tavira e testamenteiro de Nicollao Martiinz freire ja passado per autoridade e per poder de hũa procuraçom feita per mão de Romam Periz tabeliam de Lixboa da qual ho theor adiante he escripto dou por quite e por livre deste diia pera todo sempre Dom Pedr'Escacho Maestre da Cavalaria de Santiago de todollos beens e de todallas outras cousas que el filhou e mandou filhar e receber e mandou receber e ouve per qualquer razom dos beens do dicto Nicollao Martiinz seu freire. E outrosi me quito e renunço por todo senpre em logo e em nome do dicto Pedrro Machado per poder da dicta procuraçom ao dicto Maestre de todallas demandas dirrei-

⁹⁸² Na margem esquerda, de outra mão: “[...]taçam de certos beens [...] a Ordem filhou em Tavira”.

tos que contra ell avia e entendiia aver per razom dos beens que forom do dito Nicollao Martiinz e obrigo os beens do dito Pero Machado per poder da dicta procuraçom que faça aver firme ao dicto Pero Machado todallas cousas sobredictas e se alguem contra estas cousas veer ou contra cada hũa dellas tanbem este testamenteiro como outro qualquer que se diga testamenteiro como outra qualquer pessoa ou pessoas que estas cousas ou algũa dellas queira desfazer obrigo os beens do dicto⁹⁸³ Pero Machado per poder da dicta procuraçom como dicto he que os faça todos guardar e manteer e comprir. E esta quitaçom e renunciamento faço a elles como dito he por outra quitaçom que el fez ao dicto Pero Machado per razom dos beens do dicto Nicollao Martiinz e das demandas e dirreitos que contra el avya. E ho theor da procuraçom sobredita he tal:

Saibham todos que eu Pero Machado mercador e vezinho de Tavira faço e ordeno e stabelleço por meu certo procurador lidimo e avondoso como milhor e mais firme pode e deve de seer e mais valler Vaasco Martinz da Arruda meu primo portador desta presente procuraçom pera dar por mym e em meu nome quitaçom ou quitaçoes a Dom Pero Escacho Maestre da cavallaria da Ordem de Santiago e pera receber outrosi do dicto Mestre quitaçom ou quitações per razom da demanda que era antre mym e elle. E o dicto Mestre da hũa parte e eu da outra per razom do testamento de Nicollao Martiinz seu freire e doutras cousas cujo testamenteiro eu sam e eu hey e averey por firme e por estavel pera todo senpre o que pello dicto meu procurador for facte e procurado nas cousas sobredictas e em cada hũa dellas sob obrigamento de todos meus beens. Feita procuraçom em Lixboa, primo dia de Setembro. Era de mill e CCC^c L^{ta} VII anos. Testemunhas Vasco Martinz, Afonso Periz, Lourenço Estevez de Beja tabaliãaes. E eu Romam Periz pruprico tabeliam de Lixboa a rogo do dicto Pero Machado esta procuraçom com minha mão screpvi e meu sinal hi puge que tal he.

E eu João Periz pruprico tabeliam de Lixboa a rogo do dicto Vasco Martiinz da Arruda este estormento de quitaçom e renunciaçom com mha mão screpvy com ho theor da dicta procuraçom e aqui meu sinal puge que tal he. Feito foi em Lixboa, XIX de Setembro. Era de mil e trezentos e cinquenta e sete annos. Testemunhas Afonso Periz, Louremço Esteveez, Romam Periz tabeliãaes de Lixboa e outros.

(fl. 176)

214

1367, Março, 8 – Setúbal

Insere: 1367, Janeiro, 20

⁹⁸⁴Saibam todos que na Era de mill CCC^c e cinco annos oyto dias de Março em Setuval no adro da igreja de Santa Maria em presença de mym Lourenço Periz tabeliam d'el Rey na dicta villa e das testemunhas que adiante som scriptas estando no dicto logo Afonso Romeu almoxarife d'el Rey no dicto logo de Setuval e Gil Esteveez escripvam d'el Rey no dicto almoxarifado e Airas Lourenço almoxarife do Meestre de Santiago na dita billa. O dicto Airas Lourenço

⁹⁸³ Na margem direita, de outra mão: "sobredito".

⁹⁸⁴ Na margem direita, de outra mão: "Quitaçom de certo dinheiro que [...] Ordem divia".

mostrou huum alvara escripto em papel feito per o dicto Gil Esteveez escriptam segundo parecia e asinado do nome do dicto Afonso Romeu e do dicto Gil Esteveez e do nome de Fernam Dominguis juiz da dicta billa pello Mestre de Santiago e do nome de Afonso Lourenço e de Vasco Lourenço Neto segundo parecia do qual alvara ho theor tal he:

Eu Gil Esteveez scripvam que fui d'el rey Dom Pedro que Deus perdooe no almoxarifado de Setuval confesso que eu como escriptam do dicto senhor tenho escriptas em meu livro sobre Afonso Romeu que foi almoxarife do dicto senhor Rey duas mil e VIII^o libras que o dicto Afonso Romeu recebeu de Dom Gil Fernandez Mestre de Santiago per Airas⁹⁸⁵ Lourenço seu almoxarife do dicto Mestre das tres mil libras que o dicto Mestre avya de pagar ao dicto senhor Rey por quinze dias andados deste mes de Janeiro da Era da feitura deste alvara. As quaes o dicto Afonso Romeu recebeu do dicto Airas Lourenço per partes e per tempos e per pessoas desvairadas atee o dia deste alvara feito. E logo o dicto Afonso Romeu que foi almoxarife disse e confessou que el seendo almoxarife do dicto senhor Rey recebeu os dictos dinheiros do dicto Airas Lourenço em nome do dicto senhor Mestre atee este diia contheudo em este alvara. E porque ora pella mercee do dicto senhor Rey nom ha tabeliam em na dicta vila obrigou se que tanto que hi ouver tabeliãaes que lhe de estormento de paga dos dictos dinheiros e por esto ser certo e nom viir depois em duvida o dicto Afonso Romeu mandou a mym Gil Esteveez que fuy scripvam que fizesse este alvara ao dicto Airas Lourenço pera elle aver recadaçom e que eu scripvam ho asinasse do meu nome e outrosi o dicto Afonso Romeu asinou o dicto alvara do seu nome. Testemunhas que pera esto foram chamadas e rogadas Fernam Dominguis juiz na dicta villa pello Mestre de Santiago e Afonso Lourenço escudeiro e Vasco Lourenço Neto e Joham priol e Domingos Dominguez Çamarro e Lourenço Dominguis homem d'el Rey e outros. E eu Gil Esteveez que este (fl. 176v) alvara screpvy per mandado do dicto Afonso Romeu. Feito XX dias de Janeiro. Era de mil e CCCC^o e V anos.

E mostrado o dicto alvara o dicto almoxarife e scripvam d'el Rey disserom que tal he a verdade como no dicto alvara he contheudo e derom se por bem pagados e entregues dos dictos dinheiros contheudos em el. Outrosi o dicto almoxarife d'el Rey conheceo e confessou que recebeu oje em este dia do dicto Airas Lourenço em nome do dicto senhor Mestre duzentas libras de dinheiros portugueses das dictas tres mil libras que o dicto senhor Mestre avya de dar ao dicto senhor Rey asi que com estas duzentas libras sam compridas as dictas tres mil libras que o dicto Mestre avya de pagar pello dicto diia. As quaes duzentas libras o dicto Gil Estevez scripvam d'el Rey disse que as tiinha scriptas em recadaçom com os outros dinheiros suso scriptos sobre o dicto almoxarife. Das quaes cousas o dicto Airas Lourenço pedio este estormento pera o dicto senhor Mestre e o dicto almoxarife e scripvam d'el Rey lho mandarom dar. Testemunhas que presentes foram Martim Afonso Casado e Airas Gomez e Lourenço Romeu e João Annes e Martim Estevez de Trouno e Nicollao Afonso e outros. E eu Lourenço Periz tabeliam sobredicto que este stormento screpvi e aqui meu sinal fiz que tal he.

⁹⁸⁵ As palavras "de Dom Gil Fernandez Mestre de Santiago per Airas" estão sublinhadas e na margem direita, de outra mão: "D. Gil Fernandes Mestre em Portugal no anno de 1367".

1421, Agosto, 14 – Évora

⁹⁸⁶Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta a quantos esta carta virem fazemos saber que nos conhecemos e confessamos que recebemos do Iffante Dom Joham meu filho regedor e governador do Meestrado de Santiago e dos cavaleiros da sua Ordem a soma que delles aviamos d'aver esta segunda paga do ouro que nos outorgou ho Paadre Santo. E porem damos delles por bem pago⁹⁸⁷ e entregue. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante em Evora, XIII^o diias de Agosto, el Rey ho mandou, Gonçalo Caldeira a fez. Era de mil e CCCC^c LIX anos.

Acaban se as scripturas da quindecima parte e começam se as da decima sexta.

(fl. 177)

1327, Maio, 26 – Lisboa

Insere: S/d.

⁹⁸⁸Em nome de Deus amem. Saibham quantos esta carta virem e leer ouvirem como na Era de mil e CCC^c LXV annos XXVI dias andados do mes de Mayo na cidade de Lixbooa nas casas da Ordem de Santiago em presença de mym Lourenço Martinz tabeliam geeral e das testemunhas adiante escriptas ho honrrado rellegioso barom Dom Pero Esquacho pella graça de Deus Mestre da Ordem da Cavalaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve em senbra com Lourenço Gomez Taveira comendador de Palmela, Afonso Periz comendador d'Ourique, Afonso Estevez d'Oleiros, Gil Martiinz, Joham Vaaz, Alvaro Paez, Martim Meendez, Fernam Reymondo, Rodrigo Afonso da Beira, Gomez Periz d'Elvas, Garcia Periz, Lourenço Ferrnandez, Garcia Ferrnandez, Fernam Rodriguiz de Castro Verde, Lourenço Gonçalvez d'Almodouvar, Paay Lourenço de Garvom, Pero Afonso Correya, Stevam Reymondo, Martim Stevez enfermeiro d'Alquacer, Joham do Avelaar, Afonso Martiinz de Tomar, Gonçalo Ferrnandez cavaleiros freires da dicta Ordem fezerom leer e pobricar hũa ordenaçom scripta feita per esses, Mestre e comendadores e freires sobre estaado e pagamento da dicta Ordem da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Em nome de Deus amem. Porque todollos christãaos e mayormente os de rellegiam e d'Ordem devem senpre reconhecer as grandes mercees que lhes Deus e os senhores fazem e entenderem em acrecentamento da Sante (sic) Fe e fazer per hu quer que posam toda cousa per que o serviço de Deus e daquelles que o seu logar teem e moormente aja feitura depois de Deus possa ser acrecentado. E quanto os providores de Deus mais som tanto Deus he mais louvado e mais servido e os senhores outrosi de que bem

⁹⁸⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "[Qu]itaçam de certo dinheirro que a Ordem divia".

⁹⁸⁷ Na margem direita, de outra mão: "pagado".

⁹⁸⁸ Na margem direita, de outra mão: "Determinaçam que ho Mes[tre] fez com os cavaleiros da [...] Ordem que nom esta acaba[da]". Segue-se, ainda, de outra mão: "Adiante as fl. 79 esta acabada a propria. E lamçada".

e mercee recebem. E porque de razom e de dirreito outros tantos servidores devem ser postos em cada hũa igreja e Ordem pera quanto os beens della podem avondar. Porem nos Dom Frey Pero Escacho Mestre da Cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve avudo ja comsselho com Garcia Periz comendador mayor e comendadores e freires da nossa Ordem chamados pera esto como devem consirando (fl. 177v) os beens e frruitos e rendas que nos e a dicta nossa Ordem ora avemos e a nos pertencem podem bem e compridamente avondar ha sasseenta e huum freires cavaleiros e aos outros freires e crelligos e sergentes e a todollos outros sergentes e a todollos outros homeens sagraaes que comprirem pera servir a Ordem e a todollos outros encargos que nos e a dita nossa Ordem somos theudos a louvar e a serviço de Deus e da Virgem Santa Maria sa madre e do bem aventurado senhor Santiago Apostollo em cujo nome e louvor a dicta nossa Ordem foy facta e fundada. E outrosy a serviço de nosso senhor el rey Dom Afonso e dos outros⁹⁸⁹ reys que depos el veerem por tal que depois per cobiçam d'alguuns ou per algũa outra maneira os dictos beens e renda se nom despendam nem metam em outros husos ordenamos e estabellecemos e outorgamos que pera todo sempre aja na dicta nossa Ordem saseenta e huum feires como dicto he os quaes devem seer cavaleiros guisados de cavallos e armas e os outros serem crelligos dos quaes devemos nos Meestre sobredicto e cada huum dos outros Meestres que depos nos veerem trazer sempre continuadamente seis freires cavaleiros ao menos guisados de cavallos e armas e nom serem estes seis freires cavaleiros dos que tiverem comendas nem dos do conveento e se nos Meestre quisermos filhar alguuns dos do conveento que conosco andem poeremos outros tantos em conveento daquelles que trouxermos de guisa que estem no conveento contynuadamente seis cavalleiros freires ao menos e andarem seis conosco como dicto he. E nos Mestre proveermos a cada huum dos seis cavalleiros freires que conosco andarem de cavallos e d'armas e de comer e de beber e de vestir e de calçar e de todallas outras cousas que forem em mester pera elles e pera seus homeens e pera sas bestas. E pera todas estas cousas poderemos conprir e manter e todollos outros encargos que deve manter Meestre reteemos e asinamos pera a Mesa de nos Meestre e pera a dos outros Meestres que depos nos forem com outorgamento dos dictos comendadores e frreires as rendas de Setuval salvo os egrejairos e todallas rendas d'Alquacer salvo as rendas das igrejas e ho paaço da Ribeira e o barco da passagem e a Bemposta e as rendas dos foros das casas e dos moouros forros que sam pera mantiimento do conveento. E outrosi reteemos pera nos todallas rendas de Ferreiras e desto devemos dar em cada huum anno dez mill livras em dinheirros pellas rendas de Setuval pera seguir e manter a demanda que nos e a nosa Ordem avemos com ho Meestre de Santiago em Castella e pera se tornar depois pera o que for serviço de Deus e d'el Rey e prol da nossa Ordem.

Item reteemos pera nos as rendas e proveito dos gaados que tragemos a nossa mão e a nosa posse. Outrosi ordenamos e teemos por bem e outorgamos e asinamos (fl. 178) que pera todo sempre aja ho nosso conveento d'Alquacer hu he posto e ordenando as nossas igrejas de Setuval e d'Alquacer e o paaço da Ribeira e o barco da passagem e as rendas dos moouros forros e das casas foreiras dhi d'Alquacer e o que hi ante avia a enfermariia e a Bemposta. E teemos por bem que huum freire cavaleiro dos do conveento aja d'aver e de procurar estes beens do conveento com huum freire crelligo⁹⁹⁰.

⁹⁸⁹ Riscado e sobrepontado: "que de".

⁹⁹⁰ Na margem direita, de outra mão: "Vai acabada as 179 fl.".

(fl. 178v)

217

1285 (*sic*)⁹⁹¹, Fevereiro, 19 – Lisboa

⁹⁹²Saibham todos que em presença de mym Joham Gonçalvez pruprico tabeliam da cidade de Lixboa e das testemunhas que adiante som escriptas Ruy Galvom raçoeiro da See de Lixboa mostrou e fez leer e pobricar hũa carta do honrrado padre senhor Dom Johane pela mercee de Deus bispo de Lixbooa e seellada do seu seello pendente per razom das tusações (*sic*) que as ordeens e as igrejas ham de dar pera despensa do legado. A qual carta se começa na prima linha assi: Johane pela mercee de Deus bispo de Lixbooa. E fiin se (*sic*) na postumeira linha assi: Era de mil CCC^c R^{la} VIII^o anos. Item jazia em essa carta escripto que tausarom (*sic*) aa Ordem d'Ocres cem livras. Item jazia em essa carta outra crausulla que se começa asi: porque nos mandamos que paguedes cada huum o que lhe he tausado (*sic*) de guisa que nom cayam no perigoo das sentenças do dicto legado e a aquem nom der ho aver des aquel diia que lhe esta carta for mostrada ha XVIII^o diias fica por escomungado e os logares por entreditos asi como veredes mais conpridamente pela sa carta. A qual carta mostrada e leuda e pobricada perante Ruy Periz freire da dicta Ordem e procurador do Meestre Dom Johane Osorez disse que elle queria pagar as dictas cem livras que eram tausadas (*sic*) aa dicta Ordem aa quall diia que era contheudo na carta do bispo e do legado e pedio a mym sobredicto tabeliam que lhe desse das dictas crausullas huum estormento e eu dei lho escripto por minha mão e puge meu sinal que tal he. Feito estormento em Lixbooa, XIX dias de Fevereiro. Era de mil e CCC^c e XXIII annos. Testemunhas Mestre Estevam arcediagoo de Santarem e na See de Lixbooa, Lourenço Anes, Martim Martinz e Pero Dominguz e outros.

Começa se a escretura que esta no Livro das Tavoas Ferradas. O quall livro soya d'estar preso por hũa cadeea no cabidoo per que todos leessem por elle.

(fl. 179)

218

1327, Maio, 26 – Lisboa

Insere: S/d.

⁹⁹³Em nome de Deus amem. Saibham quantos esta carta birem e leer ouvirem como na Era de mil e trezentos e saseenta e cinco anos XXVI dias andados do mes de Mayo na cidade

⁹⁹¹ Esta data não pode estar correcta, uma vez que no documento se menciona uma carta de D. João, bispo de Lisboa, datada de 1310. Para além deste facto, sabe-se que D. João Martins de Soalhães foi bispo de Lisboa entre 1294 e 1313. Cfr. OLIVEIRA, Padre Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Edição revista e actualizada. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 307.

⁹⁹² Na margem esquerda, de outra mão: “[...]lado de certas verbas de [...] carta munitoria de [...] legado da See Apostolica”.

⁹⁹³ Na margem direita, de outra mão: “Ordenaçam e determina[çam] geeral feita pello Mestre e ca[...] Dom Prior e cleriguos da Ordem [...]da e confirmada pellos reis [...] reino do numero das com[...] que ha em ella e encarregu[...] comendadores e beens da Mesa [Me]stral e mantença do Dom Prior [...]res do convento”. Segue-se, ainda, de outra mão: “D. Pedro Escacho Mestre em Portugal no anno de Christo de 1327”.

de Lixboa nas casas da Ordem de Santiago em presença de mym Lourenço Martinz tabeliam geeral e das testemunhas adiante scriptas ho honrrado rellegioso barom Dom Pedro Escacho pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve em senbra com Lourenço Gomez Taaveira comendador de Palmela, Afonso Periz comendador d'Ourique, Afonso Estevez d'Oleiros, Gil Martinz, Joham Vaaz, Alvaro Paez, Martim Meendez, Fernam Reymondo, Rodrigo Afonso da Beira, Gomez Pirez d'Elvas, Garcia Periz, Lourenço Fernandez, Garcia Fernandez, Fernam Rodriguiz de Crasto Verde, Lourenço Gonçallvez d'Almodouvar, Paay Lourenço de Garvom, Pedro Afonso Correya, Stevam Reymondo, Martim Steveez, enfermeiro, de Alquacer, Joham do Avellaal, Afonso Martiinz de Tomar, Gomçalo Fernandez cavalleiros freires da dicta Ordem fezerom leer e pobricar hũa ordenaçom escripta feita per esses Mestre, comendadores e freires sobre ho estaado e regimento da dicta Ordem da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Em nome de Deus amem. Porque todollos christãaos e mayormente os de rellegiom e d'Ordem devem senpre reconhecer as grandes mercees que lhes Deus e os senhores fazem e entenderem em acrecentamento da Santa Fe e fazer per hu quer que possam toda cousa per que ho serviço de Deus e daquelles que o seu logar teem. E mayormente cuja feitura depois de Deus som possa seer acrecentado. E quanto os servidores de Deus mais som tanto Deus he mais louvado e mais servido e os senhores outrosi de que bem e mercee recebem. E porque de razom e de dirreito outros tantos servidores devem seer postos em cada hũa igreja e Ordem porquanto os beens dela podem avondar⁹⁹⁴. Porem nos Dom Frey Pero Esquacho Maestre da Cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve avudo ja consselho com Garcia Periz comendador mayor e comendadores e freires da nossa Ordem chamados todos pera esto como devem consirando os beens e fruytos e rendas que nos e a dicta nossa Ordem ora avemos e a nos perteezem e podem Bem e compridamente avondar ha saseenta e huum freires cavalleiros e aos outros freires crerigos e sergentes e a todollos outros homeens sagraaes que comprirem pera servirem ha Ordem e a todollos outros encarregos que nos e a dicta nossa Ordem somos theudos a louvar e a serviço de Deus e da Virgem Santa Maria sa madre e do bem aventurado Santiago Apostollo em cujo nome e louvor a dicta nossa Ordem foy feita e fundada. E outrosy a serviço de nosso senhor el rey Dom Afonso (fl. 179v) e dos outros reys que depos el beerem por tal que depois per cobiiça d'alguns ou per outra algũa maneira os dictos beens e rendas senom despendam nem metam em outras cousas. Ordenamos e estabellecemos e outorgamos que pera todo sempre aja na dicta nossa Ordem saseenta e huum freires como dicto he os quaaes devem seer cavalleiros guisados de cavallos e d'armas e os outros serem creligos dos quaes devemos nos Maestre sobredito e cada huum dos outros Maestres que depos nos veerem trager senpre continuamente seis freires cavalleiros ao menos de cavalos e d'armas e nom serem estes seis freires cavalleiros dos que tiverem comendas nem dos do conveento. E se nos Maestre quisermos filhar alguns dos do conveento que conosco andem poermos outros tantos em conveento daquelles que trouxermos de guisa que estem em conveento continuamente seis cavalleiros freires ao menos e andarem seis conosco como dicto he. E nos Maestre proveeremos a cada huum dos seis cavalleiros freires que

⁹⁹⁴ Na margem direita, de outra mão: "[...] pera se não escusare[m ...] comendadores de lhe porem mais be[...]cia-dos em cleriguos nas igrejas das [...]das".

conosco andarem de cavallos e d'armas e de comer e de beber e de vestir e de calçar. E de todallas outras cousas que forem mester pera elles e pera os seus homeens e pera sas bestas.⁹⁹⁵ E pera todas estas cousas podermos comprir e manteer e todollos outros encargos que deve manteer Maestre reteemos e asinamos pera a Mesa de nos Maestre e pera a dos outros Maestres que depos nos forem com outorgamento dos dictos comendadores e freires as rendas de Setuval salvo as igrejas. E todalas rendas d'Alquacer salvo as rendas das igrejas e o paaço da Ribeira e o barco da passagem e a Bemposta e as rendas dos foros das casas e dos mouros forros que som pera mantiimento do conuento. E outrosi reteemos pera nos todallas rendas de Ferreira e desto devemos dar em cada hum ano tres mil livras em dinheiros pollas rendas de Setuval pera seguir e manteer a demanda que nos e a nossa Ordem avemos com ho Maestre de Santiago em Castella e pera se tornar depois pera o que for serviço de Deus e d'el Rey e prol da nossa Ordem. Item reteemos pera nos as rendas e o proveito dos gaados que tragemos a nossa mão e aa nossa posse. Outrosi ordenamos e teemos por bem e outorgamos e asinamos que pera todo senpre aja ho nosso conuento d'Alquacer hu he posto ordenado as nossas igrejas de Setuval e d'Alquacer e o paaço da Ribeira e o barco da passagem e as rendas dos moouros forro<s> e das casas foreiras dhi d'Alquacer e o que ante hi avya a enfermariia e a Bemposta. E teemos por bem que hum freire cavalleiro dos do conuento aja de veer e de procurar estes beens do conuento com hum freire crerigo ou outro escripvam jurado qual virmos que pera esto conpre e dem das rendas desses beens a cada hum dos freires cavalleiros que estiverem em esse conuento cevada pera senhos cavallos e pera duas outras bestas e de comer e de beber a cada hum pera quatro homeens. Item dem a cada hum destes freires sateenta e (fl. 180)⁹⁹⁶ cimquo livras em cada hum ano pera seu vestir e aos freires clericos trimta livras a cada hum pera seu vestir salvo aquelles que hão beneficios e estes freires e escrivão sobre ditos dem em cada hum ano comto e recado ao Mestre daquelo que receberem e despenderem e queremos e temos por bem que se faça asi daqui em diante pera nom desperecerem as remdas e os beens do convento e pera serem melhor precurados e que os freires conventuaes e os outros homeens sagraaes que comprirem pera serviço do convento ajão aquelo que devem aver segundo he contheudo em esta ordenação e depois que o dito freire e escrivão derem comto como dito he. Temos por bem que aquelo que hi ficar que se guarde pera aquelo que for serviço de Deus e d'el Rei e proveito da Ordem e porque os servidores de Deus e as cousas espirituaes não podem estar longuo tempo nem se manter sem as cousas temporaaes e outrosi as cousas temporaaes não avemdo quem as bem procurar e defemder podem cedo perecer esguardando que pera procurar os beens da nosa Ordem e defemder as villas e os castellos e os outros lugares da dita Ordem averam moor vontade e mor rezão de as defemder os freires cavalleiros e de fazer em elles que nenhum outro. Ordenamos e outorgamos que noos Mestre sobredito e cada hum dos outros Mestres que depos noos forem tenhamos seis cavaleiros freires como dito he. Outrosi ordenamos e stabalecemos e outorgamos que dos sobre-

⁹⁹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "mesa". E ainda: "Setuval, Alcacer, Ferreira".

⁹⁹⁶ Este fólio, apesar de numerado na sequência do anterior, foi lavrado em época posterior. Na margem direita consta o elenco de terras mencionadas ao longo do texto, se bem que, aquando do restauro deste livro, tenham sido eliminadas as letras finais das mesmas: "o Mestre; Mértola, Palmela, Alvalade, Cacela, Alcoutim, Crasto Verde, Almada, Cezimbra, Canha, Çamora Correa, Represa".

ditos sasemta e hum cavaleiros freires hum delles aja a comenda mayor de Mertolla com todallas remdas de hi e tenha comsiguo dous cavaleiros freires guisados de cavallos e armas e paresem aos emcargos desa comenda. Item em Palmella aja comendador cavaleiro e tenha consigo hum cavaleiro freire guisado de cavallo e d'armas e paresem aos emcargos desa comenda e aja todo o dhi. Item em Alvalade aja comendador⁹⁹⁷ cavaleiro e aja todo o dhi e o que a Ordem ha em Tavilla que foi de Gonçalo Mendez e tenha comsiguo hum companhom cavaleiro guisado de cavalo e d'armas e paresem aos emcargos. Item em Cacella aja comendador cavaleiro e aja todo o dhi e as igrejas d'Alcoutim e de Crasto Marim e tenha comsiguo hum cavaleiro freire guisado de cavalo e d'armas e paresem aos emcarregos. Item em Almadaa aja comendador cavaleiro e tenha hum companhom freire guisado de cavalo e d'armas e aja todo o de hi e dem ende quatrocentas livras ao comendador d'Arrabida e paresem aos emcarregos. Item em Cezimbra aja comendador cavaleiro e tenha hum companhom consigo guisado de cavallo e d'armas e aja todo o dhi e paresem aos emcarregos. Item em Canha aja comendador cavaleiro e aja todo o dhi e tenha companhom freire cavalleiro e aja quatrocentas livras das remdas de Ribatejo e paresem aos emcarregos. Item em Çamora Correa aja comendador cavaleiro e aja todo dhi e quatrocentas livras das remdas de Ribatejo e tenha companhom cavaleiro guisado de cavallo e de armas e paresem aos emcarregos. Item a Represa aja comemdador cavaleiro (fl. 180v)⁹⁹⁸ e tenha comsiguo companhom freire cavaleiro guisado de cavalo e d'armas e aja todo ho di e ho de Monte Maior o Novo e de seu termo e aja seiscentas livras das remdas de Ribatejo. Item em Aljustrel aja comendador cavaleiro e tenha consigo hum freire cavaleiro guisado de cavalo e d'armas e aja todo o de hi e parese aos emcaregos. Item em Messejana aja comendador cavaleiro e tenha conpanhom freire cavaleiro e aja todo o dhi e paresem aos emcarregos. Item em Garvão aja comendador cavaleiro e tenha comsiguo hum freire cavaleiro e aja todo o dhi e parese aos emcarregos. Item em Ourique aja comendador cavaleiro e tenha companhom freire cavaleiro guisado de cavalo e de armas e aja todo o dhi e paresem aos emcarregos. Item em ho Cerqual aja comemdador e tenha companhom freire cavaleiro e aja todo o dhi e mil livras das remdas das igrejas do Algarve e paresem aos emcarregos. Item em Almodouvar aja comendador freire e tenha companhom freire cavaleiro e aja todo o dhi salvo ho egrejario e aja duzentas livras das igrejas do Algarve e parese aos emcarregos. Item em Crasto Verde aja comendador freire e tenha companhom freire cavaleiro e aja todo o de hi e parese aos emcarregos. Item em villa Caseval aja comemdador freire e tenha companhom freire cavaleiro e aja todo o de hi e o grejario d'Almodouvar e parese aos emcarregos. Item em Ortalagoa aja comendador e tenha companhom cavaleiro e aja todo o de hi e o de Moçam e aja seiscentas livras das remdas de Ribatejo e parese aos emcarregos. Item em Roariça aja comendador e aja todo o de hi e ho d'Obidos e trezentas livras de Ribatejo e parese aos encarregos. Item em na Aldea Rica aja comendador e aja o que a Ordem ha na Beira e em Travaços e em Freixo e parese aos emcarreguos. Item em Podemtes aja comendador e em na Chouparia

⁹⁹⁷ Segue-se um espaço em branco até ao fim da linha.

⁹⁹⁸ Este fólio, apesar de numerado na sequência do anterior, foi lavrado em época posterior. Na margem esquerda consta o elenco de terras mencionadas ao longo do texto, se bem que aquando do restauro deste livro tenham sido eliminadas as letras iniciais das mesmas: "Aljustrel, Mesejana, Garvão, Ourique, Cerqual, Almodovar, Crasto Verde, Caseval, Orta Lagoa, Roariça, Aldia Rica, Podentes, Chouparia, Samtos, Arrabida, Mougellas, Cabrella, Elvas, Entradas, Mountel, Alçaria Ruiva".

aja hum comendador que aja todo de hi e trezemas livras de Ribatejo e parese aos emcarregos. Item em Samtos aja comendador e aja o que ouverão os comendadores dese logo. Item em n'Arrabida aja comendador e tenha hum capellão freire que sirva em esa igreja comtinoadamente e nas oras e aja todo o de hi e trezemas livras da comemda d'Almadaa e parese aos emcarregos. Item em Mougelas aja comendador e aja todo o de hi e quatrocentas livras da igreja do Algarve e parese aos emcarreguos. Item Cabrella aja comemdador e aja todo o de hi e duzemas livras das remdas de Ribatejo e parese aos encarregos. Item em Elvas aja comendador e aja todo o de hi e o que ha Ordem ha em Beja e aja das igrejas do Algarve quatrocentas livras. Item em Montel aja comemdador e aja todo o de hi e quinhentas livras das igrejas do Allgarve e paresem aos emcarreguos. Item em Allcaria Ruiva aja comemdador (fl. 181) e aja todo aquello que ora ende ha o que ende he comendador. Item em Aljazur⁹⁹⁹ aja comendador e aja todo o que a Ordem hi a e paresse aos encarregos. E queremos e outorgamos que cada huum dos freires que tiverem as dictas comendas que mantenham cavallos e armas continuamente como devem. E teemos por bem que nosso senhor el Rey e todollos outros reys que depos el forem ajam sas colheitas bem paradas¹⁰⁰⁰ daquelles logares honde as sempre ouverom e pagarem nas os comendadores que tiverem as comendas desses logares. E queremos que os comendadores que ham de dar as colheiras que se nom escusem aos outros encarregos a que som theudos per razom dessas comendas. ¹⁰⁰¹Outrosi estabellecemos e odenamos (*sic*) que segundo os acrecentamentos que Deus der e se fezerem daqui adiante em todollos beens da nossa Ordem tambem em nos que vagarem de prestamos ou d'enprazamentos come de qualquer outra maneira que asy acrecentemos e sejamos theudos d'acrecentar em conto dos cavalleiros e dos crerigos freires e nas comendas como nos podermos e nosso senhor el Rey e os outros reys que depos el veerem tenerem por bem e por razom. Outrosi porque polas mudaçoes que ligeiramente se sooem de fazer nas Ordeens em tirar huum comendador e dar a comenda a outro sooem as comendas biir a gram desenparamento e a gram dano. ¹⁰⁰²Porem ordenamos e teemos por bem que cada huum seja mantheudo em sa comenda pera senpre pera aver razom de fazer bemfeitoria e acrecentamento em ella e nom lhe seer tolheita sem sa vontade salvo se fezer tal cousa per que de dirreito e segundo ordem a deva perder entam tolher lha a ho Maestre que for em aquel tempo com consselho de seis comendadores ou da mayor parte delles e tolhendo a assi da la logo a outro freire que a mereça com todo aquello que hi ouver ao tempo que lha tolherem. ¹⁰⁰³E ante que sobr'esto chame os seis comendadores fação ho Meestre saber a el Rey a razom por-

⁹⁹⁹ Palavra repetida, por outra mão, na margem direita.

¹⁰⁰⁰ Na margem direita, de outra mão: "*Nota pera has sisas*".

¹⁰⁰¹ Na margem direita, de outra mão: "*pera se não fazerem emphetiosos os prestimos e foros, pessooes o (...) e outros do que poden viver comendadores e cleriguos*".

¹⁰⁰² Na margem direita, de outra mão: "*que has comendas sejam aos comendadores firmes em suas vidas et seu jurat magister aliud erat de jure*".

¹⁰⁰³ Na margem direita, de outra mão: "*non erat prout Magister sibi applicand (?) aliiquid*". E na margem esquerda, de outra mão: "*Nota que não se prive (...) o comendador da comenda se não comparecer de seis comendadores*".

que quer tolher a comenda ao que diser que fez porque a perdesse. ¹⁰⁰⁴Outrosi ordenamos que nem nos nem os outros Meestres que depos nos beerem nom possam dar prestamo nem emprazar nenhũa cousa da Ordem sem outorgamento do comendador mayor e ho conveento ou a moor parte delle e sem conssentimento d'el Rey pera ser certo el Rey que he o que se faz dos beens da Ordem que som pera serviço de Deus e dos reys. E pera esta ordenaçom e todallas cousas que em ella som postas serem mantheudas e guardadas e nom se poder ende nenhum escusar per nom saber ordenamos e teemos por bem que esta ordenaçom seja escripta de booa lettra grande em huum livro e que se ponha no cabidoo do conveento que seja hi pregado com cadeea que o nom possam ende levar e cada huum possa em elle leer o que aqui he ordenado e o que deve cada huum a manter e fazer. E o Meestre quando ouver de vesitar os outros freires logo no começo dessa vesitaçom devem lhe pedir e rogar que queira escuytar toda esta ordenaçom pera saber como he mantheuda e dar pena segundo ordem e direito aaquell ou aaquelles que a nom guardarem e manterem segundo em ella he contheudo. Outrosi pera esta ordenaçom e todallas cousas que em ella som contheudas serem conpridas e guardadas porque (fl. 181v) som feitas a serviço de Deus e d'el Rey e prol da Ordem e de nos todos. E nos Meestre e comendadores e freires creligos por nos e por nossos socesores ho juramos aos Santos Avangelhos a guardar e a manter esta ordenaçom e todallas cousas que em ella som contheudas e nom viir contra ellas nem contra nenhũa das cousas que em ellas som postas e ordenadas sob pena de perjuro salvo se adiante em alguum tempo bissemos nos e nosso senhor el Rey cuja feitura a nossa Ordem he que algũa outra ordenaçom seria melhor e mais a serviço de Deus e seu e dos reis que depos elle veerem e proveito da nossa Ordem que o posamos fazer de conssentimento d'el Rey e nom enbargando esta ordenaçom e este juramento que avemos feito¹⁰⁰⁵. Outrosi juramos que se alguum de nos contra esta ordenaçom veer ou nom guardar que qualquer que o souber ho faça saber ao Meestre e a el Rey pera se correger e manter a ordenaçom asi como he jurada¹⁰⁰⁶. E se o Meestre nom a guardar ou nom fezer manter as cousas que em ela som contheudas e cada hũa dellas cada huum dos freires que o souber sob pena do dicto juramento ho faça saber a el Rey pera o fazer manter e guardar. E mandamos que esta ordenaçom valha pera senpre e avemo la por firme e estavel.

E pera esto seer certo e nom viir em duvida rogamos e mandamos a Lourenço Martinz tabeliam geeral de nosso senhor el Rey que fizesse ende tres cartas todas dhuum theor com seu sinal seelladas dos seellos de nos Meestre e do nosso conveento das quaes nos Meestre devemos teer hũa e outra ho nosso conveento e a outra deve ficar na chancellaria de nosso senhor el Rey. E porque ha moor parte dos beens que a nossa Ordem ha lhe foram dados pellos reys e a Ordem he obrigada a seu serviço e delles nom podemos ordenar sem seu consentimento

¹⁰⁰⁴ Na margem direita, por outra mão: *"Non prout Magister emprazar sem procuraçom do capitulo o comendador mor et rege assensu aliud est de jure et aliud no Mestre Rei argumento à cessante ratione quer rex quer administra[...] sunt et de jure prout et ista regelidi[...] instrante non comprehendit quer casus omissos jures dispositius remanet"*.

¹⁰⁰⁵ Na margem esquerda, por outra mão: *"Nota que o Mestre e Ordem não podem quebrar nem diminuir o numero das comendas senão de consentimento dos reis sic. Non prout supplicare [...]jare que ajam tres e seis e dez comendas [...]jetite regis asensu non obstante ordinatione [...] juramento"*.

¹⁰⁰⁶ Na margem direita, de outra mão: *"severum"*.

pedimos por mercee que lhe praza e conssetta em esta ordenaçom. E por moor firmidam que mande em ella poer ho seu seello de chunbo. O qual escripto leudo e pobricado logo os dictos Meestre e conveento forom aas casas do dicto senhor rey que este tempo era na cidade de Lixboa a pedir lhe que conssetnisse em esta ordenaçom e a outorgasse. E o dicto senhor rey outorgou ha e conssetio em ella em esta guisa:

¹⁰⁰⁷Nos Dom Afonso pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve comssirando que a dicta ordenaçom he feita a serviço de Deus e nosso e em exalçamento da fe de Jhesus Christo e a prol dos nossos regnos¹⁰⁰⁸ e outrosi da dicta Ordem outorgamos e consentimos na dicta ordenaçom e por moor firmidam mandamo la seellar do noso seelo do chunbo per o protestamos que nom enbargando este consentimento que fique aguardado a nos e aos reys que depos nos beerem todo ho dirreito que avemos e entendemos a aver em todollos beens que a dicta Ordem trage a sa mão e a sa posse. ¹⁰⁰⁹E disse ho Meestre que conssetiia nom enbargando ho juramento que a feito aa Igreja de Roma e que per esto nom entende a hir (fl. 182) contra ho privilegio que ham da corte de Roma.

A qual ordenaçom leuda e pobricada per mym dicto tabeliam per dante elles Meestre comendador e freires entom esses Meestre comendador e freires me rogarom que fosse com elles aas casas do dicto senhor rey que entom era na cidade de Lixboa a lhe leer a dicta ordenaçom ca lhe queriam pedir por mercee que lhe prouvesse de conssetir em ella e madar hi poer o seu seello. E eu sobredicto tabeliam a rogo e petiçam dos dictos Meestre, comendador e freires fuy com elles aas casas do dicto senhor rey. E leuda e pobricada a dicta ordenaçom perante elles presentes¹⁰¹⁰ os sobredictos Meestre, comendador e freires lhe pedirom por mercee que lhe prouvesse da dicta ordenaçom e conssetnisse em ella e mandasse hi poer ho seu seello. E logo o dicto senhor rey deu sa reposta em esta guisa:

Nos Dom Afonso pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve veendo que a dicta ordenaçom era feita a serviço de Deus e nosso e que a Ordem e os beens della som obrigados e a honrra e prol da dicta Ordem semelha nos que he booa e praz nos della sob tal condiçom e sob tal maneira que a nos e a nossos sobcesores fiquem sempre aguardados todollos dirreitos e demandas que ante aviamo<s> e ora avemos e ouvermos adeante contra os beens da dicta Ordem. E outrosi que em aquello que os dictos Meestre, comendador e freires deziam que se adiante em alguum tempo a dicta ordenaçom se podesse melhor fazer e mais a serviço de Deus e a nosso e prol da dicta Ordem que a podessem fazer com nosso consentimento. E nos entendendo que dizia guisado praz nos ende. E por moor firmidam mandamo la seellar do nosso seello do chonbo (*sic*). Feita Era mes diia e logo sobreditas. Testemunhas os honrrados *in Christo* Dom Rodrigo bispo de Lamego, Dom Basco Affonso Meestre d'Avis, meestre Bicente das Lex, Joham Vicente coonigo de Lixbooa e outros muytos. E eu sobredicto tabeliam que a dicta ordenaçom tresladei e aqui meu sinal pugi que tal he em testemunho de verdade.

Acabam se as scripturas da decima sexta parte. Começan se as da decima septima.

¹⁰⁰⁷ Na margem esquerda: "*Confirmacio regis*". Também na margem direita, por outra mão: "*Este se chama do Sallado, foy filho d'el rey Dom Dinis*".

¹⁰⁰⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "*Nota protestatione et quid openet clausula salvis nostris juribus. Salve*".

¹⁰⁰⁹ Na margem direita, de outra mão: "*Responder hos Ephesios*".

¹⁰¹⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "*Alias perante elle*".

(fl. 182v)

219

1316, Novembro, 7 – Montemor-o-Novo

¹⁰¹¹Era de mil CCC^c LIII^o anos sete dias de Novembro estando ante as portas da igreja que he chamada de Santa Maria que chamom do Bispo em na villa de Monte Mayor ho Novo e ante as portas dos paaços do bispo d'Evora que ha em no dicto logo em presença de mym Pero Gonçallvez puprico tabeliam em na dicta bila de Monte Mayor e das testemunhas que adiante som escriptas Joham Periz freire da Ordem de Santiago e priol da igreja de Santa Maria de Setuval e procurador de Dom Lourenço Annes¹⁰¹² Mestre da Ordem da Cavalaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve per hũa procuraçom que ende o dicto Joham Periz tragia feita de Domingos Periz scripvam jurado de mão de Domingos Dominguez tabeliam d'Alquacer a qual procuraçom eu tabeliam by a qual nom era rasa nem antrelinhada nem em nenhũa maneira sospeita e asinada do sinal do dicto Domingos Dominguez segundo o que em ella parecia. O dicto Joham Periz procurador disse e frontou que o diia que o bispo d'Evora asinara ao dicto Mestre e aos freires que parecessem na dicta bila de Monte Mayor segundo como era contheudo em huum estormento que logo o dicto Joham Periz mostrou feito per mão de Afonso Estevez tabeliam d'Obidos do diia desse estormento a XXX diias e deziia que o diia era oje e que elle em nome do dicto Mestre e freires parecia e estava aparelhado pera a mostrar ao dicto bispo ou a seus vigairos per veer os privilegios e liberdades que a dicta Ordem avia. Logo primeiro mostrou hũa bula Papa *Innocencio servus servorum Dei* e fiinsse *pontificatus nostri anno tercio*. A qual bula era sãa, nem rasa, nem antrellinhada, nem em nenhũa maneira sospeita e o seello era de chunbo e tiinha metudo per sy em que estava fiios amarelos e vermelhos de seda retros. Item mostrou outra bula que se começava asi: *Gregorius episcopus servus servorum* e fiinhasse *ano tercio*. A qual bulla nom era rasa, nem antrelinhada, nem em nenhũa maneira sospeita e o seello de chunbo e tiinha metudo per sy fiios de seda retros amarelos e vermelhos. Item mostrou outra bulla que se começava asi: *Bonifacius episcopus servus Dei* e fiinhasse assy: *pontificatus nostri anno quinto*. A qual bula nom era rasa, nem antrelinhada, nem em nenhũa maneira sospeita e o seello era de chunbo e tiinha metudo per si huum ordem (*sic*) de linho alcanave em que se tiinha. Item mostrou outra bulla que se começava assy: *Clemens episcopus servus servorum Dei* e fiinhasse assy: *pontificatus nostri anno septimo*. A qual bula nom era rasa, nem antrelinhada, nem em nenhũa maneira sospeita e tiinha o seello de chunbo e metudo per si huum cordon de linho alcanave em que se tiinha. Os quaes seellos das dictas bullas tiinham em sy em fegura cabeças de Sam Pedro e de Sam Paulo. Item mostrou huum estormento em que era contheudo trellado dhũa bulla que se começava assy em nas cinque regras: *Gregorius episcopus servus servorum Dei* e jazia em esse trellado nas XVI regras: *que de preventibus vestris decimum huiusmodi solve re minime teneamini (sic)* e fiinhasse ho trallado da dicta bulla *anno tercio*. O qual estormento era escripto per mão de Domingos (fl. 183) Dominguez tabeliam d'Alquacer e asinado do seu sinal segundo o que em

¹⁰¹¹ Na margem esquerda e de outra mão: "[Est]ormento de certas bullas que [...] Meestre mandava a mostrar [...] Jo bispo d'Evora".

¹⁰¹² Na margem esquerda, por outra mão: "D. Lourenço Annes, Mestre em Portugal no anno de 1315. Alias 1316 que he esta Era que aqui esta de 1354".

el parecia. Item mostrou hũa carta partida per A.B.C. que se começava asy: *Notum sit omnibus presentes literas inespecturis quod M. episcopus* e nas quinze regras dezia asi: *salvis hereditibus Ordinis* e fiinhasse: *Era M^oCC^oLXXXVII*. Essa carta nom era rasa, nem antrelinhada, nem em nenhũa cousa sospeita e era seellada de quatro seellos pendentes com cordas vermelhas e os dous parecia huum do Meestre da dicta Ordem e outro do seu cabidoo e os outros dous huum parecia do bispo d'Evora e outro do seu cabidoo. As quaes bulas e trelado da bulla e carta de conpossiçom mostradas per dante mym tabeliam dezia o dicto procurador que el aparelhado era pera mostrar ao bispo ou a seus vigairos as dictas bullas e composições e nom como a seu juiz mas como a homem boom e nom renunciando a sa apellaçom mais pera ouvir a revogaçom que o dicto senhor bispo faz aa dicta Ordem. Em testemunho destas cousas o dicto procurador pedio a mym Pero Gonçallvez devamdicto tabeliam huum estormento e eu dei lho com meu sinal que tal he em testemunho de verdade. Testemunhas que presentes foram Lourenço Gonçalvez, Gomez Afonso escudeiro, Afonso Ferrnandez tabeliam, Giral'd'Andres, Lourenço Periz, Joham Testa crelligos, mestre Simõez e outros.

220

1376, Setembro, 12 – Montemor-o-Novo

Inserere: 1376, Agosto, 27 – Lisboa; s/d.; 1376, Setembro, 17 – Montemor-o-Novo

¹⁰¹³Saibam todos como XII diias de Setembro Era de mil e CCCC^oXIII^o annos em nos paaços do bispo d'Evora que sam dentro na cerca de Monte Mayor ho Novo seendo hi nos dictos paaços Dom Martinho bispo da dicta cidade em presença de mym Joham Valladares tabeliam na dicta bila e as testemunhas adiante scriptas pareceo Aires Paez criado de Dom Stevam Gonçalvez Meestre¹⁰¹⁴ da Cavalaria da Ordem de Santiago e mostrou per mym dicto tabeliam e leer fez perante o dicto senhor huum estormento feito e asinado per mão de Per'Esteveez tabeliam d'el Rey na cidade de Lixbooa segundo em ell parecia que tal he:

Saibham todos que na Era de mil e IIII^oXIII^o annos XXVII dias do mes d'Agosto na cidade de Lixbooa aa porta da igreja cathedral da dicta cidade estamdo hi Domingos Dominguetta coonigo da dicta igreja e sobcolleitor de nosso senhor o Papa que ora he nos regnos de Portugal e do Algarve e perante el e presente mym Per'Esteveez tabeliam d'el Rey na dicta cidade e testemunhas adiante escriptas pareceo Airas Paez criado de Dom Stevam (fl. 183v) Gonçalvez Mestre da Cavallaria da Ordem de Santiago e disse que o dicto Mestre se sentiia agravado do bispo d'Evora que ora he que lhe levava mayor taxa d'algũas igrejas da sua terra que a que devia de levar e que o que era contheudo no livro e taxa dellas. E que porem el em mo (*sic*)¹⁰¹⁵ do dicto Mestre pedia e requeria ao dicto collector que mostrasse ho livro da taxa das igrejas da terra da Ordem pêra saber ca manha era. E o dicto sobcolleitor mostrou logo huum livro de purgaminho escripto e asinado per Apariço Martinz tabeliam actoritate apostolica segundo em elle fazia mençom.

¹⁰¹³ Na margem direita, de outra mão: "Estromento da taxa que se fez das igrejas da Messa pera a paga do soci-dio da Tera Santa".

¹⁰¹⁴ Na margem direita, de outra mão: "6 Mestre em Portugal. D. Estêvão Gonçalvez Mestre em Portugal".

¹⁰¹⁵ Na margem direita, de outra mão, corrigido para: "em nome".

O qual livro dizia que era da taxa das igrejas do regno de Portugal e do Algarve e entre as quaes igrejas andavom no dicto livro taxadas da terra da dicta Ordem asi eram estas que se seguem, *convém a saber*, a igreja de Santiago de Quacem mil livras. Item a igreja de Santa Maria d'Alquacer o que pertence ao Mestre setecentas e oyteenta livras do tenporal mil e quinhentas livras. Item a igreja de Almouzar que pertence ao dicto Mestre quinhentas livras. Item a igreja de Ferreira a oyteenta livras e o tenporal outrosi oyteenta livras. E mostrado asi o dicto livro e taxa das dictas igrejas o dicto Airas Paez em nome do dicto Meestre pedio a mym tabeliam sobredicto que lhe desse ho theor da taxa das dictas igrejas em hum pruprico stormento sob meu sinal pera o dicto Mestre que se entendia ajudar per elle e o dicto sobcollector mandou a mym dicto tabeliam que lho desse com ho theor das sobredictas igrejas e taxa dellas. Testemunhas Martim Lourenço dayam de Coimbra e Joham Periz crerigo de Santiago de Quacem e Gomez Lourenço morador na cidade de Lixboa nas Carneçarias Velhas e outros. E eu Per'Estevez tabeliam sobredicto que per mandado do dicto collector e ao pedir do dicto Airas Paez este estormento screpvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

O quall estormento asi mostrado o dicto Aira<>s Paaes mostrou perante o senhor bispo e per mym dicto tabeliam leer fez hũa cedula escripta em papel da qual ho th[e]or tal he:

Tabeliam (*sic*) de como eu Airas Paez criado do Mestre de Santiago digo e requeiro a meu senhor o bispo d'Evora que presente esta em como estou prestes e aguisado de fazer pago em nome do dicto senhor Mestre de todo aquello que achado for que o dicto senhor Mestre ha de pagar pera o sossidio caritativo que o Papa mandou lançar em como lhe mostro hum estormento pruprico em que sam contheudas as taxas das igrejas e logares de que o dicto senhor Mestre he theudo pagar segundo forom tirados do livro do collector do dicto senhor Papa que esta em Lixboa e como lhe digo e requeiro que nom mande pagar ao dicto senhor Mestre a paga que ha de fazer do dicto sossidio se nom per as dictas taxas conthuudas (*sic*) no dicto estormento e asi como pagar em Lixboa da dizima as tres partes e por mayor avondamento que lhe requeiro que lhe mande pagar a dizima inteira que som de cento dez livras em anbas as pagas que o dicto senhor Mestre hora ha de pagar em hum assy (fl. 184) me darees hum estormento com reposta do dicto senhor bispo pera eu delo fazer certo ao dicto senhor Mestre.

A qual cedulla asi pobricada perante o dicto senhor bispo como suso dicto he o dicto senhor bispo disse que pois ora o dicto Airas Paez fazia perante el pobricar o dicto estormento e cedula sobredicta que eu sobredicto tabeliam lhe desse de todo ho trelado em hum estormento puprico pera aver consselho e lhe dar reposta qual conpre ataa tres dias. Testemunhas Pero Afonso alcaide, Meend'Afonso, Ruy Gomez, Gonçalo Gil, Acenço Periz e outros.

E depois desto XVII dias do dicto mes de Setembro da Era sobredicta ante a igreja de Santa Maria do Bispo do dicto logo o dicto senhor bispo deu reposta per scripto que tal he:

Joham Valladares a reposta que vos bispo¹⁰¹⁶ damos ao requerimento e fronta que nos fez Airas Paez criado do dicto senhor Mestre presente vos he esta. Que nos recebe-

¹⁰¹⁶ Na margem direita, de outra mão: "que nos o bispo d'Evora".

mos mandado de nosso senhor o Papa no qual se contiinha antre outras cousas que el revogava os processos que foram feitos per Jacobo de Sirano seu colector per razom das dictas dizimas que posera e lançara aos prellados, cabidoos, clerezias, meestres e aas outras pessoas ecresiaslicas isentas e nom isentas dos regnos de Portugal e do Algarve e que mandava aos dictos prelados e pessoas sobredictas que lhe fizessem serviço de dez mill frolliins destrebuidos e pagadoiros em paz e em salvo em Lixboa ha Fulcam de Pereira seu colleitor aas despesas de todos pella guisa que foram destrebuidos e pagados os viinte mil floriins que foram lançados pelo cardeal de Corugie (*sic*) e nom faz ende mençam de taxaçom nenhũa e dos quaes dez mil frolliins contece a nos de pagar com nosso cabidoo, crellezia e pessoas sobredictas do nosso bispado mil e seiscentos frolliins em duas pagas e nos ante que destribuçam ende nenhũa dos dictos frolliins fosse feita escrepvemos ao dicto senhor Mestre como nos este mandado chegara e que lhe faziamos saber per nossas cartas que tevesse por bem de viir ou enviar a dia certo veer como se destrebuyam estes mil e VI^o frolliins que o Papa mandava pedir por nos e nossa crelleziia por el e per alguns outros meestres e pessoas ecresiaslicas do dicto nosso bispado pera depois nom dizer que era agravado na destrebuçam que se avia de fazer. E porque el nom veeo nem enviou ao termo que lhe per nos foi assinado pero depois do termo foi atendido per alguuns diias e ho tempo da primeira paga era muy breve nos cometemos a dous homeens boons beneficiados da nossa igreja jurados aos Santos Avangelhos que bem e dereitamente destrebuissem os dictos mil e VI^o floriins per nos e nosso cabidoo e creleziia, mestres e pessoas ecresiaslicas isentas e nom isentas do dicto nosso bispado contheudas no dicto mandado. Os quaes taxadores destrebuiron os dictos frolliins per as dictas pessoas segundo lhe Deus deu a entender destrebuindo segundo as rendas dos beneficios e beens eccresiaslicos e nom segundo a taxa pola pouquidade dos beneficios e das pessoas ecresiaslicas que no dicto sosidio avyam de pagar e asinaram ao dicto senhor Mestre que pagasse pellos seus logares da sua camara, *convém a saber*, de Crasto Verde XX livras. Item por Almodouvar LX livras. Item por Santiago de Quacem duzentas e XX livras e por Alcaçar LXXX livras. Item por Ferreira noventa livras. Item por Sines cento e dez livras. Asi montam em todos estes logares quinhentas e sateenta e cinco livras. A qual destrebuçam (fl. 184v) nos crreemos que foi facta como devia segundo a rollaçom que nos fezerom os dictos destrebuidos e se em esta destrebuçam o dicto senhor Mestre diz que he agravado ou que foi hi algum erro nos nom ho sabemos el mais envye nollo mostrar e nos o faremos correrger como for dirreito e aguisado. E porque o dicto Airas Paaez em nome do dicto senhor Mestre nos requereo que queria pagar a decima enteira segundo a taxa por que as igrejas dos logares sobredictos estam intredictas e em ellas se nom celebra o divinal officio e he em gram dano e perigoo das almas de muitos que por esta razom andam em sentença d'escomunham gram tempo ha. O qual divinal officio nos desejamos acrescentar e nom minguar praz nos de lhe receber qualquer destas pagas que el quiser e lhe mais prouver contanto que fique cauçam pellos lugares de Sines e de Crato Verde e do tenporal d'Alquacer pera se veer se he theudo de pagar por elles ou nom como quer que a esto nom fossemos theudo. Das quaes cousas o dicto Airas Paaez pedio a mym sobredicto tabeliam hum estormento em nome do dicto senhor Mestre. Testemunhas que presentes foram Stevam Steveez, Fernam Fernandez coonigos d'Evora, Fernam Afonso comendador e outros. E eu João Valladares tabeliam sobredicto que a esto todo presente fuy e este estormento screpvi so meu sinal que tal he.

1438, Junho, 29 – Estremoz

Inserere: s/d; s/d.

¹⁰¹⁷Saibham todos quantos este estormento e outro tal virem que no ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e triinta e oyo anos, XXVIII^o dias andados do mes de Junho em Estremoz nos paaços do conde d'Arrayollos honde ora pousa o bispo d'Evora presente ho senhor bispo pareceo Pero Afonso criado do Ifante Dom Joham e freire da Ordem de Santiago e apresentou hũa cedula da qual ho theor tal he:

Tabeliam vos me darees huum estormento e dous e mais se comprirem de como he verdade que o senhor Dom Alvaro bispo da cidade d'Evora que presente esta enviou hũa carta ao muy honrrado e muy prezado senhor Ifante Dom Joham regedor e governador¹⁰¹⁸ em estes regnos de Portugal da muy honrrada Ordem da Cavallaria de Santiago no spiritual e temporal pella qual lhe fazia saber que os que ham d'ouvir os factos dos dizimos nas terras da dicta Ordem devem ser vigairos per cartas delle dicto senhor bispo e nom per cartas do dicto senhor Ifante como ora sam aa qual lhe o dicto senhor responde que por algũas razões que som proveitosas a todo povoo e porque logo de presente nom tem juiz perante que possa mostrar ho dirreito que a dicta Ordem tem (fl. 185) de poder poer os dictos¹⁰¹⁹ bigairos e que a elle praz que pello presente os ditos vigairos sejam postos nos logares da dicta Ordem per cartas do dicto senhor bispo sob tal protestaçon que em qualquer tempo que se mostrar que a dicta Ordem pode poer os dictos bigairos que tal consentimento e prazimento como ora el dicto senhor Ifante faz nom faça perjuizo nem empeecimento nem torve ho dirreito da dicta Ordem ante protesta hũa e duas e tres e mais vezes como regedor e ministrador que dela he que a dicta Ordem seja restetuyda e reformada em todo seu dirreito e posse assy e tam conpridamente como se tal conssentimento nunca fosse outorgado e que o dicto senhor bispo nem seu cabidoo nom se possam por ello chamar aa posse, nem alegar per escripçam nem outro alguum dirreito posto que o alegar possa contra a dicta Ordem e em seu perjuizo e posto que o aleguem que elle dicto senhor protesta nom valer nem empeecer aa dicta Ordem e que esto diz sob guarda e protestaçon de todo ho dirreito da dicta Ordem.

E de como eu Pero Afonso criado do dicto senhor e freire da dicta Ordem per mandado do dicto meu senhor e em nome da dicta Ordem apresento esta cedulla ao dicto senhor bispo vos tabeliam me darees o dicto estormento ou estormentos com ho trelado da dicta cedulla e protestaçon por guarda e defenssam do dirreito da dicta Ordem. E apresentada asi a dicta cedulla como dicto he pella parte do senhor bispo foi dada hũa reposta per escripto da qual ho theor he tal:

Responde ho bispo ao requerimento que lhe he feito por parte do senhor Ifante Dom Joham. Diz que lhe praz muito do dicto requerimento. E quando for achado per privilegios ou per outras razões que esto perteece aa Ordem de Santiago que elle seja chamado e ouvido com seu dirreito.

¹⁰¹⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “[Estr]jomento do protesto que o Mestre fez [so]bre os vigairos do bispo d'Evora [co]nhecerem das causas decimaes”.

¹⁰¹⁸ Na margem esquerda, de outra mão: “Ifante D. João, governador da Ordem”.

¹⁰¹⁹ Riscado: “enbargos”.

E dada asi a dicta reposta como dicto he o dicto Pero Afonso freire da dicta Ordem em seu nome pedio asi este estormento e o dicto senhor bispo pedio outro tal estormento e este he da dicta Ordem facta como dicto he. Testemunhas Gil Serão criado de Diogo Lopez Lobo e Nuno Calça coonigo criado do senhor bispo e Diogo Gomez d'Aabreu cavaleiro e outros. E eu Alvaro Gonçalves tabeliam d'el Rey na dicta bila que este estormento e outro tal escrepvy e aqy meu sinal fiz que tal he.

Acabam se as scripturas da decima septima parte. Começam se as da decima oytava.

(fl. 185v)

222

1320, Julho, 23 – Avinhão

¹⁰²⁰In nomine Domini amem. Anno Nativitatis eiusdem millionesimo trecentesimo vicessimo indicione tercia pontificatus santissimi patris domni Johannis divina providencia Papa XXII anno quarto die XXIII menssis Jullii, constitutus personaliter in presencia mei notari et testium subscriptorum in ospito rellegiosorum virorum fratrum Godofredi et Berengarii Ordinis Cisterciensis ipsius domni Papa bulatorium Magister Guillelmus de Santo Stephano in romana curie procurator petiit et requisivit instanter a dicto fratre Godofredo et specialiter a me Petro de Balneis notario publico infrascripto deputato ad restituendum literas bula dicti domni nostri Papa bullatas. Si quedam litera revocatoria quam pro venerabili et rellegioso viro domno Petro Magistro Generali Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii et quibusdam aliis rectoribus ecclesiarum ac clericis ipsarum ecclesiarum Ulixbonensi diocese in dicta lictera contentis impetrabat foret bulata et cum novitur¹⁰²¹ dicta die eadem litera extitisset bulata soluta prius pecunia¹⁰²² predictum Magistrum Guillelmum que pro bula talis litere est solium consueta eidem Magistro Guillermo de consensu et volluntate predicti fratris Godofredi¹⁰²³ litera¹⁰²⁴ restitui supradictam, que litera incipit: "*Johannes episcopus servus servorum Dei dilectis filliis archidiacono de Cervaria in ecclesia Tudensis, et cantori ecclesie Tudensis ac priori fratrum Ordinis predicatorum Tudensis salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis dilecti filii Petrus Magister Generalis Ordinis Millicie Sancti Jacobi regnis Portugalie et Algarbii ac Sancti Julliani et Sancte Marie de Setuval ac Sancti Jacobi etc.*" et finit sic: "*Datum Avinione kalendas Marcii pontificatus nostri anno quarto*" et tunc predictus Magister Guissalvivi (sic)¹⁰²⁵ asserens se procuratorem dictorum domnorum Magistri Generalis rectorum et clericorum supradictorum dixit et protestatus fuit quod eisdem domnis Magistro Generalii rectoribus et clericis ad prosequendum jus suum in alico¹⁰²⁶ non prejudicetur nec tempora eis currant cum per eum nomen steterit quincicius dictam licteram de bulla reddemisset si antea eam bullatam habere potuisset de quibus omnibus et singulis supradictis idem Magister Guillelmus requisivit me notarium infrascriptum ut sibi facerem publicum instrumentum. Actum

¹⁰²⁰ A primeira letra capital está ornamentada com uma cruz. Na margem esquerda, por outra mão: "[Est]romento de certa diligencia [...] se fez em Roma por [parte da Ordem]". Segue-se, ainda, de outra mão: "D. Pedro <Escacho> Mestre em Portugal no anno de 1320".

¹⁰²¹ Na margem esquerda, por outra mão: "noviter".

¹⁰²² Palavra repetida, por outra mão, na margem direita.

¹⁰²³ Palavra corrigida.

¹⁰²⁴ Palavra com um "m" final riscado.

¹⁰²⁵ Palavra corrigida, na margem esquerda, por outra mão: "Guilhelmus".

¹⁰²⁶ Corrigido, na margem direita, por outra mão para: "aliquo".

Avinione in hospito supradicto presentibus magistris Johane de Argil et Johane de Azamuy in romana curia procuratoribus et pluribus aliis testibus ad premissa specialiter vocatis et rogatis. Ego Petrus de Balneis clericus Biterrensis publicus auctoritate apostolica notarius omnibus et singulis supradictis una cum dictis testibus interfui scripsi et publicavi et signo meo consueto signavi rogatus.

223

1353, Agosto, 17

Insere: 1315, Junho, 7 – Lisboa; S/d.

(fl. 186)¹⁰²⁷ Noverint universsi quod in presencia mei Andre Petri scriptoris seu notarii reverendi patris et domni domni Fernamdi miseracione divina Yspalensis archiepiscopi et testium subscriptorum ad hac specialiter vocatorum et rogatorum XVII^a die menssis Agusti, sub Era Cesaris M^a CCC^a quinquagesima tertia constitutus coram reverendis prioribus et dominis domno Fernando archiepiscopo specialiter et domno fratre Petro episcopo Cadicense discretus vir Martinus Rodericus thesaurarius Silvensis procurator domni Laurenci Johanis qui se dicit Magistrum Provinciale Millicie Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugal et Algarbii prout aparebat ex tenore cuiusdam procutatori quod erat sigilatum sigillo dicti domni Laurenci Johanis quod fuerat factum vicessima die menssis Julii. Era Cesaris M^a CCC^a quintagessima tertia¹⁰²⁸ publicavit et per me Andream Petri scriptorem predictum publicari fecit quamdam apelacionem tenore qui sequitur continetem:

In nomine Domini amen. Noverint universsi quod sub Era M^a CCC^c quinquagesima tertia videlicet, VII^a die menssis Junii apud Ulixbonnam coram reverendis prioribus ac dominis dominis fratre Stephano Ulixbonense et domno Geraldo Elboreense et domno Stephano Colinbriense et domno Martino Visense episcopis, me Roderico Vincencii actoritate regali puprico tabellione civitate Ulixbonense cum testibus infra scriptis adhibito et presente dictis Laurencius Johannis Magister Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regno Portugalie ac comendatores et fratres eiusdem Ordinis nomine suo et dicti Ordinis legi et publicari fecerunt per Antonium Martini canonicum Ulixbonensem quamdam apelationis cedullam¹⁰²⁹ cuius tenore dignoscitur esse tal:

In nomine Domni amen. Nos Laurencius Johannis Magister Provincialis Domus Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii ac comendatores et fratres eiusdem attendentes quod felix recordacionis olim sanctissimus pater et domnus domnus Nicollaus Papa quartus considerans religiosorum statum prosperam et tranquilam ad cuius aures pervenerant quod Magistri Ordinis Beati Jacobi in Spania quo pro tempore erant propter plura et ardua exequenda erant qua plurimum propenditi et oportebat eosdem Magistro propter in latitudinem locorum eiusdem Ordinis qui extra Portugalie et Algarbii regna consistunt per sepe discurrere ac in locis

¹⁰²⁷ Na margem direita, de outra mão: "Apellaçam que ho Mestre da Ordem em Portugal intimou do Mestre geral de Castela ho querer la[r]gar". Segue-se, ainda, de outra mão: " Anno 1315 Mestre em Portugal D. Lourenço Annes".

¹⁰²⁸ Segue-se subpontado: "videlicet VII^a die".

¹⁰²⁹ Palavra corrigida.

moram contrahere supradictos. Itaque profactus Ordo in regnis ipsius non modicum in spiritualibus e temporalibus (fl. 186v) sustinuit detrimentum cum per dicta occasione castra possessiones et bona alia mobilia et inmobilia Ordinis memorati ad eo dissipata¹⁰³⁰ et destructa noscebantur que nec per Apostollice Sedis salubre celereque remedium predictis Sumus Pontifex ocureret verendum proutabant prout jam dictis inotescerat indiciis ne totalis distrucio sequeretur oportunum super hoc prout ad suum spectabat officium volens adhibere remedium eiusdem Ordinis statui ac indenitatim salubriter providere actoritate apostolica statuit et eorum ordinavit ut universsi comendatores ac fratres domus Millicie Sancti Jacobi in Portugalie e Algarbii regnis constituti ex tunc aliquem in fratribus dicti Ordinis ad tanti oneris sortinam¹⁰³¹ perferendam in suum et dicti Ordinis provincialem in eiusdem regnis Magistrum asumere licite valerent, qui prefacti Ordinis et persentiium ac bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administracionem libere in Portugalie et Algarbii reg[n]is haberet eorum exerceret idem et fuere (?) olim Santissimus Pater ac domnus domnus Celestinus Papa V^{us} ex predictis canonis autoritate apostolica statuit et eorum ordinavit et nichilominus statuta et ordinaciones predictas excerta sciencia confirmavit prout apostolicis literis super hoc confectis plenius continetur idcirco cum ad nos dictum Laurencium Johannis Provincialem Magistrum juxta ordinacionem apostolica et dictarum literarum apostolicorum conteneniam assumptum et alios comendatores et fratres in dictis Portugalie et Algarbii regis constitutos de novo relacione plurimum fide dignorum pervenerit quod domnus Didacus Munionis Ordinis Uclensis Magister et alii eius factores seu complices ac prior eiusdem seu reverendi patris domni archiepiscopus Toletanensis et episcopus Salamantinus ac Lucensis decanus qui se dicunt super hoc executores seu iudices a sede apostolica deputatos seu eorum aliqui vel alius vel de ipsorum vel alicuius eorum mandato intendant sigilati seu simul nos vel aliquem seu aliquos nostrum ad tractatus suos et capitulum et ad alia in quibus eius iurisdicione non competit evacare hac contra nos vel aliquem seu aliquos nostrum de facto cum de iure non possint aliqui injuste ac contra iure ordinem ac nostrorum privilegiorum ordinaciones seu et statuta apostolica facere, statuere seu eorum ordinare vel ubi limen non citatis, non monitis, nom convictis per se vel per alium seu alios excutionis suspenssionis seu interdicti sentencias fulminare in contentum sedis apostolice et in nostri et dicti Ordinis non modicum per iudicium et gravamine vel alios nos vel aliquo seu aliquos nostrum contrarius et justiciam agravare ese predicti Magister et prior et illi eius complices seu factores vel archiepiscopus, episcopus et decanus prefater seu eorum aliqui vel aliquis seu quicumque alius vel alii ordinatores difinitores, custodes, conservatores seu quicumque alii iudices vel executores delegati vel ordinarii seu cuicumque officio seu iurisdicioni presidentes quocumque nomine senciantur contra nos seu aliquo vel aliquos nostrum nobis adherentes faventes conssilium vel auxillium inpendentes palam vel occulte de facto cum de jure non posint ad sentenciam privacionis, suspenssionis, excomunionis seu etiam intredicti seu quocumque aliam sentenciam seu sentencias vel penas jure seu facti procedere valent seu valeant (fl. 187) procedat seu procedant in hiis scriptis Sedem Apostolicam provocamus seu eorum approbamus ponentes nos et omnia

¹⁰³⁰ Palavra corrigida.

¹⁰³¹ Na margem esquerda, por outra mão: "sarcenam".

bona dicti Ordinis tam ecclesiastica mundana in predictis Portugalie et Algarbii regnis existencia sub protectione dicte sedis. Et ut juri satis statuimus apostolos petimus et requerimus (?) et iterum¹⁰³² petimus et instanter, instancius, instantissime petimus prout modus huius appellacionis exigit et requirit. Item appellacione prolecta dicimus ac protestamur que appellacione huiusmodi¹⁰³³ coram dictis Magistro, priore et aliis supra scriptis in loco tuto et securo libenter legeremus et publicaremus si dicti Magistri et aliorum perditorum secure adire possemus presenciam sed cum tanta sit eius potencia et sevicia in humaniter exercit et exercet et specialiter contra religiosos viros domnum¹⁰³⁴ Fernandum Roderici olim comendatorem regni Legionis quem prout securitatem silitraditam a dicto Magistro sine alia causa turpiter incarceravit et incarcerationem morti tradiderit et Garsiam Petri et plures alios eiusdem Ordinis fratres quos per quod petebant sibi capitulum celebrari in loco securo et tuto ubi excessus dicti Magistri graves et normas corrigendos et emendandos ut moris est iuxta Ordinis disciplinam defferent seu denunciarent propeant capi, interfeci per unum sarracenum quod est peritus contra fidem mandavit quod etiam sentenciam contra plures alios inviolatoriens (?) exercevit et exercere non destitit capiendo et interficiendo incarcerando fratres dicti nostri Ordinis sine causa et sic interfecit Petrum Asenares militem laboratum nostri Ordinis alios tenet captos et cathenatos in carcere et quosdam ex eis iam interfecit ut dicitur quos omnes securaverat postquam fidem comisit omnia supradicta taliter quo ut nec timet Deum nec dominum nec honorem reverenter. Item prestitit securitatem domno Arie Gomecii comendatori maiori regni Castele et fecit omagrum per se et fecit militibus que similiter facerent omagrum et promisit bona fide et juravit et juravit (*sic*) ad sancta Dei Evangelia et aposuit penam super se que amicteret dignitatem Magistratus quam tenet si juriaretur dicto domno Arie Gomecii vel eo vel factio vel ei faceret aliquam injuriam seu fratribus qui cum eo vivebant vel secularibus qui sibi serviebant. Et tamen in memor omagrum prestiti et promisione bona fidei et juramento contentis interfecit quam plures fratres et quam plures seculares qui vivebant cum dicto domno Aria¹⁰³⁵ Gomecii et ocupavit omnia bona eorum et nichilominus volens interficeret eundem prosecutus est eum et fecit eum ire in terra sarracanonum et hodie ductus metu prefati Magistri ibi duxit vitam suam. Item homines habitatores in terram Ordinis et vassallos Ordinis incarcerat sine causa et pro libito voluntatis et eos interficit et bona sua capit iniuste et de eis donaciones facit domicelis et scutiferis suis. Item incarceravit Rodericum Gomecii et Martinum Fernandi fratres sine causa et tenuit eos incarceratos in loco qui vocatur Segura et hodie est comunis opinio que sunt mortui et que eos interficit in dicto carcere. Item prefatus Magister prestitit securitatem omnibus hominibus habitantibus in loco quem vocatur Segura et promisit que nulam injuriam per se vel per alium faceret moratoribus dicti loci et tam in memor sue salutis dictis promisionem et securitatem conptentis iniuste et sine causa cam interfecit quam plurimos homines, mulieres et pueros dicti loci. Item contra jus et justiciam et nullis meritis precedentibus interfecit archipresbitrum Tolletanum et quam (fl. 187v) plures clericos cum eadem.

¹⁰³² Palavra corrigida.

¹⁰³³ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁰³⁴ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁰³⁵ Palavra corrigida.

Unde ex omnibus istis et pluribus aliis sequitur quod tanta sit sua sevicia et malicia et in tantum est sine conscienciam cum sit yn delatra et hic secum unum hebrem quem vocat malignum ipsum de cuius mandato facit quemcunque debeat facere quod non esset nobis nec alicui nostrum per nos nec per alium sibi dictam appellationem notificare et publicare sine mortis periculo propter quod notificamus eam hic coram istis prelatiis et coram istis aliis hic persentibus et dicimus eam que intendimus eam prosequi coram domno nostro Summo Pontifice proximo tempore a jure determinato et omnia facere circa dictam appellationem quam facere de jure tenemur.

Et rogamus te Rodericum Vicencii publicum tabelionem Ulixbonensem quod de publicacionem leccione istius cedule et apostolorum petitione nobis conficias et des in publicum instrumentum presentibus domno Egea Laurenci decano Ulixbonense, Alfonso Pelagii magistro scholarum, Antonio Martini canonico eiusdem, Stephano Petri Bugalo, Johanne Andree canonico Egitanense, Raymundo, Johannis Martino, Martini de Podentes, Martino Roderici millitibus et aliis pluribus. Ego vero Rodericus Vicenci tabelione memoratus rogatus a dictis Magistro, comendatoribus et fratribus dicti Ordinis ostensioni leccioni publicacioni predicte cedulle appellationis et omnibus aliis et singulis prout iacent presens fui et exinde hoc instrumentum in istis duobus roculis manu propria conscripsi et signum meum in conviccionem rotulorum et hic aposui in testimonium veritatis quod tale est.

Qua per lecta et publicata domnus thesaurarius dictis domnis archiepiscopo et episcopo humiliter supplicavit ut de dicta publicacione per me scriptorem predictum sibi facerem fidem dari. Ego Andreas Petri scriptor seu notarius autoritate predicta legi seu publicavi ad instanciam et requisicionem dicti thesaurarii appellationem predictam. Presentibus testibus domno Fernando Guterri archidiacono Yspalense ac officialii dicti domni archiepiscopi Johane Roderici porcionario eiusdem et de mandato dictorum dominorum presentem scripturam nomine meo sicutque solito roboratam super predictis eidem thesaurario tradidi in testimonium veritatis. Actum est hoc in camera dicti domni archiepiscopi, die, mensse et Era predictis. Est rescriptum vero dicitur (?) signaque non noceat Andreas Petri.

224

1320, Janeiro, 11 – Évora

Inserere: [1320, Janeiro, 11] – Évora

¹⁰³⁶In nomine Domini amen. Noverint universi presentes publicum instrumentum inspecturi quod sub Era M^a CCC^a quinquagesima oytava feria sexta, scilicet, undecima die mense Januarii apud civitatem Elborensem in hospicio in quo tunc hospitabatur venerabilis vir ac religiosus (fl. 188)¹⁰³⁷ domnus Petrus Escacho Magister Millicie Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii in presencia mei Alfonsus Johannis publici tabellionis¹⁰³⁸ actoritate regali civitate Elborense predicte ac testium infra scriptorum ad hoc omnia infra scripta specialiter vocatorum et rogatorum predictis domnus Magister coram venerabili viro domno magistro Raymundo Sedis Apostolice nuncio

¹⁰³⁶ Na margem esquerda, de outra mão: “[A]pelaçam que ho Mestre da [Or]dem fez de hum nuncio apostolico [...] Jerer receber as rendas do [M]estrado”.

¹⁰³⁷ Na margem direita, por outra mão: “D. Pedro Escacho Mestre em Portugal no anno de Christo de 1320”.

¹⁰³⁸ Palavra corrigida.

super facto beneficiorum vacancium de quibus domnus Papa camere sue providit per me thabellionem suprascriptum quamdam apostolicis cedulam legi fecit ac et publicari cuius quidem apostolicis cedulle¹⁰³⁹ de verbo ad verbum per omnia dignoscitur esse talis, scilicet:

In nomine Domni amen. Quoniam contra anelantes jura absorbere aliena certa sunt in iure remedia constituta, idcirco cum ad me Petrum Escacho Magistrum Milicie Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii de novo pervenerit quod venerabilis vir domnus Raymundis Sedis Apostolice nuncius aserens se quavis et justiciam ac de facto cum de jure non possit et in mei et dicti Ordinis prejudicium non modicum et gravamem habere et extro que frutus Magistratus mei predicti eo quod aserit dictum Magistratum vacasse per ac noticem religiosi viri domni Laurenti Johannis olim Magistri Ordinis Milicie supradicte tempore que dictus magistratus mihi fuit cosatus cum fructos dicti magistratus ac de tam nec iuxtra mentem domni Pape nec ser tenorem rescripti ipsius domine Pape habere debeat ut pote cum in rescripto predicto tam ut dicitur contineatur exprimatur quod de beneficiis ecclesiasticis vacantibus et vacaturis predictis domnu Papa tamen¹⁰⁴⁰ sue providit et fructus magistratus milicie Ordinis supradicte sicut deputati proad regno Portugalie defensionem et sustentacionem fratrum ac millitum Ordinis inter morate propter que sentiens me et Ordinem predictam expremisissis quanplurimum fore gravatum et timens in posterum anplius agravari timens et ne predictis domnus Raymundus seu aliqui alii eius college seu nunci Sedis Apostolice super hoc deputati seu quivis alius de ipsorum generali vel spciali mandato contra me, fratres, millites, ecclesias, vilas, castra, aldeas, terras, possessiones seu alia loca; clericos, vassallos, homines servientes meos et Ordinis Milicie supradicte ad excommunicacionis, suspensionis vel interdicti, sentenciam seu sentencias seu adinvocacionis brachii secularis sue ad alias jures vel facti penas procedant seu procedat procedi faciant seu faciat in hiis scriptis meo et dicti Ordinis ac preceptoris fratrum¹⁰⁴¹, priorum, clericorum dicti Ordinis et quorumcunque aliorum cuius in ac causa interest vel interesse pariuntur (?) nomine quoniam cito predicta ad me pervenerunt et quondam decendum¹⁰⁴² Sedem¹⁰⁴³ Apostolicam provoco seu apostolico et ut juri satisfaciam apostolos instantem peto istam et istum cum magna instancia eos peto prout modus istius apellationis exigerit et sequerit ponens me et magistrum et fratres, milites, ecclesias, vilas, castra, aldeas, terras, possessiones ac alia loca, clericus, vassallos, servientes meos et Ordinis Milicie supradicte et omnia alia mea et dicti Ordinis bona temporalia et spiritualia ecclesiastica et mundana et causas mihi et supradicti et in hac causa adherentes seu adherere volentes consillium vel auxillium quomodolibet inpendentes palam vel ecclesie¹⁰⁴⁴ sub protectionem Sedis Apostolice memorate protestioni tamen ac instanter peto a vobis domno Raymundi apostolicum mihi rescriptum super hoc ad nomine (fl. 188v) Papa directorium¹⁰⁴⁵ exhiberi et eo juro et super ipso cum domno meo rege habito consillio ad quod et regnorum suorum defensionem fructus dicti magistratus sunt omnimodem deputati ac et obligati paratus sum in omnibus et per omnia iuxta mentem et tenorem rescripti mandatum domni Pape adimplere et preceptis suis humiliter obedire et de

¹⁰³⁹ Na margem direita, de outra mão: "tenor".

¹⁰⁴⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "cameras".

¹⁰⁴¹ Segue-se uma palavra riscada e na margem esquerda, por outra mão: "militum".

¹⁰⁴² Por "defendunt".

¹⁰⁴³ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁰⁴⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "occulte".

¹⁰⁴⁵ Palavra corrigida, por outra mão, na margem esquerda.

lectionem¹⁰⁴⁶ et publicacionem istius in¹⁰⁴⁷ apellationis et apostollorum petitionem et protestacionem rogo te Alfonsus Johanis tabellione Elborensis auctoritate regali ut mihi conficias et tradas publicum instrumentum. Qua cedula apellationis oblata et perfecta predictis dominus Raymundus petiit copiam dicte cedule et¹⁰⁴⁸ ea habita dabit sibi apostollos quos de jure dare debet et responsionem congruam si loco et tempore congruis fuit requisitus. Dixit et que ipse non gravavereat nec gravare intendebat predictum dominum Magistrum nec dictum Ordinem sed exequeretur mandata apostolica iuxta rescriptum¹⁰⁴⁹ sibi traditam per eadem et si aliqua gravamina erant sibi vel Ordini per eum vel aliquos collegam suum et erant illata paratus erat ea revocare et ad statum debitum reducere prout justiciam suaderet. Et tunc dictus Magister suo nomine et quo supra inherendo appellationi sue dixit, petit et protestatus fuit ut supra in appellatione <sua> plenius continetur, dixit per protestatus fuit quod in apellationis predictum dominum Raymundum seu per aliquum¹⁰⁵⁰ alium collegam suum datis seu dandis concessis seu et concedendis veritatem jure et facto constitutibus apertis et non clausis tam consenciebat ab hiis jure et facto repunitibus contradicebat. Et dictus dominus Raymundus dixit et petiit ut supra et predictus dominus Magister dixit, petiit et protestatus fuit ut supra. Si de quibus leccione et publicacione dicte cedule apellationis et apostollorum petitionem et protestacione ac contradictione necnon et de omnibus et singulis suprascriptis dictus dominus Magister Milicie Sancti Jacobi petiit a me iam dicto tabellione sibi fieri et tradi publicum instrumentum. Acta sunt hec Elborensis et die, loco et Era superius annotatis. Testes qui presentes fuerunt Laurencius Stephani canonicus et vicarius Elborensis, Antonius Stephani, Rodericus Johanis advocatus in audiencia Elborensis, Johanis Laurencii clericus, Stephanus Laurencii, magister Garssius, Vicencius Johanis rector ecclesie Sancte Marie de Turribus Novis et Johanis Fernandi miles, Gunsalvus Fernandi, Laurencius Martine, Alfonsus Durandi presbiter, Valascus Laurencii armiger et alii plures.

Et ego vero Alfonsus Johanis tabellione prenomminatus qui permissis leccioni et publicacioni dicte cedule apellationis et apostollorum petitioni, protestacioni et condicioni necnon et omnibus et singulis supradictis presens interfui et ad instanciam et rogatum dicti domini Magistri dicte Milicie Ordinis Sancti Jacobi supradicte exinde hoc publicum instrumentum manu propria scripsi meum solitum aposui in eadem que tale est.

(fl. 189)

225

1310, Agosto, 31 – Lisboa

Inserere: S/d.

¹⁰⁵¹In nomine Domini amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub Era M^a CCC^a quadragesima octava, videlicet, feria secunda ultima die menssis Augusti apud civi-

¹⁰⁴⁶ Palavra corrigida.

¹⁰⁴⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "med (?)".

¹⁰⁴⁸ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁰⁴⁹ Corrigido na margem esquerda, por outra mão.

¹⁰⁵⁰ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁰⁵¹ Na margem direita, de outra mão: "Apelaçam por parte da Ordem de ho arcebispo de Compostella demandar ha procuraçam das igrejas da Ordem."

tatem Ulixbonensem iutus in ecclesia cathedrali in capitulo et coram decano et capitulo eiusdem presente Johane Martini porcionario ipsius ecclesie procurator reverendi patris domni Rodericus Dei gracia archiepiscopi Compostollani in presencia mei Laurencii Johanis publici tabellionis civitatis predictae et testium subscriptorum ad hoc specialiter rogatorum et vocatorum, venerabilis et discretus¹⁰⁵² vir Michael Petri iudex et procurator in regnis Portugalie et Algarbii pro venerabili viro domno Didaco Monis Dei gracia Magistro Ordinis Millicie Santi Jacobi ostendit publicari et legi fecit per me dictum tabellionem quandam cedulam appellacionis cuius tenor talis est:

Cum appellacionis seu provocacionis remedium ideo sit inventum ut agravatis vel agravari timentes inpostum per appellacione seu et provocacione agravatibus illatis seu et comminatis valeant relevari. Idcirco ego Michael Petri iudex et procurator in regnis Portugalie et Algarbi pro venerabilissimo domno domno Didaco Nunionis Dei gracia Magistro Ordinis Millicie Sancti Jacobi sciens dictum dominum Magistrum et Ordinem vestrum et fratres nostros et ecclesias nostras et clericos multiplicent agravatos indebite et injuste et enormiter lesos de facto potius quam de jure, per reverendum patrem ac dominum domnum Rodericum misericordiatione divina archiepiscopum Compostellanum quia exegit ano preterito et nunc exegit per suos nuncios seu procuratores ut visitacionis officium sibi exequi permictatus in nostris ecclesiis faciendum in episcopatum et diocese Ulixbonensi et ponens dicte visitacionis procuracionem anbos hec comminatur nunc et in preterito subposuit ecclesias nostri Ordinis ecclesiastico interdicto quousque de procuracione fuit sibi satisfactum iuxta sue libitum voluptatis et hec et domni peregit in aliis nostris ecclesiis sitis in suo archiepiscopatum et provincia quod de jure exegi et exigere non debebat et cum per privilegia nobis et Ordini nostro concessa per Sanctum Pontificem. Nos et ecclesia nostri Ordinis clerici et familie nostre et nobis servientes sumus exopii (*sic*)¹⁰⁵³ a lege diocesana et publicis articulis¹⁰⁵⁴ ad legem jurisdictionis spectantibus ut ex inspectacione dictorum privilegiorum liquide aparebat cuilibet in cunctis de quibus in continenti sum peratus fidem facere si est aliquis qui dicta gravania nomine dicti archiepiscopi velit vel valeat corrigere seu et comendare et supercedit vel supercedere faciat nec contra eorum tenorem in alico nos agravent et timens ut non obstantibus dictis nostris exempcionis et libertatis privilegiis et pluribus¹⁰⁵⁵ aliis que nos habemus dictus dominus archiepiscopus vel eius suffraganei vicarii nuncii vel procatores vel Johannes Martini qui se procurator eius aserit super eis velint de facto cum de jure non possint procedere contra nos vel Ordinem nostram acceptando visitacionis officium exequi vel procuracionem exigendo vel nos monendo vel nobis vel alicui qui sit exeperte nostri Ordinis mandando sub pena excomunicacionis vel interdicti vel si hoc non sustinuerimus vel non adimpleverimus prout potunt vel nostras ecclesias subponendo ecclesiastico interdicto vel inhibendo clericis in eis servientibus sive fratribus sive secularibus ne in eis dovinum officium celebrent vel alias comodiones agravando in hiis scriptis ad Sumum Pontificem Papam Clementem apello seu et provooco pretens primo secundo et tercio instantes instancius (fl. 189v) instantissime et cum magna instancia apostolicos mihi concedi dari tradisci et liberari si est aliquis qui de jure vel de facto eos michi concedere, dare, tradere seu et liberare valeret ac possit subponens Magistrum nostrum, Ordinem nostrum, fratres nostros, me et ecclesias nostras et clericos

¹⁰⁵² Palavra repetida, por outra mão, na margem esquerda.

¹⁰⁵³ Corrigido na margem esquerda, por outra mão, para: "exenti".

¹⁰⁵⁴ Na margem direita, de outra mão: "privilegiis apostolicis".

¹⁰⁵⁵ Palavra corrigida, na margem direita, por outra mão.

et capellanos nostros, vassallos nostros et fautores nostros, consilliarios et auxillares et bona nostra et cuiuslibet eorundem sub protectione et custodia Sedis Apostolice speciali¹⁰⁵⁶ me omnia supradicta et plurima alia gravamina nobis et ordini predicto archiepiscopum et suos ilata coram Summi Pontificis presencia oponere et probare vel ea que mihi vel Ordini sufficiant ex eisdem et appellationem prosecutum infra tempus a jure statuto vel quam citius obtuler (sic) se facultas et si quam desunt que sint de sustancia appellationis provocatoris vel aliqua sint que non sint de eius substantia convento ex amine Summi Pontificis corrigenda. Et rogo te Laurencium Johanis publicum tabellionem civitatis Ulixbonensis ut istam meam cedulam apellationis in formam publicam redigas et ex me michi conficias et des publicum instrumentum.

Qua cedula appellationis perlecta et publicata domnus Johanis Martini procurator dicti domni archiepiscopi Compostelanus respondendo dixit quod dictus Michael Petri frater Ordinis Milicie Sancti Jacobi qui se dicitur procurator Magistri dicti Ordinis publicet seu publicare et legi faciat dictam appellationem coram per dicto domno archiepiscopo et ipse dabit responsionem ad dictam appellationem prout dicitur expedire dixit et quod dictus domnus archiepiscopus constituit eum procuratorem suum ex virtute grave sibi concessa a Sede Apostolica ad visitandum pro eo auctoritate predictae Sedis¹⁰⁵⁷ omnis (sic) ecclesias Ulixbonensis diocesis et ad recipiendum a qualibet earum procuraciones quas ipse archiepiscopus recepturus esse si eas personaliter visita<ret> que prout in dicta gracia ei super hoc concessa plenius continetur et idcirco oportet eum mandatum sibi in [h]ac parte traditum ad implere cum alias timeat sibi periculum (?) in minuere de quibus omnibus et singulis prefatus Michael Petri petit a me dicto tabellione sibi fieri¹⁰⁵⁸ et dari publicum instrumentum actum. Era, mense, die et loco superiori nominatis. Presentibus Johane Dominici, Aprile Dominici, Francisco Vicenci procuratore, Gunsalvo Johanis, Dominico Johanis, Johane Geraldii clericis chori ecclesie Ulixbonensis et aliis.

Ego Dominicus Martini scriptor juratus de mandato Laurenci Johanis thabellionis Ulixbonensis predicti hoc instrumentum scripsi. Et ego Laurencius Johanis publicus tabellio Ulixbonensis prenomatus ab piticione dicti procuratoris dicti Ordinis hoc instrumentum appellationis scripsi feci per manum Dominici Martini scriptoris predicti et signum ibi aposui quod tale est.

(fl. 190)

226

1320, Janeiro, 22 (?) – Évora

Inserere: [1320, Janeiro, 22 (?)] – Évora

¹⁰⁵⁹In nomine Domini amem. Noverint universsi presentes publicum instrumentum inspecturi quod die domenica, scilicet, XXII^a (?) die Januarii E^a M^a CCC^a L^a VIII^a apud civitatem Elborensem in ospicio especiali discretus vir Magister Garsias clericus comensalis religiosi vir ac venerabilis domni Petri Scacho Magistri Milicie Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii¹⁰⁶⁰ et

¹⁰⁵⁶ Segue-se uma palavra riscada e, na margem esquerda, por outra mão: "oferens".

¹⁰⁵⁷ Na margem esquerda, por outra mão: "omnes".

¹⁰⁵⁸ Palavra corrigida por outra mão, na margem esquerda.

¹⁰⁵⁹ Na margem direita, por outra mão: "Estromento da reposta que ho nuncio apostolico deu ha apellaçam que ho Mestre entrepos que esta supra as 188 folios".

¹⁰⁶⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "2º Mestre em Portugal".

Antonius Stephani clericus subficientes procuratores ad infra scripta ipsius domini Magistri coram venerabili viro domno magistro Raymundo de Sera Sedis Apostolice nuncio super facto beneficiorum ecclesiasticorum vacancium de quibus ut dicti domnis nostre domnus Johannis Papa XXII^{us} camere sue providit presencialiter constituti cum instancia debita prout decet¹⁰⁶¹ procuratorio pro dicto domno Magistro dicti Ordinis Sancti Jacobi percipit super quibusdam apellationibus ad Sedem Apostolicam interjectis per dictum dominum Magistrum dicti Ordinis¹⁰⁶² fructum et provec-tum sui Magistratus quos dictus domnus Raymundus de Serra se hec dicebat racione provisio-nis beneficiorum ecclesiasticorum vacancium per dictum domnum Papa camere sue fecte ut¹⁰⁶³ sibi apellos concedi protestantes nominibus que in apostollicis sive responseione seu responsio-nibus sibe termini seu terminorum assignacionis datis seu dandis concessis seu et concedendis in veritatem jure et facto¹⁰⁶⁴ et in quantum predicto domno Magistro Sancti Jacobi et Ordini sue essent et¹⁰⁶⁵ eidem facerent tamen consstiebant ab eisdem minime que supra contradicebant expresse et in eis nomine consentiebant. Et tunc dictus domnus Magister Raymundus de Serra predicte Sedis Apostolice nuncius ostendite et exhibuit quandam cedullam quam pro responsione et apellorum concessione predictis procuratoribus dare et concedere dicebat cuius tenor tal est:

Sicut domnus Raymundus de Serra collector prefactus non deferendo dicte apellationi seu apellationibus si sic dici¹⁰⁶⁶ cum sint¹⁰⁶⁷ et in anes ex eo quod dictus dominus Magister dicit que venerit (?) abeo extroquere fructus redditus et proventus sui Magistratus quia vacaverunt per¹⁰⁶⁸ sui predecesoris contra voluntatem domni nostri Pape et forma sui res-cripti. Idem domnus collector (*sic*) dixit quod vult herere fructus, redditus et proventus omnium et singulorum beneficiorum ecclesiasticorum totius Magistratus qui debentur camere domni nostri Pape per¹⁰⁶⁹ et deposicionem predictam est quia non posunt vacare ut ipse aserit permutacionem comendatorum seu aliorum detentorum cum sint temporales vacant. Ergo per mortem vel deposicionem superioris qui in eo casu per interpositas per-sonas omnia censetur possidere. Item cum dicit dictus dominus Magister que dictus Magistratus nom potuit vacare per deposicionem sui predecesoris cum visitatores possint deponere ex officio suo et ex causa racionabili Magistrum mutare. Dixit idem domnus colec-tor que quodocunque aliquis beneficiatus a suo beneficio ex causam racionabili priva-tur¹⁰⁷⁰ beneficium censetur vacare ac si per mortem vel aliter vacaret nec potest dicere dictus domnus Magister fructus redditus et proventus ecclesiarum sui Magistratus salvo selario prioris rectoris seu vacari temporales quavis temporaliter expendantur nec nos non herere jus, nisi solum illo selario¹⁰⁷¹ priori rectori seu vicario quoniam per mortem ipso-rum beneficium vacat cum secus apparati ex tenore rescripti quonim dicitur. Quod si nos fructus, redditus et proventus omnes colligeremus tunc haberemus dictis beneficiis¹⁰⁷² quod

¹⁰⁶¹ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*nomine*".

¹⁰⁶² Segue-se palavra corrigida na margem direita, por outra mão: "*racione*".

¹⁰⁶³ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*predicti*".

¹⁰⁶⁴ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*continentibus*".

¹⁰⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*alias*".

¹⁰⁶⁶ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*mercantur*". Seguem-se, também, umas letras riscadas.

¹⁰⁶⁷ Segue-se palavra riscada e na margem esquerda, por outra mão: "*frivole*".

¹⁰⁶⁸ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*depositionem*".

¹⁰⁶⁹ Segue-se palavra riscada e na margem esquerda, por outra mão: "*amotionem*".

¹⁰⁷⁰ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*per mortem*".

¹⁰⁷¹ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "*assignato*".

¹⁰⁷² Segue-se palavra riscada e na margem esquerda, por outra mão: "*quo*".

ad curam animarum si eis imuneret facere¹⁰⁷³ personas idoneas de serviri ac ceteras¹⁰⁷⁴ eis onera supportare, unde cum in tali casu ipse deberet personam idoneam dare (fl. 190v) eidem racione predicta ceretum quid assignare. Dixit quod omnes fructus, redditus et proventus quos racione beneficiorum ecclesiasticorum ipse dominus Magister vel alii comandatores de licencia sua percipiunt¹⁰⁷⁵ debet ipse colector percipere et habere pro camera domni nostri Papa et selarium predictum ad sustentacionem habendam dare priori rectorii seu vicario antedictis unde cum eis predictis et aliis in eisdem apellacionibus contentis predictae appellaciones si sic dici debent sint manifeste frivolle et in arieos (?) <et> tales quibus in aliquo non est de jure deferendum cum maliciose et ad impediendum¹⁰⁷⁶ execucionem mandatorum apostolicorum sint interjecte ut eis eorum inspeccione liquide apparet ipse colector processum et sentencias in eidem contentas quas idem dominus Magister et alii dictorum fructum reddituum et proventuum dictorum beneficiorum sui Magistratus detentores nisi infra ultimam diem menssis Madi XX futuri quod eisdem de speciali gracia concedebat integre ei vel sub colectoribus Elborensis satisfecerint de eisdem incurrant ipso facto atque ecclesie predictae ecclesiastico subiaceant interdicto ac certa omnia et singula in dicto processu contenta et alia supradicta dabat loco apostolorum et literarum refutatoriarum. Qua prelecta predicti procuratores inherendo protestacionibus et apellacionibus suis dixerunt et protestati fuerunt ut supradixerunt insuper et protestati fuerunt quod in termino predictum dominum Raymundum superius in responssione sua asignato non consentiebant et immo¹⁰⁷⁷ eidem termino si dici potest et omnibus et singulis supra in responssione dicti domni Magistri Raymundi contentis expresse contradicebant et in eis non consentiebant apellacionibus suis pennitus inherendo et insistendo et eas penitus innovando et confirmando. Presentibus Martino Johanis procuratore in audiencia Elborensi, Martini Johanis de Gaaçam clericus, Roderico Johanis advocato in predicta audiencia, magistro Guilhelmo Rutensi diocese et aliis pluribus. Actum Elbore die loco et Era superius annotatis.

Et ego vero Alfonssus Johanis tabellion preminatus qui petitioni dictorum apostolorum et protestacioni et contradiccioni necnon et omnibus et singulis suprascriptis presens interfui et ad instanciam et rogatum dictorum procuratorum¹⁰⁷⁸ hoc publicum instrumentum manu propria scripsi et signum meum solitum in eidem aposui quod talle est.

1451, Setembro, 21 – Lisboa

Insero: 1451, Setembro, 15 – Lisboa

In nomine Domni amen. Noverint universsi presentes literas inspecturi visuri pariter et audituri quod anno a nativitate eiusdem Domini millesimo quadringentesimo quinquagesimo primo die vero

¹⁰⁷³ Segue-se palavra riscada e na margem direita, por outra mão: "personas".

¹⁰⁷⁴ Segue-se palavra riscada e na margem esquerda, por outra mão: "incumbentia".

¹⁰⁷⁵ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

¹⁰⁷⁶ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

¹⁰⁷⁷ As duas últimas palavras foram corrigidas, por outra mão, na margem direita.

¹⁰⁷⁸ Seguem-se duas palavras riscadas e corrigidas, por outra mão, na margem esquerda: "exemplum".

Setenbris quincadecima me notario presente et testibus infra scriptis personaliter constitutus illustris infans dominus Fernandus¹⁰⁷⁹ serenissime ac potentissimi domni regis Portugalie et Algarbii Ceptaque domni frater amantissimus Ordinis Millicie Sancti Jacobi dictis in regnis gubernator et equitum Magister in eisdem confidens de probitate legalitate et industria preclari baronis strenique millitis Lodovici (fl. 191)¹⁰⁸⁰ Gundisalvi consilliarii et oratoris prefati domni sponte et eius certa sciencia omnibus melioribus jure via modo et forma quibus magis melius validius et solenpnius potuit et potest, fecit, constituit, creavit et solemniter ordinavit suum certum, verum, legitimum et indubitatum procutorem, actorem, factorem et negociorum¹⁰⁸¹ suorum gestorem ac nuncium speciale et quiquid mellius de jure dici et esse potest supradictum Lodovicum Gundisalvi presentem et onus huiusmodi procuracionis in se suscipientem ad impetrandum et habendum in romana curia quascunque litteras et privilegia justiciam seu gratiam in se continentes super quibus rebus consistant. Et ad concordandum cum apostolica camera et cum aliis quibuscunque personis super precio seu precis dictarum licterarum ac privilegiorum adque tenetur seu tenebiter in futurum et ad contrahendum in dicta curia seu alibi cum quibuscunque mercatoribus personis mutuare volentibus usque ad illam summam auri vel pecuniarum pro solucione dictarum licterarum et privilegiorum prout eidem procuratori visum fuerit expedire. Et ad vocandum se dicto nomine de hiis quam receperit bene integre pacatum et contentum. Et ad compromittendum per stipulacionem solemnem interpositam omni jure et facti excepcione remota ipsius mercatoribus et personis¹⁰⁸² de integra solucione et restitutione eiuscumque quantitatis auri et pecuniarum faciendum in loco et terminis qui de ipsius procuratoris et mercatoris seu persone et personarum consensu fuerint constituti cum integra restitutione dampnorum expensarum et interesse lictis et extra si defectus foret in restitutione et solucione dicti cantitatis auri et pecuniarum faciendi ut dictum est et de hiis stare et heredere simplici creditoris verbo sine sacramento vel alia probacione iudiciis taxacione et ad obligandum propterea mercatoribus ipsius et personis heredes et bona omnia sua mobillia et immobillia fructus redditus et proventus dicti Ordinis Millicie et patrimonii et quelibet alia presencia et futura ubicunque sint et poterunt inveniri. Et ad submutendum ipsum dominum constituentem et subcessores et bona jurisdictioni cohercioni cuiuslibet alterius iudiciis ecclesiastici et seculariis adquem ipsos et eorum quem libet trahere voluerint pro premissis et ad renunciandum in hoc omnibus et singulis per auctum exemptioni non habite non recepte non numerate non mutuo accepte omni consuetudini et statuto omni privilegio dignitati et omni alii accioni excepcioni et infensionis rei et jure canonice et civilis auxillio et specialiter iurisdicent generalem renunciacionem non valere et omnibus aliis excepcionibus iuribus et defensionibus per qua seu que contradictores eosdem ipse domnus constituens et subcessores sui posint in posterum defendere vel tueri insuper jurandum corporaliter ad Santa Dei Avangelia animam ipsius domni constituentis predictam sollucionem facere loco termino quibuscum creditoribus duxerit ordinandum et ad omnia singula alia faciendum dicendum et procurandum que causarum merita exigunt et requirunt. Et si mandatum exingant magis speciale in predictis et circa illa dans dicto procuratori suo plenam potestatem et speciale et generale mandatum cum libera administracione omnium et singulorum premisorum. Et cum potestate substituendi unum vel plures procuratores et sustitutos revocandi promissit que in notario publico infra escripto tanquam publice persone stipullant et recepient vice et nomine omnium et singulorum quorum interest seu

¹⁰⁷⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "O Infante D. Fernando governador da Ordem no anno de 1451 no primeiro de Setembro alias em 15 de Setembro vejase".

¹⁰⁸⁰ Na margem direita, de outra mão: "Procuraçam que o Iffante D[om] Fernando sendo Mestre fez [a] Luis Gonçallvez hindo pera Roma".

¹⁰⁸¹ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁰⁸² Palavra corrigida, por outra mão, na margem direita.

interesse poterit in futurum rata grata et accepta habere et tenere omnia gesta. Facta procurata et concessa per dictum suum procuratorem et sustituendos ab eo sub suorum omnium ypoteca et obligacione bonorum mobillium et immobilium presentium et futurorum. Acta fuerunt hec in legali civitate Ulixbonensi in palacio (fl. 191v) pref<f>ati domni regis sub anno die mense quibus supra presentibus ibidem egregio Lupo Valasci legum ductore et domino Roderico Amato dicti ordinis prioris maiori ac Henrico Pereira testibus ad premissa vocatis specialliter et rogatis. Et ego Phillipus Alfonssi pupricus actoritate regia per totam terram et donacionem illustrissimi domni regis Portugalie et Algarbii Cepteque domni notarius qui huiusmodi constitutioni ordinacioni ceterisque premissis omnibus et singulis dum sit ut premictitur agerentur et fierente una com prenomnatis testibus presentes interfui eaque sic fieri vidi et audivi ideo in notam sumpsi a qua quidem nota presentes instrumentum extraxi¹⁰⁸³ et manu mea propria scripsi et signavi requisitus et rogatus in fidem et testimonium premissorum.

Noverint cuncti presentem literam cernentes quatinus XXI die Setembris supradicte Ere in loquale camara nobillioris atque senper fidelix civitatis Ulixbone presens fuit quorum nobilibus ipsam regentibus, scilicet, Joh[a]nne Alfonssi et Vallasco Egidii et Joane Gomecii et Alvaro Gunsalvi ipsius mee procuratore, Fernandus Roderici scutifer illustrissimi infantis domni Fernandi serenissimi atque potentissimi domni regis Portugalie et Algarbii Cepteque domni fratris ducensque istam desuper scriptam procuracionem per Phillipus Alfonssi generallem notarium in regionibus istis denunciavit predictis regentibus quomodo ipse domnus ifans destinabat dictam procuracionem extra Portugalia regna in quibus non erat notum ipsum Phillipum Alfonssi esse publicum notarium in regnis istis quapropter ipsos pertebat ipsum vele suis signis et sigillo dicte civitate notum facere quam obtinere ipsi cogniti predictum Phillipum esse publicum notarium in regnis istis per sua signa sigillumque dicte civitate fore publicum notarunt omnibus presentem licteram aspicientibus ipsam decarante et notavit faciunt. Data Ulixbone die mensse Eraque super scripta. Ego Georgius Vallaci scribe in penalibus prelibatis eam scripsit.

Acabam as scripturas da decima octava parte começam as da decima nona.

(fl. 192)

228

1274, Outubro, 25 – Ludeino (*sic*)

¹⁰⁸⁴Em nome Deus amem. Em no anno millessimo ducentessimo septuagesimo quarto da nacença d'El em no mes d'Outubro dia feria V^a, XXV dias do mes *in indicione* III^a em no ano terceiro do bispado do senhor Gregorio Papa decimo e na presença do muito honrrado Padre e do senhor Dom Maestre Paio pella graça de Deus bispo Tuscollano e cardeal da mui Santa Igreja Romana e mais na presença de mym Girardo publico notairo e davante as testemunhas soescritas a questo specialmente vogados e rogados apres da Seeda Apostolligal (*sic*) estabelecudos o muito honrado padre e senhor Dom Bertollameu pella graça de Deus bispo de Silve pello seu nome e do bispa<do> da sua igreja e dos seus sobcessores dũa parte e o muito

¹⁰⁸³ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁰⁸⁴ O fólio inicia com o desenho de uma espada. Na margem direita, de outra mão: "*Louvamento do Mestre e bispo do Algarve em hum bispo [...]culano cardeal da Sant[a] Igreja de Roma*".

honrrado e muy<to> relligioso varom Dom Payo Maestre dos freires da Cavallariia de Santiago pello seu nome e dos seus freires da Ordem sobredicta da outra parte em senbra prometerom em esse meesmo senhor cardeal como em aluidro alvidrador, louvador, mandador, defiindor, ordinador e amigavel compoedor d'alta cousa e de baixa e de todas bavillas¹⁰⁸⁵ e de todas demandas e de controversssiias que a taes aquem este dia antre as sobreditas partes foram, som ou podem seer e nas mãaos d'el promitimento fezerom sobr'elos dirreitos e sobr'elas jurisdições e sobr'ellos em prestamentos e as razões per razom das dizimas das igrejas que a sobredicta Ordem perteencem e sobr'ellas outras cousas desses meesmos de cada huum delles per qualquer razom quer que seja. As quaes cousas e as quaes dizimas o sobredicto senhor bispo de Silve dezia que reguardavam per dirreito e perteenciam aa sua igreja e ao seu bispado e aos seus sobcessores que nos logares e nas igrejas do sobredicto Maestre senhor e os freires e a Ordem e no bispado de Silve per qualquer titulo ou per qualquer dirreito ou maneira ham ou dizem aver ou atendem a aver ou per qualquer outro cajom sobr'ellas dictas cousas ou sobre quaesquer que sejam ou contraverssias ou sobre qualquer demanda que nacer possa e todallas demandas sobredictas e barallas e controversssiias ainda dirreitos a cada hũa parte retardantes sobre estas cousas sobredictas e sobre cada hũa dellas de todo em todo e nas mãaos do sobredicto¹⁰⁸⁶ cardeal poserom em tal maneira que nom solamente e nom conpromisso e no pronunciamento ou na defiinçom do dicto senhor cardeal essas cousas venham das quaes ardiando (*sic*) e que venham. Mais aynda aquellas cousas das quaes non he feito que venham dhum solamente ho contrairo non seja feito derom a el senhor bispo Dom Bertollameu e o muy rellegioso barom Maestre Dom Payo (fl. 192v) ao senhor cardeal sobredicto livre poderio e jurisdiçom e auctoridade sobre todallas dictas cousas e sobre cada hũas que podem aquaescer ou nacer que possa o senhor cardeal dessas meesmas cousas arvidar, louvar e emcomendar, conpoer, determinar, ordinar, demonstrar e entrepricar, declarar e poer e acrecentar e minguar, dizer e fazer segundo como quiser ho prazer da sua vontade hũa negada ou muitas, guardada a Ordem do dirreito ou non guardada ou com cognocimento de razom ou sem conhecimento sendo ou estando em dias ferias ou non feriaaes as partes presentes ou non presentes ou hũa presente e outra non elles citados ou non citados ou em scriptos ou sem scriptos sobre cousas demonstradas ou non demonstradas quando quer ou como quer ou por quantas vegadas quiser ou lhi semelhar, convir ou aynda mais esse meesmo bispo de Silve per seu nome e da igreja do seu bispado e pello nome dos seus socessores se eos dictos e a igreja e os bispados ou seus socessores. E outrosi o sobredicto Maestre per seu nome e de seus freires e acertas¹⁰⁸⁷ de seus sobcessores e pello nome da Ordem da Cavallaria sobredita e seus freires e os seus socessores davam ditos prometerom asi em senbra e o davam ditoso senhor cardeal per stipulaçon lidima e sobllene que ouvessem por firmes e por graves per todo tempo que quer que o dicto senhor cardeal sobr'ellas cousas todas davam postas, scriptas e nomeadas e sobre cada hũa dellas for alvidrado, louvar, encomendar, determinar ou demonstrar ou entrepricar, declarar, esposer, disser, fezer e quando quiser e per quantas vegadas quiser conprir ou minguar e contra aquellas cousas ou cousa delles per se ou per outros ou per outro non fazer ouvir so pena de mil marcos de prata pagando vos a parte sobredicta que non guardar as sobreditas cousas per cada hũa cousa aaquella parte ou outra parte que as sobredictas cousas guardar acentas polla quall pena pagadoira per quantas vegadas de fallida for e por todallas cousas e por cada hũa de suso scriptas e a certas em meyo scriptas aguardadoiras e compridamente compridoi-

¹⁰⁸⁵ Na margem direita, de outra mão: "no original esta barallas".

¹⁰⁸⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "senhor".

¹⁰⁸⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "o original tem acentas".

ras as sobreditas partes antressi em senbra si meesmos e todollos seus beens moviis e nom movelles presentes e as que am de venir cousas de igreja e non de igreja de todo em todo em salvo e sem britamento obrigarom e des aquy avante renunciantes a eyceiçom non feito conpromisso e d'engano e aver recorimento ao arvidro do sages barom e a poer que o dicto senhor cardeal forma achegou e fez ao conpromisso pollo remedio das apellações e das sopri- ções e polo beneficio entregante da restetuiçam. Disse mais que nenhuum delles podesse a esto contradizer ou a poer per razom de revendimentos reaaes ou de letras ou de privilegios ou d'indulgencias apostollicas gaanhadas ou gaanhadoiras ou d'outras muita<s> excepções ou defensões ou stabellecimentos ou per razom de costumes ou de costumamentos de feito e per razom d'ajudantos de dirreitos reglares ou reviles publicamente ou privadamente ou per qualquer maneira contra as cousas sobre escritas ou aqui scriptas a pena qual de suso e posta pagada ou non pagada dada ou perdoada as cousas todas sobredictas e cada hũa em sua firmeza persseverem e per razom de mayor firmidões e tencidoons das sobreditas cousas os de suso (fl. 193) nomeados bispo de Silve eo Mestre dos freires da cavalaria sobredicta jura- rom nos Santos Avangelhos de Deus si meesmos todallas cousas sobredictas e cada hũa del- las compridamente guardar e todallas cousas que se contiam em no dicto feito e na definçom ou devisaçom do davandito senhor cardeal hũa vegada ou por quantas vegadas feitas ou faze- doiras e contra essas cousas ou contra algũa dellas per sy ou per outro ou per outros nom fazedores. E esto foi feito em Ludeino em na casa do sobredicto senhor cardeal. Testemunhas que presentes foram o muito honrrado padre e senhor Dom Frei Vaasco bispo da Eydayam e Dom Joham Martinz bispo¹⁰⁸⁸ e Dom Fernam Enanes dayam de Bracara e maestre Stevom arce- diagoo desse logar e Dom Rodrigo Gomez abade de Ponbeira da Ordem de Sam Beento do bispado de bar (*sic*) de Bragaa e Dom Afonso dayam da villa e arceidiagoo de Salamanca e Vasco Fagundez thesaureiro do Porto e Dom Gil Martinz coonigo de Bragaa e de Lixboa e Gonçalo Enanes priol de Sam Miguel de Lixboa, e anbos os capellãaes do dicto senhor car- deal, *convém a saber*, Stevom de Rates coonygo de Bragaa e Alfonso Enanes creligo e por- tadores d'el Rey de nosso senhor el Rey de Portugal e outros muitos aas sobreditas cousas e cada hũa chamados e rogados especialmente por testemunhas e no testemunho das de tollas (*sic*) cousas suso ditas e a mayor crecidam o senhor cardeal aasprigallas (*sic*) e ao rogo dos sobredictos senhores o bispo de Silve e Dom Payo Maestre da sobredicta Ordem e mais esse bispo de Silve e o Maestre da meesma Ordem o presente estormento scripto per mandado e p[e]llas pregallas delles dos seus seellos pello guarnimento reborerom.

1385, Abril, 17 – Alcácer do Sal

¹⁰⁸⁹Saibham todos como XVII dias d'Abril Era de miil e CCCC^a XXIII anos em Alquacer nas casas de mym Fernand'Eannes taballion d'el Rey na dicta billa em minha presença e das tes- temunhas adiante scriptas Joham Afonso almoxarife do Maestre de Santiago em presença dos que hi presentes estavam disse que como quer que tevesse quitaçom geeral d'Airas Paez bee- dor da fazemda do dicto senhor Mestre todo aquello que el recebera por o dito senhor Mestre

¹⁰⁸⁸ Segue-se um espaço em branco.

¹⁰⁸⁹ Na margem direita, de outra mão: "Quitaçom de hum almoxarife do Mestre em Alcacere".

como seu almoxarife e que daquello que lhe fora tomada conta per el dicto Airas Paez non fora citado o dicto em tempo¹⁰⁹⁰ que fora posto em duas covas no paaço do dicto logo porque dezia que o nom achara em recadaçom no livro do escripvam e que por o dicto. E por o dicto senhor aver recado da crecença sea de dirreito ha d'aver do triigo que fora lançado asi nas dictas covas e ho el recebera na eira do dicto senhor presente ho escripvam (fl. 193v) que el por esto manda rentregar¹⁰⁹¹ que as dictas covas sejam empalhadas per a guisa que o de dirreito devam de seer per aquel que as enpalhou e se morrer que as enpalhe outro qualquer que seja e que as encha de triigo per medida dirreita segundo a entrega el fezer do dicto triigo e que se algum triigo sobejar daquel que for achado per os livros de Lourenço Giral Dominguiç¹⁰⁹² escripvam que asy foy lançado nas dictas covas que el dicto Joham Afonso obriga todos seus beens avudos e por aver a dar e pagar ao dicto senhor Mestre todo aquello que asi for achado que crecer nas dictas covas. E outrosi a pagar el alguons mancebos da beira do dicto senhor Mestre do tempo que el asi foi almoxarife se ficarem¹⁰⁹³ por pagar e pera esto mandou e outorgou que non valesse a dicta quitaçom que lhe asi o dicto Airas Paez oje deu em estas cousas sobredictas. Em testemunho desto o dicto Joham Afonso mandou asi dar huum estormento ao dicto Airas Paaes. Testemunhas Diogo Periz e Vasco Periz scripvãaes do dicto Mestre e Fernando filho de Joham Graviel e outros. E eu dicto tabaliom que este estormento escrepvi e aquy meu sinal fiz que tal he.

230

1264, Março – Setúbal

¹⁰⁹⁴Seja demonstrado a todollos presentes e os que am de viir que nos Dom Garcia pella graça de Deus bispo de Silve e ho capitullo desse meesmo logar e nos Dom Paay Periz per essa meesma graça Maestre da Cavalariia da Ordem de Santiago e ho capitulo dessa meesma cobicantes as demandas e as contraverssias e as defenssões e as barallas que antre nos sobr'elos dirreitos bispaes de Quaçala e d'Ayamonte¹⁰⁹⁵ e seus termos e doutros logares perteecentes aa Ordem de Santiago e nos temporaaes e sobr'elas dizimas desses meesmos logares e porque esses logares e nos termos do bispado som postos de Silve reconhecemos a pacificar e per amigavel concordia terminar que ous (*sic*) vosos soccessores paz emcordia (*sic*) per todo tempo parellemos sobr'ellas dizima e todos dirreitos bispaaes dos dictos logares e dos outros todos que som ou devem a seer do bispado de Silve amigavel e de vontade composiçom fazemos em tal maneira que nos Maestre davam dicto coo cabidoo da Ordem de Santiago de chão des'aqui avante sometemos livre e sem contradizimento Quaçala e Ayamonte com todos seus termos e todollos outros logares que no termo do bispado de Silve avemos ou des aqui avante com ajudoiro de Deus per quallquer maneira gaanhar podermos salva a conposiçom a qual nos Maestre sobredicto fazemos con ho bispo d'Evora a vos muy honrrado padre e senhor G. Dom

¹⁰⁹⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "*contado crecença do triguo que fora ese (?)*".

¹⁰⁹¹ Em cima, de outra mão: "*e outorgua*".

¹⁰⁹² Na margem direita, de outra mão: "*de Lourenço Giral diz*".

¹⁰⁹³ Palavra corrigida.

¹⁰⁹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "*[C]omposiçom feita emtre ha [O]rdem e ho bispo do Algarve. [O]utra vai logo adiante de que se oje usa*".

¹⁰⁹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*d'Ayamonte castelo*".

G. bispo de Silve e a todollos vossos socessores que depos vos seram per tempo. E na igreja de Silve bispos asi come a nosso diacesaano stabellecentes e furnantes¹⁰⁹⁶ e prometentes que os crerigos dos sobreditos logares e de cada huum salva a composicion sobredicta (fl. 194) a vos stabellecedoiros presentaremos asy come ao nosso bispo em esses logares e esses crerigos queremos e mandamos que sejam theudos de fazer obediencia e reverença qual convem de aguardar a vos e aos vossos socessores. E de vos e de vossos socesores receber cura d'almas e chamados a vosso concello viir e as cousas stabelleçuda<s> e as constituições ditas e no vosso sinado e dos vossos socessores sejam theudos firmemente aguardar se pella¹⁰⁹⁷ acaescer algũas crausulas¹⁰⁹⁸ da Ordem a seer entredictas progue do comunal consentimemto que se nom for pollos dirreitos da igreja do bispo sobredicto per nenhũa maneira sejam some-tudas ao entredito, mais com alguns creligos ou alguuns leigos por qualquer pecado a juizo da igreja esguardante forem de correger ho joizo do bispo esguardem e a sentença del homildo-samente guardem crisma e o olyo santo e ordeens e todas outras cousas regardantes e alem da jurisdicòm semellavilmente mandamos que de vos e dos vossos socessores per todo tempo sejam theudos de receber a certas¹⁰⁹⁹ pello nome catedralico cada hũa das igrejas do bispado de Silve aa nossa Ordem pertencentes estabellecemos e firmamos que huum maravedil de pipyões husual dar a vos e a vossos sobcessores per cada huuns anos sejam theudos por pro-oração que per razom de vesitaçom he devida prometemo<s> que pague outrosy cada hũa das igrejas a vos e a vossos socessores huum maravedil de pypyões husual cada ano. Asi que se vos ou vossos socessores hũa vez¹¹⁰⁰ no ano vesitardes aquella soo vesitaçom abaste naquel ano. Se outrosi o archediagoo vesitar possades vos ou vossos socessores esse meesmo ano depos el outra vez vesitar mais no ano seguinte nengua procuraçom seja demandada acerca¹¹⁰¹ das dizimas de todallas igrejas davanditas per qualquer razom da nossa Ordem postas no bispado de Silve estabellecemos e firmamos que a dizima da dizima¹¹⁰², *convém a saber*, a centessima parte de todollos fruytos demos a vos e a vossos socessores entregamte per todo tempo cada ano e esto de toda gerraçom de ceveira e de vino e de lyno e de criaçom d'anymaliaa assy de vacas come d'ovelhas e d'eguas e de porcos e d'abelhas e de figos e d'azeite. E esta dizima da dizima sobredicta em todas e em cada huuns logares do bispado de Silve da nossa Ordem cada ano feito fiel conto prometemos e firmamos que a vos e a vossos socessores em paz e sem contradizimento entramente¹¹⁰³ pagada das penas dos sacrilegios¹¹⁰⁴ e das outras geerações¹¹⁰⁵ ao dirreito eclesiastico perteecentes. Vos Dom G. bispo de Silve e vossos soces-sores recebades per todo tempo ameyadade e nos Dom Paio Pirez Maestre davandito e os nos-sos socessores outra meyadade. E a perseguir e a castigar ho pecado dos errantes estabelle-cemos e firmamos em sembra consello e ajuda todos em sembra demos em booa fe em como melhor assandice¹¹⁰⁶ dos errantes seja compensada. E nos Dom Pay Pirez Maestre davandicto e ho cabidoo da Cavalaria de Santiago prometemos a guardar e a conprir per todo tempo em

¹⁰⁹⁶ Na margem direita, de outra mão: "firmantes".

¹⁰⁹⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "se pella ventura".

¹⁰⁹⁸ Na margem direita, de outra mão: "ecclesias".

¹⁰⁹⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "asertas".

¹¹⁰⁰ Na margem direita, de outra mão: "Visitar hũa vez no ano".

¹¹⁰¹ Na margem direita, de outra mão: "acercas".

¹¹⁰² Na margem direita, de outra mão: "Decima, decime".

¹¹⁰³ Segue-se riscado "pague socerti" e na margem esquerda, de outra mão: "seja pagada".

¹¹⁰⁴ Na margem direita, de outra mão: "a metade dos sacrilegios e das outras condenações".

¹¹⁰⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "condeçoins".

¹¹⁰⁶ Na margem direita, de outra mão: "saude alias sandice".

paz e sem contradizimento todas as cousas e cada hũa asi como de suso sam demonstradas em boa fe e sem engano. E nos G. davandito bispo e o cabidoo de Silve dhão conpossiçom por nos e por nossos socessores recebemos e por bem teemos, confirmamos e prometemos ministrar a todallas igrejas da vossa Ordem do nosso bispado todollos sacramentos eclesiasticos e que esta (fl. 194v) conpossiçom presente seja mais firme. Nos Dom G. davandicto bispo e ho cabidoo de Silve e nos Dom Paay Periz Maestro davandicto e o cabidoo da Cavallaria de Santiago pello esguarnimento dos nossos seellos a mais perduravel firmidoem ho presente estormento fazemos seer confirmado e os scriptos das testemunhas fazemos hi pooer. Dante em Setuval¹¹⁰⁷ XIX (*sic*) Kalendas d'Abri! en o ano do Nosso Senhor M° CC° LX° III°. Eu P. Fernandez archidiagoo de Tavira sobescrepvy e com minha m!ao propia e confirmo. E eu Peregrinos thesaureiro de Silve sobescrepvy. E eu Domingo Joham canonico de Silve soescrevo com minha m!ao propia e confirmo. Eu Arnaldo canonicos de Silve soescrepvo com minha m!ao propia e confirmo. Eu Arnaldo canonico de Silve soescrevo e confirmo. Eu Nicollao canonico de Silve soescrevo com minha m!ao propia e confirmo.

231

1283 (*sic*)¹¹⁰⁸, Março, 17 – Silves

Insero: 1301, Maio, 10 – Silves; 1301, Fevereiro, 15 – Évora; 1299, Novembro, 3 – Mérida

¹¹⁰⁹Saibham quantos esta carta birem como nos Dom Joham Ossorez pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago e com consselho e com outorgamento dos Treze e de todo o cabidoo general fecho em Merida D° de Latere Jherusalem XVII dias de Março da Era desta carta bimos huum estormento de conposiçom que era Giral Eannes comendador que foy de Crasto Verde com procuraçom de nos ho Meestre fez com no bispo e com no cabidoo da igreja de Silve fecha per Domingos Martinz tabelliom de Silve que he tall:

En no nome de Deus amem. Saibham todos quantos este estormento birem e leer ouvirerem que em presença de mym Domingos Martinz puprico tabelliom da cidade de Silve e das testemunhas que em cima deste estormento som scriptas, terça feira dez diias de Mayo Era de mill CCC^a XXX^a IX annos ho honrrado padrrer senhor Dom Johane pella graça de Deus bispo do Silve com seu cabidoo e com outorgamento do dicto cabidoo da hũa parte e Dom Giral Eannes freire da Ordem da Cavallaria de Santiago e comendador de Crasto Verde e procurador do muyto honrrado Dom Joham Ussorez pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago da outra assy como parece per hũa carta seellada de huum seello pendiente longo a maneira de scudo e de cera jalne e em aquel seelho eram scriptas em rador segillo de Dom Joham Ossorez Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago e dentro em esse em fegurada hũa espada longa que conpria ho seelho de cima da par das lettras atees o fumdo. Outrossi a par das lettras desse seello e soo a rayz era em essa espada fegura de vieira e suso antre ho arryas

¹¹⁰⁷ Na margem esquerda, de outra mão: “*Sevilha*”.

¹¹⁰⁸ Como anotado na margem do próprio códice, o ano não está correcto, em função das datas dos documentos insertos.

¹¹⁰⁹ Na margem esquerda, de outra mão: “[*C*]omposiçom feita emtre ha Ordem e ho bispo do Algarve e desta se usa oje”.

e o mogorom eram fejuradas h'ũa estrella dhũa (fl. 195) parte e feigura de luua da outra da qual carta o theor tal he:

Saibham todos quantos esta carta birem como nos Dom Joham Osorez pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago com poder que avemos de nosso cabidoo geeral o qual foy fecto em Merida por *Omnium Santorum* Era de mil e trezentos e triinta e sete anos damos e outorgamos todo nosso poder compridamente ha Giral Eannes e a Garcia Dominguez nossos freires anbos em senbra e cada huum delles por sy que possa fazer aveença e conpossiçom em nosso nome de nossa Ordem com os honrrados bispo e cabidoo da igreja de Sillve sobre contenda que era antre nos e elles por razom das igrejas que nos e a nosa Ordem avemos em no dito bispado e todallas cousas que elles fezerem e aveerem compozerem e posturas que poserem e obrigaçoes que fezerem e penas que sobre nossa Ordem poserem com os sobreditos bispo e cabidoo e carta ou cartas ou estormento ou estormentos ou outra escriptura de firmidões qualquer e em qualquer maneira que elles anbos em senbra fezerem e cada huum delles per sy nos os outorgamos e damos os por certos e por firmes e por valiosos pera em todo tempo asi como se nos mesmos ho fezessemos e pera conprir todallas cousas de suso dictas e cada hũa delas obrigamos todos beens da nossa Ordem pollo poder sobredicto que nos he dado e outorgado de nosso cabidoo segundo se contem em na carta que desse cabidoo avemos. A qual os sobreditos Giral d'Eannes e Garcia Dominguez nossos freires mostraram. E por esto ser firme e estavel em todo tempo mandamos seellar esta cartade nosso seelho pendente e em testemunho de verdade. Dada em Evora XV dias de Fevereiro en a Era de mil e III^c e XXX^a IX anos.

E o sobredicto Giral d'Eannes mostrou outra carta aberta e seellada dhuum seelho pendente feito em maneira de scudo e em redor do dicto escudo avya letras escriptas que deviam *sigillo capitulli Ordinis Milliciae Sancti Jacobi*. E em meeo del seelho esta figurada I^a espada e avvia a par do mogorom e ho arriaz hũa vieira da qual carta ho theor tal he:

Saibham quantos esta carta birem como nos os Treze todollos outros freires e homeens boons da Ordem de Santiago que fomos ajuntados em este cabidoo geeral que fezemos em Merida por todolos santos e na e na (*sic*) Era desta carta e entendendo que es serviço de Deus e prol de nossa Ordem outorgamos por firme pera senpre todallas cousas que vos Dom Joham Osorez pella graça de Deus Maestre da nossa Ordem e mordomo mayor d'el rey Dom Fernando fezerdes com no bispo e com nos homeens boons da igreja de Silve sobre a posiçom que he antre elles e o que ha nosa Ordem em no regno de Portugal e do Algarve porque entendemos e somos certos que vos faredes em esto e em no al toda cousa que vos podades que seja a serviço de Deus e a prol de nos e de nossa Ordem. E defendemos que nenhum freire nom seja ousado de passar contra o que diz esta carta em nenhũa maneira ca se o fezesse demandar lho yamos com Deus e com Ordem e por ser esto mais certo e nom viir em duvida mandamos fazer esta carta e seelhar com el seelho do nosso cabidoo com cera (fl. 195v) e colgado. Fech<o> em Merida tres dias de Novembro Era de mil e CCC^a XXX^a VII^a anos.

A tal aveença e a tal compossição veerom asi como contheudo em hum scripto do qual ho theor tal he:

¹¹¹⁰Em no nome de Deus amem. Conhoçuda cousa seja quantos estas letras virem como contenda fosse antre os mui<to> honrrados Dom Johane Osorez pella graça de Deus Meestre da Ordem da Cavallaria de Santiago e os freires da dicta Ordem da hũa parte e nos Dom Johane pella mercee de Deus bispo de Silve e o cabidoo desse logar da outra sobre presentaçom e confirmaçom dos priolles das igrejas de Santa Maria de Faarom e de Santa Maria de Tavira e como e por quem se devem poer capellãaes em Santa Maria de Quaçalla e em Santa Maria de Crasto Marym sobre os fruytos das sobre-ditas igrejas querendo agardar ho amor e as boas dividas que a igreja de Silve senpre ouve com na Ordem da Cavalariia de Santiago e encomendamento de Deus porque he mandado a todos que cada huum ame seu proximo asi como si meesmo e querendo fogiir aos enganos do demo que senpre se trabalha de meter escandallo e discordia antre aquelles que devem aver amor e paz fazemos com elles amigança compossição em esta maneira¹¹¹¹, *convém a saber*, que o bispo e o cabidoo de Silve aja compridamente a meyadade de todallas cousas de Santa Maria de Faarom e a meyadade de todallas cousas de Santa Maria de Tavira e a meyadade de todallas cousas de Santa Maria de Quaçalla e a meyadade de todallas cousas de la igreja de Crasto Marym. Asi de las dizimmas como da fruyta e das morturas e de todallas outras cousas de todallas igrejas sobre-dictas. E ho Maestre e os freires ajam a outra meyadade asi que todollos beens das igrejas sobredictas sejam partidos bem e dirreitamente antre os sobredictos bispo e cabidoo e Maestre e os freires. E o Maestre da Ordem sobredita deve presentar clerigos freires e ydones dessa Ordem a las igrejas de Santa Maria de Faarom e de Santa Maria de Tavira e o bispo e cabidoo de Silve confirmar lhos por priolles. E o numero dos raçoeiros de Santa Maria de Faarom devem seer cinco de pos morte destes que agora hy sam ou por vagaçom delles em outra maneira qualquer. E outrosy a igreja de Santa Maria de Tavira como sobredicto he e seo bispo vir que estas igrejas sobredictas ho officio da santa igreja non se pode fazer compridamente como deve ponha y tantos raçoeiros per que o officio da igreja possa ser cumprido a serviço de Deus. E o bispo e ho cabidoo metam a meyadade e os priores que forem em essas igrejas a outra meyadade e o bispo e o cabidoo devem pagar a meydade destas raçõoes aos raçoeiros e o Maestre e os freires a outra meyadade. E quando vagarem as raçõoes de suso ditas ho bispo e o cabidoo devem dar a meyadade e os priores que forem em essas igrejas a outra meyadade. E os priores dessas igrejas des que o numero for de cinco ajam senhas raçõoes em cada hũa destas igrejas as primeiras que hy vagarem e a meyadade do bispo e do cabidoo de ho bispo a hũa e ho cabidoo a outra e ho bispo confirmar as raçõoes que forem dadas por os priolles que forem em essas igrejas. E outrosi deve confirmar as que forem dadas pollo cabidoo de Silve. E as igrejas de Santa Maria da Quaçalha e de Crasto Marym devem ser servidas per capellãaes¹¹¹² e o bispo e o cabidoo devem pagar a meyadade das soldadas e o Maestre e os freires a outra meyadade e os samchristãaes que estiverem¹¹¹³ em todas estas igrejas sobredictas e o bispo e o cabidoo devem pagar

¹¹¹⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "começa ha composiçam".

¹¹¹¹ Na margem esquerda, por outra mão: "a metade dos fructus".

¹¹¹² Na margem esquerda, por outra mão: "[...] os capelães de Santa Maria de [Ca]cela e de Castro Marim devem [ser] pagos a custa da Ordem e do [bis]po e ho mesmo do tesoureiro".

¹¹¹³ Palavra corrigida no início.

a meyadade das soldadas e o Maestre e os freires a outra (fl. 196) meyadade. E os freires que sejam theudos de dar as procurações ao bispo e ao arcediagoo e todallas demandas e ycelssos que a Ordem ha avya e podera aver contra os dictos bispo e cabidoo e elles contra a dicta Ordem atees o dia d'oje sejam quites e renunciados tambem da hũa parte como da outra quanto he per razom das dictas igrejas salvo se a igreja de Silve ha contra el Rey algum dirreito sobr'estas igrejas que o possam demandar a el Rey. E nos Maestre e cabidoo suso dictos prometemos aa boa fe de guardar e de conprir todas estas cousas de suso dictas e cada hũa dellas por nos e por todos nossos soccessores. E o bispo e o cabidoo prometemos aa boa fe aguardar e a conprir estas cousas de suso dictas e cada hũa dellas por nos e por todos nossos soccessores. E por ser mais firme e mais estavil outorgamos e mandamos que a parte que non quiser conprir e aguardar esto com esta composiçom em todo ou em parte peyte a outra parte que quiser e conprir quinhentos marcos de prata¹¹¹⁴. E a todo tempo esta composiçom ser firme e valiosa e em testemunho da qual cousa fizemos fazer duas cartas semelhantes tal hũa como a outra e seelhadadas dos seelhos do Maestre e do cabidoo e dos freires da Ordem sobredicta e do seello do bispo de Silve e do cabidoo desse logar das quaes a hũa deve teer ho Maestre e os freires sobredictos e nos <e> os bispos que depós nos veerem e o cabidoo sobredicto a outra. E o dicto Giral Eannes obrigou todos os beens que a dicta Ordem ha pera conprir e aguardar todallas cousas que em este estormento sam contheudas em que o Maestre e o cabidoo sobredicto poram os seus seelhos em nas cartas da composiçom e outro que deve ser tal como este estormento escripto. E outrosy o bispo e o cabidoo obrigaram todollos beens da igreja de Silve pera conprir e guardar todallas cousas que em este stormento som scriptas e que porram seus seellos em nas cartas de conposiçom. E a parte que non quiser conprir todallas cousas e cada hũa dellas que em este stormento som scriptas peyte a outra parte que as guardar e conprir esta composiçom ha pena que na dicta composiçom he contheuda e tantas vezes caya na pena que dicta he quantas vezes vier contra a dita conposiçom. E a pena pagada e a non pagada a composiçom que seja senpre firme e stavil pera todo senpre e esto prometeu (*sic*) a hũa parte e a outra personalmente estipullaçom. E eu¹¹¹⁵ Vasco Martinz puprico tabeliam da cidade de Silve rogado com as outras testemunhas que em este stormento som scriptas do dicto bispo e cabidoo e do dicto Giral d'Eanes em todas estas cousas e em cada hũa delas presente fuy e me screpvy em testimonia¹¹¹⁶. E eu Domingos Martinz tabeliam de suso nomeado e a rogo das sobredictas partes a todas estas cousas e cada hũa dellas presente fuy. Testemunhas que foram presentes chamadas e rogadas das sobredictas partes Afonso Fernandez capelom de Santa Maria de Faarom e Miguel Periz e Vasco Periz bezinhos de Tavira e João Periz e João clerigo, raçoeiros de Tavira e João Eannes raçoeiro de Santa Maria de Faarom, Fernam Garcia cleligo, Afonso Martinz, Guilhelm'Eannes freires da sobredicta Ordem. Feito foy este stormento em Silve diia e ora de suso dicta.

E nos bispo e cabidoo de Silve beendo que esta composiçom he feita a proll de nos e da nosa igreja¹¹¹⁷ praz nos e outorgamo la em todo¹¹¹⁸ e por ser esto mais firme e mais certo posemos

¹¹¹⁴ Na margem direita, por outra mão: "quinhentos marcos de prata de pena".

¹¹¹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Domingos Martins".

¹¹¹⁶ Palavra corrigida no início.

¹¹¹⁷ As duas últimas palavras foram corrigidas.

¹¹¹⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "segundo o que em ella diz ho contiudo".

em esta carta os selhos de nos bispo e cabidoo de Silve. Feita a carta no dia de suso dicto em Silve na Era de mil CCC^a XX^a I annos¹¹¹⁹.

(fl. 196v)

232

1232, Março

N. M. L. J. I. H. G. F. E. D. C. B. A.¹¹²⁰

Neesta carta faz mençom dos paaços do Mestre ao Faradoiro em Lixboa junto co a igreja de Sam Joham¹¹²¹.

¹¹²²In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Notum sit omnibus quod ego domnus M. Alvari comendator de Alquaçar una cum conventu eiusdem loci facimus cartam de placo (*sic*) cum Petro Fernamdi de Sandi. Damus ei in diebus vite sue quantum abemus in liminare termino Ulixbone et unum casale in Arifana quo fuit de Gonsalvu Cachaza et unam adegam quam habemos in colacione Sancti Juliani et domos nostras quas habemos in parrochia Sancti Johannis in loco qui dicitur Furatorium. Damus et concedimus tibi ipsas supranominatas hereditates et domos atque adegam propter amorem quem habemos tecum et ut semper sis bonus et amicus Ordini nostro. Et nos habeamus in ipsas domos Sancti Johannis pousadam Magister vel comendator vel fatres de conventu qui ibi volerint pousare. Et ego Petru Fernandi de Sandi actorizo me pro familiario vestro et do ac concedo vobis quantum abeo in Luminare prout obitum meum et illud quod ibi in veneritis in remedium anime mee et propter hec que de vobis accepi et ipsum supra nominatum quod mihi dedistis remaneat Ordini vestre quantum ibi in veneritis et si forte aliquis venerit tam de meis quam de extraneis qui hoc factum frangere volerint non sit ei licitum sed quantum inquesierit tantum in duplum¹¹²³ componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense Marcii sub E^a M^a CC^a LXX^a. Et nos qui hanc cartam iusimus facere per alfabetum fecimus dividi et sigillis nostris muniri. Qui presentes fuerunt: Domnus M. Alvari comendator de Alquaçar, Didacus Hortiz comendator de Santis, Alvarus Didaci comendator de [A]rruda, Garsia Calvete maiordomus de Alquazar, F. Sueri comendator de Palmela, V. de Lapia comendator de Almadana, S. Alfonssi frater, Petrus Johannis frater, M. Alfonssi frater, Fernandus Alfonsi frater, Johannis Menenalaus frater, Dominicus Galter frater, Do. Remiro frater, Domnus Reginaldus frater, domnus Pascasius frater, Dominicus Dominicii clericus de Arruta et S. Martini.

[1^a coluna de subscrições:]

Tomasius Fernandi

Petrus Fernamdi v. Glalui (*sic*)

¹¹¹⁹ Na margem direita, por outra mão: “Esta Era esta errada porque esta composição não podia ser vista antes de feita”.

¹¹²⁰ Letras totalmente invertidas, da direita para a esquerda e de baixo para cima.

¹¹²¹ Frase escrita a vermelho.

¹¹²² Na margem esquerda, por outra mão: “Titulo dos beens que a Ordem ha no Lumiar e casas em Lisboa em casal na [A]rifana”.

¹¹²³ Esta palavra tem um “o” riscado.

[2ª coluna de subscrições:]

M. Fuas de Almadana

Andreas fillius Dominicii Gundisalvi

(fl. 197)

233

1303, Outubro, 18

Inser: 1302, Agosto, 9 – Lisboa; 1262, Agosto, 9 – Lisboa

¹¹²⁴In Dei Nomine amen. Saibham todos como em presença de mym Afonso Martiinz tabeliam da cidade de Silve e das testemunhas que adiante som scriptas sexta feira, XVIIIº dias d'Outubro, Era de mil e CCC e quarenta e huum anos, Bicente Gil freire da Ordem da Cavalaria de Santiago leer e publicou huum estormento d'apellaçom feito per m̃ao de Vicente Afonso tabeliam da cidade de Lixboa da qual ho theor de verbo a verbo tal he¹¹²⁵:

In Dei nomine amen. Noverint¹¹²⁶ universi quod in E^a M^a CCC^a quadragesima feria VI^a, videlicet¹¹²⁷, nona die Agustii in audiencia publica coram venerabili viro domno Martini Johannis thesaurario Elborensi canonico et vicario Ulixbonensi in presencia mei Vicentii Alfonssi publici tabellionis civitate predicta ac testium infra scriptorum ad hoc vocatorum et specialiter rogatorum venerabilis vir et religiosus domnus Martinus Gasco comendator maior Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii appellavit in scriptis faciendo per me dictum tabelionem legi et publicari quandam appellacionis cedullam sub forma que sequitur contententem. Cum Ordo Millicie Sancti Jacobi habeat ius patronatus et medietatem decimarum in ecclesia Sancte Marie de Tavira Silvensi diocese et sit in possessione seu quasi si tam jur presentandi clericum ad dictam ecclesiam quam percipiendi in ea medietatem predictorum decimarum et nunc ad me Martinum Gosconem maiorem comendatorem dicti Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugallie et Algarbii de novo provenerit quod episcopum Silvensem et capitullum eiusdem volunt noviter¹¹²⁸ edificare ecclesia in dicta villa de Tavira prope¹¹²⁹ muros eiusdem ubi nunquam alias fuit edificata. Et accendens quod huiusmodi edificacio si fieret esset in maximum dapnum et prejudicium dicti Ordinis nostri et dicte ecclesie nostre et privilegiorum nostrorum Ordini nostro a Sede Apostolica indultorum cum per hoc dicta ecclesia nostra poset in posterem quam plurimum dampnicari et defraudari in predictarum decimarum perceptionem¹¹³⁰ et in multis aliis obventionibus de quibus habere debem medietatem et maxime quoniam dicta ecclesia nostra non deficit parrochianis suis in sacramentis et divinis officiis nec sub est aliqua iusta et necessaria causa propter quam de iure ibi de novo edificarii debeat ecclesia et presertim quonians redditus et proventus dicte ecclesie quam de novo dictus episcopus et capelani volunt hederificare in ysus¹¹³¹ suos proprios intendunt convertere et sibi

¹¹²⁴ Na margem direita, por outra mão: “Estormento de appellaçom que ho comendador mor da Ordem intimou de [o] bispo do Algarve querer edifica[r] hũa igreja de novo sui Tavi[ra]”.

¹¹²⁵ Na margem direita, de outra mão: “Vid. fl. 78”.

¹¹²⁶ A palavra tem um “i” final riscado.

¹¹²⁷ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir “vadelicere”.

¹¹²⁸ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir “noverint”.

¹¹²⁹ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir “poot”.

¹¹³⁰ Palavra corrigida na margem esquerda, por outra mão.

¹¹³¹ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir “iusus”.

applicare in nostri Ordinis et dicte ecclesia nostre non modicum prejudicium et gravamem e in diminutionem¹¹³² jurium eiusdem idcirco ne talis hedificacione fiat sine causa conjunctione¹¹³³ et jure Ordine in tali casu pre premissione et tunc¹¹³⁴ dictus episcopus et capelani et nos fratres et homines nostros et nostri Ordinis et alios vobis in hoc parte ad herentes et contra dictam ecclesiam nostram clericos et parrochianos eiusdem de facto cum de jure non posint ad execucionis suspenssionis inter dicta sentencias vel ad alias quascunque penas per se vel per alios procedant in hiis scriptis Sedem Metropolitanam nomine meo et dicti Ordinis. Ego supradictus comendator proveo seu appelo et apostolos semel secundo tercio instanter¹¹³⁵ instancius et instantissime peto¹¹³⁶ secundum quodmodus huiusmodi apelacio¹¹³⁷ exiget et requirit ponem me et dictam Ordinem et dictam ecclesiam clericos et parrochianos eandem et omnis nobis ad herentes faventes consillium vel auxillium palam vel occulte inpendentes et omnia bona nostra sub proteccionem dicte Sedis. Et rogo te Vicencium Alfonssi publicum tabellionem Ulixbonensem quod de hac appellacione mea mihi conficias et des quoddam publicum. (fl. 197v) Actum Ulixbone presentibus magistro Martino Egidio dominici porcionario Sancte Marie Maudallene, Gunsalvo Petri milite de Vermelha, Johanne Laurencii millite, Geraldo Martini consuprino, Roderici de Lemos, Stephano Dominici rectore ecclesie Frenelis, Petro Pelagii porconario Sancti Jacobi et aliis quam plurimis in audiencia existentibus. Ego vero tabellione memoratus lecioni et publicacioni dicte appellacionis interfui rogatus et predictam appellacionem in publicam formam redegi et inde hoc instrumentum conscripsi cunque signo soliti consignavi quod tale est.

A qual preleuda leeo logo hũa procuraçom da qual ho theor tal he toda de verbo a verbo:

Noverint Universsi presentis procuracionis seriem inspecturi quod in presencia mei Vicentii Alfonsi publicum tabellionis civitatis Ulixbonensis et testium subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum venerabilis vir rellegiosus¹¹³⁸ Martinus Gasco comendator maior Ordinis Millicie Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii constituit Ordinis¹¹³⁹ Legionis et suficientes Stephanum Reymundi comendatorem de Palmela, Vicencium¹¹⁴⁰ legendum, publicandum et notificandu quoddam instrumentum appellacionis confectum¹¹⁴¹ per manum mei dicti tabellionis. Coram domno Johane Silvensi episcopo et capitulo eiusdem et ad petendum et recipiendum pro eo nomine suo et dicti Ordinis apostolos si et prout de jure fuerit et prout in dicta appellacione continetur excipiendum, agendum, defendendum, jurandum et ad substituendum alium vel alios loco sui procuratores et eum vel eos revocandum et prout revocacionem in se officium procuracionis retinendum¹¹⁴² quando et quociens viderit seu viderint expedire necnon ad faciendum denunciacionem seu si

¹¹³² Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "in nunucionem".

¹¹³³ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "congnicione".

¹¹³⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "et ne".

¹¹³⁵ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "iustam".

¹¹³⁶ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "parte".

¹¹³⁷ Palavra corrigida.

¹¹³⁸ Segue-se um espaço em branco.

¹¹³⁹ Segue-se um espaço em branco. Na margem esquerda, por outra mão: "[...]hanit et fecit suos procurato[...] legitimos et suficientes".

¹¹⁴⁰ Na margem direita, por outra mão: "Menendi clerici dicti Ordinis qui libet eorum in solidum ut non sit meliore condutio occupanti sed quod unus inceperit (?) alio perfuere valeat senfueri (?) ad agendum".

¹¹⁴¹ Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "confoy".

¹¹⁴² Esta palavra foi escrita, por outra mão, na margem esquerda, para corrigir "resumendum".

denunciaciones novi operis super fundacione cuiusdam ecclesie quam predicti episcopus et capitulum ut dicitur (?) de novo hedificant apud Taviram prope muros eiusdem vile prout eam vel eos melius et utilius viderint faciendas et prout jura volunt et ad petendum de supra dictis omnibus sibi fieri et dari publica instrumenta et ad omnia alia et singula procuranda et facienda que in premissis et circa premissa necturia et utilia videbunt et promisit se idem comandator fatum et firmum perpetuo hinturum quicquid per dictos procuratores et quolibet eorum per substatum seu substitutos ab eis vel eorum alterorum fuerint in premissis et quolibet premissorum relevans nichilominus ipsos procuratores et quolibet ipsorum ab omni onere sacer dandii et substitutum vel substitutos ab eis altero eorundem sub¹¹⁴³ ypoteca dicti Ordinis iudicio sisti et iudicatum solvi cum penis clausulis uteria volint. Actum Ulixbone IX^a die Agusti E^a M^a CCC^a 1144. Testes magister Martinus, Egidius Dominici, Gunsalvus Petri de Vermelha, Johanne Laurencii millites. Et ego tabelione supradictus premissis interfui rogatus et dictum instrumentum scripssi meique signo solitum consignavi¹¹⁴⁵.

(fl. 198)

234

s/d.

Insere: 1350, Março, 29 – Avinhão

¹¹⁴⁶In Dei nomine amen. Anno nativitate eiusdem M^o CCC^o quinquagesimo indictione tertia et mensis Marcii die vicesima nona pontificatus Sanctissimi Patris et Domni Nostri domni Clementis divina providencia Pape sexti anno octavo in mei note publici et testium infra scriptorum ad hoc rogatorum spcialiter et rogatorum pontificia Avinionensis ubi romana curia residet de presenti ante primus portam palacii dicti domni nostri Pape per quam ad ipsum domnus Papam canonicis hec ingresus personaliter constitutus discretus vir Stephanus Stephani prior ecclesie Sancte Marie de Alquaçami civitate Ulixbone procurator et procuratorio nomine¹¹⁴⁷ venerabilis et religiosi domni Laurenci Velascii Magistri¹¹⁴⁸ Millicie Ordinis Sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii et dominorum Gomecii Laurencii comandatoris maioris dicti Ordinis et Sancius Dominici¹¹⁴⁹ prioris maioris dicti Ordinis et Fernandi Martini comandatoris de Mertola et Gomecius Arie comandatorum de Crasto Veridi et Petri Alfonssi comandatorum de Cabreella et Fernandi Anriqui comandatorum d'Almadam et Fernandi Anriqui comandatoris d'Arrabida et Gundisalvii Lupi comandatoris Zamora Correya ac provisoris conventus dicti Ordinis et Velascii Laurencii comandatoris das Entradas et Martini Menendi comandatoris de Garvom et Petri Martini et Johanis Alfonssi fratrem et aliorum fratrum conventualium dicti Ordinis et priorum et capellanorum prout de eius mandato et procuracione fidem fecit per quodam publicum instrumentum ut prima facie apperebat scriptum et sig-

¹¹⁴³ Palavra corrigida.¹¹⁴⁴ Segue-se riscado: "X/ª".¹¹⁴⁵ Na parte inferior do fôlio, de outra mão: "No original donde se esta trasladou esta muita cousa que aqui falta que se nom pode aqui todo trasladar nas marges achar se a nos titulos que tem folio CXCVII".¹¹⁴⁶ Na margem direita, por outra mão: "Estromento de hũa apellaçam que apresentou em corte de Roma a favor da Ordem".¹¹⁴⁷ Na margem direita, por outra mão: "Procuratoris nomine, he como esta no original e assim deve ser".¹¹⁴⁸ Na margem direita, por outra mão: "D. Lourenço Vasques Mestre em Portugal no anno de Christo de 1350 em 29 de Março".¹¹⁴⁹ Na margem direita, por outra mão: "No original esta Simon Dominici e assim deve ser porque este era o prior mor naquelle tempo ainda que delle não temos noticia, porem no cartorio do mosteiro de Santos vi alguns documentos que nelle falavam e hum vai no meu b[...]larco anno de 1339 vid.".

natum manu et signo Petri Adraez tabellionis regis Portugalie in vila de Alquazar tenens in manibus suis quodam instrumentum publicum scriptum et signatum ut prima facie apperebat manu et signo Gundisalvi Johannis tabellionis publici civitatis Silvensis in quo quidem instramento continebatur tenor cuiusdam appellacionis interposit ad Sedem Apostolicam per dictum domnum Laurencii Valascii magistri et cetera et alios supra nominatus conquibusdam gravaminibus sibi illatis per reverendum priorem domnum fratrem Alvarum episcopum Silvensis prout in eadem appellacione plenius continetur in quo quidem instramento appellacionis sunt quatuor pecie pergamem similiter sute et in iuntura cuiuslibet pecie est positum signum Gundisalvi Johannis tabellionis publici¹¹⁵⁰ cuius instrumentum prima linea sic incipit: "*Saibham todos*" et finit que adeant ultima linea prime pecie incipit domas (?) appellaciones et sunt per si et per prima linea serem pecie post futuram incipit seu vigarios et sunt ponendo ultima linea eiusdem pecie incipit "*todos aquelles*". Et sunt ascondudo so prima linea terciie pecie post futuram incipit "*defendemos*" et sunt que esta. A. ultima linea eiusdem pecie incipit "*dentro*" et sunt que non prima linea quarte pecie post suturam incipit "*et ameaças*" et sunt ante ultima linea tocuis instrumenti incipit quarto et sunt "*de verdade*" requisivit Johanem Sicardi portarium dicti domni noster Pape tunc dictam portam custodientem quo permuteret eum intrare ad dictum domnum nostrum Papam quia volebat sibi prentare nomini dicti Laurencii Vallascii et aliorum eorum procurator existit¹¹⁵¹ dictam appellacionem et ab eodem iudicem vel iudices auditorem seu auditores impetrare super contentis in ea qui quidem portarius dixit et respondit quod domnis nostri Papa erat pluribus aliis arduis negociis occupatus (fl. 198v) et sic quo non poterat ad eum intrare nec eum intrare permisit quam ius per eundem Stephanum Stephani fuisse pluries et cum instancia requisitus. Tunc dictus Stephanus nomine procuratorio que supra protestatus fuit que tempora prosequedi dictam appellacionem sibi nec dictis domnis quorum procurator existit non curiant nec eis prejudicium aliquod generetur cum per eum non fiet quominus nomine procuratorio que supradictam appellacionem prosequatur et faciat omnia et singla que circa ipsius prosecutione necessaria sumeret et oportuna qua cito iudicem vel auditorem super ea poterit obtinere de quibus omnibus et singulis prestitus Stephane Stephani pedit ame[n] notuit publico infra scripto unum vel plura publica conficii instrumenta notte sunt hec ubi supra sub ano indiccione mensse die pontificatus perditis presentibus discretiis viris Garsiia Gundisalvi canonico Mindonensi, Paulo Petri porcionario Ispalensi et Berengario diocese Rutunensi. Testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis.

Et ego Gundisalvus Petri clericus Lucensis pupricus imperiale actoritate notuit premissis omnibus et singulis sic ut premictitur actis una prenominatis testibus presentes fui presentesque publicum instrumentum scripsi et in hanc formam publicam redegei signoque meo consueto signavii rogatus a dicto Stephano Stephani et requisitus in testimonium veritate.

235

1349, Setembro, 27 – Sevilha

Inserere: 1349, Setembro, 27 – Sevilha

¹¹⁵²Domingo veynte e siete dias del mes de Setembre Era de mil e trezientos e ochenta e siete anos en este dia sobredicho et en presencia de my Domingo Sanches escripbanu puprico de

¹¹⁵⁰ Na margem direita, de outra mão: "*publici*".

¹¹⁵¹ Na margem direita, de outra mão: "*exiscit = est in originali*".

¹¹⁵² Na margem esquerda, de outra mão: "[...]mento de huuns apostolicos [...] citatorios que ho bispo [do] Algarve deu ha hũa [...]llaçam da Ordem". Segue-se, de outra mão: " Domingo 27 dias Setembro".

Sevilha e de los otros escripvanos que en fim deste scripto strevierom sub¹¹⁵³ nonbres en testimonyo estando en el portal que es ante la converta de los naranjos e del cidral que es dentro en las casas que fueron del almirante Don Alfonsso Jufre que son en la colacion de Sam Bertolame desta cidat e siendo hy presente Don frei Alvaro obispo de Silve, Vaysqu'Eannes freire procurador de Dom Lourenço Vasque¹¹⁵⁴ Maestre de Santiago en Portugal y en el Algarve segun se contiene en una carta de procuracion que aquy mostro que fue fecha en Torres Vedrras veynte quatro dias de Julho Era de mil e trezientos y ocheenta y syete anhos y contiene se en elha que fue fecha por mano de Joham Dominguiz tabellion publico de la dicha bilha de Torres Vedrras y signada del su senhal que hi estavam presente este dicho Vaasqu'lannes procurador dixo al dicho senhor obispo que ya outra vez avia venido ante el a le pediir e los apostollos que el le pediera (fl. 199) por la apellacion que el feziera pobricar en moguer de agravios que diz que fazia el dicho Maestre et a sus freires et a sus procuradores e que tomava delho fe e testimonyo en esta razon de scripvano publico en Sevilha de como le pediera los apostollos la vez primera e que gellos non diera ny otorgara en essa razon mas deziendo el en su repuesta que gellos daria e outorgariia en el tiempo que el dirrecho quiere. E agora este Vasco Annes que veniia ante el a le requerir y pedir le que le diesse e le otorgasse los apostollos que por la dicha apellacion que le feziera segund dichos es le avya pedido e agora que gela pedia asy en nonbre del procuratorio porque el derecho del dicho Maestre cuyo procurador es fuesse guardado. E luego el dicho senhor obispo dyo ante nos los dichos escribanos una su carta escripta en papel e seellada con un seelho em que a fegura de hum Jhesus e firmada de huum nombre que deziia *episcopus vidit* en que dezia que dava los apostollos. La qual carta dize asi:

Ao muy santo padre vigairo de Deus verdadeiro senhor padre Clemente ho bispo de Roma e papa da Igreja Universsal seu obispo de Silve frey Alvaro e servo da igreja muy santa cathollica reverença e obedença com toda sogigaçom¹¹⁵⁵ e veriamente de pees e de mãos Santo Padre sabede que Lourenço Vaasquez leigo Meestre da Ordem de Santiago em Portugal apellou de mym a vosa Sante See contando essa apellaçom muitos gravimentos que lhe aviamos feito cuidando nos meter medo de muitas apellações que ha feito contra mym e meus vigairos. Mais nenhum gravamento que el conte non contem verdade mais esto faze por muitos gravimentos que ha feitos a mym e a nossa igreja por os quaes anda em muitas sentenças d'escomunham que põe en el ho dirreito e puge eu en nosso bispado e denunciando lo en esse noso bispado por escomulgado em huum lugar que chamam Tavira e as escomunhões foram as quaes encorreo porque em no tempo que elle era comendador de Mertola me prendeo meus clerigos em esse lugar e roubou me quanto trajiia em minhas azemallas e nossa capeella e os qualizes e paramentos e bulas minhas do Santo Padre Papa Johane bosso antecessor e a nossa mitra feze poer em na cabeça dhũa molher e depois no dicto lugar de Tavira nos cometeo de matar em no logo dos frades meores. E depois sacando nos cellebrando em nossa igreja de Santa Maria e rezando a pallavra de Deus feze sua asuada com ho corregedor do Algarve que era por el Rey que avya nome Lourenço Callado e cometeo nos dentro na igreja de nos matar e fezemos muitas injurias e muitas maas palavras que nos

¹¹⁵³ Esta palavra tem um "i" final riscado e oferece dúvidas de leitura.

¹¹⁵⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Dom Lourenço Vaaz Mestre em Portugal". E, ainda, por outra mão: "D. Lourenço Vasques Mestre em Portugal no anno de Christo de 1349".

¹¹⁵⁵ Na margem direita, de outra mão: "no original, sugeiçom".

disse em ameaças em tal maneira que por medo delle e do corregedor me conveo de deixar a pregaçom e a missa ante que se levasse ho Corpo de Deus e fोगi da igreja com hum clerigo pera mha pousada. E depois este sobredicto Meestre coligou se e cospion contra mym com nos sismaticos que se chama cabidoo de Silve ca me deitarom de meu bispado com poder d'el Rey de Portugal por defender a jurdiçam da igreja pello qual ando desterrado e privado de meu bispado e os cismaticos e escomulgados de muitas escomunhões dam os sacramentos sendo denunciados (fl. 199v) e cometem as curas e damos beneficos. E este Meestre lhes da a estes cismaticos quanto pode favor e ajuda contra a igreja e contra nos. E tomou nos a jurdiçam e os dizimos e non quer dar parte que diz que a provisom aos raçoeiros que han de servir a igreja mas fazesse bispo de meu bispado honde damos lhe apostolos refutatorios e supricamos com a igreja de Silve catholica que sobre esto que non nos dedes juizes em Portugal ca el Rey e todollos de seu regno sam contra mym por defenssam da igreja. Dados em Sevilha biinte e sete dias de Setembre Era de mil e CCC^c LXXXVII anos. *Episcopus vidit*.

E de todo esto en como¹¹⁵⁶ el dicho Vasco Annes en nombre del dicho Maestre cuyo procurador es pedio a mym Domingos Sanchez escrivano puprico qu'el diesse ende hum escripto de testimonyo pera guarda del derecho de la su parte. E yo dille este firmado de mym nobre e signado com myo signo e firmado de los otros escrivanos que a esto fueron presentes. E¹¹⁵⁷ do del dia e de la ora sobredicha. E yo Valasco Fernandez escrivano de Sevilha escrepvy este scripto de testimonyo e fue presente a todo esto que dicho es e so testigo. E yo Diego Fernandez scripvano de Silve fuy presente a todo esto que dicho es e so testigo. Ego Domingo Sanchez scripvano puprico de Sevilha fue scripvir este scripto de testimonyo e fiz aquy myo signo e so testigo e fuy presente a todo esto que dicho es.

236

1315, Setembro, 9 – Alcácer do Sal

Inser: s/d.

¹¹⁵⁸Saibham todos que na Era de mil e trezentos e cinquenta e tres annos nove dias de Setembro em Alquacer em presença de mym Domingos Dominguez puprico tabeliam da dicta billa e das testemunhas que adiante som scriptas o muito honrrado barom e sozez (*sic*) Dom Lourenço Annes¹¹⁵⁹ pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Porugal e do Algarve publicar e leer fez per mym hũa cedulla que dizia que era de plazo da qual ho theor de verbo a verbo tal he:

Como os contra dirreito agravados e temendo mais a seer contra dirreito e sem justiça entendendo a aver remedio apellaçom e como nos Dom Lourenço Anes Maestre da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve e todos nossos freires da dicta Ordem asy comendadores como priores como todollos freires que sam da dicta

¹¹⁵⁶ Na margem direita, de outra mão: "pollo".

¹¹⁵⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "fecho".

¹¹⁵⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "[A]pellaçam que ho Mestre [e]ntrepos pera Roma do [bisp]o do Algarve." Segue-se, por outra mão: " Dom Lourenço Annes Mestre em Portugal no anno de Christo de 1313".

¹¹⁵⁹ Na margem direita, de outra mão: "Primeiro Mestre em Portugal em tempo d'el rei Dom Dinis".

Ordem ajam recebudos muitos (fl. 200) agravamentos contra dirreito e sem justiça de vos mui<to> honrrado Dom Afonso pella meesma graça bispo de Silve primeiramente agravastes nos e a dicta nossa Ordem que como nos e a dicta nossa Ordem sejamos poderoso¹¹⁶⁰ das igrejas do Algarve que som no vosso bispado, *convém a saber*, da igreja de Sam Cremente de Loulle e da igreja de Santa Maria de Faarom e da igreja de Santa Maria de Crasto Marym e da igreja de Sancta Maria de Quaçalla e da igreja de Santa Maria de Crasto Marym e da igreja d'Alcoutym de feito e de dirreito asi como era nosso senhor el Rey e como antre os bispos que forom ante de vos por si e por seus socessores e os Maestres que forom da dicta nossa Ordem per sy e per seus sobcessores aja feita composiçam na qual he contheudo que a parte que a non manter e cumprir as cousas que em ella sam contheudas que peite aa outra parte quinhentos marcos de prata e fique por fe per jure e vos per vossa actoridade nom avendo Deus ante os vossos olhos nom querendo aguardar a dicta pena nem querendo aguardar ho prometimento da booa fe fostes nos e hides contra a conposiçam e contra as cousas que em ella sam contheudas e non no las quisestes nem queredes teer e que fostes contra ho prometimento da booa fe. Item agravastes nos e a dicta nossa Ordem que como nos e nossos freires estevessemos em Tavira em serviço de Deus e de nosso senhor el Rey que vos nom querendo aguardar em como eramos freires da Ordem que eramos e somos privilegiados que nenhum arcebispo nem bispo nom possam poer sentença d'escomunham sobre nos. E vos em desprezamento de Deus e dos privilegios dos Paadres Santos Apostolligos non nos querendo veer nem aguardar nos nom seendo amoestado<s>, nem citados, nem ouvidos, posestes sobre nos sentença d'escomunham. A qual sentença era nenhũa e vos non podeades de dirreito poer e solamente pollo tentamento e mayormente pella obra que fezeades indo contra nossos privilegios teemos que caistes na sentença dos Paadres Santos Apostolligos segundo como he contheudo dos nossos privilegios. Item nos agravastes que em desprezamento de Deus e de nossos privilegios que avemos dos Paadres Santos Apostollegos de como somos isentos que por mais nossa desonrra e nosso vitoperio mandastes a Pero Dominguz nosso freire que he priol da nossa igreja de Santa Maria de Tavira que nos fosse pronunciar e porque non queriia¹¹⁶¹ pronunciar escomungaste lo e mandavades lhe deitar huum varaço aa garganta e que o trouxesse a redor da igreja. As quaes cousas vos nom podiades fazer nem deviades de dirreito. Item nos agravastes dizem nos¹¹⁶² muitas maas pallavras e muitos doestos e fazendo nos muitos viltamentos em publico e muitas ameeças, nom fazendo, nem dizendo obras de bispo, nom aguardando em como eramos homeens de Ordem e homeens filhos d'algo e cavaleiros e que estavamos em serviço de Deus e d'el Rey¹¹⁶³ e contra os yni-miigos da fe. Item nos agravastes e agravades e a dicta nossa Ordem que como as sobreditas igrejas de que nos somos padroeiros que som no vosso bispado os outros bispos que forom dante de vos nom recebessem de colheita por procuraço de cada hũa das igrejas mais de dez atee doze livras e vos (fl. 200v) nom tragendo a tanta gente, nem fazendo tanta custa como cada huum deles fazia, nom despendendo continuadamente de cada dia em vossa casa de cinco ataa seis livras e filhades a nos de cada igreja triinta e triinta e tres livras de procuraço. E esto he contra Deus e contra dirreito. Item nos agravastes e agravades e aa dicta nossa Ordem que como na conpossi-

¹¹⁶⁰ Na margem direita, de outra mão: "padroeiros tem o original".

¹¹⁶¹ Na margem esquerda, de outra mão: "vir".

¹¹⁶² Na margem direita, de outra mão: "dizendo nos".

¹¹⁶³ Na margem direita, de outra mão: "e de nosso senhor el Rey"

çam que he antre nos e vos seja contheudo antre as outras cousas que os raçoeiros que vos apresentaram os nossos freires prioles das dictas nossas igrejas que som no vosso bispado que as confirmedes e non nas querendo confirmar por vos presentem pessoas boas e ydonias que merecem taees beneficios e esto fazedes pollas dar a vossos parentes e criados contra Deus e contra dirreito asi como tolhestes a raçom de Santa Maria de Faarom a Ruy Martinz filho de Vicente Carvalhal que era homem¹¹⁶⁴ natural dos boons da terra e que a mereciã e fostes a dar ha Francisquo Periz vosso sobrinho contra Deus e contra dirreito. Item nos agravastes e agravades e a dicta Ordem que como na conpossiçam seja contheudo que paguedes aos priolles freires das dictas igrejas a quinta parte das rações que ham d'aver e nos pagamos a nossa meadade e ao cabidoo ho seu quarto e os non queredes pagar. Item agravastes nos e a dicta nossa Ordem que quando veestes por bispo chegastes a Loulle e non seendo hi Afonss'Eannes nosso freire que he ende priol nom seendo no bispado nem seendo amoestado, nem citado, nem ouvido, escomungaste lo e quando chegou a vos a Tavila que o asolvesse-des tantas foram as ameaças que lhe fezeistes e mandastes fazer que per prema da escmunham e portal que fosse asolto e que lhe non fezesseis mais mal levastes del huum cavalo em sellado e em freado e hũa ascua que valiiã todo cento e cinquenta livras e prometestes lhe de seer priol e de lhe non fazer mal sem merecimento. E depois fezeistes lhe muito mal e muitos agravamentos contra Deus e contra dirreito e asy ho levastes del per prena e contra sa vontade. Item agravastes nos e a dicta nossa Ordem que como nos mandasedes os nossos freires priolles que som das nossas igrejas no vosso bispado, *convém a saber*, Afonso Annes nosso freire priol de Loulle, Ramiro Diaz nosso freire priol de Santa Maria de Faarom, Pedro Dominguz nosso freire priol de Santa Maria de Tavira, que fosse a vos que queriades fazer synado e elles estando no vosso paaço depois de comer disse huum vosso homem nas pallavras a Ramiro Diaz nosso freire priol de Faarom e porque disse Afonss'Eannes nosso freire que dezia mal escomungaste lo logo per tres vezes por que diziades que aquelle homem era irmãao doutro que siia casado com vossa filha dizendo lhe muitas maas palavras e doestos e depois que vos pedio por mercee que o asolvesseis ca nom avya porque seer escomungado e ho asolveistes porque se foy a queixar ao tabeliam perante homeens boons do mal que lhe fezerades e apellou de vos e de como se queixou e apellou filhou ou ende huum testemunho e vos tanto que o soubestes que apellara escomungastes elle e os dictos priolles nossos ffreires de Faarom e de Tavilla e mandastes poer huum escripto na porta da igreja em como os escomungavades. E per o vos pagarom¹¹⁶⁵ com no dayam e com no cabidoo e com todollos crelligos que eram ajudados em cabidoo do bispado que os assolvesseis e vos davam¹¹⁶⁶ (fl. 201) fiadores e obrigam seus beneficios a corregger se algũa cousa fezerom e de estar a mandamento da santa igreja nunca os quisestes asolver ataa que outorgassem que nom apellassem de vos. E elles com outra desarrada escmunham disserom que nom apellariam por tal que os asolvesseis. Item agravastes e agravades nos e aa dicta nossa Ordem e aos ditos nossos freires priores que como seja de dirreito e de costume asi no vosso bispado como em todollos outros bispados que os prioles cada huum em sa igreja ponham thesoureiro e scripvam que escrepva os dirreitos das igrejas. E que os priores provejam e façam proveer os raçoeiros das rações segundo como as servirem. E vos per vossa autoridade e contra vontade dos nosos frei-

¹¹⁶⁴ Palavra corrigida.

¹¹⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*precarom*".

¹¹⁶⁶ Na margem inferior deste fólio: "*fiadores e obrigam*".

res priores metedes thesoureiros e scripvãaes nas nossas igrejas contra Deus e contra dirreito e mandades que ajam hy priostes sobre os priores e que recebam as nossas rendas e dirreitos antes do tempo com¹¹⁶⁷ que provee os raçoeiros ante que a mereçam e asy husurpades os nossos freires priores dessa jurisdicam e hides contra os nossos dirreitos e seus contra Deus e contra dirreito. Ca elles sam jurados sobre os Avangelhos que precurem e façam receber todollos dirreitos das igrejas cada hũa na sua e de cada huum seu dirreito assy a vos como ao cabidoo como a nos. Item agravastes nos e agravades a todollos nossos freires priores que som no vosso bispado que lhes defendedes que non venham a nosso mandado quando por elles mandarmos e lhes defendedes que nom sayam do bispado a nenhũa parte que ajam d'adubar ou de aderençar algũas cousas necessarias em cas de nosso senhor el Rey ou conosco sem vossa licença e mandado e esto he contra Deus e contra dirreito e contra costume. Ca depois que o priol passa per ano e dia que he confirmado e regidente pessoalmente bem pode hir hu lhe comprir sem vosa licença e mormente que o vosso mandado mais he por ha mal que rença que nos queredes e por de sacar os nossos freires priores fazendo lhes fazer custa em hir hu vos hides e aver de dar XII soldos (?) de cada carta de licença na vossa chancellaria por esso ho fazerdes e he contra dirreito. E por todos estes agravamentos que a nos fezestes e fazedes e a todos nossos comendadores e priores nossos freires que som no vosso bispado e a toda nossa Ordem e asy como a nos agravastes e agravados asy agravastes e agravades ha mayor parte das mais e dos melhores de vosso bispado sem razom e sem dirreito e portanto he color e razom de nos a queixar de vos. E agravastes João Periz creligo de missa raçoeiro de Santa Maria de Tavila que por quanto nos veeo confesar que fallara com Pedro Dominguz seu priol sobre que vos passarades sentença e non lhe falando em desprezamento da igreja mais com a seu priol e mayor vos non aguardando ho segredo da confissom mais descobrindo o publicamente mandaste lo trazer com huum baraço na garganta e descalço dos pees per tres vezes andando arredor da igreja. Item agravastes Duram Dominguez clerigo de Tavila que por quanto vos disserom que elle disera que fora mão feito de asi andar ho creligo d'arredor da igreja com huum baraço na gargante escomungaste lo logo sem outra amoestação nehũa e veo vos pedir por mercee que o asolvessedes e nunca ho quisestes asolver (fl. 201v) ataa que o fezestes andar com huum baraço na garganta arredor da igreja como ho outro andara. Item agravastes Dom Basco Gonçalvez arcediagoo de Silve que he muito boom homem e de boom logo e muy letrado que por quanto vos rogava e conssellhava que non fezessedes taaes cousas como faziades ca eram contra Deus e contra dirreito e davades mao exenpro aa gente e porque vos conssellhava bem desonraste lo em puprico dizendo lhe que era roim d'Alanquer e outras palavras desguisadas que el non merecia e hindo lhe com nos dedos contra os olhos dizendo que vos hu amanssariades. Item agravastes Martym escudeiro de Tavila que he homem boom e com algo e fez muy boom coro e muy booa capeella na igreja de Tavila¹¹⁶⁸ sem merecimento per o vos dava boons fiadores pera estar a mandamento da Santa Igreja nunca o quisestes asolver ataa que levastes del cem livras por tal que o asolvessedes. Item agravastes Francisco Periz creligo ordinhado e raçoeiro de Santa Maria de Faarom que o filhastes per cabellos e destes muitos couces e muitas punhadas em elle e fezeste lo desnudar e vos per vosa mão lhe destes tantos açoutes que por nove dias non se pode

¹¹⁶⁷ Na margem direita, de outra mão: "e que".

¹¹⁶⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "excomungaste lo".

levantar e mandaste lo meter na cova sem merecimento. Item agravastes Dom Martym Rodriguiz thesoureiro de Silve seendo el homem boom e filho d'algo e letrado e pessoa da vossa igreja e teendo o vos convidado em logar que chamom Penina e servyndo vos com muito pom e com muito vinho e com muitas carnes e com outras cousas que avia-des mester bos nom querendo aguardar qual homem elle era e o serviço que vos fezera nom querendo aguardar que aviades fecto juramento sobre os Santos Avangelhos e prometudo booa fe ao Rui Martinz e ao cabidoo de Silve que lhes mantevedes todallas cousas e cada hũa dellas que erom e som contheudas nas composições que foram feitas e mantheudas pollos bispos que foram ante vos e que non podesses poer sentença sobre elles nem sobre nenhum delles se ante non fossem amoestados e chamados e ouvidos per cabidoo. E vos non aguardando a dicta jura nem aguardando que sobr'esto lhe prometerades boa fe non seendo el amoestado, nem chamado, nem ouvido depois que comestes e bebestes o que vos fez mester escomungaste lo sete vezes em hũa ora sem merecimento¹¹⁶⁹. As quaes cousas ou cada hũa delas vos poderiades fazer ou mandar fazer de feito e nom de dirreito en nome de nos e da dicta nossa Ordem e das nossas igrejas e dos priores dellas e de todos aquelles que por nos sam e seram sentyndo nos de vos por muito agravados e temendo mais ser contra dirreito e justiça. E em este escripto pera a muito honrrada e nobre a Santa Madre Igreja de Silve<lha>¹¹⁷⁰ provocamos e apellamos e por mais satisfazimento de dirreito os apostollos pedimos outra vez os pedimos e com grande aficamento os pedimos. E poemos nos e a dicta nossa Ordem e nossos freires prioles e nossas igrejas e todos nosos beens moviis e nom moviis asi spirituaaes como temporaaes avudos e por aver e todos aquelles que nos ham d'amar e d'ajudar e consselhar asy em publico como em cuberto sob poderio e em guarda da dicta See de Sevilha (fl. 202) e do muy nobre padre senhor arcebispo ou daquelles que estiverem em seu logo.

E rogamos a vos Domingos Dominguiz puprico tabeliam d'Alquacer que redrigades e façades este scripto desta apellaçom em puprica forma e no la dedes scripta sob vosso sinal e segundo Deus e nosa alma nos cuidamos e teemos que bem apellamos e entendemos seguir esta ape-laçom aquelles tempos que o dirreito quer segundo he forma de dirreito¹¹⁷¹. E eu Gonçalo Annes scripvam jurado per mandado e actoridade de Domingos Dominguiz tabeliam d'Alquacer sobre-dicto ca rogo¹¹⁷² e aa pitiçam do dicto Mestre e frreires de sa Ordem que hy com elle eram este theor da dicta apellaçom screpvy no dya na Era sobredicta. Testemunhas que presentes foram Joham de Çaadym, Stevom Lourenço d'Alquacer, Martim Ferrnandez. E eu Domingos Dominguiz puprico tabeliam d'Alquacer a rogo e apellaçom¹¹⁷³ do muy rellegioso e honeesto senhor Dom Lourenço Annes pella graça de Deus Maestre da Ordem da Cavalaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve e de muitos seus frreires que com el eram ajuntados este scripto desta apellaçom ao dicto Gonçalo Annes scripvam jurado fiz screpver e em el meu sinal pus que tal he.

¹¹⁶⁹ Na margem direita, de outra mão: *"Aqui faltam muitas infindas regras que estam no original que se achara sub final de folhas CC"*.

¹¹⁷⁰ A letra "e" foi corrigida para "i".

¹¹⁷¹ Segue-se, riscado: *"Nos a mandado do dicto Mestre"*. Na margem direita, de outra mão: *"esta menos no original"*.

¹¹⁷² Na margem direita, de outra mão: *"e a rogo"*.

¹¹⁷³ Na margem esquerda e de outra mão: *"petiçon"*.

Per as sobredictas letras fazem fim as scripturas da Ordem de Santiago, *convém a saber*, aquelas que por mandado da Alteza d'el Rey nosso senhor como perpetuo administrador da dicta Ordem foram entregues a mym dicto scripvam da dicta Ordem e cartorio pello muito honrrado Fernam Rodriguiz de Lucena capellam do dicto senhor a que Sua Real Senhoria desto encarregou e foram por mym acabadas d'escrepver e poer em este tonbo dentro nos seus paços d'Almeirim aos IX dias do mes de Junho ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil IIII^o LR^{ta} annos. *Deo gracias*.

¹¹⁷⁴Seendo dadas a este tonbo as predictas scripturas supra nominatas outras mais que per mym dicto scripvam da dicta Ordem foram percalcadas e aa minha mão cobradas que som da meesma Ordem por mandado da Alteza do dicto senhor Dom Joham som aqui tanbem asseentadas e com sua actoridade titulladas e fielmente de *verbo ad verbum* escriptas e sam estas que se seguem.

237

S/d.

¹¹⁷⁵Estes som os artigos dos taballyãaes que el Rey manda que guardem todollos taballyãaes dos seus regnos primeiramente os taballiãaes que juram que escrepvam as notas das cartas e dos estormentos primeiramente em livro de papel, e nom o fazem assy, e filham nas em cedulas e em tavaros (?) e perdem nas e quando lhes demandam as cartas dizem que nom sabem que se dizem pois que as nom achom em seus livros e som pagadas dos dinheiros e por esta razom recebem as gentes grandes perdas.

Item jurem que leam e escrepvam perante as testemunhas as notas que filharem.

Item façom que registem e ponham em livro boom como as cartas que forem de firmidões e nom poem hy e esto he grande perda das gentes.

Jurem que leam e escrepvam perante as testemunhas as notas que filharem e nom as leem deles e nom tragem purgaminho nem tynta e dizem que as farom (fl. 202v) e depois nunca as fazem e se algũas fazem nom som escripturas asy como foy devisado e nacam grandes contendas e grande perda antrre as partes e perigoos das testemunhas.

Item he mandado d'el Rey que todollos estormentos e escreturas que ouverem de fazer que as dem a seus donos do dia que as filharem ataa tres dias ao mais tardar e nom nas escrepvem nem lhas querem dar passa per hum ano e por dous e per tres e per dez anos e mais e som pagadas manda el Rey que dem ataa ho dicto tempo os estormento das dividas do dia que lhos as partes pedirem ataa trres dias e se lhas elles nom pedirem nom sejam culpados. E quanto he aas outras escripturas grandes porque as nom poderam entam pequeno tempo dar, mamda el Rey que as dem do diia que lhas as partes pedirem ataa oyto dias. E se lhas elles nom veerem demandar ao dito tempo e lhas elles nom derem nom sejam culpados.

Item quando lhes vão pedir as escripturas aquelles cujas som levam das gentes algo pollas catarem quanto elles querem e delles muitos levam o que lhes peytam e nom lhes dam as scripturas aquelles cujas sam levam das gentes e doestam nos e perdem seus donos os herdamentos e as demandas porque nom ham as cartas com que as defendam. El Rey defende que nom levem delles mais que a tausaçom sob a pena que adiante he escripta.

¹¹⁷⁴ Texto escrito a vermelho.

¹¹⁷⁵ Na margem direita, de outra mão: "*Capitulos do que pertence ao officio de tabaliam que fazem pouquo aprepre[...]*".

Item quando os demandom as gentes sobr'esto tragem nos em demandas e em vogariia de guisa que nunca com elles ham dirreito.

Item ham mandado d'el Rey que quando filharem as notas das escripturas que que (sic) ouverem de fazer que se elles nom conhecerem as partes que chamem taaes testemunhas que as conheçam e nom no fazem.

Item levam mais polas scripturas que fazem ca aquello que lhes por el Rey he mandado.

Item quando os chamom pera hirem dar algum testemunho escusam se huuns pollos outros de guisa que os nom podem allo aver os homeens e dizem que nom querem allo hir. Em esto recebem grande perda e grande deteença.

Item vogam perante os juizes por quem querem e nom o leixam de fazer por defesa dos juizes. El Rey manda que nom voguem salvo se lhe alguem fazer mal ou desaguisado a elles ou aos seus de sua casa que comerem seu pam e vestirem sem pano que os defenda com seu dirreito e nom sejam porem theudos aa dicta pena.

Item fazem se em logo por juizes e sam juizes huum ano e tornam ao taballyado. El rey defende que o nom façom assy sob a dicta pena.

Item arrendam os moordomados e as outras rendas por se apoderarem da terra. El Rey manda que as nom arrendem aquelas que tangerem a sa jurdiçam de que ell deve de fazer dirreito.

Item fazem os prazos das dyvydas e das outras cousas antrelinhadas e pooem as Eras e o (sic) dias e as dividas com os nomes dos homeens portanto brrreve e he lhes defeso por el Rey que o nom façom se nom per letra.

Item os taballyãaes nom devem dar testemunho sem rogo das partes e peramte testemunhas rogadas e chamadas d'anballas partes ou de cada hũa dellas.

(fl. 203) Item devem poer senpre no estorinto ho diia e a Era em que os conceitos foram feitos antre as partes e o logar em que foram factos.

E todollos taballiãaes quando aqueecer que ouverem de fazer algũas scripturas grandes antre as partes asi como apellaçõoes ou protestaçõoes como outras escripturas grandes que sejam razões antre as partes asi como se sõe de razoar novamente em alguuns feitos grandes de que devem de dar testemunho a cada hũa das partes que ajam de sair pera fora do regno as partes dem lhe e cada hũa as sas razões per escripto e sejam antre as partes aviradaas nas scripturas e sejam notadas as razões antre e registadas em purgaminho de coiro e as que forem pera o regno registem nas em papel e leam perante as testemunhas ante que essas scripturas forem feitas e asinadas em guisa que se possam hi acordar depois as testemunhas quando conprir ou as façom perante as testemunhas quando as rogarem ante elles em guisa que as partes ajam cada hũa o seu dirreito e que sejam per hi os taballiãaes e as testemunhas aguardadas de perigoo.

Item todollos taballiãaes quando fazem alguuns estormentos partido per a. b. c. ou semelhante huum a outro que ajam a dar a cada hũa das partes e se a parte quiser tirar o seu testemunho dem lho se o pagar como quer que a outra parte nom queira tirar o seu testemunho por algũa razom desse nom entender a ajudar del ou perventura ho non queiram.

Item se alguem pedir testemunho ao tabaliam por algũa razom perante ho juiz que lhe nom queira fazer comprimento de dirreito se o juiz diser dado com minha repostas diga logo ho juiz a repostas que lhe quiser dizer e se perventura a logo nom quiser dizer ho tabaliam non leixe porem de dar ho testemunho a aquelle que lho pedir e esto meesmo façom antre as outras partes que pedirem testemunho e lhe algũa das partes nom quisere dar a repostas se lha logo nom der ca he certo que se lhe ho juiz ou outra parte com que ha a demanda nom dam a repostas que lha nom querem dar ataa gram tempo e ando per hi hos homeens em perlongada demanda em guisa que estragam do que am e nunca podem aver comprimento de dirreito.

Item se alguem tabeliam fazer algũa cousa que seja theudo a correger se lha ho juiz fazer

correger non no ameace porem ca he certo ca se lhe diz que o correga ou lhe fezer correger aquello que fez que o ameça e que lhe diz qual he tambem sabe o que tem scripto sobre el e por esta razom nom ousam os juizes delles fazer comprimento de dirreito e justiça porque nom ousam os juizes delles a fazer e nom no façom así sob a pena d'el Rey que adiante he escripta.

Item todollos tabaliãaes cada huom nos logares hu morarem devem teer casa ou paaço sabido em que screpvm as scripturas de que devem dar fe e que os vão buscar aquelles que perante elles quiserem fazer conprimentos ca he certo que os mais dos tabaliãaes ho nom fazem assy nem querem teer casas em que screpvm e por esta razom perdem as gentes muitos do seu dirreito porque nom podem aver as scripturas quando lhes comprem e esto se entenda de teerem casas hu ouver (fl. 203v) bila que aja hy muitos tabaliãaes.

Item quando os pobres e as outras gentes veerem demandar os estormentos e as outras escripturas aos tabaliãaes nom nos doestem nem os tragam mal e dem lhos ao tempo que lhos ham de dar de guisa que nom percam o seu dirreito e aynda que se lhes as partes queixarem pol-las escreturas se lhas nom derem ao tempo que lhas ouverem de dar nom nos tragam mal. E se per ventura alguom doestar ho tabaliam de maas palavras per razom do officio do tabaliado ou lhe per razom do officio diser algũa cousa contra sua verdade manda el Rey que o fronte perante homeens boons e que el lho fara correger como achar que he dirreito.

Item todollos tabaliãaes quando fezerem stormentos ou cartas algũas de que devam dar fe leaam nas a seus donos ante que lha dem quando as notarem perante as testemunhas e nom ponham hy os sygnaaes ataa que as leam outra vez aaquelles cujos esses estormentos ou escripturas forem.

Item todollos tabaliãaes quando screpverem os males ou¹¹⁷⁶ as malfeitorias que se fazem nas terras pera mostrarem nas despois a el Rey ou a seu mandado pera fazer justiça escrepvm nas em esta guisa hu ouver muitos tabaliãaes se o mal ou malfeitoria for feito perante a justiça ou em puprica escriptura ho logar hu foy e perante quem foy e o diia e a Era em que foy feita e as testemunhas que hy estiveram e se foy em sa presença ou nom. E se per ventura alguom beer querellar ao tabaliam hu ouver muitos tabaliãaes d'el Rey d'alguom que fez mal ou algũas malfeitorias chame hi outro tabaliam seu conpanhom que este hi perante quando lhe a querella derem e nom ha escripvm ataa seer o tabaliam presente e depois que hi anbos forem escripvm a querela aquel a que am querella derem e ho diia e a Era em que lh[...] der e os nomes daquelles que lhe am querella derem se a dam de custa ou douvida ou per outra guisa sem cartas das querellas e se per ventura ho querelloso nom quiser hir com el buscar ho outro tabaliam ou nom quiser hir perante a justiça ho tabaliam a que a querela primeiro foy dada escrepvaam per qual guisa lha derem e leea depois perante ho outro tabaliam seu conpanhom e escrepva ho outro tabaliam aquella que lhe derem.

Item outrossi hu nom ouver mais tabaliãaes as querellas e as malfeitorias segundo as vir e como lhas disserem por que diga aaquelles que lhas derom que vão com elles perante a justiça e o escripvm así como lha derem a lo nom quiserem hir diga lhas perante as testemunhas que vão a la e se a la nom quisessem hir com el dicto tabaliam escrepva a querela. E outrosi em como lhes disser que fossem a la e em como la nom quiserem hir.

Item estas malfeitorias se fezerem antre os homeens e depois veerem ha correger da hũa parte e da outra que seja feita de todo mãao devydo partido que antre elles ouve rematado e que fiquem amigos que per (fl. 204) prazer das partes quer per sentença os tabaliãaes que malfeitoria fezerem teverem escripta em seu livro escrepva a malfeitoria e corregimento que se cada

¹¹⁷⁶ Segue-se letra riscada.

hũa das partes fazerem como se ham por amigos se o souberem ou se o dicto corregimento as partes fazerem perante elles e quando el Rey ou seu mandado lhes pedirem ho estado da creva e den lhe em escripto a malfeitoria e em como foi feita. Outrosy ho corregimento que antre as partes for feito como dicto he.

Item todollos tabaliãaes que as scripturas ouverem de fazer de cousas que sejam scriptas pelas partes que lhes dam esses scriptos ou em cedullas ante que os stormentos sejam dados das dictas scripturas e cedullas que nenhũas das partes ante as leam as partes perante as testemunhas quando as notarem e nom dem os estormentos em outra guisa ha nenhũa das partes em guisa que seja aguardado a cada hũa das partes o seu dirreito e que as testemunhas e os tabaliãaes sejam guardados de perigoo.

Item manda el Rey e defemde que nom seja nenhum creligo daqui adiante tabaliam como quer que lhes ja outra vez fosse defeso que o nom leixam porem desseer e vãao contra seu mandado.

Item manda el Rey que todos estes artigos e cada hum delles que os guardassem todollos tabaliãaes dos seus regnos compridamente asi como em elles he contheudo e que sejam certos se os nom conprirem e aguardarem que lhes mandara fazer nos corpos como a falsarios que passam mandado de senhor.

238

1321, Junho, 24 – Setúbal

¹¹⁷⁷Em nome de Deus amem. Eu Joham Martiinz¹¹⁷⁸ Folinho e eu Constança Martinz sa mulher bezinhos de Setuval bendemos a vos Dom Per'Ezcacho¹¹⁷⁹ Maestre da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve hũa casa que nos avemos no arravalde de Setuval assy como parte ao sol levante per rua pubrica e ao sol poente nos vendedores e a aguiam Abril Mente (*sic*)¹¹⁸⁰ Martym Nunez¹¹⁸¹ e nos bendedores e abrego molher e ereeos de Martim Periz sobrinho de Martym Gallego. A qual casa bos vendemos com entradas e saydas e com todas sas perteenças e dirreitos por preço nomeado que de vos recebemos, *convém a saber*, trezentas e trinta livras de Portugal e por VI covodos e meo de brãao de Tornay de que somos bem pagados e bem entregues com sa revora porem daquy em diante vos damos e outorgamos comprido poder que façades na dicta casa asy como de nosso aver propio e obrigamos nos per quanto avemos e daqui em diante ouvermos a vo la defendermos de todo embargo que vos sobr'esta casa pella nosa razom beer e se nom que vo la comphonamos em dobro e quanto for melhorado ao senhor da terra e prometemos que per nos nem outrem per nosso consselho nunca hirmos contra esta venda mais outorgamos que seja firme em sa revora duradoira pera senpre. Testemunhas Joham Bernaldez, Francisco Fernandez, tabaliãaes, Vicente d'Acre, Joham Martiinz scripvam do Meestre Bertollameu Sanchez, (fl. 204v) Joham Palmeiro, Abril Mente (*sic*). E eu Stev'Eannes puprico tabaliãao de Setuval em logo do dicto Joham Bernaldez per outorgamento dos dictos vendedores esta carta screpy e meu sinal y puge que tal he. Feita em Setuval XXIII^o dias de Junho. Era de mil e III^o LIX anos¹¹⁸².

¹¹⁷⁷ Na margem direita, de outra mão: "*Escritura de hũas casas que ha Ordem comprou nesta villa de Setuval*".

¹¹⁷⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "*Migez*".

¹¹⁷⁹ Na margem direita, de outra mão: "*D. Pedro Escacho Mestre em Portugal no anno de Christo de 1321*".

¹¹⁸⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "*Abril Vicente e como Martim Nunez*".

¹¹⁸¹ Palavra corrigida.

¹¹⁸² A datação foi acrescentada pelo mesmo escrivão.

1321, Junho, 24 – Setúbal

¹¹⁸³Em nome de Deus amem. Saibham todos que eu Joham Bernaldez tabaliam de Setuval em nome e per autoridade de nosso senhor Dom Per'Esquacho Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve enprazo a vos Afonso Dominguz dicto Mozquacho e a vossa molher Costança Garciaia bezinhos da dicta billa e a cada huum de vos pera em dias de vossa bida hũa casa que o dicto nosso senhor conprou de Joham Martinz Folinho e de sa molher Costança Minguuez por trezentas e XXX livras de Portugal e por VI covodos e meo d'abrao que vos em nome do dicto nosso senhor ao dicto Joham Martinz e aa dicta sa molher pagastes em aveença que co o dicto nosso senhor fezeistes por fazerdes na dicta casa forno assy como adiante he escripto. A qual casa he no arravalde de Setuval asy como parte ao sol levante com rua puprica e ao sol poente com o dicto Joham Martinz e aguiam com Abril Bicente e com Martim Vermeez¹¹⁸⁴ e com o dicto Joham Martinz e a abrego com molher e ereeos de Martim Periz sobrinho de Martim Galego. A qual casa vos enprazo com tal preyto e sob tal condiçam que vos façades em ella forno ataa dia de Sam Martinho primeiro que vem aa vossa custa e que do dicto diia de Sam Martinho em diante dedes ao dicto noso senhor ou aos seus sobcessores cem livras de Portugal em cada huum ano em diia de Sam Miguel de Setembro. As quaes cem livras lhe vos deveades dar em cada huum ano como dicto he por em dias de vosas vidas e aa morte de vos anbos ficar a dicta casa com seu forno e com toda a bemfeitoria que em ela fezerdes aa dicta Ordem livre sem contenda nenhũa. As quaes cousas e cada hũa delas nos de suso dictos outorgamos assy como de suso ditco he. Em testemonyo desto fezemos ser factos dous stormentos semelhavees dos quaes he esto ho do dicto nosso senhor. Testemunhas Fernam Fernandez tabaliam, Joham Dominguz seu scrip-vam, Martim Dominguz Carrielho, Stevam Dominguz clerigo, Joham Gonçallvez Borboteo, Joham Dominguz que foi alcaide, Domingos Fernandez filho de Fernand'Afonosso e outros. E eu Stev'Eannes puprico tabaliam da dicta billa em logo do dicto Joham Bernaldez per outorgamento das dictas partes este stormento screpvy e meu sinal hy puge que tal he. A qual actoridade o dicto nosso senhor deu ao dicto Joham Bernaldez pera esto em seu nome fazer e firmar per dante mym em no diia deste stormento feito. Testemunhas que presentes foram quando deu esta autoridade ao dicto Joham Bernaldez, Vicente d'Acre, F. de Mafara, Jorge Periz almoxarife, Joham da Madanela e outros. Fecto este stormento em Setuval XXIII^o dias de Junho Era de mil e CCC^c LIX annos.

(fl. 205)¹¹⁸⁵

240

1437, Janeiro, 10 – Santarém

Dom Duarte pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve senhor de Cepta a quantos esta carta de sentença birem fazemos saber que preyto e demanda era em a nossa corte perante nos a qual primeiramente foy ordenado antre el Rey meu senhor e padre cuja alma Deus aja

¹¹⁸³ Na margem esquerda, de outra mão: "[A]foramento das casas sobredictas".

¹¹⁸⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Nunez".

¹¹⁸⁵ Na parte superior do fólio: "Sentença sobre a composição".

e Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos seendo Meestre da Cavallaria da Ordem de Santiago e depois antre nos per Martim Afonso nosso procurador da hũa parte e o ifante Dom Joham meu irmão regedor e governador da dicta Ordem per Joham de Guimarães seu procurador da outra dizendo se da nossa parte que nos e todollos reys de Portugal que ante nos foram estavamos em posse assy per dirreito comum como por costume como per ordenações que poserom de levarmos as dizimas de todas cousas que saíssem e sayam fora dos nossos regnos pera fora delles asy per riios cab¹¹⁸⁶daaes¹¹⁸⁷ e navegavees e que outrosi sayam de terras que jaziam a beira do mar. E que as dictas dizimas que asy levavamos das dictas cousas que asi sayam fora dos nossos regnos eram e sam dirreitos reaaes em Portugal e anexos aa pessoa do rey da terra avendo nos soo poder aussolluto de as poer novamente e tirar parte dellas e acrecentar em ellas sem avendo outro senhor nenhuum em nossos regnos de tal cousa fazer sem nos e asi ho fezerom senpre os reys que ante nos foram. E antre as dizimas que nos aviamos e a nos perteeciam e de senpre perteecerom a nossos antecessores asy era de avermos e levar todallas dizimas assy de pom como de sal e vinhos e azeytes e panos e coiros e sevo e ferro e de todas outras quaesquer mercadarias que fossem carregadas em Alquacer e em outros logares do nosso reyno e saysem pello riio d'Alquacer pera foz a fundo pera fora da terra asy em barcas como em quaesquer outros naviios navegavees e que seendo assy ha dizima das cousas que sayam carregadas assy em barcas como em outros naviios per o dicto riio d'Alquacer e hiindo pera fora <parte> como dicto he dirreito real e anexo aa pessoa do rey e perteecendo aa coroa do regno per Pero Paez que em outro tempo foi Meestre da dicta Ordem de Santiago e per el Rey Dom Afonso ho quarto de Portugal fora feita hũa composiçam em a quall eram postas muitas cousas antre as quaes eram que o dicto Mestre e sua Ordem ouvessem das cousas que veessem per ho riio a fundo em barcas seu dirreito sem seendo feita mençam na dicta conposiçom da dizima nenhũa que o Meestre nem sua Ordem ouvesse de levar das cousas que fossem carregadas pera fora do regno e sayssem pello dicto riio a fundo por quanto a dicta dizima era dirreito real e anexo aa pessoa do rey da terra como (fl. 205v) dito he e ficou a el reservado e a coroa do regno. E dizia que o dirreito que a dicta Ordem de Santiago avia d'aver nas cousas que se carregavam em barcas ou em outros naviios e sayam per o dicto riio d'Alquacer a fundo ora se carregassem pera o regno ora pera fora do regno e esto per vertude da dicta conposiçom asy a pagarem ao dicto Mestre e sua Ordem das cousas que assy carregassem em Alquacer ou em outros logares e sayssem pello dicto riio a fundo asy era aver huum real do moyo do sal e das outras mercadarias portagem como d'alguum embarcamento e outros dirreitos que o dicto Mestre e sua Ordem levavam das dictas cousas sem avendo de levar dizima nenhũa dellas que era dirreito real¹¹⁸⁸ como dicto he. E per a dicta conposiçom asy facta se mostrava craramente ho dirreito real de levar as dizimas que de todallas cousas que sayssem pello dicto riio a fundo pera fora do regno perteecerem a nos por quanto em ella se contiinha que o nosso almoxarife que em Setuval estevesse¹¹⁸⁹ por nos tomasse fiadores de todos aquelles que tirassem mercadarias per o dicto riio d'Alquacer e as levassem fora dos nossos regnos que tornassem as dictas mercadarias ou outro tamto a nossos regnos. E nom querendo dar a dicta fiança entam levavamos nos delas a dizima e mandavamos que a dicta fiança se tomasse e fezesse segundo costume de Lixboa e huso e costume

¹¹⁸⁶ Letra riscada.

¹¹⁸⁷ Na margem direita, de outra mão: "*caudaes*".

¹¹⁸⁸ Palavra corrigida.

¹¹⁸⁹ Palavra repetida e riscada.

era tal sobre a dicta dizima e dirreito real que nos avyamos d'aver de todallas cousas que se carregassem em Lixboa pera fora do regno que se o que carregasse desse fiadores de tornar outro tanto aa terra quanto carregasse nom pagava dizima. E se tal fiança nom desse nos levavamos a dizima das cousas que se hi carregavam que era dirreito real e este costume suso dicto nom tam soamente era em Lixboa mas em todos os regnos asi de Portugal como do Algarve e asi se guardara e costumara e asi se levava pera todollos reys que em Portugal foram e asy per a dicta compossição como per a possa (*sic*) contynua em que senpre os reys esteverom se mostrava a dicta dizima das dictas cousas perteeecer a nos sem perteeecendo nunca aa dicta Ordem de Santiago por quanto todollos reys de Portugal e nos estevemos de posse quem qualquer asy de nosso senhorio como de fora do regno que tevesse alvara de saca asi do almoxarife de Lixboa como do outro qualquer do nosso regno podesse levar e carregar qualquer mercadaria pera fora do regno sem pagar dizima nenhũa das dictas cousas ao dicto Mestre nem aa sua Ordem por quanta a ouvera ja pagada das cousas quanto viera ao dicto regno a nos. E asi se mostrava a dicta dizima perteeecer ao rey da terra e seer dirreito real e deziia que alguns Meestres que foram na dicta Ordem e asi o dicto Mestre como grandes e poderosos que foram senpre e dos mayores do regno e afeicionados aos reys de Portugal sem privilegio que nunca por ello tevesse e contra a dicta compossição e per soppresom grande sem pertencendo a elles a dicta dizima de XX ou triinta anos a esta parte sem avendo titullo nem booa fe se meterom em posse de levar¹¹⁹⁰ as dizimas asi de pom como de vinho e azeite e sal como de todas outras mercadarias que sayam per o dicto riio d'Alquacer a fundo pera fora do regno perteeecendo de as levar os reys da terra como dicto he e esso me des nos. E as dizimas que asy o dicto Mestre e sua Ordem levarom das dictas cousas os dictos tenpos passados asi de pom como sal como doutras muitas mercadarias que perteeenciam a nos e aa coroa do nosso regno podiam na ler per comunal estimaçom cem vezes mil dobrs mais ou menos o que veesse em verdade. As quaes ho <dicto> Mestre e sua Ordem era theudo a tornar e entregar a nos pois eram nossas e a nos perteeeciam. Porem pediia o dicto nosso procurador em nosso nome que per sentença defenetiva¹¹⁹¹ (fl. 206) fosse pronunciado e decrarado ho levar da dicta dizima de pom como de vinho e sal e azeytes e coiros e sevo e de todallas outras cousas que saissem carregadas em barcas ou em outros navios per o dicto riio d'Alquacer a fundo pera foz¹¹⁹² em fora pera fora do regno perteeecer a nos e aa corooa dos nossos regnos como dirreito real e anexo aa nossa pessooa que era e de senpre fora e perteeecera a nos e a todos nossos antecessos (*sic*) e nom ao dicto Mestre nem a sua Ordem e per essa meesma sentença defendessemos ao dicto Mestre e sua Ordem que nom levassem nem mandassem levar dizima nenhũa de pom, nem de vinho, nem de sal, nem d'azeite, nem de coiros, nem de sevo, nem doutra nenhũa mercadaria que saysse pello dicto riio d'Alquacer a fundo pera fora do regno e a leixasse levar a nos ou a nossos almoxarifes pois a nos perteeecia de as levar ou tomarmos fiança como era contheudo na dicta compossição. E per essa me des¹¹⁹³ sentença condanassemos o dicto Mestre e sua Ordem por dizimas que assy levarom contra dirreito das dictas cousas estremadamente do pom e sal ca em os dictos XXX anos passados per maa fe e sem titullo que pera ello tevessem que pagasse e entregasse a nos as dictas cem vezes mil dobrs mouriscas mais ou menos o que veesse em verdadeira estymaçom segundo

¹¹⁹⁰ Palavra riscada.

¹¹⁹¹ Na margem inferior, de outra mão: "defenetiva".

¹¹⁹² Palavra corrigida.

¹¹⁹³ Na margem direita, de outra mão: "mesma".

todo esto e outras cousas mais conpridamente em seu libello era contheudo. O qual libello foi julgado que procedia e mandado ao reeo que o contestate (*sic*). E da sua parte foi dado per contestaçom ho trellado de hũa carta d'el rey Dom Sancho feita per latim em a qual fazia mençom que o dicto senhor rey com a raynha Dona Doce sua molher e seu filho Dom Afonso e suas filhas Dona Tareija e Dona Sancha e fazia doaçom pera senpre a Dom Sancho Fernamdez pella graça de Deus Mestre da Cavallaria de Santiago e aos seus freires presentes e aos que veessem dos seus castellos d'Alquaçar, Palmela e Almadaa e Arruda e que lhos dava e outorgava com seus termos novos e velhos e qualquer cousa que em elles ao dirreito real perteessem de jura verdade que os ouvessem pera senpre e possuíssem com tal condiçom que a elle e aos seus filhos e seus sobcessores lhe obedecessem e servissem com elles segundo em a dicta doaçom mais compridamente era contheudo. Outrosy derom mais hũa carta d'el rey Dom Fernando em a qual era contheudo ho trellado doutra carta del rey Dom Afonso em a qual se contiinha como sobre contenda que era ante o dicto senhor rey Dom Afonso da hũa parte e Dom Paay Periz Meestre da dicta Ordem de Santiago em seu nome e da sua Ordem da outra sobre razom do rio que viinha d'Alquacer aa foz de Palmela e de Setuval e sobella (*sic*) foz d'Alpena do Porto e d'Almada e sobre as pescadarias d'Almadaa e de Sezinbra e de Palmela e de Setuval e d'Alquacer que el dicto rey Dom Afonso com outorgamento de sua molher a raynha Dona Briatiz e de seus filhos e de suas filhas Dom Dinis e Dom Afonso e Dona Branca e Dona Sancha e o dicto Dom Paay Periz Meestre com outorgamento do seu cabidoo gerall fezerom aveença que de todallas barcas que entrassem pera a foz do rio d'Alquacer com panos e com ferro e com coobre e com madeira e com coiros e com metaaes e com cera como com todallas cousas que per hi entrassem que el Rey ouvesse a dizima e da dicta dizima que el Rey ouvesse a dicta Ordem ouvesse outra dizima e de todallas cousas que sayssem contra ho mar pella foz do rio que viinha d'Alquacer que a Ordem ouvesse seu dirreito ou como se aveesse com aquelles cujas fossem as cousas. E que nom ouvesse ende el Rey nada salvo ende que ouvesse o que estevesse em Setuval pollo almoxarife de Lixboa que filhasse fiadores por aquellas cousas de que el rey deveesse d'aver dizima que as tornasse a terra segundo como husavam em Lixboa segundo em a dicta carta d'el rey Dom Afonso mais compridamente era contheudo. Outrosy derom mais (fl. 206v) hũa carta d'el rey Dom Dinis em a qual fazia mençom que Dom Pero Scacho Mestre da dicta Ordem de Santiago se querellara a elle dizendo que aquelles que estavam em Setuval pera recadar os dirreitos do dicto senhor rey lhe faziam muitos agravamentos e lhe hiam contra seus privilegios que delle tiinhm e dos outros reys que ante elle foram. Os quaes agravamentos e privilegios vistos per ell mandava que se guardassem e se fizesse asy como no dicto privilegio era contheudo salvo daquelles que ouvessem saca pera outro aver que descarregassem em Lixboa ou em outro logar no seu senhorio de que ouvesse pagada a el a sua dizima que destes taaes nom ouvesse a Ordem nenhũa cousa porque ho dirreito da dizima era seu e ouvesse ende elles a redizima do que se dezimasse na sa terra salvo do aver catyvo que mandava que se guardasse como se husava per todo seu senhorio segundo em a dicta carta mais compridamente era contheudo. E eendo sobre ello razoado de hũa parte e da outra foy acordado per os desenbargadores dos nossos factos aa revelia do dicto Dom Mem Rodriguez Mestre da dicta Ordem seendo vivo por quanto nom trouxera procuraçom da sua Ordem que nos fossemos metido em posse de todallas dizimas de todallas cousas que sayssem pella foz de Setuval pera fora do regno ficando aguardado ao dicto Mestre e sua Ordem o seu dirreito sobre ello contra nos se o demandar quisessem. E seendo asy dada a dicta sentença da parte do dicto ifante Dom Joham como governador e regedor que he da dicta Ordem em seu nome e da dicta Ordem veeo arrazoar contra a dicta sentença e dizer contra ella que era nenhũa de dirreito e que a dicta Ordem devia seer restituyda aa sua posse como ante estava. E seendo sobr'ello razoado asy da sua parte e da nosa

per Martym¹¹⁹⁴ Afonso nosso procurador e visto per nos em rollaçom ante que sobre dessemos livramento mandamos aos juizes de Setuval que soubessem per testemunhas os dirreitos que a dicta Ordem de Santiago acostumara de levar dos navyos que carregavam pera fora do regno e sayam per a foz de fora e esto ataa ho tempo que a dicta sentença de revelliia fora dada contra o dicto Mestre Dom Mem Rodriguiz. E seendo sobre ello tirada inquiriçam a qual acabada e aberta e pobricada e seendo sobre ello razoado de hũa parte e da outra e concluso o dicto fecto e visto per nos em rollaçom com os do nosso desenbargo presente ho nosso procurador e ho procurador do dicto ifante Dom Joham e visto o que se pelo dicto fecto mostrava e vista ha doaçom feita aa dicta Ordem per el rey Dom Sancho da villa de Palmella cujo termo entam era Setuval com todo seu termo e com todollas cousas que o ao dirreito real poderiia perteeceer e a conpossiçam feita antre el rey Dom Afonso e a dicta Ordem e a decraaçom depois feita sobre a dicta conpossiçam per el rey Dom Dinis seu filho e as outras cartas que depois acerqua desto passaram asy per o dicto rey Dom Dinis como por el rey Dom Afonso seu filho e doutros reys que depois foram em estes regnos ¹¹⁹⁵acordamos que a dicta Ordem aja todollos dirreitos que se ouverem de pagar e antiigamente pagaram de todallas mercadarias que sairem pera fora que nom sejam dizima dos quaes dirreitos agora a dicta Ordem esta em posse de levar e senpre esteve sem nenhũa contradiçam. E quanto he aa dizima que se paga das dictas mercadarias de que agora principalmente he a contenda antre nos e a dicta Ordem acordamos que a dicta Ordem aja a dizima de toda mercaderia catyva que for levada per o dicto riio de Setuval pera fora, *convém a saber*, pescado, madeira e vinho e ferro meudo sem levarmos nos de tall mercadarias nenhũa dizima por que esta dizima se paga em todo caso da dicta mercaderia (fl. 207) e soamente pela condiçam sua seer catyva e nom per respeito da saca que nom mostre ou fiança que nom de aquel que a carregar e de toda outra mercaderiia que pero dicto riio for sacada per fora que catyva nom seja de que se aja de pagar dizima ou por nom teer saca ou por nom dar fiamça ao retorno esta dizima (*sic*) ajamos nos bista a dicta conpossiçaçom (*sic*) por que esta dizima se paga a respeito da saca que nom tem ou fiança que nom der aquel que a carrega e a quall segundo a dicta conpossiçam feita com o dicto rey Dom Afonso e decraaçom feita per o dicto rey Dom Dinis seu filho deve perteeceer a nos e desta dizima que nos asy ouvermos deve aver a dicta Ordem a redizima¹¹⁹⁶ por que tal dizima sabe a natura e condiçam da dizima que se paga da mercaderia que veer per bem da fiança que deu ho mercador ou por nom pagar dizima da marcaderiia que carregar de que nom tiinha saca da qual a dicta Ordem ha d'aver ha redizima per bem da dicta conpossiçam. E no caso honde der fiamça ou tever saca que a Ordem nom aja dizima nem nos, aja porem a Ordem outros alguuns dirreitos se antiigamente se costumaram de pagar que nom seja dizima. E visto o fecto qual he seja sem custas. Porem mandamos aos veeedores da nossa fazenda e a todollos nossos contadores e almoxarifes e juizes e justiças e a outros quaesquer a que o conhecimento dello perteeceer que comprades e façades conprir e guardar esta nossa sentença pella guisa que em ella he contheudo e per nos acordado. E al nom façadas. Dante em Santarem X dias do mes de Janeiro. El Rey ho mandou per Diego Gil Ferreira seu vassallo e do seu desenbargo e juiz dos seus feitos. Pero Diaz escripvam em logo de Joham de Lixboa a fez. Era do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mill e quatrocentos e triinta e sete annos.

¹¹⁹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Martim".

¹¹⁹⁵ Na margem esquerda encontra-se desenhada uma mão, com o dedo indicador estendido na direcção da primeira linha do texto relativo ao acordo, que se inicia com a palavra "acordamos" e que se encontra destacado por uma chaveta desenhada no lado esquerdo, acompanhando a mão.

¹¹⁹⁶ Na margem direita, de outra mão: "Redizima da Ordem em Sef...J".

[1342], Julho, 4 – Coimbra

Insero: 1341, Abril, 8 – Coimbra

Conhesçam quantos este estormento birem que na Era de mil e CCC^c e quarenta¹¹⁹⁷ e quatro annos aos quatro dias do mes de Julho perante Joham Fernandez Parente alguazil da cidade de Coimbra seendo em concelho ouvindo os feitos em presença de mym Afonso Martiinz puprico tabeliam d'el Rey em na dita cidade presentes as testemunhas adiante scriptas Angelo Periz mercador, morador e vezinho da dicta cidade e procurador de Dom Garcia Periz Meestre da Cavalaria¹¹⁹⁸ da Ordem de Santiago de Portugal mostrou e per mym dicto tabeliam e presente ho dicto alvazil leer fez huum estormento facta per mão de Martim Afonso tabeliam da dicta cidade e assignado do seu signal segundo em elle parecia do qual ho theor delle de verbo a verbo tal he:

¹¹⁹⁹E saibham quantos este estormento virem que eu Joham¹²⁰⁰ procurador de Joham Fernandez Rebotim fremeiro da Ordem de Santiago, comendador de Crasto Verde hũa procuraçom feita e assignada per mão de Domingos Johannes tabelliom do dicto logo de Crasto Verde em que eu hey poder pera esto fazer enprazo e outorgo a vos Joham Salvadores dicto Mayo e a vossa mulher Domingas Periz morador em Alcoutym aquel lugar em que vos ora morades do dicto Joham Fernandez no logo d'Alcoutym. Enprazo e outorgo a vos o dicto logo com todos seus dirreitos e perteenças que acaecem ao dicto Joham Fernandez e em nome do dicto Joham Fernandez (fl. 207v) por poder da dicta procuraçom que vos que o ajades todos em todollos dias de vossas bidas d'anhos tanto com tal preyto e condiçom, *convém a saber*, que vos lavredes e afrimugedes ho dicto logo e o mantenhades em seu boom estado e dedes ende ao dicto Joham Fernandez ou ha seu certo mandado em Coynbra em cada huum ano oytto livras de dinheirros portugueses por renda e por pensam desse logo e serem pagados per esta guisa, *convém a saber*, a meadade por dia de Sam Johane Bautista e a outra meadade por dia de Sam Miguel de Setembro e dous capões em cada huum ano pello dicto dia de Sam Miguel e asy em cada huum ano. E outorgo me logo por bem pagado e entregado em nome do dicto Joham Fernandez dos primeiros quatro anos primeiros seguintes da dicta renda e pensam. E vos nom ajades poder de o dicto logo vender, nem dar, nem doar, nem em outra pessooa trasmudar nem em nehũa outra maneira em alhear mas a morte do postumeiro de vos anbos o dicto logo com todos seus melhoramentos e acrescentamentos devem a ficar ao dicto Joham Fernandez em paz e em salvo e sem nehũa outra contenda. E a parte de vos e do dicto Joham Fernandez que em contrairo veer das dictas cousas deve a peitar aa parte que as comprir e guardar quizer quinhentos soldos de dinheirros portugueses em nome de pena e por pena e o feito ser firme e estavel no dicto tempo como dicto he. Em testemunho das cousas sobre dictas por depois nom viir em duvida e o dicto procurador por o dicto Joham Fernandez e eu dicto Joham Salvadores por mym e por a dicta minha mulher que totalas cousas sobredictas louvamos e outorgamos sob a dicta pena. Mandamos em de ser feito este estormento

¹¹⁹⁷ Esta palavra está riscada e, na margem direita, de outra mão: "oytenta".

¹¹⁹⁸ Na margem direita, de outra mão: "D. Garcia Pires Mestre em Portugal no anno de Christo de 1346".

¹¹⁹⁹ Na margem direita: "Aforamento de hum certo lugar [na] villa de Alcoutim".

¹²⁰⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "Afonso".

per mão de Martim Afonso tabeliam da cidade de Coimbra que a dicta procuraçom vy. Feito foi na dicta cidade na rua da Ponte na casa hu mora o dicto tabeliam oyto dias do mes d'Abril da Era de mill e trezentos e LXXIX annos. Testemunhas que presentes foram Martim Afonso scripvam da audiancia da See de Coimbra, Pero Lourenço que foy prioste da igreja de Sam Bertollameu de Basto¹²⁰¹ Domingos de Basto, Joham¹²⁰² Stevez lagareiro na dicta cidade e outros. E eu Martim Afonso puprico tabeliam pella actoridade de nosso senhor el Rey na dicta cidade a roguo e per mandando do dicto procurador que avia o dicto poder pera as dictas cousas fazer segundo era contheudo na dicta procuraçom que eu vy feita e asynada per mão do dicto Domingos Joanes tabelliam de Crasto Verde segundo em ella parecia e do dicto Joham Salvadores que todallas cousas sobredictas louvarom e outorgarom sob a dicta pena este estormento screpvy e meu signal aqui pugi em testemunho das cousas sobredictas.

O qual estormento assy mostrado e leudo pella guisa sobredicta o dicto Angelo Periz como procurador do dicto Meestre e em seu nome pedio ao dicto alvazil que desse a mym dicto tabeliam sa actoridade¹²⁰³ pera lhe dar ho theor do dicto estormento em puprica forma sob meu signal porque dezia que lhe compriia e se entendia delle ajudar o dicto senhor Mestre. E o dicto alvazil visto e examinado o dicto stormento e veendo o que lhe o dicto Angello Periz pediia deu a mym sobredicto tabelliam¹²⁰⁴ pera lhe dar ho theor delle em puprica forma sob meu signal. E esto foy facta no logo, dia, mes e Era sobredictos. Testemunhas que presentes steverom Afonso Vicente, Vasco Annes, Joham Dominguis janrro de Martim Estevez, tabelliães e Domyngu'Eannes, Pero Andrre e Joham Estevez e Bertollameu Periz procuradores e outros. E eu Afonso Martinz tabelliam sobredicto que a esto presente fuy e a rogo do dicto Angelo Periz e por mandado e actoridade do dicto alvazil ho dicto stormento em puprica forma torney e este stormento screpvy e em elle fiz meu signal que em testemunha de verdade a tal he.

(fl. 208)

242

S/d.

Insero: 1387, Fevereiro, 3 – Porto; [1387], Março, 3; s/d.; s/d.

¹²⁰⁵Sabham todos que¹²⁰⁶ comendador da Ordem de Santiago em presença de mym Stevam Martinz tabeliam d'el Rey na dicta cidade e das testemunhas que adiante sam scriptas pareceo hi Vasco Stevez outrosi cavaleiro, comendador da dicta Ordem e Joham Estevez escudeiro do Mestre de Santiago apresentarom com ho susodicto tabeliam e per mym sobredicto leer fezerom hũa carta d'el Rey scripta em papel aberta e aseellada do seu seello e asynada per sua mão segundo em ella parecia da qual ho theor tal he:

Eu Dom Joham per graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Ruy Freire e a todollos cavalleiros e freires da Ordem de Santiago saude. Sabede que Dom Mem

¹²⁰¹ Palavra riscada e sobrepontada.

¹²⁰² Palavra corrigida.

¹²⁰³ Palavra corrigida.

¹²⁰⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "sa autoridade".

¹²⁰⁵ Na margem direita, de outra mão: "Estormento de hũa [segue-se uma palavra riscada] notif[caçam] que se fez a hum cavalleiro [da] Ordem de como ho Mestre h[o] mandava chamar per hũa cof[...] d'el Rei."

¹²⁰⁶ Segue-se um espaço em branco.

Rodriguiz Mestre da dicta Ordem nos enviou dizer que vos lhe nom queredes obedecer, nem aguardar sua bandeira pero vos requereo e requiere ho que nos nom avemos por bem facta porem vos mandamos sob pena da nossa merce que lhe obedeeçades e a seus mandados quando per elle fordes requeridos e aguardedes a sua bandeira pella guisa que o sempre fizeram os outros cavaleiros e freires aos outros Meestres que ante el forom. E se per ventura bos el a vos outros agrava em algũa cousa ou vos lhe nom fazedes o que devedes segundo sodes theudos e dirreito da vossa Ordem bos viinde a nos e nos ho livraremos como for dirreito. Honde al nom façades. Dada na cidade do Porto, tres diias do mes de Fevereiro. El Rey ho mandou, Lançarote a fez. Era de mil e CCCC^o XXV anos.

A qual carta asi apresentada pella guisa que dicto he pellos sobredictos foy dito a mym dicto tabeliam que da reposta que o dicto Ruy Freire desse que o dicto tabeliam lhe desse asy huum estormento. E logo o dicto Ruy Freire disse muitas razõoes antre as quaes dizia que elle ja vira a dicta carta outra vez e lhe fora ja apresentada e que lhe dera ja sua reposta em que disera que el obedeeçia a ella pella guisa que em ella era contheudo. Mais dizia que el agora per mandado de seu senhor el Rey veera ora a esta cidade a Vaasco Martiinz de Melloo regeador por el em toda esta comarca d'Antre Tejo e Oudiana e que avia de servir o dicto senhor em muitas razõoes que disse. E outrosy per os sobredictos foy apresentada outra carta do dicto senhor Mestre scripta em papel aberta e seellada do seello da dicta Ordem asinada per sua mão da qual carta ho theor della tal he:

Ruy Freire amigo. Nos ho Mestre de Santiago vos enviamos saudar. Bem sabedes em como nos ja enviamos dizer e rogar per vezes que chegassedes aquy a Alquacer pera fallarmos convosco algũas cousas que entendiamos que era serviço e prol de nosso senhor el Rey e desta nossa Ordem e nosso. E vos poseste lo em trespasso e ora porque entendemos por prol e serviço da nossa Ordem de fallarmos convosco e com estes outros cavalleiros que aquy estam em prol e serviço da dicta Ordem. Porem vos mandamos sob pena d'obediencia e do mandamento de nossa regrra como vosso Mestre e vosso mayor que vos vinhades logo a nos aquy a Alquacer pera connosco e com estes outros cavaleiros avermos de fallar o que nos conpre antre que desta terra partamos. E se o fazer nom quiserdes seede certo que nos procederemos contra vos como a nossa regra e dirreito em tal caso manda. Escripta III dias de Março.

A qual carta asy apresentada pella guisa que dicto he pello dicto Vasco Stevez cavalleiro e Joham escudeiro foy dicto que da reposta que outrosy desse que eu dicto tabeliam lhe desse asy outro estormento (fl. 208v) E logo o dicto Ruy Freire disse outrosy e deu em reposta que el se temia de hir a casa do dicto senhor Mestre e que por esso nom hiia allo. E logo per o dicto Vasco Estevez e Joham Estevez foy dicto e arrazoadas muitas palavras e razõoes outras e tanbem da parte do dicto Rui Freire as quaes eu susodicto tabeliam nom pude reteer. E eu lhe disse que aquello que asi razoavam que mo dessem por escripto. E logo per os sobredictos foy dicto que lhe prazia. E logo no dicto diia nas pousadas de mym tabeliam me foi apresentado da parte do dicto Vasco Estevez e Joham Estevez hũa cedula escripta em papel da qual ho theor tal he:

Tabeliam da fronta e requerimento e protestaçom que Vaasquo Estevez cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador d'Ourique e Joham Estevez escudeiro de Dom Mem Rodriguiz de Vasconcellos Mestre de Cavallaria da dicta Ordem fazemos a Ruy Freire,

comendador de Palmela e do Torrom, cavaleiro da dicta Ordem, em nome do dicto senhor Mestre vos darees asy huum estormento e dous e trres ou aquelles que comprir em como o dicto Ruy Freire sabe bem em como lhe nosso senhor el Rey manda per esta sua carta que vos dicto tabeliam pobricastes ao dicto Ruy Freire sob pena de sua mercee o dicto Ruy Frreires e todos outros cavalleiros da dicta Ordem obedeeçam ao dicto Mestre e a seus mandados. E em como lhe o dicto Mestre per nos sobredictos enviia frontar e requerer da parte do dicto senhor rey que vaa a el a Alquacer pera fallar com el e com outros cavalleiros da dicta Ordem algũas cousas que som prol e serviço da dicta Ordem. E da reposta que o dicto Ruy Freire der bos nos daae em nome do dicto senhor Mestre asi huum estormento. E outrosy ao que diz que nosso senhor el Rey lhe manda per sua carta que servisse honde lhe Vasco Martinz de Meello mandasse e visse que era serviço do dicto senhor, ao dicto senhor Mestre praz que el serva honde lhe o dicto senhor rey mandar mais que lhe requerem e dizem da parte do dicto senhor Mestre que vaa falar com el ca el nom quer outra cousa se nom fallar com el em cousas que sam prol e honrra da dicta Ordem vos nos daredes asi outro estormento. E outrosi em como lhe apresentam em nome do dicto senhor Mestre esta sua carta em que lhe manda so pena do mandamento e d'obediencia que se vaa a el e da reposta que asi der asy nos dade outro estormento. E ao que diz que nom ousa d'ir a el por receo que del ha nos lhe dizemos em nome do dicto Mestre e ho seguramos que el se nom tema de receber del nenhũa sem razom. E pera esto o dicto Mestre lhe dara qual segurança el quiser ou ficaremos aqui em a refees por el honde el quiser que sabe bem o dicto Ruy Frreire em como esteve todo este tempo em ho Torrom e se o dicto Mestre quisera fazer algũa sem razom ou prender o que el nom fariia bem lho podera fazer. Mais que elles em nome do dicto Mestre requerem que vaa a seu mandado e lhe obedeeça como a seu Mestre e a seu mayor vos nos daredes de todo asy huum estormento e do al que aqui nom vay arraipado que virdes que conpre.

A qual cedula asi apresentada e dada a mym dicto tabeliam pella guisa que dicto he pello dicto Ruy Freire depois desto me foy apresentada hũa cedula scripta em papel da qual ho theor tal he:

Tabaliam screpvede estas razões que eu dou em reposta aa primeira carta que me ante vos apresentou Vasco Estevez e Joham Stevez digo que dou em reposta que sabem elles ou que o nom saybam asy he verdade que este mes de Fevereiro que ora foy ante deste em esta meesma Era estamdo eu no Torrom me foy apresentada esta meesma carta per Alvaro Afonso e leuda per Stevam Vicente tabeliam que eu dey em reposta que a mym praziia de fazer ho mandado de meu senhor el Rey em todo aquello que sua mercee fosse. Mais que eu enviara huum meu escudeiro a casa do dicto senhor rey e que aynda nom veera e que o esperava pera saber sobre esto como meu senhor el Rey mandava fazer. E que estando asy que me chegou recado do dico senhor rey em que me mandava que ficasse em esta comarca e fizesse aquello que me Vaasco Martinz (fl. 209) de Meloo por seu serviço mandasse. E que por esto beera a esta cidade pera tomar carrego do serviço que por meu senhor el Rey mandasse fazer. O qual carrego ja tiinha e que assy parecia que era escusado do mandado da dicta carta que me assy apresentava. E que por esto lhe dava esto que ora digo e ho al que ja disse em reposta della com protestaçom de mee seer aguardado todo meu dirreito e per esta reposta nom minguar della nada. Item a segunda carta em que me manda que me vaa pera ell a Alquacer pera fallar comigo e com outros cavalleiros prol sua e da Ordem diguo qu'eu me temo d'ir allo. E a razom porque he porque algũas pessoas me fezerom certo que

elle andava buscando por me aver allo. E depois que me allo ouver que me prenda e me desonrre. E por esto e por outras cousas e perigoos que me podem seguir nom sam seguro hir allo fallar com elle. Item ao que diz que quer fallar comigo e com outros cavalleiros em proll da Ordem digo que eu sam certo que elle nom tem hy mais de dous cavaleiros porque a mayor parte dos outros sam ydos a cas (*sic*) d'el Rey. E que estes dous cavaleiros susodictos sam homeens de que ey sospeita e em cujo poder me nom ousaria a poer. E por estas razões susodictas e outras muitas digo que nom sam theudo de dirreito a hir fallar com elle. E esto todo digo com protestaçom e guarda de meu dirreito e diguo e peço a vos taballiom que desto todo com ho theor das dictas cartas me dedes huum ou dous ou mais estormentos pera por elles responder com meu dirreito e os mostrar a meu senhor el Rey quando for sua mercee de as veer.

As quaes cedullas e cartas assy apresentadas pela guisa que dito he de todo esto como se passou o dicto Vaasco Esteveez e Joham Esteveez em nome do dicto senhor Mestre pediom assy huum estormento. E ho dicto Ruy Frreire outro por guarda e defenssam do seu dirreito. Feitos foram na dicta cidade no dicto loguo e diia e Era suso escripto. Testemunhas Afonso Martiinz Dade e Johane Meendez janrro de Martim Aguado e Joham Eanes que foi anadal dos beesteiros da dicta cidade e Joham Lourenço ayo que foy do dicto Ruy Frreire e outros. E eu Stevam Martiinz suso dicto tabeliam que este estormento e outro tal anbos de huum theor escrepvy e em cada huum delles meu sinal fiz que tal he.

(fl. 209v)

243

1482, Maio, 2 – Silves

¹²⁰⁷In nomine Domini amem. Saibham os que esta escriptura de conpossiçam, decraçaom, outorgamento e firmidam birem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e IIII^c LXXXII annos aos dous dias de Mayo em a nobre e leal cidade de Silves do regno do Algarve dentro em a See cathedral dessa meesma cidade, *convém a saber*, no coro da dicta See estando presentes em cabidoo juntos per canpãa tangida os muito reverendos e honeestos dignidades os senhores Dom Joham Gomez adayam e Pero Baaz arcediagoo e Fernam Gonçalvez chanre e Ruy Fernandez thesoureiro e Joham Mateus meestre escola e Jeronimo Martiinz e Pero Annes e Joham Annes e Luis Meendez e Joham Fernandez e Joham Alvarez coonigos da dicta See e Alvaro Gonçalvez e Rodrigo Annes e Joham Gonçalvez meeos coonigos e Alvaro Lopez e Garci'Alvarez e Joham Bandom cartanairos e outros beneficiados aa See vagante. E outrosi estando presentes ho reverendo padre frrey Pero Diaz dom priol moor¹²⁰⁸ da Ordem e Meestrado de Santiago e o senhor Gil Vaaz da Cunha fidalgo do consselho d'el Rey outrosi comendador da dicta Ordem e do conto dos Ttreze que ora por mandado do dicto senhor como administrador e governador que he da dicta Ordem teem carrego de visitarem o dicto Meestrado no spritual e tenporal per julijam (*sic*) e acordo dos Ttreze em cabidoo geerall que

¹²⁰⁷ A primeira letra capital está decorada com uma cruz. Na margem esquerda, de outra mão: “[Estor]mento de confirmaçam das composições [...] feitas entre ha Ordem [...] bispo e cabido de Silvis”.

¹²⁰⁸ As palavras “ho reverendo padre frrey Pero Diaz dom priol moor” estão sublinhadas e, na margem esquerda, de outra mão: “D. Fr. Pedro Dias prior mor no anno de 1482 sendo governador da Ordem o senhor rei D. João o 2º”.

o dicto senhor fez em Alquacer do Sal em presença de mym Alvaro Diiaz de Frreellas escrivam da dicta besitação per especial mandado do dicto senhor e notairo apostollico e procurador geeral em estes regnos e das testemunhas adiante nomeadas logo pello dicto Gill Vaaz da Cunha vesitador foy dicto que o muy alto e muy ecellente e muyto poderoso principe Dom Joham pela graça de Deus rey de Portugal e dos Alguarves d'Aaquem e d'Aalem mar em Afrfrica nosso senhor avendo principalmente respeyto ao serviço de Deus e honrra e prol da dicta Ordem e bem das almas dos fyees e christãaos com muy sãao zello e vertuosa entençom em o dicto cabidoo e os Trreze ordenara e determinara de mandar vesitar o dicto Meestrado de Santiago porque avya muytos anos que nom fora vesitado e que aallem das villas e lugares que ja besitadas tiinham besitarom a igreja de Sam Salvador d'Alcouthim e a igreja de Santiago de Crasto Marym as quaes teem capellãaes que as servem. Outrossy a igreja de Santa Maria de Tavilla que he da dicta Ordem e tem priol do abito e a igreja de Santa Maria de Faarom que he da dicta Ordem e tem priol do abyto e a igrreja de (fl. 210) Sam Crremente de Loulle que he da dicta Ordem e tem priol do abito. Nas quaaes a dicta Ordem ha e leva a meetade de todollos dizimos e fruytos e a outra meetade levavom elles senhores dynydades bispo e cabidoo nas quaaes igrejas elles per sua besitação acharom alguuns diferentes antre a dicta Ordem e o bispo e cabydoo. Porem que por conservarem todo a serviço de Nosso Senhor Deus ante de decrararem suas besitações determinarom primeiramente consultarem todo com elles dictos senhores dynydades e cabidoo que assy presentes estavam e esto pera ficarem decrarados e hy nom aver mais defenssões algūas e assy a dicta Ordem husaria do que lhe perteecesse e pello semelhante o dicto bispo e cabidoo e etc. e que certamente a isso eram aly viindos segundo se mostraria pellas vesitações acerca do repairo das dictas igrejas e acrecentamento dos priolles e raçoeiros que agravados acharom. E os dictos dynydades adayam, arcediago e chantre e thesoureiro e mestre escola e os sobredictos coonygos e meos coonigos e cartanairos e etc. mostraram logo ally aos dictos vesitadores huum conpromisso de Dom Joham Ançopez (*sic*) que foy Mestre da dicta Ordem e Mestrado de Santiago que se mostrava seer feito em Merida per *Onyum Santorum* ha sete dias de Março Era de mill e CCC¹²⁰⁹ RVII annos sobre as apresentações e vesitações e confirmações das igrejas de Santa Maria de Faarom e de Santa Maria de Tavilla nas quaes fezerom tal conposiçom que o Mestre e ho conveento ouvessem a meetade de todollos dizimos e fruytos das dictas igrejas e o bispo e cabidoo a outra meetade ficando reservado ao bispo e cabidoo algum dirreito se o tiinha contrra el Rey e que nas dictas igrejas ho Mestre apresentasse frreires e o dicto bispo confirmasse e que os raçoeiros apresentassem os priolles a meetade e o bispo e cabidoo a outra meetade e que o Mestre e a Ordem pagassem a meetade aos raçoeiros e o bispo e cabidoo a outra meetade e assy meesmo os thesoureiros. O qual conpromisso era seellado com trres seellos pendentes, *convém a saber*, huum do Mestre com espada de Santiago e outro do bispo e outro do cabidoo e com outro cordon sem selloo.

Item outro conpromisso da igreja de Loulle tanbem a Dom Joham Ançopez (*sic*) porque se mostra que os Trreze em o dito cabidoo de Merida acordarom no modo e forma que no conpromisso suso scripto se contem feyto a XV dias de Junho Era de mill CCCXXXVII anos o qual era em linguagem purtugues com trres seellos pendentes, *convém a saber*, huum do Mestre e outro do bispo e outro do cabidoo.

Item outro conpromisso da igreja d'Aljezur de Dom Pero Sanchez e Garcia Periz comendador e seu conveento e de Dom Afonso bispo de Silve com seu cabidoo em o qual se contem que o

¹²⁰⁹ Na margem direita, de outra mão: "deve ser na Era 1337 an[...]. Esta errada a Era pelo que consta fl. 195v e logo aqui abaixo esta certa".

bispo e cabidoo lhe fizeram doaçom de duas terças dos fruytos das igrejas do dicto logo d'Aljezur e que o Mestre apresente a ella freyre e o bispo lho confirme e reservou pera sy e seu cabydoo a outra terça parte dos dictos fruytos o qual era seellado com tres seellos pendentes huum do Mestre e outro do bispo e outro do cabidoo. E a determinaçom em que agora os dictos dyndades e cabydoo e besitadores da dicta Ordem se acor-(fl. 210v)darom pera esta conposiçom de que nas igrejas de Sam Cremente de Loulle e de Santa Maria de Faarom e de Santa Maria de Tavilla que aquellas rações que a Ordem pagar que a Ordem as apresente quando vagarem e aquellas que o bispo e cabidoo pagarem essas apresentem porque todo fique conservado e declarado e hy nom aver defensões e por quanto em a igreja de Faarom som duas rações apresentadas e acordarom per esta conposiçom¹²¹⁰ que o Mestre e a Ordem apresente hũa, *convém a saber*, a do prestymo de pexom (*sic*) e que o bispo e cabidoo apresentem a outra do prestymo de ludo. A qual conposiçom e deternynaçom os dictos senhores dignidades e coonygos e meos coonygos e cartanairos e todo o dicto cabidoo em seu nome e do bispo aa See vagante e os dictos vesitadores em nome do dicto senhor Rey como governador que he da dicta Ordem e em nome da Ordem pellos poderes que pera ello do dicto senhor e dos Trreze trazem e visto mais pellos dictos vesitadores como os compromissos suso escriptos factos antre ho dicto Dom Joham Ançorez (*sic*) e a Ordem da conposiçom feita antre a dicta Ordem e o dicto bispo e cabidoo no modo em cima declarado e como som conformes a esta nova conposiçom e como o dicto senhor Rey em seu regimento lhe manda que quaesquer cousas que acharem feitas e firmadas pellos meestres passados que as conservem em todo. Todo<s> juntamente a hũa voz ouverom esta conposiçom e deternynaçom por serviço de Deus e booa conservaçom do bispo e cabidoo e da dicta Ordem. E todos outorgarom e querem que daquy em dyante assy se huse della sem nenhũa outra ennovaçom nem mudança que em contrairo seja sob pena de qualquer delles partes (*sic*) que em alguum tempo ho contradisser ou por ella estar nom quiser que pague de pena e em nome d'yntaressse aas partes que a manterem quinhentos marcos de prata ou seu justo preço pera o qual os dictos senhores dyndades e cabidoo logo em nome do bispo e do dicto cabidoo aa See vagante ouverom por obrigados os beens e rendas do dicto bispado e cabidoo. E os dictos vesitadores em nome do dicto senhor Mestre e da dicta Ordem ouverom por obrigados os beens da Mesa Meestral da Ordem e levada a dicta pena ou nom todavya esta conposiçom ficar firme e valliosa perpetua no modo e forma suso declarado. E pera mayor firmidam dello mandarom seer feita esta scriptura de conposiçom e de claraçom, outorgamento e firmidom do dicto theor. E pedirom senhas pera a teerem pera a sua guarda e esta he da dicta Ordem de Santiago. A qual conposiçom e deternynaçom suso scripta os ditos besitadores em nome da Ordem ouverom por booa com protestaçom que achando se no cartorio outro alguum privilegio ou compromisso feito depois dos compromissos aqui scriptos que em contrairo sejam que esta conposiçom e deternynaçom seja nenhũa e a Ordem fique conservado (*sic*) com seu dirreito e o vigairo em nome do bispo e cabidoo isso meesmo disse que com a dicta protestaçom ho faria por parte do dicto bispo e cabidoo e por firmidam delo quyserom que com esta protestaçom as dictas scripturas passassem. Testemunhas Joham Periz mercador morador em Lixbooa e Joham de Cordova criado do bispo Dom Joham de Meloo que Deus aja escripvam dante os vigairos e Joham Gramaxo (fl. 211) e os dictos senhores, dinidades e coonigos e cabidoo que o assy outorgarom e tambem os ditos vesitadores que o outorgarom e outros. E eu sobredicto notairo puprico que de meu officio per requerimento e mandado dos dictos besitadores e cabidoo esto scripvy e aquy por verdade meu puprico apostollico sinal fiz que he tal.

¹²¹⁰ Na margem esquerda, por outra mão: “[...] Farão tem ha Hordem hũa ração [...].Jamada”.

1462, Dezembro, 1 – Setúbal

Inserere: 1462, Novembro, 23 – Palmela

¹²¹¹Saibham os que este estormentos (*sic*) em puprica forma dado per autoridade de justiça birem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil IIII^o LXII anos ao primeiro dia do mes de Dezenbro em a villa de Setuval no adrrro da igreja de Sam Giãao seendo no dicto logo Antonyo Vaaz escudeiro juiz ordenairo na dicta villa perante elle e em presença de mym Diogo Alvarez tabeliam geeral em todoo Meestrado da Ordem de Santiago por meu senhor o iffante Dom Fernando¹²¹² e das testemunhas a suso escriptas pareceo hi Fernam Pereira fidalgo da casa do dicto senhor ifante filho de Dieguo Pereira comendador de Çamora Correya e da Arrabida e apresentou perante o dicto juiz e per mym tabeliam leer e pobricar fez hũa carta escripta em purgaminho asynada per o dicto senhor ifante e asseellada do seu seello da qual o theor tal he:

Eu o iffante Dom Fernamdo regedor e governador das Ordeens e Cavalaria dos Meestrados de Nosso Senhor Jhesus Christo e de Santiago duque de Viseu e de Beja senhor de Covilhãa e de Mooura e etc. faço saber a vos juizes e officiaes e concelho e homeens boos da minha villa d'Aljezur que ora sam e forem que todollos cavalleiros e comendadores da dicta Ordem teem privilegios do Sancto Paadre dados aa dicta Ordem e outorgados por el Rey meu senhor e por mym antre os quaaes se contem que em nenhuum lugar que seja da Ordem de Santiago em que aja comendador se nom possa fazer nenhũa postura, nem costume novo, nem taxa sem o comendador seer chamado aa vereaçom e por quanto eu assi ho sento por serviço de Deus e proveito da dicta Ordem me praz e he minha mercee que assy se faça. ¹²¹³E porem vos mando que daquy em diante nom façaes nenhũa postura nem custume novo, nem taixa sem seer chamado aa vereaçom Joham Correya fidalgo de minha casa comendador dessa villa ou seu moordomo quando elle hy nom for e com seu acordo se faça o que for proveito e bem da terra por quanto ho ey assy por bem de se fazer e vos assy o conpriei sob pena de qualquer juiz ou official que o contrairo fezer pague por cada hũa vez mill reais de pena pera o senhor da terra e mais que a postura ou costume que se fezer nom seja valliosa que assy he minha mercee e mando que assy se faça. Feita em a minha villa de Palmella ha XXIII^o de Novembro Rodrigo Afonso a fez anno de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o LXII.

E apresentada e publicada assy a dicta carta perante o dicto juiz como dicto he o dicto Fernam Pereira em nome do dicto (fl. 211v) Dieguo Pereira seu padre pedio ao dicto juiz que lhe mandasse dar huum estormento em publica forma com o theor da dicta carta por quanto se o dicto seu padre entendiia dela d'ajudar pera a dicta sua comenda e etc. E vista a dicta carta per o dicto juiz e dizer e pedir do dicto Fernam Pereira lhe mandou dar o dicto estormento com ho

¹²¹¹ Na margem direita, por outra mão: "*Que estem os comend[adores] na camara [...] se fizer acor[...]*". E ainda "[...] folio 123".

¹²¹² Na margem direita, de outra mão: "*O infante D. Fernando governador da Ordem no anno de 1462*".

¹²¹³ Na margem direita, de outra mão, reportando-se ao texto acima: "*Para que as camaras das villas da Ordem não possam fazer posturas (?) sem chamar a vereaçom e asy hir ou o comendador ou o seu procurador*".

theor della. Testemunhas que no presente estavam Pero Serrão e Joham Rodriguiz Bocarro escudeiros criados d'Artur de Brito e Garcia Rodriguiz e outros. E eu sobredicto tabeliam que este estormento per autoridade do dicto juiz escrepvy e aquy meu sinal fiz que tal he.

245

1336, Julho, 17 – Lisboa

¹²¹⁴Em nome de Deus amem. Esta he a carta de vendiçam e de perduravel firmidõoe a qual encomendo a fazer eu Isabella Francisquez bezinha e morador (*sic*) de Setuval a vos Lourenço Francisquez meu irmãoo bezinho e morador do dicto d'hũa casa que eu ey no dito logo de Setuval da qual casa estes som os termos. Em sol levante Afonss'Eannes Neto e em sol ponente Joham Martiinz Ferrasneo e em aguyom mestre Johane çollorgiam e em abrrego Francisquo Bertolameu nosso padrrre bendo e outorguo a vos a dicta casa com entrradas e saydas e com todas suas perteenças e seus dirreitos por preço nomeado que de vos receby, *convém a saber*, cem libras de portugueses com sa revora que de vos de (*sic*) receby do qual preço e revora conheço e confesso que som (*sic*) bem pagada e bem entregada que nom ficou ende nenhũa cousa por pagar. Por ende ajades vos e todos vossos sobcessores que depos vos veerem deste diia pera todo senpre a dicta casa com entrradas e saydas e com todas sas perteenças e seus dirreitos tambem¹²¹⁵ e tam compridamente como a eu avya e per hu vos melhor e mais compridamente poderdes aver e façades della e em ella [o] que quer que a vos aprouver como de vosso aver proprio. E esta carta revero e outorgo e per ella vos meto em corporal possissom da dicta casa e obrigo todos meus beens asy moviis como raiz gaanhados e por gaanhar a vo la defender e enparar em todo tenpo de quem quer que vo la demande ou enbargue sob pena do dobrro e de quanto em ella for feito melhorado. Feyta a carta em Lixboa no paaço dos taballyãaes XVII dias do mes de Julho da Era de mill e III^c e sateenta e quatro anos. Testemunhas João Periz, João Annes tabellyões e Joham Annes Pynchalho Bagoo e Joham Nunez e Afonso Dominguiz porteiros das contribuyções Stevam Stevez e Pero de Barcellos e outros. E eu Graviel Afonso scripvam jurado por el Rey pera scripver as scripturas por Joham Periz tabeliam de Lixboa que esta carta por mandado e outorgamento da dicta Isabel Afomso screpvy e per mandado do dicto Joham Periz taballyom e eu Joham Periz tabaliam de suso (fl. 212) dito a esta venda presente fuy e fiz fazer esta carta per mão do dicto scripvam jurado e pugy meu sinal que tall he.

246

1445, Dezembro, 8 – Alcácer do Sal

Insero: 1445, Novembro, 17 – Montemor-o-Novo

¹²¹⁶Saibham os que esta carta de emprazamento birem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e IIII^c R^{ta} V annos oyto dias do mes de Dezenbrro em Alquacer

¹²¹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: “[...] de venda de hũa casa [...] villa de Setuval”.

¹²¹⁵ Segue-se uma palavra riscada.

¹²¹⁶ Na margem direita, de outra mão: “Aforamento de Sam Mar[quinho] da Bemposta em Alcacer”.

nas casas de mym taballyom adiante scripto pareceo hi Gil Martiinz almozarife do iffante Dom Fernando irmão d'el Rey regedor e governador do Meestrado da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Alguarve em a dita billa e a mostrou hũa carta do dicto senhor escripta em papel que parecia seer asinada per Lopo Meendez de Vasconcellos cavalleiro da dicta Ordem da quall o theor della he este que se adiante segue:

Gil Martiinz, o iffante Dom Fernando¹²¹⁷ irmão d'el Rey meu senhor regedor e governador do Meestrado da Ordem da Cavallaria de Santiago nos regnos de Portugal e do Algarve, nos envyo saudar faço vos saber que Afonso Martiinz portador da presente me disse que queria tomar a herdade de Sam Martinho de quarto e dizimo e duas gallinhas e hũa duzia de bollos e que lhe mandassem em ella fazer hũa casa pera enca-beçar. E por que me dello praz por o sentir por serviço eu vos mando que lhe façaes sua carta d'aforamento em tres pessoas e tanto que veer tempo pera se poder fazer a dicta casa vos lha fazee. E o dinheiro que se em ella despender per esta carta mando ao scripvam de nosso officio que o escrepva em seu livro pera vos seer levado em des-pesa. Escripta em Montemoor o Novo XVII dias de Novembro per Lopo Meendez de Vasconcellos por quanto aquy nom he Martim Vaaz Mazcarenhas cavalleiros da dicta Ordem nomeados pera regem (*sic*) por o senhor iffante Dom Pedro regente com autori-dade do Santo Padre. Stevam Vaaz a fez. 1445.

E mostrada asy a dicta carta como dito he logo o dicto Gil Martiinz almozarife por poder dela disse que enprazava e dava d'enprazamento em vida do dicto Afonso Martinz e de Catarina Lourenço sua mulher moradores e vezinhos da dicta villa que no presente siam e em hũa pes-soa qual a postomeira delles nomear ao tempo de sua morte de guisa que sejam tres pessoas contando elles anbos por duas pessoas toda a dicta herdade e asentamento que o dicto senhor e Ordem ha em o dicto logo de Sam Martinho da Bemposta termo da dicta billa que parte com Briatz da Fonsseca mulher que foy de Gonçallo Meendez de Vasconcellos e com outros com que de dirreito deve de partir. A qual herdade (fl. 212v) e aseentamento com todos seus logra-doiros e paçigoos e aaguas e entradas e saydas e dirreitos e perteenças disse que lhe dava d'enprazamento com esta condiçom que elles esmooutem e cernem a dicta herdade assy d'al-ferce como de machado e lavrem e semeem em ella em cada hum ano bem e a boa fe em tal guisa que a dicta herdade seja senpre melhorada e nom peiorada e que dem ao dicto senhor e Hordem em cada hum ano ho quarto e dizimo de todo o pom e cousas que lhe Deus em ella der em paz e em salvo na eira na dicta herdade e mais duas galinhas e hũa duzia de bollos e que comecem logo de a lavar e semear e aproveitar e pagar todo o suso dicto este anno seguinte e assy em cada hum ano atee o fim e acabamento do dicto enprazamento. E com tal condiçom mais que o dicto senhor lhe faça hũa casa na dicta herdade e lha de feita atee fim do mes de Mayo primeiro seguynte. E finados elles e a dicta pessoa que se torne o dicto enprazamento ao dicto senhor e Hordem com todas benfeitorias e melhoramentos que em a dicta herdade e aseentamento forem feitos e melhorados sem outra nenhũa contenda nem embargo que lhe sobre ello seja posto. E o dicto almozariffe pello poder que lhe pello dicto senhor era dado obrrigou os beens da mesa do dicto senhor a lhe fazer a dicta casa atee o dicto tempo e de lhe defender e emparar o dicto enprazamento em o dicto tempo de quem quer que lho enbargar queira sob pena de lhe correger e pagar todas custas e perdas e danos que

¹²¹⁷ Na margem direita, de outra mão: "O Infante D. Fernando governador da Ordem no anno de 1445".

os dictos enprazadores e pessoa por ello fazerem e receberem. E os dictos Afonso Martiinz e sua mulher a esto presentes diserom que elles per sy e per a dicta pessoa tomavam e recebiam em sy a dicta herdade e asseentamento d'enprazamento com todallas crasullas e condições suso dictas e decraradas. As quaaes e cada hũa se obrigavam de conprir e teer e manter em todo e per todo como dicto he e de pagarem em cada huum ano o dicto enprazamento como dicto he sob pena de outrosi corregerem e pagarem ao dicto senhor e Hordem todas custas e perdas e danos que por ello fazerem e receberem por todos seus beens e da dicta pessoa movys e de raiz avudos e por aver que pera ello obrigaram e outorgaram que nom pagando elles o dicto enprazamento em cada huum ano como dicto he que o dicto senhor e Hordem per seus homeens os possam por ello mandar penhorar e vender e rematar ho penhor sem cooyma nenhũa e sem outro poder nem autoridade de justiça. E as partes todo esto outorgaram e pedirom assy senhas cartas. Testemunhas Vasco Rodriguiz scripvam do almoxarifado do dicto senhor em a dicta villa e Luis Annes janrro de Gomez Estevez, Vasco Annes janrro da Rocina e Fernam d'Alvarez quaçador¹²¹⁸ e outros. E eu Joham Vaaz criado (fl. 213) do iffante Dom Joham cuja alma Deus aja e tabalyam d'el Rey em a dicta villa d'Alquacer que esta carta pera o dicto senhor e Hordem em testemunho de verdade escrepvy e meu sinal fiz que tal he.

247

1480, Novembro, 10 – Lisboa

¹²¹⁹Saibham os que esta carta d'emprazamento birem que eu Nuno Afonso ouvidor do ifante Dom Fernando¹²²⁰ meu senhor eu per mandado do dicto senhor enprazo e dou d'enprazamento em vida de vos Vicente Gonçalvez e de Maria Annes vossa mulher moradores em esta villa d'Alquacer e em vidas doutras duas pessoas quaes a postumeira de vos nomear ao tempo de vossa morte, *convém a saber*, que a primeira nomee a segunda e a segunda nomee a terceira de guisa que sejam trres pessoas e mais nom contando vos anbos marido e mulher por hũa pessoa duas courellas de mortorios de vinhas mortas que foram de Joham Figueira que ao dicto senhor e sua Ordem sam foreiras em cada huum ano per dia de Sam Miguel em vinte reais brancos destes ora correntes e hũa galinha que som em Telhada termo da dicta vyla que partem hũa delas com Luis Gomez Lobato e com a mulher que foy de Gonçalo Gil Çallemma e com caminho puprico. E a outra com Briatiz Lourenço mulher que foy de Joham Annes Corvachores e com Joham Barreto e com vinha da mulher e filhos de Gomez Lourenço Botelho e com Maria Annes Regueifeira e com Alvaro Periz e com Palos Rodriguiz crelligo e com quem de dirreito devem de partir das quaes vinhs fizeram encampaçom aa Ordem a filha e janrro do dicto Joham Figueira segundo que he contheudo em estormento d'encampaçom feito per Joham Vaaz tabeliam desta villa. As quaes vos dou d'enprazamento por mandado do dicto senhor como dicto he com esta condiçom que vos aproveitedes as dictas vinhas per guisa que de todo sejam aproveitadas melhoradas e nom peioradas e que dedes de foro e penssam delas aa dicta Ordem em cada hum ano per o dicto dia de Sam Miguel os dictos vinte reais brancos e galinha ou aquelo que el Rey manda pagar aos tempos das pagas vos e as dictas pessoas e mais seu

¹²¹⁸ Palavra corrigida.

¹²¹⁹ Na margem direita, de outra mão: "Aforamento de duas vinhas em Alcacere do Sal".

¹²²⁰ Na margem direita, de outra mão: "O Infante D. Fernando governador da Ordem no anno de 1480".

dizimo aa Ordem. E que comecedeez de fazer a primeira paga per o dicto diia de Sam Miguel seguynte e d'hy em diante emquanto o dicto emprazamento daram. E mortos vos e as dictas pessoas que entom se tornem as dictas vinhas aa Ordem com toda bemfeitoria e melhoramento que em ellas for feito sem poendo hi nenhuum embargo e com condiçom mais que vos nom possaes vender nem alhear as dictas vinhas a outra nenhũa pessoa que o ante (fl. 213v) e primeiro nom façades saber aa dicta Ordem se as querem de tanto por tanto e quando as tomar nom quiserem que entam as possades vender¹²²¹ a tal pessoa que bem e sem referta pague a dicta penssam aa dicta Ordem. E eu obrigo os beens da mesa do dicto senhor de vos defender e enparar as dictas binhas de quem quer que vo las embargar queira e de vos fazer outorgar e consentir este emprazamento ao dicto senhor ifante sob pena das custas, perdas e danos que vos por elo fezerdes e receberdes. E eu dicto Vicente Gonçallvez e minha molher a esto presentes per nos e per as dictas pessoas tomamos e recebemos em nos as dictas vinhas d'emprazamento pera nos e pera as dictas duas pessoas com todallas crausullas e condiçoes suso dictas e decraradas. As quaes e cada hũa delas nos obrigamos de conprir e manteer em todo e per todo e de pagar em cada hum ano a dicta penssom em cada hum ano ao dicto senhor e Hordem per o dicto diia como dicto he e nom pagando que nos posamos seer penhorados per ho almoxarife do dicto senhor e per seu mandado e se nos vender e rematar ho penhor sem cooyma nenhũa e sem outro poder nem autoridade de nenhũa justiça e per todas custas e danos que o dicto senhor e sua Ordem por ello fezerem e receberem e per todos nossos beens moviis e de raiz avudos e por aver que pera ello obrigamos. E as partes todo esto outorgaram e pedirom senhas certas. Facta em Lixboa na pousada do dicto ouvidor dez dias de Novembro ano nacimiento de IIII^c LXXX anos. Testemunhas Joham Vaaz tabeliam e Rodrigo Alvarez Godinho e Gomez Eannes Corvachones e outros. E eu Luis Gonçallvez tabeliam puprico pello dicto senhor iffante na dicta vila que esta carta pera a dicta Ordem screpvy e aquy meu sinall fiz que tal he.

1449, Dezembro, 1 – Portalegre

¹²²²Saibham quantos este estormento de posse virem como no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^c R^{ta} IX annos primeiro dia do mes de Dezenbrro em Portallegre a Sam Pedro que esta fora da dicta villa em presença de Martim Taavares escudeiro juiz em logo de Ruy Martiinz de Pedra Alçada cavalleiro juiz por el Rey na dicta vyla e de mym tabeliam e testemunhas adiante scriptas pareceo Mem Gonçalvez priol de Sam Joham da dicta villa e apresentou e leer fez hum alvara do iffante Dom Fernando¹²²³ irmão d'el Rey nosso senhor em o qual fazia mençom que o dicto priol lhe fezera saber como algũas cousas e beens que perteeciam aa Ordem de Santiago eram em poder d'algũas pessoas a que nom perteeciam e os traziam sonegados aa dicta Ordem mandando aos juizes desta villa que quaesquer cousas que assy (fl. 214) andassem e fosem certos que perteeciam aa dicta Ordem que as entregassem ao dicto priol e o metessem em posse dellas pera seerem tornadas aa dicta Ordem antre as quaes foy notificado ao dicto juiz que era hũa dellas hum ollyvall de Sam Pedro que

¹²²¹ Segue-se riscado "q".

¹²²² Na margem esquerda, de outra mão: "[...]mento de hum olival da [Orde]m em Portalegre".

¹²²³ Na margem esquerda, de outra mão: "O Infante D. Fernando governador da Ordem no anno de 1449".

esta junto com a dicta igreja. O qual ha tenpos e anos que o traz Fernam Vaaz de Sequeira e sua molher Isabel Vaaz sem conhecerem aa dicta Ordem delle nenhũa cousa pedindo o dicto priol ao dicto juiz que per bem do dicto alvara do dicto iffante ho metesse de posse delle pera o tornar aa dicta Ordem cujo he e senpre foy de longos tenpos e anos. E o dicto juiz visto o dicto alvara e a fe de muitas pessoas que diserom que sabiam bem que o dicto oullyvall era da dicta Ordem ouve o dicto priol por em posse delle e mandou que o ouvesse pera a dicta Ordem e ouvesse as novidades e prooes delle como dantes soyam d'aver os outros priolles que antes delle foram ficando resguardado ao dicto Fernam Vaaz e sua molher alguum dirreito se o tevessem. E o dicto Mem Gonçallvez priol pedio assy dello huum estormento e o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas que presentes foram Pero Afonso janrro de Joham Luis e Gonçalo Annes e Luis Gonçallvez e outros. E eu Joham Afonso tabeliam d'el Rey em a dicta vila e termo que este stormento screpvy e aqui meu sinal fiz que tal he.

249

1478, Agosto, 5 – Castro Verde

¹²²⁴Saibham os que este estormento e carta d'aforamento birem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^o LXXVIII^o annos cinco dias do mes d'Agosto em Crasto Verde nas casas de Pero Barreto fidalgo da casa do principe nosso senhor comendador da dicta vila de Crasto Verde estando hy o dito Pero Barreto disse que em ho termo desta villa estava hũa terra e em ela huum poço de nora e que a dita terra parecia seer ja em outro tempo aproveitada em orta e que aguora estava em valdio e desaproveitada grandes tenpos avya que nom avya hy memoria de averem aproveitada. E que veendo elle comendador como a dicta terra asi estava perdida sem nenhum proveito e que era melhor de seer aproveitada e render pera a Ordem e comenda cuja a dicta terra he veendo elle dicto comendador e considerando como era proveito pera a Ordem seer aproveitada a deu de foro e aforou ha Estev'Eannes Gago e a sua molher Caterina Diaz moradores em a dicta villa pera elles e pera quantos delles vee-rem e descenderem que seus beens herdarem sobre estas condições que elles aproveitem a dicta terra assy como ora novamente he demarcada como parte com a ribeira da Nora fazendo em ella (fl. 214v) orta e pomar e no al o que lhe bem beer e ajam todo pera si ysentamente pagando aa Ordem em cada huum ano dez reaaes de prata ou seu dirreito valor. A qual paga a primeira ha de seer deste dia de Sam Miguel primeiro seguynste da presente Era a huum anno que sera na Era de IIII^o LXXIX anos e dally em diante pagar em cada huum anno pello dito dia aa dicta Ordem os dictos dez reais de prata e com esta condiçom que o dicto Stev'Eannes e a dicta sua molher nom possam vender nem trocar nem em alhear a dicta terra sem licença e actoridade do comendador do dicto logo trazendo elles a dicta terra senpre aproveytada em a dicta orta e pomar e no al que lhe bem veer como dito he. E em testemunho de verdade lhe mandou assy dello fazer esta carta d'aforamento e perduravell firmidam e testemunhas a esto presentes Gomes Pacheco e Vasco Gonçalvez e Diego Lopez e Martim Nunez e outros. E eu Gomes Lopes tabeliam do principe nosso senhor em esta sua vyla de Crasto Verde que esto escrepvy e meu sinal fiz que tal he.

¹²²⁴ À margem direita, de outra mão: "Aforamento de hũa tera em Ca[stro] Verde"

(fl. 215)

250

1498, Março, 12 – Lisboa

Carta d'el Rei pera Alvaro Diaz de Freelas fazer pubrico neste tombo.

Dom Manuel pela graça de Deus rey de de (*sic*) Portugal e dos Algarves d'Aaquem e d'Aalem mar em Africa príncipe de Castela, de Lyam, d'Aragom de Cezillia e de Gra[n]jada e etc. senhor de Guynée ha quantos esta nossa carta birem fazemos saber que nos fomos certificado como el Rey meu senhor e primo que Deus aja teendo a governança do Meestrado de Santiago mandou fazer huum livro do tonbo a Alvaro Diaz de Freellas escriptam do cartorio da dicta Ordem e tabeliam geeral ao dicto tempo no qual mandou trelladar todallas escripturas e privilegios da dicta Ordem pera andarem no dicto livro juntas. E por que alguuns dos originaaes das dictas scripturas começavam de caducar e avendo de seer tiradas do cartorio os ditos originaaes quando era necessario se aproveitar delas em juizo corriam perigoo de se perderem e por todo esto se evitar sentindo o assy por serviço de Deus e bem da Ordem ho mandou assy fazer. O qual livro nom foy autenticado em vida do dicto senhor e per seu fallecimento o dicto Alvaro Diaz leixou de seer tabeliam geeral e ho nom pode mais autorizar e assynar como conpria de seer e comssirando nos como esto he necessario se poer em obra portanto nos per esta nossa carta damos actoridade e poder ao dicto Alvaro Diaz assy como ha taballiom pubrico e geeral pera este caso soamente que elle possa acabar e actorizar o dicto livro como deve e pertencee fazer e o assyne ao pee de cada lauda e ponha em elle seu pubrico sinal como ho acostumava fazer e os dictos seus trellados que no dito livro fezer e assynar de seu pubrico sinal queremos e nos praz que façom fee em juizo e fora delle como os propios originaaes. E porem mandamos que a elo nom seja posta duvida nem embargo e se cumpram e guardem como per esta o queremos e mandamos por que assy he nossa merce. Dada em Lixbooa ha XII dias do mes de Março. Antonyo Carneiro a fez anno de mill e IIII^c LRVIII^o.

251

1498, Novembro, 15 – Lisboa

E eu Alvaro Diaz de Freellas escriptam do dicto cartorio teendo ja este livro acabado d'escrepver, *convém a saber*, trelladadas em elle as dictas scripturas fielmente dos proprios originaaes e concertadas como em tal caso se requiere per vertude desta carta d'el Rey nosso senhor acima scripta e em comprimento do mandado de Sua Alteza do meu proprio e pubrico synal que faziia seendo tabeliam geeral assyney cada hūua lauda d'anbas partes asy como padeciam e se requeriia ataa honde os dictos pubricos sinaaes cheguam tudo esguardado com femença como nos taaes casos se requiere e por certidam dello e seer verdade de minha mão escrepvy este remate e o assyney do dicto meu puprico sinal que soya de fazer e etc. F[*eita*] na cidade de Lixbooa nas casas da morada do leenciado Fernam Rodriguiz procurador da dicta Ordem de Santiago, oje quimze dias do mes de Novembro. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quatrocentos e noveenta e oyto annos.

(fl. 215v)

252

1489, Março, 7 – Beja

Inserere: s/d.

Apontamentos que el rey Dom Joham ho segundo que Deus aja enviou preguntar ao Meestre de Castella, *convém a saber*, da Ordem de Santiago e a esto foi enviado ho honrrado Luis Pirez bacharel em artes priol de Santiago de Quacem.

As cousas que vos priol da villa de Santiago de Quacem da nossa parte direes ao Meestre de Santiago de Castella per vertude da nossa creença que pera elle leavaes sam as seguintes:

Que nos lhe rogamos muito que per vos nos envie dizer em que maneira se pratica e guarda a jurdiçam da Ordem com a jurdiçam da corooa real assi no ciivel como no crime nos feitos dos comendadores e cavalleiros da dicta Ordem e por que juizes som julgado<s> nos ditos feitos e que maneira se nysto tem e assy acerqua de seus beens moviis per seus fallecimentos o que lhe muito agradeceremos.

Em que maneira sam besitadas e per quem as billas e lugares da sua Mesa e as comendas dos comendadores e as igreijas e priolles delas assy no espiritual como no temporal.

Se de todas estas cousas ha estabellecimentos e artigos feitos antrre el Rey e ho Meestre e os prellados em cujas dioceses as terras do Meestrado som e ho Meestre. E de todas as sobredictas cousas e de quaaesquer outrras que aa dicta Ordem toquem requerees da nossa parte ao dito Meestre que nos mande dar os tresllados per escripturas actenticas feitas per notairo apostollico autorizado como convem que seja pera lhe ser dada fe o que nos teeremos muito em serviço de assy arrecadardes e fazerdes com grande dellygencia.

Reposta do Meestre de Castella

O que nos priol da vila de Santiago de Quacem avees de responder ao senhor Rey de Portugal he o seguinte:

¹²²⁵Emquanto o que Sua Alteza quer seer enformado em o que toca aa jurdiçam dos comendadores e cavalleiros da Ordem por quem e como devem seer julgado<s> segundo desposiçom dos privilegios da dicta Ordem e huso e custume em estes reyno<s> de Castella guardado. Os comendadores e cavalleiros e frreires por serem pessoas ecclesiasticas e por expresso privilegio do Papa Martinho quinto sam isentos de toda jurisdicçom sagral e ecclesiastica dos prellados diocesanos e soamente pode conhecer de seus excelsos ciivees e crimes por o Meestre geeral assy seendo entre comendador e comendador e cavalleiro e cavalleiro como entre leiguo e cavalleiro e comendador seendo reo ho relegioso assy por causa de delicto cometido em qualquer parte ou de contrauto ou em qualquer maneira por razom da cousa que se demanda por diverssas vezes. E se

¹²²⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "*Jurisdictione magistri et [...]s executione in regno [Ca]stelle*".

ha intentado ante el Rey e a Raynha meus senhores e em o seu conselheiro de conviir os dictos (fl. 216) comendadores e cavaleiros e freires em suas causas. E bistos por Suas Altezas os privilegios os ham mandado remeter ante mym e eu os ey definidos e determinados e em isto nom ha hy contradição algũa e os freires crreligos am de seer julgados por seus priolles do conveento e os priolles pelo Meestre de maneira que huuns e os outros ficam e estam sob a obediencia e jurisdicão do Meestre.

E em ho caso dos beens moviis aquelles que sam adquiridos por intuyto da Ordem ao tempo que fallecem podem testar e despoer da meetade delles em quem for sua bondade e a outra meetade fica pera a Ordem segundo privilegio do Papa quinto como quer que agora de novo nosso muy Santo Padre Innocencio VIIIº aa minha sopricação despenssou que de todo possam e testar e despoer dos taaes beens em a pessoa que quiserem deixando aa Ordem a mula e taça, cavallo e armas e a cama e leixando reparadas as casas da Ordem e entregua dellas que he o que recebeo ao tempo que foi provido da encomenda. E este privilegio nom se estende ao priolles nem aos aos (*sic*) crrelligos freires que estes nom podem testar.

¹²²⁶Em o que toca aa vesitação se tem esta forma: que cada ano segundo os privilegios se deve juntar toda a Ordem em capitulo geeral e aly enllegem e nomeam vesitadores pera toda ella dous comendadores ou cavalleiros e hum freire creligo e estes descorrem per todallas bilas, lugares e encomendas e beneficios e vesitam as pessoas dos priolles e comendadores e cavalleiros e rellegiosos assy no spritual como no temporal. E os conveentos e igrejas e veem como estam reparadas e providas e besitam tambem a Mesa Meestral e rendas della e dos comendadores e corregem e emmendam em o que correição e emmenda se requiere. E se som graves caso<s> trazem inteira rollaçom pera que ho Meestre com toda a Ordem o proveja e remediem em ho capitulo seguinte. E todallas escripturas e privilegios originaaes estam em ho conveento de Ucles postos em grande guarda em poder de hum comendador que pera soo esto tem a Ordem deputado com preito e menagem e juramento que sobr'elo tem feito e pera em breve os treslados das escripturas actenticas e actorizadas conviiria yllas tirar ao dicto conveento porque quando algũa dellas aca he mester ao tanto se faz porque os originaaes estem a gram guarda e custodia e esta cousa nom se envya agora convosco a Sua Alteza.

Os treslados dos dictos apontamentos e reposta do dicto Mestre o reverendo padre Dom Joham Fernandez priol moor da dicta Ordem de Santiago em estes regnos de Portugal e do Algarve ouve mandado do dicto rey Dom Joham nosso senhor como governador e perpetuu administrador que he da dicta Ordem e por proll da Ordem e dos padres priolles, comendadores, cavalleiros e rellegiosos della que eu Alvaro Diaz de Ffreellas como scripvam da vesitação e do cartorio e judicial da dicta Ordem (fl. 216v) e pubrico notairo per actoridades apostollica e real os trresladasse aquy fielmente de *verbo ad verbum* pera por mym se dar o trreslado delles sob meu pubrico synal aas predictas pessoas da dicta Ordem com sua actoridade por fazerem fe. E foram aquy per mym treslados e ao dicto dom priol concertados na dicta billa de Beja aos sete dias do mes de Março. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quatrocentos e oyteemta e nove annos.

¹²²⁶ Na margem direita, de outra mão: "*modus visitandi in regno Castelle*".

(fl. 217)

253

1503, Abril, 27 – Setúbal

Insere: 1501, Abril, 25 – Lisboa

Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mill e V^c e tres annos, aos XXVII dias do mes d'Abrill em a villa de Setuval demtro nos paços do eycellemte sennhor duque de Coynbra na casaa homde se faz a fazemda do dicto senhor estamdo hy Dieguo da Syllveiraa¹²²⁷ do comsselho d'el Rey nosso senhor e veedor da dicta fazemdaa loguo pello dicto Dieguo da Syllveira foy dicto a mym taballiam ao diamte nomeado que o dicto sennhor Rey tinhaa feito doaçam aa Ordem de Samtiago de hūuas buticas desta villa que requerya e mamdava a mym taballiam que como procurador(?) pubrico que era na dicta villaa trelladase a dicta doaçam em huum livro do tomo daa dicta Hordem que estava na dicta fazemdaa por quanto a propya doaçam se ha de levar ao comvemo de Pallmella pera se meter no cartorio da dicta Ordem. E eu taballiam em comprimento do dicto mamdado trelladey loguo a dicta doaçam da quall o trellado de verbo a verbo tal he como segue:

Doação de escambo das buticas de Setuval por o jullgado dos orfoons daquelles lugares que o regimento d'el Rei he em contrairo.

¹²²⁸Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtuguall e dos Allguarves d'Aquem e d'Allem mar em Africa sennhor de Guyne e da Comquysta Navegaçam Comercio d'Etiopia, Arrabya, Persyaa e Imdya. A quantos esta nosa carta vyrem fazemos saber que avemdo nos respeito ao que se per indica aos derreitos que o duque de Coynbra meu muyto amado e prezado sobrynho avya d'aver das cartas dos officios dos juizes dos orfãaos do Mestrado de Samtiago¹²²⁹ que ouvemos por bem que hy nom ouvesse senam naquelles lugares que teverem o numero de vizynhos que se contem em huum capitollo de cortes que soem ello fezemos e que o nom sejam em dous e tres lugares huum no juiz como se te quy fez a nos praz de fazermos no merceee e doaçam aa dicta Ordem de Samtiago como de facto per esta fazemos dar nossas buticas da villa de Setuval que hy mamdamos fazer nas casas que se derribaram defromtee do Paço do Triguio asy e pella maneira que ellas ora a nos pertemcem e ao diamte pertencer podem e esto posto que (fl. 217v) se a nossa custa fizessem. E porem mamdamos ao nosso comtador da dicta villaa e allmoxarife dellaa e a quaeesquer outros nossos officiaees e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer que metam loguo em posse das dictas buticas ao dicto duque meu sobrinho e lhas leixem ter e pesuyr e fazer dellas e em ellas o que lhe prouver como de sua cousaa propya por quanto nos lhe fazemos dellas doaçam e merceee na maneira que dito he e por firmeza dello lhe mamdamos dar esta carta per nos asynada e asellada do noso sello pendente. Dada em Lixboaa a XXV dias d'Abrill Gaaspar¹²³⁰ Rodriguiz a fez ano de Nosso Sennhor Jhesuus Christo de mill e V^c e huum.

¹²²⁷ Segue-se uma letra riscada.

¹²²⁸ Na margem direita, por outra mão: "Doaçam das buticas [...] Setuval".

¹²²⁹ Na margem direita, por outra mão: "hic facit toteus (?)".

¹²³⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "Gaspar Roiz".

A quall carta de doaçam eu Pero Murzello tabeliam pubriquo na dita villa de Setuvall aqui treladey¹²³¹ de minha mão e ao pe de meu pubryquo synall asyney que tall he. E porque eu vy a dita carta ser de porgamynho e asynada por el Rey noso sennhor e asellada com o seu selo pemdente e ser sem amtrelynha nem boradura nem de nemhũa parte sospeita amtes era toda lyma e carycia de toda sospeiçam a treladey a requerymento do dito Diogo da Syllveira e por seu mamdado.

(Sinal notarial)

254

1505, Julho, 29 – Setúbal

Inserere: 1505, Abril, 4 – Lisboa; 1505, Maio, 18 – Almeirim; 1504, Abril, 17 – Beja; 1504, Abril, 1 – Avis

E despois de a dita carta ser treladada aos XXIX dias do mes de Julho da Era do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill e V^c e V anos na dita villa de Setuvall demtro na dita fazemda estamdo hy Joham da Gama fidallgo da casa do dito sennhor duque que ora tem careguo de veedor da dicta fazemda e estamdo e hy Pero Vaaz do Castello vereador da dita villa de Setuval juiz que ora he em ella pella ordenaçam ate serem os juizes comfrymados loguo pello dito Joham da Gama em nome do dito sennhor duque e da (fl. 218) dita Ordem de Santiagufoy dito ao dito Pero Vaaz juiz que elle tinha allgũuas cartas e escripturas pertemcentes a dita Ordem as quaees se avyam de levar ao dito cartoryo que requerya e pedia a elle dito juiz que mamdase a mym dito Pero Murzello tabeliam que as treladase neste livro pera guarda e seguramça da dita Ordem e que como juiz amtepossesse pera ello sua autoridade ordynarya pera que o trelado dellas façam fee em todo tempo e asy mesmo amtepossesse elle juiz sua autorydade pera o trelado da dita doaçam que atras por mym dito taballiam ja estava¹²³² treladada por mandado e requerymento do dito Diogo da Syllveira. E loguo o dito juiz mamdou a mym tabeliam que treladase neste livro as escripturas que me pello dito Joham da Gama fossem apresentadas e que pera ello elle juiz amtrepunha sua autoridade ordynarya e asy apresentava (?) o trelado da dita carta atras escripta. Testemunhas que presentes a esto estavam Dieguo da Vollosa escudeiro morador na dita villa e Duarte Fernandez tapeceiro do dito sennhor duque e Bernaldo Luis feytor por Mestre Rodrigo da logea das moradias do dito sennhor. E loguo por o dicto Joham da Gama foy apresentado a mym tabeliam hũa carta de porgamynho asynada por el Rey nosso sennhor e asellada do seu sello pendiente e huum allvara de papell asynado pello dito sennhor Rey e huum estormemto de posse de hũuas casas que a ditaa Ordem tem em a villa de Bejaa da quall carta e allvara e estormemto o trelado huum apos o outro tall he como se segue:

Trellado da carta d'el Rei per que manda que a remda da dizima do Mestre em Setuvall se arrecade como a sua e com aqueles privilegios e liberdades.

Dom Manuel per graça de Deus rey de Purtuguall e dos Allguarves d'Aquem e d'Alem mar em Africa sennhor da Guyne e da Comquista Navegaçam e Comercio d'Etyopia, Arrabya, Perssya e da Índia. A quantos esta carta virem fazemos saber que o duque

¹²³¹ Segue-se riscada a letra "e".

¹²³² Segue-se a letra "p" que, por lapso, não foi riscada.

de Coynbra meu muito amado e prezado sobrinho nos imvyou (fl. 218v) dizer como a sua remda da dizima do pescado da villa de Setuvall era daquella propia callidade que era a nossa dizima que do dito pescado pera nos se recada e que por ha dita sua dizima se nam recadar por aquelle modo e maneira que a dita nossa dizima se recadava e com aquelle privellegio que a dita nosa remda tynha elle perdyta muito na dita sua renda pydyndo nos por mercee que pois as ditas remdas ambas eram de hũa callidade nos prouvese de outorgar que a dita sua dizima se recadasse com aquelle privyllegio e libradade e per aquelle modo e maneira que a dita nosa dizima se recadava. E visto por nos nos (*sic*) parecer seu requerymento justo e termos emformaçam que as ditas rendas sam iguaees em recadaçam prouemos dello porem por esta presentem queremos e nos praz e mamdamos que daquy em diante a dita sua remda da dita dizima se recade por aquella maneira e com aquelle pervyllegio e lybradade que se recada nosa dizima do dito pescado e mandamos ao noso comtador, allmoxarife e ofyciaees e pesoas a que esta for mostrada he o conhecimento della pertemcer que lhe nom ponham a ysso duvyda nem embargo allguum porque hasy he nosa mercee. Dada em Lixboaa a 4 dias d'Abrill. Gaspar Rodriguiz a fez anno de Nosso Sennhor Jhesuus Christo de myll V^c e V.

A quall carta eu Pero Murzello tabeliam pubryquo na dita villa de Setuvall aquy trelladey de mynha mão e ao pe de meu pubryquo asyney que tall he. E por eu ver a dita carta ser de porgamynho e asynada por el Rey nosso senhor e asellada com o seu sello pemdente e ser sem amtrelynha nem boradura nem de nemhũa parte sospeitaa amtes era toda lympha e carycida de toda sospeiçam a trelladey aquy por autorydade do dito juiz.

(*Sinal notarial*)

(fl. 219) Trellado do allvara d'el rey Dom Manuell que deu ao Mestre em que lhe praz sem sua licença nom mandar nenhuns cavaleiros dos abitos ao de Christos.

Nos el Rey fazemos saber a quantos este noso allvara vyrem que o duque de Coynbra meu muyto amado e preçado sobrinho nos pedio que nos prouvesse por lhe fazer mercee nam¹²³³ dar daquy em diamte lugar e licença a nemhuuns cavaleiros das Ordes dos Mestrados d'Avis e Samtiago pera se averem de mudar ao abyto da Ordem do Mestrado de Christos e somente ouvese lugar naquelles que ate feytura deste a dita lycença e autoridade tynhamos dada. Porem por este nos praz nam darmos nem daremos daquy em dyante pera ysso nemhũa licença a nemhuum dos sobreditos sem seu prazer e comsentimento porem lhe mandamos dello dar este alvara por nos asynado pera sua guarda e nossa lenbrança. Feyto em Allmeyrym a XVIII^o dias de Mayo Antonio Carneiro ho fez de mill e V^c e V anos.

O quall allvara eu Pero Murzello tabeliam pubriquo na dita villa de Setuvall aquy trelladey por mynha mão e ao pe de meu pubriquo ho asyney que tall he. O qual allvara era escripto em papell asynado por el Rey noso senhor o quall aquy trelladey por autorydade e mandado do dito juiz e nam faça duvida homde no riscado "au" porque eu tabeliam o fiz por verdade.

(*Sinal notarial*)

¹²³³ Segue-se letra riscada.

Trellado do estormento da posse de hūuas casas que estam em Beja que ficaram per morte do prior de Tavilla.

Saibham os que este estormemto de posse dado por autoridade e mandado de justiça com ho teor de huum allvara do sennhor duque de Coynbra virem (fl. 219v) como no ano do nacimiento de Nosso Sennhor Jhesuus Christo de mill e V^o e IIII^o anos aos XVII dias do mes d'Abrill em a villa de Beja nas pousadas domde pousa o bacharell Ruy Fernandez juiz de foraa com allçada por espiciall mandado d'el Rey nosso sennhor em a dita villa estamdo hy o dicto juiz perante elle parecerom Allvoro d'Allmada e Dieguo da Fomsequa fydallguos da casa do dito sennhor e comendadorres da Ordem de Samtiaguio e apresentaram ao dicto juiz huum allvara do sennhor duque de Coynbrraa reguedor e governador dos Mestrados d'Avis he Samtiaguio asynado por elle e etc. do quall allvara o teor de verbo a verboo he tall como se ao diante segue:

Allvoro d'Allmada e Dieguo da Fomsequa, Dom Jorge filho d'el rey Dom Joham meu sennhor que Deus aja duque de Coynbra reguedor e governador dos Mestrados d'Avis e Samtiaguio e senhor de Montemor e Torres Novaas vos faço saber que a minha noticia veyo¹²³⁴ <ora> como por morte de Rodrigo Afonso prioll que foy desta villa fycarem em esa villa hūuas casas que estam na freguesya de Santa Maria. As quaees por morte do dito prioll ficam a mym e a Ordem de Santyaguio segundo os estebelcymientos della. Porem vos emcomendo e mando em vertude d'obydydemcia que saybaes loguo quaees sam as ditas casas e tomes a posse dellas pera a dita Ordem da quall posse tyrares huum estormento pubriquo e mo imviarres por Gomçallo Sarayva (fl. 220) portador desta o quall pagara todollas custas que se sobre a dita posse fezerem e tanto que a dita posse asy for tomada¹²³⁵ me espoeres por vossa carta çarrada e asellada asynada por anbos quanto se deve de pagar de foro pellas ditas cassas em trres pessoas comformando vos com elles quy gaudos (?) sam e ho lugar donde estam e como estam afforadas outras taees em a dita villaa escrepvido me muy deccaradamente todo ho que vos disse parece descaregamdo em este caso minha comciencia emcaregamdo as vossas. Fecta em a minha villa d'Avis ao primeiro dia d'Abrill. Dieguo Coelho a fez ano de quinhemtos he quatro.

E apresentado asy o dito allvara pollos ditos Allvoro d'Allmada e Dieguo da Fonseca ao dito juiz como dito he por elles lhe foy requerido que lhe pediam que elle mesmo os metesse de posse das ditas casas como no dito allvara se comtinha. E visto por o dicto juiz seu dizer e pedir elle juiz se foy loguo as ditas casas que sam em a freguessya de Santa Maria da Feyra junto com ho Poço Novo. E tem estas casas que se seguem: he huum pequeno¹²³⁶ de patyo a entrada tygollado e coberto de canas com sua madeira booa. E tem loguo hūua casa dianteira com hūa chymyne e com hūa escada de pedra e sua cantareira e copeyra e allem huum sotam e em cima hūa camara emcortizada de quatro auguas booa. E allem deste sotam vay hūa (fl. 220v) vay hūa (*sic*) casa pequena que chamam cozinha e que fora a caza do Patim tem huum quintaall pequeno bonito e concertado com seus poyaes e passeiros e hūa azyinha-

¹²³⁴ Segue-se riscado "oje".

¹²³⁵ Segue-se uma letra riscada.

¹²³⁶ Segue-se riscado "de".

gua estreita em elle e em o cabo delle hũa privada e em o quyntall hũa porta que vay a hũa estrebarya grande e allem outra pequena e allem hum palheiro. As quaes casas todas partem com casas d'Estevam Collaço e com casas do Fusero de Vara e com casas de Pero Bayam e com rua pubriqua. Das quaes cassas todas asy devisadas o dito juiz dise que avya por metidas de posse ao dito Allvoro d'Almada e Dieguo da Fomsequaa por vertude do dito allvara por pedra e terra e telha e pão e poymento de pees e fechamentos de portas e etc. Da quall cousa o dito Allvaro d'Almada e Dieguo da Fomsequa pediram ao dito juiz hum pubriquo estormento e o dito juiz lho mamdou dar com ho teor do dito allvara dando me e outorgando me pera ello sua autoridade ordenarya. Testemunhas que presentes estavam Joham Vaaz tabeliam em esta dita villa e Joham Godinho escudeiro e Luis Lourenço mordomo do dito Allvoro d'Almada moradores em esta mesma e outros. E eu Dieguo Allvarez pubriquo tabeliam em esta dita villa de Beja por el Rey nosso sennhor que este estormento escrepvy e em elle meu pubriquo synall fiz que tal he.

O quall estormento eu Pero Murzello tabeliam pubriquo na dita villa de Setuvall aquy trelladey por mynha mãao e ao pe de meu pubriquo ho asyney que tall he e concertey com o propyo orregynall e nom faça duvyda (fl. 221) na amtrelinha omde diz "ora" e riscado e honde diz "oje" porque eu tabeliam ho fiz por fazer verdade.

(*Sinal notarial*)

255

1507, Fevereiro, 27 – Benavente

Insero: 1507, Fevereiro, 23 – Tomar

Semtença que João Figueira prior de Tavilla ouve do bispo de Fez contra o¹²³⁷ vigairo do bispo do Allgarve.

In nomine Dominy amen. Saibam quantos este estormento de trellado de semtemça dado em pubrica forma per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacemento de Noso Senhor Jhesus Christo de myll quynhemtos e sete annos aos XXVII dias do mes de Fevereiro da dicta Era em a villa de Benavente na casa da fazenda do Mestre noso sennhor estamdo hy o lecemciado Francisco Barradas cavaleiro da Ordem de Samtiaguio chamceter da casa do dito senhor e desenbargador della e juiz das Ordeens de Samtiaguio e d'Avis loguo per Joham da Gama fidallguo da casa do dito senhor que ora tem carreguo de veador da dita fazemda em nome de Sua Senhoria lhe foy apresemntada hũa semtemça em purgaminho que parecia ser asynada per Dom Francisco bispo de Feez e asellada do seu selo pendemte que fora dada per elle como juiz apostollico amtre Joham Figueira prior de Tavilla e o bispo de Sylves e seus vigairos dizendo o dito Joham da Gama que por quanto a dita semtemcia era gançada sobre a liberdade e privylegios da Ordem de Samtiaguio e pessoas dela lhe pidia que intrepusesse e dese sua autoridade ordenaria pera se a dicta semtemça aver de trelladar no livro do tonbo da dita Ordem. E visto pello dito licenciado o dizer e pedir do dito Joham da Gama e asy a dita semtemça e como era asynada pello dito bispo e aseelada do seu selo pendente como dito he e lympha sem nenhũa borradeira nem amtrelinha (fl. 221v) nem em nenhũa parte carecida de nenhum vicyo mamdou a mym notairo apostollico que a trelladase neste livro a qual he a seguynte:

¹²³⁷ Segue-se riscado "bispo".

Dom Francisco per mercee de Deus e da Samta Igreja de Roma bispo de¹²³⁸ Feez e juiz apostolico na causa em que abaixo fara mençam saude em Jhesuus Christo que de todos he verdadeira redemçam fazermos saber aos que esta nossa e mays verdadeiramente apostollica semtemça virem que damte o reverendissimo em Christo Padre e Sennhor Dom Martinho *eadem gracia* arcebispo de Lixboa e sua rollaçam nos foy apre-sentada hũa apellaçam a nos cometyda pello Samtisyso Papa Julio segundo ora na unyversall igreja de Deus presidemte noso senhor per huum rescryto a nos e a outros nosos collegas dirigido que nos foy aprezentado per Joham Figueira pryor de Tavilla e nos o acceptamos seguundo todo esto mays compridamente se comtem em os autos de que esta emanou. A quall apellaçam viera ja damtes per apellaçam aa dita rolaçam do dito senhor arcebispo damte o vigairo do reverendo em Christo padre e senhor¹²³⁹ bispo de Algarve na quall se comtinha amtre outras cousas que por o dito prior ser freire da Ordem de Samtiaguio e lhe ser dado juramemto per Joham de Comtreiras vigairo perda-nyo da dita villa de Tavilla pollo dito senhor bispo do Algarve e elle prior o nam querer jurar sem licemça do Mestre o dicto vigairo procedeo comtra o dito pryor per censuras eclesiasticas e ho ouve por escomungado e por tall o decrarou ao povoo e fez seus autos pollos quaees o dito Joham Figueira pryor foy preso na prisam do dito senhor bispo¹²⁴⁰ em a cidade de Syllves e o vigairo do dito senhor bispo mamdou por libelo comtra o dito prior dizemdo a¹²⁴¹ elle ho officio da justiça do dito senhor bispo que que-ria provar peramte Symam Guomez bacharell e vigairo do dito senhor bispoo que aos XII dias do mes de Janeiro do anno de mil V^c IIII^o annos elle vigairo mamdara huum mamdado aa villa de Tavilla pera se averem de tirar certas testemunhas sobre pamca-das que deram a huum Rodrigo Annes creriguio morador em a dita vila de Tavilla. E que bem asy que Joham Comtreiras vigairo pedanyo da dita villa que mamdara ao dito prior que fose jurar sobre o dito casso das pancadas do dito creriguio e que o dito prior nam quisera dizemdo que era frade e que nam (fl. 222) avia de jurar pello quall o dito Joham de Comtreiras excomungara o dicto pryor e por tall o denumciara e que o emprazara que a tres dias fose parecer peramte o dicto vigairo a Silves e que tambem queria pro-var que aos XXVI dias de Fevereiro de V^c V annos que o dito Joham de Comtreiras mamdara ao dito pryor que fose peramte o dicto vigairo por quamto andava excomun-gado e que o dito prior se ingerira aos officios devynos em desprezo da excomunham e que era irregullar por asy celebrar excomungado. E que asy queria provar que aos XXVII dias do mes de Fevereiro de V^c V que o dito Joham de Comtreiras emprazara o dito prior que parecese aos tres dias seguintes na cidade de Sylves a dizer por que nam cumprira o mamdado do dito vigairo do dito senhor bispo e que o dito prior com impito lhe desera que cumprya ao dito vigairo pedanyo de guardar sua capa e que dava figas ao bispo e vigairo e que os creriguos eram mallsys e malhadeiros untados e que era perjuro por jurar quamdo ho confirmaram e nam guardara o juramemto que fecto tinha de obedecer ao dito senhor bispo e seus vigairos. E que emtemdia provar que em huum dia do dito mes e Era lhe levaram duas crianças a bautizar e que elle prior as nam qui-sera bautizar nem quisera dar licemça a creliguo que as bautizasem. E que asy querya provar que sendo elle pryor excomungado se imgerira aos devynos officios e os fazia asy

¹²³⁸ Segue-se palavra riscada.

¹²³⁹ Segue-se uma letra riscada.

¹²⁴⁰ Segue-se uma letra riscada.

¹²⁴¹ Palavra corrigida.

como damtes e que era irregullar e devia ser privado de seu beneficio. E que asy emtemdia provar que nas oytavas da Pascoa da dita era amdando pedimdo que elle pryor saltara com a molher de Joham Alvarez lavrador e que a ameaçara dizemdo lhe que ella era a que testemunhara comtra o dito pryor e que ella lhe disera que disera verdade que era mall feito nam bautizar as criamças e que era tambem mall tirar as candeas que as molheres punham por sua devaçam e que o dito prior lhe disera que nam como as derribara mas como as poera nos forynhos de quem posese as ditas camdeas e que asy querya provar que o dito prior disera ao vigairo pedanyo e asy ao scripvam em tiramdo os autos que eram huuns (fl. 222v) putos barregueiros publicos velhacos e que nam avya medo ao bispo nem a seu vigairo e que dava figas ao bispo e ao vigairo. E que emtemdia provar que em huun dos dias do mes de Março da Era de V^c V huun Joham Fernandez pedreiro apresentou ao dito prior huun alvara pera o asolver de hũa excomunham em que emcorrera e que elle prior lamçara o alvara no chãao imdo comtra o juramemto que fizera. E que emtemdia provar que o dito prior era muito negryjemte em admynstrar os sacramentos aos freegeses e que na Coresma paseava e nam queria comfesar e que por sua negryjemcia ficavam muitos por comfesar e comuungar e que nam era pera ter carreguo d'almas. E que asy querya provar que na Coresma de V^c VI que hũa Cateryna Estevez disera estamdo pera comuungar que queria bem a seu irmão e cunhado e que lhe nam falava e que o dito prior lhe nam quysera dar comunham e a fizera alevamtar e que se tornara com muitas lagrymas ao dito pryor que ella querya falar ao seu irmão e cunhada e que lhe dese comunham e que ele lha nam quisera dar. E que emtemdia provar que hũa Briatiz Luys requerera ao dito prior que lhe dese a comunham e que elle pryor lha nam quysera dar por quamto disera a seu pay que se falase a huun homem que se tymgiria (*sic*) devaso e que tambem nam quisera dar comunham a hũa Ines Daruja nem a Catarina Esteveez nem a Rodrigo Annes pescador quys levar a comunham por que se nam comfesara per sua licença e que lhe chamara villão e se fora escandalizado. E que emtemdia provar como aos XVIII^o dias de Mayo da dita Era o dito vigairo lhe mamdara ao prior que lhe mamdase a visitaçam pera o vigairo desta villa fazer invemtairo e que em o scripvam pidimdo a visitaçam que lha nam quisera dar e que lhe mamdara outra vez que lhe mamdase a visitaçam e que elle prior tornara a dizer que a tinha o Mestre que era o comtrairo do que disera e que o bispo nam avia de visitar a dita igreja se nam o Mestre e que era perjuro. E que bem asy queria provar (fl. 223) que o prior recebera cymquo myll reais de hũa taça que o pryor seu amtesesor leixara pera fazer huun callez e asy recebera tres myl reais que leixara hũa Isabell Afonso pera outro calez e mays dous mil reais pera o coro dela e que asy recebera outro muito dinheiro de cousas pera a fabrica da igreja e que o dito prior despendera os ditos dinheiros em seus propyos usos seguundo¹²⁴² todo esto e outras cousas mays compridamente se comtinha em o libello da justiça eclesiastica pidimdo a dita justiça comtra o dito prior que o dito vigairo ho julgase por excomungado e irregular e procedese comtra elle e o julgase por privado do officio e beneficio e o comdanase em dez annos de degredo pera as partes d'Aalem seguundo mays compridamente se comtinha na pitiçam da justiça dizemdo o dito prior que o dito vigairo era seu juiz tam soamente na espiritualidade e nam na temporalidade por quamto era profeso e que o remetese a seu superior que era o senhor Mestre de Samtiaguo e quamto aa espiritualidade

¹²⁴² Segue-se uma palavra riscada.

que respomderya pronuunciando se o dito vigairo por seu juiz em todo do que o dito pryor apellou e comfyou em sua apellaçam e veyo com comtraditas aas testemunha e o dito vigairo lhas nam recebeo e veyo com sua defesa dizendo o dito pryor soomemte na espiuallidade que queria provar que ao tempo que a elle prior trouxeram as crianças pera bautizar era dia de Ramos e que estando elle pera fazer ho officio de Ramos demtro na igreja sobre a pya que trouxeram as ditas criamças pera bautizar e que elle pollo dito impedimento as nam bautizara e que as bautizara aa tarde. E que asy emtemdia provar comtra ho nono artigo da justiça que quamdo ho alvara foy mostrado a elle prior que era Quymta Feira de Lava Pees e que em fazemdo ho officio lhe deram ho alvara comtheudo no dito artigo e por ser contestuyçam do senhor bispo que nos taees tempos nam recebam noyvos que ele prior mansamemte disera a quem lhe (fl. 223v) o alvara dera que nam era emtam tempo e que tornasse depois que fose tempo. E que asy emtemdia provar comtra o decimo artigo que falla que o dito prior era negryjemte em dar os sacramentos e que elle reeo tinha bem myl almas e que amdava esvaydo da cabeça e que aas vezes pera sua recreaçam tomava allguum piqueno tempo e que todo outro tempo comfesava e comuungava e era muyto delijemte. E que se querya provar comtra o XI^{os} e XII^{os} artigos da justiça que as vezes gastava todas as ostyas por ter muitos freegueses e por se excusar dezia que querya dar o dito sacramento a quall defesa lhe nam foy recebida pello vigairo. E se rezouo tamto de hũa parte e da outra que o feito foy fynallmemte comcruso. E visto pollo dito vigairo comdenou o dito pryor que fose privado do officio e beneficio e o ouve por excomuungado e irregular e por degradado por seys annos pera Cepta e que restetuyse aa igreija nove mil e trezentos reais que em sy tinha recebidos. Da quall semtemça o dito pryor apellou do dito vigairo pera o reverrendissimo senhor arcebispo e sua rollaçam omde o feito foy apresentado e foy comfirmada a semtemça do juiz a que soomemte foy corregida no degredo em que de seys annos foram convertidos em dous damdo o dito pryor sua defesa e nam lhe semdo recebida da quall semtemça o dito pryor apellou pera a Samta See Apostollica e pollo dito Samto Padre nos foy cometida a dita causa polla quall comisam nos mamdamos pasar nosa inbytoria citatoria e compulsory e mays verdadeiramente apostollica pera os ditos senhores e seus officiaees *a quo*. A quall comisam nos foy apresentada pollo dito pryor o quall nos entregamos a Joham Bugalho capellam d'el Rey noso senhor preso como afiador e carcerreiro e mamdamos (fl. 224) ao vigairo de Sylves que todollos autos de fogida e asy de quallquer outra cousa que comtra o dito pryor tivese nos mamdase çarado e aseelado. E foram citados os ditos officiaees dos ditos senhores arcebispo e bispo¹²⁴³ inebydos e que nos mamdasem todollos autos os quaees se deram por inebidos e o vigairo do Algarve e seu promotor disseram que nam queryam acusar o dito pryor seguundo se constou per publicos documentos que nos foram apresentados. E os officiaees do dito senhor arcebispo nos emviaram os autos os quaees nos foram apresentados e foram apregoadas as partes citadas per o bacharell Joham Vaaz notairo apostollico e nam pareceram per sy nem per outrem. E o dito apelamte nos requereo da parte da Samta See Apostollica que mamdasemos asemtar ho privilegio da Ordem e que lhe recebesemos sua defesa e nos mamdamos adyent (*sic*) aos autos o dito privilegio da Ordem e lhe demos juramemto dos Samtos Avamjelhos se ouvera vista das imquições e o qual jurou que nam nem nos nam ho achamos pellos autos que tall vista ouvese e

¹²⁴³ Segue-se riscada uma letra.

deu sua prova aa sua defesa per nos recebida e foy lançado demays prova e a vista dada aas partes as quaees disseram tamto de seu direito que o feito foy finalmente per nos comcruso no quall pronunciamos hũa semtemça que tall he.

Vistos estes autos per nos Dom Francisco bispo de Feez juiz apostollico dado pello Santissimo Padre noso senhor a esta causa e o que per elles se mostra, *convém a saber*, os artigos do vigairo pedanyo de Tavila per que constranija ao pryor apellante que jurase sem licemça de seu prellado e de como ho apelamte se excusou de tomar juramento sem licemça do Mestre e bem asy a prisam do dito prior e o libello pola justiça¹²⁴⁴ eclesyastica oferecido e a semtemça do vigairo do senhor bispo do Algarve e a comfirmaçam da dita semtemça em o desembargo do dito senhor arcebispo com a demenuçam da pena. E visto ho pryvilegio da Ordem que o apelamte per amte nos apresentou (fl. 224v) e lho nos recebemos e todallas clausulas no dito pryvilegio comtheudas as quaees nos com mui boa delijemcia vynos em que o Samto Padre noso senhor isemtou o senhor Mestre e todollos do avito de Samtiaguo a *bony jurisdytione epha(?) intemporalibus*. E vista a defesa que recebemos ao apelamte por jurar que nunca quysera aver vista das testemunhas segundo se mostra per noso desembarguo e aprova a ella dada com todo o all que se pello feito mostra e defenetyvo pronunciamos que o apelamte he agravado pellos juizes *a quo* em conhecerem das causas da tenporalidade e correjemdo e remetemos com estes autos quamto aa temporalidade a seu competemte juiz que he o senhor Mestre e mamdamos ao notairo que os carre (*sic*) pera os nos aseelarmos e mamdamos ao dito Mestre pera que ele julgue ho apelamte como seu verdadeiro juiz que he ao qual pedimos que faça justiça descarregamdo nos nosa comciencia e encarregando a do dito Mestre. E quamto aa espiritualidade por algũa negrijemcia acerca do administrar dos sacramentos sem embargo de sua prova avemdo respeyto ao tempo que esteve preso ho condenamos em huum anno de degredo pera fora da vila e termo e seja sollto e avemos seu fiador por desobrigado e pronunciamos a excomunham e irregularidade¹²⁴⁵ em que foy comdanado pollos juizes *a quo* ser nenhũa e nam ho legar e o comdanamos nas custas. E acabado o tempo do dito anno ele se vaa muito em boa ora pera seu beneficio e o sirva bem e a serviço de Deus e ele por etritanto podera administrar asy como damtes os dyvynos officios por quamto por esta e mays verdadeiramente (fl. 225) apostollica semtemça o abelitamos e avemos por abelitado abyll e pertemcemte e por emtamto ele ponha aa sua vomtade quem por ele sirva o dito priorado que o serviço de Deus nam seja demenuydo e comtemte quem por ele serva e toda a demasia que seu beneficio remder lhe seja entrege e mamdamos sob pena d'excomunham a todollos que esta nosa e mays verdadeiramente apostolica semtemça for mostrada que o cumpram segundo nella he comtheudo. Na quall emcorram *ij[ps]o facto* nam o cumprindo *quod sic pronunciamus in iuris apostolicis respecturis*. E pidimos ao senhor bispo do Algarve que acabado seu tempo de degredo o receba benynamente. A qual semtemça nos publicamos aos XXIII dias do mes de Fevereiro da Era do Senhor de mil V^o e sete annos. E antes da pobricaçam mamdamos apregoar as partes pelo notairo e nam pareceram somemte pareceo o apelamte e¹²⁴⁶ semtemça e a pedio e nos lhe mamdamos dar esta do proceso tirada. Dada em a vila de Tomar aos ditos XXIII dias da dita Era. O bacharel Joham Vaz notairo apostollico a fez dito Anno Dominy 1507 sob noso sygnal e selo pendente.

¹²⁴⁴ Segue-se palavra riscada: "celebrado".

¹²⁴⁵ Segue-se letra riscada.

¹²⁴⁶ Segue-se palavra riscada.

(fl. 225v)

256

1507, Junho, 26 – Santiago do Cacém
 Inserere: 1506, Novembro, 21 – Coruche

[...] que se nom faça camaras segundo regimentos novos senom segundo se parecer bem ao Mestre e isto em todas suas terras¹²⁴⁷.

In nomyne domyny Amem. Saibam quantos este estromemto dado per mamdado e autoridade de justiça virem como no anno do nacimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c e sete annos aos XXVI dias do mes de Junho em a villa de Samtiaguo de Cacem na casa da fazemda do Mestre do Mestre (*sic*) de Samtiaguo e d'Avis duque de Coynbra etc. noso senhor estando hy o lecemciado Francisco Barradas cavaleyro da Ordem de Samtiaguo comemdadador de Mougellas chamceler da casa do dicto senhor e desembargador dela loguo per Joham da Gama fidalgo da casa do dito senhor que tem carreguo de veador da dicta fazemda que presente estava foy apresentado ao dito lecemciado huum alvara asynado per el Rey noso senhor de que o theor tall he:

Nos el Rey fazemos saber a todollos nosos corregidores, juizes e justiçaes e officiaees e pessoas a que este noso alvara for mostrado que nos temos mamdado pellos regymemtos novos que mamdamos lamçar pello reyno que se façam as camaras das vereações dos lugares certos dias na somana e mays e menos em cada lugar seguundo que pellos dictos regimentos vay provido sob as penas nelles declaradas. Porem por este nos praz sem embargo dos dictos regimemtos que nos lugares das terras dos Meestrados de Samtiaguo e d'Avis e asy nas outras terras do Mestre meu¹²⁴⁸ muyto amado e preçado sobrynho se façam as dictas camaras de vereações naquelles dias que elle ordenar e virom que abastara a cada huum lugar pera as cousas serem bem provydas por que confiamos¹²⁴⁹ que elle o fara asy como seja bem e proveytoso. Porem vos mamdamos que naquela maneira em que elle ordenar quanto aos dias com que asy se faram as dictas vereações ho cumpraees e guardees e nam vaades comtra yso sem embargo dos dictos nosos regimemtos por que asy nos praz. Feyto em Curuche¹²⁵⁰ a XXI dias de Novembro. Amtonio Carneyro o fez de mil¹²⁵¹ V^c VI. E isto sera asy emquanto nos (fl. 226) ho ouvermos por bem.

E apresentado pello dito Joham da Gama o dicto alvara como dito he loguo per elle foy dicto que por quanto o dicto alvara¹²⁵² vido (*sic*) em favor e liberdade da Hordem de Samtiago e asy do Meestrado d'Avys e de todallas outras terras do dicto senhor Mestre lhe pidia que imtrepusese e dese sua autoridade a mym notairo pubrico jeeral pera o treladar neste tonbo da dicta Ordem de Samtiaguo e o afirmar com meu signal pubrico. E visto pello dito licenciado o dizer

¹²⁴⁷ Segue-se de outra mão: "A fl. 123 esta outro alvara de el rei D. Denis sobre posturas feito sem autoridade do Mestre e Ordem".

¹²⁴⁸ Segue-se riscada a palavra "sobrynho".

¹²⁴⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "confiamos".

¹²⁵⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "Curuche".

¹²⁵¹ No documento está "j" com um traço horizontal por cima.

¹²⁵² Seguem-se riscadas umas letras.

e pedir do dicto Joham da Gama e asy o dicto alvara como era asynado per o dicto senhor Rey e estava lympo sem nenhũa borradura nem amtrelinha nem em algũa parte carecido mamdou a mym sobredicto notairo que o treladase neste lyvro por quanto pera elo dava sua autoridade e poder e asynase de meu puprico. Testemunhas Gastam Diaz moço da dita fazenda e Pero Coelho criado do dicto Joham da Gama. E eu Dioguo¹²⁵³ Coelho escudeiro da casa do dito senhor Mestre e scripvam dos seus comtos em ela e notairo puprico jeerall em os Mestrados de Samtiaguo e d'Avis por Sua Senhoria que o dicto alvara aquy trelladey e meu puprico synall fiz que tall he.

(Sinal notarial)

257

1507, Junho, 26 – Santiago de Cacém
 Insere: 1507, Março, 26 – Tomar

Allvara d'el rei Dom Manuell em que manda ao allmirante Dom Vasco da Gama que nom emtre em Synes sob pena de quinhentos cruzados e mais sob a dita pena nom faça mais nas suas casas.

In nomyne¹²⁵⁴ Domini amen. Saibam quantos este estromento dado em pubrica forma per mamdado e autorydade de justiça virem que no anno do nacimemto (fl. 226v) de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c e sete annos aos XXVI dias do mes de Junho em a villa de Samtiaguo de Cacem na casa da fazemda do Mestre de Samtiaguo e d'Avis duque de Coynbra etc. noso senhor estamdo hy o licenciado Framcisco Barradas cavaleiro da Ordem de Samtiaguo comemdador de Mougelas, chamceler da casa do dicto senhor e desembargador dela loguo per Joham da Gama fidalguo da casa do dicto senhor que tem carreguo de veador da dicta fazemda foy apresentado ao dicto lecemciado huum alvara asynado per el Rey noso senhor de que o theor tall he:

Nos el Rey fazemos saber a vos Dom Vasco da Gama almyramte das Imdias e do noso conselho que nos avemos por bem e noso serviço por allguuns respeytos que nos a ello movem que da feytura deste alvara a trymta dias primeiros seguyntes tirees vosa molher e toda vosa casa da villa de Synes omde ora a temdes e vos nem a dicta vosa molher e casa nam poderees mays tornar nem entrar na dicta villa nem em seu termo salvo por licemça do Mestre meu muyto amado e preçado sobriño. E emtramdo cada huum de vos sem sua licemça com vosa casa ou em sem ella avemos por bem que pagees quinhentos cruzados de pena pera os cativos e aalem diso ficara a nos vos darmos por iso o castiguo que merecem aquelles que nam cuumprem os mamdados de seu Rey e senhor. Porem vo lo notificamos asy por este presentemte alvara o quall vos mamdamos que em todo cuumpraees e guardes como nelle he comtheudo sob as dictas penas por que asy ho avemos por bem e da pobricaçam dele mamdamos que se faça auto por que vo lo noteficar pera sempre se saber como asy vos foy notificado. Feyto em Tomar a XXI dias de Março. Amtonio Carneiro o fez de mil V^c e sete. E asy mesmo vos mamdamos que na obra das casas que na dicta villa de Synes mamdavees fazer nam façaees

¹²⁵³ Segue-se riscada uma palavra.

¹²⁵⁴ Na última palavra foi escrito por cima do “y” a letra “e”.

mays obra algũa e sobre sejaees nyso sem mays obrardes nem mamdardes obrar em maneira allgũa por que asy ho avemos (fl. 227) por bem sob a dicta pena em que emcorrerees se asy o nam cumprirdes.

E apresentado o dicto alvara pelo dito Joham da Gama como dito he loguo per elle foy dito ao dito lecemciado que por quanto o dito alvara era avido em favor e liberdade da Ordem de Santiago que lhe pedia que imtrepuse e dese sua autoridade ordinaria a mim notairo publico jeeral pera o treladar em este tonbo da dita Orden. E visto pello dicto licenciado o dizer do dicto Joham da Gama e bem asy o dito alvara e como era asynado per Sua Alteza lympto sem nenhũa borradura, nem amtrelinha, nem em algũa parte carecido mandou a mym sobredicto notairo que o treladase aqui e que pera elo dava e imtrepunha todo seu poder e autoridade ordinaria e o afirmase de meu publico synal. Testemunhas que presente estavam Gastam Diaz moço da dicta fazemda e Pero Coelho criado do dicto Joham da Gama. E eu Dioguo Coelho escudeiro da casa do dicto senhor Mestre e scripvam dos seus comtos em ela e notairo publico jeerall em os Mestrados de Santiago e d'Avis por Sua Senhoria que o dito alvara aqui treladey e meu puprico synal fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 227v)

258

1508, Março, 22 – Setúbal

Inserere: 1505, Abril, 1 – Roma; 1507, Outubro, 5 – Roma; 1507, Julho, 1 – Roma; 1505, Dezembro, 12 – Roma; 1504, Maio, 17 – Roma

¹²⁵⁵In nomine Domini amem. Saybam quantos este presente e puprico estormento dado per mandado e autorydade de justiça virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e oyto annos aos XXII dias do mes de Março em ha vylla de Setuval na cassa da fazemda do muyto excelente senhor ho senhor Dom Jorge filho d'el rey Dom Joham que Deus aya (*sic*) Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra senhor de Montemoor e Torres Novas, etc. estando hy ho licenciado Francisco Barradas comendador de Mouguellas chamceler e desembargador da cassa do dicto senhor e juiz das ditas ordeens logo hii em presença de mym notairo infra nomeado e das testemunhas que ao diante saam escritas pareceo Joham da Gama fidalgo da cassa do dito senhor que tem cargo de veador de sua fazenda e apresentou ao dito licenciado em nome do dito senhor certas bullas e letras apostolicas que a Sua Senhorya foram concedidas pollo Papa Julio 2º nosso senhor ora na igreya de Deus presydenyente e em homrra e favor e liberdades das ditas ordeens aseladas com seus seelos de chumbo das suas verdadeira bullas em pendentas por fios de seda vermelhos e de canamos segundo custume romão nom viciadas, nem canceladas, nem raspadas, mas carecentes de todo meio e sospeiçam segundo em ellas notaryante se mostrou e requereo ao dito licenciado que como juiz que he das ditas ordeens interposesse sua autorydade ordinaria e mandasse a mym notayro que desse dellas ho trelado em puprica forma e ho apresentasse em ho livro grande do tombo onde estaam todas as outras bullas e privilegios que a dita Orden de Santiago tem. E visto por o dito licenciado o pedir do dito Joham da Gama e como era em favor e liberdade

¹²⁵⁵ Na margem esquerda: “[...]romento de apresentaçam de [ce]rtas bullas bullas (*sic*) apostolicas [...] adiante vam treladadas”.

da dita Ordem e vysto yso mesmo como as ditas bullas eram verdadeiras, claras e sem sospeçam interpos em ello sua autorydade ordinarya e mandou a mym dito notayro que desse dellas o dito trelado em publica forma e ho asentasse em o dito livro pera guardar e conservaçam do direito da dita Ordem. E em comprymto do mando do dito licenciado juiz eu dito notayro treladey as ditas bullas e as assemtey em ho dito livro grande e passey delle este presente publico estormento. As quoaes sam as seguintes. Testemunhas que presentes foram Pere (*sic*) Alvez contador da cassa do dito senhor e Diogo Coelho escudeiro e escryvam dos contos e Joham Godinho contador e Gastiam (*sic*) Diaz porteiro da dita fazenda e outros. E eu Dioguo Barradas clerigo d'ordens menores do bispado d'Evora per autorydade apostolica notairo que a todo presente fuy, vy e ouvy e este presente estormento fiz e escrevy e de meu puprico e acustumado synal asyney que tal he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 228) Julius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus universis archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis cantoribus thesaurariis ac quibusvis aliis personis dignitate ecclesiastica peditis ac metropolitanensi et aliarum cathedralium canonicis ac eorundem archiepiscoporum et episcoporum officialibus et vicariis in spiritualibus generalibus ubilibet constetutis salutem et apostolicam benedictionem. Militanti ecclesie licet inmeriti disponente domino presidentes circa curam ecclesiarum et militiarum omni solercia reddimur in defessa solliciti ut juxta debitum pastoralis officii eorum occurramus dispendiis et profectibus divina cooperante clemencia salubriter intendamus. Sane dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbrisensis administratoris perpetui per Sedem Apostolicam deputati Magistratus Milicie Sancti Jacobi de Spata ac universorum priorum preceptorum comendatorum et singulorum militum et fratrum eiusdem militie conquestione percepimus quod nonnulli archiepiscopi episcopi et aliarum ecclesiarum prelati et clerici ac ecclesiastice persone tam relegiose quam seculares necnon duces marchiones comites barones nobiles milites et laici comunia civitatum universitatum opidorum castrorum villarum et aliorum locorum et alie singulares persone civitatum et diocesum ac aliarum partium diversarum occuparunt et occupati fecerunt castra villas et alia loca nemora molendina prata terras domos possessiones jura et jurisdictiones necnon fructus redditus census et proventus magistratus prioratum comendatariarum preceptoriarum aliorumque beneficiorum eiusdem militie et nonnulla alia bona mobilia et immobilia spiritualia et temporalia ad magistratus pro tempore et priores preceptores comendatores milites fratres familiares et servitores ac vasallos militie predictae necnon magistratus prioratus preceptorias comendatarias et beneficia huiusmodi comuniter vel divisim spectantia etiam in gravamen magistratus prioratum preceptoriarum comendatariarum et aliorum beneficiorum lesionem nonnullis nobilibus et clericis ac laicis concessa et alienata fuisse et ea detinent indebite occupata seu ea detinentibus prestant auxilium consilium vel favorem. Nonnulli etiam civitatum diocesum et partium predictarum qui nomen domini in vacuum recipere non formidant eisdem Georgio administratori prioratibus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus et servitoribus ac vassalis super predictis castris villis aliis terris nemoribus molendinis pratis domibus possessionibus iuribus jurisdictionibus fructibus censibus redditibus et proventibus eorundem et quibusvis aliis bonis mobilibus et immobilibus spiritualibus et temporalibus ac liberiatibus et privilegiis dicte militie rebusque et personis eiusdem tam a romanis pontificibus predecessoribus nostris quam aliis principibus secularibus (fl. 228v) concessis necnon aliis rebus ad eosdem administratorem magistratum priores preceptores comendatores milites fratres familiares et servitores ac vasallos magistratum preceptorias comendatarias et beneficia huiusmodi comuniter vel divisim

spectantibus ac in eorum personas multiplices molestias injurias inferunt ac jacturas. Quare ipse Georgius dux administrator priores preceptores comendatores milites et fratres nobis humiliter supplicarunt ut cum eisdem valode redditur difficile pro singulis querelis ad Apostolicam Sedem habere recursum providere ipsis super hoc paterna diligencia curaremus. Nos igitur adversus occupatores detentores presumptores molestatores et injuriatores huiusmodi illi volentes eisdem administratori et pro tempore magistro prioribus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus servitoribus ac vasallis remedio subvenire per quod ipsorum compescatur temeritas et aliis additus comittendi similia precludatur ac ipsos Georgium ducem et administratorem priores preceptores comendatores milites et fratres a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis et censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios etiam si sint extra loca in quibus deputati estis¹²⁵⁶ conservatores et iudices ea que de bonis magistratus prioratum comendatariorum et aliorum beneficiorum huiusmodi per concessionem predictas alienata inveneritis illicite vel distracta ad jus et per pietatem magistratus prioratum comendatariorum et aliarum beneficiorum predictorum prout de jure fuerit faciendum legitime revocare curetis prefatis Georgio duci et administratori et pro tempore magistro prioribus preceptoribus comendatoribus militibus et fratribus familiaribus servitoribus ac vasallis efficacis defensionis presidio assistentes non permittatis eos super hiis et predictis privilegiis necnon quibuslibet aliis bonis et juribus ad ipsos administratorem magistrum priores preceptores comendatores milites fratres familiares servitores ac vasallos magistratum militiam prioratus preceptorias et beneficia huiusmodi ut permittitur communiter vel divisim spectantia ab eisdem vel quibusvis aliis indebite molestari vel eis gravamina seu dapna vel injurias irrogari facturi dictis administratori et magistro pro tempore prioribus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus servitoribus et vasallis cum ad eis vel eorum procuratoribus fueritis requisiti de predictis et aliis personis quibuslibet super restitutione huiusmodi castrorum villarum terrarum domorum et aliorum locorum nemorum molendinorum pratorum jurisdictionum jurium et bonorum mobilium et immobilium reddituum quoque et proventuum ac aliorum quorumcunque bonorum ac predictorum privilegiorum nunc et pro tempore concessorum conservatione necnon de quibuslibet molestiis injuriis atque dampnis presentibus et futuris in illis, videlicet, que iudicalem requerunt indaginem (fl. 229) summarie simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii in aliis vero prout qualitas eorum exegerit justitie complimentum occupatores seu detentores presumptores molestatores et injuriatores huiusmodi necnon contradictores quoslibet et rebelles cuiuscunque dignitatis status gradus ordinis vel condicionis extiterint quocunque vel quociens cunque expedierit autoritate nostra per censuram ecclesiasticam appellacione postposita compescendo invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Ceterum si per sumariam informationem super hiis per vos habendam etiam nobis constiterit quod huiusmodi occupatorum detentorum presumptorum malefactorum et injuriatorum et contradictorum et rebellium presentia pro tempore morari contigerit pro monitionibus et requisitionibus et citationibus per vos vel aliquos vestrum de ipsis faciendis tute scure vel comode haberi nequeverit nos vobis monitiones et requisitiones huiusmodi ac citationes quaslibet etiam ad effectum declarandi illos incedisse censuras huiusmodi

¹²⁵⁶ Na margem esquerda, de outra mão: "Podem conhecer em qualquer lugar em que estiverem".

per edicta publica locis affigendis publicis in partibus illie vicinis de quibus sit verisimilis conjectura quod ad notitiam citatorum et monitorum huiusmodi pervenire valeant faciendi ac legitimis servatis processibus censuras huiusmodi iteratis vicibus aggravandi plenam et liberam tenore presentium concedimus facultatem volentes et deccinentes ad monitiones et requisitiones ac citationes huiusmodi perinde ipsos citatos requeitos et monitos ut permittitur artent ac si eis facte et insinuate presentibus personaliter et presentialiter legitime fuissent. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papa VIII predecessoris nostri quibus cavetur nequis extra suam civitatem et diocesis nisi in certis et in illis casibus exceptis et in illis ultra unam dictam a fine sue diocesem ad indicium evocetur seu ne iudices aut conservatores a sede deputati predicta extra civitatem et diocesem in quibus deputati fuerunt contra quoscumque procedere sine aliis vel alii vices suas committere aut aliquos ultra unam dietam a fine diocesis eorumdem trahere presumant dummodo ultra tres dietas¹²⁵⁷ aliquis autoritate presentium non trahatur seu quod de aliis quem de manifestis injuriis et violentiis et aliis que judicialem requerunt indaginem penis in eos si secus egerint etiam id procurantes adiectis conservatores se nullatenus intromittant quem aliis quibuscumque constitutionibus a predecessoribus nostris roman pontificibus tam de iudicibus et legatis et conservatoribus quem personis ultra certum numerum ad iudicium non vocandis aut aliis editis que vestre possent in hac parte jurisdictioni ac potestati eiusque libero exercitio quomodolibet obviare. Quodque vos filii vicarii officiales ac canonici de personis que deputari conservatores debent non sitis seu si aliquibus comuniter vel divisim a predicta sit sede indultum quod excommunicari suspendi vel interdicti seu extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eorum personis locis ordinibus et nominibus propriis mentionem et qualibet alia dicte sedis induvoencia generali vel speciali cuiuscumque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam videlicet jurisdictionis explicatio in hac parte valeat quomodolibet (fl. 229v) impediri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit de verbo ad verbum in nostris litteris mentio specialis. Ceterum volumus et apostolicam autoritate decernimus quod quelibet vestrum prosequi valeat articulum etiam per alium inchoatum quemvis idem inchoans nullo fuerit impedimento canonico prepeditus¹²⁵⁸. Quodque ad actum presentium sit nobis et unicunque vestrum in premissis omnibus ac eorum singulis ceptis et non ceptis presentibus et futuris perpetuata potestas et iurisditio atributa ut eo vigore eaque firmitate possitis in premissis omnibus ceptis et non ceptis presentibus et futuris et pro predictis precedere ac si predicta omnia et singula coram vobis cepta fuissent et iurisditio vestra et cuiuslibet vestrum in predictis omnibus et singulis per citationem vel modum alium perpetuata legitime extitisset constitutione predicta super conservatoribus et alia qualibet in contrarium edita non obstans verum quam difficile predictis foret presentes literas ad singula quibus de illis fides facienda fuerit loca deferre volumus et eadem autoritate appostolica decernimus quod ipsarum transumptis manu publici notarii scriptis et sigilo alienius prelati¹²⁵⁹ vel persone in dignitate ecclesiastica constitute aut curie ecclesiastice munito in indicto et alibi ubi opus fuerit eadem prorsus fides adhibeatur et firmiter stetur in omnibus et per omnia que adhiberetur eisdem presentibus literis si fuerint exhibe vel ostense presentibus preteritis et futuris temporibus duraturis. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quinto kalendas Aprilis. Pontificatus nostri anno secundo.

¹²⁵⁷ Na margem esquerda, por outra mão: *"Atee tres dietas podem conhecer"*.

¹²⁵⁸ Na margem esquerda, por outra mão: *"Posa tirar o fecto de hum conser[...]or e pasar a outro"*.

¹²⁵⁹ Na margem esquerda, por outra mão: *"[T]relado em puprico com selo de prelado [...]ha"*.

Bula em que o Papa concede aa Ordem de Santiago de Portugal todas as graças concedidas e por conceder a Ordem de Santiago de Castella.

Raphael miseratione divina episcopus Sabinensis sacrosancte Romane ecclesie cardinalis Sancti Georgii Sanctissimi Domni nostri Papa camerarius universis et singulis presentes transumpti literas inspecturis lecturis et auditores salutem in Domino senpitemnam presentibusque fidem indubiam adhibere noveritis nos infra scriptas literas sanctissimi in Christo Patris et Domni Nostri domni Julii divina providencia Papa secundi eius vera bula plumbea cum filiis cerceis rubeis croceique colorum more romane curie impediens nobis pro parte illustris principis et domni domni Georgii bone memorie domni Johanis 2^o Portugalie regis nati Magistrique Militie de Avis Cisterciensis Ordinis ac diocesis Colimbrisensis necnon nobilium virorum domnorum priorum militum et fratrum eiusdem militie per venerabilem virum domnum Bertholameum Valasci dicti illustris domni Georgii capellani presentatas recepisse huiusmodi sub tenore:

Julius episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Decet romanum pontificem eaque per predecessores suos in favorem (fl. 230) et miliciarum et illarum personarum presertim sub regulari habitu in terris pro exaltatione fidei contra eius nominis inimicos viriliter pugnatum concessa sunt: approbare et confirmare suarumque literarum presidio comunire ut eo firmius maneant quo maiore fuerint numimine roborata ac etiam aliqua de novo concedere prout cognoscit in domino salubriter expedire. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbrisensis Sancti Jacobi de Spata Sancti Augustini et de Avis Cisterciensis Ordinum regis Portugalie miliciarum perpetui administratoris per Sedem Apostolicam deputati ac priorum militum et fratrum dictarum miliciarum nobis nuper exhibita petito continebat. Quod alias felice recordationis Nicolao Papa quinto predecessori nostro pro parte quondam Fernandi principis dicti regni ac Militie Sancti Jacobi de Spata perpetui gubernatoris exposito quodcum multa et diversa privilegia exenptiones et prerogative aliaque concessiones et indulta huiusmodi, ad magistrum conventum et milites dicte Militie de Spata in regno Castelle constitutis adversis romanis pontificibus concessa fuissent, apud nonnullos in dubium revocabatur an privilegia prerogative concessiones et indulta huiusmodi ad magistrum conventum et milites fratres ecclesias et personas dicte militie in regno Portugalie conntitutas censerentur extendi. Idem Nicholaus predecessor ambiguitatis huiusmodi scrupulum amovere volens, ipsius Fernandi gubernatoris supplicationibus inclinatus eidem Fernando gubernatori suis successoribus magistris et gubernatoribus seu administratoribus conventui magistratui militibus et fratribus in dicto regno Portugalie constitutis tunc presentibus et futuris quod ipsi et eorum synguli necnon persone ex loca et ecclesie dicte militie in dicto regno Portugalie constituta, omnibus et singulis privilegiis prerogativis concessionibus et indultis, magistris conventui militibus et fratribus dicte militie in dicto regno Castelle conntitutis quomodolibet concessis et quibus illi gaudebant et utebantur, etiam uti et gaudere perpetuis et futuris, temporibus possent et valerent indulsit. Ac etiam omnia et singula privilegia exempciones prerogativas concessiones et indulta quecunque quotiescumque et qualiacunque forent a predecessoribus nostris tunc suis romanis pontificibus etiam de papatu contententibus eidem militie concessa, quorum tenores pro expresso haberi volens confirmavit et approbavit prout in ipsius Nicolai predecessoris nostris dicitur plenius contineri. Quare pro parte Georgii ducis et administra-

toris priorum militum et fratrum predictorum, aserentium eundem Georgium clare memorie Johannis 2ⁱ Portugalie et Algarbiorum regis natum esse sequem fratrum statuta et ordinationes miliciarum regni Castelle huiusmodi Sancti Jacobi de Spata et de Calatrava et de Alcantara respective vivere ac eorum ordinum existere, nobis fuit humiliter supplicatum, ut licetis predictis robur apostolice approbationis adiicere, ac eis ut tam ipsi quam pro tempore de Spata et de Avis magistratum regni Portugalie magistri priores ac miliciarum huiusmodi milites et fratres perpetuis futuris temporibus, omnibus et singulis gratiis libertantibus indultis conservatoriis privilegiis indulgentiis exemptionibus (fl. 230v) honoribus bullis et litteris apostolicis magistris prioribus militibus e fratribus Sancti Jacobi et de Calatrava e de Alcantara regni Castelle et Legionis miliciarum quovis modo a nobis et a sede predicta concessis et in posterum concedendis uti et gaudere, ac loco iudicum in litteris eis concessis deputatorum, alios iudices in dicto regno Portugalie in ecclesiastica dignitate constitutos sibi eligere possint licenciam concedere ac alias in premissis opportune providere de begnitate apostolica dignemur. Nos igitur Georgium administratorem priores milites et fratres prefatos ac eorum singulos a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliis ecclesiasticis sentenciis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes, huiusmodi supplicacionibus inclinati, litteras ac privilegia conservatorias exemptiones prerogativas aliasque concessiones et indulta huiusmodi apostolica autoritate tenore presentium approbamus. Necnon magistro prioribus fratribus et militibus Sancti Jacobi de Spata et de Avis miliciarum regni Portugalie huiusmodi presentibus et pro tempore existentibus perpetuis et futuris temporibus ut omnibus et singulis gratiis libertatibus indultis conservatoriis privilegiis indulgentiis exemptionibus honoribus et litteris apostolicis quibus magistri priores milites et fratres Sancti Jacobi de Spata et de Calatrava ac de Alcantara miliciarum regni Castelle et Legionis huiusmodi utuntur potiuntur et gaudent, ac uti poteri et gaudere poterunt quomodolibet in futurum uti poteri et gaudere valeant ac si eis in genere concessa fuissent ac loco iudicum in litteris miliciarum regni Castelle huiusmodi concessis deputatorum alios iudices in dignitate tamen similiter ecclesiastica constitutos in dicto regno Portugalie qui eandem protestatem habeant quam iudices in eisdem litteris deputati habent seu habere poterunt quomodolibet in futurum deputare libere et licite valeant eisdem autoritatem et tenore de specialis derogatie¹²⁶⁰ indulgemus volumus autem et dicta autoritate decernimus quod preveligiorum graviorum singularum concessarum predictorum ac presentium litterarum transumptis manu alicuius notarii subscriptis et sigilo alicuius prelati munitis plena et integra fides servetur et adhibeatur tam in iudicio quam extra illud queliteris ipsis originalibus adhiberetur si originaliter ostense vel exhibite fuerint. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus stabelimentis usibus et naturis miliciarum et ordinum predictorum juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo hominum omnino liceat hanc paginam nostre absolutionis approbationis indulti voluntatis et decreti infringere vel ei ausu temerario con-

¹²⁶⁰ Palavra corrigida.

trarie, siquis aut hoc attentare et presumpserit indignationis omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Date Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quingentesimo septimo kalendas Julii. (fl. 231) Pontificatus nostri anno quarto.

Quibus quidem litteris nobis ut premittitur presentatis ac per nos receptis ac diligenter inspectis visis et lectis, nos Raphael cardinalis et camerarius prefatus pro parte predictorum dominorum illustris Georgii magistri et ducis ac priorum et militum et fratrum per dictum dominum Bartholomeum requesiti huiusmodi requisitione anuensis predictas literas apostolicas transumi et exemplari ac in hanc publicam formam redigi per notarium publicum infra scriptum ac suscribi et publicari nostrique maioris sigillo apensione muniri mandavimus et fecimus decernentes prout idem domnus noster Papa in dictis litteris apostolicis decrevit transumptis ac huiusmodi litteris plena et integra fides adhiberi debere tam in iudicio quam extra illud que dictis litteris apostolicis originalibus adhiberetur si originaliter ostense et exhibite forent nostram desuper interponendo auctoritatem et decretum prout per presentes interponimus. Date Rome in palacio apud Sanctum Laurencium in Damaso in Campoflore anno a nativitate Domni milissimo quingentesimo septimo indicione decima die vero quinta mensis Octobris. Pontificatus prefati domni nostri Jullii Pape secundi anno quarto. Presentibus ibidem Rodericis prioribus domnis Basilio Mascardo episcopo Tudertino et Francisco Spinosa prothonotario et secretario apostolico testibus ad premissa vocatis habitis et rogatis.

Et ego Johannes de burgo de Castineto clericus Tulensis diocesis in decretis bachalarius publicus appostolica et imperiali auctoritatibus notarius quia predictorum literarum apostolicarum presentationi et receptioni ac presentis transumpti decreto ceterisque premissis omnibus dum sic ut premittitur fierent et agerentur una cum prenominatis testibus presens interfui eaque omnia et singulla sic feci fieri quam vidi et audivi ideoque hoc presens transumptum exinde confeci subscripsi publicavi ac in hanc publicam formam redeg. Signoque et nomine meis solitis et consuetis una cum reverendissimi domni Raphaelis cardinalis prefati sigilli apensionem signavi in fidem et testimonium omnium et singulorum premissorum rogatus et requesitus.

De apellatione remota.

¹²⁶¹Julius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio nobili viro Georgio duci Colimbriesensi administratori miliciarum Sancti Jacobi et de Avis per Sedem Apostolicam specialiter deputato, salutem et apostolicam benedictionem. Sincere devotionis affectus quam ad nos et romanam geris ecclesiam promeretur ut illa tibi concedamus per que jurisdictionem in subditos tuos per te vel officiales tuos sublatis quibusvis obstaculis exercere valeas. Sane pro parte tua predilectum filium nobilem virum Georgium de Sousa militem milicie Sancti Jacobi de Spata nuntium tuum ad nos et Sedem Appostolicam pro certis negotiis tuis destinatum nobis nuper exhibita petitio continebat quod tu pro debito relegionum sumopere cupis ea que per milites et fratres et alios dictarum miliciarum presertim juxta illius stabilimenta adimpleri debeant per eos absque contradictione ad impleri. Nos te a quibusvis excommunicationis suspensionis et (fl. 231v) interdicti aliisque ecclesiasticis senten-

¹²⁶¹ Na margem direita, por outra mão: "Esta bula esta no Livro das Espadas a fl. 72 e no dos Privilegios a fl. 32v".

tiis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existis ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serye absolventes et absolutos fore censentes tuis in hac parte supplicationibus inclinati tibi ut omnem jurisdictionem quam in tuos subditos et professos dictarum miliciarum exercere de jure vel de consuetudine consuevisti illam parte et officiales tuos in eosdem professos et subditos tuos appellatione remota exercere valeas constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus necnon stabelimentis usibus et naturis dictarum miliciarum juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis nequaquam obstantibus autoritate apostolica tenore presentium de specialis dono gratie indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis et indulti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quinto pridie idus Decembris. Pontificatus nostri anno tertio.

Comfesional¹²⁶².

¹²⁶³ Julius episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam suprema dispositione cunctis inscrutabili providentia ordinem suscipiunt universa ad apostolice dignitatis apicem sublimati ex debito pastoralis officii nobis comissi ad ea nostre considerationis ariem libenter convertimus per que personarum quorumlibet presertim nobis et Apostolice Sedi devotarum et pro religionis christiane et fidei defensione adversus infideles continue non sine suarum personarum periculis militantium statui et quieti et animarum saluti valeat salubriter providere. Sane pro parte dilecti filii nobilis viri Georgii ducis Colimbriesensis administratoris Militie Sancti Jacobi de Spata regni Portugalie per sedem predictam specialiter deputati nobis nuper exhibita petitio continebat quod licet secundum stabilimenta et instituta dicte militie capitulo generali certo determinato loco fieri debeat. Quare tamen quomodoque expediret capitulum huiusmodi alibi quoniam in dicto loco celebrari idem Georgius dux cupit per sedem predictam sibi et successoribus suis concedi quod capitulum predictum quocunque loco honesto tamen et convenienti celebrare possint. Quare pro parte sua per dilectum filium nobilem virum Georgium de Sousa militem dicte militie nuncium suum ad nos et sedem predictam pro certis negotiis suis destinatum capitulum huiusmodi quocunque loco honesto congregandi et milites et fratres in eo interessentes a quibusvis casibus absolventi licenciam concedere ac milites et fratres huiusmodi a quibusvis transgressionibus ob non observationem jejuniarum ac aliorum ad que juxta regularia (fl. 232) dicte milites instituta tenentur absolvere ac alias in premissis opportune providere de begnitate apostolica dignaremur. Nos igitur Georgium ducem a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutum fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati. Georgio duci et successoribus suis magistris et administratoribus dicte militie pro tempore existentibus ut ipse capitulum generale huiusmodi quocunque loco celebrare et tempore quo capitulum huiusmodi celebrari

¹²⁶² Palavra riscada.

¹²⁶³ Na margem esquerda: "[...] *Magister valeat quocumque [...]pore* [segue-se uma palavra riscada] *et quocumque loco [c]apitulum generale celebrare*".

contigerit et annis quibus huiusmodi capitulum non celebrabitur in maiori ebdomada dumtaxat. Et quolibet eiusdem ebdomade die sicut in dicto capitulo generali prior maior eiusdem militie pro tempore existens magistrum milites et fratres qui capitulo huiusmodi¹²⁶⁴ interfuerint dumtaxat et eorum quelibet ab omnibus et singulis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sentencis censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis ac notorum quorumcunque juramentorum et mandatorum ecclesie transgressionibus penitentiarum injunctarum omissionibus horarum canonicarum manuumque violentarum in quascunque personas injectionibus perjuriorum homicidii voluntarii casualis et mentalis adulterii incestus sacrilegii et fornicationis reatibus necnon ab omnibus et singulis reatibus excessibus criminibus et delictis quantuncunque gravibus et enormibus de quibus corde contriti et ore confessi fuerint. Etiam sit alia forent propeter que merito sedes apostolica predicta esset consulenda contentis in bulla que legitur in cena Domni dumtaxat exceptis absolvere et pro commissis presentiam salutarem injungere.¹²⁶⁵ Et quilibet ex militibus et fratribus predictis ubicunque eis pro tempore residere contigerit unum duo vel tria altaria ibidem existentia que quelibet eorum duxerit eligenda visitando omnes et singulas indulgentias ac peccatorum remissiones consequantur quas consequerentur si singulis quadragessimalibus et aliis quibuslibet anni temporibus et diebus quibus ecclesia urbis pro[fl]estationibus urbis deputate visitari solent personaliter visitarent. Quodque sepultaram in quavis ecclesie sicut et alii Christi fideles eligere possunt sibi eligere possint ac prior predictus omnibus militibus et fratribus predictis extra conventum dicte militie pro tempore existentibus licentiam confitendi peccata sua cuicunque presbitero seculari seu cuiusvis ordinis regulari ac eucharistie sacramenta recipiendi concedere valeat premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ac stabilimentis usibus dicte militie naturis juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis nequaquam obstantibus autoritate apostolica tenore presentium de specialis dono gratie concedimus pariter et indulgemus. (fl. 232v) Nulli ergo hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis concessionis et indulti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attempta presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eis se noverit incursum. Date Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quarto¹²⁶⁶ sexto decimo kalendas Junii. Pontificatus nostri anno quarto.

E treladadas asy has ditas bullas como dito he ho dito Joham da Gama pedio a mym dito notayro de todo huum estormento e eu per mandado do dito lecemceado juiz lho dey. Testemunhas que presentes foram Pere (sic) Alvarez contador e Diogo Coelho escudeiro e escryvam dos contos e Gastam Diaz e outros. E eu Diogo Barradas creligo d'ordeens menores do bispado d'Evora per autorydade apostolica notayro que a todo presente fuy, vy e ovvy e este presente estormento fiz e escrevy e de meu publico e acustumado synal corroborey em fee e testemunho de verdade. *Anno, die, mense quibus supra rogatus et requisitus.*

(Sinal notarial)

¹²⁶⁴ Entre esta linha e a seguinte, na margem direita, por outra mão: "hic".

¹²⁶⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Os cavaleiros ganham todas as imdulgemcias de Roma visitando dous ou tres altares".

¹²⁶⁶ Na margem esquerda, por outra mão: "Setimo, tem o Livro dos Privilegios fl. 33 e o das Espadas fl. 73".

(fl. 233)

259

1508, Março, 22 – Setúbal

Inserere: S/d.; S/d.; 1508, Março, 20 – Arruda

Trelado de huum desenbargo da rolaçam do arcebispo de Lixboa em que aprova
a conservatoria da Orden.

In nomine Domini amen. Saybam quoantos este presente e publico estormento dado per mandado e autorydade de justiça virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil quinhentos e oyto anos aos XXII dias do mes de Março em ha vyla de Setuval nas pou-sadas do lecemceado Francisco Barradas comendador de Mouguelas, chanceler e desembargador do dito senhor Mestre e duque e juiz das Ordeens Sanctiago e Avys logo hii em presença de mym notairo e das testemunhas que adiante sam escritas pareceo Joham Figueyra priol de Santa Maria de Tavila e capellam do dito senhor e procurador das ditas Ordeens e logo per elle foy apresentada ao dito licenciado hũa petiçam que fora feyta por parte de Dom Gonçalo Coutinho comendador d'Arruda aa rolaçam do reverendissimo senhor arcebispo de Lixboa com huum desenbargo e provicaçam delle nas costas da dita petiçam pedindo lhe que por quanto era cousa que tocava aa dita Ordem e elle¹²⁶⁷ esperava della de ajudar lhe mandasse daa em huum puprico estormentto ho trelado da dita petiçam e desenbargo e ho mandasse asentar em ho livro grande do tombo da dita Ordem. E visto per o dito juiz ho dizer e pedir do dito procurador interpos em ello sua autorydade ordinarya e mandou a mym dito notairo que lhe passasse ho dito estormento e ho asentasse em ho dito livro. E logo em comprymto do mandado do dito juiz eu notayro ho treladey e asentey em ho dito livro de verbo a verbo ho qual he este que se segue:

Senhor Dom Gonçalo Coutinho do conselho d'el Rey nosso senhor comendador d'Arruda faço saber a Vossa Reverendissima Senhorya que por parte da Hordem de Sanctiago foram demandados Fernam Coelho e hũa Britez Eanes moradores na dicta vylla d'Arruda sobre huuns moynhos perante ho vigairo d'Evora juiz e conservador das Ordeens Sanctiago e Avys per virtude de hũas letras apostolicas aas ditas Ordeens concedidas e ho dito juiz e conservador pasou ora estas cartas de censuras contra hos sobreditos Fernam Coelho e Britez Eanes. Peço a Vosa Senhorya Reverendissima que mande veer has ditas cartas e conservatoria per cujo vigor sam passadas e mande que se cumpram e guardem ho que receberey em merce e justiça.

E ha forma do dito desenbargo era tal como se segue:

Acordam em relaçam etc. que vista ha conservatoria concessa ao Mestre e sua Ordem mostrase per ella ho vigayro d'Evora que per autorydade da dita conservatoria procedeo contra Fernam Coelho e Britez Anes moradores na vila d'Arruda ter jurdiçam portanto mamdam que has censuras passadas pello dito vigayro contra hos sobreditos se guardem e cumpram como em ellas he contheudo.

¹²⁶⁷ Seguem-se umas letras riscadas.

E ha forma da dita pobricaçam era tal:

Pobricado foy ho desembargo acima escrito em a dita cidade em ha audiencia e lugar acostumbrado per ho bacharel Lyonel Velho ouvydor geeral pello dito senhor arcebispo aos XX dias do mes de Março do anno de mil e quinhento[s] e oyto em presença de Joham Figueira procurador da dita Ordem e capellam do senhor Mestre. E eu Francisco Mendez que esto escrevy.

(fl. 233v) E trela<da>da a dita petiçam e desembargo e pobrycaçam como dito he ho dito Joham Figueyra procurador pedio a mym notayro huum estormento e eu per mandado do dito lecemceado juiz Iho dey. Testemunhas que presentes foram Baltesar Pessoa cavaleyro da dita Ordem e Rodrigo Afonso e outros e eu Dioguo Barradas clerigo d'ordeens menores do bispado d'Evora per autorydade apostolica notayro que a todo presente fuy, vy e ouvy e este presente e puprico estormento fiz e escrevy e de meu publico e acostumbrado sinal corroboroy em fee e testemunho de verdade *anno, die et mense quibus supra rogatus et requisitus*.
(Sinal notarial)

260

1508, Agosto, 1 – Setúbal

Insero: 1496, Setembro, 5 – Torres Vedras

Alvara da reposta¹²⁶⁸ ouvidores do Mestrado de certos apontamentos que lhe mandou el rei Dom Manuel o primeiro a Joham d'Elvas.

Saibam quantos este estormento em proviqua forma dado per mandado e autoridade de justiça com o trelado de huum alvara d'el Rey nosso senhor virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhentos e oyto annos ao primeiro dia do mes d'Agosto em a villa de Setuvel nos paços do senhor Mestre etc. semdo hi o licenciado Francisco Barradas cavaleiro da Hordem de Santiago comendador de Mougelas e do desembarguo do dicto senhor e perante elle pareceo Pero de Gouvea scripvam da cozinha do dito senhor e lhe apresetou huum alvara d'el Rey nosso senhor parecia ser asynado per Sua Alteza o quall ao pee tinha o pase do vigairo de Tomar e doctor Gonçalo¹²⁶⁹ (fl. 234) e vista do comde de Portalegre. E requereo ao dicto licenciado em nome da Hordem que lhe mandase dar huum estormento em puvriqua forma com o trelado do dicto alvara. O qual visto pello dicto licenciado mandou a mim tabeliam que lhe pasase huum estormento em puvriqua forma com o trelado do dicto alvara e o treladase no lyvro do tombo do cartorio da Hordem de Santiago do quall dicto alvara o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

Bacharell Joham d'Elvas nos el Rey vos enviamos muito saudar. Vimos vosa carta e asy os apomtamentos que nos nela enviastes e quanto he ao que dizees que em Villa Nova de Mil Fontes se acolhem alem dos hordenados cimquoemta e mais homeziados aos quaees o conto naiz (*sic*) vall e que queremdo vos em ello emtemder como fizestes nam podees per seus privilegeos estar mais de tres dias e que elles se absentam em casees

¹²⁶⁸ Segue-se um borrão que impede a leitura de uma palavra.

¹²⁶⁹ Abaixo da linha está escrito: "d'Azevedo".

fora da jurdiçam do mestrado hũa meia legoa e asy outros alguns que hiis (*sic*) pera premder e por nam terdes alvara especial como os outros ouvidores tinham perece justiça e vos os nam podees premder fora, *convém a saber*,¹²⁷⁰ nos a vemos por bem e vos mandamos que atee dez legoas domde esteverdes posaees premder os malfeitores que cometerem os maleficios no Mestrado como acostumaram vossos amtesores. E quanto he ao que dizees que em todo ese Mestrado padecee porem elle aveer officiaes perpetuos e que alem de muitos nam servem pera ysso per serem perpetuos dam a presam a terra e nam usam dos officios como devem a esto vos mandamos que procedaes contra quaesquer officiaes que nam servirem bem seus officios posto que sejam perpetuos. E do que dizees que officiaes e homeens deputados a justiça dese Mestrado nam os podees <aver> e nam querem servir nem serviram a bem dous annos e que os homens d'el Rey que levastes se vos foram por nam terem soomemte ¹²⁷¹ pera comer a esto nam respomdemos (fl. 234v) mais soomente tamto que vyer Diogo da Sylveira vos enviasemos reposta da maneira que se sobre ysso ha de teer. E quanto he ao que dizees que nese Mestrado naas emlyçõees de juizes e officiaes que contra hordenaçam fazem doze juizes e dezoyto vereadores e seis procuradores por seys annos e destes os comendadores a que pertemce confyrmam escolhem aqueles que lhes apraz cad'anno e se lhes¹²⁷² vem bem metem outros seus que lhes façam o que querem a esto vos mandamos que se os comendadores meterem fora d'hordenaçam e ystillo das hordenações officiaees nos pelouros ou hos tirem que vos os nam leixees servir nem usar dos officios. E do que dizees que nessa correiçam nam hamda arqua de chamcelaria nem privilegio algum per que vos devaees reger nem lhe¹²⁷³ guardar lyberdades na jurdiçam que nam sabees se as tem per escriptas soomemte as apelaçõees que de dirreito sam emnideatas per hordenaçam e que conheces per nova auçam¹²⁷⁴ nos lugares homde he chegaees a cimquo legoas derrador (*sic*) mandamos vos que usees asy como sempre usastes e usaram vossos amtesorees. E quanto he ao que dizees que os lugares dese mestrado que são dados a fydalguos com as jurdições que tem ouvidores e fazem remdeiros e officiaes seus que julgam de seus dirreitos e que por nos nos lugarees nam averem almoxarifes que dello devam conhecer soomemte seus officiaes e que por nelo quererdes emtemder por agravo e nova auçam e se agravom dizemdo que eles ouveram esas villas e jurdições e dirreitos que o Mestre nella tinha e que por esta causa em ello nam podees emtemder a esto vos mamdamos que emtemdaees e procedaees como he dirreito segumdo forma das hordenações e estillo do reyno salvo se vos os comendadores mostrarem em contrairo privilegeos (fl. 235) ou cartas nosas pera o poderem fazer. E porem vos mandamos que o cumpraees asy com muita diligencia. Escripta em Torres Vedras ano V^o dias (*sic*) de Setembro. Amrrique Homem a fez de mill e quatrocentos e noventa e seys.

E quall alvara do dito senhor Rey eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam em esta villa de Setuvel per ello dito senhor Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coymbra senhor de Momtemoor e Torres Novas e etc. treladey neste lyvro de tombo per mandado do dicto licenciado Francisco

¹²⁷⁰ Na margem direita, por outra mão: "Dez legoas p[...]der fora [...] Mestrado".

¹²⁷¹ Segue-se uma letra riscada.

¹²⁷² Segue-se uma letra riscada.

¹²⁷³ Segue-se uma letra riscada.

¹²⁷⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "auções novas".

Barradas e pera o quall ele licenciado imtrepos sua autoriidade hordinaria e o comcertey com Vasquo Martinz tabeliam em a dicta viilla e por verdade aquy asyney de meu puprico synal que tall he. E foram testemunhas ao apresenter do dicto alvara Nuno Fernandez fydalguo da casa do dicto senhor e seu veador dela Pedr'Alvarez comtador de sua casa e Duarte Velho e outros. E nam faça duvida homde diz "d'Azevedo", "aver" porque eu dicto tabeliam fiz por verdade. (Sinal notarial)

Pagou III reais.

Foy comcertado este alvara d'el Rey noso senhor commiguo Vasco Martinz tabeliam.

[Assinatura:] VASCO MARTINZ PAVYA.

(fl. 235v)

261

1509, Junho, 23 – Setúbal

Insero: 1508

Sentença que ouve Alvaro Mazcarenhas comendador de Çamora contra os officiaes desta vila de Setuval sobre se quererem entremeter em hũa obra que se dizia elle edificar no adro.

Sejam certos os que este estromento de trellado de semtemça dado em publica forma per maddado e autorydade de justiça virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c e nove annos aos XXIII dias do mes de Junho da dicta Era em a villa de Setuval nos paaços do excellentemte senhor o Mestre de Samtiaguio e d'Avys duque de Coymbra etc. noso senhor estamdo hy o lecemciado Afomso de Cervantes comendador de Mourão ouvidor da casa do dito senhor e do seu desembargo peramte elle pareceo Duarte Velho moço da camara do dito senhor e apresentou esta semtemça que se segue:

Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtugall e dos Algarves d'Aquem e d'Alem maar em Africa senhor de Guinee e da Comquista, Navegaçam e Comercyco de Ethiopia, Arabia, Persya e da lmdya a vos¹²⁷⁵ Fernam Gill bacharell em leys procurador jeerall do Mestre noso muyto amado e preçado primo e asy a todollos correjedores juizes e justiçaes e pesoas officiaees de nosos regnos a que esta nosa carta de semtemça for mostrada saude saber de que damte vos a esta nosa corte vieram huuns autos a vocaçam os quaees se ordenaraam sobre e por rezam de hũuas casas que ora Alvaro Mazcarenhas fidalgo de nosa casa e do noso comselho fazia em esa villa de Setuval aa porta de Samta Maria as quaees os juizes della e officiaees mamdaram derribar sem nosa lecemça e autoridade em os quaees autos se comtinha amtre as outras cousas em elles comtheudas que o dito Alvaro Mazcarenhas vos oferecera perũua pitiçam contra Pero Rodriguiz de Porras e Gomçallo Diaz de Cabedo juizes em esa villa e Lopo de Meira e Duarte Teixeira vereadores em ella e comtra Symão Garcya procurador do concelho e Pero de Figueiredo e Diogo da Velloso e Fernam de Raboredo e Martim Vaz Vaqueiro e Lopo Afonso e Pero Homem e Amdre Grys e Joham Nunez e Fernamdo Mem e Diogo Gago e Christovam Gomez e Gonçalo Boto e Alvaro de Vila Franca e Fernam da Costa e

¹²⁷⁵ Segue-se uma palavra riscada: "bacharell".

Alvaro Marreiro e contra Fernam de Lys e Alvaro Monteiro homeems booms contra os quaes emtemdia provar e dizia que ele tinha hūuas cassas em esa villa aa porta de Samta Maria as quaes partem com ho muro e com outras comfrontaçõeas as quaees fez per noso alvara e licemça que de nos empetrara. E semdo asy as ditas casas feitas e semdo lhe necessaria hūua escada pera servymtia dellas segumda feira que foram XI dias do mes de Setembro ele Alvaro Mazquarenhas autor per vertude do dito noso alvara mamdara abrir huum allicece pera fazer huuns degraaos per hūua escada do dito muro que asy era delle autor (fl. 236) o quall podia tomar de ocupaçãao duas pasadas do terreiro que estaa diamte das ditas suas casas pouco mais ou menos. E que mamdamdo elle abryr o dito allicece logo ao outro dia seguymte que foram XII dias do dito mes de Setembro o dito Guomçalo Diaz juiz com ho scripvam da camara e asy o dito procurador e reeos se foram aa dita obra e imdo asy todos juuntamente lha embargaram fazendo este pollo imjuriarem e desomrrarem e que por o dito Mestre ser dello sabedor mamdara dizer a elle autor que ele cesase da dita obra como de feito loguo cesara e nam fizera mays cousa algūua. E que nam comtemtes elles ditos reos do mall e imjuria que asy tinham feita a elle autor emademdo (*sic*) de mall em pyor e o emjuriarem loguo aa quarta feira seguimte e sem embargo da dita obra do outro dia pasado estar quyeta e embargada se foram a ella com muyta gemte que pera iso levavam em asuuada com grande inpeto, furya e sanha e nam esguardamdo a pessoa delle autor e per sua propia autorydade forçosamente desfizeram a dita obra que asy estava começada e a derribaram e puseram toda per terra. E que vymdo aa noticia delle autor como os ditos reeos asy forçosamente derribaram a dita obra elle se socorrera ao ouvidor do dito Mestre o quall ouvidor fora la e queremdo se emformar do dito caso os ditos reos como homeens que faziam a dita cousa com asuada e per força eles nam quiseram ouvir rezam allgūua nem esperar que se fizese o que justiça fose amtes por ho imjuriarem deziam a hūua voz que se quisesem resestir a suas temçõeas e preposito que elle poeryam fogo a todas las casas do dito autor e que derribariam e poeryam todo per terra fazendo todo por serem seus imygos capitaaes e lhe teerem grande odyo e mal quemença e pollo imjuriarem. E que desto era puprica voz e fama pedymdo vos elle autor em comcrusam do que dito he que per vosa finall semtemça comdanasees a elles reos em mil cruzados d'ouro de imjuria e ememda e corregimemto e mays lhe derees outra quallquer pena que per deryto merecesem e os comdanasees nas custas segundo que todo esto e outras muytas cousas mays largamente na dita pitiçam eram comtheudas. A quall pitiçam vista per nos¹²⁷⁶ mamdamos a vos dito Fernam Gill que sobre o dito caso e derribamemto das ditas casas vos tirasees imquiryçam de testemunhas a que fora satisfeito a noso (fl. 236v) mamdado e os sobredictos pera ello requerydos e fora de todo acabada a quall nos fora per vos enviada e nos a mandamos ajuuntar aos ditos autos e com certos exames que se sobre ello fizeram sabida a verdade mamdamos que o dito feito nos fose levado comcruso. O quall visto per nos em nosa pessoa pronunciarmos hūua semtemça dizemdo em ela que visto a culpa e eyceso que Pero Rodriguiz de Porras e Gonçalo Diaz de Cabedo juizes e Lopo de Meira, Duarte Teixeira vereadores, Symãao Garcia procurador do comcelho, Pero de Figueiredo, Diogo da Velloso, Fernam de Raboredo, Martim Vaaz Vaqueiro, Lopo Afonso, Pero Homem, Amdre Gres, Joham Nunez, Fernamdo Mem, Diogo Gago, Christovam Guomez, Gonçalo Boto, Alvaro de Villa Franca, Fernam da Costa, Alvaro Marreiro, Fernam de Lys, Alvaro Monteiro homees boons tiveram em irem juum-

¹²⁷⁶ Palavra corrigida.

tamente sem hordem de direito mandar derribar a obra d'Alvaro Mazquarenhas sendo lhe ja embargada comdanamos os sobreditos juuntamente e igualmente pro rata paguem todos quaremta cruzados pera as obras de Samta Maria da dita villa de Setuvall e os comdanamos nas custas e avemos por degradado Fernam de Lys fora da villa e termo ate nosa merce. E posto que diga que esta comdanaçam seja pera Samta Maria sera pera Sam Giãao. E porem vos mandamos que asy ho cumpraees e gardees e façaes cuumprir e guardar como per nos he jullgado, acordado e mamdado e penhoray logo aos ditos reos comdanados em tamtos de seus bens e penhores asy movees como de raiz quando os movees nam abastarem e lhos fazey vender e arrematar aos tempos que manda nosa ordenaçam per que a dita igreja de Sam Gião e seu procurador e prior della e oficiaees sejam entregues dos ditos quaremta cruzados do principall e per que mays aja o dito Alvaro Mazcarenhas de custas que sobre ello fez, *convém a saber*, scriptura do dito auto, emquiryçam, salario do scripvam de nosa corte, feita desta semtemça, dias da pesoa do dito Alvaro Mazcarenhas, chancelaria e selo della e outras despesas meudas dous mill e oitemta e cimquo reais. Os quaees foram comtados per Lopo Diaz comtador dos feitos e custas em nosa corte. E per esta nosa semtemça mamdamos aos juizes e oficiaes omde ouver de fazer a dita emxecuçam que tomem tamtos dos ditos bens dos ditos reos comdanados e lhos façam vender e rematar ao dito tempo per que nos posamos aver de dizima asy do principall como das (fl. 237) custas de cada dez reais huum. O quall dinheiro da dita dizima se poera em mão de huum homem bom depositario e se asemtaram sobre ele em recepta per o scripvam da camara em o livro della e pera nos mandarmos per nosa carta a quem se ajam de entregar e todo virem a boa recadaçam o que huuns e outros asy cumpry sem embargo allgum que a ello ponhaees. El Rey ho mandou pello doutor Diogo Pacheco do seu desembarguo que ora per seu espiciall mamdado tem carreguo da correyçam de sua corte dos feitos crimes. Fernam de Bayam a fez por Diogo de Belmomte scripvam¹²⁷⁷ anno do nacimemto de noso senhor Jhesuus Christo de mil V^c e oito annos. E eu Diogo de Belmomte scripvam que esta semtemça mamdey screpver per autorydade que pera ello tenho do dito senhor e por verdade a comcertey e sobscrepvy.

Apresemntada asy a dita semtemça como dito he pelo dito Duarte Velho foy requerydo ao dito licenciado que por quanto a dita sentença era em favor da Hordem de Santiago que mandase a mim notairo que a treladase neste cartorio da dita Ordem. E visto pelo dito licenciado ho dizer do dito Duarte Velho e a dita sentença e como era lympha e sãa e sem nenhũa borradeira nem antrelinha e era scripta em¹²⁷⁸ purgaminho e asynada pelo dito doutor Diogo Pacheco e aselada do selo pendente do dito senhor Rey antepos e deu pera elo sua autorydade ordynaria e mandou a mim dito notairo que a treladase aqui sob meu sinal puprico. Em comprimemto do qual mandado a treladey aqui verdadeiramente e fielmente e dou fe a dita sentença ser da maneira sobredita. Testemunhas que foram presentes dom João de Braaga dom prior do convento de Palmela e o doutor João Periz das cuberturas do conselho d'el Rei noso senhor e outros. E eu Diogo Coelho notairo procurador jeeral na casa do dito senhor e nos mestrados de Santiago e d'Avis por sua senhoria que esto screpvy e meu synal nela fiz. Nam seja duvida no respançado e nos dous riscados onde dezia "bacharel" e "papel".

(*Sinal notarial*)

¹²⁷⁷ Palavra corrigida.

¹²⁷⁸ Segue-se palavra riscada: "papel".

(fl. 237v)

262

1509, Setembro, 11 – Setúbal

Insero: 1509, Agosto, 20 – Sintra

Carta d'el Rei per que manda ao governador da casa do civil que remeta ao Mestre huuns autos dictos crimes de huum Sfonso Lopez cavaleiro da Hordem os quaees per elle foram logo remitidos sem embargo de ante de tomar ho habito cometer o crime.

In nomine Dominy amen. Sejam certos o que este estormemto dado em pubryca forma per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c nove annos aos XI dias do mes de Setembro da dicta Era em a villa de Setuval demtro nos paços do excelemtre senhor o Mestre de Samtiaguio e d'Avis duque de Coymbra etc. noso senhor estamdo hy Fernam Gill de Cayola bacharell em lex procurador jeerall do dito senhor que per seu espicial mamdado tem carreguo de ouvidor de sua casa peramte elle pareceo Yoão da Gama fidalgo da casa do dito senhor que tem carreguo de veador de sua fazenda e apre-sentou ao dito¹²⁷⁹ ouvidor hũa carta d'el Rey noso senhor de que ho theor tall he:

Guovernador amiguo nos el Rey vos enviamos muyto saudar o Mestre meu muyto amado e¹²⁸⁰ prezado sobrinho nos screpveo ora que huum Afonso Lopez cavaleiro do abito de Samtiago aprovado por elle se se apresetmtou per amte elle e tomou do juiz das Hordeens carta de seguro pera se aver de livrar peramte ele como seu juiz de certos autos crime que da dita ilha vieram e a vos e nosa rolaçam foram emtregues e que emviando vo los requerer pera se per elles fazer comprimemto de justiça duvidarees de lhos emviar dizemdo que huum dos dilyctos do dito seguro tinha cometido antes de tomar ho abito etc. Pidymdo nos¹²⁸¹ que vos mamdasemos emtregar os ditos autos por quamto ja estava detreminado que lhe fosse emtregues e ho tinhamos mamdado noutro tall caso polo quall avemos por bem e vos mamdamos que lhe mamdees dar os ditos autos pera os mamdar ver e despachar como for direito e cuumpri o asy porque asy ho avemos por bem. Scripta em Symtra aos XX dias do mes d'Agosto, Afonso Mexia a fez de mil¹²⁸² V^c IX.

E apresetmada asy a dita carta o dito Yoão da Gama requereo ao dito ouvidor que por quamto era avida em favor da Hordem de Santiago e dos cavaleiros e pessoas dela¹²⁸³ e se esperavam della (fl. 238) ajudar que amtepusese e dese a mim notairo seu poder e autorydade ordenaria pera a treladar neste cartorio da dita Ordem. E visto pelo dito ouvidor o dizer e pidir do dito Yoão da Gama e asy a dita carta como era asynada per o dito senhor Rey lynpa e sãa e sem nenhũa borradura, nem amtrelinha, antepos e deu a mim notairo sua autoridade ordinaria pera a treladar aqui sob meu synal puprico. A quall mandou que valesse e fizesse fee como a propria e portanto eu a treladey aqui verdadeiramente. Testemunhas que foram presentes o licenciado Dom João de Bragaa dom prior do convento de Palmela e o licenciado Francisco Barradas chanceler do dito senhor Mestre e juiz das Hordens de Samtiaguio e d'Avis anbos do

¹²⁷⁹ Segue-se riscado: "licenciado"

¹²⁸⁰ Letra corrigida.

¹²⁸¹ Segue-se riscado: "por".

¹²⁸² No original tem "l" com um traço por cima.

¹²⁸³ O "s" final foi riscado.

seu desenbargo e outros. E eu Diogo Coelho notairo puprico jeerall na casa do dito senhor e nos Meestrados de Samtiaguio e d'Avys per sua senhoria que isto screpvy e meu synal fiz que tal he. Nam seja duvida no riscado onde diz "licenciado".

(*Sinal notarial*)

(fl. 238v)

263

1509, Setembro, 11 – Setúbal

Inserere: 1462, Julho, 25 – Setúbal

Carta sobre Samta Barbara de Farão do ifamte Dom Fernando.

In nomine Dominy amen. Sejam certos o que este estormento dado per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c IX annos aos XI dias do mes de Setembro da dita Era em a villa de Setuvall demtro nos paaços do muyto excelemente senhor o Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor estamdo hy Fernam Gill de Cayola bacharell em leys procurador jeeral do dito senhor que per seu espiciall mamdado tem carreguo de ouvidor de sua casa peramte elle pereceo Joham¹²⁸⁴ da Gama fidallgo da casa do dito senhor que tem carreguo de veador de sua fazemda e apre-sentou ao dito ouvidor huum alvara do ifamte Dom Fernamdo de que ho theor tall he:

Eu o ifamte Dom Fernamdo duque de Viseu e de Beja senhor de Covilhãa e Moura faço saber a vos Alvaro Afomso meu almoxarife em ho regno do Algarve e ao scripvão dese oficio que os homeens boons da villa de Faarão me screpveram hũa carta em a quall me referirão a estar em pose de poerem huum cepo na irmyda da Senhora Samta Barbora (*sic*) e averem o que em elle lamçasem pera as obras da dita Senhora e iso mesmo averem a prata que era oferecida e vemda d'algũuas figuras que alguuns compram pera outra vez oferecerem e que aa Ordem nam pertemcia se nam o pee do altar e dinheirro de mão beijada e outras cousas em sua carta comtheudas. Ao quall lhe eu respomdy que tall pose elles nuunca ouveram nem eu nam lhe daria lugar a se a ella acolherem por que são bem certo e emformado que nenhũa irmyda nam pode aver cousa allgũa d'oferta, nem dadyva, nem poer cepo, nem outra cousa. E que todo he da igreja matryz e que nam tam soomemte se faz asy nas terras deste Mestrado de Samtiaguio mais aimda no Meestrado de Christus e tambem em as outras terras que da Hordem nam sam e portamto me nam praz dar lhe lugar que nenhũa cousa ajão nem ponham tall cepo porque seria em grande perjuizo da Hordem a que eu são theudo e (fl. 239) obrigado requerer seu dirreito e ho nam leixar perder e ey por bem ser o cepo posto per mym e ter hũa chave o almoxarife e a outra quem ordenar o comcelho e o bispo e cabiido se quiser poera outra pode o fazer. E esto por serem todos certos do que remde a dita irmyda a mim pois me praz em serviço seu e nam em all ha despemder. E acabado ho anno abryra ho almoxarife e o que tener a¹²⁸⁵ outra chave o cepo presente o meu scripvão e dous ou tres homeens boons e mais se mais quiserem hy estar e o dito almoxarife recebera o que a mym pertemce e per este lhe mamdo que sempre ho guarde e nam ho despemda em meus desembargos nem em outra allgũa cousa soomemte em

¹²⁸⁴ O "J" inicial foi escrito sobre um "H".

¹²⁸⁵ Riscado um "o" no final.

serviço da Senhora quando lho eu mandar. E o dito scripvam ho asemtara em seu livro pera todo se saber e as figuras e joyas que vierem em ouro e prata ha ermyda mamdo que pello dito meu allmoxarifde sejam entregues a hũa boa pessoa que more juunto com ha irmyda e ao dito scripvão que carregue sobre elle e quando forem as festas do anno pemdurem em a dita irmyda as ditas joyas e quando as allguum canbar segundo se agora faz seja presentem o dito allmoxarife e meu scripvão que todo screpvera e o dinheirro que dellas se ouver do que a mim pertemce receba o o dito almoxarife meu e seja carregado sobre elle e todas estas cousas quero que se façam de praça e nam em escomdido pera todos virem que nam em cobiça mas em liberdade da dita Hordem he fuundado meu proposito e como todo com ha ajuda de Deus desmpedera em serviço da Senhora e nam em all nam soomemte esta remda e mais quando necesario lhe for e quizerem fazer algũa obra lhe farey serviço em muy mayor parte e o dito scripvão registre este allvara em seu livro pera se saber como isto mamdo e notifique e mostre este ao comcelho por saberem minha detriminaçam (fl. 239v). Fecto em a minha villa de Setuvall, XXV dias de Julho, Ruy Mendez o fez. Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil IIII^c LXII.

E apresentado asy o dito alvara como dito he o dito João da Gama requireo ao dito¹²⁸⁶ <ouvidor> que antepuse e dese a mym notairo sua autoridade ordynaria e pera o treladar neste livro e cartoryo da dita Ordem por quamto era em favor dela e de sua jurdiçam. E visto pelo dito¹²⁸⁷ ouvidor o dizer e pedir do dito Joham da Gama e asy ho dito alvara e como era asynado ao pee pelo dito ifante antepos e deu a mim dito notairo sua autoridade e poder que ho treladase aqui sob meu pubrico o qual mandava que valesse e fizesse fee como o proprio. O qual alvara eu treladey verdadeiramente do proprio. Testemunhas que foram presentes (*sic*) o licenciado dom João de Braagaa Dom prior do convento de Palmela e o licenciado Francisco Barradas chanceler da casa do dito senhor Mestre e juiz das Hordens de Santiago e d'Avis ambos do seu desenbargo e outros. E eu Diogo Coelho notairo puprico jeeral na casa do dito senhor e nos Meestrados de Samtiago e d'Avis por Sua Senioria que este estormemto screpvy e nele fiz meu pubrico synal que tal he. Nam façam duvida os riscados onde diz "licenciados" e na antrelinha omde diz "ouvidor".

(*Sinal notarial*)

(fl. 240)

264

1509, Novembro, 6 – Torrão
Insere: 1235, Fevereiro

Foral de Villa Nova de Canha treladado do proprio original per mandado e autoridade do Mestre nosso senhor.

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Domnus Pelagius Petri comendator de Alcazar cum conventu eiusdemque castris damus et concedimus concilio vile Nove de Canya tam paruis quam magnis tam presentibus quam futuris forum et costume de Palemella ut duas partes dos cavaleiros vadant in fossado et tertia pars remaneat in o castello. Et una vice faciant fossado in anno. Et qui non fuerit

¹²⁸⁶ Segue-se riscado: "licenciado".

¹²⁸⁷ Segue-se riscado: "licenciado".

in fossado pectet pro foro V solidos pro fossadeira. Et pro homicidio pectet C solidos ad palacium. Et pro casa derrota cum armas scudiis et spatas pecte CCC solidos et septima a palacio. Et qui furtaret pecte por uno IX et habeat intentor duos quiniones et septem partes al palacium. Et qui mulier aforciaret et illa clamando dixerit quod ab illo est aforciaada et ille negaret det illa autorgamento de III^{es} homines tales qualis ille fuerit et ille iuret cum XII. Et si non habuerit autorgamento iuret ipse solus. Et si non potuerit iurare pecte ad illam CCC solidos et septima ad palacium. Et testimonia mentirosa et fidele mentirosa pecte LX solidos et septima ad palacium et duplet ille aver. Et qui in concilio aut in mercado vel in ecclesia feriret pecte LX solidos medios ad palacium et medios ad concilio et de medio de concilio septima ad palacio. Et homine qui fuerit gentile aut herdador que non seat meirino. Et qui in villa pignos aflanco et fiador et ad montem fuerit pindrar duplet la pindra et pecte LX solidos et septima ad palacio. Et qui non fuerit a synal de iudice et pignos sacudir a sayon pecte I solidum a iudice. Et qui non fuerit ad apelido cavaleiros et pedones exceptis hiis qui funt in servicio alieno milites pectent X solidos et pedon V solidos ad vizinos. Et qui habuerit aldea et uno iugo de bois et X oves et uno asino et duos lectos compare cavalo. Et qui crebrantaverit sinal cum sua mulier pecte I solidum a iudice. Et mulier que laxaverit maritum suum de benedictione pecte CCC solidos et septinia a palacio. Et qui laxaverit mulierem suam pecte I denarium a iudice. Et qui cavalo alieno cavalgaret pro uno dia pecte uno carneyro et si magis pectet las angeiras polo dia VI denarios et pola nocte I solidum. Et qui ferir de lancea aut de spada pola intrada pecte (fl. 240v) X solidos. Et si trousir ad¹²⁸⁸ altera parte pecte XX solidos al quereloso. Et qui crebrantaverit oculum aut brachium aut dente pro unoquoque membro pecte C solidos al lisiador et ille det septima ad palacio. Qui mulier aliena ante suo marido ferir pecte XXX solidos et septima ad palacio. Qui moiom alieno in suo hero mudaret pecte V solidos et septima ad palacium. Qui limide alieno crebrantar pecte V solidos et septima ad palacium. Qui habuerit vassalos in suo solar aut in sua hereditate non serviant ad altero homine de tota sua hacienda nisi a domino de solar. Qui conducteiro alieno mactaret suo amo colligat homicidio et det septima ad palacium. Similiter de suo ortolano et de quarteiro et de molheiro et de solarengo. Tendas et molinos et fornos de homines de Villa Nova sint liberi de foro. Milites de Vila Nova sint in iudicio pro podestates et infanzones de Portugal. Clerici Vile Nove habeant custumes militum. Pedones sint in iuditio pro milites vilanos de altera terra. Qui venerit vozeiro a suo vicino pro homine de foras vile pecte X solidos et septima ad palacium. Ganado de Vila Nova non sit montado in nulla terra. Et homine a qui se anafregar suo¹²⁸⁹ adestrado quamuis habeat alium sit excusato usque ad caput anni. Mancipium qui mactar homine foras vile et fugerit suo amo non pectet homicidio. Per todas querellas de palacio el iudice sedeat vezeiro. Qui in vila pindrar cum sayone et sacudirent ei pignos outorget el sayon et prendat concilio de tres collationes et pindret pro LX solidos medios a concilio et medios ad rancuroso. Varones de Vila Nova non sint in prestamo dados. Et si homines de Villa Nova habuerint iudicium cum homines de alia terra non currant inter illos firma nec repto sed currat per exquisita. Et homines qui quesierint cum suo ganato¹²⁹⁰ pousar in terminos de Vila Nova prendant de illis montadigo. Da grege <das>¹²⁹¹ oves quatuor arietes. Et de busto das vacas una vaca. Isto montadigo est de concilio. Et homines milites qui fuerint in fossado vel in guardia omnes cavalos qui se perdiderint in algara vel in lide pri-

¹²⁸⁸ Palavra corrigida.

¹²⁸⁹ Na margem direita: "cavallo".

¹²⁹⁰ Palavra corrigida.

¹²⁹¹ Segue-se uma palavra riscada.

mus erectis eos sine quinta et postea detis nobis quitam directam. Et toto homine (fl. 241) de Vila Nova qui invenerint homines de aliis civitatibus ul castellis in suis terminis taliando vel levando madeyram¹²⁹² de montis aut de suis terminis prendant totum quod invenerint sine calumnia. De azarias et de guardias quitam partem nobis date sine nulla offrecione. Quicumque ganatum domesticum pignorare vel rapere fecerit pectet LX solidos a palacio et duplet illum ganatum a domino suo. Testamus uero et perheniter firmamus ut quicumque pignoraverit mercatores aut viatores christianos vel judeos sive mauros nisi fuerit fideiussor vel debitor quicumque fecerit pecte LX solidos a palacio et duplet ganatum quod prendidit¹²⁹³ a suo domino. Et insuper pectet C morabitanos pro couto que fregit. Comendator habeat medietatem et concilio medietatem. Siquis ad vestram vilam venerit per vim cibos aut aliquas res accipere voluerit et ibi mortuus vel percussus fuerit non pecte pro eo aliqua calumnia nec suorum parentum homicide habeatur. Et si cum querimonia de ipso ad regem vel al dominum terre venerit pectet C morabitanos medietate commendatori et medietate concilio. Mamdamus et concedimus quod si aliquis fuerit latro et si iam per uno anno vel duos furari vel rapere dimiserit si pro aliqua repetitus fuerit quam comisit salvet se tamquam latro. Et si latro est et latro fuit omnino pereat et subeat penas latronis. Et si aliquis repetitur pro furto et non est latro neque fuit respondeat ad suos foros. Si aliquis filiam alienam extra sua voluntate rapere fecerit donet eam ad suos parentes et petat illis CCC morabitanos et septima ad palacium et insuper sedeat homicida. De portagem¹²⁹⁴ foro de troxel de cavalo de pannos de lana vel de lino I solidum, de troxel de lana I solidum, de troxel de fustanes V solidos, de troxel de pannos de color V solidos, de carega de pescadu I solidum, de carega de asino VI denarios, de carega de christianos de conelios V solidos, de carga de mouros de conelios I morabitanum, de portagem de cavallo que vendiderint in azouge I solidum, de mulo I solidum, de asyno VI denarios, de bove VI denarios, de ariete III^{es} mealias, de porco II denarios, foron II denarios, de carga de pane aut de vino (fl. 241v) III^{es} mealias, de carega de peon I denarium, de mauro que vendiderint in mercado I solidum, de mauro qui se redimeret decima, de mauro qui taliar cum suo domino merce decima, de coriom de vaca aut de cerva II denarios, de corio de gama aut de cervo III^{es} mealias, de carga de cera V solidos, de carega d'azeite V solidos. Iste portagem est de homines foras ville tercia de suo hospite et duas partes de commendatore. Ego domnos Pelagios Petri commendator de Alcazar pariter com conventu eiusdem loci hanc cartam confirmamus et roboramus. Et siquis hanc cartam irrumperere¹²⁹⁵ voluerit sit maledictus de Deo et excommunicatus gracia Dei amen. Ego donnus Pelagius Petri Dei gracia commendator de Alcazar et miilitum Milicie Sancti Jacobi de Portugalia simul cum nostro conventu scilicet de Alcazar hanc cartam habitatoribus de Villa Nova de Canya roboramus et confirmamus per illud forum quod est Palmelle. Et quicumque illud vobis observaverit sit de Deo bennedictus. Et quicumque illud frangere voluerit sit a Deo maledictus amen. Facta carta mense Februarii sub Era M CC LXXIII. Et insuper istud forum debent facere de pane et de¹²⁹⁶ undecim modiiis duo modia dare debent et erit decimum solum et de aliis omnibus rebus quas Deus vobis dederit decimam ecclesie. Qui presentes fuerunt videre et audiere ego domnus Pelaius Petri commendator de Alcazar confirmo, Rodericus Gonsalvi maiordomus de Alcazar, Stephanus Gonsalvi commendator de Sanctarem, Martinus Douro commendator

¹²⁹² Na margem direita: "lenh[a]".

¹²⁹³ Palavra corrigida.

¹²⁹⁴ Na margem direita: "portagem".

¹²⁹⁵ Palavra corrigida.

¹²⁹⁶ Segue-se um espaço em branco.

d'Arruda, Vincentius Pelagi commendator de Sanctis, G. Gonsalvi commendator de Almadana, G. Petri comendator de Palmella, L. Petri¹²⁹⁷ <pretor> de Setuval, Rodericus Egee commendator de Cabrella, Lop (sic) Pacensis commendator de Villa Nova de Canya, Menendus Fernandi comen¹²⁹⁸-(fl. 242)dator de Monte Maiore, Rodericus Alfonsi Sancti Dominici¹²⁹⁹ <pretor> de Alcazar, Fernandus Suerii, Petrus Roderici, Dominicus Johanis presbiter, Sancius Johanis presbiter testes.

O quall forall era scripto em purgaminho de letra antiga e a lugares cadauca tall porem que se podia bem leer tiramdo dous respamçados que nele estavam os quaes ficaram em branco, *convém a saber*, omde diz “de carga de cera” e omde diz “istud forum devenit facire de pane” e todo ho all foy treladado verdadeiramente. E o dito forall tinha hũa correya que parecia de veado per omde parecia amdar pempurado ho selo o quall ja era gastado e por quanto se mostrava o dito forall nam estar neste cartoryo da Hordem de Santiago o Mestre noso senhor mandou ao bacharel Fernam Gill de Cayolla seu procurador jeeral e procurador das Hordeens de Samtiaguio e d'Avis que ho treladase aquy por ser scripto em latym¹³⁰⁰ e mandou a mim notairo que ho sobscrepvese e asynase de meu puprico (sic). E por quanto ele foy concertado comigo o sobscrepvy e asyneay aquy de meu puprico synall aos VI dias do mes de Novembro do anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^o IX annos em a Vila do Terrão per autoridade do dito senhor como dito he.

(Sinal notarial)

(fl. 242v)

265

1496, Junho, 4 – Setúbal

Inserere: 1488, Outubro, 5 – Alhos Vedros; 1488, Setembro, 7 – Almada

Trellado de hũa sentença per que o dinheirro das covas das igreijas he da fabrica e nam d'outra nenhũa pessoa. Nas igreijas d'Almada.

Em nome de Deus amem. Saibam quantos este trellado de sentença dado per autoridade de justiça virem como no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill e quatrocentos e noventa e seis annos aos IIII^o dias do mes de Junho em a vila de Setuval demtro nos paços do comcelho da dita vila em camara semdo hy Joham Rodriguis Mayosinho cavaleiro e juiz per especial mandado d'el Rei noso senhor e Vasquo Gonçallvez da Romera e Gomez Eannes Monteiro vereadores, que faziam camara peramte elles pareceo frey Pero Diaz e apresentou ao dito juiz hũa sentença de Gill Vaaz da Cunha sobre os jazigos das covas das igreijas e per os dictos vereadores e procurador do comcelho foy¹³⁰¹ dicto ao dicto juiz que lhe requeriam que lhe mandase dar o trellado da dicta sentença e o juiz lha mamdou dar da quall o theor tall he como se ao dyamte segue:

Gill Vaaz da Cunha fidalguo da casa d'el rel nosso senhor e do seu comselho faço saber a quantos esta senteNça virem que em vesitamdo este meestrado de Santiago Duarte

¹²⁹⁷ Segue-se uma palavra riscada.

¹²⁹⁸ Na linha inferior e repetindo-se no início do fôlio seguinte: “dator de Monte”.

¹²⁹⁹ Segue-se uma palavra riscada.

¹³⁰⁰ Seguem-se umas letras riscadas.

¹³⁰¹ Palavra corrigida.

Furtado de Mendoça e frey Pero Diaz que foy prior moor da dicta Ordem e eu dicto Gill Vaaz da Cunha, *convém a saber*, vesitamdo nos as igreijas da vila d'Almada que foy em o mes d'Agosto da Era de mill IIII^oLXXVIII^o annos amtre as outras cousas achamos que as ditas igreijas tinham apartado per a sua fabrica todollos dizimos de huum certo lemite de terra sem delles aver cousa algũa a terça do prellado, nem o comendador, nem os crerigos e o dicto lemite era cada huum anno arrendado pellos priores e beneficiados e moordomo e escripvam da dicta fabrica e trazemdo em pregam pellas praças da dicta villa e asy achamos que os jazigos da covas dos que se emterram demtro nas ditas igreijas sempre foram atribuidos pera a dita fabrica. E por nos todo parecer cousa justa e bem ordenada per nossa vesitação mandamos que se fizesse asy como se sempre fizera. E depois desto andando (fl. 243) nos per vesitação em o dicto Meestrado el Rey noso senhor semdo prinçepe como perpetuu administrador que he da dita Ordem e por lhe parecer que era asy dereito nos escrepveo sobre este caso mandando nos que nas camaras do dito Meestrado leixasemos por vesitação que acudisem com o jazigo das igreijas e rendymentos e covas dos que se emterrasem demtro nas igreijas ao Mestre ou a seus almoxarifes e nas comendas e acudysem com o dicto remdimento das dictas covas aos comendarores e de suas comendas e a seus moordomos e feitores. O que asy visto per nos em comprimento do mandado do dicto senhor mandamos que se fizesse asy. Da quall cousa se agravaram muito a sua senhoria os comcelhos e homeens boons das villas de Setuval e d'Almada e pediram a Sua Alteza que esto quisese por a dereito e mandase que elles fosem ouvidos com sua justiça. E o dicto senhor visto seu pedir e por lhe parecer que lhe requeriam dereito cometeo a mim a dicta cousa e negocio mandando me que todo vise e ouvidas as ditas partes detreminase sobre ello o que achase que era dereito. E eu em comprimento do mandado do dicto senhor e com a deligencia que devia me despus a ello e achey que as ditas igreijas de Setuval tinham fabrica e de que aviam seus ornamentos e de que eram repairadas com outras necesidades e que sempre ouveram com a dicta fabrica os ditos jazigos e remdimentos delles. O que todo visto per mim per minha sentemça julguey e mandey que os ouvesem asy como os sempre ouveram e os dinheirros e penhores que o almoxarife do dito senhor tinha tomados e recebidos dos ditos jazigos per bem do mandado de Sua Alteza e noso susto (*sic*) dicto que os tornase aas ditas igreijas e aa dicta fabrica e a seus moordomos sobre o quall caso foy ordenado feito perante mim por parte das igreijas d'Almada, *convém a saber*, per Alvaro Vidall prior da igreija de Samtiaguio da dita villa em nome das ditas igreijas comtra Dom Joam Pimintell comendador da dita villa e comtra Afomso Goudim prior de Samta Maria desa mesma procurador e feitor do dicto comendador e foy tanto rezoado de hũa e da outra parte que per dereito achey que o dicto comendador nom podia de dereito levar o remdimento dos dictos jazigos e que avia (fl. 243) de tornar loguo aas ditas igreijas e aa sua fabrica dez mill reais bramcos que se amostrou que ho dicto Afomso Goudim dos ditos jazigos tinha recebido pollo dicto comendador per bem do mandado do dicto senhor e nosso acyma declarado o dicto Afomso Goudim perante mim confesou que recebera e que os tinha entregues a Joham de Mobilha procurador do dito Joam Pimintell comendador como fez certo per hũa comta que per mandado d'el Rei noso senhor dera perante Joam Rodriguiz Paez contador moor etc. O que todo visto per mim o dicto Alvaro Vidall me mostrou e apresetou ora sobre todo huum alvara do dicto Rei noso senhor cujo theor he este que se segue etc.:

Gill Vaaz amigo. O prior de Samtiaguio desta villa nos dise como o feito que vos cometemos que he ordenado amtre elle e o comemdador d'aquy sobre os jazigos

a muyto que he comcruso pera se poder despachar e por que a nos aprazeria muyto que o fose vos encomendamos que em maneira algũa se nom detenha mais e o detreminees como emtenderdes per dereito e agradecer vo lo emos muito. Escripto em Almada a sete dias de Setembro, Estevam Vaaz o fez de mill IIII^o LXXXVIII^o.

E visto per mim e principalmente como as ditas igreijas d'Almada tem a dita fabrica pera seus reparios e como sempre ouveram os dictos jazigos e rendimento das covas daquelles que se enterram nas dictas igreijas pera a dicta fabrica visto e examinado todo per mim per semtemça defenetiva julguo que as dictas igreijas ajam os dictos jazigos e rendimento deles como sempre ouveram e nam o dito comendador nem seus feitores nem outra algũa pesoa. E per esta mesma mando que o dicto Dom Joham Pimintel comendador dee e tome aas dictas igreijas e a sua fabrica os dictos dez mill reais bramcos que o dicto Afomso Goudim prior¹³⁰² confesou que recebera dos dictos jazigos que diz que entregou ao dito Joham de Movilha procurador do dicto comendador pois per dereito se mostra que lhe nom pertemcem nem os deve de levar e se alem desto pera a ordenaçam dos dictos jazigos das dictas covas dos que se asy emterram dentro nas ditas igreijas algũa deçaraçam mai<s> lhe for necesaria pera saberem melhor o que ham de fazer e a maneira que hão de ter e o que hão de levar ajam o trelado do regimento (fl. 244v) que per minha senhoria mandei na maneira que se tivese nas igreijas de Setuval. E per elle estem daquy em diamte ficamdo resguardado aas dictas igreijas d'Almada a todo seu dereito averem de demandar achamdo se que o dito comendador ou seus feitores receberam mais outro algum dinheirro dos dictos jazigos. E asy fique resguardado ao dicto comendador todo seu dereito d'algũa duvida se a sobre esto tiver com o dicto Afomso Goudim prior de Samta Maria de a requererem peramte quem dereito for. E seja sem custas visto como todos tinham rezam de letigar. Dada em Alhos Veedros a V dias do mes d'Outubro, Alvaro Diaz de Freellas escripvam da vesitaçam e do cartorio e do judicial da dita Ordem per autoridade reall d'el Rey noso senhor a fez anno do nacemento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill IIII^o LXXXVIII^o annos. Joham Nunez Parez (*sic*) tabeliam em a dita vila de Setuval pello senhor Dom Jorje filho d'el rei Dom Joham que Deus tem como guovernador e perpetuu administrador que he dos Meestrados de Santiago e d'Avis que esta sentemça treladei e com o propio comercei e aquy meu pubrico sinall fiz que tall he.

A qual semtemça o Mestre nosso senhor aquy mandou treladar e mamdou a mim notairo apostolico que ha¹³⁰³ concertase e subscrepvese e asynase de meu synal apostolico pera valer e fazer fee. A qual eu concertey com ho dito trelado verdadeiramente e subscrepvii aqui e asyney de meu synal apostolico que tall he per mandado do dito senhor. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram o licenciado Francisco Barradas, comendador de Mougelas, chanceler do dito senhor e juiz das Ordens de Santiago e d'Avis e Joham Godinho e Pero Alvarez comtadores do dito senhor e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que esta sentença fiz screpver e subscrepvii aquy e asyney como dito he. Nam seja duvida no riscado onde diz "treladase" per que ho fiz ser verdade.

(*Sinal notarial*)

¹³⁰² Segue-se uma palavra riscada.

¹³⁰³ Segue-se riscado: "treladase".

(fl. 244v, em branco)

(fl. 245)

266

S/d.

Inserere: 1500, Abril, 1 – Roma; 1505, Dezembro, 12 – Roma; 1507, Maio, 17 – Roma; 1507, Junho, 12 – Roma; 1507, Junho, 12 – Roma

Comservatoria da Ordem d'Avis a qual esta no cartorio da dita Ordem.

Julius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus universis archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis cantoribus thesaurariis et quibusvis aliis personis dignitate ecclesiastica peditis ac metropolitanensi et aliarum cathedralium ecclesiarum canonicis ac eorundem archiepiscoporum et episcoporum officialibus et vicariis in spiritualibus generalibus ubilibet constitutis salutem et apostolicam benedictionem. Militanti ecclesie licet immeriti disponente domino presidentes circa curam ecclesiarum et miliciarum omni solercia reddimur in defessa solliciti ut juxta debitum pastoralis officii eorum occurramus dispendiis et profectibus divina cooperante clemencia salubriter intendamus. Sane dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbiensis administratoris perpetui per Sedem Apostolicam deputati magistratus Milicie de Avis Cisterciensis Ordinis ac universorum priorum preceptorum comendatorum et singulorum militum et fratrum eiusdem milicie conquestionem percepimus quod nonnulli archiepiscopi episcopi et aliarum ecclesiarum prelati et clerici ac ecclesiastice persone tam relegate quam seculares necnon duces marchiones comites barones nobiles milites et laici comunia civitatum universitatum opidorum castrorum villarum et aliorum locorum et alie singulares persone civitatum et diocesem ac aliarum partium singularum diversarum occuparunt et occupari fecerunt castra villas et alia loca nemora molendina prata terras domos possessiones iura et jurisdictiones necnon fructus redditus census et proventus magistratus prioratum comendatarium preceptoriarum aliorumque beneficiorum eiusdem milicie et nonnulla alia bona mobilia et immobilia spiritualia et temporalia ad magistratum pro tempore et priores et preceptores comendatores milites fratres familiares et servitores ac vasallos milicie predictae necnon magistratus prioratus preceptorias comendatarias et beneficia huiusmodi comuniter vel divisim spectantia etiam in gravem magistratus prioratum preceptoriarum comendatarum et aliorum beneficiorum lesionem nonnullis nobilibus et clericis ac laicis concessa et alienata fuisse et ea detinent indebite occupata seu ea detinentibus prestant auxilium consilium vel favorem. Nonnulli etiam civitatum et diocesum et partium predictarum que nomen domini in vacuum recipere non formidant eisdem Georgio prioribus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus et servitoribus ac vasallis super predictis castris villis terris nemoribus molendinis pratis domibus possessionibus iuribus jurisdictionibus fructibus censibus redditibus et proventibus eorundem et quibusvis aliis bonis mobilibus et immobilibus spiritualibus et temporalibus ac libertatibus exemptionibus et privilegiis dicte milicie rebusque et personis eiusdem tam a romanis pontificibus predecessoribus nostris quam aliis principibus secularibus concessis necnon aliis rebus ad eosdem administratorem magistratum priores preceptores comendatores milites fratres familiares et servitores ac vasallos magistratum (fl. 245v) preceptorias comendatarias et beneficia huius-

modi comuniter vel divisim spectantibus ac in eorum personas multiplices molestias injurias inferunt et jacturas. Quare ipse Georgius dux et administrator priores preceptores comendatores milites et fratres nobis humiliter supplicarunt ut concessdem (*sic*) valde redditur difficile pro singulis querellis ad apostolicam sedem habere recursum providere ipsis super hoc paterna diligencia curaremus. Nos igitur adversus occupatores detentores presumptores molestatores et injuriatores huiusmodi illo volentes eisdem administratori et pro tempore magistro prioribus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus servitoribus ac vasallis remedio subvenire per quod ipsorum conpescatur temeritas et aliis aditus committendi similia precludatur ac ipsos Georgium ducem et administratorem priores preceptores comendatores milites et fratres a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sentenciis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad estentum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per nos vel alium seu alios etiam si sint extra loca in quibus deputati estis conservatores et iudices ea que de bonis magistratus prioratum comendatariarum et aliorum beneficiorum huiusmodi per concessiones predictas alienata inveneritis illicite vel distracta ad jus et proprietatem magistratus prioratum comendatariorum et aliorum beneficiorum prout de jure fuerit faciendum legitime revocare curetis prefatis Georgio duci et administratori et pro tempore magistro prioribus preceptoribus comendatoribus militibus fratribus familiaribus servitoribus ac vasallis efficacis defensionis presidio asistentes non permittatis eos super hiis et predictis exemptionibus et privilegiis necnon quibuslibet aliis bonis et unibus ad ipsos administratorem magistrum priores preceptores comendatores milites fratres familiares servitores ac vasallos magistratum miliciam prioratus preceptorias et beneficia huiusmodi ut premittitur communiter vel divisim spectancia ab eisdem vel quibusvis aliis indebite molestari vel eis gravamina seu dampna vel injurias irrogari facturi dictis administratori et magistro pro tempore prioribus preceptoribus comendatoribus militibus et fratribus familiaribus servitoribus et vasallis com ab eis vel eorum procuratoribus futuris requisiti de predictis et aliis personis quibuslibet super restitutione huiusmodi castrorum vyllarum terrarum domorum et aliorum locorum nemorum molendinorum pratorum jurisdictionum jurium et bonorum mobilium et immobilium reddituum quoque et proventuum ac aliorum quorumcunque bonorum ac predictorum exemptionum et privilegiorum nunc et pro tempore concessorum conservatione necnon de quibuslibet molistiis injuriis atque dampnis presentibus et futuris in illis, videlicet, que judicalem requerunt indaginem sumarie simpliciter et de plano ac sine strepitu et figura iudicii in aliis vero prout qualitas eorum exegerit justitie complementum occupatores (fl. 246) seu detentores huiusmodi presumptores molestatores injuriatores necnon contradictores quoslibet et rebelles cuiuscunque dignitatis status gradus ordinis vel conditionis extiterint quoandocunque vel quotienscunque expedierit auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam appellacione postposita compescendo invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Ceterum si per sumariam informationem super hiis per vos habendam etiam vobis constiterit quod huiusmodi occupatorum detentorum presumptorum malefactorum injuriatorum ac contradictorum et rebellium presentiam pro tempore morari contigerit pro monitionibus et requisitionibus ac citationibus per vos vel aliquem vestrum de ipsis faciendis tute secure vel comode haberi nequiverit nos vobis monitiones et requisitiones huiusmodi ac citationes quas libet etiam ad effectum declarandi illos incidesse censuras huiusmodi (?) per edicta puprica loris

afigendis¹³⁰⁴ publicis in partibus illis vicinis de quibus sit verisimilis conjectura quod ad noticiam citatorum et monitorum huiusmodi pervenire valeant faciendi ac legentis servatis processibus censuras huiusmodi iteratis vicibus aggravandi plenam et liberam necnon presentium concedimus facultatem volentes et decernentes quod monitiones et requisitiones huiusmodi ac citationes per inde ipsos citatos requisitos et monitos ut premititur attent ac si eis facte et insimiate personaliter et presencialiter legitime fuissent. Non obstantibus felicitis recordationis Bonifacii Pape VIII predecessoris nostri quibus cavetur nequis extra suam diocesem et civitatem nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dictam a fine diocesis sue ad iudicium evocetur seu ne iudices et conservatores a sede deputati predicta extra civitatem et diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscumque procedere seu alii vel aliis vices suas committere aut aliquos ultra unam dictam a fine diocesis eorundem trahere presumant dum modo ultra tres dictas aliquis autoritate presentium non trahatur seu quod de aliis quam de manifestis injuriis et violentiis et aliis que iudicalem requerunt indaginem penis in eos si secus egerint etiam id procurantes adiectis conservatores se nullatenus intromittant quam aliis quibuscumque constitutionibus a predecessoribus nostris romanis pontificibus tam de iudicibus delegatis et conservatoribus quam personis ultra certum numerum ad iudicium non vocandis aut aliis editis que vestre possent in hac parte jurisdictioni ac potestati eiusque libero exercicio quomodolibet obviare. Quodque vos filii vicarii officiales ac canonice de personis que deputari conservatores debent non sitis seu si aliquibus comiter vel divisim a predicta sit sede indultum quod excommunicari suspendi vel interdici seu extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eorum personis locis et ordinibus et nominibus propriis mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscunque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totali non insertam vestre jurisdictionis explicatio in hac parte valeat quomodolibet impediri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris literis de verbo ad verbum mencio specialis. Ceterum volumus et apostolica autoritate decernimus quod quelibet vestrum prosequi valeat articulum etiam per alium inchoatum quamvis idem inchoans nullo fuerit impedimento canonico (fl. 246v) prepeditus quodque a data presentium sit nobis et unicunquē vestrum in premissis omnibus et eorum singulis ceptis et non ceptis presentibus et futuris perpetuata potestas et iudicium attributa ut eo vigore eaque firmitate possitis in premissis omnibus ceptis et non ceptis presentibus et futuribus et pro predictis procedere ac si predicta omnia et singula coram vobis cepta fuissent et iudicium vestra et cuiuslibet vestrum in predictis omnibus et singulis per citationem vel modum alium perpetuata legitime extitisset. Constitutione predicta super conservatoribus et alia qualibet in contrarium edita non obstante vestrum quantum difficile foret presentes litteras ad singula quibus de illis fides facienda fuerit loca deferre volumus et eadem apostolica autoritate decernimus quod ipsarum transumptis manu publici notarii scriptis et sigilo alicuius prelati vel persone in dignitate ecclesiastica constitute aut curie ecclesiastice munito in iudicio et alibi ubi opus fuerit eadem prorsus fides adhibeatur et firmiter stetur in omnibus et per omnia que adhiberetur eisdem presentibus litteris si fuerint exhibite vel ostense presentibus preteritis futuris temporibus duraturis. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo kalendas Aprilis. Anno pontificatus nostri secundo.

¹³⁰⁴ Palavra corrigida.

Confirmaçam apostolica do estatuto que fez o Mestre com os cavaleiros d'Avis
pera testar.

¹³⁰⁵Julius episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam ad pia et meritoria opera quibus fratres milicie de Avis Cisterciensis Ordinis pro fide christiani viriliter pugnantis intendunt nostre considerationis oculos extendentes pro multis laudabilibus meritis quibus fratres ipsi domno complacere student merito circa ea que fratrum eorundem felicem statutum conservunt favorabiliter intendimus ac ea que propterea processisse dicuntur cum a nobis petitur apostolico munimine roboramus. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbriensis administratoris dicte militie per Sedem Apostolicam specialiter deputati ac modernorum prioris et preceptoris maioris ac celararii et sacriste necnon Didaci d'Azambuja et Johannis Petri utriusque juris doctoris fratrum difinitorum capituli ac aliorum militum et fratrum dicte milicie nobis nuper exhibita petitio continebat quod alias in capitulo generali dicte milicie die quinta Augusti proxime preteriti in domo hospitalis Beate Marie Anunciate opidi de Setuval Ulixbonensis diocesis juxta laudabilem eorum consuetudinem pro tractandis et expediendis rebus dicte militie capitulariter congregati provide considerantes quod licet alias eidem militie per quondam Johanem XXIII in sua obediencia de qua partes ille tunc erant nuncupatum indultum fuisset quod milites et fratres domos de Avis dicte militie tunc et pro tempore existentes tam de medietate omnium bonorum mobiliium tempore obitus sui penes eos existentium quos de fructibus et redditibus preceptoriarum et comendarum suarum ac aliorum bonorum per eos eorum industria acquisitorum in vita eorundem vel in ultima voluntate testamenta condere et in eorum testamentis quascunque personas tam seculares quam (fl. 247) ecclesiasticas executores qui voluntates eorundem jstancium exequerentur deputare possent et si forsan dicti milites in guerris sine bellis in servitio regum et pro defensione regni Portugalie et Algarbii sine contra christianos hostes regum et regnorum huiusmodi aut infideles pugnando vel alias ab intestato et improvisa morte decederent extunc prior dicte domus de Avis pro tempore existens et illius unos miles milicie quem eiusdem militie Magister duceret eligendum omnem diligenciam ad libere tenerentur pro recuperanda medietate bonorum mobiliium per milites ab intestato huiusmodi decedentes tempore obitus eorum dimissorum et pro remuneratione eorum qui eis in vita servierunt ac animarum defectorum salute arbitrio magistris prioris et fratris per magistrum electi huiusmodi distribuenda ac postmodum per Sedem Apostolicam fratribus militibus qui de cetero habitum per fratres dicte militie gestari solitum susciperent et professionem per eosdem fratres emitti solitam emitterent indultum fuerit quod matrimonium contrahere possent prout quam plures ex fratribus dicte militie qui postmodum habitum per dictos fratres gestari solitum susceperunt et professionem per eosdem fratres emitti solitam emiserunt vigore dicti indulti matrimonium contraxerunt et liberos susceperunt. Quia tamen nec eis quibus matrimonium contrahere permissum fuerat nec aliis antiquioribus militibus sub indulto huiusmodi nimine comprehensis de bonis immobilibus tam inter vivos quam in ultima voluntate disponendi facultas concedebatur experientia compartum fuerat quando ipsi cum periculo animarum suarum ac jactura et danpno dicte militie multos illicitos contractos inire et modos quibus dictam militiam bonis immobilibus per eos acquisitis defraudarent invenire querebant. Premissis fraudibus obviare ac animarum militum et fratrum saluti necnon militie huius-

¹³⁰⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "Esta esta no dos Privilegios fl.76".

modi utilitati consulere cupientes statuerunt et ordinarunt quod de cetero perpetuis futuris temporibus milites comendatores priores fratres et alie persone dicte milicie tunc existentes et que pro tempore essent de omnibus bonis suis mobilibus et immobilibus et aliis quibuscunque etiam patrimonialibus ac eis successioneibus quoruncunque eis pro tempore obvenientibus et per eos ex eorum industria vel aliis indecunque acquisitis ac fructibus redditibus et proventibus comendatariarum preceptoriarum beneficiorum porcionum stipendiorum tam inter vivos quam in ultimis voluntatibus disponere libere et licite possent dummodo milites comendatores priores fratres et persone prefati medietatem omnium fructuum et reddituum unius anni comendatariarum preceptoriarum beneficiorum porcionum stipendiorum et prestationum que a dicta militia habent magistro aut administratori dicte militie pro tempore existenti aut eius officialibus ad hoc per eum deputatis in tribus annis continuus a die per eos habitorum fructuum reddituum et proventuum stipendiorum ac prestationum huiusmodi computandis pro rata per solvere tenerentur que per prefatum magistrum (fl. 247v) seu administratorem predictum in fabricam dicte domus de Avis seu alium usum prout eidem magistro seu administratori videretur exponi debeant. Et si aliquis ex comendatoribus preceptoribus militibus prioribus fratribus et personis predictis facta huiusmodi solutione ab intestato mori contingeret eius bona tam immobilia quam mobilia ad eorum heredes qui alias eis si seculares fuissent ab intestato de jure succedere debuissent et si sine heredibus tunc militia huiusmodi eis succedere. Si vero facta aliqua parte non autem totali fructuum aut stipendiorum solutione decederent eorum heredes volentes residuum solucre statuto et ordinatione huiusmodi gaudere et eis succedere ac bona eorumdem quibus succederent habere deberint. Et si aliquis ex supradictis medietatem fructuum et reddituum ac stipendiorum huiusmodi solvere recusarent eo pretextu quod statuto ac ordinatione huiusmodi uti nollet talles recusantes solvere per magistrum seu administratorem aut officiales prefatos ad supplendum cogi et compelli possent prout in instrumento puprico desuper confecto dicitur plenius contineri. Quare pro parte Georgii ducis asserentis se clare memorie Johannis regis Portugalie et Algarbii huiusmodi natum existere ac prioris preceptoris cellararii sacriste difinitorum et aliorum militum et fratrum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut statuto et ordinationi huiusmodi pro eorum subsistencia firmiori robur apostolice confirmationis adicere aliasque in premissis opportune providere de begnitate apostolicam dignaremur. Nos igitur qui miliciam predictam et illius personas ad tam pium opus defensionis fidei institutum et ordinatum intendentes gerimus in visceribus nostre dilectionis ipsos Georgium ducem priores preceptores celararium sacristam difinidores ac milites et fratres dicte militie et eorum singulos a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sentenciis et censuris a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati statutum et ordinationem predicta¹³⁰⁶ ac prout illa concernunt omnia et singula in dicto instrumento contenta autoritate apostolica tenore presentium approbanus et confirmamus ac presentis scripti patrocínio comunimus non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus necnon stabilimentis usibus et naturis dicte militie juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis approbationis confirmationis et comuni-

¹³⁰⁶ Na margem esquerda, por outra mão: “[...]firmar statutum supra [...]tum”.

tionis infringere vel ei ausu temerario contraire siquis aut hec attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctu Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quingentesimo quinto¹³⁰⁷. Pontificatus nostri anno tertio.

(fl. 248)

Bula de despensaçam dos jeguuns (*sic*) e cirimonias da Ordem d'Avis.

Julius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis nobili viro Georgio duci Colimbriensi administratori per Sedem Apostolicam specialiter deputato ac priori maiori et preceptoribus militibus et fratribus militie de Avis Cisterciensis Ordinis presentibus et futuris salutem et apostolicam benedictionem. Laudibus et honore dignissimam nostre religioinis integritatem necnon felicia que pro fidei exaltatione contra christiani nominis inimicos certando peragitis opera cinseris contemplantes affectibus piis desiderii vestris illis presertim que animarum salutem ac comoda et utilitates respiciunt libenter annuimus eaque quantum com Deo possumus favoribus prosequimur opportunis. Sane pro parte vestra nobis nuper exhibita petitio continebat quod licet in fundatione et institutione milicie nostre que ad pugnam contra sarracenos Christi nominis hostes instituta et fundata fuit eius regula desuper et stabelimentis editis quam plura fuerunt ordinata et inter allia quod Magistri preceptores et fratres illius jejunare in Adventu Domini Nostri Jhesu Christi et singulis quartis et sextis feriis a festo Dominice Ressurrectionis usque ad festum Exaltationis Sancte Crucis mensis Semptembris dumtaxat exceptis jejunare ac singulis diebus cuiuslibet anni pro horis canonicis semptem spalmos penitenciales cum lettaniis et letanias ipsas genibus flexis in terra dicere et ad alias observationes et cerimonias obligantur et ob illarum non observationem peccatum mortale incurrant ac capitulum generale certo loco determinato celebrari debeat quam tamen cum Magistro preceptoribus et fratribus Milicie Sancti Jacobi de Spata per Sedem Apostolicam dispensatum fuit ne ipsi ad observationem aliorum jejuniorum quam eorum ad que alii Christi fideles seculares de jure obligati erant obligati essent cupitis nos similem gratiam a nobis obtinere quare pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vos a transgressionibus predictis absolvere ac alias super hiis opportune providere de begnitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui animarum periculis quantum com Deo possumus obviamus et illorum saluti ex paterne caritatis officio libenter consulimus huiusmodi supplicationibus inclinati nos et quemlibet vestrum a quibuscumque transgressionibus quas propterea etiam ob non observationem notorum in professionibus per nos emissorum jejunii et silentii ac recitationis horarum et aliarum ciremoniarum ac regularium institutorum dicte Militie vestre incurristis auctoritate apostolica absolvimus et absolutos fore nunciamus tibi que filii Georgi dux et successoribus tuis Magistris et Administratoribus capitulum generale quocumque loco celebrare ac tempore quo capitulum huiusmodi celebrari et contingerit tu filii prior et successores tui priores maiores Magistrum milites priores et fratres qui capitulo huiusmodi interfuerint dumtaxat et annis quibus huiusmodi capitulum non celebrabitur in maiori ebdomada dumtaxat et quolibet eiusdem ebdomade die sicut in dicto capitulo generali predictos et eorum quemlibet ab omnibus et singulis excommunicationis suspensionis interdictis aliisque ecclesiasticis sentenciis censuris et penis a

¹³⁰⁷ Na margem direita, por outra mão: "*pridie idus Decembris*".

iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis acnotorum quorumque juramentorum et mandatorum ecclesie transgressionibus penitentiarum eis injunctarum omissionibus horarumque canonicarum manuumque violentarum in quascunque personas invectionibus perjuriorum homicidii voluntarii casualis vel mentalis adulterii incestus sacrilegii et fornicationis (fl. 248v) reatibus necnon ab omnibus et singulis reatibus excessibus criminibus et delictis quantum cumque gravibus et enormibus de quibus corde contriti errore confessi fuerint etiam si talia forent propter que merito ordes predicta esset consulenda contentis in bulla que legitur in cena domini dumtaxat exceptis plenarie absolvere et pro commissis penitentiam salutarem iniungere et quelibet vestrum tam in dicto capitulo quam alibi ubicunque vos pro tempore residere contingerit unum duo vel tria altaria ibidem existencia que quelibet vestrum duxerit eligenda visitando omnes et singulas indulgencias ac peccatorum remissiones consequamini quas consequeremini si singulis quadragesimalibus et aliis quibuslibet anni temporibus et diebus quibus ecclesie urbis pro stationibus deputate vesitari solent personaliter visitaretis quodque¹³⁰⁸ tu prior omnibus militibus et fratribus predictis dicte milicie extra domos pro tempore existentibus licentiam peccata sua cuicumque presbitero seculari ve cuiusvis ordinis regulari confitendi ac eucharistie sacramentum recipiendi concedere ac vos et quelibet vestrum sepultura in quavis ecclesia sicut et alii Christi fideles eligere possunt eligere ac letanias non genibus flexis sed arbitrio vestro recitare possitis ac ad alia jejunia preter quam ad illa ad que tenentur alii Christi fidelis seculares dummodo loco jejuniorum huiusmodi aliquas competentes elemosinas faciatis ac ceremonias huiusmodi servandum quas hic pro expressis haberi volumus de cetero servare non teneamini premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ac stabelimentis usibus et naturis dicte milicie juramento vel confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis nequamque obstantibus autoritate apostolica tenore presentium de specialis dono gratie indulgemus. Volumus autem quod penitentiam per confessorum idoneum quem quelibet vestrum duxerit eligendum propterea cuiuslibet vestrum¹³⁰⁹ indulgendam adimplere teneamini alioquin absolutio et presentes littere quo ad absolutionem huiusmodi dumtaxat nullatenus nobis suffragentur sintque nullius roboris vel momenti. Nulli ergo hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis nuntiationis indulti et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Date Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis dominice millesimo quingentesimo septimo, sextodecimo kalendas Junii, pontificatus nostri anno quarto.

Bula per que o Papa concede que seis capelães do senhor Mestre Dom Jorje levem o goso de seus beneficyos.

Julius episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio nobili viro Geor[gi] duci Colimbrisensis, salutem et apostolicam benedictionem. Exigunt sincere devocionis affectus et integra fides quibus nos et romanam ecclesiam reverteris ut tui consideratione tuis obsequiis insistentes specialibus favoribus et (fl. 249) gratis prosequamur huic est quod nos volentes te que magistratum Sancti Jacobi de Spata et de Avis miliciarum perpetuus administrator et

¹³⁰⁸ Palavra corrigida que suscita dúvidas de leitura.

¹³⁰⁹ Palavra corrigida.

ut asseris clare memorie Johannis 2ⁱ regis Portugalie natus existis favore prosequi gratioso teque a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sentenciis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existis ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes tuis in hac parte supplicationibus inclinati sex ex capellanis capelle tue que nunc sunt et pro tempore erunt quos duxeris eligendos quandiu in capella predicta resederint seu etiam de limina tua a dicta capella non tamen ultra quatuor menses cuiuslibet anni absentes fuerint ut omnes et singulos fructus redditus et proventus omnium et singulorum beneficiorum et ecclesiasticorum cum cura et sine cura secularium et quorum vis ordinum regularium que etiam ex quibusvis concessionibus et dispensationibus apostolicis in quibusvis ecclesiis sine locis obtinent et in posterum obtinebunt etiam si canonicatus et prebende dignitates personatus administrationes vel officia in cathedralibus etiam metropolitanensi post pontificales majores seu colegiatis ecclesiis huiusmodi principales regularia vero prioratus prepositure prepositatus dignitates etiam conventuales personatus administrationes vel officia fuerint et personalem residentiam tam de jure quam ex statuto vel consuetudine aut fundatione vel alias quomodolibet requirat et ad prioratus preposituras personatus dignitates prepositatus administrationes vel officia huiusmodi consueverint que per electionem assumi eisque cura immineat animarum cum ea integritate quod quotidianis distributionibus dumtaxat exceptis libere percipere valeant coarctari apostolica autoritate tenore presentium de sepecialis dono gratie indulgemus. Non obstantibus si dicti capellani in ecclesiis sine locis huiusmodi primam non fecerint residentiam personalem consuetam ac felicitis recordationis Bonifacii VIII predecessoris nostri per quam concessionem huiusmodi sine predefinitione temporis fieri prohibentur ac aliis tam apostolicis quam in provincialibus et sinodalibus conciliis editis constitutionibus necnon dictarum ecclesiarum iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus etiam si dicti capellani de illis servandis et non impetrandis licteris apostolicis contra ea et licteris ipsis non utendo etiam ab alio vel aliis impetratis sive alias quoniam modo concessis per se vel eorum procuratores prestiterint hactenus vel in posterum contigerit prestare forsitan juramentum; seu si locorum ordinariis ab apostolica sit sede concessum vel medio tempore vel concedi contigerit quod canonicos et personas ecclesiarum suarum civitatum et diocesum etiam in dignitatibus personatibus administrationibus vel officiis constitutis per subtractionem proventuum beneficiorum suorum ecclesiasticorum vel alii compellere (fl. 249v) valeant ad residendum personaliter in eisdem aut si ordinariis et capitulis prefatis vel quibusvis aliis comuniter vel divisim ab eadem sit sede induleum vel in posterum concedi contigerit quod canonicis et personis ecclesiarum ipsarum etiam in dignitatibus personatibus administrationibus vel officiis constitutis non residentibus in eisdem aut quod in eis primam non fecerit residentiam personalem consuetam; fructus redditus et proventus canonicatum et prebendarum aut dignitatum personatum administrationum vel officiorum aliorumque beneficiorum ecclesiasticorum dictarum ecclesiarum ministrare minime teneantur et ad id compelli non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbo de huiusmodi indulto mentionem et quibuslibet aliis privilegiis indulgentiis et literis apostolicis generalibus vel specialibus quoruncunque tenorum existant per que presentibus non expressa vel totali non in certa effectus huiusmodi gratie impediri valeat quomodolibet vel differri et de quibus quorum totis tenoribus habenda sit in nostris litteris mentio specialis; promiso quod beneficia huiusmodi debitis propterea non fraudentur obsequiis et animarum cura in eis quibus illa immineat nullatenus negligatur sed per bonos et sufficientes vicarios quibus de benef-

ficiorum ipsorum proventibus necessaria congrue ministrentur diligenter exerceatur et deseratur ibidem laudabiliter in divinis. Nulli ergo hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis et indulti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presunserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Date Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quingentesimo septimo, pridie idus Junii. Pontificatus nostri anno quarto.

Julius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Elborensis (?) et dilectis filiis cantori ecclesie Ulixbonensis ac officiali Bracharensi, salutem et apostolicam benedictionem. Hodie dilecto filio nobili viro Georgio duci Colimbrisensi ut sex ex capellanis dicte capelle Georgii ducis que tunc erant et pro tempore essent quos duceret eligendos quandiu in capella predicta residerent seu etiam de licencia sua a dicta capella non tam ultra quatuor menses cuiuslibet anni absentes forent fructus redditus et proventus omnium et singulorum beneficiorum ecclesiasticorum cum cura et sine cura secularium et quorumvis ordinum regularium que etiam ex quibusvis concessionibus et dispensationibus apostolicis in quibus ecclesiis sive locis obtinebant et in posterum obtinerunt cum ea integritate quoti<di>anis distributionibus dumtaxat exceptis libere percipere velerent cum qua illos perciperent si in ecclesiis sive locis huiusmodi personaliter residerent et ad residendum interim in eisdem minime tenerentur nec ad id a quoquam inniti valerent coarctari indulsimus gratiose prout in nostris literis inde confectis plenius continetur. Quocirca discrecioni vestre per apostolica scripta (fl. 250) mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum postquam dicte littere vobis presentate fuerint per vos vel alium seu alios eisdem sex capellanis quoad vixerint vel procuratoribus suis eorum nominibus faciatis auctoritate nostra fructus redditus et proventus prefatos juxta huiusmodi nostre concessionis tenorem integre ministrari non permittentes eos per quoscunquam locorum ordinarios et dilectos filios dictarum ecclesiarum capitula seu quoscunquam alios ad residendum in eisdem ecclesiis sive locis compelli aut allis contra huiusmodi nostre concessionis tenorem quomodolibet molestari contradictores auctoritate nostra appellacione postposita compescendo. Non obstantibus omnibusque in dictis literis volumus non obstare seu si ordinariis et capitulis predictis vel quibusvis aliis comuniter vel divisim ab eadem sit sede indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbo de indulto huiusmodo mentionem. Date Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quingentesimo septimo, pridie idus Junii. Pontificatus nostri anno quarto.

E trelladas asy has ditas bullas como dito he ho dito Joham da Gama me pedio de todo huum estormento. E eu dito notayro per mandado do dito lecemceado juiz lho dei. Testemunhas que presentes foram hos sobreditos Pere (sic) Alvarez contador e Diogo Coelho e Gastam Diaz e outros. E eu sobredito Dioguo Barradas creligo d'ordeens menores per autorydade apostolica notayro que a todo presente fuy, vy e ouvy e este presente estormento fiz e escrevy e em fee e testemunho de verdade de meu puprico e acostumado synal corroborey. *Anno, die, mense quibus supra rogatus et requisitus.*

(Sinal notarial)

(fl. 250v, em branco)

(fl. 251)

267

1508, Julho, 7 – Alcochete

Trelado da semtemça que o Mestre noso senhor ouve dos pardieiros que estam junto dos paços da Ordem de Setuval.

Dom Manuel pela graça de Deus rey de Portugall e dos Algarves, d'Aquem e d'Alem maar em Africa, sennhor de Guinee e da Comquista, Navegação, Comercio d'Etiopia, Arábia, Persya e da Imdia. A todollos corregedores, ouvidores, juyzes e justiças, officiaes e pessoas de nosos regnons a que o conhecimemto desto per qualquerguisa que seja pertemcer e esta nosa carta de sentença for mostrada saude. Sabede que peramte nos e ho juiz dos nosos feytos em esta nosa corte se traoutou huum feyto amtre partes, *convém a saber*, o mestre d'Avis¹³¹⁰ e Santiaguio meu muyto prezado e amado sobrinho como autor de hũa parte comtra Dom Bernaldo noso camareiro moor como reo da outra em o qual feyto o dito autor veo com huum libello dizemdo em elle que era verdade que estamdo a dita Ordem de Santiaguio per X, XII, XIII, XIII^o anos em pose de huuns pardieiros que estavam em Setuval, *convém a saber*, pardieiro grande asy como partia ao sull com o muro e ao norte com ruas pupricas e ao levamte com casas de Martim Rodriguiz pryor de Sam Gião. E asy d'outros pardieiros que ao norte e levamte partiam com paços da Ordem e ao sull com casas de Diogo de Revoredo e ao poemte com rua puprica. E estamdo nesta dita pose o reo se emvestira esbulhamdo a dita Ordem da sua posse como de feyto oje em dia o tinham esbulhada e que desto era puprica voz e fama pedimdo nos o dicto autor em nome da dita Ordem que per bem do que dito era per nosa final semtemça restetuysemos a dita Ordem aa pose dos ditos pardieiros com todallas rendas e bemfeitorias e<o> condenasemos nas custas seguundo todo esto e outras muitas cousas melhor e mais conpridamente eram comteudas em o dicto libello. O quall nos julgamos que procedia e o comtestamos pollo reo pela clausula jerall e julgamos que comtestava quanto avondava. E por quanto o dicto libello articollado julgamos os artigos por pertecentes e mamdamos ao dito reo que se tevese comtrariadade que viesse com ella com a qual viera dizemdo que amte do anno do nacimiento de Noso Sennhor Jhesus Christo de mil IIII^o LXXX (fl. 251v) e oyto huum ano ou dous o tempo que vier em verdade estamdo a Imfante Dona Briatriz que Deus aja em pose pacifica dos pardieiros da comtemda como cousa sua e de patrymonyio ell rey Dom Joham que Deus aja lhos comprara e os mandara poer em os propios seus avemdo a pose reall e actual delles e comtinuamdo a sem em tempo allguum ser fora della e asy de sua mão e comsintimemto tivera neles Martim Neto hũuas logeeas de sallgar que tinha feytas em tempo da dita senhora Imfante cujos amte eram. E que per falecimento do dito senhor nos o socederamos em todo e comtinuando a pose dos dictos pardieiros fezeramos delles merce a Dom Joham Manuel noso camareiro moor que Deus aja pay do reo pera sy e seus erdeiros. O quall a perdera e a querera e ouvera a pose reall e actual delles e yso mesmo de sua mão leixara estar o dicto Martim Neto com suas logeeas neles sem nunqua em tempo allguum per imtrevallo a perder e comtinuando a asy viria a fallecer e que per falecimento do dito Dom Joham seu pay elle ficara seu universall erdeiro. E asy tomando a pose de sua fazemda Dom Nuno seu tyo e titor e curador de sua fazenda tomara e comtrariara a pose dos ditos pardieiros e a tivera e tinha oje em dia sem nunqua per imtrevalo allguum de tempo nem momento a perder nem de

¹³¹⁰ Sobre esta palavra foi escrito o número 2.

leixar de continuar leixando de seu prazer e comsyntimemeto estar o dito Martim Neto como amte estava. A quall pose estava vaga ao tempo que ha tomara sem ser ocupada per pesoa allgua e que desto era puprica voz e fama etc. segumdo todo esto e outras cousas milhor e mais compridamente eram conteudas em seus artigos de comtrariidade e antes de lhos recebermos nos foy oferecido por parte do dito Mestre huum alavara que o dito senhor mandara a Joham Godinho comtador do Mestrado de Santiago (fl. 252) em o quall alvara se comtinha que os pardieiros que elle ouvera da dita lmfamte que tinha Martim Neto e Fernand'Afonso em a villa de Setuval junto com os paços da dita villa os fezese loguo asemtar nos livros da dita Ordem. E se os ditos pardieiros estevesem ocupados com allgũa cousa que os fezese despejar porque asy ho avia por bem e seu serviço etc. seguundo se no dito alvara mais compridamente comtinha apresentando com elle huum estromento da pose que tomara dos ditos pardieiros per virtude do dito alvara sobre o quall alvara e estromento de pose os procuradores das partes rezoaram tamto que o feyto foy per amte nos concluso. O qual visto per nos acordamos que recebiamos a comtrariidade do reo e mamdamos ao autor que se tevese reprimcam que viesse com ella com a qual viera dizemdo que depouys que ell Rey que Deus aja ouvera o pardieiro da contemda per compra tamto que hos comprara aos IIIIº dias do mes d'Abryl da Era de IIIIºLXXXIX pasara seu mamdado como Mestre e governador perpetu que era da Ordem de Santiago pera Joham Godinho comtador do dito Mestrado que fezese loguo asemtar os ditos pardieiros da contemda nos seus propios da dita Ordem. E que se os ditos pardieiros estevesem despejados¹³¹¹ que os fezese logo despejar e comprise o dito mamdado e que tanto que ho dito mandado fora trazido da vila de Beja omde se fezera aa dita vila de Setuval aos VIIIº dias do mes d'Agosto da dita Era de IIIIºLXXXIX. Em conprimemto delle tomara pose dos ditos pardieiros da contemda, *convém a saber*, do pardieiro grande asy como partia ao sul com muro e ao norte e poemte com ruas pupricas e asy doutros pardieiros que ao norte e levante partem com paços da dita Ordem e mamdara a Martim Neto e a Fernand'Afonso que os despejase e asy tomara o dito comtador a pose per a dita Ordem e o asemtara em seus propios e esto fora antes que nos desemos os ditos pardieiros e fezese merce delles ao dito pay do reo (fl. 252v) per maneira que os ditos pardieiros foram feytos primeiro da Ordem e nom do dito Dom Joham. E por¹³¹² tamto a propriedade e pose delles pertemcia a dita Ordem e ao autor como Mestre della e nom ao reo porque ao tempo que a dita merce fora feyta ao dito pay do reo ja a dita Ordem avia muito tenpo que estava em pose dos ditos pardieiros e que desto era puprica voz e fama os quaaes artigos lhe per nos foram recebidos e mamdado ao reo que se tevese reprimcam que viesse com ella e por com ella nom viir o lamçamos della e mamdamos as ditas partes que fezese certo do conteudo em seus artigos que lhe eram recebidos pollos quaaes foram tirados emqueriçõeas de testemunhas as quaes nos ouvemos por acabadas, abertas e pupricas e mamdamos dar as vistas as partes polos quaaes foy em o dito feyto tamto rezoado que foy peramte nos finalmente concluso. O quall visto per nos com os do noso desembarguo em relaçam visto huum noso pase acordamos visto o lebello dado por parte da Ordem de Santiagu com sua reprimcam e contraryadade do reo e a prova e scripturas per huua parte e outra dadas e oferecidas e como se prova craramente a dita Ordem estar em pose dos pardieiros da contemda per bem de huum alavara d'el rei Dom Joham que Deus aja per que mamdou ao comtador da Ordem que metese os ditos pardieiros da contemda nos propios da Ordem. E estando a dita Ordem na dita pose o pay do reo sem mays citar nem demandar a dita Ordem sem emvestir na pose dos ditos pardieiros. O que todo asy vysto com o mais

¹³¹¹ Segue-se uma palavra riscada.

¹³¹² Palavra corrigida no início.

que pollos autos mostra que a dita Ordem deve ser restituída a pose dos ditos pardieiros em que dantes estava ficamdo resguardado ao reo todo seu direito acerca da propiedade se emtender que a tem per bem da doaçam que deles lhe foy fecta (fl. 253) per nos. E porem vos mamdamos que asy ho cumpraees e guardees e façaees compyr e gardar como per nos foy julgado, acordado e mamdado. E com esta nosa sentemça farees requerere ao dito reo que dee e pague ao dito Mestre trezemtos e cincoemta tres reais que por elle pagou ao scripvam do feyto do que por sua parte em elle screpveo. E se elle logo pagar nom quiser vos o fazee penhorar em tantos de seus beens movees e os fazee vemder e rematar aos tempos conteudados em nosas ordenaçõeas em tall maneira que o dito Messtre seja logo pago dos ditos III^oLV reais e asy lhe farees maiys pagar XX reais que por elle pagou ao comtador que o dito feyto comtou do que a sua parte montava. Dada em Allcouchete aos VII dias do mes de Julho ell Rey o mamdou pollo doutor Ruy Boto do seu conselho e chanceler mor em todos seus regnos e senhorios e polo licenciado Ruy da Gram do seu conselho e desembargador dos agravos que o despacho do dito caso cometeo. Pero da Maya por Joham Serrão cavaleiro da casa do dito senhor e scripvam dos seus feytos a fez. Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de myl V^o oyto annos.

(fl. 253v)

268

1508, Julho, 24 – Setúbal

Trelado do estromento da pose que esta nas costas da sentença dos pardieiros de Setuall.

Saibham quamtos os que <este> estromento de pose dado per mamdadaoe autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil V^o oyto anos aos XXIII^o dias do mês de Julho em a villa de Setuval na Rua Dereita a porta de Diogo Dominguez cyrieiro semdo no dito logo Pero Rodriguiz de Porrás escudeiroda casa d'el Rei nosso senhor juiz ordenairo na dita vila presentemte elle pareceo Joham Godinho cavaleiro da casado do Mestre de Santiago e d'Avis nosso senhor comtador em a dita villa per o dito senhor Mestre etc. e logo per ele foy apresentada ao dito juiz esta sentença do dito senhor Rey desta outra parte scripta e lhe requireo que per vertude della o mamdase logometer de pose dos pardieiros que estam de tras os paços do dito senhor Mestre que foram da Infamte que Deus aja e lhe comprise a dita sentemça segundo que se nela contem e requireo a mym tabeliam que ho screpevese asy etc. E visto per o dicto juiz a dita sentença do dito senhor logo em comprimento della dise a mim tabeliam que eu lhe fose dar a pozse dos ditos pardieiros que lhe dese huum estromento da dita pose. E eu tabeliam logo no dito dia a tarde seria ja ao syno da Tryndade em a dita vila de Setuval dentro nos pardieiros que forom da senhora¹³¹³ Infamte comteudos nesta sentença empresemça de mim tabeliam e das testemunhas ao diamte nomeadas pareceo hy o dito João Godinho comtador e logo per ele foy dicto que per poder e virtude desta sentença do dito senhor em nome do dito senhor Mestre e da dita Ordem de Santiago ele tomava a pose dos ditos pardieiros asy de logeas de salgar sardinhas como de pedra e telha e paredes per terra e vista d'olhos e pegamento de pees tomando paaos e pedra e telha nas mãos e dizendo que se avya por emvestido em pose dos ditos pardieiros em nome da dita Ordem

¹³¹³ Segue-se riscado: "d".

emvestido na dita pose deles asy autual, real, corporall posyçam e que pedia a mym tabeliam que lhe (fl. 254) dese huum estromemeto da dita pose do quall tomou paaoo, pedra, telha e terra nas mãaos abrimdo e çarramdo hūuas portas e dizemdo que se avya por metido eemvestido na pose dos ditos pardieiros asy o dito Mestre como a dita Ordem. E eu tabeliam per vertude da dita sentença e mamdado do dito juiz lhe dey a dita pose dos ditos pardieiros e logeas tanto quanto com direito devo e poso. E em testemunho desto lhe dey o dicto estromento da dita pose. Testemunhas a que no presentem estavam Joham Gomez Cidade e Mestre Francisco mercador e Amdre de Matos moço de estrebeira do dito senhor Mestre e outros. E eu Joham Fernandez Sardinha vasallo d'el Rei nosso senhor tabeliam na dita villa per o dito senhor Mestre de Santiago que este estromento per mamdado do dito juiz screpvy e em elle meu puprico synall fiz que tal he.

(fl. 254v)

269

1510, Outubro, 16 – Setúbal

Insere: 1510, Agosto, 6 – Setúbal; 1414, Janeiro, 26 – Santarém; 1510, Agosto, 6 – Setúbal; 1424, Julho, 24 – Alcácer do Sal; 1510, Agosto, 6 – Setúbal; 1341, Abril, 26 – Santarém

Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e dez annos aos XVI dias do mes de Outubro em a villa se Setuvel nos paços do senhor Mestre de Santiago e etc. nosso senhor estando hi o dicto senhor em desembarguo e asy estando hi o licenciado Afonso de Cervantes do desembarguo do dicto senhor e ouvidor de sua casa peramte elle ouvidor pareceo Diogo Beirão escudeiro da casa do dicto senhor e loguo per ell foi pidido em nome da dicta Hordem ao dicto ouvidor que mandase treladar em este lyvro de tombo da dicta Hordem em puprico certas sentenças que loguo apresentou escriptas em porgaminho e feitas e asynadas em puprico per Joham Fernandez tabeliam em esta villa. E visto todo pello dicto ouvidor mandou a mim tabalyam ao diamte nomeado que treladase as dictas sentenças e carta do lfamte apresentadas pello dicto Diogo Beirão em este lyvro de tombo e as comcertase e asynase de meu puprico em maneira que estevessem autorizadas e se dese a ello fee pera o quall ymtrepos sua autoridade hurdinaria e mandou a mim tabaliam que o screpvese asy todo da (sic) quaees dictas sentenças e carta do lfamte o trelado de verbo a verbo huum apos outro sam os seguintes. E eu Gaspar Fernandez tabaliam em a dicta villa pello dicto senhor esto screpevi.

(fl. 255) Trelado de hūua sentença d'el rey Dom Joham II sobre a fabrica da igreja de Setuval.

Saibam os que este estormento com o trelado d'hūa sentença d'el rey DomJoham da groriosa memoria em puvriqua forma dado per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mill e quenhentos e dez annos aos VI dias do mes d'Agosto em a villa de Setuvel demtro na casa de Samto Espirito semdo no dicto loguo o Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coymbra senhor de Montemoor o Velho e Torres Novas e das beatrias nosso senhor e etc. fazemdo vese-taçãoo na dicta casa peramte sua senhoria pareceo hi o licenciado Afomssso de Cervantes do desembarguo do dicto senhor ouvidor de sua casa em presemça de mym tabalyam e das testemunhas ao diamte nomeadas loguo hi pello dicto senhor foy mandado e pedido

a mim tabaliam que lhe dese por parte da dita Hordem huum estormento em puvriqua forma com o theor de hũa sentença do dicto Senhor Rey a quall estava na camara e a daria, entregaria loguo a mim tabaliam Gomez da Serra escudeiro¹³¹⁴ e scripvãao da camara que presentem estava a quall fallava sobre a fabriqa das ygrejas per quanto a dicta Hordem se emtemdia d'ajudar della e dizemdo loguo o dicto ouvidor que elle como justia antrepunha seu mandado e autoridade e via ordinaria e mandou a mym tabalyam que lhe dese e pasase aa dita Hordem o dicto estormento com o trelado (fl. 255v) da dita sentença a quall me foy dada era escripta em porgaminho e asellada com huum sello pemdente de cera. A quall sentença eu tabalyam tomey e treladey aquy de verbo a verbo este que se ao diamte segue:

Dom Joham pella graça de Deus Rey de Purtugall e do Algarve a vos Afomsso Vasquez Damtas nosso vasallo corregedor na correição d'Amre Tejo e Odiana saude. Sabe (*sic*) que damte vos veyo per apellação aa nosa corte huum feito que era amtre o comcelho de Setuvel per seu procurador autor de hũa parte e o Mestre de Samtiago outrosy per seu procurador reeo da outra per rezam que o dicto comcelho de Setuvel dizia que podia abeer cemto¹³¹⁵ annos e mais per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrairo que os pescadores do dicto loguo hordenarão amtre sy que dos pescados que matarem na ribeira e vyerem vender aa dicta villa desem esmolla pera refazimento das igrejas da dicta villa e hornamentos dellas da quall esmolla deziam que fizeram hũa remda chamada de Sam Giãao da quall elle autor loguo fora em posse arremdamdo a em cada huum ano a quem por ella mais dava fazemdo moordomo e escripvãao pera averem de despemder tomando lhe (fl. 256) dello comta. E deziam que estamdo asy de posse da dicta remda como dicto he que na Era que foy de mil IIII^o XXIII annos o Mestre Dom Fernand'Afonso que hemtão era por sua força e poderio se metera de posse da dicta remda e mamdo as proveer della e dezia que depois de sua morte o dicto reeo cobrara e ouvera o mestrado em a Era que foy de mil IIII^o XXVIII annos e outrosy cobrara loguo a pose da dicta remda por sua força e autoridade contra vomtade do dicto comcelho e levava as dictas remdas desde vymte annos aquaa. E porem pedia o dito comcelho que costramgesedes o dito reo que lhe deixasse a dicta remda pera aveer como sua que era e lhe pagasse huum comtrato d'aveer que sam mil vezes mil lybras que a dita remda ouvera os ditos vymte annos mais ou menos o que viesse em verdade segumdo em sua petição mais compridamte¹³¹⁶ era comteudo a quall foy julgada que procedia. E da parte do reeo foy comtestada della per comfisam e della per negaçam e sobre o negado foy filhada ymquirição a quall acabada e vista per vos julgastes que o dicto autor provava de sua temção o que lhe avomdava. E da parte do dicto reeo foram dadas rezões a embargar a defenetiva em que dezia que elle e seus amtecesores estiverão sempre em posse da dicta remda per dez e vynte (fl. 256v) e quoremta e sesemta annos e mais per tanto tempo que a memoria dos homeens nom era em contrairo despemdendo as dictas remdas em reparamentos das dictas igrejas sem comtradizimento do dicto autor e

¹³¹⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "escudeiro".

¹³¹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "quarenta".

¹³¹⁶ Na margem esquerda, de outra mão, repete-se a palavra "compridamte" que estava sublinhada no texto.

que porem nom era teudo de a leixar segumdo em suas razõees mais compridamente era comteudo. As quaees foram julgadas que procedião e da parte do dicto autor foram comtestadas pella crausolla gerall e sobre a dicta rezam foy filhada imquirição a quall acabada e vista per nos com o dito feito e como o dito reo nom provava as dictas razõees per sentença defenetiva julgastes que o dicto Mestre deixase e emcampase a pose de poor moordomo escriptvão na dicta remda e de tomar conta ao dicto moordomo e de mandar despemder o que a dicta remda remdese como amtes estava ao dito comcelho e do mais pedido contra elle o asolvestes e comdanaste lo nas custas. Da quall sentença elle reeo pera nos apelou. E estamdo asy o dicto feito peramte nos antes que em elle desemos final lyvramento¹³¹⁷ mandamos saber pellos lyvros dos almoxarifes que pellos ditos tempos foram do dicto reo o que a dicta remda remdia em cada huum anno. E visto per nos com o dicto feito¹³¹⁸ e o que se per elle mostrava presentemte o procurador do dicto concelho (fl. 257) e aa revelia do dicto reo julgamos que vos bem julgastes em julgar quer o dicto reeo leixasse, emcampase a posse ao dicto comcelho de poor moordomo escriptvão na dicta remda e de tomar comta ao dicto moordomo e de mandar despemder o que a dicta remda remdese asy como amtes estava. E na parte em que asolvestes o dicto Mestre do que mais contra elle era pedido nom julgastes bem e corregemdo em esta parte comdenamos o dicto reo em quatrocentas e sesemta e seis mill e sesemta e duas lyvras que se mostra que remdeo a dicta remda chamada de Sam Gião as quaees remdas foram comtadas pello nosso comtador os quaees dinheiros julgamos que sejam¹³¹⁹ entregues ao dito comcelho pera as fabriqas e hornamentos das dictas igrejas e comdanamos o dito reo nas custas. Porem mandamos a vos e a todallas outras nosas jujiças que o façades comprir e guardar o dito nosso juizo pella guisa que per nos he julgado e afyrmado. E all nom façades damte em Samtarem vymte seis dias de Janeiro el Rey o mandou per Fernam Rodriguiz e Gill Martinz seus vasallos e sobre¹³²⁰ júizes. Gomez Eanees a fez. Era de mill IIII^o LII annos. Não vam aquy as custas porque o comtador poos (fl. 257v) duvida em algumas despesas e porque aynda nom eram detremidadas o procurador do dito comcelho disse que querya levar as dictas custas em outra carta depois que fossem asomadas pello dito comtador.

E com todo pedirão asy o dito estormento por parte da dicta Hordem e o dito ouvidor lho mandou daar a mim tabaliam. Testemunhas que no presentemte estavam o reveremdo Dom Joham de Bragaa dom prior moor da dicta Hordem e comvemto della e o homrardo licenciado Francisco Barradas do desembarguo do dito senhor e comendador de Mougellas juiz das Hordeens e o prior da igreja de Sam Pedro de Palmela e Fernam de Faria e Diogo Diaz moordomo e scripvão do dito espritall de Samto Esprito e o dito Gomez da Serra escudeiro¹³²¹ e scripvão da camara e Diogo Coelho escudeiro¹³²² da

¹³¹⁷ Na margem direita, por outra mão: "exame".

¹³¹⁸ Na margem direita, por outra mão: "feito".

¹³¹⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "sejão".

¹³²⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "e hora".

¹³²¹ Na margem direita, de outra mão: "escudeiro".

¹³²² Na margem direita, de outra mão: "Gonçalo Velho escudeiro".

casa do dito senhor scripvão da vesitação e outros muitos. E eu Joham Fernandez Sanha vasallo d'el Rey nosso senhor e tabalyam na dicta villa pello dito senhor Mestre nosso senhor que este estormento com o trelado da dicta sentença do dito senhor per mandado e autoridade do dito ouvidor em puprica forma screpvy e em ello meu puprico synall fiz que tall he.

(fl. 258) Trelado de hũa carta do yfante Dom Yoão¹³²³ sobre a fabrica per que ho Mestre pode mandar tornar ha conta.

Saibam os que este estormento com o trelado dhũa carta do ifante Dom Joham que Deus aja dhũa detreminação que sua senhoria mandou em sendo vivo escripta em purgaminho e asynada pello dito senhor dado em puprica forma per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e V^o e dez annos aos seis dias do mes de Agosto em a villa de Setuvel dentro na casa de Santo Espirito sendo no dito loguo o Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coymbra senhor de Momtemoor o Velho e Torres Novas e das beatrias nosso senhor e etc. fazendo vesitação na dicta casa peramte sua senhoria pareceo hi o licenciado Afonso de Cervantes do desembargo do dito senhor comendador de Mourão e ouvidor em sua casa em presemça de mym tabeliam e das testemunhas ao diamte nomeadas loguo hi pello dicto senhor foy mandado e pedido a mym tabeliam que lhe dese por parte da dicta Hordem huum estormento em proviqa forma com o trelado de hũa carta e detreminação do ifante Dom Joham a quall esta na camara da dicta villa e a daria entregaria loguo a mym tabaliam Gomez da Serra escudeiro e escripvão da dicta camara que de presentem estava a qual fallava sobre a fab[rica] das igrejas porquanto a dicta Hordem se entemd[ia] (fl. 258v) d'ajudar della dizemdo loguo o dito ouvidor que elle como justiça que era amtrepunha seu mamdado e autoridade e via hordenaira e mandou loguo a mim tabalião que lhe dese e pasase aa dicta Hordem o dito estormento com o trelado da dicta carta. A quall me foy dada pello dito Gomez da Serra escripvão e era scripta em porgaminho e asynada pello dito senhor e nas costas huum synall redomdo como que tevera ally sello da quall seu theor della he este de verbo a verbo que se ao diamte segue:

Eu o ifante Dom Joham faço saber a quantos esta carta virem que comtemda era amtre o comcelho da minha villa de Setuvel e os pescadores da dicta villa sobre rezão d'hũa esmolla que fazem os dictos pescadores que chamão fabriqa remda de Sam Gião e foy dicto pella parte dos ditos pescadores que por quanto esta esmolla que elles asy davaão era pera corregimentos e hornamentos das igrejas da dicta villa era em cada huum anno posto huum moordomo pelo dito comcelho o quall despemdia a parte dos ditos dinheiros em corregimento de seus beens em outras despesas que lhes aprazia e que por quanto amtre elles avia tantos e taees homeens bem riqos e afazemdados pertemcentes pera averem este (fl. 259) officio os quaees o farião milhor e mais verdadeiramente que os que per o dito comcelho postos fossem e aynda que darião de milhormente as dictas esmollas. Porem pedião que lhes fosse asy outorgado e pella parte do dito comcelho era dito comtra os ditos pescadores que elles estavam de pose da dicta

¹³²³ O restante sumário foi acrescentado por outra mão.

remda de averem de poeer moordomos escripvães quaees achasem que pera ello fosem pertemcentes e tomar dello comtas aos dictos moordomos e mandar des-pemder os dinheiros da dita remda em os hornamentos e corregimentos das ditas ygrejas que mais necesarias fossem segumdo que todo esto tem per sentença d'el Rey meu Senhor. E que porem lhes nom devia ser tirada a dita pose e ora presente mim foy acordado per os procuradores do dito comcelho e dos dictos pescadores que elle dito comcelho posa escolher amtre os ditos pescadores seis ou sete homeens boons ou mais se comprir os mais homrrados que hi ouver os quaees ajam de a dar em pelouros e em cada huum anno ser tirado huum delles que aja de ser moordomo e que pello dito comcelho seja posto huum escripvão tall que sayba [...] dito oficio reger nom semdo tabalyam nem creliguo nem tall que seja sospeito aos ditos pescadores. E outrosy que pello dito comcelho seja tomado comta ao dito mordomo (fl. 259v) em cada huum annos presente dous pescadores se alaa quiserem estar e per elles seja costramgido que pague todo aquello em que fiqar devedor e seja loguo posto em recepta sobre outro moordomo que novamente for e que pello dito comcelho seja mandado as despesas que se ouverem de fazer em as dictas igrejas e não em outra nenhũa cousa semdo o dito moordomo no presente quamdo esto for acordado. E outrosy fiqamdo resguardado ao meu ouvidor ou comtador ou a outro qualquer a que eu deer encarreguo de tomar a dicta comta que a tome e ver se sam bem tomadas e emmemdar o que for herrado e quamdo se a dicta remda da fabriqa ouver d'arrematar seja presente o dito mordomo e dous pescadores quaees amtresy escolherem se a elo estar quiserem. E porem mando ao meu ouvidor e juizes e justças da dicta villa que ora são e ao depois forem e a outros quaesqueer a que o conhecimento dello pertemcer per qualquer guisa que seja que o fação asy comprir e guardar como susso dicto he sem nenhũa duvida. E huuns e outros all nom façades. Damte em Allcacere XXIII^o dias de Julho Diogo Gill a fez. Era do nacimiento de Nosso (fl. 260) Senhor Jhesuus Christo de mil e quatrocentos e vymte quatro annos.

E desto mandey daar esta carta ao dito comcelho e outra tall em esta forma aos dictos pescadores e comtado pedirão asy o dito estromento por parte da dicta Hordem e o dito ouvidor lho mandou daar a mim tabeliam. Testemunhas que no presente estavam o reverendo Dom Joham de Bragaa dom prior moor da dicta Hordem e comvento dela e o homrrado licenciado Francisco Barradas do desembarguo do dito senhor e comendador de Mougelas e juiz das Hordeens e o prior da igreja de Sam Pedro de Palmela e Fernam de Faria e Diogo Diaz moordomo e scripvam do dito espirital de Samto Esprito e o dito Gomez da Serra escudeiro do dito senhor scripvam da camara da dicta villa e Diogo Coelho escudeiro da casa do dito senhor e scripvão da bsitação e outros muitos. E eu Joham Fernandez Sanha vasallo d'el Rey noso senhor e tabalyam na dicta villa pello dicto senhor Mestre noso senhor que este estormento em puprica forma per mandado do dicto ouvidor este estromento screpvy e em elle meu puprico synall fiz que tall he.

(fl. 260v) Trelado de huum <capitulo que esta na> sentença d'el rey Dom Afomss^o 1324 per que hos pescadores sam obrigados dar ho pescado a Sam Giam.

¹³²⁴ O restante sumário foi acrescentado de outra mão.

Saibam os que este estormento com o theor de hũa detreminação posto em huum capitulo que esta em hũa sentença d'el rey Dom Afonso tirado da dicta sentença que esta escripta e asentada no lyvro vermelho da camara desta villa de Setuvel aas homze folhas primeiras do dito lyvro em puprica forma dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e dez annos aos VI dias do mes d'Agosto em a villa de Setuvel demtro na casa do espirital de Samto Esprito semdo no dito loguo o Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coymbra senhor de Momtemoor o Velho e Torres Nobas e das beatrias noso senhor fazemdo vesitação na dicta cassa peramte sua senhoria pareceo hi o licenciado Afonso de Cervantes do desenbargo do dito senhor comendador de Mourão e ouvidor em sua casa em presemça de mim tabeliam e das testemunhas ao diamte nomeadas loguo hi pello dicto senhor foy mandado e pedido a mim tabeliam que lhe dese por parte da dicta Hordem huum estromento em puprica forma com o theor de hũa detreminação de huum capitulo que esta posto em hũa sentença d'el rey Dom Afonso o qual esta (fl. 261) no lyvro vermelho da camara a qual foy dada na villa de Samtarem aos XXVI dias do mes d'Abril per Mestre Pedro e Mestre Gomçalo das Leix e seus vasallos. Afomso Martinz do Amarall a fez Era de mil e trezemos e setenta e nove anos sobre certos agravos que o concelho desta villa dezia que recebia do Mestre Dom Garcia Periz e do comvemo da Hordem de Santiago em a quall esta detreminado huum capitollo de que o dito senhor pedio huum estormento com o theor delle por parte da dicta Hordem. E visto pello dito ouvidor seu dizer mandou loguo a mim tabeliam que lhe pasa se o dito estormento pera o quall amtrepunha sua autoridade e via hordenaria. E eu tabalião lhe pasey o dito estormento com o theor do dito capitollo de que seu theor delle he este que se segue:

Outrosy se agrava o dito concelho do dito Mestre e comvemo dizemdo que he seu custume que os pescadores da dicta villa ajam a redizima da dizima do preço dos pescados que vendem na dicta villa de que o dito Mestre e comvemo ha a dizima e que o dito Mestre e comvemo lha nom quer daar. Manda e defemde aos seus homeens que ossehãoo (*sic*) d'aveer na dicta villa que lha nom dem (fl. 261v) de prazimento do dito Mestre e comvemo mamda que daquy em diamte que os pescadores ajam a dicta redizima asy como ante avião damdo o pescado a Sam Gião como sempre derão e etc. A qual detreminação da dicta sentença esta demtro nela amtre as outras cousas as ditas folhas como dito he. E com todo por parte da dita Hordem foy pedido o dito estromento e o dito ouvidor lho mandou daar em puprica forma. Testemunhas que no presentemte estão o reveremdo Dom Joham de Bragaa dom prioll do comvemo da dicta Hordem e o homrardo Francisco Barradas comendador de Mougelas e do desenbargo do dito senhor juiz das Hordeens e o prioll da igreja de Sam Pedro da villa de Palmela e Fernam de Faria e Diogo Diaz moordomo scripvam da dicta casa e Gomez da Serra escudeiro do dito senhor e scripvam da camara da dicta villa e Diogo Coelho escudeiro da casa do dito senhor e escripvão da vesitação e outros muitos. E eu Joham Fernandez Sanha vasallo d'el Rey nosso senhor tabalyam na dicta villa pello Mestre de Santiago e d'Avis nosso senhor e etc. este estromento em puprica forma com o dito capitulo da dicta sentença em puprica forma per mandado do dito juiz, *convém a saber*, per autorida[de] (fl. 262) do dito ouvidor que este estromento screpvy e em elle meu puprico synall acostumbrado fiz que tall he.

As quaees sentenças todas tres eu Gaspar Fernamdez puprico tabalyam em esta dicta villa de Setuvel pello dito senhor Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coymbra senhor de Momtemoor o Velho e Torres Novas das beatrias e etc. nosso senhor treladey dos propios estormentos homde asy estão treladadas pello dito Joham Fernandez tabeliam e as comcertey e treladey neste tomo per autoridade do dito ouvidor e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tall he.
(*Sinal notarial*)

270

[1510, Outubro, 16 – Setúbal]
1510, Junho, 22 – Setúbal

Trelado de hũa sentença do Corpo Samto da precendencia das cruces.

Dom Jorje filho d'el rey Dom Joham meu senhor que Deus aja Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coymbra senhor de Momtemoor e Torres (fl. 262v) Novas e das beatrias e etc. a vos juizes da nosa villa de Setuvel e a todos los juizes e justiças destes reynos de Portugal d'el Rey meu senhor a que esta nosa carta de sentença for mostrada saúde. Sabede que peramte nos foy comtenda amtre os moordomos e comfrades da comfraria do Corpo Samto com os comfrades e moordomos da comfraria de Samt'Estevão sobre e por rezão de quall das cruces da dita comfraria precederia hũa a outra sobre o quall foy tamto peramte nos alegado per hũa e outra parte sobre o dito casso de qual das <dictas> cruces precederia nas precysõees jeraees e ouvidas hũa e outra parte mandamos que as partes fizesem certo do que deziam per inquirição de testemunhas as quaees per hũa e outra parte foram tiradas dentro no termo que lhe per nos foy asynado e peramte nos apresentadas e amtes de sobre o dito casso outra cousa mandamos mandamos que fossem requeridos os moordomos e comfrades de Samt'Estevão se querião daar mais testemunhas por sua parte ao quall foy satisfeito a nosso mandado segumdo dello fomos certo per Martim Piteira scripvão do dito casso com a quall deligencia mandamos peramte nos viir o feito comclusso. O qual visto per nos todo com os do nosso desenbarguo acordamos que vistos os ditos autos e o que per elles se (fl. 263) mostra e como se prova craramente a cruz do Corpo Samto nas precysõees jeraees preceder a cruz de Samt'Estevão e ser mays antiga tudo bem examinado mandamos que a dicta cruz do Corpo Samto preceda a cruz de Samto Estevãao nas precysõees de dia de Corpo de Deus e nas outras geeraees precissões e mandamos aos comfrades de Samto Estevam que não a vexem nem inquietem mais aos comfrades do Corpo Samto sobre o dito procedimento e os deixem continuar sua posse lyvremente e seja sem custas. A quall sentença foy proviçada em juizo da quall os moordomos e comfrades de Samto Estevão nom apelarão nem agravarão e os moordomos e comfrades de Corpo Samto nos pedirão que lhe mandasemos daar sua sentença e nos lha mandamos daar per nos asynada e asellada do nosso sello pello qual vos mandamos e as justiças d'el Rey meu senhor rogamos e encomendamos que assy o cuumpraees e guardes e façaees cumprir e guardar como per nos he julgado e mandado. Dada em a nosa villa de Setuvel aos XXII dias do mes de Junho Jorje Piteira a fez anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil e V^o e dez anos.

A quall sentença eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam em a dicta villa de Setuvel pello dicto senhor Mestre etc. nosso senhor treladey em este lyvro de tomo (fl. 263v) per mandado e auto-

ridade do dicto licenciado Afonso de Cervantes ouvidor da casa do dito senhor e a requerimento do dito Diogo Beirão que lho pedio no dito dia, mes e Era e lugar homde as outras sentenças atras foram pedidas. Testemunhas que estiverão presentes ao pedir das dictas sentenças e trelado dellas o reverendo Dom Joham de Bragaa prior moor da dita Hordem e comvento deste Mestrado e o licenciado Francisco Barradas comendador de Mougelas do desembargo do dito senhor e juiz da dicta Hordem de Samtiago e d'Aviis e outros. E eu sobredito tabeliam o screpvy e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tall he.

(Sinal notarial)

(fl. 264)

271

1510, Dezembro, 9 – Messejana

Inserere: S/d.

Doaçam das casas que Joham de Sousa comendador d'Alvallade tinha na dita villa.

In nomine Domyny amen. Sejam certos os que este estromemto em pubrica forma com ho trelado de hũa carta virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^o e dez annos aos nove dias do mes de Dezembro da dita Era em a villa de Mesejana dentro nos paaços do Mestre nosso senhor omde Sua Senhoria estava e loguuo pollo dito senhor foy dito a mym notairo apostolico abaixo scripto e scripvam da visitaçam que Sua Senhoria ora faz pesoalmente no dito Mestrado do Samtiaguco que visitamdo Sua Senhoria a villa e comemda d'Alvallade achara de todo perdidos e derribados os paaços antigos que a Ordem soya de ter na dita villa e lhe fora dito como Joham de Sousa comemdador da dita villa fizera hũuas casas de novo aa sua propia custa e despesa na Rua Dirreita pera as deixar aa Ordem polos ditos paaços. E que por quamto Sua Senhoria nam vira nem achara nenhũa doaçam que ho dito Joham de Sousa fizese das ditas casas aa dita Ordem lhe screpvera sobre ello. E que o dito Joham de Sousa respomdera a Sua Senhoria per hũa carta asynada per elle e aseelada do seu synete que ele tinha feito doaçam das ditas casas aa Ordem e lha fazia per aquela carta. A quall carta o dito senhor logo hy mostrou e me mamdou que treladase neste cartorioo a verba della que toca aas ditas casas o quall he o seguinte:

Vy a carta de Vosa Senhoria em a quall vy que Vosa Senhoria nam sabya parte de como eu tinha dadas as minhas casas aa Ordem como de feito as dou loguo. E as mande Vosa Senhoria asemtar loguo no cartorio que eu as ey por da Ordem. E loguo o dito senhor dise que por quamto o dito (fl. 264v) Joham de Sousa era do conselho d'el Rei e a dita carta asynada per ele vallya como scriptura puprica mandava a mim dito notairo apostollico que a treladase aqui sob meu synall puprico.

E em comprimento do mandado de Sua Senhoria eu treladey aqui a verba da dita carta mui verdadeiramente e dou fee ser verdade todo o que dito he. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram o licenciado Dom Joham de Braaga prior moor da Ordem de Samtiaguco e o licenciado Francisco Barradas comendador de Mougelas chamceler do dito senhor e juiz das Hordeens de Santiago e d'Avys e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostollico que a todo presente fuy e todo vy e ovvy que esto screpvii e meu synall puprico e apostollico fiz que tal he.

(Sinal notarial)

(fl. 265)

272

1510, Dezembro, 12 – Aljustrel

Inserere: 1477, Junho, 2; 1(...)49, Outubro; 1301, Fevereiro, 15 – Évora; 1311, Março, 17 – Mérida; 1301, Fevereiro, 15 – Évora

Composições amtre o bispo e cabiido d'Evora e a Ordem de Samtiaguio sobre as igrejas do Campo d'Ourique.

¹³²⁵In nomine Domyny amem. Sejam certos quantos este estromento com o trellado de composições dado em publica forma¹³²⁶ virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesus Christo de mil V^c e dez annos aos XII dias do mes de Dezembro da dita Era em a villa d'Aljustre demtro nos paaços do Mestre nosso senhor estamdo Sua Senhoria loguo per Memd'Afonso capellam do dito senhor foy apresetado huum estromento com certas composições amtre ho bispo e cabiido d'Evora e a Ordem de Samtiaguio que dise que achara em poder de Martim Vaaz Mazcarenhas comemdador desta villa e pidio ao dito senhor em nome da dita Ordem que mamdase a mim notairo apostolico que as trelladase aqui neste cartorio da dita Hordem por quanto a Ordem se esperava delas ajudar. E visto polo dito senhor Mestre o dizer e pidyr do dito Mend'Afonso e asy as ditas conposições como estavam lymphas e sem nenhũa borradura nem amtrelinha e eram carecentes de todo vicyo e sospeiçam mamdou a mim dito notairo que as treladase aqui as quaes sam estas que se seguem:

Vasqu'Eannes de Caamões bacharell em degredos vigairo jeerall no espirituall e temporall pollo muito reveremdo em Christo padre senhor Dom Garcia de Meneses per merce de Deus e da Samta Igreja de Roma bispo d'Evora a quantos este trellado de composiçam dado per autoridade de justiça virem saude em Jhesus Christo. Faço saber que peramte mim em juizo pareceo Martim Vaaz Mazcarenhas do conselho d'el Rei nosso senhor comemdador d'Aljustre e me apresetou huum livro de composições feitas amtre ho Mestrado de Samtiaguio e d'Avys e o bispo e cabiido d'Evora. O quall livro he do cabiido da dita cidade são e encadernado e de todo vicio e sospeiçam carecente segundo a *prima facie* parecia (fl. 265v) e por o dito Martim Vaaz me foy dito que por quanto se elle emtemdia d'ajudar de hũa composiçam contheuda no dito livro que lhe mamdase dar della ho trelado amtrepoemdo pera ello minha autoridade ordynaria e eu lha mamdey dar. Da quall composiçam ho trellado della de verbo a verbo he este que se adiante segue:

Composiçam que he partida per a.b.c. amtre ho bispo e cabiido d'Evora e a Ordem de Santiago sobre as dizimas de Cabrella e do Terrão e d'Aljustre e de Cacem e de Mertolla.

¹³²⁷Notum sit omnibus presentibus literas inspecturis quod nos Magister episcopus et capellanus Elborensis cum domino Petro Magistro Milicie Sanc[ti] Jacoby¹³²⁸ veles

¹³²⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "Esta composiçam nom estaa no cartorio da Ordem soamente dizem que se tirou do trellado doutra que esta em Evora e o bispo e cabido d'Evora nom tem o original".

¹³²⁶ Segue-se uma letra riscada.

¹³²⁷ Na margem esquerda: "[...]pit compositio".

¹³²⁸ Palavra corrigida.

et comventum suo super quibusdam prelacionibus Elborensis¹³²⁹ diocesis sicut duximus componendum verum est. Enym quod Magister et fratres Milicye Sancty Jacoby pro defensione fidei et liberacione terre et multas molestias captivitates vulnera mortes incessanter sustinent a pagany super prelati et de novo et adquisitis unde internus de voluntatem utriusque partis tallys compositio intercesit, videlicet, quod prelacione de Cabrella do Terrãao et de Aljustre et Samcty Jacoby de Cacem et de Mertolla et de omnibus intermediis prelati et prelamdis solvant decimam decime¹³³⁰ eclesie Elborensis¹³³¹; hanc autem decimam decime qui solvy debet eclesie Elborensis secundum intellectum parcium sicut duximus exponendum quod de pane, vyno, lino, mortuarias¹³³² tamtam salvatur decima supradita de armis¹³³³ autem et equis que fratribus relita fuerint nulla decimam deducatur et de ecleses que invales vel castris construte fuerynt de huna quam nunc procuracionis IIII^{or} aurem¹³³⁴ comunis monete solvi debent de ilis eiciam qui in¹³³⁵ aldeis constynte fuerint de huna quamquam II aureos persolvant; ita quod sy plus in pecunia vel exaetum in alio fuerit ob eclesias Elborensis posunt syne pena excomunicacionis vel alya eclesie fratres denegare. Debent autem capelany in preditionis locis instituty (fl. 266) eiciam si fratres fuerint qui pro tempore fuerint in eclesiam Elborensis reveremciam cisibere salvys¹³³⁶ suis privilegis sicut suo episcopo et pastory insuper fratres debent presentari ad eclesias supraditos clericos de Ordine suo vel ali umde si voluerint et¹³³⁷ episcopus eos instituat¹³³⁸ juraberyt ad Santa Dey Evangelia fidelitatem et reveremciam in predicitis matricy eclesie et episcopo qui pro tempore fuerit exhibere et plenare sua jura solve salvis¹³³⁹ suis privilegis que si forte sit institutus¹³⁴⁰ fidelitatem¹³⁴¹ vel reveremciam prestatam non servaverent vel Magister Ordinis et fratres cum ex alia causa remonere voluerint ipsam amonebunt quando voluerint et alium presentabunt in cujos institucione procedetur sicut in superioriibus est expresam. De hac autem compusacionem vilam de Allcaçar¹³⁴² com terminis suis excipimus in quibus eclesia Elboremsem debet recipere terciam pontificalem de onibus deycimis et mortuaris et procuracionem. Terminy autem de Alcaçar¹³⁴³ hii sunt de varzana de Zevris usque Murtam et de fooz de Palma usque ad portum qui dicitur de Alcaçar et est in via Palmele et de Bruegas et Alapaga et sytimus usque ad agiam et ad agrom usque ad alberje usque dum intrat fluvius qui dicitur Palma in flumine qui dicitur huy de Alcacer sal-

1329 Palavra corrigida.

1330 As duas últimas palavras foram repetidas na margem esquerda.

1331 No final da palavra foi acrescentado um "y".

1332 Na margem esquerda: "pane, vino, [...] et mortuariis".

1333 Na margem direita, de outra mão: "d'armentis, disse publico (?) juramento Pero Barreto que dizia".

1334 No final da palavra foi acrescentado um "y".

1335 Segue-se uma letra riscada.

1336 Na margem esquerda foi desenhada uma mão.

1337 Segue-se uma letra riscada.

1338 Na margem direita: "in eisdem et talliter [...]tutus".

1339 Palavra corrigida.

1340 Palavra repetida na margem direita.

1341 Na margem esquerda foram desenhadas duas mãos.

1342 Na margem esquerda, de outra mão: "Alcacer".

1343 Na margem esquerda, de outra mão: "Termini d'Alcacer".

vis hereditatibus¹³⁴⁴ ordynis. Cum autem ecclesiam de Alcacer vacare contingerit institutionem prelaty¹³⁴⁵ eiusdem fiat secundum quod debet fieri yn aliis supradictis. De predictis terminis debet ecclesie Elborensem abere terciam pontificalem et procuracionem sicut est consuetum. Jurisdicionem autem episcopalem in spirituales jeneralem et liberaliter episcopus et ecclesie Elborense in locys omnibus supradictis nos Magister et conventus Milicie Sancty Jacoby hec onia acceptamus et universa bona fide promittimus observare (fl. 266v). Episcopus autem ecclesie Elborem[sis] debet in lociis predictis onia faciamunta ecclesia ministrare et ut in dubium nom veniat. Sigila nostra apponi fecimus. Santa (sic) carta mense Octobre. l. C^a III^a C^a 1346 (sic) et LXXXVII¹³⁴⁷. Nam seja duvida na postila onde diz "in eisdem et taliter institutus".

Composiçam amtre o bispo e cabiido d'Evora e a Ordem de Samtiaguio sobre as igreijas desa Ordem que sam no bispado.

¹³⁴⁸In Nomine Dominy Amem. Conhecida cousa seja a quamtos esta carta virem e leer ouvirem que nos Dom Joham Osoriz pella graça de Deus Mestre da Ordem de Samtiaguio em sembra com Dom Gracia Rodriguiz comendador e com Dom Estevam huum dos Treze e com Dom Joham Fernandez comendador de Samtiaguio de Cacem e com Dom Giralld'Eannes comendador de Castro Verde e com muitos homens boons freires da nossa Ordem¹³⁴⁹ comsiramdo muitas graças que a nossa Ordem recebeo per muytas vezes da igreja d'Evora e porque atendemos adiante mais receber e por amtre nos e elles aver sempre bom divido e amor damos, queremos e outorgamos e plaze nos que o vigario como a igreja d'Evora ha e deve d'aver a dizima dos dizimos do pão e do vinho e do linho e das morturas queremos que asy aja a dizima das dizimas de todallas outras cousas pera todo sempre de todallas igreijas nossas do bispado d'Evora salvo o Terrão e Cabrella e Alcacere com seus termos que em essa composiçam diamte feita e a outra composiçam que fica firme em todo sallvo as cousas de suso ditas. E nos Dom Fernamdo per esa mesma graça bispo e Dom Ruy Soarez dayam e quabiido d'Evora queremdo fazer graça aa dita Ordem damos lhe e outorgamos lhe que posam presentar a nos seus freires aas igreijas da villa d'Ourique e d'Allmodouvar e de Mesejena quamdo vier ao senhorio da Ordem e nos devemo los a receber e confirmarmos los em ellas (fl. 267) e pagadas a nos as terças e

¹³⁴⁴ Na margem direita, de outra mão: "vide sal hered. Ordinis".

¹³⁴⁵ Esta palavra tem um "m" final riscado. Logo de seguida e também riscado: "eiudes".

¹³⁴⁶ Provavelmente, este "C" resulta da interpretação errada do "c" em expoente dos números romanos transcritos anteriormente.

¹³⁴⁷ O escriba, à semelhança do que pode ser visto ao longo de todo o texto, teve dificuldades em copiar a data do documento.

¹³⁴⁸ Na margem esquerda, de outra mão: "Esta nom esta no cartorio da Ordem e o bispo e cabido d'Evora nom tem o original".

¹³⁴⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "Esta e a que vai logo adiante toda he hũa, senão que tem a outra a confirmação do Mestre e dos Treze".

nosas colheitas compridamente das igreijas da villa d'Ourique e d'Almodouvar e a dizyma das dizymas da igreja de Meseja (*sic*) compridamente de todallas e de morturas e a colheita que he devisada na primeira composiçam outorgamos que a dita Ordem posa os outros fruytos todos das ditas igreijas fazer seus e aver. E nos davam ditos Mestre, comendador mayor e freires per nos e per toda nosa Ordem e nos sobreditos bispo, dayam e cabiido per nos e polla dita igreja d'Evora temos por bem queremos e outorgamos que as ditas igreijas de villa d'Ourique e d'Almodouvar ajam as dizimas pollos termos que lhe el Rey devisou. E nas partes de suso ditas per nos e per nosos amtecessores prometemos aa boa fee ter e agardar todallas cousas de suso ditas e cada hũa dellas e numca virem contra allgũa dellas em todo nem em parte e aquela parte de nos que contra esto vier deve peytar aa outra parte que ho guardar duzentos marcos de prata. E esto ficar firme como he scripto e no testemunho da quall cousa e que esto nam venha em duvida despois nos davam ditos Mestre e comendador e freires e bispo e dayam e cabiido fazemos seelar esta carta de nosos sellos a qual le amtrelinhada na seista linha hu diz "nosas" e furo na seytima linha hu diz "que". Feita em Evora em dia de Cimsa quinze dias de Fevereiro Era de mil trezentos trinta e nove annos.

Composiçam amtre ho bispo e cabiido d'Evora e o Mestre da Ordem de Santiago que foy de Castella sobre as igreijas que a ordem ha no bispado d'Evora.

Sepam (*sic*) quantos esta carta virem como nos Dom Joham Ossorez polla graça de Dyos Maestre (fl. 267v) de la Ordem de la Cavallaria de Santiago e los Treze e todo el cabiido generall que fizimos em Merida dominguo de Letarye Jherusalem diezeseite dias de Março vymos una composiçam que nos ell Maestre sobredicho e los comendadores e freires que com esto eron a essa sazom fezy-mos con el obispo e con ell deam e con ell cabiido de la elesia de Evora que es tall:

En ell nombre de Dios Amem. Conoscida cosa seya a quantos esta carta virem e leer ouvirem que nos Dom Joham Osorez por la graça de Dios Maestre de la Ordem de la Cavallaria de Santiaguuo com Dom Gonçalo Jhoanis (?) comendador mayor de todo o que la dicha Ordem ha em los reynos de Purtugall e del Algarve e com Dom Estevam Fernandez uno de los Treze e com Dom Joham Fernandez comendador de Santiago de Cacem e com Dom Giralld'Eannes comendador de Castro Verde e com muchos outros homeens buenos freires da nuestra Ordem comsirando muchas graças que nostra Ordem por muchas vezes rescibio de la elesia de Evora e porque atemdemos adelamte sempre buem divido y amor damos e queremos e outorgamos e plaze nos que segundo como la igreja de Evora ha e deve de aver la dizyma de las dizymas del pam e del vino e dell lino e de las morturas queremos bremos (*sic*) que asy aya la dizyma de las dizymas de todas de todas (*sic*) las outras cousas pera todo sempre de todallas nostras yglesias dell obispado d'Evora salvo ell Terrom, Cabrela e Alcaçar com sas (*sic*) terminos que em esa composiçam damte ficam e la outra conposiçam que fique firme em todo salvo las cossas

dichas de suso. E nos Dom Fernando per esa mesma graça obispo e Dom Roy Soarez deam e cabiido de Evora queremdo fazer graça a la dicha Ordem damos le e outorgamos le (fl. 268) que puedan presentiar a nos sus freires a las yglesias de la vilha d'Ourique e d'Almodouvar e de Mesejena quamdo vierem all senhoryo de la Ordem e nos devemo los receber e confirmarmos em ellas e pagadas a nos las tercias e nostras colheytas complydamente de las yglesias de Ourique e d'Almodouvar e la dizyma de las dizymas de la iglesia compridamente de todallas cousas e de morturas e la colheyta que es devisada em la primeira composiciom otorgamos que la dicha Ordem pueda e los otros fructos todos de las dichas yglesias fazer suyos e aver. E nos los dichos Mestre e comendador mayor por nos e por toda nuestra Ordem e nos los sobredichos obispo e deam e cabiido por nos e por la dicha yglesia de Evora tenemos por bem, queremos e otorgamos que las dichas yglesias de villa d'Ourique e d'Almodouvar ajam las dizymas pollos terminos que les El Rei devisou. E nos las partes de susodichas por nos e por nosos amtecesores prometemos a buena fee tener e a guardar todallas cosas de susodichas e cada una dellas e numca venir contra nimguna dellas em todo nem em parte e aquela parte de nos que comtra veniere deve pechar a la outra parte que lo guardare duzemtos marcos de plata. E esto ficar firme como he scripto em nell testimonio de la qual cosa e que esto nom vemga em duvida despues nos los sobredichos Maestre e comendador e freires e bispo e dayam e cabiido fazemos seelar esta carta de los nuestros selos. Fecha em Evora em dia de Cimza quimze dias de Febrero Era de mil III^c XXXIX anos.

E nos ell dicho Maestre e los Treze e el cabiido dicho viyemdo que esta composiciom es fecha a pro de nos e de nuestra Ordem praze nos e otorgamos la segundo que ella es contenido asy em esta composiciom nova como en la vieja (fl. 268v) que fue amte desta. E por ser esto mais firme e mais certo posimos em esta carta ell sello de nos ell Maestre e dell cabiido general sobredicho ay em esta carta rayado e emendado o dize "*frutos*". Fecha ell dia sobredicho em Merida Era de mil trezemtos quarenta e nove annos.

Dada em a dita cidade a requerimento do dito Martim Vaaz sob meu synall e selo do dito senhor bispo II dias do dito mes de Junho Nuno Lourenço scripvam do dito senhor bispo a fez anno do nacimiento de mil IIII^c LXXVII anos. Testemunhas que presentes foram e todo viram e ouviram o licenciado Dom Joham de Braaga prior moor da dita Ordem de Santiago e o licenciado Francisco Barradas comemdador de Mougellas chamceler do dito senhor e juiz das Hordeens de Samtiaguo e d'Avis e outros muitos.

E eu Dioguo Coelho notairo apostollico que esto screpvy e meu synall apostolico fiz que tal lhe. Nam seja duvida no riscado onde diz "*eiusdem*" porque ho risquey por fazer verdade.
(*Sinal notarial*)

(fl. 269)

273

1510, Dezembro, 16 – Aljustrel

Insero: 1484, Março, 30 – Santarém; 1484, Junho, 7 – Santarém

Trellado de huum alvara d'el Rei e de certidam de detreminaçam do cabiido e Treze sobre as galinhas de Natall que o comendador d'Aljustre leva cada anno dos moradores do termo da dita vila.

In nomine Dominy amem. Sejam certos quantos este estromemto com ho theor de huum alvara d'el Rei noso senhor e de hũa certidam detriminaçam do cabiido e Treze da Ordem de Samtiaguio virem que no anno do nacimemto de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c e dez annos aos XVI dias do mes de Dezembro da dita Era em a villa d'Aljustre demtro nos paaços do muyto excellemte senhor o Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coimbra etc. nosso senhor estando Sua Senhoria hii peramte o dito senhor pareceo Pero Gonçalvez capellam do dito senhor e prior de Sam Pedro de Palmella em nome da dita Ordem e como seu procurador e apre-sentou huum alvara d'el Rei nosso senhor scripto em papell e asynado per Sua Allteza ao pee e hũa certidam d'Alvaro Diaz de Freellas scripvão do capitollo e visitaçõeas passadas e do cartorio da dita Ordem scripta em papell asynada per elle. E loguo pelo dito prior foy dito ao dito senhor Mestre que por quanto o dito alvara e certidam eram em favor da dita Ordem que pidia a sua senhoria que mamdase a mym notairo apostollico que as trelladase neste cartorio da dita Ordem. E visto pelo dito senhor o dizer e pidir do dito prior e como o dito alvara e certidam eram lympos e sãos e carecentes de todo vicio e sospeiçam mamdou a mim dito notairo que as trelladase aqui sob meu synal apostolico pera valerem e fazerem fee. E eu os treladey huum apos outro mui verdadeiramente. E ho trelado¹³⁵⁰ do alvara he ho seguinte:

Nos el Rei como administrador perpetu que somos da Ordem e Cavallaria do Mestrado de Samtiago (fl. 269v) fazemos saber a quantos este alvara virem que Fernam Mazcarenhas fidallguo de nosa casa e Treze da dita Ordem e comemdador d'Aljustre se nos emviou agravar em este cabiidoo geerall que ora celebramos em esta nosa villa de Samtarem dizemdo que semdo elle em pose pacifica per sy e per seus amtesesores e per tantos tempos que a memoria dos homeens nam era em contrairo de aver e levar de todollos lavradores e fregueses da dita sua comemda hũa galinha de cada huum por dia de Natall cada anno e mais o dizymo dos frangãaos os visitadores da dita Ordem quando visitaram a dita comemda mamdaram que nam levase mais as ditas galinhas salvo se lhes quitasse e soltasse aos ditos fregueses o dito dizimo dos framgãaos. E visto per nos seu requerimemto em o dito cabiidoo com dom prior e comemdador moor e Treze e com allguuns leterados que em ello mamdamos estar detriminamos que ho dito Fernam Mazcarenhas he agravado pollos ditos visitadores em mamdarem o que sobre o dito caso mamdarão. E visto como a dita pose he perscripta e queremos que estee em sua pose como amtes estava sem outra emnovaçam porem mamdamos a todollos nossos officiaees da dita Ordem e a quaeesquer outras pessoas a que ho conhe-

¹³⁵⁰ Palavra parcialmente rasurada.

cimento desto pertencer per qualquer guisa que seja que lhe cumpram e guardem e façam muy bem cumprir e guardar esta nossa detreminaçam como em ella he comtheudo sem outra duvida nem embargo que a elo ponha etc. ficamdo resguardado aos ditos lavradores se o depois quyserem por ello demandar como devem e per hu devem. Feito em Samtarem a XXX dias de Mayo Afonso de Bairros o fez anno de mil IIII^o LXXXIII^o.

(fl. 270) Trelado da certidam d'Alvaro Diaz de Freelas¹³⁵¹ sobre as mesmas galinhas.

A quantos o presentem virem Alvaro Diaz de Freelas scripvão da visitaçam faço saber que em este cabiido que ora el Rei nosso senhor celebrou em esta villa de Santarem foram vistas todallas visitaçõeas, *convém a saber*, per o senhor Dom Pedro de Noronha comendador moor e os Treze amtre as quaeas viram a visitaçam d'Aljustre. E visto o tempo que Fernam Mazcarenhas comendador da dita villa esteve por serviço d'e Rei em Arzilla alargaram le o tempo da dita vsitaçam, *convém a saber*, que o lagar de vinho que lhe mandaram fazer que ho dee feito ate esta vyndyma seguinte da presentem Era que sera em Setembro. E quanto aos livros que na igreja avia de poer soamente lhe mamdam que ponha hum mistico compostolano pera o alltar o quall hii poera ate ho Natall seguinte primeiro que vem. E dos outros livros contheudos na visitaçam ho hão por relevado porque acharão que por aguora nom sam necesarios. E quanto he aos framgãos que os visitadores acordaram que nam pagasem de dizimo os moradores do termo da dita sua comemda soomemte as galinhas em que era deferemte acordarão o dito comendador moor e Treze que ho dito comendador tal nam podia consentir que era contra sua consciencia e em prejuizo da Ordem salvo quamdo o dito comcelho amostrase tall titollo per que lhe com direito deverão de relevar as ditas galinhas. E porem mandam que leve as ditas galinhas e os framgãos asy como as soya de levar sem embargo da detriminaçam dos visitadores e que se ho dito comcelho allguum direito ou rezam tiver em contrairo que ho requeira e ser lhe a guardada sua justiça. A quall detriminaçam o dito Fernam Mazcarenhas pidio que lhe mamdasem dar hum asynado. E mamdaram a mim dito scripvam da visitaçam que lho dese (fl. 270v) de minha mão asy como fica na vesitaçam asentado e per elles senhores foy acordado e por verdade lhe dey este que foy feito na dita villa de Samtarem aos sete dias do mes de Junho anno de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil IIII^o LXXXIII^o.

O quall alvara e certidam eu notairo treladey aquy per mamdado do dito senhor muy verdadeiramente e com os propios concertey. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram o licenciado Dom Joham de Braaga prior moor da dita Ordem e Francisco Barradas¹³⁵² comendador de Mougellas chamceler do dito senhor e juiz das Hordeens de Santiago e d'Avys e outros. E eu Dioguo Coelho notairo apostolico que esto screpvii e meu synall apostolico fiz que tall he. Nam seja duvida no riscado omde diz "*noso chamceler*" e "*da dita Ordem*" porque eu notairo ho fiz por fazer verdade.

(*Sinal notarial*)

¹³⁵¹ O restante título foi escrito por outra mão.

¹³⁵² Segue-se riscado: "*nosso chamceler e da dita*".

(fl. 271)

274

S/d.

In Nomine Domini Amem. Sejam certos quantos este privilegio virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor¹³⁵³.

(fl. 271v)

275

1511, Janeiro, 7 – Castro Verde
 Inse: [1252], Dezembro, 17

Forall d'Aljustre.

In nomine Domini amem. Sejam certos quantos este privilegio virem que no ano do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill he V^c he XI a dous¹³⁵⁴ dias do mes de Janeiro em a villa de Cratro Verde dentro nas pousadas do Mestre nosso senhor estamdo hi Sua Senhoria loguo per Pero Gonçallvez capellam do dicto senhor he prioll da igreja da villa de Sam Pedro de Pallmella foi apresentado huum privilegio comcedido ha villa d'Alj<u>strell d'Aljustrell (*sic*) em purguaminho com huum sello pendente em huum cordam vermelho em o quall era empremido a imagem do Apostollo Samtiaguio o quall parecia ser concedido pello senhor Dom Paio Periz *ollim* Mestre da Cavallaria do bem aventurado Apostollo he factio. Decimo sexto callemdas Januari he na Era de mill he II^c LX¹³⁵⁵ he pedio ao dicto senhor em nome da dicta Hordem que mandase a mim notairo apostollico que o trelladasse aqui neste cartorio da dicta Hordem por quanto a Ordem se esperava de ajudar delle. He visto pello dicto senhor Mestre ho dizer e pedir do dicto Pero Gonçallvez prioll he asi como o dicto privilegio estava linpo he sem nenhũa boradura nem antrelinha he era carecido de todo vicio he sospeiçam mandou a mim notairo abaxo nomeado que o trelladase aqui do quall o teor he este de verbo a verbo que se adiamte segue:

Hec carta de foro quam iussimus fieri ego dominus Pellagius Petri Dei gratia Magister Ordinis Milicie Sancti Jacobi una cum domino Gonsalvo Petri comendatore de Mertola cum conventu eiusdem loci vobis popullatoribus d'Aljustrell tam presentibus quam futuris damus siquidem vobis forum et costume de Allcacere forum talle est, videlicet: ut due partes millitum vadant in fossatum et tercia pars remaneat in villa; una vice in anno faciant fossatum et ille qui non venerit ad fossatum pectet pro V solidos pro fossadeira. Et pro homecidio pectet C solidos ad pallatium. Et pro casa disrupta cum armis scutis spatii pectet CCC solidos et 3^a ad pallatium. Et qui furatus fuerit pectet pro uno <n>ove et intemtor habeat duos¹³⁵⁶ quiniones et setem partes ad pallacium. Et qui virginem forcia-

¹³⁵³ Este documento foi interrompido sem qualquer outra indicação. O restante espaço do fólio apresenta-se em branco.

¹³⁵⁴ Palavra parcialmente rasurada.

¹³⁵⁵ O foral de Aljustrel está datado de 1252, pelo que o "X" deve ser aspadado e, como tal, equivalente a 40. Vd. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, p. 636-637.

¹³⁵⁶ Palavra corrigida.

verit et illa clamando dixerit quod ab illo est affociata et ille negaverit et octorgamentum de tribus hominibus quallis ille fuerit et ille juret cum XII^{cim} et si non habuerit auctorgamentum tunc ipse sollus. Et si non volluerit jurare pectet ad illam¹³⁵⁷ CCC solidos et septima ad pallacium. Et testimonia mentirosa et fiell mentirosus pectet LX solidos et setem ad pallacium (fl. 272) et duplet habere. Et qui in concillio aut in mercato aut in ecclesia faryverit pectet LX solidos medietatem ad pallatium et¹³⁵⁸ medietatem ad concillium et de medietate de concillio setem ad pallatium. Et homo qui fuerit gentillis aut herdeiro non sit meirinus. Et qui in villa pignora invenerit et fideiussorem et ad montem fuerit pignorare duplet ipsa pignora et pectet LX solidos et setem ad pallacium. Et qui non iureit ad sinall de iudice et pignora abstullerit ad saionem pectet unum solidum ad iudicem. Et qui non fuerit ad apellidum caballari et pedones exceptis his qui sunt servitio allieno milles pectet X solidos et pedes quinque solidos ad vicinos. Et <qui> habuerit aldeam et unum jugum bovum et decem oves et unum asinum et duos lectos comparet caballum. Et qui crebantaverit sinal cum sua muliere pectet unum solidum ad iudicem. Et mulier que lexa-verit suum maritum de beneditione pectet CCC solidos et setem ad palatium. Et qui lexa-verit mulierem suam pectet I denarium ad iudicem. Et qui caballum alienum cavallgaverit¹³⁵⁹ pro uno die pectet unum carnarium et si magis pectet las amgarias pro una die VI denarios et pro una nocte I solidum. Et qui percuserit de lancea aut de spata pro intrada pectet X solidos. Et si transierit ad alteram partem pectet XX solidos ad querelossu. Et si quebrantaverit occulum aut brachium aut dentem pro unoquoque menbrum pectet¹³⁶⁰ <C> solidos ad alisiado et ille det setima ad pallatium. Qui mulierem aut suum maritum percusserit pectet XXX solidos et setem ad pallatium. Majon alienum in suo ero mutaverit pectet V solidos et V ad palatium. Qui¹³⁶¹ limide alienum quebrantaverit pectet V solidos et setem ad palatium. Qui conducterio alienum mataverit suus amus colligat homicidium et det setem al palatium. Similiter et de hortolano et de grateiro (*sic*) et de molneiro et de solarenguo. Qui habuerit vasalos in suo solar aut in sua hereditate non serviant al allium hominem de tota sua hacienda nisi ad dominum de solar. Tendas molinos et fornos de hominibus de Alljustrell sint liberi de foro. Milites de Alljustrell sint in iudicio pro podestade et infanzones de Portuguall. Cllerici vero habeant mores militum. Pedones sint in iudicio pro cabalari de altera terra. Qui venerit vozeiro ad suum vicinum pro homine de foras ville pe[c]tet X solidos et septem ad palatium. ¹³⁶² Ganatum¹³⁶³ de Aljustrell non sit mo[n]tado in ulla terra. Et homo cui se¹³⁶⁴ anaufragaverit sus cabalus quamvis habeat allium sit¹³⁶⁵ excusatus usque ad caput anuii. Mancipium¹³⁶⁶ qui ma<c>taverit hominem foras ville et fugerit sus amus non pe[c]tet homicidium. Pro totis querellis de palacio judex sit vozeiro. Qui in vila pignoraverit cum saione et abstulerit ei pignora auctorget saion (fl. 272v) et accipiat concilium de tribus colationibus et pignoret pro sesaginta solidos medios ad concilium et medios ad rancurosum. Barones de Aljustrell non sint in presti-

1357 Esta palavra tem um "v" inicial riscado.

1358 Palavra corrigida.

1359 Palavra rasurada.

1360 Segue-se uma letra riscada.

1361 Seguem-se umas letras riscadas e, na margem esquerda, de outra mão, corrigo para: "*limide*".

1362 Na margem esquerda: "*non (?)*".

1363 Palavra corrigida.

1364 Esta palavra tem uma letra final riscada.

1365 Segue-se uma letra riscada.

1366 Palavra corrigida.

monis dati. Et si homines de Aljustrell cum hominibus de alia terra non comuniter eos firma nec pena sed currat per exquisam. Et homines qui voluerint pastare cum ganato in terminis de Aljustrell accipiant <de montadigo> de grege de ovibus IIII^{or} carneiros et busto de vacce unam vacam. Istum montadigo¹³⁶⁷ et omnes milites qui iuerint in fossatum vel gardiam omnes cabali qui se perdiderunt in algará vell in bello primo erectis eos sine quinta et postea detis nobis quintam directam. Et omnis homo de Aljustrell qui invenerit homines de aliis civitatibus in suis terminis taliando aut levando madeira de montibus accipiant eis totum quod invenerint sine calumpnia. De azari[a]s et de gardias quintam partem nobis date sine ulla offer<e>tione. Quicumque ganatum domesticum pignorare vel rapere fecerit pectet LX solidos ad¹³⁶⁸ palacium et duplet ganatum ad suum dominum. Testamus vero et preheniter firmamus ut quicumque pignoraverit mercatores vel viatores christianos judeos sive mauros nisi fuerint fideiussores vel debitores quicumque fecerit pectet LX solidos ad palacium et duplet ganatum ad suum dominum. Et insuper pectet C morabitanos pro capto quod fregit ordo habeat medietatem et concilium medietatem. Siquis ad villam venerit per vim cibos aut aliquas res accipere et ibi mortuus vel percussus fuerit non pectet pro eo aliquid nec suorum parentum homicide habeantur. Et si cum querimonia de ipso ad regem vel ad dominum terre venerit pectet C morabitanos medietatem Ordini medietatem concilio. Mandamus et concedimus vobis ut si aliquis fuerit latro et si tam per unum annum vel per duos furari vel rapere dimiserit si pro aliqua re repititus fuerit quam comisit salvet se tanquam latro et si latro est et latro fuit omnino pereat et sububeat pena latronis. Et si aliquis repetitur pro furto et non est latro nec fuit respondeat ad suos foros. Si aliquis homo rapuerit filliam alienam extra suam voluntatem donet eam ad suos parentes et pectet illis CCC morabitanos et setem ad palacium et in¹³⁶⁹ super. De portagio: foro de troxel de caballo de pannis de lana vel de lino I solidum; de troxell de lana I solidum; de troxell <de fustaes de trouxel> de pannos de colore V solidos; de carega de piscato I solidum; de carega de asino VI denarios; de carega de conilis de christianis V solidos; de carega de (fl. 273) saracenis I morabitanum; de cabalo quem vendiderint in azouge I solidum; de mulo I solidum; de asino VI denarios; de carneiro III meallas; de porquo II denarios; de furom II denarios; de caregua de pam et de vino III meallas; de caregua de pedone I denarium; de mauro quem vendiderint in mercato I solidum; de mauro qui se redimeret decimam; de mauro qui taliaverit cum suo domino decimam; de corio de vaca et de zebra II denarios; de corio de cervo et de gamo III meallas; de carega de cera V solidos; de carega d'azeite V solidos. Istum portagium de hominibus foras vile III^a pars de suo hospite et due partes de Ordine. Nos supranominati qui hanc cartam fieri precepimus meis sigillis pendentibus eam confirmavimus et roboravimus addentes quod quicumque ilam irrumpere voluerit sit maledictus et excumnicatus. Amen. Facta carta XVI^o kalendas Januarii sub Era M CC LX¹³⁷⁰.

O quall forall eu notairo apostolico abaixo nomeado aqui fiz iscripver per espiciall mamdado e autoridade do Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor que me pera elo deu e ho comcertey verdadeiramente com ho propio oregonall e dou fee que era scripto da maneira sobredita. Testemunhas que foram presentes o licenciado Francisco Barradas comen-

¹³⁶⁷ Segue-se um espaço em branco.

¹³⁶⁸ Palavra corrigida.

¹³⁶⁹ Segue-se uma letra riscada.

¹³⁷⁰ Trata-se de um "X^L" (X aspado) e, por isso, equivalente a 40.

dador de Mougelas chamceler do dito senhor e do seu desembargo e juiz das Hordens de Santiago e d'Avis e o bacharel Fernam Gill de Cayola do desembargo do dito senhor e procurador jeeral seu e das ditas Hordens e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que o dito foral fiz screpver e aqui sobscrepvy e asyney de meu synal puprico que tall he. Nam seja duvida nas amtrelinhas omde diz “*de montadego*” e de “*fustães de trouxel*” e asy omde diz “*limyde*” porque se fez por verdade.

(*Sinal notarial*)

(fl. 273v)

276

1511, Janeiro, 15 – Castro Verde

Insere: 1301, Dezembro, 11 – Garvão

Trellado de hũa carta em que se contem os termos de Crasto Verde tirado per mandado do Mestre noso senhor do propio original o quall estava na dita vila.

In nomine Domini amem. Sejam certos quantos este estormento com o tehor de hũa carta de Dom Estevam Rodriguiz comendador de Mertolla virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c e onze annos aos XV dias do mes de Janeiro da dita Era em a villa de Crasto Verde demtro nos paços do muito excellemte senhor ho Mestre de Santiaguo e d'Avis duque de Coimbra e etc. noso senhor peramte o dito senhor pareceo o bacharell Fernam Gill de Cayolla seu procurador jeerall e das Ordeens de Santyago e d'Avis em nome da dicta Ordem e apresentou hii hũa carta escripta em purgaminho com huum cordão vermelho em que parecia que tivera o sello pendemte a quall era muito amtiga. E logo pollo dito bacharel foy dito ao dicto senhor Mestre que por quamto a dicta carta era em favor da dicta Ordem que pedia a sua senhoria que mandase a mim notairo apostollico que a trelladase neste cartorio da dita Ordem. E visto pello dito senhor seu requerimento e como a dita carta era limpa e carecemte de toda sospeiçam e vicio mandou a mim dicto notairo que a trelladase aquy sob meu sinall apostollico pera valer e fazer fee e eu a trelladei e he a seguinte:

Saibam quantos esta carta virem como nos Dom Dom (*sic*) <Garcia> ¹³⁷¹ Rodriguiz comendador de Mertolla e do que <ha> a Ordem de Santiago nos reinos de Purtugall e do Algarve per poder e per mandado do Mestre Dom Joham Ozores damos a vos comcelho de Crasto Verde asy aos presentes como aos que hão de viir per voso termo quanto ajades e mantenhades com os d'Almodouvar como parte dereito d'alcaria do erdamento de Domingos d'Arca da Beira do Mato como vay pello cerro do mato como dece agoas a¹³⁷² Crasto Verde e como dece agoas a Almodouvar e como vay dereito a oliveira e des hii adiamte dereito ao erdamento de Gonçalo Jagintes (fl. 274) e des hii dereito ao peego do boy e damos vos por termo antre vos e os padrões como parte pello erdamento de Domingos d'Arca da par de o mato e ese erdamento denefycar por termo dos padrões e des hii comtra Crasto Verde deve ficar por termo de Crasto e como parte dereito do dito erdamento ao cume d'Albacarejo como dece agoas a Cobras e como dece agoas a Albacarejo e a represa deve ficar aos¹³⁷³ padrões e des hii dereito

¹³⁷¹ Palavra riscada: “Estevam”.

¹³⁷² Palavra corrigida.

¹³⁷³ Palavra corrigida.

a alcaria de Rollam e des hii dereito como parte com o termo de Mertolla e Montell. Damos¹³⁷⁴ pera todo sempre que os ajades e façades delles como de vosa propia posisam e damos vos¹³⁷⁵ porteiro que vo los entregue pellas dictas divizones e que esto seja certo e nom venha em duvida damos emde esta nosa carta aberta e aseellada do noso selo pemdente do comcelho de Crasto Verde. Dante em Garvam onze dias de Dezenbro da Era mill trezemos e trimta e nove annos.

A quall carta eu notairo apostolico aqui fiz screpver per espiciall mamdado e autoridade do dito senhor e a comcertey com a propia carta. Soom os dous espaços que aqui ficam que se nam poderam leer na dita carta e asy risquey onde dezia “*Estevam*” e fiz poer “*Garcia*” por ser verdade. Testemunhas que foram presentes o licenciado Framcisco Barradas comendador de Mougelas chamceler do Mestre noso senhor e do seu desenbargo e juiz das Hordens de Santiagu e d’Avis e o bacharel Fernam Gill de Cayolla do desenbargo do dito senhor e procurador jeeral seu e das ditas Ordens e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que esta carta fiz screpver e sobscrevbii de minha mão e asiney de meu synal apostolico que tall he. (*Sinal notarial*)

(fl. 274v, em branco)

(fl. 275)

277

S/d.

Pergumtas de Fernam de Pyna e repostas a ellas sobre os dereitos e cousas que a Ordem tem em Setuval.

Pergumta primeira

¹³⁷⁶Item do pam que vem por mar de que se paga dizima sem mays hyr ao paço nem famgas do trigo se leva pasajem, *convém a saber*, doze reais meio por moyo.

Reposta

Respomde se que toda mercadaria que vem de fora <ora> seja de peso ora de medyda per obryçam amtyga a de vyr ao paço e e (*sic*) hy se a de pesar e medir e vemder e pagar sua paçaagem e quamdo allguuns mercatores trazem algũa suma de pam vão requerer aos officaaes que ho relevem de meter seu pam no¹³⁷⁷ paço e por lhe fazerem graça nam os obrygam que venham ao paço e lhes dam logeas e a Ordem lhes daa pessos e medidas per que vendem e por hy so pagam a dita paçaagem como que se no paço vemdesem e portamto se leva como deve e asy se gardou e praticou sempre de tempo ymmemoryal ate hora sem nenhũa contradiaçam¹³⁷⁸ e este dirreito do paço sam omze reais por moyo e estee custume ymmemoryall he aprovado per semtemça d’el rey Duarte que mamda que ha Ordem aja quaesquer dirreitos que amtygamente a Hordem sohia levar.

¹³⁷⁴ Segue-se um espaço em branco.

¹³⁷⁵ Segue-se um espaço em branco.

¹³⁷⁶ Na margem direita, de outra mão: “*Dizima do pam que ve[m por] ma[r]. E paçaagem*”.

¹³⁷⁷ Letras riscadas.

¹³⁷⁸ Palavra parcialmente rasurada, já que entre as sílabas “*contra*” e “*diçam*” foi riscado “*com*”.

Pergumta segumda

(fl. 275v) ¹³⁷⁹Que se a sardinha vall mays ao tempo da carregaçam que quamdo a compra que lhe fazem pagar pella moor vallya e se vall emtam menos fazem lhe pagar pollo que lhe custou e nam pollo que emtam vall.

Reposta

Respomde se que hy ha duas maneyras de carregaçam de sardinha. Hũa he da sardynha que se carrega logo em fresco quamdo se compra nas caravellas sem sair em terra e desta tall posto que logo não parta e estee¹³⁸⁰ quamto tempo quyser nom se paga mays que ha dizima a rezam daquello que lhe custou quer seja pouco quer muyto. A outra maneyra de carregaçam he de sardinha que se compra e se tira em terra e se sallga nas lojeas porque esta quando se carrega e tira paga sua dizyma asy como emtam vall quamdo se carrega quer seja pouco quer muyto. Exempillo ao tempo da compra valya a cem reais o mylheiro e ao tempo que se carrega vall a trymta paga se a rezam de trimta que emtam vall e nom a cemto que custou e se per ventura custou a trymta e vall a cemto no tempo da carregaçam paga a rezam de cemto e nam de trymta asy que sempre se esguarda ha vallya do tempo em que se carrega e desta maneyra se faz e nom como se apomtou.

Pergumta terceira

(fl. 276) ¹³⁸¹Item que se huum mercador carrega sardinha e lhe fazem logo pagar ha dizima em carregamdo e despoys nom avemdo lugar pera sayr fora tornam a vemder a sardinha nom lhe querem tornar a dizima que pagou.

Reposta

Respomde se que ho dito apomtamentto nom esta bem asemtdado porque pasa desta maneira, *convém a saber*, que os officiaes nom costrangem nyngem que desembargem e pagem ha saida da foz mas os mercadores vem per sua propia vomtade a desembargar e pagar os dirreitos a Ordem e se despois de terem desembargado tornam com tempo ou lhe vem mylhor de vemder na vylla nom he dyreito de lhe tornarem ho que tem pago e asy se faz e pratica nos direitos d'ell Rey.

Pergumta quarta

¹³⁸²Item dizem que acomteceo ja partimdo allguuns com mercadaria de que leixou pagos seus direytos e tornou com tempo comtrayro com aquella mesma mercadarya lhe requerem dizima e dyreitos polla emtrada e as vezes polla sayda.

Reposta

(fl. 276v) Respomde se que ho¹³⁸³ dicto apomtamentto nom he verdadeiro porque ha Ordem nam lhe leva de tall cousa nenhuum direyto e se ho ell Rey leva respomdam seus ofeciaes.

Pergumta quymta

¹³⁸⁴Item os moradores de Setuvall se agravam que temdo pago o dizimo a igreja do sall que am das novydades sem outrem ho comprar lhe levam a elles mesmos de suas novydades outra

¹³⁷⁹ Na margem esquerda, de outra mão: " [...] da sardinha como se ha de pagar".

¹³⁸⁰ Segue-se riscado: "ja".

¹³⁸¹ Na margem direita, de outra mão: "da sardinha se pagaraa [...]dor".

¹³⁸² Na margem direita, de outra mão: "que o mercador parte a mercadoria e depois [...]".

¹³⁸³ Palavra corrigida.

¹³⁸⁴ Na margem esquerda, de outra mão: "Dizima do sal que o ca[...]jegam e da valia do frete".

dizyma quamdo carregam e nam somente do sall mas aimda da valya do frete e das outras despesas que com elle fazem atee de bayxo da verga.

Reposta

Respomde se que ho dizymo que se paga destee sall he dizimo de Deus o quall am dee pagar quer se tire pera fora quer nam e se depoys o carregam pera fora sam hobrygados a pagar dizyma da saida da foz por ser direito reall que ha Ordem tem per boas doações que Fernam de Pynaa bem vyo. Porem nesta paga a hy deferemça que quamdo se carrega pera fora do reyno pagam por moyo dous reais meio e quamdo se carrega pera demtro do regno pagam ha dizima do que vall ao tempo da carregaçam posto a bordo e desta maneyra se faz e nam como se comtem no apontamento.

(fl. 277) Pergumta seysta

¹³⁸⁵Item levam dizima dos escravos quamdo se vemdem pello forall de Nuno Afomso nom se avemdo de levar pello forall d'Evora senam quamdo ho mouro se forrar.

Reposta

Respomde se que quamdo os moradores da vyla vendem seus escravos ou os compram nom pagam nenhuum direyto a Ordem salvo quando allguum de fora vemde estes escravos emtam paga ho dizimo a Ordem ho quall dirreito he da Ordem e de tempo ymemoryall ho leva como dizima de Deus e se a de pagar de toda mercadorya e o custume imtroduzio esto nos homens de fora e nam nos da vylla e que estes escravos vemdem e nom se leva este direito pollo forall de Nuno Afomso nem outro allguum direito porque aquyllo que Nuno Afomso fez com os amtygos foy lembramça do que se pagava antigamente a Hordem e nom he foral como muytos dizem e foy feito pryncipalmente a requerimemto do povo porque os ofeciaes nom excedesem de levar mais do que sempre levava.

Pergumta seytima

¹³⁸⁶Item levam dizyma per mar aos escravos que trazem pera seu servyço.

(fl. 277v) Reposta

Nom leva a Ordem tall direyto e se o leva sera ell Rey respomdam seus ofeciaes.

Pregumta oytava

¹³⁸⁷Item o direito das pescadas que pagam de dezoyto hũa pera ha Mesa do Mestre e dam lhe por cada hũa sete pretos se nom deve de levar quamdo as barcas nom vem com pescado em terra porque agora do pescado que vam vemder a Castella ou a outras partes pagam aquy ho direyto do dinheiro porque ho vemderam e mais levam lhe ho direito das ditas pescadas de que nom ha forall nem scprytura (*sic*) autemtica pryncipalmente quamdo nom vem em terra com ho pescado porque vymdo paga jaa.

Reposta

Respomde se que os pescadores que aquy pescam pagam estas pescadas e quanto he aos que vão pescar por eses mares e la vemdem seus pescados nom pagam senam a dizima a Ordem como sam obrygados sallvo se trazem pescadas quamdo vem emtam pagam a dita pescada e se as nom trazem nom pagam nada.

¹³⁸⁵ Na margem direita e de outra mão: "Dizima dos scravos".

¹³⁸⁶ Na margem direita e de outra mão: "Dizima dos scravos que [...] pera seu serviço".

¹³⁸⁷ Na margem esquerda, de outra mão: "[Di]rreito das pescadas da Mesa do Mestre de [que] se paga VII pretos por hũa".

Pergunta nove

(fl. 278) ¹³⁸⁸Item quallquer pescador ou mercador que for comprar pescado a Cezimbra paga laa duas dizemas e aquy paga outras duas, *convém a saber*, hũa a ell Rey e outra a Hordem ora o pescado seja salgado ora fresco devendo ser hũa soo porque ha dizima¹³⁸⁹ nova nom se deve pagar aquy mais outra vez des que la hũa vez he paga.

Reposta

Responde se que esta dizima que ha Ordem leva de todo pescado fresco ou salgado que bem de Cezimbra leva directamente polla emtrada da foz a quall foz he aquem de Cezimbra pera Setuval e Cezimbra jaz na Costa Brava e nom tem foz e porque este pescado vem de Cezimbra que he terra da Ordem nom ha d'aver ell Rey dizima allgũa segumdo a composçam e neste costume immemoriall esta a Ordem e aprovado per semtemça d'ell rey Duarte e ha dizima nova de que se agravam que lha levam mall faça Sua Allteza de sy justiça.

Pergunta decima

¹³⁹⁰ Item que quem compra sardinha fresca nos acedares ou no mar nas caravellas e pera se poder carregar compram sall e outras cousas das quaes todas lhe comtam na vallia he soma mayor da dita sardinha pera de todo lhe pagarem a dizima e ysto da fresca porque da que compram sallgada ja ou em pilha ou de fumo comsemtem em pagarem ao tempo da carregaçam o que valer.

Reposta

(fl. 278v) Responde se que tall he o costume ymemoryall pagar se a dizema de todas as cousas segumdo ho estado em que estam de bayxo da verga ao tempo da sayda da foz e asy he dyreito e a composçam.

Pergunta omze

¹³⁹¹ Item se hũa caravella de Setuval vay fazer cerquo no lemyte de Cezimbra semdo pagos la todolos direitos della se huom homem de Cezimbra a comprar fazem pagar desta e a cada duas dizymas, *convém a saber*, hũa porque a caravella era de Setuval e outra porque ho comprador era de Cezimbra.

Reposta

Responde se que estes dous direitos, *convém a saber*, duas dizimas se pagam per esta maneyra hũa dellas polla dizima que sam obrygados de pagar aquy em Setuval por respeito do domycilio porque esta em posee emmemoryall Setuval aalem de ser direito que os pescadores que nesta villa moram posto que pesquem em quallquer outra parte pagam a dizema do pescado aquy em Setuval. A outra dizima se paga polla sayda da foz porque estes pescadores sam obrygados de trazer aquy este pescado aa porta da Rybeira¹³⁹² a vemde llo e por quamto avera certos annos que lhe foy comcedido prevylegio que podessem em certos meses vemder la este peyxe com comdiçam que pagasem aquy todos os direytos como de feito pagam sempre e asy se paga aquy a sysa em Setuval deste peixe e portamto ho comprador de quallquer lugar que seja que la compra este peixe paga esta saida da foz e sysa asy como o comprase aquy em Setuval.

¹³⁸⁸ Na margem direita, de outra mão: "O pescador de Sezimbra [...]ga la duas dizimas [...] outras duas".

¹³⁸⁹ Palavra corrigida.

¹³⁹⁰ Na margem direita, de outra mão: "Da sardinha que se compra [...] açodares em que carreg[...] a valia do sal".

¹³⁹¹ Na margem esquerda, de outra mão: "[...] os de Setuval cercam [...] Sezimbra e la pagam os dirreitos [...] depois compram o de Sezimbra [...]zem lhe pagar duas dizimas".

¹³⁹² Palavra corrigida.

(fl. 279) Pergumta dozena

¹³⁹³Item o pam que aquy vem a vemder que nom quer hir ao paço por nom aver de levar carga levam lhe todavya os dous reais por carga como se ho leva se ao paço e lho guardasem e medysem.

Reposta

Respomde se que ja he respomdydo no primeiro quamto o que se leva por moyo e agora se decrara que ho trygo que vem per cargas se leva de cada carrega dezoyto pretos pelas lyvras e posto que nam vemda no paço he obrygado de hir la vemder como he dicto no prymeiro capitollo e per carga, *convém a saber*, de dez allqueires que he lymytada por cada carga seys cargas fazem hum moyo e ahy sae os omze reais por moyo justo de paçaagem e este dyreyto esta aprovado polla dita semtemça d'ell rey Duarte e pollo forall.

Pergumta treze

¹³⁹⁴Se allguum mercador dizima n'allfamdega cousas de peso pollo quall peso as quer logo vemder e o mercador lhas quer comprar pollo peso que vyo fazer na allfamdega d'el Rey todavya ho obrygam que page ho direyto do peso da Ordem posto que la nom vyra pesar.

Reposta

Respomde se que sem embargo de se pesar n'allfamdega d'el Rey he obrygado este mercador de hir vemder esta mercadarya (fl. 279v) no paço omde se a de medyr ou pesar como he dicto no prymeiro e doze artigos portamto se la nom quer hyr e lhe dam lycemça a de pagar este dyreyto como se la fose e tall he o custume ymmemorial o quall esta aprovado polla semtemça d'el rei Duarte.

Pergumta XIII^o

¹³⁹⁵Item levam os moradores daquy dizymaa por portajem da madeyra, lenha, carvão, tamchões sallvo se ho vezynho hia faze la per sy ou seus famlyares e asy do jumco que se colhe em Allcacere que se traz aquy.

Reposta

Respomde se que se nom leva tall portajem somemte se leva dizima destas cousas quamdo quer que as trazem pera vemder e tall he o custume aprovado per ha dicta semtemça.¹³⁹⁶

Pergumta quymze

¹³⁹⁷Item da logea dos seyrões se agravam da lymytaçam do meo da valya nom poderem vemder e mais que nam posa nymgem vemder cordas senam ao remdeiro da dita logea nem empres-tar hum homem a outro hum seyram e a pena disto he de trezemos reais por cada vez.

Reposta

(fl. 280) Respomde se que este direyto leva ha Ordem de tempo ymmemoryall o quall direyto pode levar pollo custume em que esta aprovado polla dita semtemça d'el rey Duarte.

Pergumta dezaseys

¹³⁹⁸Item sobre a dizima do sall e novydade dos moradores da vylla me mostraram duas semtemças d'ell rey Dom Joham o primeiro e de Mestres per que mamdaram que nam pagasem

¹³⁹³ Na margem direita, de outra mão: "Do pam que nom vai [...] paço fazem lhe paga [...] como se la fosse".

¹³⁹⁴ Na margem direita, de outra mão: "O que quer vender [...] peso d'alfandega".

¹³⁹⁵ Na margem esquerda, de outra mão: "[...] dizima por portagem [...] da madeira, lenha, [...], carvão e etc."

¹³⁹⁶ Segue-se, de outra mão: "E foral do Mestre Dom Payo Periz".

¹³⁹⁷ Na margem esquerda e de outra mão: "Logea dos seirões".

¹³⁹⁸ Na margem direita, de outra mão: "Dizima do sal e das novidades dos moradores".

se nunca pagaram e porque me não mostraram pose em que estivesse lhe disse se ho queriam provar como fossem em pose em algum tempo destas cousas e deram para yso certas testemunhas que aquy vão.

Resposta

Responde se não se pode responder por sua confusão decrete a que se entenda e responder se a porque a Ordem esta de pose de levar este direito per sentença d'ell rey Dom Joham ho pymeiro.

Pergunta deradeira

¹³⁹⁹Item a açougagem não he dada em nenhuma parte do reyno se não omde os açouges são feitos e repayrados a custa do senhoryo.

Resposta ao fynall

(fl. 280v) Responde se que açougagem he direito d'allcaldaria e allcaldaria he da Ordem e o Mestre leva este direito per costume ymemoryall aprovado polla sentença d'ell rey Duarte.

Perguntas de Fernam de Pyna acerca dos apontamentos que achou no Lyvro dos Comtos d'ell Rey e repostas a ellas

Pergunta primeira

¹⁴⁰⁰Item que leva ell Rey de qualquer pescado que se tira da villa asy per mar como per terra asy para o termo como para quaesquer outras partes de cada seyrão ou cada costall cinco lybras que valem tres pretos.

Resposta

Responde se que ha sacada he da Ordem e a portagem se ell Rey leva hy o que não deve tomar lhe a conta a Sua Alteza.

Pergunta segunda

¹⁴⁰¹Dos mouros que se vendem na dita villa que hy trazem a vender de que el Rey ha dizima.

Resposta

Responde se que dos mouros que entram pela (fl. 281) foz a d'aver ell Rey a dizima e a Ordem a redizima polla composçam e ysto he por rezam da entrada da foz e se ell Rey não quer levar a sua e a quita a Ordem não perde o seu direito e asy foy determinado per ell rey Dom Joham ho primeiro e asy he direito e despoys que estes mouros são na terra e se vendem haa a (*sic*) Ordem a dizima do preço porque se vendem per razam desta venda e nesta posee esta ymemoryall de se pagar este direito o qual se leva por portagem do paço omde todallas cousas se hão de vender o qual esta aprovado polla dicta sentença d'ell rei Duarte.

Pergunta terceira

¹⁴⁰²Item dizem os officiaes d'ell Rey que se aos lugares da Ordem vão mercadores naturais ou estrangeiros a comprar pescado e o traziam salgado a esta villa estes pagam a ell Rey por

¹³⁹⁹ Na margem direita e de outra mão: "Açougagem".

¹⁴⁰⁰ Na margem esquerda, de outra mão: "De cada seyrão leva el Rei tres pretos".

¹⁴⁰¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Mouros que se vendem".

¹⁴⁰² Na margem direita, de outra mão: "Que os mercadores compra[m] nas terras da Ordem e [...]".

emtrada hũa dizyma como mercadarya, pergunto porque leva destes mercadores a Ordem outra poyos nam sam pescadores e a Ordem levou ja la outra dizima deste pescado.

Reposta

Respomde se que ha composyção d'amtre ha Ordem e el Rey he que os que vyerem das terras d'ell Rey com estes pescados haa ell Rey a dizyma e a Ordem a redizima e os que vem das terras da Ordem com os ditos pescados emtram polla foz e ha Ordem leva a dizima destes polla dita (fl. 281v) composyçam usada e praticada e se ell Rey leva a dizima faça Sua Alteza de sy justiça.

As quaees preguuntas e repostas eu notairo apostolico abaixo nomeado per especial mandado do Mestre noso senhor aquy fiz screpver e subscrepvy per minha mão e concertey primeiro mui verdadeiramente com as preguuntas que fez o dito Rui de Pyna e repostas que a ellas foram dadas por parte do dito senhor e Ordem. Testemunhas Joham Godinho contador do Mestrado de Santiago e Pero Alvarez contador da casa do dito senhor e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que esto screpvii e de meu synall apostolico asyney que tall he.

(Sinal notarial)

As quaes pregumtas e repostas elle Fernam de Pina deu algũuas razões em comtra aas quaes eu reprimquei e vam escriptas neste livro aas II^c LRV folhas.

(fl. 282)

278

1511, Setembro, 23 – Setúbal

Inserere: 1511, Junho, 6 – Setúbal

Sentença do dizimo das ortas de Setuval.

In nomine Dominy amen. Sejam certos quantos este estormento com ho trelado de hũa sentença virem que no anno do nacimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c e homze annos aos XXIII dias do mes de Setembro da dita Era em a villa de Setuval dentro nas pousadas do lecemceado Francisco Barradas comendador de Mougellas chamceler do Mestre nosso senhor e do seu desembarquo e juiz das Ordeens de Santiago e d'Avis estamdo o dito licenciado hii peramte elle pareceo Pero Coelho moço da camara do dito senhor Mestre e dise ao dito licenciado como Duarte Rodriguiz escudeiro morador nesta vila ouvera¹⁴⁰³ hora hũa sentença do arcebispo de Lixboa que logo hii apresetou a qual era passada per Jorge Temudo desenbargador e vigairo geerall do dito senhor arcebispo e aselada do seu selo vermelho em caixa de paa pemdurado per hũa trança de linhas. E era scripta em purgaminho e requereo o dito Pero Coelho ao dito licenciado que por quanto a dita sentença era avida em favor da dita Ordem de Santiago que mandase a mim notairo apostolico abaixo nomeado que a treladase neste cartorio e asynase de meu synall puprico. E visto pollo dito licenciado a dita sentença e dizer e pedyr do sobredito e como era lynpa e sãa e sem nenhũa borradura nem amtrelinha mandou a mim sobredito notairo que a treladase aqui a qual mandava que vallese como a propia sentença da quall ho trelado de verbo a verbo he este que se segue:

¹⁴⁰³ Segue-se palavra riscada.

Jorge Temudo bacharell em canones desembargador e vigairo geerall pollo reveremdisymy em Christo padre e senhor Dom Martinho per merce de Deus e da Samta Igreja de Roma arcebispo de Lixboa etc. A quamtos esta minha carta de semtemça virem saude em Jhesuus Christo que de todos he verdadeira saude. Faço saber que na corte do dito senhor peramte mym e peramte os outros homrrados desembargadores della se tratou huum processo de feito amtre partes, *convém a saber*, Duarte Rodriguiz escudeiro da casa d'el Rei nosso senhor como remdeiro das meunças do senhor Mestre em a villa de Setuvall per ho bacharell Pero Afonso seu procurador autor de hũa parte e Afoms'Eannes e Amdre Guomez ortellães (fl. 282v) da dita villa per o licenciado Joham Lopez seu procurador reos da outra por rezam do dizymo das ditas ortas etc. sobre o quall por parte do dito autor comtra os ditos reos foy oferecido huum libello dizemdo em elle que ho senhor Mestre de Samtiaguio arremudara a elle autor os dizymos em sentenças pertemcemtes ao dito Meestrado de Samtiaguio na villa e termo de Setuvall o quall arremdamemto lhe asy fora feito por dous annos que se começaram ho Janeiro de V^c e nove ou ho tempo que ouvese em verdade e que os ditos reeos tinham no termo da dita villa de Setuvall cada huum sua orta as quaees ortas estavam na terra e lemite da dita Ordem de Samtiaguio pollo que ho dizymo della pertemcia aa dita Ordem. E asy a elle autor os ditos dous annos por bem do dito arremdamemto pollo quall ele autor requerera os ditos reos que lhe pagasem o dizimo das ditas ortas asy do anno pasado de quinhemtos e nove como ho presente de quinhemtos e dez o que elles reos recusaram imdividamente fazer. E que cada hũa das ditas ortas podia remder e remdya em cada huum anno de ortaliça e fruyta e outras cousas que o senhor Deus nelas da quaremta mil reais de que vinha ao dizimo de cada hũa das ditas ortas quatro mill reais cada huum anno ou o que viesse em boa verdade o que elles reos recusaram pagar e dello era puprica voz e fama pidimdo elle autor em comcrusam que per bem do que dito era ser verdade per minha semtemça defenetiva comdenase os ditos reos no dizimo imteiramente das ditas ortas os ditos dous annos de quinhemtos e nove e quinhemtos e dez, *convém a saber*, que cada huum pagase por anno pollo dizimo das ditas ortas quatro mill reais ou o que se achase per verdade o que pedia asy ser julgado com as custas e que daquy por diamte pagasem imteiramente o dizimo de todo ho das ditas ortas. O quall libello per mim foy julgado que procedia e mandey aos reos que ho contestasem os quaees pollo dito seu procurador ho contestaram pella clausulla geerall e per mim foy pronunciado que contestava quamto avomdava e por o dito libello ser articollado ouve os artigos dele por pertemcentes e mandey que se soubese per eles a verdade (fl. 283) nos tempos acostumbrados demtro no quall elle dito autor deu a ello sua prova per inquiriçam de testemunhas e a ouve por acabada e per mym foy lamçado da mais prova e aa dita inquiriçam nam ser aberta e pobricada os ditos reos per seu procurador vieram com huuns artigos de comtriedade dizemdo em elles que poderia aver cemto annos mais chegados a presente de V^c e homze ou ho tempo que viesse em boa verdade que pollo arcebispo desta cidade de Lixboa que ao tall tempo era e depois pollo arcebispo Nogueira fora feita composiçam com o povoo e camara desta cidade e comcelhos das villas do dito arcebispado e da dita villa de Setuvall na quall composiçam era estabelecido e ordenado que os ortellães pagasem o dizimo per imteiro de dez huum de todallas arvores de fruto como eram maceiras, pereiras, romeiras e outras arvores e asy de todo ho seco, *convém a saber*, legumes secos que eram favas, feijões, alhos, cebollas e outros legumes e sememtes que vinham a ser secas de todo se pagase de dez huum ao dizimo. E quanto era aa ortaliça verde, *convém a saber*, couves, alfaças, rabãaos, pipinos,

melões e outras cousas e ortaliga verde em que parecia mays obrar ho trabalho que a industria do homem que a natureza da¹⁴⁰⁴ terra das ditas cousas e de toda a ortaliga verde fora instituido e mandado que de cada orta de noora pagassem quarenta reais de conhecença e de orta d'almoyña que agoavam aa mão dez reais. O quall compromisso semtemça e composiçam asy julgada per semtemça pollos ditos arcebispos que o sobre-dito asy detriminava¹⁴⁰⁵ na dita villa de Setuall fora vista liida e ouvida per muitas pessoas que do theor poderiam dar seus testemunhos posto que ao presentem se nam achase e asy fora vista nesta cidade no cartorio do senhor arcebispo e livros do tomo e no cabiido e camara e em outras partes. E que per vertude da dita composiçam e semtemça e custume de dez vimte quarenta sesemta cento annos a esta parte e de tanto tempo que ha memoria dos homens nam era em contraio que sempre das ortas da dita vila e termo se pagara pollo dito modo de todo ho fruto d'arvores (fl. 283 v) e uvas, fer-rãees e legumes e cousas que vinhão a ser maduras secas de dez huum de dizimo. E quanto aa ortaligas e coussas verdes sempre se costumara pagar e pagavam quarenta reais de conhecença de orta de noora e de almoyña dez reais e no tall uso e custume estavam todollos ortelãees na dita villa e termo de sempre pollo dito modo pagarem seu dizimo e conhecença a Deus e as igreijas, prellados e remdeiros de o asy sempre receberem dos ortellãees e deles reeos ate ho presentem anno e asy ho recebera ho autor e seu sogro Duarte Rodriguiz remdeiro principall que recebera ho dito dizymo dos reeos e os ditos quarenta reais de conhecença da ortaliga verde segundo custume antigo e estavam elles reos prestes pera pollo modo e custume sobre dito asy todo imteiramente pagarem seu dizimo e conhecença daquy por diamte como fiees christãaos por ho quall se defemdiam bem do autor que maa demanda lhes faz e deviam ser ausolutos o que pediam com as custas. Os quaees artigos de comtriedadade lhe per mim foram recebidos e dado lugar aa prova a quall eles reos deram per imquiriçam de testemunhas e a ouveram por acabada e pidiram ser aberta e pobricada e per mim foram lamçados da mais prova. E por ho dito autor a ello nam ter embarguos o lamcey deles e ouve as ditas imquiriçõees por abertas e pobricadas e os procuradores das ditas partes ouveram a vista e razoaram sobre ello tanto de seu direito asy da hũa como da outra parte per os ditos seus procuradores que ho dito feito me foy comcruso e visto per mim pronunciey em elle hũa sentença que tall he. E vistos os autos deste proceso, *convém a saber*, o libello do autor com a defesa e comtriedadade dos reos pollos quaes se nam mostra composiçam allgũa seguundo polos ditos reos foy allegado comsyderada a caly-dade da causa com a detriminaçam do direito per que se mostra as dizimas das ortas da comtemda (fl. 284) serem prediaees em que nam ha lugar, custume, nem perescri-çam estimamdo o dizimo da orta d'Afoms'Eannes em vimte mill reais e de Amdre Guomez em dez mil reais vista a prova dada pollo dito autor comdeno o dito Afoms'Eannes em quatro mill reais e Amdre Guomez em dous mil por rezam da dizima de dous annos que nom negarão nom pagar e sem embargo d'Afonso Annes nam fazer procurador e contestar a demanda visto como he decimall e foy remetido a este juizo com termo asynado. E seja sem custas *ex causa*. Da quall semtemça o procurador dos ditos reos apellou pera a igreja e corte de Roma e nam renunciando a dita apellaçam ho pos por agravo pera a relaçam do dito senhor e eu lhe receby o dito agravo e lhe asyney os tempos

¹⁴⁰⁴ O "s" final foi riscado.

¹⁴⁰⁵ A palavra tem uma correcção de grafia.

acustumados pera o seguir e pagar demtro no quall tempo elles reos pagaram e seguiram o dito agravo e o feito com elle foy comcrusso aa dita relaçam omde pollas honrra dos desembargadores della foy visto e pronunciado per desenbarguo que os reos nam eram agravados per mynha semtemça e me remetiam ho feito que fizese justiça. E sobre ha apellaçam ho feito tornou a mim comcruso e visto per mim pronunciey em ele outro desenbargo que tall he: sem embargo da apellaçam a quall nam receby vista a detriminaçam do direito cuumprese minha semtemça. O quall desenbargo per mim foy publicado em audiencia e lugar acustumado presentem os procuradores das ditas partes. E pobricado asy o procurador dos autores me pidio asy delo hũa semtemça e eu lhe mandey dar esta e quamtas lhe cuumprirem etc. Damte em a dita cidade sob meu synall e sello do dito senhor aos seys dias do mes de Junho, Lourenço Guomçalvez scripvam a fez anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c e honze annos.

A quall semtemça eu notario apostolico aqui treladey (fl. 284v) muy verdadeiramente e com ella comecertey e dou minha fee que a dita semtemça era lympha e sãa e sem nenhũa borradura nem amtrelinha e carecente de todo vicio e sospeiçam. Testemunhas que estavam presentes e todo viram e ouviram Joham Jorge escudeiro da casa do dito senhor Mestre e Joham da Ribeira porteiro do seu desenbargo e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que a dita semtemça aqui treladey e meu synal puprico e apostolico fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

279

1511, Outubro, 16 – Setúbal

Inserere: 1249, Março – Alcácer do Sal

Foral de Setuvall dado polo Mestre Dom Payo Pirez Correa em que se contem ser da Ordem os fornos, alfandegas e tendas e alcazarias e banhos.

In nomine Dominy amen. Sejam certos quamtos este estormento com o trelado de hum privilegio dado em pubrica forma per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c e homze annos aos XVI dias do mes d'Outubro da dita Era em a villa de Setuvall demtro nos paaços do excelemente senhor o Mestre de Samtiaguio e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor na casa de seu desenbargo estando hii o licenciado Afomso de Cervantes comendador de Mourão ouvidor da casa do dito senhor e do seu desenbargo peramte elle pareceo ho bacharel (fl. 285) Fernam Gill de Cayolla procurador geerall do dito senhor e das Ordens de Samtiaguio e d'Avis e requereo ao dito licenciado ouvidor que por quamto em hum livro de privylegios da camara desta villa de Setuvall que hi estava na mesa peramte elle estava scripto hum privilegio em latym de que a Ordem de Samtiaguio se esperava d'ajudar que mandase a mim notairo abaixo nomeado que ho treladase neste cartorio da dita Ordem. E visto pollo dito ouvidor ho dizer e pidir do dito bacharel Fernam Gill e bem asy ho dito privilegio como estava scripto no livro da dita camara e estava lynpo e sãao e sem nenhũa borradura nem amtrelinha e era carecente de todo vicio e sospeiçam mamdou a mim sobredito notario que ho treladase aqy do quall o trelado de verbo a verbo he este que se segue:

In Dei Nomine. Notum sit omnibus qui has literas viderint quod nos dominus P. Petri Magister Milicie Sancti Jacobi et G. Petri commendator Mertole una cum convento eiusdem loci damus et concedimus populatoribus de Setuval cartam et forum de Palmella excepto quod damus eis pro benefactoria quod non vadant in exercitu nec in cavalgada nec per terram, nec per mare, nisi in juuando vicinos suos in apelido sicut et ipsi iuuabant illos quando forte opus fuerit. Et nos debemus habere omnes furnos et alfandegas et tendas et aljazarias et balnea in Setuval et omnes¹⁴⁰⁶ vendas extraneorum debent vendi in nostris domibus et non in aliis. Et nos debemus habere de foro decimas de omnibus illis que venerint per mare vel que acquisiverint per illud exceptis iste, *scilicet*, de madeira quam duxerint ad domos suas faciendum et de lenha quam duxerint ad cremandum et de pinnas quas duxerint pera comedere. Preterea de piscatoribus qui piscaverint cum rethibus de pede, *scilicet*, de illis qui ambulant piscando per gargantas in mare et piscibus de scanis qui inveniuntur mortui debent facere forum de Ulixbona. Et de omnibus aliis rebus ut dictum est persolvant de foro decimas. (fl. 285v) Et ut aliquis contra hanc cartam venire non possit eam nostris sigillis fecimus sigilari que fuit facta et concessa apud Alcaccer mense Marcio sub Era M^a CC LXXXVII.

O quall privilegio estava scripto em huum livro de purgaminho emcadernado e autorizado. Testemunhas que estavam presentes e todo viram e ouviram o licenciado Francisco Barradas comendador de Mougelas chamceler do dito senhor e do seu desembarguo e juiz das Hordens de Santiago e d'Avis e Guomez da Serra scripvam da camara da dita villa de Setuval e Fernam de Raboredo vereador em ela e outros. E eu Diogo Coelho notairo puprico geerall na casa do dito senhor e nos ditos Meestrados que ho dito privilegio per espiciall mandado do dito senhor aquy fiz screpver e subscrepvi per minha mão e com ho propeo concertey e aqui meu synall fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

O quall forall e livro em que asy estava scripto foy apresemntado no desembarguo do dito senhor Mestre per os vereadores desta villa de Setuval e polo scripvam da camara e per allguuns homens boons da dita vila sobre hũa deferença que tinham com Alcacere. E por isto ser verdade eu sobredito notairo fiz aqui esta decaraçam e portanto ho asyney de meu synal puprico que tal he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 286)

280

1511, Outubro, 20 – Setúbal

Insere: 1508, (?), 5 – Setúbal

Privylegio d'el Rey que os remdeiros e fiadores das remdas do Mestre sejam emxecutados como os d'el Rey.

In nomine Domyny amem. Sejam certos qamtos este estormento com ho trelado de huum privilegio d'el Rei noso senhor dado em puprica forma per mamdado e autoridade de justiça virem

¹⁴⁰⁶ Segue-se uma palavra riscada.

que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c e homze annos aos XX dias do mes d'Outubro da dita Era em a villa de Setuwall demtro nos paaços do execelemtre senhor o Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coinbra etc. noso senhor na casa do seu desembarguo estamdo hii o licenciado Framcisco Barradas comendador de Mougellas chamceler do dito senhor e do seu desenbarguo e juiz das Ordeens de Samtiaguio e d'Avis peramte elle pareceo Pero de Gouvea camareiro e guarda roupa do dito senhor Mestre e apresemtou ao dito licenciado e juiz huum privilegio¹⁴⁰⁷ do dito senhor Rey comcedido ao dito senhor Mestre scripto em purgaminho e asynado ao pee per Sua Alteza e aselado do seu selo pemdemte e requereo ao dito licenciado que mamdase a mim notario puprico geeral abaixo nomeado que ho treladase neste cartorio da Ordem de Santiago. E visto polo dito licenciado ho dizer e pidir do dito Pero de Gouvea e asy ho dito privilegio mandou a mim notairo que ho treladase aqui do quall o trelado de verbo a verbo he este que se segue:

Dom Manuel per graça de Deus rey de Purtugall e dos Allgarves e d'Aquem e d'Alem maar em Africa senhor de Guinee e da Comquista, Navegaçam e Comercio de Ethiopia, Arábia, Persia e da lmdia, a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos praz e avemos por bem que daquy em diante todalas penhoras e remataçõeess e enxeuçõeess dos remdeiros que arremdaram as remdas do Mestre de Samtiago e Avis meu muito amado e prezado sobrinho se tenha aquela ordem e maneira que se tem com os nosos rendeiros porque asy e polo modo que os nosos remdeiros sam e devem ser per nosas rendas penhorados e enxecutados asy queremos e nos praz que o sejam os remdeiros de quaesquer remdas do dito Mestre. Porem ho (fl. 286v) noteficamos asy a todas nosas justiças, oficiaees e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhehecimento dela pertencer e lhe mamdamos que a guardem e cumpram e façam muy¹⁴⁰⁸ cumprir e guardar como nella he conth[eudo]. Dada em Setuwall a V dias do mes¹⁴⁰⁹ Afonso Mexia a fez anno de mil V^c e oito¹⁴¹⁰.

O quall privilegio estava lynpo e sem nenhũa borradeira nem amtrelinha soomente hum buraco que parecia ser feito de ratos em que falecia estas duas palavras que aqui ficam em branco e na primeira parecia dizer imteiramente e na outra ho mes em que ho dito privilegio foy feito e todo ho mais estava muito lynpo e são como dito he. Testemunhas que estavam presentes e todo viram e ouviram ho bacharell Fernam Gill de Cayolla do desenbargo do dito senhor e Pero Alvarez e Joham Godinho seus comtadores e outros. E eu Diogo Coelho notairo puprico geerall na cassa do dito senhor e em seus Mestrados que este estromento screpvy e nele meu synall puprico fiz que tall he.

(Sinal notarial)

¹⁴⁰⁷ Segue-se palavra riscada.

¹⁴⁰⁸ Segue-se espaço em branco.

¹⁴⁰⁹ Segue-se espaço em branco

¹⁴¹⁰ Na margem esquerda foi acrescentada uma anotação, posteriormente, riscada.

1512, Março, 20 – Benavente

Inser: 1434, Junho, 10 – Alcácer do Sal; 1456, Julho, 23 – Setúbal; 1480, Março, 25 – Alcácer do Sal

Trellado de hum alvara do Ifante Dom Joham e doutro de Nuno Afonso ouvidor do Ifante Dom Fernando e de hũa sentença dos visitadores que tocam aas comendas de Canha e Cabrela.

¹⁴¹¹Esta a demarcação dos termos de Alcacere e Cabrella na sentença dos visitadores.

In nomine Domyny amem. Sejam certos qumtos este estromento com o trellado de dous alvaraes e de hũa sentemça dado em pubrica forma per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimemto de Noso Sennhor Jhesuus Christo de mil V^o e doze annos aos XX dias do mes de Março da dita Era em a villa de Benavemte e demtro nos paaços do excelemt senhor o Mestre de Samtiaguo e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor estamdo hii o licenciado Framcisco Barradas comendador de Mougellas chamceler do dito senhor e do seu desenbarguo e juiz das Hordeens de Santiago e d'Avis peramte elle pareceo o bacharell Fernam Gill de Cayolla do desenbargo do dito senhor procurador jeerall das Hordeens de Santiago e d'Avis e apresentou ao dito licenciado peramte mim notairo apostolico e testemunhas abaixo scriptas hum alvara do ifante Dom Joham scripto em purgaminho e asynado polo dito ifante ao pee e outro alvara de Nuno Afonso ouvidor que foy do ifante Dom Fernando scripto em papell e hũa sentença de dom prior e de Gil Vaz da Cunha e Duarte Furtado visitadores que foram do dito Mestrado scripta em purgaminho tocantes todos aas comendas de Canha e Cabrela. E logo o dito bacharel Fernam Gill requereo ao dito licenciado que mandase a mim notairo sobre dito que os treladase neste cartorio por qumto eram necesarios aa dita Ordem. E visto pollo dito licenciado ho dizer e pidir do dito bacharel e os ditos alvaraes e sentença como eram lympos e sãaos e sem nenhũa borradura nem amtrelinha mandou a mim dito notairo que os treladase aqui os quaes eu logo treladey huuns apos outros na maneira seguinte:

Segue se o alvara do ifante Dom Yoão.

Eu o ifante Dom Joham faço saber a qumtos este alvara virem que Rui Guomçallvez comendador (fl. 287v) de Cabrella e de Canha me dise que sempre amtigamente a dita sua comemda de Cabrella ouvera a metade da conhecemça do moyngo de Famgarrefãao e que os comemdadores que amte elle foram e iso mesmo elle sempre a ouvera ate que Dioguo Gomçallvez foy meu remdeiro das meumças d'Alcacere que arrecadou e ouve toda. E pidio me por merce que lhe mamdase desembargar a metade da dita conhecemça pois pertemcia aa dita comenda de Cabrella. E vendo eu seu requerimento mamdey tirar sobre ello imquyriçam e achey que a metade da conhecença do dito moyngo pertemcia aa dita comemda. Porem mamdo ao meu allmoxarife que ora he do dito lugar d'Alcacere e aos que depois dell vierem que lhe leixem daqui em diamte aver a metade

¹⁴¹¹ O texto que se segue foi escrito por outra mão.

da dita conhecemça e lhe nam ponham sobre ello embargo. Feita em Alcacer X dias de Junho Stevam Rodriguiz a fez anno de nacimiento de Noso Senhor Jhessus Christo de mil IIII^o XXXIII^o.

Segue se o alvara de Nuno Afonso ouvidor.

Gill Martynz allmoxarife do ifamte meu senhor em Allcacer Nuno Afomso comtador de suas terras e arremdador delas vos faço saber que ao pee de certos capitollos que me Rui Paez remdeiro das meumças deu pus minhas detriminaçõeas amtre as quaes foy hũa em que mamdava que a metade da conhecemça do moyinho de Famgarifãao estivese asy socrestada em mão do moleiro ate eu saber se pertemcia ao ifamte ou a Rui Gonçallvez comendador de Canha e Cabrella per cuja parte me foy alegado que era sua e ora o dito Rui Gonçallvez me mostrou hum alvara do ifamte Dom Johão cuja alma Deus aja em que faz mençam que ele per inquiriçam que sobre esto mandou tirar e achou provado que a dita metade da conhecemça do dito moyinho (fl. 288) pertemcia a Cabrella e que o dito Rui Gonçallvez per sy e seus amtesesores sempre estivera em pose antiga de a levar e lha ouve por desembargada segundo mais compridamente no dito alvara he comtheudo. O qual visto per mym e porque tenho mandado do ifamte meu senhor de¹⁴¹² levar estas cousas polo costume antigo e nam fazer emnovaçam vos mando da sua parte que sem embargo da dita arreigaçam ajaees por despachada a dita meetade asy agora como daquy em diamte e a mamdees emtreagar a Afonso Annes seu criado e daqui em diante a arrecade quem elle mamdar sem outro nenhuum embargo que a ello ponhaees. Feito em Setuvall a XXIII de Julho de mil IIII^o LVI annos.

Segue se a semtença dos visitadores sobre o mesmo caso.

A quantos esta carta de semtemça virem frey Pero Diaz dom prior moor da Ordem de Samtiagu e Duarte Furtado de Mendoça e Gill Vaaz da Cunha comendadores da dita Ordem e do comto dos Treze que ora per mamdado do prinçepe noso senhor como Mestre e perpetuu administrador que he da dita Ordem temos carreguo de visitarmos o dito Meestrado no espirituall e temporal per enliçam e acordo dos Treze em cabiido geerall que o dito senhor fez em Alcacere do Sall fazemos saber que estando nos per visitaçam na dita villa pera visitarmos e provermos todallas cousas da dita Ordem achamos que amtre o comcelho desta mesma e o comcelho da villa de Cabrella de que he comendador Dom Pero de Noronha moordomo moor da casa do dito senhor prinçepe e comendador moor da dita Ordem avia grandes duvidas e contemda sobre a demarcaçam dos ditos termos e per nosa visitaçam mamdamos aos ditos concelhos que a hum certo dia fosem na dita contemda e de hũa e da outra parte levasem antigos e quaeesquer (fl. 288v) scripturas que tivesem pera todo vermos e a dita contemda demarcarmos como per omde devia. E depois desto aos XVIII^o dias do mes de Janeiro da Era desta semtemça nos ditos visitadores com Alvaro Diaz de Freellas scripvam da dita visitaçam e notairo apostolico e procurador geerall fomos ao loguo que chamam as Cimalhas de Vall do Carro omde achamos tres marcos amalhuados por que ally demarcam os ditos termos princippallmente e o termo de Momtemoor o Novo. Os quaees marcos se mostra estarem ally per muy grande antigidade e ally foram loguuo juuntos por parte de Cabrella

¹⁴¹² Seguem-se duas palavras riscadas.

o dito Dom Pero e Martinh'Anes juiz e Joham Godinho tabeliam geerall no dito Meestrado e Pero Afomso Gyam e Martim Louremço Chaynho e Pedr'Eannes Cabralam homeens boons e por parte da Ordem Amtonio Fernandez allmoxarife do dito senhor na dita villa d'Alcacere e Rui Soarez juiz e Guomez Annes procurador e Estevam d'Ares e Allvaro Periiz e Joham Gonçallvez escudeiros amtiugos e Joham Afomso scripvam da camara e loguo ally foy asaz razoado e declarado acerqua da comtemda que nos ditos termos tinham pedimdo nos que todo visemos e detriminasemos com direito. O que todo visto per nos amtes de em ello darmos detriminaçam algũa com os ditos scripvam da visitaçam apartadamente per juramento dos Samtos Avangelhos preguntamos certos amtiugos de hũa e da outra parte e per seus testemunhos diseram aquyllo que dos ditos termos sabiam. E posto que a dita contenda ally nam era salvo nas terras aproveitadas porem visto como ally se começava a dita demarcaçam nos ditos visitadores por serviço de Deus e do dito senhor Mestre e proll da dita Ordem e por boa comcordia dos ditos comcelhos com os ditos juizes e officiaes e homeens boons apegamos e demarcamos os ditos termos per esta guysa que se segue, *convém a saber*,¹⁴¹³ começamdo nos ditos marcos amalhoados e vimdo asy direitos ao casall do Barbado omde achamos huum marco arrancado (fl. 289) que loguo mamdamos tornar a meter e porque ally soya d'estar e dally vimdo a atalaya dos dous sovereiros, *convém a saber*, polla estrada velha direitos aa pedra bramca e da pedra bramca direitos aa foz do Vall do Linho, valle e ribeira que se mete na Ribeira de Pancas e ally omde se mete travesamdo da parte d'alem a dita ribeira direitos a huum marco que estaa em huum tojall aaquem do casall despovoado que se chama de Pancas e deste marco se começam as terras aproveitadas e daquy pera diamte pera a dita comtemda e dally do dito marco direitos a outro marco que estaa na metade do valle de tras do casall da Ordem e deste marco direitos a outro marco que estaa no soverall mesto (*sic*) loguo perto deste. E at'aquy foy per nos ditos visitadores apegado e demarcado o dito dia e conformamdo nos com o dizer das ditas partes e aquilo que por nosa vista vimos e com os testemunhos dos ditos amtiugos at'aly ouvemos loguo os ditos termos por demarcados e mamdamos ao dito scripvam da visitaçam que ho screpvese asy. E quamto ao mais sobre que tinha a dita comtemda a quall nestes derradeiros marcos se começava, *convém a saber*, da fooz do Vall do Linho pera diante asynamos termo de quinze dias ao allmoxarife e aos ditos conceelhos a que nos desem tombo ou amtiugos que a¹⁴¹⁴ dita demarcaçam soubesem pera com seus ditados todo vermos e demarcamos com direito. E depois desto aos XX dias do mes de Fevereiro na dita villa d'Alcacer pollo dito allmoxarife por parte da dita Ordem nos foram dados allguuns amtiugos por que nam tinha tombo que os ditos termos demarcassem e asy nam foram dados outros amtiugos por parte de Cabrela e foram per nos preguuntados com o dito scripvam da visitaçam por que Allcacer nam quis mais amtiugos dar. E sobre todo de hũa e outra parte nos pidiram que todo visemos e detriminasemos com direito pollo qual ouvemos o dito feito aa nosa detriminaçam por comcruso e mandamos ao scripvam da visitaçam que o screpvese asy e nos levase as ditas imquiçõeas pera todo vermos e de-(fl. 289v)triminaros com direito. Os quaees autos e imquiçõeas examinadas per nos com delijemcia e conformamdo nos com os testemunhos de hũa e da outra parte, *convém a saber*, com aquelles amtiugos que pera mayor amtiugidade da dita demarcaçam sabyam vimdo de todo aa verdade achamos que todo per

¹⁴¹³ Na margem esquerda foi desenhada uma mão, cujo indicador aponta para este excerto de texto.

¹⁴¹⁴ Letra riscada: "a".

nos demarcado ate o dito valle e foz do Vall do Linho e daly polla terra aproveitada ate ho marco que estaa no soverall mesto que per nos foy apegado com os ditos all-moxarifefes e concelho que dereitamente e como devia ficava demarcado. E dally por diamte, *convém a saber*, do dito marco do soverall mesto achamos que demarcam os ditos termos direitos aa Cabeça dos Pymtos, *convém a saber*, aaquem da dita Cabeça estaa o Valle d'Alcacere que se mete a agoa dele na Ribeira de Palma e aa de fumdo da Cabeça dos Pyntos partem os ditos termos por aa defumdo da Acenha da Pymtada da quall acenha se mostra que ho comendador de Cabrela ouve sempre a conhecemça e daly por aa de cima do casall de Joham Afonso Rocyno do quall casall a metade do dizimo, *convém a saber*, do pam e das meumças achamos que leva Cabrella salvo da Quarta Peca e do casall do Rocyno imdo a fuundo da acenha velha de Louremço Gonçallvez da quall nos foy dito que tanbem se pagava a conhecemça ao comendador de Cabrela e asy como vay aa decima das casas do porto do Carvalho ficamdo a sylha que foy de Lopo Esteveez demtro no termo de Cabrela. Da quall achamos que ho comendador de Cabrella avia o dizimo e como se vay demarcando pollas cabeças omde o Mimoso tem as collmeyas das quaees achamos que a metade do dizimo he de Cabrela e asy direitos demarcamdo ao porto da Estacada per omde vem ha agoa da alagoa das Porcas e do emxofrall e dally como vay a estrada que vem de Marateca direitos pollo Valle da Ceyçolla a fuundo como se vay aa Sovereira do Rodeyo e como faz a volta da Sovereira do Rodeyo aa Cabeça da Agaya e dally como vay ter aa ribeira de Cabrela por aa decima do casall omde morou Alvaro Martinz per omde estam hūuas pereiras e dally omde se mete a agoa das Ferrarias na ribeira de Cabrela e por aqui achamos que demarcam os ditos termos (fl. 290). E asy achamos que do moyinho de Famgarrifão leva Cabrella a metade da conhecemça e a metade do pão que se aly sameya e das meumças e d'aalem da ribeira comtra Cabrela salvo da Quatro Peca e isto se mostra per alvara do ifamte Dom Joham que foy Mestre o quall ouve Ruy Gomçalvez que foy comendador de Cabrela e asy tornamdo aa ribeira acima ate a Cabeça dos Pymtos se mostra que levou sempre Cabrela a metade dos dizimos e conhecemças. O que todo visto per nos per estas demarcaçõees e devisõees suso ditas e com as decraraçõees aqui comtheudas dos ditos dizimos e conhecemças avemos os ditos termos e comtemda por demarcados e por detriminadas as duvidas que sobre ello os ditos comcelhos tinham e per semtemça julgamos e mamdamos que segundo esta nosa demarcaçam e detriminaçam os ditos comcelhos d'Alcacere e de Cabrela daquy em diamte guardem os ditos termos e os logrem e usem delles sem outra duvida nem embarguo que de hūua nem doutra parte sobre ello seja posta. Vista per nos a verdade com mais que pellas inquiriçõees se mostra e asy o avemos por serviço de Deus e do dito senhor Mestre e proll da dita Ordem e boa comservaçam dos ditos comcelhos e quallquer pessoa que comtra esta nosa detriminaçam e semtemça for ho avemos por comdenado em dez mil reais brancos pera as obras do convento e as partes pediram asy senhas semtemças e nos lhas mandamos dar do dito theor. E esta he do dito senhor Dom Pero por parte de Cabrela a quall fica registada por tonbo na visitaçam das ditas villas por que a todo tempo se ache quando necessaria for. Dada na dita villa d'Alcacere a XXV dias do mes de Março, Alvaro Diaz de Freelas scripvam da dita visitaçam a fez. Anno de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil IIII^o LXXX annos.

Os quaees alvaraees e semtemça eu sobredito notairo apostolico aqui treladey verdadeiramente e com os propios comcertey. Testemunhas que foram (fl. 290v) presentes e todo viram e ouviram, Pero Alvarez contador da casa do dito senhor e Joham Godinho contador do Mestrado de

Santiago e outros. E eu Diogo Coelho notairo apostolico que a todo presente fuy, vy e ouvi e aqui meu synall fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 291)

282

1512, Abril, 16 – Benavente

Insere: 1511, Agosto, 25 – Roma; 1511, Outubro, 2 – Roma

Bula do Papa pera os priores e freires da Ordem de Santiago poderem testar.

In nomine Dominy amen. Sejam certos quamtos este estromemto com o trelhado de duas bulas virem que no anno do nacimemto de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^c e doze annos aos XVI dias do mes d'Abrill da dita Era em a villa de Benavemte demtro nas pousadas do lecemciado Francisco Barradas comendador de Mougellas chamceler do Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor e do seu desembargo e juiz das Hordeens de Santiago e d'Avis peramte o dito lecemciado e juiz pareceo Joham Figeira capellão do dito senhor e¹⁴¹⁵ prior de Tavilla e vigairo de Miramda e peramte mim notairo apostolico e testemunas infra scriptas apresemto ao dito licenciado duas bullas de noso senhor o Samto Padre Julyo 2^o ora na Igreja de Deus presydemte comcedidas aos priores e freires da dita Ordem de Santiago per que Sua Samtidade os abelitava pera poderem testar e despoer suas fazendas per suas mortes e requereo ao dito licenciado que mamdase a mim sobredito notairo que treladase neste cartorio da dita Ordem as ditas bulas pera guarda e segurança dos sobreditos priores e freires as quaees bulas eram anbas scriptas em purgaminho asseeladas com senhos sellos de chuumbo pemdurados per cordões vermelhos e amarells, lympas e sãas e carecemes de todo vicio e sospeiçam. E visto pollo dito licenciado e juiz o dizer e pedir do dito Joham Figeira e bem asy as ditas bulas mamdou a mim dito notairo que as treladase aqui hũa apos a outra. As quaees eu treladadey de verbo a verbo na maneira seguinte:

Julius Episcopus servus servorum Dey. Ad perpetuam rey memoriam dum ad fructus uberes quos sacra religio dilectorum filiorum magistrum priorum et fratrum milicie Sanctii Jacobii de Spata Ordinis Sanctii Augustini in agro ecclesie militantis in propagacione (fl. 291v)¹⁴¹⁶ eiusdem religionis et fidei catholice contra illius inimicos continua defensione activam simul et comtenplativam vitam ducemdo utiliter produxit hatenus (*sic*) et in futurum producere firma spe speramus diligemter attemdimus dignum concesemus et congruimus ut illa que ipsius milicie incrementum concernere poterunt benignis favoribus et graciis concedamus sane pro parte dilecti filii nobilis virii Georgii ducis Colimbrinensis clare memorie Johannis II^o dum vixit Portugaliie et Algarbiarum regis nati qui eiusdem Sanctii Jacobii de Spata et de Avis Cisterciensis Ordinis regni Portugaliie miliciarum in spiritualibus et tenporalibus per Sedem Apostolicam administrator deputatus existit nobis nuper exhibita peticio continebat quod licet tam per nos quam sedem predictam tam eiusdem

¹⁴¹⁵ Esta palavra foi riscada.

¹⁴¹⁶ Na margem superior, o título é, novamente, indicado: "Bula pera o testar dos priores e freires da Ordem de Santiago".

Sancti Jacobii et de Avis quam etiam Jhesu Christi eiusdem Cisterciensis Ordinibus militiis dicti regni et cuilibet earum diversa privilegia et indulta sigilatim concessa et omnibus ex eiusdem militiis communia existant ac quelibet ex dictiis miliciis illarumque magistri preceptores priores milites et fratres privilegiis indultiis ac gratiis cuilibet dictarum miliciarum ut preffector concessis generaliter utantur potiantur et gaudeant anonnullis tamen in dubium revocatur an fratres dicte milicie Sancti Jacobii in subdiaconatus diaconatus et presbiteratus ordinibus constituti privilegiis indultis et gratiis fratribus aliarum miliciarum predictarum in prefactis ordinibus constitutis similiter concessis uti et gaudere valeant. Quare pro parte dicti Georgii ducis et administratoribus nobis fuit humiliter supplicatum ut in premisis oportue providere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur qui singulis sub religionis jugo et in spiritu humilitatis domino famulantibus dicte sedis gratiam et favorem libenter impartimur (fl. 292)¹⁴¹⁷ dictum Georgium ducem et administratorem ac singulares personas dicte milicie Sancti Jacobii in¹⁴¹⁸ subdiaconatus diaconatus et presbiteratus ordinibus constitutas a quibuscunque excommunicationis suspensionis et interdicti alisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodate existunt ad effectum presencium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati maiori et aliis prioribus ac fratribus dicte Milicie Sancti Jacobii in subdiaconatus diaconatus et presbiteratus ordinibus predictiis constitutis presentibus et futuris quod de cetero perpetuis futuris temporibus omnibus et singulis privilegiis indultis et gratiis quibus alii fratres aliarum de Avis et Jhesu Christi miliciarum predictarum in dictis ordinibus constituti utuntur potiuntur et gaudent seu uti poteri et gaudere poterunt quomodolibet in futurum ad eorum instar uti poteri et gaudere possint et valeant in omnibus et per omnia pervide ac si illa eisdem maiori et aliis prioribus et fratribus dicte milicie Sancti Jacobii in dictis ordinibus constitutis in specie concessa fuissent auctoritate apostolica tenore presentium de specialiis dono gratie concedimus et indulgemus non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac dictarum miliciarum juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis stabelimentis usibus et naturis ac illis sub quibuscunque tenoribus concessis privilegiis indultis gratiis et litteris apostolicis quibus omnibus etiam si de illiis eorumque totis tenoribus de verbo ad verbum pro illorum sufficienti derogacione specialis et expresa non autem per clausulas (fl. 292v)¹⁴¹⁹ generales mentio seu quovis alia expressio habenda esset ilorum omnium tenores ac si presentibus de verbo ad verbum insererentur pro expressis habentes quo ad premissa dumtaxat harum serie specialiter et expresse derogamus ceterisque contrariis quibuscunque. Nuli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolucionis concessionis indulti derogacionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei hac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo undecimo octavo kalendas Septembris. Pontificatus nostri anno octavo.

Trellado da outra bula per que o Papa concede aos ditos priores e freires todallas graças concedidas aa Ordem de Christus e a Ordem d'Avis.

¹⁴¹⁷ Na margem superior, o título é, novamente, indicado: *"Bula do testar pera os priores"*.

¹⁴¹⁸ Seguem-se duas letras riscadas.

¹⁴¹⁹ Na margem superior, o título é, de novo, indicado: *"Bula do testar pera os priores"*.

Julius episcopus servuus sevorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam regimini militantis ecclesie meritis licet nuparibus disponente domino presidentes notis ilis per que in eadem ecclesia sub religionis jugo et humilitatis spiritu domino famulantes et militantes concesses eis apostolicis privilegiis et gratiis libere uti posuit libentur annuntur ac ea favoribus prosequimur oportunis pro ut in domino et eorum comoditatibus conspicimus salubriter expidire. Nuper siquidem pro parte dilecti filii nobilis viri Georgi ducis Colimbriensis clare memorie Johannis II dum vixit Portugalie et Algarbiarum regis nati qui Sancti Jacobi de Spata et de Avis Sancti Augustini et Cisterciensis Ordinum (fl. 293) regni Portugalie miliciarum in spiritualibus et temporalibus per Sedem Apostolicam administrator tunc deputatus existebat nobis exposito quod licet tam per nos quam sedem predictam tam eisdem Sancti Jacobi et de Avis quam etiam Jhesu Christi eiusdem Cisterciensis Ordinis Miliciis dicti regni et cuilibet eorum diversa privilegia et indulta sig[il]atim comcessa et omnibus ex eisdem miliciis communia existerent ac quelibet ex dictis miliciis ilarunque magistri preceptores priores milites et fratres privilegiis indultis et gratiis cuilibet dictarum miliciarum ut prefectur comcessis generaliter uterentur poterentur et gauderent anonnulis tamen in dubium revocabatur an fratres dicte milicie Sancti Jacobii in subdiaconatus diaconatus et presbiteratus ordinibus constituti privilegiis indultis et gratiis fratribus aliarum miliciarum predictarum in prefectis ordinibus constitutis similiter concessis uti et gaudere valerent. Nos tunc prefati Georgii ducis in ea parte supplicationibus inclinati maiori et aliis prioribus ac aliis fratribus dicte milicie Sancti Jacobii in subdiaconis diaconis et presbiteratus ordinibus predictis constitutis presentibus tunc et futuris quod extunc de cetero perpetuis futuris temporibus omnibus et singulis privilegiis indultis et gratiis quibus alii fratres aliarum de Avis et Jhesu Christi miliciarum predictarum in dictis ordinibus constituti utebantur potiebantur et gaudebant seu uti poteri et gaudere posent quomodolibet in futurum ad eorum instar uti potiri et gaudere possent et valerent in omnibus et per omnia per inde ac si ila eisdem maiori et aliis prioribus ac fratribus dicte milicie Sancti Jacobii in dictiis ordinibus constitutis in specie comcessa fuissent per alias nostras literas autoritate apostolica de specialis dono gratie comcessimus et indulgimus prout in eisdem litteris nostris de super confectis plennis continetur. Cum autem sicut exhibata nobis nuper pro parte Georgii ducis ac maioris et priorum ac fratrum milicie Sancti Jacobii predictorum peticio continebat ut ex concessione (fl. 293v) et indulto predictis effectum consequi posint cupiant singula privilegia indulta et alias gratias huiusmodi sub nominibus et cognominibus maioris et priorum fratrumque milicie Sancti Jacobi predictorum exemplificari et transumptari et expediri facere pro parte ducis maioris et priorum ac fratrum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut sibi privilegia indulta et alias gratias huiusmodi cum nominibus et cognominibus ducis administratoris maioris et priorum ac fratrum milicie Sancti Jacobi predictorum exemplificari et transumptari ac expediri facere licenciam et facultatem concedere ac alias sibi in premisis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui singulorum religiosorum comoditatibus quantum cum Deo possimus libenter consulimus Georgium ducem et administratorem necnon maiorem et priores ac fratres predictos et eorum singulos a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad efectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati eisdem duci administratori ac maiori et prioribus fratribusque predictis ut singula privilegia et indulta ac alias gratias huiusmodi cum nominibus et cognominibus maioris et priorum ac fratrum milicie Sancti Jacobii huiusmodi exemplificari et transumptari ac expediri facere posint. Ita quod eisdem transumptis sigilo alicuius prellati seu persone in ecclesiastica

dignitate constitute munitis eadem fides ubique adhibeatur ac si originales littere exhibite et estense forent auctoritate apostolica tenore presentium de spicialis dono gracie comedimus et indulgemus non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac omnibus illis quas in prefatis litteris voluerimus non obstare ceterisque contrareis quibuscumque. Nulli ergo (fl. 294) omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolucionis concessionis et indulti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei hac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Rome apud Santum Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quingentesimo undecimo sexto nonas Octobrum. Pontificatus nostri anno octavo.

As quaees bullas eu sobredito notairo aquy trelladey *de verbo ad verbum* mui verdadeiramente e com as propias concertey como pollo dito licenciado e juiz me foy mandado e dou fee ser verdade todo o que dito he. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram, Felipe da Costa moço da guarda da roupa do dito senhor Mestre e Pero Gonçalvez capelão do dito senhor e prior de Sam Pedro de Palmela e outros. E eu Dioguo Coelho notairo apostolico per apostollica autoridade que a todo presente fuy, vy e ouvi e este estromento com ho trelado das ditas bulas screpvii e aqui meu prupico synall fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 294v, em branco)

(fl. 295)

283

S/d.

Reposta das rebricas de Fernam de Pina sobre o forall de Setuball e as principaees perguntas ficam em a fo. 275v.

Nom se resumirão aquy as perguntas que Fernam de Pina fez nem as repostas que lhe foram dadas nem yso mesmo suas rebricas porque elle tem tudo originalmente pera o ver com estas repostas posto que sumariamente aquy se apomtem suas rebricas.

Reposta da primeira rebrica

Quamto a primeira reposta que se deu na sua primeira pregumta elle se ouve por satisfecto e non quis rebricar.

Quamto a segumda reposta da segumda pregumta elle rebricou o que em sua rebrica se comtheem.

Reposta da rebrica segumda

Foy pllicado com elle mesmo Fernam de Pina laarguaamemte e elle se ouve por satisfecto e a razam foy porque quamdo quer que de¹⁴²⁰ allguum¹⁴²¹ compra de allgũa sardinha fresca e

¹⁴²⁰ Segue-se riscado: "de".

¹⁴²¹ O amunense corrigiu a palavra para o masculino.

a sallgua e loguo a caregua e despacha nom pagua mays senão segumdo o que lhe custou. E quamdo quer que a sallga (fl. 295v) e a tem allguuns dias sem a loguo desembarquaar pagua ao tempo do despacho segumdo o que emtam vall, *convém a saber*, custou a cem reais e quamdo a despacha nom vall senam cimquoemta reais nom pagua senão a razam de cimquoemta reais e se custou a cimquoemta reais e vall a cento pagua a razam de cem reais e asy solldo da livra segumdo entam vall de sob a veiga ora seja pouquo ora muyto e esto se fazem favor dos mercadores e asy esta em memorallmente usado.

Reposta aa terceira reprica

Dizem que quamdo quer que ho mercador pagou a saida da foz e despachou se lhe vem bem vender a outrem asy como esta carreguada pera sayr este tall comprador non pagua mais sayda da foz mas loguo livremente se vay sem mais paaguaar outra cousa nem elle nem ho vemdedor e bem asy quamdo quer que o mesmo mercador temdo jaa desembarquado a fuumdra de huum navio pera outro nom pagua iso mesmo nenhũa cousa mays do que tenha jaa paguado. E esto pedimdo licemça aos officiaaes a que pertemcer a quall licemça se pede por tirar comluyos que se podem fazer. E posto que os mercadores tornem depois de terem saido da barra com tempo ou sem tempo por sua vontade nom pagua mais posto que elles mesmos se tornem a sayr. E quamdo quer que o mercador temdo jaa despachado e paguo seu dereito vemdeu esta sardinha pera outro navio a qual se tirou do seu navio que estava ja despachado e o mercador a tirou deste e a levou pera outro (fl. 296) em tall caso por mudar senhorio e este navio omde derradeiramemte foi posta nom poder paartir sem hiir despachar ha de pagar outra saida da foz e asy esta usado e platicado em memoriallmeemte por que se doutra maneira se fizese far se hiam muitos commluyos por omde a Ordem perderia muitos direitos por muitas mesturas que se podiam fazer.

Reposta da quarta reprica

Quanto he a quarta reposta dizees que estaees satisfeito.

Reposta da quimta reprica

Nom se devera mais repricar vista tam boa reposta mas pois que reprica sobre os naturaes do lugar respodem que disto tem semtemça d'el rey Dom Joham o primeiro que aquy ofereceu em semelhaamte caso dada comtra huum naturall da terra senam quamto aa Ordem por fazer favor ao povo por lhe virem comprar mais novidades nom leva aos mercadores mais que dous reais e meio por moyo domde se avia de levar a dizima seguundo se leva aos que comprão pera o reino. E pedem que seja bem vista a dita compusição que nom faz eceyção de nenhũa pessoa e asy a dita sentença nom se devera de repricar a quem fez tamto favor aos naturaes.

Reposta a seista reprica

(fl. 296v) Esta dizima he devida a igreja de tall mercadoria e o costume entreduzio guoardarde o direito neste caso.

Reposta a setima reprica

Dizees que satisfazem bem com sua reposta.

Reposta a oytava reprica

Dizees que soees satisfeito com a reposta e portamto se nom reprica mais.

Reposta a nona reprica

E quanto he as outras duas dizimas he costume memoriall os pescadores de Cezimbra e dos outros lugares da Ordem de paguarem aquy em Setuall a dizima de todo o pescado que aquy trouxerem ora seja fresco ora sequo ora sallgado.

Reposta a decima reprica

He necesario ver se a destimção que se fez na reposta da segumda pergunta. E quanto he a duvida que aguora faazees nesta reprica acerca daquelles que comprão sall e a vam comprar em os acadares com o maar e o sall com que a sallgão e outras cousas e que se comtando e que de tudo lhe levam a dizima ysto nom pasa asy como se apomta mas he desta maneira que aqueles (fl. 297) que nos acadares querem sallguar sardinha per a levarem pera fora vem aquy a Setuall por o sall e porque o levam e saem pela foz paguam aquy deste sall seu direito soomeemte a dizima do que lhe custou a sardinha laa nos acadares em fresco quando a vem despachar sem paguarem mais outros custos. E esto esta asy em costume emmemoriall e em se fazer asy recebe o mercador muitos favores por que sam obrigados de as terem em seus navios davante da villa e ahii a desembarquar e lhe sera avaliada o que vall de sob a vergua como vistos per eses ducameemtos. E fazemdo se asy recebe favor e a Ordem perda pollos nom fazerem caa viir e se vos parecer melhor que elles venham com seus navios e sardinha diamte da villa pera sell (*sic*) avaliada o que vall debaixo da verga quando saem quer valha <pouco> quer muito¹⁴²² visto faça ser asy.

Reposta a onizena reprica

A pergunta que fez Fernam de Pina foy erada porque prosopos nella que paga não laa os direitos em Cezimbra e aquy em Setuall outros e pello comseemgimte (*sic*) a reprica que fez tambem vay fora do caso porque a verdade he nesta maneira porque os pescadores que daqui y de Setuall vam pescar ao lemte (*sic*) de Cezimbra nom paga laa nenhũa dizima e paga aquy a Setuall por respeito do domicilio. E asy he direito em costume emmemoriall e se por ventura algum mercador que seja de Cezimbra quer doutra parte a compra laa a dita sardinha nos ditos acadares desa villa pera careguarem paguam aquy soomeemte a saida da foz sem paguarem mais caa nella outros direitos a Ordem.

(fl. 297v) Reposta a reprica dozena

Aquy nom dizem mais do que dicto tem na sua reposta primeira e vede muy bem estas cargas e nom façaes perjuizo a Ordem que tanto merecimeemto tem.

Reposta a reprica treze

Nom se respomde a ella porque dizees que he jaa satisfeito.

Repostas a reprica quatorze

Item que esta dizima que se leva he dizima da ygreija destas cousas aimda senom leva senom quando as trazem pera o vemder e asy o decara o forall do Mestre Dom Payo Pirez.

Reposta a reprica quimze

Item posto que o Mestre niso podera alegar de sua justiça e tem niso muito direito lhe apraz que se tire esa opresam ao povo.

¹⁴²² Palavra corrigida.

Reposta a rebrica dezaseis

Item dizem que o diserão que estão em pose e tem semtemça d'el Rei e asy o diz a composição que todallas cousas que sairem pela foz do rio que vem d'Allcaceer que aja a Ordem seu direito que he trebuto reall dado a ella dicta Ordem e o costume tem entrepetado quando sall que sayr pera fora do reino pague por moyo dous reais e meio e do que sayr pera o reino pague a dizima e asy que esta (fl. 298) cota esta entrepetada por costume e he em favor do povo segundo mais largamente he scripto na resposta da quinta rebrica

Reposta a rebrica XVII

Começo (?) dises que as paadeiras paguassem e asy do guado se paguasse a portajem ordenada e quanto he açougagem detremine se que se o Mestre fizer açougues e casas e allpempres pera se cortar carne e se venderem as frutas e a ortaliga que lhes paguem sua açougagem e ysto he conformee ao forall do dito Mestre Dom Payo Pirez.

Rebrica de Fernam de Pina acerqua das repostas que lhe deram dos apontamentos que achou no Livro dos Contos d'el Rei

Reposta aa primeira rebrica

Item quanto he aa primeira resposta da primeira rebrica dizes que vos aves por satisfeito.

Reposta a segunda rebrica

Item nom respondem mais do que tem respondido nesta pergunta e nas outras na seista resposta e repreca.

Reposta a terceira rebrica

Item nom respondemos mais do que temos respondido aquy asy nesta resposta como nas outras repostas na IX novena.

(fl. 298v)

284

1514, Fevereiro, 18 – Setúbal

Inserere: 1241, Outubro, 14; 1514, Janeiro, 19 – Coimbra; 14[9]2, Agosto, 26 – Roma

In nomine Domyny Amem. Sejam certos quantos este estromemto com o trellado de hũa composição e doutra letra apostolica dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacemento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil V^o e quatorze annos aos XVIII^o dias do mes de Fevereiro da dita Era em a villa de Setuvall nas pousadas do licenciado Francisco Barradas comendador de Mouguellas chamcelor do Mestre noso senhor e do seu desembargo e juiz das Hordeens de Samtiaguio e d'Avis estando elle lecemciado hii peramte elle pareceo o reveremdo padre Dom frey Alvaro dom prior do convento d'Avis e em nome do dito senhor Mestre e de suas Hordeens apresentou ao dito licenciado e juiz hũa composição amtre a Ordem de Samtiago e d'Avis sobre a Ortalagoa de Samtarem scripta em huum livro que estaa no cartorio da dita Ordem d'Avis e asy hũa letra apostolica em puprica forma sobre a comenda de Soza e requereo ao dito licenciado e juiz que por quanto a dita composição e letra apostolica cuumpria a serviço do dito senhor e bem das ditas Ordens serem postas neste livro de cartorio da dita Ordem de Santiago mamdase a mym notairo apostolico infra scripto que as trelladase aqui e amtepusese e dese pera elo sua autoridade ordynaria. E visto polo dito licenciado juiz o dizer e pidir do dito dom prior e bem asy a dita composição e letra apostolica serem

sãas e sem nenhũa borradura nem amtrelinha e carrecentes de todo vicio e sospeçam amtepos e deu pera elo sua autoridade e mandou a mym sobredito notairo que as treladase aqui, as quaes hum apos outro de *verbo ad verbum* sam as seguintes:

(fl. 299) Composiçam amtr'a Ordem d'Avis e Samtiaguo sobre a comenda d'Ortalagoa.

In Nomi<n>e Patris et Fillis et Spiritus Sancti amem. Anno Dominy milesymo ducentesimo quadragesimo primo pridie idus Octobris noverint universy tam presentes quam posteriteri hanc paginam inspecturi quod nos donus Pelagii<o> Petri comendator et fratris de Alcazar Ordinis Milicie Sancti Jacobi in Purtugalia fecimus pacem et compositionem cum domno Martino Fernamdy Magistro et fratribus de Avis Ordinis de Calatrava in eodem regno in causa que vertebatur inter nos et ipsos super castris de Culuchio et Benavento et super alcazenam de Elboram et super grangiam de Cazarabotom composicio igitur hec est ego donus Martinus Fernandi Magister et fratris de Avis Ordini<s> Calatravem in regno Portugalie nomine Ordynis Calatrave per bono pacis et ut totalis atque discordia penitus terminetur damus et comcedimus vobis donno Pelagio Petri comendatori de Alcazar et fratribus vestris tam presentibus quam futuryis nomine Ordynis Milicie Santi Jacobi quamdam grangiam quam abemus apud Santarenam que dicitur Orta Lagona cum omnibus pertinencis suis jure perpetuo posidemdam isti ante sunt terminienis (*sic*) ad aquilonem gramgiam que dicitur de Maria Torta ad austrum aqua Orte Lagone ad orientem eadem aqua ad occidentem hereditas fratrum Sancte Trinitatis et nos donus Pelagius Petri comendator et fratris de Alcazar nomine Ordinis Milicie Sancti Jacobi pro bono (fl. 299v) pacis et ut totalis atque discordia que super hoc erat inter nos et ipsos penitus terminetur renunciamus omni juri et omni actioni que in predictis castris et posesionibus habeamus vel abere credebamus vel ad nostrum ordinem quocunque titulo competere credebamus resynantes ey omnia instrumenta tam de donationis regis vel regnum Portugalie quam ecclesie romane quam etiam judicum aliorum. Qu<o>cumque autem contra istam compositionem venerit malidicionem Dei Patris omnipotentis et Beate Marie semper Virginis et omnium samtorum incurrat et solvat alteri parti compositionem servanti decem milia aurorum et quantum pecierit tantum in alii parti in duplo conponat et ut conposicio ista perpetuo robur obtineat. Firmatatis fecimus presentem paginam sigilorum nostrorum atque nostrarum conventum et etiam magistrorum utriusque ordinis munimine communiri ego autem Rodericus Eneguez Magister Ordinis Milicie Sancti Jacobi de consensu nostri capituli generalis sigilum nostrum apponi feci¹⁴²³ et ego donus Gomecius Magister Ordinis Calatravensis de consensu fratrum nostrorum et conventus nostri sigilium nostrum aponi feci et ego donus Pelagius Petri comendator de Alcazar una cum fratribus nostris in Purtugalia sigilum nostrum et conventus nostri aponi feci et ego domnus Martinus Fernamdy Magister Ordinis de Avys Calatravensis in Portugalie una com fratribus nostris sigillum nostrum aponi feci et comendatores de Avis¹⁴²⁴. Hec autem composicio facta fuit apud Samtarenam im (*sic*) monastarium fratrum predicatorum.

(fl. 300) Da comenda de Sa'Miguel de Çoza a Joam de Sousa e a seus herdeiros.

In nomine Domine amem. Saibam quantos este estormento de trelado de letra apostolica graciosa dado em puprica forma per autoridade de justiça virem como no anno do

¹⁴²³ Palavra corrigida.

¹⁴²⁴ Segue-se uma letra riscada.

nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mill e quynhentos e catorze annos aos dezanove dyas do mes de Janeiro em a cidade de Coymbra nas casas da morada do senhor Airees Gonçallvez de Macedo bacharell em degredos, abade de Sam Clemente <de Veste>¹⁴²⁵ da diocese de Braga e vigairo jerall <no spirituall e temporall>¹⁴²⁶ nesta See e bispado de Coymbra pelo muito reveremdo em Christo padre e senhor Dom Jorge d'Almeida per mercee de Deus e da Santa Igreja de Roma bispo desta mesma, comde d'Arganill etc. em sua presemça e de mym notairo e testemunhas inffra escriptas pareceo o muyto homrrado Joam Vaaz lecemceado Joam Vaaz morador nesta mesma cidade e procurador do senhor Antonio de Sousa fidalguo da casa d'el Rey noso senhor e comendador da igreja de Sa'M[iguel] da villa de Coza da Ordem de Samtiaguo e apresetmou ao dito senhor vigairo hũa letra apostolica graciosa cujo theor *de verbo a verbum* he este que se ao dyamte segue:

Alexamder episcopus servus servorum Dey ad perpetuam rey memoriam rationi congruit et convenyt honestati ut ea que de romane pontificis gracia processerunt licet eius super veniente obitu (fl. 300v) litere apostolice super ilis confecte nom fuerint suum comsecantur efectum dudum siquydem felicitis recordacionis Pius Papa II predecessor nostri olim prioratum Santi Micaellis vila de Soza Milicie Santi Jacobi de Spada Colimbriense diocese tunc Ordinis Sancti Benedicti qui tunc a multis annis citra in commendam obtenitus fuerat et quem clare memorie Sanctius rex Portugalie et tunc regina eius uxor de propriis eorum bonis dotaverant ac illi vilam predictam cum omni jurisdictione temporalis et nonnulla alia bona tunc expressa donaverant in preceptoriam dicte milicie dilectus filius Joannes de Sousa modernus illius preceptor vyveret auctoritate apostolica erexit et miliciam predictam in illa instituit ipsamque ordinem et sygnam dictus prioratus tunc habebat dependenciam superessit volens quod post obitum dicti Joannis prioratus predictus in prestinum estatum restitueretur. Et de inde pro parte etiam clare memorie Alfonsi eiusdem Portugalie regis pie memorie Sixto Pape VIII etiam predecessori nostro exposito quod ipse desiderans preceptoriam predictam etiam post obitum dicti Joanes perpetuo esse et remanere debere idem Syxtus predecessor prefati Alfonsi regis in ea parte supplicationibus inclinatus sub dante, videlicet, pridie idus Marcii pontificatus fuit anno sexto preceptoriam predictam post obitum Joannis prefati dicte milicie preceptoriam perpetuo esse et remanere necnon prioratum ordinem et dependentiam predictos etiam perpetuo suppressos fore debere statuit et ordynavit ac jus patronatus et presentandy magistro dicte milicie pro tempore existenti personam idoneam ad eandem preceptoriam dum illam pro tempore vacare contingeret prefato Alfonso et pro tempore regibus Portugalie existentibus (fl. 301) in perpetuum reservavit, comcessit et asynavit postmodum. Vero recollem de memorie Innocencio Papa VIII etiam predecessori nostro pro parte dicti Johannis exposito quod prefatus Alfonsus rex jus patronatus et presentandy huiusmodi dicto Joanni eiusque heredibus in perpetuum donaverat prout in Pii et Innocemcii super statuto ordinatione reservatione concessione et asygnatione Sixti predecessorum huiusmodi eam idem Sixtus predecessor ante quam eius litere de super comficerentur sicut dominus placuerat fuisset rebus humanis exemptus plenyus contine-

¹⁴²⁵ Acrescentado por outra mão.

¹⁴²⁶ Acrescentado por outra mão.

batur ac autenticis dicti Alfonsi regis literas dicebatur contineri ac pro parte eiusdem Joannis qui apud eundem Innocencium predecesorem carissimi in Christo filli nostro Johannis moderny eiusdem Portugallie regis illustris orator destinatus existebat eidem Innocencio predecesori humiliter supplicato ut donationi predictae pro illius subsistentiam firmiori robur apostolice confirmationis adiicere aliasque in premissis oportune providere de beninitate apostolicam dignaretur idem Innocencius predecesor attendens sincere devotionis affectum quem prefactus Joannes ad eum et Romam gerebat ecclesiam et quod propterea merebatur ut illa sibi posterisque suis favorabiliter concederet per que honor et utilitas eis accedere posset prefatum Joannem de Sousa a quibuscumque excommunicationis suspensionis et¹⁴²⁷ interdicti alisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a jure vel ab homine (fl. 301v) quavis occasione vel causa latis¹⁴²⁸ si quibus quomodolibet innodatus existebat ad effectum infra scriptorum dumtaxat consequendum absolvens et absolutum fore censens huiusmodi supplicationibus inclinatus sub datum, videlicet, duo decimo kalendas Augusti pontificatus sui anno VIII donatione predictam ac prout illam concernebant omnia et singula in literis Alfonsi regis huiusmodi contenta et inde scripta quecumque auctoritate apostolica et ex certa scientia aprobavit et confirmavit supplens omnes et singulos de fetus si qui forsam intervenissent in eisdem et nichilominus potiori pro cautela jus patronatus et presentandi personam ydoneam dicto magistro ad preceptoriam huiusmodi dum illam pro tempore vacare contingerit Joani de Sousa ac heredibus et successoribus prefatis de novo in perpetuum dicta auctoritate reservavit concessit et assignavit nom obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis statutis quoque et consuetudinibus stabilimentis usibus et naturis dicte milicie juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis ceterisque contrariis quibuscumque ne autem de absolutione approbatione confirmatione super leticione reservatione concessione assignatione predictis pro eo quod super illis ipsius Innocentii predecessoris licere eius superveniente obitum comfecte nom fuerunt valeat quomodolibet hesitari dictusque Johannis de Sousa frustretur efetu volumus et dicta auctoritate decernimus quod absolutio approbatio confirmatio suppletio reservatio concessio et assignatio Innocentii (fl. 302) predecessoris huiusmodi per inde a dicta die duo decimo kalendas Augusti suum forciantur effectum ac sy super illis ipsius Innocentii predecessoris licere sub eiusdem diei datum comfecte fuisent prout superius enarratur quodque presentes licere ad probandam plene absolutionem approbationem confirmationem suppletionem reservationem concessionem et assignationem Innocentii predecessoris huiusmodi ubique sufficiant nec ad id probationis alterius adminiculum requirantur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Santum Petrum anno incarnationis Dominice milesimo quadringentesimo (*sic*) secundo septimo kalendas Settembre. Pontificatus nostri anno primo.

A qual <bula> asy apresentada como dicto he ho dicto licenciado em nome do dito senhor Antonio de Sousa dise ao dito vigairo que a dita lena era tam sustanciosa e rele-

¹⁴²⁷ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁴²⁸ Esta palavra tem as letras "bu" riscadas.

vava tamto como sua mercee bem poderia ver asy a elle comendador e seus decem-
dentes como a Ordem e Cavalaria de Samtiaguo e senhor Mestre della. E por ser hũa
letra soo se poderia perder per qua gam de (*sic*) fogo, aguoa ou de algum outro perigo
que pedia a sua mercee que lhe mamdase dar o trelado da dita bulla em puprica forma.
E o dito senhor vigairo vemdo o dizer e pedir do dito (fl. 302v) lecemceado com devida
reverencia aos mamdados apostolicos e como filho obediemte tomou a dita bula em suas
mãaos e olhou muy bem e vemdo como era sãa e nom riscada, nem camcelada, nem
borrada, nem amtrelinhada, amte era muyto sãa e integra e carrecente de todo vicio e
sospeçam e aselada do verdadeiro sello de chumbo do Papa Alexandre VI *olim* presy-
demte na igreja de Deus pendente per fios de syrgo vermelhos e amarellos a uso e cus-
tume de Roma mandou a mim notairo que eu dese o trelado da dita bula em puprica
forma. O quall por mais fermidam mandava que pasase sob synall delle dito vigiaro e
sello do auditorio do dicto senhor e sob pubrico synall de mym notairo dizendo que ao
dito trelado ou trelados interpunha e dava sua autoridade ordynaria *sed nos*¹⁴²⁹ *desposi-*
cionem de carta que valha¹⁴³⁰ e faça¹⁴³¹ fee em juizo e fora delle como a propia bula
origynall. E o dito licenciado pediu dello este estormento e mais se comprise. Testemunhas
que presentes estavam os homrrados, *convém a saber*, Gomçallo Lourenço coniguo pro-
feso do mosteiro de Samta Cruz da dita cidade e Bartolameu de Valadares escudeiro do
dito senhor Amtonio de Sousa e outros. E eu Framcisco Alvarez notairo *autoritate apos-*
tólica que este estormento escrepvv e em elle meu puprico synall fiz que tall he.

A quall composição e letra apostolica eu sobredito notairo aquy fiz treladar verdadeiramente e
com as propias comcertey e amtrelinhey (fl. 303) omde diz “*de beste*” e “*no sprituall e tempo-*
rall” e bulla. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram Dioguo Çallema caval-
leiro da casa do dito senhor Mestre e Alvaro Fernandez seu allmoxarife d’Avys e outros. E eu
Diogo Coelho notairo apostolico que esto screpvii e aquy meu puprico synall fiz que tall he.
(*Sinal notarial*)

(fl. 303v, em branco)

(fl. 304)

285

1510, Maio, 15 – Roma

Inserere: 1507, Outubro, 31; 1175, Julho, 5 – Ferentini; s/d.; s/d.

Bula da fundaçam da Regra de Santiago.

Universis et singulis presentes literas inspecturis Raphael miseratione divina episcopus Portuensis
Sancte Romane ecclesie cardinalis Sancti Georgii nuncupatus domini Pape camerarius salutem
in Domino. Rationi congruit et convenit honestati ut de his que a romanis pontificibus processe-
runt ut illibata permaneant in eorum archiviis et registris ad perpetuam rei memoriam conscripta
et registrata sunt cum ab aliquibus petit testimonium veritatis perhibeatur hinc est que nos uni-

¹⁴²⁹ Segue-se riscado: “*mdo*”.

¹⁴³⁰ Esta palavra apresenta, na parte final, um “*m*” riscado.

¹⁴³¹ Esta palavra apresenta, na parte final, um “*m*” riscado.

versitati vestre tenore presentium attestamur que in libris et registris camere apostolice, videlicet, libro quatragesimo quarto s^{mi} in Christo Patris et Domini Nostri domini Julii divina providentia Pape secundi folio LXXVII vidimus legitimus et palpavimus quasdam literas eiusdem domini Julii ut moris est scriptas et registratas quorum tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

¹⁴³²Julius episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam militans ecclesia que fortissimis adversariis non caret ad sui defensionem plurimos et diversi generis milites et atletas fortes et inter ceteros fratres Militie Sancti Jacobi de Spata assumpsit qui vitam activam ducentes et contemplativam simulque conjugalem pudiciam servantes ac quasi domino cui se suaque bona obtulerunt tria tabernacula facientes christiane catholiceque fidei adversus eius acerrimos hostes tutissimum prestiterunt hactenus et in dies prestant auxilium pariter et presidium unde nos qui meritis licet in sufficientibus divina disponente dementia eiusdem militantis ecclesie gubernacula gubernamus corundem fratrum religionis zelum vitamque laudabilem et actus commendatione dignos debita meditatione pensantes non merito eorum regulam concessasque eis immunitates ac alia privilegia et indulta ipsis quodammodo adversus eiusdem fidei catholice hostes arma suministrando apostolico munimine sub forma infra scripta roboramus ut tanto validius ferventiusque professionis sue opus indefinenter peragant quo pluribus et quodammodo incomunicabilibus armis protectos atque communitos se esse cognoverint dudum siquidem a fe R^e Alexandro Papa tertio predecessori nostro emmanaverunt littere tenoris subsequentes:

¹⁴³³Alexander Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Petro Fernandi Magistro Militie Beati Jacobi eiusque fratribus clericis et laicis tam presentibus quam futuris communem vitam professis in perpetuam rei memoriam. Benedictus Deus (fl. 304v) in donis suis et sanctus in omnibus operibus suis qui ecclesiam suam nova semper prole fecundat et sic pro patribus filios in ea facit exurgere sic a generatione in generationem noticiam nominis sui et lucem fidei christiane diffundit ut et sicut ante ortum solis stelle sese ad occasum in firmamento sequuntur ita in ecclesiis gradibus generationes justorum antequam veniat dies Domini magnus et horribilis et tenebras nostras veri solis splendore illuminet per tempora sibi succedant ac sicut multi sepe per caudam draconis ducantur in terram ita et per adoptionem spiritus quotidiana fiat reparatio perditorum et de profundo inferni ad querenda celestia multi erigantur et ita corpore teneantur in terra ut tanquam cives Sanctorum et domestici Dei cogitatione ac desiderio conversentur in coelis. Hoc sane temporibus nostris in partibus Hispaniarum de divino facto munere gratulamur ubi nobiles quidam viri peccatorum vinculis irretiti ex miseratione illius qui vocat ea que non sunt tanquam ea que sunt superna gratia sicut afflati et tacti super multis transgressionibus suis dolore cordis intrinsecus et preteritorum agentes penitentiam peccatorum non solum possessiones terrenas sed et corpora sua in extrema dare queque pericula pro Domino decreverunt et ad exemplum Domini nostri Iesu Christi qui ait «non veni facere voluntatem meam sed eius qui misit me Patris» in habitu et conversatione religionis sub unius Magistri statuerunt obedientia commorari. Eo utrique moderamine propositum suum et Ordinem temperantes ut quia universa turba fidelium in coniugatos continentesque distinguitur et Dominus Iesus Christus

¹⁴³² Na margem direita, por outra mão: *"Littere Julii secundi"*.

¹⁴³³ Na margem direita, por outra mão: *"Alexander III fundate Ordinis"*.

non solum pro viris sed et pro feminis quoque de femina nasci voluit et cum hominibus conversari habeantur in ipso Ordine qui celibem si voluerint ducant vitam et consilium Beati Pauli sequantur qui dicit: de virginibus autem preceptum Domini non habeo consilium autem do. Sint etiam qui juxta institutionem dominicam ad procreandam sobolem et incontinentie precipitium evitandum conjugibus suis utantur et una cum eis ad incolatum superne patrie de convalle lacrimarum et terrena transire peregrinatione nitantur et lacrimis diluant et operibus pietatis si eos super fundamentum suum quo Christus est pro cura carnis et affectibus liberorum (fl. 305) ligna fenum stipulam edificare contingat cum alii expeditores et continentes edificent aurum argentum et lapides preciosos et isti tamen et illi militent uni Regi et super faciant unum fundamentum celeste unam edificent mansionem promissione psalmiste in Domino roborati qui minora quoque membra ecclesiae confortat et dicit: Imperfectum meum viderunt oculi tui, et in libro tuo omnes scribentur. In horum autem fidelium Christi collegio tu dilecte in Domino fili Petre Ferdinandi per voluntatem Dei Magisterium super alios et providentiam suscepisti qui cum quibusdam fratrum tuorum ad presentiam nostram accedens cum humilitate qua decuit a Sede Apostolica requisisti ut vos tanquam peculiare filios in defensionem nostram et locum in quo caput Ordinis factum fuerit in ius et proprietatem sacrosancte Romane Ecclesie recipere deberemus. Unde nos devotionem vestram et bonum in Domino desiderium attendentes de communi fratrum nostrorum consilio in speciales ac proprios sacrosancte Romane Ecclesie filios vos recepimus ad Ordinem vestrum auctoritate Appostolica confirmantes presentis scripti privilegio communimus statuente ut quascunque possessiones quecunque bona que inpresentiarum juste et legitime possidetis aut in futurum concessione pontificum largitione regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis modis prestante Domino poteritis adipisci firma vobis vestrisque successoribus et illibata permaneant in quibus hec propriis duximus exprimenda vocabulis: Lodium et monasterium cum cauto et pertinentiis suis, burgum de Ponte Nunnii contra podium cum suis pertinentiis crescentis cum canto et pertinentiis suis, Quintanilla de Pedro Heres cum canto et suis pertinentiis, Barria cum canto et suis pertinentiis, Leacanio cum suis pertinentiis, Sanctum Salvatorem de Listriana cum canto et suis pertinentiis, Mouree cum canto et suis pertinentiis, Penagotant cum suis pertinentiis, Sancta Mariam de P[er]nel cum suis pertinentiis, Ucles cum suis pertinentiis, Alfarela cum suis pertinentiis, Orella cum suis pertinentiis, Mora cum suis pertinentiis, Morame<}>a cum suis pertinentiis, Decime de Varela et de Portadgo cum suis pertinentiis, Eistremera cum suis pertinentiis, Alcazar cum suis pertinentiis, Almodona cum suis pertinentiis, Laruda cum suis pertinentiis, Lazarza cum suis pertinentiis. Sancimus preterea ne occasione antiquae detentionis sive scripture quisquam nobis possit auferre que ultra memoriam hominum sub saracenorum detenta sunt potestate ad munificentiam principum seu vestro studio et labore aut iam obtenta sunt aut in futurum auxiliante Domino poteritis obtinere. Cum enim unica nobis sit intentio et singularis cura semper immineat pro defensione christiani nominis decertare nec solum res sed personas ipsas pro tuitione fratrum incunctanter exponere plurimum esset hoc pium opus et laudabile studium impedire si labores et stipendia vestra que in commune proficiunt perciperentur ab aliis et occiosi ac desides atque in laboribus suis non que lesu Christi sed que sua sunt requirentes emolumenta illa perciperent que pro tantis laboribus vobis et pauperum Christi usibus sunt provisiva dicente Apostolo: Qui non laborat non manducet. Interea sane que in professionis vestre

Ordine statutum est observari primum esset ut sub unius Magistri obedientia in omnium humilitate atque concordia sine proprio vivere debeatis illorum fidelium exemplum habentes qui ad fidem cristianam apostolorum predicatione conversi vendebant omnia et ponebant pretium ad pedes illorum dividebantur singulis prout cuique opus erat neque si aliquis eorum que possederat quicquam suum esse dicebat: sed erant eis omnia communia. Ad suscipiendam quoque prolem que in timore Domini nutriatur et infirmitatis humane remedium juxta institutionem Domini et indulgentiam apostolicam qui ait: bonum est homini mulierem non tangere propter fornicationem; autem unusquisque uxorem suam habeat et similiter mulier virum suum qui continere nequiverit conjugium sortiatur et servet inviolatam fidem uxori et uxor viro nec thori conjugalis continentia violetur. Si autem viri pre mortui fuerint et relicte ipsorum uxores que Ordinem susceperunt nubere voluerint denunciatur hoc Magistro sive comendatori ut cum illius consciencia cui mulier ipsa vult nubat secundum verbum apostoli Pauli dicentis: Mortuo viro soluta est mulier a lege viri; cui vult nubat tantum in Domino quod etiam de viris intelligitur observandum una et etiam utraque lege teneatur. Statuimus quoque ut nullus fratrum sive sororum post susceptionem Ordinis vestri et promissam obedientiam vel redire ad seculum vel ad alium (fl. 306) Ordinem sine Magistri licentia audeat se transferre cum sint in Ordine vestro loca statuta ubi quisque districtius valeat conversari discedentem. Vero nullus audeat retinere sed ad Ordinem suum per censuram ecclesiasticam qui discesserit redire cegatur. Ut autem in Ordine vestro cum maiori deliberatione omnia tractentur statutum est inter vos ut locus aliquis ordinetur in quo per singulos annos in solennitate omnium sanctorum Generale Capitulum teneatur et sit ibi clericorum conventus et prior qui eorum et aliorum clericorum qui de Ordine vestro fuerint curam possit habere ac fratrum cum necesse fuerit provideat animabus. Sint autem et tredecim in Ordine fratres qui Magistro cum opus fuerit in consilio et dispositione domus assistant et eligendi Magistrum curam habeant competentem prior sive quidem clericorum cum Magister ab hac luce migraverit de domo et Ordine sicuti solent gerat cui sicut Magistro omnes obedientes existant donec per providentiam tredecim predictorum fratrum Magistri electio celebretur. Is cum transitus Magistri fuerit auditus et cognitus tredecim illos fratres sine dilatione aliqua convocabit et si quisquam eorum infirmitate vel alia ex causa infra quinquaginta dies adesse nequiverit cum aliorum consilio qui presentes fuerint alium absentis loco constituendum ne Magistri electio ex aliquorum absentia minime differatur. Illi vero tredecim fratres si Magister qui pro tempore fuerit perniciosus aut inutilis apparuerit cum consilio prioris clericorum et sanioris partis Capituli maioris domus corrigendi aut etiam amovendi cum habeant potestatem. Et si inter eum et Capitulum aliquid emergerit questionis debitum ei finem imponant. Ne per aliena iudicia vel dilabatur ordo vel temporalis substantia dissipetur. In ullam autem ex hac fratres illi superbiam eleventur sed Magistro suo devoti et obedientes existant que si quis eorum ex hac vita transierit vel pro culpa seu alia quacunque fuerit <occasione> mutandus Magister cum consilio reliquorum vel maioris partis eorum alium in locum eius substituat. In Capitulo autem quod annis singulis duximus celebrandum tredecim isti (fl. 306v) fratres et comendatores domorum nisi evidens et magna eius necessitas detenuerit ad statutum locum incunctanter occurrant et communiter tractent que ad perfectam Ordinis animarum salutem et substentationem corporum fuerit statuendum ubi precipue ad defensionem christianorum intendere moneantur. Et districte precipiantur ut in saracenos non mundane laudis amore non desiderio san-

guinis effundendi non terrenarum rerum cupiditate crassentur sed intantum in pugnam suam intendant ut vel christianos ab eorum tueantur incursu vel ipsos ad culturam possint christiane fidei provocare. Eligantur et tunc visitatores ydonei qui domos fratrum per anni circulum fideliter visitentur et qui ibi digna correctione invenerint aut ipsi corrigant aut ad Generale Capitulum deferant corrigenda. Clerici propterea¹⁴³⁴ vestri Ordinis per villas et oppida simul maneant et priori qui super eos fuerit or<di>natus obedientes existant et filios fratrum qui eis a Magistro commissi fuerint instruant scientiam litterarum et fratribus tam in vita quam in morte spiritualia subministrent. Induentur autem superpelliciis ac conventum et claustrum sub priore suo tenebunt et humiliter faciant quod ab ipso illis secundum Deum fuerit imperatum ubi fratres quoque de quibus Magistro visum fuerit conversentur et non sint occiosi sed vacent orationi et aliis operibus pietatis. Clericis vero de laboribus et aliis bonis a Deo prestitis decime reddantur a fratribus unde libros¹⁴³⁵ et congrua ecclesiarum faciant ornamenta et in necessitatibus corporis convenienter sibi provideantur et si aliquid superfuerit secundum providentiam¹⁴³⁶ Magistri in usus pauperum erogetur. Ut autem concordia inter vos caritasque servetur et a peccato detractionis et murmuris cuncti debeant abstinere qui comendator in quolibet loco fuerit institutus pro facultate domus in sanitate et egritudine quodcunque opus fuerit cum ea sollicitudine ac benivolentia subministretur ut neque in substantia parcitatem nec in verbo amaritudinem gerere videatur. Sit vobis precipua cura hospitem et indigentium et necessaria illis pro facultate domus liberaliter conferantur. Exhibeatur prelati ecclesiarum honor et reverentia subministretur cunctis Christi fidelibus canonicis monachis Templariis Hospitalariis aliisque in sancta religionis observantia positus consilium et auxilium quorumlibet etiam indigentia si facultas fuerit sublevetur ut Deus in vestris (fl. 307) glorificetur operibus et alii qui viderint humilitatis et caritatis vestre provocentur odore. Ad hec adiiciendum decrevimus si locus aliquis in quo episcopus esse debeat in vestram venerit potestatem sit ibi episcopus qui cum ecclesiis et clero suo designatos sibi redditus et possessiones et spiritualia jura percipiat. Reliqua vero cedant in usus vestros et in vestra pispotionem sine cuiusque contradictione persistent profecto in parochialibus ecclesiis quas habetis nolumus episcopos suo jure fraudari. Si autem in locis desertis aut ipsis locis saracenorum de novo ecclesias construxeritis ecclesie ille plena gaudeant libertate nec aliqua per episcopos decimarum aut alterius rei exactione graventur. Liceatque vobis per clericos vestros ydoneos ecclesias easdem cum suis plebibus gubernare nec interdicto per episcopos vel excommunicationi subdantur. Sed fas sit vobis tam in maiori ecclesia que caput fu<er>it Ordinis quam in aliis etiam excommunicatis et interdictis exclusis divina semper officia celebrare. Preterea ne humanis vexationibus et caluniis a defensione Cristianorum retrahi valeatis apostolica auctoritate decernimus ne personas vestras preter legatum Apostolice Sedis a latere Romani Pontificis destinatis interdiceret quisquam aut excommunicare presumat. Quod etiam de familiis et servientibus vestris statuimus qui stipendia vestra percipiunt donec justiciam parati fuerint exhibere nisi forte talis fuerit culpa ex qua ipso facto ecclesiasticam censuram incurrant. Crisma¹⁴³⁷ vero oleum sanctum con-

¹⁴³⁴ Na margem direita, por outra mão: "pretarea".

¹⁴³⁵ Palavra corrigida.

¹⁴³⁶ Palavra corrigida, por outra mão, na margem direita.

¹⁴³⁷ Palavra repetida, por outra mão, na margem direita.

secrationes altarium seu basilicarum ordinationes clericorum vestrorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a diocesano suscipietis eiscopo, siquidem Catholicus fuerit et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerit et ea gratis et absque ulla pravitate vobis voluerit exhibere alioquin liceat vobis quem malveritis adire antistitem qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Liceat preterea vobis in locis vestris ubi quatuor fratres vel plures fratres fuerint oratoria construere in quibus fratres et familie vestre tantum et divinum audire officium et sepulturam christianam possint habere. Ita enim volumus necessitati vestre consulere, ut non debeant ex hoc adjacentes ecclesiae injuriam sustinere. Cum autem generale interdictum terre fuerit liceat vobis clausis januis exclusis excommunicatis et interdictis non pulsatis campanis suppressa voce divina officia celebrare presenti nihilominus decreto sancimus ut si quis in aliquem vestrum fratrum, videlicet, (fl. 307v) vel sororum violentas manus iniecerit excommunicationis sententia sit a[d]strictus et illud idem pro tutela nostra tam in sententia quam in pena servetur quod sub felicis memorie Papa Inocentio predecessore nostro de tuitione clericorum generali concilio noscitur institutum. Decernimus ergo ut omnio nulli hominum liceat jura vel possessiones vestres temere perturbare aut vestra bona auferre vel oblata retinere minuere seu quibuslibet vexationibus fatigare sed illibata omnia et integra conserventur eorum pro quorum gubernatione et substentatione concessa sunt usibus omnimodis pro futura salva Sedis Apostolice auctoritate ad indicium¹⁴³⁸ autem huius a Sede Apostolica precepte libertatis decem malachinos nobis nostrisque successoribus annis singulis persoluetis. Si qua igitur in futurum ecclesiastica secularisve persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire tentaverit secundo, tertiove commonita nisi presumptionem suam digna satisfactione correxerit potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se divino iudicio existere de perpetrata¹⁴³⁹ iniquitate cognoscat et a sacristissimo Corpore ac Sanguine Dei et Domini Redemptoris nostri Iesu Christi aliena fiat atque in extremo examine districte ultioni subiaceat. Cunctis autem vobis vestra jura servantibus sit pax Domini Nostri Iesu Christi quatenus et hii fructum bone actionis percipiant et apud districtum iudicem premia eterne pacis inveniant, amen, amen, amen. Vias tuas, Domine, demonstra mihi. Sanctus Petrus, Sanctus Paulus, Alexander Papa tertius. Ego Alexander catholice ecclesie episcopus, ego Galterius Albanensis episcopus, ego Joannes presbiter cardinalis Sanctorum Ioannis et Pauli tituli Pammachii, ego Joannes presbiter cardinalis tituli Sancte Anastasie, ego Albertus presbiter cardinalis tituli Sancti Laurenti in Lucina, ego Bosso presbiter cardinalis Sancte Potentiane¹⁴⁴⁰ tituli Pastorum, ego Manfredus presbiter cardinalis tituli Sancte Cecilie, ego Petros¹⁴⁴¹ cardinalis Sancte Susane¹⁴⁴², ego Jacintus diaconus cardinalis Sancte Marie in Confinidum¹⁴⁴³, ego Ardicio diaconus cardinalis Sancti Theodori, ego Cinthius diaconus cardinalis Sancti Adriani, ego Vitellus diaconus cardinalis Sanctorum Sergii et Bachi, ego Laborans diaconus cardinalis Sancte

¹⁴³⁸ Na margem direita, por outra mão: "inditium".

¹⁴³⁹ Palavra corrigida.

¹⁴⁴⁰ Palavra corrigida, por outra mão, na margem direita.

¹⁴⁴¹ Na margem direita, por outra mão: "presbiter".

¹⁴⁴² Na margem direita, por outra mão: "Sali[...]".

¹⁴⁴³ Na margem direita, por outra mão: "Cosmo et Damiani".

Marie in Porticu, ego Ramerius (fl. 308) diaconus cardinalis Sancti Georgii ad Velum Aureum, ego Rimanus¹⁴⁴⁴ diaconus cardinalis sancti Nicolai in Carcere Juliano. Datis Ferentini per manum Gratiani Sancte Romane Ecclesie subdiaconi et notarii. Tertio nonas Julii, indictione VIII^a incarnationis Dominice anno millesimo centesimo septuagesimo quinto. Pontificatus vero domini Alexandri Pape Tertii anno sexto decimo.

¹⁴⁴⁵Deinde sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filii nostri Ferdinandi Aragonum et Scicilie regnorum regis illustris catholici qui magistratus eiusdem militie administrator per Sedem Apostolicam deputatus existit ac dilectorum filiorum priorum preceptorum fratrum et religiosorum dicte militie ac eorum ad vos desuper destinant procuratoris Petri de Barrietos militis eiusdem militie petio continebat que bone memorie Albertus ut creditur eiusdem tituli Sancti Laurentii presbiter cardinalis in dictis literis prefacti Alexandri predecessoris subscriptus gerens ad dictam militiam singularem devotionis affectum infra scriptam regulam cui deinde prohemium causam institutionis dicte regule et militie continens prepositum extitit cum eiusdem regule penali correctorio ut asseritur conscripsit tenoris infra scripti qui talis est, videlicet:

¹⁴⁴⁶Gratia Sancti Spiritus temporibus istis ultimis per suam clementiam in partibus Hispanie illuminavit aliquos qui nominibus potius quam operibus christiani erant eosque a superbia et seculari pompa operibusque sathane misericorditer revocavit. Nam erant in <Hi>spania nonnulli barones genere nobiles sapientes gestis mundanis armisque clarissimi bonis temporalibus abundantes omnique bono et ornatu terrestri prefulgentes huiusmodi clarissimorum virorum splendorem et claritatem laudis plurimum obcecavit eorum mala vita et non mirum cum suorum prodegi alienorum cupidi ad omne facinus et malum vitiumque perpetrandum aptissimi existerent et quemadmodum in actibus militie terrestris magni fiebant ita enormitatibus malicia et peccatis irretiti erant ingentes, altissimo gratie agende sunt quando tales homines et tam peccatores in tot tantisque malis obrutos et involutos ab eorum antique conversatione viaque infernali et perdicionis removens eos filii sui mire claritatis regno consulere dignatus est ut cum primo diaboli milites essent nunc in suis militiis jugum Dei perferre et milites Iesu Christi esse gloriantur hi itaque Spiritus Sancti gratia illuminat a malis operibus remoti quem admodum inquit divina clementia non meminero amplius (fl. 308v) nominum eorum per labia mea pro<r>ia eorum nomina admisere et ad dominum Iesum Christum conversi servi justicie effecti non suis sed fratrum suorum utilitatibus consulentes Deum super omnia et deinde proximos amantes eorumque corpora martiriis et laboribus assiduis propter christum subiicientes ante omnia Deo et deinde hominibus propter Deum placere totis viribus cognati sunt, temporibus istis maxime turbationes et scandalo propter bella et inter christianos reges discordias in Hispania in ecclesia Dei vigeabant omnesque desidebant allique contra alios erant, videlicet, rex Legionis contra regem Castelle et Portugalie Castelle contra Legionem et Portugalie et Navarre et rex

¹⁴⁴⁴ Na margem direita, por outra mão: "vinianus".

¹⁴⁴⁵ Na margem direita: "Sequitur in confirmatione Julli secundi". E ainda por outra mão: "He falso, que o que se segue he o prolo[go] da nossa regra feito pello cardeal Alberto".

¹⁴⁴⁶ À margem direita: "Prologo in regula Sancti Jacobi Ordinis".

Navarre contra Castelle et Aragonie reges. Huiusmodi itaque dissensiones inter reges prefatos orte innumeras maurorum copias a partibus ultra marinis <ad> ecclesias Dei destruendas ad terram christianorum devastandam in eaque regna occupanda transduxere et cum dicti milites tam periculum christianis imminere viderent divina Spiritus¹⁴⁴⁷ Sancti gratia inspirati ut inimicos Christi comprimerent ad ecclesiam defenderent et tuerentur et ab ea infidelium superbiam impectumque propulsarent in unum ad muri instar coadunati signum sancte crucis admodum spate cum signo et advocazione Beati apostoli Jacobi pectoribus imposuere et deinceps contra christianos non pugnare, eorumque rebus et bonis nullum damnum inferre censuere et decrevere omnibusque honoribus et mundanis pompis vestibisque preciosis longorumque capillorum usui ac omnibus aliis rebus vanitates potius quam utilitates afferentibus renunciare et cessare et mandatis sacre scripture non contra venire sed contra paganos semper pugnare ac iuxta formam divine legis ordinate et parce vitam vivere promissere et ad ecclesiasticarum personarum animos corroborandos ea tam retinere que sine legis divine offensa possent retineri et que in prejudicium dicte legis fore contemnere promissere et ad omnia ista divinitus inspiratos eos zelus domini propriaque devotio ac etiam assidua predicatio archiepiscoporum et episcoporum, videlicet, domini celeberrimi hispaniarum primatis archiepiscopi Toletani ac domini Petri archiepiscopi Compostellani et domini Joannis archiepiscopi Bracharensis necnon domini Joannis episcopi Legionis et domini Ferrandi episcopi Astoricensis et domini Stefani episcopi (fl. 309) Zamorrensis omniumque aliorum his subditorum constrinxit et obligavit qui quidem omnes propter huiusmodi conversionem et inicium militie predictae maximo gaudio affecti fuere omnesque una simul ac nemine discrepante auctoritate ordinaria eorum ordinem formamque vivendi laudarunt et approbarunt tanquam sanctissimam et bonam confirmationeque dignam reputarunt in hac tempestate reverendissimus dominus Jacintus diaconus cardinalis et sanctissimo domino nostro Alexandro Pape III^o eiusque latere legatus missus et destinatus ad pacem componendam inter prefatos reges ad partes hispaniarum prevenit. Cum autem ad oppidum Sorie Oxomensis (?) diocesis accessisset Magister dicti Ordinis cum aliquibus fratribus qui ibidem tunc erant eum benigne suscepit dictus que legatus ad instantiam reverendissimorum dominorum Ferrandi regis legionis et Alfonsi de Castila et Alfonsi de Arogone eorumque ditissimorum virorum intercessione que et testimonio dicti Petri archiepiscopi Compostellani tunc episcopi Salmantis cui dictus cardinalis preceteris magis credebat et similiter ad intercessionem Ozomensis (?) Cauriensis episcoporum magistrum et fratres prefatos sub tuitione et protectione sancte romane ecclesie suscepit et auctoritate apostolica qua tunc fungebatur dictum ordinem confirmavit et approbavit et deinde magister et fratres prefati in presentia prelebei domini nostri Alexandri Pape tertii comparuerunt a quo quidem in proprios et sprituales filios recepti fuerunt pos[*f*]modum vero post longum studium per prelibatum dominum Alexandrum Pape III cum suis fratribus sancte romane ecclesie cardinalibus habitum qui acceperunt ordinem predictum ad claritatem purissimumque fidei splendorem defensionemque sancte matris ecclesie eiusque utilitatem institutum dictus ordo fuit per eundem dominum nostrum Papam confirmatus et approbatus deinde reverendissimus dominus cardinalis magister Albertus vir sanctus et religiosus et huius

¹⁴⁴⁷ Palavra corrigida.

ordinis devotissimus exemplis et auctoritatibus Sancti Pauli apostoli aliorumque sanctorum patrum eumdem ordinem approbans esse sanctissimum et confirmatione dignum regulam infra escriptam proprio stillo dictavit et manu propria ut asseritur conscripsit prout sequitur:

¹⁴⁴⁸Incipiunt regule et statuta fratrum Ordinis Militie Sancti Jacobi consistentes in observantia obedientia et castitatis conjugalis (fl. 309v) ne sine proprio vivere. Nam obedientiam prestando gratia illius qui usque ad mortem patri obediens fuit merebuntur quia virtus obedientie magis quam sacrificium Deo placet. In conjungio autem castitatem servando et sine peccato in pudicitia conjugali vivendo similes sicut primis parentibus quia melius est uxorem ducere quam apud inferos ardere et nos non proponamus ea que ipsi patres nequiverunt adimplere ideoque resumant ipsi fratres animos et vires in tali conversatione omnium creatori placere et in eius servitio magna cum constantia perseverare sine proprio viventes conventuique similes esse illi qui omnia possidebat et tamen non habebat ubi suum sanctissimum caput reclinaret. Et licet dicti fratres plura possideant sine tamen juxta doctrinam apostoli tamque nihil habentes. Hec enim tria instituta sunt ad perfecte caritatis complementum quia sicut perfecta caritas foris mittit omnem timorem sic fratres predicti personas omnia que sua diversis laboribus et periculis pro laude et exaltatione christiane fidei defensioneque fratrum suorum subjicientes exponentes docent et probant se ex toto corde et mente Deum et tanquam semet ipsos proximum suum amari Deoque integra caritate gubernantur et ubi caritas ibi et est Deus qui est vera caritas. ¹⁴⁴⁹Episcopis et prelati sancte ecclesie honorem et reverentiam exhibeant ac fidelibus christianis monachis et canonacis cuiuscunque habitus fuerint et ordinis Templariis necnon Hospitibus et ministris Sancti Sepulchri omnibusque religiosis aliorum ordinum pro viribus auxiliantur et eis in suis necessitatibus subveniant. Juxta facultates domos ad providentiam magistri. ¹⁴⁵⁰Cum omnium hilaritate hospites recipiantur eisque omni liberalitate juxta facultatem domos necessaria tribuant et si alicuius ordinis fuerint per tres dies aliis honorificentius tractentur. Et si de licentia magistri dicti hospites venerint eosque diutius in domibus nostris morari contingat eis eorumque equitaturis omnia ad eorum provisionem necessaria prout allis eiusdem domus fratribus juxta ipsius domus facultates ministrentur ¹⁴⁵¹. In domibus dicti ordinis singulis diebus pauperes christi amore fraterno recipiantur exhibeanturque eis necessaria cum omnium caritate juxta domus facultatem. ¹⁴⁵²Pro romano pontifice sanctaque romana ecclesia singulis diebus dicant fratres dicti ordinis ter orationem dominicam. Pro suo magistro ut Deus et dominus nostri sapientiam et potestatem et gratiam ad gubernandum eos qui ei commissi sunt (fl. 310) concedere dignetur ad honorem et exaltationem sancte matris ecclesie et

¹⁴⁴⁸ À margem direita: *"Incipit regula que consistit in tribus"*.

¹⁴⁴⁹ À margem esquerda: *"Reverentiam honorem ad prelatos habeant"*.

¹⁴⁵⁰ À margem esquerda: *"Hospites qualiter sint recipiendi"*.

¹⁴⁵¹ À margem esquerda: *"Pauperes qualiter recipiantur"*.

¹⁴⁵² À margem esquerda: *"Orationes quais dicere debeant et pro quibus"*.

pro eterne vite consecutione dicant semel dictam orationem dominicam. Pro fratribus vero vivis et salute animarum suarum ter, pro suis defunctis septies et pro fratrum familiaribus defunctis semel pro cunctis fidelibus defunctis semel, pro pace et tranquillitate eiusdem sancte matris ecclesie et semel, pro eorum rege similiter semel, pro ipsorum episcopo etiam semel, pro patriarcha Terraque Sancta Jerusalem ut Deus et dominus nostri eam christianis restituere dignetur semel, pro regibus et principibus defensoribusque christianitatis et pro omnibus sancte Dei ecclesie prelatiis etiam semel. Ac pro omnibus religiosis qui sub observantia religionis degunt cuiuscunque ordinis existant etiam semel, pro cuncto populo christiano etiam semel benefactoribus et malefactoribus nostris etiam semel ut benefactores pro eorum bonis operibus mercedem a domino recipiant malefactores ab eorum mala via convertantur, pro fructibus terre etiam semel eandem orationem dominicam dicant, que quidem recitationes dicte orationis tot vicibus singulis diebus per singulos fratres dicti ordinis faciendum nuntiorum (?) XXIII^o recitationum non excedunt¹⁴⁵³. Surgant ad matutinas horas omni tempore statim cum audiverint sonum campane ecclesie sue si bene convalescerint vel magnis laboribus fatigati non fuerint commendantes se in primis Deo omnipotenti et eius gloriose matri Virgini Marie ac Beatis apostolis Petro et Paulo ac Sancto Jacobo¹⁴⁵⁴ sub cuius invocatione et protectione ipsa regula instituta est ceterisque sanctis cum maiori quam poterunt devotione et humilitate et dicant ter ipsam dominicam orationem ad honorem Sancte Trinitatis pro salute animarum suarum. ¹⁴⁵⁵Observent silentium in ecclesia quando divina peragantur et que raro loquantur et hoc necessitate occurrente¹⁴⁵⁶ horis canonicis Beate Marie Virginis exceptis festivitatibus propriis propter earum prolixitatem debeant erecti interesse. Aliis vero horis, videlicet, cum hinc magnificat et benedictus versiculi recitantur similiter sint erecti et cum gloria Patri cantatur capita eorum inclinent versus altare. Et cum horas diei audire non potuerint dicant semel genibus flexis orationem dominicam si non fuerit dies festus¹⁴⁵⁷. Pro matutinis Diei¹⁴⁵⁸ et eiusdem Beate Marie dicant vigesies sexies eandem orationem dominicam et prosingulis aliis horis tam Diei quam eiusdem Beate Marie Virginis prima tertia sexta nona et completoriis horis dicant (fl. 310v) sexies eandem orationem dominicam et in principio omnium horarum semel flexis genibus prout dictum est eandem orationem dominicam dicant et de inde incipiant Deus in adiutorium meum intende ac Gloria Patri et cetera et in fine singularum horarum dicant semel dictam orationem dominicam cum requiem etiam nam, pro vesperis Diei et Beate Virginis Marie dicant decies et ita incipient finemque facient prout superius de aliis horis est dictum. ¹⁴⁵⁹Singulis diebus missam audiant nisi magnis necessitatibus impediti fuerint. Et post missam ac primam accedant

¹⁴⁵³ À margem direita: *"Ad matutinas horas surgant"*.

¹⁴⁵⁴ Segue-se uma letra riscada.

¹⁴⁵⁵ À margem direita: *"Silentium observent in ecclesia"*.

¹⁴⁵⁶ À margem esquerda: *"Qualiter stare debeant que recitantur hore"*.

¹⁴⁵⁷ À margem direita: *"Qualiter debeant recitare horas"*.

¹⁴⁵⁸ Palavra corrigida.

¹⁴⁵⁹ Na margem esquerda: *"Missam omni die audient. Capitulum cum silentio veneant"*.

ad capitulum cum silentio et Dei timore et in terram corem cruce et commendatore se prosternentes facta venia absolvatur capitulum et vadant quo commendator pro animarum salute et utilitate domus eos ire iusserit. Die dominica diutius morentur in capitulo in quo maiori cum deliberatione et gravitate pospositis omnibus curis negocia domus tractent et ea perficiant cum Dei adiutorio que salutem animarum suarum et utilitati domus viderint expedire.¹⁴⁶⁰ Et legant regulam semel in mense aut sibi legi eam faciant ut in ea sint bene instructi. Jejunent fratres duabus quadragesimis una vice a die sanctorum quatuor coronatorum usque ad diem Nativitatis, altera vero a domica quinquagesime usque ad Resurrectionis Domini Nostri Iesu Christi festa. Item singulis sextis feriis cuiuslibet edomade a festo Sancti Michaelis usque ad festum Pentecostes jejunent et a dicto festo Pentecostes usque ad ipsum festum Sancti Michaelis huiusmodi sextis feriis non jejunent sed vescantur cibo seu victu quadragesimali. Et qui infirmitate aut necessitate vel alia causa duxerint se hoc non posse observare vescantur cibis de licentia et providentia magistri. Et quia omnium fratrum dicti ordinis intentio est fidem Christi eiusque fidelium tueri et defendere et istud cuncti promiserunt plus obedientiam quam sacrificium Deo placet.¹⁴⁶¹ Si aliqui dictorum fratrum maiores supradictis facere voluerint abstinentias hoc iuxta providentiam dicti magistri taliter fiat que propterea a defensione et servitio christianitatis se non absteineant quia redemptor nostri Dominus Iesus Christus ita verbo et exemplo nos monuit et docuit qui cum animam suam pro suis esset amicis depositurus eis dixit (fl. 311) maiorem caritatem nemo habet quamque quis animam suam ponat pro amicitia suis magis enim et difficilius est unum quaque corpus suum pro suo proximo maximis et pluribus periculis subiecte quam in domo ociosum et quiescentem multis afflictionibus et abstinentiis macerare et debilitare¹⁴⁶². Nunc milites Christi resurgite et remotis tenebris induatis vos arma lucis ne diabolus adversarius antiquus hostis circumcuetis quem devoret et delinquere faciat vos decipiat qui et multis malis cognatur ut a via Christi et semitis veritatis iustitie vos divertat. Nunquam desistatis vestros Christi fideles sanctam quoque matrem ecclesiam defendere cum nil gloriosius vel alacrius sit apud Deum quam unumquemque pro divine lege defensione et conservatione vitam ense, igne, aqua captivitate vel quibuscumque aliis periculis que venire possunt finiendam eligere et sic fideles amati vos decet per multas tribulationes ingredi regnum Dei illanque beatitudinem acquirere quam Deus cum amantibus promisit et quam nec oculus vidit nec auris audivit nec in cor hominis ascendit. Unde sequitur quod si quis corpus suum tanta abstinentia aut multis abstinentiis et jejuniis debilitaverit viresque sue ad defendendam legem divinam suosque proximos defuerint noveritque se male fecisse et se culpabilem fore in iudicio coram Deo. Nam pro huiusmodi assiduis laboribus substinendis exemplo Elie prophete edocti cui adhuc hec grandis via restaret, veniens ad eum angelus ad caput suum succine ricium panem posuit illique dixit surge et comede.

¹⁴⁶⁰ Na margem esquerda: *"De lectione regule"*.

¹⁴⁶¹ Na margem esquerda: *"Maiorem abstinentiam facere voluerint"*.

¹⁴⁶² À margem direita: *"Exortatio ad milites"*.

Grandis enim tibi restat via hac etiam Salvatoris Domini nostri Iesu Christi qui supra turbam missus¹⁴⁶³ est et voluit eos dimittere jejunos ne in via deficerent frater qui desuper est omnia facit et adimplet que Dominus noster Iesus Christus in illa die tremendi iudicii malorum dicturus est. Nam dicit justis exurivi et saturastis me, sitiivi et potum tribuistis mihi et sic de aliis misericordie operibus quicum defensor aliquis a captivitate liberat seu defendendo facit quod in captivitate non ducantur. Tunc enim vere famelico cibum et sitiivi potum prebet et nudum vestit infirmumque a carceribus vincum visitat. Quis enim magis famelicus est aut magis sitiivi omnibusque vestimentis (fl. 311v) nudatus est aut graviore infirmitate laborat acerbioribusque carceribus detinetur quam qui apud infideles crudeli captivitate detinetur. Siquis frater timidus aut pro militia inhabilis fuerit in aliis rebus et negociis domus juxta magistri providentiam nec occiosus sit se exerceat et humiliter quod mandatum fuerit faciat juxta preceptum divi Hieronimi: fac aliquid ut semper te diabolus inveniat occupatum¹⁴⁶⁴. Quando fratres jejulant et in gloriose Virginis Marie ac Sancti Joannis Baptiste et apostolorum aliisque maioribus festis eorumque vigiliis non cognoscant carnaliter eorum uxores.¹⁴⁶⁵ Et in locis quibus fuerit fratrum conventus uxores non habentium in duabus quadagesimis supradictis fratres uxores habentes conventum observent in mulieres nupte fratribus dicti ordinis maneant in monasteriis dictis quadagesimalibus temporibus cum sororibus maritis carentibus. Et si fratres fuerint contra mauro<s> vel ad alia negocia domus accesserint si eorum uxores in claustro aut monasterio dictarum mulierum interim permanere voluerint admittantur et honorifice tractentur donec earum viri revertentur. Hoc autem juxta providentiam magistri fiat.¹⁴⁶⁶ Mulieres quarum viri decederint permaneat in monasteriis et si aliqua earum que in suo ordine honeste vixit in monasterio permanere voluerit licitum est ei juxta providentiam magistri. Et si que virum ducere voluerit significetur magistro vel commendatori et de eius providentia nubat cui voluerit juxta doctrinam apostoli dicentis: mortuo viro soluta est mulier a lege viri nubat cui voluerit cum domino dicat sit per viam indulgentie vollo viduas que juvenes sunt viros ducere et in matrimonio filios procreare quam carnis stimulo devietas occasionem prebeant hoc idem de viris observandum statuitur. Mulier vero que noluerit virum ducere perpetuo moretur in monasterio. Et si filias habuerint nutriantur cum illa in ordine et in virginitate usque ad quintum decimum annum conserventur et in litteratura erudiantur et si tunc in ordine manere voluerint sit in providentia magistri. Verum si recusaverit remanere licentia recedendi cum bonis ad eam spectanti sibi concedatur¹⁴⁶⁷. Filius vero qui in dicto ordine natus (fl. 312) fuerit si eius pater voluerit nutriatur in domo dicti ordinis, pars autem hereditatis eius donec ad quintum decimum sue etatis annum pervenerit in usus et utilitatem monasterii convertatur et si hereditatem non habuerit nutriatur de fructibus domus usque ad quintum decimum annum predictum

¹⁴⁶³ Na margem direita, por outra mão: "misertus"; "de super alias defensor".

¹⁴⁶⁴ À margem esquerda: "Ab uxoribus abstinere debent jejuniorum tempore".

¹⁴⁶⁵ À margem esquerda: "In quadagesimis quomo se habere debent".

¹⁴⁶⁶ À margem esquerda: "De successione".

¹⁴⁶⁷ À margem esquerda: "De filio".

et si tunc in ordine permanere voluerit sit in providentia magistri illum¹⁴⁶⁸ retinere. Si autem noluerit esse frater recedat cum parte cum tangente statutum est etiam quod nullus frater destituat hereditate filium suum¹⁴⁶⁹. Et si aliquis frater dicti ordinis de mandato sui magistri in sua patria vel aliqua hereditate per eum ordini applicata vel non applicata habuerit ibidem vivat iux[ta] regulam et statuta dicti ordinis et sit obediens magistro in omnibus et per omnia.¹⁴⁷⁰ Quilibet fratrum omnia que ad domum ordinis quam in administrationem obtinent, pertinent, cum omni fidelitate custodiat et nullum damnum ei inferat aut inferri permittat seu potius omnes domum seu illius bona quantum cum honestate poterit augere procurent. Et si quis fratrum domui aliquid damnum intulerit corrigatur juxta providentiam magistri aut commendatoris vel capituli et si se non solum in hoc se<d> in quocunque alio vicio delicto vel peccato corrigere noluerit magister prout ei videbitur expedire super hoc provideat¹⁴⁷¹. Fratres inter se aut contra magistrum vel suum commendatorem murmurare non audeant et si de magistro commendatore vel suo fratre aliquid noverint correctione dignum caveant ne de eis cum aliquo fratre sive laico murmurare aut de magistro vel commendatore sive suo fratre huiusmodi aliquid maledicere presumant sed eum qui culpabilem existimant secreto quoquomodo poterunt secundum Deum corrigant cumque ad rectam viam revocare et reducere diligenter studeant. Et si opus fuerit alios fratres ad hoc secum advocent.¹⁴⁷² Nemini fratrum liceat suo fratri injuriam sive obprobrium dicere vel inferre sed omnes se invicem omnium cum benivolentia ad diligentia honorificent liceatque eis habere (fl. 312v) quecunque necessaria ad venationem¹⁴⁷³ juxta providentiam magistri.¹⁴⁷⁴ Predicti fratres nulli hominum sive fratri sive cuicunque alteri etiam merenti male vel superbe sed humiliter et mansuete respondeant et mentiri caveant.¹⁴⁷⁵ Nullus dictorum fratrum ne perjuros fiat absque licentia sui magistri vel commendatoris juret.¹⁴⁷⁶ In omnes christianos sive parentes¹⁴⁷⁷ et si quis christianus eis maledixerit vel aliquid mali intulerit patienter sustineant nec propria sine licentia magistri seu etiam eius locum tenentis contendant seu disceptent in loquendo seu ambulando omnibusque aliis operibus corporumque suorum gestis temperantiam observent.¹⁴⁷⁸ Sint in omnibus et per omnia suo magistro obediens uxores habentes servente pudicitiam conjugalem, non habentes uxores caste vivant, nihil proprii habeant nisi quod eis per magistrum vel commendatorem concessum fuerit¹⁴⁷⁹. Ubicunque duo

1468 Palavra corrigida.

1469 À margem direita: "*Qualiter debeat vivere ff[...] ubicunque manens*".

1470 À margem direita: "*Damnum datum a fratre emendo*".

1471 À margem direita: "*Murmurare (segue-se a letra "d" riscada) non debent fratres*" (?).

1472 À margem direita: "*Vituperare fratrem non licet*".

1473 À margem esquerda: "*Venatio*".

1474 À margem esquerda: "*Modesti in loquendo*".

1475 À margem esquerda: "*Jurare non licet fratribus*".

1476 Na margem esquerda: "*De patientia fratrum*".

1477 Na margem esquerda, corrigido por outra mão: "*Sint patientes*".

1478 À margem esquerda: "*Deservanda obedientia: castitate vivere sine proprio*".

1479 À margem esquerda: "*De necessariis rebus aquibus debent fratres providere*".

vel plures fratres fuerint unos eorum per magistrum commendator instituat qui aliis fratribus tam in conventibus quam in suis domibus cum eorum uxoribus et familia residentibus seu commorantibus juxta facultatem domos cuius commendator est de necessariis provideat¹⁴⁸⁰. Tribus diebus in ebdomade, videlicet, dominice tertie martis et quinte iovis nuncupatarum feriarum in prandio et cena duobus generibus carniū vesci liceat dictis fratribus¹⁴⁸¹. In mensa silentium observent ipsi fratres et non loquantur nisi pro dicte mense vel alia necessitate. Et ubicunq̄ fuerint conventus audiant singulis diebus de Sacra Scriptura lectionem.¹⁴⁸² Induantur vestes solum albi, nigri pardique coloris pellesque agninas et pecorinas aliasque vilis percii et hoc observent juxta providentiam magistri¹⁴⁸³. Intentio precipua et spiritualis¹⁴⁸⁴ omnium fratrum hec etiam habet, videlicet, unica totis viribus ad tuendam et defendendam sanctam Dei ecclesiam et eorum proprias animas pro exaltatione nominis Christi. Exponere immanitati et credelitati maurorum (fl. 313) continue obsistere non humani sanguinis fundendi aviditate aut humane laudis cupiditate se<u> avaritie rapine seu crudelitate nec illorum terram depredandi intentione sed quicquid contra ipsos mauros fecerint faciant pro exaltatione nominis Christi et ut christianos manibus maurorum defendant vel ipsos mauros ad christiane fidei cognitionem reducant. Omnes fratres existentes in conventibus vel propinqua loca seu castella infidelium habitantes aut eucharistie sacramentum singulis dominicis diebus suscipiant si voluerint vel ex aliqua rationabili causa ab huiusmodi sacramenti susceptione abstinere non habuerint districte precipiendo mandamus quod quicquid cum Dei adiutorio a mauris ipsi fratres ratione personarum suarum acquisiverint id totum pro redemptione captivorum convertendum contribuant.¹⁴⁸⁵ Sint in ipso ordine domus in quibus fratres senes et vulnerati unde affecti comorentur ubi omnia necessaria libere et habunde ministrentur ut possint citius ab eorum infirmitatibus convalescere cum maiore licentia quam ceteri fratres et eorum animarum salute omnium cura postposita providere possint.¹⁴⁸⁶ Ideoque statutum est in ordine esse domos proprias et assignatas per infirmis in quibus ad libitum suum bone validitudini vacent omnia que necessaria infirmis cum opus fuerit cum caritate ministrentur et commendatores qui in huiusmodi infirmorum domibus deputati fuerint procurent pro viribus quod quando exercitus christianorum et fratrum dicti ordinis terras maurorum ingredientur ipsi quoque commendatores accedent <et> necessaria pro provisione fratrum et infirmorum aliorumque Christi fidelium exercitus si eg<r>otaverint in tali necessitate constitutorum secum afferant et ministrent quoniam tale opus caritatis ministris Christi exhibitum ipso id de se testante ipsi Christo exhibetur et homines sine radice caritatis ex aliis qui-

¹⁴⁸⁰ À margem esquerda: "*Quibus diebus nescantur caribus*".

¹⁴⁸¹ À margem esquerda: "*Silentium in mensa*".

¹⁴⁸² À margem esquerda: "*Quales vestes in ducre debent*".

¹⁴⁸³ À margem esquerda: "*Defensionis christianorum et captivorum redemptio nisi intendere debent et qualiter communicare debent*".

¹⁴⁸⁴ Palavra corrigida, de outra mão, para: "*specialis*".

¹⁴⁸⁵ À margem direita: "*De senibus et vulneratis fratribus*".

¹⁴⁸⁶ À margem direita: "*Saluti unde dicendum; de validinario*".

buscunque etiam magnis operibus non possunt ad premium felicitatis eterne pervenire. ¹⁴⁸⁷Cum aliquis fratrum decesserit et reliqui fratres de illius morte certitudinem habuerint singuli fratres presentes in sacerdocio constituti tres missas (fl. 313v) pro anima defuncti celebrent. Clerici vero non sacerdotes et presentes psalterium semel recitent, laici fratres presentes pro tribus missis que dicunt sacerdotes centum et quinquaginta, absentes vero quinquaginta vicibus recitari dictam dominicam orationem, absentes vero sacerdotes unam missam celebrent. Clerici autem non sacerdotes etiam absentes quinquaginta psalmos recitent, preceptor vero sub cuius cura seu potestate frater defunctus dum viveret existebat pro ipsius defuncti anima per quadraginta dies uni pauperi tanquam uni fratrum viventium pro suo victu necessaria ministret. Clerici vero fratres per spacium quadraginta dierum pro animabus defuncti sacrificent et presbiteri in missa faciant commemorationem pro eodem defuncto. Siquis autem in dictis fratribus per certum tempus habitans infra huiusmodi tempus discesserit, preceptor sub cuius potestate decessit det uni pauperi cibum per septem dies et fratres qui presentes fuerint sacerdotes unam missam pro anima dicti defuncti celebrent. Laici vero presentes quinquaginta absentes tresdecim vicibus morte huiusmodi defuncti ad eorum notitiam pervectam orationem dominicam pro animabus defuncti recitent. Singulis autem annis faciant generaliter celebrari triginta missas pro omnibus suis defunctis quia forsitan aliqui ex his decesserunt de quorum obitu noticia non habetur¹⁴⁸⁸. Vestes autem et lecti fratrum mortuorum custodiantur et de mandato magistri vel eius locum tenentis dividantur per hospitalia dicti ordinis quorum aliqua in confinibus, alia vero in via Sancti Jacobi consistunt. ¹⁴⁸⁹Generaliter ter pro quolibet anno fratres dicti ordinis dent pauperibus cibum pro animabus fratrum defunctorum videlicet infra natiuitatis octavam et resurrectionis Domini Nostri Iesu Christi et Beate Marie Virginis de mense augusti¹⁴⁹⁰ et si potuerint pro vestibus subveniant. Clerici fratres tam in castellis quam in oppidis dicti ordinis insimul vivant (fl. 314) sub obedientia prioris super eos deputati qui provideant ecclesiis prout viderint expedire, doceant litteras et scientiam filios fratrum laicorum quos magister preceperit huiusmodi litteras et scientiam doceri, fratribus laicis spiritualia et alia sacramenta tam in vita quam in morte ministrent, quicquid super pellicia deferant juxta sui providentia prioris claustrum et conventum habeant ubi fratres laici confiteri possint liceatque eis esse in conventu et divinis officiis interesse quando magistro placuerit eis locum dare¹⁴⁹¹. Istitis fratribus clericis laici fratres dent et solvant decimas frutum et laborum aliorumque bonorum eis a domino concessorum ex quibus propriis personis provideant de necessariis et emant ornamenta pro ecclesiis et si aliquid super fuerit in usus pauperum juxta providentiam magistri distribuunt. ¹⁴⁹²Statuatur locus

¹⁴⁸⁷ À margem direita: "Misse et oraciones pro defunctis dicende sunt".

¹⁴⁸⁸ À margem esquerda: "De vestibus et lectis fratrum defunctorum".

¹⁴⁸⁹ À margem esquerda: "De elemosina pauperibus eroganda".

¹⁴⁹⁰ Esta última palavra tem umas letras finais riscadas. À margem esquerda: "Qualiter vivere debent fratres clerici".

¹⁴⁹¹ À margem direita: "Decimant persolvant".

¹⁴⁹² À margem direita: "Capituli generalis locus".

in quo singulis annis capitulum generale celebretur sitque inibi conventus fratrum et quod prior curam habeat tam clericorum quam laicorum et animabus eorum cum opus fuerit provideat de necessariis¹⁴⁹³. Cum autem magister dicti ordinis decesserit donec per tresdecim electores qui eligendi magistrum potestatem habent alius electos fuerit prior curam habeat domos et ordinis et ei omnes tanquam magistro interim obediant. ¹⁴⁹⁴Hic prior audita morte magistri sine aliqua dilatione vel mora tresdecim electores pro electione facienda convocare debet et si ex his infirmitatis vel alterius impedimenti causa detentus vel impeditus infra spacium quinquaginta dierum venire ne qui venit prior predictus de consilio fratrum ex tresdecim inibi presentium eligat alium seu alios in locum absentis seu absentium ne propter absentiam aliquorum electio magistri retardetur et ipsi tresdecim fratres habeant potestatem corrigendi et removendi magistrum si fuerit ordinis mutilis vel damnosus et si alique dissentiones inter magistrum et capitulum exorte fuerint illas decidere possint nec proptereat (*sic*) se extollant ut eidem priori¹⁴⁹⁵ minorem quam magistro obedientiam prestant (fl. 314v) et si aliqui ex ipsis XIII decesserint aut culpa aut aliqua causa amovendus vel mutandus fuerit magister de consilio eorum vel maioris partis eorum alium in eius locum substituat¹⁴⁹⁶. Et ut ordo predictus feliciori statu semper proficiat statutum est quod annis singulis in festo Omnium Sanctorum magister capitulum celebret generale ad quos tresdecim fratres electores omniumque domorum commendatores nisi legitima et evidenti causa seu necessitate impediti fuerint accedant ibidemque ante omnia regula ordinis legatur et de salute animarum et temporalium rerum providentia discutiatur et tractetur eligantur etiam visitatores qui per totum illum annum domus fratrum visitent et predicto die statuto ad dictum capitulum redeant seu accedant et de singulorum fratrum et domorum dicti ordinis statu et conditionibus magistrum et capitulum certiores faciant ibidemque excessus et vicia fratrum corrigantur et boni mores instituantur et que provisione indigerint taliter provideant quod a Domino Nostro Salvatore Iesu Christo gloria perpetua mererint in celis coronari; cum pro gloria sponse ipsius sancte matris ecclesie eiusque defensione ac christianitatis conservatione omnibus pompis secularibus abjectis in terris congregentur et corpora sua pro eadem ecclesia eiusque sponso Iesu Christo et ad huiusmodi tam sanctum propositum consequendum cum cuiusdem Domini Nostri Iesu Christi auxilio qui cum Patre et Spiritu Sancto vivit et regnat in secula seculorum amen eiusque sponso Iesu Christo diversis periculis et martiriis exponere non formidavit. Que omnia predicta sic pro salute animarum fratrum statuta et ordinata singuli ditorum fratrum observare teneantur nisi impedimento vel infirmitate aut aliqua causa legitime detenti fuerint vel dispensationem seu licentia super eis a magistro obtinuerint¹⁴⁹⁷. Nullos fratrum accusatus contentionibus sermoni-

¹⁴⁹³ À margem direita: "Magistro defuncto ad quem interini regimen pertineat".

¹⁴⁹⁴ À margem direita: "Electio magistri <et> de XIII potestate".

¹⁴⁹⁵ Na margem inferior, por outra mão: "vel aliud dicit Alexander in bulla in hoc pass[...]."

¹⁴⁹⁶ Na margem esquerda: "[Q]uo tempore capitulum [c]elebretur".

¹⁴⁹⁷ Na margem esquerda: "Finit regula". E ainda: "De accusatione et penitentia fratrum".

bus se defendere conetur sed post accusationem venia adepta potentia reatum suum purget et nullo modo in aliquo accusatori contradicat ut exinde dissentiones et scandala oriantur. (fl. 315) Siquis fratrum furtum vel furnicationem commississe vel secreta capituli revelasse aut cum ad aliquid sibi sub nomine obedientie preceptum peragendum inobedientem esse seu fratrem armis vel uxorem baculo seu aliquo armorum genere quo ossa frangi possent ab eo percussos fuisse compertum fuerit seu si a magistro vel de eius mandato cum capere volente armis vel alias se defenderit vel aliquid supradictorum delictorum perpetraverit vel alium pecare fecerit aut alicui ex fratribus ut ordinem relinquat consulverit vel persuaserit per annum peniteat donec magister juxta Sacre Scripture auctoritatem et peccati seu delicti aut culpe huiusmodi qualitatem ei condignam penitentiam imposuerit. ¹⁴⁹⁸Penitentia autem huius anni hec est ut primum signum crucis removeatur a vestibibus fratris postea regularibus disciplinis puniatur et si fuerit miles equus et arma ei auferantur et sive miles sit vel non super terram mappis absque comedat et cibo servorum vescatur et servicium sive obsequium quod dicti servi faciunt seu presentent etiam ipse prestet et faciat et a vase seu scutela in quo seu qua comederit canem murilegum vel avem accedentem ad comedendum vel bibendum prohibere non audeat, non ingrediatur capitulum et sit ultimus in ecclesia, quarta et sexta feriis secrete et leviter disciplina afficiatur eisdem diebus jejundet et ipso die quarte ferie cibo quadragessimali sexta autem feria pane et aqua tamen vescatur. Siquis autem fratrum supradictorum aliquod delictorum occulte perpetraverit et humiliter ac cum devotione se ipsum coram magistro vel commendatore accusaverit crux ex eius vestibibus non removeatur nec equus aut arma ei auferantur nec mensa et aliorum fratrum communi cibo capitulo ne aut accessu ad ecclesiam privetur nec aliqua disciplina in capitulo afficiatur sed sibi discipline regulares inferantur secrete ali<a>que supradicta ad impleat. Confiteatur etiam an servitium seu obsequium (fl. 315v) sibi commissum et impositum perfecerit et an aliquod homicidium perpetraverit presbiteris ad huiusmodi confessiones audiendas per magistrum sive capitulum aut conventum pro tempore deputatis et si super hoc ¹⁴⁹⁹ accusatus fuerit in conventu faciat penitentiam prout supradictum est coram conventu tantum et non coram populo sed qui publice pecaverit publicam penitentiam faciat et hoc intelligatur tam de maioribus quam de minoribus culpis unde ut qui publice pecaverit palam et publice de peccato doleat ¹⁵⁰⁰. Frater qui contra alium deposuerit falsum itaque si veritate comperta ille contra quem falsum testimonium perhibuit plecendus esset penitentia unius anni vel dimidii eadem penitentia accusatori duplicetur. Et siquis ter in tali crimine compertus fuerit a societate aliorum fratrum expelli potest et annullari quod magistri providentie relinquitur. ¹⁵⁰¹Si ydoneis testibus probari poterit quod aliquis seu aliqui fratres dicti ordinis

¹⁴⁹⁸ À margem direita: "Qualiter peragatur penitentia unius anni".

¹⁴⁹⁹ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁵⁰⁰ À margem esquerda: "Si frater dicat falsum testimonium".

¹⁵⁰¹ À margem esquerda: "De fratre qui factionem fecerit".

inter se locuti fuerint vel consulverint de factione facienda unius anni penitentia eis iniungatur et si gravius delictum fuerit magister eis penitentiam juxta illius arbitrium imponat¹⁵⁰². Et, si quod Deus avertat, aliquis dictorum fratrum alium fratrem eiusdem vel alterius ordinis fratrem occiderit seu eius uxorem revocaverit capiatur si capi potest et carceribus mancipetur et ibidem per annum penitentiam agat donec magister de consilio romani pontificis vel ab eo potestatem habentis pro huiusmodi homicidii reatu penitentiam maiorem iniungat¹⁵⁰³. Et si aliquis dictorum fratrum quod etiam non permittat Deus aliquem laicum interfecerit et sponte veniens per semetipsum de tanto delicto cum humilitate veniam petierit non capiatur nec carceribus mancipetur sed unius anni vel aliam penitentiam de consilio romani pontificis vel ab eo auctoritatem habentis sibi iniungendam faciat sed si per alium accusatus fuerit capiatur compellaturque ad dictam penitentiam peragendam¹⁵⁰⁴. Et si aliquem fratrem dicti ordinis membro aliquo (fl. 316) mutilaverit similiter capiatur dictaque penitentia ei imponatur donec magister super hoc consultus ei penitentiam competentem imponat¹⁵⁰⁵. Frater qui ignem apposuerit ad aliquid comburendum ex quo alteri prejudicium generetur vel clericum seu aliquem alium ad aliquem ordinem promotum percuserit vel ecclesiam fregerit aut aliquid sacrilegium commiserit penitentiam unius anni agat donec magister ei aliam competentem penitentiam imponat.¹⁵⁰⁶ Frater qui in defensione castrorum seu oppidorum et rerum dicti ordinis demandato magistri ad illa tuenda constitutus pro illorum defensione forsan aliquem interfecerit pena seu penitentia homicide non imponatur sed illius et fratrum sit communis penitentia ita ut huiusmodi penitentiae sint participes illi de quorum voluntate homicidium perpetratum est sed ipse homicidii perpetrator ultra alios singulis sextis feriis quadragesime maioris in pane et aqua tantum jejundet¹⁵⁰⁷. Si autem aliquis dictorum fratrum alium fratrem absque armis percuserit vel ei cum armis comminatus fuerit licet cum non percuserit penitentiam per dimidium annum agat unde primo signum crucis ab eius vestibus removeatur et regularibus disciplinis castigetur. Et si miles fuerit armis et equo privetur et sive miles sive non in terram sine mappis cibo servorum vescatur et servitium sive obsequium quod ipsi servi faciunt seu prestant etiam ipso prestat et faciat et ab eius scutella in qua comederit canem catum seu murilegum aut avem si ad illam accesserint non expellat in ecclesia sit ultimus omnium et sextis feriis in pane et aqua jejundet et in secreto disciplinetur¹⁵⁰⁸. Qui vero servum suum vel scutiferum aut quemcunque alium vulneraverit quocunque genere armorum sive quacunque alia re qua ossa frangi possent penitentiam dimidii anni agat sed non privetur

¹⁵⁰² À margem esquerda: "*Si frater commiserit homicidium*".

¹⁵⁰³ À margem esquerda: "*Si occidatur secularis*".

¹⁵⁰⁴ À margem esquerda: "*Si alium mutilaverit*".

¹⁵⁰⁵ À margem direita: "*Incendium aut sacrilegium si frater faciat*".

¹⁵⁰⁶ À margem direita: "*Si frater committat hon[...].]dium pro defensione re[...].] Ordinis*".

¹⁵⁰⁷ À margem direita: "*Penitentia dimidii anni*".

¹⁵⁰⁸ À margem direita: "*Si ministrum aut armige[...].]rum vulneraverit*".

habitu aut equo vel armis si fuerit miles¹⁵⁰⁹. Qui autem peccata alicuius fratris revelaverit ei penitentia injungatur que imponenda esset illi cuius peccata revelavit pro peccatis huiusmodi per cum commissis¹⁵¹⁰. Si vero inter aliquos fratres dicti ordinis discordie exorte fuerint et aliqui fratres (fl. 316v) ad huiusmodi discordias confovendas auxilium prestiterint quinque diebus ferie sexte in pane et aqua solum jejurent et taliter priventur quod doleant se talia perpetrasse sed non regularibus disciplinis castigentur¹⁵¹¹. Frater autem qui cum alio fratre dicti ordinis dissentionem seu disceptationem habuerit et sibi dixerit seu comminatus fuerit quod armis cognoscet qualis sit regularibus disciplinis castigetur et quindecim sextis feriis in pane et aqua jejuret et etiam dictis diebus boni (?) disciplina in secreto afficiatur¹⁵¹². Si autem ira commotus fratrem suum contemnens ei vilipendium inferre voluerit de delictis veniam petat et disciplinetur usque ad gravem dolorem et semel in sexta feria in pane et aqua jejuret¹⁵¹³. Qui vero alteri dixerit commentitur veniam petat et quod sibi precipietur adimpleat et si cum ira dixerit disciplinetur.¹⁵¹⁴ Siquis vero dictorum fratrum aliqua in honesta seu injuriosa verba in alium fratrem causa cum vituperandi protulerit reducendo ad memoriam aliquam prodicionem quam cum antequam ordinem ingrederetur perpetrasse asseritur regularibus disciplinis afficiatur et singulis sextis feriis unius quadragesime jejuret et quolibet¹⁵¹⁵ dictorum dierum in occulto disciplinetur.¹⁵¹⁶ Si vero non per modum accusationis prout regula dicit sed vituperii causa injuriam alteri fratri intulerit execrando et detestando malum quod eum post vel ante ingressum dicti ordinis perpetrasse asserat veniam petat et iuxta culpe exigentiam et iudicis qualitatem disciplinetur et ei penitentia iniungatur prout magister mandaverit¹⁵¹⁷. Siquis autem dictorum fratrum ex inani gloria et pro humana laude per eum gesta et facta post vel ante susceptum habitum laudaverit dignitatem seu nobilitatem suam extollendo et exaltando veniam petat et disciplinetur et (fl. 317) secundum excessum et qualitatem culpe ei penitentia in[j]ungatur cum iuxta verbum domini qui se humiliat exaltabitur et qui se exaltat humiliabitur.¹⁵¹⁸ Et qui contempserit fratrem suum seu illius genus et in modum vilipendii sibi dixerit qualis fuit ante et post ingressum dicti ordinis petita venia disciplinetur eique penitentia iniungatur iuxta injurie et culpe quantitatem et qualitatem. Et si dixerit quod nisi respectum haberet ad habitum per eum susceptum aliquod malum illi inferret petita venia disciplinis afficiatur et tribus sextis feriis jejuret eique iuxta qualitatem et quantitatem sue culpe et penitentia iniungatur¹⁵¹⁹. Singuli fra-

¹⁵⁰⁹ À margem direita: “*Si peccata alterius fratris detexerit*”.

¹⁵¹⁰ À margem direita: “*Si discordantibus auxilium prebeant*”.

¹⁵¹¹ À margem esquerda: “*Si ad singulare certamen fratrem provocaverit*”.

¹⁵¹² À margem esquerda: “*Si vilipendat aut contemnat fratrem suum*”.

¹⁵¹³ À margem esquerda: “*Sifrater dicat mentitur*”.

¹⁵¹⁴ À margem esquerda: “*Penitentia quadraginta dierum*”.

¹⁵¹⁵ Palavra corrigida.

¹⁵¹⁶ À margem esquerda: “*Si injuriam vel vituperium intulerit fratri non accusando*”.

¹⁵¹⁷ À margem esquerda: “*Si se exaltaverit frater*”.

¹⁵¹⁸ À margem direita: “*Si vilipendat fratrem suum*”.

¹⁵¹⁹ À margem direita: “*Si non adimpleant mandat Magistri*”.

tres que magister vel comendator eis preceperint sine aliqua reprobatione dilatione vel excusatione volenti animo ad impleant et si eis aliquod quod injustum vel grave videretur eis preceptum fuerit non propterea mandato magistri vel commendatoris contradicant sed ante omnia obedientia prestita possunt consilium dare magistro et finaliter exequantur quod per eum eis injunctum fuerit et si mandato contradixerint quindecim sextis feriis diebus ebdomade in pane et aqua jejurent et primo petita venia disciplinentur et nichilominus sibi injunctum mandatum adimplere cogantur¹⁵²⁰. Et si quis ex eis alteri fratri aliquod malum inferre comminatus fuerit etiam si habitum ordinis dimittere rogatur nihilominus petita venia disciplinetur quindecim sextis feriis in pane et aqua jejunando¹⁵²¹. Et qui ordinem contemnens cum ira vestem suam cum signo crucis a se abjecerit per annum totum penitentiam agat¹⁵²². Et si jure jurando quis fuerit mentitus petita venia disciplinis afficiatur quinque sextis feriis in pane et aqua jejuret. Verum si absque juramento mendatum dixerit veniam petat et illo die vinum non bibat et si juraverit licet non mentiatur illo etiam die vino privetur¹⁵²³. Et si quis dictorum fratrum contra voluntatem magistri vel commendatoris in sua voluntate persistens eorum mandato contradixerit asserendo quod propterea in obsequio Dei et dicti ordinis deterior (fl. 317v) fiet si eorum voluntati obedire cogetur veniam petat et disciplinetur sexque sextis feriis in pane et aqua jejuret et illis diebus vinum non bibat. Et qui simpliciter verbis magistri vel comendatoris contradixerit ipso die vinum non bibat¹⁵²⁴. Qui autem cum ira fratri suo objurgatus fuerit petita venia disciplinis afficiatur sex sextis feriis in pane et aqua jejuret et illis diebus vino non utatur. Verum si sine ira objurgatus fuerit petita venia eo die vinum non bibat. Siquis vero cum fratre suo discordiam habuerit vel malum ei dixerit seu intulerit aut aliarum gentium maledictus fuerit quare justa verbum domini cum omnibus caritatem habere debemus petita venia disciplinetur eoque die vino privetur. Illi autem fratrum predictorum qui maiora seu similia peccata vel delicta supradictis perpetraverint seu commiserint et ille in dicta regula expresse non esse dixerit eis juxta qualitatem et quantitatem peccati et delicti salutaris penitentia imponatur et iniungatur.

Quare pro parte regis administratoris priorum preceptorum et fratrum predictorum ac aliorum religiosorum dicti ordinis nobis fuit humiliter supplicatum ut eisdem litteris Alexandri predecessoris pro illarum subsistentia firmiori robur apostolice confirmationis adiicere ac eandem regulam et transgressionem regule correctorium per dictum Albertum cardinalem ut perfertur edictis approbare et confirmare et alias in premissis opportune providere de be<ni>gnitate apostolica dignaremur. Nos igitur considerantes ordinem predictum et illius institutionem ac statuta et ordinationes regule et correctorii per dictum Albertum cardinalem ut perfertur edictis rationabilia et honesta ac sancte et pie vivendi normam et ordinem continere regis et administratorum ac priorum preceptorum fra-

¹⁵²⁰ À margem direita: "*Si minatus fuerit dicens si di misero habitum*".

¹⁵²¹ À margem direita: "*Si abjecerit habitum in contemptum ordinis*".

¹⁵²² À margem direita: "*Si juraverit et mentitus fuerit vel non mentiatur*".

¹⁵²³ À margem direita: "*Si contendant cum fratre suum cum ira dicens quod pejor fi[...]*".

¹⁵²⁴ À margem esquerda: "*Si contradicat verbis magistri. Si male dixerit fratri suo*".

trum et religiosorum predictorum in hac parte supplicationibus inclinati litteras Alexandri predecessoris ac regulam et correctorium (fl. 318) supradictum ac omnia et singula superius expressa statuta et ordinationes et in illis contenta quecumque prout jacent apostolica auctoritate tenore presentium approbamus et confirmamus ac perpetue firmitatis robur obtinere debere. Decernimus supplentes omnes et singulos defectos tam juris quam facti, siqui forsan in ordinatione regule predictae et aliis premissis predictum Albertum cardinalem edictis intervenerint et si forsan supradicta regula et illius statutis et ordinationibus ac capitulis supradictis seu aliquo aut aliqua particula eorum aliqua dubia exoriri contingat eisdem regi ac pro tempore existenti seu existentibus magistro sive administratori aut administratoribus dicte militie in capitulo seu capitulis generalibus de consilio prioris et preceptorum ac tresdecim electorum inibi tunc existentium seu maioris partis eorum singula dubia que circa dictam regulam et illius capitula ac qualiter illa intelligi seu observari aut adimpleri debeant pro tempore occurrere contigerit non mutata substantia ipsius regule declarandi licentiam et facultatem ac auctoritatem et potestatem dicta auctoritate apostolica concedimus per presentes. Per hoc autem privilegiis exemptionibus libertatibus et immunitatibus ac aliis gratiis concessionibus et indultis prioribus preceptoribus fratribus religiosis et militibus ac ordini predictis per romanos pontifices seu sedem predictam aut legatos eius tam in genere quam in specie concessis hactenus et in posterum concedendis non intendimus in aliquo derogare sed volumus decernimus atque declaramus approbatione confirmatione et supplectione et priori decreto predictis nequaquam obstantibus privilegia exemptiones libertates immunitates commissiones gratias et indulta ordini prioribus preceptoribus fratribus religiosis et militibus predictis ut prefertur concessa in suis robore et firmitate permanere non obstantibus constitutionibus et ordi-(fl. 318v)nationibus apostolicis ac militie et ordinis predictorum juramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre approbationis confirmationis constitutionis supplectionis intentionis voluntatis concessionis decreti declarationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quinquagesimo VII^o pridie kalendas Novembris. Pontificatus nostri anno quatro.

Quibus quidem litteris apostolicis sicut permittitur re<g>stratis per nos visis palpatis et lectis nos ad petitionem et instantiam et pro parte nobilis viri Georgii magistri ac venerabilium virorum dominorum priorum preceptorum et fratrum Militie Sancti Jacobi de Spata regni Portugalie per venerabilem filium Bartolameum Valasci clericum Columbrionensis diocesis dicti magistri Georgii procuratorem et capellanum ad prefata destinatum de mandato santissimi domini nostri Pape super hoc vive vocis oraculo nobis facto et auctoritate nostri camerariatus officii eas de dicto libro fideliter scribi extrahi et exemplari nullo mutato addito vel diminuto verbo quod sententiam mutet vel variet intellectum per infra scriptum prefate camere notarium fieri et in hanc publicam formam redegi. Mandavimus nostramque et dicte camere apostolice de mandato et auctoritate predictis huiusmodi transumpto interposuimus auctoritatem pariter et decretum mandantes auctoritate et mandato predictis eidem transumpto in iudicio et extra (fl. 319) tantum ubique fidem in omnibus et per omnia adhiberi quanta eisdem originalibus litteris tribueretur si originaliter exhiberentur et ostenderentur in quorum fidem presentes litteras fieri sigillique nostri camerariatus officii iussimus et fecimus appensione communiri. Datum Rome in camera apostolica die XV Maii millesimo quingentesimo decimo. Pontificatus santissimi in Christo Patris et Domini Nostri domini Julii divina providentia Papae secundi. Anno septimo.

(fl. 319v, em branco)

(fl. 320)

286

1514, Outubro, 30 – Setúbal

Insero: 1514, Agosto, 18 – Roma; 1514, Agosto, 18 – Roma; 1514, Agosto, 18 – Roma

Trelado de duas bullas de exemçam dos priores e clerigos do abito d'anbos os Mestrados que aos arcebispos e bispos nom sejam sobditos em nenhum caso nem per respeito dos beneficios.

In nomine Domini amem. Sejam certos os que este estormento com trelado de duas bullas virem como no ano do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhentos e quatorze annos <XXX dias d'Outubro> em a villa de Setuwall nos paços do mui excellente senhor o senhor Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra senhor de Montemoor e de Torres Novas etc. noso senhor estando hii o lecenceado Francisco Barradas comendador de Mouguelas e do seu desembargo e juiz das ditas Hordeens perante o dicto juiz pareceo Mend'Afomso adayam da capela do dicto sennhor e prior de Santa Maria da dita villa e apresetou ao dito juiz perante mim notairo e testemunhas adiante nomeadas duas bullas apostolicas de noso senhor o Santo Padre Leo (*sic*) decimo ora na igreja de Deus presidente escriptas em purgaminho com o sello de chumbo cada hũa pendurados, *convém a saber*, hũa per cordam vermelho e amarello e outra per cordam branco, pedimdo ao dicto juiz que lhe mandase dar hum e muitos estormentos com o trelado das dictas bullas pera guarda e segurança das ditas Hordeens interpoendo pera ello a mim notairo sua autoridade ordinaria pera inteiramente fazer fee. E visto pello dicto juiz seu dizer e pedir e as dictas bullas em como eram sem antrelinha nem borradura, carecentes de todo vicio e sospeiçam interpos sua autoridade e mandou a mim notairo que as treladase aqui neste livro e lhe dese hum estormento com o dicto trelado sob meu puprico synal. O qual manda que valha e faça fee como os propios das bulas¹⁵²⁵ das quaes o trelado de verbo a verbo he o seguinte hũa em pos outra. Nam faça¹⁵²⁶ duvida na antrelinha onde diz "XXX dias d'Outubro".

(fl. 320v) Leo episcopus servus servorum Dei ad perpetuum rei memoriam ex debito pastoralis officii nobis licet inmeritis ex alto comissi a dea que religiosarum personarum quarumlibet presertim sub regularibus militiis pro fidei catholice defensione continue insudantum statim quieti et devinitati salubriter consulatur libenter intendimus ac in hiis eiusdem officii partes favorabiliter nupartimur pro ut in domno conspycimus salubriter expedire. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbriensis Sancti Jacobi de Spata Sancti Augustini et de Avis Cisterciensis Ordinum Militiarum in regno Portugalie Magistri generalis ac universorum fratrum earumdem militiarum nobis nuper exhibita petio continebat quod licet tam iuxta institutiones quam stabilimenta usus et naturas dictarum miliciarum¹⁵²⁷ et illis concessa privilegia et indulta apostolica fratres predicti illorumque spiritualia et temporalia bona ac beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura Sedi Apostolice ac Magistro generali et aliis dictarum militiarum superioribus pro tempore exis-

¹⁵²⁵ Palavra corrigida.¹⁵²⁶ Seguem-se duas letras riscadas.¹⁵²⁷ Palavra corrigida.

tententibus (*sic*) respective et non aliis subjecta existant tamen sepius contingit quod archiepiscopi et episcopi ac alii locorum ordinarii in quorum civitatibus seu diocese beneficia et alia bona predicta consistunt fimbrias eorum magis quam deceat extendere satagentes in fratres predictos occasione parochialium ecclesiarum ac aliorum beneficiorum ecclesiasticorum et bonorum per eosdem fratres pro tempore obtentorum iurisdictionem in eos exercere ac ipsos fratres corrigere et punire presumunt quo fit ut fratres predicti cum aliquos excessus committunt nedum per Magistrum et alios (fl. 321) superiores prefatos iuxta stabilimenta et privilegia huiusmodi sed etiam per archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios predictos corrigantur et pro uno delicto duplici pena¹⁵²⁸ puniantur ac multe lites et scandala inter ordinarios et Magistrum ac fratres predictos oriantur in ipsorum fratrum preiudicium et dispendium non modicum. Quare pro parte Georgii ducis et fratrum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut quod de cetero perpetuis futuris temporibus fratres dictarum militiarum ratione excessuum et delictorum per eos pro tempore perpetratorum per Georgium ducem et sedem prefatos ac alios pro tempore existentes superiores dictarum militiarum dumtaxat iuxta excessum et delictorum qualitatem corrigi et puniri debeant statuere et ordinare ac alias in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur Magistrum et fratrum predictorum prosperum et tranquillium statum paterno desiderantes affectu Georgium ducem et fratres predictos ac eorum singulos a quibus suis excommunicationis suspensionis et interdicti et aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati auctoritate apostolica tenore presentium statuimus et ordinamus quod de cetero perpetuis futuris temporibus fratres dictarum militiarum ratione excessum et delictorum (fl. 321v)¹⁵²⁹ per eos pro tempore perpetratorum per sedem et Georgium ducem prefatos ac alios earumdem militiarum superiores pro tempore existentes dumtaxat iuxta excessuum et delictorum qualitatem corrigi et puniri debeant districtuis inhibentes archiepiscopis et episcopis aliisque ordinariis predictis ne dictos fratres occasione delictorum et excessuum huiusmodi etiam ratione beneficiorum ecclesiasticorum per eosdem fratres pro tempore obtentorum quorum collatio et provisio seu quevis alia dispositio ad eosdem archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios pertinet seu in quibus visitationis officium eis competit aut cure animarum eisdem beneficiis iminentis perturbare vel inquietare quo quomodo presumant ac decernentes quoscunque processus et sententias per archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios predictos contra eosdem fratres ferendas et habendas nullos et invalidos nulliusque roboris vel momenti existere non obstantibus contitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis statuti ordinationis inhibitionis et decreti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Dante Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quarto decimo. Quinto decimo kalendas Septembris. Pontificatus nostri anno secundo.

(fl. 322)

¹⁵²⁸ Na margem direita, de outra mão: "V^o. duplici pena".

¹⁵²⁹ A meio da margem esquerda existe uma mão desenhada.

Segue se a outra¹⁵³⁰. He a mesma que fica atraz.

(fl. 322v) Leo episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Çanallicensibus (*sic*) et Zafiensibus et Tinginensibus episcopis salutem et apostolicam benedictionem. Hodie nobis emanarunt litere tenoris subsequents:

Leo episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam ex debito pastoralis officii nobis licet inmeritis ex alto commissi ad eaque religiosarum personarum quarumlibet presertim sub regularibus militiis pro fidei catholice defensione continue insudantium statui quieti et devinitati salubriter consulatur libenter intendimus ac in hiis eiusdem officii partes favorabiliter impartimur prout in domino conspiciamus salubriter expedire. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbriensis Sancti Jacobi de Spata Sancti Augustini et de Avis Cisterciensis Ordinum Militiarum in regno Portugalie Magistri generalis ac universorum fratrum earumdem militiarum nobis nuper exhibita petitio continebat quod licet tam iuxta institutiones quam stabilimenta usus et naturas dictarum militiarum et illis concessa privilegia et indulta apostolica fratres predicti illorumque spiritualia et temporalia bona ac beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura Sedi Apostolice ac Magistro generali et aliis dictarum militiarum superioribus pro tempore existentibus respective et non aliis subjecta existant tamen sepius contingit quod archiepiscopi et episcopi ac alii locorum ordinarii in quorum civitatibus seu diocese beneficia et alia bona predicta consistunt fimbrias eorum magis quam deceat extendere satagentes in fratres predictos occasione parochialium ecclesiarum ac aliorum beneficiorum (fl. 322v) ecclesiasticorum et bonorum per eosdem fratres pro tempore obtentorum iurisdictionem in eos exercere ac ipsos fratres corrigere et punire presumunt quo fit ut fratres predicti cum aliquos excessus committunt nedum per Magistrum et alios superiores prefatos iuxta stabilimenta et privilegia huiusmodi sed etiam per archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios predictos corrigantur et pro uno delicto duplici pena puniantur ac multe lites et scandala inter ordinarios et Magistrum ac fratres predictos oriantur in ipsorum fratrum prejudicium et dispendium non modicum. Quare pro parte Georgii ducis et fratrum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut quod de cetero perpetuis futuris temporibus fratres dictarum militiarum ratione excessuum et delictorum per eos pro tempore perpetratorum per Georgium duces et sedem prefatos ac alios pro tempore existentes superiores dictarum militiarum dumtaxat iuxta excessuum et delictorum qualitatem corrigi et puniri debeant statuere et ordinare ac alias in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignemur. Nos igitur Magistri et fratrum predictorum prosperum et tranquilum statum paterno desiderantes affectu Georgium duces et fratres predictos ac eorum singulos a quibus suis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes (fl. 323) et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati auctoritate apostolica tenore presentium statuimus et ordinamus quod de cetero perpetuis futuris temporibus fratres dictarum militiarum ratione excessuum et delictorum per eos pro tempore perpetratorum per sedem et Georgium duces prefatos ac alios earumdem militiarum superiores pro tempore existentes dumtaxat iuxta excessuum et delictorum qualitatem corrigi et puniri debeant districtius inhibentes archiepiscopis et episcopis aliisque ordinariis

¹⁵³⁰ O restante sumário é de outra mão.

predictis ne dictos fratres occasione delictorum et excessuum huiusmodi etiam ratione beneficiorum ecclesiasticorum per eosdem fratres pro tempore obtentorum quorum collatio et provisio seu quevis alia dispositio ad eosdem archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios pertinet seu in quibus visitationis officium eis competit aut cure animarum eisdem beneficiis imminenti perturbare vel inquietare quo quomodo presumant ac decernentes quoscunque processus et sententias per archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios predictos contra eosdem fratres ferendas et habendas nullos et invalidos nulliusque roboris vel momenti existere non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis statuti ordinationis inhibitionis et decreti infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis (fl. 323v) Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quarto decimo. Quinto decimo kalendas Septembris. Pontificatus nostri anno secundo.

Quo circa fraternitati nostre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios litteras predictas et in eis contenta quecunque ubi quando et quotiens opus fuerit ac pro parte Georgii ducis et fratrum predictorum seu alicuius eorum desuper requisit fueritis publicantes eisque in premissis efficacis defensionis presidio assistentis faciatis auctoritate nostra statutum et ordinationem nostra predicta in molabiliter observari non permittentes eosdem Georgium ducem et fratres per archiepiscopos et episcopos ac alios ordinarios prefatos seu quoscunque alios contra earundem litterarum tenorem de super quomodolibet indebite molestari contradictores quoslibet et rebeles auctoritate nostra appellatione postposita conpescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Nos enim vobis quoscunque sua in premissis interesse putantes etiam per editum publicum constituo sumarie de non tuto accessu citandi facultatem concedimus per presentes non obstantibus felicitis recordationis Bonifacii Pape VIII predecessoris nostri qua inter alia canetur nequis extra suam civitatem et diocesem iusi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a fine sue diocesis ac iudicium evocentur seu ne iudices (fl. 324) a sede predicta deputati extra civitatem vel diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscunque procedere aut alii vel aliis vices suas committere presumant et de duabus dietis in concilio generali edita dum modo ultra tres dietas aliquis auctoritate presentium non trahatur et aliis apostolicis constitutionibus necnon omnibus illis que in dictis litteris voluimus non obstare contrariis quibuscunque sensi eisdem archiepiscopis et episcopis ac ordinariis vel quibusvis aliis communiter vel divisum ab eadem sit sede indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari seu extra vel ultra certa loca ad iudicium trahi non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum Rome apud Sanctum petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quarto decimo. Quinto decimo kalendas Septembris. Pontificatus nostri anno secundo.

As quaes bullas eu sobredito notairo aquy trelladey de verbo a verbo mui verdadeiramente e com as propias comcertey como pello dicto licenciado e juiz me foy mandado e dou fee ser verdade todo o que dicto he. Testemunhas que foram presentes e todo viram e ouviram Pedr'Alvarez cavaleiro da Ordem de Santiago e contador e Fellipe da Costa cavaleiro da Ordem d'Avis e Jorge Piteira escripvam da cozinha do dicto senhor Mestre e Gonçalo Fernandez seu (fl. 324v) escudeiro e outros. E eu Pero Coelho notairo per autoridade apostollica que a todo presente fuy, vy e ovi e este puprico estormento escrepvi e o corroborey de meu puprico sinall que tall he.

(Sinal notarial)

(fls. 325 e 325v, em branco)

(fl. 326)

287

1509, Outubro, 20 – Roma

Inserere: 1484, Dezembro, 5 – Roma

Bula per que o Mestre nom seja obrigado a receber a Ordem os que tomarem o abito em Roma salvo se quiser¹⁵³¹.

(fl. 326) Julius episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam provisionis nostre debet provenire subsidio ut ius suum cuilibet conservetur. Hoc est quod nos tenore quarundam litterarum felicis recordationis Innocentii Pape VIII predecessoris nostri in registro ipsius predecessoris repertum pro eo que sicut exhibita nobis nuper pro parte dilectorum filiorum magistri prioris preceptorum militum et fratrum Militie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie de gentium petito continebat ipsi huiusmodi tenore ex certis causis indigere noscuntur de registro ipso de verbo ad verbum transcribi et ad ipsorum magistri prioris preceptoris militum et fratrum supplicationis instantiam presentibus annotari fecimus qui est tali:

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Ex suscepte servitutis officio ad ea libenter intendimus per que personarum quarunlibet presertim pro defensione fidei contra Christi nominis hostes assidue militantium statui et indenitati sublati quibusuis impedimentis salubriter valeat provideri. Sane pro parte dilectorum filiorum magistri prioris preceptoris militum et fratrum Militie Sancti Jacobi de Spata nobis nuper exhibita petito continebat quod licet militia prefata in Spaniarum regnis ad saracenorum in illis de gentium expugnationem ac religionis christiane defensionem dudum provide fuerit instituta ac in statutis illius etiam caveri dicitur expresse quod mihi dicte militiae pro tempore existens neminem in illius militem et fratrem professum per se vel alium quo quomodo recipere possit nisi quem assumptis secum nonnullis ex militibus dicte militiae per diligentem informationem ad pugnandum cum eisdem saracenis idoneum et alias certo modo qualificatum repererit ac felicis recordationis Innocentius Papa III predecessor noster eisdem magistro et fratribus per suas certi tenoris litteras concesserit ut ad receptionem alicuius in eadem militia seu provisionem de preceptoris eiusdem per litteras apostolicas pro tempore impetratas minime tenerentur nec ad id a quoquam inviti compelli possit nisi de privilegio et ordine huiusmodi expressa mentio fieri in eisdem consueverint romani pontifices qui antè pie memorie Sixtum Papam III etiam predecessorem nostrum fuerunt et statutis et privilegiis dicte militiae non derogare ac dictam militiam et persona<s> illius et in suis iuribus et privilegiis conservare. Quia tamen idem Sixtus predecessor importunitate petentium ac venerabilis frater noster Nicolaus tarnitensis tunc¹⁵³² parenti¹⁵³³ epis-

¹⁵³¹ De seguida, de outra mão, em letra menor: *"Item que ninguem posa inpetrar em Roma comenda ou beneficio que a Ordem pertença. Item se o inpetrar nom valha nada salvo se nas letras que inpetrar se fizer menção desta bulla per tres bulas todas em com[...].desta e que haja antre <diversas> a data de [...] e outra espaço de dous mes[es]"*.

¹⁵³² Segue-se cortado "pa".

¹⁵³³ Segue-se sobrepontado "ti".

copus (fl. 326v) in partibus illis Apostolice Sedis nuntius nonnullos juxta statuta predicta non qualificados in fratres illius recepit habitum juxta ipsius militie consuetudinem eius exhiberi de preceptoris eiusdem provideri mandarunt ac etiam idem Sixtus predecessor gratias expectativas ad preceptorias dicte militie preter solitum concessit. Et propterea inter prosequentes huiusmodi Sixti predecessoris concessionem et gratias ac alios fratres et milites dicte militie lites discordie et scandala exorta fuerunt militia predicta hactenus occasione dissensionum huiusmodi magna passa fuit damna et incomoda et maiora in posterum patietur nisi de remedio provideatur oportuno in non modicum etiam fidei catholice ad cuius defensionem prefati milites et fratres litibus et defensionibus huiusmodi intenti vacare non possunt prejudicium et detrimentum. Quare pro parte magistri prioris preceptoris militum et fratrum predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut eis et dicte militie statui in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui militiam ipsam propter labores continuos quos milites et fratres illius in defensione eiusdem fidei sustinere non cessant singulari dilectione prosequimur cupientes eorum iura et privilegia conservari huiusmodi supplicationibus inclinati auctoritate apostolica tenore presentium statuimus decernimus et ordinamus quod de cetero perpetuis futuris temporibus magister priores preceptores milites et fratres predicti ad receptionem vel provisionem alicuius in dicta militia pretextu litterarum dicte sedis vel legatorum eius minime teneantur et ad id inviti compelli non possint. Quodque statuto decreto et ordinationi predictis per huiusmodi que in litteris apostolicis apponi consueverint aut si magistro et fratribus predictis vel quibusvis aliis comuniter vel divisim ab eadem sit sede indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint quodque de huiusmodi vel aliis beneficiis ecclesiasticis ad eorum collationem provisionem presentationem electionem seu quamvis aliam dispositionem coniunctim vel separatim spectantibus nulli valeat provideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem ac quascunque alias etiam fortiores et efficaciores ac derogatorias clausulas nunquam censeatur (fl. 327) derogatum nisi dum et quotiens per nos et pro tempore existentem romanum pontificem per trinas diversas litteras eisdem magistro et fratribus presentatas cum intervallo duorum mensium inter earum date et presentationes eis significatum fuerit intentionis nostre et eiusdem romani pontificis pro tempore existentis esse velle derogare et non alias nec alio modo non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que predecessores prefati in singulis eorum desuper confectis litteris voluerunt non obstare ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli igitur omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum statuti decreti ordinationis et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo octuagesimo quarto nonas Decembris. Pontificatus nostri anno primo.

Ceterum ut earundem litterarum tenor predictus sit insertus omnimoda rei seu facti certitudinem faciat auctoritate apostolica decernimus ut illud idem robur eamdenque vim et eundem vigorem dictus tenor per omnia habeat quem haberent originales littere supradicte ac eadem prorsus eidem tenori fides adhibeatur quandocunque et ubicunque sive in iudicio sive alibi ubi fuerit exhibitus vel ostensus et eidem tenori firmiter stetur in omnibus et per omnia sicuti eisdem litteris originalibus staretur si forent exhibite vel ostense. Per hoc autem nullum ius cuique de novo acquiri volumus sed antiquum tantummodo conservari. Nulli igitur omnino hominum liceat hanc paginam

nostri decreti et voluntatis¹⁵³⁴ vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datis Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo nono tercio decimo kalendas Novembris. Pontificatus nostri anno sexto.

(fl. 327v, em branco)

(fl. 328)

288

1514, Outubro, 25 – Setúbal

Insero: 1514, Junho, 7 – Lisboa

[...] reais que el Rey deu a Ordem de Santiago do tabaliam dos judeus e da livra dos mouros.

Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtugall e dos Allguarves d'Aquem e d'Aallem Mar em Africa, Sennhor de Gunie (*sic*) e da Comquista e Naveguaçam, Comercio de Hitiopia, Arrabia, Persya e da Imdia. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos praz que a Ordem de Samtiaguo tenha e aja de nos de temça des primeiro dia de Janeiro que viira do anno de mill quinhentos e quatorze em diamte pera sempre dous mill e duzentos e sasenta e oito reais cada anno. E esto em satisfaçam do direito das livraa que a Ordem tinha e avia dos mouros da mouraria da villa de Setuval e asy da pensam que lhe paguara o scripvam dante os arrabis dos judeus da dita villa de que todo estava em pose ao tempo que mamdamos lamçar os ditos mouros e judeus fora de nosos regnos que he outro tanto quanto se achou que emtam rendia, *convém a saber*, o dicto direito direito (*sic*) dous mill e oytenta e oyto reias e o oficio cemto e oitemta reais segumdo fomos certo por allgũuas deligencias que sobre yso mandamos fazer os quaaes dinheiros queremos que lhe sejam asemutados e paguos em o nosso almoxarifado da dicta villa de Setuvall aos quartos do anno e per inteiro e sem quebra per esta soo carta sem mays tirar outra de nosa fazemda. E porem mandamos ao noso allmoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado que ora he e ao diamte for que des o dito Janeiro que vem em diamte dee e paguee ao Mestre de Samtyaguo etc. meu muyto prezado e amado sobrinho e aos Mestres da dita Ordem que apos elle vierem ou a seu certo recado os ditos dous mil e duzentos e sasenta e oyto reais per esta sob carta como dicto he. E per o trelado della que se asemtara em seus livros pello scripvam do dicto allmoxarifado com seu conhecimento lhe seram lançados em comta. E por firmeza de todo lhe mandamos dar esta carta asinada per nos e aselada do noso selo pendemte. Dada em Lixboa a VII dias de Junho Jorge Fernandez a fez de mil V^c XIII annos. E dos annos atras lhe mamdamos dar alvara de lembrança pera lhe serem despachados em nosa fazemda.

(fl. 328v) A quall carta de doaçam atras escripta eu notairo vy escripta em purgaminho sem bordadura, nem amtrelinha, carecente de todo vicio e sospeiçam asynada pello dicto senhor Rey e aseellada do seu selo pendemte e a fiz aqui treladar per fiell escripvam e per mim comcertey. Em a villa de Setuvall na casa da fazemda do mui excelemtre senhor o senhor Mestre de Santiago e d'Avis, Duque de Coimbra etc. noso senhor aos XXV dias do mes d'Outubro da Era de mill

¹⁵³⁴ Na margem esquerda, por outra mão: "infringere".

V^o XIII^o. Testemunhas Pedr'Alvarez e Joam Godinho comtadores do dicto senhor Mestre e Jorge da Costa cavaleiro de sua casa e Lionel Alvarez e outros. E eu Pero Coelho notairo apostolico per autoridade apostolica que esto escrepvi e aquy asyney de meu puprico sinal que tall he.
(*Sinal notarial*)

289

1515, Janeiro, 26 – Mértola

Insere: 1473, Julho, 19 – Beja; [1290], Dezembro

Foral do Mestre Dom Payo Correa de Mertola.

¹⁵³⁵In nomine Domini amen. Saibam quantos este estormento de trellado de hum forall do Mestre Dom Pay Periz Correa dado em pubrica forma per autoridade de justiça virem como no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill V^o e quinze annos aos XXVI dias do mes de Janeiro em a villa de Mertolla nas pousadas do lecemceado Francisco Barradas comendador de Mouguellas e chanceler moor do Mestre Dom Jorge etc. nosso senhor e das dictas Ordeens e juiz dellas per ante elle pareceo o procurador da Ordem de Santiago em presença de mim notairo e das testemunhas infra escriptas e apresetou ao dito lecemceado (fl. 329) hum pubrico estormento escripto em papell do quall o trellado he este que se adiamte segue:

¹⁵³⁶Saibam qumtos este estormento dado per autoridade de justiça em puprica forma virem como no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil e quatrocentos satemta e tres annos XIX dias do mes de Julho em a villa de Beja em as pousadas de Joam Martinz bacharell e ouvidor da casa do duque Dom Diogo nosso senhor em presença de mim tabaliam presente o dito ouvidor pareceo Luis Godinho escudeiro da casa do dito sennhor e apresetou ao dito ouvidor em nome da Ifante Dona Briatiz nosa senhor (*sic*) hũa carta que tal he:

In nomine Sancte Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amem. Esta este (*sic*) carta de foro¹⁵³⁷ quall emcomendamos a fazer. Eu Dom Paay Periz pela graça de Deus Mestre da Ordem da Cavalaria de Samtiaguo em senbra com Dom Gomçallo Periz comendador de Mertolla e com o convento dese mesmo logo a vos povoradores de Mertola asy os presentes como aos que am de vyr damos a vos de foro e custume de Evora per terra de Lixboa pelo rio e pelo mar foro de Evora a tall he, *convém a saber*, que as duas partes aos cavaleiros vão in fusado e a terça parte remanescam na villa e hũa vez façam fossado no anno. E quem nom for no fosado peite por foro V soldos por fosadeira e por omizio peite C soldos a paazoo e por casa derrota com armas, escudos e espadas peite III^o soldos (fl. 329v) e septima a pazoo. E quem fortar peite por huno nove e haja ententor dous quinhões e as sete partes ao paazoo. E quem molher alhea forçar e ella chamamdo o e diser que da quall he a forçadada e elle negar det ila outorgamento de tres omeens taees qual ell for e ell vire com XII. E se nom ouver

¹⁵³⁵ Na margem esquerda, de outra mão: “[J]a fica lamçado”.

¹⁵³⁶ Na margem esquerda, de outra mão: “Ja fica lamçado”.

¹⁵³⁷ Segue-se riscado: “o”.

outorgamento juree¹⁵³⁸ esse soom e se nom puder jurar peite ad illaa CCC soldos II ad paçoo. E testimonia mentirosaa e fieel mentiroosso peite LX soldos e VII^a ad paçoo e dubre o aver. E quem em comcilio ou em mercado ou em igreja ferir peite LX soldos medios ad paaço e medios ao comcelho e dos medios do comcelho VII^a ad palaçoo. E quem em villa perigos afelandoo (*sic*) e fiador e ao monte for penhorar dobre a penhora e peite LX soldos e VII^a ad palaçoo. E quem nom for a sinall do juiz e penhores sacudir ao saiyoum peite huum soldo ao juiz. E quem nom for apelido cavaleiros e proves exete aquelles que sunt em serviço alheo o cavaleiro peite X soldos e o piam V soldos ad vinos. E quem ouvere all-dea e huum jugo de boys LX^a ovelhas e hum asno e dous leitos compare cavalo. E quem quebrantare synall com sua molher peite huum soldo ao juiz. E molher que leixar seu marido de beenzoom peite CCC soldos e VII^a ad palaçoo. E quem leixare sua molher peite hũa (*sic*) dinheiro ao juiz. E quem cavallo alheo cavalgare por uno dia peite huum carneiro e se mais peite a sangueiras por uno dia (fl. 329 A) VI^a dinheiros e por una noyte I soldo. E quem ferir de lamça ou de espada <pola entrada> peite X soldos e se pasar da outra parte peite XX soldos ao quereosso. E quem quebrantamr olhoo ou braço ou demte por cada huum nembro peite C soldos ao laydido e ell de as VII^a ad palaço. E quem molher alhea amte seu marido fira peite XXX soldos e VII ad palacio. E quem moiom alieno in su ero mudar peite V soldos e VII ad palaço. E quem limde alieno quebrantar peite V soldos e VII ad palaçoo. E quem com duyteiro matar seu amoo colha o omizioo e de a VII^a ad palaçoo. Outrosy de seu ortelano e de quarteiro e de seu molineiro e de seu solarengo quem ouver vasallos em seu solar ou in sua erdade nom serviam a outro omem de toda sua sua fazemda se nom ao senhor do solar temtas e moyoss e fornos de homeens de Mertolla sejam livres de foro. Cavaleiros de Mertola sejam in juizo per podestades e infamçõeess de Purtugall clericii nom habeant mores militum ledones sint in iudicio per cavaleiros vilhanos de outra terra. Quem veer vozeiro ad seu vizino per omem de fora da villa peite X soldos e VII^a ad palacio. ¹⁵³⁹Gado de Mertola nom seja montado em nenhũa terra. Et homem a que se anafragar seu adeestrado amaçar aja outro seja escusado ataa a cabeça do anno. Mancebo que matar omem fora da villa e fogir a seu amoo nom peite omizioo por todas querellas de paçoo o juiz seja vozeiro. (fl. 329v A) Quem em vila penhorar¹⁵⁴⁰ cum sayom e sacudirem a ell os penhores outorge lhe ell sayom e premdat comcilio de tres colaciones e penhore por LX soldos medios ao comcilio e medios ao ravirosso barõeess de Mertolla nom sejam em prestamo dados. E se omeens de Mertola ouverem juizo com omeens de outra terra nom corra amtre elles firma, mas corra per esquisa aute reto. E todos aqueles que quiserem pousar com seu gado em termo de Mertolla prendam delles montadegoo da rode das ovelhas IIII^o carneiros et du busto das vaquas una vaca. E este montadego en terciiaa de comcilio e II partes de ordine. E todolos cavaleiros que forem in fossados ou em guarda todolos cavallos que se perderem in ell gerraa ou in lide primus erectis e os sine quimtaa e postea detis nobis quimta de dereita. Et todo omem de Mertolla que achar homeens de outras cidades em

¹⁵³⁸ Palavra corrigida.

¹⁵³⁹ Na margem esquerda, de outra mão: "Montado".

¹⁵⁴⁰ Segue-se uma letra riscada.

seus termhynos talhamdo ou levando madeira de montes prestant totum quod in veneriunt sine columpnia de azarias e de ga<r>das quimta parte a nos dade sem nenhuno oferezom. Quem quer que gaado causadeiroo pygorar vel rapere fecit petam LX soldos ad palaçoo e dubre o gaado a seu dono. Testamus vero et per heriter firmamus ut quequet mercatores vel viatores christianos iudeos sine mauros se nom for fiador ou divisor quem quer que ho faça peite LX soldos ad palaçoo e duplet ganatum que perdidit ad suo domino et super pecet C morabitanos pro coutos que britou. A Hordem habeat medietatem (fl. 330) et comcilio medietatem siquis ad vestram vilam veniunt pro mamcebos aut aliquas res accipere et ibi mortius vel percussus fuerit non pectem pro eo aliquas columpnia nec suorum parentum homicide habeantur et si cum querimonia de ipso ad Magistro vel ad comendatorum venit pectem C morabitanos medietatem ad Hordinem et medietatem ad concilio. Mamdamus et outorgamus quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum <annum> vel duos furair vel rapere dimesit si pro aliqua re repetetus fuit quam comisit salvert se tamquam latro et [s]i latro est et latro fuit omnino pereat et sub subeat (*sic*) pena latronis et sibi aliquis reperitur pro furto et nom est latro neque fuit respondeat ad suos foros. Sibi aliquis homo filiam alienam rapere extra sua voluntatem det illam ad seus parentes et pecte ad ilos III^c morabitanos e VII^a ad palaçoo et in super sedent homicida. De portagem foro de troxell de cavallo de panos de laam ou de linho I soldo, de trouxa de laam I soldo, de trouxa de fustãees V soldos, de trouxa de panos de coor V soldos, das carregas de pescado I soldo. Item carrega de asno VI dinheiros. Item carrega de christianos de conelio V soldos. Item carrega de mouros de conelio I morabitanos. Portagem de cavallo que vemderem em açouge I soldo. Item mullo I soldo. Item asno VI dinheiros. Item boy VI dinheiros. Item carneiros III medaculas, do porco II dinheiros, do forom II dinheiros, da carrega de pam e de vynho III mealhas, da carrega do peom huum dinheiro, do mouro que vemderem em mercado I soldo, do mouro que se remir a dizimaa, do mouro que talha seu donno dizima, do coiro de vaca e de zevra II dinheiros, (fl. 330v) do coyro de cervo e de gamo tres mealhas, da carrega da cera V soldos, da carrega do azeite V soldos. Esta portajem he de homeens de fora da villa a tercia de seu ospede e duas partes da Ordem. A qu'este he o foro e custume da terra. Agora se começa o foro e custume do mar e do rio. O foro e custume de Lixboa he tall asy per mar como pelo rio, *convém a saber*, todo vizinho de Mertolla ou de fora parte de toda aquela cousa que a de ser pela foz dar dizima se nom se a quiser aduzir o vy<zi>nho da villa pera sua casa e nom pera vemder nom dara em dizima. E daquello que dizimar sacar emde outro tanto empregado e nom fazer emde foro nenhuum da saida nenhuum vezinho de fora parte se mais empregar caa aquello que aduxir de trintena de que quer que sacar de Mertola ou de seu termo pelo rio. E todo omem que trouxer madeira pera vemder pelo rio dara a dizima e se a quiser pera cassa e nam pera vemder nom fara foroo nenhuum. Todo vezynho de Mertolla que trouver pão pelo rio asy vizinho como de fora parte pera vemder dee dous alqueires de medio e se for vizinho e o adusir pera sa casa e nom pera vender nom faça foro nenhuum. Todo omem que trouxer vinho pelo rio dee do moyo huum almude.¹⁵⁴¹ Todo pescador dara dizima de foroo. E da ponte a susso quem hy quiser pescar avenha se com o

¹⁵⁴¹ Na margem esquerda, de outra mão: "Pescado".

comendador do lugar. E quem conprar pescado que o sacar pelo rio quer da vila (fl. 331) quer de fora dee dizima. Todo pescador que matar pescado e o adusir a villa venda ate oras de terça ao concelho e des ora de terça vemda a quem quiser. E pescador nom vemda por almotaçaria. E regateiro de pescado vemda por almotaçaria. E o que de fora parte for que o comprar ante tercia peite. E todo omem que adusir madeira lavrada asy louça como outra que vyer a vila darem dizima. E este he o foro que am de fazer pelo maar e pelo rio ha Ordem. Faucta carta mense Dezembro¹⁵⁴².

A qual carta de forall asy mostrada e visto pelo dito ouvidor e como era sem amtrelinha nem borradura nem cousa duvidosa mandou a mim tabaliam que lhe dese o dito estormento como pelo dito Luis Godinho em nome da dita senhora tinha pedido em pubrica forma por quanto lhe era necesario e me deu pera ello sua autoridade. Testemunhas Rodrigu'Eannes filho de Joane Mendez e Joam Gill escudeiro moradores em a dita vila e outros. E eu Rui Godinho tabaliom pelo Duque Dom Diogo meu senhor em a dita villa que este estormento escrepvy e aquy meu synallfiz que tal he. Nom seja duvida nas camcelas que ficam abertas porque eu tabaliom nom escrepvy por serem comestas dos ratos.

¹⁵⁴³E apresentado como dicto he o dicto estormento pello dicto procurador da Ordem foy dicto e requerido ao dito lecemceado que lhe mandase dar o trelado delle em pubrica forma em este livro e cartorio (fl. 331v) da dita Ordem por quamto lhe compria pera bem dela. E visto pello dicto lecemceado o dito estormento como era limpo e são e sem borradura, nem amtrelinha carecente de todo vicio e sospeiçam mandou a mim notairo apostolico que lhe dese este estormento com o trelado delle interpoemdo a iso sua autoridade ordinaria pera que valha e faça fee como o propio originall. Testemunhas que presentes foram Mend'Afomso adayão da capela do dicto senhor Mestre e Diogo Çalema cavaleiro de sua casa e seu ouvidor della e Manuel Alvarez escudeiro do dito senhor e outros. E eu Pero Coelho notairo apostolico per autoridade apostolica que este estormento escrepvi e o dicto trelado per mim concertey com o propio e aqui meu puprico sinall fiz que tal he. Nom faça duvida nas amtrelinhas omde diz *“pola entrada”* e *“annum”* e *“zi”* porque eu notairo o fiz por verdade.

(Sinal notarial)

(fl. 332)

290

1514, Agosto, 21 – Setúbal

Inserere: 1492, Abril, 18 – Lisboa; 1492, Abril, 30 – Setúbal

Trelado de hũa sentença sobre a redizima que os pescadores levam per a Confraria do Corpo Samto.

Saibam quamtos este estormento dado per mamdado e autoridade de justiça com ho trelado de hũa sentença d'el Rei nosso senhor virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus

¹⁵⁴² Segue-se um espaço em branco. Na margem direita, de outra mão: *“A fl. 90 esta este mesmo foral com a data de 1262 da Era de Cezar, mas esta errada porque ainda então Payo Peres não era Mestre senão comendador e foi porque não entenderão que isto assim = LX vale 90 e não 60, porque o X^l asim que levado por sima vale 40”*.

¹⁵⁴³ Na linha anterior está riscado: *“E treladado como”*.

Christo de mill e V^o e catorze annos aos XXI dias do mes d'Agosto em a villa de Setuvall nos paços do Mestre nosso senhor estamdo hy Diogo Çalema cavaleiro da casa do dito senhor e ouvidor della peramte ele pareceo o bacharell Pero Machado e apresetou peramte o dito ouvidor hũa sentença d'el Rey noso senhor escripta em porgaminho e pasada pela sua chamce-laria e aselada do seu seelo pemente e pedio ao dito ouvidor por parte do dito senhor Mestre que lhe mamdase pasar hum estormento com o trelado da dita sentença em puprica forma por quamto Sua Senioria se esperava della ajudar. E visto pelo dito ouvidor seu requerimento e a dita sentença per elle apresetada e como estava lympha e sem vicio nem duvida algũa mamdou a mim tabaliom que com ho trelado da dita sentença pasase hum estormento ao dito senhor pera o qual interpos sua autoridade hurdynaria. Testemunhas que no presentem estavam Ruy Martinz escripvam da (fl. 332v) correijam do Mestrado d'Avys e Francisco Ferreira morador em a cidade de Lixboa e Palamades Rodriguiz moço da camara do dito sennhor da quall dita sentença o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

Dom Joam per graça de Deus rey de Purtugall e dos Allguarves d'Aquem e d'Alem mar em Affrica e senhor de Guinee a vos Joam Godinho cavaleiro de nosa casa e comtador no Mestrado de Samtiaguio e a todolos outros juizes e justiçaes de nossos regnos a que esta nosa carta de sentença for mostrada e o conhecimento pertemcer saude. Sabede que damte vos a esta nosa corte veyo hum feito per remisãao que se primeiramente peramte vos tratou amtre Salamom Alegria como autor por nosa parte como noso procurador e soblecitador e os arraez e pescadores das caravellas e barquos de pescar da vila de Setuvall como reos dizemdo peramte voos o dito Salamom Alegria em noso nome como noso procurador e solecitador contra os ditos pescadores reos que per bem de nossos foraees e ordenaçõees nos aviamos d'aver da dizima reall de todos os pescados que pescasem os ditos pescadores, *convém a saber*, de cento¹⁵⁴⁴ dez e de dez hum e que elles pescadores nos nom pagavam como os ditos nossos foraees mandam soamente nos pagavam de cento nove. A qual cousa se nom fazia compria a noso serviço e nos levavam o nosso que de direito nos pertemcia pedimdo vos da nosa parte que imteiramente mamdaseis arrecadar todaa dita direita dizima reall segumdo (fl. 333) que nos os ditos pescadores a ello eram obrigados oferecemdo logo o dito Salamão Alegria por nosa parte hum forall que Diogo <Gill> Moniz em semdo veedor da fazemda do iffante Dom Fernamdo noso tio que Deus aja semdo governador perpetum do dito Mestrado de Samtiaguio mandara aos officiaees do <dito> yfante per omde ouvese de mandar arrecadar todos os direitos que ha dita Ordem haa em a dita villa de Setuvall. E o quall forall amtre as outras cousas se comtinha hũa verba que dizia que por os pescadores arraezees recadarem a dizima dos companheiros ouvesem a redizima da dizima que asy pagasem. E se per ventura nam viesem¹⁵⁴⁵ logo pagar tanto que fosse requeridos pelos ofyciaees do dito iffante e fosse tiradas as dividas a roll emtãao nam ouvesem os ditos pescadores a dita redizima e o dito yfante ouvese toda a dizima em cheyo de todo o que asy pescasem. E esta penna averam por serem negridentes a nam pagarem segumdo eram obrigados etc. Ao quall feito se vieram opoeer Joam Rodriguiz e Joam de Beja arraezes e pescadores como procuradores do Espritall do Corpo Samto sam frey Pero Gomçalvez e seu tuado (*sic*) em a dita villa e em seu nome e de todolos outros pescadores e arraezes reeos e ofereceram peramte vos hũa confirmaçam d'el rey Dom

¹⁵⁴⁴ Segue-se riscado: "e".

¹⁵⁴⁵ Palavra rasurada.

Afonso que em aquele tempo em estes regnos regnava de hũas composyções e tresauções feitas amtre Dom Garcia Perez Mestre que foy da dita Ordem¹⁵⁴⁶ (fl. 333v) de Santiago e o comcelho da dita villa de Setuwall a qual fora feita em Santarem a XXVI dias d'Abrill da Era de mill e trezentos e setemta e nove annos. E em ella amtre as outras muytas coussas se comthinha como o dito comcelho de Setuwall se agravara do dito Mestre e comvento da dita Ordem dizemdo que era uso e costume que os pescadores da dita vila ouvesem a dizima da dizima do preço dos pescados que se vendiam na dita villa de que o dito Mestre e comvento aviam a dizima e que ho dito Mestre e comvento lha não queria dar e mandava e defemdia¹⁵⁴⁷ os seus homens que lha nom dessem. E que despois de prazimento do dito Mestre e comvento mandarom que dali em diamte os ditos pescadores ouvesem a dita redizima asy como amte aviam damdo o pescado a Sam Giãao como senpre deram e etc. E com ela vos ofereceram hũa nosa carta que fora feita em a nosa cidade d'Evora a XXVI dias d'Agosto do anno de mill e quatrocentos e noventa per a quall vos faziamos saber que asy ao allmoxarife que os remdeiros da dizima reall da dita villa de Setuwall nos enviaram dizer que vos lhe fazieis emnovaçam acerqua do recadamento da dita dizima e mandaveis que se tirase em outra maneira do que se costumava fazer pelos foraees per que se a dita dizima arrecadava no que elles recebiam perda e nos pidiam que a ello lhe provesemos e vos escrepvesemos sobre ello. E porque asy era nos o nam aviamos por bem vos manda<va>mos que dhy em (fl. 334) diamte tiveseis tall maneira que a dita dizima se arrecadase e desembargase per os foraees asy como se sempre costumara fazer e nam se fizese niso nenhũa outra emnovaçam etc. E com todo esto e com algũas rezõeas que ho dito Salamãao Alegria como noso procurador autor e asy os ditos Joam Rodriguiz e Joam de Beja procuradores dos ditos pescadorese e espiritall reos peramte vos alegrãao sem em o dito feito dardes outro algum despacho nos foy per vos enviado. O qual peramte nos apresentado e dada a vista delle ao procurador dos ditos pescadores e espiritall e asy ao procurador de nossos feitos pera por nosa parte alegar aquilo que per direito lhe parecesse pelos quaes foy tamto razoado per hũa e outra parte que ho feito foy peramte nos finalmente concluso. O qual visto per nos em rolaçam com os do noso desembarguo acordamos que visto o forall oferecido por parte de Alegria solecitador em o qual se comtem que por os arraezes arrecadarem a nosa dizima dos pescados averam a redizima da dita dizima. E visto yso mesmo as conposysõeas e tres auções amtre os pescadores feitos sobre a dita redizima e de como ha tem por suas devaçõeas dotada e apropiada a Comfraria do Corpo Samto. E visto como sempre se acostumou asy fazer e de como nos mamdamos em noso alvara que se nom faça emnovaçam na arrecadaçam da dita dizima e redizima etc. mamdamos que se guarde o dito forall e se guarde como sempre se (fl. 334v) costumou e os pescadores sejam manteudos em sua pose na qual senpre estiveram e ajam pera a dita confraria a dita redizima ficamdo resguardado ao noso procurador provar como esta redizima nos pertemce avermos e nom os ditos pescadores per o que dito he. E porem vos mandamos que asy o cumpraes e guardeis e façaes conprir e guardar como per nos he acordado semtemceado e mandado. Dada em a nosa cidade de Lixboa a dezoito dias d'Abrill. El Rey ho mandou per o doutor Pero Diaz do seu desembargo e juiz de seus feitos. Nuno Fernandez a fez. Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil e quatrocentos e noventa e dous.

¹⁵⁴⁶ Esta última palavra está escrita na linha inferior a esta.

¹⁵⁴⁷ Segue-se riscado "que lha nam dessem".

E nas costas da dita sentença esta escripta hũa procuraçam de como foy publicada ao dito comtador da qual o teor he o seguinte:

Foy pupricada esta sentença a Joam Godinho comtador do senhor Dom Jorje nas suas terras do Mestrado de Santiago e em comprimento dela pasou logo mandado e mandou a Martim d'Oliveira recebedor da dita dizima reall em saida da foz e a Diogo Periz escripvam da dita remda que usasem da dita sentença e nom do alvara que lhe tinha dado e recadasem a dita <re>dizima e que se alguum dirreito por bem do dito alvara tinham recebido das redizimas que ho tornasem a cujo era. E os sobreditos disseram que asy o conpriryam. A qual publicaçam aos sobreditos foy feita per mim Pedr'Eannes escripvam dos comtos em Setuvall aos XXX dias d'Abrill de mil e quatrocentos e noventa e dous.

A qual sentença eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam em a dita vila de Setuvall pelo dito senhor Mestre noso senhor etc. treladey em este puprico estormento per mamdado do dito ouvidor como dito he e comcertey com a propia e por verdade aquy meu puprico synall fiz que tall he.

(Sinal notarial)

(fl. 335)

291

1515, Março, 2 – Setúbal

Inserere: 1501, Novembro, 6 – Setúbal

Trelado de huum auto e detreminaçam dada pello Mestre noso senhor e defidores sobre as vezinhanças do Campo d'Ourique.

In nomine Domini amen. Sejam certos os que este estormento com o trelado de huum auto e detreminaçam dada pello mui excelente senhor o senhor Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. noso senhor e pellos defidores do cabido da Ordem de Santiago sobre as vezinhanças do Campo d'Ourique virem como aos II dias do mes de Março da Era de mill e V^o e quinze em a villa de Setuval nos paços do dicto senhor peramte o lecenceado Francisco Barradas comendador de Mouguellas e chanceler moor do dicto senhor e Ordeens e juiz delas pareceo o procurador da Ordem de Santiago e apresentou o dicto auto e detreminaçam ao dicto lecenceado juiz e pedio que lhe mandase dar huum puprico estormento com o trelado deles em este tonbo da Ordem. E vistos pello dicto lecenceado juiz e como erão sãos e limpos carecentes de todo vicio e sospeiçam mandou a mim notairo abaixo nomeado em presença das testemunhas infra escriptas que os treladase aquy e lhe pasase huum estormento com o dicto trelado interpoemdo a ello sua autoridade ordinaria pera que valha e faça fee como o propio original do qual auto e detreminaçam o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill e quinhentos e huum annos aos seis dias do mes de Novembro em a villa de Setuvall dentro nos paços do mui illustre senhor ho senhor duque de Coimbra noso senhor Mestre e governador que Sua Senhoria he dos mestrados d'Avis e Santiago semdo hii Sua Senhoria de presente (fl. 335v) peramte elle pareceram hii partes, *convém a saber*, Pero Barreto comendador

de Crasto e Christovam Moniz comendador de Garvam e Lançarote de Mello cavaleiros da Ordem e reos da outra. E loguo pello dicto Pero Barreto autor foy dicto ao dicto senhor que era verdade que na dita sua comenda veviã alguns lavradores e criadores os quaes posto que na dicta sua comenda viviam e ouviam os divinos officios e recebiam os eclesiasticos sacramentos se hiam fazer vezinhos per estormentos enganosamente em outros lugares por defraudarem a dita sua comenda nos dizimos os quaes pagavam ou queriam pagar aquellas igrejas dos lugares omde se asy hiam fazer vezinhos no que a dicta sua comenda recebia gramde dano e perda. E os dictos criadores nom pagavam a quem deviam em grande dano de suas conciencias. Pidia ao dicto senhor que nom consentisse tall engano se aver de fazer e mandase que cada huum lavrador e criador fose freigues e vezinho da igreja em quja (*sic*) freiguesia e lemite morase e tevese sua casa e fazenda e nam domde se asy fingidamente se fazia e fose fazer vezinho. E dada asy a dicta pitiçam per palavra ao dicto senhor como dicto he ho dicto senhor mandou a mim tabeliam que a escrepese asy e mandou aos dictos reos que respomdesem a ella. Os quaes logo ofeceram hũa pitiçam per modo de contrariedade per escripto de que se o tehor della he este que se segue:

Diz Christovam Moniz comendador de Garvam e Lançarote de Mello comendador de Casevell per modo (fl. 336) de defesa ou contrariedade ou per outro quallquer modo que melhor seja. Entemde provar que o custume de dez, vinte, quarenta, cento annos e tanto tempo que a memoria dos homeens nom he em contrairo que os gados amdantes pacem per omde lhe vem bem per todollos termos e lugares e comendas do Campo d'Ourique por a ervajem ser da senhora ifante Dona Briatiz em tall modo que o freigues que mora verdadeiramente em Garvam ou em Casevell ou em seus termos e hii recebe os eclesiasticos sacramentos este tall lhe paga do gado andante inteiramente todo¹⁵⁴⁸ dizimo e nesta pose inmemoriall estã elles reos. Entende provar que posto que o tall seu morador e vezinhos tenha¹⁵⁴⁹ monte em outra comenda e hii estee na sementeira e alquevaçam e ceifa este tall sempre vem receber os eclesiasticos sacramentos e ouvir missa aos domingos e feestas aas comendas delles reos pollo quall yso mesmo estã em poose inmemoriall de tanto tempo que a memoria dos homeens nom he em contrairo de receber inteiramente o dizimo do gado amdante. E asy se pratica no dicto campo todo e em este custume inmemoriall estã pello quall devem ser mantehudos nesta poose e devem ser ausolutos en¹⁵⁵⁰ Christen (?).

E desto he puprica voz e fama.

Provara soomente quanto abaste a sua vitoria.

E oferecida como dicto he loguo as dictas partes requereram a mim tabeliam que com esto fezese este auto com todo concruso e o dese ao dicto senhor pera Sua Senhoria o ver e detreminar como viir que he dereito e justiça. Joam Fernandez tabeliam o escrepvii.

(fl. 336v) Acorda o senhor duque com os defimdores aquy asinados que vista a disposiçam do dereito com comselho de leterados decrara que nenhum nom se pode fazer, nem fingir ser vezinho e freigues de nehũa igreja, nem lugar per estormento nem per outro nenhum fingimento senam quamdo realmente e com efecto se pasar com sua molher e familia a morar em outra freiguesia com tençam de em ella viver. E portanto manda

¹⁵⁴⁸ Segue-se riscado "o".

¹⁵⁴⁹ Segue-se riscado "m".

¹⁵⁵⁰ Segue-se uma letra riscada.

que posto que algum per tall fingimento se faça vezinho de quallquer outro lugar fora daquelle domde viver quamto he ao pagar do dizimo nom seja avido por vezinho nem pague a dizima que deve aa igreja domde he freigues em outro lugar senam onde morar com sua molher e familia. E por evitar os emganos que se nisto podem fazer manda aos priores e curas das dictas igreijas sob pena de pagar huum marco de prata quallquer que o comtrairo fazer pera o comendador cujo for o freigues que recebeo e que nom dem sacramentos eclesiasticos, nem recebam aos divinos officos e missas nos domingos e feestas em suas igrejas nenhuuns freigueses alheos e que na sua freiguesia nom morarem polla sobredicta guisa salvo se acontecese que por algum caso acidentalmente aly fose ouvir missa como se fose a voda (*sic*) ou emterramento ou per quallquer outro caso semelhante. E por mais compridamente se prover a tudo manda que se algum tiver duas casas em diversas freiguesias seja avido por vezinho e freigues e aly pague o dizimo dos gados andantes aaquelle igreja onde morar com sua molher e familia per mayor parte do anno. E se per ventura (fl. 336A) per seis meses com sua molher e familia viver em hũa das dictas freiguesias e per outros seis meses em outra pague o dizimo dos dictos gados andantes per meo aas dictas igrejas em cuja freiguesia asy viver. E isto se emtendera daquelle dizima que he devida aa igreja donde sam vezinhos e manda que se algum comendador induzir os freigueses doutra comenda que se venham fazer vezinhos a sua freiguesia que perca a metade da renda que remder a comenda aquelle anno por cada vez que se achar. E quamto aos gados que de fora vem pastar e amdar no dicto campo manda o dicto senhor que nenhum comendador, nem mordomo, nem remdeiro nom possa com os taes fazer avemça, nem quita nehũa acerca do dizimo senam levando lhe todo o dizimo inteiro e achamdo ser lhe feita algũa quita ou partido que o comendador que o asy fazer perqua a metade da renda daquelle anno e per a mesma maneira o remdeiro. As quaes penas serão as duas partes per a camara do dicto senhor e a outra terça parte pera quem o acusar.

Foy provicada a sentença suso escripta per Aires da Silva comendador da villa de Mesejana em os dictos paços do dicto senhor duque presente o dicto Pero Barreto autor e Christovam Moniz e Lançarote de Mello reos aos dictos seis dias do dicto mes de Novembro da dicta Era. A quall asy provicada como dicto he logo per o dicto Pero Barreto autor foy dicto que recebia sentença¹⁵⁵¹. Testemunhas que no presente estavam Alvaro Mazcarenhas e Joham de Faria ouvidor do dicto senhor e Francisco Leall ouvidor do Mestrado e dom prior do convento e outros. E eu Joam Ferrnandez tabaliam que esto escrepvi. (fl. 336vA) E loguo pello dicto senhor duque foy dicto e mandado a mim tabaliam que logo pasase huum estormento pubrico de sentença com o tehor desta dita sentença e autos pera Sua Senhoria a mandar logo ao cartorio da dicta Ordem e mandou a mim tabaliam que ho escrepvese asy. Testemunhas Joam de Faria e Luis Pirez prior de Santa Maria e os sobreditos. E eu Joam Ferrnandez tabeliam que esto escrepvi.

E com todo o dicto procurador da Ordem pedio este estormento e o dicto lecenceado juiz lho mandou dar como dicto he. Testemunhas Diogo Çalema ouvidor da casa do dicto senhor e Pedr'Alvarez seu comtador e Joam Ferrnandez tabaliam em esta vila de Setuval e outros. E eu Pero Coelho notairo per autoridade apostolica que esto escrepvi e aqui meu pruvico sinal fiz que tall he. Nom faça duvida no riscado omde dizia "*e per os dictos reos foy dito*".

(Sinal notarial)

¹⁵⁵¹ Segue-se riscado "*e per os dictos reos foy dicto*".

(fl. 337)

292

1515, Abril, 3 – Lisboa

Alvara d'el Rei per que nenhum nom he escuso das obras das igrejas por privilegio que tenha.

Nos el Rey fazemos saber a quantos este noso alvara virem que a nos foy ora dicto que nos lugares do Mestrado de Samtiago em que se fez visitaçam se mandaram correger e reparar as igrejas e que as pesoas que tem privilegios se queriam isemtar de pagar per as ditas igrejas por bem dos dictos pryvilegios e nos foy requerido que sobr'ello desemos provisam e por se escusarem estormentos e despesas que as pesoas que tem os dictos pryvilegios poderiam fazer parecendo lhe que per elles sam escusos da tall obra decramos (fl. 337v) que do corregimento e reparo das dictas igrejas nom he nenhũa pesoa escuso por nenhum pryvilegio que tenha. Notificamo lo asy e per este mandamos que se nom guarde a nenhum dos ditos pryvilegiados nenhum privilegio pera o que dicto he e todos paguem asy como os outros que os nam tenerem. Feito em Lixboa a III dias do mes d'Abril. Damiam Diaz o fez de Mil¹⁵⁵² V^c XV.

293

1515, Abril, 2 – Lisboa

Sobre a eleiçam de Setuval.

Nos el Rey fazemos saber a vos juizes e ofeciaes da villa de Setuval e a quaesquer outros ofeciaes e pesoas a que o conhecimento desto pertencer que por sermos enformado que ho ouvidor do Mestre meu muito amado e prezado sobrinho fazia nessa villa a eleiçam dos juizes e ofeciaes comtra forma do regimento novo e ordenaçam do reyno mandamos per hum noso alvara sob certas penas que as dictas eleições se fezesem segumdo noso regimento e ordenaçam. E ora o dicto Mestre nos enviou dizer que asy na dita villa como em totaldas outras do Mestrado estava de custume antigo husado e praticado sem nenhũa contradiçam de se fazerem as ditas eleições em outra maneira a quall he que lhe ham de dar cada anno seis homeens pera juizes de que elle ha d'escolher dous e os quatro ficam de fora pedimdo nos que por quanto o dicto noso mandado era muito em perjuizo da dita Ordem nos prouvese lhe mandarmos guardar seu dereito e justiça. E visto per nos seu requerimento a nos praz que sem embargo do dicto noso mandado e alvara que nessa villa se faça a dicta (fl. 338) elleiçam segumdo custume e poosse em que estaa o dito Mestrado. Porem se vos sobr'yso entemderdes¹⁵⁵³ que temdes algum dereito pode lo ees requerer. Notificamos vo lo asy e vos mandamos que leixees fazer a dicta eleiçam como se senpre fez e nom ponhaes sobr'yso duvida nem embargo. E por se saber como ho asy mandamos trelladar se a <este> no livro da camara. Feito em Lixboa a II dias do mes d'Abril. Damiam Diaz o fez de mil¹⁵⁵⁴ V^c XV. E este pase pella chancelaria da camara.

¹⁵⁵² Forma por extenso de "I" com um traço horizontal por cima.

¹⁵⁵³ Palavra rasurada.

¹⁵⁵⁴ Forma por extenso de "I" com um traço horizontal por cima.

(fl. 338v)

294

1515, Julho, 16 – Setúbal

Inserte: 1467, Maio, 19/20 – Setúbal; 1464, Setembro, 22 – Roma; 1467, Maio, 11 – Salvaterra; 1464, Maio, 20; 1467, Abril, 14 – Beja

Sentença de revogaçam de hũa letra do Papa Pio per que os cavaleiros das Ordeens nom sejam obrigados a servir nos lugares d’Africa asy como a dita letra mandava e foy revocada.

In nomine Domini amen. Sejam certos os que este estormento com o trelado de hũa sentença revocatoria a hũa letra apostolica virem como aos XVI dias do mes de Julho da Era de mil V^o XV annos em a villa de Setuval nos paços do mui eicelente senhor o senhor Dom Jorje Mestre de Santiago e d’Avis duque de Coimbra etc. estando hii o lecemceado Francisco Barradas comendador de Mouguelas chanceler moor do dicto senhor e do seu desembargo e juiz das dictas Hordeens peramte elle pareceo o procurador da Ordem de Samtiago e lhe apresetou huum livro de cartorio da Ordem d’Avis em que estavam suas bulas, graças, privilegios e doações escripto em purgaminho e emcadernado. E requereo ao dicto licenciado juiz que por quamto em o dicto livro estava escripta e asemtada hũa sentença revocatoria de hũa letra apostolica que tocava e pertencia a esta Ordem e Meestrado de Santiago lhe pedia em nome da dicta Ordem que lhe mandase dar huum estormento em este seu cartorio com o trelado da dita sentença. E visto pello dicto juiz seu requerimento e o dicto livro e sentença estar nelle limpa sã e sem borradura, carecemte de todo vicio e sospeiçam mandou a mim notairo abaixo nomeado em presemça das testemunhas imfra escriptas que treladase aqui a dicta sentença e lhe pasase huum estormento com o dicto trelado imterpoemdo a ello sua autoridade ordinaria pera que valha e faça fee como a propria original da qual sentença de verbo a verbo ho trelado he este que se adiamte segue:

(fl. 339)

Segue se a sentença.

In nomine domini Amen. Saibam quantos este presente pubrico estormento de sentença de revogaçam, carraçam, irritaçam, annullaçam virem que aos dezanove dias do mes de Mayo do anno do Senhor Jhesus Christo de mill e llll^o e sesenta e sete annos em Setuval na capela de Samta Maria Anunciada estando hii o muy alto e mui eicelente princepe e muito virtuoso senhor o infante Dom Fernamdo irmão d’el rei Dom Afomso noso senhor duque de Viseu e senhor de Covilhã e de Moura regedor e governador dos Meestrados da Ordem da Cavalaria de Noso Senhor Jhesus Christo e de Santiago em estes reinos de Portugal e comdestabre em elles e os homrrados senhores cavaleiros das dictas, *convém a saber*, Gill Vazquez d’Alter comendador d’Almada e Joham de Sousa comendador da Represa e Ferreira e Nuno da Cunha comendador d’Alvalade e da Ortalagoa e d’Ourique e Joham Fogaça comendador de Canha e Cabrella e Alvaro d’Almeida comendador de Mouguelas todos do numero e conto dos Treze e Diego Gil Moniz comendador de Mesejana e Nuno Fernandez Tinoco comendador de Sam Salvador de Samtarem e d’Almeirim da Ordem de Samtiago e procurador geeral e soficiente da dicta Ordem de Samtiago per autoridade do dito senhor ifante e dos XIII e Gomez Eannes de Zurara comendador de Pinheiro e da Granja da Ordem de Christus e Pedr’Eannes bacharel, alcaide moor de Castel Branco, comendador da Bousa da dita Ordem e Lopo de Sampayo

cavaleiro professo da dicta Ordem e Alvaro de Goyos comendador de Puçus e outros muitos cavaleiros e comendadores das dictas Ordeens, em presença de mim Pero Gomez notairo apostolico e testemunhas adiante escriptas. Logo per o dicto (fl. 339v) Nuno Fernandez Tinoco procurador em nome do senhor e de todos os cavaleiros das dictas Ordeens hy foy apresentada a Pero Lourenço homem licemceado em degredos coonigo de Lamego e abade de Tres Miras juiz executor apostolico dado e deputado com outros coonigos per noso senhor o Papa Santo Papa Paulo ora presidente na Igreja de Deus *cum illa clausula quatinus vos vel domino aut unus virum etc.*¹⁵⁵⁵ hūua apostolica do dicto Santo Padre scripta em purgaminho chumbada de seu verdadeiro selo de chumbo segumdo costume de corte de Roma sãa, inteira, nom viciada, nom cancellada, nem em algūua sua parte sospeita, mas carecente de todo vicio e sospeiçam segumdo per ella a primeira face parecia e apos ella huum alvara do dicto senhor Rey de pubricaçam da dicta bulla.

A quall bulla o dicto licemceado juiz e esecutor recebeo com aquella reveremcia e instancia que a devia e a beijou e a pos sobre sua cabeça cujos tehores asy da dita bulla como do alvara de verbo a verbo sam estes que ao diamte seguem:

Paulus Episcopus servus servorum Dei venerabilibus Egitaniensibus et Visensibus episcopis ac dilecto Petro Laurentii canonico Lamacense salutem et apostolicam benedictionem. Ratione comgruit et convenit honestati ut ea que de romani pontificis gratia processerunt licet eius superveniente obitu littere apostolica super illis confecte non fuerint suum forciantur effectum dudum siquidem per felicis recordationis Papa Pium II predecessorem nostrum accepto quod carissimus in Christo filius noster Alfonsus Portugalie et Algarbii rex illustris pro tuitione civitatem (fl. 340) Ceptem quam inclite memorie Johannes dictorum regnorum rex auus suus quadraginta quinque iam annis elapsis a manibus infidelium sarracenorum liberaverat et ad honorem nostre fidei et populi christiani felicissimo triumpho¹⁵⁵⁶ et Christo lueri fecerat sueque ditioni sub egerat graves expensas subferre valeat et plurimum firmidandum erat ut dicti infideles civitatem ipsam hostiliter maximo eorum exercitu ut solebant invaderent et eam ac etiam castrum Alcacer nuncupatum quod prefectus rex superiori tempore ditioni sua armata manu subjugaverat ob pancitatem christianorum ibidem existentium in grave dedecus et obprobrium christiane religionis et totius Spanie periculum cum alias fere tota Hispaniam perdictam civitatem ab infidelibus africanis extitisset occupata suo spurcissimo imperio quod Deus adverterat subjacerent idem Pius predecessor¹⁵⁵⁷ ne tantum nephas suis potissime temporibus eneniret prohibere¹⁵⁵⁸ volens per memorie Calisti Papa¹⁵⁵⁹ tercio predecessoris nostri qui premissa consideras super hiis per suas certi tenoris litteras oportune providerat ad quarum executionem ut idem Pius predecessor intellexerat usque tunc processum non extiterat inherendo vestigiis motu proprio ex certa scientia auctoritate apostolica per suas litteras statura decrevit et ordinavit quod ex tunc

¹⁵⁵⁵ Segue-se uma letra riscada.

¹⁵⁵⁶ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁵⁵⁷ No meio da palavra estão duas letras riscadas.

¹⁵⁵⁸ Palavra corrigida.

¹⁵⁵⁹ Segue-se uma palavra riscada.

in antea futuris perpetuis temporibus in dicta civitate Ceptense essent tres conventus trium ordinum militarium in prefactis regnis existentium, videlicet, militie (fl. 340v) Ihesu Christi Santi Jacobi de Spata et de Avis sub regulla cisterciense quorum quilibet Magister sue gubernator unius cuiusque Ordinis comunibus expensis totius Ordinis fabricare fundare et construere teneretur unum conventum huiusmodi sue religionis in dicta civitate Ceptensi seu eodem castro de Alcacer ad cuius hedeificationem magistri sive gubernatoris et omnes preceptores oficiales et beneficiari quicumque nemine excepto pro rata proventuum contribuere et ex tunc pro tuitione dicte civitatis Ceptem quilibet magister seu gubernator singulis annis per turum (*sic*) tertiam partem omnium preceptorum officialium beneficiatorum militum et religiosorum sui ordinis mittere deberent et tenerentur qui sic missi per annum integrum propriis expensis una cum aliis pugnatoribus defensoribus et habitatoribus custodirent eandem civitatem a quo nemo predictorum militatorum excussaretur nisi legitimo et gravi impedimento fuisset detemptus et tunc secundum redditus et proventus quos ab ordine obtineret pro illo tempore vice sua tot alios bellatores et deffensores transmitteret quot secum dixisset si personaliter illuc accessisset quodque quilibet magister sive gubernator dictarum religionum singulis annis si personaliter in prefata civitate non stetisset tot belatores homines utique in exercio armorum (fl. 341) expertos ac balistarios et pedites pro quorum salario et expensis ad minus tertia pars reddituum et obventionum totius magistratus exponeretur mittere et sic deputandi seu mittendi magistri seu gubernatores preceptores comendatores oficiales et beneficiati predicti sub excommunicationis pena quam contra facientes incurrerent et aqua pera allium quam per romanum pontificem nisi in mortis articulo dumtaxat absolvi non possent etiam per sustraccionem eorum proventuum ad civitatem ipsam accedere et ibi residentiam facere ipsamque civitatem et castrum huiusmodi contra eosdem sarracenos et quoscumque alios Christi nominis inimicos una cum aliis defensoribus et habitatoribus predictis pro viribus defendere custodire et conservare similiter deberent et tenerentur propterea ut statutum decretum et ordinatio huiusmodi perpetuis futuris firmiter observaretur venerabilibus nostris Bracharensi et Ulixbonensi archiepiscopis et Ceptensi ac Colinbriensi episcopis per apostolica mandavit quatinus ipsi aut tres vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios premissa ubi et quando expedirent si super hoc pro parte dicti Alfonsi regis et aliorum regum seu populi Portugalie pro tempore existentium forent requisiti vel alter eorum foret requisitus solempniter publicantes magistratos preceptores gubernatores comendatores oficiales et beneficiatos exemptos et non exemptos cuiuscunque ordinis modus vivendi regule etiam si cistercienses forent ad construendum (fl. 341v) sine edeficandum seu construi et edeficari faciendum conventus huiusmodi prout eos contingeret ad contribuendum necnon mittendum belatores ut prefertur eosque accedendum et commorandum ibidem iuxta formam statuti decreti et ordinationes huiusmodi per censuram ecclesiasticam et subtrationem frutum huiusmodi et alia oportuna juris remedia sublato cuiusvis apellatione obstaculo auctoritate apostolica complerent ipsosque sint obedientes forent excommunicationis sententiam huiusmodi insidisse declarent necnon magistratus gubernatoribus preceptoris comendis et beneficiis officiis ecclesiasticis¹⁵⁶⁰ quibuscunque que obtinebant et pro tempore obtinerent sinoque crucis et habitu religionis quam

¹⁵⁶⁰ Segue-se uma letra riscada.

profesi fuerant perpetuo privarent et amoverent realiter ab eisdem de ipsisque preceptoris comendis beneficii et officii ecclesiasticis quibuscumque que obtinebant et pro tempore obtinerent tunc vacantibus illi ad quos petinent aliis dictam militiam tunc professis vel illam profiterii et in dicta civitate personaliter ut premittitur commorari volentibus et ad hoc sic sub pennis et censuris predictis officialibus oferentibus providerent ipsosque profiteri volentes et ad eandem professionem reciperent et habitum religionis sue militie huiusmodi quam proffiteri voluissent eis exhiberent et facerent illos sincera ibidem caritate¹⁵⁶¹ tractari ac eis de omnibus fructibus et redditibus et proventibus sicut aliis preceptoribus proffesis (fl. 342) responderi super quibus omnibus et singulis et etiam ex tunc in futurum quocienscumque ex parte predicti vel pro tempore existentis regis et ipsius populli Portugalie fuissent requisiti statuendi et ordinandi quod aliqua pars ipsorum sic deputatorum belatorum etiam in dicto castro de Alcacer et aliis locis infidelium per ipsos reges gratia Domini acquirendis sub penis sentenciis et censuris premissis admittum ipsorum executorum commorari et etiam si eis oportunum videretur et reges ipsi hoc requirerent aliquem seu aliquos expredictis conventibus vel partem belatorum de loco ad locum mutandi transferendi omnia que alia et singula tam circa impedimenta dictorum preceptorum et religiosorum et mittendos belatores ab eisdem magistris vel gubernatoribus quam circa eorum modum in dictis conventibus vivendi et ibidem existentibus de beneficiis providendi deffensionem et conservationem dicte civitatis et castri et aliorum locorum acquirendorum seu alis in premissis et circa ea necessaria et oportuna ordinandi statuendi disponendi faciendi exequendi et etiam contraditores quoslibet et rebelles cuiuscumque dignitatis gradus ordinis preheminentie vel condiciones forent etiam regali ducali vel alia quacumque ecclesiastica vel mundana preffulgeant dignitate¹⁵⁶² per censuram ecclesiasticam et subtractionem frutum seu proventuum ac privationem magistratum preceptoriarum comendarum et beneficiorum huiusmodi aliaque juris remedia appellatione (fl. 342v) post posita compescendi archiepiscopis episcopis predictis ac cuilibet ipsorum plenam et liberam perpetuo valituram concessit facultatem prout in eisdem litteris apostolicis plenius continetur et de inde ipsi Pio predecessori pro parte tam nobilis viri Fernandi Portugalie administratoris militiarum Jhesu Christi et Sancti Jacobi in spiritualibus et temporalibus per Sedem Apostolicam deputati quam universorum militum dictarum militiarum necnon gubernatoris et militum alterius militie de Avis dilectorum filiorum exposito quod prefate tres militie ab hoc ad initio fundate erant ut earum milites essent contra infideles ad tutelam Portugalie et Algarbii regnorum que regna versus Africani contra infidelles terminata essent mari intermedio non autem ordinate existevant ut partes Affrice que ad sarracenis incoluntur invaderent seu ipsas inibi acquirerent vel acquisitas tuerentur ad quod agendum eorum vires propter infidelium multitudinem militum earundem militiarum paucitatem non sufficiebant nec etiam videretur rationabile ut terras quarum utilitas regi obveniret deberent ipsi religiones suis maximis sumptibus protegere et conservare quodque militie ipse consueverant esse refugio Portugalie regibus pro eorum filiis ultra primogenitum collocandis et providendis cum alias sepe in morte alterius opus fuisset et civitates regni inter eorum filios preter primogenitum dimississent et sic fuisset opus impos-

¹⁵⁶¹ Segue-se uma letra riscada.

¹⁵⁶² No final desta palavra encontra-se um "m" riscado.

terum idem Pius predecessor dictas militias tanto honeri subiecisset cum ex residuo reddituum decenter statum suum tenere non possent (fl. 343) et quod expressis causis videlicet deffensionis eorundem regnorum preffacte militie quam plurimis a Sede Apostolica et regibus eorundem regnorum communitate fuerant privilegiis et gratiis ac proptere hactenus amplificate fuerant si ipse littere sortirentur effectum e contra ipse militie plurimum deciderent et quo laborerent earumque fructus ad modum diminuerentur quod dictus Fernandus infante preffacti Alfonsus regis frater ac ipsarum duarum militiarum gubernator reputaret sibi ad turpissimam ingnominiam si suo tempore contingeret illustres quoque et nobiles persone que in ipsis miliciis erant reputantes sibi ad dedecus in Affrica habitare necdum alios ad suscipiendum habitum earundem militiarum mutarent sed potius eos ne illum susciperent turbare curarent et per consequens in ipsis miliciis solum persone viles et objecte ingrederentur. Unde pro parte tam dicti infantis quam universorum militum predictorum asserencium quod ad execucionem ipsarum litterarum nondum processum erat ipsi pro predecessorii humiliter supplicato ut litteras et facultatem huiusmodi et alia omnia et singula in eis contenta revocare cassare et annullare de begnitate apostolica dignaretur idem predecessor de premissis certam noticiam non habens huiusmodi suplicationibus inclinatus voluit et concessit videlicet sub data de anno octavo kalendas Julii pontificatus sui anno sexto dari certis iudicibus in mandatis quatinus si et postquam vocatis quorum interest de premissis assertis legitime constaretur prefatique regis ad id expressus accederet acensus (fl. 343v) litteras et facultatem huiusmodi auctoritate apostolica cassarent revocarent et annullarent non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque. Ne autem de voluntate et cessione predictis pro eo quod super illis dicti Pii predecessoris littere superveniente eius obitu confecte non fuerunt valeat quomodolibet hesitari ipseque infans illarum frusteretur effectu volentes et eadem auctoritate apostolica decernentes quod voluntas et concessio Pii predecessoris huiusmodi per inde a dicta die decimo octavo kalendas Julii suum sorciantur effectum ac si super illis dicti Pii predecessoris littere sub eiusdem die data comfeyte fuissent prout superius enarratur quodque presentes littere ad probandum plene voluntatem et concessionem Pii predecessoris huiusmodi ibique sufficiant nec ad¹⁵⁶³ id probationis alterius adminiculum requiratur discrecioni vestri¹⁵⁶⁴ per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum si et postquam vocatis eorum interest de assertis huiusmodi constiterit prefatique regis ad hoc expressa accedat¹⁵⁶⁵ assensus constito vobis de assertis et accedente consensu regis preffacti litteras et facultatem huiusmodi ac inde secuta quecumque prefata apostolica auctoritate revocatis cassetis et amuletis juxta huiusmodi volumptatem et concessionem Pii predecessoris ante dicti non omnibus supradictis. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice¹⁵⁶⁶ millesimo quadragentesimo quarto sexagesimo¹⁵⁶⁷ (fl. 344) decimo kalendas Octobris. Pontificatus nostri anno primo.

¹⁵⁶³ Segue-se uma letra riscada.

¹⁵⁶⁴ Palavra corrigida.

¹⁵⁶⁵ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁵⁶⁶ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁵⁶⁷ Palavra corrigida.

Segue-se o teor do alvara d'el Rey da publicação.

Nos el Rey mandamos a quallquer tabaliam ou notairo apostolico de nosos reynos que sem embargo da nosa ordenaçãem em contrairo feita pubriquem hũa letra apostolica do Santo Padre Paulo ora presidente na Igreja de Roma que per noso consentimento e suplicaçãem outorgou ora aos cavaleiros da Ordem de Santiago dos dictos reynos per a quall revoca outra letra do Papa Pio em que mandava que elles e os cavaleiros das outras Ordeens das cavalarias destes reynos sob certo modo e forma em ella contehudos servisem e estivesem em a nosa cidade de Cepta e villa de Alcacer d'Affrica. E da provicaçãem e autos que com ella fezerem dem quaesquer¹⁵⁶⁸ pruvicas scripturas e estormentos que lhes requeridos sejam ou forem sem embargo da dita ordenaçãem ou especiall defesa nosa que hii aja em contrairo porque asy he nosa merce sem outro embargo. Feito em Salvaterra XI dias de Mayo. Lourenço Abril a fez. Anno do Senhor de mill e quatrocentos <60> e sete.

Apresentada asy a dita bulla e alvara per o dicto Nuno Ferrnandez procurador ao dicto Pero Lourenço Homem juiz executor apostolico como dicto he logo per elle dito Nuno Ferrnandez foy requerido a elle dicto Pero Lourenço da parte da Samta See Apostolica e de noso senhor o Papa que elle a recebe e acceptase e a desse a emxeuçãem segumdo em ella era mandado. E elle dicto juiz a recebeu e acceptou e dise que elle (fl. 344v) era prestes de dar os mandados apostolicos em ella comtehudos aa emxeuçãem segumdo em ella mais compridamente fazia mençãem e mandou a mim dicto notairo que eu continoase todo e lho levase pera elle o ver e fazer o que achase que era direito. E eu dito notairo esto escrepvi. Testemunhas que a esto presentes foram frei Luis frade da Ordem de Sam Francisco confessor do dicto senhor infante e Diogo Lopez¹⁵⁶⁹ tenor de sua capella e prior de Bellas e Gomçallo Periz d'Amdrade cavaleiro da sua casa e Gomez da Serra seu escudeiro moradores na dita villa de Setuval e Alvaro Diaz seu escripva da camara e Rui Godinho seu escudeiro e Nuno Afonso seu ouvidor e outros.

E depois desto aos XX dias do dicto mes de Mayo da sobredicta Era o dicto Pero Lourenço Homem juiz emxeutor apostolico estando elle de presente dentro na igreja de Samta Maria e depois na igreja de Sam Giam da dita villa de Setuval aas oras da missa estamdo hy multidoem de clerizia e povoo quamdo os divinos officios se cellebravam mandou a mim dicto notairo que eu lesse e pobriquase a dicta bulla nas dictas igrejas pera saber se avia hy algum do povoo se quisese opoer ou contradizer. A quall bulla eu dicto notairo ly e proviquey em alta voz e a notefyquey ao povoo que presente estava nas dictas igrejas e nom achey algum que se opoese nem contradisese a ella. E o dicto juiz apostolico mandou a mim dito notairo que asy¹⁵⁷⁰ escrepvese da quall pobricaçãem e noteficaçãem o dicto Nuno Ferrnandez procurador das dictas Ordeens pedio asy a mim dito notairo huum, dous, tres, quatro e mais estormentos (fl. 345) os que lhe comprisedem por guarda e conservaçãem do direito do dicto senhor iffante e dos comendadores e cavalleiros das dictas Hordeens. Testemunhas que a ello presentes foram

¹⁵⁶⁸ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁵⁶⁹ Segue-se uma letra riscada.

¹⁵⁷⁰ Segue-se uma letra riscada.

Martim Rodriguiz prior da dita igreja e Bras Afonso clérigo de missa e Gomez Eannes clérigo d'epistolla e o dicto Gomez da Serra e Vasco Gomçalvez todos escudeiros moradores na dita villa e outros. E logo pello dito lecemceado Pero Lourenço Homem juiz executor foy mandado ao dicto Nuno Fernandez Tynoco como a (*sic*) procurador das dictas Hordeens que elle apresentase quaesquer escripturas e privilegios que tivese pera fazer certo e provar as comdições e emformaçam da dita bulla. O quall Nuno Fernandez em comprimento de seu mandado lhe mostrou logo hy hũa carta escripta em purgaminho synada do sinall do dicto senhor Rey e seellada com seu synete e mais lhe mostrou hũa letra da instituçam e privilegios das dictas Ordeens com outros privilegios dellas que ao dicto caso faziam. Os quaes por sua prolixidade nom sam aquy postos. Cujo tehor da letra d'el Rei de verbo e verbo he este que se adiante segue:

Nos el Rey fazemos saber a quantos este noso alvara virem que o ifante Dom Fernando meu muyto prezado e amado irmão nos enviou dizer que lhe era vimda a revogaçam da bulla que o Papa Pio nos outorgou da maneira em que aviam de servir os cavalleiros das Ordeens segumdo por requerimento seu ao Samto Padre supricamos. E que por ser mais notorio a todos nos enviou dizer ser ella empetrada por noso prazer e requerimento lhe desemos nosso (fl. 345v) alvara ou carta de certidam diso. E porque o asy dito per elle he verdade e por serviços¹⁵⁷¹ que delle e dos dictos cavalleiros recebido avemos nos prouve e praz da dita revogaçam e sopricaçam como dicto he lhe demos este noso alvara asinado per nos e aseellado do noso sinete pera em tempo algum esta cousa nom viir em duvida porque por os serviços do dicto meu irmão e dos cavalleiros que a nos em nosos reinos feitos tem nos prouve e praz a dicta mercee lhe fazer. Feito em Beja a XIII dias d'Abrill. Joham de Gorizo o fez. Anno do Senhor Jhesus Christo de mill e III^c e sesenta e sete.

Apresentado asy o dicto alvara per o dicto Nuno Fernandez Tinoco procurador como dicto he o dicto Lourenço Homem juiz executor mandou a mim dicto notairo que eu comtinoase todo o feito e os autos todos que eram pasados e lhos levase pera os elle ver e fazer o que achase que era dereito.

E depois desto no dicto dia, mes e Era sendo o dicto Pero Lourenço Homem juiz executor mandou a mym dicto notairo que tudo continuase. Elle dicto asemtado em seu lugar ouvindo este feito dentro na igreja de Sam Giam e sendo outrosy o dicto senhor ifante e os cavalleiros e comemdadores das dictas Ordeens todos dentro na dicta igreja o dicto Nuno Fernandez Tinoco procurador das dictas Hordeens lhe requereo que elle deccrase a dicta revogaçam e dese os mandados apostollicos a execuçam segumdo lhe era cometido e mandado pois o dicto negocio acceptara. E o dicto juiz apostollico vendo o requerimento que o dicto Nuno Fernandez lhe fazia querendo dar os mandados apostollicos a execuçam *pro tribunali sedendo* (fl. 346) *et solum deum pre oculis habendo* pronunciou hũa semtença que tal he em estes escriptos.

Vista per mym esta letra apostolica a mim apresentada per o dito senhor infante e cavalleiros em nome seu e das Hordeens de que he regedor e tambem da Ordem d'Avis com alvara d'el Rey meu senhor da pobricaçam e vista a forma della com o asinado d'el Rey

¹⁵⁷¹ Palavra corrigida.

per o quall se mostra ella ser impetrada per sua contemplaçam e comsentimento e por elle dar expresso comsentimento a ser revogada a letra do Papa Pyo de boa memoria pella quall mandava servir os Mestres e cavaleiros das Hordeens das Cavalarias de Christus e de Samtiago e d'Avis destes reinos de Purtugall e do Algarve em a cidade de Cepta e em a villa d'Alcacere d'Africa aas suas propias despesas e fabricar hy comventos sob certo modo e forma em a dita letra comtehudo cujo efeito em esta bulla se comtem. A quall letra nunca foy dada a execuçam e vistas as rezões allegadas per o dicto senhor infante e cavaleiros em a dicta bulla comtehudas per as quaes se deve a dicta letra revogar as quaes sam manifeestas, legitimas e verdadeiras e como dellas e das comdições da dicta letra me consta per *Rey evidentiam et precipue* do comsentimento expresso d'el Rei que deu e soplycou pera se empetrar a dicta revocatoria e se revogar a dicta letra do Papa Pio da boa memoria como dicto he *cuius solvis intererat se oponere* a embargar a revogaçam da dicta¹⁵⁷² letra (fl. 346v) porque a elle soamente pertence per sua gemte e defesa manter e defemder a dicta cidade de Cepta a dicta villa d'Alcacer em Affrica por seu ser ho titulo e seu o proveito de se gançarem e defemderem e seu sera o dano se se perderem o que Deus nam queira. E visto como estas Ordeens das cavalarias destes reinos foram instituidas pera defemderem quamto em elles fose os dictos reinos da invasam e opresam e nam pera invaderem¹⁵⁷³ nem conquistarem a terra d'Africa pera a quall por serem poucos e a multidam dos mouros muyta nom abastariam quamto mais por serem muito alomgados della e o mar ser em meo delles deverem insistir na observancia sua regullar e em aproveitar os beens da Ordem. Os quaes se perderiam fazendo se o comtrairo e soamente insistirem naquella guerra que per seus Mestres lhe for mandado. Porem *omnibus debite consideratis domni pre oculis habendo ad hoc peritorum consilio auctoritate apostolica mihi in hac parte comissa* revogo casso irritado e anulo a dicta letra do dicto Samto Padre Pio per a quall os obrigava a servir em Cepta e Alcacer como dicto he. E revogada cassa irrita e nenhũa a pronuncio e restituo os dictos Mestres e regedores e cavaleiros das dictas Ordeens a pristina e amtigua liberdade que segumdo a instituiçam das dictas Ordeens e privilegios dellas tiveram e acustumaram ter ate dada da dita letra ora revogada e inybo e defendo em virtude d'obediencia e sob pena d'escomunhão a quaesquer fiees christãos que della mais nom usem nem alleguem em juizo nem em fora delle e aos (fl. 347) executores que per vigor della nom procedam contra os Mestres e cavalleiros das dictas Ordeens e fazemdo o comtrairo se arcebispos ou bispos forem *quibus defferendum est* passados seis dias que lhes dou por todas tres canonicas amoestações intredito *eis ingressum ecclesie et post alios sex dies* fazemdo ho comtrairo o sospemdo *ad minis et post alios sex dies* se elles ou quaesquer outros fiees christãos contra esto vierem ou ho comtrairo destes meus mandados e mais verdadeiramente apostolicas fezerem ponho em elles e em quaesquer delles que o comtrairo fezerem sentença d'escomunhão *in hiis scriptis* e reservo pera mim a asoluçam e poder de proceder a mayores penas e a emxeçuçam destes mandados contra rebelles e inobedientes quamdo comprir e quanto eu com direito poder e mando a este notairo apostolico que com o trelhado da dicta letra e dos asynados d'el Rey e desta minha sentença e declaraçam de senhos ou mais estormentos os que lhes comprirem a cada hũa das dictas Ordeens. Os quaes tenham em seus cartorios.

¹⁵⁷² Segue-se uma letra riscada.

¹⁵⁷³ Segue-se "e" riscado.

Da qual semtença o dicto Nuno Ferrnandez pedio asy em nome do dicto senhor ifamte e dos cavaleiros e comendadores das dictas Ordeens huum e muytos estormentos os que lhe conpri-sem por guarda e comservaçam do dicto senhor e de seu direito e dos cavaleiros e comendadores das dictas Ordeens. Testemunhas que <a elo> presentes foram Rui Gago cavaleiro da casa do dicto senhor ifamte e o doutor Diogo da Fomseca do seu desembargo e Pero Louremço cavaleiro e Gomez da Serra escudeiro (fl. 347v) moradores em Setuvell e Diogo Afomso escrip-vam da fazemda e Alvaro Diaz escripvam da camara do dito senhor e Duarte Furtado e Vasco Ferrnandez Coutinho e Gonçallo Vaazquez de Castello Branco fidalgos da casa do dicto senhor e Rui Godinho seu escudeiro e outros. Foy dada esta semtemça aos XX dias do mes de Mayo de mill e III^c e sesemta e sete annos demtro na igreja de Sam Giam de Setuvell.

E eu Pero Gomez clerigo de missa no bispado de Coinbra e notairo pubrico per autoridade apostolica em estes reinos de Purtugall e do Algarve e seus senhorios que a apresentaçam da dita bulla e notificaçam della em as dictas igrejas e ao dar da semtemça e a todollos outros autos e cousas quando se fezeram e diseram com as dictas testemunhas rogado e requerido presente fuy e este estormento de mandado do dicto executor e com seu sello pemdente pera a dicta Ordem d'Avis de minha propria mão escrepvi e de meu synall e nome usados asyney em fee e testemunho de verdade das dictas cousas e cada hũa dellas.

(fl. 348)

295

1516, Setembro, 24 – Setúbal

Inserere: 1515, Junho, 15 – Lisboa; [1515], Julho, 8 – Lisboa; [1515], Agosto, 8 – Lisboa; [1515], Agosto, 8 – Lisboa; [1515], Agosto, 9 – Lisboa; 1516, Setembro, 26 – Setúbal; 1516, Setembro, 9 – Lisboa; 1516, Setembro, 9 – Lisboa

Saibam quantos este estormento dado per mandado e autoridade de justiça com o trellado de certos alvaraees d'el Rey nosso senhor virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quynhemtos e dezeseis annos aos XXIII^o dias do mes de Setembro em a villa de Setuvell nas pousadas homde pouosa o doctor Francisco Tavares cavaleiro da Hordem d'Aviis do desembargo do Mestre nosso senhor e ouviidor de sua casa estamdo hy o dicto ouvidor perante elle pareceo Pedr'Alvarez cavaleiro da Hordem de Santiago escripvão da fazemda do dicto senhor e apresentou ao dicto ouvidor cimqo alvaraes do dicto senhor Rey per Sua Alteza asynados escriptos em papel e pedio ao dito ouvidor em nome da dicta Hordem que os mandase treladar em puprica forma no lyvro do tombo da dicta Hordem. E visto pello dito ouvidor seu dizer e pediir e como os dictos alvaraees erão lympos e sem risqado, nem vicyo nehuum mandou a mim tabeliam ao diamte nomeado que trelladase os dictos alvaraees em puprica forma no lyvro do tombo da dicta Hordem. Testemunhas que no presente estavam o licenciado Pero Lopez cavaleiro da dicta Hordem fisiqo do dicto senhor e Pero Fernandez cape-lão do comde de Farão. Dos quaaes dictos alvaraees o trellado de verbo a verbo huum apos o outro são os seguintes:

(fl. 348v) Alvara d'el Rey que se premdam per recado do Mestre quaesquer freires dos abitios.

Nos el Rey fazemos saber a todollos nossos corregedores, juizes e justiçaes destes rei-nos a que este nosso alvara for mostrado e o conhecimento dele pertemcer que o Mestre

de Santiago e d'Aviis meu muito amado e prezado sobrinho nos enviou dizer que alguns freires dos comventos das dictas Ordeens e profesos nellas amdavão por estes reinos fugitivos sem licença dos dom priores dos dictos comventos e sua e por ello erão regulares e nos pidio que por quanto os queria mandar prender e recolher aos dictos comventos pera hy averem seu castigo lhe mandasemos daar provisão pera nosas justiças os prenderem e lhos entregarem. E visto per nos seu justo requerimento per este vos mandamos a todos em geeral e a cada huum em especial que vemdo reqado do dicto Mestre premdaees quaeesquer freires dos dictos comventos que de sua parte vos for requerido e sendo pressos os entregarees a quem vos o dito Mestre mandar pera serem levados aos dictos comventos e hy serem castigados segumdo o requerem os estatutos e constytuyçõeess das dictas Hordeens e compryo asy. Feito em Lixbooa a XV dias de Junho. Damyão Diaz o fez de 1515.

(fl. 349) Outro alvara d'el Rey que o Mestre posa mandar sair dos lugares mancebas de clerigos do abito.

¹⁵⁷⁴Nos el Rey fazemos saber a quantos este noso alvara virem que a nos praz que o Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coimbra meu muito amado e prezado sobrinho posa mandar sayr das terras dos dictos Mestrados quaeesquer molheres que forem enfamadas por mancebas de pryores e freires das dictas Hordeens as quaees não poderão tornar as dictas terras sem nosa lycença a qual fara memção de como as mandamos tornar sem embargo de pella dicta causa serem lamçadas da dicta terra e não fazemdo a tal memção lhe não vallera qualquer provisão que levarem notefiqamo lo asy e mandamos que asy se cumpra e guarde. Feito em Lixboa a oyto dias de Julho. Damião Diaz o fez de 151 (*sic*).

Segue se outro alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre posa tirar as devassas pera os juizes e ofeciaes em Setuval.

Nos el Rey fazemos saber a vos doctor Francisco Tavares ouvidor da casa do Mestre meu muito amado e prezado sobrinho que comsyramdo nos alguns ymcomvinyentes de que somos certefiqado pellos quaees parece¹⁵⁷⁵ muitas vezes justiça por razão dos parentesqos e amizades que haa amtre os juizes e oficiaees que soeem de ser na villa de Setuvel quamdo quer que vem e hemtrão novamemte nos dictos officios que hãao de tirar imquiriçõeess sobre os pa-(fl. 349v)sados e muitas vezes se acomtece pellas dictas causas serem sospeitos e o não fazem assy como compre a serviço de Deus e nosso. Nos praz que daqy em diamte vos e o ouvidor que pello tempo for da casa do dito meu sobrinho tirees sempre as dictas imquiriçõeess que se cada huum anno per bem de nosso regimento e hordenação hãao de tirar sobre os oficiaees pasados e não comsentiees que os juizes da dita villa as tirem por quanto por razão do que dicto hee os avemos disso por escusados e queremos e mandamos que vos as tirees. E sendo tiradas fazey acerqa diso o que achardes que hee dirreito e justiça segumdo forma de nosas hordenaçõeess e comprio asy. Feito em Lixbooa a VIIIº dias d'Agosto. Damião Diaz o fez de 151 (*sic*).

¹⁵⁷⁴ Na margem direita, de outra mão: "Alvara de el Rey pera que o Mestre possa mandar sahir dos lugares e terras do Mestrado as mancebas dos priores e freires". Seguem-se palavras riscadas.

¹⁵⁷⁵ Segue-se "p" riscado.

Segue se outro alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre posa conhecer das causas da câmara.

Nos el Rey fazemos saber a vos doctor Francisco Tavares ouvidor da casa do Mestre meu muito amado e preçado sobrinho que a nos praz que vos e os ouvidores do dito meu sobrinho que depois vos forem posaes conhecer das cousas que os juizes e officiaees da vila de Setuvel fizerem em camara asy e pello modo e maneira que o podees fazer per nosso regimento sem embargo de quaeesquer nosas provisõees e alvaraees que a dita camara (fl. 350) tenhamos dadas por quanto queremos e nos praz que fique em desposição de dirreito e nosas hordenaçõees e regimento do reino. E pera este casso avemos por nehuns quaeesquer alvarais que os officiaees da dita camara tiverem porque sem embargo delles nos praz que entemdaees nas cousas da dita camara da maneira que dicto hee. E por este mamdamos aos juizes e officiaees da dita villa que acerqa diso cumprão vosas sentenças e mandados por quanto asy o avemos por bem e noso serviço. Feito em Lixbooa a VIII^o dias d'Agosto. Damião Diaz o fez de 151 (*sic*).

Segue se outro alvara d'el Rey que o ouvidor do Mestre onde quer que Sua Senhoria stever tire devassas sobre os arroidos de noute.

Nos el Rey fazemos saber a vos doctor Francisco Tavares ouvidor da casa do Mestre meu muito amado e prezado sobrinho que a nos praz que vos posaes quando quer que na villa de Setuvel ou em outra qualquer homde o dicto meu sobrinho estiver dos Mestrados e suas terras tirar devasa particullar sobre arroidos que se acomterem de noyte depois das Ave Marias saymdo dos taees arroidos algum¹⁵⁷⁶ ferido¹⁵⁷⁷ pera se saber se o dicto arroido se causou em reixa nova ou de preposito. E temdo a dicta devasa tirada procederees contra os culpados tanto como per dirreito se deveer de fazer segundo forma de nosas hordenaçõis sobre tal casso feitas notefiqamos vo lo asy e vos manda-(fl. 350v)mos que asy o cumpraees e tiray as dictas devassas quando os taees arroidos acomterem por quanto nos praz que o posaes fazer sem embargo de nosa hordenação ser em comtraio. Feito em Lixbooa a IX dias d'Agosto. Damião Diaz o fez de 151 (*sic*). E este nos praz que valha como carta sem embargo de nossa hordenação e de não ser pasado pella chancelaria.

E depois desto aos XXVI dias do dito mes e Era em a dicta villa peramte o dito ouvidor em suas pousadas pareceeo o bacharel Pero Machado e apresentou peramte o dito ouvidor hũa carta do dito senhor Rey escripta em purgaminho per Sua Alteza asynada e pasada pella sua chamcelaria e asellada do seu sello pemdemte. E asy huum alvara do dito senhor escripto em papel tambem per Sua Alteza asynado e pedio ao dito ouvidor em nome da dicta Hordem que os mandase treladar em puprica forma no lyvro do tombo da dicta Hordem. E visto pello pelo (*sic*) dicto ouvidor mamdou a mim tabeliam que os treladase em puprica forma no dito lyvro visto como erão lympos e sem amtrelinha, nem vicio algum. Testemunhas que estão presentes Afonso Annes barbeiro morador nesta vila e Joham de Ribeira porteiro damte o dito ouvidor dos quaees o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

¹⁵⁷⁶ Esta palavra tem um "s" riscado no final.

¹⁵⁷⁷ Esta palavra tem um "s" riscado no final.

Segue se hũa carta d'el Rey que per recado do Mestre se enbarguem as fazendas das pessoas do abito.

Dom Manuel per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves d'Aaquem e d'Aalem maar em Afriqa, senhor de Guynnee e da Comquista Navegação e Comercio da Etiopia, Arabia, Persia (fl. 351) e da Ymdia a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que o Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coimbra meu muito amado e prezado sobrinho nos enviou dizer que algũas vezes lhe compria mandar fazer embargo nas fazemdas d'alguns comendadores, cavaleiros, pryores e freires do Mestrado de Samtiago asy em suas vidas como per seus falecimentos por não terem comprido algũas cousas das vesitaçõeess do que lhes foy mandado em suas comendas e por outras obrigaçõeess que tem da Hordem e por viverem fora dos lugares de sua jurdição tinha necessidade de nosa provisão pera que a seu certo reqado se fizese embargo em suas fazemdas atee se determinar per dirreito a quem sãao ou forem obrigados pedimdo nos que lha quisesemos comceder. E visto per nos seu justo requerimento per esta mandamos a todollos nosos corregedores, juizes e justiças destes reynos que fação embargar e embargem a certo reqado do dito Mestre meu sobrinho qualquer fazenda movel e de raiz de qualquer dos dictos comendadores, cavaleiros, priores e freires do dito Mestrado em sua vida ou per seu falecimento. E semdo o dicto embargo feito não lhe sera levamtado atee verdes outro reqado do dicto Mestre meu sobrinho em contrairo e os vivos ou herdeiros dos defuntos poderão hyr requerer lhe sua justiça a qual lhe elle mandara fazer ymteiramente e cumprio asy. Dada em Lixbooa a IX dias de Setembro. Damiam Diaz a fez ano de mil V^o XVI.

(fl. 351v) Segue se outro alvara d'el Rey sobre o dinheiro das terças.

Nos el Rey fazemos saber a vos Nuno Martinz da Silveira do nosso conselho e veador moor das obras, terças e residos de nossos reinos que a nos praz por alguns respeitos que o dinheiro das terças das vilas e lugares do Mestre de Samtiago meu muito amado e prezado sobrinho asy dos Mestrados como das outras terras que de nos tem per suas doaçõeess se despemdão e gastem no corregimento e repario dos muros e fortalezas delas sem se dellas levarem, nem despemderem em outros lugares que seus não sejam. E esto nos praz que se cumpra emquamto for nosa mercee. Porem vo lo notefiqamos asy e aos comtadores das ditas terças a cada hum em sua comarqa e lhe mamdamos que daquy a diante não mamdem tirar, nem tirem nehuum dinheiro das terças das ditas terras dos Mestrados e terras do dito Mestre meu sobrinho pera nehũa outra parte antes lho deixem gastar e despemder nos dictos seus senhorios e fortalezas sem nisso lhe poerem pejo algum porque asy nos praz posto que as dictas terças nos pertemção. Feito em Lixboa a IX dias de Setembro. Damião Diaz o fez de 1516. E este pase pela chancelaria da camara. Poerem vos tomarees comta aos officiaees se despemdem bem os dictos dinheiros pera que se o não fizerem como devem o pagarem per suas fazemdas.

E eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam em a dicta vila pello dito senhor Mestre de Samtiago e d'Aviis duqe de Coymbra e etc. nosso senhor que estes (fl. 352) alvaraes atras neste lyvro do tombo treladey per mamdado e autoridade do dito ouvidor como dicto he. Os quaees comtercy com os propios e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tal hee. Os¹⁵⁷⁸ quais dic-

¹⁵⁷⁸ Palavra rasurada no início.

tos alvaraaees, *convém a saber*, o alvara sobre as mancebas dos priores e o alvara sobre que o ouvidor tire as inquirições em cada hum anno sobre os officiaees o alvara sobre que os ouvidores conheção das cousas da camara e este <do> dinheirro das terças erão todos pasados pella chamcelaria da camara.

(*Sinal notarial*)

Foram concertados estes alvaraes d'el Rey nosso senhor commygo Vasco Martinz tabeliam em esta vylla de Setuvall e por verdade asyney aquy de meu synall rasso que tall he.

[*Assinatura:*] VASCO MARTINZ DE PAVYA.

(fl. 352v)

296

1517, Abril, 23 – Setúbal

Insere: 1517, Fevereiro, 16 – Lisboa

[...] d'el Rei que os cavaleiros da Ordem de Santiago nom usem de cartas tuitivas contra as sentenças do Mestre da Ordem.

Saibam qumtos este estromento dado per mamdado e autoridade de justiça com o trelado de huum alvara d'el Rey nosso senhor virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e V^c XVII annos aos XXIII dias do mes de Abril em a villa de Setuvel nas pousadas homde pouosa o doctor Francisco Tavares cavaleiro da Hordem d'Aviis do desembargo do Mestre nosso senhor e ouvidor de sua cassa estamdo hy o dito ouvidor peramte ele pareceo o bacharel Fernam Gil de Caiolla do desembargo do dicto senhor e procurador das Hordens de Samtiago e d'Aviis e apresetou ao dito ouvidor huum alvara do dito senhor Rey per Sua Alteza asynado escripto em papel e pasado pella chamcelaria de sua camara e pidio ao dito ouvidor em nome da dicta Hordem que mandase per mim tabeliam treladar o dito alvara em prupica forma no Lyvro dos Copos da dicta Hordem. E visto pello dicto ouvidor mandou a mim tabeliam que treladasse o dicto alvara neste lyvro em que são totalas cousas aa dicta Hordem pertemcentes do quall o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

Nos el Rey fazemos saber a qumtos este nosso alvara virem e o conhecimento delle pertemcer que o Mestre de Samtiago meu muito amado e prezado sobrinho nos envyuo dizer que huum Joham Gomez cavaleiro morador em Alcochete fora a elle a lhe daar hũa querela de Rodrigo de Vascomcelos cavaleiro do abyto de Samtiago por certas injurias que lhe fizera e asy se queixara delle huum Pero de Meira juiz hordenairo na dicta villa que o enjuriara (fl. 352 A) sobre seu officio nos quaes casos se procedeo e deu sentença na causa do dicto Joham Gomez e o dicto Rodrigo de Vascomcelos apelou pera Roma. A quall apelação lhe não recebeo por não ser casso d'apelação e mais o dicto Mestrado tem privilegio¹⁵⁷⁹ que se não receba apelação y nessa pose esta de tempo immemorial e que querendo ora mandar fazer enxequção pella dicta sentença o dito Rodrigo de Vascomcelos apresetou hũa carta tentiva pasada pellos nossos desembaradores do paço com a qual se empede a dicta enxequção pedimdo nos que sobre ello lhe desemos provisão pera se não guardar a dicta carta tuytiva por ser pasada muyto

¹⁵⁷⁹ Palavra repetida na margem direita, por outra mão.

em prejuizo da jurdição do dito Mestrado e do que esta em posse. E visto per nos seu justo requerimento avemos por bem e mandamos que se não guarde a dicta carta tentiva. Notefica mo lo asy a todollos nossos corregedores, juizes e justiças e lhe mamdamos que semdo lhe a dicta carta apreSENTada a não cumpram, nem guardem, porque asy avemos por bem e nosso serviço. Feito em Lixboa a XVI dias de Fevereiro. Damiam Diaz o fez de 1517. E este pase pella chamcelaria da camara.

E eu Gaspar Fernandez puprico tabalião na dicta villa de Setuvel pello dito senhor Mestre de Samtiago e d'Aviis duque de Coimbra e etc. nosso senhor que este alvara treladey e concerTEY com o dito bacharel e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tal he.

(*Sinal notarial*)

Concertado comigo dito bacharel.

[*Assinatura.*] FERNANDUS.

(fl. 352v A)

297

1517, Junho, 27

Insere: 1517, Maio, 7 – Lisboa

Como de todo o aver cativo que sahir pela foz se deve a dizima a Ordem.

Dom Manuel per graça de Deus rey de Purtugal e dos Algarves d'Aaquem e d'Aalem maar em Afriqua senhor de Guynnee e da Comquista, Navegação, Comercio da Hetiopia, Arabia, Persia e da Ymdia a vos juizes e vereadores e procurador do comcelho da villa de Setuvel e a todollos outros juizes e justiças, officiaes e pessoas de nossos reinos a que o conhecimento desto per qualquer guisa que seja pertemceer e esta nosa carta for mostrada saude. Sabede que peramte nos e os nossos desembargadores dos foraees foy apreSENTada hũa carta testemunhavel que parecia ser feita e asynada per Gomez da Serra escrivvão da camara em a dicta villa aos XVII dias do mes de Novembro do anno pasado de mil e V^oXVI em a quall amtre as outras cousas se comtinha que peramte vos parecera o bacharel Fernão Gil de Caiolla do desembargo do Mestre de Samtiago e d'Aviis meu muito prezado e amado sobrinho e procurador das Hordeens de Samtiago e d'Aviis e vos apreSENTara huum requerimento dizemdo em elle que era verdade que asy por composição feita amtre os reis que forão destes reinos e a dicta Hordem de Samtiago como pelo foral que ora nos enviaramos aa dicta villa estava determinado que de todo aver cativo que saise pella foz se avia de pagar a dizima aa dicta Hordem como no capitollo do aver cativo se comtinha e bem asy do aver do pesso que saisse pella dicta foz se avia de pagar portajem como mais largamente nos dictos capitollos se comtinha e sem embargo de asy ser detreminado e a dicta Hordem estar em posse (fl. 353) em posse (*sic*) de tempo ymemorial de sempre aveer e levar os ditos dirreitos vos dizieeis ora que qualquer merqador que fose e levase merqadarias que tirando elle pella foz outras tamtas como levava que esas que asy levasse fosem d'aver cativo quer d'aver de pesso que não avia de pagar aa dicta Hordem seu dirreito da saida da foz e que não avieeis de comsemtiir que os ditos merqadores pagassem taees dirreitos e ysto por huum capitollo do dito foral que falava na saida da foz huum pouço escuso e porque o que vos dizieeis era eixpresamente comtra a dicta composição e comtra o foral bem entem-

dido e comtra o custume em que a dicta Hordem sempre estivera de levar os ditos dirreitos sem nenhũa demenução semdo asy julgado por muitas sentenças. E portamto vos requeira que vos tal emnovaçam não fizeseeis porque ysso serya esbulhardes a dicta Hordem e quebrar lhe seus privilegeos e seus ussos e foros antigos em que sempre a dita Hordem estivera e de como vos dizieeis que nom avieeis de comsemtiir que os ditos merquadores pagasem os ditos dirreitos e que queremdo os levar o remdeiro do dicto Mestre ou levamdo os que o avieeis de comdanar nas pennas do foral. De todo pedia a dicta carta testemunhavel e etc. seguundo todo esto e outras cousas mais compridamente erão comteudas em seu requerimento ao quall vos respomdestes dizemdo que não tinha razão de se agravar porque vos não mandaveis outra (fl. 353v) cousa soamente que se comprisse o foral que nos tinhamos dado aa dita villa como se nelle comtinha. E que quamdo algũa pessoa se agravasse ou se semtisse agravada vos dariieeis reposta do que mandaveeis porque vos não avieeis de eixceder o modo de que nos mandavamos no dicto foral. E portamto não dizieeis mais senão que lhe daveeis em reposta os capitollos do dicto foral que falavom na saida da foz e d'aver o pesso e do alcaldamento que falava que os merquadores que trouxesem mercadarias de fora parte de nossos reinos que nos pagasem dizima que podessem levar de nossos reinos outras tamtas merquadarias quamtas valesem as que metesem sem pagarem nenhuuns dirreitos. E asy se obrigarião e darião fymça de meterem outra tamta merquadaria que a podessem levar sem pagar nenhuum dirreito. E esto era o que daveeis em reposta e etc. seguundo todo esto e outras muitas cousas mais compridamente erão comteudas em vosa reposta e com todo o dito sopricante pedio a dicta carta testemunhavel a quall lhe foy dada com o trelado dos ditos capitollos e elle a enviou peramte nos apresenter emviando nos pidiir por mercee que a ello lhe ouvesemos algum remedio com dirreito por quamto era per vos muito agravado no que dicto hee e etc. em a quall carta testemunhavel nos mandamos treladar os capitollos do foral novo de que no dito requerimento fazia menção ao qual foy satisfeito. E visto (fl. 354) per nos o capitollo do foral novo se fezera pella composiçam pella qual se declarara que as dizimas das cousas d'aveer cativo pertemce em solido ao Mestrado e asy se deve¹⁵⁸⁰ entemder. E deparamos paguem como sempre pagaram porque aalem da dicta composiçam particullar tambem se guarda o tal custume na portagem da cidade de Lixboa homde se não daa sacada das cousas que pagaram dizima n'alfamdega e etc. E estamdo o feito em estes termos o dito Mestre nos enviou dizer per sua petição quer no foral novo que enviaramos aa dicta villa hia huum capitollo que falava da sardinha de fumo em o quall capitollo se comtinha que os bregos da dicta sardinha de fumo requeiram os officiais seus ante tres dias que a tirassem do fumeiro que fosem receber sua dizima e pasados os ditos tres dias se os ditos officiais ou remdeiros não fosem que hemtão lhe leixassem a dizima da dicta sardinha no fumeiro no qual capitollo não hia pena asy aos que o nom fizessem a saber como aos que a tirassem amte dos tres dias no que a Hordem recebia muito perjuizo. E asy se continha no dito foral que os juizes hordenairos tenham jurdição sobre aquelles que levassem mais do comteudo no dito foral. E por a dicta crausolla que os juizes não querião bem entemder não soamente elles mas os vereadores queriam tomar conhecimento de toda a jurdição do almorxarife que era fazer pagar o comteudo no foral e julgar os descaminhado (*sic*) e etc. seguundo todo esto e outras (fl. 354v) cousas mais compridamente erão comteudas em a dicta petição. A qual foy jumta aos autos. E visto todo per nos vista a calidade deste

¹⁵⁸⁰ Segue-se riscado: "de".

dirreito que hee como novidade que hee trebutaria a quall se nam tira dos agios sem primeiro se manifestar sob pena de se perder. Decraramos o dito capitollo que se tyra-rem a sardinha semdo manifestada amtes dos tres dias ou se a tirarem sem a manifesta-ção que se deve perder pera o senhorio aquella soamente que tyraem em cada hũa das ditas maneiras e mais não. E quanto ao juizo e entemimento das palavras do dito foral em que vos quereeis entemder decraramos o conhecimento das taees cousas não pertencer salvo aos almoxarifes e juizes dos dirreitos reaees com apelação e agravo nos casos e pera ahomde devem e vos juizes da terra não temdes jurdição nem vos hee comcedida pello dito foral salvo quando os remdeiros ou oficiais dos ditos dirreitos que-brantarem o dito foral hymdo comtra cada huum capitollo delle. E porem vos mandamos que asy o cumpraise guardeeis e façaeis comprir e guardar como per nos hee detremi-nado. E all não façades. Dada em a nosa cidade de Lixboa aos VII dias do mes de Maio el Rey o mandou pello licenciado Ruy da Graam do seu comselho e desembargo e desembargador dos agravos e seu desembargador do paço e petiçõeos e juiz dos fei-tos dos foraees. Pero da Mata a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e V^c e dezesete annos.

A quall sentença eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam nesta (fl. 355) villa de Setuvel pello ylustre e eixcelemte senhor Mestre de Samtiago e d'Aviis duque de Coimbra e etc. noso senhor treladey em este lyvro do tombo a requerimento do bacharel Fernam Gil de Caiolla procurador das Hordes d'Aviis e de Samtiago e per mandado e autoridade do doctor Francisco Tavares cavaleiro da Hordem d'Aviis do desembargo do dito senhor e ouvidor de sua casa a qual concertey com a propia e a dicta propia sentença era escripta em purgaminho e asynada pello dito licenciado Ruy da Graa e aselada com o sello pemdemte do dito senhor Rey e pasada pella sua chamcelaria e era lympa e sem viccio, nem risqado alguum, nem cousa que tenha duvida e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tall hee. E risquey homde diz “dee” por verdade. A qual dicta sentença treladey aos XXVII de Junho de mil¹⁵⁸¹ V^cXVII annos.

(*Sinal notarial*)

Concertado comigo Gomez Ayres tabeliam.

[*Assinatura:*] GOMEZ AYRES.

1517, Agosto, 3

Inserre: 1510, Outubro, 19 – Setúbal; 1511, Março, 21 – Alcácer do Sal; 1511, Março, 26; 1517, Julho, 6 – Alcácer do Sal; 1517, Junho, 30 – Setúbal; 1517, Julho, 7

Trellado da sentença d'Abul.

Dom Jorje filho d'el rey Dom Joham meu senhor que Deus aja per graça de Deus Mestre de Samtiago e d'Aviis duque de Coimbra senhor de Momte-(fl. 355v)moor e Torres Novas e das beatrias e etc. a vos juizes da nosa villa d'Alcacere do Sall e a todollos outros juizes e justiças a que esta nosa carta de sentença for mostrada saude. Sabede que peramte nos em nosa casa se tratou huum feito civel amtre partes, *convém a saber*,

¹⁵⁸¹ No documento “1” com um traço horizontal por cima.

como autor dhũa parte o procurador da Hordem de Samtiago e da outra como reos Symão de Miramda e Nuno Fernandez fidalgos moradores em a villa de Setuvel em o qual feito foy tamto tratado que por parte da Hordem foy oferecido hum lybello comtra os ditos reos y dizemdo que era verdade que estamdo¹⁵⁸² per vesitação em esa villa Francisco Porto Carreiro e Luis Periz priol o ano de mil IIII^oLXXXIX fora por elles dada d'aforamento em fatiosim pera sempre a Vasqo Queimado que em a villa de Setuvel ao tal tempo morava a terra do Vale d'Aceiçolla d'aaquem e d'aalem asy como vay atee a Estorninheira e como vay partimdo com Duarte de Figueiredo e com Cubiça e com Val de Casqo de hum cabo e do outro atee o maar e com outras comfromtações com que de dirreito deve de partir. O qual aforamento foy feito aos VIII^o dias do mes de Julho do dicto anno com tall comdição que o dicto Vasqo Qeimado da feitura a oyto annos primeiros seguimtes acabasse de fazer e arroçar a dicta terra o que em ella ouvese pera daar pão e pera marinhas se as fazer quisesse e asy per outros fruitos e legumes. E que o dito Vasqo Qeimado tomou e aceytou o dito aforamento sob a dicta comdição per asy e pera todos seus sobcesores prometendo de comprir e manter a dicta comdiçam s'obrigação de todos seus beens (fl. 356) que pera ello obrigou. E per vertude do dito aforamento o dicto Vasqo Queimado ouve a posse da dicta terra e a teve e pesuyo per muitos annos sem nela fazer nenhũa bemfeitoria das comteudas no dito aforamento antes a leixou estar em maninho como amte era trazemdo nela gaados e que per falecimento do dito Vasqo Queimado os ditos reos per via de eramça ou nomeação fiqaram em pose da dicta terra e a tiveram depois e a pesuyram por emdiviso sem nella fazer nenhũa bemfeitoria como o dito seu amtecesor semdo obrigados de a fazer por razam do dito contrauto d'aforamento soamente se serviam e usaram della em pacigo de gados seguundo que todo esto e outras muitas cousas melhor e mais compridamente em seu lybello eram comteudas pedimdo nos o dito procurador em nome da Hordem que per nosa sentença prenunciassemos e decrarassemos a dicta terra cahyr em comiso por a dicta comdição não ser comprida per o dito Vasqo Queimado nem per os reos seus herdeiros e lhe mandassemos que abrisem mão della e aa leixassem lyvremente aa Mesa Mestrall da dicta Hordem que della hee dirreito senhorio e os comdanassemos nas custas. O quall lybello lhe foy per nos recebido e o comtestamos pella causola jerall e mandamos aos reos que se tevesem contrariadade viesem com ella. Com a qual vierão dizemdo que a terra comteuda no lybello do autor hee de tal (fl. 356v) calidade que não pode receber bemfeitoria algũa que melhor fose e mais proveito a Hordem viesse que ser pacigo de gados os quaees aalem do foro a Hordem recebia seu dizimo o quall era de tamta valia semdo bem estimado que eixcedia o dobro do proveito que se daria de dizimo se a terra em pão fose sameada. E por elles reos serem obrigados a trazer a dicta terra melhora e não peiorada seguundo custume dos aforamentos elles a não meterão a terras de pão porque asy a Hordem não averia aquele proveito que averia semdo pacigo como era e que semdo el Rey meu senhor e padre que Deus tem governador destes Mestrados fizera mercee da dicta terra a hum foão que per nome não perdese a quall o dito foão trabalhou de a lavrar e samear e meter em terras de pão e por asy ser a dicta terra de todo pomto esterlle elle a leixou e não curou della despemdendo muito de sua fazenda por a querer aproveitar pera terras de pão atee de todo pomto se lamçar em perdição seguundo mais compridamente em sua contrariadade he comteudo. E amtes de sobre ella pronunciarmos mandamos que os reos oferecessem a escriptura que tinham da dicta

¹⁵⁸² Segue-se riscado: "ora".

terra ao quall foy satisfeito a noso mandado em o quall aforamento se comtinha amtre outras cousas que vesitando o Mestrado de Samtiago Francisco Porto Carreiro e Luis Periz priol que foy da igreja de Samtiago de Cacem aforarem a dicta terra ao dito Vasqo Queimado no anno dia e mes e comdições comteudas no lybello do autor o quall a-(fl. 357)foramento parecia ser feito per Bras Alvarez que hemtão era escripvão da vesitação per mandado d'el Rey meu senhor e padre e bem asy se comtinha o dito aforamento ser comfymado pello dito senhor e per nos. A quall comtrariadade com o dito aforamento lhe foy per nos recebida e mandamos ao procurador da Hordem autor que se tevese replicaçam que viesse com ella com a quall veyo dizemdo que poderia ora aveer vimte cimqo ou trimta annos¹⁵⁸³ que na dicta terra da comtemda fora morador huum Joham Fernandez de Momtemoor a quall teve per aforamento que lhe della fora feito per el rey Dom Joham meu senhor e padre que Deus tem e esteve nella per muitos annos com sua molher e filhos o quall hy fizera muitas bemfeytorias, *convém a saber*, muitas terras de pão em que colhya muito trigo e cevada e cemteio de que pagava dous e tres moios em cada huum anno de dizimo aa dicta Hordem. E bem asy fizera huum grande pumar com muitas arvores de fruto que se hy davam muito bem e asy fizera marinhas e huum moinho e casas de morada. Das quaes bemfeytorias aynda ora parece gramde parte posto que muitas danifiqadas fosem e que aalem das dyctas bemfeytorias que na dicta terra se fizerão o dycto Joham Fernamdez trazia hy muito gado de que tambem pagava muito dizemo aa dicta Hordem e que temdo asy o dito Joham (fl. 357v) Fernamdez as dictas terras aproveitadas como dicto hee per muitos tempos elle veio a veubar e vendo se velho e veuvo se veio a comcertar com o dito Vasqo Queimado e lhe veio a fazer venda das dictas terras por doze mil reais secretamente sem outorga nem lycemça do senhorio fazemdo logo comcluyosamente renunciação dellas per bem do quall foy feito aforamento ao dito Vasqo Queimado. E que sendo el Rey meu senhor e padre enformado que o dito Vasqo Queimado metia gados na dicta terra depois que asy a teve o dito senhor mamdou a Pero Bayam que a ese tempo era conteiro que sendo lhe algum gado hy achado lhe mandase tomar o quimto delle por perdido e que na dicta terra ha hy muitas silhas de colmeias e por razão dos gados que hy amdão se destruem e que a dicta terra aalem daquella que estava aproveitada que os reos e seus amtesores leixaram danefiqar tem aynda muita terra em que se pode fazer muita bemfeytoria, vynhas, moinhos, pumares por hy aveer muita agoa em abastamça segumdo que todo esto e outras muitas cousas milhor e mais compridamente em a dicta replicação hee comteudo e que desto era puprica voz e fama. A quall replicação lhe foy per nos recebida e mandamos aos reos que se tevesem treplicação que viessem com ella com a quall não vierão protestamdo de virem com ella amtes das imquirições abertas e proviqadas per bem do quall mandamos que as partes fizesem certo dos artigos recebudos per (fl. 358) imquirição de testemunhas ao quall foy satisfeito a nosso mamdado por parte da Hordem autor as quaes foram acabadas e peramte nos apresemntadas demtro no termo que lhe per nos foy asynado e por os reos não satisfazerem os ouvemos por lamçados dela e lhe mandamos que se tevesem embargos aa imquirição da Hordem autor não ser aberta e pupricada que viessem com ellas e amtes de virem com seus embargos mandamos que os reos por mais abastamça viessem com quaesquer escripturas que tevesem acerqa desta causa. Os quaes reos ofereceram duas escripturas em as quaes fazia menção que Joham Fernamdez d'Abul e seus filhos vemderão

¹⁵⁸³ Segue-se riscado: "*pouqo mais ou menos*".

ao dito Vasco Queimado a terra d'Abul por preço de doze mil reais. E asy mandamos que os reos oferecesem o trelado do comtrauto de aforamento do dito Joham Fernandez ao qual foy satisfeito a noso mandado em a quall se continha amtre outras cousas que estando el Rey meu senhor e padre cellebrando <capitollo> em esa villa aforara ao dito Joham Fernandez a terra d'Abul em tres pesoas pagamdo de foro em cada huum anno hum par de galinhas e o dizimo a Deus segumdo mais compridamente na dicta carta hee comteudo e antes de neste caso darmos fynal despacho mandamos fazer certas delijemcias necesarias das quaes dilejemcias e imquiriçõeas mandamos que as partes ouvesem a vista do dito feito em o quall per hũa e (fl. 358v) outra parte foy tamto razoado que mandamos que o dito feito nos fose levado fynalmente conclusso ho quall visto per nos com os do nosso desembargo acordamos que visto este feito e o que per elle se mostra, *convém a saber*, o lybello e reparaçãõ <do procurador> da Hordem e asy a comtrariadade com a pprova a tudo dada e asy vistas as escripturas oferecidas pello reo com os eixasames que fizemos neste casso. E vistas as comdições do comtrauto do aforamento da terra d'Abul feita per el rey Dom Joham meu padre que Deus tem e como o reo e Vasco Queimado leixarão perder as bemfeitorias que na dita terra eram feitas sem fazerem outras como eram obrigados pello dito comtrauto sob penna de perder a dita terra tendo bem visto e eixaminado com o mais que se pello dicto feito mostra comdanamos o dito reo que perqa a terra forreira d'Abul e a leixe lyvremte a Hordem pera que della faça o que for mais proveito seu. E quanto hee aas outras terras, *convém a saber*, a forra que lhe foy vemdida pello dicto Joham Fernandez d'Abul e a outra terra da Ceiçolla comteuda nesta escriptura dos vesitadores destas asolvemos o reo da petição do dicto procurador da Hordem e seja sem çustas eixcaussa a quall sentença por nos foy proviçada em juizo aa quall o dito reo veio com embargos os quaes lhe não forão per nos recebidos e o procurador da Hordem nos pedio que lhe mandasemos daar sua sentença e nos lha mandamos daar (fl. 359) pello quall vos mandamos que tamto que vos esta nosa carta for mostrada metaees em pose a dicta Hordem da dicta terra d'Abul pellas demar[ca]ções conteudas em ella. Porem vos mandamos que asy o cumpraees e guardees e façaes ymteyramente comprir e guardar como per nos hee julgado e mandado. E al não façades. Dada em a nosa villa de Setuvel a XIX dias do mes de Outubro o dicto senhor o mandou per o licenciado Francisco Barradas comendador de Mougellas e juiz das Hordens d'Aviis e Samtiago e pello licenciado Afomso de Cervantes comendador de Mourão e ouvidor de sua casa e ambos do deo desembargo. Jorje Piteira por Martim Piteira a fez. Ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e V^c e dez annos.

A quall sentença era escripta em porgaminho e asynada pellos ditos licenciados e pasada pela chamcelaria do dito senhor e asellada com o seu sello pendemte. E nas costas della estava hũa proviçaõ da dicta sentença como foy provicada ao juiz da dicta villa d'Alcacere e asy huum estormento de posse que são os seguintes:

Foy proviçada esta sentença desta outra parte escripta do senhor Mestre nosso senhor a Amtonio d'Abreu escudeiro e juiz em a dicta villa d'Alcacere aos XXI dias do mes de Março da Era de mil e quinhentos e homze annos. E provyçada como dito hee o dicto juiz mandou que se comprisse como em ella era comteudo. E eu Nuno Callado tabeliam que esto screpvi.

(fl. 359v) Saibam os que este estormento de posse virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e homze annos XXVI dias do mes

de Março da dicta Era eu tabeliam a jusso nomeado per vertude desta outra parte escripta e per mandado d'Antonio d'Abreu juiz ouve por metido de posse a Pero <Correa almoxarife em a dicta villa> d'Alcacere pello Mestre nosso senhor da terra d'Abul termo da dicta vila que ora o dicto senhor vemceeo pella dicta sentença, *convém a saber*, per matos e arvores, figueiras e marmeleiros y per fonte e azambugeiros pellas comfrontações a jusso nomeadas e per terra, *convém a saber*, parte des contra Setuvel de so valle de soveiro de cotado vimdo pera cima da charneça atee entestar com a silha de Gomçalo d'Avis e hymdo por fumdo da silha atee a Cabeça do Mouro y d'amballas partes vay entestar com o maar e com outras comfrontações com que de dirreito deve de partir. Da quall terra e asentamento asy devisado pellas dictas divysões como suso dicto hee o dicto almoxarife em nome do dicto senhor Mestre se ouve por metido de posse e a receber em sy com todo o dirreito que as taees poses se devem receber. E em nome do dito senhor pidio hum estormento. Testemunhas que presente foram Rodrigo Alvarez lavrador e morador em Cataquefaras (*sic*) e Antonio Rodriguez. E eu Nuno Callado tabeliam em a dicta villa d'Alcacere pello dicto senhor que este estormento de pose per vertude da dicta sentença e mandado (fl. 360) do dicto juiz escrepvy e em elle meu puprico synal fiz que tall hee.

E treladada asy a dicta sentença e proviçam e estormento de pose como dicto hee eu tabeliam ao diamte nomeado treladey tambem aquy hum estormento puprico da demarcação que se fez na dicta terra o qual he o seguinte:

Saibam quantos este estormento com o trelado de hũa demarcação dado per mandado e autoridade de justiça virem que no ano do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e dezeseite annos aos seis dias do mes de Julho da dicta Era em a villa d'Alcacere do Sall peramte Estevão da Rosa escudeiro d'el Rey nosso senhor e juiz hordenairo em a dicta villa pareceo Alvaro Farinha escudeiro do Mestre duque outrosy nosso senhor e morador na dicta villa e com elle hum moço da estrebeira do dito senhor e apresentou ao dito juiz hũa carta de Sua Senhoria e tamto que pello dito juiz foy vista mandou a mim tabeliam aodiamte nomeado que eu fizese hum auto e acostase a dicta carta a elle por quanto avia de hyr fazer hũa demarcação ao logo d'Abull termo da dicta villa o qual <auto> eu dito tabeliam fiz e escrepvy e acostey o trelado da dicta carta a ele a qual he a seguinte:

Estevão da Rossa o Mestre duque e etc. vos enviamos muito saudar. Nos mandamos a Joane Mendez nosso contador a demarçar a nosa coutada d'Abul e haa de ser laa seguunda feira que serão VI dias de Julho pello qual vos mandamos que ese dia sejaeis (fl. 360v) ahy e trazey convosqo hum tabeliam e hum par de homeens amtigos que o bem saibam pera se fazer a dicta demarcação encomendamos vos que nisto ponhaes a dilligemcia que por nosso serviço compre e de vos esperamos. Escripva de Setuvel a trimta dias do mes de Junho. Pero Coelho o fez de mil e quinhentos e dezeseite annos.

E mais vinha comvosqo Alvaro Farinha.

E apresentada e proviçada asy a dicta carta do Mestre duque nosso senhor ao dito juiz como dito he o dito juiz mandou que se comprisse como em ella he comteudo. Gaspar Diaz tabeliam que esto screpvy.

E que depois desto aos sete dias do dito mes de Julho do dito anno de mil e quinhentos e dezeseite annos o dito Estevão da Rosa juiz com Pero Carreiro escudeiro d'el Rey nosso senhor e vereador em a dicta villa com Alvaro Farinha e comigo dito tabeliam e com Johão Ramos lavrador e morador na Ribeira de Pallma termo da dicta villa foy ther ao dito logo d'Abull homde achamos a Joane Mendez cavaleiro da Hordem de Santiago e comtador de Sua Senhoria e com elle Amdre Afonso e Afonso Ferrnandez moradores em a villa de Setuvel e no termo de Cabrella que por serem homeens boons e antigos forão vimdos e chamados pera fazerem a dicta demarcação. E loguo pello dito juiz e vereador lhe foy dado juramento sobre os Samtos Avanjelhos aos sobredictos Alvaro Farinha e Joham Ramos e Amdre Afonso e Afonso Ferrnandez que bem e verdadeiramente fizesem a dicta demarcação seguundo Deus e suas (fl. 361) comciencias e elles todos diserão pello juramento que recebido tinhão que farião a dicta demarcação bem e verdadeiramente a quall logo no dito dia fyzerão com marqos e pedras de jaspe¹⁵⁸⁴ por esta maneira que se aodiamte segue. Primeiramente meterão o primeiro marqo e pedra de jaspe na Cabeça das Foucinhas da bamda do noroeste que cahee sobre o Valle da Sovereira de Cotada e poserão outro marqo dahy por diamte percorrendo ao norte no caminho que vem d'Almorara per Abul nas cimalthas do vale da dita Sovereira de Cotada jumbo com o pouso taypado e dahy percorrendo pera o nordeste poserão outro marqo nas cimalthas da Sovereira de Cotada e a Sovereira de Pemdurada e dahy himdo pello nordeste poserão outro marqo na cabeça que esta sobre a Sovereira de Pondurada amtre os caminhos que vam pera Abul e pera a marinha da Cabeça do Mouro e dahy himdo ao leste meterão outro marqo abaixo da silha que foy de Gomçallo d'Aviis amtre o caminho que vem de Cobiça per Abul e o que vay pera a dicta marinha da Cabeça do Mouro e dahy himdo ao sueste pella comiada abaixo e pello dito caminho que vay pera a dicta marinha poserão outro marqo a carão de hũa soveira que tem hũa limtisqueira ao pee e pello dito modo himdo ao sueste pella dicta cumiada dirreito a Cabeça do Mouro poseirão outro marqo homde se a dicta comiada acaba e bem asy poserão (fl. 361v) outro marqo na Cabeça do Mouro ao pee de hũa soveira que esta da parte de sueste da bamda da dicta marinha. E por esta maneira ouverão a dicta demarcação por acabada e booa seguundo Deus e suas comciencias dizemdo logo os sobreditos Afonso Ferrnandez e Amdre Afonso que era verdade que pellos ditos lugares homde se meterão os ditos marqos pesuyra e lograra¹⁵⁸⁵ Joham Ferrnandez seu pay e sogro o dito logo d'Abull muitos annos sem comtradição de nenhũa pessoa por qumto por aly partiia com a sesmaria que elle ouvera do almoxarife da dicta villa d'Alcacere. E por todo ser verdade o asynarão todos com suas mãos requeremdo logo o dito comtador ao dito juiz que de todo lhe mandase pasar hum estormento pera o levar a Sua Senhoria e o dito juiz lho mandou pasar. Testemunhas que erão presentes os sobreditos e Pero Carreiro vereador e Joham Calado remdeiro do verde em a dicta vila e em ela moradores e outros. E eu Gaspar Diaz tabeliam em a dicta villa d'Alcacere do Sal pello dito senhor Mestre e duque nosso senhor que o dito estormento com o trelado da dicta demarcação screpvy e em elle meu puprico synal fiz que tall hee.

A quall sentença e autos sobreditos eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam nesta villa de Setuvel pello dito ylustre senhor Mestre duque e etc. nosso senhor trelladey em este lyvro de tomo

¹⁵⁸⁴ Palavra rasurada no final.

¹⁵⁸⁵ Segue-se riscado: "Jo".

desta Hordem de Santiago per mandado e autoridade do doctor Francisco Tavares cavaleiro da Hordem d'Aviis do desembargo do dito senhor e ouvidor de sua casa e a requerimento do bacharel Fernam Gil de Caiolla (fl. 362) procurador das Hordeens d'Avis e Samtiago as quaes comertey com os propios e por verdade aquy meu puprico synal fiz que tall hee.

A qual dicta sentença e estormento erão limpos e sem vicio, nem risqado, nem cousa que faça duvida. E não faça duvida nos riscados e antrelinhas homde diz “pouço mais ou menos”, do procurador “Correa almoxarife em a dicta villa”, “Jo”, porque se fez todo ao concertar por verdade. A qual dicta sentença e estormento forão treladados em este lyvro per mim tabeliam oje tres dias do mes d'Agosto do anno presente de mil¹⁵⁸⁶ V^c e XVII annos. E bem asy antrelhney homde diz “capitollo”, “auto”, porque se fez outrosy por verdade.

(Sinal notarial)

Concertado comigo Gomez Ayres tabeliam

[Assinatura:] GOMEZ AYRES.

(fl. 362v)

299

1518, Junho, 4

Insero: 1509, Julho, 29 – Évora

Sentença sobre o dizimo douze dous da villa de Canha.

Pero Gomçalvez doctor em degredos conego prevemdado em a See da cidade d'Evora juiz apostolico e comservador das Hordeens e Caval[ar]jas de Samtiago e d'Aviis tomado e deputado pera elo pello eixcelemente senhor o senhor Dom Jorje filho d'el rey Dom Joham que samta gloria aja Mestre das dictas Hordeens e Caval[ar]jas duque de Coimbra senhor de Momtemoor o Velho e Torres Novas e etc. a quantos esta minha sentença virem saude em Jhesuus Christo noso Salvador. Faço saber que peramte mim forão citados Gomçalo Martinz que ora hee juiz de Canha e Joham Martinz que ora he procurador do dito comcelho e Marote Gomez e Joham Periz lavradores moradores e homeens boons da dicta villa de Canha aa petição e requerimento do procurador da dicta Hordem de Samtiago por parte do muito homrrado senhor Dom Anrique de Noronha comendador moor da dicta Hordem de Samtiago e comendador da dicta villa de Canha parecendo em juizo peramte mim em a dicta See d'Evora. E loguo pello dicto procurador da dicta Hordem foy dito que aa dicta comenda de Canha estaa e estava em posse pacifica de XX, XXX, e cento annos que memoria (fl. 363) dos homeens não he em contrairo de levar de todo o pão que na dita comenda se recolhese e terras della de homze dous e que ora os ditos lavradores da dita comenda o refusavão de fazer e o não querião pagar ao dito comendador nem a seus feitores e dizimeiros. E que pedia a mim como conservador da dita Hordem que mandase manther a dita comenda em a dita sua pose

¹⁵⁸⁶ No documento “1” com traço horizontal em cima.

e que mandase aos ditos Gomçalo Martinz juiz e a Joham Martinz procurador e a Maroto Gomez e Joham Periz que presentes estavam que lhes fyzese perguunta que embargos tinham a não darem aa dicta comenda dos ditos dizemos de homze dous como sempre pagarão e era costume usado e pratiqado amtre os lavradores da dicta comenda. E loguo per mym foy feita perguunta aos sobredictos que presentes estavam que embargos tinham a não darem ao dito comendador dos ditos homze dous do pão que recolham em a dicta comenda e etc. E loguo pellos sobredictos Gomçalo Martinz juiz e Joham Martinz procurador, Marote Gomez e Joham Periz foy dicto que elles não tinham embargos alguuns (fl. 363v) a não pagarem aa dicta comenda de Canha do pão que recolhião de homze dous mas que estão prestes pera o pagar que mandase o dito comendador reqadar seus dizimos delles ditos lavradores que niso não punhão duvida algũa. E visto per mim seu confeso e dizer e pidiir do dito procurador da dicta Hordem o judgey per sentença e mandey e mando que asy paguem, *convém a saber*, do pão que recolherem nas terras da dicta comenda de Canha paguem aa dicta Hordem e comendador de homze alqueires dous como antes estava de posse. E visto pello dito procurador minha sentença me requereu que de todo lhe mandase dar hũa sentença comtra os sobredictos e eu lhe mandey daar esta sob meu synal e synete. Dada em a dicta cidade d'Evora sob meu synal e synete aos XXIX dias do mes de Julho. Pero Gonçalvez notairo apostoliqo per Christovam da Rosa scripvam damte mimdas ditas Hordens a fez ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil e quinhentos e nove annos.

A quall sentença eu Gaspar Fernandez puprico tabeliam nesta vila de Setuvel treladey em este lyvro per mandado e autoridade de Diogo Vaz d'Afonseqa cavaleiro fydalgo da casa d'el Rey nosso senhor e juiz hordenairo na dicta villa a quall concertey com a propia (fl. 364) e era escripta em purgaminho e parecia ser asinada pello dito comservador e aselada de seu synete. E por verdade aquy meu puprico synal fiz que tal he oje quatro dias de Junho de mil e V^c e dezoito.

(Sinal notarial)

(fl. 364v)

300

1522, Fevereiro, 8 – Lisboa

Inserere: [1516, Julho, 19]

Sentença sobre o dizimo da lenha da quintã de Tristão da Cunha que esta em Ribatejo.

In nomine Domini amen. Saybam quantos este presente publico instrumento de trelado de sentença dado em publica forma per auctoridade ordinaria virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e vinte dous annos aos oyto dias do mes de Fevereiro em a muy noble e senpre leal cidade¹⁵⁸⁷ de Lixboa nas pousadas do egregio senhor o senhor licenciado Francisco Barradas comendador de Mouguelas e chancellor moor da Ordem

¹⁵⁸⁷ Por uma questão de inteligibilidade do texto acrescentamos a palavra “cidade”, muito embora tenha sido anotada, na margem direita, de outra mão.

e Cavalaria de Sanctiago e Avis e juiz delas perante ele e em presença de mim notayro apostolico infra nomeado e das testemunhas adiante scriptas pareceo o procurador da Ordem de Sanctiago e per ele foy apresentado (*sic*) hũa sentença dada pelo doctor Jorge Temudo desembargador e vigayro geeral do arcebispo Dom Martinho que Deus aja per ele assinada escripta em porgaminho per Christovom Diaz escrivão dada em a dicta cidade aos dezanove dias do mes de Julho do ano de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e dezasseys e sub seelo do dicto senhor arcebispo posto em caixa de pão em pendente per fita de linhas sãa, integra, nom viciada, nem cancellada, nem em nenhũa parte de si suspeita, mas antes de <do> vicio e suspeiçam carecente segundo per ela *prima facie* parecia e aalem dela eram escriptas duas publicações da qual sentença e publicações o trelado delas de *verbo ad verbum* he o seguinte:

Jorge Temudo doutor em canones desembargador e vigayro geeral pelo reverendissimo em Christo padre e senhor Dom Martinho per merce de Deus e da Sancta Igreja de Roma arcebispo de Lixboa e etc. a quantos esta minha carta de sentença tirada do processo virem saude em Jhesus Christo que de todos he verdadeira salvaçam. Faço saber que nesta corte do dicto senhor perante mim em juizo se traudou huum processo de feito dantre partes, *convém a saber*, o senhor Dom Jorge duque de Coimbra e Mestre Sanctiago e Avis e o honrado cabiido desta See de Lixboa per si e pellos bacharees, *convém a saber*, Thome Fernandez por parte do dicto senhor Mestre e o bacharel Cosm'Eannes procurador do dicto cabiido per si anbos auctores de hũa parte e o muito honrado Tristam da Cunha fidalgo da casa d'el Rey nosso senhor e do seu conselho per si e pelo babacharel (*sic*) Pero Afonso seu procurador como reo da outra o qual feito se traudou sobre e por rezão da dizima da lenha dos lugares de Ribatejo pelo qual por parte do dicto Tristão da Cunha¹⁵⁸⁸ foi apresentada hũa pitição o qual o trelado he este que se segue:

Senhor Tristam da Cunha do conselho d'el Rey nosso senhor faça saber a Vossa Senhoria em como o vosso vigairo mandou passar a Ribatejo hũa carta d'excomunham que todos aqueles que de seus pinhaes ou alheos colhessem lenha pera vender assi travitina como lenha de forno paguem o dizimo dela e porque eu senhor quero comprir os mandados da igreja e nom ser excomungado e quero pagar peço por merce a Vossa Senhoria que mande aos que ouverem de receber o dicto dizimo que o recebam ao pee d'arvore donde se cortar a dicta lenha assi como pagamos o dizimo d'azeitona ao pee da oliveira e dali mandem atar e levar e fazer dela o que lhe bem vier e nisto nos fara justiça e merce e escusar se a de sermus excomunghados.

E¹⁵⁸⁹ a qual pitiçam vista per mim pronunciamos nas costas dela huum desenbargo que tal he como se aodiante segue:

¹⁵⁸⁸ Por uma questão de intelegibilidade do texto acrescentamos as palavras "*Tristão da Cunha*", muito embora tenham sido anotadas, na margem esquerda, de outra mão.

¹⁵⁸⁹ Palavra corrigida.

A mim me parece que segundo o suplicante requiere he justiça pois me¹⁵⁹⁰ consta do contrayro portanto mando que assi se cunpra minha monitoria e sentença e o dizemo se pague segundo em esta pitiçam se contem e se perventura ho cabiido ou o Mestre a esto tiver embargos os venham alegar perante mim onde todas as partes ouvidas determinarei o que for direito. O qual meu (fl. 365) desembargo per mim foi provicado em a dicta cidade em audiencia e lugar acostumbrado em presença dos procuradores das partes ao qual meu desembargo os auctores offereceram per seus procuradores huuns embargos dizendo em eles que entendiam provar que o lemite da Povia onde Tristam da Cunha suplicante tinha sua quintãa fora todo povoado de quintãas de vinho sem nele aver olival alguum e o costume era usado de totalas dictas quintas e vinhas fora sempre antigamente e oje em dia desses que fizeram delas lavrados vindimarem as uvas e as accarretarem a sua custa e trazerem aos lagares que se na povoaçam junto com o mar onde ele suplicante tinha seu lugar e tivera sempre antigamente e ali no seu lugar que era na povoaçam pagara ele reo e seus antecessores e pagava oje em dia o dizimo e o dicto lugar da Povia o traziam e que ali pagava oje em dia. E que assi entendiam provar eles dictos auctores que algũas das vinhas da dicta quintãa dele Tristam da Cunha foram e eram postas em pinhaes e era julgada per sentença e conforme ao direito que se pagasse a dizima ora novamente da lenha onde foram vinhas assi como pagavão antigamente do vinho em sendo vinhas per bem do qual ele suplicante era obrigado dar e entregar a dizima da sua lenha donde foram vinhas e no lugar da Povia onde tinha e tiveram seus antecessores seu lagar e pagaram e pagava oje em dia a dizima do vinho todo ali aa sua custa como pagava o vinho e nom no agro ao pee do pinheiro como ele suplicante pedia e que disto em pruprica voz e fama etc. segundo que todo esto e outras cousas milhor e mais conpridamente nos dictos embargos dos auctores era conteudo. Os quaes embargos vistos per mim lhos recebi e mandei aos dictos auctores que dessem prova a eles aos termos acostumbrados ao qual termo os dictos auctores nom satisfizeram com sua prova e per via de restituçam por ser egreja os restitui e lhes assinei outros quinze dias per via de restituçam ao qual segundo termo eles auctores nom satisfizeram e os lancei da dicta prova e mandei que o feito me fosse concluso o qual visto per mim em ele huun desembargo que tal he:

Ho Mestre e cabiido vieram com huuns embargos a se não dar huun meu mandado e carta que per mim passou a execuçam nem dever passar pela chancelaria do senhor arcebispo os quaes embargos posto que per mim lhe fossem recebidos e pera serem provados assinando termo aos dictos auctores nem no primeiro termo nem no segundo onde per via *restitutionis* lhe foi assinado fizeram *diligentia* algũa e portanto os ei por lançados e mando que minha carta e mandado se dee a execuçam e condeno os autores nas custas etc. O qual meu desembargo per mim foi publicado em a dicta cidade em audiencia e lugar acostumbrado perante os procuradores das partes neste feito contheudas o qual os dictos auctores em satisfazendo a meu desembargo¹⁵⁹¹ pagarão as dictas custas e por parte dos dictos auctores me foi apresentada hũa¹⁵⁹² emformaçao

¹⁵⁹⁰ Na margem direita, de outra mão: "nom".

¹⁵⁹¹ Na margem esquerda, por outra mão: "pagarão as dictas". Esta expressão foi repetida porque existe uma mancha no texto que dificulta a leitura.

¹⁵⁹² Na margem esquerda, por outra mão: "emformação em". Esta expressão foi repetida porque existe uma mancha no texto que dificulta a leitura.

em que eles diziam em como era verdade¹⁵⁹³ que eles dictos auctores ouveram hũa sentença que todos os de Ribatejo pagassem o dizimo da lenha da qual da qual (*sic*) sentença usarão e porque la onde talhavam a dicta lenha leixavam logo o dicto dizimo e nom sabiam em que lugar nem quando se cortava em tal modo que recebiam perda por lho nom fazerem saber pelo que pedia que lhe mandasse passar carta monitoria citatoria per que mandasse aos barqueiros hũa vez na somana fizessem a saber aos almo-xariffes do dicto Ribatejo de que lugar levavam a dicta lenha e onde a cortavam e bem assi mandasse aos dictos donos deela que o fizessem a saber e que assi a lexassem atada como faziam a dizima real porque doutra maneira a dicta minha sentença nom averia effeiito por quanto atavam onde cortavam a dicta lenha por se nom mandar arrecadar o dicto dizimo de lenha e se perdia algũas pessoas acintemente o faziam e no que lhe faria justiça etc. segundo que todo isto e outras cousas melhor e mais compridamente na dicta pitiçam dos auctores era contheudo.

A qual vista per mim pronunciei¹⁵⁹⁴ nas (fl. 365v) costas dela huum desembargo que tal he como se ao diante segue:

Passe (*sic*) monitoria per que mando sob pena d'excomunham aos moradores de Ribatejo que dizimo de lenha ouve de pagar ho façam saber aos dizimeiros do Mestre e cabiido pera hiirem arrecadar o dicto dizimo segundo forma de meu mandado e sentença segundo se acostuma fazer nas outras semelhantes dizimas etc.

O qual desembargo per mim foi publicado em a dicta cidade em audiencia e lugar acostumbrado em absentia dos procuradores das partes. E despois pelo dicto desembargo ser provicado aos procuradores das partes os procuradores dos auctores vieram com huuns embargos dizendo dizendo (*sic*) em eles que era verdade que os tenpos passados sendo movida demanda antre os dictos auctores contra os moradores de Ribatejo sobre e por rezam do dizimo da lenha fora dada sentença contra eles dictos moradores de Ribatejo que pagassem o dizimo de toda a lenha que fizessem assi da tranqua como da lenha pera forno segundo que melhor na dicta sentença se continha e que por se depois alegar que posto que obrigados fossem pagar o dicto dizimo que nom eram obrigados aos trazerem aos portos salvo ao pee d'arvore onde a tal lenha cortavam e que hii pagassem seu dizimo e que eu passara huum desembargo que assi se cunprisse e que tivessem eles autores a elo embargos que viessem com eles. Com os quaes eles auctores vieram e que per mim lhes foram recebidos e assinado termo pera os provar da primeira e segunda dilações por ao tal tempo serem inpedidos por causa da peste nom puderam fazer diligencia e foram lançados de sua prova que me pediam em nome da egreja metropolitana e deles auctores que os restituisse *in integrum et adversus probationem ob mittam* no que receberiam merce e justiça e assi lhes man¹⁵⁹⁵.

(fls. 366 a 369v, em branco)

¹⁵⁹³ Na margem direita, por outra mão: "verdade".

¹⁵⁹⁴ Esta palavra, na parte final, apresenta um "do" riscado.

¹⁵⁹⁵ O texto não termina, apesar de se seguir metade do fólio em branco.

(fl. 370)

301

1187, Setembro, 18 – Verona

Bulla do Papa Urbano 2º (*sic*)¹⁵⁹⁶ sobre a jurisdição da Ordem de Santiago em a provincia de Spanha a qual em todo he semelhavel a outra do Papa Alexandre 3º que he neste livro na primeira folha.

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Sancio Fernandi Magistro Milicie Sancti Jacobi suisque fratribus clericis et laicis tam presentibus quam futuris communem vitam professis in perpetuam memoriam. Benedictus Deus in domnis suis et sanctus in omnibus operibus suis qui ecclesiam suam novam semper prole fecundet et sic pro patribus filios in ea facit exurgere sicque a generatione in generationem noticiam nominis sui et lucem fidei christiane diffundit ut sic sicut ante ortum solis stelle se se ad occasum in firmamento feruntur, ita in ecclesiasticis gradibus generationes justorum antequam veniat dies Domni magnus et horribilis et tenebras nostras veri solis splendor illuminet per tempora sibi succedant; et sicut multi sepe per caudam draconis deiciuntur in terram ita et per adoptionem spiritus quotidiana fiat reparatio perditorum et de profundo inferni ad querenda multi celestia erigantur et ita corpore teneantur in terra ut tamquam cives sanctorum et domestici Dei cognatione et desiderio conversentur in celis. Hoc sane temporibus nostris in partibus Hispaniarum de divino facto munere gratulamur ubi nobiles quidam viri peccatorum vinculis irretiti ex miseratione illius qui vocat ea que non sunt tamquam ea que sunt superna gratia sunt afflati et tacti super multis transgressionibus suis dolore cordis intrinseca et preteritorum agentes penitentiam peccatorum non solum possessiones terrenas sed etiam corpora sua in extrema dare queque pericula pro Domino decreverunt et ad exemplum Domni Nostri qui ait "non veni facere voluntatem meam sed eius qui misit me patris" in habitu et conversatione religionis sub unius magistri statuerunt obedientiam commorati eo utique moderamine propositum suum et Ordinem temperantes ut quia universa turba fidelium in conjugatos continentesque distinguntur et Dominus Jhesus Christus nom solum pro viris sed et pro feminis quoque de femina nasci voluit et cum hominibus conversari habeantur in Christo ordine qui celibem si voluerint ducant vitam et consilium Beati Pauli sequantur qui dicit de Virginitate preceptum domni non habeo. Consilium autem do, sint etiam qui iuxta institutionem dominicam ad procreandam sobolem et incontinentie precipitium evitandum conjugibus suis vitantur et una cum eis ad incolatum superne patrie de convale lacrimarum et terrens transire peregrinatione nitantur et lacrimis diluant et operibus pietatis si eos super fundamentum suum quod Christus eset pro cura carnis et affectibus liberorum ligna fenum stipulam edificare contingant. Cum alii expeditio res et continentes edificent aurum, argentum et lapides preciosos; et isti tamen et illi militent uni¹⁵⁹⁷ regi et super unum fundamentum celestem unam edificent mansionem promissione psalmiste in domno roborati qui minora quoque membra ecclesie confortat et dicit imperfectum meum viderunt oculi tui et in libro tuo omnes scribentur. In horum autem Christi collegio fidelium bone memorie Petrus

¹⁵⁹⁶ Trata-se de Urbano III, como no final do próprio documento refere, cujo pontificado terminou em 20 de Outubro de 1187. Refira-se, igualmente, que o pontificado de Urbano II decorreu entre 1088 a 1099 e o de Alexandre III entre 1159 e 1181, que, de acordo, com o documento havia outorgado uma bula semelhante à que agora se copia. OLIVEIRA, Padre Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Edição revista e actualizada. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 288.

¹⁵⁹⁷ Segue-se uma letra riscada.

Fernandi per voluntatem Dei Magisterium super alios et providentiam tunc accepit qui cum quibusdam fratrum suorum ad presentiam felicis recordationis (fl. 370v) Alexandri Pape predecessoris nostri accedens cum humilitate qua decuit a Sede Apostolica requisivit ut vos tamque peculiare filios in defensionem suam et locum in quo caput Ordinis facturus fuerit in jus et proprietatem ecclesie romane reciperet. Unde idem predecessor noster devotionem suam et desiderium in Domino bonum attendens de communi fratrum consilio in spirituales ac proprios sacrosancte romane ecclesie filios vos recepit et Ordinem vestrum apostolica auctoritate confirmavit. Nos igitur antecessoris nostri vestigii<s> inherentes domum vestram in ius ecclesie romane et vos in filios recipimus spales (?) et ordinem vestrum cum regularibus observantiis eis auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti privilegio communimus statuantes ut quascunque possessiones quecunque bona in presentiam juste et legitime possidetis aut in futurum concessione pontificum largitione regum vel principum oblatione fidelium seu aliis justis modis perante (?) domno poteritis adipisci firma vobis vestrisque successoribus et illibata permaneant in quibus hec duximus exprimenda vocabulis Lodium et monasterium cum cauto et pertinentiis suis, burgum de Ponte Nuniz contra Lodium cum suis pertinentiis, Crecentem cum cauto et pertinentiis suis, Quintanellam de Petro Herez cum cauto et suis pertinentiis, Varia cum cauto et suis pertinentiis, Teutanio cum suis pertinentiis, Sanctum Salvatorem de Listria cum cauto et suis pertinentiis, Mazot cum cauto et suis pertinentiis, Penagosent cum (*sic*) pertinentiis, Sanctam Mariam de Pinel cum suis pertinentiis, Ucles cum suis pertinentiis, Alfarelam cum suis pertinentiis, Orelam cum suis pertinentiis, Moram cum suis pertinentiis, Moram Vejam cum suis pertinentiis, decimas de Valera et de Portago cum suis pertinentiis, Scremera cum suis pertinentiis, Alcazar cum suis pertinentiis, Almodana cum suis pertinentiis, Larudam com suis pertinentiis, Lazarzam cum suis pertinentiis, Biethmam cum suis pertinentiis, Famuscum cum suis pertinentiis, Sanctam Euhfemiam cum suis pertinentiis, Olamum cum suis pertinentiis, Ospitale de Conqua cum suis pertinentiis, Ospitale de Toledo cum medietate porte de Visagra et ceteris pertinentiis suis, Corel cum suis pertinentiis, Ferrem cum suis pertinentiis, Alienam cum suis pertinentiis, Supersclomum cum suis pertinentiis, Gaza cum suis pertinentiis, Launana cum suis pertinentiis, Almella cum suis pertinentiis, Sanctam Mariam de Crespiazio cum suis pertinentiis, Layam cum suis pertinentiis, Sanctum Monium de Vega cum suis pertinentiis, Sanctum Marcum de Leon cum suis pertinentiis. Sancimus preterea ne occasione antique detentionis sive scriptura quisquam vobis possit auferre que ultra memoriam hominum sub sarracenorum detenta sunt potestate et de munificentia principum seu vestro studio et labore aut jam obtenta sunt aut in futurum auxiliante Domino poteritis obtinere. Cum enim unica sit vobis intentio et singularis cura semper imineat pro defensione christiani nominis decertare non solum res sed etiam personas ipsas (*sic*) pro tuitione fratrum incunctantur exponere: plurimum posset hoc pium opus et laudabile studium impediri si labores et stipendia vestra que in commune proficiunt preperierentur ab aliis et occiosi et desides ac in laboribus suis non que Jhesu Christi sed que sua sunt requerentes emolumenta illa perciperent que pro tantis laboribus vobis et pauperum Christi usibus sunt provisiva dicente apostolo: "qui non laborat non manducet". Interea sane que (fl. 371) in professionis vestre Ordine statutum est observari primum est ut sub unius Magistri obedientia in omni humilitate atque concordia sine proprio vivere debeatis illorum fidelium exemplum habentes qui ad fidem christianam apostolorum predicatione conversi vendebant omnia et ponebant precium ad pedes illorum dividebaturque singulis prout cuique opus erat nec aliquis illorum que possederat quicquam suum esse dicebat sed erant eis omnia comunia. Ad suscipiendam quoque prolem que in timore Domini nutriatur et infirmitatis humane remedium juxta institutionem Domini et indulgentiam apostolici qui ait: "Bonum est homini mulierem non tangere propter fornicacionem autem unusquisque uxorem suam habeat" et similiter mulier virum suum qui continere nequiverit conjugium sorciatur et servet inviolatam fidem uxori et uxor viro nec thori conjugalibus continencia violetur. Si autem viri pre

mortui fuerint et relicte ipsorum que Ordinem susceperunt nubere voluerint, denunciatur hoc Magistro sive comendatori ut cum illius consciencia cui mulier ipsa vult nubat, secundum verbum apostoli dicentis: Mortuo viro soluta est mulier a lege viri cui vult nubat tantum in Domino quod etiam de viris intelligitur observandum una etenim utrique lege tenentur. Sit autem omnibus precipua vite cautella continua ut qui conjugium sortiti sunt continentiam custodiant conjugalem, et qui sine conjugio manere decreverint inviolatam teneant castitatem. Statuimus quoque ut nullus fratrum sive sororum post suscepcionem Ordinis vestri et promissam obedienciam vel redire ad seculum vel ad alium ordinem sine Magistri licencia audeat se transferre, cum sint in Ordine vestro loca statuta ubi quisque districtius valeat conversari discedentem vero nullus audeat retinere sed ad Ordinem suum per censuram ecclesiasticam qui discesserit redire cogatur. Ut autem in Ordine vestro cum maiori deliberacione, tractentur statutum est inter vos ut locus aliquis ordinetur in quo per singulos annos in solemnitate Omnium Sanctorum generale capitulum teneatur et sit ibi clericorum conventus et prior qui illorum et aliorum clericorum qui de Ordine vestro fuerint causam possit habere ac fratrum cum necesse fuerint provideat animabus. Sint autem et Tredecim in Ordine fratres qui Magistro cum opus fuerit in consilio et dispositione domus assistant et eligendi Magistri curam h[ab]eant competentem prior. Siquidem clericorum cum Magister de hac luce migraverit de domo et Ordine sollicitudinem gerat cui sicut Magistro omnes obedienciam existant donec per providenciam tredecim predictorum fratrum magistri electio celebretur is cum transitus Magistri fuerit auditus et cognitus tredecim illos fratres. Sine dilatione aliqua convocabit et si quisquam eorum infirmitate vel alia ex causa infra quinquaginta dies adesse nequiverit cum aliorum consilio qui presentes fuerint, alium absentis loco constituet ut Magistri electio ex aliquorum ausencia minime diferatur. Illi vero tredecim fratres si Magister qui pro tempore fuerit perniciosus aut inutilis apparuerit cum consilio prioris clericorum et sanioris partis capituli maioris domus corrigendi aut etiam ammovendi eum habeant potestatem. Et si inter eum et capitulum aliquid emerit questionis debitum ei¹⁵⁹⁸ finem imponam ne per aliena iudicia vel dilabatur ordo vel temporalis substancia disipetur. In nulla autem ex hoc fratres superbia eleventur sed Magistro suo devoti et obedienciam existant quod si aliquis eorum ex hac vita transierit vel pro culpa seu alia quacunq[ue] fuerit¹⁵⁹⁹ (fl. 371v, em branco¹⁶⁰⁰; fl. 372) occasione mutandus Magister cum consilio reliquorum vel maioris partis alium loco eius substituat. In capitulo autem quod annis singulis diximus celebrandum tredecim isti fratres et comendatores domorum nisi evidens et magna eos necessitas detinuerit ad statutum locum incunctanter occurrant et¹⁶⁰¹ communiter tractent que ad profectum Ordinis animarum salutem et sustentionem corporum fuerint statuenda ubi precipue ad defensionem christianorum interdere moneantur et districte precipiatur ut sarracenos non mundane laudis amore amore, non desiderio sanguinis effudendi, non terrenarum rerum cupiditate crassentur sed id tantum in pugna sua¹⁶⁰² intendant ut vel christianos ab eorum tueantur incursum¹⁶⁰³ vel ipsos possint ad culturam fidei christiane provocare. Eligentur extunc visitatores idonei qui domos fratrum per anni circulum fideliter visitent et que ibi digna correctione invenerint aut ipsi corrigant aut ad generale capitulum deferunt corrigenda. Clerici preterea vestri Ordinis per villas et oppida simul maneant. Et priori qui super eos fuerit ordinatus obedienciam existant et filios fratrum qui eis a Magistro commissi fuerint instruant sciencia litterarum et fratribus tam vita quam in morte spiritualia subministrent. Induentur autem super peliciis et conventum et claus-

¹⁵⁹⁸ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁵⁹⁹ A primeira palavra do fólio seguinte aparece isolada na linha inferior.

¹⁶⁰⁰ O escriba registou, mais ou menos, a meio do fólio: "em branco".

¹⁶⁰¹ Segue-se uma letra riscada.

¹⁶⁰² Palavra corrigida.

¹⁶⁰³ Palavra corrigida.

trum sub priore suo tenebunt et humiliter facient quod ab ipso illis secundum Deum fuerint imperatu. Ubi fratres quoque de quibus Magistro visum fuerit conversentur et non sint occiosi sed vacent oracioni et aliis operibus pietatis. Clericis vero de lab[or]ibus et aliis bonis a Deo prestitis decime reddantur a fratribus unde libros et alia congrua ecclesiarum faciant ornamenta et in necessitatibus corporis convenientis sibi provideant et si aliquid superfuerit secundum providenciam Magistri in usus proprios erogetur. Ut autem concordia inter vos charitasque servetur et a peccato detractionis et murmurationis cuncti debeant abstinere qui comendator in quolibet loco fuerit institutus pro facultate domus in sanitate et egritudine quodcuique opus fuerit cum ea solitudine ac benivolencia subministrent ut nec in substancia parcitatem nec in verbo amaritudinem gerere videatur¹⁶⁰⁴. Sit vobis precipua cura hospitum et indigentium et necessaria illis pro facultate domus liberaliter conferantur, exhibeatur prelati ecclesiarum honor et reverentia, subministreretur cunctis Christi fidelibus canonicis, monachis, Templariis, Hospitalariis aliisque in sancte religionis observantia positis consilium et auxilium etiam indigentia si facultas fuerit, sublevetur ut et Deus in vestris glorificetur operibus et alii qui viderint humilitatis et charitatis vestre provocentur odore. Ac hec adiciendum decrevimus ut si locus aliquis in quo episcopus esse debeat in vestram venerit potestatem sit ibi episcopus qui cum clericis et clero suo designatos sibi redditus et possessiones et episcopalia jura percipiat. Reliqua vero cedant in usus vestros et in vestra dispositione sine cuiusquam contradictione presistant. Profecto in parochialibus¹⁶⁰⁵ ecclesiis quas habetis nolumus episcopos suo jure fraudari. Si autem in locis desertis aut ipsis terris sarracenorum de novo ecclesias construxeritis ecclesie ille plena gaudeant libertate nec aliqua per episcopos decimarum aut alterius rei exactione graventur. Liceatque vobis per clericos vestros idoneos easdem ecclesias cum suis plebibus gubernare nec interdicto per episcopos vel excommunicationi subdantur sed fas sit vobis tam in maiori ecclesia que caput fuerit Ordinis quam in illis etiam excommunicatis et interdictis ecclesiis (fl. 372v) divina semper officia celebrare. Preterea ne humanis vexationibus et calumniis a defensione christianorum retrahi veleatis apostolica auctoritate decernimus ne personas vestras preter legatum Apostolice Sedis a latere romani pontificis destinatum interdicere quisquam aut excommunicare presumat quod etiam de familiis et servientibus vobis statuimus qui stipendia vestra precipiunt donec justiciam parati fuerint exhibere nisi forte talis fuerit culpa ex qua ipso facto ecclesiasticam censuram incurrant. Chrisma vero oleum sanctum, consecrationes altarium seu basilicarum, ordinationes clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a diocesano, suscipietis episcopo siquidem catholicus fuerit et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerit et ea gratis et absque pravitate aliqua vobis voluerit exhibere. Alioquin liceat vobis quemcumque volueritis adire Antistitem qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Liceat preterea vobis in locis vestris ubi quatuor fratres vel plures fuerint oratoria conscrivere in quibus fratres et familie tantum et divinum audire officium et christianam valeant habere sepulturam. Ita enim volumus necessitati vestre consulere ut non debeant ex hoc adjacentes ecclesie injuriam sustinere. Cum autem generale interdictum terre fuerit liceat vobis clausis januis exclusis excommunicatis et interdictis non pulsatis campanis suppressa voce divina officia celebrare. Nihilominus presenti decreto sancimus ut si quis in aliquem vestrum fratrum vel sororum violentas manus iniecerit excommunicationis sententia sit astrictus. Et illud idem pro tutela vestra tam in sententia quam in pena servetur quod sub felicis memorie Pape Innocencio predecessore nostro de tuitione clericorum generali concilio noscitur institutum. Decernimus ergo nulli omnino hominum liceat jura vel possessiones vestras temere perturbare aut bona vestra auferre vel ablata retinere, minuere seu quibuslibet vexa-

¹⁶⁰⁴ Entre as letras "a" e "t" encontra-se um "n" riscado.

¹⁶⁰⁵ Palavra corrigida.

tionibus fatigare sed illibata omnia integra conservetur eorum pro quorum gubernatione et sustentatione concessa sunt usibus omnimodis pro futura salva Sedis Apostolice auctoritate. Ad indicium autem huius a Sede Apostolica percepte libertatis decem malachinos nobis nostrisque successoribus annis singulis persolvendis. Si qua igitur in futurum ecclesiastica seculari sue persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere, venire tentaverit secundo tercioque commonita nisi persumptionem suam digna satisfactione correxerit potestatis honorisque sui dignitate careat reamque (*sic*) se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate agnoscat et a Sanctissimo Corpore et Sanguine Dei et Domni Redemptoris Nostri Jhesu [*Christi*] aliena fiat atque in extremo discriete ultioni subjaceat. Cunctis autem vobis vestra iura servantibus sit pax Domni Nostri Jhesu Christi, quatenus et sic fructum bone actionis percipiant et apud districtum iudicem premia eterne pacis inveniant amen, amen.

(*Rota*)

Ego Urbanus catholice ecclesie episcopus.

Datum Verone per manum Alberti Sancte Romane Ecclesie presbiteri cardinalis et cancellatum XIII kalendas Octobris inditione VI incarnationis Dominice anno M^o C^o LXXXVII. Pontificatus vero domni Urbani Pape III anno II^o.

(fl. 373)

Ego Petrus de Bonona presbiter cardinalis in¹⁶⁰⁶ Sancte Susanne

Ego laborans presbiter cardinalis Sancte Marie Transtiberim in¹⁶⁰⁷ Calixti

Ego melior presbiter cardinalis Sanctorum Johannis et Pauli in¹⁶⁰⁸ Pimachium

Ego Adelarde in¹⁶⁰⁹ Sancti Marcelli presbiter cardinalis

Ego Jac cardinalis Sancte Marie in Cosmidim

Ego Gracianus diaconus cardinalis Sanctorum Cosme et Damiani

Ego Ector diaconus cardinalis Sanctorum Sergii et Bachi

Ego Petrus Sancti Nicholai cardinalis diaconus cardinalis

Ego Radulfus Sancti Georgii ad Velum Aureum diaconus cardinalis.

302

1527, Janeiro, 2 – Palmela

Insere: 1343, Julho, 17 – Alcácer do Sal; 1343, Março, 31 – Montemor-o-Novo

Saibham quantos este estormento dado per mandado e autorydade de justiça com ho trelado de hũa carta virem que no ano do nascimento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhentos e vinte sete anos aos dos dias do mes de Janeiro en a vila de Pallmella perante ho doutor Francisco Tavares ouvidor da casa do Mestre e duque etc. nosso senhor pareceo ho bacharel Pero Machado procurador das Ordens de Santiago e Avis e apresentou ao dyto ouvydor hũa carta de Dom Garcia Periz Mestre que foi desta Ordem de São Tyago escripta em porgaminho e aselada com ho selo pendente destas armas e pydyo ao dito ouvydor em nome do

¹⁶⁰⁶ Abreviatura de difícil desdobramento e interpretação e superflua no contexto da frase.

¹⁶⁰⁷ Abreviatura de difícil desdobramento e interpretação e superflua no contexto da frase.

¹⁶⁰⁸ Abreviatura de difícil desdobramento e interpretação e superflua no contexto da frase.

¹⁶⁰⁹ Abreviatura de difícil desdobramento e interpretação e superflua no contexto da frase.

dito senhor e da dyta Ordem de São Tyaguo que mãodase treladar ha dita carta em puprica forma no Lyvro dos Copos da dyta Ordem. E vysto pelo dyto ouvidor mãodou a mim tabeliam que treladase a dyta carta neste lyvro em que som totalas cousas a dyta Ordem pertencerem e em comprymto do dyto mãodado eu tabeliam per poder que tenho de Sua Senhorya fyz treladar ha dyta carta em este lyvro da quall ho trelado de verbo a verbo he ho seguinte:

(fl. 373v) Como Dom Garcia Perez deo o termo a Setuval.

¹⁶¹⁰Dom Gracia Periz pella graça de Deus Mestre da Cavalaria da Ordem de Santiago nos reinos de Portugall e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que vimos hũa carta de nosso senhor el Rei çarrada e aseelada nas costas de seu verdadeiro seello segumdo em ella parecia da quall o teor tall he:

Dom Afonso pella graça de Deus rei de Portugall e do Algarve a vos Dom Garcia Periz Mestre da Cavalaria da Ordem de Santiago saude. Sabede que os homeens boons e comcelho de Setuval me emviaram dizer em como nom tinham termo e que recebiam muito dapno dos de Palmela porque o termo da dita villa de Palmella chegava ata a vila de Setuvel e que se alguuns faziam coima que logo eram chamados pera Palmela e que amdavam alloo despendemdo muito do que aviam. E que outrosy por esta rezam nom lavravam nem aproveitavam a perto de Setuvel porque nom era seu termo e pelos dictos dapnos que recebem pediam me por merce que comsirase em como eu recebia deles muito serviço outrosy esa Ordem. E que lhe mandase dar termo em que podesem aproveitar e que fosse escusados dos ditos danos que recebiam. E eu vemdo o que me pediam porque emtemdo que he muito aguisado da dita villa de Setuvel aver termo em que posam os moradores dhi aproveitar outrosy porque se esa villa posa melhor pobrar e porque os ditos lugares de Palmela e d'Alcacere am tamanhos termos que esto lhes nom he danoso e por muito serviço que eu e aqueles homde eu venho recebemos deles e esperamos de receber em diamte outrosy esa Ordem tenho por bem e mando vos que cheguedes ao dicto logo de Setuvel e que lhe dedes por termo des omde ora am como se vay pelo caminho de Montemayor ata a Agoalva e des hi como se vay pelo meyo da veia d'agoa desa ribeira ataa hu emtra esa agoa em Maretequa e como se vai per meyo da veia d'agoa de Maretequa ataa hu emtra no rio que vay d'Alcacere pera Setuval per des hi como¹⁶¹¹ pasa alem dese rio que vai d'Alcacere pera Setuvel per meyo da foz de Pera asy com se vai directamente topar na costaa do mar asy que des ese lugar ataa o cabo do faro fique por termo de Setuvel. Outrosy como se vay daquele lugar hu emtra o caminho de Montemaior no caminho que vay de Palmela pera Setuvel directamente per tras o outro de contra Pal-(fl. 374)mela da casa que foy de Martim Annes padre de Joam Rumeu e des y directamente a acenha que foi de Rica Razom que soia d'estar em Algodea e des y per esa ribeira acima como vai directamente pela vinha de Gonçalo Annes Carrelho e vai topar directamente na ribeira d'Alcube e pela metade dese rio d'Alcube como vai entrar no mar a par de Mouguellas. Peroo tenho por bem que eses de Palmella e d'Alcacere posam usar em os sobreditos

¹⁶¹⁰ Na margem esquerda, por outra mão: "D. Garcia Pires Mestre da Ordem no anno de 1343".

¹⁶¹¹ Palavra riscada.

lugares que derdes por termo a Setuval polla guisa que usavam os de Setuval quamdo era termo de¹⁶¹² Palmella e d'Alcacere em pacer e em talhar e se acometer que alguns de Palmela ou d'Alcacere fizerem coima em os ditos lugares que asy asinardes por termo a Setuval respoddam os de Palmella pelas ditas coimas por Palmella e os d'Alcacere das coimas que fizerem em aquello que foy seu termo respoddam por Alcacere salvo se fizerem coimas asy os de Palmella como os d'Alcacere em vinhas ou pumares ou ortas ou pães ou legumes¹⁶¹³ que sejam no termo que ora foi dado a Setuval <ou>¹⁶¹⁴ depois forem feitas ca em este caso tenho por bem que respoddam per S[e]tuval e per hy paguem as coimas e esto mesmo se emtemda se <em cada hum>¹⁶¹⁵ dos sobredictos lugares foi termo de Santiago de Cacem. Dante em Montemaior o Novo postumeiro dia de Março el Rei o mamdou per mestre Pedro e mestre Gonçalo das leis seus vasalos Joam Durâaes a fez. Era de mil e trezentos e oitemta e hum annos. *Magister P. magister Gonçalo videt.*

E nos vista a dita carta e a satisfazer ao mandado do dito senhor mamdamos chamar e fazer viir e asinamos lugar a que chegasem e chegaram peramte nos juizes e procurador e homens boons do comcelho de Palmella pera verem os lugares per hu el Rei mandava dar termo aa dita vila de Setuval do termo da vila de Palmela, *convém a saber*, como se vay do lugar hu emtra o caminho de Montemayor no caminho que vay de Palmela pera a dita vila de Setuval e no qual lugar mandamos meter hũa pedra por marco e des o dicto logo como se vay pela varzea da Ordem as casas que foram de Martim Annes padre de Joham Rumeu e no qual logo tras as ditas casas de contra Palmella mandamos meter outra pedra por marco e des hi como se vai pela vinha que foy do dicto Martim Annes asy como sai ao caminho dos pinheiros e no qual caminho mandamos meter hũa pedra por marco e des hi como se vai ao caminho de Palmela e des y a acenha que foy de Rica Razam e no qual lugar e no caminho que vay pera Alferrera mandamos meter hũa pedra por (fl. 374v) marco. Outrosy mamdamos que os de Palmela e de Setuval usassem da agoa da Fomte da Figueira que he a par da dita acenha sem coimas nenhũas e des hi asy como vay pelo ribeiro da agoa acima pelo ribeiro que vay pela vinha que foy de Gonçalo Annes Carrillho acima asy caminho que vay pera Azeitam contra o aguião e mandamos meter outra pedra por marco ao camto da vinha que foy de Joam Paez e des hi asy como vay per so o dito caminho d'Azeitam e des hi diretamente ao ponemte como vay aa Cabeça das Cavernas e no qual lugar mandamos meter hũa pedra por marco e des hi asy como vai ao Cabeço Alto de sobre a Vargea Redonda e no qual lugar mandamos meter hũa pedra por marco e des hi como se vay a hũa soverreira que estaa a so as casas d'Estevam Periz filho de Pero Mendez que he em Alcube e na qual soverreira mandamos fazer hũa cruz e des hi como se vai a ribeira d'Alcube e na qual ribeira mandamos meter hũa pedra por marco e des hi como se torna pella dita ribeira a fundo a Mouguelas e des hi topar no mar e como se torna pela ribeira do mar a dita vila de Setuval e des a dita vila de Setuval asy como se vay pelo caminho¹⁶¹⁶ pera Montemaior e mandamos poer hũa pedra por marco no

¹⁶¹² Palavra corrigida.

¹⁶¹³ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁶¹⁴ Palavra riscada.

¹⁶¹⁵ Palavra riscada.

¹⁶¹⁶ Palavra riscada.

dicto caminho acima da ponte d'Aljazur e des hi polo caminho acima e mandamos meter outra pedra por marco no dito caminho acima da vemdã d'Abrunheira e des hy asy como se vay pelo dicto caminho a topar na veia da Agoalva na qual veia mandamos meter hũa pedra por marco e de hi pela veyã da dita agoã a fumdo asy como vai topar no rio de Marateca. Os quaes lugares divisados contra a dita vila de Setuval per poder da dita carta e per mandado do dicto senhor rei damos por termo aa dita vila de Setuval o que dicto he. Outrosy pera cumprir a dita carta e no termo da vila d'Alcacere mandamos chamar os juizes e procurador e homens boons do dicto comcelho d'Alcacere e que chegassem ao dicto logo de Pera pela qual rezam chegamos ao dito logo de Pera presentes homens boons do comcelho de Setuvel e outrosy d'Alcacere e demos por termo a dita vila de Setuval per meyo da foz de Pera ataa o pardieiro que foy d'Aires Eannes direitadamente como vai topar no mar e des ho dicto logo asy como se vai a fundo topar no cabo do farom e per poder da dita carta mandamos que ho dicto concelho de Setuval aja (fl. 375) e use os dictos termos asy como lhe per nos foram devisados deste dia adiamte pera todo sempre e que faça em eles e deles o que lhes aprouver como de seu termo propio e mandamos e defendemos da parte do dicto senhor rei e da nossa aos dictos comcelhos de Palmella e d'Alcacere e outros quaesquer que sejam que lhes nom vam contra esto que he dito e mandado em parte e em todo sob penna dos nosos emcoutos de trezentos trezentos (*sic*). Em testemunho desto demos esta nosa carta ao dicto concelho per Simão Eannes seu procurador aberta sellada do nosso selo pemdente. Damte em Alcacere, XVII dias de Julho, o Mestre o mamdou, Afonso Soarez seu scrip-vam a fez. Era de mil e trezentos e oitenta e hum annos.

Ha quall carta atras escripta eu tabeliam vy escripta em porgaminho como dito he sem borradura, nem entrelinha carecente de todo vyceo e sospeção e ha fiz aqui treladar per fyl escriptvãõ per poder que do dito senhor tenho como dito he e per mim a concertey com ha propia horegynall em ha dyta vila de Palmela no dyto dya mes e Era e ha propya carta esta na camara da vyla de Setuvall. Testemunhas Pero Coelho escriptvãõ da camara de Sua Senhorya e Ffrancisco Coelho e outros. Eu Luis de Moura tabeliam na dyta vyla pelo dyto senhor que esto escrepvy e aquy meu puprico synall fiz que tal he.

(*Sinal notarial*)

Pagou III soldos (?)

(fl. 375v)

303

1530, Julho, 19 – Setúbal

Insere: 1515, Fevereiro, 15 – Florença

Trelado da bula pera os dom priores da Hordem de Samtiago e de Avis usarem das insinias ponteficais.

In nomine Domini amen. Saibam quamtos este presente puprico instrumento virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mill V^o e trimta annos aos dezanove dias do mes de Julho em a vila de Setuvall na casa da fazenda do mui illustre e excelente senhor o senhor Dom Jorje filho d'el rey Dom Joam o segundo Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coimbra etc. estando hy o licenciado Francisco Barradas comemdador de Mouguelas chamce-ler e juiz das ditas Ordens de Santiago e d'Avis logo hy em presença de mim notairo infra

escrito e das testemunhas abaixo nomeadas pareceo o bacharel Pero Machado cavaleiro da Ordem de Santiago e como procurador que he do dicto senhor Mestre e das ditas Ordens apresentou ao dicto licenciado juiz hũa bula e letra apostolica do Papa Leo comcedida em favor das ditas Ordens pera que os dom priores dellas posam usare das insynias ponteficais aseelada com seu seello de chumbo das suas verdadeiras bulas em pemdentes per fios de seda vermelhos e amarellos segundo custume romam nom viciadas, nem cancelada, nem raspada, mas carecente de todo vicioe sospeiçam segundo em ella notoriamente se mostrou e requereo ao dicto licenciado que como juiz que he das ditas Ordens interposese sua autoridade ordinaria e mandase a mim notairo que dese della o trellado em puprica forma e o asentase em este livro grande do tombo chamado o Livro dos Copos em que estão as bulas escriptas concedidas a dita Ordem de Santiago. E visto pelo dicto licenciado o pedir do dicto bacharel Pero Machado e como era em favor e liberdade da dita Ordem e yso mesmo como a dita bula era verdadeira, crara e sem sospeiçam, imterpos em ello sua autoridade ordinaria e mandou a mim dito notairo que dese dela o trellado em puprica forma e o asentase em o dicto livro pera guarda e conservação da dita Ordem. E em comprimento do mamdado do dicto licenciado juiz eu notairo fiz treladar a dita bulla per fiel escripvão da qual o trellado he o seguinte:

Leo episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam in supereminentis apostolice dignitatis specula meritis licet in paribus divina disponente clementia constituti ad ea nostre considerationis aciem solliciter dirigimus per que personarum quarunlibet perfectim sub religionis jugo altissimo famulamtium et pro orthodoxe fidei defensione pugnantium comodis et necessitatibus ac animarum saluti consulatur illisque honor accrescat et persone a recta bene vivendi norma deviantes ad statum honestatis gresus suos dirigendum reduci valeant¹⁶¹⁷ <ac> alia comcedimus prout in Domino conspicimus salubriter expedire dudum siquidem dilectorum filiorum nobilis viri Georgii ducis Colimbriensis Sancti Jacobi de Spata Sancti Augustini et de Avis Cisterciensis Ordinum Miliciarum in regno Portugalie Magistri Generalis per Sedem Apostolicam deputati ac universorum fratrum earundem militiarum supplicationibus inclinati ut fratres et milites militiarum earundem in eorum prospero¹⁶¹⁸ (fl. 376) et tranquillo statu qui<e>tius vivere possent quod ex tumc de cetero¹⁶¹⁹ perpetuis futuris temporibus fratres dictarum militiarum ratione excessuum et dilectorum per eos pro tempore perpetratorum per sedem predictam et prefatum Georgium Magistrum et alios earundem militiarum superioris pro tempore existentem duntaxat juxta excessuum et dilectorum qualitatem corrigi et punire deberent apostolica au<c>toritate statuimus et ordinamus districtuis inhibentes archiepiscopis episcopis aliisque ordinariis quibusvis in quorum civitatibus et diocese benefecia et alia bona ad eosdem fratres pertinemtia consistebant ne dictos fratres occasione delictorum et excessuum huiusmodi etiam ratione beneficiorum ecclesiasticorum per eosdem fratres pro tempore obtentorum quorum collatio provisio seu quevis alia dispositio ad eosdem archiepiscopos episcopos et alios ordinarios pertinebat seu in quibus visitationis officium eis competebat perturbare aut inquietare presumerent quo quomodo decernentes quoscumque processus et sentencias per archiepiscopos episcopos et alios ordinarios prefatos contra eosdem fratres extunc faciendos et habendos nullos et invalidos nuliusque roboris vell momenti existere prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum autem sicut exhibita nobis nuper pro parte

¹⁶¹⁷ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁶¹⁸ Segue-se uma palavra riscada.

¹⁶¹⁹ Palavra corrigida.

eorundem Georgii Magistri et fratrum petitio continebat premisis non obstantibus Magister et fratres predicti sepe numero per locorum ordinarios comunitates civitatum universitates oppidorum dominos temporales et diversas alias ecclesiasticas et seculares personas in dies diversis mediis et exquisitis coloribus in rebus personis et bonis molestentur illisque injurie et jacture inferantur et diversis processibus involuamtur militieque huiusmodi nulos habeant in conium speciales fructus seu proventus ad processuum et jurium earundem militiarum huiusmodi tuitionem defensionem seu prosecutionem luntatos seu deputatos pro parte eorundem Georgii Magistri et fratrum nobis fuit humiliter supplicatum ut eis in premissis de oportune subventionis ope providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur eosdem Georgium Magistram et fratres ac eorum quemlibet a quibusvis excommunicationis¹⁶²⁰ suspensionis et inte[r]dicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuriis et penis a jure vell ab homine quavis occasione vell causa latis siquibus quomodolibet innodati existunt ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutos fore censentes huiusmodi supplicationibus inclinati quod de cetero perpetuis futuris temporibus tertia pars frutum reddituum et proventuum cuiusunque primi anni quaruncunque preceptoriarum etiam comandariarum nuncupatarum dictarum militiarum in dicto regno consistentium quociens illa simul¹⁶²¹ vell successive per cesum vell decesum seu quamvis aliam dimisionem illa obtinentium etiam apud sedem predictam preter quam ex causa permutationis vacare contingerit pro thesauro dictarum militiarum tanquam et debita pro defensione jurium sit et esse ac in predictos et alios licitos et honestos militiarum earundem usus converti debeat ita quod fructus huiusmodi penes duos fratres cuiuslibet dictarum militiarum fide et facultatibus idoneos qui ipsarum militiarum tesaurarii nuncupentur et per Magistros earundem militiarum pro tempore existentes eligi debeant teneantur et custodiantur nec aliquomodo nisi de Magistrorum et magni prioris a iudicium militiarum earundem pro tempore existentium voluntate et a se[m]su exp[er]t[er] poss[un]t quodque liceat prefato Georgio et pro tempore existentibus militiarum huiusmodi Magistris et difinitoribus in capitulo generali per fratres earundem militiarum electis preceptorias prioratus benefecia loca omnia et personas dictarum militiarum (fl. 376v)¹⁶²² in capite¹⁶²³ et in membris reformare necnom stabilimenta et statuta licita et honesta ac sacris canonibus non contraria condere et aliqua iam comdita in totum vell in partem tolerare mutare corrigere vell modificare seu de omnibus unam compilationem facere preterea quod dilecti fillii moderni et pro tempore existentes magni prioris de Palmella et de Avis monasteriorum dictorum ordinum et militiarum Ulixbonensis et Elborensi diocese intra a nulo samdaliis cirothecis et aliis insigniis et ornamentis pontificalibus uti ac missas et alia divina officia solemniter celebrare et quociens cumque solemniter celebraverint benedictionem solemnem post missarum vesperorum et matutinarum solemniam populo ibidem existenti dummodo apostolice sedis legatus vell aliquis catholicus antistes ibi presens non fuerit tam in eorum monasteriis quam aliis ecclesiis etiam parochialibus et locis dictis militiis mediate

¹⁶²⁰ Seguem-se umas palavras riscadas.

¹⁶²¹ Na margem esquerda, por outra mão: "A 3ª parte dos frutitos das comendas que vagarem per qualquer modo". E ainda, por outra mão: "Pera defender os direitos da Ordem".

¹⁶²² Ao longo da margem esquerda, por outra mão, seguem-se várias anotações reportando-se ao conteúdo do texto: "[...] os estatuf[...]Jutros fazer"; "[...]Jusar de in[...]s pontificaes"; "[...] vestimentas [...]Jezes etc."; "[...]rdens menores seg[...]Jasalos"; "[...]Jolar as igrejas"; "[...]Jver do que non (segue-se riscado "for") <he> [...]Jadoa arre[...]Ja"; "[...] dar as indulgen[...] que dam os ordif[...]s"; "[...]São dos privile[...]jos de Cister"; "[...]Jan obrigados [...]s jejuns que os ou[...]] fies christãos".

¹⁶²³ Segue-se riscado: "te".

vell immediate subjectis elargiri ac vestes¹⁶²⁴ vasa et alia ornamenta ecclesiastica et sacerdotalia ad divinum cultum necessaria et pertinentia quocienscumque opus fuerit benedicere ac omnibus et singulis dictarum militiarum subditis fratribus et vasalis idoneis quatuor minores ordines seu primam clericalem tonsuram alias tamen rite conferre necnon omnes et singulas etiam parochiales ecclesias eisdem militiis subjectas ac capelas altaria et cimiteria earundem ecclesiarum aqua primitas ut moris est per aliquem catholicum antistitem (*sic*) benedicta quocienscumque efusione sanguinis vell seminis poluta fuerint reconciliare ac onnium et singulorum utriusque sexus Christi fidelium quoruncunque eisdem prioribus confiteri volemium confessiones audire et a quibuscumque casibus preter quam sedi predictae reservatis etiam ab illis quorum absolutio de jure vell consuetudine locorum ordinariis reservata existit absolvere et eis penitentiam salutarem mungere ac eucharistie et alia ecclesiastica sacramenta ministrare necnon easdem indulgentias et peccatorum remissiones quas archiepiscopi episcopi abates et alii prelati ecclesiastici eorum subditis de jure vell consuetudine concedere possunt ipsi magni priores omnibus et singulis fratribus militibus subditis et vasalis dictarum militiarum tam secularibus quam ecclesiasticis et religiosis quoruncunque ordinum et sexus utriusque concedere quodque tam dicti magni prioris quam ceteri preceptores et religiosi presbiteri militiarum predictarum eorum parochianos subditos et vasallos predictos quociens opus fuerit ab omnibus et singulis eorum peccatis excessibus et delictibus non tamen sedi prefate reservatis et a quibus prefati ordinarii absolvere possunt confessionibus eorum diligenter auditis eisque penitentiam salutarem mungere necnon quod prefatus Georgius et pro tempore existentes dictarum militiarum magistri necnon fratres et persone quecumque earundem omnibus et singulis exemptionibus imunitatibus privilegiis graciis indultis et concessionibus in spiritualibus et temporalibus dicto Ordini Cisterciensis¹⁶²⁵ illiusque personis et locis in genere vell in specie per sedem predictam hactenus quomodolibet concessis confirmatis et approbatis ac ineratis vicibus innovatis uti potiri et gaudere possint et valeant per inde ac si dictis militiis et earum singularibus personis per sedem eadem concessa forent eaque ad easdem militias illarumque magistros priores preceptores fratres ecclesiasticas et loca ac personas familiares et vasallos presentes et futuros in genere se extendere eaque illis expresse concessa esse demum quod priores preceptores et persone quicumque militiarum huiusmodi pro tempore existentes ubicumque constituti ad observantiam jejuniorum Adventus et aliorum quoruncunque preter quam illorum ad que observanda ceteri Christi fideles tenentur minime teneantur nec astricti sunt sed carnibus temporibus quibus (fl. 377)¹⁶²⁶ alii Christi fidelis vescuntur quarta feria cuiuslibet ebdomade duntaxat excepta sine scrupulo conscientie libere vesci quodque singuli ex fratribus militiarum huiusmodi sex missas¹⁶²⁷ pro salute animarum onnium defunctorum celebrando a celebratione duarum missarum pro singulis fratribus defunctis militiarum huiusmodi quolibet anno necnon milites et fratres militiarum earundem in sacris non constituti qui contra Christi nominis inimicos huiusmodi indefesse militare non cesant psalmos penitentiales¹⁶²⁸ cum eorum letania et orationibus solitis aut officium Beate Marie Virginis seu defunctorum recitando a

¹⁶²⁴ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁶²⁵ Na margem esquerda, por outra mão: "*Privilegios de Cister*".

¹⁶²⁶ Na margem direita, por outra mão: "*Comutação dos jejuns nos [...] do anno*".

¹⁶²⁷ Na margem direita, por outra mão: "*6 missas*". E logo de seguida: "*Dispensa os cavaleiros do officio e mais rezas*".

¹⁶²⁸ Palavra corrigida.

recitatione certi numeri orationis Dominice et salutationis angelice adque tenentur absoluti sint et aliter celebrare seu recitare nisi prout illis videbitur minime teneantur nec ad id a quoquam imuti com[...] simt et valeant auctoritate apostolica prefati tenore presentium etiam statuimus et ordinamus quocirca universis¹⁶²⁹ et singulis archiepiscopis et episcopis ac dilectis filliis¹⁶³⁰ abbatibus prioribus et aliis prelati ac personis in dignitate ecclesiastica ut ubilibet constituti per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi vell duo aut unus eorum per se vell alium seu alios presentes litteras et in illiis contenta quequunque ubi quamdo et quociens opus fuerit ac pro parte Georgii Magistri fratrum priorum et preceptorum aliorumque quorum interest predictorum seu alicuius eorum de super fuerint requisiti publicantes ac eis in premissis efficacis defensionis presidio assitemtes facirent auctoritate nostra statutum et ordinationem per easdem presentes facto huiusmodi ac omnia et simgula in eisdem presentibus litteris contenta per quoscumque locorum ordinarios et alios cuiuscunque dignitatis status gradus vell condicionis existentes per excommunicationis et alias sententias censuras et penas ecclesiasticas seu temporales etiam pecuniaras firmiter observari non permittentes eosdem Georgium Magistrum priores preceptores et alios quorum interest per prefatos locorum ordinarios seu alios quoscumque de super quomodolibet molestari et nichillominus eosquos statutum et ordinationem ac alia premissa in presentibus litteris contenta minime observasse et illis contravenisse eis constiterit censuras huiusmodi incurrisse declarent et in eventum declarationis¹⁶³¹ eiusdem ac legitimis super his seruatibus processibus censuras ipsas quociens opus fuerit iteratis vicibus aggravent et loca in quibus eos morari seu adque declinari contingerit ecclesiastico supponant interdicto contradictores quoslibet et rebeles per censuras easdem appellatione postposita conpescendo invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Pape VIII predecesoris nostri qua inter alia cavetur nequis extra suam civitatem et diocesem nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur seu ne iudices a sede deputati predicta extra civitatem vell diocesem in quibus deputati fuerint contra quoscumque procederre aut alii vell aliis vices suas committere presumant et de duabus dietis in concilio generali edita dummodo aliquis auctoritate presentium ultra tres dietas non trahatur et aliis apostolicis constitutionibus et predictorum et quorum vis aliorum ordinum ecclesiarum et locorum iuramento confirmatione apostolica vell quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus stabilimentis usibus et naturis privilegiis quoque et indul<t>is apostolicis illis et quibusvis locorum ordinariis et personas tam ecclesiasticis quam secularibus concessis quibus in quantum effectui presenciam in aliquo prevedicarent etiam si ad illorum derogationem de illis illorunque totis tenoribus de verbo ad verbum spicialis spificica et expressa mentio habemda aut aliqua exquisita forma servando (fl. 377v) esset tenores huiusmodi ac si de verbo ad verbum presentibus in sererantur pro expressis habemtes illis alias in suo robore permamsuris hac vice dumtaxat spicialiter et exprese derogamus comtrariis quibuscumque aut si ordinariis et personis prefatis vell quibusvis aliis communiter vell dunsun (*sic*) ab eadem sit sede indultum quod interdicti suspemdi vell excommunicari non posint per literas apostolicas non facientes plenam et expresam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentione et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vell spiciali cuiuscunque tenoris existat per quam presentibus non expressam vell totaliter non insertam efectus

¹⁶²⁹ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁶³⁰ Palavra corrigida.

¹⁶³¹ Segue-se uma letra riscada.

earum inpediri valeat quomodolibet vell differri et de qua cuiusque toto tenore habemda sit in nostris litteris mentio spicialis ceterum quia difficile forat presentes literas ad singula queque loca in quibus expediens fuerit deferre volumus et dicta apostolica auctoritate decernimus quod illarum transumptis manus alicuius notarii publici in derogati suscriptis et sigilo alicuius curie ecclesiastice aut persone in ecclesiastica dignitate constitute munitis ea prorsus fides in omnibus et per omnia tam in iudicio quam extra illud hadibeatur que presentibus hadiberetur si essent exhibite vell ostense. Nuli ergo onnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis statuti ordinationis mandati derogationis voluntatis et decreti infringere vell ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignatione omnipotentis Dei ac Beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Florentie anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo quinto decimo quinto decimo kalendas Martii. Pontificatus nostri anno tertio.

(fls. 378 a 379v, não existem no original)

(fl. 380)

304

1532, Abril, 15 – Setúbal

Inserere: 1531, Junho, 26 – Santarém

[...] de Christus por se [...] de Palma por dizer que os nom avia de pagar por ter o dicto abyto.

¹⁶³²In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente puprico estormento dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶³³ V^c XXXII annos aos XV dias do mes d'Abril em a villa de Setuval peramte ho doutor Francisco Tavares do desembargo do senhor Mestre e duque etc. nosso senhor e ouvidor de sua casa pareceo ho bacharel Pero Machado procurador da Ordem de Santiago e apresentou ao dicto ouvidor peramte mim notairo infra escripto e testemunhas abaixo nomeadas hũa sentença dada em a relaçam d'el Rey nosso senhor contra Dom Pero Mazcarenhas seu estribeiro moor sobre os dizimos da sua quinta de Palma dada em favor do dicto senhor Mestre e da dicta Ordem de Santiago e asynada per Rodrigo Monteiro corregedor da corte e passada pela chancelaria e pedio e requereo ao dicto ouvidor que lhe mandase dar o trelado dela em pruprica forma neste Livro dos Copos per a guarda e segurança da dita Ordem. E vysto pello dicto ouvidor seu dizer e pidir e a dita sentença como era linpa e carecente de todo vicio e sospeição segundo per ella notoriamente parecia mamdou a mim notairo que a treladase em puprico em este livro por quanto elle dava pera iso sua autoridade ordinaria da qual sentença o trelado de verbo a verbo he o seguinte:

Dom Joham per graça de Deus rey de Portuguall e dos Algarves d'Aquem e d'Alem maar em [A]frica, senhor de Guine e da Conquista¹⁶³⁴ Navegaçam, Comercio d'Etiopia, Arabia, Persya e da lmdia etc. a todolos corregedores juizes e justiçaes de meus reinos e senhores a que esta minha carta de sentença for mostrada e o conhecimento della com direito

¹⁶³² Na margem direita, de outra mão: "Sentença contra o possuidor da quinta de Palma por não querer pagar dizima".

¹⁶³³ No documento "I" com um traço horizontal por cima.

¹⁶³⁴ Segue-se palavra riscada.

pertencer saude. Faço vos saber que perante mim em esta minha corte e casa da sopraçãam e o meu corregedor dos feitos cives della se tratou hum feito civell antre partes, *convém a saber*, o Mestre de Samtiaguio e d'Avis duque de Coimbra meu muito amado e prezado primo como autor de hũa parte comtra Dom Pero Mazcarenhas fidalguo de minha casa reo da outra comtra o quall o dicto autor per seu procurador veio com hum libelo dizemdo que de dez, vimte, trimta, quarenta, cimquoeenta, cem annos de tanto tempo a esta parte que a memoria dos homens nom hera em comtraio estava em pose a Ordem de Samtiaguio per elle Mestre autor e pelos outros Mestres amtepasados de receberem do dicto Dom Pero reo e de todolos outros seus amtecesores posuidores da sua quimtãa (fl. 380v) de Palma termo da villa d'Alcacer do Sall todolos dizimos de pão e gados e legumes e de todallas outras cousas que Deus na dicta quimtã dava e elle mesmo reo os pagara sempre de muitos annos atras somente o anno presente de mill e quinhentos e trimta annos se alevantara com a dicta pagua dos dictos dizimos sem os querer pagar no que forçara e esbulhara a dicta Ordem e a elle autor e o tinha forçado e esbulhado da dicta pose em que asy estava de receber os dictos dizimos. E posto que requerido fose que desystise da dicta força e esbulho o nom quisera fazer e que desto era puprica vooz e fama pedimdo me ho dicto Mestre autor que condenase ao dicto reo que desestise da dicta força e restetuisse a elle autor e aa Ordem aa pose que tinha de receber os dictos dizimos e asy o comdenase em tudo o que se lequidase que se montara no dicto anno que lhe pagase aa mor valia e o comdenase nas custas. O quall libello lhe per mim foy recebido quanto com direito era de receber e mandey ao dicto reo que se tivesse contrariedade viesse com ella e por nom viir com ella no termo que lhe per mim foy asynado foy lamçado della e mandey ao dicto autor que dese prova a seu libello o quall deu por imquirições de testemunhas que foram acabadas e abertas e provicadas e dellas e de todo dado a vista aos procuradores das partes pellos quaes foy tanto arrezoado e dicto e aleguado que ho feito me foy finalmente concruso e visto per mim pronunciey.

Visto este feito, *convém a saber*, o libello do autor e como o reo veio com sua contrariedade e a prova que ho autor fez a seu libello e como prova que estamdo elle em pose de levar os dizimos da quimtãa da comtenda o reo se lhe alevantar com elles e lhos nom querer pagar e o esbulhar dos dictos dizimos comdano ao dicto reo que vese do dicto esbulho e restituya ao autor os dizimos com que se alevantou do anno de mill e quinhentos e trimta pera qua que na enxucaçam (*sic*) se liquidara e condano ao reo nas custas do proceso somente. E porem vos mando que asy o cumpraes e guardes e façaes inteiramente conprir e guardar como per mim he julgado, detreminado e mandado e com esta sentença façaes loguo requerer ao dicto reo condenado que desista logo do dito esbulho com que se alevantou do tempo comtehudo nesta sentença pera qua o que se liquidara na enxecuçam desta sentença e bem asy o fares requerer que dee e pague ao dicto autor de custas de proceso em que soamente he condenado, *convém a saber*, de salario do escrivam e de seu procurador feito desta sentença asynatura e chancelaria e sello della com outras despesas meudas oitocentos e sesemta e dous reaes e per que mais aja de dizima das custas que ho autor em a minha chancelaria pagou que de direito me pertencia aver oitenta e seis reaes e hum ceitill. As quaes custas foram comtadas per Gill Fernandez comtador dellas em minha corte e se o dicto reo loguo pagar nam quiser o dicto principall e custas o fareis penhorar em todos de seus bens moves e de raiz e lhos farees vemder e arrematar ao tempos¹⁶³⁵ (*sic*) comtehudos em minhas

¹⁶³⁵ Segue-se uma palavra riscada.

ordenaçam per modo e maneira que ho dito autor seja paguo e satisfeito do dicto principall e (fl. 381) custas e asy ho farees requerer que dee mais e pague ao dicto autor sesemta e quatro reaes que por elle pagou ao escrivam do salario que por sua parte no dicto feito escrepveo o que todo compre. E all nom façaes. Dada em a minha villa de Samtarem aos XXVI dias do mes de Junho. El Rey ho mandou pelo licenciado Rodrigo Monteiro do seu desembarguo e corregedor em sua corte dos feitos cives com alçada. Ruy Gomez a fez anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhentos e trimta e hum annos. Pagou setenta e cimco reaes e d'asynar cento.

E em comprimento do mamdado do dicto ouvidor eu notairo fiz trelladar em este livro a dita sentença per fiel escripvão e a concertey com ho proprio original e pasey delo este estormento pera guarda da dicta Ordem. Testemunhas que presentes estavam Pero Coelho secretario do dicto senhor Mestre e Gonçalo Borjes cavaleiro da Ordem d'Avis e outros. E eu Francisco Coelho notairo apostolico per apostolica autoridade que este estormento escrepvy e corroboroy de meu puprico synall que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 381v)

305

1533, Junho, 6 – Setúbal

Inser: 1520, Junho, 6 – Évora

Sentença dada na Rollaçam d'el Rey em que decrara as dizimas dos pescados que matam os pescadores de Cezimbra como hon de ser pagas ao comendador de Cezimbra e ao Mestre em Setuval.

In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente puprico estormento dado per mandado e autorydade de justiça virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶³⁶ Vc XXXIII annos aos seis dias de Junho em a vila de Setuval na casa da fazemda do mui illustre e excelente senhor o senhor Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. estando hy Diogo Çalema cavaleiro da Ordem de Santiago e ouvidor da casa do dicto senhor Mestre perante elle pareceo o bacharel Pero Machado cavaleiro da dita Ordem e procurador della e logo em nome do dicto senhor Mestre e Ordem em presença de mim infra escrito notayro e das testemunhas abaixo nomeadas apresentou ao dicto ouvidor hũa sentença dada na rolaçam d'el Rey nosso senhor em favor da dita Ordem escripta em papel e asynada pello licenciado Afons'Eannes e pasada pela chancelaria lynpa e sem nenhũa antrelynha, nem borradura segundo per ela notoriamente parecy da qual sentença o trellado de verbo a verbo he o seguinte:

(fl. 382) Dom Manoel per graça de Deus rey de Purtugal e dos Algarves d'Aquem e d'Alem mar em Africa, senhor de Guine e da Comquysta e Navegação e Comercio de Etiopia, Arabia, Persya e da lmdia. A todolos corregedores, ouvidores, juizes e justiçaes, officiaes e pessoas de nosos reinos a que o conhecimento desto per qualquer guisa que seja pertemcer e esta nosa carta de sentença for mostrada saude. Sabede que perante

¹⁶³⁶ No documento “/” com um traço horizontal em cima.

nos e o juiz dos nosos feitos em nosa corte se tratou hum fecto antre partes, *convém a saber*, Dom Duarte de Meneses do nosso conselho e capitam e capitam (*sic*) e governador por nos da cydade de Tamgere e comendador da vila de Cezimbra como autor de hũa parte comtra o Mestre de Santiago e d'Avis meu muyto amado e prezado sobrynho como reo da outra em o qual fecto o dicto autor veo com huns embargos ao foral novamente dado a dicta vila dizemdo em os dictos embarguos que sempre fora custume antigo de cemto annos e mais tempo que a memorya dos homens nom era em comtrairo que os pescadores moradores em Cezimbra de todo pescado que matavão em¹⁶³⁷ qualquer parte e o hiam vender a Setuval ou a outra parte qualquer sempre pagaram a dizima velha a Cezimbra homde erão moradores e nesta pose e custume estava ele embargamte per sy e per os comendadores que foram da dicta comenda e vila de Cezimbra e seus amteseçores e esto per dez, vimte, quoremta, sesemta, cemto annos e per tanto tempo que a memoria dos homens nom era em comtrayro e esto porque a dicta dizima velha que se chamava da matamça se pagar por respeito do domicilio omde eram moradores e por elo fora costumado que de todo pescado que matasem posto que ho fosem vender a Setuval ou a qualquer outras partes sempre (fl. 382v) pagaram a Cezimbra. E nesta pose e custume estava ele comendador embargamte do dicto tempo a esta parte por ser sua e lhe pertemcer per derecho e portamto se devia na dicta parte correger o foral e que ele comendador embargamte estava em pose e custume per sy e seus amteseçores per dez, vimte, quoremta, sesemta, cemto annos e de tanto tempo que a memoria dos homens nom era em comtrayro e de quanto avia que os pescadores de Setuval hyam pescar aos mares de Cezimbra de levar dizima de sacada o comendador de todo pescado que se vendia e carregava com os pescadores de Setuval dentro no lemite mares e termo de Cezimbra por quanto sempre se costumara geralmente da dicta dyzima da sacada se pagar polo comprador no logar omde se o pescado vendia e carregava posto que os pescadores fosem naturaes e moradores em outra parte e não omde eram moradores. Por bem do qual a tal dizima de sacada de pescado que os pescadores de Setuval vendiam e carregavam em Cezimbra e nos seus mares se devia pagar em Cezymbra a ele embargamte por quanto hy se pagavam os outros direitos reais e nom se hyam pagar a Setuval. E portamto na dicta parte se devia correger o foral pela maneira sobredicta e que de todo pescado que se comprava e carregava nos acedares dos pescadores de Cezimbra per quaesquer pessoas asy de Setuval ou doutra parte sempre se pagara a dizima da sacada polos compradores em Cezimbra a ele embargamte e ele estava em pose pacyfica sem comtradiçam algũa de arrecadar per sy e seus amteseçores per dez, vimte, quoremta, sesemta, cemto annos e de quanto avia que se costumava carregar pescado nos dictos acedares (fl. 383) de Cezimbra e ysto por se comprar e carregar na dicta vila e seu termo e dahy se sacar e por asy ser sem comtradyçam se provava pella imqueryçam que tirara Fernam de Pina e portamto nesa se não devia por socresto nem duvida pois nunca ouvia duvida nem comtradiçam neste caso nem Setuval neste¹⁶³⁸ caso nunca levava nem pedira dizima de sacada e portamto se devia correger na dicta parte o foral e mandarmos que ele embargamte a levase como sempre levava e desto era puvrica voz e fama. E segumdo todo esto e outras cousas mays compridamente eram comtheudas em os dictos artigos de embargos os quaes lhe por nos foram recebidos e mandado ao dicto Mestre reo que se tevese comtrariadade

¹⁶³⁷ Palavra corrigida.

¹⁶³⁸ Palavra corrigida.

que vyesem com ela com a qual veyo dizendo que o dicto Mestre per sy e per seus amtesesores os Mestres e os guovernadores pasados da dicta Ordem de Samtiago estavam em pose, uso e custume per dez, vimte, quorenta, cimquoemta, cemto annos e portanto tempo que a memoria dos homens não era em comtrayro de levar a dizima dos pescadores que os pescadores de Cezimbra e dos outros lugares da terra da Ordem de Samtiago traziam a dicta vila de Setuval que era da Mesa Mestral. E na dicta pose immemorial estava pacyficamente a qual pose era conforme a composysam que dizia que das barcas da terra da Ordem se pagase a dizima a Ordem e na dicta vila de Setuval que era da dicta Mesa Mestral e estava em pose de aver e levar a dicta dizima dos ditos pescadores de Cezimbra que seus pescadores levavão a dicta vila de Setuval a vender e hy ha pagarão sempre e nesta pose, uso e cus-(fl. 383v)tume immemorial estava a dicta vila de Setuval em nome da dicta Ordem como dicto era e os amtigos que ora eram vivos ho ouviram sempre a seus paes e avos e a outros amtigos, *convém a saber*, que sempre os dictos pescadores de Cezimbra que seus pescados levases a Setuval pagavão la a dicta dizima e pelo asy achar Fernam de Pina pelas imquerições que tirara asy em Setuval como em Cezimbra ho asemtara asy no foral, *convém a saber*, que os pescadores de Cezimbra que seus pescados levases a Setuval pagases a dizima velha e que a dizima nova pagases em Cezimbra como pelo foral se mostrava o qual devia ser guardado nessa parte como nele se comtinha e que os pescadores de Setuval que hyam pescar na costa ou nos mares adiacentes e comarquãaos a Cezimbra e Synes ou a Melides termo de Samtiago e la vemdiam seus pescados nos dictos mares os compradores que os dictos pescados nos dictos mares compravam e carregavam pagavam a dizima da sacada a Setuval e os officiaes da Ordem da dicta vila de Setuval arrecadavam a dicta dizima da sacada dos dictos compradores la nos dictos mares per sy e per pesoas que pera yso têmão encarregadas e se os dictos compradores compravão os dictos pescados com condição que os pescadores pagases todolos direitos emtão pagavão os dictos pescadores de Setuval a dicta dizima da sacada aos ditos officiaes da Ordem de Setuval asy como pagavão a sysa e os outros direitos aos nosos officiaes em Setuval e na dicta pose, uso e custume estava ho (fl. 384) dito Mestre per sy e seu (*sic*) amtesesores per dez, vimte, quoremta, cimquoemta, cemto annos e tanto tempo que a memoria dos homens nom era em comtrayro de levar a dicta dyzima da sacada aos compradores que os ditos pescados compravam e carregavão aos pescadores de Setuval nos ditos mares comarquãaos a dicta vila de Cezimbra, Sines, Melides termo de Santyago e na outra costa do mar polo modo que dicto era e non era bem dizer se que a comenda de Cezimbra levava a dicta dizyma da sacada aos compradores dos pescados que compravão aos pescadores de Setuval nos dictos mares porque nunca a levava. E que se os pescadores de Cezimbra pescavão com seus acedares demtro da foz do ryo de Setuval ou os têmão nos mares adjacemtes e comarquãaos a Setuval e a Troya e a Melides termo de Samtiaguou ou a Synes que eram lugares da Ordem os compradores que nos dictos acedares os pescados compravam aos dictos pescadores de Cezimbra pagavão a dizima da sacada a dicta vila de Setuval e os officiaes da Hordem da dicta vila de Setuval arrecadavam a dita dizima da sacada dos dictos compradores per sy e per pesoas que pera yso têmão emcarregadas. E na dicta pose, uso e custume estava o dicto Mestre per sy e seus amtesesores per dez, vimte, quorenta, cimquoemta, cemto annos e tanto tempo que a memoria dos homens nom era em contrairo de averem a dicta dizima da sacada pela compra (fl. 384v) dos dictos pescados que quaesquer compradores compravam nos acedares dos dictos pescadores de Cezimbra que têmão nos dictos mares acima decrarados pelo modo que dicto era e os amtigos que ora eram vivos asy ouviram a

seus paes e avos e a outros amigos pelo que fazia maa demanda e quanto era a dizima da sacada dos pescadores que os pescadores de Cezimbra matavam no seu mar dyamte da dita vila de Cezimbra e hy o vendiam e carregavam o dicto Mestre lhe não punha duvida tiramdo porem os mares e lemites acima dictos no artigo porque a dicta dizima era da sacada de Setuval como se continha no dicto artigo e desto era pruvica voz e fama. E segumdo todo esto e outras cousas mais compridamente eram comtheudas em sua comtrariadade com a qual oferecião certas escreturas e nos lhas recebemos e mandamos ao dicto autor que se tevese repriçaçam que viesse com ela com a qual veyo dizendo em ela que muitas vezes os pescadores de Setuval imdo pescar e vemder nos mares de Cezimbra tamto que vendiam la no mesmo mar logo os mesmos pescadores arrecadavam a dizema da sacada dos compradores que ha comprvão e sacavão la do mar sem sayrem em terra e tamto que os pescadores asy arrecadavão se tornavam pera Setuval e a levavam e davão aos remdeiros e officiaes do Mestre sem o almoxarife do comendador ho saber nem viir em sua noticia per bem do qual (fl. 385) ha tal pose era claudistina e viciosa e nom lhe devia aproveitar e que todas as vezes que os dictos pescadores de Setuval pescavam vendiam e carregavam nos mares de Cezimbra que os compradores sayam em terra logo o almoxarife dele embargante arrecadava a dicta dizima da sacada e os costrangia e fazia pagar por lhe pertemcer e bem asy quando o dicto almoxarife sabia que carregavam no mar logo hya la requerer a dicta dizima da sacada e embargar o pescado por elo e nesta pose de arrecadar a dicta dizima da sacada por os compradores que comprvão e carregavam com hos dictos pescadores de Setuval nos mares de Cezimbra sempre cada vez que o sabia estava ele comendador embargante per sy e seus antecessores e officiaes des o tempo que os pescadores de Setuval hyam pescar aos mares de Cezimbra e estava ao tempo que se fizera o foral por lhe pertencer dereitamente por rezam de se sacar des hy como se costumava em todo o reino que domde se sacava se paguava e desto era pruvica voz e fama. E segumdo todo esto e outras cousas mais mais (*sic*) compridamente não co (*sic*) contheudas em a dicta repriçação a qual lhe por nos foy recebida e mandado ao Mestre reo que se tevese trepicaçam que vese (*sic*) com ela com a qual veyo dizendo em ela que o dito reo e os Mestres e governadores do dicto Mestrado seus antecessores estavam em pose e custume immemorial de (fl. 385v) levarem a dicta dizima da sacada que os compradores pagavam de todolos pescados que comprvão e carregavam dos pescadores de Setuval que pescavam e vendiam nos mares de Cezimbra e hy carregavam posto que a dicta carregação fose feita em terra de Cezimbra e isto asy quamdo os dictos compradores compravam e carregavão nos dictos mares de Cezimbra como quando sayam com os dictos pescados em terra de Cezimbra na qual pose, uso e custume estava ele reo e seus antecessores a olhos e a face dos comendadores pasados de Cezimbra e asy do comendador embargante e asy de seus officiaes os quaes todo ho asy virão usar e pratyicar e o sabiam e comsentiam sem nunca o contradizerem nem demandarem a dicta dizima os dictos compradores que os dictos pescados comprvão aos dictos pescadores de Setuval que nos dictos mares e terra de Cezimbra se pescava e carregava como dicto era pelo que nom era bem dizer se que os pescadores de Setuval levavam a dita dizima de sacada e a davão aos officiaes do dixo reo em Setuval escomdidamente e sem os officiaes de Cezimbra saberem porque todos o sabiam e viam como dicto era nem era bem dizer se que tambem a levavam dos dictos compradores quando com¹⁶³⁹ os pescadores sayam

¹⁶³⁹ Segue-se uma letra riscada.

em terra porque tam pouco alegavam como dicto era e desto era pruvica voz e fama e segundo todo esto e outras cousas mais compridamente eram comtheudas em a dicta trepicaçam a qua lhe per nos foy recebida e mandado as ditas partes (fl. 386) que fezessem ca todo comtheudo em seus artygos recebidos pelos quaes foram tiradas imquirições de testemunhas. As quaes foram acabadas, abertas e provicadas e foram juntas ao dicto feito e sobre todo os procuradores das ditas partes ouverão a vista e rezoaram em o dicto factio tamto de seu direito de hũa e outra partes que o dicto feito foy peramte nos finalmente comcruso. E vysto per nos em rolaçam com os do nosso desembargo acordamos vysto o dicto feito e o que se per ele mostra, *convém a saber*, os artigos d'embargos e repricaçam com que o comendador da vila de Cezimbra veyo ao novo foral dado a dicta vila e a comtrariadade e¹⁶⁴⁰ repricaçam do Mestre de Samtiago e as imquirições e scripturas por hũa e outras partes dadas e oferecidas e vysto como o dycto comendador prova estar em custume de tempo immemorial per sy e seus amtecesores de levar a dizima velha dos pescado que os pescadores que da dicta vila de Cezimbra vam vender a vila de Setuval sem comtradição algũa decramos a dicta dizima velha pertemcer ao dicto comendador e comendadores que pelos tempos da dicta vila de Cezimbra forem e nesta parte mandamos a Fernão de Pina que corega e emmende o dicto foral ficando aos dictos pescadores a dicta vila de Cezimbra seu¹⁶⁴¹ direito resguardado (fl. 386v) se emtemderem que o tem comtra o dicto Mestre sobre a dizima que lhe pagão do dicto pescado quando o levão vender a dicta vila de Setuval. E vysto como o dicto Mestre prova estar em custume e pose per sy e seus amtecesores de tempo immemorial de receber a dizima da sacada do pescado que os pescadores da dicta vila de Setuval com suas caravelas matão nos mares da dita vila de Cezimbra posto que hy o vendam e carregem declaramos a dicta dizima da sacada pertemcer dereitamente ao dicto Mestre e seus socesores e mandamos que neste caso se guarde o capitulo do dicto foral e defemdemos ao dicto comendador que nam leve dizima da dicta sacada aos ditos pescadores no dicto caso e a dizima da sacada do pescado que se matar nos mares da dicta vila de Cezimbra e em qualquer parte pelos pescadores dela em seus acedares e na dicta vila de Cezimbra se comprar e carregar per quaesquer pessoas asy naturaes de Setuval¹⁶⁴² e das terras da Ordem como per quaesquer outras do reino declaramos pertemcer somente ao dicto comendador de Cezimbra vysto ho custume em que o dicto comendador esta e o que nesse caso comfesou o dicto Mestre em sua comtrariadade ao qual defemdemos que nam mande arrecadar a dicta dizima pola dicta sacada. Porem a do pescado que os pescadores de Cezimbra matarem em suas caravelas e acedares em mares de Setuval, Troya e Melides e hy o venderem declaramos a dicta dizima da sacada per-(fl. 387)temcer ao dicto Mestre vysto sua imqueryção e mandamos que segundo forma desta sentença seja entregue aos ditos Mestre e comendador o dinheiro que esta socrestado por esta causa e os comdenamos nas custas asy como vemcem e sam vemcidos. E porem vos mandamos que asy cumpraes e guardes e façaes comprir e guardar como per nos he julgado e acordado e mandado e com esta nosa sentença fares requerer ao dicto comendador autor que de e page ao dicto Mestre reo de custas que fez asi dias de pessoa de hum seu requerador, feito desta sentença, asynatura e chancelaria dela e outras despesas meyudas quatro mil e cemto e

¹⁶⁴⁰ Palavra corrigida.

¹⁶⁴¹ Palavra corrigida.

¹⁶⁴² Palavra riscada.

trimta reais. As quaes custas foram comtadas per Gil Fernandez noso comtador e comtador delas em nosa corte e nam querendo ele loguo pagar vos lhe fazey pagar per seus bens moves e os fazey vemder e arrematar aos tempos comtheudos em nosas ordenações em tal maneira que o dito reo aja <e seja> logo paguo dos dictos quatro mil e cemto e trimta reais e per que mais aja de dizima das dictas custas que logo pagou em a nosa chancelaria quatocecmto e treze reais. E all nom façades. Dada em a nosa cydade d'Evora aos seis dias do mes de Junho. El Rei o mandou pelo licenciado Afoms'Eannes do seu desenbargo e juiz dos seus feitos. Pero da Mata a fez. Anno do nacemento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e vimte annos. Pagou CXXXVII reais e d'asynar C reais.

(fl. 387v) E apresentada asy a dita sentença como dicto he logo pello dicto bacharel Pero Machado foy requerydo ao dicto ouvidor que lhe mandase dar o trelado della em puprica forma em este livro e tombo da Ordem pera sua guarda. E visto pello dicto ouvidor seu dizer e pedir e asy a dita sentença como era linpa e sem nenhũa sospeyta e carecente de todo vicyo mandou a mim notario que lhe dese o trellado da dita sentença em puprica forma por quanto ele interpunha e dava pera elo sua autoridade ordinaria. Em comprimento do qual eu notario a fiz trelladar e a concertey bem e fielmente com a propia original com amtrelynha que diz “e seja” e pasey diso este estromento. Testemunhas que presentes estavam Pero de Gouvea contador da casa do dicto senhor Mestre e Alvaro d'Oliveira seu porteiro da fazenda e outros. E eu Francisco Coelho notario apostolico per apostolica autoridade e notairo puprico geral per autoridade d'el Rey noso senhor em totalas cousas tocantes ao dicto senhor Mestre e seus (*sic*) Mestrado (?) e terras que este estromento escrevi e meu synall fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fls. 388 e 388v, não existem no original)

(fl. 389)

306

1533, Junho, 16 – Setúbal

Inserere: 1521, Dezembro, 2 – Lisboa

Sentença dada na Rolação d'el Rey noso senhor em que decrara que as terras da Ordem ham de ser demandadas presente ho juiz da Hordem.

In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente pubrico instrumto dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacymento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e V°XXXIII annos aos XVI dias do mes de Junho da dicta Era em ha villa de Setuwall dentro em a casa da fazenda do muito ilustre e excelente senhor ho senhor Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coimbra etc. estando hy ho licenciado Ffrancisco Barradas comendador de Mougelas e juiz das dictas Hordens loguo hy presente elle pareceo ho bacharell Pero Machado cavaleiro da dicta Hordem de Santiago e procurador das dictas Hordens e loguo em nome do dicto senhor Mestre e Hordem em prezença de mim notairo apostollico infra escripto e das testemunhas ao diante nomeadas apresentou ao dicto licenciado juiz hũa sentença dada na rolação d'el Rey noso senhor em favor da dicta Hordem escripta em papell e asinada pello doutor Diogo Periz corregedor dos feitos cives pasada pela chancelaria e asellada de hum sello redondo de cera vermelha linpa e sem nenhũa antrelinha, nem borradura, nem respançadura,

segundo per elle *prima facie* parecia e da quall sentença ho trelado de verbo a verbo he o seguinte:

(fl. 389v) Dom Manoell per graça de Deus rey de Purtugall e dos Algarves d'Aquem e d'Alem mar em Africa, senhor de Guine e da Conquista e Navegação e Comercyo d'Ethiopia, Arabia, Persia e da India a todolos corregedores, ouvidores juizes e justiças de nossos regnos a que esta nosa carta de sentença for mostrada saude. Fazemos vos a saber que perante nos em esta nosa corte se tratou huum fecto civell antre partes Dom Diogo Lobo do noso conselho e veador da nosa fazenda e baram d'Alvito como autor da hũa parte e Joam Nunez juiz dos horfãos em a villa d'Alcaçar do Sall e opoente ho Mestre de Santiago e d'Aviis duque de Coinbra meu muito amado e prezado sobrinho per seu procurador em ho quall fecto ho barão veio com huum libello dizendo que antre hos beens e propiedades que pertencyam a hũa capella de Costança Vaaz de que elle he administrador e ho forão seus antecesores, *convém a saber*, seu avoo Diogo Lopez Lobo e depoes sua may Dona Maria asy hera huum moinho que esta na Ribeira d'Arcão termo da dicta villa com todas suas terras e logradouros, entradas e saidas a elle pertencentes o quall partia da hũa parte com azinhaga da Carrasqueira e da outra com vall d'Aguisado do quall moinho e terras senpre elle autor esteve em pose per sy e seus antecesores de X, XX, L^{ta} annos e tanto tempo que ha memoria dos homens nom he en contrairo dando a de sua mão elle autor a quem lhe bem vinha e arrendando as terras delle que dentro de suas confrontações estam pera hy pacerem egoas e gado outro (fl. 389 A) muito e diso lhe pagavão certo trigo segundo que se avinhão as quaes terras hera hũa varzea que despoes abriram os caseiros e foreiros do dicto moinho e fizeram hũa lezira da dicta terra a quall varzea que ora he lezira senpre foy avida e nomeada por delle autor e seus antecesores e elle autor e seus antecesores a persuirão per sua per XX, L^{ta}, LXXX, cem annos e tantotempo que ha memoria nom he em contrairo e ha arrendarão por sua levando do pacyguo das bestas e gados que na dicta varzea que ora he lezira pastavão certa cousa por cada cabeça e que antre as terras que asy pertenciam e herão do dicto moinho he hũa mata d'Arcanzinho e por terras do moinho foy avido e nomeado por ser dentro das dictas confrontações da quall mata esta de pose per sy e seus antecesores dos dictos XX, L^{ta}, oitenta, cem annos levando certa cousa de cada pesoa que hy corte lenha pera cadeiras e outros mesteres. Das quaes terras, *convém a saber*, lezira e mata ho dicto reo se envistio e posue sem titollo algum valido e posto que lhe elle autor requerese que abrise mão das dictas terras e as leixase livres e desenbargadas a elle autor ho recusou e recusava fazer. E desto hera publica voz e fama pidindo ho procurador do barão contra ho dicto reo que ho condenasemos que abrise mão da dicta lezira e mata e as leixase livres e desenbargadas a elle autor com todo ho que renderão e poderiam render e ho condenasemos nas custas. O qual libello per nos foy recebido ao barão e ho contestamos por parte do dicto reo per a clasulla jerall e mandamos que se tivesse¹⁶⁴³ elle reo artigos de contrariedade que viesse com elles com a quall elle veio dizendo que (fl. 389v A) as terras e lezira per que elle reo hera demandado herão da Hordem de Santiago e hos Mestres da dicta Hordem estiverão em continoa e pacyfica pose per sy per seus lavradores e criadores per dez, XX, XXX, R^{ta}. LX, oitenta, cento, duzentos annos recolhendo hos fruitos do aproveitado e pas-

¹⁶⁴³ Palavra corrigida.

cendo ho valdio com seus gados e com hos gados daquelles que alii per sua licença andavão e senpre fora a dicta terra avida e persuida por da Hordem e que estando asy em a dicta pose a Ordem mandando el rey Dom Joam ho segundo que Deus tem visitar ho Mestrado de Santiago por hum Francisco Porto Carreiro e por Luis Periz prior de Santiago de Cacem anbos eleitos pellos Treze e visitando hos sobredictos a villa d'Alcacere na Era de quatrocentos e LXXXIX aos VII dias de Julho aforarão as terras e lezira da contenda ao pay do reo com condição que da terra aproveitada pagase ho quarto e dizimo e dos maninhos pagasem de onze alqueires dous. O quall aforamento foy em pregão procedendo totalas solenidades que em dirreito se requerem do quall aforamento lhe fizerão ha pubrica escriptura que anda nestes autos e por vertude della foy em pose instido (*sic*) e do dicto tempo pera qua ho dicto seu pay e elle reo persuirão como foreiro da Hordem sem contradicção algũa a olhos e face do autor e seus caseiros e feitores e por elle reo e seu pay persuir a dicta terra e lezira elle autor lhe fazia maa demanda segundo em a dicta contrariedade do reu todo esto e outras muitas cousas melhor e mais conpridamente hera contheudo (fl. 390) hos quaes arrtigos de contrariedade lhe nos recebemos e mandamos ao barão se tivese reparaçãõ que viesse com ella com a quall per seu procurador veio dizendo que ha lezira e terra dada ao reo e que elle persuio fazia alem da ribeira escontra ho sull e ahy esta a lezira que elle e seu pay diziam persuir o que lhe hera dada a quall entesta na ribeira e a lezira e terra da contenda jazia dest'outra parte da ribeira escontra ho norte e asy a terra e mata d'Arcamzinho estava fora das demarcações segundo na carta d'aforamento facta ao pay do reo e a elle porque ha terra que lhe foy aforada parte com terra dos clerigos e com terra d'Estevão Serrão que ora era dele autor ao levante e com ha colmeada agoas vertentes per a dicta ribeira e da parte de cima parte com matos e terra da Ordem e fora destas demarcações estava a lezira e mata d'Arcamzinho da contenda e estam dentro de suas demarcações contheudas no libello e hera terra do moinho e por asy estarem dentro de suas demarcações da dicta lezira e mata e elle autor per sy e seus antecessores estiverão em pose de vinte e R^{ta}, LX, LXXX e cem annos della arrendando a e aforando a como aforarão seus antecessores d'Estevão Serrão e despoes a outros muitos e por da capella forão avidos e nomeados e posuidos pello que he falso dizer serem da Hordem nem elle reo ho posuir senão de hum anno a este cabo que sem justo titollo se envistira nelle pello que devia della d'abrir mão. E desto hera pubrica voz e fama segundo em hos arrtigos de reparaçãõ todo esto melhor he contheudo hos quaes nos recebemos e pera se nom tratar este factõ em perjuizo da Ordem ho procurador do reo apresentou hũa carta do Mestre (fl. 390v) per que nos fazia a saber que lhe fora dada hũa nosa carta pera que ho aviamos por citado a pitição do dicto reo pera ho defender em nome da Ordem alegando sobre ello de seu dirreito per seu procurador. E nos mandamos que ho reo viesse com arrtigos de tripicação sem embargo do qu'esto alegava e ho procurador e ho procurador (*sic*) do Mestre se agravou dello per sua pitição e nos mandamos hir hos autos a rolação. E vistos per nos em relação com hos do noso desenbarguo acordamos que ho procurador do Mestre he agravado em ho noso corregedor nom conhecer de sua exceiçam decrinatoria e proceder pello factõ em diante. E corregendo nos ho dicto agravo mandamos ao dicto noso corregedor que conheça da dicta exceiçãõ visto como ho reo he demandado pello senhorio dirreito das terras da contenda e alega as persuir em nome da Ordem e ho Mestre convinha defender como senhorio dirreito. Portanto ouvidas as partes sobre a dicta exceiçãõ fara justiça e em conprimento de noso mandado e desenbarguo da rolação mandamos hir ho factõ perante nos concurso. E visto per nos todo

remetemos este fecto ao juiz da Hordem de Santiago e ho barão per seu procurador se agravou em ho noso corregedor remeter ao juiz da Ordem sem primeiro lhe mandar vir com sua exceção e nos mandamos vir ho fecto perante nos. E visto per nos em relação com hos do noso desenbarguo acordamos que ho sopricante he agravado per ho corregedor em remeter ho conhecymento deste fecto ao juiz da Hordem de Santiago. E porem visto ho desenbarguo da nosa relação mandamos ao noso corregedor que proceda na dicta exceção segundo forma do dicto desenbarguo mandando ao dicto reo que viesse com sua exceção em forma de como posuia as dictas terras da mão do Mestre de Santiago. (fl. 391) E ouvidas as partes sobre ello como em ho dicto noso desenbarguo da rolação se continha e visto todo per nos mandamos ao reo que formase artigos de sua exceção declinatoria em forma juridica que fossem de receber e em comprimento de noso mandado ho procurador do Mestre veio com hũa exceção declinatoria em nome do dicto Joam Nunez reo dizendo que as terras e lezira por que elle reo he demandado sam da Hordem de Santiago e hos Mestres de Santiago estiveram senpre em continoia e pacyfica pose delos per sy e seus lavradores per espaço de dez, XX, XXX, R^{ta}, C, duzentos annos e per tanto tempo inmemoriall e sendo asy as terras e lezira da contenda da dicta Ordem e estando de pose dellas como dicto he no anno de IIII^cLXXXIX as terras e lezira da contenda forão aforadas pellos officyaes e visitadores da dicta Ordem ao pay do reo segundo forma e maneira contheuda na carta do aforamento per bem do quall aforamento ho pay do reo e asy elle reo despoes da morte do dicto seu pay persuirão senpre as dictas terras e leziras da contenda em nome da Hordem e pagarão senpre ho foro dellas ha Ordem e por ora ho dicto autor dizer que as dictas terras e lezira da contenda sam suas elle reo chamou per autor ao Mestre da dicta Ordem e se deu por autor por asy ser demandado ho dirreito e senhorio das dictas terras e lezira da contenda per ho dicto autor sendo as dictas terras da dicta Ordem e estando dellas de pose como dicto he e ho dicto Mestre ser dado por autor ho conhecymento desta causa pertence ao juiz da dicta Ordem e nom a outrem por iso ao juiz da dicta Ordem (fl. 391v) devia este fecto ser remitido que hera o propio juiz desta causa o que asy pidia ser julgada com has custas. E desto hera publica voz e fama segundo em ha dicta exceção declinatoria todo esto e outras muitas cousas melhor e mais conpridamente hera contheudo. A quall nos recebemos ao reoe mandamos ao barão que se tivesse artigos de contrariedade ha dicta exceção que viesse com ello com a quall veio dizendo que ha lezira e mata d'Arcamzinho no libello do autor pididos hera sua e por sua e de seus antecessores foy avida e posuida stando elle e hos dictos seus antecessores de pose de XX, trinta, R^{ta}, LX, LXXX, C annos e tanto tempo que ha memoria dos homens nom he em contrairo arrendando as elle autor e seus antecessores e aforarão a seus antecessores a Estevão Serrão e aos outros. E por da capella de Costança Vaaz e pertença do moinho forão avidos e nomeados e persuidos pello que he falso dizer serem as dictas lezira e mata da Hordem nem estar ha Hordem em pose senão este reo que de hum anno a esta parte se emvistio na pose dellas sem justo titollo como no libello he contheudo e que ha lezira e terra dada ao reo e que elle e ha Ordem persuiram fazia alem da ribeira escontra ho sul e hy esta a lezira que ho reo e seu pay dizia persuirem e que lhe hera dada. A quall entesta na dicta ribeira e a lezira e terra da contenda jazia dest'outra parte da ribeira escontra ho norte e asy ha terra e mata d'Arcamzinho estava fora das demarcações contheudas na carta do aforamento fecta ao pay do reo e despois a elle reo porque ha terra que lhe foy aforada e de que ha Ordem dizia estar (fl. 392) em pose parte com terra de clerigos e com terra d'Estevão Serrão que ora he

delle autor ao levante com ha colmeada agoas vertentes per a dicta ribeira e da parte de cima partia com matos e terra da Hordem e fora destas demarcações estava esta lezira e mata d'Arcamzinho da contenda e estava dentro das demarcações contheudas no libello e hũa terra do moinho e fora per hũa varzea ha lezira que despoes abrirão hos caseiros e foreiros do dicto moinho e fizerão ha dicta varzea e a lezira da contenda a quall varzea que ora he lezira senpre foy avida e nomeada por delle autor e seus antecesores e elle autor e seus antecesores a posuiram por sua per XX, R^{ta}, LX, LXXX, cem annos e ha arrendarão por sua levando do pacyguo das bestas e gados que na dicta varzea que ora he lezira pastavam certa cousa por cada cabeça e asy esteve per sy e seus antecesores de pose d'Arcanzinho, *convém a saber*, da mata levando cousa certa por cada pessoa que ahy cortava lenha pera cadeiras e outros mesteres e asy hera falso dizer que ha Ordem esteve em pose nem que ha terra da contenda fora aforada nem divia ser remitido ao juiz da Hordem porque ho noso corregedor da corte hera desto juiz. E desto hera publica voz e fama segundo em hos dictos arrtigos todo esto e outras muitas cousas melhor e mais conpridamente hera contheudo hos quaes nos recebemos ao dicto autor e mandamos ao reo que se tivesse arrtigos de repricação que viesse com elles com a quall elle Joam Nunez reo veio dizendo que as terras e lezira contheudas em seu aforamento que ha Ordem de Santiago lhe fezera que nos autos andava partiam com estas confrontações seguintes, *convém a saber*, com terra dos clerigos e com terra de Estevão Serrão e partião pella colmeada agoas vertentes per a ribeira d'Arcam e da parte de cyma partiam com matos e terra maninha da dicta Hordem e vay ter ao porto dos cavaleiros e com outras confrontações as quaes confrontações sam asy d'aquem (fl. 392v) como d'alem da ribeira e per as dictas confrontações foy fecto ho dicto aforamento e per elles esteve senpre a Ordem de pose e se alguuns gados asy do autor como doutras partes nelles pastasem seriam como em terras que estão maninhas e vizinhas pello que nom he bem dizer ho autor que as dictas terras entestam na dicta ribeira somente poes que sam d'aquem e d'alem e todas as leziras cobriam hos estos (*sic*) salgados de maneira que ha Hordem esteve senpre e esta em pose das dictas terras pellas dictas confrontações arriba declaradas por iso deve ho reo ser rimetido ao juiz da Hordem a que ho conhecymto deste caso pertence e que a lezira e mata d'Arcanzinho fora senpre avida e persuida por da dicta Hordem e per asy ser da dicta Hordem aforou ao dicto reo e asy a huum Gaspar Diaz morador em Alcacere e a suas molheres e filhos pera senpre. O quall Gaspar Diaz ainda neste caso não foy cytado nem demandado nem menos ho Mestre pello que por asy a dicta Ordem estar em pose de todo o que dicto he e hos sobredictos serem seus foreiros divia todo ser remitido ao juiz da Hordem como dicto he o que asy pidio ser julgado. E desto hera publica voz e fama segundo em hos arrtigos de repricação todo esto e outros muitas cousas melhor e mais conpridamente hera contheudo hos quaes nos recebemos e mandamos que se ho autor tivesse arrtigos de tripricação que viesse com ello com ha quall nom veo e ho lançamos della e mandamos que desem prova a seus arrtigos recybidos e asy por parte do autor como do reo forão tiradas inqui[r]ções de testemunhas e forão acabados e sem embargo do procurador do barão alegar que nom foy tiradas suas testemunhas pello libello as ouvemos por abertas e pobricadas e foy tanto alegado por parte do dicto Joam Nunez reo (fl. 393) e da Hordem que ho dicto autor per seu procurador veio com huuns artigos dependentes e sobre elles alegou tanto ho procurador da Hordem por oferecer com elles escripturas que ho fecto foy perante nos concurso. E visto per nos sem embargo dos arrtigos do autor hos quaes nom recebemos mandamos que falasem ho autor

a bem do fecto e por lhe não recebermos hos artigos e suas testemunhas nom serem perguntadas e se nom mandarem perguntar pello libello ho autor se agravou per sua pitição. E visto todo per nos mandamos hir hos autos a relação e visto per nos em relação com hos do noso desenbargo acordamos que nom proviamos ao autor visto o que mostrava pollos autos e ho procurador nom falou a bem de fecto mas veio alegando que mandasemos viir as propias inq[ui]r[ri]ções e sobre tudo o dicto procurador do reo lhe respondeo e ho fecto foy finalmente perante nos concruso. O quall visto per nos a exceição declinatoria com que ho reo veo a quall per mandado da rolação foy recebida e a contrariadade com que ho autor a ella veo e como ho reo prova estar em pose destas lezira e mata per titollo da Hordem e por tall he avido segundo per esta inq[ui]r[ri]ção que o reo dase prova sem embargo da prova do autor. A quall pera este caso nom abasta o que tudo visto com ho mais que se pello fecto mostra remetemos ho reo ao juiz da Hordem perante quem ho autor pode demandar e seja sem custas visto ho caso quall he. E ho autor per seu procurador agravou per sua pitição em pronuncyarmos sobre ha declinatoria sem ele primeiro falar a bem de fecto e nos mandamos hir hos autos ha rolação. E visto per nos em relação com hos do noso desenbargo acordamos que ho barão autor hera agravado pello noso corregedor em julgar finalmente este fecto antes do autor falar a bem de fecto e corregendo em seu agravo mandamos viir (fl. 393v) os propios inq[ui]r[ri]ções pello autor requi[rri]das que neste fecto foram tiradas e com ellos falassem as partes he bem de fecto e com todo fose ho fecto julgado finalmente como fose justiça e foy satisfecto a noso mandado e as propias inq[ui]r[ri]ções vieram e forão juntas ao fecto e sobre ellos foy foy tanto alegado finalmente tanto por parte do autor e do reo alegado que ho fecto foy perante nos concruso. O quall visto per nos mandamos que se conprise noso desenbargo em todo em que remetemos este fecto ao juiz da Ordem de Santiago pellas rezões e fundamentos contheudos em ho dicto noso desenbargo sem embargo do que mais creceo em estes autos e ho autor per seu procurador se nos agravou de asy ho nosso corregedor hos remeter ao juiz da Hordem e nos mandamos hir hos autos ha rolação. E visto per nos em relação com hos do noso desenbargo acordamos que ho barão não he agravado per ho dicto noso corregedor e mandamos que se conprise o que pello dicto noso corregedor he mandado e porem nos mandamos que asy ho cunpraes e guardees e façaes conprir e guardar como per nos he pronunciado detriminado e julgado e pello dicto noso corregedor mandado e ho dicto autor não seja ouvido perante ho juiz da Hordem ate que primeiro não de e page ao reo setecentos e vinte e quatro reais que por elo pagou ao escripvão do fecto do que por sua parte escrepveo e se não quiser seguir a causa ou não quiser pagar mandamos que seja penhorado em tantas de suas rendas que valhão a dicta conta em maneira que ho reo seja paguo como dicto he. Dada em ha nosa cidade de Lixboa aos dous dias do mes de Dezembro. El Rey ho mandou per ho doutor Diogo Periz do seu desenbargo e ao corregedor em sua corte dos feitos cives. (fl. 394) Gomez Eannes a fez. Anno do nacymento de Noso Senhor Jhesus Christo de mill e V^c XXI annos.

E apresentada asy a dicta sentença como dicto he loguo pello dicto Pero Machado foy requi[rri]do ao dicto licenciado juiz que lhe mandase dar ho trelado della em publica aforma em este livro e tonbo da Hordem pera sua guarda. E visto per o dicto licenciado juiz da dicta Ordem seu dizer pidir e asy a dicta sentença como dicto he ser linpa e sem nenhũa sospeita e carecente de todo vicyo mandou a mim notairo apostollico que lhe desse ho trelado desta dicta sentença em publica forma porquanto elle antrepunha e dava pera ello sua autoridade ordinaria em con-

primemento do quall eu notairo treladey a dicta sentença per minha mão verdadeira e fiellmente. Testemunhas que a todo forão presentes ho bacharell Gonçalo Simão capellão do do (*sic*) dicto senhor Mestre e do seu desenbarguo e Alvaro Ferrnandez guarda reposta e ho bacharell Diogo Acyado e outros. E eu Lourenço Vaaz notairo apostollico que esta sentença per minha mão em este livro do tonbo da propia treladey e em ella meu pubrico signall fiz que tall he.
(*Sinal notarial*)

(fl. 394v)

307

1534, Junho, 19 – Setúbal

Insero: 1534, Junho, 15 – Évora; s/d

Trellado da protestaçam que se fez por parte da Ordem de Santiago e Avis de nom perjudicarem actas as constetuiçõis factas no sínodo.

In nomine Domini amen. Saibam qumtos este presentem puprico estromento virem que no anno do nacimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^cXXXIII^o anos aos XIX dias de Junho em a villa de Setuval peramte Lourenço Vaaz vigairo em ella pelo senhor cardeal pareceo o bacharel Pero Machado procurador das Ordens de Santiago e d'Avis e apresentou ao dicto vigairo hum puprico estromento de protestaçam tirado dante o senhor cardeal por parte das dictas Ordens e lhe requereo peramte mim notairo infra escrito e das testemunhas abaixo nomeadas que lhe mandase dar o trelado do dicto estromento em puprica forma neste Livro dos Copos por quanto se esperava dele d'ajudar. E visto pelo dicto vigairo seu dizer e pedir e asy ho dicto estromento como era linpo e carecente de todo vicio e sospeiçam segundo per ele notoriamente parecia mandou a mim notairo que lhe dese o dicto trelado em puprica forma por qumto elle interpunha e dava pera ello sua autoridade ordinarya em conprimento do qual eu notairo o treladei do proprio por bem e fielmente e o trelado he o seguinte:

In nomine Domini amem. Saibam qumtos este presentem pubrico estromento de protestaçam virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶⁴⁴ V^cXXXIII^o annos aos XV dias do mes de Junho em a cidade d'Evora nos paaços do mui excelemt per mercee padre illustrissimo senhor cardeal iffante que dentro em a sua camara estamdo hy Sua Alteza perante elle dicto senhor pareciam os homrrados Diogo Rodriguiz prior do Torram da Ordem de Santiago e frey Gonçalo prior de Vila Viçosa da Ordem d'Avis e em nome do illustrissimo senhor Mestre das dictas Ordens e das mesmas Hordens apresentaram a Sua Alteza em presença de mim puprico notairo infra nomeado e das testemunhas adiamte escritas hũa cedula per eles asinada de protestaçam escrita em papel a copia da qual de *verbo ad verbum* he o seguinte:

Senhor dizem Diogo Rodriguiz prior na Ordem de Santiago e frey Gonçalo prior na Ordem d'Avis em nome do Mestre das dictas Ordens e das mesmas Ordeens que por alguns priores delas serem postos aa cura das almas vieram a este sínodo que Vossa Alteza ora celebrou em esta sua see cathedral deste seu bispado

¹⁶⁴⁴ No documento “/” com um traço horizontal em cima.

d'Evora por serem pera iso chamados e porque pode ser que em parte ou em todo algũa cousa seja facta em perjuizo do dicto Mestre e Ordens e pessoas delas e contra seus privilegios, exempções, costumes inmemoriaes e composições em as constetuições que o dicto sinodo asentou que se guardasem em seu bispado e mandou pubricar. O qual perjuizo eles pelo presente agnoram (*sic*) o qual pode ser e quejando e ao diante se pode declarar e parecer portamto elles em nome dos sobredictos Mestre e Ordens e pessoas dela e liberdades e costumes inmemoriaes e posse protestam nunca em nenhum tempo perjudicar cousa algũa nem serem vistos consentir nem aprovar cousa algũa amtes protestam todo o fecto ordenado statuido contra as dictas Hordeens e liberdades e privilegios e isenções e composições, foros e costumes delas ser ixxito (*sic*) e nenhum e de nenhum effecto e vigor e sempre em todo e per todo se cumprir e guardar suas liberdades e pera guarda e conservaçam dos sobredictos pedimos a Vossa Alteza nos mamde passar huum estromento e muitos se nos comprirem com o trellado desta protestaçam pera guarda e conservaçam da justiça¹⁶⁴⁵ dos sobredictos e nisto nos fara merce.

E apresentada asy a dita cedula como dicto he o dicto senhor cardeal a tomou em suas mãos e a leo de *verbo ad verbum*. E lida deu em resposta que ele nom agravara nem esperava d'agrarar o dicto Mestre nem Ordens nem menos pessoa algũa e que eles protestantes nom declaravam (fl. 395) cousa algũa em que os agravase porque elle estava prestes pera lhes guardar toda justiça quamdo lhe requeryda fosse e salvo todo o dirreito da sua igreja cathedral d'Evora cousa nenhũa lhe perjudicar, mandou a mim notairo que lhes dese os instrumentos que na dita cedula pediam e desta resposta lhe dese a elle dicto senhor outros quantos lhe conprisem. E eu notairo dey este ao dicto Diogo Rodriguiz que em nome da dicta Hordem de Santiago mo pedio por quanto o dicto frey Gonçalo tirou outro pera a Ordem d'Avis. Testemunhas que presentes foram os muito homrrados Francisco Memdez de Vila Lobos fydalgo da casa do dicto senhor e seu paje da campainha e Ffrancisco d'Alcoutim moço da camara e outros chamados e rogados. E eu Luis Gonçalvez Botafogo publico per apostolica autoridade notairo e escrivam da camara de Sua Alteza que a todo o sobredicto com as dictas testemunhas presentem fui. E tirado asy vi, ouvi e entendi e em minha nota o escrevi da qual este publico estromento tirei e de minha propia mão escrevi e sobescrevi e em elle meu puprico e consueto sinal nome e cognome corroborei *rogatus et requesitus*.

E trelladado asy ho dicto instrumento per mim notairo pasey este estromento na forma sobredicta pera guarda da dita Ordem a requerimento do dicto procurador della. Testemunhas que presentes estavam Pero de Gouvea e Pero Homem cavaleiros da Ordem d'Avis e outros. E eu Francisco Coelho notairo apostolico per apostolica autoridade que este estromento escrevi e meu synal fiz que tall he.

(*Sinal notarial*)

¹⁶⁴⁵ Palavra corrigida.

(fl. 395v)

308

1535, Outubro, 8 – Setúbal

Insere: 1535, Outubro, 4 – Setúbal

Trellado em puprico de hum estromento de obrigaçam que Pero Figueira d'Alcacere fez sobre a logea dos azeites dos lagares da Ordem da dita villa.

In nomine Domini amen. Saibam quamtos este presente puprico estromento dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil¹⁶⁴⁶ V^cXXXV annos aos VIII^o dias do mes d'Outubro em a vila de Setuval peramte o licenciado Francisco Barradas comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Samtiago e d'Avis pareceo o bacharel Pero Machado procurador das ditas Ordens e apresentou ao dicto licenciado peramte mim notairo infra escrito e testemunhas abaixo nomeadas hum puprico estromento de obrigação que Pero Figueira escudeiro morador em Alcacere fez sobre a logea da Ordem que estaa em a dita vila em que se recolhem os azeites dos alaguares o qual era factio per Estevam Gonçalves puprico tabeliam em a dita vila de Setuval e asynado de seu puprico synal e requereu ao dito licenciado que lhe mandase dar o trellado do dicto estromento em puprica forma em este Livro dos Copos pera nele se achar per a guarda e segurança da dita Ordem de Santiago. E visto pelo dicto licenciado seu dizer e pedir e asy o dito estromento como era limpo e carencente de todo vicio e sospeição segundo per ele notoriamente parecia mandou a mim notairo que lhe pasase este estromento com ho trelado delle porque entre elle interpunha e dava pera ello sua autoridade ordinaria em comprimento do qual eu notairo o treladei bem e fielmente e o trellado delle he este que se segue todo de *verbo ad verbum*.

Saibam quamtos este estromento d'obrigação virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil¹⁶⁴⁷ V^cXXXV annos aos IIII^o dias do mes d'Outubro em a vila de Setuval nas casas da morada de mim tabeliam em minha persemça e das testemunhas abaixo nomeadas e ao diante escritas peramte mim tabeliam pareceo Pero Figueira escudeiro do Mestre noso senhor morador em a vila d'Alcacere do Sal e dise que Sua Senhoria a contentamento de Francisco de Faria fidalgo da casa d'el Rey noso senhor e alcaide mor da vila de Palmela comendador da remda dos lagares da dita vila d'Alcacere do Sal lhe dava de foro fatiosym perpetuum o ar de hũa casa terrea que estaa na rua Direita da dita vila contra o rio em que se recolhem os azeites do rendimento dos ditos lagares que he da Ordem com emcargio de hum frangam de foro ou dez reais per elle em cada hum anno e per lhe asy ser factio ho dicto aforamento como dicto he pelo dicto senhor com consentimento do dicto Francisco de Faria comendador ele se obrigava como de factio obrigou per sy e todos seus herdeiros que ho dito ar da dita casa terrea herdarem e ouverem, *convém a saber*, que ele dicto Pero Figueira faça o dicto ar em casas sobradadas e as ladrilhara de maneira que a dita logea em que hos dictos azeites se ham de recolher estem bem seguros de lhe ser factio nenhuum dano neles por cima das dictas casas que asy ha de fazer e tambem se ora a dita logea tener necesydade d'algum corregimento nas paredes della de rebocar que ele dicto Pero

¹⁶⁴⁶ No documento “/” com um traço horizontal em cima.

¹⁶⁴⁷ No documento “/” com um traço horizontal em cima.

Fygueira o mandara fazer e reparar as casarias que asy no dito ar se ouverem de fazer seja tudo aa sua custa e dhy em diante tera ele e seus herdeiros (fl. 396) sempre corregidas as ditas casas de cima e telhadas e repairadas de maneira que a dita loeja este segura dos dictos azeites nom receberem nenhuum dano e danifcamento per cima das casas que asy ha de fazer. A qual obrigaçam que asy fazia era per lhe ser dado ho dito ar em foro fatiosim e per elle dicto asy aprazar se obrigava per sy e todos seos beens moves e de rayz e de todos seos herdeiros e socesores de senpre trazerem as dictas casas melhoradas e nom pejoradas. E danificamdo se as ditas casas per algũas cousas que sobrevenham elle e seos herdeiros as corregerem a sua propia custa sempre de maneira que hos dictos azeites e outras cousas que nas dictas casas meterem se nom pereçam nem sejam danificadas per falta do corregimento das dictas casas. E em testemunho de verdade asy ho mandou fazer e ser fecto este estromento d'obrigaçam como dicto he per a guarda e segurança da Ordem. Testemunhas que presentes estavam Alvaro Vieira clérigo de missa e Gonçalvez Aires e Fernam Gonçalvez estudante todos moradores na dita villa. E eu Estevam Gonçalvez puprico tabeliam na dita villa pelo Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra senhor de Montemor, Torres Novas e das beatrias e noso senhor que este estromento d'obrigaçam treladey da propria nota que em meu poder fica e aqui meu puprico synal fiz que tall he.

E trelado (*sic*) asy o dicto estromento como dicto he eu notairo o concertei com ho propio e pasey este estromento a requerimento do dicto procurador da Ordem. Testemunhas que presentes estavam Diogo de Barros cavaleiro da Ordem d'Avis e Fernam Bugalho criado de mim notairo e outros. E eu Francisco Coelho notairo apostolico per apostolica autoridade e notairo puprico jeral per autoridade d'el Rey noso senhor em totalas cousas tocantes ao dicto senhor Mestre e seus Meestrados e terras que este estromento escrevy e corroboroy de meu puprico synall que tal he. *Rogatus et requisitus*.

(*Sinal notarial*)

(fl. 396v)

309

1536, Março, 14 – Setúbal

Inser: 1536, Fevereiro, 17 – Évora

Esriptura das casas da Ordem de Mesejana.

In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente pupico estromento dado per mamdado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^oXXXVI annos aos XIII^o dias do mes de Março em a vila de Setuval no terreiro da fonte da dita vila estando hy o licenciado Felipe Rodriguiz juiz de fora com alçada em a dita vila peramte ele pareceo o bacharel Diogo Aciado procurador do Mestre noso senhor e das Ordeens de Santiago e d'Avis e em presença de mim notairo puprico geral e das testemunhas abaixo escritas apresentou ao dicto juiz hum puprico estromento scripto em papel e ho regedor Joam da Silva fez de como as casas de Mesejana sam da dita Ordem de Santiago e pedio e requereo ao dicto licenciado juiz que lhe mandase dar o trelado em puprica forma do dicto estromento per a guarda e segurança da dita Ordem e visto pelo dicto licenciado seu dizer e pedir e asy ho dicto estromento como era sãao, limpo e carecente de todo o vicio e sospeição mandou a mim notairo que lhe pasase hum estromento puprico com ho trelado do dicto estromento

por quanto elle interpunha e dava a elo sua autoridade ordinaria. Em comprimento do qual eu notairo o treladey bem e fielmente do proprio que jaz no convento de Santiago e o trelado he o seguimte de verbo a verbo:

Saibam quantos este estormento de deccaraçam virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶⁴⁸ V°XXXVI annos aos XVII dias do mes de Fevereiro na cidade d'Evora nas pousadas do senhor Joam da Sylva do conselho d'el Rey noso senhor regedor da sua justiça comendador da comemda da vila de Mesejana do Campo d'Ourique em presença de mim tabaliam puprico nesta corte e das testemunhas adiante nomeadas pelo dicto senhor regedor e pela senhora Dona Joana de Crasto sua molher que hy de presentemte estava foy dicto que era verdade que por quanto o senhor Aires da Silva seu padre que samta gloria aja teve e pesoyo a dita comenda de Mesejana que he da Ordem do senhor Santiago e a defrutou muitos annos e dele veo a dita comenda a ele dicto senhor regedor como ora a tem e pesuy e querendo ele caridosamente oulhar as cousas da salvaçam sua como da alma do dicto senhor seu padre lhe aprouvera dar duzentos mil reais pera com eles se fazerem hūas casas que sam as proprias casas do apousemtamento e morada dos comendadores da dita comenda que ora sam e ao diante forem socesores dele na dita vila de Mesejana. Os quaes duzentos mil reais ele dicto senhor regedor (fl. 397) mamdara poer como de fecto foram postos em poder de hum seu mordomo na dita vila e o senhor Mestre mamdou fazer a sua ordenamça as ditas casas como de fecto sam feitas e acabadas e nelas se gastaram os dictos duzentos mil reais. E porem pera que isto seja notorio e em alguum tempo nom venha algũa duvida de seus herdeiros dele dicto senhor regedor poderem dizer que sam suas ou lhe pertemcem por algũa via ou os dictos dinheiros que pera iso asy deu deccaram eles dictos senhores regedor e sua molher que as dictas casas sam proprias e principais da dita Ordem e da dita comenda pera ele senhor regedor como comendador que ora he da dita comenda e pera todolos outros comendadores e socesores dela sem eles dictos senhores nem seus herdeiros poderem dizer nem alegar em tempo alguum que sam suas nem lhes pertencem, nem podem pertencer por nom serem beens patrimoniais antes he propiedade da dita Ordem e pera os dictos comendadores nem a dita Ordem e comendadores vindoiros serem obrigados lhe pagar a ele senhor regedor e sua molher nem a seus herdeiros cousa algũa dos dictos duzentos mil reais que pera as dictas casas deram porque como dicto he ele senhor regedor as asy quis dar de sua livre vontade por mui justas causas e descargo de sua consciencia e do dicto senhor seu padre pello beneficio que receberam da dita Ordem e recebem per a dita comenda e que renunciavam e de fecto logo renunciaram todo dirreito, pose e rezam, auçam que per qualquer via em as dictas casas tynham e poderiam ter de fecto ou de direito asy por razam dos dictos dinheiros que asy deram como por qualquer outra via e propiedade. E o demitiram, cederam e trespassaram a dicta Ordem e comendadores presentes e vimdoiros da dicta comenda e se necessario era aviam a dita Ordem por em pose delas real e atooal e eles por sy e seus sobcesores comendadores da dita comenda, *convém a saber*, constituiram as pesuir em nome da dita Ordem e pera segurança de todo ho asy comprirem obrigaram todos seus beens e rendas avidas e por aver. E em testemunho de verdade asy o outorgaram e mandaram ser fecto este estormento e desta nota dar huum pera o senhor Mestre e outro pera a dita Ordem (fl. 397v) e outro pera os comemdatadores pro-

¹⁶⁴⁸ No documento “/” com um traço horizontal em cima.

cesores da dita comenda prometendo a mim tabaliam pubrico por solene estipulaçam como a pessoa puprica em voz e nome do dicto senhor Mestre como da dicta Ordem como de que os que absentes a que convem e pode convir estipulante e acceptante asy ho conprir. Testemunhas que foram presentes Jorge Fernandez morador em Lagos e Manuel Garcia cortesam e Bertolameu Neto seu criado. E eu Joham Camoreno escudeiro da casa d'el Rey noso senhor e tabaliam puprico nesta corte por autoridade do dicto senhor que ho escrevy em vez de Gonçalvez Eannes de Freitas escrivam da camara do dicto senhor e da nota tirei honde asynaram todos e aqui meu puprico synal fiz que tall he.

E trelladado asy ho dicto estromento como dicto he eu notairo infra escrito o comcertei bem e verdadeiramente pelo propio original e pasey este estromento ao dicto procurador da Ordem. Testemunhas que presentes estavam Amgriote (?) Dourado e Gonçalvez Aires tabaliães em esta vila e outros. E eu Francisco Coelho notairo pubrico jeral per autoridade d'el Rey noso senhor em todalas cousas tocantes ao dicto senhor Mestre e seus Mestrados e terras que este estromento escrevi e corroborei de meu pubrico synal que tall he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 398)

310

1536, Julho, 27 – Setúbal

Inserere: 1536, Fevereiro, 14 – Évora; 1535, Setembro, 11/13 – Évora; 1533, Janeiro, 24 – Évora; 1535, Outubro, 2 – Évora

In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente prupico estromento virem que no anno do nacimiento de noso senhor Jehus Christo de mil e quinhentos e trimta e seis annos aos XXVII dias do mes de Julho em a villa de Setuval peramte Lourenço Vaaz vigairo em ella pello senhor Iffante cardeal pareceo o licenciado Diogo Aciado procurador das Hordeens de Santiago e d'Avis e em presença de mim notairo infra escrito e das testemunhas abaixo nomeadas apresentou ao dicto vigairo huum pruprico estromento d'apellação que se tirou dante o senhor cardeall por parte das dictas Ordens e pedio em nome deles ao dicto vigairo que lhe mandase delle dar o trellado em prupica forma porquanto se esperava dele ajudar. E visto pelo dicto vigairo seu requerimento e asy ho dicto estromento como estava sem nenhuum vicio mandou a mim notairo que lhe dese o trellado dele em puprica forma por quanto interpunha e dava a ello sua autoridade ordinaria em comprimento do qual eu treladei o dicto estromento e o trellado delle de verbo a verbo he este que se ao diante segue:

In nomine Domini amen. Saibam quantos este presente puprico estromento d'apellação dado com ho teor de autos per mandado e autoridade de justiça e asy do meu officio virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶⁴⁹ V^cXXXVI annos aos XIII^o dias do mes de Fevereiro do sobredicto anno na cidade d'Evora por parte do excelente primcepe e senhor ho senhor Mestre de Santiago e per seu procurador foy requerido a mim notairo infra nomeado que da denegação de hũa apellação que se pos por sua parte ao excelente princepe e senhor ho senhor cardeal Iffante de Portugal

¹⁶⁴⁹ No documento "1" com traço horizontal em cima.

arcebispo de Lixboa e bispo d'Evora lhe dese huum prupico estromento com ho teor de todolos autos. E eu notairo satisfazendo a seu requerimento lhe dey ho presente o teor do qual de verbo a verbo he o seguinte:

Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil e V^oXXXV annos aos XI dias do mes de Setembro do dicto anno em a cidade d'Evora demtro em os paços episcopais desta See omde pousa o excelente primcepe e senhor ho senhor cardeal Iffante de Portugal arcebispo de Lisxboa e bispo d'Evora etc. estamdo hy ho dicto senhor logo perante Sua Alteza e em sua pessoa pareceram hy Francisco Figueira (fl. 398v) cavaleiro da Ordem de Samtiago por parte da dicta Ordem e o doutor Diogo Barradas como procurador do dicto senhor Mestre foy apresentado hũa apelaçam per escrito da letra do dicto doutor e per ele asinada a qual asy apresentada o dicto senhor cardeal mandou que se lese e em cumprimento de seu mandado do dicto senhor per o dicto doutor Diogo Barradas procurador do dicto senhor Mestre a deu a mim notairo e eu a ly em alta e emteligivel voz toda de verbo a verbo. E lida, Sua Alteza mamdou que se dese a vista dela a seu procurador o licenciado Mateus Estevez que presentemente estava o qual em nome do dicto senhor e como seu procurador pedio a vista e o dicto doutor procurador do senhor Mestre requereo ao dicto senhor que asinase termo e o procurador de Sua Alteza dise que demtro no termo do direito daria a resposta aa dita apelaçam e requereo o procurador do dicto senhor Mestre que eu notairo fizese de todo auto do que asy pasava e a seu requerimento fiz este e acostei aqui a procuraçam e apelaçam e todo o que se segue. Jorge Coelho notairo apostolico que ho escrevi.

Dom Jorje filho d'el rey Dom Joam meu senhor que Deus aja per graça de Deus Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra senhor de Montemor, Torres Novas e das beatrias, etc. a quantos esta nosa procuraçam virem fazemos saber que no melhor modo e maneira que podemos e per direito devemos ordenamos por noso sofficiente e abastante procurador e das ditas Ordeens ao doutor Diogo Barradas que por nos e em noso nome e das dictas Ordeens posa procurar e requerer totaldas cousas que tocarem a nos e a ellas e delas depemderem e ysto na casa da supricaçam e na casa do civil peramte quaesquer corregedores, juizes e justiças ecclesiasticas como seculares asy apostolicas como ordinarias e peramte o conservador das dictas Ordeens na cidade de Lixboa e em qualquer outra parte e lugares em que o dicto doutor Diogo Barradas se acertar d'estar com poder de libelos dar lides, contestar, jurar juramento de calunia e quaesquer outros licitos juramentos e nas partes adeversas as deixar se conprir e ouvir interlucutorias e sentenças e nas que forem por nos e pelas ditas Ordeens consentir e das contraditas apelar e agravar e seguir apelações e agravos e deixar seguir e com poder de sobestabelecer outro procurador e procuradores e pedir beneficio de restetuiçam ja integrum (?) tantas vezes quamtas conprir e pera se louvarem em juizes arbitros (fl. 399) que julguem as sospeições que se poserem e finalmente em todo fazer, requerer e procurar todo o que nos fariamos e procuraríamos se presente fossemos porque pera todo lhe damos a elle e seus sobestabelecidos comprido poder e mandado especial reservando pera nos sempre a primeira certidam nas causas em que formos reeo que nom posa ser facta senam a

nosa pessoa e prometemos d'aver por firme e valioso todo o que pelo dicto noso procurador e seus sobestabelecidos for facto, alegado, procurado, requerido e de os relevar do emcargado de satisfação e por certeza de todo lha mandamos dar esta procuraçam per nos asinada e pasada per nosa chancelaria. Dada em Evora a XXIII^o de Janeiro, Francisco Coelho a fez de mill V^c trimta e tres.

Foy este trellado de procuraçam trelladado do proprio¹⁶⁵⁰ per mim bem e verdadeiramente e asynei de meu synal rasso em Evora aos XIII dias do mes de Setembro de 1535 annos.

Senhor o remedio d'apelação foy achado em direito pera que os agravados pelos inferiores fosem providos e desagradados pelos superiores e portanto diz Dom Jorge filho d'el rey Dom Joam o segundo destes regnos cuja alma Deus aja Mestre de Samtiago e d'Avis duque de Coimbra que ele e suas Ordeens e Mestrados e comendadores e reitores e priores dellas se symtem muito agravados de Vossa Alteza nas constetuições que ora novamemte fez e mamdou pobricar no sinodo que se selebrou nesta cidade d'Evora a XXVII dias do mes de Mayo do anno de V^cXXXIII^o porque imda que ellas sejam santas e mui boas e mais como devem ser per a boa governança e provimento dos que tratam e estem asy muy bem pera as igrejas e cousas deste bispado d'Evora pera que se fizeram. Todavia ele Mestre e as dictas suas Ordeens e pessoas delas recebem muito perjuizo das dictas constetuições em muitas particularidades e causas em que lhe sam muito danosas e perjudiciaes por serem contra seus privilegios e exeições e liberdades e contra suas posses, ussos e costumes inmemoriaes pelo qual ele Mestre (fl. 399v) per seu procurador em seu nome e das ditas suas Ordeens e Mestrados e de todolos comendadores, priores e reitores e pessoas e membros delas apella de Vossa Alteza e das ditas suas constetuições e de qualquer dellas que per qualquer modo ou maneira *directe vel indirecte, implicate vel explicite* lhe sejam perjudiciais pera a Samta See Apostolica e Igreja de Roma e pera o nosso mui Santo Padre Papa Paulo 3^o ora na Igreja de Deus presidente e com devida reverencia pede os apostolos reverenciais *sepe sepins sepissime simul et in uno contextu* homde espera ser remediado e provido de todos estes agravos e¹⁶⁵¹ pera maior clareza expecificação de seus agravos e das¹⁶⁵² causas de sua apela (*sic*) de clara aqui nomeadamente algũas delas ante as quaes asy he a constetuição primeira, titulo onze que falla da residencia dos priores e lhes mamda que sirvam e resydam pesoalmente ainda que tenham curas per sy mesmo ou lhes mandem mostrar seus privilegios. E nom o fazendo lhes poerem pennas de suspensam e privaçam dos beneficios e que Sua Alteza provera deles a outras pessoas. E asy tem outros pontos muito perjudiciaes a elle Mestre e aas dictas Ordeens os quaes se se ouverem de guardar e entemder nas igrejas dos dictos Mestrados ficariam os dictos beneficios da provisam e rolaçam e jurdição de Vossa Alteza o que de direito nom pode ser porque elles nom sam seus subdictos mas delle Mestre e

¹⁶⁵⁰ Palavra corrigida.

¹⁶⁵¹ Seguem-se umas letras riscadas.

¹⁶⁵² Palavra corrigida.

poderia acontecer que a Ordem tevesse necessidade do prior ou priores no tempo da residencia e seguir se hia entam que fazemdo o que deviam e sendo obediemes aa Ordem e a seu Mestre perdessem seus beneficios posto que tevessem nelles curas sofficientes e portamto apella da dita constetuição e de todo o em ella contheudo emquanto traz ou pode trazer perjuizo aas dictas Ordens. *Iten et secundo* apella da constetuição quinta, titulo quinze, fo. trinta e nove que diz que os vigarios de Vossa Alteza tomem pose dos beneficios quando vagarem a qual por sua geralidade parecer querer comprehendr os beneficios das ditas Ordens e Mestrados o que em dirreito nom pode ser. E estando asy como estaa he muito perjudicial e danosa a elle Mestre e as dictas suas Ordeens e portamto apella della e de todo o nella contheudo. *Iten et 3º* apella das constetuições dos titulos XVI, XVII, XVIIIº que fala dos ornamentos e do lavar e da guarda deles (fl. 400) e das arcas e almarios e da prata e e dos beens das igreijas e do livro do tomo e dos emprazamentos e aforamentos e que se nom arremde o pee do altar e de totalas outras cousas contheudas nos dictos titulos e de cada hũa dellas em particular e individuo e as causas e rezões da dita apelação e apelações som que todas as sobredictas cousas e cada hũa dellas concernem materia da visitação pertencem aa visitação sobre a qual pemde demamda em corte de Roma antre Vossa Alteza e esta sua igreja d'Evora e elle Mestre e sua Ordem de Santiago sobre totalas cousas que pertemcem aa visitação e ja pendia muito tempo antes das ditas constetuições da qual visitação ele Mestre e a dita Ordem de Santiago sam isemtos e a ele pertence fazer lo como fariam os Mestres seus predecesores e não os bispos deste bispado d'Evora e portamto pemdemdo a dita apelação na rota do Santo Padre como pemde nom se podia atemtar nem innovar cousa algũa em perjuizo da dita demamda e da posse dele Mestre apelante.

E asy he muito perjudicial a dita constetuição do titulo XVIIIº aa Ordem d'Avis em dar forma como se ham de fazer os arrendamentos e aforamentos dos beens eclesiasticos porque ysto tudo pertence aa dita Ordem e os dictos contratos se ham de fazer segundo os estatutos e estabelecimentos dela e nosa pose e custume estam e senpre estiveram e portamto apella de todas as sobredictas constetuições. *Iten et quarto* apella da constetuição 2ª, titulo XIX referida na constetuição 2ª, titulo 31 que manda que os vigarios jerais e pedaneos sejam juizes dos dizimos e façam as avaliações dos guados etc. per que todo o sobredicto he contra o custume e pose amtiquissima da dita Ordem e muito perjudiciall a ella e aos comendadores e ao povo per que sem rezão seria averem os dictos vigarios de julgar a elle Mestre e aas cousas de sua Meesa Mestral e aos comendadores das dictas Ordens em as suas comemdas e Vossa Alteza aja de poer juizes em suas remdas que se quiserem lhas façam perder omde viir todas ou quamta parte dellas quiserem estando elle Mestre em pose immemorial de dar estes juizes dos dizimos omde se nom nega d'aver pagar o tal dizimo porque entam nom he mais que (fl. 400v) emxeenta lo e faze lo pagar as pessoas que ho devem e emtamto pertemce ho conhecimento desto a elle Mestre que posto que Vossa Alteza ou os beneficiados tenham parte nos dictos dizimos todavia pertence ho conhecimento a elle Mestre quando a duvida he amtre duas comemdas a qual pertence o dizimo. E nesta pose estaa elle Mestre nos lugares dos Mestrados sem embargo dos prellados terem redizima ou terço nos dictos lugares e emtam somente pertemceria a Vossa Alteza a jurdiçam dos dictos dizimos quando se duvidase se tall cousa se devia pagar dizima ou nam. E asy sam per-

judiciais as dictas constetuições nas avaliações dos guados que em todolo Canpo d'Ourique se acostumam fazer e avaliar per outra maneira em contrairo do que mandam as dictas constetuições e a dita Ordem tem niso sua pose e custume contra a qual Vossa Alteza podia statuir fazendo se juiz dos dictos casos em perjuizo da dita Ordem e do Mestre e pesoas della. *Ideo apella ut senpre iten et 5º* apella da constetuição 8ª e 9ª do titulo 19 que falam da nulção dos priostes dizimeiros, escrivães e carretadores dos dizimos porque a Ordem e elle Mestre estam em pose dos escolher e poer e asy de arrecada seus dizimos per outra maneira muito diferente da que se contem em suas constetuições que sam muito prejudiciais a elle Mestre e aos comendadores e pesoas da dicta Ordem asy na eleição dos dictos officiais como na maneira d'arrecadação dos fruitos e remdas e Vossa Alteza quer tomar conto das ditas poses e estatuir sobre ellas e contra elas nom lhe pertencem e portamto apella diso como de todo o al. *Iten et 6º* apella da constetuição 8ª, titulo 11 que diz que nenhuum religioso posa ter cargo de cura d'almas nem administrar sacramentos com pena a elles e aos priores que lho consentirem etc. e a rezam d'apelaçam he porque a dita constetuiçam he contra os clerigos das Ordens e capelães e ajudadores dos abitos que elle Mestre poer nas igrejas das Ordens como ora sam os da igreja de Moura e outras que Vosa Alteza lhe escrepveo que posesem que se pagam a custa das Ordeens com os quaes as igrejas sam melhor providas e o povo melhor curado e provido dos officios divinos e sacramentos e he muito serviço de Deus de se porem e a dicta constetuição defemde ho (fl. 401) sem justa causa porque elle Mestre os pode depor sem terem necysydade de serem confirmados pelo ordinario e portamto tem justissima causa de apellar. *Iten et 7º* diz¹⁶⁵³ o Mestre que porque nas ditas constetuições e em outras muitas da dita apelação vam postas muitas pennas aos priores e rectores e se se ouvezem d'emtemder nos das dictas Ordeens seria ter Vossa Alteza mando e jurdição nelles semdo eles isentos de toda a jurdição ordinaria portanto apela ele Mestre em seu nome e das ditas suas Ordeens e das pesoas delas e de todas as dictas constetuições que per qualquer maneira *directe ou indirecte simpliciter vel expliciter* lhe poderem perjudicar asy das que tocam a materia da visytaçam de que pemde a causa em Roma como de todas as outras cousas e a coranda (?) esta apelação as protestações que mandou fazer no dicto sinodo em que as ditas constetuições se pobricaram. *Iten et 8º* diz o Mestre em seu nome e da sua Ordem d'Avis que elle se sente muito agravado per Vossa Alteza em mandar este anno visitar a sua comenda e igreja de Noudar pelo doutor Antonio Gonçalvez porque a dita comenda e igreja e fregueses dela e de seu termo pertence aa dita Ordem d'Avis *pleno jure* porque nom sam do bispado d'Evora nem Vossa Alteza tem instituiçam nem destituição do prior e reytor da dita igreja nem visitaçam, nem correição, nem tem cousa algũa spiritual, nem temporal nela porque nom tem terça dos fruitos, nem redizima, nem outra cousa algũa na dicta igreja, nem conhece das cousas matrimoniais, nem decimais, nem absolve, nem manda absolver nenhũa pesoa, nem freigues em alico foro de execução em que eu correse, nem vista per sy, nem per outra pesoa, nem recebe procuraçam, nem exlicita jurdiçam algũa, nem tem direito algum episcopal nela, mas tudo pertence *pleno jure* a dita Ordem d'Avis e aos priores dela que na dita comenda e

¹⁶⁵³ Palavra corrigida.

igreja fazem os dictos autos per bulas apostolicas e privilegios que tem dos Santos Padres per bem dos quais nunca os bispos d'Evora predeseores de Vossa Alteza visitaram, nem mandaram visitar a dita igreja de Noudar, nem entemdera nela cousa algũa pelo que apella da dita visitaçam e de todo o em ela contheudo. E bem asy apella de quaesquer outras cousas contheudas nas dictas (fl. 401v) constetuições que *directe vel indirecte* posam trazer perjuizo <algum> a dita Ordem e Mestrado d'Avis e pessoas e bens della contra seus privilegios, exeições e liberdades e poses e costumes antigos e immemoriais. *Item et 9º* apella o Mestre em seu nome e das ditas suas Ordeens e priores e reitores e pessoas dellas do regimento e ordenaçam que Vossa Alteza fez antre os vigairos pedaneos e priores das Ordeens em que Vossa Alteza decrarou que lhes pertencia o castigo dos priores qquanto a cura das almas porque asy no dito caso como em todollos outros que tocarem aos dictos priores e reitores a jurdição e correiaçam pertence a elle Mestre per seus privilegios e pose e custume antiquissimo e immemorial e diso tem hũa sentença dada na vosa rolaçam da cidade de Lixboa no caso do prior de Mouram homde se detreminou pelos propios desembargadores, juizes e ofeciais de Vossa Alteza e de vosa rolaçam pertencer a correiação e castigo e puniçam dos erros dos priores a elle Mestre ainda que fose por razam da cura das almas. A qual sentença se veio com exeições e embargos por parte de Vossa Alteza e sem embargo deles mandaram que se conprise a dita sentença e ouvese efecto e enxecuçam e portanto o dicto regimento e constetuiçam e decraçam em contrairo da dita sentença facta he em muito evidentemte dano e perjuizo delle Mestre e da dicta Ordem e dos priores e reitores della e portanto apela della *ad dicta Sedem Apostolicam* e acumula todas estas apelações aas protestações que mandou fazer no dito sinodo em que protestou lhe nom fazerem dano, nem perjuizo algum os estatutos e constetuições, ordenanças ou regimentos que no dicto sinodo ou fora dele se fizesem contra as ditas Ordeens e Meestrados e contra elle Mestre e seus comemdadores e priores e reitores e pessoas e beens das dictas Ordeens. E outra vez e muitas tornou apelar de todolos agravos e sem rezões arriba apontadas e de quaesquer outros que per outra qualquer maneira forem contra elle e contra as ditas suas Hordeens pera a Samta See Apostolica e pera o nosso mui Santo Padre e Padres Apostolos Reverenciais *sepe sepius sepissime simul et in uno corde* (...) asy e as ditas suas Hordens e Mestrados, comendadores, priores e reitores e pessoas e beens delas sob defemsa e provição da (fl. 402) dita Samta See e do dicto seu pastor universall e pede a vos homrrado notairo que lhe passes desta intimaçam hum e muitos instrumentos per guarda e conservaçam do direito e das dictas Ordens e pesosas dellas. E diz mais o Mestre em seu nome e das ditas Hordeens etc. que se lhe he necessario pede e inprora beneficio de restetuiçam *in integrum contra et adversus quecumque lapsus temporis et adversus quamcumque lesionem ex temporis cursu insurgentem* e pede e requere ser lhe facto conprimento de direito e justiça *tam jure ordinari quam benefitii dicti restitutionise* asy ho protesta com protestação outrosy das custas e de todo seu dirreito e pede de todo hum e muitos instrumentos como pedidos tem. Jacobus.

E com todo asy acostado aos treze dias do mes de Setembro dey a vista ao procurador de Sua Alteza pera responder aa dita apelaçam. Jorge Coelho ho escrevi.

E depois desto aos II dias do mes d'Outubro de mil V^oXXXXV annos em Evora demtro em os paços do senhor cardeal Iffante peramte Sua Alteza o licenciado Mateus Estevez procurador do dicto senhor deu a mim notairo esta apelação com as rezões seguintes dizendo que se treladariam os autos ao diante. Jorje Coelho ho screpvy.

Senhor estas apelações que o senhor Mestre de Santiago por seu procurador intima sam frivolas e mais que nem o direito as defere nem Vossa Alteza as deve receber nem deferir e pera isto a Vossa Alteza mostrar responderei per ordem a cada cousa de que apela per homde se mostrara e Vossa Alteza vera quam injustamente apela e quamto ao principio em que jeralmente apela das constetuições fectas per Vossa Alteza em sinodo com toda solenidade e forma esta tal apelaçam jeralmente interposta nom valer que *est incerta et sine expresionem grava minum ut in capitulo ut de vitus et in c^o intercetera de apella et in el(...)* appellanti de apello. E pois nom exprime em que lhe as ditas constetuições sejam prejudiciais *non est valida talis apellatio* porque nas expresas estaa a reposta clara que em cousa algũa he capelante agravado *ut ex indicendis aparevit*. E a primeira apelação em que apela da constetuição primeira, titulo 11 que fala da residencia dos priores a tal constetuiçam he conforme ao direito comum e he execuçam dele (fl. 402v) *ut in c^o conquerenti et in c^o ex parte Deo lex et per doctor in ca^o extreme eodem titulo et in c^o ex tempore et de prebendis et per judicio de anania in c^o fraternitatis de hereti* e os priores que apelante quer que nom residam em seus beneficios curados nem sejam ligados pela dita constetuiçam. Sam curados e recebem a cura do prellado e sam per elle prellado confirmados e em todo o que pertence a cura perde sua jurdiçam e a dita constetuiçam prover sobre a dita cura pera que as almas sejam curadas e os dictos priores residam em seus beneficios curados como sam obrigados per direito canonico *et prelati de plebis cura respondeant ut in c^o et si plantare* 8^o1654 *in eissis de privilegii*. E estas igreijas do Mestrado de Santiago da diocese d'Evora nom pertemcem ao apelante pleno jure porque o prellado tem nelas a instituiçam e outros direitos episcopais e parte das remdas e portamto sam obrigados a respomder pelo cura e sobre as cousas tocantes ao curado peramte ho prellado e sam de sua jurdição per direito e por asy ser nom residindo na cura as pode destituir e instituir dos dictos beneficios apresemtação do apelante. E asy respondeo ja o el ao dicto seu apelante pello que nom he bem dicto que por bem da dita constetuição forão da provisam *omnimodo* do prelado mayormente temdo lho Vossa Alteza declarado per as repostas que lhe mandou que a provisam do prelado a este caso avia de ser aa apresemtação do apelante. E asy intemdeo e interpetou a dita constetuiçam conforme a dirreito e portanto nom he nesta constetuiçam ho apelante agravado pois a dita constetuiçam he conforme a dirreito e a rezam se alega em que diz que se seguiria quamdo no tenpo da residencia chamou hum prior por ele apelante perdiia seu beneficio por nom residir. Se responde

¹⁶⁵⁴ Numeração corrigida.

que avemdo causa legitima em direito pera deixar a cura se proveria como fosse justa e por quanto he que o apelante nom pode avocar e tirar de seu beneficio curado *ad licitum* senam os priores instituidos neles nem tem tal privilegio antes ouve privilegio do Papa pera poder avocar e escusar a ter seis somente e isto residimdo em sua capela e tem outras comdições. O qual privilegio Sua Senhoria mandou (fl. 403) apresenter a Vossa Alteza e usou dele e escusou per ele os que lhe pareceo que se ho dicto apelante tivera em direito privilegio pera os poder escusar por ser Mestre da dita Ordem nom o impetrara particularmente de Sua Santidade que somente lho concedeo atee seis por o favor das curas das almas ser maior que todos os privilegios da Ordem e mais que nenhuum privilegio da Ordem fala neste caso. E quamto a segunda apelaçam em que apella da constetuiçam 5ª, titulo 15, fo. 39 que fala acerqua da pose dos beneficos que os vigarios de Vossa Alteza ham de tomar se respomde que a dita constetuiçam nom perjudica a Ordem e porque expresamente diz que se tome pose pelos vigairos quamdo o padroado for secular e profano e emtam o tal padroeiro nom pode tomar pose causa custodie do beneficio vagamte mas pertence a tal pose causa custodie ao prellado donde resulta que quamdo pertemcer ho padroado a pesoa eclesiastica nom per rezam de patrimonio senam da igreja ou Hordem se guardara o dirreito comum e este caso ficara na disposiçam do direito comum de quo in cº cum vos de officii ordi e a constetuição nom fala nele e asy ho respomdeio Vossa Alteza ja per sua carta ao apelante como consta pela dita repostada pelo que nom he agravado pela dita constetuiçam e se apela individualmente. Item 3º se apela das constetuições dos titulos XVI, XVII, XVIIIº que falam dos ornamentos e do lavar e guarda deles e das arcas e almareos e da prata e dos beens das igrejas do livro do tombo etc. a esta apelaçam se respomde que as ditas constetuições nom falam expresamente nada na Ordem mas falam geralmente e nom foy da temção de Vossa Alteza neste¹⁶⁵⁵ caso innovar cousa algũa contra a Ordem de Santiago em perjuizo da demamda que pemde em Roma amtes logo tamto que a Vossa Alteza foy apresentado o mandado do senhor auditor da rota porque mandou que sobre estevese nas tres sentenças que a igreja d'Evora tem atee se acabar o incidente da restetuiçam da Ordem. Logo Vossa Alteza mandou e tem mandado jeeralmente que nos casos das visitações do dicto Mestrado de Santiago se nom innovase nada como de facto se nunca innovou nada nem se visitaram depois as igrejas, nem pesoas (fl. 403v) regulares do dito Mestrado de Santiago da diocese d'Evora. E bem asy tamto que ho apelante mandou a Vossa Alteza apontamentos sobre esta constetuiçam posto que ella nom falava expresamente na dita Ordem mas porque parecia ser cousa de visitaçam Vossa Alteza lhe respondeo logo asy e da maneira que ho dicto apelante requereio como consta pela repostada de Vossa Alteza que aqui ofereço por omde era escusado dizer que lhe fazem agravo pois ja foy pedido como pedia. E quanto aos aforamentos e arremdamentos sobre que as constetuições despoem as ditas constetuições falam geralmente e somente

¹⁶⁵⁵ Segue-se uma letra riscada.

se entemdem por dirreito nas propiedades e beens das igrejas em que se devem entender e nam nos aforamentos das propiedades das igrejas que sam comemdas da Ordem em que os beneficiados todos sam regulares e nom seculares e que estes se regulam e fazem segundo os estatutos e estabelecimentos da Ordem. Nos quaees Vossa Alteza pelas ditas constetuições nom intemde cousa algũa innovar do que atee gora fez e portamto cesa a causa de sua apelaçam neste caso. E quamto aa quarta apelaçam em que apela da constetuição 2^a, titulo XIX que manda que os vigairos sejam juizes dos dizimos nom he agravado ho dicto apelante porque a dita constetuição he conforme a direito porque ja homde he a duvida se deve dizimo ou nam deve que he causa espiritual decimal claro estaa que a jurdiçam he e pertemce ao juiz eclesiastico ordinario e os almoxarifes e juizes do apelante nom tem nem podem ter jurdiçam algũa posto que custume diso ouvese ho que nom ha. E quamdo a demanda for sobre hos frutos do dizimos e nam *supre jure decimandi* neste caso em escolha he do autor conforme a direito de mandar os tais frutos perante o juiz secular ou eclesiastico e asy como se diz por prior do apelante que he inconveniente fazer os vigairos juizes de suas rendas tanto inconveniente he fazer Vossa Alteza juiz das remdas da sua Mesa Episcopal e das remdas dos priores e beneficiados aos almoxarifes e juizes do apelante pois se requiere que nas igrejas homde¹⁶⁵⁶ a Mesa Episcopal de Vossa Alteza e clerigos tem parte nas remdas todavia sejam juizes os ditos almoxarifes e juizes do apelante. E portamto a conclusam conforme a direito que se for a questam super jure decimandi que he a jurdiçam eclesyastica e pertence aos vigairos de Vossa Alteza e se for sobre os frutos dos dizimos estaa em escolha do autor demandar o reo ou perante o juizo eclesiastico ou perante o secular *et ita per fili in c^o causa de per supritio si nobis versi faciat in ad questionem utrius seculares iudex et latrus per federi de senis cons 1295 in seprenter domino Andre*. E ser for a duvida (fl. 404) amtre duas igrejas de comemda de a qual delas pertemcera o dizimo se o prelado ou os beneficiados d'algũa das ditas igrejas tiverem algũa parte nos dictos dizimos que seja redizima quer terça quer outra qualquer parte o conhecimento da tal causa pertence per direito ao prellado posto que as pessoas fosem isemtas *ut in c^o Il diocesem de decimis in 6^o*. E quando fose a questam antre duas¹⁶⁵⁷ comemdas em cujas igrejas o prelado ou os seus beneficiados nom tevesem parte algũa nos dizimos sobre que he a questam e em tal caso os vigairos de Vossa Alteza se nom intermetam nem intermeteram a ser juizes de tal questam. E asy foy per Vossa Alteza ja respondido ao apelante cuja reposta aqui ofereceo per homde consta nom ter causa nem rezam algũa ho apelante de se agravar pois este he o direito comum eo custume que diz e alega. A tal custume resyste o direito comum e quamdo o alegase e provase e tal que em direito valesse Vossa Alteza lho mandara guardar sobre elo inteiramente justiça porque a Vossa Alteza como ordinario pertence o conhecimento diso e perante ele se ha d'alegar

¹⁶⁵⁶ Segue-se uma letra riscada.

¹⁶⁵⁷ Segue-se uma palavra riscada.

e provar *ut in cº cum persone deprevi (?) in cº* e para lhe fazer inteiramente justiça estaa Vossa Alteza prestes e aparelhado. E quamto avaliaçam dos gaados o custume que se atee qui teve asy como era proveitoso a Ordem e aos comendadores ora tamto ao prelado e clerizia e porem Vossa Alteza por ser enformado e saber por certa enformaçam que se faziam grandes extorsões aos lavradores e criadores nas avaliações dos gaados por lhes avaliarem os crianças por mais do que valiam por saberem que os criadores as nom aviam de deixar pela afeiçao que lhes tinham e interese que delas esperavam em sinodo posto que fose perda de suas remdas por bem do povo tirou ho dicto custume e fez a dita constetuiçam e porem agora fez declaraçam aa dita constetuiçam da avaliação dos gaados e taal que provee as partes todas¹⁶⁵⁸ que lhe aqui dou em reposta de maneira que nom he agravado e apela mal. E a quinta apelaçam em que se apela da constetição 8ª 9ª titulo XIX que fala na eleiçam dos priostes e dizimeiros scripvais e acarretadores¹⁶⁵⁹.

(fl. 404v, em branco)

(fl. 405)

311

1601, Outubro, 6 – Almada

Insero: 1573, Fevereiro, 4 – Évora

Treslado de hum allvara que el rey Dom Sebastião passou sobre o que avião de levar os iconimos dos beneficios da Ordem que servissem nas igrejas della.

Eu el Rey como governador e perpetuo administrador que são (*sic*) da Ordem e Cavallaria do Mestrado de Sanctiago faço saber aos que este allvara virem que eu tenho passado proviões do que em cada hum anno avião de levar os beneficiados das igrejas do dito Mestrado quando pessoalmente não servissem seus beneficios do mantimento delles e o que levarião do dito mantimento os iconimos que por elles servissem. E porque os ditos beneficios forão despois acrescentados no mantimento e os beneficiados se me agravaram de pouquo que lhes pellas ditas minhas proviões era taxado mandei disso tirar informaçao pelo Dom Prior da dita Ordem. A qual vista per mim ey por bem e mando que todos os ditos beneficiados que por sim não servirem levem e ajão a metade do mantimento ordenado a seus beneficios asy dinheiro como trigo e cevada e os iconimos que por elles servirem averão a outra ametade do dito mantimento e allem disso averão e levarão as benesses e foros precipuos por inteiro e isto sem embargo das ditas proviões que o contrario dispõem e mando ao dito Dom Prior¹⁶⁶⁰ que assy o faça daqui em diante comprir e guardar sem duvida allgũa e ey por bem que este allvara valha, tenha força e viguor como se fora carta feita em meu nome per mim assinada e passada pella

¹⁶⁵⁸ Palavra corrigida.

¹⁶⁵⁹ O texto não tem continuação.

¹⁶⁶⁰ Na margem direita, de outra mão: "*Vide D. Prior*".

chancellaria da dita Ordem sem embargo de quallquer provisão ou regimento em contrario. João d'Oliveira o fez em Evora a quatro de Fevereiro de mil quinhentos setenta e tres. Francisco Coelho o fez escrever.

O qual alvara de Sua Alteza eu Bernardo Sobrinho freire professo da Ordem de Sanctiago scrivão do cartorio e matricula deste convento delle por Sua Majestade fiz tresladar bem e fielmente do proprio per mandado do reverendo Padre Fernam Gonçalves subprior deste dito convento com quem o concertei e assignei que mandou tresladar aqui o dito alvara por recear se poderia perder ou gastar por andar scripto numa folha de papel aos seis dias de Outubro de mil seiscentos e hum annos.

Concertado comigo.

[Assinaturas:] O SUBPRIOR FRANCISCO GONÇALVEZ, BERNARDO SOBRINHO.

(fl. 405v)¹⁶⁶¹

312

1601, Outubro, 6 – Almada

Inserere: 1583, Outubro, 19 – Lisboa

Tresllado d'outro allvara de Sua Majestade sobre a mesma materia do de Sua Alteza que fiqua atraz registado.

Dom Fillippe per graça de Deus Rey de Portugual e dos Algarves, d'Aquem e d'Allem Mar em Africa, Senhor de Guinee etc. como governador e perpetuo administrador que são (*sic*) do Mestrado Cavallaria e Ordem de Sanctiaguo faço saber aos que este allvara virem que avendo respeito ao que na petição na outra mea folha escrita dizem os beneficiados simplices das igrejas da villa d'Almada e as cauzas que nella me allegão de lhe não quererem pagar o prioste da comenda da dita villa a metade dos fructos de seus beneficios conforme ao allvara que o senhor rey Dom Sebastião meu sobrinho que aja gloria mandou passar em que ouve por bem que os beneficiados simplices da dita Ordem que não servissem seus beneficios pessoalmente ouvessem a metade dos fructos delles. E visto per mim o dito allvara e forma delle ey por bem e me praz que o prioste que ora he da dita comenda d'Almada e os mais que pello tempo forem dem e acudão aos beneficiados absentes com a metade dos ditos fructos e redditos dos ditos beneficios e a outra ametade fique pera os iconimos que os servirem conforme ao dito allvara na outra mea folha escrita. A qual ametade dos fructos sera em fructos se os beneficiados quiserem ao tempo que estiverem recolhidos e não querendo em fructos seja no que boamente os beneficiados com o dito prioste se concertarem. E isto se comprira asy neste anno prezente de quinhentos oitenta e tres como nos mais annos daqui em diante pello que mando ao prioste que ora he e pello tempo for dee e pague a metade dos ditos fructos aos ditos beneficiados absentes e lhe fação da dita ametade pagamento sem duvida nem embargo allgum que a ello ponhão e assy mando aos rendeiros da dita comenda cumprão e guardem este allvara como nelles he declarado sob pena de pagarem o dito prioste e rendeiros quarenta cruzados pera a fabrica do convento da dita Ordem. E ey por bem que este allvara valha tenha força e viguor como

¹⁶⁶¹ No canto superior esquerdo: "Almada".

se fosse carta feita em meu nome per mim assinada e passada pella chancellaria da (fl. 406) dita Ordem posto que per ella não passe sem embargo de qualquer provisão ou regimento que em contrario aja. Ell Rey nosso senhor o mandou pelos deputados do despacho da Mesa da Consciencia e das Ordens. Dioguo Coelho o fez em Lisboa aos desanove dias de Outubro de mil quinhentos oitenta e tres. E mando a qualquer clerigo do habito a que este for apresentado o notefique ao prioste que ora he sob a mesma pena e privação de suas ordens. A qual pena o recebedor das meas annatas pora em arrecadação assi e da maneira que arrecada as ditas meas annatas e decimas conforme a seu regimento. O bispo daião toscano.

O qual allvara de Sua Magestade eu Bernardo Sobrinho freire professo da Ordem de Sanctiago scrivão do cartorio e matricula deste convento delle por Sua Magestade fiz tresladar bem e fielmente do proprio por mandado do reverendo Padre Fernão Gonçalves subprior do dito convento com as vezes de prior mor com quem o concertei e assignei que mandou tresladar aqui o dito alvara por recear se podia perder ou gastar por andar scripto em hũa folha de papel solta pera bem e justiça dos beneficiados da villa de Almada aos seis dias do mez d'Outubro de mil seiscentos e hum annos.

Concertado comigo.

[Assinaturas:] O SUBPRIOR FRANCISCO GONÇALVEZ, BERNARDO SOBRINHO.

313

1602, Novembro, 4

Insero: 1599, Agosto, 20 – Lisboa

¹⁶⁶²Treslado de outro alvara de Sua Magestade do officio de prioste e escrivão da comenda de Cabrella a Baltasar de Sousa em que declara que a apresentação dos officios da dita villa pertence a dignidade de prior mor.

Dom Phellippe per graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves, d'Aquem e d'Alem Mar em Affrica, senhor de Guinee e¹⁶⁶³ como governador e perpetuo administrador que sou da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Sanctiago faço saber (fl. 406v) que confiando eu de Balthasar de Sousa morador que hora he na villa de Palmella filho de Francisco Anes prioste e scrivão dos dizimos que foi da comenda da villa de Cabrella que he da fabrica do convento da dita Ordem que nisto me servira como a meu serviço e bem das partes cumpre e querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e o dou daqui em diante por prioste e scrivão dos dizimos da dita comenda de Cabrella assim e da maneira que o elle deve ser e o foi o dito Francisco Anes seu pay que o dito officio tinha por minha carta que foy rota ao assinar desta e os renuncioi como se vio per hum stromento de renunciação feyto na villa de Palmella aos sinquo dias do mez de Maio deste anno de mil quinhentos noventa e nove feyto per Lucas Barradas tabalião do publico e judicial da dita villa de Palmella. E o dito Balthasar de Sousa tera e servira o dito officio emquanto eu ouver per bem e não mandar o contrairo e querendo lho tirar o poderei fazer livremente per qualquer couza que seja sem por isso minha fazenda lhe ficar obri-

¹⁶⁶² Na margem direita, de outra mão: "Cabrella".

¹⁶⁶³ Segue-se uma palavra riscada.

gada a satisfação algũa. E avera com elle de mantimento em cada hum anno a custa das rendas da dita comenda hum moyo e meyo de trigo e das meuças avera de todas as couzas que dizimar de vinte hũa que he outro tanto como tinha o dito seu pai. E esta merce lhe faço por o nomear Alvaro Gomes da Costa subprior do convento da dita Ordem que tem as vezes de prior mor delle a cuja dignidade pertence a aprezeação dos officios da dita villa e comenda. Pello que mando ao almoxarife das rendas da dita comenda e a quaisquer outros officiaes e pessoas a que pertencer ajão ao dito Balthasar de Sousa por prioste e scrivão dos dizimos della e o mettão em posse do dito officio e lho deixem servir e delle rezar e aver o dito mantimento, proys e percalços que lhe directamente pertencerem sem duvida nem impedimento algum. E o dito Balthasar de Sousa jurara na chancelaria da dita Ordem em os Sanctos Evangelhos que bem e verdadeiramente servira o dito officio guardando em tudo em que meu serviço e as partes seu direito. Dada na cidade de Lixboa a vinte de Agosto. El Rei nosso senhor o mandou pello presidente e deputados do despacho da Meza da Consciencia e Ordens. Antonio de Paiva a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil quinhentos noventa e nove. Jorge Coelho de Andrade o fez screver. Antonio de Mendonça. P. Dom Antonio Mascarenhas, Pero d'Oliveira.

O qual alvara eu Alvaro Rodriguiz Cordeiro secretario deste convento de Palmella scrivão do cartorio e matricula delle tresladei aqui neste livro bem e fielmente assim e da maneira que no proprio se contem que tornei ao dito Balthasar de Sousa por mandado do reverendo padre subprior Fernão Gonçalves com vezes de prior mor ho concertey e assiney com elle em 4 de Novembro de 1602 annos.

[Assinatura:] ALVARO RODRIGUIZ CORDEIRO.

(fl. 407)

314

1604, Julho, 26 – Lisboa

Inserere: 1604, Abril, 1 – Lisboa

Treslado de hum alvara de Sua magestade em que manda que os beneficios simplex se não proverão em pessoa algũa senão nos freires conventuais ou nos que o ajão sido.

Eu el Rei como governador e perpetuo administrador que sou do Mestrado Cavalaria e Ordens Militares de nosso senhor e seu apostolo Sanctiago e Sam Bento de Nurie. Faço saber a vos prezidente e deputados do tribunal despacho da minha Meza da Consciencia e Ordens que eu vi todas as consultas antiguas e modernas que me enviastes sobre os habitos dos freires das dittas Ordens e sobre a provizão dos priorados, reitorias, vigairarias, capelarias e beneficios simplicis dellas e considerando bem tudo o que as dittas consultas me apontastes e a despozição do Sagrado Concilio Tridentino e o theor dos breves e bullas apostolicas ei por bem como Mestre e Governador que sou das dittas Ordens que os habitos dos freires da Ordem de Sanctiago e de São Bento de Avis se não dem per nenhũ modo senão aos clerigos que ouverem de servir e entrarem a ser conventuais nos conventos das dittas Ordens e os beneficios simplicis das dittas duas Ordens se proverão somente nos freires que atualmente forem conventuais ou o ouverem sido preferindo se sempre os professos aos noviços os quais terão ja habito antes

da vacatura de tais beneficios e assi se declara nas cartas d'aprezentação que se passarem aos providos e não se declarando ei por bem que sejam nulas e como tais mando ao chanceler das dittas Ordens as não passe pella chancelaria e pello mesmo modo se proverão os beneficios simplicis da Ordem de Nosso Senhor Jhesus Christo a freires que tenham habito da ditta Ordem antes de vagarem os tais beneficios e os priorados, reitorias, vigairarias e capelarias das dittas Ordens que tiverem cura de almas se prove e não per concurço nos freires professos dellas que se quiserem opor a elles não se admitindo enquanto os ouver freires noviços nem clerigos seculares e não os avendo professos serão admitidos os noviços e providos tão bem por concurço e se dispensarão com elles no anno e dia da profissão pera poderem fazer profissão e en cazo que não aja mais que hum freire professo que se queira opor aos dittos beneficios curados sendo achado suficiente se provera nelle e não avendo professo posto que não aja mais que hum soo noviço nelle se provera o beneficio curado que estiver vago tendo sufficiencias pera isto e pera que isto assi se possa cumprir e huns e outros tenham noticia das vagantes dos tais beneficios alem dos redditos que se costumam por nas portas do passo e fareis a saber dellas per carta minha assinada per nos ao convento de cuja Ordem forem os beneficios curados que estiverem vagos e em cazo que não aja freires professos, nem noviços que se queirão opor neste cazo somente se admitirão (fl. 407v) clerigos seculares e sendo examinados conforme aos estatutos, constituições e rigimentos das dittas Ordens se proverão o que for achado mais dino e se lhe passarão as cartas e proviões necessarias pera receber loguo o habito e fazer profissão tendo todas as partes e calidades que se requerem sem em nada se exceder os dittos statutos e stabelecimentos das dittas Ordens e nas dittas cartas que se lhe passar se declarara que foi provido por não aver freires professos, nem noviços das dittas Ordens que se oppuzessem. E encomendo vos muito que os que ouverem de ser providos em beneficios curados pella maneira asima declarado ordeneis que se faça sobre sua limpeza e habilitação deligençias mui calificadas assi em huns como em outros e que não sejam providos nos dittos beneficios nem recebam os habitos das dittas Ordens nem entrem nos dittos conventos senão pessoas que tenham todas as partes e calidades, limpeza e vertude conforme aos statutos e definições das dittas Ordens Melitares e bullas apostolicas de Sua Sanctidade e de tudo se fara assento mui declarado nos livros das lembranças do despacho dessa Meza aonde se tresladara de verbo a verbo este meu alvara e pera que venha a noticia de todos o mandareis loguo registrar no cartorio dos conventos das dittas Ordens. E outrosi o mandareis tresladar nos livros das chancelarias e andara junto ao regimento dellas pera que em nenhum modo se exceda o que nelle se contem e de tudo se passara certidão nas costas delle de que se fara tão bem menção no livro das lembranças dessa Meza aonde o ditto alvara estiver registado e vos encarrego muito a consciencia que nesta conformidade procedais daqui por diante sem alterardes nem deminuides couza algũa porque como Mestre e Governador que sou das dittas Ordens ei por bem pello assi sentir ser serviço de Nosso Senhor e bem e aumento e conservação dellas que este alvara se guarde imviolavelmente sem se lhe dar nenhum entendimento que encontre o que nelle se contem o qual vç:era como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada pella chancelaria das dittas Ordens sem embargo de qualquer provisão ou regimento en contrario. Manoel de Paiva Cardozo o fez em Lixboa a 1 de Abril de mil seiscentos e quatro annos por [e/] Rei.

O qual alvara e<u> Gaspar de Proença freire professo secretario, escrivão do cartorio e matricula por Sua Magestade tresladei aqui neste livro bem e fielmente assi e da maneira que no

proprio se contem o qual o reverendo padre Simão da Costa superior deste ditto convento com vezes de prior mor por Sua Magestade depois de tresladado o mandou a Messa da Consciencia e Ordens aonde esta registado nos livros das chancelarias das Ordens. E por tudo passar na verdade me assinei com o reverendo padre superior com quem consertei este treslado o qual vai sem borrão nem couza que faça duvida neste ditto (fl. 408) convento em 26 dias de Julho de 604 annos.

A folhas 193 do livro novo do registo das provizois da Meza da Consciencia e Ordens fica tresladado o alvara atras em Lixboa a 6 de Junho de 1604. Fernão Marecos Botelho.

Treslade se no livro da chancelaria da Ordem de Christo e Sanctiago e Avis. Amaral.

Fica registada provisão atras nos livros da chancelaria das Ordens de nosso senhor Jhesus Christo (?), São Tiago e Avis por mim. Gomes d'Azevedo.

Foi concertada a provisão atras digo asima comigo Simão da Costa superior deste convento de Sanctiago que tenho as vezes de prior mor per Sua Magestade e concorda com a propria (*sic*).

[*Assinaturas:*] SUPERIOR SIMÃO DA COSTA, GASPAS DE PROENÇA.

(fl. 408v)

315

1718, [Setem]bro (?), 7 – Palmela

Inserere: 1718, Agosto, 29 – Setúbal

Treslado de hum alvara que a camara desta vila de Palmela alcançou contra a de Setuval sobre lhe impedir a entrada dos vinhos na dita vila.

Dom João por graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves, d'Aquem e d'Alem mar em Africa, senhor de Guine. Faço saber que havendo respeito a me representarem por sua petição os moradores da villa de Palmella que alcançando huma provisão pello tribunal do meu dezembargo do paço no anno de mil e settecentos e quatorze em que eu fora servido detreminar nullamente feita huma postura que havião feito os vereadores da camara de Setuval em que prohibião a entrada dos vinhos delles suplicantes na dita villa de Setuval em rezão da sociavel amizade em que se devião conservar aquellos dous povos como ja se tinha rezolvido muitas vezes e especialmente no tempo das cortes d'el rey Dom Pedro meu pay e senhor que Deos haja em gloria e como sem embargo de tantas rezoluções com sufisticos requerimentos lhe tinhão impedido de o efeito da ultima provisão alcançada de sorte que havia quatro annos que durava o impedimento da entrada dos vinhos naquella villa e havia mais de dous que se achava a cauza em dillação e como tinha havido varios ministros na cauza porque sendo o primeiro o corregedor da comarca me pedirão os suplicados o fosse o ouvidor de Azeitão e depois novamente requererão para o mesmo corregedor de Setuval advocar a cauza aonde se achava estes ministros como continuamente sempre andavão pellas comarcas não somente (fl. 409) somente (*sic*) se dellatavão as cauzas mas se escuzavão defferir a ellas principiamente a esta por respeitos dos moradores de Setuval aonde tinhão a sua assistencia e e com estas dillações tinhão os moradores de Palmella experimentado gravissimo damno pella falta da venda dos seuz fructos de tal sorte que pella vexação em que se achavão não somente se impossibilitavão a pagar os tributos que me devião mas ainda o patrimonio real pella rezão do contrato a que estavam obrigados, termos em que me pedião lhes fizesse merce mandar que o corregedor da comarca logo sem demora fizesse remeter os

autos da cauza que havia entre estes douz povos ao meu desembargo do passo aonde ouvidas as partes se defferisse rezolutivamente ou a outra qualquer conferencia de ministros que eu fosse servido nomear ou que o mesmo corregedor em termo de hum mes sentencease a cauza sem admittir mais dellações alguas sem embargo de quaisquer requerimentos que se lhe fizesem. E visto o que allegarão e os autos da dita cauza que mandey advocar à Meza do meu Dezembargo do Paço informação que se houve pello Doutor Manoel Lopez de Barros juis dos feitos da coroa e fazenda ouvindo as partes e resposta do procurador da minha coroa a que se deu vista hey por bem e mando que se ponha perpetuo silencio na cauza de que os suplicantes fazem mençam e que a provizão embarguada se cumpra e execute sem embargo de quaisquer embargos, appellação ou agravo de neguando se toda a audiencia aos ditos moradores de Setuval em todo e qualquer juizo ou tribunal por qualquer via que seja porque per (fl. 409v) pertendão impedir a execução della para que assim se não possa disputar mais a sua validade nem vir em duvida mais esta controversia antes fique em seu vigor pera sempre assim na posse como na propriedade sem alteração algũa. E sendo cazo que os vereadores de Setuval fação algũa postura ou condenaçam ou algum outro preceito que direita ou indireitamente impida ou encontre o disposto na dita provizão e encontre a liberdade que por ella he concedida aos moradores de Palmella nesta maneira para a venda de seus vinhos encorrerá cada hum dos dittos vereadores em pena de duzentos mil reis applicados ao Hospital Real de Todos os Santtos e dous meses de prizão em cadea publica o que se ordenara tambem nos almotaces das quais penas sera executor o ouvidor de Setuval assim a requerimento do procurador do conselho de Palmella como do de Hospital ou de cada hum dellez e não podera ouvir aos reos com embargos alguns appellação ou agravo salvo ao depoés de estarem na cadea ou terem feito deposito da pena pecuniaria em poder do thezoureiro do hospital ou da pessoa que elle nomear o que se entende ao despoés que o ouvidor declarar que tem encurrido nas penas na qual declaração procederá breve e sumariamente sem estrepito nem figura de juizo e nos cazos em que poderão ser ouvidos com embargos, appellaçam ou agravo como fica ditto não se lhes admitirá alleguaçam alguma contra a vallidade da dita provizam mas somente com outra alguma defeza que por direito lhes possa competir pera livrarem da dita pena. E esta provizão se registara em ambas as camaras o que mandara fazer (fl. 410) fazer o ouvidor e mandando certidão a Palmella de como fica registada em Setuval em tal livro e em tais folhas. E esta ditta provizão se cumprirá inteiramente como nella se conthem e valerá posto que seu efeito haja de durar mais que de hum anno sem embargo da ordenação do livro segundo, folio 4^o em contrario e pagou se de novos direitos quinhentos e quarenta rs. que se carregarão ao tizoureiro dellez a fl. 41v do livro primeiro da sua receita e se registou o conhecimento em forma no livro primeiro do registo geral a fl. 319. El rey nosso senhor o mandou por seu especial mandado pellos dezembarguadores Antonio dos Sanctos de Oliveira e Antonio de Beja de Noronha ambos do seu conselho e seus dezembarguadores do Paço. Jozeph da Maya e Faria a fez em Lixboa occidental a vinte e quatro de Agosto de mil e settecentos e dezouto. Manoel de Castro Guimarães a fez escrever.

Antonio de Beja de Noronha, Antonio dos Sanctos de Oliveyra, Jorge Galvão de Lacerda, por rezolução de Sua Magestade de 13 de Agosto de 1718 em consulta do Dezembargo do Paço e em observancia da ley de 24 de Julho de 1713. Pagou sinco mil e quatrocentos rs. e aos officiaes dous mil rs. Lixboa occidental 25 de Agosto de 1718. Jozeph Correia de Moura. Registada na chancelaria mor da corte e reino (?) no livro de officios

e mesteres a fl. 312v. Lixboa occidental 25 de Agosto de 1718. Patricio Nunes, a folhaz 416 do livro 1º da receita dos novos direitos ficão carreguados ao tezoureiro delles Aleixo Botelho de Ferreira quatro mil e outocentos e¹⁶⁶⁴ sessenta rs. com os quinhentos e quarenta rs. que ja pagou neste alvara faz sinco mil e quatrocentos. Lixboa occidental 25 de Agosto de 1718. Aleixo Botelho de Ferreira. A fl. 325 do livro 1º do registo geral dos novos direitos fica registado este conhecimento em forma. Lixboa occidental 25 de (fl. 410v) de Agosto de 1718. Correa cumpra se e registre se. Setuval 27 de Agosto de 1718. Dourado. Antonio da Sylveira Patto escrivão da camara em esta muito notavel villa de Setuval e seu termo por provizam de Sua Magestade que Deus guarde reverencia aos senhores que a prezente certidam virem certefico que no livro que de prezente serve dos registos na dita camara e teve seu principio em o anno de mil e settecentos e quatro o qual esta rubricado pello Doutor Jozeph Gomes de Sá juis de fora que em o dito tempo foy desta vila nelle a fl. 256v fica registada esta provizão digo nelle a folhas duzentas e sincoenta e quatro verso athe folhas duzentas e sincoenta e seis fica registada esta provizão. E depois de registada a entreguey a Manoel Machado Benites escrivão da camara da vila de Palmella o qual assignou no livro dos registos de como recebeo e para constar do referido passey a prezente em Setuval vinte e nove de Agosto de mil e settecentos e dezouto annos sobredito Antonio da Sylveira Patto o escrevi. Antonio da Sylveira Patto.

E não se conthem mais na dita provizão e registos e que eu Balthezar Jozeph da Gama fiz aqui tresladar bem e fielmente da propria que me foy entregue pello illustrissimo senhor prior mor deste convento o illustrissimo senhor Dom Francisco Barreiros de Carvalho a quem a torney a entregar e com o dito senhor a concertey, conferi e assigney e à dita provizão em todo e por todo me reporto. Convento de Palmella 7 de bro (*sic*) de 1718¹⁶⁶⁵ Balthazar Joseph da Gama escrivão do cartorio a fiz escrever e subescrevi.

[*Assinaturas:*] DOM FRANCISCO BARREIROS DE CARVALHO PRIOR MOR, BALTHAZAR JOZEPH DA GAMA.

(fl. 411)

316

1736, Outubro, 7 – Lisboa

Treslado de hũa carta porque Sua Magestade faz presente ao reverendo suprior do Convento o nacimiento da senhora Infante D. Mariana filha do principe nosso senhor D. Joze.

Sua Magestade me ordena a vire ao Mestre que hoje foy Deus servido dar lhe sua netta filha do principe nosso senhor e porque esta noticia sera de grão contentamento para todos os seus vaçalos me ordena a participe ao Mestre para que a mande celebrar com aquellas demonstraçoens de alegria costumada em semelhantes occasioens dando graças a Deus Nosso Senhor por esta particullar menina. Deus guarde a menina. Lixboa occidental sette de Outubro de mil e setesentos e trinta e seis. Pedro da Motta e Silva, senhor suprior do convento de Palmella.

¹⁶⁶⁴ Palavra corrigida.

¹⁶⁶⁵ Segue-se um borrão que impede a leitura.

1739, Abril, 28 – Lisboa

Provizão sobre aprezação dos officios de Cabrella.

Dom João por graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Alem Mar e[m] Africa, senhor de Guine etc. como governador e perpetuo administrador que sou do Mestrado e Cavallaria da Ordem de Santiago, faço saber a vos superior do convento de Palmela com vezes de prior mor que neste tribunal servirão tres aprezações vosas para o provimento dos officios de escrivão dos orfãos, judicial e nottas e almoçataria da vila de Cabrella e por ella se ver terei devidido estes os officios andando sempre unidos ha muitos annos en hũa so pessoa como se vio da carta do ultimo proprietario Pedro Correa de Mevedo pasada no anno de mil e setecentos e sinco, pelo que se vos declara se deve observar a mesma forma apresentando se en hũa unica pessoa o que assim se cumprirá. El rey nosso senhor o mandou pelos (fl. 411v) pellos Doutores Phelipe Masiel e Manuel de Mattos deputados do Despacho do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens, João da Silva da Crus a fes en Lixboa Occidental a vinte e outo de Abril de mil setecentos e trinta e nove. Lourenço Vas Pretto Monteiro a fes escrever. Phelipe Masiel, Manuel de Mattos por despacho do tribunal da Meza da Consciencia e Ordens de vinte e sette de Abril de mil setecentos e trinta e nove. E não se continha mais nada. Provizão que por ordem do reverendo superior aqui tresladey.

(fl. 412)

318

1750, Agosto, 20 – Lisboa

Inserere: 1750, Maio, 28 – Cabrela; 1750, Maio, 25 – Palmela

Provisão regia de confirmação do contrato que o povo fes de naquelle termo <de Cabrela> hir desfazer a sua azeitona ao lagar da¹⁶⁶⁶ de Cabrella que he da comenda.

Dom Joze por graça de Deus rey de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Alem Mar em Africa, senhor de Guine e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, como governador e perpetuo administrador que sou do Mestrado Cavallaria e Ordem de Santiago faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem como por parte de Joze Leyte de Almada superior do convento de Palmella da dita Ordem de Santiago como administrador da fabrica do mesmo convento e rendas a ella pertencentes me foi apresentada huma escriptura de contrato celebrada entre elle e a camara e povo da vila de Cabrella cuja escriptura he do theor seguinte:

Anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos e sincoenta annos aos vinte e oito dias do mes de Maio do ditto anno nesta villa de Cabrella e cazas do concelho della estando ahi em vereação o juis ordinario desta dita vila pella ordenação

¹⁶⁶⁶ Segue-se um borrão que impede a leitura.

de el Rey nosso senhor que Deus guarde, Filipe Mendes Calção e os vereadores Manoel Vicente, Antonio Luis e Pascoal Dias e procurador do concelho Gregorio Martinz provendo em couzas do bem commum sendo ahi presente com as mais pessoas da nobreza e povo da dita vila e termo que pera esta camara foi chamado e convocado a som de campa tangida e dos pregões que o porteyro deste concelho por ordem deste senado lançou pellos lugares e ruas publicas desta vila pello dito juiz Felipe Mendes Calção me foi proposto que o senhor reverendo doutor Joze Leyte de Almada superior da Ordem de Santiago e do Real Convento de, Palmella, senhor donatario desta villa e administrador da commenda de todos os dizimos della considerando o descommodo grande que os moradores deste povo tinhão em ir daqui distancia de quatro leguas a villa de Montemor a fazer moer azeitona dos seus olivaeos conduzindo a aos lagares da dita vila e delles pera sua caza o azeite pagando la tanto ou quanto alem da maquia que tambem pagavão lhe offerecia em nome da real fabrica do mesmo seu real convento a mandar fazer pera logo nesta villa hum lagar de azeite aonde os moradores deste povo mais commodamente possão fazer moer azeitona das suas oliveiras sem o laboriozo trabalho de andarem oito leguas de ida e vinda desta vila a de Montemor e que se pera o campo futuro crescerem com o favor de Deus os olivaeos de forma que hum so lagar não seja bastante pera a expedição da moagem da axeitona que Deus der a bem commum deste povo sera a mesma fabrica obrigada a mandar fazer nesta dita villa e seu termo (fl. 412v)¹⁶⁶⁷e seu termo tantos e quantos lagares precizos e necessarios forem pera o bem commum dos moradores della com a condição porem que nenhuma outra pessoa em tempo algum podera nesta vila e seu termo mandar fazer lagares de azeite senão a mesma fabrica de quem he a commenda em os quaes tera este povo obrigação de mandar moer toda a sua azeitona e não a outro algum lagar fora os da fabrica assim os da vila como de todo seu termo e pagando se de maquia de cada nove alqueires de azeite hum ficando oito pera o lavrador e pagando do mesmo lagar de comedoria pera os lagareiros de cada moedura que são sessenta alqueires oito vinteins em dinheiro e hum alqueire de cevada pera a besta. E juntamente será por conta do mesmo lavrador a medição da azeitona e a condução della pera o lagar e do lagar em azeite pera sua caza e as mais despezas pera se moer será por conta da mesma fabrica e pera que o ditto povo visse se este contrato lhe convinha o mandara convocar a camara pera nella se ouvirem seus votos em razão de que elle juis e vereadores e procurador do concelho nella tinhão assentado que o dito contrato he util e conveniente aos moradores do povo desta vila e termo debaixo das condições mencionadas, não so porque havendo lagares de azeite dentro desta vila se evita o grande descommodo e trabalho de se ir moer azeitona a tal distancia como he a de quatro leguas, mas tambem porque os moradores do povo vendo que tem o dito lagar nesta vila entrarão com curiozidade a plantar mais olivaeos e fabricar mais azeite porque he sem duvida em utilidade do bem commum e augmento da terra. E outrosim se propos em camara que ex eu que houvesse lagar pagar se o dizimo do azeite no mesmo lagar com contrato e condição de que pagara o lavrador dentro do ditto lagar em azeite de doze alqueires hum de dizimo¹⁶⁶⁸ ficando onze pera o lavrador no que o povo conveo porque the agora se pagavão em azeitona de dez alqueires hum

¹⁶⁶⁷ Na margem esquerda: "Contrato".

¹⁶⁶⁸ Palavra repetida na margem esquerda.

o que agora fica derogado pello contrato assima de (fl. 413) declarado no qual contrato conveio tambem e por elle esteve o reverendo prior Guilherme Ignacio de Affonseca Lemos como procurador do reverendo superior os quais contratos sendo vistos e ouvido pella nobreza e mais povo que neste senado da camara se achava junto na forma que fica declarado logo por cada huma das pessoas *in solidum* e por todos juntos foi ditto uniformemente que elles aceitavão na forma que se tinha proposto e atras fica declarado e que pera se estabalecer com toda a firmeza e segurança de hoje pera todo sempre prestavão seu consentimento e livremente se obrigavão a todas as condições e querião que se confirmasse este contrato por Sua Magestade que Deus guarde como governador e perpetuo administrador da Ordem Militar de Santiago e que se necessario fosse se confirmasse tambem pella Se Apostolica e que se lançasse no tombo deste senado e no cartorio do real convento. E logo pello procurador do reverendo superior o reverendo prior Guilherme Ignacio de Affonseca Lemos que presente estava e o fes certo por seu alvará de procuração que apresentou feito pello escrivão de sua camara e assignado pello mesmo reverendo superior e sellado com o sello pequeno do dito convento o qual no fim vai tresladado. E foi ditto que em nome de seu constituinte como administrador da fabrica e commenda e de todos os prelados seus successores aceitava, aprovava, confirmava e se obrigava e havia por aceitos os ditos contratos atras declarados com todos os pactos e condições, liberdades e declarações nelles conteudos e declarados e que quer que entre este povo e a dita fabrica se cumpra e guarde de hoje pera todo sempre a cujo fim em nome da ditta fabrica e de seus futuros administradores que he contente que se confirme este contrato na forma que nelle se acha expresso. E logo pello ditto senado como seu procurador em nome do dito povo foi aceito este contrato assim e da maneira que nelle se contem e declara e delle pera constar mandarão aqui tresladar (fl. 413v) tresladar a procuração¹⁶⁶⁹ a qual he do theor seguinte:

O doutor Joze Leyte de Almada freire conventual da Ordem Militar de Santiago da Espada e superior do real convento de Palmella da mesma Ordem por decreto de Sua Magestade que Deus guarde, senhor donatario da villa de Cabrella com pleno provimento das justiças e mais largos da republica da mesma villa e commenda pello presente alvará de procuração faço meu bastante procurador ao reverendo senhor Guilherme Ignacio de Affonseca Lemos prior da igreja matris da villa de Cabrella pera que em meu nome como administrador que sou da fabrica do real convento digo da fabrica deste real convento de meus successores possa celebrar com o senado da camara e povos da villa de Cabrella hum contrato que lhe tenho proposto e todos aquelles que forem a bem da mesma fabrica e povos obrigando se em meu nome e declarando as obrigações que pera tudo e pera assignar o termo do mesmo contrato lhe dou os poderes que por direito conceder posso e tudo por elle haverá por firme e valiozo. Dado neste real convento de Palmella sub meu sinal e sello pequeno do dito convento aos vinte e sinco de Maio de mil settecentos e sincoenta annos. E eu Manoel Correia de Lacerda freire conventual e escrivão da camara do mesmo convento que a escrevi. Joze Leyte de Almada superior.

¹⁶⁶⁹ Palavra repetida na margem esquerda.

E não se continha mais em a dita procuração aqui tresladada e se entregou a propria ao reverendo procurador e de tudo mandou fazer este termo no livro das vereações em que todos assinarão com o povo o qual declarou que este contrato de moer azeitona havia ser fabricado o azeite na forma e modo que o costumão fabricar na villa de Palmella e serão obrigados a dar de toda moedura da azeitona ao lavrador algum bagoço assim como he estillo nos mais lagares circumvizinhos e assignarão. E eu Manoel de Faria Netto escrivão da camara o subescrevi. Felliipe Mendes Calção, do vereador Antonio Luiz huma crus, do vereador Pascoal Dias huma crus, Gregorio Martins procurador, do prior Guilherme Ignacio de Affonseca Lemos, Francisco de Gulrreira da Silva, Luis Rodriguis, Manoel Correa, de Simão Pires huma crus, de Joze Correa huma crus, Manoel Migueis, Andre Ignacio da Frotta, Bernardo Luis, o padre Joze Nunes da Silva, Matheus Freire, Clemente Ferreira, Manoel Carvalho, Antonio Francisco. E não se continha mais no ditto contrato e assignações delle e se acha no livro da camara e vereações desta villa que hora serve de folhas 94 the folhas 97 verso. O qual fis tresladar bem e na verdade do proprio livro aqui me reporto e por verdade o subescrevi e assignei em razom ao primeiro de Junho de mil settecentos e sincoenta. E eu Manoel de Faria Netto o subescrevi e assignei como ditto he. Manoel de Faria Netto.

Pedindo me o dito superior lhe fizesse merce haver por bem o dito contrato confirmando lhe com todas as mais clazulas e condições delle. E visto por mim (fl. 414) seu requerimento e escriptura assima nesta encorporada de que tudo houve vista o meu procurador geral das Ordens hei por bem e me pras de confirmar e como com effeito por esta minha carta confirmo e hei por confirmado o contrato que elle dito superior de Palmella celebrou pella referida escriptura com a camara e povo da villa de Cabrella sobre a feita dos lagares de moer azeitona aos moradores da dita vila e seu termo com todas as clauzulas e mais condições na mesma escriptura declaradas. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a prezente carta de confirmação selada com o sello pendente da dita Ordem que sendo passada pella chancellaria della se cumprirá. El Rey o mandou pellos D. D. Felliipe Maciel e Manoel Ferreira de Lima deputados do despacho da Meza da Consciencia e Ordens. Agostinho Joze da Costa a fez em Lixboa em vinte de Agosto de mil settecentos e cincoenta annos. Antonio Joze Correa, Manoel de Aboim a fez escrever; *gratis*. Phelliipe Maciel, Manoel Ferreira de Lima, Paulo Joze Correa. Pagou quatrocentos reis e aos officiaes cento e sessenta e a mim nada por quitar. Lixboa vinte e nove de Agosto de 1750. João da Sylva da Crux. Registado na chancellaria da Ordem de Santiago a folhas 69. Sylva da Crux. *Gratis*. Por despacho da Meza da Consciencia e Ordens de seis de Julho de 1750. Pagou seiscentos e quarenta reis com o cruzado da confirmação. *Gratis*. E não se continha mais em o dito alvara de confirmação que o reverendo padre superior Joze Leyte de Almada mandou aqui tresladar e seu original se guardou no cartorio. E eu Manoel Correa de Lacerda que o fis escrever e subescrevi.

[Assinatura.] JOZE LEITE DE ALMADA SUPRIOR.

(fl. 414v a fl. 430v, em branco)

(fl. 431 a fl. 434v, não constam do original, seguindo-se a numeração para o fl. 435)

(fls. 435 a fl. 436v, em branco)

(fl. 437)

319

1601, Outubro, 30

Inserere: 1536, Novembro, 15 – Setúbal

Treslado de huma carta de privilegio pera os lavradores das teras dos Baris que deu o Mestre Dom Gorge (*sic*) ao convento.

Dom Gorge (*sic*) filho d'el Rey Dom João Senhor que Deus haja por grasa de Deus Mestre da Ordem de Santiago e de Avis duque de Coimbra senhor de Montemor, Tores Novas a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que olhando nos¹⁶⁷⁰ como os doze lavradores que soem de lavrar e semear os regengos da Ordem que tem no termo da villa de Palmela, *convém a saber*, os baris e varzea sempre forão gardados e privilegiados (*sic*) por lavradores da ordem asim em todo¹⁶⁷¹ nosso tempo que as rendas de pam da dita villa se colhião pera nos como dantes e ora por termos dadas as ditas teras ao convento nom he rezão elles serem menos guardados mas assim como sempre forão e melhor se poder ser per disso ter mais necessidade o convento pelo qual temos per bem e mandamos que os ditos lavradores sejam ezcuzos e guardados de nom pouzarem com elles nem lhe tomarem suas roupas palha nem cevada nem bestas de sella nem de albarda nem gallinhas nem couza alguma outra do seu contra sua vontade nem vão com prezos nem com dinheiros nem sejam recebedores nem sacadores delles nem tutores de orffaons salvo se as tutorias forem lidimas nem sejam vintaneiros nem hajam outros officios contra sua vontade nem sejam constringidos a outros encargos e serventias do concelho e assim mesmo não sejam metidos em apenassões elles seos filhos e criados p[or] que todos servem ao convento das que fizerem na ditta vi-(fl. 437v)lla per nossos mandados de gente pera a guera nem hirão a ella salvo comnosco. Outrosim queremos e nos praz que a sua azeitona que de suas novidades tiverem se lhes fasa per ordenansa de dom prior mor repartindo lhe nos lagares pois são da Ordem e elles seus lavradores cada somana hum dia ou dous segundo for a safra de dom prior os repartira antre elles segundo vir que cada hum tem azeitona e per assignado seu da ditta repartição dos lavradores mandarão os officiais da villa dar lhe os dittos dias que lhe assim vierem e acontecendo que no tempo da sementeira ou da seifa se mandem fazer alguns caminhos nom sejam então os dittos lavradores a elles constringidos per que se fossem receberião nisso perda e asy mesmo receberia o convento porem o notificamos asy ao nosso ouvidor juiz e officiais da ditta villa quaisquer outros a que pertencer e lhe mandamos que não constringão a cada hum dos dittos doze lavradores pera couza alguma das sobredittas e asy mesmo o guardem a seus filhos e mossos e os hajão dellas per ezcuzos e guardados em outra duvida alguma e lhe cumprão inteiramente esta carta como se nella contem sob pena de quem contra ello for em parte ou em todo pagar dez cruzados pêra a fabrica do convento. Os quais lavradores se entendera emquanto lavrarem e semearerem os dittos regengos e lhe durar seos arrendamentos e farão certo de como asy são os ditos doze lavradores. E per firmeza dello mandamos dar esta nossa carta ao dom prior e frejezes do ditto convento pera guarda sua por nos assinada e sel-

¹⁶⁷⁰ Palavra corrigida.

¹⁶⁷¹ Palavra corrigida.

lada com o nosso sello. Dada e pasada em a nossa notavel villa de Setubal a quinze dias de Novembro de mil quinhentos e trinta e seis anos. Francisco Roiz a fez. Eu Pero Coelho a fiz escrever e sobscrevi. Ho Mestre.

A qual carta eu Bernardo Sobrinho freire professo conventual scrivão do cartorio e matricula deste convento por Sua Magestade fiz tresladar bem e fielmente da propria por mandado do reverendo padre Fernão Gonçalves subprior deste dicto convento com as vezes de prior mor com quem a concertei e assinei que a mandou tresladar aqui a dicta carta por recear se podia perder de todo e estar já rasgada e muito velha aos trinta dias do mez de Outubro de mil seiscentos e hum annos.

Consertado comigo.

[Assinaturas:] O SUBPRIOR FERNÃO GONÇALVEZ, BERNARDO SOBRINHO.

(fl. 438)

320

1601, Outubro, 30

Insere: 1533, Novembro, 11 – Setúbal

Treslado de outra carta de privilegio pera todos os officiais do convento que deu ho mestre Dom Gorge (*sic*).

Dom Gorge (*sic*) filho del Rey Dom João meu senhor que deus aja per graça de Deus Mestre da Ordem de Santiago e de Aviz Duque de Coimbra senhor de Montemor, Tores Novas etc. a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que olhando nos como os criados e officiais que soem ter officios e servir aos freires do meu convento de Palmella como são barbeiro, azinheiro, sapateiro, alfaiate, azemel, amassadeira, albardeiro, carpinteiro e pedreiro que em todo o tempo estão obrigados as obras do seu officio em o convento e os mais officiais da caza asy elles como seus filhos e officiais per que todos servem ao convento mandamos que sejam ezcuzos e guardados emquanto asy servirem nos dittos cargos que não pouzem com elles nem lhe tomem sua roupa nem sevada bestas de sella nem de albarda nem outra couza algũa de seu contra sua vontade nem vão com prezos nem com dinheiro nem sejam recebedores nem sacadores delles nem tutores de orfaons salvo se as tutorias forem lidimas nem sejam ventaneiros nem hajão outros officios contra sua vontade nem sejam constrangidos a outros encargos e serventias do concelho e assim mesmo não sejam metidos em apenações de gente pera a guera que se fazem na ditta villa per nossos mandados nem hirão a ella salvo comnosco e asy notificamos ao nosso ouvidor juiz e officiais da ditta villa e quaisquer outros a que pertencer e lhe mandamos que não constranjam a cada hum dos sobredittos pera couza alguma que dissemos e os hajão dellas por escuzos e guardados sem outra duvida alguma e lhe cumprirão inteiramente nesta carta como nella se contem sob pena de quem (fl. 438v) lhe contra ello for em parte ou em todo pagar dez cruzados pera a fabrica do convento os quais officiais se entendera emquanto asy o forem e tiverem suas patentes como dito he e farão certo de como asy o são. E por firmeza dello mandamos dar esta carta a dom prior e freires do dito convento pera guarda sua per nos assinada e sellada com o nosso sello. Dada em a nossa notavel villa de Setubal aos onze dias do mez de Novembro de mil e quinhentos e trinta e trez annos. Francisco Roiz a fez. Eu Francisco Coelho a fiz escrever e sobscrevi. Ho Mestre.

A qual carta eu Bernardo Sobrinho freire professo conventual scrivão do cartorio e matricula por Sua Majestade fiz tresladar bem e fielmente da propria e da maneira que nella se continha por mandado do reverendo padre Fernão Gonçalves subprior deste dito convento com as vezes de prior mor delle com quem a consertei e asignei que mandou tresladar aqui a dita carta por resear se podia perder por andar solta e estar quasi encapas (*sic*) de se ler. Aos trinta dias do mes de Octubro de mil seiscentos e hum annos.

Consertado comigo.

[*Assinaturas:*] O SUBPRIOR FERNÃO GONÇALVEZ, BERNARDO SOBRINHO.

(fl. 439)

321

1536, Setembro, 14 – Setúbal

Inserere: 1536, Agosto, 24 – Lisboa; s/d.

Estormento em puprica forma de hũa protestaçam que se fez no synodo de Lixboa.

In nomine Domini amen. Saibão quantos este presente puprico estormento com o theor de hũa protestaçam dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e trinta seys annos aos catorze dias do mes de Setembro em a villa de Setuval na casa da fazenda do muy excelente senhor o senhor Dom Jorge Mestre de Santiago e d'Avis etc. estando hi o licenciado Francisco Barradas chancellor e desembargador da casa do dito senhor e juiz das ditas Ordeens logo hi em presença de mim notario apostolico infrascripto e das testemunhas ao diante nomeadas pareceo o licenciado Diogo Aciado procurador das ditas Ordens e apresentou hũa protestaçam em estormento puprico escripto em hũa folha de papell não viciada nem raspada mas carente de todo vicio e sospeição segundo *prima facie* parecia e requereo ao dito juiz que mandasse trelldar em este livro a dita protestaçam em puprica forma pera guarda e conservaçam dos privilegios e liberdades das ditas Ordeens. O que visto pello dito juiz¹⁶⁷² e visto outrosy como a dita protestaçam era verdadeira e sã e sem cousa que duvida nem sospeita fizesse segundo a mym notario e a todos pareceo mandou a mym dito notario que trelldase a dita protestaçam em puprica forma pera o qual interpos toda sua autoridade ordinaria em comprimento do qual logo eu notario trelldavey a dita protestaçam *de verbo ad verbum* cujo theor he o seguinte:

In nomine Domini amem. Saibão quantos este presente pubrico estormento de protestaçam e resposta virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Christo de myl e quinhentos a trynta seis annos aos vynte quatro do¹⁶⁷³ mes d'Agosto em a muy noble sempre leal cidade de Lixboa nos (fl. 439v) paços Archiepiscopaes do muito excelente principe e illustrissimo senhor o senhor Dom Afonso per mercee de Deus Cardeal do titollo de São João e Paulo iffante de Portugal arcebispo de Lixboa e administrador do bispado d'Evora e comendatario do moesteiro e abadia d'Alcobaça etc. dentro na sua camara perante Sua Alteza que asy estava presente e em presença de mym puprico notario infrascripto nomeado e das testemunhas adiante escriptas pareceram os onrrados

¹⁶⁷² Palavra corrigida.

¹⁶⁷³ Palavra corrigida.

frey Jorge vigairo d'Alcaçova de Santarem professo da Ordem d'Avis e Antonio Vasquez prior do Barreiro da Ordem de Santiago em nome das ditas Ordeens e do senhor Mestre dellas apresentaram a Sua Alteza huma cedulla de protestaçam escripta em papel o theor da qual *de verbo ad verbum* he o seguinte:

Dizem frey Jorge vigairo d'Alcaçova de Santarem que he da Ordem d'Avis e Antonio Vasquez priol do Barreiro que he da Ordem de Santiago em nome do Mestre dos ditos Mestrados e asy de todallas pessoas das ditas Ordeens que lhes he dito que neste sinodo que Vossa Alteza celebra nesta sua see cathedral de Lixboa faz e ordena algũas constituições e cousas que podem prejudicar em todo ou em parte aas ditas Ordeens e a seus privilegios e liberdades e posses e costumes immemoriais composições. O qual perjuizo elles ao presente nam podem saber pera o declarar e ao diante pode vir e fazer muito dano e perjuizo ao qual sinodo elles priores vigairos beneficiados com outros das ditas Ordeens vieram por serem pera isso chamados per Vossa Alteza pello qual elles em nome do Mstre e de todos os sobreditos protestam nunca em tempo algum lhes prejudicar nem serem vistos consentir nem provar cousa algũa de suas constituições regimentos e cousas que no dito sinodo fizer e que todo o feito ordenado statuido contra (fl. 440) as ditas Ordens pessoas e liberdades e privilegios esemções costumes e composições e foros dellas ser nullo e de nenhum vigor e sempre em todo e per todo se cumprir e guardar suas liberdades e pera guarda e conservaçam dos sobre ditos pedimos a Vossa Alteza que nos mande passar hum estormento e muitos se nos compre com o trellado desta protestaçam e nesto nos fara merce. A qual pitiçam e protestaçam asy apresentada como dito he Sua Alteza mandou a mym notario e seu escrivvam da camara que lha lesse e provicasse. E eu notario a tomey em minhas mãos e a ly e proviquey a alta voz que bem a ouvio com as ditas testemunhas. E ouvida per Sua Alteza respondeo que dava em resposta que sua tençam nam agravar a ninguem com suas constituições e que as fizera segundo desposiçam do direito e conformes a elle e segundo as composições feytas antre os arcebispos deste arcebispado de Lixboa e os Mestres d'Avis e Santiago e que esto dava em resposta e que com ella lhe dessem hum e muitos estormentos aos sopricantes. E os ditos sopricantes me pediram dello cada hum os estormentos e muitos. E eu notario dey este ao dito Antonio Vaz prior do Barreiro que em nome da Ordem de Santiago requereo. Testemunhas que presente estavam os muito honrrados doutor Luis Afonso desembargador da casa do dito senhor e Diogo Afonso seu secretario chamados e rogados. E eu Luis Gonçalvez Botafogo clerigo natural da cidade d'Evora provico per apostolica autoridade notario que a todo o sobre dito com as ditas testemunhas presente fuy e todo asy vy e ouvuy entendi e em minha nota o escrepvi da qual este publico estormento tirey e de minha propria mão o escrepvy e em elle de meu publico e consueto sinal nome e cognome corrobore. *Rogatus et requisitis.*

E trelladada asy a dita protestaçam como dito he eu notario infrascripto o concertey bem e verdadeiramente pello proprio original e passey este estormento asy em puprica forma (fl. 440v) em este livro. Testemunhas que presente estavam e que todo viram e ouviram Angriote Dourado e Gomez Ayres ambos tabaliães e moradores em a dita villa e outros chamados e rogados. E eu Antonio Vaz capellão do dito senhor Mestre etc. notario puprico per apostolica autoridade que

com as ditas testemunhas a todo presente fuy, vy e ouvy e entendi em fee e titulo de verdade fiz este presente estormento e o corroboroy de meu puprico e consueto sinal que tal he. *Rogatus et requisitus. Anno, mensie, die quibus supra.*

(Sinal notarial)

322

1536, Setembro, 14 – Setúbal

Inserere: 1534, Junho, 12 – Évora

Trellado de hum alvara do senhor cardeal em que manda que os freires que o Mestre puser por ajudadores dos priores ajam carta de cura.

In nomine Domine amen. Saibão quantos este presente puprico estormento com o theor de hum alvara do senhor cardeal dado per mando e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e trinta e seis annos aos XIII dias do mes de Setembro em a villa de Setuval na casa da fazenda do muy excelente senhor o senhor (fl. 441) Dom Jorge Mestre de Santiago e d'Avis etc. estando hi o licenciado Gonçallo Simões desembargador da casa do dito senhor que ora serve de juiz das ditas Ordeens logo hi em presença de mym notario apostolico infrascripto e das testemunhas ao diante nomeadas pareceo o bacharel Diogo Aciado procurador das ditas Ordens e apresentou hum alvara de senhor cardeal escripto em hũa folha de papel asynado pello dito senhor e passado per sua chancelaria nam viciado nem raspado mas carente de todo o vicio e sospeição segundo *prima facie* parecia e requereo ao dito juiz que mandasse trelladar em este livro o dito alvara em puprica forma pera guarda e conservaçam dos privilegios e liberdades das ditas Ordens. O que visto pello dito juiz e visto outrosi como o dito alvara era verdadeiro são e sem cousa que duvida nem sospeiçam fizesse segundo a mim notario e a todos pareceo mandou a mim notario que trelladasse o dito alvara em puprica forma pera o qual enterpos toda sua autoridade ordinaria. E em cumprimento do qual logo eu notario trelladey o dito alvara *de verbo ad verbum* cujo theor he o seguinte:

Nos o cardeal iffante etc. fazemos saber a quantos este nosso alvara virem que nos avemos por bem que os freires da ordem de Santiago e d'Avis que o Mestre meu primo põe com sellairo ordenado por ajudadores aos priores de algũas igrejas das ditas Ordens exercitem a dita cura ajudando os ditos (fl. 441v) priores e tirem sua carta de cura autorizada do noso vigario geral ao qual mandamos que aos ditos freires ajudadores passe a dita carta de cura em forma devida e isto sem embargo da constituçam que primeira (?) fazemos per que defendemos que os professos sejam ajudadores das curas a qual não queremos que se entenda nos sobre ditos freire. Feyto em Evora a XII dias de Junho. Diogo Afonso por Afonso Diaz nosso secretario o fez de 1534.

E trelladado asy o dito alvara como dito he eu notario o concertei bem e verdadeiramente com o proprio original e passey este estormento asy em puprica forma em este livro. Testemunhas que presentes estavam e que todo viram e ouviram Angriote Dourado e Gomez Aires ambos tabeliães e moradores na dita villa e outros chamados e rogados. E eu Antonio Vaz capellão do dito senhor Mestre etc. notario publico per apostolica autoridade que com as ditas testemunhas a todo presente fuy, vy e ouvi e em fe e titulo de verdade fiz este presente estormento

e o corroboroy de meu puprico e consueto sinal que tal he. *Rogatus et requisitus. Anno, die, mensse quibus supra.*

(Sinal notarial)

(fl. 442)

323

1537, Abril, 6 – Setúbal

Insero: 1534, Novembro, 3 – Roma

Bulla pera que os dom priores dos conventos e Avis possam passar carta de cura aos freires do abito.

In nomine Domini amen. Saibão quantos este presente puprico estormento com o theor de hũa bulla do nosso muy Sancto Padre Paulo tercio ora na igreja de Deus presidente dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil¹⁶⁷⁴ V^c XXXVII annos aos seis dias do mes d'Abril em a villa de Setuval na casa da fazenda do muy illustre e excellente senhor o senhor Dom Jorge Mestre de Santiago e a d'Avis etc. Estando hy o licenciado Gonçallo Simões que ora serve de juiz das ditas Ordens logo hy em presença de mym notario apostolico infrascripto e das testemunhas abayxo nomeadas pareceo o bacharel Diogo Aciado procurador das ditas Ordeens e apresentou ao dito juiz hũa bulla escripta em purgaminho e sellada com selo de chumbo pendente em fio de sirgo vermelho e amarello segundo custume romão não viciada nem cancellada mas carente de todo vicio e sospeição segundo em ella *prima facie* parecia. E pedio ao dito juiz que mandasse tralladar em este livro a dita bulla em puprica forma para conservaçam dos privilegios e liberdades das ditas Ordeens. O que visto pello dito juiz e visto outrosy como a dita bulla era sãa sem borradura nem cousa algũa que duvida fizesse mandou (fl. 442v) a mym dito notairo que trelladase a dita bulla assy em puprica forma e enterpos sua autoridade ordinaria em comprimento da qual logo eu notairo trelladey a dita bulla cujo theor bem e fielmente he o seguinte:

Paulus episcopus servuus servorum Dei dilecto filio Georgio Magistro Milicie Sancti Jacobi de Spata sub regula Sancti Augustini in regno Portugalie salutem et apostolicam benedictionem. Rationi congruit et convenit onestati ut ea que de Romane Pontificis gratia processerunt licet eius superveniente obitu literè apostolice super illis confecte non fuerint suum sortiantur effectum dudum siquidem felicis recordationis Clementi Pape VII predecessori nostro pro parte tua exposito que in regno Portugalie existebant diverse parochiales ecclesie seu earum perpetue vicarie ac capellanie curate ad collationem seu presentationem Sancti Jacobi de Spata sub regulla Sancti Augustini et de Avis Cisterciensis Ordinis Miliciarum Magistrorum pro tempore existentium pertinentes et per presbiterios earumdem Militiarum fratres et non alios obtinere solite quodque aliquando contingibat eosdem fratres ecclesias seu vicarios et capellanas predictas obtinentes se ab illis absentare et loco sui eorum absentia durante pro earumdem ecclesiarum vicariarum capellaniarum servicio et cura animarum (fl. 443) huiusmodi exercitio alios presbiteros dictarum Miliciarum fratres qui licentiam exercendi curam animarum parochianorum earumdem ecclesiarum et capellaniarum petere et obtinere consueverant deputare ac pro parte tui

¹⁶⁷⁴ No documento "1" com um traço horizontal em cima.

qui etiam dux Colimbricensis et ex dispensatione apostolica dicte Milicie de Avis Magister existebas eidem predecessori humiliter supplicato ut presbiteris dictarum Miliciarum fratribus ecclesias seu vicarias ac capellanas huiusmodi pro tempore obtinentibus ut quotiens adictis ecclesiis se absentarent alios presbiteros dictarum Miliciarum fratres de Palmella quod Sancti Jacobi et de Avis quod de Avis Miliciarum huiusmodi in dicto regno capita existunt monasteriorum Ulixbonense et Elboreense diocese priorum iudicio idoneos ecclesiarum et vicariarum ac capellaniarum huiusmodi capellanos deputare valerent concedere aliasque in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaretur idem predecessor qui ad ea que animarum Christi fidelium curam concernebant solerti studio intendebat et votis ad id tendentibus favorabiliter annuebat et te a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis sensuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodo libet inodatus existebas ad effectum infra scriptorum dumtaxat consequendum absolvens et absolutum fore consens huiusmodi supplicationibus inclinatus sub date videlicet kalendas Septembris pontificatus anno decimo presbiteris dictarum (fl. 443v) Miliciarum fratribus parrochiales ecclesias seu vicarias ac capellanas predictas. Tunc et pro tempore obtinentibus ut quotiens se a dictis eorum ecclesiis et capellaniis se absentare vellent alios presbiteros dictarum Miliciarum fratres monasteriorum predictorum priorum pro tempore existentium respective iudicio idoneos in capellanos dictarum ecclesiarum et capellaniarum deputare ipsique sic deputati capellani ipsis ecclesiis et capellaniis in divinis deservire ac illarum parrochianorum animarum curam exercere libere et licite valerent diocesano loci et cuiusvis alterius licencia super his minime requesita dummodo tui ad id expressus accederet consensus auctoritate apostolica concessit decernens ex tunc irritum et inane si secus super his a quaquam quavis autem scienter vel ignoranter contingeret attemptari. Non obstantibus apostolicis ac in provincialibus et sinodalibus conciliis edictis generalibus vel especialibus constitutionibus et ordinationibus ac dictarum Miliciarum iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis consuetudinibus ceterisque contrariis quibuscunque. Ne autem de absolutione concessionem et decreto predictis pro eo quod super illis ipsius predecessoris eius superveniente obitu litere confecte non fuerunt valeat quomodolibet hesitare tuque illorum frusteris effectu volumus et similiter autem apostolica decernimus quod absolutio concessio et decretum¹⁶⁷⁵ predecessorum huiusmodi a dicta die kalendas Septembris (*sic*) (fl. 444) suum sortiantur effectum perinde ac si super illis ipsius predecessoris litere sub eisdem diei datis confecte fuissent prout superius narratum quodque presentes litere ad probandum plene absolutionem concessionem et decretum predecessoris huiusmodi ubique sufficiant neque ad id probationis alterius nunculum (*sic*) requiratur quo circa venerabili fratri nostro episcopo Casertanensi et dilectis filii ministro monasterii per ministrum seu priorem gubernari soliti Sanctissime Trinitatis Ulixbonense ac escolastico Egitanense per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi vel duo aut unus eorum pro se vel alium seu alios presentes litteras ubi quando et quotiens expedierit pro parte tua requisiti fuerint solenniter publicantes ac tibi et presbiteris dictarum Miliciarum fratribus ecclesiis seu vicariis huiusmodi pro tempore obtinentibus in premissis efficacia defensionis presidio existentes faciant auctoritate nostra concessionem ac litteras huiusmodi et in eis contenta quecumque ab omnibus inviolabiliter observari teque et presbiteros prefatos illis pacifice gaudere non permittentes te et eosdem presbiteros desuper per quoscumque quomodolibet in debite molestari contradictores quoslibet et rebelles per cen-

¹⁶⁷⁵ Esta palavra tem uma letra riscada.

suras ecclesiasticas et alias de quibus eis videbitur pennas ac alia iuris remedia apellatione posposita compescendo ac legitimis super his habendis servatis processibus censuras et pennas predictas etiam iteratis vicibus aggravando invocato etiam ad hoc (fl. 444v) si opus fuerit auxilio brachii secularis non obstantibus omnibus supradictis aut si aliquibus comuniter vel divisini ab apostolica sit sede indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mensionem. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis decreti mandati infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc atemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolicorum eius se noverit in cursurum. Datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice millesimo quingentesimo trigesimo quarto III^o nonas Novembrum pontificatus nostri anno primo.

E trelladada asy a dita bulla como dito he eu dito notario a concertey e examiney com a propria e por a achar em todo conforme passey este estormento asy em puprica forma como dito he. Testemunhas que presentes estavam Angriote Dourado e Gomes Aires ambos tabaliães e moradores na dita villa e outros. E eu Antonio Vaz capellão do dito senhor Mestre de Santiago etc. notario publico per apostólica autoridade que com as ditas testemunhas a todo presente fuy, vi e ouvi e este puprico estormento fiz de minha propria mão e em fee e testemunho de verdade o corroborey de meu puprico e consueto sinal que tal he.

(*Sinal notarial*)

(fl. 445)

324

1538, Janeiro, 14

Insero: 1536, Dezembro, 19 – Lisboa

Trellado de hũa sentença da rellação do cardeal que ouve Baltasar Fernandez capellão de Cacella contra o bispo do Algarve pello não querer nella confirmar.

Thome Fernandez bacharel em canones desembargador e ouvidor geral no arcebispado de Lixboa pello muyto excellente principe e illustrissimo senhor o senhor Dom Afonso per merce de Deus e da Santa Igreja de Roma cardeal do titullo de São João e São Paulo iffante de Portugal arcebispo de Lixboa perpetuo administrador do bispado d'Evora e Moesteyro d'Alcobaça etc. A quantos esta carta de sentença tirada do processo virem saude em Jhesus Christo Noso Senhor faço saber que em esta corte e rellação do dito senhor se tratou hum feito cível antre partes, *convém a saber*, o bacharel Baltasar Fernandez freyre do abito de Santiago pello bacharel Gaspar Rodriguez seu procurador autor apellante de hũa parte e o reverendo bispo do Algarve pello licenciado Joam Lopez seu procurador reo apellado da outra sobre e por razão do dito reverendo bispo não querer confirmar o dito bacharel na capellanya perpetua da igreja dos Martires da villa de Cacella do dito bispado do Algarve per ser a ella apresentado pello senhor Mestre de Santiago etc. O qual feyto veo a ella per carta testemunhavel em a qual (fl. 445v) se continha o dito bacharel apresentado pello dito Mestre de Santiago apresentar ao dito reverendo bispo ha provisão da dita apresentação e lhe pedir ha confirmação da dita capella segundo o dito senhor Mestre lhe pedia por elle ser o diocesano a que a dita confirmação pertemcy a e o dito reverendo bispo o não querer confirmar por dizer que a

elle pertencia a provisão da dita capella etc. per o dito reverendo bispo ho não querer confirmar o dito bacharel apellou pera esta corte e rellação do dito senhor e lhe veu com apellação por escripto. Ha qual vista pello dito reverendo bispo lhe não recebeo e da denegação o dito apellante tirou a dita carta testemunhavel segundo que todo esto melhor e mays compridamente em ella he conteudo. A qual vista na dita rellação pellos muyto honrrados procurador e desembargadores della e per mym com elles de seu acordo e conselho se ouve a carta testemunhavel por apellação e o feyto em a dita relaçam por devoluto e mandado passar carta citatoria inibitoria em forma. A qual sendo passada foy por ella o dito reverendo bispo inibido e citado perante esta corte requerer sua justiça sendo os autos em esta corte perante mym as ditas partes fizerão seus procuradores e ouverão a vista e arrazoarão sobre ello tanto de seu direito que foy mandado pella dita rellação que o dito bacharel apellante fizese lybello apellatorio (fl. 446) e satisfazendo ao dito mandado o dito apellante veu com ele dizendo que o senhor Mestre de Santiago como Mestre da dita Ordem e os Mestres que dante elle forão estiverem e estava oje em dia em posse pacifica d'apresentar capellão e reytor na igreja dos Martyres da villa de Cacella do regno do Algarve como padroeiro e isto quando a dita igreja vaga per morte de algum capellão que nella esta ou per renuniação e o apresentado per elle Mestre he confirmado pello ordinario e nesta posse e custume estava ha Ordem de Santiago e os Mestres della de tempo imemorial a esta parte sem contradiação de pessoa algũa e que vagando a dita igreja de Nosa Senhora do (*sic*) Martires o dito senhor Mestre como padroeiro da dita igreja apresentou a ella hum Gaspar Afonso freyre do abito de Santiago pedindo ao bispo do Algarve ordinario a quem a confirmação da dita igreja pertencia que confirmase o dito Gaspar Afonso he por elle o não querer confirmar o dito Gaspar Afonso apellou pera esta rellação e tanto se processou no feyto que por final sentença se pronunciou que a dita confirmação pertencia ao senhor cardeal como metropolitano por o dito bispo do Algarve ordinario ser negligente em confirmar ho dito Gaspar Afonso apresentado pello Mestre como padroeiro por virtude da dita sentença ho (fl. 446v) ho senhor cardeal ho confirmara na dita igreja e da dita confirmação lhe mandara passar sua carta em forma e que vagando agora a dita igreja por a renuniação de hum Fernão Viegas freyre do abito de Santiago que na dita igreja era apresentado pello dito senhor Mestre o dito senhor apresentara a ella Baltassar Fernandez bacharel em canones freyre da dita Ordem apellante he indo elle pedir confirmação ao bispo do Algarve hordinario honde a dita igreja estava situada elle o não quisera confirmar sem causa sem razão e ho dillatava e denegava ha dita confirmação porem elle apellante apellou pera esta corte e rellação do dito senhor e lhe não foy recebida apellação e tirou carta testemunhavel da denegação da apellação. Ha qual trouxe e se devolvera o negocio e causa em esta corte e mandarão passar carta inibitoria como pello desembargo se via do que dizia ser puprica voz e fama pedindo elle apellante em conclusão per bem do que dizia hera lhe fose recebido seu lybello e vindo provado fose pronunciado serbem apellado e mal mandado pello dito bispo do Algarve em denegar a confirmação da igreja de Cacella ao dito apelante poys era apresentado pello dito senhor Mestre padroeiro e na mesma sentença se pronunciase a dita confirmação ser devoluta ao dito senhor cardeal como metropolitano do dito bispado e condenase o dito bispo nas custas segundo que (fl. 447) todo esto melhor e mais compridamente no dito lybello apellatorio se continua sobre o qual as partes arrazoa (*sic*) tanto que finalmente per acordo da dita rellação lho receby e mandey ao procurador do reverendo bispo que ho contestase ho qual contestou pella clausulla geral he eu prenunciey que contestava quanto abondava e julguey os artigos por pertencentes e mandey ao apellante que dese prova a elle. Ha qual

deu pollos autos da carta testemunhavel e per o titollo de Gaspar Afonso e per outros autos com hos quaes ouve sua prova por acabada e foy per mym lançado de mais prova e mandei ao procurador do dito reverendo bispo que se tevese embargos viesse com elles. Com os quaes veo dizendo que a dita capella de Santa Maria dos Martires do lugar de Cacella fora sempre ministrada curada per capellães anuaes que podiam ser removidos ha vontade a que cada hum anno se passava pello ordinario sua carta de cura e não erão perpetuos nem nunca o dito senhor bispo nem seus antecessores se mostrava que passassem titollo de confirmação perpetuo d'apresentação do dito senhor Mestre de Santiago h'algũa pessoa na dita capella antre lha denegarem expresamente por ser capella servitoria per capellão *anuatim* removivel cada anno e nom beneficio perpetuo nem se provava ho contrayro per que elle dito senhor bispo ouvesse de confirmar ao dito autor na dita capella como podia e devia ser o reo absoluto do contra elle pedido e o dito autor condenado nas custas de que dezia ser (fl. 447v) puprica voz e fama segundo que todo esto milhor e mays compridamente na dita contrariedade era conteudo. A qual vista na dita rellação lhe foy recebida e mandado que dese prova a ella e por não dar prova a ella foy lançado della e por o dito apellante não ter embargos ouve as inquirições por abertas e pruvicadas e mandey que as partes arazoassem a bem do feito. Ha qual¹⁶⁷⁶ vista ouveram e arazoaram tanto de hũa parte e da outra a bem de feito que finalmente me foy o feito concruso. E visto na rellação do dito senhor pellos seus muyto honrrados procurador e desembargadores della e per mym com elles que de seu acordo e conselho pronunciey hũa sentença que tal he:

Acordão em rellação etc. que visto os autos deste processo he bem apellado pello apellante e mal mandado pello reverendo senhor bispo em lhe denegar ha confirmação da igreja de Cacella a que he apresentado pello senhor Mestre e corregendo visto como o senhor Mestre esta em posse de apresentar reytos a dita igreja de Cacella podera o dito apellante pedir a dita confirmação ao senhor cardeal iffante a que pertence como arcebispo de Lixboa visto como a causa foy devoluta nesta corte e sem custas.

A qual sentença per mym foy pruvicada em (fl. 448) lugar acostumado e della o procurador do dito reverendo bispo apellou pera a igreja e corte de Roma e por ser encontinente foy o feito concluso. E visto na dita rellação pellos ditos procurador e desembargadores della e por mym com elles de seu acordo e conselho pronunciey hum desembargo que tal he:

Acordão em rellação etc. que sem embargo da apellação por parte do apellante interposta a qual não recebem cumprase sua sentença. O qual desembargo foy pronunciado em audiencia e lugar acostumado perante os procuradores das partes e do dito apellante pello qual me foy pedida sentença e eu lha mandey passar esta e quantas deste teor lhe comprirem pera guarda e conservação de seu direito. Dada em Lixboa sob meu synal e sello do dito senhor aos XIX dias do mes de Dezembro. João Lopez cavaleiro da casa do dito senhor e escriptvão da sua rellação a fez. Anno de Noso Senhor Jhesus Christo de myl e quinhentos e trynta seys annos. A qual sentença eu Antonio Vasquez notario apostolico trelladey da propria bem e fielmente per mandado do licenciado Gonçalo Simões que pera ello entrepos sua autoridade como juiz que he da (*sic*) ditas Ordens e a requerimento de Antonio Denis requerente (fl. 448v) do senhor Mestre de Santiago etc. E por verdade asyney de meu puprico e consueto Sinal que tal he aos catorze dias de Janeyro de mil¹⁶⁷⁷ V^c e trynta e oyto annos.

(*Sinal notarial*)

¹⁶⁷⁶ Palavra corrigida.

¹⁶⁷⁷ No documento "1" com um traço horizontal em cima.

1539, Julho, 16 – Lisboa

Insero: 1537, Agosto, 13 – Coimbra

Alvara d'el Rey sobre as capellas d'Alcouchete que o prior tem com o priorado que vagando ellas nom provera el Rey sem o Mestre ser ouvido.

In nomine Domini amen. Saibão quantos este presente puprico instrumento com ho theor de hum alvara¹⁶⁷⁸ d'el Rey noso senhor dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e trinta e nove annos aos dezaseis dias do mes de Julho de (*sic*) em a cidade de Lixboa dentro em casa da fazenda do muito illustre senhor o senhor Dom Jorge Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. estando hi o licenciado Gonçallo Simões logo hi perante mim notario apostolico e testemunhas ao diante nomeadas pareceo Gaspar Rodriguez procurador das Ordens de Santiago e d'Avis (fl. 449) e apresentou ao dito licenciado e juiz das ditas Ordeens hum alavara del Rei <Dom João 3> noso senhor escrito em papel e asynado per elle dito senhor não viciado nem cancellado mas carecente de todo o vicio e sospeição segundo *prima facie* parecia. E requereo ao dito juiz que lho mandasse passar em puprica forma em este Livro dos Copos he enterposesse a ello toda sua autoridade ordinaria de maneira que fizesse inteira fee por quanto entendia de se ajudar delle pera conservação do direito da dita Ordem de Santiago. O que visto pello dito juiz e visto outrosi como o dito alvara hera são e autentico e sem antrelinha nem cousa que duvida fizesse como dito he, mandou a mim notario que ho pasasse asy em puprica forma e entrepos a ello sua autoridade ordinaria com a interposição do decreto. Em comprimento do qual logo eu notario fiz este auto e tralladey o dito alvara cujo theor *de verbo ad verbum* he o seguinte:

Eu el Rey faço saber a quantos este meu alvara virem que eu fiz merce a João Cordeiro filho do priol d'Alcouchete de hūas capellas que o dito seu pay traz com o dito priorado por me ser dito que me pertenciam e por serem dadas ao dito prior por el rey Dom João meu tyo que santa gloria aja e depois de lhe ter feyto a dita merce por o Mestre meu muyto amado e prezado primo dizer que a dada das ditas capellas lhe pertenciam como governador do Mestrado de Santiago e o dito João Cordeiro a renunciou as ditas capellas em suas mãos e desistio do direyto que em ellas tinha por vertude da minha carta de merce segundo soube pello dito priol seu pay. E ora o dito Mestre meu primo me enviou pedir que ouvese por bem que nunca se fizesse obra algũa po vetude da dita carta de merce que ao dito João Cordeiro passey po quanto a dada das ditas capellas pertencia a elle. E que sendo caso que o dito priol d'Alcouchete falecesse eu não provesse das ditas capellas ate elle ser ouvido. E visto per mim seu requerimento ey por bem que se não faça obra algũa em nenhum tempo pella dita carta de merce que ao dito João Cordeiro fiz. E asy mesmo que vagando as ditas capellas me praz posto que me sejam requeridas não prover dellas nem as dar a pessoa algũa ate o dito Mestre meu primo ser ouvido por parte da Ordem. E dando as d'agora pera entam ey a tal dada por nenhūma porque seja não tendo lembrança desto. E por sua guarda e minha lembrança lhe mandey dar este alvara per mim asynado pera em todo se comprir como nelle he conteudo. O qual quero que valha como carta feyta em meu nome per mim asynada

¹⁶⁷⁸ Seguem-se umas palavras riscadas.

e asellada com o meu sello e passada per minha chancelaria sem embargo de minha ordenação que dispõe o contraio. Feyto em Coimbra a XIII dias d'Agosto. Antonio Paez a fez de mil e quinhentos e trinta e sete. Rey.

E trelladado asy o (fl. 449v) dito alvara logo eu notario o concertey e por o achar em todo conforme ao dito original o passey asi em puprica forma. Testemunhas que presentes estavam Jorge Piteira veador da fazenda do dito senhor e Bertollameu Velho escrivão e outros. E eu Antonio Vaz clerigo de missa da diocese de Lixboa notario publico per apostolica autoridade que a todo presente fuy, vi e ouvi e este fiz e asiney de meu puprico e consueto sinal que tal he. Com o riscado que dizia "d'el Rey que no" e antrelinha que diz "Dom João 3" porque se fez por verdade.

(*Sinal notarial*)

(fl. 450)

326

1540, Dezembro, 2 – Setúbal

Inserere: 1540, Setembro, 28 – Roma

Letra apostolica sobre hum partido que Fernão Mazquarenhas fez com ho Mestre noso senhor.

In nomine Domini amem. Saibão quantos este presente puprico instrumento com ho theor de hũa letra apostolica dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jhesus Christo de mil e quinhentos e quarenta annos aos dous dias do mes de Dezembro da dita hera em a villa de Setuval em a casa da fazenda do muito illustre senhor Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra etc. Estando hi o licenciado Gonçalo Simões juiz das ditas Ordeens logo hi em sua presença e perante mim notayro apostolico e das testemunhas ao diante nomeadas pareceo ho bacharel Diogo Acyado procurador do dito senhor e apresentou hũa letra apostolica emanada pello reverendo senhor *Antonius Cardinalis testis sanctorum quatuor coronatorum* asynada com seu sello de cera vermelha não viciada nem cancelada mas carecente de todo vicio e sospeição segundo que *prima facie* parecia e requereo ao dito juiz que lha mandasse passar em puprica forma em este livro por quanto entendia de se ajudar della. O que visto pello dito juiz mandou a mym notario que ha passase em puprica forma e interpos a ello sua autoridade em comprimento do qual logo eu notairo trelladey a dita bulla cujo theor tal he:

Antonius miseratione divina tituli sanctorum quatuor coronatorum presbiter cardinalis dilecto in Christo Ferdinando Masquarenhas Milici Militie Sancti Jacobi d'Espata in Portugalia salutem in Domino ex parte tua fuit propositum coram nobis quod cum dilectus nobis in Christo Alfonsus d'Alencastro preceptor preceptorie d'Aljustre Elborensis doicese Milicie Sancti Jacobi d'Espata in Portugalia fructus menuncias nuncupatos loci d'Alcaçar do Sal magistrali mense dicte Militie spectantes alis eidem Alfonso per tunc Magistrum magnum ipsius Militie cum illius habitu ad eius vitam concessos ad effectum ut super illis pensio annua trecentorum ducatorum auri dilecto nobis in Christo Fernando Mazquarenhas Militi dicte Militie per illius modernum magnum (fl. 450v) magistrum constituatur et dictus Fernandus pensioni annue trecentorum ducatorum similium alis sibi ad eius vitam cum habitu predictae Militie super fructibus redditibus et proventibus prefate preceptorie d'Aljustre per tunc magnum Magistrum Militie huiusmodi constitute ad effectum ut pensio huiusmodi extinga-

tur et dicta preceptorialia d'Aljustre a solutione pensionis huiusmodi libera perpetuo remaneat pro eorum comoditatibus in manibus eiusdem moderni Magistri magni renunciare et pro eo quod ipsam preceptorialia domus tam pro habitatione preceptoris illius quam ubi frumenti vini et alios fructus reponat non habet prefatus Ferdinandus domos suas patrimoniales tam pro habitatione preceptoris quam cillero et adega nuncupatas pro fructuum predictorum repositione ac ortum quintal nuncupatum et unum ferreginal et certa antra ubi frumentum reconditur et certas vineas sita in loco de Aljustre et illius teritorio ad eum ratione sui patrimonii spectantia dicte preceptorie pro illius preceptore pro tempore existentium comoditati perpetuo donare et modernus Magister prefatus qui dilectum nobis in Christo Petrum Masquarenhas filium dicti Ferdinandi in militem dicte Milicie recipere et sibi habitum eiusdem Militie exhibere intendit in compensam dictorum bonorum pensionem annuam decem et novem milium regalium monete Portugalie super eisdem fructibus minutis nuncupatis prefate loci de Alcaçar do Sal eidem Petro per prefatum Fernandum eius patrem quoad vixerit et eidem per eundem Petrus ad eorum vitam percipiendam constituere et assignare intendant dictusque Magister pensiones super fructibus sue Mense Magistralis auctoritate sua propria assignari consueverit et pro omni scrupulo conscientie tollendo ac premissorum omnium firmitate maiori tam Magister quam tu et Alfonsus ac Petrus prefati cupiatis ad ea faciendum licentiam vobis a Sede Apostolica concedi, quare supplicari fecisti humiliter vobis super his per Sedes Apostolicas de opportuno remedio meli provideri. Nos itaque tuis in hac parte supplicationibus inclinati auctoritate domni Pape cuius penitentiarie curam gerimus et de eius speciali mandato super hoc vive vocis oraculo nobis facto tenore penitentiarii tibi et Magistro ac Alfonso et Petro prefatis ut premissa omnia et singula ut prefatur cum omnibus et singulis ad id opportunis libere et licite et absque conscientie scrupulo facere valeatis licentiam et liberam tenore penitentiarii concedimus facultatem eaque omnia et singula si iam salvo tamen Sedis Apostolice beneplacito facta fuerint aut postquam facta erunt approbamus et confirmamus ac supplimus omnes et singulas tam iuris quam facti defectus siqui forsam interverint in eisdem non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon dicte Milicie et Ordinis cuius existit etiam iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus stabellimentibus usibus et naturis privilegiis quoque indultis et nostre apostolicis sub quibusvis vel borum (*sic*) formis (fl. 451) ecclesie etiam derogatoriis derogatoriis aliisque fortioribus efficacioribus et insolitis irritantibusque et aliis decretis concessis confirmatis et etiam iteratis vicibus innovatis etiam mari magno aut bulla aurea vel aliis nuncupatis omnibus illorum tenoris ac si de verbo ad verbum insererentur penitentiariis pro plene et sufficienter expressis huius (?) alias in suo robore per mansuris hac vice duntaxat speciale expresse derogamus quodque non nulle alie littere super premissis contra veritatem et sane facti pro parte tua per officium sane penitentiarie huiusmodi impetrate fuerint quas minime valere decernimus ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Rome apud Sanctum Petrum sub sigillo officii penitentiarie quarto kalendas Octobris pontificatus domni Pauli Pape III anno sexto.

E trelladada asy a dita letra bem e fielmente como dito he logo eu notayro a concertey com a propria e por a achar em todo conforme a dita original a passey aquy em puprica forma. Testemunhas que presente estavão Jorge Piteira veador da fazenda do dito senhor Mestre e Alvaro d'Oliveira porteiro da dita fazenda e outros. E eu Antonio Vaaz capellão do dito senhor e notairo puprico per apostolica autoridade que este estormento fiz e por verdade o asney de meu puprico e consueto synal que tal he rogado e requerido.

(*Sinal notarial*)

(fls. 451v a 452v, em branco)

(fl. 453)

327

1541, Setembro, 19 – Setúbal

Inserere: 1478, Agosto, 8 – Évora

Doação do padroado da comenda de Soza aos herdeiros de João de Sousa.

Aos XIX dias do mes de Setembro de mill e quinhentos e coremta e hum anos em a villa de Setuvela perante o doutor Estevão Preto cavaleiro da Hordem de Samtiaguio e juiz daas Ordeens pareceo Manuel de Sousa freire fidalguo da casa d'el Rei noso senhor comemdador da comemda do lugar de Coza e apresetou ao dito juiz hũa doação que fez el rei Dom Afonso do padroado da dita comemda aos erdeiros de Joam de Sousa pedimdo lhe que ha mandase tresladar no lyvro do tombo das propiedades da Ordem de Samtiaguio e o dito juiz a mamdou aqui tresladar e pera elo intrepou sua autoridade cujo teor he o seguinte:

Dom Affonso per graça de Deus rei de Castela e de Lyam e de Portugal e de Toledo de Cordova de Sevilha de Murça de Jaem e dos Algarves d'Aquem e d'Alem maar em Affriqa de Gibaltar e das Aljaziras senhor de Bizcaia e de Molyna etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que Joam de Sossa fidalguo de nosa casa e do nosso conselho comemdador de Povos e de Coza estando o tempo pasado em corte de Roma per nosso mamdado em cousas de muito nosso serviço como nosso embayxador que hera ele nos servio asy grandemente como noso bom e verdadeiro criado e servidor em todas aquelas cousas de que ho emcarregamos que nos nos ouvemos e avemos dele por muy bem servido e confesamos lhe sermos em muyta obrigação pera lhe sempre fazemos merce em todo o que bem podermos e porque elle aalem de nos emcaminhar e bem desembargar com ho Samto Padre Sixto e cardeais aquelas cousas pera que o laa enviamos nos ouve do Santo Padre o padroado da dita igreja de Sousa e que pera sempre fose comemda de Samtiago e sempre fose do nosso padroado e dos reis que despois de nos fosem reis destes reinos trazemdo nos dello bula patemte do dito Santo (fl. 453v) Padre expedida na forma que expedida devia de ser quemdo lhe nos em parte remunerar seus serviços aimda que de muito maior remuneraçam elles sejam dinos nos de nosso proprio movimento sem petiçam sua nem doutra pesoa que por sua parte nos requereze lhe fazemos pura doaçam entre vivos valedoira do dito padroado da dita igreja de Soza¹⁶⁷⁹ pera ele e pera todos seus erdeiros e subcesores *jure hereditario*. O qual queremos que ele aja e seus erdeiros ajam asy e tão compridamente como ele a nos¹⁶⁸⁰ he outorgado e nos pertemce per bem da decta (*sic*) doaçam colação e provissam que a nos per o dicto Samto Padre hee outorgado. E queremos e mandamos que algum nosso subcesor ou erdeiro em ele mova (?) lhe ponha duvida ou embargo nem a ele nem a seus erdeiros a em que delo dem torvaçam ou façam contemda algũa porque antes de o <no> patrimonio nosso real termos imcorporado o tiramos de noos e trespasamos em ele dito Joam de Sousa e todos seus erdeiros como dito temos. E por

¹⁶⁷⁹ Palavra corrigida.

¹⁶⁸⁰ Palavra corrigida.

esta nosa doação mais firme ser pedimos ao Santo Padre que lha queira confirmar asy e pela guisa que aqui per noos lhe he outorgado. Dada em a nosa cidade d'Evora a oyto dias do mes d'Agosto. Joam Amdre a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mil quatrocentos e setemta e oyto.

A qual doação eu Belchior Nunez pubrico tabalyão em esta vila de Setuvel pelo Mestre e duque etc. noso senhor treladei de hũa doação do dito rei Dom Affonso que era escrita em purgaminho e per ele asynada e aselada com hum selo de chumbo pemdemte das quinas de Portugal a qual estava saam e lyma sem respamçadura nem risqado neem amtrelynha que duvida faça e com ela este com dito doutor comcertei e aqui meu puprico synal fiz que tal hee. E diz per amtrelinha "no" per verdade.

(Sinal notarial)

Comcertado foi este trelado comigo ho doutor Estevam Preto.

[Assinatura:] STEPHANUS DOCTOR.

(fl. 454)

328

1545, Março, 20 – Setúbal

Insero: 1538, Fevereiro, 15 – Roma

Breve apostolico per que o Santo Padre Paulo 3º concedeo a Antonio Denis cavaleiro da Ordem de Santiago a administração das rendas e propriedades da igreja de Sancta Cruz termo d'Almodouvar.

In nomine Domini amen. Saibão os que este presente estromento virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jesu (*sic*) Christo de mil e quinhentos e quarenta e cinco annos aos XX dias do mes de Março do dito anno em a villa de Setuval perante Vasco Annes Mousynho vigairo em a dita villa pello illustrissimo e reverendissimo senhor o senhor Dom Fernando de Meneses arcebispo de Lixboa etc. pareceo o licenciado Diogo Aciado procurador das Ordeens de Santiago e Avis e apresentou ao dito vigairo hum breve apostolico de noso senhor o Santo Padre Paulo 3º escripto em purgaminho sellado sub *anullo piscatoris* segundo custume romão nam viciado nem cancellado nem em algũa parte de si sospeyto mas carecente de todo vicio e sospeição segundo que *prima facie* parecia e requereo com instancia ao dito vigairo que lhe mandase pasar em puprica forma o dito breve por quanto entendia de se ajudar delle. E visto pello dito vigairo seu requerimento ser justo mandou a mim dito notairo que o pasase em puprica forma e interpos a ello sua autoridade ordinaria em comprimento desto logo eu notairo fiz este auto e trelado o dito breve cujo theor de *verbo ad verbum* he o seguinte:

Dilecto filio Antonio Denis Figueiroa fratri Militie Sancti Jacobi de Spata sub regula Sancti Augustini. PAULUS PAPA 3º.

Dilecte fili salutem et apostolicam benedictionem exponi (fl. 454v) nobis nuper fecisti quod licet omnimoda visitatio et superioritas in d'Almodouvar et eius districtus et ei adjacentium aliorum que diversorum locorum Elborensis diocese parochialium et sine cura ecclesiarum aliorumque locorum ecclesiasticorum Militie Sancti Jacobi de Spata sub regula Sancti Augustini ac correctio excessuum per ecclesias et loca ecclesiastica huiusmodi pro tem-

pore obtinentes commissorum ad magistrum pro tempore existentem dicte Militie de anti-qua et approbata hactenus que pacifice observata ac legitime prescripta consuetudine per-tineat et idem magister eisdem parrochialibus ecclesiis per vicarios perpetuas in divinis deserviri faciat. Et olim nonnulli Christi fideles pia devotione ac intentione ducti diversa domos vineas hereditates courellas de terra nuncupatas et alia bona immobila in dicta diocese consistentia necnon redditus et varia pecudum genera cappelle sive heremitorio beate Marie da Cruz in termino sive districtum dicti loci d'Almodouvar reliquerint et dona-verint ipsaque bona in divini cultus augmentum et obsequium divinum et reparationem ac manutationem dicte capelle sive heremitorii alios que pios usus converti et expendi debue-rint et debeant. Tamen universitas hominum dicti loci d'Almodouvar aut nonnulli illius incole et habitatores domos vineas et alia bona et redditus huiusmodi sibi de facto usurparunt. Verum si dictorum bonorum et reddituum omnimoda administratio sub tamen visitatione superioritate et correctione dicti magistri prout sibi competit (fl. 455) tibi quo ad viveres committeretur. Profecto tu bona et redditus huiusmodi in pios usus et in augmentum divini cultus converteres. Quare pro parte tui asserentis te fratrem eiusdem Militie ac de nobili genere procreatum existere. Nobis fuit humiliter supplicatum ut premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati. Si ad infrascripta dilecti filii moderni magistri seu administratoris dicte Militie accedat accen-sus te quoad vixeris perpetuum et irrevocabilem administratorem heremitorii sive cappelle cui ut etiam asseris cura imminet animarum et que per fratres dicte Militie obtineri ac visi-tatio superioritas et correctio huiusmodi ad eundem Magistrum spectat et pertinet cuique per cappellanum fratrem dicte Militie ad nutum ipsius Magistri amovibilem in divinis deser-viri consuevit necnon bonorum et reddituum huiusmodi sub tamen eiusdem Magistri sive administratoris visitatione correptione et superioritate premissis et cum onere consueto auc-toritate apostolica tenore presentium constituimus et deputamus ac tibi curam regimen et administrationem heremitorii sive capelle¹⁶⁸¹ seu heremitorii et tuos ac alios pios et lici-tos usus convertere. Et illa de cetero perpetuis futuris temporibus per laicos administrari nullatenus possint nec debeant decernentes sic per quoscumque iudices quavis auctori-tate fungentes iudicari debere sublata eis quavis aliter iudicandi facultate ac irritum et (fl. 455v) in nane quicquid secus contingerit attemptari ac mandantes venerabili fratri epis-copo Casertanensi et dilectis filiis Sancti Jacobi de Spata de Palmela ac Sancti Benedicti de Avis oppidorum Ulixbonensis et predictae Ebborensis diocese monasteriorum per prio-res gubernari solitorum prioribus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios tibi in premissis efficacis defensionis presidio assistentes faciant te deputatione comissione commenda et decreto premissis pacifici fieri et gaudere non permitentes te per quoscumque desuper quomodo libet indebite molestari. Molestatores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis non obstante premissis ac quibusvis apostolicis necnon in provineralibus conciliis editis generalibus vel specialibus constitutionibus et ordinationibus ceterisque contrariis quibuscumque volumus insuper quod presentium transumptis manu notarii publici subscriptis et sigillo alicuius persone in dignitate constitute vel canonici cathed-ralis ecclesie munitie eadem pro sua fides in iudicio et extra adhibeatur que eisdem pre-

¹⁶⁸¹ Na margem direita, por outra mão: "O que aqui falta esta no fim, as quais palavra (sic) aqui entrão". Entenda-se: "ac bonorum et reddituum huiusmodi auctoritate et tenore predictis committimus et commendamus ita quod liceat tibi de bonis et redditibus huiusmodi disporre et ordinare illaque in dicte capelle".

sentibus adhiberetur si forent exhibite vel ostense. Date Rome apud Sanctum Petrum sub annulo piscatoris. Die decimoquinto Februarii. MDXXXVIII ponte (*sic*) nostri anno quarto¹⁶⁸².

E trelladado asy o dito breve como dito he logo eu (fl. 456) notairo o concertey com o proprio original e por ho achar em todo conforme o pasey em este puprico estormento. Testemunhas que presentes estavão Antonio Denis Figueiroa cavaleiro da Ordem de Santiago e Bras Diaz moço da capella do Mestre de Santiago e d'Avis etc. noso senhor. E eu Antonio Vaaz capellão do dito senhor e notairo puprico per apostolica autoridade que este estormento fiz e asyney de meu puprico e acostumado sinal que tal he. Rogado e requerido. Nom seja duvida nas quatro regras que estam no fim do breve as quaes entrão onde esta a outra cruz por (*sic*) se fez por verdade.

(*Sinal notarial*)

329

1546, Março, 9 – Setúbal

Inserere: 1538, Outubro, 31 – Lisboa

Bulla da anexação das igrejas de Portallegre a este convento.

In nomine Domni amen. Saibam os que este presente puprico estormento com o theor de hũa letra apostolica dado per mandado e autoridade de justiça virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jesu (*sic*) Christo de mil e quinhentos e quarenta e seis annos aos nove dias do mes de Março do dito anno em a villa de Setuval em a casa onde se faz a fazenda do muyto illustre e excellente senhor o senhor Dom Jorge Mestre de Santiago e d'Avis etc. estando hy o doutor Estevão Preto do desembargo do dito senhor e juiz das ditas Ordeens perante elle dito juiz pareceo o licenciado (fl. 456v) Diogo de Rabedeci procurador das ditas Ordeens e apresentou ao dito juiz hũa bulla e letra apostolica emanada pello reverendissimo em Christo padre e senhor Jeronimo Ricensas de Capiteferreo nuncio de latere do noso muy Santo Padre Paulo terceyro ora na igreja de Deus presidente escrita em purgaminho e asynada pello dito senhor e sellada com o sello pendente impresso de cera vermelha das armas do dito senhor nuncio em caxa redonda de folha de Frandes e com outros sinaes dos officiaes do dito senhor sãa e carecente de todo vicio e sospeyção segundo que *prima facie* parecia. E apresentada asy a dita letra requereo ao dito juiz que lhe mandase passar o trellado em puprica forma em este livro do tomo onde estão as bullas e privilegios da dita Ordem. E visto pello dito juiz seu requerimento ser justo disse a mim notairo apostolico que trelladase a dita bulla em puprica forma em o dito livro e interpos a ello sua autoridade e mandou que fizesse fee em juizo e fora delle e onde quer que o dito livro fose apresentado. Em comprimento desto logo eu notairo fiz este auto e trelladei a dita bulla *de verbo ad verbum* o teor da qual he o seguinte:

Hieronimus Ricensas de Capiteferreo sanctissimi domni nostri Pape et Sedis Apostolice notarius ac ad serenissimum principem Johannem Portugalie et Algarbiorum necnon universam portugaliam cum facultate legati de latere nuncius et orator ad perpetuam rei

¹⁶⁸² As linhas que se seguem já foram inseridas no corpo do texto, mais precisamente no local assinalado pelo escrivão.

memoriam. Ex iniuncto nobis a Sede Apostolica officio ad ea libenter intendimus per que prioratum et aliorum priorum locorum necnon personarum (fl. 457) in illis sub religionis jugo altissimo famulantium statui prospero et tranquillo ac commoditatibus valeat oportune provideri. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte charissimi nobis in Christo Magistri Ordinis Militie Sancti Jacobi de Spata regni Portugalie petitio continebat que si parrochiales ecclesie Sancti Laurentii et Sancti Vincentii de Portalegre Egitanense diocese per dicti Ordinis professores obtineri solite quas dilectus nobis in Christo Menendus Alfonsi de Figueiroa in comendam usque ad vigesimum sue etatis annum inter alia obtinet cum primum illas vacare contigerit prioratus de Palmela Ulixbonense diocese qui conventualis existit perpetuo unitentur annecterentur et incorporarentur ex hoc prioris pro tempore existentis prioratus huiusmodi cuius fructus adeo tenues existunt ut ad dicti prioris status mentionem non sufficiunt. Quare pro parte eiusdem Magistri asserentis dictarum ecclesiarum fructus redditus et proventus centum ducatorum auri de camera secundum communem extimationem valorem annum non excedere nobis fuit humiliter supplicatum ut dictas ecclesias eidem prioratis perpetuo unire annectere et incorporare alisque in premissis oportune providere dignaremur. Nos igitur eundem Magistrum a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis a juri vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet inodatus existit ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes et absolutum fore censentes necnon fructuum reddituum et proventuum dicti prioratus verum annum valorem pro expresso habentes huiusmodi supplicationibus inclinati ecclesias predictas ex nunc prout ex die vacationis illarum et e (*sic*) contra eidem prioratus cum omnibus ju-(fl. 457v)ribus et pertinentiis suis apostolica auctoritate unimus et incorporamus. Itaque liceat dicti prioratus priori pro tempore existenti possessionem dictarum ecclesiarum extunc cum vacaverint propria auctoritate libere apprehendere, illarumque fructus redditus et proventus in suos et dicti prioratus usus et utilitatem convertere diocesani loci vel cuiusvis alterius licentia super hoc minime requisita non obstante illa per quam dudum sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Paulus divina providentia Pape tertii inter alia voluit quod petentes beneficia ecclesiastica alis uniri tenerentur exprimere verum annum valorem etiam beneficii cui aliud uniri peteretur. Alioquin non valerent unio et semper in unionibus commissio fieret ad partes vocatis quorum interesset ac fe. Re. Bonifacii Pape VIII et aliis apostolicis constitutionibus et ordinationibus contrariis quibuscumque. Aut si aliqui super provisionibus sibi faciendis de huiusmodi vel aliis beneficiis ecclesiasticis in illis partibus speciales vel generales dicte sedis vel legatorum eius literas impetrarint etiam super eas ad inhibitionem reservationem et decretum vel alias quomodolibet sit processum. Quas quidem literas et processus habitos per eosdem ac inde secuta quecumque ad dictas ecclesias volumus non extendi sed nullum per hoc eis quo ad executionem beneficiorum aliorum prejuditium generari seu si reverendi in Christo Patri episcopo Egitanensi vel quibusvis aliis communiter vel divisim ab apostolica sit sede indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint quodque de huiusmodi vel aliis beneficiis ecclesiasticis (fl. 458) al eorum collationem provisionem presentationem seu quamvis aliam dispositionem conjunctim vel separatim spectantibus nulli valeat provideri per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et quibuslibet aliis privilegiis indulgentiis et literis apostolicis generalibus vel specialibus quorumcumque tenorum existant per que presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differri et de quibus quo-

rumque¹⁶⁸³ totis tenoribus habenda sit in nostris literis mentio specialis. Nos enim ex nunc irritum decernimus et innane sisecus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attemptari. Volumus autem quod dicte parrochiales ecclesie propter unionem annexionem et incorporationem huiusmodi debitis non fraudentur obsequiis et animarum cura in eis nullatenus negligatur sed per sufficientes idoneos vicarios quibus de earundem ecclesiarum fructibus de portione provideatur congrua laudabiliter exerceatur et supportentur onera consueta. In quorum fidei presentes literas fieri sigillique nostri appensione communis iussimus. Date Ulixbone anno Incarnationis Dominice milesimo quingentesimo trigesimo octavo. Pridie kalendas Novembris. Pontificatus sanctissimi in Christo Patris et Domini Nostri domini Pauli divina providentia Pape tertii anno quarto.

E trelladada asy a dita bulla logo eu notairo a concertey com a dita original e por a achar em todo conforme a pasey em este livro¹⁶⁸⁴. Testemunhas que presentes estavão Jorge Piteira veador da fazenda e Pero de Gouvea juiz da ap^{ria} (?). E eu Antonio Vaz capelão do dito senhor e notairo puprico que este estormento fiz e asyney de meu puprico e acustumado sinal que tal he. Com o riscado que dezia “cumque” porque se fez por verdade.

(Sinal notarial)

(fl. 458v)

330

1546, Julho, 14 – Setúbal

Insero: 1546, Julho, 8 – Santarém

Alvara do senhor nuncio per que manda que os comendadores e cavaleiros das Ordeens nom sejam obrigados a mostrar os titulos das comendas e igrejas que tiverem.

In nomine Domini amen. Saibam os que este estormento com ho theor de hum alvara virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jesu (*sic*) Christo de mil e quinhentos e quarenta e seis annos aos XIII^o dias do mes de Julho do dito anno em a villa de Setuval em as pousadas do muito honrrado Vasco Annes Mousinho vigairo da vara em a dita villa pello illustrissimo e reverendissimo senhor o senhor Dom Fernando arcebispo de Lixboa perante elle dito vigairo pareceo o procurador da Ordem de Santiago e Avis e apresentou ao dito vigairo hum alvara do senhor nuncio escripto em papel sellado com o sello das armas do dito senhor nuncio e asynado per elle são e carecente de todo vicio e sospeição segundo que *prima facie* parecia. O qual alvara vinha cerrado e com sobre escripto a maneira de breve dirigido ao muito illustre e excellente senhor o senhor Dom Jorge Mestre de Santiago e d’Avis etc. e requereo com instancia ao dito vigairo que lhe mandase trelladar em puprica forma o dito alvara em este Livro dos Copos onde estam os privilegios e liberdades da dita Ordem e interpuse a ello sua autoridade ordinaria por quanto esperava de se ajudar delle. E visto pello dito vigairo seu requerimento ser justo e visto o dito alvara ser são e autentico como dito he interpos sua autoridade e mandou a mim notairo que trelladase o dito alvara em puprica forma e que fizese inteira

¹⁶⁸³ Esta palavra tem uma letra riscada.

¹⁶⁸⁴ Seguem-se umas palavras riscadas.

fee em juizo e fora delle. Em comprimento desto logo eu notairo fiz este auto e trelladey o dito alvara cujo teor *de verbo ad verbum* he o seguinte:

Sobrescripto.

Ao illustrissimo senhor o senhor Mestre de Santiago etc. illustrissimo senhor. Recebemos grande desprazer toma lo Vossa ilustrissima senhoria pello que o vigayro de Lixboa sem nosa comisão fez em dar molestia e desemquietar aos cavaleiros e comendadores da Ordem de Santiago do Mestrado de vossa illustrissima senhoria a nos mostrarem os titulos de (fl. 459) suas comendas a vontade de Sua Santidade não he tal ca nosa he muyto servir vossa illustrissima senhoria ho vigairo de Lixboa não foy niso bem atentado nem nosa provisam entendeo que entendendo a não fizera tal. E por que vossa senhoria illustrissima seja seguro e seus vassallos¹⁶⁸⁵ e comendadores satisfeytos per este noso alvara mandamos ao provisor e vigairo de Lixboa e a todallas justiças ecclesiasticas destes regnos que aos comendadores e cavalleyros que comendas e igrejas tiverem em comenda do Mestrado de Santiago em quaesquer diocesis destes reinos não sejam molestados perturbados desemquietados nem obrigados a nos virem mostrar suas bullas e provisões que tiverem de suas comendas de que providos forem do Mestrado de Santiago e d'Avis. E se alguuns soceesos (*sic*) sam feytos em quaesquer comendas que feytos forem do dito Mestrado sejam alevantados e aja cada hum o seu porque esta não he a vontade de Sua Santidade nem nosa comisam não se entende nas igrejas e comendas do Mestrado de Santiago e d'Avis dos reynos de Portugal. Asy o noteficamos e mandamos se cumpra e guarde. Feyto em Santarem sob noso sinal e sello. Simão Lousado ho fez a 8 de Julho de 1546. Di (*sic*) vossa senhoria illustrissima. Senhores o nuncio.

E trelladado asy o dito alvara bem e fielmente como dito he logo eu notairo o concertey com o proprio original e por o achar em todo conforme o passey em este puprico estormento. Testemunhas que presentes estavam Francisco Rodrigex e Bras Dias criados do dito senhor. E eu Antonio Vaz capellão do dito senhor Mestre e notairo puprico per apostolica autoridade que este estormento fiz e asyney de meu puprico e acostumado sinal que tal he. Nom faça duvida o riscado que dizia "satisfeitos" porque se fez por verdade.

(*Sinal notarial*)

(fl. 459v)

331

1547, Novembro, 3 – Lisboa

Insere: 1547, Outubro, 3 – Lisboa; 1547, Outubro, 11 – Lisboa

Doaçam que o Mestre Dom Jorge fez ao convento das rendas de Cabrella.

In nomine Domni amen. Saibam quantos este presente pubrico estormento virem que no anno do nacemento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil¹⁶⁸⁶ V^c RVII anos aos III dias de Novembro

¹⁶⁸⁵ Segue-se riscado: "satisfeytos".

¹⁶⁸⁶ No documento "1" com um traço horizontal em cima.

do dicto anno em a mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa em as pousadas do reverendo senhor Dom Martim Vaz Pantoja da iam da See da dita cidade e juiz conservador apostolico da Ordem e Milicia de Santiago da Espada em estes reynos e senhorios de Portugal estamdo hi o dicto senhor da iam presente por parte do reverendo senhor Dom prior e freires do convento de Palmela da dita Ordem de Santiago da Espada lhe foy apresentada hũa carta de doaçam do mui excelente primcepe o senhor Dom Jorge filho d'el rey Dom Joam o segundo Mestre da dita Ordem per Sua Senhoria asynada e aseelada com o seu seello de cera vermelha per fita de linhas brancas e roxas pemdemte e nas costas da dita doaçam hũa confirmação do reve-rendissimo senhor nuncio asynada per elle e aseellada com o seu seello de cera vermelha inpreso em caixa de folha de Framdes redomda pendente per cordam de linhas vermelhas todo escrito em porgaminho nom viciado nem cancelado nem em algũa parte de sy sospeito amtes carecente de todo vicio e sospeiçam segumdo per todo *prima facie* parecia de que todo o trelado he o que se segue:

Dom Jorge filho d'el rey Dom Joam meu senhor que Deus aja Mestre de Santiago e d'Avis duque de Coimbra senhor de Montemor Torres Novas e das beatrias etc. a quam-tos esta nosa carta virem fazemos saber que comsiramdo nos como o comvnto da nosa vila de Palmela da dita Hordem de (fl. 460) de Samtiago atee noso tempo nom teve remda nem cousa algũa apropiada pera sua fabrica de que as obras ornamentos e outras despesas que della se aviam de fazer se podessem soprir somemte se proviam per nosa fazenda e dos Mestres pasados como parecia pello que muitas vezes o com-ventto recebia e podia receber determento pellas cousas nom serem tambem providas e ser muito necesario ter remda certa apropiada pera sua fabrica ha muitos annos que ordenamos que das tenças de que fosem providos os cavaleiros com ho abito na mesa meestral e asy das comemdas ramos e remdas que nom tiverem igreijas paguem o dizimo pera a fabrica do convento como mais largamemte se comtem no regimento que diso fizemos. E ordenamos mais que todos os priores e beneficiados do Mestrado paguem meias anadas das remdas da Ordem que tiverem com seus beneficios pera a mesma fabrica do dito comvnto e ouvemos bulla do Samto Padre pera poderem testar pagamdo as dictas meias anadas. E queremdo nos ora mais imteiramente prover aa necessidade da dita fabrica pera a mais acrecentar enobrecer no comvnto como se requiere pera semelhamte casa cabeça da Ordem nestes reinos e oulhando aas muitas rezões que ha pera ella ter booa fabrica e lhe ser muito necessaria e tambem porque a mesa meestral era em divida de hum comto de reis pouco mais ou menos aa fabrica do comvnto dos dizimos das tenças que nela ouveram de ser despachados per alguuns annos e se nom fez por estar a messa meestral muito ocupada e dada a comemdadores e diso e doutras cousas semelhamtes resultou a dita divida nem se poderia satisfazer. Portamto por todas estas causas e respeitos e em satisfaçam da dita divida (fl. 460v) nos per esta carta damos e avemos por dadas daqui em diamte pera sempre ao dito comvnto pera a sua fabrica todas as remdas da nosa vila de Cabrela e seu termo e apropiamos e apricamos aa dita fabrica por ser vezinho a Palmela que parte com seus termos e mais convenientes ao dito comvnto. As quaes remdas temos ora vagas pera isso pellas renunciar e soltar Dom Afonso d'Alencastro que as tinha per nosa carta em comemda e o satisfizemos com os lugares e remdas d'Alcouchete e Aldea Galega que sam da nosa mesa meestral e ordenamos que as dictas remdas ficasem livres e despejadas pera a dita fabrica e as dictas remdas serem despesas em obras ornamentos e cousas e nego-cios que em especial tocarem ao dito comvnto per nosa ordenamça e dos Mestres vim-

doiros. E quando nos parecer bem acrescentarmos o numero dos freires do dito convento o poderemos fazer das dictas remdas de Cabrella. E por nos parecer rezam e conveniente a confirmação dos juizes de Cabrela e asy a apresentação dos officios amdar nos dom priores queremos e nos praz que dom prior comfirme os juizes da dita villa e lhes pase sua confirmaçam em forma como o fazem os comendadores do Meestrado em suas comendas. E mandamos aos officiaes da dita vila que cad'anno emviem sua carta de eleiçam a dom prior e ajam sua confirmaçam dos juizes como dicto he. E quando vagarem os officios que na dita vila ouver de nosa dada per qualquer modo que vaguem queremos que dom prior tenha a apresentaçam deles e nos apresemente per seus asinados pessoas idoneas pera os servirem e com sua apresentaçam os daremos e damdo os sem ella a tal dada sera nenhũa e de nenhum vigor. E por quamto o dom priorado do dicto convento estava ora vago e mandamos e pasamos a ele Dom Antonio Preto dom prior que era do convento d'Avis (fl. 461) de seu aprazimento e por justos respeitoes porque o asy sentimos por serviço de Deus e bem do mesmo convento de Samtiago. O qual dom priorado tem do presente menos oitenta mil rs. de remda em cada huum anno do que soia ter e do que tem o dom priorado d'Avis que o dicto Dom Antonio Preto deixou por lhe serem tiradas em vida de Mend'Afonso¹⁶⁸⁷ duas igreijas em Portalegre que as tem de noso consentimento com o abito de Samtiago per provisam apostolica. As quaes sam anexas *in perpetuu* ao dito dom priorado de Samtiago pera que o dito Dom Antonio Preto dom prior fique em sua vida com outra tamta remda como deixou como se lhe deve e he rezam de se fazer queremos e temos por bem que elle tenha e aja com o dicto dom priorado de Samtiago os ditos oitenta mil rs. em cada huum anno nas dictas remdas de Cabrella em sua vida emquamto nom vagarem as ditas igreijas de Portalegre que o dicto Mend'Afonso pesuy por que tamto que vagarem elle Dom Antonio Preto dom prior ha d'aver a remda das dictas igreijas anexas e nom avera mais os dictos oitenta mil rs. pelas dictas rendas de Cabrela mas ficaram livres e isentas com a outra mais remda de Cabrella pera a fabrica do dito convento como dicto he. Os quaes oitenta mil rs. elle dom prior podera receber e arrecadar per sua propia autoridade nas dictas remdas de Cabrela e lhe seram pagos do Sam Joam que ora pasou em diante em cada huum anno por imteiro e sem quebra algũa pello almoxarife e remdeiros que forem das ditas remdas de Cabrella sem mais outro noso mandado especial. Primeiro que a fabrica do convento se pague delas cousa algũa por asi serem em satisfaçam como dicto he. E bem asy avendo nos respeito que os dizimos das temças da dita fabrica huns annos sam mais e outros annos menos asy por vagarem as temças como per muitas delas se nom poderem pagar avemos (fl. 461v) por bem por nos asy parecer melhor e mais proveito da fabrica em ter cousa certa de dar e damos daqui em diante em cada huum anno per nosa fazemda per todos os dictos dizimos das temças em lugar deles ora valham muito ou pouco oitenta mil rs. certos e sabidos pera a dita fabrica e lhe seram despachados em cada huum anno em hũa nosa remda omde sejam bem pagos per imteiro e sem quebra ao recebedor da dicta fabrica e mandamos aos ofeciaes de nosa fazemda que conforme a isto lhos despachem. E alem diso avera mais a dita fabrica os dizimos das comendas ramos e rendas que nom tem igreijas como lhas temos ordenadas. E por firmeza de todo lhe mandamos pasar esta carta per nos asynada e aseelada com o sello pendemte da dita Hordem. Baltasar Fernandez a fez em Lixboa a trez

¹⁶⁸⁷ Na margem direita, por outra mão: "Mendo Affonço".

dias do mes de Outubro do anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesuus Christo de mil V^c RVI¹⁶⁸⁸. E eu Pero Coelho secretario do dicto senhor Mestre e dos Mestrados a fiz escrever e sobescrevi. As quaes remdas da dita vila de Cabrela quamdo se ouverem d'arremdar e os ramos delas e tambem o aforar seram arremdadas e aforadas per nos per nosos ofeciaes a quem ho cometermos juntamente com dom prior ou com a pes-soa a que ho ele cometer pera que se veja como se faz bem e com proveito das dic-tas rendas etc.

Confirmaçam.

Nos Joannes archiepiscopus Sipontensis in hoc Portugalie regno Apostolice Sedis nuncius. Retroscriptores dilectores nobis in Christo prioris et fratrum conventus oppidi de Palmela Ulixbonense diocese Militie Sancti Jacobi de Spata in hac parte supplicationibus inclinatis donationem aprientionem et apropryionem retro scriptas omniaque et singula in retro scripto instrumento contemta apostolica auctoritate qua fungimur in hac parte tenore presentium approbamus et confirmamus suppplentes omnes et singulos tam iuris quam facti defectus siqui forsam intervenerint in eisdem in contrarium facientibus non obstantibus quibus cumque in quorum fidem has presentes confirmationis literas manu nostra propria subscriptas fieri nostri que (fl. 462) sigilli sussimus et fecimus appemssione cum muniri. Date prope et extra muros Ulixbone anno anativitate Domni millesimo quingentesimo quadragesimo septimo die undecima mensis Octobris pontificatus sanctissimi domni nostri Pauli divina providentia Papae tertii anno tertio decimo.

E sendo a dita carta de doaçam e confirmaçam como dicto he por parte do dicto reverendo senhor dom prior e freires do dicto convento de Palmela ao dicto senhor daiam apresentada lhe foy logo requerido como conservador que he da dita Ordem de Santiago da Espada que por quanto elles temiam que a propia carta da doaçam e confirmaçam se perdesse per homde o direito e remdas ao dicto convento pello senhor Mestre dadas se perdesse lhe pediam que lhe mandasse dar de todo o trelado em publica forma neste livro omde estam os mais papeis tocantes aa dita Ordem. E visto pello dicto senhor daiam o dizer e pedir por parte do dicto dom prior e freires e vista a dita carta e confirmação e como eram sãas inteiras (?) e sem vicio rasura nem borradura mandou a mim dito notairo que lhe dese o trelado delas em puprica forma neste livro e que valessem [e] fizessem tanta fee em juizo e fora dele como os propios originaes interpoendo pera elo sua autoridade com interposição de direito quanto com direito devia e podia. Em cumprimento do qual eu notairo fiz este estormento e concertei este trelado com as proprias. Testemunhas que presentes estavam frey Symam capelam do senhor Mestre e prior de Mouram e Antonio Franco e Joam Guerreiro criados de mim notairo. E eu Francisco Coelho notairo apostolico per¹⁶⁸⁹ apostolica autoridade que este estormento escrevi e meu puprico sinal fiz que tall he.

(Sinal notarial)

(fl. 462v, em branco)

¹⁶⁸⁸ Na margem esquerda, por outra mão: "1547" e, mais abaixo: "deve ser a tres e não a treze porque esta doação a confirmou o senhor nuncio no dia undecimo deste mesmo mes e sendo esta doação fecta a treze vinha a sua confirmação antes, o que não pode".

¹⁶⁸⁹ Palavra corrigida.

(fl. 463)

332

1711, Junho, 26 – Palmela

Insere: 1711, Junho, 22 – Setúbal

Jornada que o senhor rey D. João 5º fez a este convento de Palmela.

Balthazar Jozeph da Gamma freire capitular deste real convento de Palmella e nelle escrivão do cartorio por Sua Magestade que Deus guarde certifico e faço fee que neste mes de Junho deste prezente anno de 1711 passando Sua Magestade que Deus guarde o serenissimo senhor rey Dom João o 5º da corte e cidade de Lixboa pera o sitio de Azeytão com o motivo de ter alguns dias de recreação e exercicio como lhe aconselharão os medicos pera alivio de algũas queyxas com que se achava passou no dito tempo a vila de Setuval aonde dilatando se tres dias no fim delles se rezolveo a vir honrar este convento com a sua real prezença e dos serenissimos infantes seus irmãos os senhores Dom Francisco, Dom Antonio e Dom Manoel que o acompanharão nessa jornada. E porque no mesmo tempo se achava na corte o illustrissimo senhor prior mor Dom Jozeph Pereira de Lacerda a ella lhe escreveu o secretario de estado de ordem de Sua Magestade a carta seguinte:

Meu senhor hontem escrevi a Vossa Senhoria dizendo lhe que Sua Magestade que Deus guarde determinava ir amanhã ou ao outro dia a Palmela e porque o juis de fora da mesma vila me assegura que Vossa Senhoria se acha nessa corte e o mesmo senhor tem rezoluto passar ao convento quarta feira dia de S. João e nelle ouvir missa e participo a Vossa Senhoria pera que se ache no dito convento por mo haver assim ordenado. Sua Magestade Deus guarde a Vossa Senhoria. Mes anno Setuval a 22 de Junho de 1711. Muito servidor de Vossa Senhoria Diogo de Mendonça Corte Real.

Foi dada esta carta ao dito senhor prior mor em vespera de S. João Baptista pellas des horas da manhã e sem embargo de se achar queyxozo e preparado pera entrar em bancos se embarcou na mesma tarde com a familia dos seus criados e chegou a este convento pella meya route, respondendo logo ao secretario de estado que nelle esperava com o devido alvorço receber a honra e merce que Sua Magestade e Altezas erão servidos fazer lhe com a sua prezença.

Naquellas breves horas dispôs o dito senhor prior mor o modo e forma do recebimento e agasalho de Sua Magestade que foi da maneira seguinte:

Chegou o dito senhor com os infantes seus irmãos a este convento em dia de S. João Baptista pellas oito horas da manhã acompanhado do conde de Santa Crus seu mordomo mor, do marques de Alegrete gentil homem de sua camera, do conde de Pombeyro seu capitão da guarda, do marques de Fontes, do conde da Ericeyra, do conde de Coculim (*sic*), do conde de S. Lourenço, do conde de Valadares vedor da Raynha nossa senhora, do conde de Unhão, do conde de Villar (fl. 463v) Mayor, de Francisco de Mello monteiro mor do reino, de Dom Rodrigo de Lencastro gentil homem da camara do senhor infante Dom Francisco, de¹⁶⁹⁰ Bernardo de

¹⁶⁹⁰ Na margem direita: "Diogo de Mendonça Corte Real seu Secretario de Estado".

Vasconcellos e Souza, de Belchior da Cunha de Andrade seu corregedor do crime da corte e caza, com outra muita comitiva de mossos da guarda roupa e camara e outros criados e officiaes de inferior hyerarchia.

Assim que o dito senhor entrou as portas do castelo foi o senhor prior mor espera lo à do attrio anterior à porta da igreja com toda a sua comunidade dividida em duas allas de hũa a outra porta e na do attrio logo immediatamente à parte de dentro estava estendida hũa alcatifa com quatro almofadas de tella emsima pera ajoelhar Sua Magestade e os senhores infantes e o dito senhor prior mor com capa de asperges ministro de mitra ao lado e a crus do Sancto Lenho na mão de bayxo do pallio pera a dar a bejar a Sua Magestade e Altezas como com effeito assim se fez. E assim que se apeou a comitiva vierão logo à prezença do dito senhor Prior mor antes de Sua Magestade se apeou o marques de Fontes, o conde de Santa Crus, o conde de Unhão e Bernardo de Vasconcellos e Souza a dizer lhe que como subditos seus, pois com effeito são todos quatro comendadores da Ordem de S. Tiago se vinhão alli offerecer pera tudo o que Sua Senhoria fosse servido ordenar lhes e depois do dito senhor lhes gratificar benevolamente esta attenção lhes encarregou as quatro varas do pallio em que logo pegarão. E tanto que Sua Magestade e Altezas se apearão dos cavallos em que vinhão à porta do dito attrio e adorarão a Santa Reliquia bejando a crus em que estava aa mão do dito senhor prior mor levantou a comunidade o responsorio *Ellegit cum Dominus* na forma que dispoem o Pontifical Romano de Clemente 8º no recebimento dos reys e se continuou a procição indo Sua Magestade e Altezas de bayxo do pallio e immediatamente a elles da parte anterior o senhor prior mor com a crus do Santo Lenho. Tanto que se entrou a porta da igreja lhe lançou o dito senhor prior mor agoa benta recebendo o izopo da mão do seu presidente, e alli se levantou o *Te Deum laudamus* que se continuou athe Sua Magestade e Altezas chegarem ao plano do presbyterio da cappela mor aonde estavam outras quatro almofadas pera os ditos senhores ajoelharem e cantando o *Te Deum* e entoados pello senhor prior mor os versos *Deus judicium tuum regi* da V. Sª e a oração *Deus qui omnis potestas* na forma do mesmo Pontifical e lançada por elle no fim a benção solene depois as vistiduras e veyo com a sua comunidade e mais corte conduzindo e acompanhando a Sua Magestade e Altezas athe às cazas da dignidade que estavam decentemente paramentadas pera recebimento de Sua Magestade; foi o dito senhor guiado athe à caza que tema tribuna pera a cappela mor que serve de segunda guarda roupa ao senhor prior mor. (fl. 464) A qual estava com docel, enguartinados, panos de bofetes, tudo de damasco caramexim, espelhos e mais alfayas com que sempre costuma estar e só se lhe tirarão as cadeiras, ficando tão somente quatro vestidas de tella encarnada da mesma qualidade da das almofadas pera as pessoas de Sua Magestade e Altezas.

Alli beijou a mão aos ditos senhores o senhor prior mor e ordenou à sua comunidade fizesse o mesmo; depois do que na prezença de todo da companha muito disse pera Sua Magestade as seguintes rezois:

Senhor,

Se na esfera dos vassallos pudera caber a confiança pera se queyxarem dos seus monarchas justamente o devia eu fazer hoje de Vossa Magestade, pois rezolvendo se a honrar este convento com a sua real prezença, não foi servido ordenar se me fizesse avizo a tempo que eu e toda esta comunidade que hoje gloriozamente vaidozos nos vemos aos reaes pés de Vossa Magestade pudessemos fazer não só aquellas leaes demonstraçoens a que somos obrigados como vassallos, mas tambem aquelles affeituzos dezempenhos a que nos persuade a obrigação de subditos, pois ao mesmo tempo que veneramos a Vossa Magestade como nosso Rey,

o amamos como nosso Mestre e verdadeiro governador desta Ordem; porem esperamos da grandeza de Vossa Magestade que repitta muitas vezes esta mesma honra a este seu convento pera que a fidelidade dos nossos corações possa testemunhar estão o que agora lhes embarga a escaça prizão do tempo. E já daqui começamos a implorar a intercessão dos serenissimos infantes irmãos de Vossa Magestade pera que por meyo della não só consigamos a honra de nos ver muitas vezes neste lugar aos reais pés de Vossa Magestade, mas tambem o gosto de lhe bejarmos a elles a mão por esse favor e pello de quererem acompanhar a Vossa Magestade pera que com a sua prezença se multipliquem as honras a este convento que irá crescendo religiosamente nas virtudes ao mesmo tempo que Vossa Magestade o for exaltando na repetição de tão soberanos favores e cuidará tambem com mais ardente zello em pedir a Deus dê a Vossa Magestade tantos annos de vida, tantas felicidades e tão dilatada descendencia que não só veja ser esta sua monarchia, mas ainda o mundo todo pequeno ambito pera o seu imperio.

Acabada esta breve pratica, a que Sua Magestade differiu com grata benevolencia, se recolheu pera a tribuna que estava paramentada com pano descido e enguartinado do mesmo damasco da caza com os senhores infantes seus irmãos. E mandando o senhor prior mor que se tirasse o docel do seu lugar por ficar em frente da (fl. 464v) da tribuna em que Sua Magestade estava publicamente da mesma maneira que na da sua cappela real, o mesmo senhor levado daquelle augustissimo e sempre invencivel animo, com que declara honrar os seus vassallos, disse da mesma tribuna abayxo que senão bolisse, nem alterasse couza algũa no assento no assento do senhor prior mor e ordenou o¹⁶⁹¹ mesmo senhor que deyxasse estar o docel e mandasse recado abayxo para que assim se executasse, e com effeito assim se fez: na mesma tribuna esteve Sua Magestade fallando largo tempo com o dito senhor prior mor e inquirindo alguns particulares do convento sobre seus estylos, uzos e ceremonias, e alli lhe significou que seria de seu real agrado que naquella manhã fizesse pontifical, a que logo promptamente obbedeceo o dito senhor, e descendo para o seu lugar costumado da cappela mor, emquanto se dispunhão as preparações necessarias para o dito pontifical, o dito senhor não só mandou que se sentasse na sua cadeira espaldas de bayxo do dito docel, mas que se cubrisse, estando todo o mais concurso em pé, menos os titulos que descerão abayxo que se sentarão nas cadeiras de sima do coro da parte da tribuna.

Depois de passado hum largo espaço de tempo, e de se entoar a Terça, se entrou e deu principio ao auto (?) <de> pontifical na forma costumada; e cantado nelle o Evangelho, o senhor prior mor sentado na sua cadeira com a mitra na cabeça na forma que dispoem o ceremonial dos bispos fes sobre o dito Evangelho a pratica e expozição seguinte:

Thema

Visitavit et fecit redemptionem plebis suae vicini et cognati congratulabantur ei: linam 1ª.

Appareceo hoje nas montanhas de Judea hum João entre os nascidos o mayor homem, *non surrexit mayor*, apparece hoje nas montanhas de Palmela outro João entre os princepes o mayor monarcha, *visitavit*; fizerão plauzivel aquelle suceço o concurso dos moradores daquelle montanha e a assistencia dos parentes daquelle João, *vicini et cognati congratulabantur ei*; fazem solene este acto a assistencia dos parentes deste João e o concurso dos moradores desta mon-

¹⁶⁹¹ Palavra corrigida.

tanha, mas com hũa grande differença, que naquelle suceço não foi o gosto dos moradores e das montanhas tal que o não asustasse o temor, *factus est timor super omnes vicinos et super omnia montana*; porem neste acto he de tal maneira (fl. 465) o contentamento que cedem as forças do temor as valentias do gosto; naquelle acontecimento houve o prodigio de fallar hum mudo daquella montanha, *locutus est mutus*; neste acazo são tantos os mudos que fallão, quantos são os corações destes moradores, a quem tinha emmudecido a dor e pena de não verem nesta montanha ao seu monarcha.

Aquellas montanhas, ainda que contentes, nem derão testemunhos da sua fidelidade, nem abrandarão aquella dura constancia de que se compunha a sua natureza; porem estas montanhas em testemunho da sua fidelidade e do seu gosto parece que já com estudioza prevenção se tinham commçado a dezentranhar pera mostrarem milhor a lialdade daquelles seus se sempre duros, agora suaves corações, se já não era que se quizerão descarregar de tanto pezo pera que mais ligeiramente viessem aos pés deste João, em protestaço fiel da sua vassalagem e grato testemunho de seu amorozo rendimento, pois como principe piedozo se dignou de vir remir aos seus habitadores daquelle aspero cativeiro, em que os tinha posto a violenta separação da sua real prezença, *visitavit et fecit redemptionem plebis suae*. Naquellas montanhas louvarão todos a Deus pelas virtudes daquelle João, *magnificavit benedicens Deum manus Domini erat cum illo*; nestas montanhas pelas virtudes deste João devemos hoje louvar e engrandecer todos a Deus, *benedictus Dominus Deus Israel*, esperando que a misericordia deste senhor em premio e satisfação dellas lhe dem cá no mundo aquella graça de que se compoem o seu nome, *vocatum est nomen eius Joannes Joannes id est gratia*, para que por meyo della o vá louvar com o outro João eternamente lá na gloria, *ad quam nos perdurat*.

Acabada a pratica, se entrou à confissão pello diacono pera a publicação da indulgencia na forma costumada e se continuou com o pontifical athé o fim e nelle derão agoa às mãos ao dito senhor prior mor o marques de Fontes, o conde de Santa Crus, o conde de Unhão e Bernardo de Vasconcellos e Souza e pera que todos quatro tivessem emprego por serem da mesma Ordem, levou hum o gomil, outro a bacia, outro a toalha de alimpar as mãos e outro outra toalha pera se por no gremio do senhor prior mor, a que pegavão pellas pontas os diaconos assistentes.

Concluido o pontifical se recolheo asima o senhor prior mor acompanhado de toda a nobreza que se achava na igreja; e chegando à caza da tribuna, onde Sua Magestade estava, dá o senhor com (fl. 465v) aquelle n^{al} agrado, com que sem offença da Magestade sabe atrahir os animos de seus vassallos, deu huns paços pera o dito senhor prior mor e todo cheyo de prazer e vontade de o honrar lhe disse que tudo fizera excelentemente com grande descrição, gravidade e acerto, o que pera elle não era novo, pois o tinha visto e ouvido muitas vezes em outras acções publicas, e que aquella não tivera mais deffeito que os louvores que delle dicera naquella pratica, o dito senhor prior mor lhe beijou novamente a mão por tanta honra, pedindo lhe perdão das suas faltas e dezacertos, dizendo lhe as desculpava não só o grande alvorço, mas a suma veneração e respeito com que se achava na prezença de Sua Magestade; e passadas estas breves rezois, o dito senhor ordenou se desse principio ao jentar, e por ser tarde mandou que assim elle, como a nobreza da sua comitiva, jentasse ao mesmo tempo, ficando tão somente o marques de Alegrette seu camerista pera assistir na meza a sua real pessoa e Dom Rodrigo de Alencastro às dos senhores infantes seus irmãos, que com Sua Magestade jentarão na caza da tribuna, aonde se lhe armou a meza e a da nobreza na salla grande que serve de livraria; houve de comer sufficientemente sem falta, nem desperdicio que talvez houvera se desse mais lugar o tempo.

Acabado o jentar, se recolheu Sua Magestade por algum espaço de tempo, que foi mui breve; e entrando o senhor prior mor dentro a saber como o dito senhor tinha passado, este lhe falou na sua camera, dizendo lhe tinha passado bem e se achava com muito gosto neste sitio e neste convento e novamente lhe tornou a inquirir mais particulares delle, couzas e noticias da Ordem, jurisdichois e privilegios della; e depois de passada mais de hũa hora digo e privilegios della e de seus ministros e do que a cada hum tocava e pertencia; e depois de passada mais de hũa hora nestas e semelhantes praticas, se dignou o dito senhor de ir ver com os senhores infantes seus irmãos todo este convento e officinas delle, a que os conduzio o senhor prior mor com a comitiva dos seus freires e lhe mostrou as cellas de alguns, como foi a do seu presidente o padre Jozeph Cabral de Carvalho e a do seu escrivão da camera o padre Carlos padre do Andr^a, as quais folgou de ver o dito senhor, parecendo lhe muito bem, assim pella proporção, como pella religioza descencia dellas. E visto o mais que se podia mostrar neste convento, veyo ultimamente à igreja, onde fazendo primerio oração, se retirou pello mesmo paço que tinha entrado, pera continuar a sua jornada pera Lixboa; e pedindo lhe o senhor prior mor licença pera o acompanhar, elle o não consentio, dizendo lhe assás exceço tinha feito em (fl. 466) vir tão mal tratado de Lixboa a este convento por respeito seu, e que não queria arrisca lo a mayor danno com o novo trabalho do caminho.

À porta de fora do attrio athé onde o acompanhou o senhor prior mor e a comunidade, estavam os cavallos pera montar Sua Magestade e altezas, e antes que o fizessem, lhes beijou alli novamente a mão o dito senhor prior mor e a dita comunidade, em repetida protestaço da grande honra que lhes tinha feito e com que os deyxava; e porque a esta acrecesse outra mayor, a que o genio de Sua Magestade he natural e suavemente inclinado, depois de montado a cavallo, voltou pera o senhor prior mor na prezença do largo concurso que alli se achava, e tirando o chapeo, lhe disse: adeus prior mor ficai vos embora. E com estas palavras se despedio, deyxando nos a todos tão cheyos de vaidade por tanta honra, como de leais e fidelissimas saudades pella sua auzencia.

E porque a todo o tempo conste a verdade e noticia desta funcção, lancei neste livro bem e fielmente a rellação della de mandado do dito senhor prior mor. Feita neste convento de Palmela aos 26 de Junho de 1711. E eu Baltasar Jozeph da Gama escrivão do cartorio que a fiz escrever, subescrevi e asignei.

[Assinatura:] BALTASAR JOZEPH DA GAMA.

333

1716, Agosto, 8 – Palmela

O dito senhor prior mor asima referido foi nomeado bispo do Algarve pella mesma Magestade de el rey Dom João o 5^o em 12 de Novembro de 1715 e se despedio deste convento pera ir tomar posse do dito seu lugar e na tar (sic) de sua sagração em 7 de Agosto deste presente anno de 1716. E na vespera de sua partida foi ao coro de bayxo, aonde se despedio de toda a comunidade com hũa paternal e saudoza pratica que lhe fez que não só edificou mas eterneceu a todos.

Foy este prelado muy zelozo da jurisdicção da Ordem, como mostrou nas grandes contendas que sobre ella lhe moveu o cabbido sede vacante da cidade de Lixboa, em que se louve com grande actividade e jurisprudencia conservando a dita Ordem e convento nas jurisdicções e privilegios

que lhe competição e sobre esta maneira compos hum douto volume, cuja impressão se espera saya brevemente a publico.

Elle mandou fazer o refeitório novo na forma em que se acha; mandou estucar, azolejar e pintar a igreja do convento enchendo o tecto della de epigramas e emblemas, que elle mesmo fez pellos passos da vida de (fl. 466v) S. Tiago; o que tudo ao diante vay tresladado pera que se em algum tempo a humidade do tecto escurecer e apagar os ditos epigramas e emblemas se possam novamente copiar.

Elle mandou dourar o arco da cappella mor e fazer de talha as duas cappellas collatraes de Santo Antonio e de S. Jozeph; mandou reedificar a fundamentis, as estalagens da vila; reparou muito as cazas da dignidade e mandou fazer o oratorio particular que nellas está, que não tinha mais que o arco da parede; e elle o mandou estucar, pintar e fazer o quadro que tem. E finalmente foi grande reparador não só do material, mas do formal da dita Ordem e convento, tratando sempre aos freires delle com tal prudencia e medida, que nem o agrado lhes facilitava a confiança, nem a severidade lhes diminuia o amor. E assim se fez sempre no discurso do seu governo o serviço de Deus e do dito convento com grande pontualidade e maior consolação de todos os seus subditos.

Copia dos epigramas pellos passos da vida de S. Tiago e dos emblemas que fez o dito senhor prior mor e se achão no tecto da igreja deste dito convento.

Nave do meyo da parte da capela

S. Tiago deyxando as redes e tudo por seguir a Christo.

Epigrama

Retia despiciens demittit cuncta Jacobus providus efficiens retia cuncta capit.

Fileto com hum lenço de S. Tiago não só se defendeu de Hermogenes que o perseguia, mas pondo lho diante dos olhos se converteu a fé.

Epigrama

Lumina parturiunt Jacobi Lintea caeco dum tegithie hic oculos aspicit ille magis.

S. Tiago dando hum pao a Hermogenes, com que este afugentava os demonios que o perseguião.

Epigrama

Demonis ambages detorquet virga Jacobi, Lucifer ut Virgae non ita virga tremitt.

S. Tiago indo prezo e atado com cordas por ordem do falso Pontifice (fl. 467) abiatar pera a presença de Herodes, sarou no caminho a hum paralitico que lhe pedio saude.

Epigrama

Sublevat aegrotum constrictus fune Jacobus brachia capta manent libera virtus agit.

Lizias que levava prezo a S. Tiago, vendo o dar saude repentinamente ao paralitico, se converteu.

Epigrama

Gutura constringit Lisyas cum fune Jacobi dumque parat nodos ipse ligatus adest.

Da parte do Evangelho da mesma nave do meyo.

Trazendo os discipulos de S. Tiago o seu corpo defunto em hum navio pera Galiza a hum genio mancebo que andava correndo na praya a cavallo se desbocou este e entrando pello mar

dentro chegou aonde vinha hum navio e depois de muytas vezes mergulhado na agoa lhe lançarão os discipulos hũa corda e guiando o assima, vio o corpo defunto do santo e se converteu.

Epigrama

Ethnicus ad feretrum tendit per salsa Jacobi lustralis Puero sic fraeta lympha manent.

Chegando a terra o corpo de S. Tiago, pedirão os discipulos a hũa D. Loba senhora daquella terra que lhes desse modo pera enterrarem o santo, ella os mandou ir a hum sitio seu, aonde tinha bravissimos touros, dizendo lhes com engano que erão bois manços, pera que elles lá tivessem perigo, que os mettessem em hum carro e que levassem nelle o corpo do santo a enterrar aonde quizessem; forão, e os freires se subgeitarão logo ao carro e vierão sem ninquem os guiar pera a porta da dita Dona Loba, que vendo o corpo do santo se converteu e lhe edificou sepultura.

Epigrama

Conspicit examinum corpus Lupa saeva Jacobi corporis ad visum iam Lupa vestit ovem.

(fl. 467v) S. Tiago a cavallo vencendo e metendo de bayxo dos péz delle aos mouros em Espanha.

Epigrama

Quadrupedant quatit maurorum colla Jacobus jure equidem capios ferrea signa tenent.

S. Tiago apparecendo com hũa chave na mão pera abrir as portas de Coimbra a el rey Dom Fernando e destruir os mouros.

Epigrama

Silabidas vincit turcos cum clave Jacobus Herculis haud clavis sed fera dava fuit.

S. Tiago apparecendo em Goa com hũa cruz resplandecente no peyto vencendo os mouros.

Epigrama

En crucis efigies deterret fulgida mauros non parvas mauris sic gerit illa cruces.

Emblemas

Nave da parte da epistola pera em cima
Justitia.

Hum homem pintado com hum livro aberto diante de sy e hũa espada de cada lado nua com as pontas pera elle e hũa letra por bayxo que diz:

Si inflector in figor.

Da mesma parte e nave do meyo
Castitas.

Hũa dama com os olhos tapados com hum listão e por bayxo hũa letra que diz:

Vivit in vitta.

(fl. 468)

Na mesma nave da parte de bayxo.
Pacientia.

Pintada hũa viola e por bayxo esta letra:

Percussa laetatur.

Nave da parte do Evangelho em cima.
Prudentia.

Hum lambique destilando viboras e por bayxo hũa letra que diz:

Ex veneno theriaca.

Na mesma nave da parte de bayxo
Fortitudo.

Hũa torre pintada e alguns homens atirando lhe com arco e setas e por bayxo esta letra:

Jetibus immobilis

De bayxo do coro da parte da epistola
Constância.

Hũa palma carregada de pezos e por bayxo esta letra:

Onusta virescit.

De bayxo do mesmo coro da parte do Evangelho
Liberalitas.

Hũa arvore no campo carregada de fructos com esta letra:

Omnibus per via.

De bayxo do mesmo coro à entrada da porta
Temperantia.

(fl. 468v) Hum falcão remontando se com esta letra por bayxo:

Impastus surgit ad imma.

De bayxo do mesmo coro junto ao arco delle
Charitas.

Hum pelicano picando o peyto e os filhos ao redor delle com esta letra:

Non sibi, sed aliis.

No meyo das duas naves colatraes estão dois passos da vida de Santo Agostinho que pintarão os officiaes sem epigrama, nem emblemas por não dar esse lugar o sitio em que estão.

Tudo asima me pareceo tresladar e copiar neste livro pera que conste a todo o tempo. E eu Baltasar Jozeph freire cappitular e escrivão do cartorio e matriculla deste convento o fis escrever e sobescrevi no mesmo convento aos 8 dias do mes de Agosto de 1716.

[Assinatura:] BALTASAR JOZEPH DA GAMA.

¹⁶⁹²O dito senhor prior mor hera bispo do Algarve foi creado cardeal pelo Santo Padre Clemente undecimo hora na igreja de Deus prezidente, em 29 de Novembro de 1719 por nomeação que nelle fez o serenissimo senhor rey Dom João 5º que Deus guarde.

Antonio da Sylveira Patto freire cappitular em este real convento de Santiago de Palmella e nelle escrivão.

(fl. 469)

334

1716, Junho, 17 – Lisboa

Inserere: 1706, Maio, 26 – Lisboa; 1698, Setembro, 24 – Lisboa

Escrivão do cartorio certefico que pelo reverendo prior Salvador Pereira de Mattos superior com vezes do prior mor deste real convento me foi mandado passar por certidão o documento do theor seguinte:

Senhor dizem os fabriqueiros de Santa Maria do Castello da villa de Palmella que Vossa Magestade foi devido conceder lhe alvara pello quall mandava que se não procedesse contra os fabriqueiros das Ordens e tirando seu alvará pera com elle se izentarem de que os obrigassem a serem soldados auxiliares na forma do dito alvará se lhe perder e porque temem se proceda contra elles se o nam mostrarem quando lhes for procurado por Vossa Magestade lhe faça merce mandar que se lhe passe segundo alvará por certidão na forma costumada e receberão merce. Despacho. Passe não havendo inconveniente. Lixboa vinte e seis de Mayo de mil setecentos e ses (*sic*) com suas rubricas. Certidão. Ho livro sincoenta que servio de registo de patentes e alvarás o anno de mil seiscentos noventa e oito the mil seiscentos noventa e nove nelle a folhas trinta e quatro verço se acha registado o de que nesta petição faz menção cuja copia he a seguinte:

Eu el Rey faço saber aos que este alvará virem que mandando ver no meu concelho de guerra a consulta que a Mesa da Consiencia e Ordens me fes sobre huma petição do prior de Santa Maria do Castello da villa de Palmella em rezão de lhe quererem obrigar o fabriqueiro da sua igreja a ser soldado auxiliar; e visto seu requerimento emformação que nelle procedeu do Duque Mestre de Campo General hey por bem de que os fabriqueros das igrejas das Ordens sejam izemplos de Deos fazerem soldados e de que gozem deste privilegio daqui em diante e de que se não proceda mais contra a da igreja de Santa Maria do Castello da ditta vila de Palmella e nesta conformidade ordeno ao Duque dos meus Concelhos de Estado e Guerra Mestre de Campo General junto à minha pessoa nesta corte e provincia da Estremadura e a todos os mais generais que governão as armas

¹⁶⁹² Este registo foi acrescentado, de outra mão, sem qualquer outra indicação.

das provincias do reyno e Algarve dem tão inteYRO cumprimento a este alvará como nelle se contem e os mais cabos e officiais de guerra fação o mesmo na parte que lhes tocar, o qual lhe vallerá posto que seu effeyto haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario livro 2º titulo 40. Manoel Ayres da Costa o fes em Lisboa aos vinte quatro dias do mes de Setembro de mil seiscentos noventa e oito annos. Antonio Pereyra da Cunha o fis escrever. Rey.

O refferido he o que consta do registo do ditto alvará. Lixboa 17 de Junho de 1716. Manoel do Rego de Moraes.

(fls. 469v a 474v, em branco)

SUMÁRIOS

1

1396, Junho, 20 – Cuenca

D. André Fernandez, arcebispo de Cuenca e vigário geral de D. Álvaro, bispo da mesma cidade, apresenta uma letra apostólica de Alexandre III que se inclui em traslado.

Insere: 1175, Julho, 3

Alexandre III institui a Ordem de Santiago em Espanha e ordena aos bispos que dêem aos freires os santos óleos e lhes consagrem as igrejas e os altares.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 1-3v.

2

1258, Abril, 2 – Viterbo

Alexandre IV outorga uma bula pela qual os arcebispos e bispos não devem intrometer-se na salvaguarda dos direitos dos freires de Santiago, sob pena de excomunhão.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 3v.

3

1184, Novembro, 17 – Verona

Lúcio III confirma os privilégios da Ordem de Santiago, bem como todas as vilas, lugares e igrejas que lhe pertençam e venham a pertencer. Ordena, ainda, a reunião anual do capítulo da Ordem e define certos direitos episcopais exercidos sobre os Espatários.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 4-5v.

4

[1181-1185], Outubro, 11 – *Vellerem (sic)*

Lúcio III envia uma letra ao bispo de Évora e ao prior de S. Vicente para que não consintam que outros prelados cobrem a dízima aos freires da Ordem de Santiago, sob pena de excomunhão, aplicando-se este mesmo procedimento aos leigos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 5v-6.

5

[1181-1185], Outubro, 11 – *Velleite (sic)*

Lúcio III ordena aos prelados de toda a Espanha que não neguem a concessão de ordens, nem a sagração dos santos óleos destinados à administração de alguns sacramentos aos freires da Ordem de Santiago, nem façam impender sobre eles a excomunhão. Anota, ainda, que no caso de recusa do diocesano, recorram a outro bispo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 6.

6

1229, Julho, 23 – Lugo

Gregório IX confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios outorgados pelos Papas anteriores, reiterando as liberdades e isenções recebidas por parte dos reis.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 6.

7

1245, Setembro, 12 – Lugo

Inocêncio IV dispensa o Mestre e freires da Ordem de Santiago do pagamento da dízima relativa aos seus bens.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 6v.

8

1250, Setembro, 24 – Lugo

Inocêncio IV defende que o Mestre e os freires da Ordem de Santiago não possam ser injuriados, nem seus bens penhorados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 6v.

9

1246, Setembro, 19 – Lugo

Inocêncio IV ordena ao arcebispo de Braga que não agrave os freires da Ordem de Santiago, em especial aqueles que ao assistir à missa vêem a cerimónia interrompida pelo celebrante e outros a quem o bispo recusa os santos óleos e o crisma.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 6v-7.

10

1251, Setembro, 24 – Lugo

Inocêncio IV ordena que nenhum bem da Ordem de Santiago seja penhorado.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 7.

11

1251, Setembro, 24 – Lugo

Inocêncio IV ordena ao mestre-escola de Leão que não autorize que certos clérigos e leigos, alegando os maus costumes dos membros da Ordem de Santiago, lhes tomem bestas e outros bens.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 7-7v.

12

1291, Maio, 15 – Roma

Nicolau IV ordena aos comendadores da Ordem de Santiago no reino de Portugal e do Algarve que elejam Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 7v-8.

13

1383, Novembro, 26 – Lisboa

Paio Nicolau, cónego e bacharel, em representação de D. Martinho, bispo de Lisboa, apresenta uma letra de Nicolau IV, cujo traslado em pública-forma se insere.

Inserere: 1190, Maio, 15 – Roma

Nicolau IV ordena aos comendadores da Ordem de Santiago no reino de Portugal e do Algarve que elejam Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 8-8v.

14

1294, Setembro, 17 – Áquila

Celestino V ordena aos comendadores da Ordem de Santiago no reino de Portugal e do Algarve que elejam Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 9.

15

1294, Novembro, 22 – Nápoles

Celestino V revoga as anteriores decisões contrárias à eleição de Mestre de Santiago em Portugal e reafirma a autorização para que os comendadores da Ordem o elejam, reservando os direitos ao Mestre Geral da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 9-10.

16

1295, Fevereiro, 2 – Lisboa

D. Dinis autoriza a publicação de uma bula de Celestino V, a propósito da eleição do Mestre Provincial em Portugal, que se insere sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1294, Novembro, 22 – Nápoles

Celestino V confirma uma letra de Nicolau IV, pela qual o Pontífice ordenara aos comendadores da Ordem de Santiago no reino de Portugal e do Algarve que elegessem Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 10-11v.

17

1383, Novembro, 26 – Lisboa

Paio Nicolau, bacharel em direito canónico, em representação de D. Martinho, bispo de Lisboa, apresenta e faz publicar pelo tabelião João Rodrigues, a pública-forma de uma letra de Celestino V.

Inserere: 1294, Setembro, 17 – Áquila

Celestino V ordena aos comendadores da Ordem de Santiago no reino de Portugal e do Algarve que elejam Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 12-12v.

18

1396, Junho, 22 – Cuenca

Afonso Fernandez de Uclés, raçoeiro da igreja de Cuenca, apresenta perante André Fernandez, arcebispo de Cuenca e vigário geral de D. Álvaro, bispo da mesma cidade, uma letra apostólica de Nicolau III que foi copiada em pública-forma.

Inserere: 1278, Outubro, 7 – Viterbo

Nicolau III reafirma um privilégio de Gregório X, pelo qual outorgara à Ordem de Santiago a isenção do pagamento de dízima a Roma.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 12v-14.

19

1299, Dezembro, 30 – Latrão

Bonifácio VIII envia uma letra ao bispo de Évora para que excomungue todos os que retêm as dízimas, direitos, terras ou escrituras da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 14.

20

1398, Dezembro, 13 – Lisboa

Gonçalo Mendes de Oliveira, cavaleiro de Santiago, apresenta uma bula de Bonifácio VIII, perante Cristóvão Eanes, vigário do bispo de Lisboa e João Rodrigues, tabelião, que se inclui em traslado.

Inserere: 1300, Fevereiro, 13 – Latrão

Bonifácio VIII confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e graças até aí concedidas pela Santa Sé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 14v.

21

1299, Fevereiro, 3 – Latrão

Bonifácio VIII confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e graças recebidos da Santa Sé e dos reis e príncipes do reino.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 15.

22

1300, Fevereiro, 13 – Latrão

Bonifácio VIII ordena ao bispo de Évora que zele para que não seja feita injúria, nem opressão ao Mestre e cavaleiros da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 15-15v.

23

1300, Fevereiro, 13 – Latrão

Bonifácio VIII ordena ao arcediogo bracarense em Lisboa, para que não consinta que seja feita injúria, nem opressão ao Mestre e cavaleiros da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 15v.

24

1296 (*sic*)¹, Junho, 28 – Lisboa

Garcia Rodrigues, comendador mor da Ordem de Santiago, na presença de Pedro Remígio, cantor e vigário de Lisboa, e de Vicente Afonso, tabelião, faz publicar uma bula de Bonifácio VIII em pública-forma.

Inserir: 1299, Janeiro, 5 – Latrão

Bonifácio VIII confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e graças outorgados pela Santa Sé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 16.

25

1317, Abril, 17 – Avinhão

João XXII ordena ao rei de Portugal, D. Dinis que favoreça a obediência da Ordem de Santiago ao Mestre de Castela, a despeito das autorizações de escolha de Mestre Provincial outorgadas pelos Papas anteriores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 16-18.

26

1319, Julho, 1 – Avinhão

João XXII solicita ao arcebispo de Santiago e ao arcebispo de Braga que arbitrem a questão da eleição de Mestre Provincial da Ordem de Santiago em Portugal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 18-20.

27

1320, Março, 1 – Avinhão

João XXII nomeia o arcediogo de Cerveira e mais duas pessoas para arbitrarem a questão entre o Mestre Provincial da Ordem de Santiago em Portugal e o bispo de Lisboa, acerca das igrejas de Setúbal, Almada, Alhos Vedros, Alcochete e Aldeia Galega, que o prelado diocesano reclamava para a sua autoridade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 20v.

¹ Este documento não pode ser do ano de 1296, uma vez que insere uma bula de Bonifácio VIII de 5 de Janeiro de 1299. Garcia Rodrigues está identificado como Comendador Mor de Santiago entre 5 de Junho de 1299 e 15 de Fevereiro de 1301. Cfr. CUNHA, Mário R. de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: edição policopiada da tese de Mestrado, 1991, p. 205.

28

1320, Junho, 1 – Avinhão

João XXII ordena ao arcebispo de Santiago que, no caso de impedimento presencial na questão entre o Mestre Provincial da Ordem de Santiago em Portugal e o de Castela, escolha pessoa idónea para o representar no referido pleito.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 21.

29

1323, Maio, 21 – Avinhão

João XXII nomeia o bispo do Algarve para arbitrar a questão entre o Provincial de Portugal da Ordem de Santiago e o Mestre de Castela, em virtude do arcebispo de Braga, por velhice, não poder nela participar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 21-21v.

30

1322, Novembro, 5 – Avinhão

João XXII ordena ao bispo do Algarve que escolha representante para a contenda entre o Provincial de Portugal e o Mestre de Santiago em Castela, uma vez que alegou velhice para não participar no referido pleito.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 22.

31

1366, Janeiro, 17 – Avinhão

Urbano V concede ao Mestre Gil Fernandes, Provincial de Santiago em Portugal, a possibilidade de escolher confessor idóneo que o absolva à hora da sua morte.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 22v.

32

1388, Janeiro, 23 – Perugia

Urbano VI confirma à Ordem de Santiago em Portugal todos os privilégios e graças outorgados pelos Papas seus antecessores, para além das isenções e liberdades concedidas pelos monarcas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 23.

33

1401, Outubro, 7 – Roma

Bonifácio IX institui como conservadores da Ordem de Santiago em Portugal, o bispo da Guarda, o abade de Bouro e o prior de Santa Cruz de Coimbra, com a missão de não consentirem que sejam tomados bens à referida instituição, nem que sejam feitas injúrias aos seus freires.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 23-24.

34

1401, Junho, 1 – Roma

Bonifácio IX absolve o Mestre Mem Rodrigues e os cavaleiros da Ordem de Santiago, bem como todos aqueles que com estes participaram nas guerras de Castela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 24v.

35

1401, Outubro, 1 – Roma

Bonifácio IX confirma à Ordem de Santiago em Portugal todos os castelos, vilas, lugares e terras que possui, bem como os que venha a possuir, incluindo todos os privilégios apostólicos e régios anteriormente concedidos, para além dos que beneficia em Castela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 25.

36

1391, Julho, 10 – Lisboa

João Esteves, comendador de Elvas, procurador do Mestre de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos, apresenta perante Cristóvão Eanes, em representação do Bispo de Lisboa, uma bula de Bonifácio IX em pública-forma.

Inserere: 1390², Novembro, 9

Bonifácio IX dirige-se ao rei de Portugal, D. João I, ordenando a aceitação de Mem Rodrigues de Vasconcelos como Mestre Provincial da Ordem de Santiago em Portugal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 25-26v.

37

1391, Julho, 10 – Lisboa

João Esteves, comendador de Elvas, procurador do Mestre de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos, apresenta perante Cristóvão Eanes, em representação do bispo de Lisboa, uma bula de Bonifácio IX em pública-forma.

Inserere: 1390³, Novembro, 9 – Roma

Bonifácio IX recomenda ao comendador mor e aos cavaleiros de Santiago em Portugal, que obedeçam a Mem Rodrigues de Vasconcelos e o hajam por Mestre Provincial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 26v-27v.

38

1391, Julho, 10 – Lisboa

João Esteves, comendador de Elvas, procurador do Mestre de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos, apresenta perante Cristóvão Eanes, em representação do bispo de Lisboa, uma bula de Bonifácio IX em pública-forma.

² Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do 1º ano do seu pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

³ Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do 1º ano do seu Pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

Inserere: 1390⁴, Novembro, 9 – Roma

Bonifácio IX recomenda aos vassallos e pessoas do Mestrado de Santiago em Portugal, que obedeçam ao Mestre Mem Rodrigues de Vasconcelos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 28-29.

39

1445, Dezembro, 1 – Alcácer do Sal

Rodrigo Amado, prior mor da Ordem de Santiago, apresenta perante João Vaz, escudeiro e juiz em Alcácer do Sal, um privilégio de Bonifácio IX em pública-forma.

Inserere: 1401, Outubro, 1 – Roma

Bonifácio IX confirma os privilégios concedidos à Ordem de Santiago, bem como todos os bens de que detentora.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 29-29v.

40

1428, Julho, 30 – Paestrum

Martinho V recebe em sua guarda a Ordem de Santiago, manifestando o desejo de que os Mestres e freires da Ordem fiquem sujeitos à Santa Sé e anulando todos os interditos e excomunhões que até aí possam ter recaído sobre os mesmos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 30.

41

1430, Julho, 13 – Roma

Martinho V recebe os membros da Ordem de Santiago e os respectivos bens sob sua protecção e confirma todas as graças e privilégios que os Papas e reis lhe haviam anteriormente concedido.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 30v.

42

1433, Julho, 27 – Lisboa

Vasco Gil, prior da igreja de Povos e confessor do Infante D. João, regedor da Ordem de Santiago, apresenta perante Luís Gonçalves, cavaleiro e comendador de Santiago e Jácome Reimão, juiz dos feitos crime de Lisboa, um caderno e um livro de documentos normativos da referida instituição que se trasladam em pública-forma.

Inserere: S/d.

Súmula de artigos, privilégios, ordenações e excerto da regra da Ordem de Santiago.

Inserere: S/d.

Livro de ordenações e regras da Ordem de Santiago.

Inserere: S/d.

Excerto de um documento normativo, sobre a jurisdição eclesiástica da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 30v-32v.

⁴ Bonifácio IX toma posse no dia 9 de Novembro de 1389. Neste sentido, e atendendo a que o documento está datado do 1º ano do seu Pontificado, admitimos que tenha sido outorgado um ano após a sua tomada de posse.

43

1452, Junho, 17 – Roma

Nicolau V outorga ao Mestre e cavaleiros da Ordem de Santiago em Portugal, todas as graças e privilégios anteriormente concedidos pelos Papas à Ordem de Santiago de Castela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 32v-33v.

44

1452, Junho, 17 – Roma

Nicolau V remete à instância do bispo de Ceuta, do abade de Alcobaça e do prior de Santa Cruz de Coimbra, a protecção do Mestre e cavaleiros da Ordem de Santiago em Portugal. Acrescenta, ainda, que não consintam que lhes sejam tomados os castelos e outros lugares da Ordem, nem lhes sejam feitas injúrias nem agravos, guardando-lhes todas as graças pontifícias e régias.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 33v-34v.

45

1452, Junho, 17 – Roma

Nicolau V recebe sob sua guarda e da Sé Apostólica o governador, comendadores e familiares da Ordem de Santiago em Portugal, isentando os mesmos e os seus bens das jurisdições eclesiásticas e seculares, sendo as suas causas julgadas somente em Roma ou pelos seus delegados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 34v-35v.

46

1452, Junho, 17 – Roma

Nicolau V confirma os privilégios outorgados à Ordem de Santiago por Lúcio III e Martinho V, que se incluem em traslado.

Inserere: 1428, Agosto, 1 – Veneza

Martinho V confirma os privilégios da Ordem de Santiago.

Inserere: [1184, Novembro, 17 – Verona]

Lúcio III confirma os privilégios da Ordem de Santiago outorgados por Alexandre III, incluindo todas as vilas, lugares e igrejas havidas e por haver e definindo a reunião anual do capítulo da Ordem. O pontífice regulamenta ainda os direitos episcopais a exercer sobre a Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl.35v-39.

47

1452, Julho, 23 – Roma

Nicolau V confirma os privilégios outorgados à Ordem de Santiago por Lúcio III e Martinho V.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 39-39v.

48

1316, Setembro, 5 – Lisboa

O chanceler do rei D. Dinis apresenta, perante o deão do bispo de Lisboa, uma bula de Nicolau IV, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1313, Janeiro, 7 – Calindoria

Miguel Lourenço, público tabelião de Coimbra, por autoridade régia, atesta a veracidade da bula que se traslada.

Inserere: 1292, Maio, 7 – Cidade Velha

Nicolau IV nomeia por conservador e defensor da Ordem de Santiago em Portugal o cardeal Tiago de Santa Maria Imaculada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 39v-40.

49

1455, Março, 23 – Roma

Calisto III confirma as graças outorgadas por Nicolau V à Ordem de Santiago em Portugal e isenta o Mestre e cavaleiros de todas as jurisdições, à excepção da da Santa Sé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 40v-41v.

50

1456, Janeiro, 28 – Roma

Calisto III confirma uma bula já por si outorgada, cujo teor se traslada.

Inserere: 1455, Março, 23 – Roma

Calisto III confirma as graças outorgadas por Nicolau V à Ordem de Santiago em Portugal e isenta o Mestre e cavaleiros de todas as jurisdições, à excepção da da Santa Sé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 41v-43v.

51

1459, Dezembro, 31 – Mântua

Pio II reitera uma bula de Calisto III, confirmando todos os privilégios e graças outorgados à Ordem de Santiago pelos Papas Lúcio III, Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V e Calisto III.

Inserere: 1455, Março, 23 – Roma

Calisto III confirma as graças outorgadas por Nicolau V à Ordem de Santiago em Portugal e isenta o Mestre e cavaleiros de todas as jurisdições, à excepção da da Santa Sé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 43v-46v.

52

1312, Dezembro, 20 – Viena

Clemente V recomenda ao bispo de Lisboa que zele pelo bom e correcto aproveitamento dos bens da Ordem de Santiago que estivessem abrangidos por contratos de emprazamento.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 46v.

53

1312, Dezembro, 20 – Viena

Clemente V solicita ao bispo de Coimbra que verifique as condições em que se encontram emprazados os bens da Ordem de Santiago, uma vez que alguns clérigos e leigos procediam indevidamente no cumprimento dos contratos estipulados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 47.

54

1312, Dezembro, 20 – Viena

Clemente V ordena ao bispo de Évora que verifique as condições em que se encontram emprazados os bens da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 47v.

55

1388, Janeiro, 28 – Perugia

Urbano VI ordena ao deão de Évora que verifique as condições em que se encontram emprazados os bens da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 47v.

56

1388, Janeiro, 28 – Perugia

Urbano VI ordena ao deão de Coimbra que verifique as condições em que se encontram emprazados os bens da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 48.

57

1388, Janeiro, 30 – Perugia

Urbano VI ordena ao deão de Silves que verifique as condições em que se encontram emprazados os bens da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 48.

58

1388, Janeiro, 30 – Perugia

Urbano VI manda ao deão de Lisboa que constranja todos aqueles que tiverem indevidamente em sua posse bens da Ordem de Santiago, estipulando um prazo para a sua entrega, sob pena de excomunhão.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 56.

59

1393, Setembro, 30 – Lisboa

Aparício Vicente, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Aljezur, apresenta perante Domingos Pires, deão e cónego da Sé de Lisboa, uma bula de Urbano VI que se traslada.

Inserere: 1388, Janeiro, 30 – Perugia

Urbano VI manda ao deão de Lisboa que constranja todos aqueles que tiverem indevidamente em sua posse bens da Ordem de Santiago, estipulando um prazo para a sua entrega, sob pena de excomunhão.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 48v-49.

60

[1389-1404] – Roma

Bonifácio IX ordena aos deães de Lisboa, Évora e Silves que zelem pelos bens da Ordem de Santiago que andarem mal aforados ou alheados e os façam retornar à instituição.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 49v-50.

61

1401, Outubro, 7 – Roma

Bonifácio IX ordena ao prior de Santa Cruz de Coimbra e aos deães de Évora e de Viseu que façam citar à sua presença todos aqueles possam esclarecer uma demanda entre o Mestre de Santiago em Portugal e o arcebispo de Lisboa, D. João Eanes, sobre umas razões dispostas indevidamente pelo arcebispo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 50-50v.

62

1401, Maio, 27 – Roma

Bonifácio IX absolve Mem Rodrigues, Mestre da Ordem de Santiago em Portugal, das excomuniões que lhe foram postas pelo arcebispo de Lisboa, autorizando-o a escolher confessor próprio.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 50v-51.

63

1401, Julho, 20 – Roma

Bonifácio IX concede a Mem Rodrigues, Mestre da Ordem de Santiago em Portugal, o privilégio de levantar altar onde estiver. E se o lugar escolhido estiver sob interdito, poder ouvir missa com as portas abertas, depois de afastados os excomungados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 51-51v.

64

1456, Setembro, 23 – Roma

Calisto III ordena às autoridades eclesiásticas de Sevilha, Salamanca e Leão que defendam e guardem o prior e os freires do mosteiro de S. Marcos da Ordem de Santiago no reino de Castela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 51v-52v.

65

1459, Dezembro, 12 – Mântua

Pio II ordena ao bispo da Guarda, ao abade de Alcobaça e ao deão de Lisboa que chamem perante eles todos os que não pagam a dízima à Ordem de Santiago, referente aos pinhais que a mesma detém no Ribatejo; e que eles próprios, conjuntamente com o Infante D. Fernando, governador da Ordem, julguem os casos sem haver qualquer outra apelação.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 52v-53.

66

S/d.

Artigos sobre a jurisdição, privilégios e bens da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 53-61.

67

1272 (?), Dezembro, 6 – Santarém

D. Afonso III ordena às justiças de todos os lugares da fronteira marítima e terrestre que não deixem levar para fora do reino ouro, prata, cera e panos de cor, definindo pena para os infractores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 61v-62.

68

1217, Janeiro, 27 – Santarém

D. Afonso II recebe sob sua protecção os comendadores da Ordem de Santiago e todos os seus bens.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 62v.

69

1255, Março, 18 – Santarém

D. Afonso III concede à Ordem de Santiago todos os direitos dos pescadores moradores em Alcácer do Sal, Setúbal, Sesimbra e Almada. Acrescenta que, por todos os outros que aí não sejam moradores e viessem pescar nos termos das referidas vilas, o rei pagaria à Ordem, por ano, 100 libras portuguesas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 62v-63.

70

1274, Fevereiro, 5 – Santarém

D. Afonso III ordena ao almoxarife de Castro Marim que, a pedido do Mestre Paio Peres, conceda à Ordem de Santiago o direito de montado.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 63.

71

1285, Maio, 30 – Lisboa

D. Dinis confirma todos os privilégios à Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 63v.

72

1310, Dezembro, 7 – Lisboa

Miguel Pires, alcaide, procurador em Portugal da Ordem de Santiago, representando Diogo Moniz, Mestre da Ordem, perante Pedro de Fumão, cónego de Lisboa e de João Pires, tabelião da cidade, apresenta duas cartas do rei D. Afonso III, que se trasladam em pública-forma.

Inserere: 1262, Março, 11 – Locrenam (*sic*)

D. Afonso III manda às justiças do reino que não agravem os comendadores da Ordem de Santiago em Mértola, Alcácer do Sal e Aljustrel, nem entrem nas respectivas vilas para exercer jurisdição.

Inserere: 1255, Fevereiro, 16 – Santarém

D. Afonso III faz doação à Ordem de Santiago do castelo de Aljustrel com os respectivos termos e direitos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 63v-64v.

73

1315, Junho, 11

Lourenço Eanes, Mestre de Santiago, apresenta perante Afonso Peres, tabelião de Almada, uma carta do rei D. Dinis que se traslada.

Inserere: 1315, Junho, 4 – Lisboa

Carta de D. Dinis pela qual revoga todas as doações, préstamos e prazos que os Mestres anteriores haviam feito sem outorgamento do capítulo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 64v-65.

74

1286, Março, 5 – Lisboa

D. Dinis ordena que os agravos ocorridos nas terras da Ordem de Santiago sejam apresentados ao Mestre D. Pedro Nunes ou ao comendador mor e só depois ao próprio monarca.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 65-65v.

75

1410, Fevereiro, 27 – Sesimbra

Fernão Gomes, almoxarife que foi do Mestre de Santiago em Sesimbra, apresenta perante Manuel Eanes, juiz de Sesimbra, e de João Afonso, tabelião na mesma localidade, três diplomas de D. Dinis, cujo teor em pública-forma se traslada.

Inserere: 1310, Julho, 13 – Lisboa

D. Dinis ordena ao concelho de Setúbal que autorize os moradores de Azeitão e de Sesimbra a comercializar o vinho na referida cidade.

Insero: 1310, Setembro, 4 – Lisboa

D. Dinis ordena aos juizes, alcaides e concelhos das terras da Ordem de Santiago que permitam a circulação e a venda de carne em qualquer das vilas da Ordem.

Insero: [1310], Setembro, 20 – Lisboa

D. Dinis confirma a decisão do alcaide de Santiago, Miguel Peres, que autorizava os moradores de Sesimbra a venderem os seus vinhos e carnes em Setúbal e em outros lugares do reino.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 65v-66.

76

1356, Janeiro, 4 – Évora

Perante Gil Eanes, escolar, em substituição de Pedro Eanes, prior de S. Bartolomeu de Lisboa e vigário do bispo de Évora, foi apresentada uma contenda, cujo excerto se traslada, entre Estêvão Domingues, morador em Odemira, corregedor do Mestre de Santiago e Maria Martins, sentenciada com a anulação do matrimónio entre ambos, dado o grau de parentesco existente.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 66v-67.

77

1358, Abril, 25 – Samouco

D. Pedro I confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e graças outorgados pelos reis seus antecessores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 67.

78

1367, Setembro, 25 – Torres Vedras

D. Fernando ordena que os moradores das terras de Santiago não paguem as condenações recebidas fora das terras da Ordem e que sendo condenados ao degredo que o mesmo se cumpra nessas mesmas terras.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 67-67v.

79

1373, Abril, 30 – Lisboa

Gonçalo Peres, ouvidor do Mestre de Santiago Estêvão Gonçalves, apresenta perante D. Fernando uma carta de privilégio concedida pelo monarca à Ordem, que se traslada.

Insero: 1373, Março, 11 – Santarém

D. Fernando concede jurisdição de mero e misto império à Ordem de Santiago nas vilas de Setúbal, Alcácer do Sal, Palmela, Sesimbra e respectivos termos, bem como em todas as outras vilas e lugares onde possuía jurisdição.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 68-69.

80

1381, Outubro, 8 – Lisboa

D. Fernando confirma ao Mestre da Ordem de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque, a jurisdição cível e crime, de acordo com o que já se vinha praticando.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 69-69v.

81

1383, Junho, 20 – Almada

D. Fernando confirma ao Mestre da Ordem de Santiago a prerrogativa de poder nomear juizes e procuradores para as terras da referida Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 69v.

82

1387, Fevereiro, 3 – Porto

D. João I ordena aos comendadores da Ordem de Santiago que obedeçam a Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre de Santiago no Reino de Portugal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 69v-70.

83

1389, Abril, 8 – Lisboa

Afonso Vaz, homem de Afonso Vasques, comendador de Hortalagoa, apresenta uma carta do rei D. Afonso IV, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1331, Junho, 1 – Santarém

D. Afonso IV confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e liberdades concedidos pelos monarcas anteriores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 70.

84

1389, Abril, 8 – Lisboa

Afonso Vaz, homem de Afonso Vasques, comendador de Hortalagoa, apresenta uma carta do rei D. Pedro I, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1358, Abril, 28 – Samouco

D. Pedro I confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e liberdades concedidos pelos monarcas anteriores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 70v.

85

1389, Abril, 8 – Lisboa

Afonso Vaz, homem de Afonso Vasques, comendador de Hortalagoa, apresenta uma carta do rei D. João I, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1387, Agosto, 19 – Coimbra

D. João I confirma à Ordem de Santiago todos os privilégios e liberdades concedidos pelos monarcas anteriores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 70v-71.

86

1388, Setembro, 19 – Campo Maior

D. João I, a despeito das isenções concedidas a outros lugares, ordena a manutenção do pagamento de portagem na vila de Arruda.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 71-71v.

87

1392, Abril, 26 – Alcácer do Sal

Mem Rodrigues, Mestre da Ordem de Santiago, apresenta uma carta de D. João I, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1392, Abril, 12 – Tentúgal

D. João I, a pedido do Mestre de Santiago, dispensa o prior e os freires de Alcácer do Sal, do pagamento de pedidos, peitas, fintas e talhas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 71v-72.

88

1433, Novembro, 23 – Santarém

D. Duarte confirma à Ordem de Santiago todas as liberdades, privilégios, foros, usos e costumes.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 72.

89

1435, Agosto, 10 – Alenquer

D. Duarte envia um alvará ao chantre e cabido da Sé de Lisboa para que dispensem os cavaleiros da Ordem de Santiago e a comendadeira de Santos do pagamento da dízima ordenada para os embaixadores enviados ao Santo Padre, mantendo aos restantes clérigos ao serviço da Ordem essa obrigatoriedade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 72v.

90

1401, Março, 22 – Setúbal

André Fernandes, comendador da Arrábida, apresenta perante Gomes Aires, juiz em Setúbal, uma carta de D. Fernando, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1383, Junho, 20 – Almada

D. Fernando confirma ao Mestre de Santiago a faculdade de nomear juizes e procuradores nas terras da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 72v-73.

91

1409, Maio, 6 – Alcácer do Sal

D. João I ordena às justiças do reino que obriguem todos aqueles que já exerceram o ofício de recebedores ou de escrivães do Mestrado de Santiago a apresentarem-se para prestar contas perante o Mestre D. Mem Rodrigues.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 73-73v.

92

1410, Janeiro, 15 – Viseu

D. João I ordena aos juizes das terras da Ordem de Santiago que entreguem ao Mestre D. Mem Rodrigues todas as escrituras que ele necessitar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 73v.

93

1410, Setembro, 9 – Lisboa

D. João I ordena que o Mestre de Santiago não seja demandado por nenhuma arma, nem bestas que, para a guerra em Alcântara, tivesse tomado nas terras da Ordem, uma vez que cumprira com uma ordem régia.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 73v-74.

94

1422, Junho, 16 – Asseiceira

D. João I, a pedido do Infante D. João, seu filho e governador de Santiago, autoriza a concessão de terras em sesmaria na região do Ribatejo, para que fossem devidamente aproveitadas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 74-74v.

95

1474, Agosto, 30 – Lisboa

D. Afonso V dispensa a Ordem de Santiago do pagamento da dízima lançada pela Santa Sé, excepto no caso dos 7 mil ducados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 74v-75.

96

1244, Agosto, 28 – Lugo

Inocência IV confirma à Ordem de Santiago a vila de Tavira, tal como havia sido doada pelo rei Sancho II, cujo diploma se traslada.

Inserere: 1244, Janeiro, 9 – Coimbra

D. Sancho II doa a vila de Tavira à Ordem de Santiago com todos os direitos e padroados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 75-75v.

97

[1272, Janeiro, 4 – Lisboa]

Mestre Gomes, cônego de Zamora, frei Geraldo Domingues, doutor dos Pregadores de Lisboa e Domingos Eanes, cônego de Évora, em representação de D. Afonso III e D. Paio Peres, Mestre da Ordem de Santiago, e João Raimundes, comendador de Santiago do Cacém, procurador dos Treze e do Capítulo Geral, estabelecem entre si um acordo sobre várias igrejas do Algarve, o qual se traslada.

Inserere: 1271, Dezembro, 30 – Lisboa

D. Afonso III e Paio Peres, Mestre de Santiago, acordam que as vilas de Tavira, Cacela e Castro Marim pertenciam ao rei e os padroados das igrejas de cada uma delas à Ordem de Santiago, à excepção da igreja de Santiago de Tavira, já em posse do bispo de Silves. Em face desta circunstância, o monarca compensa a Ordem com o padroado da igreja de Santa Maria de Faro e a vila de Aveiras.

Inserere: 1271, Novembro, 3 – Mérida

O Capítulo Geral e os Treze constituem seu procurador D. João Raimundes, comendador de Santiago do Cacém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 75v-77v.

98

1272, Janeiro, 6 – Lisboa

D. Afonso III renuncia a todos os direitos que detinha em Aveiras, bem como os que possuía sobre os padroados das igrejas de Tavira, Cacela, Castro Marim e Santa Maria de Faro, tal como acordado pelo monarca com a Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 78.

99

1303, Agosto, 5

O comendador mor da Ordem de Santiago em Portugal apela para a Sé Metropolitana, na sequência da construção de uma igreja em Tavira, pelo bispo de Silves.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 78-78v.

100

1390, Março, 28 – Tavira

Estêvão Lourenço⁵, mercador, apresenta um diploma a Afonso Martins, alvazil geral em Tavira, o qual Estêvão Aires, procurador do número em Tavira e representante da Ordem, pediu que se copiasse em pública-forma.

Inserere: 1356, Julho, 26 – Tavira

Afonso Eanes, prior de S. Clemente de Loulé, procurador de D. Gil Fernandes, Mestre da Ordem de Santiago, pelo poder de uma procuração que se transcreve, aforou um chão em Tavira a Estêvão Eanes e a Maria Domingues e a todos os sucessores pelo foro de 40 soldos anuais, por dia de Santa Iria.

Inserere: 1356, Julho, 12 – Lisboa

Gil Fernandes, Mestre de Santiago outorga procuração a Afonso Eanes, prior de Loulé, para que possa arrecadar, receber e demandar todas as rendas e direitos da Ordem no reino do Algarve e em Almodôvar ou em outros lugares, como em Tavira, autorizando-o a aforar dois pedaços de chão.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 79-80.

101

1434, Março, 3 – Alcácer do Sal

Gomes Eanes Toscano, escudeiro e juiz ordinário em Alcácer do Sal, por solicitação do Infante D. João, governador de Santiago, confirma o conteúdo de três cartas régias apresentadas por Fernão Gonçalves da Arca, cavaleiro, cujo teor se copia em pública-forma.

⁵ O nome deste mercador aparece na procuração inserta como Estêvão Anes.

Inserere: 1425, Junho, 16 – Lisboa

D. João I, a pedido de Fernão Gonçalves da Arca, alcaide do castelo de Tavira, ordena que nessa localidade não haja outra cadeia senão a do castelo.

Inserere: 1425, Junho, 25 – Lisboa

D. João I, a pedido de Fernão Gonçalves da Arca, alcaide do castelo de Tavira, ordena que nessa localidade o meirinho do almirante não possa coutar as armas que pertencem ao alcaide.

Inserere: 1433, Dezembro, 10 – Almeirim

D. Duarte, a pedido de Fernão Gonçalves da Arca, alcaide do castelo de Tavira, confirma as deliberações de D. João I, de 16 e de 25 de Junho de 1425.

Inserere: 1434, Fevereiro, 15 – Tavira

Fernão Gonçalves da Arca, alcaide do castelo de Tavira, solicita ao juiz e tabelião da vila a publicação de dois diplomas de D. João I e um de D. Duarte.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 80-81v.

102

1413, Julho, 1 – Avinhão

João XXII ordena ao bispo de Silves que recolha todos os bens que se encontrarem alheados da igreja de S. Clemente de Loulé.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 81v-82.

103

1304, Janeiro, 22 – Montemor-o-Novo

Estêvão Raimundo, comendador de Palmela e de Setúbal da Ordem de Santiago, perante D. João, bispo de Silves confirmou o escambo feito entre o Rei e a Ordem das localidades de Almodôvar, Santa Maria de Ourique, Aljezur e S. Clemente de Loulé por Almada e Santa Maria do Outeiro, cujo teor se copia em pública-forma. Por esta razão, a Ordem de Santiago requer ao bispo de Silves a confirmação de um freire na igreja de S. Clemente de Loulé.

Inserere: 1304, Janeiro, 15 – Alcácer do Sal

D. Martim Gascão, comendador mor de Mértola da Ordem de Santiago, estabelece seu procurador Estêvão Raimundo, comendador de Palmela e de Setúbal, para tratar de assuntos com D. João, bispo do Algarve.

Inserere: 1304, Janeiro, 2 – Alcácer do Sal

D. Martim Gascão declara constituir seu procurador Estêvão Raimundo, para efeitos de apresentar um prior na igreja de S. Clemente de Loulé e solicita ao bispo de Silves que confirme esta nomeação.

Inserere: 1303, Dezembro, 11

André Fernandes, tabelião de Alcácer do Sal, apresenta uma carta de D. Dinis que se traslada.

Inserere: 1298, Dezembro, 4 – Santarém

D. Dinis concede ao Mestre de Santiago D. João Osores as vilas de Almodôvar, Ourique, os castelos de Monchique e Aljezur com todos os direitos excepto o montado que retém para si, bem como o padroado da igreja de S. Clemente de Loulé, em escambo pela vila de Almada e pela igreja de Santa Maria do Outeiro em Lisboa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 82-84.

104

1321, Abril, 4 – Alcácer do Sal

Afonso Eanes, prior e raçoeiro da igreja de S. Clemente de Loulé, renuncia a todos os direitos da referida igreja.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 84-84v.

105

1427, Fevereiro, 15 – Serpa

O Infante D. João, governador da Ordem de Santiago, empra a Bartolomeu Perestrelo e a Beatriz Furtado, sua mulher, moradores em Lisboa, e a uma terceira pessoa a nomear, uma vinha no Carvalhal, um bacelo, um ferregial, duas courelas de vinha, e umas casas com 10 talhas, em Loulé, pelo foro de 35 libras anuais, a pagar metade pelo Natal e a outra metade pelo S. João.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 84v-85v.

106

1429, Fevereiro, 22 – Alcácer do Sal

O Infante D. João, governador da Ordem de Santiago, com procuração passada pelos Treze, empra a Álvaro Eanes e a Leonor de Ataíde, sua mulher, e a uma terceira pessoa, uma vinha com figueiral, outra vinha, um ferregial, duas courelas de vinha e uma cavaliça na rua da Palmeira, em Loulé, pelo foro anual de 30 libras da moeda antiga, a pagar pelo S. João e pela Páscoa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 86-87.

107

1255, Fevereiro, 14 – Santarém

D. Afonso III doa à Ordem de Santiago o castelo e a vila de Mértola com todos os direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 87v-88.

108

[1239], Janeiro, 16 – Lisboa

D. Sancho II doa à Ordem de Santiago o castelo de Mértola com todos os seus termos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 88v-89.

109

1255, Fevereiro, 14 – Santarém

D. Afonso III doa à Ordem de Santiago o castelo e a vila de Mértola com todos os direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 89-90.

110

1362, Maio, 4 – Mértola

Estêvão Domingues, de Castro Verde, solicita ao juiz Lourenço Eanes o traslado do foral concedido à vila de Mértola que se transcreve em pública-forma.

Inserere: [1290], Dezembro

Paio Peres Correia outorga carta de foral à vila de Mértola.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 90-91.

111

1367, Novembro, 7 – Lisboa

D. Fernando isenta a Ordem de Santiago do pagamento das obras de reparação feitas pela coroa no castelo de Mértola, sob condição de que, no futuro, a Ordem garanta o abastecimento e reparação do mesmo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 91.

112

1404, Abril, 4 – Lisboa

D. João I absolve o Mestre de Santiago, D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, num processo entre este e os moradores e concelho de Mértola, pela razão da construção dos muros do castelo da referida vila.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 91v-93.

113

1410, Outubro, 8 – Mértola

Isaque Abraão, judeu, morador em Mértola, almoxarife e mordomo de Martim Gomes, comendador mor da Ordem de Santiago, recebe quitação relativa à dízima da travessia do rio Guadiana, por parte do recebedor do rei que, indevidamente, a retinha.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 93-93v.

114

1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal

Rui Lourenço, como procurador de sua mulher, Maria Pires, vende a Estêvão Peres uma terra em Santiago do Cacém, no lugar da Fonte da Figueira.

Inserere: 1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal

Maria Pires, mulher de Rui Lourenço, estabelece o seu marido como procurador, para que, em nome dela, possa vender uma terra no termo de Santiago de Cacém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 94.

115

1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal

Pedro Gonçalves, comendador da Arrábida da Ordem de Santiago, solicita o traslado de duas cartas que Rui Pais, testamenteiro de D. Vataça, fez publicar perante o juiz e o tabelião da vila.

Inserere: 1288, Novembro, 2 – Leão

D. Pedro Fernandes, Mestre de Santiago, empraza a Martim Eanes e a sua mulher

D. Vataça, várias propriedades que haviam pertencido aos filhos de D. Teresa Gil.

Inserere: 1311, Novembro, 2 – Mérida

D. Diogo Moniz, Mestre de Santiago, doa a D. Vataça a vila e castelo de Santiago do Cacém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 94v-95.

116

1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal

Rui Pais, testamenteiro de D. Vataça, fez publicar uma carta de Pedro Gomes, comendador mor de Montemolim em Leão, por ordem do Mestre de Santiago D. Diogo Moniz, que se traslada.

Inserere: 1314, Maio, 25

Pedro Gomes, a mando de D. Diogo Moniz, Mestre de Santiago, doa a D. Vataça a comenda de Panóias, em Campo de Ourique, em escambo pelo castelo de Vilalar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 95-96.

117

1186, Outubro, 28

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 96-96v.

118

1218, Janeiro, 26 – Santarém

D. Afonso II confirma a doação à Ordem de Santiago dos castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 96v-97.

119

1255, Fevereiro, 24 – Santarém

D. Afonso III confirma a doação à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 97.

120

1186, Outubro, 28

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 97v.

121

1186, Outubro, 28

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 98.

122

1218, Janeiro, 26 – Santarém

D. Afonso II confirma a doação à Ordem de Santiago dos castelos de Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda com todos os seus termos velhos e novos e direitos reais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 98-98v.

123

1237, Agosto, 12 – Viterbo

Gregório IX confirma à Ordem de Santiago o direito de padroado em Santa Maria de Alcácer do Sal e em Santa Maria de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 98v-99.

124

[1237], Novembro, 4 – Santarém

D. Sancho II doa à Ordem de Santiago o direito de padroado das igrejas de Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 99.

125

1236, Outubro, 1 – Coimbra

D. Sancho II doa à Ordem de Santiago o direito de padroado das igrejas de Alcácer do Sal e de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 99v.

126

1255, Maio, 5 – Lisboa

D. Afonso III confirma à Ordem de Santiago a doação dos castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada, fazendo trasladar doações régias anteriores.

Insero: 1186, Outubro, 28

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

Insero: 1218, Janeiro, 26 – Santarém

D. Afonso II confirma a doação à Ordem de Santiago dos castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 100-101.

127

[1255]⁶, Maio, 5 – Lisboa

D. Afonso III confirma à Ordem de Santiago as doações que se trasladam.

Inserere: 1186, Outubro, 28

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago os castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

Inserere: 1218, Janeiro, 26 – Santarém

D. Afonso II confirma a doação à Ordem de Santiago dos castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 101-102v.

128

1320, Fevereiro, 24 – Avinhão

O Papa João XXII outorga umas letras apostólicas, na sequência de uma súplica sobre a igreja de Santa Maria de Alcácer do Sal, da diocese de Évora, que se encontrava vaga, pelas quais concede esta igreja a April Martins, reitor da mesma.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl.102v.

129

1320, Julho, 16

Afonso Eanes, público tabelião da cidade de Évora, a pedido das autoridades eclesiásticas da diocese, outorga instrumento público de confirmação do documento que se insere em traslado.

Inserere: 1320, Fevereiro, 24 – Avinhão

O Papa João XXII outorga umas letras apostólicas, na sequência de uma súplica sobre a igreja de Santa Maria de Alcácer do Sal, da diocese de Évora, que se encontrava vaga, pelas quais concede esta igreja a April Martins, reitor da mesma.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 103-103v.

130

1395, Novembro, 6 – Alcácer do Sal / 1397, Janeiro, 5 – Alcácer do Sal

Instrumento público relativo ao processo judicial, julgado pelo juiz Estêvão Lourenço *Devesoles*, sobre o pleito que opunha Maria Gonçalves Funcha e Catarina, menor de idade, a propósito da posse de uma vinha na Telhada. O processo foi iniciado em 6 de Novembro de 1395 e a sentença respectiva publicada em 5 de Janeiro de 1397, sendo documentados os diferentes momentos do mesmo.

IAN/TT, OS/CP, Códice nº 272, fl. 104v-110.

131

1387, Abril, 25 – Alcácer do Sal

João Rodrigues Beirão vende umas casas no castelo de Alcácer do Sal a Maria Gonçalves, ama do prior de Ourique, pelo valor de 110 libras de dinheiros portugueses.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 110-110v.

⁶ Na verdade, este documento refere-se ao ano de 1255, embora registe a data de 1252 (vd. Doc. nº 126).

132

1425, Dezembro, 2 – Alcácer do Sal

Gonçalo Eanes, filho de João Martins, apresenta perante o juiz e tabelião de Alcácer do Sal uma carta do Infante D. João, que se traslada, comprometendo-se a pagar um foro.

Insere: 1425, Novembro, 27 – Setúbal

O Infante D. João ordena que se dê posse a Gonçalo Eanes de uma vinha no termo de Alcácer do Sal, pelo foro do quarto e dízimo do vinho à bica do lagar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 110v-111.

133

1426, Abril, 15 – Alcácer do Sal

O Infante D. João, pelo poder de uma procuração outorgada em capítulo, acrescenta uma vida ao emprazamento feito a Fernando Afonso, escrivão da puridade, e a Isabel Velho, sua mulher, de todos os bens que o prior do Torrão havia nessa vila, pelo foro anual de duas mil libras a pagar pelo S. João.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 111-112v.

134

1388, Novembro, 10 – Alcácer do Sal

Gonçalo Afonso, procurador do Convento de Santiago, em nome do Mestre da Ordem, D. Mem Rodrigues, tomou posse de umas casas situadas à porta de Santa Maria de Alcácer do Sal, as quais haviam pertencido ao D. Prior.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 112v-113.

135

1428, Outubro, 15

O Infante D. João, pelo poder de uma procuração outorgada em capítulo, empraza a Catarina Afonso uma vinha em três vidas, na vila de Alcácer do Sal, no lugar das Fontainhas, pelo quarto e dízimo do vinho à bica do lagar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 113-114.

136

1433, Novembro, 26 – Santarém

D. Duarte concede ao Infante D. João, governador de Santiago, a prerrogativa de fazer feira em Alcácer, entre 13 e 28 de Abril.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 114-114v.

137

1413, Novembro, 26 – Setúbal

D. Mem Rodrigues, Mestre de Santiago, dá de empreitada a Martim Eanes a construção de um moinho junto com outro da Ordem já existente, na condição de os explorar, pela renda de 11 moios de trigo cada ano e com a garantia de neles fazer melhorias.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 115-115v.

138

1422, Março, 1 – Alcácer do Sal

Rodrigo Eanes de Setúbal, escudeiro, apresenta ao juiz de Alcácer do Sal, uma carta de venda e respectiva autorização, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1407, Dezembro, 11 – Alcácer do Sal

Lourenço Esteves e Maria Fernandez, sua mulher, vendem um chão sito no arrabalde de Alcácer do Sal a Rodrigo Eanes e a Maria Gonçalves, sua mulher, por 600 reais de 3 libras e meia.

Insere: 1407, Dezembro, 11 – Alcácer do Sal

Lourenço Esteves e Maria Fernandes, sua mulher, foreiros de um chão da Ordem de Santiago, solicitam autorização para o poderem vender a Rodrigo Eanes e a Maria Gonçalves, sua mulher.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 116-117.

139

1363, Abril, 30 – Alcácer do Sal

Afonso Peres e Marinha Eanes, sua mulher, moradores no termo de Alcácer do Sal, fazem doação a Martim Gonçalves, filho de Gonçalo Miguens, pelos muitos serviços recebidos, de todos os foros e tributos e direitos que haviam em Alcácer do Sal e seu termo, com obrigação do pagamento dos referidos foros e tributos à Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 117-117v.

140

1279, Fevereiro, 3 – Santarém

D. Afonso III e a Ordem de Santiago fazem uma composição sobre as pescarias e outros bens transportados pelo rio Sado entre Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 117v-118v.

141

1394, Junho, 18 – Setúbal / 1394, Junho, 19

Instrumento público de um processo através do qual Pedro Esteves, almoxarife do Mestre de Santiago, tentou impedir Vasco de Freitas, chantre da Sé de Lisboa, de fazer visitação em Setúbal e em outras igrejas do Mestrado, até estar decidida a apelação enviada, em nome da Ordem, para Roma. O chantre alegou que D. João, arcebispo de Lisboa, o ordenara a visitar, pelo que ambos registaram as respectivas queixas, prevalecendo o direito de visita do referido prelado.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 119-120.

142

1375, Julho, 19 – Santarém

D. Fernando e o Mestre de Santiago, D. Estêvão Gonçalves, estabelecem uma composição sobre os direitos do rio de Alcácer do Sal, pescarias e dizima, tal como acontecera em tempos de D. Afonso III, cuja cópia se traslada.

Inserere: 1274, Fevereiro, 3 – Santarém

D. Afonso III e a Ordem de Santiago fazem uma composição sobre as pescarias e outros bens transportados pelo rio Sado entre Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 120v-121v.

143

1303, Agosto, 25 – Setúbal

Fernão Fernandes, tabelião de Setúbal, faz publicar uma carta de D. Dinis, cuja cópia se inclui em traslado.

Inserere: 1303, Agosto, 14 – Lisboa

D. Dinis sentencia um pleito com o Mestre de Santiago, vedando-lhe a posse de uma tenda em Setúbal que o rei entregou a Vicente Domingues, homem da sua confiança.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 122-122v.

144

1305, Junho, 26 – Setúbal

Pedro Fernandes, procurador de D. João Osores, emprazou a D. Teresa, em sua vida, uma vinha, no termo de Setúbal, pelo foro anual de um almude de vinho.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 122v-123.

145

1310, Julho, 13 – Lisboa

D. Dinis, a despeito das posturas existentes, autoriza os moradores de Sesimbra e de Azeitão a venderem o seu vinho em Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 123.

146

1368, Agosto, 11 – Setúbal

Gonçalo Esteves, almoxarife do Mestre de Santiago, requereu a Domingues Eanes, juiz de Setúbal, o traslado em pública-forma de uma escritura.

Inserere: 1368, Agosto, 10 – Setúbal

Aires Gomes apresenta uma carta do Mestre de Santiago, que se copia.

Inserere: s/d.

O Mestre da Ordem de Santiago requer ao concelho de Setúbal autorização para desviar a água da Fonte Nova para a horta do Mestre.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 123-124.

147

1369, Janeiro, 28 – Setúbal

Os oficiais de Setúbal não permitem que Vasco Mateus, meirinho do almirante, cumprisse com os seus direitos na referida vila, resguardando a jurisdição da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 124v-125.

148

1422, Dezembro, 2 – Setúbal

Estêvão Eanes de Beja, ouvidor do Infante D. João, governador da Ordem de Santiago, empraça a Álvaro Esteves e a Catarina Vaz, sua mulher, umas casas em Setúbal, junto ao pelourinho, em duas vidas, pelo foro anual de 1 coroa de França.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 125-125v.

149

1407, Maio, 2 – Setúbal

João Gonçalves, vedor da fazenda e contador mor do Mestre de Santiago, declara perante João Afonso, tabelião régio na vila de Setúbal, que o Mestre mandara apregoar que as mercadorias chegadas por mar deveriam ser descarregadas na Praça da Ribeira. Afonso Gomes não cumpriu com o determinado, sendo-lhe apreendida a barca.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 125v-126.

150

1407, Julho, 12 – Santarém

D. João I sentencia que a Ordem de Santiago seja reintegrada na posse da dízima das mercadorias que saem pela foz de Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 126v-127.

151

1410, Novembro, 12 – Setúbal

Vasco Afonso Salgueiro, procurador do Mestre de Santiago, apresenta uma carta de sentença régia, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1410 – Lisboa

D. João I ordena aos juízes de Setúbal que façam cumprir a composição assinada entre D. Afonso III e Paio Peres Correia, a respeito dos direitos a cobrar sobre as entradas e saídas das mercadorias transportadas por via fluvial.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 127v-129.

152

1412, Dezembro, 11 – Setúbal

Afonso Martins, camareiro do Mestre Mem Rodrigues de Vasconcelos, vedor da sua câmara e chanceler, apresenta uma carta de D. João I, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1390, Maio, 15 – Coimbra

D. João I ordena às justiças de Setúbal que obriguem os tabeliães da vila a pagar pensão ao Mestre de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 129-129v.

153

1415, Janeiro, 2 – Setúbal

Martim Dias e Lourenço Vaz, procuradores e mordomos do hospital do Corpo Santo de Setúbal, apresentam perante Pedro Fróis, escudeiro e juiz ordinário da vila de Setúbal, uma carta de D. João I, que se traslada.

Insere: 1397, Fevereiro, 11 – Évora

D. João I privilegia os alcaides e marinheiros de Setúbal, isentando-os de participar nas armadas inferiores a 5 galés, escusando-os de dar pousada, bem como do pagamento da almotaçaria, fintas, talhas, entre outros privilégios.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 129v-131v.

154

1184, Novembro

D. Afonso Henriques doa as igrejas entre Palmela e Almada a Bernardo Mendes, cónego da igreja de Santa Maria de Lisboa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 132.

155

1388, Janeiro, 18 – Perugia

Urbano VI nomeia por juiz, o deão de Lisboa, numa demanda entre o Mestre de Santiago, Mem Rodrigues, e os concelhos de Palmela e Sesimbra.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 132v.

156

1385, Outubro, 3 – Porto

D. João I ordena que o comendador de Palmela mande reconstruir um lagar de azeite que estava muito danificado. Caso não o faça, os moradores da vila poderão fazer o azeite onde lhes aprover.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 132v-133.

157

1433, Outubro, 8 – Coima

Estêvão Rodrigues, contador do Infante D. João, governador da Ordem de Santiago, apresenta uma carta de D. João I, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1385, Outubro, 3 – Porto

D. João I ordena que o comendador de Palmela construa os lagares de azeite. Caso não o faça, os moradores da vila poderão fazer o azeite onde lhes aprover.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 133-133v.

158

1414, Janeiro, 27 – Palmela

O vedor da fazenda de D. Mem Rodrigues de Vasconcelos solicita ao juiz de Palmela a elaboração de um tomo com o rol de bens, foros e rendas da Ordem de Santiago na referida vila. Seguem, discriminadas, as propriedades de Palmela detectadas pelos oficiais, a pedido da Ordem. IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 134-137.

159

1299, Junho, 26 – Lisboa

Pedro Gil, freire da Ordem de Santiago, na presença de Vicente Martins, público tabelião de Lisboa, apresenta uma carta da qual se insere uma cópia autêntica.

Insere: 1299, Junho, 5 – Vide

D. João, bispo, e o cabido de Lisboa, confirmam o prior de Santa Maria de Almada, apresentado pelo Mestre de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 137v-138.

160

1299, Julho, 1 – Lisboa

Fernando Martins, freire da Ordem de Santiago, na presença de Vicente Martins, público tabelião de Lisboa, apresenta uma carta da qual se insere uma cópia autêntica..

Insere: 1299, Junho, 15 – Vide

O bispo e cabido de Lisboa confirmam o prior de Santa Maria de Almada, apresentado pelo Mestre de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 138-138v.

161

1299, Julho, 3 – Lisboa

João, freire da Ordem de Santiago, na presença de Vicente Martins, público tabelião de Lisboa, apresenta uma carta da qual se inclui cópia autêntica.

Insere: 1299, Junho, 27 – Castelo de Vide

O bispo e cabido de Lisboa confirmam a igreja de Alhos Vedros à apresentação do comendador mor de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 139.

162

1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal

D. Afonso IV escamba a vila de Arruda pela vila de Odemira, quintã e ribeira de Nisa, com o Mestre da Ordem de Santiago D. Pedro Escacho, reservando para si o montado e as barcas da vila de Odemira.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 139v-140.

163

1366, Novembro, 3 – Avinhão

Urbano V sentencia uma causa entre o Mestre de Santiago e Gil Vaz, prior de Arruda, sobre o pagamento das dízimas ao deão de Coimbra.

IAN/TT, OS/CP, Códice nº 272, fl. 140v.

164

1352, Outubro, 8 – Lisboa

Gonçalo Lopes, freire da Ordem de Santiago, apresenta uma carta de D. Afonso IV, cujo teor se traslada em pública-forma.

Inserere: 1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal

D. Afonso IV escamba a vila de Arruda pela vila de Odemira, quintã e ribeira de Nisa, com o Mestre da Ordem de Santiago D. Pedro Escacho, reservando para si o montado e as barcas da vila de Odemira.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 141-142.

165

1424, Novembro, 11 – Coimbra

D. João I ordena aos cavaleiros moradores em Arruda que não sejam escusos do pagamento do oitavo, salvo no caso de terem armas e cavalos ou algumas avenças já feitas nesse sentido.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 142-142v.

166

1388, Novembro, 18 – Campo Maior

D. João I, a pedido do governador de Santiago, o Infante D. João, ordena aos moradores de Arruda que paguem portagem a Rui Freire, cavaleiro da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 142v-143.

167

1193, Maio, 1 – Óbidos

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago umas casas e a herdade da Lagoa Negra, bem como vinhas, um forno e moinho, em Santarém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 143v-144.

168

1218, Janeiro, 26 – Santarém

D. Afonso II confirma a doação de D. Sancho I à Ordem de Santiago, de umas casas e da herdade da Lagoa Negra, bem como de umas vinhas, um forno e moinho em Santarém.

Inserere: 1193, Maio, 1 – Óbidos

D. Sancho I doa à Ordem de Santiago umas casas e a herdade da Lagoa Negra, bem como vinhas, forno e moinho em Santarém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 144-144v.

169

[1260], Fevereiro, 20 – Santarém

D. Afonso III doa à Ordem de Santiago umas casas na Alcáçova de Santarém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 145.

170

1275, Agosto, 9 – Santarém

D. Estevainha Ponce doa à Ordem de Santiago uns bens na Lagoa Alva, termo de Santarém.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 145v.

171

1300, Outubro, 13 – Torres Vedras

D. Dinis doa à Ordem de Santiago a quintã de Ortalagoa no termo de Santarém, com todos os direitos e pertenças.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 146.

172

1315, Dezembro, 13 – Santarém

João Simão, conjuntamente com sua mulher Maria Guilherme, doa à Ordem de Santiago, 15 estis de terra em Monção, termo de Santarém.

IAN/TT, OS/CP, Códice nº 272, fl. 146v.

173

1424, Maio, 16 – Torres Novas

D. João I desembarga à Ordem de Santiago dois casais no reguengo da Tojosa, que por doação de D. Dinis, eram pertença da comenda de Hortalagoa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 147-147v.

174

1440, Agosto, 17 – Santarém

O Infante D. João, governador de Santiago, afora a André Gonçalves seleiro, em três vidas, umas casas com quintal, na rua de Manços, em Santarém, pelo foro anual de 50 reais e 2 francos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 147v-148.

175

1410, Junho, 26 – Santarém

Lourenço Vaz, foreiro da Ordem de Santiago, transfere o foro que tinha de umas casas, na rua dos Mercadores, em Santarém, para Afonso Vaz, morador na mesma vila.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 148-148v.

176

1270, Setembro, 23 – Castrotorafe

D. Maria Afonso, filha de D. Afonso de Leão, juntamente com sua filha D. Beringela Afonso, doam à Ordem de Santiago todos os bens que possuíam em Portugal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 148v-149v.

177

1435, Janeiro, 18 – Setúbal

O Infante D. João, governador da Ordem de Santiago, empraça a Lopo Mendes de Vasconcelos, filho de Martim Gonçalves, todos os casais e herdades, foros, rendas e direitos, cabedais, quartos e teigas, pertença da referida instituição.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 149v-150.

178

1225, Maio, 1

Fernão Gonçalves e sua mulher escambam com o Mestre e o comendador mor da Ordem de Santiago uma courela por duas, no termo de Óbidos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 150v.

179

1194, Fevereiro, 1 – Lisboa

D. Sancho I doa o Mosteiro de Santos à Ordem de Santiago, com todas as casas, terras, vinhas e outras pertenças.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 151.

180

1207, Abril, 26 – Latrão

Inocência III confirma à Ordem de Santiago a posse do Mosteiro de Santos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 151v.

181

1218, Janeiro, 27 – Santarém

D. Afonso II doa à Ordem de Santiago a dízima da adiça.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 151v.

182

1239, Janeiro, 16 – Lisboa

D. Sancho II doa à Ordem de Santiago o castelo de Alfajar de Pena com os termos novos e velhos e com o direito real.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 152.

183

1255, Fevereiro, 20 – Santarém

D. Afonso III doa à Ordem de Santiago a vila e castelo de Sesimbra com termos novos e velhos e o direito real.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 152v.

184

1240, Maio, 2 – Coimbra

D. Sancho II doa à Ordem de Santiago a vila e castelo de Aiamonte com seus termos e o direito real.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 153.

185

1270, Novembro, 22 – Almada

D. Diogo Lopes e sua mulher D. Urraca Afonso doam à Ordem de Santiago as terras que possuem em Portugal, recebendo, em contrapartida, Cabrela e 100 libras da renda de Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 153v-154.

186

1272, Janeiro, 5 – Lisboa

D. Afonso III e a Ordem de Santiago fazem composição sobre os mouros forros, estabelecendo que os que viviam nas terras do rei não iriam para as da Ordem e os que viviam nas terras da Ordem não iriam para as terras do rei.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 154-154v.

187

1275, Setembro, 16 – Santarém

D. Estevainha Ponce doa à Ordem de Santiago as herdades que possuía, não indicando, porém, o local, e metade de uma casa e de um cidral que haviam pertencido aos seus pais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 154v.

188

1283, Setembro, 27 – Gestaçô

Martim Pires, freire da Ordem de Santiago, toma posse de uns bens em Gestaçô, que lhe haviam sido doados por D. Diogo Lopes e D. Urraca, sua mulher.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 155.

189

1295, Fevereiro, 20 – Lisboa

A Ordem de Santiago e D. Afonso Sanches, filho de D. Dinis, escambam a herança do Infante em Beja pela metade da vila de Germelos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 155-155v.

190

1297, Abril, 22 – Santarém

D. Dinis doa à Ordem de Santiago a vila e o castelo de Cacela com seus termos e direitos.
IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 155v-156.

191

1299, Novembro, 22 – Portalegre

D. Dinis doa à Ordem de Santiago as igrejas de S. Lourenço, S. Pedro, S. João e S. Vicente da vila de Portalegre, assim como as capelas de cada uma das referidas igrejas.
IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 156-156v.

192

1300, Junho, 14 – Torres Vedras

D. Beatriz doa à Ordem de Santiago a sua quintã da Rebaldeira com casas, montes e fontes, com a condição desta não a dar, vender ou escambar.
IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 157-157v.

193

1310, Maio, 2 – Beja

D. Dinis doa à Ordem de Santiago o padroado de todas as igrejas que se fizessem em Alcoutim.
IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 157v.

194

1318, Setembro, 30 – Lisboa

Afonso Correia, escudeiro, apresenta uma carta de D. João Osorez que se traslada.

Inserere: 1302, Março, 17 – Mérida

D. João Osorez, Mestre de Santiago, entrega a Gonçalo Eanes certos bens em Valdevez, no julgado de Aguiar de Pena, no de Celorico de Basto e em Leiria, em troca da vila de Messejana.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 157v-158v.

195

1304, Fevereiro, 1 – Portalegre

D. Vasco Martins de Alvelos, bispo da Guarda, visitando as igrejas da vila e termo de Portalegre na jurisdição da sua diocese, define os limites das respectivas paróquias para que os direitos episcopais fossem devidamente observados.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 158v-160.

196

1351, Setembro, 3 – Alcácer do Sal

D. Gil Fernandes, Mestre de Santiago, apresenta uma carta de D. Dinis, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1299, Abril, 23 – Santarém

D. Dinis doa à Ordem de Santiago a igreja de Santo Ildefonso de Almodôvar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 160-160v.

197

[1319-1329]

D. Pedro Escacho, Mestre de Santiago, escamba com João Afonso de Sousa a comenda da Parada pela vila de Casével e pela quintã de Almoleia em Campo de Ourique.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 161-162.

198

1322, Agosto, 3 – Alcácer do Sal

Perante Gomes Aires, juiz em Alcácer do Sal, foi apresentada uma carta de D. Dinis que se insere sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1319, Setembro, 25 – Lisboa

D. Dinis sentencia um pleito entre o Mestre de Santiago, D. Pedro Escacho, e D. Maria, sobre a posse de bens em Samora Correia, determinando que esta os conserve até à sua morte, depois do que retornariam à Ordem, acrescidos de outros bens em Santarém que rendiam, à data, 100 libras de dinheiros portugueses.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 162-163v.

199

1346, Junho, 21 – Coimbra

Ângelo Peres, procurador de D. Garcia Peres, Mestre de Santiago, toma posse de umas casas no adro da igreja de Santiago, na cidade de Coimbra.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 163v-164.

200

1355, Julho, 2 – Lisboa

Vasco Lourenço, comendador e vedor do mosteiro de Santos, e Martim Leite, procurador do referido cenóbio, tomam posse de umas casas em Santa Cruz de Lisboa, as quais haviam pertencido a João Vaz, comendador do mosteiro, e estavam em posse de Urraca Vaz, dona de Santos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 164v.

201

1381, Outubro, 18 – Lisboa

D. Fernando faz mercê a Mem Rodrigues, Mestre de Santiago, dos bens móveis e de raiz que Diogo Barreto tinha em Portugal e perdera por fazer guerra contra o reino.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 164v-165.

202

1428, Outubro, 16

O Infante D. João empraça a Pedro Fernandes, Castelão, em três vidas, o lugar da Fonte Santa, pelo valor de 2 coroas de ouro por ano.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 165-166v.

203

1426, Julho, 17 – Alcácer do Sal

O Infante D. João, governador de Santiago e procurador dos Treze, empraza uma terra a Simão Martins e a Isabel Afonso, sua mulher, em três vidas, pelo valor do sexto da produção e dízima, com a condição de lavrarem bem a terra.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 166v-167v.

204

1392, Outubro, 3 – Sesimbra

Diogo Alvares, comendador de Sesimbra, entrega a D. Mem Rodrigues, Mestre de Santiago, a ribeira de Aiana que estava desaproveitada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 167v-168.

205

1423, Março, 24 – Alcácer do Sal

O Infante D. João, governador de Santiago e procurador dos Treze, empraza a quintã da Rebaldeira no termo de Torres Vedras, em três vidas, a Álvaro Borges, escudeiro, por 25 coroas de França nos primeiros 4 anos e por 27 coroas de França nos anos seguintes. Insere-se o traslado da respectiva procuração.

Insere: 1422, Janeiro, 24 – Alcácer do Sal

O Infante D. João recebe procuração dos Treze e do cabido da Ordem de Santiago para poder comprar, vender, aforar, emprazar ou demandar todos os bens da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 168-170v.

206

1399, Setembro, 3 – Faro

Mem Faleiro e Gonçalo Esteves, munidos das respectivas procurações, que se trasladam, vendem a Mem Rodrigues de Vasconcelos umas casas forras e isentas, em Faro.

Insere: 1399, Agosto, 18 – Beja

Mor Eanes, mulher de Mem Faleiro e moradora em Beja, constitui como seu procurador o seu marido.

Insere: 1399, Agosto, 18 – Beja

Isabela Gonçalves constitui como seu procurador Gonçalo Esteves, seu marido.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 170v-172.

207

1393, Fevereiro, 23 – Lisboa

D. João I doa à Ordem de Santiago umas casas em que se faz a moeda, à Porta da Cruz, em Lisboa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 172-172v.

208

S/d.

Martim Pedro, tabelião de Baião e Penaguião, outorga documento de testemunho da saída de Fernão Afonso de Parada da quinta [de Parada], assumindo D. Diogo e sua mulher D. Urraca Afonso a referida propriedade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 172v-173.

209

1274, Julho, 19 – Lugo

O recebedor da Câmara Apostólica testemunha ter recebido o censo devido pela Ordem de Santiago ao Papa Gregório X.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 173-174.

210

1285, Maio, 4 – Lisboa

D. João Peres, alcaide-mor que foi de Lisboa, passa carta de quitação de mil dobras, pela dívida da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 174-174v.

211

1286, Março, 5 – Lisboa

D. Dinis, na sequência de uma contenda que o opunha a D. Pedro Nunes, Mestre da Ordem de Santiago, centrada em certas dívidas que os freires tinham, outorgou carta de quitação à Ordem, considerando a questão encerrada.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 174v.

212

1308, Julho, 6

Rui Pires, comendador de Alvalade, faz publicar uma carta de D. Dinis de que se inclui o traslado.

Inserere: 1286, Março, 5 – Lisboa

D. Dinis dá por quite e livre o Mestre de Santiago e comendadores da Ordem, do pagamento de uma dívida.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 175.

213

1319, Setembro, 19 – Lisboa

Pedro Machado, através do seu procurador, Vasco Martins de Arruda, dá por quite D. Pedro Escacho, Mestre, dos bens tomados por morte de Nicolau Martins, freire de Santiago, de quem o Mestre era testamenteiro.

Insere: 1319, Setembro, 1 – Lisboa

Pedro Machado, mercador, estabelece como seu procurador, Vasco Martins de Arruda, para que este possa dar quitação ao Mestre de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 175v.

214

1367, Março, 8 – Setúbal

Aires Lourenço, almoxarife do Mestre de Santiago, apresenta um alvará, que se traslada, que constituía prova do pagamento de uma dívida da Ordem ao monarca.

Insere: 1367, Janeiro, 20

Afonso Romeu, almoxarife régio em Setúbal, recebeu de D. Gil Fernandes, Mestre de Santiago, através de Aires Lourenço, almoxarife do Mestre, 3 mil libras que o Mestre devia pagar ao rei.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 176-176v.

215

1421, Agosto, 14 – Évora

D. João I dá por quite e livre o governador de Santiago e os comendadores, na sequência de ter recebido o segundo pagamento em ouro que lhe era devido, conforme concessão feita pelo Papa ao reino.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 176v.

216

1327, Maio, 26 – Lisboa

Lourenço Martins, tabelião geral de Lisboa, faz publicar uma ordenação de D. Pedro Escacho, Mestre de Santiago, que se inclui em traslado.

Insere: S/d.

Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago, conjuntamente com o seu cabido apresentam uma ordenação, definindo a obrigação de sustento de 61 comendadores (excepto freires clérigos), a partir da renda da Ordem, bem como o encargo do Mestre de sustentar 6 freires com cavalo e armas e outros tantos no convento.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 177-178.

217

1285 (*sic*)⁷, Fevereiro, 19 – Lisboa

Cédula notarial de uma carta de D. João, Bispo de Lisboa, datada do ano de 1310, apresentada por Rui Galvão, raçoeiro da Sé de Lisboa, sobre a contribuição das Ordens para as despesas do legado.

IAN/TT, OS/CP, Códice nº 272, fl. 178v.

⁷ Esta data não pode estar correcta, uma vez que no documento se menciona uma carta de D. João, bispo de Lisboa, datada de 1310. Para além deste facto, sabe-se que D. João Martins de Soalhães foi bispo de Lisboa entre 1294 e 1313. Cfr. OLIVEIRA, Padre Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Edição revista e actualizada. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 307.

218

1327, Maio, 26 – Lisboa

D. Afonso IV confirma a ordenação feita por D. Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago, e pelos comendadores da mesma, sobre o regimento da instituição, a separação dos bens do Mestre dos das restantes comendas, bem como as obrigações dos respectivos comendadores, que se inclui em traslado. Este registo passou a ser conhecido como *Livro das Tábuas Ferradas*.

Inserere: s/d.

D. Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago, os comendadores da mesma, elaboraram um regimento da instituição, incluindo a separação dos bens do Mestre dos das restantes comendas, bem como as obrigações dos respectivos comendadores.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 179-182.

219

1316, Novembro, 7 – Montemor-o-Novo

João Peres, freire da Ordem de Santiago e prior de Santa Maria de Setúbal, procurador de D. Lourenço Eanes, Mestre de Santiago, apresenta-se perante o bispo de Évora, munido de certas bulas e privilégios da Ordem de Santiago, sublinhando que o fazia pela condição de homem bom do prelado e não pelo reconhecimento da sua condição de juiz.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 182v-183.

220

1376, Setembro, 12 – Montemor-o-Novo

Aires Pais, criado de D. Estêvão Gonçalves, Mestre de Santiago, apresenta um diploma que estabelece as taxas a pagar por algumas igrejas da Ordem, uma vez que o bispo de Évora insistia em agravar a instituição neste caso particular. Incluem-se em traslado os seguintes documentos:

Inserere: 1376, Agosto, 27 – Lisboa

Aires Pais, em representação do Mestre de Santiago, apresenta a Domingos Dominguetta, cônego da Sé de Lisboa e sub-colector do Papa, palavras de agravamento pelo procedimento do bispo de Évora em relação às taxas cobradas nas igrejas, requerendo a exibição do livro onde estavam fixadas as taxas a pagar por cada uma das igrejas da Ordem.

Inserere: S/d.

Aires Pais faz publicar perante o bispo de Évora a cédula que se reporta à confirmação das taxas episcopais que recaem sobre as igrejas Espatárias.

Inserere: 1376, Setembro, 17 – Montemor-o-Novo

O bispo de Évora responde aos agravos colocados pela Ordem de Santiago, dizendo que em tempos havia endereçado ao Mestre Santiaguista a indicação do valor a pagar, concretamente, 1600 florins, a que o Mestre não respondeu. Informa o bispo que a parte da Ordem de Santiago equivale a 575 libras pelos lugares que detém e que aceita qualquer fracção do pagamento, desde que os lugares de Sines, Castro Verde e o temporal de Alcácer do Sal funcionem como caução.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 183-184v.

221

1438, Junho, 29 – Estremoz

Pedro Afonso, criado do Infante D. João e freire da Ordem de Santiago, apresenta duas cédulas, que se incluem em traslado, sobre a afirmação da autoridade diocesana e as respectivas exigências do bispo de Évora para com a Ordem.

Inserere: s/d.

D. Álvaro, bispo de Évora enviou uma carta a D. João, governador da Ordem de Santiago, sobre jurisdição episcopal em relação à Ordem, o que suscita a reacção dos Espatários.

Inserere: s/d.

D. Álvaro, bispo de Évora, em resposta à Ordem de Santiago sobre a definição da jurisdição que recaía sobre os seus bens, reitera a garantia do exercício dos direitos episcopais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 184v-185.

222

1320, Julho, 23 – Avinhão

Mestre Guilherme, procurador do Mestre de Santiago, requer junto da cúria pontifícia a concessão da cópia de uma bula outorgada em 1 de Março de 1320.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 185v.

223

1353, Agosto, 17

André Peres, notário, a requerimento da Ordem de Santiago em Portugal, faz publicar uma petição apostólica que se insere sob a forma de cópia autêntica, subscrita por diversos bispos portugueses, bem como uma cédula sobre aspectos administrativos da circunscrição portuguesa, sublinhando o receio da Ordem perante as autoridades espatárias do reino vizinho.

Inserere: 1315, Junho, 7 – Lisboa

Os bispos de Lisboa, Évora, Coimbra e Viseu subscrevem uma petição apostólica, na qual se insere uma cédula de apelação.

Inserere: S/d.

Lourenço Eanes, Mestre Provincial da Ordem de Santiago em Portugal, apela junto da cúria apostólica no sentido de esclarecer diversos aspectos administrativos da circunscrição portuguesa da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 186-187v.

224

1320, Janeiro, 11 – Évora

D. Pedro Escacho, Mestre da Ordem de Santiago, requer a mestre Raimundo, nuncio apostólico, a resposta a uma apelação sobre o rendimento de benefícios vagos da Ordem, inserindo a cópia autêntica da respectiva cédula de petição apostólica.

Inserere: [1320, Janeiro, 11] – Évora

D. Pedro Escacho apresenta uma petição apostólica sobre o rendimento dos benefícios vagos da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 187v-188v.

225

1310, Agosto, 31 – Lisboa

João Martins, procurador de D. Rodrigo, Arcebispo de Compostela, a pedido de Miguel Peres, juiz e procurador em Portugal de D. Diogo Moniz, Mestre Geral da Ordem de Santiago, solicita a publicação de uma cédula de apelação, cuja cópia autêntica se inclui, respeitante a certos direitos episcopais exercidos sobre algumas igrejas espatárias.

Inserere: S/d.

Miguel Peres, juiz e procurador em Portugal do Mestre Geral da Ordem de Santiago, apresenta uma apelação apostólica sobre direitos episcopais exercidos sobre algumas igrejas espatárias.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 189-189v.

226

1320, Janeiro, 22 (?) – Évora

Mestre Raimundo, núncio apostólico, pronuncia-se sobre a apelação apresentada pelo Mestre da Ordem de Santiago sobre o rendimento de benefícios vagos da Ordem, incluindo a respectiva cédula, sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: [1320, Janeiro, 22 (?)] – Évora

Mestre Garcia, clérigo comensal, procurador de Pedro Escacho, apresenta uma petição apostólica sobre o rendimento dos benefícios vagos da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 190-190v.

227

1451, Setembro, 21 – Lisboa

Cópia autêntica da procuração passada por D. Fernando a Luís Gonçalves.

Inserere: 1451, Setembro, 15 – Lisboa

D. Fernando, governador da Ordem de Santiago, institui como seu procurador na cúria romana, Luís Gonçalves, cavaleiro da referida Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 190v-191v.

228

1274, Outubro, 25 – Ludeino (*sic*)

Paio Peres, Mestre da Ordem de Santiago, e D. Bartolomeu, bispo de Silves, fazem uma composição, à instância de D. Paio, bispo Toscolano e cardeal da igreja de Roma, sobre a jurisdição das igrejas de Silves.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 192-193.

229

1385, Abril, 17 – Alcácer do Sal

João Afonso, almoxarife do Mestre de Santiago, obrigou Aires Pais, vedor da fazenda do mes-trado, a empalhar as covas de trigo, incluindo o pagamento de algum trigo, eventualmente, em falta.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 193-193v.

230

1264, Março – Setúbal

D. Garcia, bispo de Silves, com o cabido respectivo, e D. Paio Peres, Mestre de Santiago, com o capítulo da Ordem, estabelecem uma composição sobre os direitos das igrejas de Cacela e Aiamonte e seus termos, e das de outros lugares da Ordem no bispado de Silves, pela qual a Ordem passará a observar os direitos episcopais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 194-194v.

231

1283 (*sic*)⁸, Março, 17 – Mérida

D. João Osores, Mestre de Santiago, com outorgamento dos Treze e do Capítulo Geral, apresenta uma composição celebrada entre Geral Eanes, comendador de Castro Verde, na qualidade de procurador do Mestre, e o bispo de Silves, que se traslada.

Inserere: 1301, Maio, 10 – Silves

D. João, bispo de Silves e D. Geral Eanes, freire de Santiago, comendador de Castro Verde e procurador de D. João Osores, estabelecem uma composição sobre as igrejas de Faro, Tavira, Cacela e Castro Marim, resultando numa partição entre ambos das respectivas rendas e da responsabilidade das nomeações dos raçoeiros.

Inserere: 1301, Fevereiro, 15 – Évora

D. João Osores, pelo poder recebido do Capítulo Geral de Mérida, constitui procuradores da Ordem de Santiago, Geral Eanes e Garcia Domingues.

Inserere: 1299, Novembro, 3 – Mérida

O Capítulo Geral da Ordem de Santiago reunido em Mérida delega poderes no Mestre D. João Osores para estabelecer uma composição com o bispo de Silves.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 194v-196.

232

1232, Março

O comendador de Santiago e o convento da Ordem dão a Pedro Fernandes de Sande, em sua vida, umas propriedades que a Ordem tinha no Lumiar, um casal na Arrifana, uma adega em S. Gião e umas casas na freguesia de S. João, com a condição de aí poderem pousar os membros da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl.196v.

233

1303, Outubro, 18

Vicente Gil, freire de Santiago, perante Afonso Martins, tabelião de Silves, apresenta uma apelação que se traslada.

Inserere: 1302, Agosto, 9 – Lisboa

A Ordem de Santiago apelou para a Sé Metropolitana, pelo facto de o bispo de Silves ter construído uma igreja em Tavira, em prejuízo da Ordem.

⁸ Como se anotou no corpo do texto o ano não está correcto em função das datas dos documentos insertos.

Insere: 1262, Agosto, 9 – Lisboa

Martim Gasco, comendador mor de Santiago, constitui seu procurador Estêvão Raimundes, comendador de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 197-197v.

234

s/d.

Pública-forma de um documento de Clemente VI.

Insere: 1350, Março, 29

Clemente VI reconhece a procuração passada pelos representantes da Ordem de Santiago em Portugal, em benefício de Pedro Adraez (*sic*), tabelião público de Alcácer do Sal, para tratar de uma apelação junto da Sé Apostólica.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 198-198v.

235

1349, Setembro, 27 – Sevilha

Domingo Sanches, tabelião de Sevilha, outorga documento que testemunha que Vasco Eanes, freire e procurador de D. Lourenço Vasques, Mestre de Santiago, estava munido de uma procuração feita em Torres Vedras a 24 de Julho de 1349, tendo solicitado uma cópia de um diploma do bispo de Silves dirigido à Santa Sé, cuja cópia autêntica se traslada.

Insere: 1349, Setembro, 27 – Sevilha

D. Álvaro, bispo de Silves escreve ao Papa Clemente VI, defendendo-se das acusações feitas contra si por Lourenço Vasques, Mestre de Santiago em Portugal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 198v-199v.

236

1315, Setembro, 9 – Alcácer do Sal

D. Lourenço Eanes, Mestre da Ordem de Santiago em Portugal, faz publicar um requerimento dirigido a D. Afonso, bispo de Silves, anotando os muitos agravos causados pelo prelado às igrejas da Ordem de Santiago no território, cujo teor se inclui em pública-forma.

Insere: s/d.

D. Lourenço Eanes, Mestre Santiaguista, apela junto de D. Afonso, bispo de Silves, no sentido de evitar as arbitrariedades cometidas pelo prelado contra a Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 199v-202.

237

S/d.

Artigos que regulamentam a actividade dos tabeliães do reino.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 202-204.

238

1321, Junho, 24 – Setúbal

João Martins Folinho e Constança Martins, sua mulher, vizinhos de Setúbal, vendem a D. Pedro Escacho, Mestre de Santiago, uma casa nos arrabaldes da cidade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 204-204v.

239

1321, Junho, 24 – Setúbal

João Bernaldes, tabelião de Setúbal, em nome do Mestre de Santiago, Pedro Escacho, empraza a Afonso Domingues Moscacho e Constança Garcia, sua mulher, uma casa que o Mestre Espatário tinha comprado a João Martins Folinho a sua mulher, Constança Miguens, com a condição de aí fazerem um forno até ao S. Martinho e pagarem de foro, anualmente, 100 libras portuguesas, pelo dia de S. Miguel.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 204v.

240

1437, Janeiro, 10 – Santarém

D. Duarte promulga uma sentença relativa a um pleito entre D. João I e o Mestre de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos, e, posteriormente, entre o monarca e o seu irmão Infante D. João, governador da Ordem, sobre a dízima de todas as mercadorias que saíam pela foz do rio de Alcácer do Sal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 205-207.

241

[1342], Julho, 4 – Coimbra

Ângelo Peres, mercador e procurador de D. Garcia Peres, Mestre de Santiago, apresenta uma carta, cujo teor se inclui em pública-forma.

Inser: 1341, Abril, 8 – Coimbra

João Afonso, procurador de João Fernandes Rebotim, comendador de Castro Verde, empraza a João Salvadores, dito Maio, e a sua mulher Domingas Peres, moradores em Alcoutim, o lugar onde moravam com todos os seus direitos, pelo foro de 8 libras a pagar pelo dia de S. João.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 207-207v.

242

S/d.

Vasco Esteves, cavaleiro e comendador de Ourique da Ordem de Santiago, e João Esteves, escudeiro do Mestre Mem Rodrigues de Vasconcelos, solicitam a Estêvão Martins, tabelião régio, uma cópia do processo que opunha o Mestre da Ordem de Santiago a Rui Freire, comendador de Palmela e de Torrão, conforme vários diplomas que se incluem em cópia autêntica.

Inser: 1387, Fevereiro, 3 – Porto

D. João I ordena a Rui Freire e a todos os cavaleiros da Ordem de Santiago que obedeçam a Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre da Ordem.

Inserere: [1387], Março, 3

Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre de Santiago escreve a Rui Freire, solicitando a sua presença em Alcácer do Sal para acertar alguns assuntos de interesse para a Ordem.

Inserere: S/d.

Vasco Esteves, cavaleiro e comendador de Ourique, e João Esteves, escudeiro do Mestre, declaram através de uma cédula que informaram Rui Freire, cavaleiro e comendador de Palmela e do Torrão, que se devia apresentar perante o Mestre como lhe havia sido requerido.

Inserere: S/d.

Rui Freire apresenta uma cédula, na qual declara as razões que justificavam a sua não comparência perante o Mestre, nomeadamente as instruções que recebera do monarca para permanecer na comarca. Já em relação ao pedido de Mem Rodrigues para que se deslocasse a Alcácer do Sal, Rui Freire alega o seu receio, visto ter sido informado dos propósitos do Mestre em o mandar prender.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 208-209.

243

1482, Maio, 2 – Silves

Frei Pedro Dias, prior mor da Ordem e Gil Vaz da Cunha, fidalgo dos Treze, em visita ao Mestrado, acertam uma composição entre a Ordem de Santiago e o bispo e cabido de Silves sobre as razões das igrejas de S. Clemente de Loulé, de Santa Maria de Faro e de Santa Maria de Tavira.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 209v-211.

244

1462, Dezembro, 1 – Setúbal

Fernão Pereira, fidalgo da casa do Infante D. Fernando, apresenta perante António Vaz, juiz ordinário em Setúbal e o tabelião Diogo Álvares, uma carta do referido Infante, cujo teor se inclui em pública-forma.

Inserere: 1462, Novembro, 23 – Palmela

O Infante D. Fernando, governador de Santiago, faz saber ao concelho de Aljezur que os cavaleiros e comendadores da Ordem tinham privilégios do Papa, do Rei e do próprio Infante, pelos quais, nas terras de Santiago, não se podia ordenar nenhuma postura, costume novo e taxa, sem o comendador do lugar ser chamado à vereação.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 211-211v.

245

1336, Julho, 17 – Lisboa

Isabela Francisques, vizinha e moradora em Setúbal, vende a Lourenço Francisques, seu irmão, também vizinho e morador na mesma vila, uma casa, por cem libras de portugueses.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 211v-212.

246

1445, Dezembro, 8 – Alcácer do Sal

Gil Martins, almoxarife do Infante D. Fernando, governador de Santiago, apresenta perante o tabelião de Alcácer do Sal, uma carta que se traslada, pelo poder da qual emprazava uma herdade da Ordem.

Insere: 1445, Novembro, 17 – Montemor-o -Novo

D. Fernando, governador de Santiago ordena a Gil Martins, seu almoxarife, para emprazar a Afonso Martins e a Catarina Lourenço, sua mulher, em três vidas, a herdade de S. Martinho, no termo de Alcácer do Sal, pelo foro do quarto dos frutos, o dízimo, 2 galinhas e uma dúzia de bolos, na condição de aí construir uma casa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 212-213.

247

1480, Novembro, 10 – Lisboa

Nuno Afonso, ouvidor do Infante D. Fernando, emprazou a Vicente Gonçalves e a Maria Eanes, sua mulher, moradores em Alcácer do Sal, em três vidas, duas courelas de vinha em mortório, na Telhada, termo da vila, pelo foro anual de 20 reais brancos e uma galinha, a pagar pelo S. Miguel.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 213-213v.

248

1449, Dezembro, 1 – Portalegre

Mem Gonçalves, prior de S. João de Portalegre, apresenta um alvará do Infante D. Fernando, governador de Santiago, pelo qual toma posse do olival de S. Pedro, junto à igreja, o qual andava indevidamente em posse de Fernão Vaz de Sequeira e de sua mulher, Isabel Vaz.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 213v-214.

249

1478, Agosto, 5 – Castro Verde

Pedro Barreto, comendador de Castro Verde, aforou a Estêvão Eanes Gago e a sua mulher Catarina Dias, moradores na mesma vila, uma terra com um poço de nora não aproveitada, para que se fizesse horta e pomar, com contrato em fatiota, pelo pagamento anual de 10 reais de prata pelo S. Miguel.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 214-214v.

250

1498, Março, 12 – Lisboa

D. Manuel autoriza Álvaro Dias de Frielas, escrivão do cartório de Santiago, a acabar e a autenticar os registos feitos neste livro, conforme ordenara D. João II, atendendo ao facto de que, na sequência da morte do referido monarca, cessara o exercício do cargo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 215.

251

1498, Novembro, 15 – Lisboa

Álvaro Dias de Frielas exara a nota tabeliônica correspondente à autenticação do *Livro dos Copos* no seguimento da determinação manuelina.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 215.

252

1489, Março, 7 – Beja

Álvaro Dias de Frielas faz uma cópia autêntica de uns apontamentos que D. João II enviara por Luís Pires, bacharel em Artes e prior de Santiago do Cacém, ao Mestre de Santiago em Castela.

Inserere: s/d.

D. João II solicita a Castela o esclarecimento de questões relacionadas com o governo da Ordem de Santiago, o qual inclui as respectivas respostas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 215v-216v.

253

1503, Abril, 27 – Setúbal

Diogo da Silveira, vedor da fazenda do monarca, apresenta uma doação régia à Ordem de Santiago que se traslada.

Inserere: 1501, Abril, 25 – Lisboa

D. Manuel doa à Ordem de Santiago umas boticas em Setúbal e ordena aos oficiais régios do local que empossam a Ordem dos referidos bens.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 217-217v.

254

1505, Julho, 29 – Setúbal

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da fazenda, solicita ao juiz Pedro Vaz o traslado de algumas escrituras da Ordem de Santiago, cujas cópias autênticas se incluem.

Inserere: 1505, Abril, 4 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, Mestre de Santiago, regulariza a arrecadação da renda da dízima do pescado em Setúbal em benefício da Ordem.

Inserere: 1505, Maio, 18 – Almeirim

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, Mestre de Santiago, não autoriza as transferências de cavaleiros de Santiago e de Avis para a Ordem de Cristo.

Inserere: 1504, Abril, 17 – Beja

Rui Fernandes, juiz, dá posse de umas casas a Álvaro de Almada e a Diogo da Fonseca, fidalgos da casa de D. Jorge e comendadores de Santiago, trasladando a respectiva autorização.

Inserere: 1504, Abril, 1 – Avis

D. Jorge, governador da Ordem de Avis e de Santiago, ordena a Álvaro de Almada e a Diogo da Fonseca, fidalgos da sua casa, que entrem em posse de umas casas, livres por morte de Rodrigo Afonso, prior de Beja.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 217v-221.

255

1507, Fevereiro, 27 – Benavente

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da fazenda, em nome do governador, apresenta uma sentença dada num pleito entre João Figueira, prior de Tavira e o bispo de Silves, da qual solicitou inclusão de cópia autêntica.

Inserere: 1507, Fevereiro, 23 – Tomar

D. Francisco, bispo de Fez e juiz apostólico, sentencia um processo entre João Figueira, prior de Tavira, e o bispo de Silves. Neste pleito estavam em causa o mau cumprimento dos deveres por parte do prior e as tentativas de visitação indevidas por parte do bispo, definindo-se a jurisdição temporal e espiritual e condenando-se o prior a um ano de degredo fora de Tavira, ao fim do qual retomaria as suas obrigações.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 221-225.

256

1507, Junho, 26 – Santiago do Cacém

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da fazenda, apresenta um alvará, cujo teor se inclui em cópia autêntica.

Inserere: 1506, Novembro, 21 – Coruche

D. Manuel informa os corregedores, juizes e justiças, que a despeito de legislação em contrário, autoriza a realização de reuniões da vereação nos dias indicados por D. Jorge, quer nas terras das Ordens de Santiago e de Avis, quer nas demais de que possui o senhorio.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 225v-226.

257

1507, Junho, 26 – Santiago do Cacém

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da fazenda, apresenta um alvará, cujo teor se inclui em cópia autêntica.

Inserere: 1507, Março, 26 – Tomar

D. Manuel ordena ao almirante Vasco da Gama que não entre na vila de Sines, salvo com licença de D. Jorge, sob pena de 500 cruzados para os cativos, tendo 30 dias a partir da data deste diploma, para abandonar a casa juntamente com a sua mulher.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 226-227.

258

1508, Março, 22 – Setúbal

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da fazenda, apresenta perante o licenciado Francisco Barradas, comendador de Mouguelas, chanceler e desembargador da casa de D. Jorge e juiz das Ordens de Santiago e Avis, certas bulas e letras apostólicas que se incluem em cópia autêntica.

Inserere: 1505, Abril, 1 – Roma

Júlio II confirma à Ordem de Santiago todos os bens que andassem alienados, ordenando que a defendam e que esta não seja privada das suas isenções, privilégios e demais direitos.

Inserere: 1507, Outubro, 5 – Roma

Bartolomeu Vasques, capelão de D. Jorge, apresenta perante o representante do Papa, Rafael, cardeal e camareiro, uma bula de que pede o traslado.

Inserere: 1507, Julho, 1 – Roma

Júlio II outorga às Ordens de Santiago e de Avis todas as graças concedidas e a conceder à Ordem de Santiago em Castela.

Inserere: 1505, Dezembro, 12 – Roma

Júlio II concede o privilégio a D. Jorge para poder exercer a sua jurisdição nas Ordens de Avis e de Santiago, sem apelo nem agravo.

Inserere: 1504, Maio, 17 – Roma

Júlio II relembra à Ordem de Santiago algumas obrigações apostólicas e as respectivas dispensas.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 227v-232v.

259

1508, Março, 22 – Setúbal

João Figueira, prior de Tavira e capelão de D. Jorge, Mestre de Santiago e de Avis, apresenta perante o licenciado Francisco Barradas, comendador de Mouguelas, chanceler e desembargador de D. Jorge e juiz das Ordens de Santiago e Avis, uma petição feita por D. Gonçalo Coutinho, comendador de Arruda, ao arcebispo de Lisboa, incluindo, em cópia autêntica, os seguintes documentos:

Inserere: S/d.

D. Gonçalo Coutinho faz saber ao arcebispo de Lisboa que a Ordem de Santiago demandou Fernão Coelho e Beatriz Eanes, moradores em Arruda, em virtude de uns moinhos, para cujas cartas de censura a Ordem requer aprovação.

Inserere: S/d.

Desembargo contra Fernão Coelho e Beatriz Eanes, moradores em Arruda, obrigando-os a respeitar as censuras outorgadas pelo vigário de Évora.

Inserere: 1508, Março, 20 – Arruda

Leonel Velho, ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, publica o desembargo acima trasladado.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 233-233v.

260

1508, Agosto, 1 – Setúbal

Pedro Gouveia, escrivão da cozinha de D. Jorge, apresenta perante o licenciado Francisco Barradas, comendador de Mouguelas, chanceler e desembargador de D. Jorge e juiz das Ordens de Santiago e Avis, um alvará de D. Manuel, cuja cópia autêntica se traslada.

Inserere: 1496, Setembro, 5 – Torres Vedras

D. Manuel, em resposta a uma carta do bacharel João de Elvas, autoriza a prisão de malfeitores, até dez léguas de Vila Nova de Milfontes, o procedimento contra os oficiais que não servissem bem nos seus ofícios, ainda que de nomeação perpétua, e regulamenta as eleições dos juizes e oficiais, entre outros assuntos de foro jurisdiccional.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 233v-235.

261

1509, Junho, 23 – Setúbal

Duarte Velho, moço da câmara de D. Jorge, perante o licenciado Afonso de Cervantes, comendador de Mourão e ouvidor da casa de D. Jorge, apresenta uma sentença que se traslada, sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1508

D. Manuel sentencia a favor de Álvaro de Mascarenhas, comendador de Samora Correia, contra os oficiais de Setúbal, que haviam mandado derrubar umas casas no adro da Igreja de Santa Maria, condenando-os em 40 cruzados e nas custas do processo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 235v-237.

262

1509, Setembro, 11 – Setúbal

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da sua fazenda, apresenta perante Fernão Gil de Caiola, bacharel e procurador geral de D. Jorge e ouvidor da sua casa, uma carta, cujo teor se inclui em pública-forma.

Inserere: 1509, Agosto, 20 – Sintra

D. Manuel ordena ao governador da Casa do Cível que remeta ao Mestre de Santiago os autos de certos crimes praticados por Afonso Lopes, cavaleiro da Ordem de Santiago, a despeito de um dos crimes ter sido praticado antes deste ter professado.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 237v-238.

263

1509, Setembro, 11 – Setúbal

João da Gama, fidalgo da casa de D. Jorge e vedor da sua fazenda, apresenta perante Fernão Gil de Caiola, bacharel e procurador geral de D. Jorge e ouvidor da sua casa, um alvará do Infante D. Fernando, cujo teor se inclui em pública-forma.

Inserere: 1462, Julho, 25 – Setúbal

O Infante D. Fernando, duque de Beja e Viseu, dirige-se a Álvaro Afonso, seu almoxarife no Algarve, informando que os homens bons de Faro fizeram saber que detinham direitos sobre a ermida de Santa Bárbara da Ordem de Santiago, situação que não está de acordo com a realidade, pelo que o Infante defende os direitos da Ordem na referida ermida.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 238v-239v.

264

1509, Novembro, 6 – Torrão

D. Jorge ordena a Fernão Gil de Caiola, bacharel, procurador geral e ouvidor da sua casa, que proceda ao traslado do foral de Canha, o qual se inserere em cópia autêntica.

Inserere: 1235, Fevereiro

Paio Peres, comendador de Alcácer do Sal, concede foral à localidade de Canha, segundo o costume de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 240-242.

265

1496, Junho, 4 – Setúbal

Pedro Dias, freire, apresenta perante o juiz João Rodrigues Maiosinho, uma sentença de Gil Vaz da Cunha sobre os jazigos das covas das igrejas, cujo teor se insere em cópia autêntica.

Insere: 1488, Outubro, 5 – Alhos Vedros

Gil Vaz da Cunha, fidalgo da casa do rei, em visita às igrejas de Almada do mestrado de Santiago, realizada em Agosto de 1478, detecta algumas incorrecções, como a alienação do dinheiro das covas, que deveria pertencer à fábrica e não ao comendador ou a outra qualquer pessoa. A sentença foi favorável à igreja, pelo que Gil Vaz apresenta a sua nomeação régia para arbitrar o processo.

Insere: 1488, Setembro, 7 – Almada

D. Manuel nomeia Gil Vaz da Cunha para arbitrar o pleito entre o prior de Almada e o comendador da mesma vila.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 242v-244.

266

S/d.

Diogo Barradas, clérigo de ordens menores e notário apostólico outorga em traslado as seguintes bulas.

Insere: 1500, Abril, 1 – Roma

Júlio II restitui à Ordem de Avis todos os bens alienados e ordena que se defendam as isenções, privilégios e direitos da mesma.

Insere: 1505, Dezembro, 12 – Roma

Júlio II confirma a disposição aprovada em Capítulo Geral da Ordem de Avis, pela qual os freires podem dispor de bens móveis e imóveis, desde que paguem à Ordem três anos dos frutos e rendas das comendas e benefícios que detinham.

Insere: 1507, Maio, 17 – Roma

Júlio II permite a redução dos jejuns e do modo de rezar as ladainhas, e admite a possibilidade de absolvição de exconunhão e pecados, por ocasião do capítulo, a realizar em qualquer lugar ou durante a Semana Santa.

Insere: 1507, Junho, 12 – Roma

Júlio II concede que seis capelães de D. Jorge, governador de Santiago e de Avis, possam usufruir dos seus benefícios.

Insere: 1507, Junho, 12 – Roma

Júlio II concede que seis capelães de D. Jorge, governador de Santiago e de Avis, possam receber os seus benefícios, sendo presentes em sua capela ou ausentes por um período de quatro meses, desde que possuam a devida autorização.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 245-250.

267

1508, Julho, 7 – Alcochete

D. Manuel sentenciava um pleito entre o Mestre de Santiago e de Avis e D. Bernardo, camareiro mor do rei, sobre a posse de uns pardieiros junto dos paços da Ordem em Setúbal, que este detinha indevidamente.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 251-253.

268

1508, Julho, 24 – Setúbal

João Godinho, cavaleiro da casa de D. Jorge, governador de Santiago e de Avis, contador em Setúbal, toma posse de uns pardieiros em Setúbal, conforme determinado por uma sentença régia, apresentada a Pedro Rodrigues de Porras, juiz.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 253v-254.

269

1510, Outubro, 16 – Setúbal

Diogo Beirão, escudeiro da casa de D. Jorge, governador de Avis e de Santiago, perante Afonso de Cervantes, licenciado do desembargo de D. Jorge e ouvidor da sua casa, solicita o traslado de determinadas sentenças que se incluem em cópia autêntica.

Inserere: 1510, Agosto, 6 – Setúbal

Afonso de Cervantes, licenciado do desembargo de D. Jorge e ouvidor da sua casa, solicita o traslado de uma sentença régia que se inclui.

Inserere: 1414, Janeiro, 26 – Santarém

D. João I sentencia um pleito entre o concelho de Setúbal e o Mestre de Santiago sobre certas quantias a pagar pelos pescadores para a reconstrução e manutenção das igrejas da localidade, conhecida como renda de S. Gião.

Inserere: 1510, Agosto, 6 – Setúbal

Afonso de Cervantes, licenciado do desembargo de D. Jorge e ouvidor da sua casa, solicita o traslado de uma sentença que se inclui.

Inserere: 1424, Julho, 24 – Alcácer do Sal

O Infante D. João, governador de Santiago, sentencia um pleito entre o concelho de Setúbal e os pescadores da vila, sobre certas quantias a pagar para a reconstrução e manutenção das igrejas da localidade, conhecida como renda de S. Gião.

Inserere: 1510, Agosto, 6 – Setúbal

Afonso de Cervantes, licenciado do desembargo de D. Jorge e ouvidor da sua casa, solicita o traslado de uma sentença régia que se inclui.

Inserere: 1341, Abril, 26 – Santarém

D. Afonso IV sentencia um pleito entre o concelho de Setúbal e os pescadores da vila, sobre a posse da redízima do pescado por parte dos últimos, a qual reverterá para S. Gião.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 254v-262.

270

[1510, Outubro, 16 – Setúbal]

Diogo Beirão, escudeiro da casa de D. Jorge, governador de Avis e de Santiago, perante Afonso de Cervantes, ouvidor da casa de D. Jorge, solicita o traslado de uma sentença, cujo teor se inclui em cópia autêntica.

Inserere: 1510, Junho, 22 – Setúbal

D. Jorge, governador de Santiago e de Avis, sentencia um pleito entre os mordomos e confrades da confraria do Corpo Santo e os de Santo Estêvão, sobre qual das duas cruzes teria precedência sobre a outra nas procissões.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 262-263v.

271

1510, Dezembro, 9 – Messejana

D. João de Sousa, comendador de Alvalade, tendo edificado umas casas na rua Direita, em Messejana, fez delas doação à Ordem de Santiago, incluindo-se o traslado da verba de uma carta, pela qual se prova, a posse das mesmas.

Inserere: S/d.

Verba correspondente à carta de doação das casas, na rua Direita, construídas por D. João de Sousa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 264-264v.

272

1510, Dezembro, 12 – Aljustrel

Mendo Afonso, capelão de D. Jorge, apresenta diversas composições entre o bispo de Évora e a Ordem de Santiago sobre as igrejas de Campo de Ourique, as quais se encontravam em posse de Martim Vaz Mascarenhas, comendador de Aljustrel, e requer ao Mestre que ordene a Diogo Coelho, notário apostólico, o seu traslado.

Inserere: 1477, Junho, 2

Martim Vaz Mascarenhas, comendador de Aljustrel, em posse do registo das composições feitas com o bispado de Évora, e respectiva confirmação pelo capítulo de Mérida, apresenta certos diplomas perante Vasco Eanes de Camões, vigário do bispo de Évora.

Inserere: 1(...)49, Outubro

D. João Osores, Mestre de Santiago, e o bispo de Évora fazem uma composição sobre as igrejas de Cabrela, Torrão, Aljustrel, Santiago do Cacém e Mértola.

Inserere: 1301, Fevereiro, 15 – Évora

D. João Osores, Mestre da Ordem de Santiago, e o bispo de Évora acordam o direito da diocese receber o dízimo do pão, vinho e linho nas igrejas do bispado, salvo no Torrão, Cabrela e Alcácer do Sal; e o direito da Ordem apresentar os seus freires nas igrejas de Ourique, Almodôvar e Messejana, devendo pagar a terça e colheita em Ourique e Almodôvar e a dízima e colheita em Messejana.

Inserere: 1311, Março, 17 – Mérida

D. João Osores, Mestre da Ordem de Santiago em Castela, e o Capítulo Geral da Ordem confirmam ambas as composições atrás incluídas, voltando a copiar, em versão castelhana, a que está datada de 15 de Fevereiro de 1301.

Inserere: 1301, Fevereiro, 15 – Évora

D. João Osores, Mestre da Ordem de Santiago, e o bispo de Évora acordam o direito da diocese receber o dízimo do pão, vinho e linho nas igrejas do bispado, salvo no Torrão, Cabrela e Alcácer do Sal; e o direito da Ordem apresentar os seus freires nas igrejas de Ourique, Almodôvar e Messejana, devendo pagar a terça e colheita em Ourique e Almodôvar e a dízima e colheita em Messejana.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 265-268v.

273

1510, Dezembro, 16 – Aljustrel

Pedro Gonçalves, capelão de D. Jorge e prior de S. Pedro de Palmela, em nome da Ordem, apresenta dois documentos, cujas cópias autênticas se inserem.

Inserere: 1484, Março, 30 – Santarém

D. João II, administrador perpétuo da cavalaria de Santiago, confirma a Fernão Mascarenhas, membro dos Treze, fidalgo da casa do rei e comendador de Aljustrel, o privilégio de cobrar aos lavradores da sua comenda, por dia de Natal, uma galinha e o dízimo dos frangões, a despeito de ordenação em contrário feita pelos visitantes à comenda.

Inserere: 1484, Junho, 7 – Santarém

Álvaro Dias de Frielas, escrivão, certifica que no capítulo celebrado em Santarém foram vistas as visitas efectuadas até então, entre as quais a realizada a Aljustrel, reite-rando a manutenção do pagamento de uma galinha e o dízimo dos frangões ao comen-dador.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 269-270v.

274

S/d.

Privilégio interrompido sem qualquer outra indicação.

275

1511, Janeiro, 7 – Castro Verde

Pedro Gonçalves, capelão de D. Jorge e prior de S. Pedro de Palmela, em nome da Ordem, apresenta a carta de foro de Aljustrel, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: [1252], Dezembro, 17

Paio Peres, Mestre de Santiago, concede carta de foral a Aljustrel, segundo o costume de Alcácer do Sal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 271v-273.

276

1511, Janeiro, 15 – Castro Verde

Fernão Gil de Caiola, procurador das Ordens de Santiago e de Avis, apresenta uma carta, cujo teor se inserere em pública-forma.

Inserere: 1301, Dezembro, 11 – Garvão

D. Garcia Rodrigues, comendador de Mértola, pelo poder concedido pelo Mestre D. João Osorez, define os limites do termo de Castro Verde.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 273v-274.

277

S/d.

Perguntas e respostas colocadas por Fernão de Pina sobre os direitos da Ordem em Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 275-281v.

278

1511, Setembro, 23 – Setúbal

Pedro Coelho, moço da câmara do Mestre D. Jorge, apresenta perante Francisco Barradas, juiz das Ordens de Avis e de Santiago, uma sentença do arcebispo de Lisboa dirigida a Duarte Rodrigues, escudeiro, requerendo o respectivo traslado em pública-forma.

Inserere: 1511, Junho, 6 – Setúbal

Jorge Temudo, bacharel em cânones, desembargador e vigário geral por D. Martinho, arcebispo de Lisboa, sentencia um pleito entre Duarte Rodrigues, escudeiro da casa do rei e rendeiro das miunças do Mestre de Santiago em Setúbal, representado por Pedro Afonso, seu procurador, na qualidade de autores do mesmo, e Afonso Eanes e André Gomes, hortelãos de Setúbal, representados por João Lopes, licenciado, na qualidade de réus, sobre o dízimo das hortas que pertenciam à Ordem de Santiago, dando razão ao autor.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 282-284v.

279

1511, Outubro, 16 – Setúbal

Fernão Gil de Caiola, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, perante Afonso de Cervantes, comendador de Mourão, ouvidor da casa de D. Jorge, em nome da Ordem, apresenta um diploma que se insere em cópia autêntica.

Inserere: 1249, Março – Alcácer do Sal

Paio Peres Correia, Mestre de Santiago, outorga foral a Setúbal, de acordo com o modelo de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 284v-285v.

280

1511, Outubro, 20 – Setúbal

Pedro de Gouveia, camareiro e guarda-roupa de D. Jorge, apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Avis e de Santiago, um privilégio régio, cujo teor se inclui sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1508, (?), 5 – Setúbal

D. Manuel equipara os rendeiros da Ordem de Santiago e de Avis aos rendeiros régios, no que se refere a penhoras e execuções.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 286-286v.

281

1512, Março, 20 – Benavente

Fernão Gil de Caiola, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Avis e de Santiago, um alvará do Infante D. João, um alvará de Nuno Afonso, ouvidor do Infante D. Fernando, e uma sentença dos visitantes do mestrado, sobre as comendas de Cabrela e Canha, que se incluem sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1434, Junho, 10 – Alcácer do Sal

O Infante D. João concede metade da conchecença do moinho de Cabrela a Rui Gonçalves, comendador da localidade e de Canha, como sempre teve, excepto em tem-

pos de Diogo Gonçalves, rendeiro das miunças de Alcácer do Sal que as reteve para si.
 Insere: 1456, Julho, 23 – Setúbal

Nuno Afonso, contador das terras do Infante D. Fernando, confirma que a posse da metade da conheçença do moinho de Cabrela é de Rui Gonçalves, comendador da localidade e de Canha, como ficou provado pelo diploma do tempo do Infante D. João.

Insere: 1480, Março, 25 – Alcácer do Sal

Pedro Dias, prior mor de Santiago, Duarte Furtado de Mendonça e Gil Vaz da Cunha, visitantes do mestrado de Santiago por ordem do príncipe D. João, confirmam que a posse da metade da conheçença do moinho de Cabrela é da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 287-290v.

282

1512, Abril, 16 – Benavente

Diogo Coelho, notário apostólico, a pedido de João Figueira, capelão do Mestre de Santiago e prior de Tavira, e perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Avis e de Santiago, traslada em pública-forma duas bulas de Júlio II.

Insere: 1511, Agosto, 25 – Roma

Júlio II concede aos freires de Santiago todas as graças já concedidas às Ordens de Cristo e de Avis.

Insere: 1511, Outubro, 2 – Roma

Júlio II concede aos freires de Santiago todas as graças já concedidas às Ordens de Cristo e de Avis.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 291-294.

283

s/d

Respostas às perguntas colocadas por Fernão Pina sobre o foral de Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 295-298.

284

1514, Fevereiro, 18 – Setúbal

D. Frei Álvaro, prior mor de Avis, perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta uma composição entre a Ordem de Santiago e a de Avis sobre a comenda de Hortalgoa, em Santarém, e uma letra apostólica sobre a comenda de Soza, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1241, Outubro, 14

D. Paio Peres, comendador de Alcácer do Sal, e D. Martim Fernandes, Mestre de Avis fazem uma composição sobre a comenda de Hortalgoa.

Insere: 1514, Janeiro, 19 – Coimbra

António de Sousa, comendador da igreja de S. Miguel de Soza da Ordem de Santiago, apresenta perante Aires Gonçalves de Macedo, vigário geral da Sé de Coimbra, uma bula que se traslada.

Insere: 14[9]2, Agosto, 26 – Roma

Alexandre VI confirma o padroado da igreja de S. Miguel de Soza a João de Sousa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 298v-303.

285

1510, Maio, 15 – Roma

O Cardeal Rafael, a pedido de D. Jorge, representado pelo seu procurador, Bartolomeu Vasques, outorga o traslado em pública-forma da bula da fundação e regra da Ordem de Santiago, já confirmadas por Júlio II.

Inserere: 1507, Outubro, 31

Júlio II confirma a bula de Alexandre III de fundação da Ordem de Santiago que se copia.

Inserere: 1175, Julho, 5 – Ferentini

Alexandre III outorga bula de fundação à Ordem de Santiago.

Inserere: s/d

Cópia do próêmio da regra da Ordem de Santiago, com a aprovação da mesma.

Inserere: s/d.

Regra da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 304-319.

286

1514, Outubro, 30 – Setúbal

Mendo Afonso, deão da capela de D. Jorge, solicita ao notário Pedro Coelho que, com a anuência de Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens, apresente duas bulas, de igual teor, cujas cópias autênticas se incluem.

Inserere: 1514, Agosto, 18 – Roma

Leão X ordena que os freires das Ordens de Santiago e de Avis sejam castigados apenas pela Santa Sé, por D. Jorge e pelos administradores que lhe sucederem.

Inserere: 1514, Agosto, 18 – Roma

Leão X outorga uma bula, à instância dos bispos de *Çanallicensibus* (*sic*), Safim e Tânger para que zelem pelo cumprimento de uma bula que inclui em traslado.

Inserere: 1514, Agosto, 18 – Roma

Leão X ordena que os freires das Ordens de Santiago e de Avis sejam castigados apenas pela Santa Sé, por D. Jorge e pelos administradores que lhe sucederem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 320-324v.

287

1509, Outubro, 20 – Roma

Júlio II confirma o teor de uma bula de Inocência VIII que se traslada.

Inserere: 1484, Dezembro, 5 – Roma

Inocência VIII isenta o Mestre de Santiago de aceitar como membros da Ordem aqueles que tiverem tomado hábito em Roma, a menos que não encontre nisso qualquer inconveniente.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 326-327.

288

1514, Outubro, 25 – Setúbal

Pedro Coelho, notário apostólico, faz o traslado de um privilégio régio.

Inser: 1514, Junho, 7 – Lisboa

D. Manuel privilegia a Ordem de Santiago, concedendo uma tença de 2268 reais anuais, em satisfação do direito das libras que a Ordem tinha da mouraria de Setúbal e da pensão do escrivão dos judeus.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 328-328v.

289

1515, Janeiro, 26 – Mértola

O procurador da Ordem de Santiago apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Santiago e de Avis, o foral de Mértola que se traslada em pública-forma.

Inser: 1473, Julho, 19 – Beja

Luís Godinho, escudeiro da casa de D. Diogo, apresenta em nome da Infanta D. Beatriz, o foral de Mértola que se traslada.

Inser: [1290], Dezembro

Paio Peres Correia, Mestre de Santiago, e Gonçalo Peres, comendador de Mértola, outorgam carta de foral a Mértola, segundo o costume de Évora.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 328v-331v.

290

1514, Agosto, 21 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel, apresenta perante Diogo Salema, cavaleiro da casa do Mestre de Santiago e seu ouvidor, uma sentença régia cujo teor se inclui em cópia autêntica.

Inser: 1492, Abril, 18 – Lisboa

D. João II outorga uma sentença, determinando que os pescadores de Setúbal retenham a redizima do peixe para a confraria do Corpo Santo da referida localidade.

Inser: 1492, Abril, 30 – Setúbal

Publicação da sentença perante João Godinho, contador de D. Jorge. A mesma foi dada a conhecer a Martim de Oliveira, recebedor da dízima real, e a Diogo Peres, escrivão da renda.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 332-334v.

291

1515, Março, 2 – Setúbal

O procurador da Ordem de Santiago apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Santiago e de Avis, um auto e publicação de sentença sobre os termos de Campo de Ourique cujo teor se inclui em pública-forma.

Inser: 1501, Novembro, 6 – Setúbal

D. Jorge, governador das Ordens de Avis e de Santiago, pronuncia uma sentença a pedido de Pedro Barreto, comendador de Castro Verde, na qualidade de autor, contra Cristóvão Moniz, comendador de Garvão e Lançarote de Melo, ambos cavaleiros, na qualidade de réus, acerca das obrigações que assistem aos vizinhos de cada uma das localidades, prevendo-se a colaboração das igrejas locais no controlo da identificação dos vizinhos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 335-336v.

292

1515, Abril, 3 – Lisboa

D. Manuel determina que ninguém fique isento de reparar as igrejas do Mestrado de Santiago, apesar dos privilégios que possam evocar.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 337-337v.

293

1515, Abril, 2 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, governador da Ordem de Santiago, regulamenta a eleição dos oficiais em Setúbal, de acordo com o costume previsto para as terras da jurisdição da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 337v-338.

294

1515, Julho, 16 – Setúbal

O procurador da Ordem de Santiago apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Santiago e de Avis, um livro do cartório de Avis que continha bulas, graças, privilégios e doações, solicitando ao referido juiz o traslado de um processo judicial.

Insero: 1467, Maio, 19/20 – Setúbal

O Infante D. Fernando, governador da Ordem de Santiago, Nuno Fernandes, seu procurador, e outros cavaleiros nomeados, na presença de Pedro Gomes, notário apostólico, apresentaram a Pedro Lourenço Homem, licenciado e cónego de Lamego, juiz executor apostólico do Papa Paulo II, uma bula que se traslada, ordenando todo o processo condeciente à publicação da revogação de uma bula de Pio II, sobre a participação das Ordens Militares na fundação de conventos em África.

Insero: 1464, Setembro, 22 – Roma

Paulo II informa os bispos da Guarda e Viseu e Pedro Lourenço, cónego de Lamego, que considera válida a anulação feita por Pio II, a 14 de Junho de 1464, das suas próprias determinações de 23 de Abril de 1462, acerca da obrigação das Ordens Militares de Cristo, Santiago e de Avis fundarem e manterem três conventos em Ceuta e em Alcácer Ceguer.

Insero: 1467, Maio, 11 – Salvaterra

D. Afonso V ordena a publicação da bula de Paulo II que revoga uma outra de Pio II sobre a contribuição das Ordens Militares na fundação de conventos em África. Depois de apresentada a bula, o procurador Nuno Fernandes solicita a Pedro Lourenço Homem que dê execução à mesma.

Insero: 1464, Maio, 20

Pedro Lourenço Homem, juiz executor, ordenou a publicação da referida bula, na igreja de Santa Maria, requerendo vários instrumentos comprovativos.

Insero: 1467, Abril, 14 – Beja

D. Afonso V autoriza a publicação da bula de Paulo II, que revoga uma outra de Pio II sobre a participação das Ordens Militares na fundação de conventos em África.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 338v-347v.

1516, Setembro, 24 – Setúbal

Pedro Alvares, cavaleiro de Santiago e escrivão da fazenda de D. Jorge, apresenta perante Francisco Tavares, ouvidor da casa do Mestre, diversos alvarás régios solicitando a cópia do seu teor em pública-forma.

Inserere: 1515, Junho, 15 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, ordena às justiças do reino que prendam os freires das Ordens de Avis e de Santiago que andassem fugidos dos conventos.

Inserere: [1515], Julho, 8 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, autoriza que o Mestre de Santiago e de Avis mande expulsar das terras dos Mestrados quaisquer mulheres de má fama, mancebas de priores e de freires das Ordens.

Inserere: [1515], Agosto, 8 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, ordena a regulamentação e vigilância na escolha dos juizes e oficiais de Setúbal, através de inquirições, para não se incorrer em situações menos correctas.

Inserere: [1515], Agosto, 8 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, autoriza o Mestre e seus ouvidores a ter conhecimento das acções tomadas na câmara pelos juizes e oficiais de Setúbal.

Inserere: [1515], Agosto, 9 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, ordena que o Mestre possa tirar devassas particulares sobre qualquer desentendimento que se processar de noite e que der origem a feridos, depois da oração das Avé Marias, em Setúbal ou em outra terra dos Mestrados, onde o Mestre estiver.

Inserere: 1516, Setembro, 26 – Setúbal

Pedro Machado apresenta perante Francisco Tavares, ouvidor da casa do Mestre, uma carta régia que se traslada.

Inserere: 1516, Setembro, 9 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, autoriza o Mestre a embargar algumas fazendas de comendadores e freires de Santiago, na medida em que, por vezes, por razão dos seus falecimentos, havia certos preceitos que não se tinham cumprido, ficando a Ordem prejudicada.

Inserere: 1516, Setembro, 9 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, ordena a Nuno Martins da Silveira, vedor mor das obras, terças e resíduos do reino, que o dinheiro das terças das vilas do mestrado de Santiago seja gasto na reparação de muros e fortalezas da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 348-352.

1517, Abril, 23 – Setúbal

Fernão Gil de Caiola, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Francisco Tavares, cavaleiro da Ordem de Avis e ouvidor da casa do Mestre, um alvará régio que se traslada em pública-forma.

Inserere: 1517, Fevereiro, 16 – Lisboa

D. Manuel, a pedido de D. Jorge, ordena que os cavaleiros da Ordem de Santiago não usem de cartas tuitivas que contrariassem as sentenças do Mestre da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 352v-352vA.

297

1517, Junho, 27

Gaspar Fernandes, público tabelião em Setúbal, copia em pública-forma uma sentença de D. Manuel para dirimir um pleito entre o concelho de Setúbal e a Ordem de Santiago, sobre direitos das mercadorias.

Inserere: 1517, Maio, 7 – Lisboa

D. Manuel autoriza a retenção pela Ordem de Santiago da dízima respeitante às mercadorias saídas pela foz em Setúbal.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 352vA-355.

298

1517, Agosto, 3

Gaspar Fernandes, público tabelião em Setúbal, por mandado e autoridade de Francisco Tavares, do desembargo de D. Jorge, traslada uma sentença e respectivos autos judiciais sobre um pleito entre a Ordem de Santiago, de uma parte, e Simão de Miranda e Nuno Fernandes, moradores em Setúbal, da outra parte, sobre a posse de uma terra, por Vasco Queimado, adquirindo, ainda, uma outra terra sem permissão da Ordem.

Inserere: 1510, Outubro, 19 – Setúbal

D. Jorge sentencia um pleito entre a Ordem de Santiago e os herdeiros de Vasco Queimado sobre a posse indevida de uma terra, em Setúbal, e o mau aproveitamento de outra.

Inserere: 1511, Março, 21 – Alcácer do Sal

António Abreu, juiz em Alcácer do Sal, publica a sentença de D. Jorge, datada de 19 de Outubro de 1510.

Inserere: 1511, Março, 26

António Abreu, juiz em Alcácer do Sal, dá posse a Pedro Correia, almoxarife da Ordem de Santiago, da terra de Abiúl.

Inserere: 1517, Julho, 6

Estêvão da Rosa, juiz, e outros oficiais fiscalizam a demarcação das terras de Abiúl, autorizada em 30 de Junho.

Inserere: 1517, Junho, 30 – Setúbal

D. Jorge comunica ao juiz Estêvão da Rosa que o seu contador, João Mendes, irá proceder à demarcação.

Inserere: 1517, Julho, 7 – Alcácer do Sal

Estêvão da Rosa, juiz, ordena o registo da demarcação dos termos da terra de Abiúl.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 355-362.

299

1518, Junho, 4

Gaspar Fernandes, público tabelião de Setúbal, faz uma cópia autêntica de uma sentença da Ordem de Santiago.

Inserere: 1509, Julho, 29 – Évora

Pedro Gonçalves, cónego de Évora e juiz apostólico e conservador das Ordens de Santiago e de Avis, sentencia um pleito, obrigando os lavradores de Canha a pagarem uma certa medida de pão ao comendador da localidade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 362v-364.

300

1522, Fevereiro, 8 – Lisboa

O procurador da Ordem de Santiago apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Santiago e de Avis, uma sentença dada pelo vigário geral de D. Martinho, arcebispo de Lisboa, Jorge Temudo, que se traslada em pública-forma.

Inserere: [1516, Julho, 19]

Jorge Temudo, vigário geral de D. Martinho, arcebispo de Lisboa, promulga uma sentença, incluindo petição do réu Tristão da Cunha, desembargo e respectiva publicação, relativa a um pleito entre D. Jorge e a Sé de Lisboa, a respeito da dízima da lenha dos lugares do Ribatejo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 364v-365v.

301

1187, Setembro, 18 – Verona

Urbano III outorga uma bula a propósito da definição da jurisdição da Ordem de Santiago na província de Espanha, cujo conteúdo é semelhante ao da bula de Alexandre III (vd. doc. 1).

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 370-373.

302

1527, Janeiro, 2 – Palmela

Pedro Machado, bacharel e procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Francisco Tavares, ouvidor da casa de D. Jorge, uma carta de D. Garcia Peres, Mestre de Santiago, que se traslada, sob a forma de cópia autêntica.

Inserere: 1343, Julho, 17 – Alcácer do Sal

D. Garcia Peres, Mestre da Ordem de Santiago, de acordo com carta régia que se traslada, procede à demarcação dos termos entre Setúbal e Palmela.

Inserere: 1343, Março, 31 – Montemor-o-Novo

D. Afonso IV, a pedido do concelho de Setúbal, ordena a demarcação dos termos entre Setúbal e Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 373-375.

303

1530, Julho, 19 – Setúbal

Pedro Machado, cavaleiro de Santiago e procurador do Mestre das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das referidas Ordens, uma letra apostólica de Leão X, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1515, Fevereiro, 15 – Florença

Leão X concede autorização aos priores mores das Ordens de Avis e de Santiago para usarem insígnias pontificais.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 375v-377v.

304

1532, Abril, 15 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel e procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Francisco Tavares, ouvidor da casa de D. Jorge, uma sentença emitida pela Relação favorável

a D. Jorge, Mestre de Santiago e contra D. Pedro de Mascarenhas, estribeiro mor do rei, sobre os dízimos da Quintã de Palma, cujo teor se inclui em pública-forma.

Inserere: 1531, Junho, 26 – Santarém

D. João III outorga uma sentença sobre a Quintã de Palma, favorável à Ordem de Santiago, uma vez que o seu titular, D. Pedro de Mascarenhas, se recusava a pagar o dízimo à Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 380-381.

305

1533, Junho, 6 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel, cavaleiro e procurador da Ordem de Santiago, apresenta perante Diogo Salema, cavaleiro de Santiago e ouvidor da casa de D. Jorge, uma sentença que se inclui em pública-forma.

Inserere: 1520, Junho, 6 – Évora

D. Manuel sentencia um pleito entre D. Duarte de Meneses, capitão e governador de Tânger e comendador de Sesimbra, na qualidade de autor, e o Mestre de Santiago, D. Jorge, acerca da dízima paga ao comendador pelos pescadores da localidade, quando vendiam o peixe em Setúbal, a qual o Mestre reivindica para a mesa mestral. A decisão dá razão ao comendador, mas assegura que os pescadores de Setúbal paguem a dízima ao Mestre, sempre que pescarem em Sesimbra.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 381v – 387v.

306

1533, Junho, 16 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel, cavaleiro e procurador da Ordem de Santiago, apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mouguelas e juiz das Ordens de Avis e Santiago, uma sentença que se inclui em pública-forma.

Inserere: 1521, Dezembro, 2 – Lisboa

D. Manuel sentencia um pleito entre D. Diogo Lobo, vedor da fazenda, do seu conselho e barão de Alvito, na qualidade de autor, e o Mestre de Santiago, na qualidade de réu, acerca de um moinho, remetendo o monarca a resolução da contenda para o juiz da Ordem.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 389-394.

307

1534, Junho, 19 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel, procurador da Ordem de Santiago, apresenta perante Lourenço Vaz, vigário pelo cardeal, um diploma de protesto, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1534, Junho, 15 – Évora

Diogo Rodrigues, prior do Torrão e frei Gonçalo, prior de Vila Viçosa, em nome de D. Jorge, governador das Ordens de Santiago e Avis, compareceram perante o cardeal Infante e apresentaram uma cédula, que se inclui em traslado.

Inserere: S/d.

Cédula pela qual se solicita que se mantenham os privilégios das Ordens de Santiago e de Avis, a despeito das ordenações elaboradas no sínodo da diocese.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 394v-395.

308

1535, Outubro, 8 – Setúbal

Pedro Machado, bacharel, procurador da Ordem de Santiago, apresenta perante Francisco Barradas, comendador de Mougelas e juiz das Ordens de Avis e Santiago, um diploma de obrigação que Pedro Figueira, escudeiro e morador em Alcácer do Sal, fez sobre uma loja da Ordem de Santiago na localidade, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1535, Outubro, 4 – Setúbal

Pedro Figueira, escudeiro do Mestre, declara que recebeu um aforamento de uma casa térrea em Alcácer do Sal, onde se recolhe o azeite da Ordem pelo foro de um frangão ou dez reais por ano, com o consentimento do comendador Francisco de Faria, e que se compromete a conservar a referida casa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 395v-396.

309

1536, Março, 14 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador de D. Jorge, apresenta perante o licenciado Filipe Rodrigues, juiz de fora com alçada em Setúbal, um diploma em que João da Silva declara que certas casas na Messejana são da Ordem de Santiago, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1536, Fevereiro, 17 – Évora

João da Silva, regedor da Casa da Suplicação, declara ter mandado construir umas casas para habitação dos comendadores da Messejana, tendo dispendido a quantia de 200 mil reais. Apesar do investimento feito, o regedor reconhece que as referidas casas pertencem à Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 396v-397v.

310

1536, Julho, 27 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Lourenço Vaz, vigário, em representação do Cardeal Infante, uma apelação, cujo teor se copia em pública-forma.

Inserere: 1536, Fevereiro, 14 – Évora

O Mestre de Santiago, por seu procurador, requereu o traslado da denegação de uma apelação apresentada ao Cardeal Infante, arcebispo de Lisboa e bispo de Évora, incluindo-se os respectivos autos.

Inserere: 1535, Setembro, 11/13 – Évora

Francisco Figueira, cavaleiro de Santiago, em representação da Ordem, e Diogo Barradas, procurador de D. Jorge, apresentam perante o Cardeal Infante uma apelação, expondo diversas situações em que as Ordens de Avis e Santiago se sentem agravadas pelas decisões sinodais de Évora, datadas de 1534. Jorge Coelho, notário apostólico inclui uma procuração que se traslada.

Inserere: 1533, Janeiro, 24 – Évora

D. Jorge, Mestre das Ordens de Avis e de Santiago, constitui seu procurador o doutor Diogo Barradas.

Inserere: 1535, Outubro, 2 – Évora

Mateus Esteves, procurador do Cardeal Infante, apresenta perante o notário uma apelação, refutando os argumentos apresentados pelas Ordens de Santiago e Avis sobre o assunto em questão.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 398-404.

311

1601, Outubro, 6 – Almada

Bernardo Sobrinho, freire da Ordem de Santiago e escrivão do cartório e matrícula do convento, traslada um privilégio de D. Sebastião, a pedido de Fernão Gonçalves, sub-prior de Santiago.

Inserere: 1573, Fevereiro, 4 – Évora

D. Sebastião, governador da Ordem de Santiago ordena que os beneficiados das igrejas da Ordem que não servirem pessoalmente nos seus benefícios recebam apenas metade do mantimento e os ecónomos que por eles servirem terão direito à outra metade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 405.

312

1601, Outubro, 6 – Almada

Bernardo Sobrinho, freire da Ordem de Santiago e escrivão do cartório e matrícula do convento, traslada um alvará de Filipe I, a pedido de Fernão Gonçalves, sub-prior de Santiago.

Inserere: 1583, Outubro, 19 – Lisboa

Filipe I confirma um privilégio de D. Sebastião, pelo qual os beneficiados das igrejas da Ordem que não servissem nos respectivos benefícios auferissem apenas metade do mantimento e os ecónomos a outra metade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 405v-406.

313

1602, Novembro, 4

Álvaro Rodrigues Cordeiro, secretário do convento e escrivão do cartório e matrícula, traslada um alvará de Filipe I, a pedido de Fernão Gonçalves, sub-prior de Santiago.

Inserere: 1599, Agosto, 20 – Lisboa

Filipe I nomeia Baltasar de Sousa, morador em Palmela e filho de Francisco Anes, prioste e escrivão dos dízimos da comenda de Cabrela, adstritos à fábrica do Convento de Palmela, na sequência da renúncia ao cargo por parte de seu pai.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 406-406v.

314

1604, Julho, 26 – Lisboa

Gaspar Proença, freire da Ordem de Santiago, secretário e escrivão do cartório, a pedido do monarca, traslada um alvará.

Inserere: 1604, Abril, 1 – Lisboa

Filipe I informa os deputados da Mesa da Consciência e Ordens sobre os procedimentos passados acerca da entrada dos freires nas Ordens e apresenta as exigências para os casos de futuros ingressos.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 407-408.

315

1718, [Setem]bro (?), 7 – Palmela

Baltasar José da Gama recebe uma provisão por parte de D. Francisco Barreiros de Carvalho, prior mor de Palmela, a qual se traslada.

Inserere: 1718, Agosto, 29 – Setúbal

Certidão de uma provisão de D. João V, datada de 24 de Agosto de 1718, outorgada pelo doutor Manuel Lopes de Barros, juiz dos feitos da coroa, na qual se confirma o direito que os moradores de Palmela têm se proibir a entrada de vinhos oriundos de Setúbal na referida localidade. A sentença que ficou registada nas câmaras de ambas as comendas de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 408v-410v.

316

1736, Outubro, 7 – Lisboa

D. João V ordena a Pedro da Mota e Silva, sub-prior de Palmela que participe a notícia do nascimento da sua neta Mariana, filha do Príncipe D. José.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 411.

317

1739, Abril, 28 – Lisboa

D. João V ordena ao sub-prior de Palmela que mantenha os ofícios de escrivão dos órfãos, escrivão do judicial e escrivão das notas numa mesma pessoa, como o sub-prior havia requerido.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 411-411v.

318

1750, Agosto, 20 – Lisboa

D. José confirma um contrato celebrado entre a Ordem de Santiago e a câmara de Cabrela que se traslada.

Inserere: 1750, Maio, 28 – Cabrela

José Leite de Almada, sub-prior da Ordem de Santiago, administrador da comenda de Cabrela, representado pelo seu procurador, Guilherme Inácio da Fonseca Lemos, e os moradores da vila estabelecem um acordo para a construção de um lagar, evitando deslocações a Montemor. Para tal o procurador do sub-prior apresenta uma procuração que se traslada.

Inserere: 1750, Maio, 25 – Palmela

José Leite de Almada, sub-prior da Ordem de Santiago, constitui seu procurador

Guilherme Inácio da Fonseca Lemos, prior de Cabrela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 412-414.

319

1601, Outubro, 30

Bernardo Sobrinho, escrivão do cartório de Palmela, em nome de Sua Majestade e a pedido de Fernão Gonçalves, sub-prior de Santiago, procede ao traslado de uma carta de D. Jorge.

Inserere: 1536, Novembro, 15 – Setúbal

D. Jorge mantém o privilégio de isenção de pousada, tomada de roupa, palha, cevada e bestas aos doze lavradores que amanham as terras da Ordem nos Barris e na Várzea, termo de Palmela, a despeito destes locais terem sido doados pelo Mestre ao Convento de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 437-438.

320

1601, Outubro, 30

Bernardo Sobrinho, a pedido de Fernão Gonçalves, sub-prior de Santiago, procede ao traslado de uma carta de D. Jorge.

Insere: 1533, Novembro, 11 – Setúbal

D. Jorge concede diversos privilégios a certos oficiais do convento de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 438-438v.

321

1536, Setembro, 14 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago apresenta um protesto perante D. Jorge, Governador das Ordens, Francisco Barradas, juiz das mesmas, António Vaz, capelão de D. Jorge e notário público por autoridade apostólica, cujo teor se copia em pública-forma.

Insere: 1536, Agosto, 24 – Lisboa

Frei Jorge, vigário da Alcáçova de Santarém, e António Vasques, prior do Barreiro, apresentam uma cédula de protesto perante D. Afonso, cardeal e arcebispo de Lisboa e Évora, que se traslada.

Insere: S/d.

Cédula que certifica que Frei Jorge, vigário da Alcáçova de Santarém, e António Vasques, prior do Barreiro, solicitaram a confirmação dos privilégios das Ordens ao Cardeal Infante, a despeito das determinações do Sínodo que se havia reunido em Lisboa.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 439-440v.

322

1536, Setembro, 14 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, em nome de D. Jorge, solicita o traslado de um alvará do Cardeal Infante, em pública-forma.

Insere: 1534, Junho, 12 – Évora

O Cardeal D. Afonso ordena que os freires das Ordens de Avis e Santiago com funções de ajudantes dos priores das igrejas tenham carta de cura.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 440v-441v.

323

1537, Abril, 6 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, solicita ao licenciado Gonçalo Simões que mande trasladar em pública-forma, uma bula de Paulo III.

Insere: 1534, Novembro, 3 – Roma

Paulo III concede aos priores mor dos conventos de Avis e de Palmela a faculdade de concederem carta de cura aos freires professos das Ordens.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 442-444v.

324

1538, Janeiro, 14

António Vasques, notário apostólico, por ordem do licenciado Gonçalo Simões e a requerimento de António Denis, procurador do Mestre de Santiago e de Avis, faz uma cópia autêntica de uma sentença do Cardeal Infante.

Insere: 1536, Dezembro, 19 – Lisboa

Tomé Fernandes, bacharel e ouvidor do arcebispado de Lisboa pelo Cardeal Infante, sentença um pleito entre Baltasar Fernandes, freire da Ordem de Santiago e o bispo do Algarve, sobre a recusa do prelado diocesano confirmar o referido freire na capelania da igreja dos Mártires de Cacela, condenando o procedimento do último.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 445-448v.

325

1539, Julho, 16 – Lisboa

Gaspar Rodrigues, procurador das Ordens de Avis e Santiago, apresenta um alvará régio do qual solicitou o traslado em pública-forma, ao notário apostólico António Vasques.

Insere: 1537, Agosto, 13 – Coimbra

D. João III outorga carta de mercê a João Cordeiro, filho do prior de Alcochete, concedendo-lhe umas capelas anexas ao priorado da referida localidade.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 448v-449v.

326

1540, Dezembro, 2 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta uma letra apostólica e requer ao juiz das Ordens, Gonçalo Simões, que a mande trasladar em pública-forma.

Insere: 1540, Setembro, 28 – Roma

O cardeal D. António outorga umas letras apostólicas, promulgando um acordo entre Fernão de Mascarenhas e Afonso de Lencastre, comendador de Aljustrel, na diocese de Évora, sobre diversos rendimentos da Ordem de Santiago, sendo sublinhado que os provenientes de Alcácer do Sal estão associados à mesa mestral.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 450-451.

327

1541, Setembro, 19 – Setúbal

Manuel de Sousa, freire, fidalgo da casa do Rei e comendador de Soza, apresenta perante o juiz das Ordens de Avis e de Santiago, Estêvão Preto, uma doação de D. Afonso V que se inclui em pública-forma.

Insere: 1478, Agosto, 8 – Évora

D. Afonso V concede o padroado da igreja de Soza a João de Sousa, fidalgo da casa do Rei e comendador de Povos e de Soza, pelos serviços prestados na corte de Roma.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 453-453v.

328

1545, Março, 20 – Setúbal

Diogo Aciado, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Vasco Anes Mousinho, vigário em Setúbal pelo arcebispo de Lisboa, um breve apostólico de Paulo III que se inclui em pública-forma.

Inserere: 1538, Fevereiro, 15 – Roma

Paulo III concede a administração das rendas e propriedades da igreja da Santa Cruz de Almodôvar a António Dinis Figueiroa, freire da Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 454-456.

329

1546, Março, 9 – Setúbal

Diogo de Rabedeci, procurador das Ordens de Avis e de Santiago, apresenta perante Estêvão Preto, juiz das mesmas, uma letra apostólica de Jerónimo Rícenati Capodiferro, núncio do Santo Padre Paulo III, solicitando o seu traslado em pública-forma.

Inserere: 1538, Outubro, 31 – Lisboa

O núncio apostólico Jerónimo Rícenati Capodiferro concede a anexação das igrejas de S. Lourenço e de S. Vicente de Portalegre da diocese da Guarda à Ordem de Santiago.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 456-458.

330

1546, Julho, 14 – Setúbal

O procurador das Ordens de Avis e Santiago comparece perante Vasco Anes Mousinho, vigário da vara em Setúbal pelo arcebispo de Lisboa, e solicita o traslado de um alvará em pública-forma.

Inserere: 1546, Julho, 8 – Santarém

O núncio apostólico outorga privilégio ao Mestre de Santiago e de Avis de dispensa dos comendadores e cavaleiros das Ordens de apresentarem os títulos das comendas e das igrejas que estivessem em sua posse.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 458v-459.

331

1547, Novembro, 3 – Lisboa

Martim Vaz Pantoja, deão da Sé de Lisboa, juiz conservador apostólico da Ordem de Santiago, em representação do D. Prior e freires do convento de Palmela, outorga o traslado de uma carta de doação de D. Jorge, em pública-forma.

Inserere: 1547, Outubro, 3 – Lisboa

D. Jorge doa ao convento de Palmela as rendas da comenda de Cabrela, em virtude da renúncia às mesmas feita por D. Afonso de Lencastre, seu filho, o qual recebeu em troca os lugares e rendas de Alcochete e Aldeia Galega.

Inserere: 1547, Outubro, 11 – Lisboa

João Ricci, núncio apostólico em Portugal, confirma a doação das rendas de Cabrela ao convento de Palmela, feita por D. Jorge.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 459v-462.

332

1711, Junho, 26 – Palmela

Descrição da visita que o Rei D. João V fez ao Convento de Palmela.

Inserere: 1711, Junho, 22 – Setúbal

Diogo Mendonça Corte Real, secretário de estado, escreve a D. José Pereira de Lacerda, prior mor de Santiago, informando que D. João V visitará o convento de Palmela no dia de S. João.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 463-466.

333

1716, Agosto, 8 – Palmela

Elogio ao prior mor do convento de Palmela, na sequência de ter sido nomeado bispo do Algarve, descrevendo-se as obras que tinha feito no convento de Palmela, bem como os epigramas e emblemas pintados no tecto do mesmo.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 466-468v.

334

1716, Junho, 17 – Lisboa

O prior Salvador Pereira de Matos, em substituição do prior mor, solicita o traslado de uma certidão que se inclui.

Inserere: 1706, Maio, 26 – Lisboa

Os fabriqueiros da igreja de Santa Maria do Castelo da vila de Palmela requerem uma certidão comprovativa do privilégio de isenção de serem soldados auxiliares.

Inserere: 1698, Setembro, 24 – Lisboa

O monarca isenta os fabriqueiros das igrejas das Ordens de prestarem serviço como soldados auxiliares, nomeadamente os de Santa maria do castelo de Palmela.

IAN/TT, OS/CP, nº 272, fl. 469.

LISTAGEM CRONOLÓGICA DOS DOCUMENTOS

Após os elementos cronológicos e tópicos da datação, está indicado, entre parêntesis rectos, o número do documento, tal como se apresenta no cartulário. Os insertos estão assinalados e são referenciados a partir do documento em que são incluídos.

- 1175, Julho, 3 [1 – inserto]
- 1175, Julho, 5 – Ferentini [285 – inserto]
- [1181-1185], Outubro, 11 [4] – *Vellerem (sic)*
- [1181-1185], Outubro, 11 [5] – *Vellete (sic)*
- 1184, Novembro [154]
- 1184, Novembro, 17 – Verona [3]
- [1184, Novembro, 17 – Verona] [46 – inserto]
- 1186, Outubro, 28 [117]
- 1186, Outubro, 28 [120]
- 1186, Outubro, 28 [121]
- 1186, Outubro, 28 [126 – inserto]
- 1186, Outubro, 28 [127 – inserto]
- 1187, Setembro, 18 – Verona [301]
- 1190, Maio, 15 – Roma [13 – inserto]
- 1193, Maio, 1 – Óbidos [168 – inserto]
- 1193, Maio, 1 – Óbidos [167]
- 1194, Fevereiro, 1 – Lisboa [179]
- 1207, Abril, 26 – Latrão [180]
- 1217, Janeiro, 27 – Santarém [68]
- 1218, Janeiro, 26 – Santarém [118]
- 1218, Janeiro, 26 – Santarém [122]
- 1218, Janeiro, 26 – Santarém [126 – inserto]
- 1218, Janeiro, 26 – Santarém [127 – inserto]
- 1218, Janeiro, 26 – Santarém [168]
- 1218, Janeiro, 27 – Santarém [181]
- 1225, Maio, 1 [178]
- 1229, Julho, 23 – Lugo [6]
- 1232, Março [232]
- 1235, Fevereiro [264 – inserto]

- 1236, Outubro, 1 – Coimbra [125]
 1237, Agosto, 12 – Viterbo [123]
 [1237], Novembro, 4 – Santarém [124]
 [1239], Janeiro, 16 – Lisboa [108]
 1239, Janeiro, 16 – Lisboa [182]
 1240, Maio, 2 – Coimbra [184]
 1241, Outubro, 14 [284 – inserto]
 1244, Janeiro, 9 – Coimbra [96 – inserto]
 1244, Agosto, 28 – Lugo [96]
 1245, Setembro, 12 – Lugo [7]
 1246, Setembro, 19 – Lugo [9]
 1249, Março – Alcácer do Sal [279 – inserto]
 1250, Setembro, 24 – Lugo [8]
 1251, Setembro, 24 – Lugo [10]
 1251, Setembro, 24 – Lugo [11]
 [1252], Dezembro, 17 [275 – inserto]
 1255, Fevereiro, 14 – Santarém [107]
 1255, Fevereiro, 14 – Santarém [109]
 1255, Fevereiro, 16 – Santarém [72 – inserto]
 1255, Fevereiro, 20 – Santarém [183]
 1255, Fevereiro, 24 – Santarém [119]
 1255, Março, 18 – Santarém [69]
 [1255]¹, Maio, 5 – Lisboa [127]
 1255, Maio, 5 – Lisboa [126]
 1258, Abril, 2 – Viterbo [2]
 [1260], Fevereiro, 20 – Santarém [169]
 1262, Março, 11 – Locrenam (*sic*) [72 – inserto]
 1262, Agosto, 9 – Lisboa [233 – inserto]
 1264, Março – Setúbal [230]
 1270, Setembro, 23 – Castrotorafe [176]
 1270, Novembro, 22 – Almada [185]
 1271, Dezembro, 30 – Lisboa [97 – inserto]
 1271, Novembro, 3 – Mérida [97 – inserto]
 [1272, Janeiro, 4 – Lisboa] [97]
 1272, Janeiro, 5 – Lisboa [186]
 1272, Janeiro, 6 – Lisboa [98]
 1272 (?), Dezembro, 6 – Santarém [67]
 1274, Fevereiro, 3 – Santarém [142 – inserto]
 1274, Fevereiro, 5 – Santarém [70]
 1274, Julho, 19 – Lugo [209]
 1274, Outubro, 25 – Ludeino (*sic*) [228]
 1275, Agosto, 9 – Santarém [170]
 1275, Setembro, 16 – Santarém [187]
 1278, Outubro, 7 – Viterbo [18 – inserto]
 1279, Fevereiro, 3 – Santarém [140]

¹ Na verdade este documento refere-se ao ano de 1255, embora registe a data de 1252 (vd. Doc. nº 126).

- 1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal [114 – inserto]
 1283, Fevereiro, 3 – Alcácer do Sal [114]
 1283 (*sic*)², Março, 17 – Mérida [231]
 1283, Setembro, 27 – Gestaçô [188]
 1285 (*sic*)³, Fevereiro, 19 – Lisboa [217]
 1285, Maio, 4 – Lisboa [210]
 1285, Maio, 30 – Lisboa [71]
 1286, Março, 5 – Lisboa [211]
 1286, Março, 5 – Lisboa [212 – inserto]
 1286, Março, 5 – Lisboa [74]
 1288, Novembro, 2 – Leão [115 – inserto]
 [1290], Dezembro [110 – inserto]
 [1290], Dezembro [289 – inserto]
 1291, Maio, 15 – Roma [12]
 1292, Maio, 7 – Cidade Velha [48 – inserto]
 1294, Setembro, 17 – Aquila [14]
 1294, Setembro, 17 – Aquila [17 – inserto]
 1294, Novembro, 22 – Nápoles [15]
 1294, Novembro, 22 – Nápoles [16 – inserto]
 1295, Fevereiro, 2 – Lisboa [16]
 1295, Fevereiro, 20 – Lisboa [189]
 1296 (*sic*)⁴, Junho, 28 – Lisboa [24]
 1297, Abril, 22 – Santarém [190]
 1298, Dezembro, 4 – Santarém [103 – inserto]
 1299, Janeiro, 5 – Latrão [24 – inserto]
 1299, Fevereiro, 3 – Latrão [21]
 1299, Abril, 23 – Santarém [196 – inserto]
 1299, Junho, 5 – Castelo de Vide [161 – inserto]
 1299, Junho, 5 – Vide [159 – inserto]
 1299, Junho, 15 – Vide [160 – inserto]
 1299, Junho, 26 – Lisboa [159]
 1299, Julho, 1 – Lisboa [160]
 1299, Julho, 3 – Lisboa [161]
 1299, Novembro, 3 – Mérida [231 – inserto]
 1299, Novembro, 22 – Portalegre [191]
 1299, Dezembro, 30 – Latrão [19]
 1300, Fevereiro, 13 – Latrão [20 – inserto]
 1300, Fevereiro, 13 – Latrão [22]

² Como se anotou no corpo do texto, o ano não está correcto em função das datas dos documentos insertos.

³ Esta data não pode estar correcta, uma vez que no documento se menciona uma carta de D. João, bispo de Lisboa, datada de 1310. Para além deste facto, sabe-se que D. João Martins de Soalhães foi bispo de Lisboa entre 1294 e 1313. Cfr. OLIVEIRA, Padre Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Edição revista e actualizada. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 307.

⁴ Este documento não pode ser do ano de 1296, uma vez que insere uma bula de Bonifácio VIII de 5 de Janeiro de 1299. Garcia Rodrigues está identificado como Comendador Mor de Santiago entre 5 de Junho de 1299 e 15 de Fevereiro de 1301. Cfr. CUNHA, Mário R. de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: edição policopiada da tese de Mestrado, 1991, p. 205).

- 1300, Fevereiro, 13 – Ladrão [23]
 1300, Junho, 14 – Torres Vedras [192]
 1300, Outubro, 13 – Torres Vedras [171]
 1301, Fevereiro, 15 – Évora [231 – inserto]
 1301, Fevereiro, 15 – Évora [272 – inserto]
 1301, Fevereiro, 15 – Évora [272 – inserto]
 1301, Maio, 10 – Silves [231 – inserto]
 1301, Dezembro, 11 – Garvão [276 – inserto]
 1302, Março, 17 – Mérida [194 – inserto]
 1302, Agosto, Lisboa [233 – inserto]
 1303, Agosto, 5 [99]
 1303, Agosto, 14 – Lisboa [143 – inserto]
 1303, Agosto, 25 – Setúbal [143]
 1303, Outubro, 18 [233]
 1303, Dezembro, 11 [103 – inserto]
 1304, Janeiro, 2 – Alcácer do Sal [103 – inserto]
 1304, Janeiro, 15 – Alcácer do Sal [103 – inserto]
 1304, Janeiro, 22 – Montemor-o-Novo [103]
 1304, Fevereiro, 1 – Portalegre [195]
 1305, Junho, 26 – Setúbal [144]
 1308, Julho, 6 [212]
 1310, Maio, 2 – Beja [193]
 1310, Julho, 13 – Lisboa [145]
 1310, Julho, 13 – Lisboa [75 – inserto]
 1310, Agosto, 31 – Lisboa [225]
 1310, Setembro, 4 – Lisboa [75 – inserto]
 [1310], Setembro, 20 – Lisboa [75 – inserto]
 1310, Dezembro, 7 – Lisboa [72]
 1311, Março, 17 – Mérida [272 – inserto]
 1311, Novembro, 2 – Mérida [115 – inserto]
 1312, Dezembro, 20 – Viena [52]
 1312, Dezembro, 20 – Viena [53]
 1312, Dezembro, 20 – Viena [54]
 1313, Janeiro, 7 – Calindoria [48 – inserto]
 1314, Maio, 25 [116 – inserto]
 1315, Junho, 4 – Lisboa [73 – inserto]
 1315, Junho, 7 – Lisboa [223 – inserto]
 1315, Junho, 11 [73]
 1315, Setembro, 9 – Alcácer do Sal [236]
 1315, Dezembro, 13 – Santarém [172]
 1316, Setembro, 5 – Lisboa [48]
 1316, Novembro, 7 – Montemor-o-Novo [219]
 1317, Abril, 17 – Avinhão [25]
 1318, Setembro, 30 – Lisboa [194]
 [1319-1329] [197]
 1319, Julho, 1 – Avinhão [26]
 1319, Setembro, 1 – Lisboa [213 – inserto]
 1319, Setembro, 19 – Lisboa [213]

- 1319, Setembro, 25 – Lisboa [198 – inserto]
 [1320, Janeiro, 11] – Évora [224 – inserto]
 1320, Janeiro, 11 – Évora [224]
 1320, Janeiro, 22 (?) – Évora [226]
 [1320, Janeiro, 22 (?)] – Évora [226 – inserto]
 1320, Fevereiro, 24 – Avinhão [128]
 1320, Fevereiro, 24 – Avinhão [129 – inserto]
 1320, Março, 1 – Avinhão [27]
 1320, Junho, 1 – Avinhão [28]
 1320, Julho, 16 [129]
 1320, Julho, 23 – Avinhão [222]
 1321, Abril, 4 – Alcácer do Sal [104]
 1321, Junho, 24 – Setúbal [238]
 1321, Junho, 24 – Setúbal [239]
 1322, Agosto, 3 – Alcácer do Sal [198]
 1322, Novembro, 5 – Avinhão [30]
 1323, Maio, 21 – Avinhão [29]
 1327, Maio, 26 – Lisboa [216]
 1327, Maio, 26 – Lisboa [218]
 1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal [162]
 1329, Maio, 8 – Alcácer do Sal [164 – inserto]
 1331, Junho, 1 – Santarém [83 – inserto]
 1336, Julho, 17 – Lisboa [245]
 1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal [115]
 1338, Fevereiro, 10 – Alcácer do Sal [116]
 1341, Abril, 8 – Coimbra [241 – inserto]
 1341, Abril, 26 – Santarém [269 – inserto]
 [1342], Julho, 4 – Coimbra [241]
 1343, Março, 31 – Montemor-o-Novo [302 – inserto]
 1343, Julho, 17 – Alcácer do Sal [302 – inserto]
 1346, Junho, 21 – Coimbra [199]
 1349, Setembro, 27 – Sevilha [235 – inserto]
 1349, Setembro, 27 – Sevilha [235]
 1350, Março, 29 [234 – inserto]
 1351, Setembro, 3 – Alcácer do Sal [196]
 1352, Outubro, 8 – Lisboa [164]
 1353, Agosto, 17 [223]
 1355, Julho, 2 – Lisboa [200]
 1356, Janeiro, 4 – Évora [76]
 1356, Julho, 12 – Lisboa [100 – inserto]
 1356, Julho, 26 – Tavira [100 – inserto]
 1358, Abril, 25 – Samouco [77]
 1358, Abril, 28 – Samouco [84 – inserto]
 1362, Maio, 4 – Mértola [110]
 1363, Abril, 30 – Alcácer do Sal [139]
 1366, Janeiro, 17 – Avinhão [31]
 1366, Novembro, 3 – Avinhão [163]
 1367, Janeiro, 20 [214 – inserto]

- 1367, Março, 8 – Setúbal [214]
1367, Setembro, 25 – Torres Vedras [78]
1367, Novembro, 7 – Lisboa [111]
1368, Agosto, 10 – Setúbal [146 – inserto]
1368, Agosto, 11 – Setúbal [146]
1369, Janeiro, 28 – Setúbal [147]
1373, Março, 11 – Santarém [79 – inserto]
1373, Abril, 30 – Lisboa [79]
1375, Julho, 19 – Santarém [142]
1376, Agosto, 27 – Lisboa [220 – inserto]
1376, Setembro, 12 – Montemor-o-Novo [220]
1376, Setembro, 17 – Montemor-o-Novo [220 – inserto]
1381, Outubro, 8 – Lisboa [80]
1381, Outubro, 18 – Lisboa [201]
1383, Junho, 20 – Almada [81]
1383, Junho, 20 – Almada [90 – inserto]
1383, Novembro, 26 – Lisboa [13]
1383, Novembro, 26 – Lisboa [17]
1385, Abril, 17 – Alcácer do Sal [229]
1385, Outubro, 3 – Porto [156]
1385, Outubro, 3 – Porto [157 – inserto]
1387, Fevereiro, 3 – Porto [242 – inserto]
1387, Fevereiro, 3 – Porto [82]
[1387], Março, 3 [242 – inserto]
1387, Abril, 25 – Alcácer do Sal [131]
1387, Agosto, 19 – Coimbra [85 – inserto]
1388, Janeiro, 18 – Perugia [155]
1388, Janeiro, 23 – Perugia [32]
1388, Janeiro, 28 – Perugia [55]
1388, Janeiro, 28 – Perugia [56]
1388, Janeiro, 30 – Perugia [57]
1388, Janeiro, 30 – Perugia [58]
1388, Janeiro, 30 – Perugia [59 – inserto]
1388, Setembro, 19 – Campo Maior [86]
1388, Novembro, 10 – Alcácer do Sal [134]
1388, Novembro, 18 – Campo Maior [166]
[1389-1404] – Roma [60]
1389, Abril, 8 – Lisboa [83]
1389, Abril, 8 – Lisboa [84]
1389, Abril, 8 – Lisboa [85]
1390, Março, 28 – Tavira [100]
1390, Maio, 15 – Coimbra [152 – inserto]
1390, Novembro, 9 – Roma [37]
1390, Novembro, 9 – Roma [38 – inserto]
1390, Novembro, 9 [36 – inserto]
1391, Julho, 10 – Lisboa [36]
1391, Julho, 10 – Lisboa [37]
1391, Julho, 10 – Lisboa [38]

- 1392, Abril, 12 – Tentúgal [87 – inserto]
 1392, Abril, 26 – Alcácer do Sal [87]
 1392, Outubro, 3 – Sesimbra [204]
 1393, Fevereiro, 23 – Lisboa [207]
 1393, Setembro, 30 – Lisboa [59]
 1394, Junho, 18 – Setúbal / 1394, Junho, 19 [141]
 1396, Junho, 20 – Cuenca [1]
 1396, Junho, 22 – Cuenca [18]
 1395, Novembro, 6 – Alcácer do Sal / 1397, Janeiro, 5 – Alcácer do Sal [130]
 1397, Fevereiro, 11 – Évora [153 – inserto]
 1398, Dezembro, 13 – Lisboa [20]
 1399, Agosto, 18 – Beja [206 – inserto]
 1399, Agosto, 18 – Beja [206 – inserto]
 1399, Setembro, 3 – Faro [206]
 1401, Março, 22 – Setúbal [90]
 1401, Maio, 27 – Roma [62]
 1401, Junho, 1 – Roma [34]
 1401, Julho, 20 – Roma [63]
 1401, Outubro, 1 – Roma [35]
 1401, Outubro, 1 – Roma [39 – inserto]
 1401, Outubro, 7 – Roma [33]
 1401, Outubro, 7 – Roma [61]
 1404, Abril, 4 – Lisboa [112]
 1407, Julho, 12 – Santarém [150]
 1407, Maio, 2 – Setúbal [149]
 1407, Dezembro, 11 – Alcácer do Sal [138 – inserto]
 1407, Dezembro, 11 – Alcácer do Sal [138 – inserto]
 1409, Maio, 6 – Alcácer do Sal [91]
 1410 – Lisboa [151 – inserto]
 1410, Janeiro, 15 – Viseu [92]
 1410, Fevereiro, 27 – Sesimbra [75]
 1410, Junho, 26 – Santarém [175]
 1410, Setembro, 9 – Lisboa [93]
 1410, Outubro, 8 – Mértola [113]
 1410, Novembro, 12 – Setúbal [151]
 1412, Dezembro, 11 – Setúbal [152]
 1413, Julho, 1 – Avinhão [102]
 1413, Novembro, 26 – Setúbal [137]
 1414, Janeiro, 26 – Santarém [269 – inserto]
 1414, Janeiro, 27 – Palmela [158]
 1415, Janeiro, 2 – Setúbal [153]
 1421, Agosto, 14 – Évora [215]
 1422, Janeiro, 24 – Alcácer do Sal [205 – inserto]
 1422, Março, 1 – Alcácer do Sal [138]
 1422, Junho, 16 – Asseiceira [94]
 1422, Dezembro, 2 – Setúbal [148]
 1423, Março, 24 – Alcácer do Sal [205]
 1424, Maio, 16 – Torres Novas [173]

- 1424, Julho, 24 – Alcácer do Sal [269 – inserto]
1424, Novembro, 11 – Coimbra [165]
1425, Junho, 16 – Lisboa [101 – inserto]
1425, Junho, 25 – Lisboa [101 – inserto]
1425, Novembro, 27 – Setúbal [132 – inserto]
1425, Dezembro, 2 – Alcácer do Sal [132]
1426, Abril, 15 – Alcácer do Sal [133]
1426, Julho, 17 – Alcácer do Sal [203]
1427, Fevereiro, 15 – Serpa [105]
1428, Julho, 30 – Paestrum [40]
1428, Agosto, 1 – Veneza [46 – inserto]
1428, Outubro, 15 [135]
1428, Outubro, 16 [202]
1429, Fevereiro, 22 – Alcácer do Sal [106]
1430, Julho, 13 – Roma [41]
1433, Julho, 27 – Lisboa [42]
1433, Outubro, 8 – Coina [157]
1433, Novembro, 23 – Santarém [88]
1433, Novembro, 26 – Santarém [136]
1433, Dezembro, 10 – Almeirim [101 – inserto]
1434, Fevereiro, 15 – Tavira [101 – inserto]
1434, Março, 3 – Alcácer do Sal [101]
1434, Junho, 10 – Alcácer do Sal [281 – inserto]
1435, Janeiro, 18 – Setúbal [177]
1435, Agosto, 10 – Alenquer [89]
1437, Janeiro, 10 – Santarém [240]
1438, Junho, 29 – Estremoz [221]
1440, Agosto, 17 – Santarém [174]
1445, Novembro, 17 – Montemor-o -Novo [246 – inserto]
1445, Dezembro, 1 – Alcácer do Sal [39]
1445, Dezembro, 8 – Alcácer do Sal [246]
1449, Dezembro, 1 – Portalegre [248]
1451, Setembro, 15 – Lisboa [227 – inserto]
1451, Setembro, 21 – Lisboa [227]
1452, Junho, 17 – Roma [43]
1452, Junho, 17 – Roma [44]
1452, Junho, 17 – Roma [45]
1452, Junho, 17 – Roma [46]
1452, Julho, 23 – Roma [47]
1455, Março, 23 – Roma [49]
1455, Março, 23 – Roma [51 – inserto]
1456, Janeiro, 28 – Roma [50 – inserto]
1456, Julho, 23 – Setúbal [281 – inserto]
1456, Setembro, 23 – Roma [64]
1459, Dezembro, 12 – Mântua [65]
1459, Dezembro, 31 – Mântua [51]
1462, Julho, 25 – Setúbal [263 – inserto]
1462, Novembro, 23 – Palmela [244 – inserto]

- 1462, Dezembro, 1 – Setúbal [244]
 1464, Maio, 20 [294 – inserto]
 1464, Setembro, 22 – Roma [294 – inserto]
 1467, Abril, 14 – Beja [294 – inserto]
 1467, Maio, 11 – Salvaterra [294 – inserto]
 1467, Maio, 19/20 – Setúbal [294 – inserto]
 1473, Julho, 19 – Beja [289 – inserto]
 1474, Agosto, 30 – Lisboa [95]
 1477, Junho, 2 [272 – inserto]
 1478, Agosto, 5 – Castro Verde [249]
 1478, Agosto, 8 – Évora [327 – inserto]
 1480, Março, 25 – Alcácer do Sal [281 – inserto]
 1480, Novembro, 10 – Lisboa [247]
 1482, Maio, 2 – Silves [243]
 1484, Março, 30 – Santarém [273 – inserto]
 1484, Junho, 7 – Santarém [273 – inserto]
 1484, Dezembro, 5 – Roma [287 – inserto]
 1488, Setembro, 7 – Almada [265 – inserto]
 1488, Outubro, 5 – Alhos Vedros [265 – inserto]
 1489, Março, 7 – Beja [252]
 1492, Abril, 18 – Lisboa [290 – inserto]
 1492, Abril, 30 – Setúbal [290 – inserto]
 14[9]2, Agosto, 26 – Roma [284 – inserto]
 1496, Junho, 4 – Setúbal [265]
 1496, Setembro, 5 – Torres Vedras [260 – inserto]
 1498, Março, 12 – Lisboa [250]
 1498, Novembro, 15 – Lisboa [251]
 1500, Abril, 1 – Roma [266 – inserto]
 1501, Abril, 25 – Lisboa [253 – inserto]
 1501, Novembro, 6 – Setúbal [291 – inserto]
 1503, Abril, 27 – Setúbal [253]
 1504, Abril, 1 – Avis [254 – inserto]
 1504, Abril, 17 – Beja [254 – inserto]
 1504, Maio, 17 – Roma [258 – inserto]
 1505, Abril, 1 – Roma [258 – inserto]
 1505, Abril, 4 – Lisboa [254 – inserto]
 1505, Maio, 18 – Almeirim [254 – inserto]
 1505, Julho, 29 – Setúbal [254]
 1505, Dezembro, 12 – Roma [258 – inserto]
 1505, Dezembro, 12 – Roma [266 – inserto]
 1506, Novembro, 21 – Coruche [256 – inserto]
 1507, Fevereiro, 23 – Tomar [255 – inserto]
 1507, Fevereiro, 27 – Benavente [255]
 1507, Março, 26 – Tomar [257 – inserto]
 1507, Maio, 17 – Roma [266 – inserto]
 1507, Junho, 12 – Roma [266 – inserto]
 1507, Junho, 12 – Roma [266 – inserto]
 1507, Junho, 26 – Santiago do Cacém [256]

- 1507, Junho, 26 – Santiago do Cacém [257]
1507, Julho, 1 – Roma [258 – inserto]
1507, Outubro, 5 – Roma [258 – inserto]
1507, Outubro, 31 [285 – inserto]
1508 [261 – inserto]
1508, (?), 5 – Setúbal [280 – inserto]
1508, Março, 20 – Arruda [259 – inserto]
1508, Março, 22 – Setúbal [258]
1508, Março, 22 – Setúbal [259]
1508, Julho, 7 – Alcochete [267]
1508, Julho, 24 – Setúbal [268]
1508, Agosto, 1 – Setúbal [260]
1509, Junho, 23 – Setúbal [261]
1509, Julho, 29 – Évora [299 – inserto]
1509, Agosto, 20 – Sintra [262 – inserto]
1509, Setembro, 11 – Setúbal [262]
1509, Setembro, 11 – Setúbal [263]
1509, Outubro, 20 – Roma [287]
1509, Novembro, 6 – Torrão [264]
1510, Maio, 15 – Roma [285]
1510, Junho, 22 – Setúbal [270 – inserto]
1510, Agosto, 6 – Setúbal [269 – inserto]
1510, Agosto, 6 – Setúbal [269 – inserto]
1510, Agosto, 6 – Setúbal [269 – inserto]
[1510, Outubro, 16 – Setúbal] [270]
1510, Outubro, 16 – Setúbal [269]
1510, Outubro, 19 – Setúbal [298 – inserto]
1510, Dezembro, 9 – Messejana [271]
1510, Dezembro, 12 – Aljustrel [272]
1510, Dezembro, 16 – Aljustrel [273]
1511, Janeiro, 7 – Castro Verde [275]
1511, Janeiro, 15 – Castro Verde [276]
1511, Março, 21 – Alcácer do Sal [298 – inserto]
1511, Março, 26 [298 – inserto]
1511, Junho, 6 – Setúbal [278 – inserto]
1511, Agosto, 25 – Roma [282 – inserto]
1511, Setembro, 23 – Setúbal [278]
1511, Outubro, 2 – Roma [282 – inserto]
1511, Outubro, 16 – Setúbal [279]
1511, Outubro, 20 – Setúbal [280]
1512, Março, 20 – Benavente [281]
1512, Abril, 16 – Benavente [282]
1514, Janeiro, 19 – Coimbra [284 – inserto]
1514, Fevereiro, 18 – Setúbal [284]
1514, Junho, 7 – Lisboa [288 – inserto]
1514, Agosto, 18 – Roma [286 – inserto]
1514, Agosto, 18 – Roma [286 – inserto]
1514, Agosto, 18 – Roma [286 – inserto]

- 1514, Agosto, 21 – Setúbal [290]
 1514, Outubro, 25 – Setúbal [288]
 1514, Outubro, 30 – Setúbal [286]
 1515, Janeiro, 26 – Mértola [289]
 1515, Fevereiro, 15 – Florença [303 – inserto]
 1515, Março, 2 – Setúbal [291]
 1515, Abril, 2 – Lisboa [293]
 1515, Abril, 3 – Lisboa [292]
 1515, Junho, 15 – Lisboa [295 – inserto]
 [1515], Julho, 8 – Lisboa [295 – inserto]
 1515, Julho, 16 – Setúbal [294]
 [1515], Agosto, 8 – Lisboa [295 – inserto]
 [1515], Agosto, 8 – Lisboa [295 – inserto]
 [1515], Agosto, 9 – Lisboa [295 – inserto]
 [1516, Julho, 19] [300 – inserto]
 1516, Setembro, 9 – Lisboa [295 – inserto]
 1516, Setembro, 9 – Lisboa [295 – inserto]
 1516, Setembro, 24 – Setúbal [295]
 1516, Setembro, 26 – Setúbal [295 – inserto]
 1517, Fevereiro, 16 – Lisboa [296 – inserto]
 1517, Abril, 23 – Setúbal [296]
 1517, Maio, 7 – Lisboa [297 – inserto]
 1517, Junho, 27 [297]
 1517, Junho, 30 – Setúbal [298 – inserto]
 1517, Julho, 6 [298 – inserto]
 1517, Julho, 7 – Alcácer do Sal [298 – inserto]
 1517, Agosto, 3 [298]
 1518, Junho, 4 [299]
 1520, Junho, 6 – Évora [305 – inserto]
 1521, Dezembro, 2 – Lisboa [306 – inserto]
 1522, Fevereiro, 8 – Lisboa [300]
 1527, Janeiro, 2 – Palmela [302]
 1530, Julho, 19 – Setúbal [303]
 1531, Junho, 26 – Santarém [304 – inserto]
 1532, Abril, 15 – Setúbal [304]
 1533, Janeiro, 24 – Évora [310 – inserto]
 1533, Junho, 6 – Setúbal [305]
 1533, Junho, 16 – Setúbal [306]
 1533, Novembro, 11 – Setúbal [320 – inserto]
 1534, Junho, 12 – Évora [322 – inserto]
 1534, Junho, 15 – Évora [307 – inserto]
 1534, Junho, 19 – Setúbal [307]
 1534, Novembro, 3 – Roma [323 – inserto]
 1535, Outubro, 2 – Évora [310 – inserto]
 1535, Outubro, 4 – Setúbal [308 – inserto]
 1535, Outubro, 8 – Setúbal [308]
 1535, Setembro, 11/13 – Évora [310 – inserto]
 1536, Fevereiro, 14 – Évora [310 – inserto]

- 1536, Fevereiro, 17 – Évora [309 – inserto]
1536, Março, 14 – Setúbal [309]
1536, Julho, 27 – Setúbal [310]
1536, Agosto, 24 – Lisboa [321 – inserto]
1536, Setembro, 14 – Setúbal [321]
1536, Setembro, 14 – Setúbal [322]
1536, Novembro, 15 – Setúbal [319 – inserto]
1536, Dezembro, 19 – Lisboa [324 – inserto]
1537, Abril, 6 – Setúbal [323]
1537, Agosto, 13 – Coimbra [325 – inserto]
1538, Janeiro, 14 [324]
1538, Fevereiro, 15 – Roma [328 – inserto]
1538, Outubro, 31 – Lisboa [329 – inserto]
1539, Julho, 16 – Lisboa [325]
1540, Setembro, 28 – Roma [326 – inserto]
1540, Dezembro, 2 – Setúbal [326]
1541, Setembro, 19 – Setúbal [327]
1545, Março, 20 – Setúbal [328]
1546, Março, 9 – Setúbal [329]
1546, Julho, 8 – Santarém [330 – inserto]
1546, Julho, 14 – Setúbal [330]
1547, Outubro, 11 – Lisboa [331 – inserto]
1547, Outubro, 3 – Lisboa [331 – inserto]
1547, Novembro, 3 – Lisboa [331]
1573, Fevereiro, 4 – Évora [311 – inserto]
1583, Outubro, 19 – Lisboa [312 – inserto]
1599, Agosto, 20 – Lisboa [313 – inserto]
1601, Outubro, 6 – Almada [311]
1601, Outubro, 6 – Almada [312]
1601, Outubro, 30 [319]
1601, Outubro, 30 [320]
1602, Novembro, 4 [313]
1604, Abril, 1 – Lisboa [314 – inserto]
1604, Julho, 26 – Lisboa [314]
1698, Setembro, 24 – Lisboa [334 – inserto]
1706, Maio, 26 – Lisboa [334 – inserto]
1711, Junho, 22 – Setúbal [332 – inserto]
1711, Junho, 26 – Palmela [332]
1716, Junho, 17 – Lisboa [334]
1716, Agosto, 8 – Palmela [333]
1718, Agosto, 29 – Setúbal [315 – inserto]
1718, [Setem]bro (?), 7 – Palmela [315]
1736, Outubro, 7 – Lisboa [316]
1739, Abril, 28 – Lisboa [317]
1750, Maio, 25 – Palmela [318 – inserto]
1750, Maio, 28 – Cabrela [318 – inserto]
1750, Agosto, 20 – Lisboa [318]
1(...)⁴⁹, Outubro [272 – inserto]

s/d. [283]
s/d. [208]
s/d. [216 – inserto]
s/d. [218 – inserto]
s/d. [220 – inserto]
s/d. [221 – inserto]
s/d. [221 – inserto]
s/d. [223 – inserto]
s/d. [225 – inserto]
s/d. [234]
s/d. [236 – inserto]
s/d. [237]
s/d. [242 – inserto]
s/d. [242 – inserto]
s/d. [242]
s/d. [252]
s/d. [259 – inserto]
s/d. [259 – inserto]
s/d. [266]
s/d. [271 – inserto]
s/d. [274]
s/d. [277]
s/d. [285 – inserto]
s/d. [285 – inserto]
s/d. [307 – inserto]
s/d. [321 – inserto]
s/d. [42 – inserto]
s/d. [42 – inserto]
s/d. [42 – inserto]
s/d. [66]



Volume patrocinado por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

ciência, Inovação
2010

Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR